

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



O projeto “Portugal” e a relação Estado-Religião à luz da metáfora conjugal

RUI ANTÓNIO COSTA OLIVEIRA

Orientadores

Professor Doutor MANUEL FRIAS MARTINS

Professor Doutor JOSÉ EDUARDO FRANCO

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor
em Estudos de Cultura, no ramo de Estudos de Literatura e de Cultura,
na especialidade de Cultura e Comunicação

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



O projeto “Portugal” e a relação Estado-Religião à luz da metáfora conjugal

RUI ANTÓNIO COSTA OLIVEIRA

Orientadores

Professor Doutor MANUEL FRIAS MARTINS
Professor Doutor JOSÉ EDUARDO FRANCO

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor
em Estudos de Cultura, no ramo de Estudos de Literatura e de Cultura,
na especialidade de Cultura e Comunicação

Júri:

- Presidente: Doutora MARIA CRISTINA DE CASTRO MAIA DE SOUSA PIMENTEL
Professora Catedrática e Diretora de Área de Literaturas, Artes
e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Vogais:
- Doutor LUÍS MACHADO DE ABREU
Professor Catedrático Aposentado do Departamento de Línguas e Culturas
da Universidade de Aveiro
 - Doutora MARIA MICAELA DIAS PEREIRA RAMON MOREIRA
Professora Auxiliar do Instituto de Letras e Ciências Humanas
da Universidade do Minho
 - Doutor JOÃO CARLOS RELVÃO CAETANO
Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais e de Gestão
da Universidade Aberta
 - Doutor MANUEL AMADOR FRIAS MARTINS
Professor Auxiliar com Agregação Aposentado
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
 - Doutor ANTÓNIO ADRIANO DE ASCENSÃO PIRES VENTURA
Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
 - Doutor RODRIGO MIGUEL CORREIA FURTADO
Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa

2018

**A união que ao princípio do matrimónio
eram cadeias de ouro, continuadas as faz o
tempo de ferro.**

PADRE ANTÓNIO VIEIRA,
“Sermão da Degolação de João Batista”,
in Sermões, Obra completa Padre António Vieira, Lisboa,
Círculo de Leitores, 2014, t. II, v. XI, p. 142.

Resumo

O presente trabalho surge como proposta modelar de interpretação, à luz da metáfora conjugal, das relações entre as duas instituições – o Estado/Monarca e a Religião/Igreja – na prossecução dos seus objetivos sociais e políticos em torno do projeto «Portugal».

Os documentos de investigação disponíveis permitem observar, nas relações institucionais, comportamentos de grande similitude, ou flagrantemente próximos, com os que se verificam no quadro das relações humanas de conjugalidade, pelo que o uso da metáfora conjugal se tornou um privilegiado e útil instrumento na análise dessas relações.

Partindo do âmbito das generalidades contextuais e tomando como fundo a evolução histórica, com seus aportes e ajustes, tanto as da realidade histórica como as que a metáfora oferecia, foi encetada e progredindo a investigação. As similitudes cotejadas e sua demonstração tiveram mais em conta os resultados finais de cada situação ou período do que propriamente as razões que estiveram na origem dos diversos comportamentos, porquanto também eles foram gerados por diversa motivação e foram de índole e natureza distinta.

Os primeiros indícios do projeto identitário do *País dos Portugueses* em que se veem envolvidos clérigos e nobres do Condado Portucalense transmitem uma atmosfera de cumplidades de afetos que só encontram paralelo no aflorar dos primeiros ardores do enamoramento humano. A conjugação dos esforços levou à concretização de uma aliança de vidas em que foi posto em comum tudo o que era das partes (bens materiais e espirituais) para a prossecução do único objetivo: a construção de um País como uma *união conjugal monogâmica*, entre a Religião (Igreja católica) e o Estado. A partir de então, numa sucessão de bons e de maus momentos, como sucede em qualquer união conjugal, houve situações de alguma fricção, houve amuos, houve reconciliações e também houve muito desgaste que, um dia, ditou uma rutura com separação e divórcio.

Posteriormente, deu-se a reaproximação e estabeleceu-se uma relação diferente, comparável à *união de facto* entre pares humanos mas com separação de bens, projetos diferenciados para o País, embora já numa condição de poligamia em tempos que são de convivência confessional diversificada, pois são várias, atualmente, as confissões religiosas professadas pelos Portugueses.

Palavras-chave: Estado, Portugal, Religião, Sociedade, Clero.

Abstract

This thesis proposes a model of critical analysis and interpretation, using the conjugal metaphor of the relations between two institutions – the State and the Church – in the pursuit of their own social and political agenda around the “Portugal” project.

The available research documents not only allow this metaphorical approach as they themselves induce observation for similar institutional behaviour strikingly close to the relationships commonly experienced in people’s general marital relationship. It is within the framework of contextual generalities and considering the historical evolution, with its contributions and adjustments in both realities, that our research took place. These similarities and their demonstration took more into account the final results of each situation or period than the reasons that originated various behaviours, as they were also generated by different motivations and had a different nature.

The first signs of the identity project of the Country of the Portuguese people, in which clerics and nobles of the Portucalense County are involved, convey an atmosphere of complicity of affections that are only paralleled in the emergence of the first enthusiasms of humans falling in love. The combination of efforts has led to an alliance of lives in which all belongings (both material and spiritual) were combined in order to achieve a sole objective: the construction of a Country as one monogamous conjugal union between Religion (catholic Church) and State. From then on, in a succession of good and bad moments, as in any conjugal union, there were situations of some friction, there was sulking, there were reconciliations and also a lot of deterioration that eventually dictated a rupture with separation and divorce. Subsequently, a different relationship was established, comparable to the de facto union of human couples, but with separation of property, differentiated projects for the country and in a condition of polygamous union, since the times are those of forcible coexistence of the various religious denominations professed by the Portuguese people.

Keywords: *State, Portugal, Religion, Society, Clergy.*

Résumé

Ce travail de recherche a pour objectif de proposer une lecture interprétative modèle, à la lumière de la métaphore conjugale, des relations entretenues par deux institutions – l'Etat et l'Eglise – dans la poursuite de leurs objectifs respectifs autour du projet « Portugal ».

Les documents de recherche disponibles permettent non seulement cette approche métaphorique comme ils soulignent une similitude flagrante entre les comportements institutionnels et les échanges communément vécus lors des relations conjugales entre individus. C'est dans le cadre des généralités contextuelles et à la lecture de l'évolution historique, avec ses apports et ses ajustements, aussi bien pour l'une que pour l'autre de ces réalités, que l'orientation de lecture retenue a été possible. Les similitudes relevées et leur exposition ont pris en considération plutôt les résultats finaux de chaque situation ou période, que les raisons proprement dites à l'origine des divers comportements, puisqu'ils furent eux-mêmes le résultat de motivations diverses et furent de nature et caractère différents.

Les premiers vestiges du projet identitaire du Pays des Portugais, dans lequel sont impliqués des clercs et des nobles du Comté de Portugal, dégagent une atmosphère de complicités d'affections que l'on ne retrouve que dans l'effleurement des premières ardeurs de la passion humaine. La conjonction des efforts a permis la réalisation d'une alliance de vies où a été mis en commun tout ce qui appartenait à chacune des parties (biens matériels et spirituels) dans la poursuite d'un seul et même objectif : la construction d'un pays à l'image d'une union conjugale monogame, entre la Religion (l'Eglise catholique) et l'Etat. Dès lors dans une succession de bons et de mauvais moments, comme cela arrive dans toute union conjugale, il y eut des situations parfois tendues, des bouderies, des réconciliations et surtout beaucoup d'usure qui, un jour, amena à une rupture avec séparation et divorce. Puis vint à nouveau le rapprochement et une relation différente s'est établie, comparable à l'union de fait dans un couple, mais avec séparation de biens, avec des projets différents pour le Pays, et dorénavant dans une relation polygame, puisque aujourd'hui les appartenances religieuses des Portugais sont nombreuses et variées.

Mots-clés : Etat, Portugal, Religion, Société, Clergé.

Resumen

La presente tesis surge como propuesta ejemplar de interpretación, a la luz de la metáfora conyugal, de las relaciones entre dos instituciones mayores – el Estado y la Iglesia – en la prosecución de sus objetivos propios en torno al proyecto «Portugal».

Los documentos de investigación disponibles no solo permiten ese abordaje metafórico, como ellos mismos inducen la mirada para similitudes de comportamiento institucional flagrantemente próximo de los relacionamientos comúnmente vividos en la generalidad de los cuadros de relación conyugal de las personas. Es en el ámbito de las generalidades contextuales y tomando como fondo la evolución histórica, con sus aportes y ajustes, tanto en una realidad como en otra, que se hizo posible la investigación que entablamos. Las similitudes cotejadas y su demostración tuvieron más en cuenta los resultados finales de cada situación o periodo, que propiamente las razones que estuvieron en el origen de los diversos comportamientos, por cuanto también ellos fueron generados por diversas motivaciones y fueron de índole y naturaleza distinta.

Los primeros indicios del proyecto identitario del País de los portugueses en que se ven envueltos clérigos y nobles del Condado Portucalense transmiten una atmosfera de complicidades de afectos que solo encuentra paralelo en el afloramiento de los primeros ardores del enamoramiento humano. La conjugación de los esfuerzos llevó a la concretización de una alianza de vida en que fue puesto en común todo lo que era de las partes (bienes materiales y espirituales) para la prosecución del objetivo único: la construcción de un país como una unión conyugal monogámica entre la Religión (Iglesia católica) y el Estado. A partir de entonces, en una sucesión de buenos y de malos momentos, como sucede en cualquier unión conyugal, hubo situaciones de alguna fricción, hubo enojos, hubo reconciliación y hubo también mucho desgaste que, un día, dictó una ruptura con separación y divorcio. Posteriormente, ocurrió una reaproximación y se estableció una relación diferente, comparable a la unión de facto entre pares humanos, pero con separación de bienes, proyectos diferenciados para el País, y en una condición de unión polígama, pues los tiempos son ahora los de una convivencia confesional diversificada, ya que son varias las confesiones religiosas profesadas por los portugueses hoy día.

Palabras clave: Estado, Portugal, Religión, Sociedad, Clero.

Agradecimentos

De forma especial deixo aqui público reconhecimento àqueles que, durante o período de Doutorado, e particularmente no de redação da tese, foram esteios firmes e encorajadores para que pudesse concretizar este projeto.

Ao Professor Doutor José Eduardo Franco, que está na origem deste desafio e ao qual, desde o primeiro momento, dispensou especial atenção e inestimável apoio, muito incentivo e encorajamento, tendo levado esse seu esforço ao ponto de me querer fazer acreditar que este era um trabalho «em falta» na atividade produtiva da Academia. Juntau ainda ao seu nunca-atenuado alento o da aceitação em participar da orientação do mesmo. Jamais poderei retribuir esta sua já proverbial e generosa disponibilidade.

Ao Professor Doutor Manuel Frias Martins, o afável e acolhedor Diretor do Curso, que caldeou a sua docência curricular e exigente supervisão da escrita com a brandura da exposição e a vivacidade da argumentação corretiva, fazendo-me, porém, sempre sentir permanentemente acompanhado. Na fase de escrita da tese, foi o atento instrutor do leme a cujos conselhos e orientação se deve o sucesso da sua finalização.

À minha família (particularmente, filhos, netos e irmã) que sempre compreenderam e respeitaram as minhas ausências, silêncios e aparente afastamento.

A uma pessoa muito especial – Dr.^a Cristine Mustrangi – que, para lá dos mares divididos em Tordesilhas, sempre se mostrou solícita e pronta na troca de impressões e na sustentação de debates que a reflexão, durante a fase da escrita, suscitava e levava, por vezes, à exaltação opinativa, acabando, frequentemente, em aclaramento e em correção de rota.

Ao meu inestimável companheiro, colega e amigo, teólogo Doutor Porfírio Pinto que, apesar dos seus muitos compromissos, sempre se mostrou paciente e interessado com a sua crítica, quer na leitura de algumas partes, quer no aconselhamento, no decorrer da redação.

Finalizo com um particular agradecimento aos tradutores, que souberam verter noutros idiomas, com alto grau de eficiência e advertida propriedade, o sentido conceitual resumido do texto: a minha sobrinha-afilhada, nativa francófona, Dr.^a Eunice Santos Vigil (versão francesa); a querida amiga, conterrânea de Luís Borges, que o amor tornou portuguesa, Dr.^a Julia Bogado (versão castelhana); ao diligente investigador, colega do CLEPUL, e amigo, Dr. José Carlos S. Bernardino (versão inglesa).

A todos o meu mais elevado sentimento de gratidão.

Sumário

Resumo / *Abstract* / *Résumé* / *Resumen* (p. 3)

Agradecimentos (p. 7)

I – INTRODUÇÃO (p. 9)

1. OBJETO E ABRANGÊNCIA
2. METODOLOGIA
3. DEFINIÇÕES, TEXTOS NORMATIVOS E ORDENAMENTO JURÍDICO

II – ESPAÇO INSTITUCIONAL (p. 28)

1. CASAMENTO / CONTRATO NUPCIAL *vs* AMOR
2. PODER RÉGIO / PODER ESTATAL
3. PODER ECLESIAÍSTICO / PODER CLERICAL

III – OS DOMÍNIOS DA METÁFORA (p. 197)

PREÂMBULO

CHAVES AUXILIARES DE LEITURA PARA UMA HERMENÊUTICA DA CONDIÇÃO E DOS COMPORTAMENTOS INSTITUCIONAIS

1. PROJETO CONVERGENTE E COMUNHÃO DE BENS MONOGÂMICA (1128-1759)
2. CONFLITOS, RUTURA, SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO (1759/1834 a 1910/1918)
3. UNIÃO DE FACTO E PROJETOS AUTÓNOMOS (1910-1940)

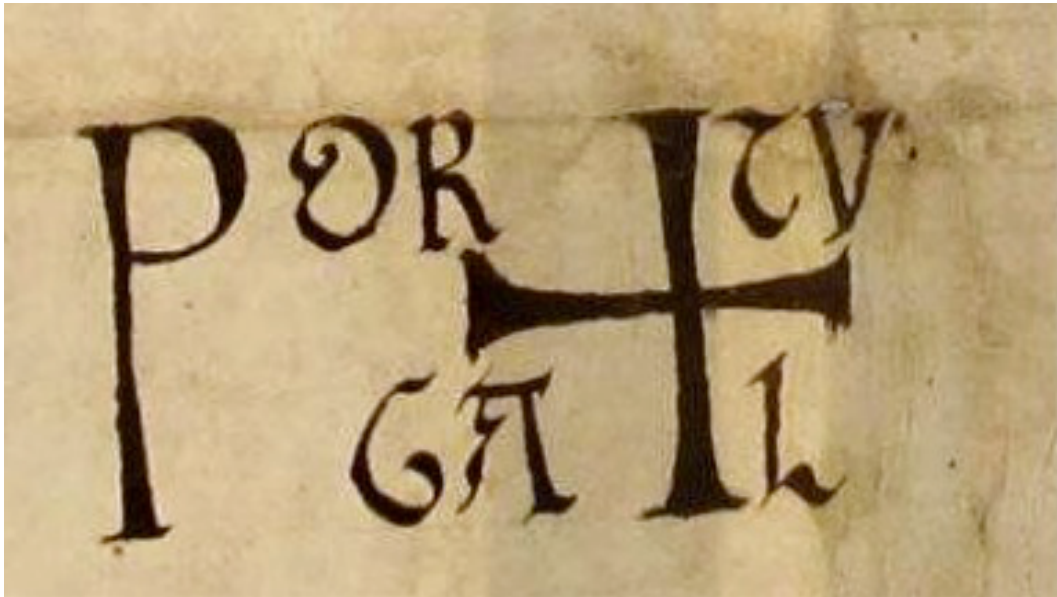
IV – CONCLUSÃO (p. 378)

Bibliografia (p. 386)

Índice (p. 409)

ANEXOS (I-XVII) [p. 415]

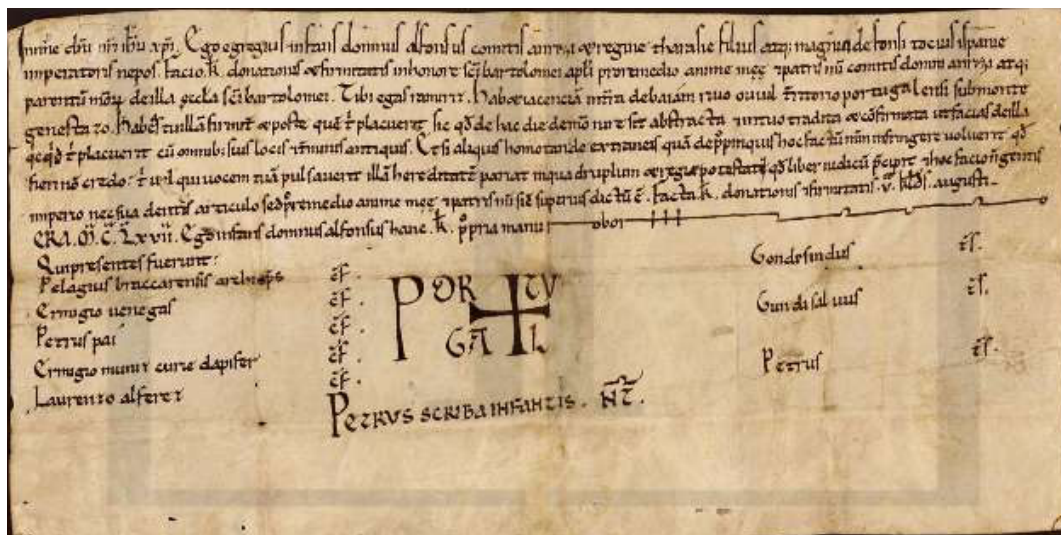
I – INTRODUÇÃO



Primeira forma gráfica conhecida do nome de PORTUGAL

Os entrelaçamentos conjuntivos da cruz com as letras da palavra, que o pormenor acima mostra, denunciam propósitos e propõem interpretações de ordem simbólica profunda

(pormenor de documento reproduzido abaixo)



Carta de doação pelo infante D. Afonso Henriques a Egas Ramires da Igreja de São Bartolomeu de Campelo. 1129-07-28. Portugal, Torre do Tombo, Ordem dos Pregadores, Mosteiro de Santo André de Ancede, mc. 1, doc. 2.

1. Objeto e abrangência

Um rápido olhar pelo mapa ibérico dos inícios do século XII revela-nos uma Península retalhada, composta por novos *Estados*¹ emergentes, à medida que a dominação islâmica se retrai frente às arremetidas dos cristãos que, paulatinamente, se asseinhoream do território e o repovoam. Um desses novos Estados é Portugal (formado, inicialmente, a partir do Condado Portucalense), mas que ganha identidade física própria, ao alargar o seu espaço, pelo seu esforço de reconquista territorial aos muçulmanos e, simultaneamente, autonomia política junto dos outros soberanos peninsulares, pela afirmação autonómica e independentista dos seus líderes.

O nascimento deste novo Estado foi fruto de um amadurecimento histórico de um sentimento unitário que surgiu e se impôs aos seus habitantes como um «Projeto» comunitário alargado. A forma como ele se foi estruturando sofreu, ao longo do tempo, inúmeras reconfigurações, particularmente na relação das instituições – a política e a religiosa – que lhe delinearão a origem e lhe substanciaram e robusteceram o carácter das suas gentes.

À distância de quase um milénio, essa relação institucional em que, desde o início, assentou o Projeto nacionalista de Portugal, assim como a interpretação das razões do seu percurso por vezes sinuoso, leva-nos a vê-la como um trato de similitude conjugal, em que os tempos vivenciais – por nós divididos em três ciclos por razões de organização expositiva – foram decorrendo entre entusiasmos e afetos, permeados de amuos e separações. À luz da metáfora conjugal, decidimos percorrer o arco histórico deste (*in*)*acabado* Projeto – Pessoa, no «Infante» da *Mensagem*, diz que «falta *cumprir-se* Portugal»!... –, para nele identificarmos aqueles momentos mais relevantes da relação da instituição política (Monarquia/República = Estado) e da instituição religiosa (Igreja = Religião[ões]), em que o trabalho conjugado de regulação das convivências se revelou sintónico, convergente e harmonioso, mas também aqueloutros em que as práxis institucionais, em divergência, provocaram particulares situações de tensão ou mesmo de fricção que, por vezes, levaram ao agastamento público, ao repúdio, ao afastamento e até à ruptura.

¹ O termo *Estado*, ainda que deva a sua concetualização atual aos pensadores modernos *contratualistas* dos séculos XVI a XVIII, é aqui usado por nós, no seu sentido lato, ou seja, com o sentido de organização política de um território autónomo, com algumas estruturas dirigentes próprias e reconhecidas fora das suas fronteiras (*vide* também, mais à frente: 3.1 – *Definições*, e nota 11, p. 23).

Sob o efeito destes embates, a figura do Estado foi-se assumindo, ora como regulador absoluto dos espaços de relação institucional e individual, ora criando patamares de participação dos vários intervenientes através de regras de relação consensuais. Mas as reconfigurações nem sempre se reduziram a estes dois figurinos, acontecendo que, por vezes, a instituição eclesiástica se sobrepôs à secular, determinando um tipo de governação hierocrática e, não poucas vezes também, invertendo-se o pendor, alcandorou-se o poder secular ao papel de regulador tanto da esfera mundana como da espiritual, caracterizado, por isso, de governação regalista. Sabe-se que estes modelos de governação política emergiram por força de lógicas históricas hoje bem determinadas, e que continuam a merecer vasta reflexão. Na mesma linha de raciocínio, não é tão-pouco necessário fazer sibilino exercício, para se intuir que, sob novas contingências, outras reconfigurações se sucederão.

Portugal, que congrega os quatro elementos constituintes da sua estrutura socio-política (Povo, Nação, País, Estado) sob a mesma denominação pátria – facto que, no enquadramento internacional, é quase uma originalidade, assim como a de, ao longo da sua história, praticamente ter sido sempre regido por leis de consenso, merecendo de alguns autores o epíteto de «rigorosamente constitucional»² –, também não escapou às influências desses aludidos embates históricos, reconfiguradores do pensamento e da ação, e é deles que aqui nos ocupamos.

Para atingir os objetivos a que nos propomos, analisaremos os discursos sobre a identidade portuguesa, problematizando a definição das relações Igreja-Estado com vista a propormos uma caracterização das diferentes fases destas relações e como pretexto de indagação intelectual auxiliar do raciocínio. Socorremo-nos, recorrentemente, da autoridade de alguns autores, nuns casos, para transmitir as ambiências ideológico-filosófico-políticas dos tempos em que se deram os eventos mencionados, e, noutros, para fundar razões e argumentos, apoiado na opinião daqueles outros que, apesar de contemporâneos, acerca das épocas por nós percorridas, têm as suas reflexões publicadas e são amiúde citados ou referidos. Usamos, até certo ponto da descrição histórica, a palavra Igreja como sinónimo quer de Igrejas (plural) quer de Religião, pela simples razão de que, no Portugal das épocas então referidas não existirem quaisquer outras institui-

² Cf. José Liberato Freire de CARVALHO, in *Ensaio histórico-político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal* (Paris, Casa de Hector Bossange, 1830, p. 7). Para um mais aprofundado estudo sobre o assunto, vide Damião PERES, *Como nasceu Portugal*, Porto, Portucalense, 1955. Vide também Martim de ALBUQUERQUE, *A consciência nacional portuguesa: ensaio da história das ideias políticas*, Lisboa, s/ed., 1974.

ções religiosas para além da Igreja Católica Romana. Usamos ainda o singular Religião (com maiúscula), em vez do seu plural, por nos parecer ser o vocábulo que melhor transmite a ideia de conjunto (a pluralidade da expressão religiosa).

A abordagem de cada momento histórico, de cada contexto, é tentada com a preocupação de um especial distanciamento, ainda que com empenhamento na objetividade, procurando colher da observação dessa relação institucional e correspondentes atitudes e desfechos os indícios consistentes que ajudam à construção de um quadro comportamental equivalente ao de uma relação sponsal, que apesar de metafórica, se manifesta, num primeiro momento, como um matrimónio *monogâmico* com *partilha de bens materiais e criação e comunhão de bens simbólicos* (um único Estado [figura do monarca], uma única religião [Cristianismo católico]). Num segundo momento, confrontamo-nos com uma relação matrimonial em crise, que culminou em *separação e divórcio* (perturbação causada por infiltração das ideias secularizantes e anticlericais do Iluminismo e do Modernismo³). Num terceiro momento, a inevitabilidade de uma convivência «negociada» converteu a relação numa *união de facto*, mas de características *poligâmicas* (com a criação de novos espaços de tolerância social em convivência harmónica e salutar, apesar das pertenças religiosas diversificadas dos cidadãos).

1.1 Título

O projeto «Portugal» e a relação Estado-Religião corresponde a uma forma sintética de enunciação do propósito de reproduzir, textualmente, a extensão e a densidade tensional que caracterizou a relação do Estado e da Religião, nos alvares da nacionalidade. Primeiramente, foi uma relação que consubstanciou um ideário comunitário de afirmação autonómica e, posteriormente, independentista, que se estruturou como projeto político e deu corpo físico e ideológico à realidade sobre que assentou/a a identidade dos Portugueses, e que se veio a denominar «Portugal».

A *luz da metáfora conjugal* corresponde a um recurso retórico, facilitador do discurso sobre aqueles aspetos em que o uso da comparação, através de elementos da vivência social e quotidiana de proximidade, tais como os da vida conjugal, permitem, de forma eficaz, uma imediata intuição das situações e contextos, tanto no campo factual como no psicológico, mais do que os arrazoados de minudência discursiva. E o recurso

³ Considerado como movimento reformista do catolicismo, foi condenado por Pio X, através da Encíclica *Pascendi*, de 8 de setembro de 1907.

metafórico justifica-se não só pelos aspetos de similitude relacional (de analogia), mas também pelos aspetos simbólicos (ou mais propriamente, alegóricos⁴) e de legitimação contratual que comporta para as partes⁵, e ainda pelo sentido de perenidade e de indissolubilidade (como no caso do enlace religioso) de que se reveste. Apesar de todas as mudanças, alterações, ajustes e aportes que o tempo se encarregou/a de lhe imprimir, não é pensável um Estado sem religião (em sentido lato e múltiplo), ainda que se apresente sob outras denominações, mais ou menos ideológicas ou filosóficas. No caso vertente de Portugal, isso acontece, por maioria de razão, uma vez que a religião (ou a religiosidade ou o sentimento religioso) sempre estiveram presentes de uma forma culturalmente estruturante.

⁴ Tomando a alegoria no quadro proposto por Manuel Frias Martins: «A alegoria surge-nos como um discurso marcado pela *tensão* estabelecida entre um sentido literal e um sentido outro, estruturalmente figurado, que não só é clara e inequivocamente sugerido ao leitor, como sobretudo se oferece como o verdadeiro sentido que o leitor deve ter em conta» (*in* Manuel Frias MARTINS, *Em Teoria (A Literatura)*, Porto, Ambar, 2003, p. 166).

⁵ Com o aparecimento do Absolutismo europeu e a separação de poderes, verificar-se-á uma transferência desta implícita legitimidade, a que se chamou «contratualismo», para a pessoa do Monarca, cuja aplicação teve diversas interpretações e seguidores, desde o «poder absoluto» defendido por Thomas Hobbes (1588-1679) ao «poder constitucional» perfilhado por John Locke (1632-1704), e, posteriormente, apelidado de «Contrato Social» por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Na contemporaneidade, John Rawls (1921-2002) designa-o de «justiça distributiva».

2. Metodologia

A forma de abordar o tema, a que nos propusemos dar corpo, privilegia a investigação, leitura e reflexão de obras de historiadores, sociólogos, antropólogos e políticos que, particularmente nos últimos anos, estudaram aprofundadamente as relações do Estado e a Igreja/Religião⁶, mas a singularidade da nossa reflexão, cuja pretensão maior é a de concitar no espírito de quem nos leia a mesma perspectiva angular, consiste na identificação, nesse relacionamento institucional, de paralelismos bem vincados com a relação conjugal.

Para tanto, e tendo em conta que percorremos o arco histórico de Portugal desde a fundação da nacionalidade, houve que encontrar campos evidentes de comparação possível (necessariamente datas de referência), pois, assim como os tempos mudam/mudaram, também os costumes, as mentalidades e as normas sofrem/ram o mesmo ditame.

Escolhemos propositadamente determinados períodos como forma de neles identificarmos as várias tipificações comportamentais e de mentalidade, a cuja referência reguladora e de vigilância todos se submetem/ram, inclusive na padronização das intenções, das subserviências, das vivências.

⁶ De que destacamos, da bibliografia: António Costa Pinto, António de Araújo, António Manuel Hespanha, António Matos Ferreira, Arnaldo Madureira, Damião Peres, Denis de Rougemont, Eric Voegelin, Fernando Catroga, Fernando Rosas, Hagen Schulze, Jean-Claude Eslin, João Carlos Espada, João Medina, João Seabra, Joaquim Veríssimo Serrão, José Eduardo Franco, José Mattoso, José Miguel Sardica, José Pedro Paiva, Luís Machado de Abreu, Luís Salgado de Matos, Manuel Clemente, Marc Bloch, Mark Lilla, Paula Borja Santos, Peter Brown, Rui Ramos, Vítor Neto.

No decorrer da redação do nosso trabalho tomámos conhecimento, através de um texto que nos chegou – poderíamos dizer, por obra do acaso, numa deriva pela internet – e que refere uma reflexão de Abbé Hippolyte Marie Hemmer (1864-1945), publicada num pequeno livro de 86 pp., em 1905 (*Politique religieuse et séparation*, Paris, A. Picard et fils), em que o autor usa a mesma metáfora da união conjugal para caracterizar as relações do Estado e a Igreja, naquele particular momento em que a sociedade francesa se viu confrontada com legislação que determinava a separação daqueles dois universos institucionais. A referência a esse texto é feita por Jacques Buchhold, coautor do livro *Christianisme et Politique: Quelle place pour l'Église dans le débat politique?*, organizado por Frédéric Baudin & Nicolas Farelly (Paris/Aix-en-Provence, Empreinte Temps Présent/CEM, 2007). Ainda que estejamos perante o uso de uma mesma metáfora, a sua aplicação diverge, em primeiro lugar, por se tratar de duas realidades e géneses nacionais bem diferentes – França e Portugal – e, em segundo lugar, por se circunscrever, a reflexão de Abbé Hippolyte, apenas àquela circunstância da separação, em 1905 (no nosso trabalho, ela é aplicada ao arco histórico nacional português que vai desde a fundação da nacionalidade, no século XII, até à Constituição da denominada 3.^a República). Num primeiro momento, sentimos a incomodidade da surpresa, que parecia ameaçar a originalidade da escolha daquela metáfora. Mas, refletindo melhor, fomos levados a concluir que o facto de a metáfora já ter sido usada, e por personalidade tão conceituada na época, parecia reforçar a propriedade da nossa escolha, ainda que se tenha tratado de pura coincidência.

Quanto aos corpos institucionais, o maior trabalho foi o de caracterizar os vários e diversos actantes, seus estatutos e papéis, interrelações, pertenças e afinidades, de ordem sanguínea e/ou estatutária, e de classificação hierárquica e/ou linhageira, assim como os seus recursos/capitais de ordem patrimonial e/ou simbólica, bem como a forma como eles foram usados e fins a que se propuseram.

Pretendemos, ainda, distinguir e certificar os efeitos sinérgicos históricos da inter-relação do Poder Político e do Poder Religioso, consubstanciadores do corpo social híbrido e identitário chamado *País dos Portugueses*, cuja dialética relacional, expressa por comportamentos de atração-repulsão-contemporização, sugere a tal interpretação metafórica do modelo conjugal. O conhecimento dos contextos e as razões que lhes estiveram na origem foram também determinantes para uma leitura objetiva dos eventos, assim como para as ilações de toda a ordem a retirar do plano objetivo dos factos. Quanto aos contextos e seus efeitos, foram identificados muitos dos produzidos por dinâmicas de ordem interna e alguns de influência externa.

No que respeita aos modeladores de mentalidades, tentámos identificar e relacionar tanto os que advinham/advêm da tradição cultural (geografia e costumes locais) como os gerados e/ou reproduzidos pela tradição religiosa (exterior ou local), para além dos subliminares contributos veiculados, de uma forma muito eficaz, nos primórdios, na fugacidade dos contactos e conversas de viandantes e peregrinos ou na bagagem de forasteiros e comerciantes, infiltrando-se e sendo sub-repticiamente assimilados pelas comunidades limítrofes sempre ávidas de novidade. Com o advento dos tempos modernos e por virtude da imprensa deu-se uma aceleração exponencial do trânsito e difusão das ideias vindas de fora, pelo que houve um «cerrar de fileiras» por parte dos aparelhos institucionais, que aprimoraram, por isso, os instrumentos de censura e controlo, visando impedir tudo o que gerasse perturbação social ou pudesse contribuir para a contestação ou ameaça aos seus domínios.

2.1 Fases do ciclo da investigação

Devido à sua importância, os acontecimentos de origem são quase sempre suficientes para se explicar o muito que se lhe sucedeu, historicamente, tanto no campo social como no religioso, assim como para se aclararem dúvidas, desfazer ou encontrar respostas a interrogações e encontrar justificações para muito do que nos surge nebuloso e tantas vezes revestido de complexa trama, embora de facilitada compreensão sempre que revisitamos os primórdios.

Por essa razão, reservamos um espaço mais alargado à reflexão sobre os inícios da nacionalidade, cujo sentimento autonómico ou independentista é bem anterior ao reconhecimento do título real a D. Afonso Henriques ou das subsequentes redefinições das fronteiras territoriais. Bem lá nas origens já se detetam os efeitos de uma relação de vontades conjugadas, de compromisso em solidificação, ainda que pré-institucional. Era uma cooperação tácita, empenhada na construção de um ideário comum⁷, com conviências, cumplicidades, promessas e troca de dons e bens (materiais e espirituais). Foi um período de mútuos reconhecimento, ainda que, aqui e ali, salpicados de alguns «amuos» ou pequenos ressentimentos, bem próprios de um tempo de ajustes afetivos. Foi o tempo de vivências «amorosas» tal como são, por norma, os tempos dos inícios do enamoramento que conduz à partilha de projetos comuns idealizados, sonhados, bem como ao enlace matrimonial.

A esses tempos «idílicos» sucederam-se os tempos de desgaste convivial, de desencontro, potenciados por influências alheias, por ondas de contestação estranhas, ardiolosamente ornadas de racional sentido⁸, em que aos momentos de reconciliação sobre vêm os de hostilidade, ditados por ressaibos bipolares de amor-ódio, de incompreensões, de conflitualidade e, por vezes, de atitudes mais próprias de quem se odeia do que de quem apenas se quer ignorar. Tal como na condição conjugal em deterioração avançada, frequentemente suportada mais pelos compromissos comuns do que por elos de afeto, mas que, inevitavelmente, o tempo leva a que desague na intolerância, na agressividade, na ruptura e na separação.

O desgaste levou ao rompimento, por vezes odioso, mas o tempo, causador do desgaste nas relações, comporta também virtualidades de efeito regenerador, e a isso assiste-se tanto nas relações conviviais de género, como nas institucionais⁹. Quase como acordes de fundo nostálgico e aprazível de um passado idílico, as partes, aparentemente restabelecidas de contendas que lhes parecem distantes e já sem sentido, assumem atitudes de pacificação, de harmonização convivial, e, sem acertos de contas, dá-se a reaproximação amistosa, ainda que com redobradas cautelas. Tacitamente, criam-se espaços autónomos e equidistantes, apesar de, simultaneamente, balançarem entre a cordialidade e a tensão. Este estigma indelével patenteará, definitivamente, o novo padrão de relação institucional

⁷ Cf. Manuel ANTUNES: «reino do homem/Reino de Deus, ligados indissoluvelmente», in *Obra Completa*, t. IV, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007-2011, p. 99.

⁸ Segundo Manuel ANTUNES, para cada tempo uma sensibilidade, «em conformidade com as épocas históricas – “ares do tempo” – de atração-repulsão», in *ibidem*, p. 99.

⁹ Cf. IDEM: «O tempo modifica singularmente as perspectivas da história do pensamento como de qualquer outra história», in *ibidem*, p. 93.

que, de forma analógica com o novo modelo de relação conjugal, poderá ser caracterizada como uma *união de facto*, com projetos autónomos e separação de bens.

De forma similiar aos arranjos matrimoniais, é de absoluta importância conhecer o perfil dos contraentes, sua origem familiar, seus ascendentes, suas idades, suas posses, sua cultura, seus contributos e/ou dotes, para a definição dos termos da nova relação. Impõe-se também que sejam claros os termos contratuais que regularão o decurso, o desenvolvimento e, porventura, a evolução da relação, assim como o prazo de vigência do acordo contratual e ainda as penalizações em que incorrem as partes que não cumpram os deveres do seu compromisso.

A fim de, à partida, ficarmos já de posse de alguns elementos sobre o que as partes consideravam essencial para o sucesso de uma relação matrimonial, impõe-se evocar não só o texto normativo das *Constituições Sinodais* mas, mais ainda, percorrer a literatura medieva sobre os «bons» costumes¹⁰ que prescreviam, essencialmente e em primeiro lugar, a **paridade da condição** (estatuto social e patrimonial), o consentimento paterno e das famílias, as partes não estarem abrangidas por nenhum interdito, e, quanto a este aspeto, era grande o rol, desde os interditos consanguíneos aos de ordem social e de pleno usufruto do gozo de direitos. Por último, mas de importância «menor», o facto de as partes se amarem. O sentimento amoroso era algo que se remetia para o âmbito das interioridades pessoais, pois quanto menos visível mais louvável, porque o verdadeiro amor deveria ser o reservado exclusivamente a Deus e às coisas *santas*.

O amor humano considerado mais puro e virtuoso era o do serviço, da dedicação e da fidelidade, em cuja tépida e modorra temperatura era recomendável que se expandisse a prole e se fortalecesse a virtude.

Curiosamente, a tão recomendada paridade, na génese do seu enlace, não foi com certeza a condição mais bem preenchida pelas duas instituições. Dela não nos ocupamos de uma forma muito explícita, pois são demasiado evidentes e óbvios os contextos de contraste em que a reduzida paridade ou a acentuada disparidade comprometeram as necessárias harmonias. No início do terceiro capítulo (p. 200) – especialmente reservado à reflexão dos aspetos metafóricos – apresentamos algumas chaves auxiliares de leitura que permitem esclarecer melhor, por comparação, esses aspetos variantes das duas realidades.

¹⁰ No ponto 1.3 Literatura (p. 59), do Capítulo II – Espaço institucional, debruçar-nos-emos sobre alguns textos que, então, foram dados à estampa com o único intuito de servirem de adjuvantes dos «bons costumes» no que respeitava às relações de género e particularmente às relações no seio conjugal.

3. Definições, textos normativos e ordenamento jurídico

3.1 Definições¹¹

Conceito (*determinante da significação*): Termo (em uso no vernáculo desde o séc. XVI, segundo JPM) que se inscreve no registo da *Definição*, cuja propriedade significativa remete para a substância do significado. Quanto à sua *propriedade*, ele corresponde a um tempo (*história*), a um lugar (*geografia*), a um contexto (*atividade*), a um estrato (*sociologia*) e poderíamos alargar o espectro à língua, à cultura, ao género, etc. Devido à complexidade de que se revestiria a pretensão de querer ser tão preciso que satisfizesse todas as variáveis condicionadoras dos diversos universos conceptuais e sua evolução, usamos, para este termo, as acepções correntes dos léxicos comuns.

Instituição (*jur.*, desde séc. XV, JPM): «Estrutura decorrente de necessidades sociais básicas, com carácter de relativa permanência e identificável pelo valor dos seus códigos de conduta, alguns deles expressos em leis» (*Dic. Aurélio*).

Estado (desde séc. XIII, JPM): O conceito associado ao uso deste termo (grafado com maiúscula), ao longo do presente trabalho, corresponde à superestrutura que rege/superintende: a *Administração* (em regime *monárquico* ou *republicano*, nas suas diversas formas de expressão – absolutismo, constitucionalismo, parlamentarismo); o *Poder* – legislativo, executivo, judicial; a *Soberania* – território, população, economia. *Estado* (grafado com minúscula [v.g., pp. 26 e 51]) surge ali associado ao conceito de classe social ou de regime, respetivamente, e, no Ane-xo XII (explicado em nota 6), há mais uma aceção que o vocabulário da época ali tratada lhe atribui, adjectivante da pessoa do Rei.

Povo (desde séc. XIII, JPM): Termo para definir o conjunto de habitantes de um determinado território, comungando de costumes, tradições, história, língua e religião.

Nação (desde século XIV, JPM): Advindo do latim *natio*, remete para: nascidos no mesmo lugar. Termo usado para definir uma população, organizada politicamente (autónoma ou não) e ideologicamente com interesses comuns.

País (desde século XV, JPM): Termo que designa um território, habitado por uma população (mais ou menos homogénea) com vínculos e interesses comuns.

¹¹ As definições e suas etimologias foram consultadas, especialmente, no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de José Pedro MACHADO (mencionado abreviadamente: JPM), 5 vols., 8.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2003. Compulsámos também o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (mencionado abreviadamente: *Dic. Aurélio*), 3.ª ed. revista e atualizada, Curitiba (Brasil), Positiva, 2004.

Religião (desde século XIII, JPM): De etimologia latina, mas divergem os autores quanto ao vocábulo que lhe deu origem. Assim: Cícero (século I a.C.) usa-a, a partir de *re-legere* (que originou *reler*, no vernáculo), com o sentido de *honra, escrúpulo, lealdade*; Santo Agostinho (séculos IV-V) usa-a, a partir de *re-elegere* (que originou *reeleger*), com o sentido de *voltar a eleger*; Horácio (século I a.C.) usa-a, a partir de *re-ligare* (que originou *religar*), com o sentido de *ligar atrás, restabelecer contacto*; e o escritor cristão Lúcio Lactâncio (séculos III-IV), também de *re-ligare* (*religar*), mas com o sentido de *ligar de novo*. O seu primeiro uso, no séc. XIII (JPM), fazia-a corresponder a *Cristianismo*, mas, em documentos posteriores, surgiu com o sentido de *instituição conventual* ou *monástica*. Atualmente, estão-lhe associados dois conceitos: um concernente a *Instituição*, e outro, a um *sentimento pessoal*, idiossincrático, cuja definição é imprecisa, muito velada e subjetiva, a que, comumente se chama *sentimento religioso* ou *religiosidade*.

No primeiro caso (*Instituição*), definimos *Religião* como: Congregação de fiéis, com códigos de conduta e prescrições preceituais, que partilham uma crença em Entidade transcendente que é cultuada através de ritos litúrgicos, com o objetivo de alcançar a salvação eterna de todos e de cada um dos seus membros. Tem uma *Doutrina* expressa num Credo; executa *Ritos*, segundo cerimonial próprio. Nas suas Leis e Normas patenteia um conjunto de códigos de ética e moral. Os seguidores reúnem-se em Assembleia de Crentes a que se chama Comunidade/Igreja. A comunicação da comunidade com o Transcendente e deste com a Comunidade efetiva-se por mediação de um agente ordenado (sacerdote, pastor, hierarca) investido da administração do sagrado. No segundo caso (*Sentimento religioso/religiosidade*), poder-se-á definir como: Sentimento pessoal de respeito, temor ou maravilhamento pelo Transcendente, radicado no reconhecimento da insuficiência humana para, de forma inteligível, poder pensar e entender o sentido do mundo e da vida, que são intuídos como velados e do âmbito do Mistério.

Apesar da dificuldade de se definir um conceito preciso para a Religião, esta sempre se manifestou como factor intrínseco da condição humana. A história demonstra, porém, que, frequentemente, ela foi e é considerada ora como uma Ideologia ora como uma Cultura. Mas sempre que isso tem sucedido, a Religião parece renegar-se. Pois, como *Ideologia* (torna-se ativa exigindo incondicional submissão), procura impor-se, e para isso todos os métodos têm servido, desde a promiscuidade com a política até à declarada ação bélica da conquista; e, como *Cultura*, propõe-se e insinua-se, de uma forma velada, como modelo exclusivo de progresso, de bem-estar e de harmonia universais. É claro que, para aqueles que vivem a pureza dos princípios de qualquer religião,

longe das afectações dos sentidos, a Religião não é uma ideologia, nem uma moral, nem uma cultura. Ela contém várias dimensões, que são, além de outras, a dimensão ideológica, a dimensão moral e a dimensão cultural.

O conceito de *Religião*, aqui adotado, refere a *instituição* (Sé Romana, ou Igreja Católica, pelo que também usaremos o termo *Igreja*, com o mesmo sentido), pois foi esta a única tradição religiosa com implantação e reconhecimento oficial pelo menos até ao século XX. Nos factos relativos à relação Estado-Religião, durante o último século, o vocábulo *Religião* é usado com um sentido plural englobante de todas as tradições religiosas com implantação e oficialmente reconhecidas pelo Estado português.

Para lá da explicação dos vários conceitos e suas definições que adotamos no presente trabalho, sublinhamos aqui também a definição (acima já referida) frequentemente encontrada e consensual para designar Portugal:

Portugal, quanto aos seus elementos identitários, apresenta a singularidade de poder ser definido como um *Povo*, constituinte de uma *Nação* (com língua e símbolos próprios: bandeira e hino), que habita um território (com fronteiras fixas e permanentes, desde o século XIII), designado por *País dos Portugueses*, e que é um Estado independente e soberano, desde a sua fundação (século XII).

3.2 Textos normativos

Entre os séculos VIII e XII, as vivências, nos reinos cristãos da Península Ibérica, eram regidas por leis de vária proveniência. De uma forma sumária, tal pode ser explicado como sendo resultante de modelos de organização social dos vários povos que por aqui passaram ou se estabeleceram – com especial destaque para os romanos e visigodos¹² – e ainda o lastro do Direito Canónico, que começou a esboçar-se, logo a partir de Constantino, visando reconfigurar o Direito Romano e, posteriormente, também o Direito Visigótico, de modo a esbater neles toda a articulação e clausulado de inspiração pagã. Impõe-se aqui, que deixemos uma pequena nota histórica da evolução do Direito em vigor na Península, desde os primeiros séculos, não só pelo peso das suas tradições seculares, mas

¹² A Península Ibérica apresentava-se, então, como uma manta diversificada e em reconfiguração ininterrupta (Astúrias/Leão-Castela/Galiza/Condado Portucalense, Navarra/Aragão e Califado de Córdoba/reinos de Taifas), cujos reinos se antagonizavam, permanentemente, de forma aguerrida, ora por problemas de ordem sucessória, ora em esforços de conquista e reconquista. Portugal emergirá neste contexto e solidificará a sua ambição independentista no campo de batalha, principalmente no trabalho da reconquista cristã. É à volta deste «projeto» nacionalista que se desenvolverá o presente trabalho pelo que o nosso enfoque será apenas o da realidade dos reinos da Cristandade de então.

também pela força reguladora que o Direito religioso exercia, particularmente na esfera da moralização dos costumes a que se recorria, comumente, como direito subsidiário¹³.

Entre 1140 e 1248, prevaleceu a influência do Direito consuetudinário e foraleiro.

Entre 1248 e 1750, prevaleceu a influência do Direito Comum, com 2 intervalos: 1248-1446 – período de acolhimento do Direito Comum; e 1446-1750 – período de vigências das 3 grandes Ordenações (*Afonsinas*, *Manuelinas* e *Filipinas*). Para as circunstâncias não previsíveis ou de difícil interpretação do Direito Comum nacional vigente, os juízes recorriam ao direito subsidiário, respeitando as seguintes precedências¹⁴: 1. *Direito romano* (matéria temporal); 2. *Direito canónico* (matéria espiritual e temporal em matéria de pecado); 3. *Glosas de Acúrsio*¹⁵ (sempre que não havia norma aplicável do Direito romano e canónico); 4. *Glosas de Bártolo*¹⁶ (quando não havia norma aplicável do Direito romano, canónico ou nas Glosas de Acúrsio); 5. *Resolução régia* (não havendo norma que satisfizesse, em qualquer dos antecedentes, recorria-se ao arbítrio régio)¹⁷.

¹³ Cf. Nuno J. Espinosa Gomes da SILVA, *História do Direito Português*, 5.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011 (divisão capitular).

¹⁴ Em 1603, as *Ordenações Filipinas* (III, 64) registavam a seguinte determinação: «1. E se o caso, de que se trata em pratica, não for determinado por Lei de nossos Reinos, Stilo, ou costume acima dito, os Leis Imperiaes, ou pelos Sagrados Canones, antaõ mandamos que se guardem as Glosas de Acursio, incorporadas nas ditas Leis, quando por commum opiniaõ dos Doutores não forem reprovadas, e quando pelas ditas Glosas o caso não for determinado, se guarde a opiniaõ de Bartolo, porque sua opiniaõ commumente he mais confôrme á razaõ, sem embargo que alguns Doutores tivessem o contrario, salvo se a commum opiniaõ dos Doutores, que depois delle screveraõ, for contraria. 2. E acontecendo caso, ao qual por nenhum dos ditos modos fosse provido, mandamos que o notifiquem a Nós, para o determinarmos, porque não sómente taes determinações saõ desembargo daquelle feito, que se trata, mas saõ Leis para desembargarem outros semelhantes» (in John GILISSEN, *Introdução Histórica ao Direito*, 7.ª ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 331).

¹⁵ Francesco ACCURSIO (1182-1263) era natural de Bagnolo (Florença, Itália), e morreu em Florença, mas está sepultado em Bologna, onde estudou Direito e onde foi professor durante quarenta anos. Destacou-se pela sua competência como comentador e glosador do Direito Justiniano (*Corpus Iuris*). Dedicou-se, durante anos, à recolha sistemática das glosas dos mestres precedentes que reuniu sob o nome de *Glossa Ordinaria* ou *Magna Glossa*, e que se difundiu por toda a Europa, transformando-se em guia de estudo e ensino da jurisprudência, e na interpretação e aplicação da Justiça. A fama que alcançou, junto dos seus contemporâneos, valeu-lhe o título de «Ídolo dos Glosadores». Foi ainda autor de outras obras de menor ressonância ou perdidas (cf. *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, 5 vols., Lisboa, Realizações Artis-Bompiani, 1976, v. I, pp. 18-19).

¹⁶ BARTOLO de Sassoferrato (1313-1357) era natural de região das Marcas (Itália), tendo falecido em Perúcia, cidade onde estudou e foi professor e também em Pisa, seguindo as doutrinas de Francesco Accursio. Mudou-se depois para Bolonha onde se doutorou com apenas 21 anos. A par de Francesco Acúrsio, Bártolo é considerado um dos mais autorizados comentadores do Direito Romano da Idade Média. Os seus métodos e doutrinas – que favoreciam a libertação da observância restritiva da lei, apontando métodos para a busca e valorização da interpretação do seu sentido profundo – valeu-lhe do povo a sentença: «Ninguém é bom jurista se não for bartolista.» Em Portugal e em Castela, Bártolo alcançou uma notoriedade que jamais alcançaria na sua pátria. A primeira referência à «*Bartoli opinio*», em documentação portuguesa, foi registada elogiosamente por D. João I, em carta dirigida ao concelho de Lisboa (cf. *Dicionário de História de Portugal*, Joel SERRÃO (dir.), 4 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, v. I, pp. 308-309). Vide também Martim de ALBUQUERQUE, *Bártolo e bartolismo na história do Direito Português*, s/l., s/ed., 1981.

¹⁷ Cf. Nuno J. Espinosa Gomes da SILVA, *o.c.*, p. 332.

Entre 1750 e 1820, o Direito revela uma forte influência do Iluminismo.

Entre 1820 e 1926, a influência foi a Liberal e Individualista.

3.2.1 *Direito Romano*

A influência do Direito Romano (o de Justiniano [482-565, reinante desde 527]), no Ocidente, quase desapareceu, entre os séculos IX/X e XI, só voltando a ressurgir a partir do século XII e com forte incremento do seu estudo, posteriormente, até ao século XIX¹⁸. O Direito Romano (*Corpus Iuris Civilis*), mandado organizar por Justiniano (entre 529 e 534) é constituído pela *Digesto* (ou *Pandectae*, compilação de jurisconsultos clássicos), as *Institutiones* (elaboraões teóricas das leis, destinadas ao ensino), o *Codex Vetus* (conjunto das leis imperiais) e *Novellae* (conjunto de leis novas). Este código – organizado sob o imperador bizantino –, ainda que constitua um avanço notório da história do Direito, ficou marcado, negativamente, por um forte antissemitismo, que relegou a condição judaica dos cidadãos para uma segunda ordem social, com os seus direitos muitos diminuídos. Justiniano corporizou, particularmente, o ideal da unidade do Estado com a Religião (cristã), e foi seu primeiro empenho o de fazer equivaler a universalidade do Império à universalidade do Cristianismo, para tanto, agiu com determinação em todos os domínios para alcançar esse intento:

«Não só convém à majestade do Imperador a honra das armas, mas também a das leis, de tal modo que, quer na paz, quer na guerra, ele possa governar com justiça. Coisa que com muita fadiga e muita prudência (com a ajuda do altíssimo Deus) temos conseguido cumprir.»

Imperador JUSTINIANO, na «Introdução» às *Institutiones*,
in *Dicionário Biográfico Universal de Autores, o.c.*

3.2.2 *Direito Canónico*

Quanto ao Direito Canónico¹⁹, cuja redação terá sido começada ainda na Alta Idade Média, fundava-se, primordialmente, no trabalho legislativo produzido pelos concílios

¹⁸ Cf. John GILISSEN, *o. c.*, pp. 18, 80, 240, 337.

¹⁹ Cf. Pe. António Domingues de SOUSA COSTA, in «Direito Canónico», *Dicionário de História de Portugal*, Joel SERRÃO (org.), vol. I, pp. 831ss.: «O primeiro exemplo de legislação eclesiástica em forma, de que temos conhecimento, vamo-lo encontrar no Concílio de Jerusalém, realizado sob a presidência de Pedro, Chefe da Igreja e com a presença de alguns apóstolos, como S. João Evangelista, ao legislar sobre determinadas questões relativas à ab-rogação da lei mosaica na Igreja nascente.»

O poder legislativo da Igreja emana dos seus órgãos de poder: o Papa, os Concílios ecuménicos e os Bispos (estes, através dos concílios provinciais e regionais). As determinações pontificias, conciliares e episcopais, pelo menos a partir do século IV, tendo em conta a importância das matérias (e se são de âmbito universal ou particular, ou ainda, se visam a disciplina interna, clerical, ou a comunidade dos fiéis) são apresentadas em documentos cuja denominação se inscreve numa hierarquização própria: constitui-

(para o plano teológico-doutrinário) e nos ajustamentos possíveis com o direito consuetudinário dos povos (para o plano laico), impondo-se assim como legítima supremacia sobre os outros direitos, e sendo adotado na regulação da vida das comunidades cristãs. Essa legitimidade, a que se conformavam reis e príncipes da Cristandade, surgia robustecida também pela sua autoridade moral e por particularidades que o caracterizavam:

- 1) o universalismo cristão, no mundo conhecido de então;
- 2) o seu carácter de direito escrito (o único, entre fins do séc. IX e séc. XIII), contrariamente ao direito laico, de tradição consuetudinária – com o qual, inevitavelmente, conviverá até tarde, até à separação –, passando por inúmeras e inconciliáveis contendas institucionais, entre monarcas e Igreja; e
- 3) muitas das questões do foro laico terem sido atribuídas aos tribunais eclesiásticos, como por exemplo, o casamento e o divórcio (a partir do séc. VIII).

Esta vigência pode ser entendida com o seguinte faseamento: séculos III a XI – *fase ascendente*; séculos XII e XIII – *apogeu*; século XIV (Grande Cisma) – início do *decréscimo* de influência; e, a partir do século XVI (Reforma e laicização dos Estados) – *decréscimo acentuado* da sua aplicação que se viu confinada à Igreja Católica romana, já entrado o séc. XVIII²⁰.

ções, decretos, decretais, encíclicas, cartas, exortações, bulas (denominação tradicional que refere mais a forma selada da apresentação do documento do que propriamente o seu conteúdo) e *motu proprio*.

O Concílio de Niceia (325) refere a documentação disciplinar que então existia pelo nome grego de *kanon ekklesiasticos*. Entre 1140-1142, a documentação legislativa eclesiástica (de cariz dogmático e disciplinar) foi reunida, pelo jurista camaldulense Franciscus Gratianus, num *corpus* jurídico de 5 livros – *Concordia discordantium canonum* – que ficou conhecido por *Decreto de Graciano*. Em 1234, Gregório IX mandou proceder a nova reorganização, com inclusão de documentação pós-graciana, conhecida por *Decretais de Gregório IX* (ou *Liber Extra*, ou ainda, *Decretales extravagantes Gregorii IX*). Em 1298, foi a vez de Bonifácio VIII mandar proceder a nova compilação, conhecida por *Decretais – Liber Sextus*. Em 1314, Clemente V começou mais uma compilação que só seria concluída pelo seu sucessor João XXII, a que se deu o nome de *Clementinae* (ou *Liber Septimus*), e a que foram acrescentadas, em 1317, as *Extravagantes de João XXII*. Em 1484, reuniram-se as *Decretais*, desde Bonifácio VIII até Sisto IV, sob a denominação de *Extravagantes Comuns*. Em 1500, o canonista da Universidade de Paris, Jean Chappuis, organizou em cinco partes, toda a legislação anterior e suas atualizações sob o título *Corpus Iuris Canonici*, cuja publicação oficial só veio a ter lugar, em data pós-tridentina, em 1582, e que haveria de perdurar até ao século XX. Em 1917, pela Constituição *Providentissima Mater Ecclesia*, Bento XV publicou o primeiro *Código de Direito Canónico*, dividido em 5 livros e com 2414 cânones. E, em 1983 (25 jan.), pela Constituição Apostólica *Sacrae Disciplinae Leges*, João Paulo II promulgou o que se pode considerar como segundo *Código do Direito Canónico* (com 1752 cânones).

Na Península Ibérica, anteriormente a estas compilações oficiais da Igreja romana, vigoraram diversas coleções legislativas, respeitando aos Portugueses, particularmente, a *Isidoriana* (ou *Hispana*) e os *Capitula Martini* de Martinho de Dume e arcebispo de Braga, a quem aludimos mais pormenorizadamente na parte das Instituições (Poder eclesiástico – 3.3.2 [Clero regular], pp. 177-178).

Para redação da presente nota, para além de várias fontes bibliografadas, socorremo-nos, especialmente, do *Dicionário da História de Portugal*, Joel SERRÃO (dir.); da *Introdução Histórica ao Direito*, de John GILISSEN; da *História do Direito Português*, de Nuno J. Espinosa Gomes da SILVA; e da *Competência da Igreja e do Estado sobre o Matrimónio*, de António LEITE.

²⁰ Cf. John GILISSEN, *o.c.*, pp. 17 e 133-134.

3.2.3 *Direito Visigótico*

Introduzido na Península com a chegada dos Godos caracterizava-se pela sua inspiração consuetudinária germânica, mas, em contacto com as populações autóctones (hispano-romanos), robusteceu alguns dos seus aspetos originais – de respeito pelos costumes locais – e foi-se reconfigurando com adoção de muito das doutrinas legislativas romana e canónica e também pela mudança da sua própria confessionalidade religiosa, a partir de 589. Ainda que sejam poucas as fontes documentais dos tempos da aplicabilidade deste Código, sabe-se que terá tido, pelo menos, três versões – pelo menos até ao século XIII, a partir do qual se nota «um progressivo desaparecimento». A primeira versão, na segunda metade do século VII (aprovada no VIII Concílio de Toledo, em 653), que determinava a erradicação de qualquer sujeição à Lei romana (particularmente nos aspetos de inspiração bizantina, sob cujo domínio esteve parte do Sul da Península); a segunda versão, foi aprovada no XII Concílio de Toledo (ano 681) e ficou marcada por determinações antissemitas; e a terceira versão demonstra uma forte influência de Isidoro de Sevilha (c. 560-636), cuja *História dos Godos* (de que era descendente por parte da mãe) é um hino laudatório e de premonição e determinística religiosa do papel conquistador dos Godos.

D. Afonso II das Astúrias (759/760-842 [rei, desde 791]) retoma o uso do Código Visigótico para, na concorrência com outros reinos peninsulares em emergência, legitimar a sua condição de sucessor dos reis visigodos²¹. No território português são muitas as referências à aplicação deste Código (*Liber iudicum* ou *Lex Gothorum*) em âmbitos quer de aplicação da Justiça quer na elaboração de escrituras públicas de diversa natureza. A chegada das *Leis das Sete Partidas* ditarão, a partir de então, o abandono deste Código, ainda que, na nova lei, resistam seus resquícios, no respeitante aos «costumes locais» e aos «costumes da Corte».

3.2.4 *Direito subsidiário*

Em meados do século XIII, surge um outro conjunto de leis, de origem castelhana – *A Lei das Sete Partidas* – que passou também a ser muito seguida em Portugal, principalmente por estar escrita «em idioma que facilita a sua direta consulta ou tradução» do direito romano, escrito num latim demasiado elaborado para o domínio comum²².

²¹ Cf. referência de Nuno J. Espinosa Gomes da SILVA, *o.c.*, pp. 165-168.

²² Cf. IDEM, *ibidem*, p. 263.

A organização deste *corpus* legislativo (subdividido em 7 partes, sob 112 títulos e com 2683 leis), determinada por Afonso X, *o Sábio* (rei de Leão e Castela), começou a ser redigida em 1256 e foi concluída em 1265. Manifesta uma forte influência secular do *Direito Justiniano* (romano), mas também canónico, das *Decretais* de Gregório IX. Há notícia da sua influência em Portugal, por várias documentação da época, no entanto e curiosamente, regista-se também alguma contestação, como sucedeu nas Cortes de Elvas, em 1361, em que o Clero reclama contra alguns abusos régios, por a Justiça real seguir mais esta Lei do que o Direito Canónico, e na mesma conformidade, os estudantes de Coimbra, junto de D. Pedro I, acusam o conservador pela mesma tendência e prática²³.

3.3 Ordenamento jurídico do Reino de Portugal

Até ao século XIV, a Cúria do Rei (ou Cúria Régia), o Tribunal da Corte e o Tribunal da Casa do Rei acompanhavam a pessoa do rei. Foram vários os modelos por que se regeram as chancelarias e demais órgãos estatais, em conformidade com os diversos ordenamentos legislativo-jurídicos do Reino²⁴ e que aqui resumimos:

Ordenações Afonsinas²⁵ – Com D. Afonso V, em 1449, é criada a primeira compilação oficial do direito do País que deixou as instâncias jurídicas do Reino assim organizadas: CASA DO CÍVEL (*matéria cível*), extinta em 1582, tendo as suas competências passado para a Casa da Suplicação; CASA DA JUSTIÇA DAS CORTES (*supremo tribunal do Reino* [vide Anexo XII, p. CXI]), que, por influência do direito romano, assumiu o nome de CASA DA SUPLICAÇÃO (só será dissolvida por decreto de 1833, dando lugar ao tribunal de segunda instância denominado *Relação de Lisboa*); VEDORES DA FAZENDA (*tesouro e bens do rei*); para além do CORREGEDOR DA CORTE (aparece já mencionado no tempo de D. Afonso IV e que superintende aos *assuntos de polícia*); e CASA DOS VINTE E QUATRO (criada em 1383, por D. João I, e só extinta em 1834), para representação corporativa e *defesa dos mesterais*. Dela saíam também delegados às Cortes.

²³ Cf. Rui d’Abreu TORRES, in *Dicionário de História de Portugal*, Joel SERRÃO (dir.).

²⁴ Significativamente referenciados por António Pedro Barbas HOMEM, in *O Espírito das Instituições*, 2006, pp. 162-164; por Rui d’Abreu TORRES, in *Dicionário de História de Portugal*, Joel SERRÃO (dir.), e em http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_da_Suplicação (visitado em dezembro de 2014).

²⁵ Vide também: *Algumas reflexões sobre o Direito Subsidiário nas Ordenações Afonsinas*, de José Artur A. Duarte NOGUEIRA, Coimbra, Tipografia Atlântida, 1980; *Proposta de edição crítica das Ordenações Afonsinas* (dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa), de Ana Maria Rodrigues de Almeida FERNANDES, Lisboa, 1995; *O sistema das fontes nas Ordenações Afonsinas*, de Nuno J. Espinosa Gomes da SILVA, Braga, Livraria Cruz, 1980; *As Ordenações Afonsinas: três séculos de Direito mediévico (1211--1512)*, de José DOMINGOS, Lisboa, Direcção Geral do Ensino Superior, 2007.

Ordenações Manuelinas²⁶ – com D. Manuel I, em 1521, e coletâneas seguintes até 1583. (Este conjunto, apesar de redigido de forma diferenciada das *Afonsinas*, ele contém-nas, revistas e atualizadas, a que foi também acrescentada a legislação extravagante até então publicada.) A datação destas *Ordenações* advém-lhe da data da Carta régia, mas são vários os autores que apontam 1512 como início da sua publicação (Livro I).

Ordenações Filipinas²⁷ – D. Filipe I (II de Espanha), em 1583/1603 e coletâneas, elucidários, prontuários seguintes até 1819/1825 –, que, desde finais da Idade Média, passando pela Idade Moderna e só terminando no Liberalismo, em meados do século XIX, constituíram-se como instrumentos indispensáveis para a regulação, por parte do Estado, das vivências dos vários estados: Nobreza, Clero e Povo.

Beneplácito régio²⁸ – Dos instrumentos jurídicos que, ao longo dos séculos de relação entre o Estado e a Santa Sé, mais presente esteve e que mais pretextos deu a queixas dos eclesiásticos (particularmente da Santa Sé) junto dos reis de Portugal e suas Cortes, não há dúvida de que foi o «Beneplácito régio». Ele foi habilmente utilizado pelos monarcas a fim de filtrarem e temperarem o efeito da muita documentação papal/curial que visava o exercício de um poder dominial conformador de mentalidades e comportamentos da população fiel à doutrina da Igreja. Chegou inclusive a ser suprimido, quando isso pôde funcionar como moeda de troca, como sucedeu com D. João II, entre 1487 e 1495 (*vide* p. 255).

Concretamente, o «Beneplácito régio» corresponde a uma declaração régia que reconhece a legitimidade de um documento eclesiástico e permite que o mesmo seja difundido e aceite pela população do seu território. Terá sido instituído por D. Pedro I (1357-1367) e, logo em 1361, nas Cortes de Elvas, já os prelados se queixavam do efeito constritor dessa determinação régia. E, em 1427, nas Cortes de Santarém, com D. João I, também houve queixas no mesmo sentido, mas que não foram atendidas.

²⁶ *Vide* também, de João José Alves DIAS: *A primeira impressão das Ordenações Manuelinas*, Lisboa, Colibri, 1995 e *Ordenações Manuelinas, 500 anos depois: os dois primeiros sistemas (1512-1519)*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal e Universidade Nova de Lisboa, 2012; de Nuno J. Espinosa Gomes da SILVA: *Algumas notas sobre a edição das Ordenações Manuelinas de 1512-1513*, Braga, Livraria Cruz, 1977 e *Alguma notas sobre a edição das Ordenações Manuelinas de 1521*, Braga, Livraria Cruz, 1981.

²⁷ *Vide* também: *Ordenações Filipinas*, Mário Júlio de Almeida COSTA (Nota de Apresentação), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985; *A evolução do Direito da nacionalidade em Portugal: das Ordenações Filipinas à Lei n. 2098*, Rui Manuel Gens de Moura RAMOS, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1983.

²⁸ *Vide* também: *O Beneplácito Régio em Portugal*, por Manuel de Oliveira CHAVES E CASTRO, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885; *Reflexões ao livro «A Reforma da Carta e o Beneplácito Régio» do Snr. Conde de Samodães*, Coimbra, A. A. dos Reis Leitão, 1885; *D. João IV e o Beneplácito Régio em Portugal*, João Dias VICENTE, Braga, separata de *Itinerarium* 85, 1974.

A eficácia deste instrumento foi de tal forma valorizada pelos monarcas que o recurso a ele, ou melhor, a indispensabilidade do seu uso aparece inscrita tanto nas *Ordenações Afonsinas* como nas *Ordenações Filipinas*.

D. João I e seu neto D. Afonso V, através de uma linguagem algo dúbia, justificam o seu uso pelas seguintes invocadas razões: 1. «evitar os rescritos falsos»; 2. evitar conflito legislativo entre leis eclesiásticas e leis do Reino; 3. poupar a Igreja do efeito de divulgação de diplomas falsos; 4. por razões de costume jurídico antigo. A documentação que exigia beneplácito régio era: cartas pontificias, curiais, do Grão-mestre de Rhodes, que viessem de fora do Reino e que tratassem de: a) matrimónios; b) bens patrimoniais; c) que determinassem penas que o desrespeitassem.

O atropelo às normas e exigência do «beneplácito régio» fazia incorrer em penas gravosas que podiam ir até ao degredo e à desnaturalização.

Com D. João V a exigência do beneplácito tornou-se extensiva a: bulas, breves, graças e despachos do Papa e dos seus tribunais e ministérios.

Com D. José I, apesar do restabelecimento das relações entre Portugal e a Santa Sé, interrompidas de 1760 e 1770, manteve-se a exigência do «beneplácito régio».

Com D. Maria I, este instrumento estendeu a sua obrigatoriedade a: instruções, pastorais e mandatos dos próprios Bispos diocesanos. Foi ainda mantido pelas Constituições de 1822 e 1838 e ainda pela Carta Constitucional de 1826 que vigorou até à implantação da República que lhe pôs fim definitivo em 1918.

* * *

Perante uma legislação abrangente que pretende cobrir todos os aspetos da vida da Nação – em que se incluem, sobremaneira, os de relacionamento com a instituição eclesiástica –, há que identificar nela os campos adstritos a essa delicada matéria, assim como a forma como o Estado a regulava, numa convivência, inicialmente, tão próxima e identitária do próprio Estado, e cujos campos de atuação, por vezes, se confundiam.

II – ESPAÇO INSTITUCIONAL

Do país vizinho «nos vieram as nossas primitivas instituições», cujas raízes assentam nos concílios – de carácter misto: eclesiástico e secular – da monarquia visigoda.

As questões correntes da governação eram resolvidas no âmago da cúria régia, reservando-se para os «concílios» as de razão política, económica e jurídica, as de maior abrangência ou transcendência.

(Cf. Gama BARROS, *in* «Cortes», *Dicionário de História de Portugal*, org. por Joel SERRÃO, pp. 711-712.)

Para a compreensão de qualquer aspeto da vida social de uma população [...], v.g., económico, político ou religioso, é essencial conhecer a sua organização de parentesco e do casamento.

A. R. RADCLIFFE-BROWN – Daryll FORDE
Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento, 2.^a ed.,
Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 11

Na história da Europa Ocidental, [...] a família estende-se tanto quanto o permitir o reconhecimento dos laços de sangue. Desempenha um papel essencial na organização social e jurídica das sociedades primitivas e também nas sociedades de tipo feudal. [...] Os efeitos do parentesco são consideráveis.

John GILISSEN
Introdução Histórica ao Direito, 7.^a ed.,
Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 563

Tanto o que afirmam os antropólogos Radcliffe-Brown e Daryll Forde como o que defende o jurista John Gilissen tem aqui uma particular pertinência, pois quer o papel estrutural da família (nuclear ou alargada) quer as relações de parentesco que os laços de sangue determinam, são chaves de leitura indispensáveis para a compreensão da forma como se engendram as teias de relação dos membros da família entre si e com o todo social. Passa também por estes aspetos a nossa proposta de identificação das raízes profundas que deram origem aos vários corpos institucionais que, ainda antes da fundação de Portugal, se constituíram como reguladores das vivências das populações.

A emergência das instituições primárias deu-se num quadro social de ajustes e reconfigurações permanentes, ditadas pela imperiosa necessidade que as populações sentiam de regular as suas vivências, sujeitas quer à efemeridade das alianças políticas dos poderosos²⁹, quer à arbitrariedade das vontades que serviam, quer ainda à necessidade de regular as fidelidades e os compromissos institucionais. Estes últimos manifestam-se em dois níveis. Em primeiro lugar, internamente, dos soberanos e vassalos entre si, horizontal e verticalmente, e, externamente, com os outros soberanos. Em segundo lugar, dos soberanos

²⁹ Impunha-se aqui, talvez, lembrar o estado depauperado em que se encontravam as instituições régias da Península, quando Tariq, em 711, a invadiu e conquistou com enorme facilidade. Terão sido duas as fraquezas dos reis peninsulares que mais terão contribuído para essa fácil conquista por parte dos berberes: a primeira, as suas monarquias eletivas, cujos cobiçados tronos eram disputados em constantes lutas intestinas pelo poder; a segunda, a relação destes reis com a Igreja, cujos bispos eram por si nomeados e nem sempre os mais indicados e dignos, para além, da frequente convocação ou suspensão de concílios, ao sabor dos interesses de momento dos detentores do poder secular. (Cf. Pe. Miguel de OLIVEIRA, *História Eclesiástica de Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, União Gráfica, 1948, pp. 51-52.)

nos cristãos com a Sé pontifícia, a cuja «legítima» e reconhecida autoridade, arbítrio e obediência todos, a seu tempo, se haveriam de submeter. E podemos concluir que foram as dinâmicas de relação geradas nestes corpos que engendraram as instituições como meios de regulação, de afirmação, de vigilância, de defesa, das harmonias indispensáveis à sua preservação e perpetuidade. Da sua sedimentação e enraizamento derivaram os pressupostos determinantes e/ou condicionadores de outras emergências que viriam a integrar o Estado moderno, com contributo dos estudos superiores, fortemente incrementados, e, particularmente as escolas de Leis.

A partir dos inícios de 1300, na Europa, já se percebe a existência dessa superestrutura do Estado. Mas a ideia de um Estado universal como estrutura física de uma Igreja universal era algo que também cada vez mais tomava corpo como idealização de um projeto a perseguir. A própria Igreja reconhecia que a sua defesa dependia dos vários Estados que se confessavam religiosamente cristãos, e desta forma se foram ajustando os esforços, visando uma convergência de interesses e objetivos que eram assumidos, mútua e publicamente, através de compromissos, garantias e fidelidades, nem sempre respeitados ou cumpridos mas a todo o tempo renovados ou reiterados, consoante o carácter temperamental dos intervenientes pessoais envolvidos ou sempre que a imprevisibilidade das circunstâncias o impunha.

A preocupação ou o anseio de unidade, que no mundo cristão é evocada a partir do ensinamento evangélico³⁰, com remissão e contornos de ordem teológica, sempre parece ter dominado o mundo – antigo, grego ou romano. Na contemporaneidade, esse caminho para a unidade pareceu definitivamente comprometido pela separação dos universos da política e da religião, mas uma observação mais cuidada desvelará que, no âmago do pensamento que se afirma como dominante, esse anseio pela unidade permanece (como ressonância arquetípica), mas, agora de feição política. O religioso absorvido e robustecendo a unidade da política, que dele colhe muito do que lhe reveste o campo simbólico, ritual e vocabular.

«Até que ponto é possível uma separação total do político e do religioso? [...] Para além das combinações, das organizações, dos mal-entendidos, dos erros de que a história dos dois poderes está cheia, para além dos despertares e das fraquezas espirituais, permanece o efeito [*e o sentido*] de uma promessa que, simultaneamente, exaspera, incomoda e inspira o político.»³¹

³⁰ Vide Evangelho de S. João 17,11.22-23.

³¹ Jean-Claude ESLIN, *Deus e o Poder – O Estado e a Religião na História do Ocidente*, Lisboa, Âncora Editora, 2000, pp. 13-14.

Nesta análise não se pode fugir da realidade histórica em que fomos fundados e do peso que o Cristianismo, nas suas formas explícitas ou subliminares, tem naquilo que somos e comungamos. No entanto, esta constatação deixa em suspenso várias questões de que tentaremos uma aproximação reflexiva, sendo que duas delas já são adiantadas aqui por Eslin, autor que abordámos, durante o estudo deste tema:

[...] o primeiro tempo do Cristianismo passa por apolítico (relativiza a política) e, no entanto, inspira-a. É uma questão de se saber se o Cristianismo é fiel a si mesmo nas suas formas tão variadas ao longo da história [*e atuais*]; uma outra questão igualmente importante é saber se a política, com ou sem ele, continua a ter hipóteses³².

Curiosamente, Eslin, no trabalho referido, começa com a afirmação – «o Império e o Estado-nação são mais ou menos compatíveis com a autoridade espiritual, em especial aquela que se instalou com o Cristianismo»³³ –, que reforça a nossa intuição, que tentaremos provar, de que o «Projeto Portugal» se desenvolveu, perdurou e se institucionalizou, através de uma bipolar relação de Estado e Religião, cujo registo evolutivo permite uma forte analogia com o carácter conjugal de um enlace, com declarada entrega afetiva e promessas de amparo mútuo, «tanto nos bons como nos maus momentos» (explícito no compromisso matrimonial e implícito, particularmente, no carácter primário das respetivas instituições fundantes). Para sempre.

O processo histórico, porém, com os seus naturais desgastes, fricções, ruturas, tensões e crises, encarregar-se-á de completar a metáfora, exatamente como sucede, habitualmente, na realidade das vivências relacionais das pessoas.

³² IDEM, *ibidem*, p. 14.

³³ *Ibidem*, p. 9.

1. Casamento / Contrato nupcial vs Amor

O CASAMENTO «é o contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida».

(*Código Civil Português*, art. 1577.º)

O MATRIMÓNIO é «o pacto matrimonial, pelo qual o homem e a mulher constituem entre si o consórcio íntimo de toda a vida, ordenado por sua índole natural ao bem dos cônjuges e à procriação e educação da prole, entre os batizados foi elevado por Cristo Nosso Senhor à dignidade de sacramento. Pelo que, entre batizados não pode haver contrato matrimonial válido que não seja, pelo mesmo facto, sacramento».

(*Código Direito Canónico*, can. 1055, §§ 1 e 2)

As citações epigrafadas, colhidas do *Código Civil* e do *Código de Direito Canónico*, referem-se à definição do ato de união conjugal, em uso no âmbito civil e no âmbito religioso. Cada um dos Códigos, no entanto, serve-se de um vocábulo diferente – *casamento* e *matrimónio* – para designar essa união. São termos que, no registo semântico, correspondem a conceitos bem próximos, mas o seu uso diferenciado justifica-se por razões de propriedade vocabular exigida em contextos comunitários também eles diferenciados.

Qualquer dos vocábulos é de origem latina e, etimologicamente, o primeiro (*casamento*³⁴) remete para a palavra *casa* (do lat.: *casa*, choupana, habitação rústica, espaço habitacional), que os nubentes, conseqüentemente, passarão a partilhar após o seu enlace, e, o segundo (*matrimónio* [do lat.: *matrimonium*]) remete para (*mater* [mãe]), ou seja, o compromisso que legitima a união das vidas de um homem e de uma mulher, que dá origem à *maternidade*, à geração de prole.

A apropriação e uso do segundo vocábulo pela instituição religiosa, cuja etimologia, diferentemente do primeiro, privilegia o sentido da união (ligação humana) mais do que os conseqüentes efeitos (partilha do espaço de convívio), levou à sua inscrição no vocabulário religioso, onde passou a designar o sacramento pelo qual a Igreja abençoa o compromisso relacional, que sela a união dos cônjuges. Com o tempo, porém, o primeiro termo (*casamento*) acabaria por ganhar alguma relevância, pelo seu corrente uso indiferenciado, para designar a união conjugal, tanto a civil como a religiosa.

³⁴ *Casamento* também era o nome, na Idade Média, por que era denominada a pensão dada às mulheres para «acrescentar o seu dote ou a suportar os encargos do matrimónio já contraído» (cf. Joel SERRÃO, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, o. c., p. 517).

Contrariamente ao que sucede na segunda citação epígrafada, a primeira – a do *Código Civil* – não explicita qualquer referência ao género dos cônjuges, e isto é uma novidade que revela a recente atualização do conceito de família no *Código Civil* português, pela Lei 9/2010, de 31 de maio, que abandonou a referência a um par de género diferenciado, e, potencialmente, gerador de prole (como o prescrevia o *Código Civil* de 1967, no citado art. 1577.º, antes da aludida alteração), e tal como o entendia a tradição cultural de matriz hebraico-romano-germânica em que radica o direito canónico, tal como prevalece e o explicita ainda a definição religiosa.

No primeiro caso, a família constitui-se sob a fórmula de um contrato cujo fim último é o da convivência partilhada, podendo ou não ser gerador de prole, consoante biologicamente sejam ou não aptos os intervenientes; no segundo caso, a definição, na explicitação dos seus fins, é determinante: *comunhão íntima de toda a vida, visando* – como fim antecedente – *o bem dos cônjuges*; e – como fim consequente – *a procriação e educação da prole*, o que implica que sejam sexualmente diferenciados.

Estamos perante duas concepções sobre a mesma matéria de direitos, num campo de magna sensibilidade como é o da família e sua organização na tessitura social.

Ainda que sejam relativamente recentes os debates e controvérsias marcados por discórdias e pugnas, à volta da natureza de géneros no casamento, e dos novos conceitos de família, este espaço nuclear da sociedade e o domínio da sua regularização sempre foi tema e campo de afirmação e apetência por parte dos poderes, tanto do civil como do religioso.

1.1 O casamento civil vs matrimónio religioso³⁵

A institucionalização da Igreja, no Império, com a sua hegemonia e exclusividade, veio criar as condições para uma dupla identidade ocidental romana, ou seja, a de uma simultânea pertença comunitária: religiosa e social, que se acentuou a partir dos séculos VII-VIII³⁶. Desde o século V e até ao século IX, prevaleceram, na Europa ocidental, no

³⁵ Para a presente reflexão foram tomadas, particularmente, as obras: *Introdução Histórica ao Direito*, de John GILISSEN, com notas relativas a Portugal, dos tradutores A. M. Hespanha e I. M. Macaísta Malheiros (pp. 561-600), e *Direito Privado Romano*, de Max KASER (pp. 317-338).

³⁶ A partir de então, na Europa (particularmente na Península Ibérica), há pelo menos três razões circunstanciais, que levarão a um robustecimento identitário cristão e europeu: 1. o avanço do Islão, demarcador determinante das identidades étnicas locais, por oposição ao invasor; 2. as questões de ordem político-religiosa, nos diferendos com Bizâncio; e 3. o reforço do poder papal, a partir dos Merovíngios [481-752] e Carolíngios [751-771], que culminou com a coroação imperial de Carlos Magno [800] e a «reconstrução» do Império Romano, de feição ocidental e à sombra da Roma papal.

respeitante ao casamento/matrimónio, três concepções distintas: a do *Direito romano*, a do *Direito germânico* e a do *Direito canónico*³⁷.

O *Direito romano* considerava o casamento como um contrato, que, na época a que nos reportamos se circunscrevia, praticamente, à *Conventio in manum* ou *sine manu*. No primeiro caso, a mulher era transferida da sua família de origem para a do marido, e, no segundo caso, mais usual, mantinha-se no seio da sua família, que acolhia o marido, mas este não passava a fazer parte da família dela.³⁸

Havia lugar a algumas formalidades, como a condução da mulher à casa do marido; a entrega de anel; a redação de documento, onde constava o valor do dote; e a união carnal, consumando e validando a união. No entanto, todas estas formalidades parece terem assumido alguma relevância social, mais pela necessidade de dar público conhecimento da vontade expressa dos contraentes do que, propriamente, por qualquer imposição de ordem contratual.

No que respeita à dissolução do casamento (salvaguardando o princípio genérico da morte ou da perda de capacidade matrimonial), tinha de ser tido em conta o tipo de contrato (*conventio cum manum* ou *sine manu*), pois, no primeiro caso, ainda que se decidisse a separação – unicamente aceite o repúdio da mulher por parte do marido –, prevalecia ainda a figura da *manus* (título de posse do marido) que tinha de ser anulado e retomado pelo *paterfamilias* dela; no segundo caso (o mais adotado posteriormente), a dissolução poderia dar-se por iniciativa de qualquer das partes ou por comum acordo.

O casamento à luz do *Direito germânico* era contratualizado entre o chefe de família da mulher e o pretendente, sendo também frequente e tolerado sob condição o rapto, quando havia dificuldade em aceitar as condições impostas pela família da mulher. Dos vários tipos de casamento, prevalecia o da compra da esposa (vendida pelo pai ou seu tutor), em que o consentimento da mulher não era tido em conta; cerimónia de entrega ao marido, seguida da cópula. Era corrente também o concubinato, particularmen-

³⁷ O *Direito Romano* e o *Direito Germânico* acabarão por se fundir «no *Direito Canónico* por volta dos séculos VIII e IX», passando o casamento a ser regido exclusivamente pela Igreja Católica, pelo menos até aos tempos da Reforma, e, em algumas regiões, fora da influência do Protestantismo, como foi o caso da Península, até ao século XIX (cf. John GILISSEN, *o.c.*, p. 564). Como referido, mencionamos aqui apenas as práticas seguidas a partir do séc. V, depois da queda do Império Romano do Ocidente.

³⁸ Em épocas remotas houve outras formas de contrato nupcial, entretanto caídas em desuso: *conferratio* – ato matrimonial sacral celebrado por ritual ligado ao culto de Júpiter, perante um sacerdote e dez testemunhas; *coemptio* – casamento por cedência/aquisição da *manus* (direito de posse sobre a mulher); *usus* – casamento por prescrição aquisitiva do poder, ou seja, desde que mulher coabitasse com o marido mais de um ano sem interrupção. Quanto ao divórcio ou separação, houve muitas alterações, fruto de uma evolução ditada pela própria complexificação do tecido social. Com o Cristianismo, a concepção romana do casamento sofrerá profundas modificações, particularmente no respeitante à sua dissolução.

te por parte das classes abastadas, quando o homem era de condição superior. Com o Cristianismo, passou a haver pressões no sentido da monogamia e da expressão da vontade da mulher, mas foi demorada a alteração desses costumes que apenas terão passado a ter alguma aceitação a partir da conversão dos Godos ao Cristianismo.

Quanto ao divórcio e à semelhança do *Direito romano*, apenas era aceite por repúdio da mulher por parte do marido (legitimado por adultério, atentado desta à vida do marido, esterilidade ou feitiçaria). Não havendo uma base solidamente sustentada para o repúdio, o marido incorria em falta e atentado à honra da família da mulher, cuja ofensa poderia exigir o direito de vingança, por parte desta. O repúdio do marido fazia a mulher incorrer no perigo de pena de morte.

O *Direito canónico* tentará fazer prevalecer as suas determinações, em matéria de casamento, de uma forma significativa, a partir da época merovíngia. A Igreja acentuava a importância do amor dos nubentes e a sua expressa vontade, sem intervenção das famílias, aconselhando a que: 1) houvesse um compromisso solene, pré-nupcial; 2) que o noivo oferecesse dote à noiva; 3) houvesse um ato público da entrega da noiva; 4) proibição absoluta da bigamia/poligamia, que implicava a anulação do casamento canónico e a impossibilidade de contrair novas núpcias.

A possibilidade de dissolução ou não do casamento religioso, ao longo dos primeiros onze séculos do Cristianismo, passou por diversas interpretações, desde o respeito pelos costumes locais, no tratamento deste assunto, até à aplicação da disciplina religiosa da *indissolubilidade*, só possível depois do matrimónio ter sido considerado sacramento (sécs. XII-XIII)³⁹ e estabelecida a doutrina que distinguia, para este ato, o que

³⁹ Como ilustração da tardia introdução da disciplina canónica sobre o matrimónio, socorremo-nos do historiador Herculano e da descrição que faz sobre a forma como ainda no decorrer do séc. XI e inícios do XII, era entendido o contrato nupcial. No caso, refere-se a Afonso VI de Leão e Castela (1043-1109, rei desde 1065). Rei considerado fidelíssimo à Igreja de Roma a qual beneficiou com inúmeras iniciativas e patrocínios – a segurança do Caminho de Santiago, o favorecimento na introdução, nos seus reinos, do ritual romano e dos monges cluniacenses, com a entrega de muitas das sés episcopais a bispos cistercienses, com destaque para o influente arcebispo Bernardo de Toledo – foi casado cinco vezes e manteve muitas relações extramatrimoniais (de uma delas nasceu D. Teresa, mãe de Afonso Henriques de Portugal). Repudiou, por esterilidade, Inês da Aquitânia, tomando de seguida por esposa Constança da Borgonha (sobrinha de Hugo, abade de Cluny). Recebeu também por mulher a moura Zaida (batizada Isabel), filha do *hajib* de Sevilha, Muhammad ibn Abbad (também conhecido por al-Mutamid, «rei poeta de Sevilha»), de quem teve o filho Sancho, morto em combate e que chegou a ser indigitado para lhe suceder. «Aquele casamento, se tal nome se lhe pode dar, entre um rei cristão e uma princesa muçulmana, posto que insólito (tanto mais que Afonso era casado havia já anos com sua segunda mulher, Constança de Borgonha, tendo perdido ou repudiado a primeira, Inês) não parece ter produzido grande admiração no ânimo dos escritores desses tempos, um dos quais, Lucas de Tuy, se contenta de chamar a Zaida “quase mulher” do rei. As ideias de então explicam a singularidade aparente. Pelo que toca a Ibn Abbad, o dar a sua filha a um homem casado nada tinha de extraordinário, por ser a poligamia permitida entre os sarracenos. Quanto a Afonso VI, andavam no seu tempo os costumes tão soltos e eram tão frequentes os matrimónios sem intervenção da Igreja que semelhante sucesso, hoje estranho, seria apenas digno de reparo

era de direito divino (a livre vontade dos contraentes e a *copula carnalis*) do que era do direito eclesiástico (impedimentos dirimentes e/ou sujeitos a dispensa).

Apesar de atribuir ao consentimento dos noivos um valor relevante, a Igreja levava-o mais em conta no caso do matrimónio dos oriundos dos estratos sociais mais baixos. A mentalidade cristã, herdeira ainda dos princípios da tradição judaica tinha em devida conta o valor do consentimento, mas, frequentemente, subalternizava-o às conveniências das alianças/arranjos familiares (intrinsecamente ligados aos interesses patrimoniais e estatutários) das famílias de origem dos nubentes, pelo que, durante alguns séculos, manteve um papel de esforçada conciliação entre estas duas esferas – a pessoal (nubentes) e a social (agregados familiares envolvidos). Inicialmente, os ritos sociais (entrega do anel, dotes, entrega da esposa, testemunho dos presentes) decorriam no âmbito familiar, ainda que sob vigilância do sacerdote que, no final, abençoava o enlace.

Desde finais do séc. XI, princípios do séc. XII, que o *Direito Canónico* se foi impondo, em Portugal, mas as suas prescrições de pendor exogâmico, ditadas pela exigência de respeitar os interditos da consanguinidade, tiveram uma aceitação demorada com muitas resistências. Em primeiro lugar, foi demorado o processo de aceitação até ao ponto de se sobrepor ao direito dos costumes, de uma forma extensiva; em segundo lugar, a dificuldade de respeitar uma lei que interditava o casamento a pessoas abaixo do quarto grau de consanguinidade (e chegou a ser de sete graus). Como aplicar leis com tal exigência a populações rurais de fraca mobilidade, cuja esperança de vida era baixa, e a luta pela sobrevivência as condenava à permanente servidão da terra que cultivavam e em que habitavam? Nascia-se, vivia-se e morria-se, por norma, sem ultrapassar os limites de uma ou duas dezenas de quilómetros do local de naturalidade. Para além das dificuldades de um jovem se deslocar à procura de noiva, a tradição cognática – parentesco bilinear – favorecia a endogamia e consequente concentração, pois se revelava como modelo mais simplificador dos processos de sucessão e partilha de bens, para além do fortalecimento das solidariedades parentais dos dois troncos que se cruzavam, com o casamento.

Mas o paradigma clânico – o da *família alargada* – que vigorara até aí, foi sobremaneira subvertido com a chegada do Cristianismo e o seu Direito, e a valorização do enlace matrimonial, pelo carácter sagrado de que foi revestido e a dignidade da mulher, cuja vontade expressa para o ato de união, cada vez mais foi reconhecido, haveriam de

naquela época.» (A. HERCULANO, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Bertrand, 2007, p. 170.) Sobre o tema, vide ainda António LEITE, *O Direito matrimonial no projeto do novo Código do Direito Canónico: comparação entre o Direito atual e o novo* (separata da *Didaskalia* 10, Coimbra, Gráfica de Coimbra).

substanciar o ideal ocidental da família. Este ideal passou a sobrepor a unidade do casal à solidariedade do parentesco. O resultado foi o de transformar o enlace matrimonial no grande sustentáculo modelar da *família estreita*: o pai, a mãe e os filhos.⁴⁰

Em sequência, a disciplina canónica, bem como a liturgia religiosa e os seus ritos, desempenharão a sua função de dar sentido, de preencher de legítima significação cada passo, cada palavra, até chegar ao momento solene do compromisso, em que as partes *se juram* o amor dos corpos e das almas para sempre, num enlace indissolúvel, sublime, com a envolvimento do Alto, confirmada e realizada na bênção das alianças, numa prefiguração de elevação divina: «*Amai as vossas mulheres como Cristo amou a Igreja*» (Ef 5,15).

A transformação dos ritos sociais em ritos litúrgicos – que não pode deixar de ser associada à transferência do poder institucional sobre o matrimónio, que passou da competência social para a religiosa – é algo que decorrerá de forma muito pautada por ritmos e ajustamentos variados, quer no tempo quer nos territórios de ocupação cristã, ora determinados pela evolução dos costumes dos naturais do lugar, ora pela emergência de *corpus* legislativo regulador⁴¹.

À parte as bem recentes concepções, derivadas da efetiva diferenciação do âmbito civil e religioso, na regulação da vida social, e determinadas pela separação do Estado da Religião, pelo menos desde a oficialização do Cristianismo até à Revolução Francesa, foi-se instalando o sentimento de que a instituição matrimónio/casamento era mais da competência da letra canónica⁴², pelo que a legislação exclusivamente civil, nesta matéria, ou não existia ou foi-se tornando letra morta.

No entanto, ainda que seja consensual que a instituição religiosa é muito ciosa dos direitos adquiridos, avessa a concessões e morosa nas alterações, essa tendência conservadora também está sujeita ao inevitável desgaste temporal, e as mudanças, apesar de tardias, acabaram por sobrevir.

⁴⁰ Cf. José MATTOSO, «Notas sobre a estrutura da família medieval portuguesa», in *Anais* (II Série, vol. 24, tomo I), Lisboa, Academia Portuguesa da História, MCMLXXVII, pp. 121-158.

⁴¹ Vide nota 37, p. 34, sobre a sistematização de que derivou o *Código de Direito Canónico*.

⁴² Para tanto muito terão contribuído, em primeiro lugar, os princípios explanados pela doutrina católica romana, que diabolizava os corpos, condenando os *apetites* sensuais, «preversores diabólicos da virtude»; elevava a contenção dos instintos sexuais, pelo exercício da castidade, a conceito máximo da virtude e caminho quase exclusivo de santidade, distendendo-o, de forma decretal a todos os eclesiásticos; considerava o matrimónio religioso (e sua bênção institucional) como única porta legítima para a intimidade dos corpos (equivalente a um *mal menor* inevitável, para fins de geração de prole). E isto sob rígidas regras e longos períodos de abstinência sexual imposta aos cônjuges, reguladas e vigiadas através da confissão sacramental individual, a que estes estavam obrigados, sendo gravemente punidos se a sua consciência os acusasse da mínima transgressão. Com a chegada da Reforma, no século XVI, os países que ficaram sob a sua influência, para efeitos oficiais, regiam-se pelas leis civis, mas reservavam para a interioridade das suas comunidades religiosas o ofício litúrgico da bênção da união.

Durante a Idade Média, em Portugal, as formas de casamento eram semelhantes às que se praticavam na restante Europa. A partir da disposição consensual para o ato, faziam-se as *juras* (através de «palavras de presente»⁴³) na presença de testemunhas e do sacerdote que abençoava a união, celebrava-se o enlace matrimonial (*in face ecclesiae*). A posterior prova da autenticidade da relação (à falta de registo escrito) era, normalmente, garantida pela testemunhada comunhão de cama e mesa, durante sete anos.

Conhece-se, desde 1211, legislação garante da liberdade de casamento, sem qualquer interdição de ordem social. A partir do Concílio de Trento, assiste-se a um reforço legislativo, particularmente quanto aos impedimentos e com destaque para os derivados dos graus de consaguinidade e também as determinações dissuasoras de casamentos clandestinos, fora da autoridade paterna (com pesadas penas, que podiam chegar a confisco e degredo para os prevaricadores e testemunhas)⁴⁴. Todas estas determinações estavam vertidas nas leis do Reino que se considerava incompetente na regulação do casamento. A legislação criada durante os séculos XVII-XVIII irá substituir a vontade paterna por regulação institucional, quer para os fidalgos quer para os plebeus, sendo os aspetos da paternidade remetidos para a virtuosa e recomendada devoção filial.

O *Código Civil de 1867* estabeleceu, pela primeira vez, o casamento civil, a que se poderia juntar o casamento religioso. O *Código* sofreu depois alterações com a chegada da República, que obrigou ao registo civil de qualquer casamento e, se houvesse lugar a casamento religioso, o civil deveria precedê-lo. Com a celebração da Concordata com a Santa Sé, em 1940, passou a ser reconhecido o efeito civil do casamento religioso católico, e a concomitante impossibilidade de qualquer dissolução deste por divórcio. O divórcio civil⁴⁵, porém, voltará a poder ser celebrado pelos casados catolicamente, mas apenas com a entrada em vigor da revisão da Concordata, depois de 1974.

⁴³ As «palavras de presente», ou seja, a confirmação, correspondiam, frequentemente, à legitimação de compromisso anteriormente feito com «palavras de futuro» (próximo do atual noivado), por vezes, em anos e condições bem distanciados e até diferentes.

⁴⁴ Curiosamente, na resolução das questões derivadas da falta de consentimento paternal, excetavam-se algumas situações como, por exemplo, quando a entidade julgadora confirmava que o casamento clandestino se mostrava mais vantajoso do que aquele que os familiares haviam concertado. Cf. A. M. HESPANHA/L. M. Macaísta MALHEIROS, em Nota do Tradutor, in John GILISSEN, *o. c.*, pp. 577-578.

⁴⁵ O uso da expressão «divórcio civil» assume aqui um sentido pleonástico, pois a figura jurídica do divórcio apenas se justifica para falar da dissolução do casamento civil, uma vez que ela não existe no *Código de Direito Canónico*, para o qual o matrimónio é indissolúvel. Nesta circunstância, os cônjuges divorciados pela lei civil continuam casados à luz da lei religiosa, que lhes veda a possibilidade de uma nova união, celebrada religiosamente. Este é um campo, atualmente, de grande e persistente tensão, no seio da Igreja Católica – que, há séculos, se mantém cativa de uma determinada interpretação teológica da união matrimonial, vertida em letra de lei canónica e consagrada em regra disciplinar do sacramento do Matrimónio – e que tem provocado acesa controvérsia e, por vezes, dolorosos afastamentos de muitos fiéis da comunhão eclesial.

1.1.1 *A compaginação do Contrato e do Amor*

Acabámos de enunciar uns quantos conceitos concernentes à conjugalidade, emanados de jurisdição civil e canónica, em que parece ressaltar-se a tendência de a legislação civil privilegiar a vertente contratual e, os cânones eclesiais, apesar de não descurarem os aspetos contratuais, acrescentarem a vertente da manifestação da vontade dos contraentes, como garantia de uma recíproca sintonia afetiva. Em termos de idealização de uma união que se pretende robusta e duradoura parece não se colocar qualquer dúvida sobre a bondade do registo canónico, mas cabe a pergunta: Uma relação que, idealmente, se propõe radicada na doação, na gratuidade e no altruísmo do amor e que, simultaneamente, se impõe com exigências de reciprocidade, de compensação e de retribuição em forma de equivalências, exigidas e consagradas em contrato, poderá sustentar-se apenas pela legitimidade do trato testemunhado? O elementar conhecimento facultado pela própria vida de relação e as exigências que a ela respeitam impelem-nos à óbvia resposta de que apenas um trato testemunhado não será suficiente e garante ligame para sustento de uma relação matrimonial, particularmente se esta for afetada por um adveniente sentimento de repulsa e de rejeição. No entanto, fora de um quadro vivencial menos extremado ou de ajuste conformado (em que o impulso juvenil e/ou romântico não reivindique espaço de afirmação e entrega mútua continuada por parte dos intervenientes), o contrato ainda poderá mostrar-se como meio de prova vinculativa suficiente (pelo menos, socialmente) para sustento de uma estrutura matrimonial, ainda que, forçosamente, frágil e aparente. E este foi também o registo metafórico vivenciado, em variadíssimos períodos da história de Portugal, por parte dos monarcas (Estado) e dos eclesiásticos (Igreja), de que nos ocupamos na terceira parte do presente trabalho.

De um período relativamente pacífico, no espaço português, quanto à contestação religiosa (finais do século XVI até finais do século XVII), tomámos dois *corpus* legislativos eclesiásticos diocesanos (a seguir designados por SBCoimbra – *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra. Anno 1591*⁴⁶ e SBA Algarve – *Constituições Synodales do Bispado do Argarve. Anno 1674*⁴⁷) e deles refletimos, sinoticamente, a parte relativa à figura do *Matrimónio*, em duas das suas mais significativas disposições – a) instituição, definição e fins; b) impedimentos e motivos de nulidade –, com a preocupação de lhes percebermos, nestes particularíssimos campos, os aspetos evolutivos dos articulados,

⁴⁶ Vide Anexo XIV (parcela da Constituição relativa ao Matrimónio), pp. CXXVI-CXXVII.

⁴⁷ Vide Anexo XV (parcela da Constituição relativa ao Matrimónio), pp. CXXVIII-CXXX.

nesse espaço temporal de quase um século, em que toda a legislação normativa era canónica (no caso do casamento) ou dos cânones recebia inspiração (nos poucos casos de regulação de costumes).

Confirmados alguns casos de evolução concetual, tentámos caracterizá-los e identificar-lhes as razões que lhes deram origem, de forma a percebermos a influência das dinâmicas de ordem sociotemporal no espectro religioso, particularmente na conformação dos costumes com a evolução das mentalidades.

Ultrapassam a centena as edições de *Constituições Sinodais* publicadas em Portugal. As publicadas antes do Concílio de Trento são tantas como as publicadas depois⁴⁸. Quando se comparam as de cada época precisa, quanto aos princípios teológico-doutrinários, parece pouco ou nada divergirem, demorando-se os seus arrazoados, quase exclusivamente, pelos aspetos do exercício pastoral de ordem disciplinar e de costumes de interesse local. Por esse facto, entendemos que, para o fim que pretendíamos – o de identificar os elementos de evolução concetual, tanto no campo teológico-doutrinal como disciplinar, no exercício do magistério religioso –, as amostras textuais a refletir comparativamente (referente ao Matrimónio) deveriam ser distanciadas temporalmente, pelo que os textos escolhidos são afastados de quase um século.

1.1.2 *Instituição, definição e fins do Matrimónio*

Ainda que os dois documentos escolhidos sejam de data posterior ao Concílio de Trento (1545-1563), as *Synodales de Coimbra*, diferentemente das *Synodales do Algarve*, apresentam uma visão doutrinal e disciplinar do sacramento do Matrimónio ainda muito marcada pela ideologização doutrinária anterior, que primava pela espiritualização das convivências em permanente tensão e risco de pecado.

Partindo das definições, as duas *Synodales* declaram que o Matrimónio foi instituído por Deus, em dois momentos (pelo Criador e por Cristo), mas enquanto as SBCoimbra, quanto aos seus fins, se ficam pela *multiplicação da espécie e evitar o pecado*⁴⁹ –, as SBAI-algarve acrescentam a especificidade da união como um *Contrato* «exigido» pela condição criatural – *na lei da natureza (o homem e a mulher entregam-se um ao outro)*⁵⁰, e já não evocam a conotação «moralística» (de inspiração agostiniana)⁵¹ que ligava o ato procriador

⁴⁸ Ver elenco pormenorizado em Anexo XIII e também 3.3.1, nota 392, p. 176).

⁴⁹ Cf. Título IX (Constituição Primeyra), Anexo XIV, p. CXXVI.

⁵⁰ Cf. Capítulo XCVI, Anexo XV, p. CXXVIII.

⁵¹ Relativamente à figura de Santo Agostinho, de Hipona, e posterior reflexo do seu pensamento sobre este tema, na doutrina da Igreja católica romana, vide subtítulo 1.3.4 in «Literatura», pp. 89-90.

à original tendência concupiscente da carne. A indissolubilidade apenas é mencionada nas SBAlgarve, em que já se nota a maior influência de Trento, por essa evocação e pela acen-tuação desse aspeto (*inseparável para toda a vida*)⁵², condição essa que só pode ser garan-tida pelo ato sacramental da união, e que, pelo que se depreende, é a única forma reconhe-cida aos batizados, sendo por isso implicitamente afastada qualquer hipótese de união que não seja a sacramental.

Quanto à utilidade do Sacramento, as SBCoimbra deixam subentendido, sob a ex-pressão *alcançar a graça*⁵³, todas as benéficas consequências que daí podem advir, indi-cando a conveniência de se proceder a uma celebração que, pela sua importância, deve ser feita com solenidade e seguindo as normas estabelecidas para o efeito. Fazia parte dessas normas a presença testemunhal, pois depreende-se do texto que haveria frequentes casos em que a cerimónia era realizada de forma mais ou menos secreta, provocando situações de al-guma delicadeza nas convivências sociais (causa de escândalo e este, pela murmuração a que dava origem, ser pernicioso para as almas). As SBAlgarve, contrastantemente, já não evocam esses aspetos de cautelosa observância e focam apenas os úteis benefícios, como sejam, para além da *graça*, o *aperfeiçoamento do amor natural*, a *confirmação do vínculo da união* e a *santidade de vida*, para os fins primários: *geração e criação dos filhos*.⁵⁴

As *Sinodais de Coimbra* são omissas no respeitante aos aspetos puramente físicos da união matrimonial e suas consequências de ordem pessoal (entrega e usufruto da se-xualidade) e levemente explícitas quanto aos aspectos de ordem social (multiplicação e geração humana), mas sublinham os aspetos associados à moral religiosa (pecado, gra-ça, escândalo e perigo da alma)⁵⁵.

As *Sinodais do Algarve*, contrastantemente, colocam o seu enfoque nas conse-quências do compromisso (contrato, vínculo), tanto de ordem sexual (entrega mútua, amor, união) como social (para a vida, companhia, ajuda), ainda que também não dei-xem de evocar o benefício, de «o mal necessário» (remédio para a concupiscência dos «fracos» que não conseguem resistir aos apelos da carne) para a procriação, geração e cuidado da prole, que se espera seja de cultuadores de Deus e, simultaneamente, aumen-to do número de seguidores da Fé católica⁵⁶.

⁵² Cf. Capítulo XCVI, Anexo XV, p. CXXVIII.

⁵³ Cf. Título IX (Constituição Primeyra), Anexo XIV, p. CXXVI.

⁵⁴ Cf. Capítulo XCVI, Anexo XV, p. CXXVIII.

⁵⁵ Cf. Título IX (Constituição Primeyra), Anexo XIV, p. CXXVI.

⁵⁶ Cf. Capítulo XCVI, Anexo XV, p. CXXVIII.

A **matéria próxima** do Matrimónio são os consentimentos dos contraentes, que fazem entrega de si próprios, um ao outro, de forma declarada por palavras ou por sinais exteriores⁵⁷.

A **matéria remota** do Sacramento do Matrimónio é o *domínio do corpo* dos casados. A expressão *domínio do corpo* corresponde a uma postura mental ambivalente, pois, ao mesmo tempo que o usufruto dos prazeres do corpo (através da reciprocidade de entrega dos cônjuges) é «*remedio contra a concupiscencia, para que quem com sua fraqueza não puder vencer a rebelião dos appetites desobedientes pelo peccado á razaõ, evite por meyo do Matrimonio os pec[a]dos, em que cairia, se cazado não fora*»⁵⁸, também evoca uma responsabilidade de *domínio* de sentido contrário, ou seja, o respeito pelos interditos no uso desse benefício que exigem autodomínio nos comportamentos de ordem sexual e extensos períodos de abstinência, a que correspondia também longo rol de penas para as inúmeras transgressões desta natureza, mesmo em âmbito conjugal.

A **forma** são as palavras de mútua aceitação e a explicitação do conhecimento das consequências desse consentimento⁵⁹.

Os **ministros** são os próprios nubentes⁶⁰. Esta forma explícita, que corresponde ao conceito doutrinário da matéria do Matrimónio, na Igreja católica romana, aqui, aparece apenas no segundo texto⁶¹, fazendo bom eco das expressas e vinculativas directrizes tridentinas.

1.1.3 *Impedimentos, dirimções e motivos de nulidade*

Nas *Sinodais de Coimbra* são 17 os impedimentos para o Matrimónio, enquanto que nas *Sinodais do Algarve* são 20. Nestas, surgem 3 novos impedimentos, a saber, os nn. 10, 17 e 20⁶².

O **impedimento n. 10** – *Se algum deles cometeu adultério com o outro com quem agora quer casar, tendo-lhe prometido casar com ele/ela, quando o respectivo cônjuge*

⁵⁷ *Ibidem.*

⁵⁸ *Ibidem.*

⁵⁹ *Ibidem.*

⁶⁰ *Ibidem.*

⁶¹ Nas Igrejas ortodoxas, o ministro do sacramento é o eclesiástico que dá a bênção que sela o ato matrimonial, em nome da Igreja cristã universal. Esta diferente conceção doutrinária (puramente disciplinar, quanto a nós) acaba por ter uma importância determinante nas questões relacionadas com as separações e segundas uniões, que, no seio das comunidades orientais é de resolução simples – pois que, sendo a Igreja quem administra o sacramento, tem, por isso, autoridade para desvincular os contraentes – e sem as cargas de angústia e sofrimento a que se assiste no seio da Igreja romana, que invoca incompetência para desfazer um vínculo de que não foi ministro, mas apenas testemunha em nome da comunidade de fé a que estes recorreram para o efeito, e que abençoou a união. Os nubentes são considerados os ministros do sacramento, mas não se lhes reconhece o direito de anularem o compromisso, mesmo que de comum acordo...

⁶² Cf. Capítulo XCVI, Anexo XV, p. CXXIX-CXXX.

*morrer*⁶³ – pretende sancionar de forma condicionadora, ainda que no futuro, um comportamento continuado de pecado, atentatório de um dos princípios fundamentais do Matrimónio, o da fidelidade, devida ao cônjuge com quem se vive.

O **impedimento n. 17**⁶⁴ – *Parentesco espiritual, entre afilhados e padrinhos, pelos sacramentos do Batismo ou do Crisma* – refere-se ao vínculo parental, entre padrinhos e afilhados, que se adquire em virtude da perfilhação pelos sacramentos do Batismo ou do Crisma. A transgressão deste impedimento equivale a comportamento incestuoso.

O **impedimento n. 20**⁶⁵ – *Não estarem presentes o Pároco e duas ou três testemunhas* – torna nulo o Matrimónio que não cumpra esta exigência.

Principalmente quanto a este último impedimento, estamos perante um instrumento legislativo de exercício do poder institucional da Igreja. Pois qualquer dos pressupostos, ainda que nucleares, como seja, em primeiro lugar, o do consentimento, passam para uma sequência subalternizada. O reconhecimento público do ato só é possível a partir da presença do pároco (cujo título de função está bem explicitado, como braço ordenado da instituição religiosa), contrastantemente com a ausência de qualquer específica exigência, em relação às duas ou três testemunhas que se mencionam como necessárias.

Ainda que se saiba que, desde o início, era corrente e indispensável a presença de um sacerdote, por causa da bênção que selava o enlace, a falta dessa menção pode ser entendida como suposta. Contrariamente, a partir de Trento, o formalismo burocrático eclesial passou a mencionar os mais ínfimos aspetos do exercício ministerial.

O impedimento de matrimónio entre membros de religião diferente da Católica, ainda que ali se mantenha, já não menciona o *mouro* e o *gentio* (designação usada para os muçulmanos e para os sem religião conhecida), que foi substituído pelo termo mais genérico de *infidel*, a que se acrescentou o motivo por que não podem casar-se com cristãos: por não serem batizados. A permissão para casamentos mistos – de cristãos de diferentes confissões ou de cristãos com crentes de outras religiões ou não crentes – surgirá bastante mais tarde mas só com *licença expressa* a ser solicitada à cúria episcopal.

Nesta sequência, alguns dos impedimentos **não dirimentes** (*não anulavam*), nas Constituições de 1591, passaram a **dirimentes** (*anulam*), nas Constituições de 1674, particularmente em aspetos ligados ao exercício e papel da instituição eclesiástica, como por exemplo: *os que matam clérigos* ou *os cumpridores de penitência pública* ou *os que*

⁶³ *Ibidem*, p. CXXIX.

⁶⁴ *Ibidem*, p. CXXX.

⁶⁵ *Ibidem*.

*roubam a mulher alheia*⁶⁶, que, pelas Constituições do Algarve, estão impedidos de casar ou são anulados os seus casamentos, enquanto que, pelas de Coimbra, se conseguissem casar, o casamento era válido, apesar de não ser aconselhado.

Nos *impedimentos não dirimentes* (Constituições de 1591), o n. 4⁶⁷ refere-se a pedidos de casamento que, para se efetivarem, exigiam a conclusão de uma demanda pública. Esta demanda, normalmente, correspondia a diligências feitas, em freguesias ou comarcas diferentes e afastadas, de origem ou de permanência de pessoas de fora, de quem não se conhecia o passado e percursos de vida, a fim de apurar se existiam ou não compromissos anteriores ou impedimentos dirimentes que não objetassem o casamento que se pretendia. Toda esta tramitação passará a ser mais agilizada com a entrada em vigor da decisão tridentina de se criarem os «registos paroquiais» – expressa pela lei de 1563, nos *Canones super reformatione circa matrimonium*⁶⁸.

A passagem à existência de um “livro”, meio permanente de fixação da informação, apropriado e preservado como forma de *poder*, que o registo conferia, demorou algum tempo a impor-se. Entre os livros mais antigos que conhecemos [em Portugal, datados de 1510] estão os que dizem respeito aos registos de nascimentos/batismos, tendo-se seguido os de óbito e, só depois, os de casamento.⁶⁹

Há informação de algumas paróquias terem esboçado tentativas de registo dos atos sacramentais com maior relevância social – nascimentos/batismos, óbitos e casamentos –, mas, definitivamente, só a partir de Trento, esta prática se generalizou⁷⁰.

1.1.4 *Síntese reflexiva das amostras estudadas*

Temos a consciência de que a incursão nestes registos exige aturado esforço de consulta e maturação que, por vezes, se torna angustiante pela dificuldade de se verter no papel, de forma sintética, a catadupa de informação que a reflexão suscita. Decidimo-nos por alguma contenção na delimitação do objeto a refletir, mas que, simultanea-

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ Cf. Título IX (Constituição Primeyra), Anexo XIV, p. CXXVII.

⁶⁸ Vide António Camões GOUVEIA, «A sacramentalização dos ritos de passagem», in *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo Leitores, 2000, pp. 529-531.

⁶⁹ *Idem, ibidem*.

⁷⁰ As Constituições do Algarve no seu Capítulo CXVI estabelece: «Conformando-nos com a disposição do Sagrado Concílio de Tridentino, mandamos que em cada uma das Igrejas Paroquiais do nosso Bispado haja um livro numerado, e assinado pelo nosso Vigário-Geral, ou Visitador, como fica dito; nele se escreverão os nomes dos casados, de seus Pais, Mães, e testemunhas, tudo por letra ao comprido, e não por algarismo, ou abreviatura na maneira seguinte: *A tantos de tal mês, e de tal ano em presença de mim N. Prior, ou Cura de tal Igreja, e de N. e N. testemunhas, nomeando duas, ou três das que se acharam presentes, se casarão por palavras de presente em face da Igreja N. filho de N. e de N. e N. filha de N. e de N. freguezes de tal parte, e por verdade assinei com as ditas testemunhas.*»

mente, se pudesse constituir como amostra do que pretendíamos demonstrar, ou seja, as implicações e incidências de ordem social que a prática religiosa, no período que privilegiámos, impunha na regulação das convivências comunitárias e de como isso acabava por ser instrumentalizado como meio de exercício de poder.

Para essas reflexões socorremos de uma pequeníssima parte dos conteúdos das *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra* e das *Constituições Synodales do Bispado do Algarve*. A parte relativa ao Matrimónio, nas *Sinodais de Coimbra*, tem 13 Constituições com 24 páginas e, nas *Sinodais do Algarve*, tem 21 Capítulos com 34 páginas, mas apenas nos debruçámos sobre a «Definição do Sacramento» e os «Impedimentos e Nulidades». É uma pequeníssima parte a refletida, não tendo sido abordada muita matéria interessante e onde talvez fosse mais evidente a perceção da implicação e peso das directrizes da Instituição religiosa na conformação das vivências quotidianas com os cânones eclesiásticos e a forma como não só se preveniam as transgressões, através de uma prática catequética e homilética, em que se provocava o escrúpulo das consciências, como «fuga das tentações e do pecado», para melhor serem domados os comportamentos, mas também a forma como eram julgadas e punidas, por vezes com uma severidade hoje difícil de entender, como concluem os ¶¶ 7 e 10 da Constituição II do Título IX das Sinodais de Coimbra (*ortografia atualizada*):

¶ E além disto por estes presentes efeitos, pomos sentença de excomunhão, nas pessoas que casarem contra forma desta nossa Constituição, e em cada um dos que forem presentes ao tal casamento, cuja absolvição referimos a nós, ou ao nosso Provedor. E por este mesmo feito aos havemos por condenados, assim os que casarem, como aos que forem presentes, cada um em dez cruzados, e trinta dias de Aljube: e sendo pessoas de qualidade, a pena dobrada, sem Aljube. E sendo Clérigo de Missa, ou constituído em ordens sacras, que não for o Reitor, ou Cura, de que acima se faz menção, incorrerá nas penas declaradas na Constituição seguinte.

¶ E mandamos que esta Constituição se publique pelos Reitores, ou Curas, na estação ao povo todos os terceiros Domingos de cada mês, sob pena de duzentos reis, para o Meirinho por cada vez que o deixarem de fazer.

O efetivo domínio territorial (das freguesias por parte dos párocos e das dioceses por parte dos bispos) era de tal forma protegido e preservado o direito de exclusividade que se estendia o efeito do exercício religioso e litúrgico e suas implicações, mesmo de ordem disciplinar e jurídica, a todos os seus moradores e hierarcas, como o atesta a seguinte perícopa, extraída do Capítulo CXIII das *Sinodais do Algarve* (*ortografia atualizada*):

Conforme a disposição do Sagrado Concílio Tridentino, só os Párocos dos noivos lhes podem dar as bênçãos, ou outro Sacerdote de licença do mesmo Pároco, ou nossa, a qual será sempre por escrito; e quem as der sem a tal licença incorre *ipso jure* em pena de suspensão até arbítrio do Ordinário do Pároco, a quem pertencia dar as bênçãos; pelo que ordenamos, e mandamos sob pena de excomunhão, e de trinta cruzados aplicados para a fábrica da Igreja, e Meirinho geral, que nenhum Pároco, nem Sacerdote de nosso Bispado e sob a mesma pena lhes mandamos, que as não deem senão na Igreja Paroquial, e os noivos, que as receberem contra a forma desta Constituição, sendo nobres pagarão vinte cruzados, e os de menor condição dez.

Todas estas limitações e restrições eram não só prerrogativas da ordem do poder e do seu exercício, mas estavam também estritamente associadas às receitas de que viviam o Pároco e a Paróquia, pois que as bênçãos e a administração dos sacramentos eram, por si só, a grande fonte donde provinham os réditos e as prebendas eclesiásticas.

Todos estes são aspetos que qualquer reflexão não pode descurar, para se perceberem os meandros e implicações, intrincadas e complexas, que fazem parte deste universo de exercício do poder, ora disputado ora dividido, mas sempre em tensão, das relações do Estado com a Igreja.

Tratamos do presente tema sob a abrangência de uma titulação dúplici, em virtude de se ter tornado muito difícil estudá-la de uma forma segmentada, pois pelo menos até ao *Código de 1867*, em que foi instituído o casamento civil, que podia ser celebrado perante um oficial do registo, a única instituição considerada competente para esse efeito era a Igreja.

A partir de então, passou a ser possível a celebração do casamento, em qualquer das instituições, tanto na religiosa como na civil, sendo de suficiente efeito o recurso a qualquer delas. E isto perdurará até à alteração do *Código Civil*, com a chegada da República, em 1910, o qual estabelecerá, definitivamente, a obrigatoriedade da celebração do casamento no Registo Civil, independentemente do casamento religioso dos nubentes, e a possibilidade da sua dissolução pelo divórcio. Este quadro alterar-se-á para os Católicos, em 1940, com a Concordata que reconhecia o efeito civil dos casamentos religiosos e, por via disso, a impossibilidade do divórcio civil dos católicos, devido à figura da indissolubilidade do matrimónio religioso.

Com o 25 de Abril de 1974, foi restabelecida a possibilidade de divórcio civil, mesmo para os matrimónios religiosos, por exigência da Lei de Separação que rompeu com qualquer vínculo legal, neste âmbito, entre a Igreja e o Estado, e que foi ratificado pelas Partes, através do Protocolo Adicional de 1975 à Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, alterando o seu artigo XXIV.

1.2 Quando a luta pela Liberdade e pela Igualdade leva ao Amor

Sabemos quão penoso tem sido o percurso humano no campo das conquistas sociais, e não nos queremos referir aqui à promoção do bem-estar e das comodidades modernas, mas apenas àqueles registos de relação em que a dignidade custa a afirmar-se não tanto por determinações da sua natural condição mas, particularmente, pela dificuldade de desnovelar intrincadas teias de raiz cultural, criadas ora a partir de necessidades de circunstância ora por artificialismos históricos, por vezes à custa de condicionalismos e de liberdades físicas e, muitas vezes, à custa do apoderamento das consciências.

Tanto nuns casos como noutros, os jogos sociais são conduzidos através de meandros de grande subtilidade, onde os códigos comportamentais constituem a parte de características mais indeléveis, pois inscritas, desde o berço, nos espíritos. Ali frutificam, se reproduzem e se perpetuam à custa de uma fidelidade à sua transmissão que apenas os modernos dignósticos sobre a psique humana conseguem explicar, mas só com dificuldade, erradicar. Contrastantemente, porém, os domínios do *Amor*, desde sempre, têm dado mostras de uma resistência que surpreende, a maioria das vezes, os próprios agentes e garantes da conformidade. Quanto ao casamento, tendemos, por tradição (cultural/religiosa?), associá-lo ao amor, mas todos temos a experiência de quão falaz se mostra, frequentemente, essa associação⁷¹. No entanto, e apesar dos testemunhos vividos na primeira pessoa, a maioria de nós, com a mesma força, tende a não encarar essa realidade como próprio da natureza da união conjugal. Há uma profunda *dúvida* que nos habita, uma dificuldade intrínseca na aceitação de que essa ligação seja artificial, convencional. Neste caso, apesar dos factos, sempre tendemos a encontrar argumentos, ora de registo religioso ora de registo psicológico.

Do trabalho de busca a que nos entregámos, no intuito de perscrutar outros olhares sobre o tema do amor, destacamos duas contemporâneas perspetivas – a de Gilles Lipovetsky e a de Luc Ferry – em que, sem dificuldade, nos revemos.

O olhar destes pensadores do social acompanharam-nos na identificação, nas teias relacionais, tanto o espectro da força impulsiva da *Liberdade*, como o almejado sentido

⁷¹ «Mal-casados, decepcionados, revoltados, exaltados ou cínicos, infiéis ou enganados: quer na realidade ou em sonhos, no remorso ou no receio, no prazer da revolta ou na ansiedade da tentativa, há pouca gente que se não reconheça pelo menos numa destas categorias.» [...] «Será, de facto, como muitos o pensam, a chamada conceção “cristã” do casamento que causa todo o nosso tormento ou, pelo contrário, será uma conceção do amor que não vimos que irá talvez tornar esse laço, desde o início, insuportável? Verifico que o Ocidental ama *pelo menos tanto* aquilo que destrói como o que assegura “a felicidade dos cônjuges”. Donde pode vir uma tal contradição?» (Denis ROUGEMONT, in *O Amor e o Ocidente*, Lisboa, Vega, s/d., p. 15).

do reconhecimento da condição humana da *Igualdade*, como ainda o sentido profundo da vida, que, usufruída em Liberdade e em Igualdade, se manifesta num genérico e diversificado sentimento que contém tudo, preenche e dá sentido aos anseios mais primários e genuínos e que, de uma forma sintética se pode denominar de *Amor*.

Quanto à organização social (com particular enfoque no laço do casamento), a tese de Luc Ferry apresenta fundados argumentos sobre a necessidade de vislumbrar alguma diferenciação, ou pelo menos, reconhecer que não há uma razão natural para se estabelecer uma tão vinculada dependência entre aquilo que é o compromisso amoroso e o contrato nupcial, a que tradicionalmente se convencionou chamar casamento.

1.2.1 *Liberdade*

Numa análise aos primeiros impulsos da vida consciente que a nossa memória longínqua parece ainda reter, vemos esses ímpetos como que emergindo sob o efeito de uma alavanca invisível que nos arranca ao incômodo e nos leva a sair, a soltar, a mudar de direção. Parece serem gerados em profundidades telúricas do nosso ser, lá onde também têm origem os desejos irreprimíveis (talvez inatos) de libertação. Veremos, mais adiante, com a ajuda de outros olhares, que talvez essa intuição esconda realidades mais significativas do que as que imaginávamos.

Mas, como e porquê surgem esses impulsos? Donde provêm? Que razões lhes determinam o aparecimento? A psicologia humana identifica essa origem nas profundezas abissais do subconsciente, e entende esses impulsos como manifestações de raiz identitária dessa estrutura arquetípica que, num primeiro momento, nos enforma a individualidade, e, no processo de socialização, nos caracteriza com traços de distinção.

Foi a partir de especulações desta natureza e neste registo que se justificaram e arremaram várias das teorias sobre as dinâmicas e dialéticas sociais, com pontos altos na explicação das relações humanas, gregárias, a partir da luta pelo poder (do mais forte, do mais capaz, do mais ágil, do mais sábio), da luta de classes, da luta de interesses pessoais e/ou comunitários, da luta pelo bem para o maior número, da luta pelo prazer e fuga à dor, da luta pela utilidade, pela justiça, etc. ...

As relações humanas, ao longo de gerações, de milénios, foram sendo geridas, foram-se desenvolvendo e aperfeiçoando, acobertadas por muitas dessas teorias, em conformidade com os tempos, as mentalidades e as circunstâncias em que surgiram e em que podiam ser experienciadas. Algumas com algum sucesso, outras nem tanto, mas,

invariavelmente, a história sempre teimou em fazer cair em desuso mesmo as que, durante algum tempo, resistiram.

Na atualidade, a grande maioria das comunidades humanas vêm-se dirigidas por sistemas políticos chamados democráticos, onde estão presentes, nas suas convenções, muitos desses princípios teóricos, pelo menos resquicialmente, lastrando o imenso clausulado legislativo em que assentam as regras da convivência social. Nestes sistemas democráticos, maioritariamente também sobrevivem regimes capitalistas (referimo-nos aos que estão no registo da livre concorrência e globalização).

Uma surda e teimosa insatisfação pareceu tomar conta do coração dos humanos, mesmo em enquadramentos sociais em que as liberdades democráticas pareciam asseguradas, sentindo-se a imperiosa necessidade de se construírem harmonias, assentes em idealizações comungadas, em que a segurança e as garantias de um futuro próspero tinham o maior enfoque. A sociedade moderna «bem atenta» encarregou-se de sistematizar as vivências, condicionando aqui e ali as formas de fazer, pois sempre haveria uma forma correcta de estar e de usufruir dos bens que o progresso imparável prometia⁷². O intervencionismo estatal regulador instalou-se e o seu exagerado «cuidado» rapidamente resvalou para o «funcionarismo» e o «academismo», pois

se é legítimo regular o mercado, é necessário igualmente colocar limites às regulamentações administrativas e às ajudas públicas, pois o público é que deve ser soberano. A posição justa é a que favorece não o mercado, mas a diversidade [...] à imagem do próprio mundo.⁷³

Por extensão, aqui se inclui toda a diversidade (humana e dos produtos), onde estão os bens culturais, também estes tentados a serem acautelados institucionalmente, já há uns anos.⁷⁴

Porém, as dinâmicas geradas pelo movimento evolutivo ditaram as suas próprias leis e este relançou a humanidade para paragens e dimensões de transversalidade e globalização inimagináveis, não previsíveis, parecendo mergulhá-la em caminhos de homogeneização, uniformismo, como *um mundo sem alma*, como *um mundo infantilizado*.

⁷² «Foucault foi o pensador que, sem dúvida, mais fortemente insistiu sobre este aspeto transviado da modernidade que é a disciplina, cuja finalidade consiste mais em controlar os homens do que em libertá-los. [...] Com o efeito de produzir uma conduta normalizada e estandardizada, de preparar indivíduos e de os submeter a um molde idêntico no sentido de otimizar as suas faculdades produtivas.» (Cf. Gilles LIPOVETSKY e Sébastien CHARLES, in *Os tempos hipermodernos*, Lisboa, Ed. 70, 2011, p. 18.)

⁷³ Cf. Gilles LIPOVETSKY, *A Cultura-Mundo*, Lisboa, Ed. 70, 2010, p. 163.

⁷⁴ Cf. *Convenção sobre a Proteção da Diversidade Cultural*, adotada na 33.^a sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, em Paris, de 3 a 21 de outubro de 2005.

Aparenta ser uma sociedade *desorientada*, mas a realidade é muito complexa e até in-controversa.

Como é que se pode falar de *uma sociedade sem valores*, como amiúde se ouve, ou de *um mundo sem alma*, perante a realidade de igrejas tradicionais vazias, quando se assiste sim, não a uma *falta*, mas a *uma crise de valores*, devido à emergência de *novos valores*, caldeados de menos formalismo, de menos fidelidades institucionais, mas de mais autenticidade e filiação? Assiste-se a uma *revivescência do religioso*, mas com novas re-configurações e emergência de *novos movimentos religiosos*, em que a imediatez e, por vezes, a efemeridade das ofertas, apesar de tudo, não deixa de remeter às tradicionais narrativas fundadoras, onde sempre se encontra a unidade de sentido e a segurança emocional e de consolação que se perseguem.⁷⁵

Aprestem-se diagnósticos: há que refazer o ensino escolar, preparando os cidadãos para os novos desafios, aproveitando «o melhor do antigo», para substanciar «o melhor do novo», através de práticas, pouco seguidas, «de diálogo e de escuta»⁷⁶.

O mundo está em mudança paradigmática acelerada, pois todo o edifício moderno está, nuns casos, em decadência, e, noutros, ruiu, impondo-se um novo olhar para a construção do «novo» (do «pós-»/hipermoderno/«pós-»institucional) que ninguém se atreve a prefigurar.

Perante a insuficiência dos conhecimentos práticos antigos, deseja-se: uma «nova cultura geral»; um «repensar» a universidade; uma nova cultura de «criatividade». Os avanços técnicos, só por si, já não são suficientes, eles acabaram por determinar a exigência de novas ofertas, mas de qualidade, que associem estética e emoção. Não só se quer que a vida seja «boa», mas também que seja «bela»⁷⁷.

Já não há lugar, como nas sociedades da tradição, para a repetição dos modelos do passado, antes pelo contrário, a novidade e a tentação sistemática como regra e como organização do presente⁷⁸.

Retomando a questão inicial sobre o impulso “vital” pela liberdade, será que, como parece, esse impulso visava mesmo como fim último a **liberdade**?

Tudo nos levaria a concluir, ilusoriamente, que é no impulso pela liberdade que assenta o princípio gerador da emancipação humana das amarras condicionadoras dos detentores do poder (seja dos déspotas, seja das instituições – aristocrática ou religiosa,

⁷⁵ Cf. Gilles LIPOVETSKY, *o. c.*, pp. 135-181.

⁷⁶ Cf. IDEM, *ibidem*, pp. 185-191.

⁷⁷ Cf. IDEM, *ibidem*, pp. 198-212.

⁷⁸ In Gilles LIPOVETSKY e Sébastien CHARLES, *o. c.*, p. 68.

familiar ou comunitária) assim como o acesso à livre circulação (de bens e pessoas) e aos estímulos criativos, só plenamente concretizáveis em liberdade.

1.2.2 *Igualdade*

Alcandorada na liberdade está a **igualdade**, sendo esta *a meta almejada*, ainda que de forma velada, e aparentemente dissimulada. Só em situações de igualdade é possível construir espaços da liberdade. Foi a ânsia da igualdade, inerente à condição e dignidade humana, que sempre impulsionou os grandes saltos humanos. O Homem, no seu sentido holístico mais profundo e genuíno, sempre lutou pela igualdade de direitos e pelo reconhecimento do seu estatuto de igual dignidade entre os seus pares da criação. Essa é a luta contra a usurpação do poder que se concentra num só, numa família, numa casta. Essa é a matriz em que assenta a legitimidade do direito e da justiça⁷⁹ e da equipolência. As grandes bandeiras da Modernidade são as da Liberdade e da Igualdade⁸⁰, mas esta tem uma predominância condicionadora e determinante daquela. As reflexões premonitórias de Alexis Tocqueville (1805-1889), sobre a liberdade e a igualdade, tanto na sua experiência europeia – onde a teia social era muito espartilhada pelas ancestrais *ordens* do Estado – como no Mundo Novo – onde a amplidão dos espaços era propícia à evasão dos espíritos e à liberalidade das instituições – conduzem-no sempre a uma constatação:

É impossível conceber os homens eternamente desiguais entre si num domínio exclusivo e iguais nos outros; numa dada altura, eles acabarão por ser iguais em todas as áreas. [...]

Existe efetivamente uma paixão viril e legítima pela igualdade que anima os homens, levando-os a desejarem ser todos fortes e respeitados. Esta paixão tende a elevar os pequenos ao nível dos grandes. [...] Não é que os povos cujo estado social é democrático desprezem naturalmente a liberdade; pelo contrário, eles têm uma inclinação instintiva para ela. Mas a liberdade não é o objetivo principal e contínuo do seu desejo; o que amam com um amor eterno é a igualdade; sentem-se impelidos para a liberdade de forma rápida e por meio de esforços repentinos e, se falham o seu objetivo, desistem, mas nada os poderá satisfazer sem a igualdade e antes prefeririam morrer a perdê-la.⁸¹

⁷⁹ «Numa sociedade justa, a base para o respeito próprio não está na parte do rendimento que nos cabe mas na distribuição dos direitos e liberdades fundamentais que é publicamente reconhecida» (cf. John RAWLS, *Uma Teoria da Justiça*, Lisboa, Ed. Presença, 2001, p. 411).

⁸⁰ Cf. Gilles LIPOVETSKY e Sébastien CHARLES, in *o. c.*, p. 24. Na Pós-(Hiper-)Modernidade este binómio assume o reconhecido estatuto de «Ideal universal», a que corresponde o neologismo *Igualiberdade*, «pondo em movimento uma insurreição permanente contra a ordem existente [...], a noção de liberdade e de igualdade pode ser utilizada como a ideia hegemónica que nos permite que nos identifiquemos [já em tempos de hegemonia das individualidades] com o nosso papel social particular [...] ou como excesso irreduzível que desestabiliza a ordem social determinada» (cf. Slavoj ŽIŽEK, in *O Elogio da Intolerância*, Lisboa, Relógio d'Água, 2006, pp. 65-66).

⁸¹ In *Da Democracia na América*, Lisboa, Principia, 2002, pp. 92-93.

Passado um século e meio sobre a reflexão de Tocqueville, e apesar das extensas e profundas transformações por que passou o mundo, persiste esse lastro caracterológico do humano tender sempre a impor a sua genésica condição de igual e livre. Não raro, o homem que atingiu patamares de igualdade, penhora a sua liberdade em troca de outros benefícios ou condições que, pelas circunstâncias mais diversas e em determinados momentos, considera de maior utilidade para a sua vida. O contrário – a penhora da igualdade (ou a perda dessa ôntica condição) – é raríssimo de se ver (ou de livremente se consentir), pois ela impõe subalternidade, rebaixamento, humilhação, angústia, desespero e desamor pela vida por parte daqueles que a sofrem.

1.2.3 *Amor*

A reflexão que as variadas leituras a que nos propusémos sobre o tema nos conduziram deixou-nos em algumas encruzilhadas – de sentimentos e emoções – que talvez não seja desapropriado evocar aqui, como forma de dar conta de alguns passos, aparentemente laterais, mas que implicam também, de alguma forma, outras dimensões do mesmo tema e que contribuíram para o seu aprofundamento. Os resultados alcançados, ainda que nos tenham facultado algumas perspectivas de análise, não deixaram de ser apenas esboços de resposta a estas persistentes interrogações: Qual é, exatamente, a natureza do amor?; O amor será a nossa emoção mais pessoal e íntima?; O amor será indefinível?⁸²

Arriscamos a dizer que, quanto à natureza, o amor pertença aos domínios do «sagrado», porque misterioso, porque aparentemente imperscrutável, pelo menos de uma forma de satisfatória abrangência. A análise histórica diz-nos que os olhares sobre o amor, ao longo dos tempos, sofreu grandes modificações. O Amor que, por muito tempo, pareceu aprisionado nas cadeias preconceituosas da moral social e religiosa, surge, entretanto, já não aprisionado, mas, paradoxalmente, petrificado, pois «o “amor livre” não libertou o Amor»⁸³. Todos os espaços de abertura que foram dados ao Amor – divórcio, contraceção, homossexualidade – em nada contribuíram para uma satisfatória realização amorosa, porque «cada vez mais se procuram oportunidades para se encontrar o mesmo velho ideal [de amor]»⁸⁴. Apronta-se-nos a pergunta: Como definir o amor? E esta parece-nos ser uma tarefa impossível, pois ele é do domínio do sentimento e não do pensamento. Como se poderá circunscrever algo cuja inscrição está em níveis

⁸² Cf. Simon MAY, *O Amor. Das Escrituras aos nossos dias*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2013, p. 15.

⁸³ IDEM, *ibidem*, p. 16.

⁸⁴ Cf. IDEM, «Prefácio», *o.c.*

da emotividade e esta, por sua vez, reside em profundidades da «alma», onde o subtil apenas sugere dimensões de individualidade marcadas de subjetividade e idiossincrasia? Se se define não é Amor; se se experiencia não se pode definir...

Que papel está reservado ao amor na organização social se, como dissemos atrás, a igualdade era o bem primeiro, o almejado? A resposta é-nos facultada por Luc Ferry⁸⁵:

É somente, de forma tardia, no Ocidente moderno, sob o efeito de uma história muito singular, a da família moderna do nascimento e, depois, da generalização do casamento livremente escolhido, que o amor substituiu, a pouco e pouco, todos os outros princípios fornecedores de sentido, todas as outras fontes de legitimação dos nossos ideais poderosos.⁸⁶

Histórica e socialmente, a comunhão do amor físico faz-se depender de um compromisso que vai para além da simples vontade das partes diretamente envolvidas, ou seja, dos noivos. É (era...) um compromisso de ordem familiar, comunitária, mas com forte respaldo na sociedade. Este compromisso é (era) regido por normas estabelecidas pelo direito que lhe faculta(va) várias garantias e proteção, mas, simultaneamente, implica(va) correspondentes deveres. Uma vez que a sua natureza está regulada por leis do Estado e por regras da tradição comunitária, qualquer desvio ou atropelo ao compromisso assumido publicamente implica(va) penalizações de vária ordem para qualquer das partes contratantes «transgressoras».

Sabe-se que os caminhos dos afetos humanos e, de uma forma particular, os que são percorridos pelos candidatos à união «perpétua» das suas vidas, são trilhos muito sinuosos e atribulados, onde as borrascas da vida, por vezes, de uma forma indelével fundam precipícios e criam barreiras intransponíveis, levando à ruína e ao desespero os mais idílicos, e aparentemente robustos, compromissos de amor eterno.

Quando se configuram ameaças que comprometem um enlace fortemente desejado de duas vidas, os amantes conjugam forças e transpõem as mais incríveis dificuldades, enfrentam temerariamente qualquer adversidade, resistem aos golpes mais traiçoeiros e demonstram uma segurança e uma solidez a toda a prova. Porém, sob tamanha temeridade esconde-se uma fragilidade emotiva angustiante que ameaça fazer ruir o edifício do amor mais sólido, sob o efeito de algumas palavras mal entendidas ou de uma explicação não recebida ou não percebida. Isto, no entanto, sucede, mais frequentemente, nos relacionamentos afetivos carregados de muita emoção pela paixão exacerbada.

⁸⁵ In *Revolução do Amor – para uma espiritualidade laica*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo Leitores, 2011.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 16.

Por isso, desde cedo, se entendeu que falar de **amor** e de **paixão** era falar de duas coisas que, ainda que do mesmo registo semântico, significavam situações anímicas e emocionais muito próximas, mas diferentes. Ferry diz que é imprudente fundar uma união que se pretende durável sobre «uma base tão frágil como é a paixão», e Montaigne, a quem ele recorre, esclarece porquê: «Amor e paixão são empresas que têm caminhos distintos e não confundíveis.»⁸⁷ E, noutro passo, apoiado na longa história conhecida dos «arranjos matrimoniais», reforça essa convicção, afirmando que o amor não é a origem da instituição do casamento. E nós acrescentaríamos que o magno erro da instituição católica, na inscrição da *indissolubilidade* do matrimónio, reside precisamente no facto desse «*princípio* definidor» se apoiar na mais efêmera das relações que é a da «paixão amorosa» (e contrastantemente ou não, este é o único cenário indubitável para o livre e assumido compromisso, indispensável para a validação sacramental), ainda que o não explicita com esta terminologia. Claro que sempre haverá quem defenda o *princípio*, alegando que ele se justifica precisamente porque é de natureza frágil. Aliás, na tradição patrística, o casamento envolvido de «paixão» era condenável, pois entendia-se que tinha o seu enfoque na relação amorosa (concupiscente...) dos amantes, enquanto o fim primeiro e único deveria ser o da procriação⁸⁸.

Com a Idade Moderna o casamento vai deixando o seu carácter contratual (concertado pelas famílias) e vai assumindo, cada vez mais, a característica de uma relação ditada pelo amor, ou livre consentimento. É claro que o peso da tradição – em que o consentimento dos pais era determinante e, por vezes, até da própria comunidade, que fazia sentir a sua influência e pressão através de rituais comunitários de achincalha-

⁸⁷ *Apud* Luc FERRY, *o. c.*, p. 108. Refletiremos este assunto, mais profundamente, no subtítulo «Literatura» (1.3, pp. 59-147), onde nos encontraremos com posições bem consonantes no seu âmago, ainda que não totalmente na forma, tanto nos epicuristas como nos estoicos e, posteriormente, na doutrina eclesiástica cristã sobre o combate espiritual pela virtude e a repressão dos impulsos da sensualidade.

⁸⁸ Claro que este era o tom do discurso eclesiástico dominante sobre tal assunto, ainda que reconheçamos que, numa ou noutra realidade epocal, tenha aparecido uma ou outra voz mais cônsona com a realidade, como no-lo lembra Mário MARTINS (in *Estudos de Cultura Medieval*, vol III, pp. 190-191): «[Para] monges e clérigos, nos seus livros e sermões, a união amorosa dos casados ficava bastante na sombra da geração dos filhos, como que tolerada e sem valor próprio? Pode ser. No entanto, muitos deles procediam assim, julgamos nós, por não valer a pena insistir muito num ponto em que o instinto impunha as suas leis. Seria acender uma vela ao meio-dia. Por outro lado, devemos recordar a severidade com que todos os moralistas impunham o cumprimento do *debitum conjugale*, sem excluir dele pessoas conhecidamente estéreis ou mulheres que, pela idade, já tinham ultrapassado o tempo da fecundidade maternal. Nesta severidade, a prole não entrava para nada, mas, sim, o amor em si mesmo, na união dos cônjuges. Ainda assim, o tom revela, por vezes, uma certa indulgência tolerante e, vamos lá, algo deprimente. Certos monges e padres deixam-nos a impressão asceticista (mais do que ascética) de abanarem a cabeça com pouco simpatia. Se falássemos diretamente com tais moralistas e pregadores, julgamos que seriam mais humanos, à maneira do renascentista Fr. Luís de León, em *La Perfecta Casada*», que refere as mulheres como *dulzura do homem* (vide subtítulo 1.3 Literatura, p. 137).

mento ou ridicularização das uniões mal aceites, que podiam visar desde a grande diferença de idades até a comportamentos desviantes do passado dos nubentes – fez-se sentir até tarde, até perto dos nossos dias. Não quer isto dizer que todos ou a maioria dos casamentos não fossem consentidos ou até desejados. Frequentemente, tanto em tempos de Roma como na Alta Idade Média, e à margem das situações correntes (de casamentos combinados), sabe-se de inúmeros casos em que puros contratos se converteram em uniões de amor, assim como de uniões de amor que descambaram em ruturas odiosas.

Ferry aponta as mudanças operadas no casamento como as grandes e talvez as únicas com peso determinante para as profundas mudanças sociais. E argumenta acerca dessa conclusão com o exemplo da vida de uma mulher simples do interior que tenha decidido abandonar a sua aldeia e procurar subsistência na cidade. O destino tradicional dessa mulher seria o de casar e ter filhos (deixar a autoridade paterna e passar para o domínio da autoridade do marido, pois ela correspondia a um bem, a um investimento, de valor pecuniário...), transformando-se numa procriadora e cuidadora dos filhos e do marido, e numa obediente e profícua desempenhadora das tarefas domésticas. Ao deixar o seu rincão natal, dirigindo-se para a cidade, onde procurará emprego numa fábrica, a fim de garantir a sua subsistência, esta mulher, sob este libertador impulso, alcançará, de imediato, duas condições que até aí lhe estavam vedadas: a da autonomia e da subtração à coerção social exercida pela vigilância da família e dos vizinhos.

Pela primeira vez, na sua vida, escapa aos olhares dos outros, ao olhar atento dos aldeãos, da sua família, do cura, da velha que, por detrás das cortinas, observa através das janelas, a vida dos outros e espalha os rumores.⁸⁹

A liberdade do anonimato e a autonomia facultada pela compensação pecuniária do seu trabalho, no caso exemplar desta mulher, veio trazer-lhe um bem acrescido: a possibilidade de escolha de um parceiro, libertando-a ainda da imposição familiar e comunitária e, muitas vezes, também da condição e estatuto social da aldeia natal que lhe restringia o campo de escolha dos afetos. Tudo levará muito tempo – séculos... – mas foi-se firmando, a pouco e pouco.

Quer se fale, com Marx, de «Capitalismo», ou, com Tocqueville, de «Democracia», o que, em ambos os casos, definiu o mundo moderno, é em primeiro lugar e sobretudo esta aparição do indivíduo que se arranca, progressiva, mas definitivamente, a todas as formas antigas de comunitarismo ou, como dirá Louis Dumont, a todas as formas de «holismo», da tomada do todo sobre as partes, sobre os ombros da comunidade.⁹⁰

⁸⁹ Luc FERRY, *o. c.*, p. 119.

⁹⁰ IDEM, *ibidem*, p. 120.

O capitalismo tão condenado, pelas mais lídimas razões de parca preocupação social, haveria de, num primeiro momento, ainda que de forma indireta, ter sido o grande libertador das tradicionalmente restritivas observâncias comunitárias (de parentesco e de vizinhança), e, particularmente no caso das mulheres, dotando-as de autonomia emancipadora, deu-lhes acesso a outras conquistas: no seio da família, dotando-as de alguma paridade estatutária, pelo seu contributo direto na angariação financeira para o sustento; e, no seio da comunidade, dotando-as do estatuto comum de cidadania, perante os concidadãos e perante o Estado para o qual contribui com os impostos que lhe competem.⁹¹

Para Ferry, o século XX ficou marcado por três grandes traços: 1. «Desconstrução dos valores tradicionais», como, por exemplo, a emergência das questões ligadas à designada «condição feminina»; o fim do tratamento reverencial dispensado à «escola» e aos professores; a «globalização», obra do grande capital; o frenesim pelos gastos supérfluos, com peso significativo das novas técnicas associadas ao divertimento e recreio; 2. diminuição do poder político do Estado, substituído pelas dinâmicas determinantes do poder económico; 3. emancipação dos indivíduos ditada pela assunção de relações livremente assumidas com base no «amor» e na união livremente escolhida.

Curiosamente, o autor que nos tem acompanhado encontra na Europa judaico-cristã e concretamente nos textos fundadores do Cristianismo (p. ex., a parábola dos talentos [Mt 25,14-30]), a condição única para que este desenvolvimento capitalista se afirme nos moldes que se conhecem e do qual emergiu o *primeiro humanismo*⁹². Este enformador da «ética republicana», agregada de elementos de um cristianismo secularizado, desferiu e sustentou até à rutura críticas demolidoras à ancestral «moral» aristocrática, que denegava os elementares princípios de equidade humana:

A dignidade de um ser não depende dos dons que recebeu à nascença, mas daquilo que fez com eles, não da natureza e das aptidões naturais, mas da liberdade e da vontade da pessoa humana, quaisquer que sejam os seus dotes à partida.⁹³

⁹¹ «Aquilo que mostra, em substância, é que o nascimento do casamento de amor na Europa – pois uma vez mais não nos esqueçamos, toda a história destes traços caraterísticos do tempo presente não é inicialmente senão europeia – é um dos efeitos mais patentes e mais incontestáveis da lógica própria do capitalismo moderno. [...] Quando o capitalismo se instala e subverte, a partir do interior, o regime feudal, inventa o salário ao mesmo tempo que o mercado de trabalho. Ora, esta dupla invenção vai exercer um formidável efeito de desconstrução sobre os poderes de que desfrutavam sobre os indivíduos as comunidades aldeãs tradicionais, onde os jovens eram casados, se não “à força”, pelo menos sem livre escolha.» (IDEM, *o. c.*, pp. 118-119.)

⁹² Cujas bitolas de aferição do bem e do mal assenta no humano e não em representações de ordem cosmológico-transcendental vertidas em mandamentos, como se encontrava na moral tradicional.

⁹³ Luc FERRY, *o. c.*, p. 187.

Este primeiro humanismo implica laços inéditos: com o espaço público, com o espaço coletivo e com o espaço político. Ele apresenta-se como o «novo sagrado», não no sentido religioso restrito, como o oposto ao profano, mas como algo por que nos podemos sacrificar. Neste novo sentido, segundo Ferry, as ideias de Pátria, de Revolução e mesmo a ideia de Deus, são ideais por que já ninguém está disposto a sacrificar-se, pelo menos na Europa⁹⁴.

Ainda que compreendamos o sentido dos argumentos invocados por Ferry, não os subscrevemos na sua totalidade, pois conhecemos numerosos exemplos que contrariam ou pelos menos relativizam estas afirmações, atestando que alguns destes ideais ainda justificam comportamentos e empenhamentos, quer pessoais quer institucionais, bem consonantes com as práticas tradicionais, como são os casos de tantos missionários religiosos que aceitam conviver com o perigo de morte, em várias geografias e sempre e ainda por esse ideal de sentido último da vida entregue a Deus em que acreditam. O fim pode já não ser rotulado de patriotismo, dever ou civismo, mas ele surge justificado, na maioria dos casos, pelo amor, pela justiça, pela fraternidade, pela defesa da natureza, pela verdade, pelos «nossos» filhos, pelos «nossos» próximos, pelos «nossos» amigos, pela nossa relação com os outros. Vai-se afirmando a nova gramática do secularismo e, por artes semânticas, assiste-se à emergência daquele «novo» deus que Nietzsche se admirava, em finais do século XIX, de ainda não ter surgido, em dois mil anos⁹⁵.

A secularização ocidental, benquista por muitos e malquista por alguns, na sua ôntica e tenaz tendência de desideologizar/desreligiosizar a sociedade levou os seus efeitos a uma redefinição/evolução da própria linguagem mental dos cristãos sobre o Amor, que radicava em condição metafísica – «Deus é amor»⁹⁶. O amor humano, entretanto, foi guindado ao papel que, até aqui, só o amor de Deus desempenhava, e, procedendo-se à inversão sintática da evangélica afirmação, passou a: «o Amor é Deus»⁹⁷. E este discurso que ainda há pouco tempo os zelosos da ortodoxia provavelmente denominariam de heré-

⁹⁴ Cf. IDEM, *ibidem*, p. 19. Carecem de alguma atualização estas afirmações, pois parece não se poderem deixar de reconhecer os efeitos de aspecto contraditório dos muitos episódios de carácter fundamentalista e terrorista que ultimamente têm manchado o solo europeu. No entanto, há uma opinião pública substancial que defende que os atentados terroristas, ainda que tenham como agentes, maioritariamente, indivíduos de adquirida nacionalidade europeia, estes são de origem étnica e religiosa externa e, por esse facto, estranhos à cultura de matriz ocidental, e é a essa mentalidade que o autor se refere.

⁹⁵ Cf. NIETZSCHE, *O Anticristo*: «Dois mil anos se passaram – e nem um único deus novo!», cap. XIX, p. 40 (www.eBooksBrasil.org [visitado em 23 julho 2016]), *apud* Simon MAY, *O Amor. Das Escrituras aos nossos dias*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2013, p. 19.

⁹⁶ «Foi com isto que ficámos a conhecer o amor: Ele, Jesus, deu a sua vida por nós; assim também nós devemos dar a vida pelos nossos irmãos. [...] Aquele que não ama não chegou a conhecer Deus, pois *Deus é amor* (1Jo 3,16; 4,8).

⁹⁷ Cf. Simon MAY, *o.c.*, pp. 19-35.

tico, corre, agora, em pacífico, enlevado e refontado argumento, assente na legítima aspiração do amor humano ascender ao Amor divino pela simples condição/obrigação dos humanos deverem, até à total identificação, mimetizar o divino Amor modelar (*imitatio Dei*), a cuja genésica semelhança corresponde a dignidade humana. Afinal, um «amor humano divinizado», que tão belamente foi *cantado* pelo apóstolo Paulo e, surpreendentemente, agora reproposto: «Se não tiver amor, nada sou. [...] O amor é eterno»⁹⁸.

Ainda que de uma forma menos explícita, ou mais subtil, não se assiste ao «fim do sagrado», mas sim à «sacralização do outro», surgindo novas aspirações de uma sabedoria do amor nas suas várias cambiantes. É esta «sacralização» que sustenta e anima toda a vida – psíquica, moral, espiritual, cultural e até intelectual e política. É ela que dá sentido, e, sem ela, tudo ameaça desmoronar, apagar-se. Aí estão as inúmeras organizações humanitárias e não-governamentais e outras tantas instâncias, desde as de exclusivo apoio solidário até às dedicadas ao exercício da justiça, de apoio social, da vigilância e combate aos excessos e desvarios das estruturas detentoras de poder (e poder, neste caso, não é apenas e só o político, mas também o judicial e o económico, para além do corporativo e dos interesses instalados), que o atestam, e, ainda que com muitas limitações, elas existem e atuam.

* * *

Apresentámos, com ajuda de alguns pensadores da atualidade, os resultados das nossas reflexões acerca do conceito (alargado) de *Amor*, à custa de um *aparente* afastamento do objeto do «nosso» Projeto. Porém, tivemos apenas um intuito: o de facultar alguns ângulos da nossa perspetiva e sua abrangência, quanto ao que entendemos como práticas do *Amor/Desamor*, mas que também, podemos reconhecer, possam ser caracterizados de práticas de *Bem/Mal*. A transferência destes conceitos para a relação a dois, ou para um registo em que ela se possa constituir como metáfora, é parte do trabalho a que nos propusémos e que continuaremos a desenvolver nas páginas que seguem, identificando alguns dos instrumentos de particular e eficaz cariz ideológico, de registo literário, que a tradição elegeu como modeladores de mentalidades e comportamentos, simultaneamente, recebidos, reconstruídos e retransmitidos. Ainda que nos tenhamos esforçado por uma seleção bem representativa dos pensadores do tema, fomos confrontados com a dificuldade de vermos o nosso esforço coroado de suficiente êxito, pois deparámo-nos com uma tal abundância de

⁹⁸ Primeira carta aos Coríntios, cap. 13 (aqui, vv. 2b e 8).

textos e autores, alguns até, tidos por «improváveis», que nos leva a acreditar, com alguma segurança, que jamais tema algum terá merecido, ao longo do tempo, tanta reflexão, crítica e/ou elogio, como o do Amor ou da relação amorosa, e de uma forma tão profunda, transversal e carnal, nuns casos, e tão sublime, e de elevação espiritual, noutros.⁹⁹

Decidimo-nos por deixar aqui apenas «indicadores» exemplificativos dessa imensa plêiade de *cantadores* que, vivendo o paradoxo da exaltação do sentimento, contaram e cantaram o *sofrimento* amoroso, essa camoniana «ferida que dói, e não se sente»; esse «contentamento descontente, que é dor que desatina sem doer». O critério seletivo foi o que nos pareceu mais consentâneo com a leitura que fizemos sobre a importância que, ao longo dos séculos, mereceu a dimensão desse tão abarcante sentimento por parte daqueles que o viveram ou dele sentiram o impulso para lhe fazerem a narrativa da sua determinante influência na vida das pessoas, dos grupos e dos povos. Os efeitos dessa influência fizeram-se/fazem-se sentir pela inaudita capacidade que tal *sentir* tem de reduzir/transformar qualquer compacta integridade à mais complexa porosidade, por onde se esvai, se afunda, se molda, se plasma, numa plasticidade enformante que avassala o hospedeiro a ponto de «cuidar ganhar em se perder, tendo para quem nos mata, lealdade», como tão bem foi caracterizado pelo Poeta. O «projeto Portugal» foi concebido, ganhou corpo e avantajou-se também, estamos em crer, sob esta bandeira.

1.3. Literatura

Amor com brandas mostras aparece,
Tudo possível faz, tudo assegura;
Mas logo no melhor desaparece.

Extranho mal! extranha desventura!
Por um pequeno bem, que desfalece,
Um bem aventurar, que sempre dura!

CAMÕES, *Sonetos* ¹⁰⁰

Da epigráfica intenção do *Poeta* colhemos o sentido dos efeitos de um sentimento a que se costumou denominar de *amor*, mas que, tal como já deixámos atrás refletido, trata-se do sentimento amoroso exacerbado, fora da *contenção* da razão e da lógica dos

⁹⁹ Este mesmo reparo encontrámos em autor atual, da área religiosa – Tomáš HALÍK: «Nas livrarias religiosas, sempre evitei instintivamente livros que tivessem a palavra amor no seu título, receando que os primeiros capítulos estivessem impregnados do perfume doentivamente barato do piedoso sentimentalismo que nunca deixa de me dar volta ao estômago. A “literatura secular” está saturada do tema do amor: desde a poesia erótica até aos manuais de aconselhamento psicológico sobre relações interpersonais» (in *Quero que sejas: Amor de onde, para onde?*, Prior Velho, Paulinas Editora, 2016, p. 17).

¹⁰⁰ In cópia digital da Biblioteca Nacional: Luís Vaz de CAMÕES, *Sonetos*, coordenados e acompanhados com um esboço biográfico, por Teófilo Braga, II Parte, Lisboa, A Educadora – Empresa Editora, 1913 (Soneto XVI, vv. 9-13), p. 25.

entendimentos ajustados à norma social. Para o *Poeta*, com certeza, *contenção* só podia significar apoucamento, e, para ele, o domínio das palavras é o império da expressão onde cada termo assume um sentido absoluto que tudo parece conter, mas que sempre se afirma no excesso. É da *paixão*¹⁰¹ que ele fala. É desse *sentir*, que, à sua emersão, tudo transfigura, «tudo possível faz, tudo assegura». Dele parece que pouco sabemos, embora saibamos que nos habita, por vezes, numa constrangedora tensão que reclama ponderados cuidados, ainda que «com brandas mostras» nos experimente, quanto à nossa consciente força ou nossa débil vontade. Sem amarras, ele é rude mas afável, é selvagem mas submisso, é temerário mas contido, é destemido mas cauteloso, é «um pequeno bem que desfalece; logo no melhor desaparece».

Nos comportamentos humanos, quanto aos meios, não se conhece nada de mais contrastante, e, quanto aos fins, nada de mais contraditório. Supomos, por isso, que não haverá comunidade humana que não ostente, nas suas tradições culturais – artesanato, oralidade, música, dança ou literatura, e com destaque para o lirismo –, diversificadas expressões de exaltação do Amor, nas suas variadas formas, expressões e sentidos.

Como definir, cantar, exaltar o Amor, em toda a sua espectral abrangência, tem sido a vocação dos muitos amadores da Arte, mas aqui, por opção condizente com o objeto deste estudo, como atrás referimos, privilegiamos os do domínio da literatura.

Damos início à nossa reflexão com o texto canónico judaico-cristão do *Cântico dos Cânticos*, mas queremos deixar ressalvado que, na Antiguidade em que se inscreve o *Cântico*, emergiram vários outros textos, alguns inspirados na mitologia – de amores idealizados, contrariados ou impossíveis –, como o paradigmático idílio de *Dáfnis* (criador da poesia bucólica, filho do deus Hermes e de uma ninfa), cuja infidelidade à amada ninfa *Cloé* o levaria ao suicídio.

O sofista greco-latino, Longo, entre os séculos III/IV d.C., retomou esta história a que deu uma final feliz, e transformou-a num singelo, quase inocente e cândido, canto ao amor puramente humano, construído sobre memória mitológica. O sucesso desta *renovada* história de amor bucólico surgirá, a partir de então, refletida e traduzida por muitos autores, v.g.: Teócrito (in *Idílios*, XI/XIII), Virgílio (in *Bucólicas*) e Jacques Amyot (séc. XVI)¹⁰².

¹⁰¹ «[...] implacável como o abismo é a paixão; os seus ardores são chamas de fogo, são labaredas divinas. Nem as águas caudalosas conseguirão apagar [...]» (*Cântico dos Cânticos* 8,6-7).

¹⁰² Para este apontamento, socorremo-nos da tradução portuguesa de Denise BOTTMANN, *Dáfnis e Cloé*, Campinas (SP), Pontes Editores, 1990.

1.3.1 *Cântico dos Cânticos*

Na cultura ocidental, predominantemente de raiz judaico-cristã, um dos seus mais interpelantes e problemáticos textos canónicos, pelo contraste que ostenta com a tradicional «moral sexual» da catequese eclesiástica oficial, é o denominado «poema das bodas» ou «cântico nupcial» – «o maior poema erótico da Bíblia»¹⁰³ –, o conhecido *Cântico dos Cânticos*, atribuído a Salomão. Tende-se a compreender a sua inclusão no cânone escriturístico em virtude do sentido alegórico, com que tem sido tomado em contexto religioso do Antigo (AT) e do Novo Testamento (NT), em que *Ele* (o amante/amado) é referido a Deus (AT)/Messias (NT), e *Ela* (a amante/amada), a Israel (AT)/Igreja (NT).

O texto poético do *Cântico*, engendrado na Antiguidade, desde sempre se prestou a ser usado como alegoria e metáfora. O povo judeu, numa íntima analogia com o amor humano, nele se reviu na relação com o seu Deus; o Cristianismo, no decorrer da sua história, ora o reajustou à abrangência analógica do amor de Jesus Cristo pela sua Igreja, ora o tomou como paradigma modelar das relações entre o poder político (da autoridade temporal) e o poder religioso (da autoridade espiritual), ora, ainda, em tempos da contemporaneidade, o teve por reflexo inspirador do amor de Deus pela Humanidade; para além de outras analogias que, ao longos dos tempos, se podem identificar em escritos de variadíssimos autores, cuja reflexão pessoal e/ou mística, denunciam níveis vários de introspecção espiritual e mistagógica. É forçoso, no entanto, que também deva ser reconhecido ao *Cântico*, e ao facto de ter merecido constar no cânone da Escritura, a autoridade suficiente, para muitos nele se fixarem e legitimarem posições de valorização e enobrecimento da sexualidade humana, tão combatida, tão restringida e tão normatizada pelos purismos moralistas, desde sempre, pois que, apesar de reconhecida como própria da natureza, era circunscrita à condição animal, de que todo o homem se deve libertar, elevando-se espiritualmente da baixeza dos instintos à prática da virtude, pela renúncia aos prazeres dos sentidos.

Mas independentemente do seu sentido alegórico os textos têm uma estrutura descritiva e narrativa muito consistente e são fortemente elucidativos e de grande valor antropológico. A emergência do sentimento amoroso e as emoções que ele desencadeia, e como estão descritos, não se mostram minimamente discordantes ou estranhos para o leitor de hoje. Apesar da sua antiguidade – os critérios exegéticos, filológicos e literários, estabelecem a sua origem em meados do séc. V a.C. –, a atualidade do que descre-

¹⁰³ Simon MAY, *o.c.*, p. 43.

ve caracteriza-o como um texto estimulante e até, nas partes em que a descrição esmiúça pormenores, divagando por elucubrações fantasiosas, pode revelar-se perturbador ou até despidorado.

Nem os místicos conseguem furtar-se ao fascínio feminino, pelo menos quando tinham de comentar o *Cântico dos Cânticos*, que, por muito que se queira interpretar alegoricamente, nunca deixa de ser explícita a celebração da beleza carnal. O *Cântico* deve ter perturbado o sono a muitos devotos exegetas bíblicos, forçados a admitir que a formosura feminina pode evocar a graça interior de que é sinal. E, ainda comentando o *Cântico* com cândida e composta seriedade sob a qual é difícil não suspeitar alguma inconsciente malícia, Gilbert de Hoyland define as justas proporções que os seios femininos deviam ter para que fossem agradáveis¹⁰⁴.

A par do *Cântico dos Cânticos* há ainda outros livros do AT – Oseias, Isaías, Jeremias e Ezequiel – que usam a imagem do enlace matrimonial, com as suas emoções e conturbações, como uma alegoria da relação de Deus com o seu Povo. O retrato social revela-se, portanto, autêntico e é esse que, agora, nos serve. Contudo, o seu sentido alegórico, também de outros livros do AT, pode servir-nos como mostra do esforço por parte dos autores destes textos de deixar rasto informativo sobre a importância que, naquelas sociedades, representava o sentimento amoroso e o enlace matrimonial na estrutura organizativa das comunidades humanas, bem como a forma como os seus membros interagiam e como se regulavam os vários níveis de relação, em particular os relativos à vida afetiva ou que desta tomavam o modelo.

Perante um *Cântico* tão denso sobre o Amor humano e divino, que não deixa de lado nenhum dos seus aspetos, inclusive o do amor carnal, foi-se-nos impondo uma interpelante questão a que fomos ficando atentos, ao longo das leituras, para a possibilidade de encontrar algum esclarecimento e que poderemos assim formular: – O que é que aconteceu, no Cristianismo institucional e na sua hermenêutica dos textos da Escritura, para que dela se tenha colhido uma tão estranha doutrina disciplinar que carregou de escrúpulo e de temor angustiante a mente dos seus fiéis ao longo de séculos?

Curiosamente, uma achega que talvez possamos considerar suficiente contributo, precisamente a partir do texto do *Cântico* e da disparidade de olhares e interpretações, em duas realidades religiosas oriundas do mesmo tronco, é-nos facultada por Simon May:

A linguagem de um amor erótico que encontramos neste poema infunde também amor humano por Deus. Nenhum ponto da Bíblia hebraica, a respeito do sexo, exprime a enorme ansiedade que se encontra na tradição cristã (menos no que é relatado nos Evangelhos, como tendo sido dito por Jesus, do que nos dogmas que se desenvolveram após a sua

¹⁰⁴ Umberto ECO, «Introdução à Idade Média», *Idade Média*, vol. I, Lisboa, D. Quixote, 2011, p. 28.

morte, especialmente com Santo Agostinho¹⁰⁵). A gestão amorosa da natureza – incluindo a nossa natureza humana sexual – está muito mais próxima do espírito das Escrituras hebraicas do que a difamação do sexo, do corpo ou do mundo natural de modo mais geral, que o Cristianismo tomou inicialmente de fontes *pagãs*, sobretudo do Platonismo. Toda a criação é uma emanção de Deus e, portanto, pode ser amada como autocomunicação de Deus¹⁰⁶.

Porém, a história conta-nos que, tanto em inscrição judaica quanto cristã nem sempre foi consensual a opinião sobre a legitimidade da canonização deste texto poético. Na tradição judaica diz-se que no suposto sínodo de Jâmnia (cerca do ano 100 d.C.) o assunto teria sido levantado no seio das duas mais relevantes escolas rabínicas – *Bet Shammai* e *Bet Hillel*¹⁰⁷ –, tendo prevalecido a opinião dos seguidores de Hillel que defendiam a inspiração divina do *Cântico*.

O rabi Ben Gamaliel (bisneto de Hillel) dizia que este poema teria sido recebido por Salomão diretamente de Deus, e o rabi Aquiba (Akiva ben Yossef, 50-137 d.C.) ensinava que o *Cântico* era o «santo dos santos» das Escrituras e que todo o crente que o entoasse com sentido vulgar (profano) se excluía a si próprio da bem-aventurança eterna¹⁰⁸.

A aceitação por parte dos Cristãos remonta a Orígenes (c. 185-254)¹⁰⁹. No entanto, houve também neste contexto algumas resistências. O grande exegeta da escola de

¹⁰⁵ Sobre Santo Agostinho – amor e matrimónio – *vide* também 1.3.3, p. 67 e, ainda, 1.3.4, pp. 89-90. Na sequência de Agostinho, à distância de nove séculos, Tomás de Aquino (1225-1274, curiosamente, consta que morreu a ditar o seu comentário sobre o *Cântico dos Cânticos*) também se debruçou sobre este mesmo tema na sua *Suma Teológica* (q. 77, a. 1): «A vontade é movida pela paixão do apetite sensitivo?» Ele usa o termo «vontade» que caracteriza com duas naturezas – apetite sensitivo ou vontade da razão.

¹⁰⁶ Simon MAY, *o.c.*, p. 46.

¹⁰⁷ A *Bet Shammai* congregava os seguidores do rigorista rabino Shammai (50 a.C.-30 d.C.) e a *Bet Hillel*, os do moderado rabino Hillel (60 a.C.-9 d.C.). Este foi o último par de rabinos do período *Zugot* (515 a.C. a 70 d.C.). Posteriormente, no período *Tanaíta*, sob o ação do rabino Gamaliel II, terá tido lugar a reunificação das várias tendências que deram origem ao Judaísmo rabínico atual.

¹⁰⁸ Christoph UEHLINGER, «Cantique des Cantiques», in Thomas RÖMER (org.), *Introduction à l'Ancient Testament*, Genebra, Editions Labor et Fides, 2004, pp. 530-542. Orígenes, no seu *Comentário ao Cântico dos Cânticos*, vê, na comparação do amor humano para a contemplação divina, um recurso de ordem psicológica de pertinaz eficácia, e isso será de inspiração fundamental para a vida nas comunidades monásticas nascentes. Na sua reflexão, encontram-se resquícios fortes de Platão no que respeita à pureza desse sentimento do amor. (*Vide*, sobre o filósofo grego, mais à frente, pp. 68-72.)

¹⁰⁹ Desde então, foram inúmeros os autores cristãos que comentaram o *Cântico dos Cânticos* (ou *Cantares [de Salomão]*, como também é frequentemente referido). O cardeal Luís de Torres († 1609), arcebispo de Monreal (Sicília) refere que teria identificado, à época, cerca de duzentos comentadores do *Cântico*. O Padre António Vieira menciona, nos seus escritos, sobre os comentadores da obra salomónica, cerca de uma vintena, desde Teodoro de Ciro (c. 393-c. 458) até aos seus contemporâneos Paulo Sherlogo (1595-1646) e Michaelis Ghislerii (1617-1619). Mas serão sempre de referir pela grande difusão, influência e replicação que tiveram os comentários de São Jerónimo (347-420), que dos livros sapienciais do Antigo Testamento distinguiu os *Provérbios* (para correção dos costumes), o *Eclesiastes* (para explicar a natureza) e o *Cântico* (para cantar o enlevo amoroso de Cristo pela sua Igreja). (Cf. *Obra Completa Padre António Vieira*, «História do Futuro», t. III, vol. I, *o. c.*, pp. 241-250.) Destacam-se ainda Guilherme de Saint-Thierry (1075/1080-1148): «A principal energia que move a alma é o amor», in *De natura et dignitate amoris* (A natureza e a dignidade do Amor); Bernardo de Claraval (1090-1153): *Sermones super Cantica Canticorum* (Sermões sobre o Cântico dos Cânticos); e Frei Luís de León (1527-1591), que desenvolveremos mais à frente (p. 137), relativamente a outras obras, com a particularidade deste último, que deverá ter sido o grande inspirador de Teresa d'Ávila (1515-1582) e de João da Cruz (1542-1591).

Antioquia, Teodoro, bispo de Mopsuéstia (c. 350-428) afirmava que a inexistência de leitura pública destes textos, tanto por parte de judeus como de cristãos¹¹⁰, e isto pela dificuldade que os mesmos apresentavam devido ao seu delicado conteúdo e forma erótica descritiva, constituía, para Teodoro, suficiente evidência de que se tratava de poema profano. Esta posição assim como as suas obras foram, no entanto, declaradas heréticas e condenadas no V Concílio de Constantinopla, em 553.

No século XI, São Bernardo de Claraval (1090-1153) defendia que o *Cântico* era não só inspirado mas que teria como inspirador o próprio Espírito Santo.¹¹¹ Em tempos da Reforma, este mesmo tema voltou a ser levantado e, apesar de atualmente o texto figurar no cânone protestante, em 1547 Calvino aconselhou a que fosse retirado, considerando que o mesmo só ali estaria por engano.¹¹² Os olhares posteriores, acabariam por reconhecer a propriedade canónica do *Cântico dos Cânticos*, como no-lo resume o judeu cristão Hugh J. Schonfield (1901-1988):

O *Cântico* não necessita de desculpa ou paliativo. Ele expressa uma aceitação honesta da maravilha que é o amor humano tanto nos seus aspetos físicos como nos psíquicos, e reflete o milagre recorrente da primavera no coração como na natureza¹¹³.

1.3.2 Os *Carmina* (Da Antiguidade até finais da Idade Média)

Conhecem-se muitas colectâneas de textos líricos (fragmentados), muitas de autores identificados, mas inúmeras particularmente engendradas e veiculadas no anonimato dos meios rurais e urbanos, cujos trechos foram perenizados através da tradição oral, e com diversidade de conteúdos – predições, sortilégios, presságios, vaticínios, invocações, provérbios, fórmulas mágicas, sentenças, orações e cantares amorosos e de embalar. Conhecidos por *Carmes* (*Carmina*) são hoje tidos como expressões pré-literárias. Dos *Carmina* se serviam as comunidades nas mais variadas circunstâncias das suas vivências, ora para animar os meios rurais nas suas atividades correntes (v.g., *Carmina popularia*), ora na animação da vida comunitária (v.g., *Carmina convivalia* ou *Carmina salaria*), ora em rituais religiosos (v.g., *Carmen arvale*)¹¹⁴. Algumas destas colectâneas constituirão um vasto repositório a que, frequentemente, recorrerão muitos dos *cantantes* populares ao longo

¹¹⁰ A leitura do *Cântico*, em contexto pascal, parece ser antigo, mas não pode ser atestado como uma prática usual antes do século VIII (cf. Wilhelm RUDOLPH, *apud* Othmar KEEL, *Le Cantique des Cantiques*, Fribourg (Suíça), Editions Universitaires Fribourg, 1997, pp. 19-20).

¹¹¹ Cf. Geraldo Holanda CALVALCANTI, *Cântico dos Cânticos*, São Paulo, EdUSP, 2005.

¹¹² Cf. Giuliano LAURENTINI, «Cântico dos Cânticos», cap. XII, *Os Livros Proféticos*, Petrópolis, Vozes, 1985, pp. 217-232.

¹¹³ Hugh J. SCHONFIELD, *The Song of Songs*, Nova Iorque, Mentor Books, 1959, p. VII.

¹¹⁴ Para além da aceção genérica do termo *carme* (=versos líricos), aqui, o uso é o que colhemos de M. CITRONI *et alii*, *Literatura de Roma Antiga*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 46-52.

de extensos períodos, acrescentando, modificando ou adaptando conforme as necessidades e exigências do momento, a alguns dos quais, aliás, aqui nos referimos.

A tradição manteve-os vivos, no seio social sempre que se impunha uma participação alargada, mostrando-se congregadores pela capacidade de, através da articulação da palavra e do gesto, dotarem de sentido laudatório, celebrativo ou crítico a atividade pessoal ou comunitária e de relação dos seus membros e, assim, lhes robustecerem os aspetos identitários e reforçarem os laços de pertença. Os seguintes fragmentos são sugestivos disso mesmo. Neles se adivinham as cadências anímicas e o pulsar das tensões amorosas no âmago das vivências partilhadas:

- DIEHL 61 Que rústica fascina a tua mente...
de rústico manto envolvida...
não sabendo estender aos tornozelos
a sua veste?...
- DIEHL 88 Cheia resplandecia a lua;
e como em volta de ara se puseram.
- DIEHL 93 Assim em ritmo um dia as cretenses com pés
dançavam leves em volta do amável altar
da relva a tenra flor suavemente pisando.
- DIEHL 94 Mergulhou sim a lua
e as Plêiades; é meia
noite, perpassa a hora;
e eu sozinha me deito.
- DIEHL 100 És meu amigo mas toma uma esposa mais nova;
não ousarei contigo viver sendo mais velha.
- DIEHL 114 Doce mãe, não, não posso tocar o tear,
de amor venceu-me por um jovem a tenra Afrodite.
- DIEHL 127 A quem amado esposo, eu melhor te comparo?
A uma tenra vergôntea eu melhor te comparo.
- DIEHL 128 Feliz esposo, para ti as núpcias que ansiaste
se cumpriram e tens agora a virgem que ansiaste,
tua figura é grácil e os teus olhos, esposa,
doces, e amor em teu meigo rosto derramou-se.
E a ti honrou muito a divina Afrodite.¹¹⁵

A partir do século VIII, começaram a circular diversas compilações (de *Carmes*) que se caracterizavam por uma forma inovada de revelar, ou melhor, de trazer à tona, à crítica e ao comentário público muitos dos aspetos das intimidades de relação pessoal que o pudor social, até então, mantinha sob o véu do recato da «boca pequena» das proximidades, como por exemplo, os inconformismos e as transgressões à moral pública e as cartas ou

¹¹⁵ Colhido de José Calvacanti de SOUZA, «Parece-me ser igual aos deuses/Fragmentos/Carmina Popularia/Hino dos Kuretas», in *Remate dos Males* (pub. semestral do Depart. de Teoria Literária do Instituto de Estudos de Linguagem da UNICAMP), vol. 4: Território da Tradução, org.: Iumma Maria Simon, 1984, pp. 71-92 [ISSN: 0103-183X] (revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/2786, consultada: 21-2-2016).

bilhetes de amor. Impõe-se que façamos aqui menção de alguns deles. Os *Carmina Cantabrigiensia* (sécs. X-XI), conjunto de textos poéticos redigidos em latim medieval, precursores dos *Carmina Burana*, cujos autores eram eclesiásticos banidos e desprotegidos da Igreja – mais tarde, serão conhecidos por *goliardos* – que viviam na errância, por povoados e tabernas, mas cuja erudição favorecia a criação de poemas profanos de crítica social e clerical¹¹⁶. Os *Carmina Ratisponensia* (50 bilhetinhos de amor datados no século XII, supostamente trocados entre um professor e suas alunas), que, provavelmente, é o primeiro caso identificado de uma coleção de bilhetes de amor¹¹⁷.

Os *Carmina Burana*, conjunto de 200 textos picantes, irreverentes e satíricos, compostos entre os séculos XI-XIII, e descoberto em 1803, num mosteiro da Baviera, visando o escárnio social e os costumes, com privilegiado enfoque na clerezia. Neles, se adverte que o Amor subjuga através de cinco fases: a vista, a conversa, o contacto físico, a troca de beijos e culmina na última fase...¹¹⁸ Do poema NA TABERNA¹¹⁹:

*Primeiro ao mercador de vinho,
é que bebem os libertinos;
uma vez aos prisioneiros,
depois bebem três vezes aos vivos,
quatro a todos os cristãos,
cinco aos fiéis defuntos,
seis às irmãs perdidas,
sete aos guardas florestais.
Oito aos irmãos desgarrados,
nove aos monges errantes,
dez aos navegantes,
onze aos brigões,
doze aos penitentes,
treze aos viajantes.
Tanto ao Papa quanto ao Rei
bebem todos sem lei.*

*Bebe a amante, bebe o senhor,
bebe o soldado, bebe o clérigo.
Bebe ele, bebe ela,
bebe o servo com a serva,
bebe o esperto, bebe o preguiçoso,
bebe o branco, bebe o negro,
bebe o sedentário, bebe o nómade,
bebe o estúpido, bebe o douto.
Bebem o pobre e o doente,
bebem o estrangeiro e o desconhecido.
Bebe a criança, bebe o velho,
bebem o prelado e o diácono,
bebe a irmã, bebe o irmão,
bebe a anciã, bebe a mãe,
bebe este, bebe aquele,
bebem cem, bebem mil.*

Os manuscritos estão escritos em latim, alemão e francês antigos e ainda em latim macarrónico (mistura com vernáculo). São oriundos da Occitânia (região entre os Pirenéus e os Alpes italianos), da França, Inglaterra, Escócia, Aragão, Castela e Sacro Império. E a Portugal terão chegado algumas dessas poesias? Esta é a questão retórica que Mário Martins coloca para dar entrada ao que se lhe oferece dizer sobre o assunto:

A este cabo do mundo, nem tudo conseguia arribar com facilidade igual à de outras nações europeias – e nelas metemos também a Espanha, sobretudo a Catalunha. Contudo,

¹¹⁶ Cf. David MOURÃO-FERREIRA, *Imagens da Poesia Europeia*, Lisboa, Artis, 1970, pp. 350-351.

¹¹⁷ Cf. Francesco STELLA, in *Idade Média*, II vol., org. por Umberto Eco, o.c., pp. 419-420.

¹¹⁸ Cf. Jean VERDON, *O prazer na Idade Média*, Lisboa, Difusão Cultural, 1998, p. 11.

¹¹⁹ In <http://www.letras.com.br/#!carmina-burana/in-taberna-quando-sumus/traducao-portugues> (visitada em abril de 2016).

no mosteiro de Alcobaça, durante a Idade Média, foram-se estratificando centenas de cópias e é precisamente num deles que descobrimos uma composição goliárdica, contra o dinheiro e o seu domínio universal, entre outras poesias de estilo clássico ou então em versos rimados¹²⁰.

Neste caso, a sátira poética continua a ter como alvo privilegiado o clero (da cúria ao presbítero), devido à cobiça e ao apego ao dinheiro de muitos dos seus membros, em flagrante contradição com o ideal de pobreza da mensagem evangélica. Sabe-se da existência de alguns destes fragmentos na biblioteca real portuguesa, pelo menos na de D. Duarte, como o confirma o *Leal Conselheiro*.

1.3.3 *Os ecos da Grécia e de Roma*

As questões do Amor e da Moral, ainda que sempre se toquem pelos melhores e pelos piores motivos, frequentemente merecem tratamento diferenciado, pois enquanto um é associado à natureza dos instintos humanos, à irracionalidade, a outra remete aos códigos sociais, à racionalidade. Então, onde cabe a felicidade, esse arquetípico anseio que parece tão dependente do estado amoroso, mas acaba tão circunscrito pela moral dos costumes? Para L. Robin, por exemplo, «os Gregos jamais conceberam vida moral, por muito elevada que fosse, sem ter a felicidade por recompensa»¹²¹. Mas, o que era a felicidade para os Gregos? Para Epicuro: não sofrer; para Platão: permanecer justo, apesar das perseguições e dos suplícios; para Carneádes: fundamentar a crença, no valor da intenção¹²².

Há disparidade de conceitos e de fins, mas é deles que somos herdeiros. Robin, não descurando quanto se deve também a Roma, completa que «é do pensamento grego que somos *juridicamente* devedores. [...] Cícero e, sobretudo, Séneca, sem falar de Lucrécio e Santo Agostinho, foram, antes do triunfo de Aristóteles e, depois, juntamente com ele, o alimento da especulação moral na Idade Média»¹²³.

E, posteriormente? Gassendi faz de Epicuro o patrono do pensamento livre; Descartes deriva a sua moral de uma fonte, onde o pensamento estoico se tinge de probabilismo académico; Malebranche está cheio de Platonismo, através de Agostinho; Espinosa está impregnado de Aristotelismo e, através de doutores judeus, de Platonismo; Hobbes parece ter meditado no quadro que Lucrécio estabeleceu; Rousseau é devedor

¹²⁰ In *Estudos de Cultura Medieval*, vol. II, 2.^a ed., Lisboa, Edições Brotéria, 1980, p. 95. MÁRIO Gonçalves MARTINS (1908-1990) foi sacerdote jesuíta, escritor e ensaísta, considerado um dos mais ilustres investigadores da cultura medieval portuguesa.

¹²¹ León ROBIN, *A Moral Antiga*, Porto, Ed. Despertar, 1970, pp. 142.

¹²² Cf. IDEM, *ibidem*.

¹²³ IDEM, *ibidem*, p. 143.

dos anátemas do poeta latino contra a civilização corruptora; Kant reflete muitas das cartas de Sêneca; John Stuart Mill valeu-se de Epicuro para o seu Utilitarismo¹²⁴. Somos deles seus filhos e herdeiros, e por isso, se converteu em dever esta nossa viagem às origens, a fim de ali, aclararmos a(s) génese(s) da massa cultural que nos enforma.

Empédocles de Agrigento¹²⁵ é descrito como filantropo, santo e mágico. Notabilizou-se pelo seu empenho no estudo das leis da natureza e seus efeitos na modelação dos corpos. A sua doutrina, por que ficou conhecido, defendia que «tudo deriva dos quatro elementos – terra, água, fogo e ar – e de dois princípios – o Amor e o Ódio – que os unem ou desunem». Na sua obra *Purificações*, apresenta-se ora como um profeta inspirado pelos deuses¹²⁶, ora como de condição divina:

Com os meus adoradores penetrei nas cidades florescentes, homens e mulheres cumularam-me de honras, seguindo atrás de mim em multidão imensa, desejosos de conhecerem o caminho da felicidade ou pedindo oráculos; e aqueles que de há muito estão trespassados pelos espinhos da dor, querem para todas as doenças que eu lhes diga as palavras da salvação.¹²⁷

Platão. Em geografia pouco distante da cultura que gerou o *Cântico dos Cânticos*, chegava ao auge a cultura helénica, onde pontuava a plêiade dos seus mais emblemáticos filósofos, e deles, a figura de Platão (428/27-348/47 a.C.) que haveria de perpetuar a de Sócrates. Também aqui o tema do amor suscitava as mais acaloradas especulações que haveriam de enformar o pensamento dos povos mediterrânicos dos séculos futuros. Revisitámos alguns dos textos de Platão e quedámo-nos no *Banquete* (escrito em 380 a.C.)¹²⁸ e nos diálogos que o seu conteúdo refere, colhendo deles algumas interessantes definições produzidas pelos convivas (onde se incluía Sócrates), durante o descontraído ambiente de um jantar de amigos em casa de Ágaton. A pretexto de um desafio lançado por Erixímaco, suscitado pelos queixumes de Fedro, de que os poetas dedicavam versos a todos os deuses e até às insignificâncias da vida e não se conhecer alguém que tivesse composto um hino, um cântico digno ou até um encómio ao Amor, Platão [o autor] ins-

¹²⁴ Cf. IDEM, *ibidem*, 143-144.

¹²⁵ De ascendência aristocrática, EMPÉDOCLES nasceu na Sicília da Magna Grécia, na então próspera cidade de Agrigento, cerca de 492 a.C. Apesar dos seus pergaminhos familiares sempre foi dado a uma vida simples, ainda que o seu porte e original forma de vestir lhe denunciassem a posição social. Após a morte do tirano Teron, de Acragas, Empédocles, instado a ocupar o poder, que recusou, instaurou a democracia que vigoraria de 471 até à invasão de Cartago, em 406 a.C. Morreu no Peloponeso, em data incerta, para onde tinha viajado em missão, sem mais ter regressado à Sicília.

¹²⁶ Cf. Maria Helena da Rocha PEREIRA, *Estudos de História da Cultura Clássica*, vol.1: Cultura Grega, 8.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 278-279.

¹²⁷ Quintino CATAUDELLA, in *Dicionário Biográfico Universal de Autores, o.c.*, vol. II, pp. 1010-1011.

¹²⁸ Edição compulsada: PLATÃO, *O Banquete – Fedro – Apologia de Sócrates – Critón*, tradução do francês por Maria Teresa Schiappa de Azevedo, Lisboa, Ed. 70, 2008.

creve a sucessão dos diversos depoimentos de elogio ao Amor, que cada um dos interpelados se propôs fazer e que sintetizam o seu próprio pensamento, e o do seu tempo, sobre esse exaltante sentimento e que aqui trazemos.

Na boca da primeira personagem, Fedro, a virtuosidade do Amor advém-lhe da sua antiguidade e poder que sempre inspira a vida humana para o que é grandioso e sublime, e, por isso, qualquer atropelo ao Amor suscita nos humanos sentimentos de vergonha. A coragem e a doação são os grandes dons que o [deus] Amor dá aos heróis e aos amantes. «Leva os homens a alcançar o mérito e a felicidade, tanto na vida como após a morte.»¹²⁹

Para a segunda personagem, Pausânias, o divino amor está presente sob duas naturezas: uma *celeste* – que dita atitudes de nobreza, de que participa o sexo masculino; e outra *popular* – ditada pela vileza, das pessoas vulgares, de que participa o sexo feminino, que ama os corpos em vez das almas. Toda a beleza do amor reside na afeição que se concede em vista da virtude. «Ao amante, os deuses e os homens concedem liberdade plena, e deles, diz o ditado, “juras de amor não têm valor”, e isto o confirma a norma», pois «o amor não tem uma natureza simples, bela ou feia em si mesma: é belo, se realizado com beleza, e feio, se realizado com vileza. Na vida do Estado ou na vida privada, o de maior valia é o Amor celeste, pois dele é a força que impele tanto o amante como o amado a porem na virtude todo o seu zelo. As outras espécies de amor pertencem à deusa popular.»¹³⁰

A terceira personagem, Erixímaco, entende que a natureza dos corpos encerra em si um duplo Amor: o da saúde e o da doença. E o mesmo se pode afirmar das artes e também do que nos rodeia, tanto nos seus aspetos físicos e espirituais, regulares e contrastantes: doce-amargo; quente-frio; rápido-lento; sonoridades agudas-graves; concordes-discordantes, etc. É o amor que produz, organiza, a conciliação dos opostos, mas, a conformidade e a preponderância de um dos polos da duplicidade do amor, leva a que se manifeste a nobreza, a elevação do amor celeste ou a materialidade do amor popular, o dos prazeres sensoriais. «Assim, tanto na música como na medicina, como nas demais artes, quer da esfera do humano, quer na do divino, importa salvaguardar, na medida do possível, estes dois Amores, pois ambos existem.»¹³¹

¹²⁹ Cf. IDEM, *ibidem*, pp. 38-43.

¹³⁰ Cf. IDEM, *ibidem*, pp. 43-53.

¹³¹ Cf. IDEM, *ibidem*, pp. 55-60.

Para a quarta personagem, Aristófanes¹³², o deus do amor é o mais recente e o mais amigo do Homem e dele parece que poucos lhe conhecem o poder. No processo evolutivo da espécie humana, o capricho dos deuses levou a que o ser humano fosse dividido em duas metades – masculina e feminina –, e daí, a aspiração à (re)união que todo o ser humano tem de se fundir na outra metade, no ser amado, de forma a voltar à original condição, à primitiva natureza. É esta aspiração à unidade no todo, essa busca incessante pela outra parte, que tem o nome de amor. Da busca bem sucedida deriva a felicidade e a bem-aventurança humana.¹³³

A quinta personagem escolhida é Ágaton¹³⁴. E para ele, o Amor é o mais jovem dos deuses, que a todos excede em beleza e virtude, e a sua juventude é eterna. Porque o amor possui, no mais alto grau, beleza e virtude, é que depois se torna para os homens fonte de idênticos dons. O amor apenas pode ser servido de livre vontade. Para além da beleza e da virtude, da coragem dos fortes, a liberdade e a justiça estão na raiz do seu agir, e dele resulta, por isso, todo o acordo e assentimento voluntário das partes, que toma forma nas leis justas da cidade. Ele tempera o domínio dos prazeres e dos instintos, pois «não há prazer mais forte do que o do amor». Mas por fim, há nele um encanto maior que é o da sabedoria de se fazer transmitir. Observe-se então o domínio da expressão artística e poética de todo aquele que é bafejado pelo amor, ainda que, anteriormente, se lhe desconhecasse qualquer arte no versejar. Desde que este deus nasceu, surgiu tudo o que há de bom, tanto para os deuses como para os homens.¹³⁵

Segundo o relato de Platão, seguiu-se a sexta personagem, Sócrates, e este, através de um questionamento, aparentemente dirigido a Ágaton – que, primeiramente, demonstrara a *natureza* do Amor e, depois, os seus *efeitos* –, retoma essa sequência e lança a pergunta: «*A natureza do Amor implica que ele seja de alguma coisa ou de nada?*», e através de exemplos retirados das relações familiares, esclarece o que pretende que seja definido: «*existe o pai, por si mesmo, ou existe o pai porque existe um filho?*» Ou seja: «o Amor existe por si mesmo? Ele é Amor de nada ou de alguma coisa?» E Platão, através do recurso filosófico e retórico de formulação de pergunta com resposta sequenciada e induzida, colocadas na boca da personagem Sócrates, aprofunda de uma forma problematizante

¹³² ARISTÓFANES (450/444-c. 385 a.C.) é considerado «o último grande poeta da Grécia antiga». Notabilizou-se pelas suas *comédias* (com destacada nota para *As Nuvens*), carregadas de ironia, crítica e caricatura social, com enfoque na tensão entre a antiga e a nova educação.

¹³³ Cf. PLATÃO, *o. c.*, pp. 61-72.

¹³⁴ ÁGATON (c. 448-c. 401 a.C.), poeta ateniense. Segundo a descrição do *Banquete*, é sugerido que faça parilha homossexual com Pausânias. Aristófanes ridiculariza-o em «As Convocadas», pelo seu porte efeminado (cf. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Agatão> [visitado em 26 de fevereiro 2016]).

¹³⁵ Cf. PLATÃO, *o. c.*, pp. 72-81.

o conceito subjacente quer ao conteúdo, quer à expressão, quer ao sentimento amoroso: «O amor é amor de alguma coisa; é desejo daquilo de que é amor. Provém esse desejo e amor do facto de possuir ou de não possuir aquilo que ama e deseja? – Do não possuir, logicamente.» «Aquele que deseja, deseja o que lhe falta e, se não sentir falta, não sente desejo. Quem deseja e já possui tudo, é porque deseja ter, não só agora, mas também no futuro. O amor existe em função de um determinado número de coisas e, em segundo lugar, que essas são as de que sente privado. O amor é desprovido de beleza e de bondade, pois do desejo se deduz que não se possui o que se deseja!!!...»¹³⁶

O aparente paradoxo a que conduziu o questionamento de Sócrates e, a pretexto da evocação de um seu encontro com a filósofa e sacerdotiza Diotima, que o teria iniciado na sabedoria das coisas do amor, levou Platão a concluir o depoimento do filósofo da forma que aqui, mais uma vez, resumidamente deixamos, e que remete para outras profundidades da existência em que se inscreve o Amor.

A natureza das coisas e dos seres não tem de ser definida por antítese de boa-má, bela-feia, sábio-ignorante. Não se «pode chamar feio ao que não é belo, e vil ao que não é bom. O caso precisamente do Amor: lá por assentires espontaneamente que ele não possui beleza nem virtude, não te obriga a pensar que seja feio e vil: é apenas uma espécie de intermediário entre ambas as coisas»¹³⁷.

O amor não é uma entidade divina (porque do divino não se pode dizer que não seja belo e bom). Ele tem uma espécie de função: a de mensageiro entre o divino e o humano. É de criação divina, transparecendo de beleza e bondade, que incarna, mas mantém-se próximo da precariedade humana para cujo justo equilíbrio vai contribuindo. «A sua natureza não é mortal nem imortal»¹³⁸, pois tanto pode florescer e viver, como morrer e reviver. Encontra-se tanto no seio da riqueza como no âmago da indigência. Tanto se encontra entre os sábios como na partilha dos néscios. O ser humano dotado do amor deseja possuir o que é bom, pois essa posse torna-o feliz. «É, portanto, pela posse das coisas boas, que as pessoas felizes são felizes. E não adianta perguntar com que fim se aspira a ser feliz»¹³⁹; está em vista a imortalidade, a perpetuação. Mas há que diferenciar entre os que apenas aspiram à perpetuação dos corpos nos filhos que geram, e os que aspiram à perpetuação da sabedoria da alma e se entregam às atividades do espírito.

¹³⁶ Cf. IDEM, *ibidem*, pp. 81-89.

¹³⁷ IDEM, *ibidem*, p. 91.

¹³⁸ IDEM, *ibidem*, p. 94.

¹³⁹ IDEM, *ibidem*, p. 97.

Parecendo, então, que este sentimento seja aquele a que aspira todo o ser humano, porque é que uns amam e outros não? Porque essa aspiração pode revestir-se de aparência de amor e ser enganadora... conforme o seu objetivo se inscreva nos domínios bem ordenados da virtude e do bem, quer do corpo quer da alma, ou corresponda a um desvio desnaturado e de vileza. Aqui, estamos perante o uso vocabular do termo *Amor*, que se presta a ser bem ou mal aplicado. «A união entre o homem e a mulher é propriamente um ato de gerar e há nisto algo de divino, que subsiste em cada ser vivo, mortal por natureza, como forma de imortalidade – a fecundidade e a procriação.»¹⁴⁰ Estas, porém, não podem realizar-se na desarmonia e, em desarmonia com tudo o que é divino, está a fealdade, tal como o Belo se encontra em harmonia. O alvo do Amor não é o Belo (que o olhar deseja), mas gerar e criar o Belo (que a harmonia produz).

Aristóteles. Ainda sob a inspiração de Platão de quem foi discípulo na Academia, Aristóteles (384-322 a.C.) haveria de nos legar preciosas reflexões sobre o esse tal estado de alma, de tanta contradição, a que se chama *Amor*. O filósofo atribui essa tensão à dupla natureza da alma – racional (esfera dos apetites, humanos e naturais) e irracional (esfera dos prazeres, bestiais): «Parece haver na alma uma outra parte irracional que, não obstante, participa de certo modo na razão»¹⁴¹ – sendo que a racional impulsiona os seres humanos «no sentido das ações mais excelentes»¹⁴², mas neles manifesta-se «um outro elemento, estranho por natureza à razão, com a qual entra em conflito e à qual se opõe [...]; os impulsos dos incontinentes processam-se uns num sentido, os outros no sentido contrário»¹⁴³. Mas, ao contrário do que, comparativamente, sucede com os membros paralisados do corpo, cujos movimentos descoordenados, não ditados pela razão, se podem observar, no caso da alma, isso não é patente ao olhar, pelo que se pode «admitir que existe alguma coisa que, sendo alheia ao princípio racional, lhe é contrária e adversa»¹⁴⁴. Porém, no homem virtuoso («continente»), ainda que a prevalência seja a do reconhecimento da razão, e isso se possa interpretar como uma propensão natural a que a irracionalidade («incontinente») se submeta, «obedeça», à racionalidade, não deixa, por esse facto, de reforçar a intuição de que existem essas duas naturezas: «Que a parte irracional obedeça, de certo modo, à razão, é algo de que há indício quando se tra-

¹⁴⁰ IDEM, *ibidem*, p. 101.

¹⁴¹ Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, trad. Dimas de Almeida, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2012, p. 73.

¹⁴² IDEM, *ibidem*.

¹⁴³ IDEM, *ibidem*.

¹⁴⁴ IDEM, *ibidem*.

ta de admoestar, repreender e exortar [...]; capaz de escutar a razão, assim como se escuta um pai.»¹⁴⁵

Dado que a fonte tensional, para o filósofo, reside nos prazeres e sofrimentos, ou nos apetites e aversões, assim lhes corresponde o homem em atitudes de intemperança e temperança, mas o aparente contrassenso está no facto de que é frequente o mesmo homem assumir comportamentos distintos, e, então, impõe-se identificar as íntimas motivações que lhe assistem, de forma a não se confundir o que é fruto da virtude adquirida daquilo que é fruto da sua natureza intrínseca:

ou capitulamos mesmo nas tentações onde a maior parte das pessoas resiste, ou, pelo contrário, resistimos onde a maioria sucumbe. Quando se trata de prazeres, se o comportamento da capitulação é o do homem incontinente, o da resistência é o do homem continente; quando se trata dos sofrimentos, se na capitulação temos o homem frouxo, na resistência temos o homem firme. O estado da maior parte das pessoas situa-se, contudo, num ponto intermédio entre esses dois comportamentos, ainda que a tendência dominante vá no sentido pior.¹⁴⁶ [...] Ao homem incontinente opõe-se o homem continente, e ao homem frouxo opõe-se o homem firme. Enquanto a firmeza consiste em resistir, a continência implica dominar. Ora, resistir difere de dominar, como não ser derrotado difere de vencer.¹⁴⁷

Em passos mais à frente da *Ética*, Aristóteles, ao refletir sobre a amizade e a amizade que leva ao amor, ele distingue as várias formas e razões que as distinguem. Diz que há três espécies de amizade e de sentimento amoroso de reciprocidade:

1. A amizade ditada pela **utilidade**, em que não existe amor propriamente dito, mas apenas uma relação que propicia às partes um proveito. É o *bem útil* aquilo que se ama, mas não os intervenientes em si próprios.¹⁴⁸
2. A amizade ditada pelo **prazer**. A amizade não visa os amigos em si, mas o mútuo prazer que se propiciam. É o *deleite*, o *agradável*, aquilo que amam.¹⁴⁹

Estas são amizades por acidente, que facilmente entram em rutura, assim que cesse quer a utilidade quer o prazer, ou surjam outros de maior interesse.

3. Por fim, a amizade das pessoas **de bem**, **agradáveis**, que se *parecem entre si*. À partida não visam qualquer utilidade ou prazer, mas apenas a partilha da companhia. Desejam-se, reciprocamente, o bem, por si próprio, e, isso naturalmente, lhes transmite uma sensação de satisfação e bem-estar. Este é o mais alto grau da amizade, a sua forma mais excelente, que suscita o Amor. É virtuosa,

¹⁴⁵ IDEM, *ibidem*.

¹⁴⁶ IDEM, *ibidem*, p. 319.

¹⁴⁷ IDEM, *ibidem*, pp. 319-321.

¹⁴⁸ Cf. IDEM, *ibidem*, p. 353.

¹⁴⁹ Cf. IDEM, *ibidem*.

constante e de grande duração, mas apenas surge após bastante tempo de convivência, de mútuo conhecimento e de robustecida confiança.¹⁵⁰

Para o filósofo, «o desejo de amizade pode surgir num instante, mas não a amizade»¹⁵¹. E para os queixosos do amor não correspondido, deixa-lhes o conselho à conformação, pois as correspondentes equivalências, neste domínio, inexoravelmente, residem em amar e ser digno de ser amado, ser amável.¹⁵²

Teócrito¹⁵³. A sua «consciência sensual do mundo», levou-o a verter em verso o mundo das sensações e dos estímulos, acarretando-lhe o título de inventor da poesia bucólica¹⁵⁴, que, dois séculos depois, haverá de exercer forte influência em Virgílio e nas suas *Bucólicas*. Cantou o amor com recurso a um cuidado vocabulário expressivo que, do pensamento à emoção, leva à compreensão da paixão física que se gera e alimenta entre «presenças, gestos, perfumes». Luís XIV refere-se-lhe como «modelo de galanteria honesta e delicada»¹⁵⁵.

Terêncio¹⁵⁶. As *Comédias* de Terêncio constituem um dos repositórios mais significativos da Cultura Latina. São peças construídas à volta dos enredos domésticos – com pais, filhos, jovens, escravos, soldados, cortesãs, alcoviteiras – e sobre temáticas universais, assim como retratos psicológicos e sociais, especialmente o mundo dos dramas, das paixões e aventuras amorosas. Para além das sínteses que Teócrito nos apresenta sobre esse tão cantado sentimento – «no amor encontram-se todos estes vícios: as afrontas, as suspeitas, as inimizades, as tréguas, a guerra, e de novo a paz»¹⁵⁷ –, da sua produção intelectual colhem-se ainda algumas das mais ricas sentenças sobre a vivência humana: «Nada existe de melhor, no homem, do que a bondade e a indulgência» ou «Um homem eu sou: e nada do que é humano eu considero alheio à minha natureza»¹⁵⁸.

¹⁵⁰ Cf. IDEM, *ibidem*, p. 355.

¹⁵¹ IDEM, *ibidem*, p. 357.

¹⁵² Cf. IDEM, *ibidem*.

¹⁵³ Poeta grego, natural de Siracusa, nasceu em 315/310 a.C. e morreu em 250 a.C. A sua vida terá decorrido, por períodos variáveis, na Sicília, Grécia, Cós e Alexandria.

¹⁵⁴ Vide cap. II, 1.3, p. 60.

¹⁵⁵ Cf. Benedetto NICOLINI, in *Dicionário Biográfico Universal de Autores, o.c.*, vol. V, p. 3481.

¹⁵⁶ Há uma grande incerteza quanto à data do nascimento de Publius TERENCE Afer, provavelmente (n. 185/84 ou 195/94 e m. 159/48 a.C.), mas tem-se por certo que terá morrido, ainda jovem, num naufrágio. Desde muito novo mostrou elevada capacidade de percepção dos interesses dos seus concidadãos, pelo que com inusitada habilidade e discernimento soube seleccionar temas e textos de origem grega e latina e deles fazer bem-sucedidas peças teatrais cujos conteúdos muito agradavam ao público romano.

¹⁵⁷ In TERÊNCIO, *Comédias* - I, Lisboa, IN-Casa da Moeda, 2008, p. 357.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 219. O sentido universalista e gregário da condição humana deste segundo aforismo leva a que, frequentemente, seja referido, sempre que se pretende sublinhar que o que respeita à singularidade de cada ser humano tem direta correspondência com o que respeita a toda a Humanidade. Curiosamente, por feliz decisão da Universidade Lusófona, este foi escolhido para sua divisa institucional.

Os seus textos surgem copiados, abundantemente, pelo menos até ao Renascimento e o estilo de Terêncio influenciou muitos autores, muitas colectâneas surgiram por toda a Europa, para além de muitas outras manifestações do seu estilo que se encontram em Hrotsvit (Rosvita, a freira de Gandersheim, século X), Montaigne, Molière, Diderot, Lessing, E. Moore, até aos nossos dias com Mme. Dacier que o traduziu (1942 e 1949).¹⁵⁹

Cícero¹⁶⁰ notabilizou-se particularmente pela veia de orador e pela de defensor obstinado da ética e do consenso que soube elevar a níveis inigualáveis tanto na sua atuação política como cívica. O seu domínio das subtilidades da dialética e a sua eloquência consagraram-no como paladino da elegância do uso da língua latina.

Da vastidão da sua obra literária, em que se inclui uma história crítica da eloquência em Roma, hoje, fonte quase exclusiva de informação sobre inúmeros romanos ilustres e suas obras, pode afirmar-se que não se pode falar da génese da cultura ocidental sem o ter em inevitável consideração. Num dos seus «retiros forçados» terá amadurecido a ideia de, à semelhança dos Gregos, facultar aos Romanos uma literatura filosófica, pois até então, o que fora feito tinha-o sido sem arte, sem a preocupação de aliar à expressão das ideias a beleza da eloquência, onde haveria de pontuar o poema, o diálogo e a máxima poética, não só na oralidade, mas também na escrita¹⁶¹.

Na sua erudição há um lugar de relevo para as questões ligadas aos preceitos da moral social e pessoal, e é esse aspeto que especialmente aqui queremos registar. *Hortensius*, que tanto influenciou Agostinho, pelo desejo de encontrar os caminhos da sabedoria imortal terá sido das suas obras mais marcantes e de ponte para o ideário cristão e sua implantação nos meios intelectuais da Roma de Constantino. Também o diálogo filosófico *De Amicitia*¹⁶² fazia parte do *corpus* que incluía *De Senectute*, *De Officiis* e

¹⁵⁹ Cf. Julián MARÍAS, in *Dicionário Biográfico Universal de Autores, o.c.*, vol. V, pp. 3487-3490.

¹⁶⁰ Marcus Tullius CÍCERO (106-43 a.C.) era natural em Arpino (a 129 km de Roma), oriundo de uma família simples, sem nome associado quer à nobreza quer a cargos públicos. A família terá vindo para Roma a fim de proporcionar aos filhos uma educação esmerada e tê-lo-á conseguido, pelo que se depreende pelos meios frequentados tanto por Cícero como pelo irmão Quinto. Os seus primeiros estudos foram dedicados ao Direito e à Filosofia, e, posteriormente, à Retórica, ou seja, ao domínio da «arte de orar», que aprofundou em longa e demorada viagem à Grécia e Ásia Menor. Regressado a Roma, constituiu família e dedicou-se à advocacia e magistratura. O exímio desempenho da função de pretor, onde os seus dotes de grande orador foram notáveis, acabaria por se revelar uma enorme faceta de duas antagónicas faces: o brilho das suas intervenções públicas que lhe acarretaram notoriedade e a contundência das suas posições, na defesa da justiça e da ética, que lhe grangearam grande número de inimigos e lhe ditariam o fim violento, quando se preparava para fugir à proscrição do triunvirato de Otávio, António e Lépido. Grande parte dessas diatribes estão compiladas nas famosas *Catilinárias* e *Filípicas*.

¹⁶¹ Cf. J. GAILLARD, *Introdução à Literatura Latina*, Mem Martins, Ed. Inquérito, 1994, pp. 59-64.

¹⁶² *Laelius sive de amicitia* (ou *M. T. Ciceronis, Laelius, sive de Amicitia Dialogus ad T. Pomponium Atticum*), foi vertido para português e publicado em Coimbra, sob o título *Tratados da Amizade, Paradoxos e Sonho de Scipião / Compostos por M. T. Cícero; e traduzidos de latim em linguagem portuguesa por Duarte de Resende no anno de 1531*. Desta edição, destaca-se uma dedicatória feita a Garcia de

Tusculanae Disputationes que, desde a Patrística, acompanhava a cultura e a literatura cristãs e que viu reforçado o interesse pela sua leitura, após o sonho de conversão de São Jerónimo¹⁶³. Nele, o Santo era julgado por Cristo, que o apodava de «*ciceronianus*» e não «*christianus*», pela dificuldade que este demonstrava em se desprender de Cícero e se dedicar aos textos sagrados da Bíblia.

O diálogo filosófico *De Amicitia* propõe uma valoração da amizade para além do seu uso que os meios políticos de Roma lhe reservavam, para lá dos interesses e que tenha como base a virtude e a integridade e nobreza de carácter, e como fim, a «benquerença» como lhe chamará D. Duarte – que via, em Cícero, grande e modelar fonte de inspiração –, no seu *Leal Conselheiro*, a que dedicaremos particular atenção (p. 112).

Erasmus chega a colocar *De Amicitia*, a par do Antigo Testamento e de Paulo, como leitura inspiradora da reflexão cristã, pelo seu sentido profundamente religioso, piedoso e moral, assim como via de ilustração da boa conduta e da vivência exemplar.

Lucrécio¹⁶⁴. A emblemática obra deste poeta latino, *De rerum natura*¹⁶⁵, corresponde, em essência, à versão em poema da doutrina de Epicuro¹⁶⁶, muito admirado por Lucrécio. Antes de morrer, terá confiado a obra a Cícero para uma revisão final, mas esta acabaria por ser publicada pelo tribuno, algum tempo depois, segundo parece, sem lhe ter mexido.

Na Roma em que surgiu a *De rerum natura*, ainda que o Epicurismo já ali tivesse os seus seguidores, haveria, provavelmente, poucos que soubessem ler e só alguns que lhe pudessem absorver o sentido, pelo que a escrita desta obra terá tido como alvo um

Resende, justificada «pelo proveito que lhe parecia advir “a nossa nação portuguesa”, visto que via “em muytos esta amizade andar errada & simulada”» (in Maria Helena da R. PEREIRA, «Nas origens do humanismo ocidental – os tratados ciceronianos», *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, II [1985], p. 7).

¹⁶³ Cf. IDEM, «Cícero traduzido para português no século XVI: Damião de Góis e o Livro da Velhice», in *Revista Humanitas*, n. 37-38, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Inst. Est. Clássicos, 1986, p. 208.

¹⁶⁴ Do poeta Titus LUCRETIUS Carus (99/95-55/51 a.C.) pouco se sabe acerca do local de nascimento e morte (ainda que alguns indiquem como provável a cidade de Roma), assim como da sua condição social de origem, e também da sua atividade profissional.

¹⁶⁵ Obra organizada em seis pares de livros, com os seguintes conteúdos: Livros I-II – sobre a génese dos seres, ou seja, a parte indivisível da origem da vida; Livros III-IV – sobre a alma, ou seja, a natureza e sua evolução; Livros V-VI – sobre o mundo, ou seja, o estudo dos grandes fenómenos.

¹⁶⁶ Desde o século VI a.C. que uma afeição pelo conhecimento das causas e das leis naturais se foi instalando quer nos diálogos quer nas reflexões dos filósofos, e várias doutrinas foram, por sua vez, emergindo, pois a falta de um autêntico método científico acabaria por deixar as grandes questões ao sabor de variada argumentação dos seus mentores, que se agruparam em tendências ou escolas de pensamento, hoje denominados «pré-Socráticos»: Escola de Mileto, Pitagóricos, Escola de Éfeso, Eleáticos, Pluralistas, Atomistas, Sofistas e outros. Da escola atomista, é a afirmação de que «nada se forma sem uma causa. Tudo surge por uma causa determinada e por necessidade». Com pequenas variações esta é a doutrina de Epicuro de Samos (século IV a.C.), traduzida em poema por Lucrécio. Nela, Epicuro propunha a procura dos prazeres moderados, para se atingir a libertação do medo e a limitação dos desejos. Em séculos posteriores, a doutrina epicurista haverá de sofrer o efeito de olhares adulterados atribuindo-lhe a defesa do prazer a alcançar como o bem supremo. Esta desviante interpretação levará a que se instale o conceito de que ser epicurista equivale a ver o prazer como fim último, o que contradiz o pensamento de Epicuro.

restrito público culto e/ou a intenção otimista de preservar uma doutrina para a fazer chegar à posteridade¹⁶⁷. Esta obra foi, então, muito pouco comentada pelas elites intelectuais, e esse desinteresse, associado à desilusão de um Lucrécio prostrado, perante o mundo romano em turbulência civil, levou a que a fina sensibilidade do poeta se manifestasse em poemas como este, dirigido a Vénus, para que ela, pelo Amor, apaziguasse o furor de Marte e trouxesse paz ao Império:

Faz com que sobre o mar sobre a terra vejamos cessarem os cruéis trabalhos da guerra [...], pois só tu podes dar aos mortais o feliz repouso da paz. Marte preside a tais trabalhos cruéis, poderoso deus das armas que frequentemente se lança nos teus braços vencido pela eterna ferida do amor. Contempla-te então e suspende a vida de teus lábios. Deusa, quando ele assim repousa perto do teu corpo sagrado, estreita-o, e que a tua boca ao proferir doces palavras lhe peça o repouso da paz para os Romanos.¹⁶⁸

Segundo São Jerónimo, Lucrécio, devido a uma poção afrodisíaca dada por uma mulher ciumenta, teria endoidecido e *De rerum natura* teria sido escrito em períodos de alguma lucidez, mas a afectação da sua saúde tê-lo-ia levado ao suicídio, cerca dos quarenta anos. Outras tradições, no entanto, reconhecem-lhe essa morbidade de carácter, mas agravada pela conduta de rigorosa disciplina e vida solitária, que se impunha no cumprimento dos preceitos epicuristas, e que lhe terão provocado inconciliáveis dilemas de ordem existencial que o levaram a pôr termo à vida.

Catulo¹⁶⁹. A sua biografia é muito expressiva quanto ao tema que o distinguiu, pois nela se reflete um temperamento muito dado à paixão de que foi espelho a sua relação com a esposa de um tribuno romano, Clódia, por quem se apaixonou e cantada nos seus versos sob a denominação de *Lésbia*. No fulgor dessa paixão, dizia:

Vivamos, Lésbia, amando,
e que não nos perturbe o cansado murmúrio de quem envelheceu.
Podem morrer, nascer seguidamente os sóis: a nós, porém, assim que a breve luz nos foge,
logo nos é forçoso dormir a inteira noite.
Beija-me cem, mil vezes, ainda mais cem, mais mil, agora mil, e cem...
Depois, quando fizermos tantos milhares que nem os possamos contar,
baralhemos a conta, para evitar que alguém,
sabendo o número exato, nos venha a invejar.¹⁷⁰

¹⁶⁷ O interesse dos Romanos pela literatura, naquela época, não garantia a subsistência de quem se quisesse dedicar exclusivamente à criação literária, pelo que «não houve assim escritores profissionais em Roma. [...] Cícero foi advogado e político; César, militar e político; Catulo, estudante e filho pródigo» (cf. Léon THOORENS, *o. c.*, pp. 69-72).

¹⁶⁸ In Léon THOORENS, *o. c.*, p. 73.

¹⁶⁹ Poeta Gaio Valério CATULO era natural de Verona (c. 84-c. 52 a.C.) e oriundo de uma família abastada, que, frequentemente, acolhia César, nas deslocações deste ao Norte de Itália. Ainda muito jovem fixou-se em Roma a fim de concluir os seus estudos, mas o meio cultural a que se acolheu, haveria de lhe ditar um tal desnorte que o levaria a uma vida algo turbulenta no campo das relações amorosas e a uma morte prematura. À sua volta congregou um movimento poético, cujo tema favorito era o do amor.

¹⁷⁰ In «Imagens da Poesia Europeia – I», David MOURÃO-FERREIRA (dir.), *Colóquio Letras*, nn. 166/167, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 104.

Foi uma relação intensamente vivida, mas entrecortada de ruturas e reconciliações, desprezos e desejos ardentes, como nos revela o seu *Liber*. Esta relação desgastante ditaria uma tentativa de fuga para longe, por algum tempo, porém, a saudade desse amor fê-lo regressar. Aprisionado, como fugir, a não ser para a *libertação* do poema!?...

Odeio e amo. E porventura. – Como é possível? – perguntareis.
Não sei. É o que sinto. E sei que é uma tortura.¹⁷¹

Porém, no estertor angustiante de alma ferida pelo desamor, ainda que presa do cativante sentimento, debatia-se impotente e implorava, entre o amor e o ódio:

Ó deuses, se sabeis o que é piedade, se já alguma vez a tivestes para com alguém às portas da morte, olhai o infeliz que eu sou e, se levei vida pura, furtai-me a esta perdição que, escorrendo como um torpor do mais profundo dos meus órgãos, queima toda a alegria do meu coração. Não peço em troca amor algum nem pudor, já que nela isso é impossível. Sou eu próprio que me desejo curar e largar este mal imenso. Ó deuses, concedei-me o que vos peço em troca da minha piedade.¹⁷²

Virgílio¹⁷³. Na obra poética, em especial nas *Bucólicas*, «lugar de primazia, entre as jóias literárias da poesia latina»¹⁷⁴ – cuja forte influência terá recebido de Teócrito, «seu ponto de partida; princípio de sugestão»¹⁷⁵ –, canta o amor e os galanteios dos pastores.

Para Virgílio o amor é aquele sentimento invencível que submete as vontades e zomba das inteligências; aquela comunhão dulcíssima com a natureza fraterna; aquele requinte de sofrer, amargo e voluptuoso, que deliberadamente se recusa todos os meios de libertação, para se concentrar na sua própria força, estreitar os seus já apertados limites,

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 106.

¹⁷² In Léon THOORENS, *o. c.*, p. 79.

¹⁷³ O poeta Publio VIRGÍLIO Marão (70-19 a.C.) nasceu na então Gália Cisalpina, e mereceu dos seus conterrâneos o título de «príncipe dos poetas» e «Profeta de Roma», particularmente, pelos cristãos medievais a quem muito impressionou pelos seus versos da «Bucólica IV», que sugerem um prenúncio da chegada de Jesus: *Eis que chega aquele fim de idade que predisse Cumas outrora, renascendo assim a grande ordem do século após século. Já volta Virgem, já Saturno volta e nova geração do céu se lança. Protege tu, Lucina, este menino que, primeiro, verá a férrea idade sumir do mundo logo vindo a de outro [...] Vai ele partilhar vida dos deuses e com deuses vai ver este menino, lado a lado os heróis; com ele mesmo ao Céu erguido e governando a Terra em paz pela virtude de seu pai* (Obras de VIRGÍLIO, *o. c.*, p. 22) – era filho de uma família de proprietários rurais, e nasceu e viveu a sua meninice e juventude em ambiente do campo, perto de Mântua (segundo a lenda, sua mãe tê-lo-ia dado à luz, durante a faina agrícola, num sulco da terra). O início dos seus estudos foi em Cremona, passando, depois, para Milão, e, mais tarde para Roma, onde estudou eloquência e filosofia epicurista. Na sua peugada, contam-se inúmeros seguidores, que lhe imitarão a arte poética, para cantarem também os seus amores e desamores, como é o caso de Albio Tibulo (54/48-19 a.C.) e Sexto Propércio (47/46-16/15 a.C.). São dois poetas que morreram jovens e que, conforme David Mourão-Ferreira (in «Imagens da Poesia Europeia», *o. c.*, p. 126), tiveram o infortúnio de vida curta, mas pior, surgiram sob o brilho de Virgílio, de Catulo e de Horácio, que lhes ofuscaria a verve. Nos inícios do século I, surgirá Calpúrnio Sículo, um outro seguidor incontestável de Virgílio que não só lhe copiará o gosto pelas *Bucólicas*, cujo título adotará para os seus poemas, em que canta o amor bucólico com vivacidade erótica, como, inclusive, lhe repetirá a imagem profética, pela interpretação de alguns eventos cósmicos, mas neste caso, como augúrio adulator de Nero de quem cantava o génio e áurea de *pacificador* do Império!

¹⁷⁴ Manuel de Oliveira PULQUÉRIO, in «A Expressão do Amor nas *Bucólicas* de Virgílio» (comunicação na Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, em 27-1-1958), p. 20.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 13.

depurar as suas influências avassaladoras. É sonho sem esperança, que se basta a si próprio e que se sustenta de lágrimas.¹⁷⁶

Nas *Bucólicas*, o amor cantado é um amor sem fronteiras, sem incompatibilidades de género; é vário e/ou diverso.

Pelo formoso Aleixo, tão querido
de seu senhor, ardia o pastor Córidon. [...]
 «Cruel Aleixo, não te importa nada
este meu canto que te não dá pena
e assim me levas a por ti morrer?»¹⁷⁷

Ó fruta minha, os versos de Ménalo
comigo dize: A ti, pequena ainda,
eu vi com tua mãe, no meu quintal,
orvalhadas maçãs irem colhendo,
era eu então dos onze para os doze,
podia até chegar aos ramos baixos.
Te vi e me perdi. Fatalidade.¹⁷⁸

Na cultura da época, ainda não se faziam sentir os púlicos códigos da moral cristã, que chegarão mais tarde, pelo que o cântico amoroso, em Virgílio, surge solto das amarras servis de género sexual, em oposta e diversa complementaridade.

Horácio¹⁷⁹. O pensamento refletido de Horácio ficou atestado através da sua obra dispersa por cartas (*Epístolas*), *Sátiras*, *Odes* e *Epodos*. Devido ao propósito do nosso trabalho, sublinhamos, particularmente, os três últimos géneros literários, onde o tema do Amor, do desamor ou das (des)ilusões amorosas é recorrente.

Nas *Sátiras*, Horácio verteu o resultado das suas atentas observações da sociedade a que pertencia, e, através de um estilo humorístico e zombeteiro, fez acesa crítica social, não tanto aos costumes e às tradições, mas especialmente aos comportamentos individuais dos cidadãos, apesar do bom-senso de nunca, ou raramente, indicar o alvo dos seus versos. A sua vertente epicurista leva-o a manifestar aversão à leviandade, à osten-

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 2.

¹⁷⁷ VIRGÍLIO (Obras de), «Bucólica Segunda», *Bucólicas, Geórgicas, Eneida* (trad. do latim: Agostinho da Silva), 2.^a ed., Lisboa, Temas e Debates, 1999, pp. 13-14.

¹⁷⁸ *Ibidem*, «Bucólica Oitava», p. 38.

¹⁷⁹ Quintus HORATIUS FLACCUS (65-8 a.C.) nasceu na Apúlia e faleceu em Roma. Fiel do Epicurismo, era pouco dado ao bulício citadino, pelo que grande parte da sua vida foi passada em ambiente bucólico, sem deixar, no entanto, de ser um cidadão bem informado e observador atento do mundo que o envolvia. Depois de um período de vida bastante atribulado por decisões e errados alinhamentos na área política e militar (de que se afastou, inclusive fugindo, durante combates em que esteve envolvido na Grécia), voltaria a Roma, onde viveu períodos de grande dificuldade de integração e financeira. Será pela mão de Virgílio que acederá, de novo, à convivência com a nata intelectual de Roma, tendo, então, beneficiado do amparo do abastado Mecenas. A sua obra literária, assim que liberto das dificuldades de subsistência, haveria de merecer tão alto conceito que chegou a ser convidado pelo imperador Augusto para seu secretário (convite que recusou). A placidez da vida longe do tumulto da cidade, haveria de ser a sua opção dominante de vida, desfrutando dos prazeres da criação poética, dos convívios e da boa mesa. Para Horácio valia apenas o *carpe diem* (viver o dia a dia), pois o passado não contava e o futuro era incerto.

tação intelectual, à perversidade e à maledicência. Mas tudo sempre tratado com graça e estilo caracterizado de fino humor.

Nas *Odes*, «o poeta canta os motivos que lhe são queridos: os festins e as pugnas de amor», para além dos frescos hinos a Vénus (*Odes* I, 30)¹⁸⁰. Neste passo, pretende ele ilustrar o ideal «de um amor mais alto, mais puro, mais digno afinal»:

Quando gabas, ó Lídia, o pescoço rosado
De Telefo, e também os seus braços de cera.
Nesses instantes, ai! a bilis, que exaspera,
Quasi faz estourar meu fígado abrasado.
Foge-me a cor do rosto, e da cabeça o tento,
E p^olas faces sem cor, furtivo, deslizando,
Das lágrimas o curso indica o fogo lento,
Que me vai cá por dentro o coração minando.¹⁸¹

Noutro campo de expressão literária – da máxima moral e da sentença – a que se veio chamar de *Epodos* (ainda que o poeta o designasse de *Jambos*), ele moveu-se entre o humor e a lírica. São dezassete epodos, mas em seis deles, o tema dominante – o da relação amorosa – lá está: no 5.º e 17.º, ataca «a bruxa hedionda» Canídia, que é acusada de recorrer a um infanticídio na realização de um sortilégio para atrair um amante¹⁸²; no 8.º, é uma diatribe contra uma sua antiga amante; no 11.º, desabafa a um amigo o sofrimento do amor; no 12.º, invectiva contra a mulher amada, mais tarde desprezada; e, no 15.º, lamento pelo desprezo de uma mulher¹⁸³.

Ovídio¹⁸⁴. Poeta latino que, segundo Séneca, muito precocemente já refletia sobre a condição humana e suas paixões, como deixou expresso, em exercício escolar, com a defesa «dos direitos do coração, num caso bizarro de suicídio por amor»¹⁸⁵. O sentimento amoroso, para Ovídio, inscrevia-se no universo dos mistérios que consubstanciavam

¹⁸⁰ Cf. *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, p. 1505.

¹⁸¹ Socorremo-nos, aqui, de David MOURÃO-FERREIRA (in *Colóquio e Letras*, nn. 166/167, pp. 122-123, referida parte da *Ode* 13, do Livro I). «A plenitude do amor, segundo Horácio, é uma particularidade da juventude que, por isso mesmo, está associada à consciência da fugacidade do tempo. [...] É com benévola ironia que, do alto da experiência, o poeta observa aqueles que se entregam a uma paixão avassaladora e buscam uma fidelidade duradoura. Ignoram que o amor não passa de um jogo e que, como tal, está impregnado de instabilidade e de imponderabilidade.» Segundo ele, o reavivar das paixões, em idade madura, pode acarretar vários perigos para os amantes, pois a fragilidade dos seus equilíbrios com reflexos na saúde física e psíquica, pode acarretar graves distúrbios e perdas. Isso o sentiu também o poeta que a certa altura se dispôs a oferecer um sacrifício a Vénus, a fim de que lhe fosse alcançada a benignidade da temperança (cf. M. CITRONI *et alii*, *Literatura de Roma Antiga*, o. c., p. 532).

¹⁸² Cf. IDEM, *ibidem*, pp. 518-519.

¹⁸³ Cf. Enzo V. MARMORALE, *História da Literatura Latina*, vol. 1, o. c., pp. 236-237.

¹⁸⁴ Publio OVIDIO Naso (43 a.C.-18 d.C.) nasceu em Roma e morreu em Constança, na colónia grega da Cítia Menor (atual Roménia). Ombreia em importância com Virgílio e Horácio, no frontão da Literatura Latina. No ano 8 d.C. foi expulso de Roma, provavelmente pelo arrojo dos seus textos, mas também por um escândalo em que teria estado envolvido com uma neta do Imperador.

¹⁸⁵ Cf. *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, «L-O», pp. 2479-2482.

a vivência dos homens, e isto desde muito cedo, como afirmava – «Desde a infância me atraíam os mistérios sagrados» – e que o levou, por volta dos 17-18 anos, a escrever *Os Amores* (história de ligação amorosa) com grande sucesso.

Pelos anos da chegada do Cristianismo à Península Itálica, surge a *Arte de Amar* (*Ars Amatoria*), que lhe causará fartos dissabores, inclusive o exílio e banimento da obra das bibliotecas públicas, pela «excessiva» liberdade com que envolvia as descrições de enlevo amoroso com as suas práticas de sedução. Era, então, com este arrojo que se dirigia aos Romanos:

Se acaso existe alguém entre este povo
que da arte de amar nada conheça,
leia o presente livro – a ver se doudo
fica nesta matéria que lhe interessa...¹⁸⁶

Ainda que o autor declarasse que o texto não visava ofender a moral pública e o pudor das mulheres honestas («*Mulheres, buscai aqui as vossas lições, enquanto Vénus me inspira!*» ou «*Dirijo-me àquelas que, pelo seu pudor, leis e condição posso aqui apresentar*»¹⁸⁷), não deixava de causar inquietação pois neles se reconhecia a caricatura da realidade social romana. No entanto, o tempo acabaria por lhe restituir o brilho e o sucesso retumbante, reforçado por outras publicações muito valorizadas pelo público feminino, como *Sobre a maneira de cuidar do rosto feminino* e *Remédios de Amor*, para corações infelizes!

O pragmatismo do poeta fez com que fosse encarado como um retratista social que não seguia os modelos clássicos em que se cantavam/narravam os grandes dramas passionais. Não, em Ovídio o enfoque era o da vida corrente e, no registo do amor, «o poeta indica “onde” encontrar mulher, “como” conquistá-la e “como” conservá-la. E, uma vez que tem consciência do transitório da condição humana, aponta também os meios eficazes de esquecer uma paixão [infeliz]...»¹⁸⁸. Para Ovídio, o Amor inscreve-se na imponderabilidade dos sentimentos e das circunstâncias e o seu sucesso (felicidade) ou insucesso (sofrimento) é determinado pelas sintonias ou dessintonias de carácter dos intervenientes, suas características e/ou envolvências anímicas e condicionantes de ordem psíquica e social. Para a generalidade das situações, o poeta, perspicazmente, aponta soluções, vias, estratégias, mas também conselhos e antídotos. «O amor é um dos prazeres da vida, um jogo estimulante e aprazível, sobretudo se for consumado de acor-

¹⁸⁶ In «Imagens da Poesia Europeia – I», David MOURÃO-FERREIRA (dir.), *Colóquio Letras*, nn. 166/167, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 130.

¹⁸⁷ In *A Arte de Amar* de Ovídio, Livros de Bolso (n. 84), s/l., Pub. Europa-América, 1974, p. 64.

¹⁸⁸ In Prefácio de *A Arte de Amar* de Ovídio, o.c., p. 6.

do com as regras de uma disputa em que cada qual sabe ocupar o seu devido lugar, de tal modo que, ao mesmo tempo que todos enganam, ninguém sai enganado.»¹⁸⁹

Émile Ripert, que publicou, em 1921, *Ovide, poète de l'amour de dieux et de l'exil*, deixou de Ovídio o seguinte testemunho e exortação:

A Idade Média fez dele voluntariamente o moralizador que não foi; os séculos clássicos representaram-no como o poeta do salão e da alcova, o que só por vezes era verdade; saibamos vê-lo com outros olhos; encontremos nele uma Roma familiar, colorida, encantadora, espiritual, e ainda o ambiente mediterrânico das histórias mitológicas¹⁹⁰.

Sêneca¹⁹¹. Filósofo latino, foi o perceptor do futuro imperador Nero. É por demais conhecida a história trágica desse reinado, mas Sêneca, apesar de envolvido nesse teia política dos poderosos, haveria de manter uma atividade intelectual impressionante, entre meditação, estudos e escrita. Esta sua postura perante o apelo do estrito cumprimento do seu dever como homem de pensamento refletido, corresponde à sua formação filosófica estoica. Para os estoicos, a ordem do mundo é garantida pela correspondente harmonia com a natureza e isso alcança-se pelo domínio da irracionalidade, dos impulsos e das paixões, que são, por sua vez, desestruturadores da ordem.

Para Sêneca, na paixão há potencialmente uma dimensão odiosa, gerada pela ambição ou pelo amor. E, na mulher, a sua virtude ou é assistida pela *Bona dea* (boa deusa), que se reflete na capacidade de gerar, merecendo por isso respeito e veneração, ou por *Vénus*, que é essa força sedutora misteriosa que emana do corpo feminino e que deve ser temida pois subverte a ordem das coisas. Convém que ao *casamento* a assistência seja da *Bona dea*, que o dotará de equilíbrio, racionalidade e desapaixonado, para que lhe seja garantida a legitimidade e a sacramentalidade, favorecedoras de alianças duradoiras e do fortalecimento das amizades e posições, que, por sua vez, serão instrumento de conquista e consolidação de poder. A presença do *amor*, no enlace conjugal, adivinha-se nociva e perigosa, e, se desregrada pela paixão, converte-se em catastrófica. *Casamento com Amor* não são de bom augúrio para um enlace que se pretenda ser durável e harmonioso!

¹⁸⁹ In Mario CITRONI *at alii*, *Literatura de Roma Antiga*, o.c., p. 595.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁹¹ Lucius Annaeus SENECA nasceu em Córdova (Bética, Hispânia), entre 4 a 1 a.C. e suicidou-se compulsivamente, por decisão de Nero, em 65 d.C., em Roma. Desde criança viveu em Roma com a sua família que para ali se havia deslocado, provavelmente, num regresso às origens por parte do pai. Foi educado de forma esmerada e, muito jovem, adotou uma austera disciplina de comportamento e alimentação que teria recebido, na escola de estoicos que frequentou. A sua frágil saúde levou-o ao Egito, para clima mais ameno, e, mais tarde, envolvido por razões de ordem sentimental, foi acusado de adultério por manter relacionamento amoroso com Agripina e Livina, duas das irmãs do imperador Calígula, haveria de ver a sua condenação à morte convertida em exílio na Córsega, pelo imperador Claudio. Oito anos depois, regressará, então, a Roma, e ser-lhe-á confiada a educação do filho de Agripina, futuro imperador Nero. As intrigas em que se viu envolvido e que também terá favorecido, na corte romana, haveriam de lhe ditar o destino, às mãos do tresloucado jovem imperador.

De Sêneca é extensa a obra filosófica, política, epistolar, de estudo da natureza e seus fenómenos até à sua tangência teológica, doutrina e moral prática e espiritualidade, mas é nas *Tragédias*, nas suas tramas, enredos e caracterização das personagens, que ele deposita o resultado das suas mais profundas reflexões do campo da ética e da moral (ódio, ciúme, paixão e amor). Em *Fedra* e *Édipo* o tema é o dos amores proibidos, incestuosos, e o drama de alma que assalta o espírito dos que por eles são tomados. *Agamémnon* e *Hércules no Eta* versa os amores adúlteros, impossíveis, e as consequências trágicas para os agrilhoados à paixão dos sentidos.¹⁹²

A sociedade de Sêneca era muito viva e agitada, pois todas as suas estruturas passavam por uma profunda transformação. Tanto nos domínios da política, como nos da economia e até dos costumes, no Império, assim como a miscegenação cultural entre pensamento romano e grego, eram inúmeras as correntes filosóficas e religiosas – com destaque para o Cristianismo e as muitas heresias que gerou –, que chegavam a Roma, oriundas tanto da complexa e profunda Ásia Menor como das regiões das Germânicas e das Hispânicas, a que chegaram as legiões imperiais.

De tal forma era diversificada a urdidura social que, com certa facilidade qualquer escrito ou autor, com facilidade poderia ser alvo de suspeita de pertença ou adesão às novas correntes. Isto também sucedeu a Sêneca, em quem alguns cristãos se reviam, e de que é exemplo parte desta carta a Lucílio (IV, 41, 1-2), ainda que se suponha que ele não tivesse consciência disso:

Deus está perto de ti; Ele está contigo, está em ti. Sim, Lucílio, reside no nosso interior um espírito augusto que observa e controla o mal e o bem das nossas ações. Como nós o tratamos, assim Ele nos trata. Homem de bem, na verdade, ninguém é, sem a intervenção de Deus. Quem, pois, sem o auxílio dele, poderia superar a fortuna? É Ele que inspira os grandes e heroicos desígnios. No coração de cada homem de bem «habita um deus. Qual é ele? Não sabemos; mas é um deus»¹⁹³.

Mas, as questões de moral e da ética, ainda continuavam ser pedra de toque dos filósofos para aferição dos caminhos de virtude, ainda que, contrastantemente, para Sêneca o fundamento da ordem social – em cujo núcleo está a família – residisse na permuta de benefícios. Mas de uma permuta de bens e dons equivalentes, de que resultam benefícios, que se equivalem, para as partes. Temos algum rebuço, por vezes, em usarmos ou vermos termos da gíria da economia inscritos em registo sentimental e de altruísmo,

¹⁹² Cf. Zélia de Almeida CARDOSO, «Tratamento das Paixões nas Tragédias de Sêneca», in *Letras Clássicas*, n. 3 (F.F.L.C.H/USP), 1999, pp. 129-145.

¹⁹³ *Apud* Jean COMBY e Jean-Pierre LÉMONON, *Vida e Religiões no Império Romano*, São Paulo, Paulinas, 1988, p. 30.

mas não há como fugir, pois a família, para Sêneca, era célula social básica – de preferência longe do amor, mas assente na dignidade e no respeito –, onde se acautelavam inúmeros interesses, e ele via-a ameaçada pela corrupção dos costumes:

Existe hoje mulher que enrubesça de ser repudiada, depois que algumas, de nível ilustre e aristocrático, contam não mais os consulados, mas seus maridos, para calcularem a sua idade e só deixam a casa para se casarem, e se casam para se divorciarem? Antes, recuava-se diante desse escândalo, tão raro era ele; como não se passa um dia sem a notícia de um divórcio, de tanto ouvir falar nisso, o homem aprendeu a praticá-lo. Tem-se hoje alguma vergonha por menor que seja, do adultério, depois que, com o progresso do mal, as mulheres têm marido para provocarem seus amantes? Ser casto é sinal de indignidade. Encontrarás mulher, por mais miserável e desprezada que seja, que se contente com dois amantes? [...] É tola e se atrasa aquela que não sabe que a vida com um só amante ainda significa casamento¹⁹⁴.

Marco Aurélio¹⁹⁵. Imperador e filósofo latino, cuja morte, segundo Ernesto Renan, «marca o fim da civilização clássica», deixou-nos uma coletânea de *Pensamentos/Meditações* – na sequência dos princípios do Estoicismo – que ele intitulou *Para si mesmo*. São reflexões pessoais de índole moral e virtuosa, escritos para serem lidos e relidos pelo próprio, a fim de neles encontrar o linitivo anímico para os momentos da dúvida, da incerteza e das trevas da alma. Servirão, posteriormente, para edificação do cidadão romano exemplar, despertando nele o amor pela autodisciplina como meio de vencer as paixões e alcançar a sabedoria das coisas divinas e humanas. A obra privilegia três amplas temáticas: *Lógica*, advogando a prática do pensamento claro e a precisão no rigor da linguagem; *Física*, com a enunciação das leis da natureza que incluía a interpretação metafísica do Universo: Homem-Universo-Deus¹⁹⁶; *Ética*, onde se evocam os benefícios do culto da virtude, pois esta conduz à felicidade.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 71.

¹⁹⁵ Também chamado Verissimus Antonino, pelo imperador Adriano (seu tio) e pelo filho Antonino, o *Pio*, que o adotaram, e a quem sucederia como imperador, em alusão direta ao seu progenitor Annius Verus. De origem hispânica, nasceu em Roma, em 121, e morreu em Viena, em 180 (imperador, desde 161). Foram-lhe facultados os melhores mestres em todas as artes: Frontão foi seu mestre no uso da palavra, de quem colhia o benefício da exortação contínua; Júnio Rústico industriou-o na disciplina e incutiu-lhe o amor ao estilo simples e comedido em oposição à ostentação dos retóricos; Cláudio Severo, ensinou-lhe o peripatetismo e adestrou-o na sua filosofia; Apolônio de Cálcis foi seu preceptor; Sexto de Ceroneu iniciou-o no estoicismo; Diogneto ensinou-lhe o ascetismo; Cláudio Máximo, os provérbios e seu conceitos; Alexandre de Cotieus ensinou-lhe o grego; Herodes Ático, recitava-lhe as arengas de Atenas. Sabia de tudo, inclusive pintura. O seu domínio da latim e do grego, levava-o a usar o latim na correspondência, e o grego, no trabalho filosófico. Como pano de fundo da sua educação estava a Moral e o respeito pela liberdade de pensamento, a que dedicou toda a sua vida e que lhe criou certa animosidade para com os cristãos que lhe pareciam fanáticos e pouco respeitadores da diferença. (Cf. Ernest RENAN, *Marco Aurélio e o fim do mundo antigo*, História do Cristianismo - vol. VII, Porto, Lello & Irmão Editores, s/d., pp. 6-8.)

¹⁹⁶ «Marco Aurélio foi o mais piedoso dos homens, não por ser pagão, mas por ser um homem perfeito. Honrou a natureza humana e não qualquer religião» (IDEM, *ibidem*, p. 12).

Marco Aurélio, antes de governante sábio, prudente, sensato e humano, será paradigma do bom cidadão, ainda que, para a época e para os valores humanos que defendia, isso se resumisse: ao respeito pelos homens; a nada impor só porque parece ser bom; favorecer o exercício da liberdade de escolha; contribuir para melhorar as almas e não impor uma obediência passiva à lei; promover a felicidade para todos sem recurso à servidão. Quanto à frugalidade de costumes, reconhecia a inutilidade do luxo e da ostentação, e valorizava a contenção nos gastos; defendia a caridade autêntica, sem limites; era de trato afável nas relações e pródigo na indulgência; perseverava e empenhava-se nas coisas úteis a todos e ao Estado; recusava dos aplausos fáceis. Tinha um carácter dado ao misticismo, à instrospecção e à sublimidade da virtude pessoal. À luz da contemporaneidade, Marco Aurélio é um espírito liberal e de apetência democrática marcado de um certo ascetismo. Mas, como lembra E. Renan, para muitos historiadores:

Marco Aurélio só poderia ser um mau administrador e um medíocre soberano. No entanto, à parte desgraças absolutamente imprevistas e inevitáveis, o seu reinado apresenta-se-nos como grande e próspero. Foi sensível o progresso nos costumes. Coisa singular! o virtuoso príncipe, não fazendo a menor concessão à falsa popularidade, foi adorado pelo povo.¹⁹⁷

Marco Aurélio legou-nos um espólio literário inspirador da vida e dos comportamentos. Ele foi aquilo para que foi educado e que desejou ser, simultaneamente romano, imperador e homem – como homem exorta à virtude, à justiça e à paz; como imperador, faz a guerra –, mas os ditames da moral e da ética talharam-lhe o carácter firme de quem sempre sabe o que deve ser feito e a forma como deve ser feito, como bem exorta os seus concidadãos:

Pensa sempre gravemente como romano e como homem, em fazer o que tens a fazer com dignidade, amor, isenção e justiça, e afasta quaisquer outros pensamentos.¹⁹⁸

No plano religioso, impõe-se-lhe, desde cedo, uma questão existencial: «Como ascender o homem a Deus? Que parte do homem é determinante?» Certamente que nunca terá encontrado as respostas que buscou, mas da sua atitude perante o Transcendente¹⁹⁹ e do seu respeito conformado pela Natureza, deixou o seguinte testemunho:

Oferece ao governo do Deus que está em ti um ser viril, maduro pela idade, amigo da causa pública, um romano, um imperador, um soldado no seu posto, esperando o som do clarim, homem prestes a abandonar a vida sem saudades. – Há muitos grãos de incen-

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 14.

¹⁹⁸ In Léon THOORENS, *o. c.*, pp. 182-183.

¹⁹⁹ Claro que o plurifacetado mundo politeísta romano se encarregaria de garantir a perenidade da memória de Marco Aurélio ao lhe assegurar um lugar de destaque no seu Panteão, onde foi cultuado como privilegiado intercessor, inclusive pelos imperadores que o sucederam.

so destinados ao mesmo altar; um cai no fogo mais depressa, outro mais tarde; mas a diferença é nula. – O homem deve viver segundo a natureza durante os poucos dias que anda na Terra, e, quando chegar o momento da partida, submeter-se com doçura, como a azeitona que, ao cair, abençoa a árvore que a produziu e dá graças ao ramo que a trouxe. – Tudo o que te conforta, me conforta, oh *cosmos*! Nada é prematuro nem tardio. O meu fruto é o que me dão as tuas estações, oh Natureza! De ti vem tudo; tudo está em ti; tudo volta ao teu seio. [...] O que é conforme com as leis não é injusto para ninguém. Que há de mau sair da cidade [...] pela natureza que a este mundo te trouxe? É como se fosses um ator despedido pelo mesmo pretor que te contratou. [...] Quem marca o fim é o mesmo que, depois de ser a causa da combinação dos elementos, é a causa da sua dissolução; tu não tens nada com esses acontecimentos.²⁰⁰

Trazemo-lo aqui, com o único propósito de fazer reviver a memória de um ser humano singular que dispersou a sua ação por um vasto domínio de actuação, desde as responsabilidades de governante, de guerreiro defensor de um povo e dos valores de uma cultura, de homem de abnegada virtude, de filósofo, poliglota, de visão humanitária avançada e versado em inúmeras artes. Ele surge no culminar do apogeu de Roma, cujas fronteiras iam do Egito, Norte de África e Ásia Menor, até à Ilha Britânica e limites ocidentais da Europa, à Península Ibérica (117, fim do reinado de Trajano e início do de Adriano), mas começavam já a esboçar-se uma linha descendente que, a partir do século III, terá um acentuado declínio.

1.3.4 *Os primeiros escritores cristãos*

Entre as gerações de Virgílio e de Marco Aurélio, emergira uma nova ordem social, com novos intervenientes e interesses em efervescente confronto, cujos desenvolvimentos conduzirão a que as fronteiras do Império sofram cada vez maior pressão dos povos vizinhos e o Cristianismo se difunda extensa e intensamente. Por períodos mais ou menos longos, houve lugar a impiedosas perseguições dos Cristãos, só atenuadas a partir dos Editos de tolerância de Galiano, em 260; de Galério, em 311; e, por fim, com a «*pax constantiniana*», em 313.

Com a pacificação, aparecerão inúmeros escritos cristãos, com destaque para os que constituirão o cânone neotestamentário, e que até então tinham sido gerados, distribuídos, comunicados e refletidos na rede de comunidades que, a pouco e pouco, se foi estabelecendo. Os primeiros textos serão de registo epistolar e destes, pela forte relação com o nosso tema, queremos destacar um autor – **São Paulo** – e a sua primeira Carta aos Coríntios, em particular, o capítulo 13²⁰¹ – «Cântico de amor». Esta é, verdadeira-

²⁰⁰ *Ibidem*, pp. 175-176.

²⁰¹ A que já nos referimos atrás, na p. 58. Agora, para Paulo, a lei é santa, na medida em que ajuda à santificação (é caminho para Deus) e não reduz os comportamentos à simples observância de preceitos,

mente, a carta-guia de qualquer cristão, onde está o núcleo da mensagem evangélica, fora do qual não é possível falar de configuração a Cristo. Nela podemos verificar todos os níveis estruturais e estruturantes do novo paradigma do seu autor neoconvertido, bem distinto daquele da sua origem judaica que falava de povo eleito, de circuncisos, de lei, de preceitos, de sacrifícios propiciadores, e que ficou na estrada de Damasco.

Passados os três primeiros séculos, com implantação progressiva da Igreja e sua institucionalização teve início o Papado²⁰², que abrirá um promissor ciclo para a expansão e consolidação por todo o Império, e paralelamente, surgirão também os primeiros escritos de edificação espiritual cristã ou de cunho polémico, gerados pelos primeiros responsáveis eclesiásticos, os titulados «defensores da fé» ou «Padres da Igreja», em que se inclui *São Dâmaso* (305-384), considerado o primeiro Papa escritor, de cujos escritos se destaca *De virginitate*. O combate à «libertinagem» pagã dos costumes será empreendido logo através dos primeiros escritos, com destaque para o enaltecimento da virtude de renúncia aos prazeres materiais em que a sexualidade terá enfoque privilegiado, como origem maior de todo o pecado²⁰³.

pois que, a obediência cega a uma lei, apesar de boa, só pode produzir inautenticidade. O preceito do amor, pela sua natureza, é o único que é ditado por exigências de autenticidade. Desta forma, ele pode afirmar **«Vou mostrar-vos um caminho que ultrapassa todos os outros»**: «Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor, sou como um bronze que soa ou um címbalo que retine. Ainda que eu tenha o dom da profecia e conheça todos os mistérios e toda a ciência, ainda que eu tenha tão grande fé que transporte montanhas, se não tiver amor, nada sou. Ainda que eu distribua todos os meus bens e entregue o meu corpo para ser queimado, se não tiver amor, de nada me aproveita. O amor é paciente, o amor é prestável, não é invejoso, não é arrogante nem orgulhoso, nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse, não se irrita nem guarda ressentimento. Não se alegra com a injustiça, mas rejubila com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. O amor jamais passará. [...] Agora permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e o amor; mas a maior de todas é o amor.»

²⁰² Por virtude do Édito de Tessalônica de 380, em que o imperador Teodósio estabeleceu a religião cristã como religião exclusiva do Estado (abolindo o politeísmo e encerrando os templos pagãos), em conformidade com o ensino do papa Dâmaso I (papa de 366 a 384, segundo alguns biógrafos, natural de Guimarães). Entende-se ter sido este o início «oficial» do Papado (embora, por vezes, seja também apontado o ano de 217, nomeação de Calisto II...). Em 381, Teodósio convocou o I Concílio de Constantinopla no intuito de conciliar as divergências provocadas, no seio do Cristianismo, pelo Arianismo, no entanto, a doutrina ariana foi condenada, criando-se uma tensão entre o Estado e a Igreja, que haveria de, em 390, levar à excomunhão do imperador por parte do arcebispo Ambrósio de Milão. Em 392, o imperador acabou por aceitar as decisões da Igreja, e, sujeitando-se à penitência que lhe foi imposta, decretou, definitivamente, a extinção do culto pagão. Confirmou-se o reconhecimento definitivo do Papado e terá início o paradoxal ciclo das perseguições – agora, dos cristãos aos pagãos.

²⁰³ Ainda que persista uma acentuada tendência de ver nas práxis cristãs uma rígida posição em defesa dos benefícios da castidade e o enaltecimento da virtude da virgindade, a verdade é que essas eram já práticas seguidas por várias escolas de pensamento da Antiguidade que viam na renúncia da atividade sexual, ou seja, o uso moderado do prazer, como um caminho racional de exercício do controlo de si mesmo. Mas, enquanto para os chamados pagãos a continência não era tanto um fim, mas um meio, para os cristãos esta assumia um valor absoluto, de renúncia e desapego do mundo. Posteriormente, esta posição da Igreja daria azo a uma profunda contradição entre o valor do matrimónio sacramental para a procriação e a acérrima defesa do valor da renúncia da prática sexual. A evolução que a interpretação destes temas teve, no seio da comunidade cristã, ditará outros olhares bem divergentes dos das suas origens.

Do arcebispo **Santo Ambrósio de Milão** (339-397), *Escritos sobre a virgindade*, a pedido de sua irmã Marcelina, virgem consagrada, em que enaltece o espírito do martírio, aqui, lembrando o de Santa Inês: «Aos doze anos sofreu o martírio. Oh, execrável crueldade não poupar a infância! Oh, poder da fé, que faz de uma criança débil e inermes, um herói do Céu! Uma esposa não iria tão solícita para as núpcias como esta virgem foi para o lugar do suplício! A sua cabeça não está adornada de cabelos entrançados, mas de Cristo; não engrinaldada de flores, mas de santos costumes. [...] O amor que sinto pela virgindade e a advertência dos teus santos costumes, ó boa irmã, exigem que eu trate largamente desta virtude. [...] Por outro lado, não é minha a sentença que diz: *aqueles que se não casam, serão como anjos no céu* [Mt 22,30]»²⁰⁴.

Marco Minúcio Félix (entre 150-270), servindo-se do diálogo e não do confronto, é pela lógica da persuasão que pretende conquistar o coração dos romanos. In *Otavius*, faz a defesa dos cristãos e seus hábitos, perante as calúnias de que estes eram alvo por parte da sociedade romana pagã: «...somos castos nas palavras, mais castos ainda no corpo, e muitos de nós, sem disso se vangloriarem, permanecem virgens e imaculados por toda a vida [...], por muitos, até a casta união marital é causa de rubor»²⁰⁵.

São Paciano (310-391), bispo de Barcelona, in *De similitudine carnis peccati*, usa a metáfora nupcial para dissertar sobre o profundo sentido da união da divindade de Cristo com a Igreja, a condição humana: «para que os dois sejam uma só carne.»

São Jerónimo (347-420), num autorretrato: «“Sou aquele filho pródigo que malbaratou a sua parte da herança paterna (...) e que ainda não soube menosprezar os afagos de minhas passadas luxúrias e, agora que me empenho em querer superar os meus vícios, ocorre que o diabo procura aprisionar-me em novas redes” [Epístola II], confessava o santo, em carta endereçada a Teodósio e outros monges anacoretas.

Quanto ao casamento e aos seus prazeres, Jerónimo enfileirava na interpretação que afirmava que ele apenas tinha uma finalidade, a da procriação, ainda que para tanto a natureza tivesse predisposto a aproximação do casal, através do desejo amoroso, mas «aquele que ama a mulher com um amor demasiado ardente é adúltero»²⁰⁶. Anos mais tarde, o santo não temeria admitir que fora várias vezes vencido pelo mal: «Se elevo a

²⁰⁴ Santo Ambrósio, *Escritos sobre a Virgindade* (2 vols.), Lisboa, Edições Paulistas, s/d., pp. 21-23, vol. I.

²⁰⁵ Minúcio FÉLIX, *o.c.*, Lisboa Edições Paulistas, 1961, p. 161. [Nota editor: Claro testemunho da estima em que era tida a virgindade, nos primeiros séculos cristãos, reflexo prático da doutrina tão clara de S. Paulo, sobre a superioridade da virgindade comparada com o matrimónio.]

²⁰⁶ *Apud* Jean GUYNON *et alii*, *O fruto proibido*, Lisboa, Ed. 70, 1991, p. 111.

virgindade até os céus, não o faço por possuí-la, mas por admirar o que não tenho» [Epístola XLVIII]²⁰⁷.

João Cassiano (n. 360-m. c. 435), regressado da Palestina e do Egito onde tomou contacto com os monges do deserto, difundiu na Europa o ideal ascético. Fundou um mosteiro em Marselha, e os seus escritos recomendam a vigilância para as tentações do orgulho e da concupiscência e a renúncia às seduções das coisas do mundo.

Paulo Orósio (n. 375/385-m. 418/420), natural de Bracara Augusta, presbítero que teve forte ligação a Agostinho, em Hipona, e a Jerónimo, em Belém. Na Península suportou árduos combates contra os costumes pagãos (em que foi precursor do bispo Martinho de Dume [séc. VI]) e contra as heresias de Prisciliano e de Orígenes, e, no Médio Oriente (participou na Concílio de Jerusalém, em 415), combateu os partidários de Pelágio. A sua principal obra – *Historiarum libri VII adversus paganus* – é considerada a primeira tentativa de escrita de uma História Universal, facto que lhe mereceu a fama de ter sido «um dos fundadores da Idade Média».

Santo Agostinho, bispo de Hipona (n. 354-m. 430)²⁰⁸, pela mão do arcebispo de Milão, Santo Ambrósio, que o batizou, e na sequência da sua obsessiva luta contra a natural atração dos amores terrenos que desviam do amor de Deus, e também a adesão à rigorosa ascese preconizada por São Jerónimo como meio para o êxtase místico, transformou-se num paladino dos ideais da pureza, considerando o corpo humano, pela sua natural tendência para a lascívia concupiscente – consequência do pecado original –, como o instrumento vil e obstaculizante da elevação espiritual.

As suas reflexões no campo da sensualidade humana conduziram a uma escrúpulosa repulsa das relações amorosas, inclusive as que, naturalmente, são suscitadas na convivência conjugal. A renúncia ao casamento foi uma das práticas aconselhadas e aceites por muitos dos seus seguidores, e conhece-se, por exemplo, o *Poema do Esposo*

²⁰⁷ In *PL* (Patrística Latina 22, 331-332 e 509) *apud* <https://padrepauloricardo.org/blog/sao-jeronimo-e-a-coroa-triunfal-da-castidade> (visitado em 3 de abril 2016).

²⁰⁸ Aurélio Agostinho, bispo de Hipona, que é considerado o último grande Padre da Patrística Latina, teve uma juventude algo libertina, mas o seu espírito inquieto, na busca de sentido para a vida, levou-o a abraçar o Maniqueísmo, que abandonaria, mais tarde, mas cujos resquícios perdurarão, subtilmente, na sua obra teológica. Bebeu ainda do naturalismo epicurista de Lucrécio, na inquietação por alcançar o supremo prazer – o da libertação do desejo –, nutriu também forte admiração por Cícero, na sua busca pela sabedoria e o direito moral, e, naturalmente, não lhe foi estranha a luta estoica de Sêneca pela virtude contra o vício e volúpia, assim como o caminho para a liberdade, pelo domínio de si e o domínio das paixões, defendido quer por Epicteto (55-135) quer por Plutarco (46-120). Porém, a influência de Plotino (205-270), e o seu amor à virtude preconizado nas *Enneades*, em que a «libertação de tudo» é apontado como único meio para o «voo do espírito só para Ele só» (cf. *apud Dicionário Biográfico Universal de Autores*, «P-S», p. 2692), revelar-se-ia como a ponte condensadora do pensamento latino revertido a um sentido cristão, que o levaria à conversão ao Cristianismo.

à *Esposa (Poema conjugis ad uxorem)*, escrito por um dos seus mais fiéis contemporâneos, o ilustre intelectual Tiro Próspero da Aquitânia (390-463), que haverá de merecer as honras de altar, e que, atraído pelo novo modelo de vida cristã proposto, longe das doçuras demoníacas do casamento, convida a sua esposa a entregar-se inteiramente a Deus²⁰⁹.

Para Agostinho, as relações conjugais constituíam um inexplicável mistério da condição humana, porque as considerava de primária índole pecaminosa ainda que reconhecesse que eram indispensáveis para a procriação. A influência do pensamento agostiniano – explanado em extensa obra – foi determinante na estruturação doutrinária do Catolicismo (com correspondentes construtos de ordem teológica a que deu lugar sobre os aspetos da sensualidade/sexualidade humana, do relacionamento amoroso e suas práticas e interditos, dentro e fora do casamento) e tem constituído matéria de aprofundamento para muitos estudiosos do tema, com destaque, na atualidade, para a tese *O conceito de amor em Santo Agostinho*, de Hannah Arendt²¹⁰.

²⁰⁹ Cf. Maria de BENEDETTI, in *Dicionário Biográfico Universal de Autores, o.c.*, p. 2751. Situação semelhante, ainda que precipitada por circunstâncias diferentes, mas ainda a conselho de Agostinho e de Jerônimo, levou o discípulo de Ausônio, Paulino de Bordéus (353-431), depois bispo de Nola, e sua esposa Terásia a retirarem-se para os Pirinéus para ali viverem, em castidade, o rigor do ascetismo (cf. Giuseppe INVREA, *ibidem*, p. 2570), e também Salviano de Marselha que, de acordo com a esposa, renunciava ao casamento e aceita ser ordenado presbítero, advogando a entrega dos bens dos cristãos à Igreja a fim de reverterem em favor dos carenciados da sociedade (cf. M. CITRONI *et alii*, *Literatura de Roma Antiga*, pp. 1225-1226).

²¹⁰ Hannah Arendt (1906-1975) estrutura a sua abordagem a partir de três questionantes pilares, que, resumidamente, aqui deixamos registo: 1) O Amor é desejo. – Como se encontra o amor ao próximo no amor desejo?; 2) Como se ama o próximo no «amor ao próximo»?; 3) Como pode o homem, face ao amor a Deus, interessar-se pelo próximo?

A autora apresenta-nos uma clara radiografia mental do grande teólogo, e no particular referente ao Amor e à recorrente afirmação agostiniana – «ama e faz o que quiseres» (in Comentário à 1ª Carta de João 5,7-8) –, ela assenta a sua reflexão numa sintética chave interpretativa: na sede do Amor gera-se o *Desejo*, cujo objeto corresponde à satisfação de uma falta. O *Desejo* manifesta-se através da *Vontade* (registo das emoções e dos sentidos que tendem ao prazer = domínios da *carne*) e do *Querer* (registo da razão que tende à felicidade = domínios do *espírito*). É, então, na tensão entre esses dois domínios que decorre a vida humana, umas vezes sob a primazia da *Vontade*, outras vezes, sob a do *Querer*. Nesse combate íntimo terá visto Agostinho a justificação do angustiado lamento de Paulo de Tarso quando este afirmava «não faço o bem que quero, mas o mal que não quero» (Rm 7,19). A *Vontade* é associada ao orgulho e ao desejo pessoal imoderado, que sempre se revela fugaz e, frequentemente fútil, sendo causa de permanente insatisfação e conseqüente sofrimento, aquilo que, em registo religioso, se chama apetite concupiscente, pecaminoso; por sua vez, o *Querer* é associado às aspirações elevadas do espírito, em que a razão se sobrepõe às emoções, e que, religiosamente, se identifica com caminhos de perfeição e de virtude que tendem alcançar a beatificação/santificação, a perene felicidade.

Cabe aqui esclarecer que a afirmação de São João – «Deus é Amor» (1Jo 4,8) – não pode ser associada ao *Desejo* atrás referido, pois só deseja quem tem falta, e a Deus, que é Plenitude, nada falta. O Amor de Deus é do domínio do Absoluto Bem, enquanto que o Amor que sobrevive em tensão é o amor humano. Porém, se este amor humano, pela opção da razão, espelha o seu modelo – o Amor divino – aquele que o vive só pode agir no desejo de alcançar o Bem, justificando a aludida afirmação «Ama e faz o que quiseres».

Em síntese, o Amor projeta-se no Desejo (como já o definia Platão, no *Banquete*, no célebre diálogo de Diotima com Sócrates, a que acima nos referimos), e este, em conformidade com a via preferida – a da *Vontade* ou a do *Querer* – afasta-se ou aproxima-se do Amor modelar que é o Amor divino. Aristóte-

1.3.5 *Do colapso do Império Romano à Modernidade*

Em 476, as fragilizadas fronteiras do Império Romano do Ocidente cedem perante as consecutivas e desgastantes arremetidas dos povos do Norte, e com o seu derrube chega a seu termo a que foi denominada Idade Antiga que dará lugar a um novo mundo de relações institucionais, a novas diásporas, mobilidades e reconfigurações sociais em que assentarão renomeadas realidades políticas.

Com a chegada da Idade Média vão-se cristalizando muitos dos princípios prescritos pelo Cristianismo, e sobremaneira os que tratam da sexualidade com o particular enfoque nos «benefícios» da castidade (celibato e virgindade) – sobre que já nos debruçamos nas páginas anteriores – e a tentativa de regulamentação do matrimónio religioso à medida que a Igreja se substitui à estrutura imperial que se esboroava. Nos séculos que imediatamente se seguiram, o conseqüente aniquilamento ou fuga da nata administrativa do Império, que o avanço bárbaro forçou, fez-se acompanhar de uma desestruturação sociopolítica profunda, que, a pouco e pouco, se refletiu nas condições de vida das populações. Estas estavam remetidas a um esforço que, alternadamente, ora as prendia aos campos para deles arrancar os produtos para sobrevivência, ora ao regimento forçado na luta pela sua defesa contra as arremetidas das ordas invasoras que por onde passavam apenas deixavam miséria e devastação. O analfabetismo era, a par da miserável servidão da gleba, a realidade do quotidiano. O que restava do brilho intelectual dos tempos imperiais encontrava-se, agora, confinado à extensa rede monástica que alastrou por todo continente europeu, reconvertido no esforço de conservação da memória e na produção de meios de ajuda à doutrinação religiosa²¹¹.

No meio de populações, de generalizada iliteracia e simultaneamente vivendo numa absoluta insegurança, que a falta de estruturas reguladoras da lei, da aplicação da justiça e

les, por sua vez, aborda a dicotomia desta tensão, a partir da identificação de uma dupla natureza da alma – racional e irracional. Dele também já nos ocupámos anteriormente.

²¹¹ Impõe-se aqui ressaltar, ou melhor, completar, o papel desempenhado por Bizâncio – após a queda de Roma – na salvaguarda dos valores do «classicismo, não apenas do grego mas também do romano», para além do ligame que sustentou e permitiu «a transmissão de um grande número de temas e tradições orientais, especialmente árabes e indianos», e sua «aproximação ao Renascimento e Humanismo europeus» (cf. E. IÁÑEZ, *Idade Média*, vol. 2, o.c., pp. 14-15). Apesar do que Iáñez deixa supor, a produção literária foi diminuta, e isso leva-o a afirmar que «entre os séculos VII e IX, não há referência de relevo a nível da produção poética profana. Apenas a poesia religiosa sairá beneficiada nesta época». Entre os séculos XI e XII, surge o poema épico anónimo *Vasileios Digenis Akritis*, que, para os gregos tem hoje a importância que para os ocidentais tem a *Chanson de Roland* ou o *Cantar de Mio Cid*. A epopeia *Digenis Akritis* narra a apaixonante história de amor, de um emir sírio que se converte ao cristianismo a fim de poder concretizar o seu enlace com uma jovem cristã de Bizâncio que havia raptado, mas cujos irmãos a reivindicam em pugna guerreira. É uma «composição estruturada segundo uma perfeita trama novelesca onde se misturam aventuras e amores num esquema tipicamente bizantino» (IDEM, *ibidem*, p. 16).

da defesa, deixavam à arbitrariedade de poderosos locais ou de circunstância, foi de forte contributo, na manutenção da esperança e de arrimo emocional, a instituição eclesiástica, apesar dos muitos excessos e tensões a que muitas vezes conduziam propósitos menos éticos ou mais obscuros dos seus responsáveis.

A Idade Média, pode dizer-se, ficou marcada por uma tripla sujeição das suas populações: *a sujeição à terra*, de que se extraíam os alimentos e a matéria-prima para as atividades artesanais; *a sujeição aos poderosos*, que pela força das armas garantiam alguma da indispensável segurança (de bens e pessoas), mas em contrapartida exigiam fidelidade servil; *a sujeição religiosa*, por cujo domínio das consciências era garantida a docilidade das observâncias através de comportamentos subservientes e de conformidade cerimoniosa para com a autoridade instituída e próxima, e de que o escrupuloso cumprimento preceitual das prescrições doutrinárias era forte adjuvante de controlo e de domínio das vontades. A rebeldia era refreada com recurso a rigorosas penalizações dos prevaricadores, nomeadamente através de mecanismos diversos de *exemplar* justiça repressiva e dissuasiva, tanto de natureza humana como de invocada inspiração divina, sendo louvado, motivado e premiado o conformismo como modelo de virtude cívica e religiosa.

Tal quadro forçosamente haveria de evoluir, circunstancialmente envolto de tensões permanentes entre os dois poderes dominantes, o dos Estados e o da instituição religiosa²¹², e de que nos ocuparemos, ao longo do presente trabalho. À parte destas fricções, a parcela crítica que coube ao pensamento foi-se refletindo numa literatura que temerosamente conseguia emergir, rompendo as teias censórias dos poderes, ou por artes de dissimulação mas também, aqui e ali, por passividades afetivas e encorajamentos acobertados dos envolvidos, e, quase sempre, a partir de influências importadas.

Sobre o tema literário que temos privilegiado – o das relações amorosas e de conjugabilidade –, iremos deixar nota apenas de alguns autores e correntes medievais que, pelo rasto de referência que encontrámos, nos pareceram mais representativos pela forte influência que exerceram no pensamento do seu tempo, e cujo eco chegou também aqui ao extremo europeu.

Maximiano. O pouco que se conhece deste autor chegou-nos por via indireta, sabendo-se que viveu na primeira metade do século VI e que era amigo de Boécio. Visto por muitos como um neoconverso cristão, no entanto, é também considerado como um

²¹² Cf. J. R. STRAYER, *As Origens Medievais do Estado Moderno*, Lisboa, Gradiva, 1986, pp. 24-26.

dos últimos poetas pagãos, que, através das suas elegias, de fundo erótico, realça de uma forma nostálgica as alegrias da impetuosidade juvenil em contraste com o avanço da senelidade e a impotência da idade avançada, a que se sente remetido. A sua poesia soa a inconformismo talvez justificado pela «inconciliabilidade entre a elegia erótica [de tradição romana] e o cristianismo [...] que condenava a moral transgressiva»²¹³.

Bento de Núrsia²¹⁴. Justifica-se trazer aqui São Bento especialmente pela sua *Regra*, que teve uma grande difusão e sendo adotada pela maioria das comunidades monásticas do ocidente cristão. A *Regra* – provável adaptação de uma primeira, a *Regra do Mestre* –, teve redação final, a partir de 530, também sob inspiração da Regra de Santo Agostinho e de textos de João Cassiano, fundador do monaquismo ocidental. Nela, sob o lema *Ora et Labora*, São Bento, fugindo a excessos de severidade, concebeu um conjunto de regras disciplinares de vida que compatibilizasse o trabalho manual e intelectual com a oração. Através de uma repartição equilibrada dos tempos e das atividades diversificadas dos monges, a *Regra* permitiu pelo menos duas importantes conquistas: a autonomia económica das comunidades que a adotavam, pois permita autossustentarem-se com bens que produziam, e a saúde psíquica e física dos seus membros, aliviados das desgastantes rotinas monásticas. Em termos de organização eclesial, esta *Regra* estabelecerá de uma forma bem vincada os dois universos dos crentes – o laico e o clerical – pois, até então, havia outras diversas *Regras* que se propunham, inclusive a regulação da vida dos leigos, e de que falaremos noutro lugar²¹⁵. A *Regra de São Bento* será o grande pilar da Igreja romana medieval, pelo forte contributo de unificação monástica – com acentuado destaque para Cluny e Cister – e de instrumento regulador das fidelidades ao Papado. Acresce ainda o registo do inestimável contributo que os beneditinos deram, através de gerações de copistas, iluminadores e encadernadores, à difusão do conhecimento e à preservação dos clássicos e à duplicação documental.

Venâncio Fortunato²¹⁶. Depois do profícuo período de Ravena, que o seu biógrafo Paulo Warnefrido, o *Diácono* (720-799), refere como a cidade em que «foi nutrido e

²¹³ Cf. M. CITRONI *et alii*, *Literatura da Roma Antiga*, p. 1248. «Apesar de seu conteúdo erótico, as elegias de Maximiano faziam parte do *corpus* usado pelos gramáticos dos séculos XI e XII para ensinar rudimentos de latim aos alunos, talvez pelo efeito moralizante que a sua visão sombria do amor transmitia» (*tradução nossa*) (cf. [https://es.wikipedia.org/wiki/Maximiano_\(poeta\)](https://es.wikipedia.org/wiki/Maximiano_(poeta))) [visitado em abril 2016]).

²¹⁴ O que se sabe sobre Bento de Núrsia chegou-nos pelos *Diálogos* de Gregório, o *Magno*. Segundo essas fontes, Bento teria nascido em Núrsia, filho de uma família nobre romana, cerca de 480/490 e morrido, na abadia por si fundada, cerca de 547/560. Muito novo deixou a casa paterna e adotou a vida de eremita, mas mais tarde fundou um cenóbio que terá sido o embrião da futura abadia de Montecassino.

²¹⁵ Ver, p. ex., 3.3.2 Clero regular, pp. 177-182, v.g.: *Regra de São Frutuoso*.

²¹⁶ Venantius Honorius Clementianus Fortunatus (nome latino) nasceu em Treviso, entre 530/540, e morreu, em Poitiers, cerca de 600.

educado», e o guindaria, mais tarde, a ser considerado o «maior poeta latino do século VI», passará por Tours, mas fixar-se-á em Poitiers, sob proteção da monja Radegunda, antiga esposa do rei Clotário dos Francos e fundadora do convento de Poitiers²¹⁷.

Dos seus escritos, em que ressaltam os sentimentos cristãos, ele apresenta uma singular posição sobre os inconvenientes do casamento, numa particular e intrigante perspectiva, a dos sofrimentos fisiológicos que este impõe à mulher... Deles destacam-se os «poemas dedicados a Radegunda e à jovem abadessa Inês, em que os temas e a linguagem da elegia, são postos ao serviço de expressões do amor espiritual, que levou Venâncio a ser considerado um dos precursores da poesia trovadoresca»²¹⁸, movimento de que nos ocuparemos mais à frente.

Gregório, o Magno²¹⁹. As reformas que o papa Gregório introduziu na Igreja foram muitas e isso está, de certa forma, refletido no cognome *Magno*, por que ficou conhecido. Porém, os aspetos relacionados com a sexualidade humana, para além do celibato eclesial decretado, pode ser entendido como a perpetuação dos estigmas que marcaram, a partir de Jerónimo, de Ambrósio e de Agostinho, a moral católica dos costumes como no-lo revelam alguns dos seus textos: «O que é o enxofre senão o alimento do fogo? O que é, por conseguinte, o que alimenta o fogo para que ele exale tão grande fedor? Quando falamos do enxofre queremos simplesmente dizer o pecado da carne...» ou este outro comentário, em carta a Agostinho de Cantuária, acerca da (i)legitimidade do prazer na relação conjugal:

Não pretendemos que o casamento seja culpado, mas como essa união conjugal lícita não pode ocorrer sem volúpia carnal, os casais devem abster-se de entrar em qualquer lugar sagrado, pois a volúpia não pode existir sem pecado. Com efeito, não foi de adultério nem de fornicção, mas de um casamento legítimo, que nasceu aquele que disse: «Fui concebido na iniquidade e a minha mãe deu-me à luz no pecado...» [Sl 51(50)]. Neste versículo, contudo, ele não denomina o casamento iníquo, mas a volúpia que ele implica: «Há evidentemente muitas coisas que são reconhecidas lícitas e legítimas, mas que nós não podemos realizar sem mácula.»²²⁰

²¹⁷ Cf. Ezio FRANCESCHINI, in *Dicionário Biográfico Universal de Autores, o.c.*, pp. 3683-3684. O rei Clotário (497-561) era pai dos reis Sigeberto da Austrásia (535-575) e Cariberto de Paris (517-567), cortes que Venâncio Fortunato frequentou. Radegunda (520-587), fruto de uma conquista guerreira de Clotário, fora sua primeira esposa, mas, por desinteligências conjugais, esta abandonou a convivência matrimonial e abraçou a vida monástica, tendo fundado o Mosteiro de Poitiers, para o qual fez nomear a abadessa Inês de sua confiança.

²¹⁸ In M. CITRONI *et alii*, *Literatura da Roma Antiga*, p. 1249.

²¹⁹ O papa Gregório, *o Magno*, era natural de Roma, onde nasceu (540) e morreu (604), tendo pontificado desde 590. Das inúmeras reformas introduzidas na vida da Igreja, que levou a uma acentuada independência e afastamento de Constantinopla e ao reforço do poder temporal, merece especial destaque a reforma litúrgica e a introdução do canto que ficou com o seu nome, e ainda o favorecimento do monacato, para além da imposição do celibato eclesial.

²²⁰ *Apud* Jean VERDON, *o.c.*, pp. 61 e 65-66.

Pedro Lombardo (1100-1160), em tom de lamento, comenta esta carta: «É quase impossível encontrar alguém que se entregue ao ato sexual sem ultrapassar, por vezes, a mera intenção de ter filhos.» Ainda que se firmasse uma certa linha puritana, nem todos os teólogos se reviam nas posições mais extremadas. São Tomás de Aquino (1224-1274), por exemplo, defendia que, se as relações conjugais eram boas, também o prazer usufruído delas era bom: «O prazer que nasce do ato conjugal, embora grande, não excede os limites estabelecidos pela razão, mesmo se no decorrer desse prazer a razão não pode fixar esses limites.» No entanto, em data posterior, São Bernardino de Sena (1380-1444), àquele marido que não via razões para não gozar a sua mulher, admoestava-o: «Ela não te pertence a ti, mas sim a Deus! É um pecado mortal ter relações “demasiado afetuosas e frequentes”»²²¹, ou ainda: «Fugide, fugide, e salvai as vossas almas; abrigai-vos nas vilas de refúgio [nos mosteiros rurais]»²²².

Sedúlio Escoto (séc. IX). Este gramático irlandês faria parte de um colégio de professores destacados em Liège, e é considerado o primeiro autor medieval de uma obra de cunho pedagógico sobre ética cristã – *Liber rectoribus christianis* – dirigida a príncipes e monarcas. A partir de então, surgirão inúmeras outras obras e a algumas delas nos referiremos também neste trabalho. Esta foi especialmente endereçada a Lotário II (835-869) da Lotaríngia²²³.

Abelardo e Heloísa. Em *Historia Calamitatum* (*História das minhas desventuras*), Pedro Abelardo (1079-1142) narra os episódios e descreve os estados de alma por que passou no desenrolar da paixão com a sua aluna Heloísa (1100-1164). É uma história verdadeira, contada numa pretensa carta que Abelardo teria escrito (entre 1133-1134) a um amigo, e que foi recontada, decénios depois, no *Romance da Rosa*, por Guillaume de Loris (entre

²²¹ *Ibidem*, pp. 70, 72 e 68.

²²² Cf. Jean VERDON, *O Prazer na Idade Média*, Lisboa, Difusão Cultural, 1998, p. 80.

²²³ O reino da Lotaríngia correspondia a uma faixa territorial situada entre as atuais França e Alemanha, entre o Reno e o Ródano, e que incluía a atual região da Lorena. É oportuno deixar aqui um apontamento sobre o diferendo que envolveu Lotário II e o Papado com desfecho não satisfatório para as partes, ainda que se reconheça já o peso que as decisões eclesásticas tinham sobre a união conjugal, inclusive a dos poderosos. Lotário teve como sua primeira esposa Teuberga que, por não lhe dar filhos, foi repudiada. Este repúdio e consequente divórcio foi confirmado pelo Sínodo de Aachen, convocado em 862, que permitiu ao soberano contrair segundas núpcias, com a nobre Valdrava. Entretanto, o irmão da repudiada, Huberto de Arles, abade de São Maurício, não conformado, apelou ao papa Nicolau I, e este, com a intenção de corrigir Aachen, convocou um Sínodo para Metz, em 863, mas um suborno diligenciado pelo monarca levou a que fossem confirmadas as decisões do primeiro sínodo. Três meses depois, o Papa convocou um novo Sínodo para Latrão que condenou os bispos responsáveis pelas anteriores decisões, mantendo o vínculo matrimonial original. Posteriormente, já com novo Papa, Adriano II, Lotário voltou a pedir o reconhecimento da anulação do casamento, tendo enviado a própria repudiada com essa solicitação, e pedindo a absolvição de Valdrava. Mas o resultado foi o de apenas lhes ser reconhecida a separação, sem anulação do vínculo, o que obstou a que os filhos da segunda união fossem considerados *legítimos* e, por isso, serem impedidos de sucederem no trono, pouco tempo depois, por morte prematura de Lotário.

1225-1230), que o iniciou, e por Jean de Meung (entre 1270-1280), que o concluiu. Desde então, até aos nossos dias, o idílio de Abelardo e Heloísa, «obra-prima da literatura latina medieval [...] e património cultural da França e [...] elemento da consciência coletiva deste país»²²⁴, foi passado como o modelo das paixões impossíveis.

Pedro Abelardo, para além deste marcante aspeto da vida amorosa a que ficou, indelevelmente, ligada a sua figura, foi um destacado pensador da intelectualidade europeia do seu tempo e com forte repercussão posterior, que lhe acarretou o título de «*Descartes do século XII*». Os seus escritos evidenciam um pensamento que tende a destacar o subjetivismo ético, ao mesmo tempo que questiona a conceção vulgarizada de uma ordem moral objetiva que defendia que o pecado é o estado natural do homem após a queda adâmica. Contrapõe Abelardo que o pecado é simplesmente resultado de uma carência, de uma fraqueza, «de falta de luz», sendo que o pecador tem mais importância que o pecado em si mesmo. «Não basta, para assegurar a vida moral, escrever um rol das ações permitidas e proibidas e outro com as respetivas penitências»²²⁵. Também em relação à culpa judaica na morte de Jesus, Abelardo parece ir longe demais para a mentalidade do tempo. A lógica dos seus argumentos mostra alguma coerência de raciocínio, pois se os Judeus não reconheciam Jesus como Messias, mas como um impostor, o que se lhes impusera como razoável era que o condenassem.

A condenação, em Sens, em 1140, de algumas das suas teses, favoreceram-lhe a imagem de livre-pensador, perseguido pelo fanatismo eclesiástico, protagonizado em acesa controvérsia por S. Bernardo de Claraval.

Um pensamento assim revolucionário não é, no entanto, fenómeno isolado. Existia igualmente em Paris, no ambiente dos estudos avançados, um grupo muito impaciente por sacudir as tutelas abusivas e as viseiras da filosofia oficial: os *goliardos*. Opunham-se estes aos monges formalistas, aos pensadores cristalizados em citações, aos homens austeros que veem o mal e o pecado nas doçuras da vida. Os goliardos gostam de rir e gracejar. [...] Este movimento revela, porém, um mal-estar mais profundo: uma necessidade de liberdade, uma vontade de reconciliação com a vida.²²⁶

Mas que justificação se aponta para que sejam estas cartas e não outras (pois houve muitas) a constituírem-se como espólio epistolário paradigmático caracterizador daquela sociedade medieval? Toda a documentação medieval é farta de informação sobre apertadas redes de vigilância moralística dos costumes, dirigidas por consciências formatadas no rigoroso escrúpulo de prescrições religiosas estabelecidas a partir da conce-

²²⁴ In «Prefácio», *História Calamitatum*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, pp. 11-15.

²²⁵ In León THOORENS, *o. c.*, p. 227.

²²⁶ *Ibidem*, p. 228.

ção de uma realidade mundana que vogava em mares de sofrimento purificador, açoitado pelas tentadoras fúrias demoníacas que levavam à perdição infernal as almas incautas ou inconformadas. Hubert Silvestre na extensa e bem elaborada crítica introdutória – «O idílio de Abelardo e Heloísa: a parte do romance» – à edição portuguesa a que aqui nos referimos, adianta alguns elementos, marcados de originalidade, que ajudam, talvez, a encontrar essa justificação:

Onde a *Historia Calamitatum* nos fornece informações de primeira ordem, é sobre a natureza dos sentimentos íntimos que Heloísa experimentava por Abelardo. Assim, ficamos a saber que a donzela – e pouco depois jovem mãe – era ferozmente hostil ao casamento e isto porque ela o julgava susceptível de causar prejuízo ao prestígio e ao conforto do homem que amava. [Abelardo pertencia à clerezia, como toda a pessoa ligada ao ensino, e essa condição não lhe permitia que fosse casado]. Defensora apaixonada do amor livre, elabora um longo requisitório contra as inconveniências da união matrimonial para um clérigo ou um filósofo, requisitório que parece ser inspirado numa célebre diatribe de S. Jerónimo [o Santo defendia que os filósofos antigos tinham combatido o casamento em proveito da castidade e da continência!] [...] para quem não havia outra alternativa senão o casamento ou a continência, enquanto que a Heloísa da *Historia Calamitatum* proclama que «o título de amante lhe seria mais caro que o de esposa» e que «quer conservar Abelardo exclusivamente por ternura e não tê-lo preso por elo conjugal»²²⁷.

Os supostos conceitos de Heloísa acerca da instituição matrimonial ou sobre a autêntica capacidade sentida no domínio e exercício autónomo e livre do seu amor, sugeridos na citação de Hubert Silvestre, parecem-nos demasiado avançados ou dificilmente assumíveis num contexto social do século XI. No entanto, a história conjugal deste casal assevera que, efetivamente, houve enlace matrimonial, ainda que realizado «às ocultas», mas o custo desse afrontamento social teve consequências (a castração de Abelardo) e um desenlace equivalente à mais severa continência e ao mais inelidível celibato. Na realidade, os amantes, ainda que casados, viram-se impedidos de assumir a vivência plena do seu amor e foram remetidos para o doloroso e bem chorado afastamento dos mútuos afetos (como o declara Heloísa), apenas minguidos ou confortados pelo rico epistolário (intenso de sentimento amoroso) que entre si trocaram e deixaram.

Marguerite Porete. Supõe-se que Marguerite – nascida na Bélgica, em 1250, e supliciada na fogueira, em Paris, em 1310 – tenha sido uma beguína²²⁸, alvo de perseguição e vítima do tribunal inquisitorial, que a condenou, em virtude de ter escrito (meados de

²²⁷ In «Prefácio», *História Calamitatum*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, pp. 30-31.

²²⁸ Os Beguinos, com fundação pelos séculos XII- XIII e expressão na Alemanha, França e Itália, é um movimento religioso de expressão mística, cujos membros se dedicam à oração, a obras de caridade e à manufatura de trabalhos artesanais, livremente, sem votos religiosos e que vivem dispersos na sociedade. O inconformismo da sua ação e a expressa relutância na obediência à hierarquia da Igreja levou a que fossem considerados heréticos, no Concílio de Viena (1311-1312), e perseguidos pela Inquisição e muitos dos seus membros condenados à fogueira.

1290) um livro de meditações – *O espelho das almas simples* –, considerado herético. Hoje, esta obra é tida como «o mais antigo texto místico da literatura francesa» e «autêntica obra-prima mística de todos os tempos». Tem-se como certo que Mestre Eckhart terá lido este livro, pois dele se identificam reflexos nos seus *Sermões*. A obra, por muitos anos «atribuída a uma beata dominicana húngara», viu a sua autoria descoberta, em 1944, por Romana Guarnieri (1913-2004) que a deu a conhecer, no *Osservatore Romano*, de 16 de Junho de 1946²²⁹. A obra é considerada bastante hermética – talvez até iniciática – pela forte simbologia que comporta no uso metafórico e dialético das imagens personificadas do Amor, da Alma, da Razão, mas também da Verdade, de Deus o Pai e do Espírito Santo, cuja compreensão – como o afirma a própria Porete – «só é acessível para aqueles que estão regidos pelo Amor Cortês». O caminho proposto por Porete, em *O Espelho das almas simples*, é o da libertação da alma, pela quebra dos ligames com a materialidade da existência, submetida à Razão, sob cujos domínios está a Santa Igreja, a *Pequena*, e as suas mediações, mas que é sustentada na sua fé pelas almas da Santa Igreja, a *Grande*, a que é constituída pelas almas sustidas pelo Amor, que de tudo estão despojadas, aniquiladas. Só no mistério da aniquilação absoluta é possível a união mística com Deus, a imersão no Uno, fruto da embriaguez espiritual, sem qualquer mediação, que permite a sua contemplação onnipresente em todas as coisas e a profunda unidade com as criaturas.

A memória de Marguerite Porete perpetua-se como a «enamorada do Esposo da sua alma» que apenas pede «ser amado como Ele nos amou». Ficou como «uma mulher corajosa, de pensamento arrojado e vigoroso, que ousou transpor os limites do indizível e do impensável, naquela terra de ninguém, onde ortodoxia e heresia, como num fio de navalha se roçam, confrontam e, às vezes, se confundem».

Dante Alighieri (1265-1321). Considerado o maior poeta italiano e um clássico da cultura mundial, tem como sua obra maior – *A Divina Comédia* – considerada o espelho da civilização cristã.

Ainda antes de 1290, tomou por esposa Gemma Menetto, em casamento ajustado por seu pai, de quem teve um filho, mas, no seu canto de idealização da mulher amada, é a juvenzinha Beatriz a eleita, falecida na adolescência, e de quem se teria enamorado na meninice (tinha ela 8 e ele 9 anos).

²²⁹ Cf. Romana GUARNIERI, *apud* Faustino TEIXEIRA (PPCIR/UFJF), no livro MARGUERITE PORETE. *O espelho das almas simples e aniquiladas e que permanecem na vontade e no desejo do amor*, Petrópolis, Vozes, 2008, pp. 17-29, de cuja «Apresentação» aqui nos socorremos, parafraseando ou citando.

Entre 1293-94, Dante escreveu *Vita Nuova*, onde aponta o Amor como a base do renascimento da uma nova vida, e, na *Divina Comédia*, o poeta disse da sua amada «aquilo que jamais foi dito de nenhuma». Beatriz, nos poemas de Dante, é a projeção antropológica dos saberes – primeiro, Filosofia; depois, Ciência; e, depois ainda, Ciência sagrada – e da virtude. Ela personaliza a Teologia, durante a viagem ao Purgatório, e também o acompanha na viagem ao Paraíso.

Entre 1300 e 1313, e fruto da agitação política em que vivia, Dante escreverá *A Monarquia*, em que disserta sobre a distinção do poder espiritual e religioso do poder temporal... Para ele, o poder temporal (o Estado) e o espiritual (a Igreja) são iguais, ambos queridos por Deus, mas defende que devem ser separados. A preeminência do poder espiritual da Igreja, que Bonifácio VIII (papa: 1295-1303) defendia na sua Bula *Unam Sanctam*, levou a que se acirrassem os antagonismos políticos – entre os *Guelfos* que defendiam a posição papal, e os *Gibelinos*, a do imperador²³⁰ – a que o poeta não ficou alheio. Colocava-se-lhe a questão: A autoridade do imperador é-lhe conferida diretamente por Deus ou dada por intermédio da Igreja? Para Dante, «o Papa não recebeu o duplo poder das chaves. Os sucessores de Pedro herdaram a autoridade do zelo não o poder de Cristo», ou seja, os poderes em contenda estavam em igualdade, pois «acerca da proveniência da autoridade, quer uma quer outra provinham de Deus, sem intermediários». Contra os que se opunham a esta tese – o Papa, os interessados no poder papal, os decretalistas – Dante classificava-os, quanto aos interesses, da seguinte forma: 1) ao Sumo Pontífice, vigário de Cristo e sucessor de Pedro, não se lhe deve o que se deve a Cristo; apenas o respeitante a Pedro: o zelo das chaves; 2) os interesseiros, a quem a avareza extinguiu a luz da razão, dizem-se filhos da Igreja, mas são filhos do diabo; 3) os decretalistas, apoiando-se só na legislação, são pouco dados ao raciocínio. Considera-se cristão, batizado e filho da Igreja, a quem obedece, em virtude da fé religiosa, mas não seu súbdito enquanto cidadão. Proclamava-se livre, emancipado da Igreja e da obediência ao Papa.²³¹

Francesco Petrarca (1304-1374)²³². Em 1327, no memorável dia 6 de abril, um fugaz encontro com uma jovem, Laura, na Igreja de Santa Clara em Avinhão, marcá-lo-ia para sempre. Porém, o recato pudoroso da dama e a sua condição de eclesiástico ha-

²³⁰ Vide nota 214 (p. 213), com desenvolvimento deste assunto.

²³¹ Cf. Vincenzo PERNICONE, in *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, pp. 74-81. Curiosamente, Leão XIII, em 1885, na Enc. *Immortale Dei*, e, em 1890, na *Sapientiae christianae*, ao reconhecer a igualdade dos dois poderes e a forma autónoma e independente (eclesiástica e civil) por que se devem reger, parece influenciado por Dante Alighieri.

²³² As citações são de P. G. RICCI ou por ele usadas, in *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, pp. 2635-2639.

veriam de provocar-lhe uma contenção sublimada, uma «tristeza amorosa», avivando nele, periodicamente, a partir de então, o desejo de afastamento, para o aprofundamento da sua fé religiosa e a prática da meditação.

Laura, no entanto, resistir-lhe-á no espírito, levando-o a perpetuar-lhe a memória no seu *Cancioneiro*, onde se debate num conflito entre o humano e o divino. Desse amor deixou registo autobiográfico, na *Carta à Posteridade* (1363): «Atormentou-me, quando muito jovem, um amor fortíssimo; mas foi o único e foi puro; e mais ainda me atormentaria se a morte cruel mas providencial, não tivesse apagado definitivamente aquela chama que enfim definhava...» Laura faleceria, noutro 6 de abril, vinte e um anos depois do primeiro encontro, e Petrarca sobreviveu-lhe mais vinte e seis anos, contido mas inconsolável, ainda que conformado e reconhecendo que «o interesse das coisas terrenas é inconciliável com a sua entrega plena a Deus». O combate interior, que lhe causa ansiedade e fadiga, mantém-lhe uma lembrança viva que o leva a afirmar que «os desejos, as esperanças, as angústias, as tristezas dos trinta anos são os mesmos que os dos sessenta»²³³.

É um dos mais importantes poetas italianos e figura cimeira do Renascimento, cujo movimento político-cultural encabeçou na Itália. Perante uma sociedade que parecia ter entrado em letargia, com a «cidade eterna» abandonada pelo Papado (sediado em Avinhão), e deixada ao saque e à anarquia de famílias políticas locais em contenda permanente e a uma clerezia que se dividia, entre envolvimento ativo nos interesses dos contendores ou a total apatia, Petrarca esforça-se na busca do amor pelos valores perdidos da antiguidade e dessa antiga Roma gloriosa. Para ele, a ponte de continuidade entre o Classicismo e o Cristianismo identifica-o no problema moral e, para isso, viaja sem descanso, e, entre 1333 e em 1337, faz duas grandes viagens: a Paris, Liège e Colónia, e a Roma, congregando vontades, e levado pelo desejo de fazer ressurgir muito do mundo antigo e fazer reviver esse humanismo que parece perdido.

1.3.6 *Os Trovadores e o Amor Cortês*

Todo o século XII europeu foi vivido em convulsões sociais profundas, num redesenhamento permanente de fronteiras ao sabor das influências dos grupos armados que as cruzavam. As lutas pelo poder, nos finais deste século, polarizavam-se no imperador

²³³ Essa amargura espiritual leva-o à valorização da vida arredada das efémeras alegrias do mundo, que verteu em *De vita solitaria*, cuja influência (ou tradução) encontramos num dos primeiros textos da literatura portuguesa do século XIV – *Boosco Deleytoso* –, produzido no meio monástico alcobacense, que enaltece a solidão meditativa. (Cf. António José SARAIVA, in *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Partes I e II, Lisboa, Público/Gradiva, 1996, p. 93.)

alemão que defendia a sua presença na península itálica do Norte (pretendo «herdeiro» de Carlos Magno que, nos séculos VIII-IX, se viu reconhecido como imperador da Cristandade Ocidental), e no Papado que, à custa de algumas alianças alicerçadas numa promíscua mistura de religião, política e armas, assumia como próprias as dores da Itália dividida, ocupando pela força a Itália Central e, em algumas circunstâncias pondo mesmo em risco o conceito do carácter universalista da Igreja.

Desde 1122 até 1181 (no curto período de 59 anos), a Cristandade conheceu 16 papas, dos quais 7 foram antipapas, aliciados ou impostos pelos imperadores germânicos em contenda. Só este quadro é suficientemente revelador para se entender a gravíssima crise por que passou a Igreja romana, e os efeitos perniciosos que estas instabilidades e indefinições causavam aos crentes. Na passagem do século XII para o XIII, a Europa atravessou contrastantes cenários: viveu períodos de angustiante debilidade económica, pelo esforço das guerras para onde eram canalizados bens e homens, retirados do trabalho dos campos.

Sem paz, perante ameaças constantes às vidas e aos haveres, com os campos agrícolas pouco cuidados por falta de trabalhadores, abundavam os doentes, os pedintes, as viúvas e os órfãos. No entanto, à medida que se resolviam as contendas, se pacificavam os espaços, uma florescente revitalização foi tomando conta da sociedade.

A acalmia militar proporcionada pelo crescente fortalecimento da autoridade papal que viu a sua suserania ser reconhecida por todos os reinos da Europa e atingiu a «*Plenitudo Potestatis*» com Inocêncio III (papa: 1198-1216), a ausência de grandes pragas ou epidemias e a urbanização intensa, deram novo alento ao comércio, provocando uma profunda transformação da forma de viver das pessoas, em especial das classes sociais intermédias e superiores, onde se incluía o clero. A Igreja Católica viu os seus dignitários hierárquicos ascenderem aos escalões mais altos da administração pública, passando a residir em palácios, onde, rodeados de autênticas cortes, beneficiavam de honrarias e de ambientes de opulência e luxo, bem à semelhança dos príncipes e senhores da aristocracia. De igual forma, os conventos viram-se transformados em fortalezas que administravam grandes zonas rurais donde colhiam o benefício da exploração da terra. Os períodos de crise não eram de igual forma sentidos por todos, e sempre havia os que lucravam com a desestabilização. As corporações comerciais e de ofícios (*guildas*) foram, com rigor, as menos afectadas. É verdade que sem disponibilidade financeira não há comércio, mas as formas de comércio medieval tinham-se amoldado com alguma facilidade às situações de crise. «O conjunto dos bens que se encontram ao dispor da hu-

manidade medieval é a tal ponto insuficiente que, para viver, é preciso arranjar-se»²³⁴. E o arranjar-se, aqui, significava usar de astúcia, inclusive da ardilosa mentira. Porém, haviam chegado novos tempos e a pacificação e o ressurgimento económico europeu determinaram um papel relevante às cidades, como locais privilegiados de comércio e de relação humana. Ali residia o poder e toda a administração pública (partilhados pela aristocracia, pela alta burguesia e, frequentemente, pelo alto clero), tanto dos territórios como dos seus habitantes, e era ali que se concentravam, numa disposição próxima dos cidadãos, não só os bens de produção local como uma grande diversidade de outros bens das mais diversas e afastadas origens.

A cidade passou a constituir o grande foco de atracção humana, emblematizando a sociedade do bem-estar e alimentando as aspirações de futuros promissores, ao mesmo tempo que, paulatinamente, se instituía como o lugar da atenuação dos temores religiosos que, há séculos, disciplinavam os comportamentos e inspiravam para a relativização das alegrias deste mundo, com os olhos postos no prémio à renúncia, no Além.

Tudo, nesses espaços urbanos, parecia contribuir para a distração do crente do objeto da fé. A riqueza, proporcionada pelas relações de mercado onde, em regra, as lógicas privilegiam mais o lucro, o favorecimento de interesses e o nepotismo, do que o culto das virtudes, favoreceu a lassidão dos costumes que alastrou por todos os escalões sociais e a que não escapou, escandalosamente, a própria instituição religiosa, corroída pela venalidade e pela contemporização de muitos dos seus membros.

A Europa reabilitada economicamente, mas ameaçada nas suas estruturas simbólicas fundantes, viu surgirem inúmeros movimentos de cariz religioso ²³⁵, que denunciavam

²³⁴ J. Le GOFF, *A civilização do Ocidente medieval*, vol. II, Lisboa, Ed. Estampa, 1983, p. 119.

²³⁵ Mencionamos alguns nomes de movimentos heréticos ou dos seus autores, desta época, colhidos em *As Heresias*, de Raoul VANEIGEM (Lisboa, Antígona, 1995, pp. 96ss): Bogomilos, Pedro de Bruys, Anrique de Mans, Tranquedo de Antuérpia, Arnaldo de Bréscia, Hugo Speroni, Gandulfo, Cátaros, Pedro Valdo, Amaurianos, Eudo de Stella e Joaquim de Fiore (1135-1202). Este último, originário da Calábria, foi monge cisterciense, tendo sido nomeado abade do mosteiro de Corazzo, em 1177, cargo que abandonou, pouco depois, para se tornar eremita. Nesta nova situação terá tido uma iluminação que o inspirou a escrever a história humana interpretada à luz da concordância do Antigo e do Novo Testamento, nela advogando o desapego e a renúncia aos bens deste mundo e o caminho da pobreza como meio para a perfeição cristã e retorno à fidelidade dos ensinamentos evangélicos (cf. Karl LÖWITH, *O Sentido da História*, Lisboa, Ed. 70, 1991, p. 149). Os escritos de Joaquim de Fiore são considerados como fundantes dos movimentos de forte implantação popular e de inspiração milenarista que alastraram, a partir de então. A influência dos «Espirituais» foi de tal forma profunda e determinante na configuração de todos os movimentos que se lhe sucederam que, ainda hoje, figura como paradigmático e de estudo obrigatório para quem se dedica à investigação das questões sociais destes séculos. Também merece particular destaque o movimento milanês conhecido por Pataria, surgido em 1055, que se insurgia contra a riqueza e o laxismo do alto clero, desenvolvendo uma forte ação pelo menos até 1075, e que chegou a receber o apoio de S. Pedro Damiano (978-1072), quando legado de Nicolau II. Mais tarde, separaram-se da Igreja e confundiram-se com os Cátaros e Albigenses, espalhando-se pela Provença e Itália do Norte. Um século depois, em 1145, Eudo de Stella, ex-clérigo, fundou um movimento religioso revolucionário com alguns elementos

a corrupção e a riqueza acumulada à custa da degradação humana, e se propunham como regeneradores da virtude, dos costumes sociais e da própria Igreja, através de propostas vivenciais radicalmente antagónicas às vivências dos abastados e de muitos clérigos.

O próprio Papado, em algumas circunstâncias, teve dificuldade em se confrontar com a validade evangélica dos argumentos dessa crescente onda contestatária, chegando, por vezes, a empenhar o seu apoio, como no caso já referido da Pataria milanesa e também do movimento de Joaquim de Fiore, a quem, em 1190, aprovou as constituições da Congregação Fiorense.

A ação dos pregadores incidia especialmente na denúncia dos «desvarios» sociais, daqueles que mais se deixavam envolver pela evolução económica e social. Redobravam os cuidados em incutir nas consciências de cada um o temor pela salvação eterna, comprometida pelos apelos da vida de prazer. São Pedro Damião, nos seus sermões, lembrava que cada homem tem duas esposas – a virtude e o prazer – e que se lhe coloca a escolha: ou os bens desta vida, pela entrega à volúpia, ou a glória eterna, pela vida de virtude e de renúncia. E que o desprezo do mundo e do que é efémero só se pode realizar plenamente quando se abandona esse mesmo mundo, cuja existência é breve e cheia de sofrimento.

Alguns pregadores confundem de tal forma os caminhos de realização cristã que, não raro, aconselhavam os fiéis a abandonar as obrigações de família e a entregarem-se à vida contemplativa. E à mulher era recomendado que se dedicasse à oração, em recolhimento permanente, só interrompido pelas tarefas domésticas indispensáveis, precavendo-se sempre de atividades públicas que eram ocasião de pecado para si próprias e para os outros. O prazer da maquilhagem, que ocultava ou retificava as imperfeições do corpo; o prazer do uso de vestuário e enfeites como forma de realçar a beleza feminina que se transformava em provocação da concupiscência dos homens; o prazer da mesa condimentada que favorecia o deleite do paladar e encaminhava as vontades para a lascívia, eram considerados desejos e atos reprováveis e pecaminosos, contrários à vontade de Deus. A virtuosa só era compreendida numa vida isenta e longe dos prazeres. O próprio ato sexual dos esposos – considerado pecaminoso por alguns clérigos – deveria ser evitado ou, pelo menos, reduzido ao prazer mínimo.

da sociedade civil que, abandonando a vida rotineira de família e de trabalho, se entregavam ao assalto e pilhagem de aldeias e mosteiros. Foram totalmente erradicados em 1148, depois de condenados pelo Concílio de Reims, após intensa perseguição.

A frequente alusão aos textos neotestamentários como ideal de vida comunitária da Igreja primitiva, onde a caridade fraterna surgia como uma constante evangélica, inspiraram também diversos movimentos associativos citadinos – sob o nome de confrarias – que, num retorno a esse ideário primordial, fundaram hospitais, asilos, hospedarias, orfanatos e inúmeras outras instituições de solidariedade social.

Um certo monge que vivia em comunidade com Santo Etienne (século XII) deixou alguns textos acerca da vida de sacrifício e renúncia do santo, com a pretensão de transmitir o exemplo beatífico de quem, pelo desprezo das coisas materiais, se prepara, nesta vida, para a glória do prémio eterno:

Em vez de tecidos finos, usava um cilício sobre a pele nua, o pão regado de lágrimas substituía as refeições opíparas e o seu pranto misturava-se ao que bebia. Submetia o corpo a tal austeridade que quase o aniquilava tanto pelo frio como pela falta de comida. Em pleno Inverno, partia o gelo à machadada e enfiava-se na água até ao pescoço, aí permanecendo até o frio lhe penetrar totalmente o corpo.²³⁶

O bispo beneditino Roger de Caen (século XI) alertava os fiéis, desta forma, para os perigos do mundo:

Não ameis nada que ajude aos sentidos, pois tudo o que encanta a carne prejudica o espírito; as alegrias do mundo engendram sofrimentos eternos; a vida breve priva da vida eterna²³⁷.

Os limites da luta contra o prazer chegavam ao paroxismo de se adotarem os cilícios e as renúncias dolorosas, muitas vezes com consequências mutilantes dos corpos, como forma de sublimação suprema e de superação humana.

Paralelamente a uma viva contestação de origem religiosa, assomavam à Europa os primeiros sinais de uma diversidade de fundo cultural que inauguraria o Renascimento e separaria o hemisfério do Século do da Religião. Até meados do século XII, praticamente toda a produção cultural era gerada em meios monásticos, inclusive alguns dos novos textos poéticos, mas, por norma, eram textos dirigidos ao devocionário popular e ao culto religioso.

O estabelecimento de cortes estáveis, que, entre as suas atividades correntes, dedicavam muito do seu tempo à diversão e a jogos de entretenimento, deu origem a ambientes favoráveis ao florescimento de expressões culturais de menor influência eclesiástica, para o que muito contribuiu também o acentuado aumento do uso do vernáculo e consequente tradução dos clássicos. Essa vitalidade autónoma – eclode, centrada em território da França (setentrional, do Sul e mediterrânica – Champanhe, Aquitânia, Midi, Languedoc, Provença – com rápidas ramificações para os territórios fronteiros da Península Ibérica e do Norte da Itália)²³⁸, pareceu ganhar grande expressão, a partir de três polos de

²³⁶ Jean VERDON, *O Prazer na Idade Média*, Lisboa, Difusão Cultural, 1998, p. 83.

²³⁷ IDEM, *ibidem*, p. 78.

²³⁸ Alguns críticos identificam, na mesma época, o surgimento simultâneo de dois distintos movimentos literários trovadorescos, a partir do vocábulo usado para os denominar: no Norte, os *trouvères*, inclinados ao canto épico, o dos feitos heróicos; no Sul, os *troubadours* líricos que cantam o sentimento do enlevo, da sublimidade, dos apaixonados. (Cf. S. SPINA, *A lírica trovadoresca*, o.c., p. 18.)

produção literária: 1. o aparecimento de inúmeras obras que versavam o tema do amor (talvez como subtil reação às restrições impostas pela moral vigente de pendor religioso cristão, carregada de ressaibos do estoicismo romano), por exemplo: *De Amore*, de André Capelão; *Ars d’Amours*, de Jacques d’Amiens e Guiart; *Clef d’Amours*, de anónimo; *Li-vres d’Amours*, de Drouat La Vache; *Comments d’Amours*, de Richard de Fournival; *Bre-viari d’Amor*, de Matfre Ermengau; *Roman de la Rose*, de Guilherme de Lorris e Jean Meung; 2. a literatura alegórica, de que são exemplos os manuais religiosos, como *La lu-mière as Lais*, de Pierre de Peckham; *Manuel des Péchés* [texto para ajuda no confissão-nário], de William de Waddington; *Complainte d’Amour*, anónimo; *La Prison d’Amour*, de Baudouin de Condé; e 3. textos de tema naturalista, como os *Bestiários* (*Bestiaire*, em verso, de Philippe de Thaon; *Bestiaire Divin*, de Guillaume de Clerc; *Bestiaire d’Amours*, de Richard de Fournival)²³⁹.

Os primeiros capítulos da história literária da moderna Europa foram escritos, no curso do século XII, pelos *trovadores* da Provença [...]. Aí brotou, quando em língua vulgar também surgia uma floração épica no setentrião da França, uma poesia lírica cuja importância é indiscutível como fonte de todo o lirismo europeu dos séculos posteriores. O século XII é considerado o século de ouro da literatura medieval da França; é o século por excelência do grande renascimento medieval²⁴⁰.

Chrétien de Troyes (1130-1191), criador do perpetuado elenco dessa tão magnificamente ficcionada cavalaria cortês – *Érec et Enide*, *Le Chevalier de la Charrette* (*Lan-*

²³⁹ Cf. E. RAIMONDI e G. LEDDA, in *Idade Média*, vol. II, Umberto Eco (org.), *o.c.*, p. 371; e F. STELLA, *ibidem*, pp. 418-419. Há que acrescentar também o acolhimento, os patrocínios e os favores dispensados pelos poderosos (alguns deles, intervenientes de primeiro plano), aos primeiros cantadores e poetas – jograis e trovadores – que se empenhavam em animar os momentos de diversão da nobreza apalacianada. Destaca-se a figura de **Guilherme IX**, cognominado *O Trovador* (1071-1126), duque da Aquitânia e da Gasconha, que foi casado por cinco vezes, cujos poemas, que versavam o sexo, o amor e as mulheres, animavam os serões da sua corte, ainda que várias vezes repreendido e ameaçado de excomunhão, sem qualquer resultado ou mudança de proceder, pela despudorada linguagem usada. Sucedeu-lhe, no aprazimento, a sua culta neta, **Leonor da Aquitânia** ([1122-1204], filha de Guilherme X [1099-1137] e cuja mãe, Leonor de Châtellerauld, era suposta meia-irmã de seu pai. Em primeiras núpcias, Leonor de Aquitânia foi esposa-consorte de Luís VII de França (de quem teve 2 filhas – Maria e Alice), e, em segundas núpcias, por anulação das primeiras, por invocado interdito consanguíneo, foi esposa-consorte de Henrique II de Inglaterra (de quem teve 8 filhos – Guilherme, Ricardo, João sem Terra, Godofredo, Leonor, Henrique, Matilde e Joana –, cujas ligações matrimoniais haveriam de ter por consequência a disseminação do seu sangue por quase todas as casas reais da Europa e do Brasil, aqui através de D. Sancho II de Portugal, que foi seu bisneto). E também **Maria Capeto** (1145-1198), sua filha e de Luís VII, consorte de Henrique I (1127-1181), conde de Champagne, que acolhia e dava proteção, na sua corte, a alguns dos mais notáveis trovadores, com destaque para Chrétien de Troyes e André Capelão.

Ligada a Leonor de Aquitânia, provavelmente sua protegida e do seu séquito, que a acompanhou a Inglaterra, surge uma celebrada poetisa – **Maria de França** (c. 1130-1200), de cuja identidade pouco se sabe – que terá sido a primeira mulher conhecida a escrever em vernáculo sobre temas profanos (os *Lais*), e que fez uma recolha das fábulas de Esopo que verteu em francês antigo, assim como uma versão do *Tratado sobre o Purgatório de São Patrício*. (Cf. P. LICCIARDELLO, in *Idade Média*, vol. II, Umberto Eco (org.), *o.c.*, p. 418; G. BRUNETTI, *ibidem*, pp. 457, 469-470 e 475-485). «A pintura delicada e melancólica do amor faz o valor d[as suas] obras, que tiveram considerável influência em toda a literatura europeia da época» (in Jacques Le GOFF, *A civilização do Ocidente medieval*, vol. II, Lisboa, Ed. Estampa, p. 319).

²⁴⁰ In Segismundo SPINA, *A lírica trovadoresca*, 4.^a ed., São Paulo, EDUSP, 1996, pp. 17-18.

celote), *Yvain le chevalier au lion* e *Perceval* – com os seus cavaleiros da história artúrica, que se desdobram em aventuras, entre a honra, o dever e a dedicação aos amores, ainda que, por vezes, adúlteros, é considerado o primeiro novelista francês. «O mais antigo romance arturiano que conhecemos é o *Érec*, de Chrétien de Troyes. É fácil provar que é o primeiro do género e que, portanto, cabem a Chrétien as honras de haver criado o romance arturiano francês»²⁴¹; «Na mistura do real e suprarreal reside toda a magia deste grande poeta, deste grande criador do romance moderno»²⁴².

À imposição da fidelidade que acarreta o matrimónio e a sua legalidade, opõe-se o *amor cortês* que rompe as cadeias da obrigação e deixa livre o sentimento. O afastamento garante o não atropelo dos compromissos e, portanto, salvaguarda da injúria. Mas o selo é sempre o da promessa do «amor eterno», para além das contingências. São, no entanto, quatro os momentos que marcam e determinam o seu surgimento, a evolução e o desenlace: 1.º momento – os olhos dos amantes encontram-se e o amor irrompe; 2.º momento – avaliam-se as circunstâncias e as conformidades possíveis; 3.º momento – constatação e reafirmação de uma inevitabilidade (a pertença sentimental mútua dos amantes) – o *pacto amoroso*; 4.º momento – A DECISÃO: a) rompimento com as estruturas e afrontamento com as consequências de *dor e sofrimento*; ou b) aceitação e conformidade com as estruturas circunstanciais, mas com salvaguarda da dimensão amorosa, remetida para uma sublimação do Amor / Amada / Amante.

André Capelão (1150-1220), cujo *Tratado do Amor Cortês* teve forte impacto no ambiente cultural da época, pelo seu papel inspirador na modelação de mentalidades, no ajuste de comportamentos sociais e de relação, por todas as cortes europeias. Nesse *Tra-*
tado se aponta o ideal de nobreza moral e interior: «o poder inexorável do amor é mais forte que as barreiras sociais e é superior às obrigações conjugais», no entanto, frequentemente, a sua não concretização deve-se a obstáculos de estatuto social. O conceito de *amor cortês* é substantivado de atitudes que envolvem a manifestação amorosa. E conforme afirma Jacques Le Goff:

o amor cortês foi antimatrimonial; e o casamento era bem o terreno privilegiado para um combate que tendia a revolucionar não só os costumes como a própria sensibilidade. Reclamar a autonomia dos sentimentos e pretender que podia haver entre os dois sexos relações diferentes das do instinto, da força, do interesse e do conformismo eram coisas em que havia muito de verdadeiramente novo. Porque havemos de admirar-nos por a nobreza meridional ter sido o terreno em que se travou tal batalha? Era uma nobreza ambígua em todas

²⁴¹ W. FÖRSTER, in «Chrétien de Troyes», *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, o.c., pp. 731-732.

²⁴² Reto R. BEZZOLA, *ibidem*.

as suas atitudes, cujas contradições estalaram na posição em relação ao Catarismo, que adoptou, de resto, por outros motivos. Era uma nobreza mais culta, de sensibilidade mais afinada que a dos bárbaros feudais do Norte. [...] O amor cortês soube encontrar o miraculoso equilíbrio da alma e do corpo, do coração e do espírito, do sexo e do sentimento. [...] o amor cortês continua a ser o dom imperecível que, de todas as formas mortais que criou, aquela civilização deixou à sensibilidade humana²⁴³.

O *amor cortês* comporta uma funda contradição entre o desejo de posse da amada e a tensão gerada pela contenção, o recato e o pudor impostos pela moral dos costumes e pelos interditos de ordem religiosa, pois geralmente os amantes atuam numa nebulosa fronteira, entre o interdito e o permissivo, tratando-se, frequentemente, de amores proibidos, ora por diferença de condição (a amada é comprometida) ora por diferença de estatuto (de hierarquia social diferenciada). Perante a situação de resolução impossível, normalmente esse amor converte-se em tensão submissa (por humilhação e anulação do amante) ou em exaltação (sublimação do sentimento humano, que se transforma, por conformação e/ou renúncia à sua concretização, em entrega de fidelidade sentimental, onde a emulação e a projeção idealizada da amada assume ou se alcandora às alturas de um bem de admiração e de amorosa virtude).

Impõe-se referir uma pseudoinstituição denominada *Tribunal do Amor* (ou *Cortes de Amor*), que se reuniria, sob um ideário de certo número de máximas, na ambiência trovadoresca do século XII, dominado por damas da nobreza, sendo particularmente referida a condessa Maria de Champagne.

A máxima número 10 prescrevia: «Trata sempre de ser digno de pertencer à cavalaria do amor.» A esta luz, julgavam-se casos de discrepâncias entre enamorados, como, por exemplo, daquele infeliz que já exaurido de forças, por tanto esperar, e de fazenda, por tanto gastar, questionava o tribunal sobre a justeza de comportamento da sua amada que nunca recusava as suas ofertas, mas se mantinha sempre distante não permitindo qualquer avanço amoroso do seu admirador. O tribunal decidiu: «A dama não estava a agir com elegância e nobreza de conduta, pois ao aceitar as ofertas, cumpria-lhe o dever da retribuição.» Ou aqueloutro questionamento sobre «se o Amor não poderia estender os seus direitos à relação entre marido e mulher», e que foi respondido por «indicação VII» de *acórdão* de 1174, dado na terceira das calendas de maio, nos seguintes termos: «Pelo teor das presentes, afirmamos e defendemos que o amor não pode estender os seus direitos à relação entre marido e mulher. Os amantes dão-se tudo recíproca e gratuitamente, isentos de obrigação e de necessidade, enquanto os esposos têm o dever de

²⁴³ J. Le GOFF, *o.c.*, p. 117.

aceder a todas as vontades um do outro. Que este juízo que formulamos com muita maturidade, depois de ter escutado muitas damas da nobreza, seja tomado como uma verdade permanente e inegável»²⁴⁴.

As fontes que referem estas *Cortes* são omissas em relação à estrutura organizativa das mesmas, sua regularidade ou espaços concretos em que decorriam, pelo que muitos críticos se interrogam sobre se elas não seriam parte dos jogos de entretenimento cortesão ou simples sessões de grupos femininos em que se discutiam temas de amor. Encontra-se, porém, referência a textos que delas teriam emanado.²⁴⁵

O total desconhecimento sobre as origens de tais *Cortes* e a projeção de um tão elevado número de mulheres nelas envolvido, assim como a forma assumida pelo trovadorismo de um exacerbado enaltecimento da condição feminina levou a que se pensasse que era por demais evidente que tudo isto não passava de uma invenção de mulheres. George Duby, que estudou sobremaneira a mentalidade medieval, tendo partilhado muito das suas intuições com o corpo de investigadores de renome da Academia Francesa, com realce para a *Escola dos Anais*, rebate, no entanto, este ponto de vista:

Não, não, esse [o trovadorismo] era ainda um jogo de homens. E Jean Charles Huchet corrobora ao afirmar que «os trovadores não inventaram o amor, mas apenas uma forma de dizê-lo para não fazê-lo. Um discurso sobre o amor é mais que uma arte de amar, o *amor cortês* desvela e mascara ao mesmo tempo uma verdade: a feminilidade aparece como excesso e nele o homem vê a insuficiência da sua própria sexualidade. É uma arte de se colocar à distância de uma mulher, através de palavras. O ato sexual transforma-se numa promessa insuportável que a linguagem poética assegura melhor que o corpo. A Dama ideal está ausente, portanto o trovador cobre essa distância com um canto em que o desejo não arde menos do que as palavras. O título do livro de Huchet é *O amor descortês*: este amor é descortês não só pela sua impossibilidade de concretização mas porque se baixa numa relação de subordinação de sexos. Neste conjunto de reflexões sobre a teoria do amor cortês, cabe perguntar-se se os conteúdos dos poemas tiveram um referente real. A documentação literária e iconográfica não nos permite resolver a dúvida sobre se efetivamente havia o amor dos trovadores, mas se queremos ilustrar estas práticas com referentes históricos, sem lugar a dúvidas, os que mais se aproximam da concretização do *amor cortês* foram Abelardo e Heloísa.²⁴⁶

²⁴⁴ In Denis de ROUGEMONT, *O Amor e o Ocidente*, o.c., pp. 294-295.

²⁴⁵ O *Tratado do Amor Cortês*, de André Capelão (organizado em 3 partes e 21 capítulos), «mormente o capítulo 7 do Livro segundo, apresenta vinte e um julgamentos de amor, todos eles determinados por uma voz feminina, nomeadamente a da condessa Maria de Champanhe (I, III, IV, V, XIV, XVI, XXI); a da sua mãe, Leonor da Aquitânia (II, VI, XVII, XIX, XX); a de Hermengarda de Narbona (VIII, IX, X, XI, XV); a da condessa da Flandres (XII, XIII); e a das damas das Gasconha (XVIII)» (apud Joana Neves de OLIVEIRA, «*Regulae Amoris* no Tratado de André Capelão», in *Humanitas* 59 [2007], pp. 272-273).

²⁴⁶ Cf. Gloria CHICOTE, artigo «El amor cortés: otro acercamiento posible a la cultura medieval», produzido para o Centro de Estudios de Teoría y Crítica Literaria da Universidad Nacional de la Plata. (<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/41439> [visitado em 13 de maio 2016]). Há autores que apontam os lendários amores de *Tristão e Isolda*, como paradigmáticos da «omnipotência da paixão amorosa», no entanto, J. Le Goff (in o.c., p. 349) ainda que reconheça o sentido simbólico dessa lenda de origem céltica que haveria de inspirar a literatura ocidental sobre os amores trágicos, não deixa de ver nela apenas uma criação intelectual – tal como o *Romeu e Julieta* de Shakespeare –, o que a coloca num patamar de referência diferente, porque real, de *Abelardo e Heloísa* (e também de *Pedro e Inês*, poderíamos acrescentar).

A ligação do movimento trovadoresco provençal à Península Ibérica, segundo cremos, ter-se-á dado de uma forma natural, tanto pelo Norte, através da Gasconha e penetrando em Navarra, chegando a Castela e à região da Galiza, como pelo Sul, da Provença e Languedoque (Occitânia), com infiltração em Aragão e no Al-Andaluz, onde terá adquirido feição própria com importantes contributos árabes. Lembra-se a figura de um dos seus grandes poetas: Maomé ibne Abade *Almutâmide* (1040-1095), rei da Taifa de Sevilha, que chegou a ter corte em Silves, e que à sua volta congregou grandes nomes da cultura árabe na Península.

Quanto à forma da chegada do trovadorismo à Galiza e a Portugal, e qual a sua real proveniência encontrámos, por parte dos medievalistas, opiniões divergentes sobre as vias desse percurso. Uns defendem que vieram por solicitação direta das cortes peninsulares, como acompanhantes de séquitos reais; outros, dão como mais provável a Itália, e por mar, e outros ainda, apontam o Sul mediterrânico como itinerário de natural ligação entre a região occitânica e a Catalunha. Na realidade, este é tema de pouco interesse para nós tendo em conta as razões que nos motivaram a trazer, aqui, este assunto, que se prende apenas com a necessidade de reconhecer a importância que a literatura e mais precisamente a expressão lírica teve no início da nacionalidade para se falar do relacionamento amoroso e quanto este se constituiu como meio especulativo e de pretexto para o enaltecimento da virtude, de uma forma geral, e da dedicação, da fidelidade, da conformação e do serviço, de forma particular. É ponto concordante, no entanto, que, antes de Portugal se consolidar como nação independente, já por cá se trovava, inclusive em tonalidades de alguma originalidade.

A penetração em Portugal nascente (cuja fronteira de então, mais avançada, se situava por alturas de Coimbra), teve origem na Galiza, estendendo-se ao território portugalense e entroncando no denominado trovadorismo galaico-português²⁴⁷, com muitos

²⁴⁷ Na abordagem das Cantigas Medievais Galaico-Portuguesas – Cantares de Amor e de Amigo, de Escárnio e Maldizer, de Tenção, Sirventês moral, Lais, de Espúria, de *Loor/Louvor* e seus numerosos autores mencionados – para além do sítio <http://cantigas.fcsh.unl.pt/listaautores.asp> (visitado em maio de 2016) – socorremo-nos das *Imagens da Poesia Europeia* de David Mourão-Ferreira e das preciosas notas introdutórias e críticas, de Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos, à edição do *Cancioneiro da Ajuda*, e de Teófilo Braga, à edição do *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, aqui bibliografados.

Foram diversos os intervenientes do trovadorismo, e consoante a sua função – de cantor (de criação própria ou de outros), de músico (criador ou acompanhante), de compositor, e, ainda, se era de linhagem nobre ou plebeia, pois desempenharia o seu papel em palácios, cortes ou na praça pública – assim eram denominados: *trovadores* (*vilãos/segréis*), *jograis* («não havia grandes festas sem jograis», na corte, ou com os *cazursos*, nos meios populares), *menestreis*, *histriões*. A mais antiga composição, a modo provençal, é atribuída a Pais Soares de Taveirós (1189-1198) – um dos nossos mais antigos trovadores – e foi intitulada MIA SENHOR BRANCA E VERMELHA: *Como morreu quem nunca amar / se fez pela coisa que mais amou, / e quanto dela receou / sofreu, morrendo de pesar, / ai, minha senhora, assim morro eu.*

contributos de trovadores itinerantes mas também de locais e que teve o primeiro grande trovador português na pessoa de **Gil Sanches** (1202-1236)²⁴⁸, filho bastardo de D. Sancho I, a quem, por sua vez, também lhe foi atribuída uma trova dirigida a Maria Pais Ribeiro, *a Ribeirinha*, mãe de Gil Sanches²⁴⁹. O maior brilho, porém, foi atingido com o mecenato de **D. Dinis**, que, por seu lado, alcançou projeção pessoal como trovador com alguns *Cantares d’Amor*, à maneira provençal, e através da originalidade portuguesa de *Cantares d’Amigo*, de que respigámos alguns versos do rei-poeta:

CANTAR D’AMOR

Quer’eu en maneira de proençal fazer agora um cantar d’amor e quererei muit’ i loar mia senhor[a], a que prez nen fremusura non fal, nen bondade, e mais vos direi en: tanto a fez Deus comprida de ben que mais que todas las do mundo val.	Ca mia senhor[a] quisso Deus fazer tal quando a fez, que a fez sabedor de todo ben e de mui gran valor e con todo est’ é mui comunal, ali u deve; er deu-lhi bon sen e dê s i non lhi fez pouco de ben, quando non quis que lh’outra foss’ igual.
--	---

CANTARES D’AMIGO

De que morredes, filha

- De que morredes, filha, a do corpo velido?
- Madre, moiro d’amores que mi deu meu amigo.
Alva é, vai liero!
- De que morredes, filha, a do corpo louçano?
- Madre, moiro d’amores que mi deu meu amado.
Alva é, vai liero!

Toda essa produção literária está reunida nos acima mencionados cancioneiros nacionais, todos eles (re)trazidos à luz apenas no século XIX (o da *Ajuda*, com 310 cantigas; o da *Vaticana*, com 1205 cantigas) e com especial destaque para o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa* (com 1567 composições), de cuja *Arte de Trovar*, Giuseppe Tavani oferece uma nova transcrição, em recente edição. Também quanto à história e diversidade dos Cancioneiros, sua evolução, seus contributos e sua organização, assim como aspetos delicados da canonicidade de muitos dos seus textos, é tema vasto que ainda hoje alimenta acesa troca de argumentos por parte de eruditos do tema (cf. Mourão-Ferreira, *Colóquio-Letras*, nn. 166/167, o.c., p. 229).

²⁴⁸ Carolina de VASCONCELOS, in *Cancioneiro da Ajuda*, o.c., alude à tripla condição de D. Gil Sanches: filho de rei, trovador e prelado (p. 332), e, noutros casos, é referido ainda como clérigo («o mais honrado de Hespânia»), «mas viveu, conforme a costumeira do tempo “casado em barregania” com uma fidalga de uma principal casa do reino» (p. 528), «de quem não teve filhos» (cf. Isabel LENCASTRE, in *Bastardos Reais*, 2012, Oficina do Livro). Supomos que esta designação clerical se inscreve no lato conceito do termo, na época, aplicado a todo aquele que estivesse ligado a uma instituição religiosa, como, por exemplo, as Ordens Militares ou a administração de bens eclesiásticos, e não que fosse obrigatoriamente eclesiástico ordenado.

²⁴⁹ *A Ribeirinha* viveu ao lado de D. Sancho desde finais do século XII (perto de 1200) até à morte dele, sendo tratada «euphemisticamente de *mulher del rei*». Aparentemente, os cortesãos parece terem tido alguma dificuldade em justificar esta pertinaz convivência, pelo que terá sido difundido que essa mulher era apenas uma consultora, mas «aos ouvidos do Papa chegou a queixa que uma feiticeira ou agoureira – *pythonissa* – era quotidianamente consultada pelo rei de Portugal» e o próprio bispo de Coimbra terá mostrado relutância em frequentar o paço enquanto essa mulher andasse por lá (cf. Carolina de VASCONCELOS, o.c., pp. 318 e 757).

Ai flores, ai flores do verde pino

Ai flores, ai flores do verde pino,
 se sabedes novas do meu amigo!
 Ai Deus, e u é?
 Ai flores, ai flores do verde pino,
 se sabedes novas do meu amado!
 Ai Deus, e u é?
 Se sabedes novas do meu amigo!
 aquel que mentiu do que pôs comigo!
 Ai Deus, e u é?²⁵⁰

Segundo Carolina Micaëllis de Vasconcelos, na censura aos textos de cariz trovadoresco em circulação, ainda que se dê conta, aqui ou ali, de alguns reparos, houve alguma condescendência, por parte dos vigilantes eclesiásticos, ou talvez, quanto a nós, apatia, e, até bastante tarde, apenas ultrapassada pelas posteriores decisões tridentinas, como comentado:

Esta atividade precedeu a anti-reforma jesuítica e tridentina. Depois de o Cardeal-Infante ter creado o Collegio do Espirito Sancto (1551), que a breve prazo se transformou em Universidade, Evora, patria de tres eruditos cujos nomes veremos intimamente ligados á historia dos cancioneiros gallaico-portugueses – Mestre André de Resende, Severim de Faria, e o licenciado Duarte Nunes de Leão – ficou sendo o arraial mais activo dos discipulos de Loyola. Juntaram-se então no cartório da nova Universidade verdadeiras preciosidades litterarias (como o *Esmeraldo* de Duarte Pacheco, o *Roteiro* de D. João de Castro, a *Cosmografia* do mesmo) algumas das quaes haviam sido outr’ora propriedade dos Infantes manuelinos, D. Affonso, D. Fernando, D. Henrique e D. Luis e foram pelos ultimos doados á Ordem que protegiam. Não admiraria, portanto, se tambem o *Cancioneiro*, sahindo das mãos de um principe meticoloso, fosse açambarcado pelos zeladores da fé²⁵¹, espontaneamente ou porque a mesa censoria o tivesse declarado perigoso e digno de severa reclusão, por causa de certas heresias de amor dos velhos trovadores²⁵².

O movimento dos trovadores e as suas trovas ir-se-ão desvanecendo, dando lugar a outras formas literárias, mais ajustadas aos tempos e ao senso imposto pelos novos modelos de crítica ou de censura social. Talvez menos acutilantes na linguagem, quanto à crítica, e menos melosos, quanto aos amores, ainda nesses textos se encontram resquícios persistentes em certo género de literatura profana, destinada ao recreio e à diversão das camadas populares de fraca ou nenhuma literacia, como por exemplo os *Autos* e suas representações que cultivarão a chacota, o riso e a graça, não poupando ninguém –

²⁵⁰ In *Poesia e Prosa Medievais*, Maria Ema Tarracha FERREIRA (selec., intr. e notas), 3.ª ed., Lisboa, Ulisseia, 1998, pp. 59, 87 e 85.

²⁵¹ Nota 2, no original: «Recordarei a grande e escrupulosa orthodoxia, documentada por escriptores portugueses, de 1560 em diante. Cingindo-se á decima regra do catalogo tridentino, elles iam depôr na mesa censoria manuscriptos que desejavam mostrar aos amigos, requerendo a nota: *pode-se communicar; pode-se divulgar; pode correr*. [...] Mesmo a Infanta D. Catharina de Bragança não quis mostrar um seu *Livro de Evangelhos* a ninguem, sem elle ir fornecido da chancellia da Inquisição.»

²⁵² In *Cancioneiro da Ajuda*, vol. II, o.c., Halle a.S. Max Niemeyer, 1904, pp. 104-105.

ressalvados apenas o monarca e seus parentes próximos – e que tão brilhantemente alegrarão os serões sociais e continuarão a ser espelhos bem apropriados dos costumes e seus desvios. Pelo menos, na obra mais emblemática neste campo – a de *Gil Vicente*²⁵³ – segundo Paul Teyssier, é tal a abundância de tipos sociais satirizados, que se mostra difícil referir a todos, mas o seu alvo dileto é a Igreja.

A sua teia é inesgotável sobre este tema. Não há na Igreja uma única categoria que seja poupada. Frades, clérigos em geral, membros do alto clero, até cardeais e o Papa são impiedosamente fustigados. Os frades são debochados, como o da *Barca do Inferno* que chega com «*ũa moça pela mão*» e que, além disso, dança e puxa pela espada. São cortesãos, como Frei Paço. Exploram escandalosamente os camponeses que vivem nas suas terras, como diz uma das vítimas: «*E os padres, verdadeiros / cartuxos de santa vida, / apanham-me os travesseiros / com mais ira que os rendeiros / sem me rezão ser ouvida.*» E são glutões. Vejam-se as suas figuras vermelhudas e esbraseadas: «*Os frades vermelhos / e os leigos amarelos.*» Em suma: não há praticamente um defeito que eles não tenham e um pecado que não cometam. Depois dos frades vêm os clérigos em geral: padres e curas de todas as categorias. Também eles são ridicularizados. O «clérigo da Beira» vive em concubinação e é pai de família. [...] Com o alto clero o tom satírico torna-se mais veemente. O Bispo, o Arcebispo, o Cardeal e o Papa da *Barca da Glória* entregaram-se à avareza, à luxúria e à simonia²⁵⁴.

Esta censura da conduta dos clérigos nem sempre foi possível de forma tão explícita e pública, ainda que sempre tivesse persistido, de forma por vezes velada, consoante os tempos mais ou menos favoráveis nas relações da Igreja com o Estado. No lugar próprio, na segunda parte deste trabalho, referiremos algumas das razões para que isso tenha acontecido, por exemplo, no tempo de D. João III, e também algumas reações por parte da Igreja quando os tempos se lhe foram mostrando de melhor feição para a isso se opor.

1.3.7 *Dom Duarte*²⁵⁵, o impacto do Leal Conselheiro e a influência dos humanistas na sociedade portuguesa até à contemporaneidade

O cognome de *O Eloquent*, atribuído a D. Duarte, no século XVI, é elucidativo da atenção que lhe mereceram as letras e o cuidado dispensado à delicadeza dos comportamentos e de relação dos seus cortesãos, facto que o levou a oferecer-lhes um conjunto de

²⁵³ Friedrich Christian Diez (1794-1876), considerado o *fundador da Filologia Neolatina*, identifica como «verdadeiros tipos da poesia nacional primitiva» os *Cantares de Amigo*, de que se aproximam algumas canções introduzidas por Gil Vicente nos seus autos. E, reforçando a ideia de uma certificada originalidade nacional, Teófilo Braga defende que «os próprios cantos que possuímos foram colhidos, em forma mais rude e agreste, da boca do povo e retocados pelos trovadores dionísios com tanta fidelidade que até conservaram intactas as assonâncias» (cf. e *apud* Carolina VASCONCELOS, *o.c.*, p. 35).

²⁵⁴ In Paul TEYSSIER, *Gil Vicente – o autor e a obra*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação e das Universidades, 1982, pp. 156-157.

²⁵⁵ Filho de D. João I (fundador da Dinastia de Avis), nasceu em Viseu, em 1391 [rei, em 1433], e faleceu em Lisboa, em 1438. Apelidado de *Rei-Filósofo* [séc. XIII] e de *Eloquent* [séc. XVI].

preceitos, procedimentos e conselhos que reuniu no *Leal Conselheiro*²⁵⁶. Por se tratar da primeira obra de vulto, concebida, organizada e redigida por um leigo²⁵⁷, ainda que de particular condição nobre – o próprio monarca –, nos alvares da Modernidade, a ela dedicaremos um pouco mais da nossa atenção, considerando o impacto que teve nos comportamentos sociais, em particular nos da corte portuguesa, para além do que ela comporta de informação sobre as mentalidades e costumes daquele tempo. Ela constitui um marco na cultura nacional, revelando um *antes* e apontando um *depois*. Consideramo-la de indispensável ajuda para se entenderem os intrincados quadros mentais e de sentido das estruturas sociais em reorganização e reajuste na dobra temporal e de passagem da Medievalidade para a Modernidade, e as perspectivas de carácter sinuoso e complexo que se ofereciam aos temerosos e afoitos à mudança, em permanente estado de dúbio discernimento. Entrecruzamentos particulamente condicionados e/ou determinados pela relação de carácter *unitivo* das duas estruturas institucionais – Monarca-Igreja – que tendem a comportar os interesses da massa social, ainda que nem sempre o consigam sem a ameaça fraturante a que levam as permanentes tensões geradas pelas dialéticas que visam o domínio.

Que sentimento assistia o monarca português para, naquela mudança de século, empenhar as suas motivações na escrita de um tratado comportamental, atividade esta pouco partilhada pelos monarcas seus contemporâneos? Em que assentava, então, a ori-

²⁵⁶ Para as citações do presente trabalho servimo-nos de duas edições do *Leal Conselheiro*: a conhecida por «de Roquete», cuja ortografia, pontualmente, atualizamos – *Leal Conselheiro, o qual fez Dom Duarte, pela graça de Deos Rei de Portugal e do Algarve, e Senhor de Ceuta, a requerimento da muito excellente Rainha Dona Leonor sua mulher; seguido do Livro de Ensinança de Bem Cavalgar toda Sella, que fez o mesmo Rei, o qual começou em sendo Infante, precedido d'uma introduccção com varias notas, e publicado debaixo dos auspícios do Excellentissimo Senhor Visconde de Santarem, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto de França, etc., etc. fielmente trasladado do manuscrito contemporaneo, que se conserva na Bibliotheca Real de Pariz, revisto, addicionado com notas philologicas e um glossario das palavras e phrases antiquadas e obsoletas que nelle se encontrão, e impresso a custa de J. I. Roquete, presbytero. Pariz, em Casa de J. P. Aillaud, 11, Quai Voltaire, em Portugal, em Casa de Todos os Mercadores de Livros de Lisboa, Porto e Coimbra. MDCCCXLII* – e a de 1982, da Imprensa Nacional-Casa da Moeda – DOM DUARTE, *Leal Conselheiro*, actualização ortográfica, introdução e notas de João Morais BARBOSA, que denominamos «de Barbosa».

A inquietação de ordem religiosa que acompanha o pensamento de D. Duarte, ao longo de todo o livro, justificou também que nos socorrêssemos de alguns contributos específicos deste âmbito, pelo que percorremos inúmeras colaborações da volumosa *História Religiosa de Portugal* (3 vols.) assim como o correspondente *Dicionário* (4 vols.) e ainda a *História de Portugal (1415-1495)* do Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, e *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa* de José Mattoso e também os inestimáveis contributos dos *Estudos de Cultura Medieval* do saudoso Pe. Mário Martins.

Devido à abundância de citações e para evitarmos o recurso a muitas referências bibliográficas que em nada ajudam à clareza do que se transmite, usamos para o nosso texto, em alguns casos, os subtítulos do autor (aspidos), com a indispensável informação do local em que, no original, foi recolhido assim como as páginas da consulta que abrange.

²⁵⁷ Sabe-se da existência de outros textos, com preocupações de semelhante natureza (ainda que de âmbito mais restrito), mas produzidos em meio eclesiástico, como por exemplo, as *Constituições para o Bom Governo do Reino*, da autoria de Frei Soeiro GOMES (séc. XII/XIII, e introdutor e provincial dos Dominicanos em Portugal, a mando do seu fundador, São Domingos de Gusmão, em 1217).

ginalidade de comportamento de D. Duarte? Essa resposta podemos colhê-la, a partir de um olhar quer sobre a sua genealogia quer sobre as condições contextuais que envolveram a sua educação e dos príncipes seus irmãos, filhos de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, a que Camões, chamou a «Ínclita Geração»²⁵⁸.

Da «Ínclita Geração» sabe-se que eram homens ilustres, não só pela linhagem, mas também por saberes. Donde lhes advinha essa capacitação extraordinária que lhes mereceu tal título? Sabe-se que, por um lado se deveu à esmerada educação – vigilância materna/paterna e cuidados do novo grão-mestre da Ordem de Avis – e também, naturalmente, por influência dos novos tempos, o fortalecimento da Casa Real, onde se concentra a produção cultural e literária.

O culto dos valores está na base da educação desses príncipes que se notabilizaram na política, no destemor que levou às conquistas e aos descobrimentos, ao espírito de sacrifício pelas grandes causas nacionais e à proteção e desenvolvimento da cultura.

... assy como dizem os legistas mais som os negocios que os vocabros, desta guysa para os geitos speciaaes que teem homeës e molheres nom se podem per geeraaes avysamentos em todo reger, ca hũas prezam mais estado e virtude, outras bem parecer e mancebia, algũas per brandeza de pallavras se avisam, e bem obedecendo fazem o que seu marido lhes diz, e taaes hy que convem aas vezes mais mostrança de força²⁵⁹.

Esta citação legenda bem o pensamento e a cultura cortesã de um tempo em que os campos de atuação de género estavam bem delimitados, assim como os respetivos espaços de relação eram bem definidos. Ainda que sobressaíam os aspetos ligados a uma postura cívica relacional que se pretendia implementar ou reforçar pelo enaltecimento, constatamos quão pesadas eram ainda as heranças culturais e os papéis de género que cabiam a cada um.

Aqui e ali, e principalmente em âmbitos de natureza moral e sexual, somos confrontados ainda com o preconceito de se associar a mulher à tentação e ao pecado e à determinada situação de ver o homem no papel de vítima tentada e seduzida e, por vezes, indefesa, ainda que sempre se lhe reconheça o direito de garante dos bons costumes no desempenho de supervisionar, de avisar, de admoestar e de punir.

Quanto às motivações, elas estão explicitadas logo no Prólogo, de uma forma coloquial, como quem quer enaltecer o pedido de pessoa muito grada (na circunstância a *amada* rainha D. Leonor) e honrar o dever de um compromisso (por parte do autor

²⁵⁸ *Lusíadas*, C. IV, est. 50: «Mas, pera defensão dos Lusitanos, / deixou, quem o levou, quem governasse / e aumentasse a terra mais que dantes: / Ínclita geração, altos infantes.»

²⁵⁹ *Leal Conselheiro...* (de Roquete), capitulo RVI, p. 257.

D. Duarte) que intenta o propósito de se expor, através de um texto que, num primeiro momento, poderia ser considerado fragilizador da imagem e das funções do rei, mas cuja leitura revela um edificante conjunto de reflexões sobre os mais abrangentes temas da vida pessoal e social, religiosa e cívica, quer quanto aos conceitos, em abstrato, quer, de uma forma privilegiada, visando as práticas comportamentais.

Escrito em 1438, nos últimos meses de vida do monarca, no seu conjunto pode considerar-se um autêntico manual (é um *tratado*, segundo o autor) – que elenca as boas e as más maneiras – de se levar uma vida que se pretenda virtuosa: exemplo e modelo.

Os domínios de ordem psicorreligiosa (a mentalidade da época não permitia uma destriça bem nítida dos campos), o autor percorre-os socorrendo-se quer da sua experiência pessoal, quer da daqueles que sempre tomou como modelos, quer ainda com recurso a grandes figuras do pensamento teológico-moral. No domínio dos relacionamentos afetivos e das intrincadas tensões que aí se geram, convertendo-as em boas ou más relações, D. Duarte apela também à memória das circunstâncias que já vivenciou, que partilhou ou que conhece e apresenta-as como único critério:

mesturadamente, e nom assi per ordem, he meu proposito de mais trautar com devida protestaçom, leixando todo ao corregimento daquelles a quem perteeceer, ca sobrello mais screvo por o que sinto e vejo na maneira de nosso viver que por studo de livros, nem ensino de leterados.²⁶⁰

A partir de situações escolhidas para exemplos diagnosticados, D. Duarte apela à tradição dos Clássicos ou à Patrística, e com alguma desenvoltura, que a sua memória cultural lhe faculta, subscreve as terapias indicadas, não deixando de sempre ter em conta dois determinantes factores nos discernimentos humanos: o livre-arbítrio e a assistência divina.

Deixamos um pequeno reparo para os aspetos que se prendem com a astrologia, em cuja influência na vida das pessoas D. Duarte acreditava, mas que, segundo explica, a vontade humana tem a capacidade de anular, através do uso do livre-arbítrio inscrito no coração de cada ser humano e da ação divina quando solicitada, através de jejuns e de oração²⁶¹. Esta interpretação teológica, embora de inspiração agostiniano-tomista, e

²⁶⁰ *Leal Conselheiro...* (de Roquete), Prólogo do Autor, p. 6.

²⁶¹ Aludindo à leitura que fez de parte do livro *Secretis Secretorum* (de Pseudo-Aristóteles), afirma que a «diversidade entre os homens» se pode atribuir à influência dos astros, ainda que acredite que essa influência não elimina o livre-arbítrio, considerando-a sujeita ao erro. Levado por estas conjeturas e como forma de sossegar o seu escrúpulo religioso, encomendou ao doutor Diogo Afonso Mangancha que «escrevesse em quantos Juízos da astronomia eram permitidos pela Igreja e em quaes casos eram tidos por pecados», ao que respondeu o dito doutor em cartas emitidas entre 1433 e 1438 e que constam da obra *Livro dos Conselhos d'El Rei D. Duarte* (*Livro da Cartuxa*, cap. 53).

estruturante da doutrina católica sobre o tema, permite um espaço de diálogo com a «ciência» astrológica da época.

Mui prezada e amada Rainha Senhora: vós me requerestes que juntamente vos mandasse escrever algumas cousas que havia escritas por bem regimento de nossas consciências e vontades. E posto que saiba graças a Nosso Senhor que de tudo haveis cumprido conhecimento com virtuosa usança, satisfazendo a vosso desejo considerei que seria melhor feito em forma de um só tratado com alguns adimentos. E assim o fiz por vos comprazer e filhar em o fazendo algum espaço de cuidados com razoado passamento de tempo²⁶².

Explicitada a razão – a de dar satisfação a um desejo da Rainha – segue-se a declaração de um compromisso, assumido por D. Duarte, de que ele sublinha o valor, por ficar escrito e lhe avivar a lembrança que evite entrar em contradição entre o que faz e o que escreveu:

E desi [além disso] por sentir que, pensando como sobre isto hei de escrever, saberia mais desta moral e virtuosa ciência, e que me fará guardar de fazer cousas mal feitas, por serem contrárias do que escrever²⁶³.

[...] é feito principalmente para senhores e gente de suas casas que na teórica de tais feitos em respeito dos sabedores por moços devemos ser contados, para os quais ABC é sua própria ensinança²⁶⁴.

Portanto, o escrito dirige-se aos homens da corte e pretende-se como um conselho avisado de prudência e sabedoria, no intuito de incutir nos cortesãos sentimentos de «refreamento» comportamental. É, como diz, semelhante a um «ABCdário» da lealdade, pois a lealdade é a virtude envolvente de todo o pretexto de conteúdo, dentro do princípio que «compete aos reis o ensinar». O «A» corresponde aos *«poderes e paixões que cada hum de nós há»*; o «B» é *«o grande bem que percalçom os seguidores das virtudes e bondades»*; e o «C» trata *«dos malles e pecados nosso corregimento»*²⁶⁵.

O plano do aconselhamento, que denuncia um «humanismo primordial» na forma de pensar de D. Duarte, apresenta-se escalonado assim: 1. leitura de bons livros (transmissão cultural); 2. a conversação (convívio e diálogo); 3. a experiência do visto e sentido.

Rui de Pina adianta, na sua *Crónica*, que a susceptibilidade de D. Duarte às informações de ordem astrológica e sua influência na vida das pessoas não era determinante, pelo menos quando confrontada com a assunção de atitudes de fé católica, pelo que não aceitou o conselho do físico judeu mestre Guedelha para adiar a cerimónia da «tomada do Ceptro Real» por causa de uma inauspiciosa conjugação astral para o dia apazado. A sua argumentação revelava a necessidade de fazer prevalecer a sua maior fé na proteção de Deus. Ainda que esta atitude denuncie uma mentalidade liberta e racional ela está marcada mais por uma sujeição aos ditames da doutrina religiosa.

²⁶² In *Leal Conselheiro* (de Barbosa), o. c., pp. 21-22.

²⁶³ *Ibidem*, p. 22.

²⁶⁴ *Ibidem*.

²⁶⁵ *Leal Conselheiro...* (de Roquete), pp. 5-6.

Os tratados dos «vícios e virtudes» eram recorrentes na literatura europeia da época e alguns faziam parte da biblioteca real de D. Duarte (*Regimento dos Príncipes* de Frei Gil de Roma; *Memorial das Virtudes* extraído da «Ética» de Aristóteles; *Cadernos da Confissão* de João Calado; *O Pomar das Virtudes* do Mestre de teologia siciliano Andre de Paz, bispo de Mileto em 1398; «Dous livros» de Martim Pirez²⁶⁶; *Meditações e Confissões* de Santo Agostinho).

A adoção do vernáculo (a língua do povo) como veículo de cultura, em detrimento do latim, inclusive ao serviço da especulação filosófica ou política, está patente na publicação de obras com destino ao público refinado (cortesãos, clérigos e gente de letras), como a *Divina Comédia* de Dante (1310), redigido em toscano, ou o *Romance da Rosa* (com 17 722 versos, escrito até ao verso 4080, entre 1225-1230, por Guillaume de Lorris e, concluído por Jean de Meung, entre c. 1270-1280), redigido em francês. Esta última obra, a par da primeira, considerada uma joia literária da Idade Média, onde o amor cortês mostra a simultaneidade da sua face sensual, revela-se como síntese de duas filosofias do amor, cujos conflitos e tensões preenchem a literatura do século XIII e se prolongarão pelos séculos seguintes. Ainda que não conste do inventário da Biblioteca de D. Duarte qualquer título da autoria de Jean de Meung, é mais que provável que o monarca conhecesse algumas das obras deste autor – *Os Sete Artigos da Fé*, *As Leis dos Defuntos*, *Espelho de Alquimia*, *Provérbios Dourados* ou *Testamento* – que, pela muita difusão que tiveram, então, não deixaria de lhe ter chegado notícia, e, certamente, os *Conselhos ao Rei* ²⁶⁷.

Justificadamente pela cultura religiosa que o enformava, D. Duarte cita, avulso, tanto o Antigo e como o Novo Testamento assim como os Padres da Igreja – Salomão, S. Paulo, S. Gregório Magno, Santo Agostinho (*Confissões*, *Solilóquios* e *Sermões*), S. João Cassiano, S. Bernardo, S. Tomás d’Aquino (*Summa Theologiae*), S. João Clímaco, Santo Isidoro de Sevilha. Da Antiguidade Clássica, cita Platão, Aristóteles, Túlio

²⁶⁶ De Martim Pirez (Martin Pérez), D. Duarte tinha especial predileção pel’*O Livro das Confissões* que, para a vida devocional intensa prescrevia o exame de consciência frequente que analisasse não só as faltas cometidas, mas também as circunstâncias vivenciadas por todas as pessoas e que levam ao pecado. Os capítulos XXV-XXVI e LXVI-LXVII do *Leal Conselheiro* são dedicados a estas matérias.

²⁶⁷ De Jean de MEUNG se diz que «a sua erudição não conhece discrição ou limite, é feita de contribuições de quase todos os autores da antiguidade que participavam da bagagem intelectual de um clero culto do século XIII, dos filósofos e dos sábios modernos» (in *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, p. 1589). A tradução da *Consolação da Filosofia* de Boécio feita por Jean de Meung foi dos textos mais difundidos no Ocidente de então, e Boécio foi também bastante citado por D. Duarte, facto que poderá sustentar a argumentação acerca do seu conhecimento desse autor. Voltando ao *Romance da Rosa*, enquanto que o amor para Guillaume era mais etéreo, para Jean é uma necessidade da natureza. E essas díspares perspetivas sentimentais estão vertidas em cada uma das partes da obra pelo punho de cada um dos autores da mesma, o que contribui para a sua completude sintética, tão do agrado dos humanistas.

Cícero²⁶⁸, Séneca (*De Officiis*), além do filósofo de Stagira. Dos autores medievais, cita Boécio, Fr. Gil de Roma, Honorato Bonet, Hugo de S. Victor, Vicente de Beauvais, Raimundo Lullo²⁶⁹, André de Pace, Ludolfo Cartusiano, João de Lignano, além de um conhecimento profundo da obra de Afonso de Castela²⁷⁰.

Para além, dos autores e obras aqui referidos, muitos outros estão presentes ao longo de todo o texto do *Leal Conselheiro*, obviamente não esquecendo os gerados no círculo dos afetos próximos de D. Duarte, como sejam o saudoso pai e o amado irmão:

mui excelente e virtuoso Rei, meu senhor e padre, cuja alma Deus hala, fez livro das Horas de Santa Maria, e salmos certos por os finados, e outro de Montaria. E o Infante Dom Pedro, meu sobre todo prezado e amado irmão, de cujos feitos e vida muito sou contente, compôs o livro da Virtuosa Benfeitoria e as Horas da Confissão²⁷¹.

²⁶⁸ D. Duarte parece citar Cícero, a partir da *Virtuosa benfeitoria*, obra conjunta de seu irmão infante D. Pedro e do confessor deste, Frei João de Verba (com reflexões teológicas). A tradução da *De amicitia* de Cícero (vide nota 162, pp. 75-77), cujo manuscrito parece não constar de qualquer biblioteca real, mereceu fazer parte do plano de tradução do clássico, incrementada e orientada pela Casa Real.

²⁶⁹ O movimento literário chamado «Lulismo» tem origem no autor catalão de Maiorca, Raimundo Lúlio (também Ramon Llull ou simplesmente Llull), que teve muito acolhimento no Portugal de Quinhentos e cujos escritos (v.g., *Compendium artis demonstrativae*, *Liber de natura*, *Liber propositionum super artem demonstrativam*, *Ars inventiva veritatis* e *O Livro do Amigo e do Amado*) e práticas pedagógicas – com escolas onde se ensinava o árabe –, tinham como objetivo primeiro, através de uma argumentação de fundo muito racional, trazer os judeus e muçulmanos ao Cristianismo, mais propriamente à fé católica. O Lulismo, ainda que muito difundido e citado, inclusive por D. Duarte, no *Leal Conselheiro* – cuja sistematização seguiu para tratar das «7 virtudes principais» e as «definições dos 7 pecados» –, é curiosa a reserva e apurado discernimento que o rei *Eloquente* demonstra quando, não podendo ignorar a realidade de um ensinamento que corria, tinha de o ter em consideração, deixando patente alguma discordância (talvez em relação à forma ou à necessidade de se alinhar, conformadamente, com a hierarquia eclesiástica e sua opinião oficial!): «Considerando a forma como temos de tratar os assuntos da nossa fé, a mim parece-me que [...] não convém sermos demasiado racionais, ainda que os Raymonystas demonstrem tudo muito bem» (cf. cap. XXXVI) e adianta a sua opinião: «para estarmos firmes na fé só necessitamos seguirmos o caminho da simples obediência, não procurando as palavras de outros, mas somente crermos no que a Santa Igreja nos manda» (*ortografia e sentido atualizado por nós*). Nota-se algum desconforto nas afirmações de D. Duarte, ainda que se saiba que Ramon Llull era um cristão dedicado, porém de um extremado idealismo, pouco ortodoxo nas ideias e métodos. A sua escrita ficou marcada pelo caldeamento cultural das três Espanhas do seu tempo – a cristã, a muçulmana e a judaica. Escreveu muito e deixou obra abundante, de cariz filosófico, teológico, poético de que se conservam 243 livros. Destes, há que referir aquele que é considerado um dos seus mais inspirados escritos místicos – *O Livro do Amigo e do Amado* – em que Llull, para falar do Amor, se socorre da metáfora do *amigo*, para referir a criatura, e do *Amado*, para referir Deus. *O Livro do Amigo e do Amado* é uma proposta dialógica – apresentada sob a forma de sínteses de sentido moral – para que, em cada dia do ano, a criatura (*amigo*) se eleve, pelo entendimento, pela memória e pela vontade, à contemplação do seu Criador (*Amado*), Deus. Da sentença 138: «Perguntaram ao amigo donde vinha o amor, de que vivia e porque morria. Respondeu o amigo que o amor vinha da recordação, vivia da inteligência e morria pelo esquecimento» (tradução nossa de texto recolhido em [http://www.ucm.es/info/especulo/ numero17/r_llul.html](http://www.ucm.es/info/especulo/numero17/r_llul.html) [visitado em junho 2016]).

²⁷⁰ Que D. Duarte refere no cap. XXVII, sob a denominação «aquele honrado Rei Dom Afonso astrólogo» e que foi Afonso X de Castela, o *Sábio*, «autor de vários tratados de astronomia e astrologia», segundo a edição de Joseph Piel, p. 110.

²⁷¹ In *Leal Conselheiro* (de Barbosa), o. c., p. 145.

Ainda que na época não só pela grande iliteracia, mas também como pretexto de entretenimento coletivo, principalmente por parte das camadas sociais mais abastadas, fosse prática corrente a leitura pública de textos hagiográficos ou de grandes narrativas, começavam já a implantar-se algumas práticas de leitura a sós, e este é o caso presente.

O *Leal Conselheiro* não foi escrito para ser lido «em voz alta para um auditório», mas simplesmente para leitura privada, visando a edificação dos cortesãos em matéria de conduta e relacionamento, a partir das experiências vivenciais do próprio monarca, desde a sua juventude até à idade adulta, como modelo cívico e de cristão cumpridor.

Circunscritos ao tema do nosso trabalho, seguimos a estrutura concebida por D. Duarte para tratar dos relacionamentos afetivos e que reflete e deixa sobejamente tratados ao longo dos capítulos XLIII (RIV) a XLVIII (RVIII) do *Leal Conselheiro*.

«DAS MANEIRAS DAMAR»²⁷²

D. Duarte recorre à memória das vivências familiares, na companhia de seus pais e irmãos, dando testemunho de uma educação assimilada a partir dos comportamentos dos que o rodeavam de «*grande amor e boas vontades*», cujos exemplos ele aferia serem os que emanavam dos ensinamentos colhidos da doutrina cristã – «*ensinados por Deus*». Este facto revelava-se-lhe de tal forma natural que, segundo diz, a leitura de vários autores, sobre este assunto, incluindo Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.), que tanto prezava, no que respeita à cultura cívica, obviamente, não lhe mostrou algo de novo.

Então, a partir da sua experiência pessoal e das suas reflexões, D. Duarte, propõe-se falar d’«*aquela mais perfeita maneira que outros achar se pudessem, firmados em grande amor*» ou seja, desta e «*das outras maneiras de amar*».

Quanto ao sentimento amoroso, ele entende que pode advir de várias fontes: por parentesco (*dívido*), «*benfeitoria, saber, fama ou algum merecimento*», que se cultivam através do entendimento da sua bondade e prazer ou pelo sentimento que brota do coração, sendo colhido, ou que nos chega, através da conversação, daquilo que se faz ou da forma como se faz, e também pelos frutos que gera. Desse envolvimento e cultivo nasce o amor.

Estabelecido o amor, irrompe naturalmente o desejo de fazer «*todo o bem que puder*» a quem se ama, nascendo daí um profundo sentimento que cria reciprocidade, pois

²⁷² As citações incluídas neste subtítulo do *Leal Conselheiro*... referem-se a texto inscrito entre as páginas 245 e 249 da edição «de Roquete».

colhe-se o bem por o bem fazer, e deseja-se perpetuar, aumentar e intensificar essa cadeia de reciprocidades, levando ao cume, à deleitação.

Esse dar e receber amor, entender e ser entendido, gera alegria e contentamento de viver, *«logra afeição daquela pessoa que mui singularmente ama, faz sentir continuado prazer, no qual vivem os bons e virtuosos amigos de verdadeira amizade»*.

A partir deste estado de alma, estabelece-se a harmonia da convivência que, idealmente, deveria ser a existente *«entre marido e mulher, parentes, senhores, servidores»*, em todos os estados, estatutos e idades.

Falar de amor, para D. Duarte, é falar de um sentimento geral que, como atrás explicitado, mana de várias fontes, mas manifesta-se em singulares gradações e, nestes vários sentidos mais restritos ou específicos, ele assume, pelo menos, quatro formas:

1. **Benquerença** – corresponde a um sentimento simpático e afável, para com todos, conhecidos ou desconhecidos, mas que sabemos não nos quererem mal, e que se exprime através dos atos de cortesia e de boa educação.

2. **Desejo de fazer o bem** – este é um sentimento de algum altruísmo, pois deseja-se o bem, mesmo àqueles que, afetivamente, não nos dizem nada. Pode considerar-se um sentimento especial, não muito comum, mas muito em consonância com a mensagem evangélica do desapego: «fazer o bem não importa a quem».

3. **Amores** – este é o sentimento dos paradoxos, pois exige-se a todos ser-se amado muito e sempre, sabendo-se, porém, que essa exigência é contrária à pureza do sentimento amoroso. Aquele que assim ama fica como que cego, comportando-se de forma que acarreta sobre si sentimentos contrários ao que deseja e desejando aquilo que é contrário ao que pretendia dar. Neste sentimento avulta o desejo da exclusividade e da posse, onde emerge o ciúme, envolvente dos exacerbados estados de paixão.

4. **Amizade** – é o sentimento do amor autêntico que D. Duarte privilegia na sua idealizada apologia das boas relações. É o desejar todo o bem ao amigo de quem se preza a companhia e a conversação. Este é o sentimento que à vivência *«acrescenta honra, saúde, proveito e bom prazer»*. Deseja-se para o outro aquilo mesmo que se deseja para si próprio. Mesmo na discórdia de opiniões, a certeza da amizade mantém-se, não vacila. D. Duarte corrobora, mais uma vez, Túlio Cícero, identificando a amizade com a concórdia autêntica, diferente da dos enamorados ou dos casados de que falará no capítulo seguinte, pois a autêntica amizade, mesmo na ausência do amigo, não acarreta o sofrimento, ainda que sempre seja lembrado com afeto; é de tal forma consistente e enrai-

zada «*que nem a morte os parte*». E, para ilustrar esta afirmação, evoca os seus sentimentos em relação à lembrança dos seus defuntos pais, pois tendo-os sempre presentes no pensamento, ainda, então, faz as coisas que sabe que lhes agradariam se fossem vivos. E o mesmo diz em relação ao seu irmão, o infante Dom Pedro, ausente na Hungria, e a sua «*amada irmã*», infanta D. Isabel, Duquesa da Borgonha, que desde que estão ausentes, mais fortemente, têm sentido o seu amor por eles.

«DA MANEIRA COMO SE DEVEM AMAR OS CASADOS»²⁷³

Aqui prescreve-se, para os casados, uma forma de relacionamento que engloba as quatro manifestações de amor, descritas no ponto anterior. Ou seja, que eles *sejam capazes de uma síntese amorosa* que englobe os vários ângulos, gradações e fins atrás descritos, pois «*não sendo assim, não chegam a ser perfeito estado, por que sobre todos é razão querer-se bem e assim desejar de o fazer um ao outro em todas cousas que razoadamente puderem*».

Sobretudo, quererem-se mais em medida e proveito, um ao outro, de tal forma que dessa relação nunca se sinta enfado. Daí advindo «*todo o bem, honra, saúde, bom prazer de cada um se desejar e por ele trabalhar e fazer como por o seu medês, e mais em muitas partes*». Ademais, acrescenta D. Duarte, que daquilo que fala – «*verdadeiramente escrevo desta ciência graças a Nosso Senhor po nós bem praticada*» – o fala porque o pratica.

No entanto, adverte que o «*grande amor*» – dos esposos, claro – faz surgir todas as paixões do desejo, do deleite, da fúria e da tristeza, tanto pelo bem como pelo «*contrário*», e que isto é da natureza do grande amor, dos «*rijos amores*». E, arrimando-se a Séneca²⁷⁴, diz que em relação a esta natureza de amores, nada se pode forçar, mas em tudo se deve usar de sageza (habilidade, sabedoria), pois tudo se acomoda e consegue de uma forma subtil («*se fazem escorregar*»). A curiosidade, para nós, reside no recurso constante à assistência divina, pois diz, de forma animadora, que tudo se consegue com a «*especial graça de Nosso Senhor*», a que se deve recorrer sempre que nos falem as próprias forças.

²⁷³ As citações incluídas neste subtítulo do *Leal Conselheiro...* referem-se a texto inscrito entre as páginas 250 e 256 da edição «de Roquete».

²⁷⁴ Séneca (4? a.C.-65), o *Filósofo*, é filho de Séneca, o *Retórico* (ou *Velho*). Provavelmente, é o *Filósofo* que D. Duarte refere, pois é dele que se conhecem *De clementia*, obra que contém os princípios fundamentais a respeito da administração da justiça, ou *De beneficiis*, em que Séneca reflete o seu pensamento sobre o vínculo social fundado no valor da reciprocidade e o respeito pelas obrigações morais. (Cf. *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, o. c., pp. 3208-3211.) Sobre Séneca, vide também, acima, 1.3.3, pp. 82-84.

Aos homens se recomenda que procedam de forma que de suas mulheres sejam «*bem amados e temidos*», pois não se devem remeter à garantia de uma aparente segurança que é a de que elas vivem sob o seu teto, porque ainda que controlem os seus comportamentos *nada garante que esse domínio se perpetue nas coisas do coração*, só porque assim desejam. E apela à compreensão de que todo o homem se deve esforçar por ganhar (*gançar*) e manter pela razão e pelo desejo do coração esse amor da sua esposa. Algumas das formas consistirão de com ela usar de boas maneiras e de lhe ir satisfazendo as vontades, ou, de maneira suave e discreta lhe ir corrigindo o temperamento, pois a experiência demonstra que é desta forma que *se consegue ser amado, prezado e obedecido*.

De seguida é feita alusão ao valor do uso dos 5 sentidos, pois todos eles dão grande contributo para se alcançar a harmonia na relação de amor – «*o coração é dos cinco sentidos que recebe, principalmente, amor e deleitação*». D. Duarte faz ainda alusão ao que é comum dizer-se acerca das mulheres – «*poucas são as boas*» – e contrapõe, discordando desta generalização, pois, segundo diz, nos seus reinos não tem notícia de que a honra de alguém tenha sido ferida, *por ter guardado lealdade*. E vai mais longe, enumerando os casos que por si foram vivenciados:

[...] passaram de cem mulheres que El-Rei e a Rainha, meus senhores Padre e Madre, cujas almas Deus haja, e nós casámos de nossas casas, e prouve a Nosso Senhor Deus que alguma, que eu saiba, nunca faleceu em tal erro desde que foi casada!

Dos exemplos contrários que alguém possa apresentar, D. Duarte diz que só «*das boas escrevo* esta maneira que com elas, para seus maridos serem delas *amados, prezados e obedecidos*, me parece que se deve ser». E, dando continuidade ao elogio da mulher virtuosa e da vantagem que o homem tira na sua convivência e do amor que lhe dedica, acrescenta:

Da conhecida por boa, sages e discreta mulher, que bem ama o seu marido, não é razão que se tenha ciúmes nem dúvida em guarda da sua lealdade, ainda que ele não sinta em si muita perfeição para ser amado, porque ela o faz principalmente por sua virtude e bondade.

Volta, entretanto, a reconhecer que a opinião de alguns pode ser contrária, mas o que ele afiança é que o amor assente numa verdadeira amizade e benquerença não dá lugar à insegurança que se manifesta no ciúme, antes se manifesta «*em folgança continuada de grande contentamento*» pelo conhecimento da autêntica amizade que alimenta o amor da mulher virtuosa que, por sua vez, se sente apoiada na boa opinião (*boa tenção*) que o marido tem dela. E prevalece na recusa de não querer falar das outras mulheres que não se inscrevem neste registo: «*E acerca das outras, a maneira que se deve ter*

não escrevo, por não pertencer, graças a Deus, a meu propósito.» Mas acrescenta, ou melhor sublinha seis princípios que são os garantes da harmonia conjugal e também das boas relações de amizade:

1. **Lealdade**, não só no comportamento e na fala, mas também na demonstração.
2. **Segredo**, nunca dar a entender que se sabe ou se duvida de algo cujo conhecimento desagrada à sua mulher ou amigo.
3. **Verdade**, mantê-la acima de qualquer suspeita ou reparo.
4. **Segurança**, manifestada no apoio prestado sempre e na certeza de se guardar e defender sempre também a boa opinião um do outro.
5. **Boa interpretação**, indispensável em relação a todas as coisas, palavras e atitudes, nomeadamente em relação àquela pessoa de quem sabemos que não é igualável em amizade.
6. **Boa presunção**, de si próprio e do outro, que é robustecida pelas atitudes de cada um tem em relação ao outro, assim como as boas vontades empenhadas em que tudo dê certo e a contento de cada um. Para quem assim proceder, os ciúmes nunca aparecerão, pois eles só surgem quando os sentimentos estão carregados de suspeita e de insegurança. E quando assim acontece, nem a oração parece suficiente para sossegar. Impõe-se que se redobre, nessas situações, os cuidados no que se diz cuidados e parcimônia no falar, pois, como dizem «*no muito falar não falece o pecado*», e ocorrem, frequentemente situações de grande discórdia, mas ainda nestes casos, é bom que os amigos guardem alguma «discrição», não usem a «mentira, alouvaminha, o despreço», nem o desprezo. Não se devem usar tons de voz elevados, não revelar segredos, maldizeres, malícia ou falar a despropósito. Em tudo se deve ressaltar o principal, como seja, a saúde, o próprio interesse, e a amizade, usando boas e doces palavras, pois, segundo o «*dito de Salomão*», as palavras semelhantes juntam os amigos, enquanto que as mal ordenadas geram desacordo e criam pelejas. Das situações desagradáveis nascem desentendimentos e arrefece a amizade, por vezes, sem uma explicação muito válida, pelo que, segundo D. Duarte, só se pode atribuir isso a ação diabólica (*do inimiigo*), ou influência dos *pranetas* (D. Duarte acreditava que os astros, talvez por influência inexplicável, ainda que não determinassem a vida, eles influenciavam-na), ou por razões secretas que só Nosso Senhor saberá. Uma das formas mais eficazes, nestes casos, é encurtar a discussão e proceder com gentileza às despedidas. E encerra o presente capítulo com uma admoestação de Cícero que indica as vantagens da amizade, sustentada com boas e

aprazíveis conversas, no relacionamento entre os amigos, que trazem vantagens para todos.

«DA MANEIRA QUE SE DEVE TEER PERA AS BOAS MOLHERES
RECEAREM MYLHOR SEUS MARIDOS»²⁷⁵

O título deste ponto levantou-nos algumas dificuldades, particularmente quanto ao verbo *recear*, cuja primeira aceção, hoje, induz a uma interpretação algo divergente daquilo que efetivamente D. Duarte quis realçar. Podemos perceber que «*as boas mulheres recearem melhor seus maridos*» significa «*as boas mulheres amarem ou mostrarem melhor zelo a seus maridos*», ou ainda, o temor das «*boas mulheres*» em não corresponderem ou desgostarem os seus maridos. Da mesma forma o desejo de os maridos «*serem temidos*» corresponderá ao desejo de «*serem agradados*» e não tanto o de as suas mulheres viverem amedrontadas.

Então, D. Duarte parte do princípio que é mais proveitosa a relação baseada num sentimento de desejo amoroso de agradar do que numa relação assente no cumprimento de uma obrigação (*trabalho*).

Considerando os papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade daquele tempo, em que competia a estas as tarefas de âmbito familiar (papel subserviente), e àqueles o sustento e administração financeira (papel de supervisão), os argumentos usados por D. Duarte inscrevem-se numa mesma lógica: de alguém que deve/tem de agradar a outrém que deve ser agradado. Porém, o monarca adianta que, para essa relação ser proveitosa e harmoniosa para os dois, não há uma regra rígida que sirva ou possa ser aplicada a todos, de igual modo e com o mesmo proveito, pois, no caso das «boas mulheres», para cumprirem eficazmente as suas obrigações, há as que prezam mais o relacionamento virtuoso, da delicadeza; outras, valorizam as aparências, a imagem que se passa; outras ainda, as boas palavras, o discurso respeitoso. E conclui que, perante esta diversidade, é melhor ninguém se ater exclusivamente a este ou aquele aspeto do seu discurso, ainda que, garantidamente, bem intencionado, mas que adote os métodos mais consonantes com as pessoas envolvidas – «*cada um se governe como lhe bem parecer [...] e achar proveitoso em sua casa*». E no caso de alcançar um viver satisfatório, a recomendação é de que assim se mantenha, dando glória a Deus por isso: «*Confirma, Senhor, isto que hás obrado em nós.*»

²⁷⁵ As citações incluídas neste subtítulo do *Leal Conselheiro...* referem-se a texto inscrito entre as páginas 257 e 261 da edição «de Roquete».

Não há que seguir modelos estranhos, pois as pessoas não são todas iguais – *«uns são de curto saber, ásperos, agros, sabores ou desejadores da sua vantagem, que não se podem igualar com alguma pessoa em bom amor e conversação»*. E a recomendação acerca do cuidado a ter perante a diversidade das pessoas é levada ao limite de incluir os mais próximos, os amigos, reforçando o conselho com o recurso quer a ditos populares – *«Não te fies se não queres ser enganado»* – ou aos clássicos (no caso a Sêneca): *«Com teu amigo todas cousas delibera e determina, mas dele primeiro»*.

E prossegue com uma longa analogia com a experiência daqueles que se dedicam à montaria e dos vários lugares que procuram para as suas caçadas, pois os animais selvagens, em conformidade com as suas espécies e características também ocupam terrenos diferentes: montes, vales, pradarias, rios, tocas, ninhos, etc.

Dos amigos se espera lealdade e confiança, porém, devido à fragilidade de cada um e às circunstâncias da vida, isso pode ser comprometido. Assim, deve-se usar de alguma cautela e de bastante tempo até se poderem firmar sentimentos de verdadeira amizade. Quanto aos «bons casados», estes devem contribuir e esforçar-se por se proporcionarem, um ao outro, o que cada um naturalmente desejaria para si próprio. E aponta o conselho de Túlio Cícero que diz que para isso se conseguir não se devem cometer nem desejar torpezas. E explica em que consiste uma «cousa torpe»: aquilo que se faz contra a própria consciência, contra a honestidade, violando o direito e a razão. Mas não só, pois é também necessário que o envolvimento da relação seja o da confiança (*amor*) e não o do medo (*temor de pena*).

Seguidamente, adverte contra os excessos, inclusive os do coração que podem conduzir à negação do amor e levar à avidez e cegueira de *«fazer desprazer a quem muito ama»*: *«consciência não sentem, a honra desprezam, destroem a saúde e a fazenda gastam.»* A boa e leal amizade dos autênticos amigos é conduzida pela razão e bom entendimento, mas tudo fazendo com cautela e temperança. Os excessos conduzem a desejo desmedido, convertendo o sentimento amoroso num ato de idolatria, e aponta o mau exemplo de Salomão que, querendo agradar às suas mulheres, oriundas de nações pagãs, acabou por prestar culto aos seus ídolos, em detrimento do seu Deus. Também acautela acerca das conversas que se têm, pois, como diz São Tomás de Aquino, se até entre pessoas virtuosas, a muita conversação sem qualquer contenção pode levar ao desregramento, muito mais sucederá entre pessoas que não se conhecem.

«DO PERIGO DA CONVERSAÇÃO DAS MULHERES SPIRITUAIS,
TIRADO DE HUU TRANTADO DE SAM THOMAS DE AQUINO»²⁷⁶

D. Duarte começa por falar dos benefícios que se colhem da prática da Confissão como meio de purificar as afeições do coração que são muitas e de muita ordem: amor demasiado a si próprio, a outras pessoas, às honras do mundo ou às riquezas temporais. Sendo que esta afeição desajustada funciona como um muro entre Deus e a alma, não permitindo que esta se eleve e purifique, pois povoa o pensamento de tal forma que até funciona como estorvo na «oração pura», principalmente «quando afeiçãoado é carnalmente a alguém». É desta afeição que passará a tratar «mais cumpridamente», neste capítulo.

Esta afeição, a carnal, tem demonstrado ser a que mais se faz presente entre os homens, nomeadamente, entre os «*espirituais*», mascarada de amizade espiritual. E sucede que quando se instala no coração do orante, ela se faz presente constantemente, através de uma projecção intelectual no espírito das pessoas «*que por tal amor ama*», afetando a própria elocução e prejudicando o fruto purificante da oração, acabando por tornar o orante triste, fraco e seco, e da mesma forma a sua companhia.

Sabe-se que, especialmente os homens são mais propensos a esta afeição carnal («*saibam estes que pero que a afeição carnal a todos homees geralmente seja perigosa e de grande dampno, a elles porem he muyto mais que a outro nenhuũ, mayormente quando tomam conhecença, conversação e famyliarydade com algũa mulher*»²⁷⁷) —, particularmente, os espirituais (confessores e diretores espirituais, provavelmente) quando se deixam envolver por uma amizade feminina que, habitualmente, nasce do conhecimento e da familiaridade que se gera pela conversação com tais pessoas que são «*perigo brando, prejuizo deleitoso e mal encoberto, pintado de color de bem*», e isto quanto mais a conversação se alonga sobre assuntos que nada têm a ver com a razão primeira que a originou. Prevaler com esta conversação leva a que tudo possa degenerar se as partes não mantiverem algum distanciamento «*por azo do chegamento corporal*». D. Duarte, então, utiliza a famosa imagem do Cupido, para ilustrar como tudo se passa no domínio da sedução conduzida pela conversação. Logo de início não se dá por isso, pois a conversação mostra-se agradável, mas essa sensação, a que o autor chama

²⁷⁶ As citações incluídas neste subtítulo do *Leal Conselheiro...* referem-se a texto inscrito entre as páginas 262 e 273 da edição «de Roquete».

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 264.

«*amor venéreo*», «*primeiramente lança setas sem erva [sem veneno]*» a fim de gerarem amor e só depois são lançadas as setas da «*peçonha*» do amor desordenado.

A subtileza da ambiência de sedução é de seguida descrita como uma situação de enlevo mascarada de elevação em que os conversadores mais parecem espíritos (*anjos sem carnal conversação*), mas que se olham carnalmente e encobrem-no com «*palavras brandas e de louvor, cobrindo suas palavras de color de devoção, por que pareçam ser ditas com espiritual atenção*»! Passam, então, a procurar-se assim como as ocasiões para mais vezes se encontrarem, pois mentalmente já se habitam. E, desta forma, a pouco e pouco, aquilo que nascera como uma busca espiritual, acaba por se transformar numa afeição corporal. Inclusive a sua relação com Deus, que era livre e espontânea, torna-se difícil e obstaculizada pela presença permanente da afeição de um pelo outro, antepondo à «*face de Deus a face da criatura*». Mas o engano persiste, mesmo no espaço de oração, pois o facto de se fazerem presentes um ao outro, ainda que intelectualmente, isso por vezes é entendido como vontade de Deus que quer que cada um tenha presente o outro na oração. E isto confidenciam entre si, entendendo-se como envolvidos por essa Vontade. Essa obsessão pela imagem um do outro que, continuamente, lhes ocupa a mente pode levar a situações de tal forma sensíveis que, não raro em oração, são acometidos de fozos e luxuriosos espasmos de origem carnal que, enganosamente, são entendidos como fulgores do Espírito Santo que lhes brotam do coração e que lhes indiciam quão determinados estão por vontade de Deus um para o outro. Os estados de alma a que são levados, condu-los a uma busca incessante da companhia um do outro a fim de desfrutarem da ventura de que são acometidos, sendo que isso não é mais do que o desejo gerado pela sensualidade acerbada pelo desejo de se terem.

Como discernir os espaços do enlevo divino daqueles que se geram pela concupiscência da carne e que advêm da tentação diabólica? Para os envolvidos nesta teia de sedução e enlevo, até as passagens da Escritura podem servir de esteio. E uma vez que eles não se sentem em dissonância com a vontade divina, poderá ocorrer-lhes aquele passo que diz: «*todas as cousas são limpas aos limpos*.» Curiosamente, ainda que se tenha dito que os espirituais são tentados pela conversação com mulheres que os procuram para aconselhamento, mais uma vez cabe-lhes a elas o ónus de culpa quando são mencionadas como «*espirituais inflamadas de espírito de luxúria, que por escusarem sua luxuriosa condição*» invocam que aqueles abraços e contactos contrários à pureza são resultado de um grande desejo de Deus. Ora, segundo diz, a perversão pecaminosa

feminina atinge não só a Deus e aos seus anjos, mas também os homens e até «aos diabos aborrece».

Conclui, entretanto, D. Duarte com um meio indubitável de aferição do que é do domínio divino do que é diabólico: «a divinal deleitação não se acha em corporal presença»!...

Portanto, do muito do que se aparenta ser do registo da espiritualidade mais não é do que o encapotamento da indignidade, mas pior do que tudo isto é o facto de que as pessoas assim envolvidas atentam contra a dignidade da Confissão, pois ou dela se afastam ou «se envergonham de descobrir ao confessor esta infirmitade» ou «as confessam imperfeitamente». E, quando através da confissão se possa deixar indícios que deem a conhecer os prevaricadores, amiudadas vezes, procura-se mudar de confessor. No entanto, a afectação da consciência acaba por se transformar em espinho doloroso da vivência quotidiana.

Um meio eficaz que D. Duarte aponta a todos os homens espirituais que são asseidiados, a pretexto de conselho espiritual, mesmo que seja mulher virtuosa e «de vida honesta» é o recomendado por São Jerónimo:

Deve-la amar, mas não ir amiúde onde ela está corporalmente, porque amiúde visitar as mulheres começo é de luxúria, nem podes por melhor arte vencer o mundo com as mulheres que fugindo delas, que a todos os outros pecados o homem pode contradizer e pugnar com eles, mas [a] este não pode fazer resistência senão fugindo das mulheres.²⁷⁸

E o Santo justifica bem as suas palavras, pois «se a mulher foi poderosa a vencer aquele que já estava no Paraíso, não é sem razão poder empachar aqueles que ainda no Paraíso não chegaram.» E inspirado no preceito judaico e no texto bíblico acrescenta: «Não presumas ser ou estar com alguma mulher só em lugar secreto e escondido, sem juiz e testemunha» e «Não te atrevas só com mulher morar em essa medês casa, nem tomes confiança na castidade em que antes viveste, porque não és tu mais forte que Sansão, nem mais sabedor que Salomão». O conselho é tão mais precioso quanto mais afastada possa parecer a ocasião de transgressão, e D. Duarte recomenda que não se confie sequer na debilidade da idade avançada, dizendo que «a carne está morta» porque a carne ainda que pareça morta, «o diabo vivo é, cujo sopro é de tanta força que faz arder as brasas mortas e os carvões em fogo»!!!...

A recomendação final assenta desta vez em Santo Agostinho, e a condição feminina, mais uma vez, já nem sei se sai «fortalecida», por tanto receios e pavores, se sai denegrida por tanta injúria e suspeição:

²⁷⁸ In *Leal Conselheiro* (de Barbosa), o. c., p. 239.

Com as mulheres poucas palavras deve homem haver, e ásperas, nem se deve menos guardar por elas serem mais honestas, que quanto elas mais santas são, tanto mais adoçam e contentam o coração, e sob a forma da branda palavra se mistura por vezes o vício da cruel luxúria.²⁷⁹

«PORQUE OS AMORES FAZEM MAIS SENTIMENTO NO CORAÇOM
QUE OUTRA BENQUERENÇA»²⁸⁰

Na página 120, apresentamos a descrição e correspondente caracterização dos vários aspetos do sentimento afetivo em que se inscreve a Benquerença e os Amores. Diferencia-os o facto de que, enquanto a Benquerença é um afeto de espectro e envolvimento amplos. Os Amores, pelo contrário, têm seu enfoque na particularização. Qualquer deles desempenha uma função essencial na regulação dos comportamentos afetivos, mas no presente D. Duarte pretende refletir de forma mais pormenorizada nas razões do coração que ditam ou marcam essa diferença. Começa por dizer que os Amores mostram um sentimento, gerado no coração, mais firme e mais persistente do que o Bem-querer. E aponta três razões:

Primeira razão – A contrariedade. Quanto mais for contrariado um amor, mais ele parece afincado em se afirmar e prevalecer. Aponta-se o exemplo do que sucede com os enamorados quando são contrariados nos seus propósitos amorosos, parecendo ficar mais robustecidos pelo confronto.

Segunda razão – Sempre que o robustecimento do sentimento se afirma pela contrariedade, ele cria barreiras de proteção, que se manifestam em posturas agressivas e continuadas em defesa do bem possuído, podendo declarar-se como um desejo persistente, um aceso ciúme ou ostentação.

Terceira razão – Para os amantes, todas coisas relativas à relação amorosa que os envolve são potenciadas quanto ao seu real valor e importância, de um modo contrastante e até paradoxal, de tal forma que se mostram continuamente absorvidos por elas, exibindo-se alegres, compulsivos e animados de grande contentamento, e, perante a mais insignificante incompreensão, podem assumir posturas de prostração e tristeza profundas, aparentando ruína, desalento e rutura.

Este é o quadro caracterizador de um estado amoroso típico, mas que para D. Duarte é denunciador de uma grande falta de idoneidade e de bom senso.

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 240.

²⁸⁰ As citações incluídas neste subtítulo do *Leal Conselheiro...* referem-se a texto inscrito entre as páginas 274 e 279 da edição «de Roquete».

Para ele, a boa amizade, por exemplo «*entre marido e mulher*», ou mesmo entre os amigos autênticos, quanto à *primeira razão*, ela não é robustecida pela contrariedade, porque os envolvidos conduzem as suas vidas no verdadeiro entendimento das vontades, no comum acordo, porque o amor do coração lhes dita esse comportamento que é o de bem fazer. Nunca se sentem contrariados.

Em virtude de não se colocar a primeira razão, a segunda não faz sentido, pois «*vivem em deleitação e contentamento*» e uma vez que não se sentem ameaçados, vivem em segurança, sem temor do que quer que seja. Ainda que alguém aponte casos em que tem surgido o ciúme, D. Duarte entende-os como parte natural de um aprender a viver, que se vai construindo, pois o amor dos casados contém aspectos de todas as formas de amar.

No entanto, os casados experientes da verdadeira maneira de amar, pelo grande conhecimento que têm um do outro, gerador de grande confiança, os ciúmes quase nem assomam e, quando tal sucede, logo um tenta sossegar o outro, através de boas maneiras. E das formas de agradar só eles sabem pois o conhecimento profundo das suas maneiras de ser deu-lhes o saber sobre o que a cada um agrada e disso só a eles interessa. Na certeza de que a fidelidade e o amor são sempre frutos especiais da graça de Nosso Senhor que pelo seus esforços os beneficia duplamente.

Porém, se numa relação algum sentimento aflora que destoa do que é a habitual sã vivência – desordenada paixão, dificuldade de entender, oposição sistemática, suspeita, tristeza, nojo –, isso deve servir de aviso sobre alguns aspectos que estão decorrendo menos bem e que precisam de ser corrigidos.

E deixa uma recomendação final, um apelo à esperança, uma conformidade com as debilidades da natureza humana a que todos estamos sujeitos pela condição de criaturas:

E assim das pessoas que amamos, pois homens e mulheres são, perfeição não busquemos, mas sejamos contentes do razoado com lealdade e boa vontade. E não filhemos que melhor ama quem mais sente, como fazem os namorados, mas aqueles que mais realmente mantêm e guardam as boas leis da amizade, o que se não pode bem conhecer sem perlonga conversação em feitos desvairados, por os quais se diz que se convém comer algum, ante que o bem conheçam, um moio de sal²⁸¹.

Sabendo-se quão entranhada era, socialmente, a moralização dos costumes e a sujeição das consciências pela doutrinação do catolicismo que estabelecia e impunha não só uma catalogação das virtudes e dos erros que estas pretendiam corrigir, mas mais ainda a gradação das penas a que os prevaricadores estavam sujeitos, o que é que justi-

²⁸¹ *Ibidem*, p. 245.

ficava a necessidade de, em inícios do século XV, se criarem textos, produzidos por leigos, de edificação comportamental?

Uma outra questão, a esta ligada, prende-se com a curiosidade, ou originalidade de, no caso vertente, o autor desses textos ser alguém que, aprioristicamente, não deveria ser/estar motivado/direcionado para essa tarefa, uma vez que a sua função era da esfera política.

No entanto, no caso do *Leal Conselheiro*, estamos perante um texto que é «uma síntese feliz de Cristianismo e Humanismo, de Medievalidade e Modernidade, de Universalidade e Portugalidade»²⁸² e que, à revelia, de quaisquer pressupostos, está datado, deve a sua génese a uma razão, foi organizado com uma intenção, foi difundido com um objetivo, foi lido e constitui um marco literário que testemunha, com outros textos e eventos originais da época, a fundação de um pensamento que se identifica, comumente, como o início de uma época de glória nacional e de um humanismo marcadamente «português».

D. Duarte desenvolve um discurso de acentuado registo antropológico. No entanto, caldeia-o de um pensamento que evidencia uma cultura pessoal heterogénea, quer pelos valores cristãos teocêntricos, reguladores das tradicionais vivências sociais, quer pelo conhecimento das novas e descentralizadoras correntes trazidas pelos ventos do Renascimento europeu, através do qual se redescobriam o valor dos clássicos. Por isso, os seus argumentos oscilam entre o culto da virtude que o conforto costumeiro consagrou e a necessidade de inovação que as dinâmicas de relacionamento novo exigem.

O *Leal Conselheiro* ainda que não seja uma obra religiosa, globalmente, ela dirige-se ao homem com fé e cultura religiosa, pois remete-se aos Padres da Igreja, à teologia e à doutrina cristã, como fundamentos de uma vivência virtuosa e seus benefícios pessoais e sociais.

Percebe-se que D. Duarte intui estar em presença de mudanças sociais, no seu meio, e nota-se a sua inquietação em querer cumprir com a parte da responsabilidade que entende caber-lhe como supremo defensor e lídimo vigilante da Nação.

Leão Hebreu – Ainda em vida de D. Duarte, pelo ano de 1437, estabeleceu-se ao Reino, vindo de Castela, uma poderosa família de judeus, os Abravanel. Por aqui se fixaram e desenvolveram a sua atividade de mercadores e de forte influência na Corte, pelo menos até 1481-83, no reinado de D. João II, altura em que fugiram para Castela,

²⁸² Jorge Peixoto COUTINHO, «Filosofia e Religião», in Carlos Moreira AZEVEDO (dir.), *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. II, pp. 263-269.

por suspeita de envolvimento de Isaac Abravanel²⁸³ em conspiração contra o rei, com posterior e sucessiva fixação em Nápoles, Salónica e Ferrara. Haveria de ficar definitivamente ligado a Portugal, pela sua naturalidade e atividade intelectual, um dos filhos desta família: Judá (Iehudad) Abrabanel bene Isaac, que ficou conhecido por *Leão Hebreu*. Nasceu em Lisboa, c. 1460-70, e morreu em Nápoles, em 1535.

Iehudad, na pegada de seu pai Isaac, parece indelévelmente marcado pelo aprofundamento do humanismo ibérico deste, que o marcará e projetará, favorecendo-lhe a integração na vida social do Reino de Nápoles, onde a família chegou a beneficiar de significativos privilégios. Em tempos de adversidade demonstrou uma aptidão eclética que o levou a várias estadias no Sul da Itália, em Génova, Veneza e Roma, tendo inclusive exercido a função médica. Entre 1501-1502, terá redigido a sua obra-prima *Diálogos de Amor*, publicada postumamente, em 1535, sob breve papal de Paulo III, de 1534²⁸⁴. A obra é apresentada através de *três* vivos *diálogos* (ou quatro, segundo algumas fontes)²⁸⁵. No *primeiro*, trata-se da ontologia do Amor, cuja essência é transversal a todos os seres, porque criados pelo Amor. Impõe-se, no entanto, na dimensão humana, estabelecer a diferença entre *desejo* e *amor*. No *segundo*, desenvolve-se uma cosmologia do Amor, que patenteia a sua universalidade através da presença unitiva dos quatro elementos da Natureza e suas características básicas: Fogo (*quente*) - Terra (*frio*) - Ar (*seco*) - Água (*húmido*). No *terceiro diálogo*, procura-se perscrutar a *origem do Amor*. Onde advém? Dos domínios do *Bom* (que o é para todos, objetivamente comum) ou do *Belo* (semelhança dos corpos com as ideias; subjetivo, para quem o vê)? Não é dado à natureza humana o conheci-

²⁸³ Isaac Abravanel (1436/37-1508), para além de bem sucedido mercador, foi em Portugal, conselheiro de D. Afonso V (1432 [rei desde 1438]-1481) e ilustre teólogo, considerado «último grande exegeta da tradição ibérica, que se presume descendente de uma ampla cultura rabínica e humanista, que o momento mais feliz do judaísmo português podia oferecer. [...] A figura cimeira de Isaac ficou no imaginário português e pode verificar-se na pletora de alusões à sua figura presente na literatura portuguesa dos séculos XV e XVI, desde o *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* até às obras de Gil Vicente» (cf. James Nelson NOVOA, in *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n. 6, Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, FLUL, 2006, pp. 55-74).

²⁸⁴ Curiosamente, os *Diálogos de Amor* figurarão no Index, em 1590!... (cf. J. CARVALHO, *Obras Completas de Joaquim de Carvalho*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992). A atual edição portuguesa dos *Diálogos de Amor* foi fixada e traduzida por Giacinto Manupello, com diversas recentes publicações. Por indisponibilidade da obra em língua portuguesa, socorremo-nos, para a nossa reflexão, da edição *on-line*, em língua castelhana: *Los dialogos de amor de Mestre Leon Abarbanel medico y filosofo excelente. De nuevo traducidos en lengua castellana, y deregidos ala Maiestad del Rey Filippo. Em Venetia, MDLXVIII* (consultada em fevereiro de 2016).

²⁸⁵ James Nelson NOVOA, in *o.c.*, p. 69, acerca da publicação da obra de Leão Hebreu, refere o seguinte: «A sua edição parcial foi dedicada ao prelado originário de Abruzos, Bernardino Silverio de Piccolomini, falecido em 1552, bispo primeiro da Sé de Teramo e depois de Sorrento. O prelado ter-lhe-ia encarregue uma tradução em latim da totalidade da obra de Leão Hebreu, que teria originalmente incluído quatro diálogos.» O quarto diálogo, perdido ou apenas projeto, versaria os *efeitos* do Amor.

mento absoluto da origem do Amor, mas pela razão e pelos sentidos é-lhe facultada a contemplação do criado e intuir a sua Origem, ainda que de forma imperfeita.

À maneira platónica, Leão Hebreu, fala do Amor, dos seus cambiantes e sua gradação, socorrendo-se de figuras antropologizadas. *Fílon* representa o Amor, e *Sofia*, a Sabedoria e a Filosofia, e o diálogo entre estas personagens permite que se esclareçam os conceitos e se estabeleça o plano onde se desenrola o fio argumentativo dos intervenientes, que facultam a interpretação do leitor ainda que de modo direccionado. Do primeiro *diálogo*, entre Fílon e Sofia, deixamos uma curta reprodução²⁸⁶, relativa à afirmação de Fílon de que ao conhecê-la, isso causa nele amor e desejo, e a que ela contrapõe:

As coisas que consideramos boas, desejamo-las primeiro; depois de obtidas, vem o amor e vai-se o desejo.

Fílon, no entanto, questiona:

O que te leva a ter essa opinião?

Sofia, então, esclarece:

O exemplo das coisas que são amadas e desejadas. Pois não vês que a saúde, quando a não temos, a desejamos, mas não diremos já que a amamos; depois de a termos, amamo-la e não a desejamos. As riquezas, as heranças, as alegrias, antes de as terem, são desejadas e não amadas; depois de obtidas, já as não desejamos, mas amamos.

E, acrescenta:

[A propósito de se confundir desejo com amor] *É um falar impróprio, esse dizer amar, isto é, querer ter a coisa, quando se pretende dizer desejá-la: porque o amor é da própria coisa amada, e o desejo é de a ter ou conseguir; nem parece que possam conciliar-se amar e desejar.*

E assim decorre o conteúdo dos *Diálogos*, em que o autor para sustento dos seus pontos de vista e análise, é levado a revelar que, de tão intrincado assunto – o do Amor –, pouco haverá a acrescentar do que tanto, ao longo dos séculos, já foi dito. No entanto, revisita, matura, desenvolve e cita o que de mais significativo foi refletido pelos muitos que o precederam e que viveram a mesma inquietação, mas fiel a uma particular visão modernista do tema, como o bem define Nelson Novoa:

O escritor Leão Hebreu e os seus *Diálogos de amor* participam em tal confluência através da apropriação da sua obra pelo ambiente intelectual dos começos do século XVI. Neste sentido podemos considerá-lo uma figura paradigmática das relações luso-italicas ou ibero-italicas, no sentido mais amplo, porque nele e na sua obra coexistem a cultura sefardi-

²⁸⁶ *Obra citada*, referida em nota 284, com tradução nossa. Citações dos diálogos, retiradas da folha 1, colunas 1-2.

ta, a cultura ibérica, o humanismo dos finais do século XV, abrangendo também o novo mundo cultural, no qual os *Diálogos de amor* conseguiram entrar como uma obra-prima.²⁸⁷

Erasmus de Roterdão. Com a chegada da Modernidade e sob o impulso do Renascimento emerge o espírito humanista em que assenta a cultura moderna. Desidérius Erasmus foi o pseudónimo latino adotado por Geert Geertsz, adoção conforme com a tradição dos seguidores do Humanismo, de que foi considerado seu principal pensador. Nasceu em Roterdão (c. 1469) e morreu em Basileia (1536).

O *Elogio da Loucura* (*Encomium Moriae*, c. 1509) é a sua obra paradigmática. Nella, Erasmo satiriza, com despidorado sarcasmo, as hipocrisias sociais do seu tempo, onde as relações de género ocupam parte apreciável, como se depreende do seguinte extrato:

O varão tem as formas rudes, a cútis hispida, a barba selvagem, e tudo isto o envelhece embora signifique sabedoria; as mulheres, com as faces sempre macias, a voz sempre doce, a pele sempre lisa, têm a seu favor os atributos da juventude perpétua. Porque optam elas nesta vida, senão por agradar da melhor maneira aos varões? Não é essa a razão de tantos cuidados, enfeites, banhos, perfumes, penteados, cosméticos, cremes, pinturas, de tanta arte no embelezamento do rosto e dos olhos? Não é a Loucura a deusa que lhes entrega da melhor maneira os varões submissos? Que é que eles não prometem às mulheres, e que é que eles não lhes permitem? E tudo isto em troca de quê, senão da voluptuosidade? Quem permite todas estas delícias é a estultícia. Basta reparar na figura que o varão faz, e nas tolices que diz à mulher quando pretende obter a volúpia que ela concede. Sabeis agora qual é o primeiro e o principal prazer da vida, e de que fonte decorre²⁸⁸.

e deste outro:

O que fica dito da amizade, muito mais se entende do casamento, que não é senão a aliança de dois indivíduos para toda a vida. Deuses imortais! Quantos divórcios, e quantas coisas piores do que o divórcio, alterariam o convívio doméstico do varão e da mulher, se os meus satélites, a adulação, a brincadeira, a indulgência, a ilusão, a dissimulação não fortalecessem o vínculo conjugal! Ah! quão poucos chegariam ao matrimónio, se o esposo prudentemente inquirisse a que divertimentos se dedicara muito antes das núpcias a virgem pudica e delicada! E quão poucos lares subsistiriam, se muitas façanhas das mulheres não ficassem desconhecidas por causa da negligência e da estupidez dos maridos! Este mérito é atribuído à Loucura; na verdade só ela consegue que a mulher agrade ao marido, o marido à mulher, que a casa fique em paz, que a afinidade persista²⁸⁹.

Juan Luis Vives. Humanista e filósofo espanhol de origem judaica. Nasceu em Valência (1492) e morreu em Burgos (1540).

A sua condição judaica levou-o a uma itinerância que lhe permitiu o contacto com várias cortes europeias e com alguns dos maiores vultos intelectuais do seu tempo, tendo privado inclusive com Erasmo, Thomas More e Damião de Góis. A sua obra *Introductio ad sapientiam* revela uma preocupação pela educação infantil diversificada e, neste parti-

²⁸⁷ In J. N. NÓVOA, *o.c.*, p. 74.

²⁸⁸ Álvaro RIBEIRO, *Elogio da Loucura*, XVII, Oeiras, Ad Astra et Ultra, SA, 2010, pp. 29-30.

²⁸⁹ *Ibidem*, XX, p. 33.

cular, é precursor de Rousseau. Reconhece-se-lhe também o mérito de ter sido o primeiro investigador da psique humana (obra pioneira: *De anima et vita*) e, consequentemente, antecedendo Freud, ser considerado o pai da moderna psicologia. Perante o debate sobre a condição feminina que, nesta época, chegava a posições de antagonismo extremo que raiavam a misoginia, Vives posicionava-se em campo intermédio, e em *De concordia et discordia in humano genere*, defendia a educação da mulher, mas remetia-a para as ocupações do lar. A *De institutione feminae christianae* (A educação da mulher cristã), escrita, em 1523, com especial dedicatória para Catarina de Aragão, esposa repudiada de Henrique VIII, é um tratado sobre a educação da mulher modelar. Seguiu-se *De officio mariti*, dedicado a D. Juan Bórgia, duque de Gandia e pai de S. Francisco de Bórgia. De um conjunto de máximas editadas, ficou célebre a «*Veritas, temporis filia*», que especialmente agradava a Maria Tudor. A obra *Da instrução* (1531), dedicada a D. João III, terá tido grande influência no monarca, motivando-o a instalar a Universidade, definitivamente, em Coimbra (1537). Nas palavras de Menéndez y Pelayo, «Vives é o escritor que mais fielmente resume e personifica o saber acumulado pelo Renascimento»²⁹⁰.

João de Barros. Na continuidade dos escritores do renascimento português, surge João de Barros (doutor em Leis, desembargador de D. João III e escrivão, escritor, moralista, gramático²⁹¹ e historiador). Nasceu cerca de 1496/97 e morreu entre 1570/79. Faz parte da montra literária dos eruditos clássicos portugueses.

O acento predominante do carácter de João de Barros – como humanista que regia a sua escrita pelo estrito objetivo de que, pelo leitor fosse apreendido, e na memória ficasse registado, o essencial das suas reflexões ou dos eventos a que se reportava – foi muito bem sublinhado por Rodrigues Lapa:

Para João de Barros [...] a verdade podia por vezes ocultar-se, quando redundava em prejuízo de alguém [...]. Para esta conceção pouco inteiriça da verdade histórica, João de Barros teria sido levado não só pela prudência de cortesão mas ainda pelo seu instinto de humanista, que procurava a dignidade das atitudes dos seus heróis e evitava aquilo que os tornasse menos humanos.²⁹²

²⁹⁰ Apud Juan Roig GIRONELLA, s.j., in *Dicionário Biográfico Universal de Autores, o.c.*, pp. 3789-3790.

²⁹¹ João de Barros publicou também, em 1540, a *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa mãe igreja*, que, à sua natural função de normatização da língua portuguesa, juntava a de livro da doutrina religiosa, onde se resumiam os princípios básicos da Igreja católica e da fé cristã. Foi «considerada a primeira obra didática no mundo» (cf. Nelson CANTARINO, «O idioma nosso de cada dia», in *Revista de História da Biblioteca Nacional* [do Brasil], ano 1, n. 8, fev/mar 2006 (Seção: Documento Por Dentro da Biblioteca), apud [sítio https://pt.wikipedia.org/wiki/Renascimento_em_Portugal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Renascimento_em_Portugal) (visitado em junho 2016).

²⁹² Apud Jacinto do Prado COELHO, in *Dicionário Biográfico Universal de Autores, o.c.*, p. 283.

A sua obra vai do romance à historiografia com acentuado pendor filosófico e moralista. Da parte que aqui nos interessa destacamos *Diálogo de preceitos morais*, *Diálogo da viciosa vergonha*, *Tratado das causas ou problemas morais* (obra considerada perdida) e, particularmente, *Espelho de casados*, escrito em 1540.

Espelho de casados está organizado em quatro distintas partes, nas quais o autor se esforça por explicar os bem arraigados conceitos sociais – perpetuados pela tradição e defendidos pela moral do seu tempo – sobre a figura do casamento, *do amor* (o verdadeiro, que se vive no casamento, e que é mencionado no singular), *dos amores* (que são a negação, o atropelo ou o desvirtuamento do amor autêntico). Partindo do princípio paulino, inquestionavelmente aceite, a que já nos referimos amplamente noutros passos, de que o estado perfeito era entendido ser o da castidade, enquanto o casamento era recurso dos «abrasados» – segundo a expressão do Apóstolo –, o autor não deixa de reconhecer que, apesar disso, a maioria dos seres humanos desejam viver o amor, mas deixa subentendido que essa propensão parece ter muito a ver com a inata capacidade de sedução feminina. Reserva, por isso, a primeira parte a defender a opção pelo não casamento, devido aos defeitos das mulheres. Mas a impossibilidade de velar ou negar esse anseio que habita a generalidade dos homens e das mulheres, leva-o, na segunda parte, a apontar as razões legítimas que devem conduzir ao casamento; na terceira parte, contrapõe argumentos que contrariam muitas das justificações defendidas na primeira; e, na quarta parte, aponta doze requisitos para que um casamento seja bem sucedido.

O amor autêntico é «*um querer e um nam querer*». Os amantes alegram-se e entristecem-se em empatia profunda. Deseja-se que este amor seja a *amicícia* dos casados. Por seu turno, os amores dos namorados colocam o seu enfoque na aparência física e privilegia a sensualidade: é um amor incompleto, impetuoso e dominado pelo desejo de satisfação sexual. Ainda que estes amores sejam vividos por muitos casados, são-no em transgressão e na infidelidade. Para João de Barros, na maioria dos casos, as infidelidades femininas, apesar de gravemente culposas, resultam da culpa dos maridos: das suas infidelidades ou da esterilidade masculina ou do sentimento demasiado possessivo (ciumento) que provoca na mulheres desejos de libertação. O autor não nega o adultério, nem tão pouco o ignora, mas parece compreendê-lo e tenta explicá-lo, com alguma benignidade para as mulheres. Mas, apesar das advertências, a mensagem principal do livro acaba por levar ao favorecimento do casamento e ao combate do preconceito masculino sobre o papel e natureza da mulher, genericamente, considerada ignorante, inconstante e incontinente. Pelo menos, quanto a este ponto – o da abertura crítica –, é considerada uma obra marcadamente moderna.

Frei Luis de León²⁹³. De Luis de León, a obra que aqui nos interessa, pela sua ampla difusão e forte impacto²⁹⁴, é *La Perfecta Casada*, publicada em 1583. Ela marca, nos modelos educativos da mulher de então, a passagem do patamar da «boa esposa» e da «esposa devota» – que ainda encontramos em Erasmo e Juan Luis Vives, educada e preparada para o serviço do seu *senhor*, pois a harmonia conjugal alcança-se pelo agrado ao marido que é a via para agradar a Deus –, para o patamar do enfoque na própria mulher, preparada para se sentir «bem casada», isto é, de bem consigo mesma, na sua condição – «“dulzura y regalo” do homem e que devem pôr-se bonitas e procurar “que sean hermosas”»²⁹⁵ – ainda que se mantenham as preocupações com o governo da casa e a educação dos filhos.

Para Frei Luis de León e para alguns dos autores seus contemporâneos e seguidores, o novo modelo esponsal deve reproduzir-se não em comportamentos de «bem parecer», correspondentes a formatações sociais idealizadas, mas tão-só no cumprimento das obrigações de estado numa valoração hierarquizada, em que o estado se sobrepõe ao estatuto ou ao socialmente desejável, ainda que se trate de matéria da religião:

Cristo, no Evangelho, diz que cada um tome a sua cruz; não diz que tome a alheia [...]. Não quer que a religiosa se esqueça de que deve ser religiosa e se ocupe dos cuidados da casada, nem que a casada se esqueça das obrigações da sua casa e se torne monja. O casado agrada a Deus em ser bem casado, e em ser bom religioso o frade, e o mercador em desempenhar devidamente o seu ofício, e que o soldado serve a Deus ao mostrar no tempo adequado o seu esforço, e em contentar-se com o seu soldo [...]. E a cruz que cada um há de levar e aonde ao chegar, juntamente com a carga que cada um tem em razão do estado em que vive; e quem cumpre com ela, cumpre com Deus e satisfaz o seu intento, sendo honrado a seus olhos e ilustre aos olhos dos outros, assim como pelo trabalho da cruz alcança o descanso merecido. Pelo contrário, quem não cumpre com isto, ainda que trabalhe muito em cumprir com os deveres que ele tomou segundo a sua vontade, perde o trabalho e as graças²⁹⁶.

No mesmo diapasão surge o comentário de **Frei Hilarão Brandão**²⁹⁷ na *Voz do Amado*, que, apesar de distante dos objetivos de *La Perfecta Casada*, não deixa de avi-

²⁹³ Frade agostinho, humanista e poeta de formação salmantina e toledana, nasceu em Cuenca, em 1527, e morreu em Ávila, em 1591. A alegada origem ou simpatias judaicas, e mais ainda o seu difícil temperamento ter-lhe-ão carreado antipatias, mesmo no seio eclesástico, pelo que sofreu a suspeição e o cárcere inquisitorial. A sua obra poética, em particular a explanação sobre o *Cântico dos Cânticos* (1580) terá sido de inspiração a Teresa d'Ávila e a João da Cruz de quem foi colaborador próximo na reforma do Carmelo.

²⁹⁴ Fidelino de FIGUEIREDO (in Prefácio do *Casamento Perfeito* de D. Paiva de Andrada, edição da Sá da Costa, 1982, pp. XVI-XVII), diz que era boa a aceitação da obra de Frei Luis de León «porque a obra do poeta salmantino exercera salutar influência em Portugal e o seu coração era sentidamente lusófilo», a quem «a catástrofe de Alcácer Quibir inspirou versos cristalinos e repassados de piedosa simpatia».

²⁹⁵ Como no-lo lembra Mário MARTINS, in *Estudos de Cultura Medieval*, vol. III, Lisboa, Brotéria, 1983, pp. 190-191.

²⁹⁶ *La Perfecta Casada*, p. 79 (livre tradução, nossa).

²⁹⁷ Frei Hilarão Brandão (?-1585) foi cônego regente de Santa Cruz de Coimbra. Em 1579, publicou a *Voz do Amado*, dirigida ao «cavaleiro espiritual», àquele que procura a via da espiritualidade, ainda que simples devoto, a fim de que seja bem distinguida a via contemplativa da via ativa, a que corresponde ao estado de cada um e a que cada um se deve circunscrever como correspondente, o que merece louvor.

sar sobre o perigo para a alma a que leva o comportamento daqueles que «sempre com as mãos metidas na massa da virtude, sem chegarem a dar com ella de maneira que lhes possa aproueitar», descaram o cumprimento dos deveres de estado, iludindo-se pelo reforço das práticas devocionais:

Erro (he) mui grande nos que tem obrigações de estado, fazerem toda força na oração, & contemplam, sem terem conta, ou mui pouca, com o que deueram primeiro entender. Não he exercicio de virtude bem ordenado, tomar o tempo em que conuem acudir às necessidades da familia, a limpeza & boa criação dos filhos, ao serviço & agasalhado do marido que mantém a casa, & despendello com andar de hũa parte pera outra trilhando lamas com achague de buscar de quem aprenda servir a Deos²⁹⁸.

Anos depois, em 1618, o *Manual de Casados* [con un tractado del Sanctissimo Sacramento] do teólogo pamplonês **Ignacio de Andueza**, vem também reforçar o sentido do primeiro do dever de estado sobre todos os outros, ainda que à custa das mais bem intencionadas devoções:

O casado e a casada tomem a sua cruz e sigam a Cristo, que também encontrarão neste estado o Céu, se seguirem por esse caminho. E não diz que tomem a cruz alheia. Não diz que o casado tome a cruz do eclesiástico, nem que a casada tome a cruz da religiosa, senão a sua cruz, que é o mesmo que dizer: a cruz própria do seu estado. Que cada qual tome atenção às obrigações do seu estado, e que esteja atento e não durma (...) Senhores casados, esta é a vossa cruz: cuidar das vossas obrigações, e cuidar do vosso estado, e casa, e não da alheia... [...] Eu não repudio as orações, as estações, as Missas, e rosários nos casados: tudo isso digo que é bom, mas digo digo que deve ser com o seu sal. Ponha primeiro o casado e a casada os olhos na cruz, e cumpra, antes de tudo, com o peso e a obrigação dela. [A casada] cuide primeiro da sua casa. (...) veja como andam os seus filhos, por onde andam os seus serviçais, como se regem os seus bens, como há de esperar o seu marido quando ele regressa a casa dos seus negócios: e depois de resolvidas as suas obrigações, acuda se puder às suas devoções²⁹⁹.

A evolução que percebemos, nos guias comportamentais – sendo o de Frei Luis de León de referência marcante –, fala-nos das transformações por que passou a mentalidade social, na passagem da medievalidade para a modernidade. Ainda, em data próxima (1622 e 1624), um novo livro, *Tempo de Agora*, **Martim Afonso de Miranda**³⁰⁰, irá acrescentar, de forma explícita, um novo requisito: a separação das funções de género – «não se meter o homem no que toca à mulher, nem intendendo a mulher no que é da obrigação do homem»³⁰¹.

²⁹⁸ *Voz do Amado*, fl. 121v., apud Maria de Lurdes Correia FERNANDES, *Espelhos, Cartas e Guias...*, o.c., p. 250.

²⁹⁹ *Manual de casados*, fls. 67v. e 68v-69r., apud IDEM, *ibidem*, p. 251 (livre tradução, nossa).

³⁰⁰ Militar da guarnição da corte, próximo da Casa de Bragança a cujo duque, D. Teodósio II, dedicou a obra que aqui distinguimos, e moralista que deixou também comentário sobre o *Padre Nosso*, e cuja reflexão – onde perpassa o pensamento de quase todos os Padres da Igreja sobre o tema – deixa supor uma vasta cultura clássica e patrística.

³⁰¹ Cf. IDEM, *ibidem*, p. 252.

Baltasar Dias. Poeta popular, era natural da ilha da Madeira, não se conhecendo com exatidão as datas de nascimento e morte, ainda que se saiba ter vivido entre meados de 1500 e de 1600, devido às datas de impressão das suas obras.

Era cego e ganhava o seu sustento com a recitação de autos de sua autoria e inspirados na tradição oral e litúrgica. A sua cegueira está na origem do privilégio da licença régia de D. João III, de 1537, facto que favoreceu a difusão das suas obras, de modo particular no meio popular. Das suas obras e para o registo que aqui nos interessa, merecem particular destaque as composições epistolares satíricas (dirigidas a um amigo): *Conselho para bem casar* (questões à volta da escolha), que terá sido escrita em 1538 e com publicação atestada em 1633 e sucessivas reimpressões, pelo menos até 1851; e o auto *Malícia das mulheres* (de advertência e precaução), com publicação não confirmada em 1640.

A *Malícia das mulheres* pretende introduzir um elemento perturbador naqueles que vivem em estado de discernimento para o casamento, e, através de uma história exemplar, contada de forma jocosa, é descrita a forma como duas mulheres enganam os maridos, e de como estes são joguete fácil das manhas femininas. Os versos seguintes (in *Malícia das mulheres*) são exemplo dessas rimas que desaconselhavam o casamento:

Um homem em Roma havia,	O homem, que agora casa
Que se algum filho casava,	Sempre cativo há de ser
Publicamente o chorava,	Da que lhe dão por mulher,
Porque escravo o fazia	E ela há de ter em casa
Da mulher, a quem o dava. [...]	Quem lhe ganhe de comer. ³⁰²

Ruy Gonçalves. Natural dos Açores, nasceu em São Miguel em data desconhecida. Sabe-se que foi lente da Universidade de Coimbra, em 1539, onde lecionou Direito Romano (*Institutas e Digesto*), sendo que, em 1557, quando publicou *Dos privilégios e prerrogativas que o género feminino tem por direito comum e Ordenações do Reino mais que o género masculino*³⁰³, era «indigno advogado da corte e casa da suplicação»³⁰⁴, forma como se identifica na subscrição do referido livro.

³⁰² In www.deficienciavisual.pt/r-Baltasar_Dias_poeta_cego.htm#1 (visitado em julho 2016). De interesse também: «Cartas de sátira e aviso: em torno dos folhetos *Malícia das mulheres* e *Conselho para bem casar* de Baltasar Dias», de Maria de Lurdes Correia FERNANDES, in *Península*, Revista de Estudos Ibéricos, n. 1, 2004, pp. 161-181; e *Diccionario Bibliographico Portuguez*, de Innocencio Francisco da SILVA, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.

³⁰³ Dos priuilegios & praerogatiuas q[ue] ho genero feminino te[m] por direito com[um] & ordenações do Reyno mais que ho genero masculino [Lisboa?]: *apud* Iohanne[m] Barrriu[m], 1557 (digital disponível da Biblioteca Nacional, consultada em julho 2016, a partir do endereço: purl.pt/14282/3/#/12).

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 108.

A razão porque trazemos aqui esta obra, sendo o seu autor quase um desconhecido e o conteúdo da mesma parco de originalidade (pois remete ao direito comum e Ordenações do Reino), prende-se apenas com alguma curiosidade sobre a sua finalidade – infelizmente não totalmente satisfeita –, suscitada pelo facto de Ruy Gonçalves se ter dado ao trabalho de identificar e oferecer, na Parte II – «que é o potíssimo e principal fundamento do meu trabalho»³⁰⁵ –, o elenco de 106 prerrogativas que o direito comum oferece, no trato favorecido das mulheres, em relação aos homens. Na Parte I, a pretexto de enunciar a idealização do comportamento virtuoso, em campos temáticos diversos, subtitulados, como os da *Doutrina e Saber, Conselho, Fortaleza, Devoção e Temor de Deus, Liberalidade, Clemência e Misericórdia, Castidade, Amor Conjugal e Ociosidade*, o autor evoca inúmeras figuras e diversificados contextos históricos da Escritura e dos Clássicos gregos e latinos em que as boas decisões e/ou comportamentos de sucesso das personagens, sempre foram marcados pela direta intervenção ou conselho assisado de uma mulher.

No Prólogo, Ruy Gonçalves apresenta o que poderemos considerar ser uma razoável explicação para o seu propósito, que em termos de denúncia quanto à justiça de trato de géneros, nos parece legítima:

Emílio Papiniano escreve que as mulheres são de pior condição que os homens, em muitas sentenças e conclusões, e daí nasceu acumularem-se os doutores muitas causas e doutrinas, nas quais os homens têm mais prerrogativas e preeminências que as mulheres.³⁰⁶

e essa legitimidade assenta-a na contestação de uma antológica figura do Direito – o juriconsulto romano Paulo Emílio Papiniano (117-211 d.C.) –, com a aparente pretensão de demonstrar quão distorcido da realidade é, por inconformidade com os exemplos e situações evocados, o ensinamento de Papiniano e a teoria e prática daqueles que o seguem:

[...] assim como há muitas coisas em que os homens são de melhor condição, assim outras muitas tem as mulheres maiores, e mais supremas prerrogativas que os homens, pelo que me pareceu curiosidade indigna de repreensão, ajuntar algumas virtudes em que as mulheres foram iguais e precederam os homens, e alguns Privilégios e Prerrogativas com que são mais privilegiadas e favorecidas em direito (coisa mais trabalhosa que fútil), tratando somente do que acho escrito em seu louvor e utilidade, pois há tantos que escreveram o contrário. [...] a V. A. como à mais excelente e Suprema Princesa e Senhora do mundo, convém defender e aprovar tudo o que se oferecer em louvor do género feminino, para que outros de mais erudição e doutrina possam dar fim e perfeição a estes meus princípios e cometimentos, que não são mais que amostras do muito que podem escrever nesta matéria.³⁰⁷

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 32.

³⁰⁶ *Ibidem*, p. 3.

³⁰⁷ *Ibidem*, pp. 4-5; ortografia atualizada. A «Suprema Princesa e Senhora do mundo», a quem parece dedicada a obra, é a esposa de D. João III, D. Catarina de Áustria (consorte, de 1525 a 1557; regente [1557-1562] e viúva até à morte, em 1578).

Mas o que justificaria esse propósito do autor?

Agradar à sua rainha, acabada de enviuvar, e necessitada de palavras de conforto e de encorajamento, perante as responsabilidades de Estado, que se viu forçada a assumir por imposição dos procuradores de Lisboa e pelo Conselho de Estado³⁰⁸, mas simultaneamente alvo de subreptícias críticas, pela sua condição feminina, por parte dos setores sociais e políticos mais cétricos? Aliás, a legenda do seu brasão, ostentado no frontispício do livro, parece sugerir esse incómodo real: *Custodite vos a murmuratione quae nihil prodest. Et a detractatione parcite linguae*³⁰⁹. Ou pretenderia Ruy Gonçalves, a coberto da proteção real, solicitada de forma velada, ao longo do texto, introduzir na sociedade elementos problematizadores que levassem a uma maturação reflexiva das problemáticas de género por parte das camadas mais despertas para esse novel tema?³¹⁰ Tendemos a aceitar como mais lógica a primeira, pois acreditamos que estariam ainda poucos maduros os tempos para se colocarem questões da igualdade de género.

Diogo Paiva de Andrada(e)³¹¹. Em 1630, Paiva de Andrada publicou uma das obras que, desde então, pelo impacto e aceitação modelar em que se converteu, mereceu várias edições (1720/26, 1944 e, a que aqui usamos, em 1982). Fidelino de Figueiredo que a prefaciou apresenta-a como

uma obra de ordenação metódica da vida conjugal, considerada idealmente: um sereno equilíbrio entre os graus de nobreza dos cônjuges, entre os seus bens de fortuna, entre a força do amor de cada um pelo outro, uma tranquila mediania, sem paixão, sem ciúme ou desconfiança, sem grande beleza e sem entusiasmo por ela, sem os sinais externos de ventura, como a alegria e a verbosidade expansiva, provavelmente só com um aborrecimento infinito. É assim “perfeito” para que seja tolerado de melhor vontade pela Igreja, que ao estado de religião e celibato dava as suas preferências calorosas. Era um tipo de perfeição conjugal que amortecia tudo o que no estado há de poderoso e criador.³¹²

³⁰⁸ Cf. Ana Paula AVELAR, «D. João III», in *História dos Reis de Portugal*, coord. Manuela MENDONÇA, vol. I, Matosinhos, Quidnovi, 2010, p. 735.

³⁰⁹ «Protegei-vos da murmuração que nada aproveita. E da calúnia poupai a língua!» (*tradução nossa, livre*). Referência bibliográfica consultada em *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, de António Joaquim ANSELMO, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926, 1.^a col., p. 40.

³¹⁰ Em 1678, uma outra obra de cunho jurídico foi dada à estampa, em Portugal, *De iure foeminarum*, em dois tomos, da autoria do escalabitano Duarte de BARROS (?-1710) (cf. A. HESPANHA, *Imbecillitas – As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime*, UFMG/FAFICH, 2008). Fora de Portugal, pelo que nos apercebemos em várias pesquisas, foi recorrente a publicação de obras deste tipo. Exs.: *Disputatio Ordinaria. De iure foeminarum in bonis maritorum, quoad dotis paraphernarum, et reliquorum*, de Lucas BECKMANN e Lorenz FREITAG, 1600, Gronenberg; e *De iure foeminarum illustrium tractatus nómico-politicus ad iura Germaniae*, 1711, Launching (https://play.google.com/store/books/details/Lucas_Beckmann... [visitado em 31 de julho 2016]).

³¹¹ Nasceu em Lisboa, em 1576, e morreu em Almada, em data entre 1660-69.

³¹² In Diogo Paiva de ANDRADA, *Casamento Perfeito*, 2.^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1982, p. XXII.

O modo, a tocar o sarcástico, que o prefaciador usa na sua apreciação da obra denuncia o estado de modorra latente, adivinhado na instituição matrimonial, pelos meados do século XVII, vista mais como um convénio estatutário e pessoal de estado do que, propriamente, como o culminar de um projeto pessoal de realização de anseios espirituais e de construção de vivências partilhadas e comungadas sob o impulso amoroso³¹³.

As razões que levaram Diogo Paiva de Andrada a escrever o *Casamento Perfeito* estão explícitas na advertência *Ao Leitor*:

Desejou um amigo meu, a quem devo muito, ver recopilados em um tratado alguns documentos conjugais, por ser matéria tão importante para os casados quão pouco ventilhada dos Escritores, ao menos dos que escreveram vulgarmente.³¹⁴

mas as razões implícitas intuímos-las nós e prendem-se com a *febre* da catalogação que invadia a mentalidade de então. Para tudo se requeriam guias de procedimentos, normas de conduta e rol de obrigações, assim como os consequentes elencos de penalizações para os prevaricadores.

Na sequência da solitação que lhe é dirigida, o autor, ainda que invoque comedidamente alguma modéstia para tal tarefa, «por ser casado tão imperfeito» para dar lições aos outros, retribui a lisonja do convite, dispondo-se a verter no livro nada mais do que os bons exemplos de casado que reconhece à vivência conjugal do amigo:

Não reparei em perder crédito a troco de lhe dar gosto, e poupar trabalho, poupou-me ele muito a mim em viver sempre com sua mulher tão concertada, e perfeitamente, que não fiz aqui mais que ir retratando ao natural as suas ações, e procedimentos.³¹⁵

Ao longo de 26 capítulos, Paiva de Andrada discorre sobre *As excelências do casamento* (cap. I), *O parecer do rosto das mulheres, que devem ser escolhidas para casar* (cap. XIV), *Casar mais que uma vez é contra a perfeição do casamento* (cap. XV), [*As mulheres casadas*] *devem ser caladas e sofridas* (cap. XXIV) até *Aos proveitos da perfeição do casamento* (cap. XXVI). Esta titulação tomada ao acaso revela bem a profundidade da pretensão do autor, que não se atém apenas aos aspetos de ordem económica, de estatuto e de idade, comuns dos/as candidatos/as ao matrimónio, como aspetos favorecedores ou limitadores da perfeita união, mas aventura-se, inclusive, pelos domínios da fisionomia, como meio caracteriológico temperamental e psicológico, neste caso, apenas das mulheres.

³¹³ Pois «que também é mui prejudicial o amor demasiado», como afirma Andrada no título do cap. V e o sugere no seu conteúdo que parafraseamos: «se o amor não for demasiado (cego), então, cada um mantém-se vigilante do outro não deixando que a paixão os cegue aos dois» (cf. *ibidem*, p. 19).

³¹⁴ *Ibidem*, p. XXXI.

³¹⁵ *Ibidem*, p. XXXII.

Na definição de casamento, Paiva de Andrada apoia-se nos princípios comumente aceites, inscrevendo-a numa explicação de tom teológico: *quanto à sua natureza* – «um contrato de duas vontades, ligadas com o amor que Deus lhe comunica»; *quanto à legitimação* – «justificadas com a graça que lhe deu Cristo»; e, *quanto à legalidade* – «autorizadas com as cerimónias que lhe juntou a Igreja»³¹⁶.

O convénio nupcial, concretizado em perfeição, *confere* «sossego da alma» – concorre para a salvação da alma; *dá* «segurança de honra» – garante da fidelidade conjugal; *proporciona* «descanso da vida» – propicia a procriação. No plano pessoal, aos «bem casados» são-lhes outorgados dois Bens: *Grande gosto*, na «esperança de serem todos predestinados»; *Grande proveito*, «a perfeita alegria em que sempre vivem».

Paiva de Andrada passou dois terços da sua vida sob o domínio filipino mas nada da sua obra transpira das vivências sociais, do ambiente opressivo provocado pelo ocupante, nem tampouco dos anseios nacionalistas portugueses dessa época, ainda que se conheça quanto do espírito sebastianista foi, então, engendrado. Ele limita-se a transpor, em jeito de parénese, e através de uma escrita cuidada³¹⁷ e de justificativa, fundada em abundante *exempla* clássica e patrística, os moralísticos e dogmáticos olhares tridentinos da Contra-reforma em que se pretendia inscrever, como única, a dignidade sacramental do matrimónio. Como nos diz Fidelino Figueiredo: «Isso [do sociopolítico] temos que o procurar na *Carta de Guia*, de D. Francisco Manuel de Melo, que não pretendeu uma obra histórica, mas que se inspirou na realidade coeva»³¹⁸.

D. Francisco Manuel de Melo. Nasceu em 1608, em Lisboa, e aqui morreu, em 1666. Foi poeta, historiador, militar e diplomata. Oriundo de uma família nobre – «criei-me em cortes» –, recebeu formação humanística no colégio jesuíta de Santo Antão que frequentou. Seguindo o caminho das armas aos dezassete anos, chegou a entrar em combate contra os Turcos. Naufragou sob o comando de D. Manuel de Meneses, em 1627. Levou uma vida algo atribulada – «andei por esse mundo» –, tendo chegado a ser preso em Madrid, em 1640, por alegado apoio à Restauração portuguesa e, em 1644, foi condenado ao degredo perpétuo, sob a acusação de instigador de assassinio, que cumpriu em expedições à África, Índia e Brasil, vendo-lhe comutada a pena, depois da morte de D. João IV.

³¹⁶ *Ibidem*, p. 2.

³¹⁷ O *culteranismo*, que tão indelevelmente marcou o século XVII e a que Fidelino chamou «rigor da obscuridade rebuscada» (*ibidem*, p. XXX).

³¹⁸ *Ibidem*, p. XXIV.

Esteve envolvido em ações de repressão militar a revoltas em Évora e na Catalunha e desempenhou funções diplomáticas em Paris, Londres e Roma, tendo chegado a deputado da Junta dos Três Estados.

Durante o período em que frequentou a corte espanhola, conviveu com figuras gradas do mundo literário de então – Quevedo, Calderón, Lope de Vega, Tirso de Molina³¹⁹ – e o seu perspicaz espírito interessado pelos meios em que viveu – «atentava para as coisas; guardava-as na memória. Vi, li, ouvi»³²⁰ –, levou-o a adquirir sólida cultura que verteu em abundante escrita – «Estes serão os textos, estes os livros [...] neste papel; onde juntas algumas histórias que me forem lembrando»³²¹ –, alguma só publicada postumamente. Escreveu em castelhano e em português, sob diversos géneros literários (poética, narrativa, biografia, teatro e ensaio filosófico e moral)³²².

A sua obra de que aqui nos ocupamos, pela associação ao tema da nossa dissertação, é a *Carta de Guia de Casados*, escrita em 1650, publicada em 1651. Retemos duas das suas expressões – «O amor-próprio é próprio dos homens»³²³ e «O marido barca, a mulher arca»³²⁴ – que temos como axiais do seu pensamento nesta *Carta*.

D. Francisco começa por lembrar que, para a escrita do seu livro, ele tem presente o quanto já foi dito e escrito, anteriormente:

Grandes coisas deixou escrito a antiguidade, para advertência dos casados. Muitas são e graves são; a que também os modernos acrescentaram outras, ou nos puseram em outras palavras as antigas.³²⁵

e alerta, com algum sarcasmo para outros autores, para o modo como pretende adentrar este mesmo tema – «sem bafo (que é vento), nem aventuras (que soam a desastre)». Escreverá sem grande afetação quanto ao estilo e sem fantasiosas idealizações morais pouco conformes com a realidade; apenas o que se prende com o «trato humano», que, como diz o seu impressor, em *Carta ao Leitor*:

³¹⁹ Cf. Maria Lucília Gonçalves PIRES, in *Dicionário Biográfico Universal de Autores, o.c.*, pp. 2144-2146.

³²⁰ A edição de que nos socorremos, no presente trabalho, é *Carta de Guia de Casados*, Livros RTP – 12, Lisboa, Editorial Verbo, s/d. Aqui, p. 17.

³²¹ *Ibidem*.

³²² Da sua obra, *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, editada em 1660, com cinco narrativas, deixamos referência à *Amorosa*, em que é focada a lenda dos amores de Roberto Machim e Ana Arfê que, após uma deriva oceânica, terminam tragicamente, após aportarem a uma ilha até então desconhecida, que, mais tarde, Zarco, um dos acompanhantes do par amoroso, reconhecerá e nomeará de Madeira. «Depois de larga volta de discursos, me pareceu que nenhum era mais proporcionado ao que eu desejava que o notável descobrimento da nossa celebrada Ilha da Madeira.» (In *História e Antologia da Literatura Portuguesa* – Século XVII – vol. III, *o.c.*, p. 373.)

³²³ Expressão atribuída a D. Francisco de Mello por Edgar PRESTAGE, in «Prefácio», *D. Francisco Manuel de Mello* – Esboço biographico, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914.

³²⁴ *Carta de Guia de Casados, o. c.*, p. 37.

³²⁵ *Ibidem*, p. 16.

Também esta moral se divide em três partes, que chamam ética, económica e política. A ética cuida dos costumes do homem. A economia tem por fim o regime das casas e famílias. A política entende sobre o governo das cidades, reinos, e impérios: mas de tal maneira, que a economia requer política, e a política economia: porque o reino é casa grande, e a casa reino pequeno; e a ética necessita da política e da economia; porque o homem é um mundo inteiro.³²⁶

Há uma questão que, apesar de não a encontrarmos explicitada, nos suscitou, num primeiro momento, alguma perplexidade: que razões terão levado o mencionado primo de D. Francisco Manuel de Melo a solicitar-lhe uma carta de aconselhamento sobre as virtualidades do casamento, a quem precisamente não tinha qualquer experiência nesse registo afetivo?

Foi Fidelino de Figueiredo, no Prefácio da obra de Paiva de Andrade, sobre que nos debruçámos antes, quando elenca o benefício de as nossas letras poderem contar com três perspetivas literárias, e profundamente tratadas, sobre o casamento – Frei Luís de León era eclesiástico; Diogo Paiva de Andrada era casado; D. Francisco Manuel de Melo era solteirão – que nos sugeriu a magna razão para que, a D. Francisco de Melo, lhe tenha sido solicitado tal contributo: precisamente porque era solteiro, impunha-se que essa perspectiva fosse colhida.

D. Francisco tê-lo-á percebido também, porque do casamento, na voz comum dos homens, só se ouvia falar da liberdade que se perdia e dos mil trabalhos que o casamento acarretava, apesar de, fatalmente, sempre se cair no mesmo fado do casamento, pois a ele suspirava toda a mulher, da mesma forma que pela mulher suspirava todo o homem.

Logo à abertura do cap. II, D. Francisco recorda que

Espantam-se os moços com o que ouvem dizer do casamento de ordinário aos mal-casados, porque, Senhor, há V.Mce. de saber que muito mais certo é que o matrimónio bom se converta em mau humor que em nós acha, do que converter o mau humor nessa boa virtude. Parece-lhes aos moços intolerável a carga do matrimónio. É Senhor, pesadíssima para os que a não sabem levar; para os que sabem, é ligeira. [...] Ponha, Senhor N., em balança a inquietação passada, os perigos, os desgostos, a desordem dos afetos, aquele temer tudo, não fiar de nada, o queixume que doi, a vingança que arrisca, a ruim lei que desespera, os ciúmes que abrasam, os amores que consomem, a honra em ocasião, a saúde diminuída, a vida arriscada, e, o que é mais, a consciência sempre queixosa. [...] Em verdade, que quando o casamento não tivesse outro algum bem, mais que livrar de tantos males, justamente merecia o nome de santa e doce vida. Pois vejamos o que se lhe dá a um casado, a troco dessa liberdade, que eles tanto alegam que deixam. Dá-se-lhe outra, entrega-se-lhe a mulher com a liberdade, com a vontade, com a fazenda, com o cuidado, com a obediência, com a vida, com a alma.

Quem pesará o que deixa com o que recebe, que logo não conheça os ganhos desta troca?

³²⁶ *Ibidem*, p. 9.

A condição de solteiro, em que D. Francisco se encontra, dá aqui a resposta para os medos e para os críticos da instituição matrimonial. É a experiência do que viu que fala, é a *nostalgia* do que nunca se teve que avalia, é a solidão em que se encontra que alerta. Ele aconselha aos temerosos e recorda aos *saudosos*.

Ao longo dos 56 capítulos do livro, são depois perpassados os inúmeros cenários a que a condição humana sujeita homens e mulheres e, para cada situação, surge um conselho, indicado pelo bom sucesso das experiências que se conhecem. Neles figuram todos os atores humanos, e deles nem sequer os frades são excluídos, apesar que não casados nem vocacionados para o casamento, porque, da massa de que são feitos, num ou noutro ponto das relações sociais, por via de virtude menos cuidada, poderão incorrer em transgressão, no seu caso agravada, pessoal e socialmente. No cap. XXVII, o autor imaginariamente questionado sobre os frades, alude a uma suposta conversa entre amigos sobre os frades, em que um diz: «em quatro partes lhe pareciam bem os religiosos», e indicava – no altar, no púlpito e no confessionário. Indagado sobre a quarta parte não mencionada, ele completa: «pintados!» Este pequeno quadro ilustra bem o estilo solto e irónico com que D. Francisco areja o seu texto que é considerado como a última joia literária portuguesa sobre Cartas e Guias de comportamento e de relação matrimonial.

Quanto à utilidade que o autor acha que poderão ter as suas opiniões, ele lembra que a extensa subdivisão usada na explanação deve ser considerada como um conjunto de fios de uma corda.

A corda de poucos fios se quebra facilmente, se com ela apertam muito; por isso é necessário tecer e torcer de muitos avisos e remédios esta corda, de que está pendurada a honra, vida, e salvação dos casados; porque com as forças do vício se nos não rompa. E como todas elas costumam quebrar pelo mais fraco, e esta fraqueza é própria da mulher; por essa mesma razão convém fortificá-la de sorte, com tanta cautela, e arte, que por mais que tire a ocasião, sempre se conserve são e inteira.³²⁷

Não há como iludir a situação. Os tempos eram ainda considerados como tempos em que «a fraqueza é própria da mulher». Os outros estavam por aí a romper. E D. Francisco coroa as suas pertinentes e exaustivas deambulações pelo mundo das íntimas relações com um sumário e proveitoso elenco de coisas boas que esperam os bem-casados:

Senhor meu. Casa limpa. Mesa asseada. Prato honesto. Servir quedo. Criados bons. Uns que os mande. Paga certa. Escravos poucos. Coche a ponto. Cavalo gordo. Prata muita. Ouro o menos. Jóias que se não peçam. Dinheiro o que se possa. Alfaias todas. Armações muitas. Pinturas as melhores. Livros alguns. Armas que não falem. Casas pró-

³²⁷ *Ibidem*, p. 188.

prias. Quinta pequena. Missa em casa. Esmola sempre. Poucos vizinhos. Filhos sem mimo. Ordem em tudo. Mulher honrada. Marido cristão; é boa vida e boa morte.³²⁸

Com o *Guia de Casados* de D. Francisco Manuel de Melo damos por finda a nossa reflexão sobre quanto de mais significativo se pode encontrar na literatura ocidental com reflexos na mentalidade, hábitos e costumes dos portugueses, acerca do tema das relações amorosas e sua peculiar leitura do mundo dos afetos, e com mais desenvolvido destaque para os títulos aqui publicados. Foi uma produção intelectual dirigida a uma camada restrita da sociedade portuguesa, mas temos presente a importância de que se revestiam os hábitos dessa nata social como espelho comportamental do povo comum. Chegarão depois os estrangeirados com as luzes da contemporaneidade e as fantasias dos românticos com seu realismo irreverente que, pela devassa sentimental e pela denúncia dos sofrimentos e dos vícios ocultos, alimentarão os espíritos de histórias reais ou imaginadas, agora, dos «casamentos imperfeitos»³²⁹ dos mal casados. Destes também se ressentirão tanto o Estado como a Igreja, na sua metafórica relação afetiva, de que nos ocuparemos na segunda parte do presente trabalho.

³²⁸ *Ibidem*, p. 189.

³²⁹ Cf. Fidelino de FIGUEIREDO, in «Prefácio», *Casamento Perfeito* de Diogo Paiva de Andrada, p. XXVII.

2. Poder régio / Poder estatal

NA sequência das notas preambulares, e procurando encontrar um fio de sentido que nos ajude a confirmar a tese do «Projeto Portugal», propusemo-nos perscrutar os antecedentes europeus que lhe subjazem, no plano político dos poderes.

Os «Estados europeus que conseguiram perdurar até aos nossos dias formaram-se na França e na Inglaterra» e, destes, derivaram ou sofreram influência todos os outros³³⁰. Apontam-se estes dois espaços sociogeográficos como os percursos paradigmáticos da figura do Estado, ainda que se reconheça que o atual conceito é relativamente recente.

Na Inglaterra (favorecida pela condição insular), a concentração do poder estruturou-se a partir da criação de fortes corpos institucionais, com proeminência dada à Justiça régia, a que competia também a cobrança dos impostos, e que era exercida de uma forma itinerante, facto que contribuía para que a presença/proteção régia fosse sentida em proximidade, funcionando como instância de recurso contra os abusos dos senhores feudais. A eficaz funcionalidade deste modelo, que acabará por transpor as fronteiras da Ilha, será seguida por outros monarcas do Continente e está atestada a sua adoção por parte dos monarcas portugueses, como o pretende demonstrar a historiadora Manuela Mendonça:

Porque era do monarca o dever moral de velar pela justiça, o rei foi-se tornando o símbolo da esperança para os mais desfavorecidos; assim se estabelecia uma ponte entre o monarca e o povo, sob a qual, pelo menos aparentemente, se situavam os poderosos. Deste modo, uma importante aliança se ia delineando no horizonte: o rei e povo ligados por interesses recíprocos; aquele, encontrando no povo uma base direta de apoio, e este, esperando, no recurso ao monarca, a libertação do senhor que oprimia.³³¹

Em consonância e através do corpo de «jurados», recrutados localmente, também as populações eram chamadas a uma participação ativa na administração da justiça. De tal forma se robusteceu esta instituição que a sua atividade dificilmente era afetada, mesmo nos períodos de vazio de poder.

Na França, o modelo administrativo da Justiça desenvolveu-se mais consentâneo com a diversidade cultural geográfica, pois a sua ação apoiava-se mais no papel consuetudinário (respeito pelos costumes e tradições regionais). Este foi o modelo mais adota-

³³⁰ Cf. Joseph Reese STRAYER, historiador medievalista norte-americano, 1904-1987, (in *As Origens Medievais do Estado Moderno*, Lisboa, Gradiva, 1986, pp. 6 e 22), autor e obra que tomamos como referência principal para este tema.

³³¹ In *D. João II: Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, Lisboa, Estampa, 1991, pp. 37-38.

do nas comunidades europeias com fronteiras mais ténues, permeáveis e flutuantes, e que se firmou entre os anos 1100 e 1600³³².

Quanto ao papel da religião, esta haveria de ser muito mais influente no modelo francês do que no modelo britânico. No entanto, verificava-se que o povo sempre sentiu como mais importante a lealdade ao Rei do que ao Papa³³³.

Ao findar da Idade Média, duas grandes carências se faziam sentir, na organização social: a garantia da soberania dos monarcas e a segurança das populações. Será através do exercício da Justiça³³⁴ e dos modelos adotados para a sua aplicação – respeitadores dos princípios da religião e da moral comum e dos costumes – que, paulatinamente, se fortalecerão as estruturas do futuro Estado.

Uma das questões que se colocam é a de se saber como foi possível que, a partir de certa altura, pudesse haver «tribunais capazes de tomar decisões definitivas que obriquem todos os habitantes de uma dada região/país sem surgir uma qualquer outra autoridade que as revoguem»?³³⁵

Conhecem-se alguns casos em que isso sucedeu, mas são exceções, pois a tendência foi a da «aceitação de uma autoridade soberana».

A partir do momento em que a maior parte da população, politicamente ativa, passou a admitir que devia haver uma autoridade capaz de tomar decisões de carácter definitivo, foi possível, na prática, tolerar muitas violações [...]. Os laços de família foram sendo substituídos pelos laços comunitários locais, pelos laços com a organização religiosa e, finalmente, pelos laços de relação com o Estado³³⁶.

Os interesses do Estado passaram a ser vistos como prioritários em relação a todos os outros interesses. O Estado passou a ser o garante do bem e segurança comuns, sendo o bem do Estado considerado como o bem social maior. Criaram-se, então, condições para alguma estabilidade política e esta, por sua vez, contribuiu para as fundamentais, ou seja, para a estabilidade da estrutura do Estado.

³³² Cf. Joseph Reese STRAYER, *o.c.*, p. 18.

³³³ O clero era visto como uma classe privilegiada que evitava envolvimento direto no esforço nacional, em épocas de crise e de ameaça estrangeira, em que os aspetos de defesa exigiam a participação de todos. Factos relevantes que demonstram estas antipatias clericais são os relacionados com a tomada de posição do povo nas questões que envolviam poder régio e poder religioso: no caso da Inglaterra, o clero aderiu à obrigatoriedade de contribuir para o erário régio, à revelia do Papado, que o pretendia impedir; e, em França, nada impediu o afrontamento que sofreu Bonifácio VIII – com as decisões de Filipe IV que expulsou os clérigos dos órgãos de administração e impôs-lhes o pagamento de impostos para além de uma forte campanha de difamação do Pontífice que culminaria com a sua humilhação física e prisão e, após a sua morte, a transferência da sede papal para Avinhão –, sem que isso tenha afetado o relacionamento do povo e do clero francês com o seu rei.

³³⁴ «No ato da sua coroação, os reis juravam fazer justiça e os teóricos políticos sustentavam que um rei injusto não era um rei, mas um tirano» (Joseph Reese STRAYER, *o.c.*, p. 36).

³³⁵ Cf. IDEM, *ibidem*, p. 14.

³³⁶ IDEM, *ibidem*.

Houve que garantir os dois pressupostos indispensáveis para a existência de um Estado – *espaço físico* e *espaço temporal*. «É necessária uma certa permanência no espaço e no tempo para que uma comunidade humana se transforme num Estado»³³⁷. Exige-se que haja centralidade à volta da qual girem os diversos setores da atividade comunal em instituições estáveis e de longa duração. Em resumo: a *sedentarização*; a estabilidade e *pouca mobilidade*; *organismos sólidos* e garantes do funcionamento da atividade social, nos seus vários domínios – tarefas, bens, defesa, administração da Justiça, regulação dos bens simbólicos (religião) – são os três níveis que garantem as condições básicas para o surgimento do Estado. A sedentarização é indispensável à emergência do Estado, pois os nómadas não criam Estados³³⁸.

É verdade que o termo Estado se encontra amiúde aplicado (em sentido lato) como sinónimo da figura política régia, mas o que nos ocupa aqui é, sobretudo, essa superestrutura complexa que gere múltiplos órgãos de poder (instituições), cuja emergência se estabelece a partir de finais da Idade Média, e que por lento processo evolutivo se foi reconfigurando na Modernidade. No topo ostenta inicialmente a figura antonómica do monarca absoluto [«o Estado sou eu»³³⁹], de regime constitucional ou parlamentarista, até à última figuração do Estado republicano, cujo poder se apresentará disseminado por inúmeros órgãos (de tecnocratas) da administração pública.

Como se deu essa evolução? Primeiramente, a organização comunitária girou à volta da figura do rei, aceite ou assumido e que era seguido nas suas conquistas. O território era gerido/administrado por clãs e seus líderes, que na organização monárquica detinham certos títulos/denominações. Só por volta dos anos 1000 é que se esboçam reinos correspondentes a um território bem delimitado. É a estabilidade política que proporciona as condições para uma «continuidade no espaço e no tempo» e, desta forma, adquirem «alguma solidez». Esta continuidade será também o necessário garante das condições para que se estabeleçam e alicercem as várias instituições: as *judiciais*, reguladoras das harmonias relacionais (cerca de 1200, surgem os primeiros tratados de direitos consuetudinário na Inglaterra e na Normandia) e as *financeiras* indispensáveis ao suprimento das necessidades de defesa e de segurança.

Entre os séculos XII e XIII surge a Chancelaria com função plenipotenciária e adjuvante do rei que, além de outras tarefas se ocupava da supervisão das várias adminis-

³³⁷ IDEM, *ibidem*, p. 11.

³³⁸ Cf. *ibidem*, p. 12.

³³⁹ Frase atribuída a Luís XIV de França (1638-1715, rei desde 1643), símbolo do Absolutismo.

trações – de terras, local e justiça. O *Chanceler* era, num modelo ministerial de hoje, o «ministro plenipotenciário, de todas as pastas», e o seu cargo, no século XIII, era desempenhado, invariavelmente, por um bispo ou outro elemento do Alto Clero. Num primeiro momento, o Estado congregava os seus integrantes à volta da *fidelidade patriótica* e, alguns séculos mais tarde, essa fidelidade assumirá a denominação de «nacionalismo». O desenvolvimento dos tribunais e da jurisprudência levou ao aparecimento do primeiro órgão representativo: as *Assembleias*, onde tomavam assento não só os letrados, mas também os representantes das pessoas comuns do povo, assim como das profissões e de outras corporações sociais. Nelas, as grandes questões eram trazidas ao palco da dirimição pública, originando o envolvimento de todos na resolução dos problemas que a todos tocava: «*o que a todos toca deve ser aprovado por todos.*»³⁴⁰

A estruturação do corpo estatal, à medida que evoluiu, foi-se robustecendo pela reprodução de múltiplas e adstringentes subestruturas numa complexa teia burocrática, onde se faziam representar os corpos aristocráticos, os de representação comunitária e os eclesiásticos (de que trataremos no capítulo seguinte).

Regressando aos aspetos de ordem histórica, propomos um olhar retrospectivo ao arco temporal que compreende os séculos V e XV como meio instrumental de avaliação da lenta e tenaz acomodação evolutiva dos reinos europeus e da tensão que sempre preencheu o universo das suas relações, gerador de dolorosas fraturas mas também de emergências consubstanciadoras de realidades políticas e sociais novas. É exemplificativa a periodização desta Grande Divisória Histórica da Europa:

1. **Reinos Bárbaros** (com queda de Roma, em 476), com destaque para os *Germanos* que já se movimentavam no Império Romano.

2. **Merovíngios** [481 a 752] (denominação dinástica que remete à memória do rei franco Meroveu [411?-57?...], fundada por *Clodoveu I*; ao *Reino Franco* (com *Clovis* [Clodoveu, 466-511, primeiro rei merovíngio cristão e unificador dos reinos bárbaros]); ao tempo dos *Perfeitos*, com Pepino I, Pepino II, Carlos Martel e Pepino III, que será o fundador da Dinastia Carolíngia.

3. **Carolíngios** (dinastia fundada por Pepino III, 751-768, seguida de Carlos Magno [768-814], e divisão administrativa do território imperial [condes, viscondes e marqueses], continuada por Carlomano I [768-771], e terminando com a desagregação dinástica no reinado de Luís I [814-840]).

³⁴⁰ Frase atribuída a Eduardo I de Inglaterra (1239-1307, rei desde 1272).

4. Com a *desagregação dos Carolíngios*, surgem: a França (Reino ocidental), a Lotaríngia (Reino central) e a Alemanha (Reino oriental).

5. Com o *Ano 1000*, a realidade político-social europeia reconfigura-se sob a denominação de *Feudalismo*.

6. A pacificação e decorrente urbanização, além do incremento da produção agrícola fazem com que apareçam novas condições de vida.

Em comparação com as condições anteriores, o progresso foi inegável e suficiente para permitir um impressionante ressurgimento, na maior parte da Europa ocidental. A produção agrícola aumentou; o comércio entre zonas distantes aumentou; a população cresceu; os homens passaram a interessar-se mais pela religião e pela política.

Nem sempre foi fácil harmonizar todos esses interesses; foi particularmente difícil conciliar o desejo de ter um governo mais forte e melhor com o desejo de reformar a Igreja e de viver de uma forma mais cristã. [...] a Paz de Deus começou a impor-se em conflituosas regiões [...] numa tentativa feita pela Igreja no sentido de organizar os camponeses e outros combatentes³⁴¹.

De início, estes intentos da Igreja aparentaram não ter muito sucesso, pois pareciam demasiado ameaçados os interesses dos senhores feudais, que se mostravam desconfiados e pouco colaboradores com uma Igreja (em aparente contradição doutrinária) que se dispunha a uma «suspeita» envolvimento nas questões seculares da guerra e da justiça temporal.

Mas, quando a ideia foi abraçada por senhores poderosos [...], quando a Igreja acedeu a representar um papel secundário e a limitar-se a sancionar os esforços de um governante laico, a Paz de Deus demonstrou a sua utilidade. [...] Ao longo do século XI, o desacordo quanto a uma questão muito mais fundamental – as relações entre a autoridade secular e a autoridade religiosa – foi-se tornando cada vez maior. Ambas tinham estado profundamente interligadas nos séculos anteriores. Os reis eram considerados personagens semi-religiosas e tinham uma profunda influência nos assuntos da Igreja. Designavam os abades, os bispos e, muitas vezes, os papas; chegavam a intervir (como fez Carlos Magno) em questões de doutrina³⁴².

As afinidades que se estabeleceram entre o poder político e o religioso favoreceram duas coisas: 1) a infiltração da Igreja nos organismos e assuntos da administração pública, através dos eclesiásticos conselheiros de reis, administradores e soberanos de principados; 2) a legitimação dos soberanos, aos olhos dos povos, dotando-os da auréola sagrada de um poder temporal em cuja organização se pretendia espelhado o divino, que aqui se reproduzia na pessoas dos reis, e que, por essa razão, passaram a ser vistos como partícipes da esfera do religioso. A nota curiosa que hoje se pode colher é a de se constatar que, com a adoção do Cristianismo pelo Império Romano, a pessoa do Imperador foi dessacralizada, mas o mesmo Cristianismo, ao assumir a causa pública, «voltou a sacralizar o Império»³⁴³.

³⁴¹ Joseph Reese STRAYER, *o.c.*, pp. 24-26.

³⁴² IDEM, *ibidem*.

³⁴³ Cf. Jean-Claude ESLIN, *o.c.*, p. 11.

Os rituais de coroação da grande maioria dos reis medievais cristãos transudavam liturgia sacramental e unção, bem em consonância com o que era entendido como próprio das linhagens régias veterotestamentárias. É, aliás, abundante a literatura sobre reis taumaturgos³⁴⁴, profetas e milagreiros. Esse foi também um poder investido de simbólica religiosa e revestido de aparato eclesiástico (quanto às formas do seu exercício).

Surgem, então, espaços para o brotar da Cultura e das Universidades. A partir de então, como instrumentos institucionais de favorecimento de condições para a afirmação do Estado, destacam-se ainda o desenvolvimento de meios para a administração da Justiça, a capacidade de cunhagem de moeda e a organização de corpos de exército.

Centros urbanos, feiras, mercados, instituições emergentes dotam o século XIII com uma auréola de prosperidade que entrará em declínio, a partir do século XIV, com o aparecimento das pestes, da fome e de novas guerras.

É hoje pacífica a aceitação do significado de três factores – fomes, pestes e guerras – como grandes responsáveis pelo agravamento das deficitárias condições de vida já visíveis no século XIII e que fizeram do século XIV um século de crise, tanto a nível económico como social e até político. Foi desse mundo em pedaços que, posteriormente, emergiram os Estados, cuja organização nos aparece visível nos últimos anos do século XV³⁴⁵.

No entanto, serão estas condições adversas que constituirão, sobremaneira, o século XIV como charneira de uma mudança e de outras emergências.

2.1 Poder régio em Portugal

Perpassámos o quadro de organização do Estado, em sentido geral, na Europa. Impõe-se agora um enfoque na realidade histórica das instituições portuguesas, com particular incidência na compreensão da forma como estas emergiram.

Em primeiro lugar, o exercício soberano do poder estava concentrado na pessoa do rei, que, de forma itinerante, administrava a justiça e recolhia rendas e cobrava impostos. Na sequência do alargamento do poder dos tribunais e *consistente sistema judicial*, surge a necessidade do controlo das rendas e proventos, através da criação da fazenda régia, assim como a organização da administração local e, para supervisionar e

³⁴⁴ Assunto extensamente desenvolvido por Marc BLOCH (in *Os Reis Taumaturgos – o carácter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra* [1999; 2.ª reimp., São Paulo, Campo das Letras]). No mesmo sentido, é também relevante a questão dos «dois corpos» do rei, tratada por Ernst KANTOROWICZ (in *Os Dois Corpos do Rei – Um estudo sobre teologia política medieval* [1998; São Paulo, Companhia das Letras, Editora Schwarcz, Ltda.]), ainda que fale do «corpo natural» e do «corpo político» da pessoa do rei, não deixando o «corpo político» de ser esse *corpus* institucional que representa a condição de realeza, e que, por isso mesmo, era simultaneamente de condição divinizada, sagrada.

³⁴⁵ Manuela MENDONÇA, *o. c.*, p. 33.

coordenar a máquina administrativa, foi criada, a partir do modelo europeu, a Chancelaria régia, sob a responsabilidade de um *lugar-tenente* do monarca, garante do regular funcionamento dos aspetos de ordem burocrática gerados na interação dos vários órgãos institucionais, corporizados especialmente na *Chancelaria*, na *Justiça* e nas *Cortes*³⁴⁶.

2.1.1 *Chancelaria*

Às chancelarias régias competia-lhes a emissão de documentação vária (diplomas, nomeações, títulos e outros documentos oficiais autenticados com selo real/chancela). O *chanceler*, no tempo de D. Afonso Henriques, anotava por escrito as decisões régias e autenticava os documentos, apondo o selo; a partir de 1170, passou a caber-lhe também as funções de chefe de magistratura; com D. Pedro I, o seu poder decaiu, mas, a partir de D. João III, passa a acumular as funções de fiscal da legalidade das mercês régias.

Através da variada documentação das chancelarias – abrangente de todos os aspetos de vivências singulares, de comunidades e de grandes centros urbanos, assim como das petições, mercês, benfeitorias, doações, alvarás e escrituras de diversa ordem – é possível fazer uma leitura sociológica, bastante aproximativa do *modus vivendi* de largos setores da sociedade de cada época histórica.

2.1.2 *Justiça* (*Cúria Régia*, *Tribunal da Corte*³⁴⁷, *Tribunal da Casa do Rei*, *Casa do Cível*³⁴⁸, *Tribunal do Desembargo do Paço*³⁴⁹, *Casa da Suplicação*³⁵⁰)

³⁴⁶ Vide também, sobre aspetos ligados a este tema, Martim de ALBUQUERQUE, *Para a história da legislação e jurisprudência em Portugal*, Coimbra, s/ed., 1983.

³⁴⁷ O Tribunal da Corte, que funcionava no palácio real, foi abolido em 1820. Em 1821, reuniram-se Cortes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa e proclamaram a separação dos poderes; o exercício da justiça ficou exclusivamente a cargo dos juizes; e foi criado o Supremo Tribunal da Justiça.

³⁴⁸ A atividade da Casa do Cível desenvolveu-se, desde os primórdios da monarquia até ao século XIV, sob a denominação de Cúria Régia. Em diferentes períodos, esteve sediada ora em Lisboa ora em Santarém, acabando por fixar-se em Lisboa, em 1434. A sua abrangência jurisdicional no território e quanto às matérias que tratava também nem sempre foi a mesma, sendo que, na data da sua extinção, em 1582, por D. Filipe I, estava sediada em Lisboa e tinha funções de tribunal régio de recurso. A sua extinção deu lugar à criação da Relação da Casa do Porto e ao reforço das competências da Casa da Suplicação. Estas últimas estão na origem, mais tarde, dos Tribunais da Relação do Porto e da Relação de Lisboa.

³⁴⁹ Também conhecido por Mesa do Desembargo do Paço (Tribunal Supremo de Justiça de Portugal) foi criado por D. João II (1455-95, rei em 1481) e ganhou autêntica autonomia em 1521, tendo sido extinta em 1833. No período de implantação do liberalismo, entre 1820 e 1833, a ação reformadora do ministro Mouzinho da Silveira promoveu a criação do Registo Civil; a divisão do território em províncias, comarcas e concelhos; a criação das circunscrições judiciais e o Supremo Tribunal de Justiça, dotando o País de um Estado liberal e moderno. Com a extinção, as suas competências passaram para a Secretaria de Estado do Reino (graças e mercês) e para a Secretaria dos Negócios Eclesiásticos e Justiça (administração da Justiça).

³⁵⁰ A Casa da Suplicação também foi extinta em 1833, pela reforma de Mouzinho da Silveira. Em Anexo XII, juntamos estudo, que fizemos desta instituição, intitulado «Reflexão sobre o Regimento Quatrocentista da Casa da Suplicação». Vide também sobre o assunto: Martim de ALBUQUERQUE, *Regimento Quatrocentista da Casa da Suplicação*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

A administração da Justiça, desde a Idade Média, estava intrinsecamente associada ao poder real. Inicialmente, as permanentes deslocções do rei e seu séquito exigia que o exercício da justiça também se efetivasse de uma forma itinerante, pelo que o monarca se fazia acompanhar de um corpo de funcionários da sua Casa especialmente preparado para essa tarefa. Essa estrutura judicial teve várias das denominações registadas no subtítulo acima. Destas, tiveram particular importância, atestada pela documentação que nos chegou, a Casa do Cível, o Tribunal do Desembargo do Paço e a Casa da Suplicação, cujas estruturas orgânicas, ao longo dos séculos, sofreram muitas reconfigurações e ajustes, umas vezes dotando-as de certa autonomia, outras vezes hierarquizando-as com absorção ou cedência de competências entre si. Pela longevidade da Casa da Suplicação, que consideramos como paradigmático modelo de instituição judicial, dedicámos um particular olhar ao «Regimento Quatrocentista da Casa da Suplicação». A estrutura orgânica deste que era o mais alto tribunal de Justiça do Reino, define-se a partir das seguintes inscrições: *Jurisdição* (espaços geográficos e humanos abrangidos); *Competência* (espaço jurisdicional e matérias); *Organização* (corpos constituintes, suas hierarquias e cadeias de relação entre si e com o rei). O Regimento da Casa da Suplicação tem inscritos não só os aspetos da sua natureza de Tribunal, mas especifica a forma como funcionam e interagem os seus vários órgãos, assim como define os meios e os limites da sua relação com o exterior, com o todo social. A forma como estão definidas as competências e articulações quer dos órgãos quer dos oficiais intervenientes, assim como as responsabilidades e referências de cada um são apresentadas separadamente e da seguinte forma sistematizada, de que reproduzimos sinteticamente a titulação, a qual nos permite a percepção da sua abrangência – «Do Colégio da Justiça»; «Do “estado” do rei»; «Dos Julgadores»; «O que deve o Senhor Rei dispensar aos oficiais»; «Especificações dos oficiais»; «Dos escrivães»; «Dos advogados»; «Dos ministros»; «Alegações gerais para julgar».

2.1.3 Cortes³⁵¹

2.1.3.1 Natureza e designações

O nosso distanciamento dos contextos em que eram convocadas Cortes e o pouco que se sabe sobre a forma como funcionavam, levam-nos a tender conformá-las com

³⁵¹ Para aprofundamento deste tema, consultámos Armindo de SOUSA, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, vol. I, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Universidade do Porto, 1990 (*passim*), especialmente as pp. 81-283, de que recolhemos as várias citações aspidas, de diversos autores mencionados e seus argumentos.

uma suposta regulação própria, pelo menos a uma conformação com o que se supõe ter sido o natural exercício de qualquer instituição do aparelho estatal. Porém, este caminho apresenta-se cheio de surpresas. Propusemo-nos, então, fazer um pequeno exercício, partindo do ponto de vista de alguns estudos sobre o tema, cujos elementos, considerados caracterizadores de uma instituição, são assim enumerados:

1. Maneiras fixas de atuação;
2. Atuação dos vários intervenientes em conformidade com regulamentos prescritos, antecipadamente;
3. Formas de atuação ritual com enquadramento visual de sentido simbólico (vestes, insígnias, instrumentos, estruturas);
4. Ligação forte a um sistema de valores;
5. Envolvência espacial e/ou temporal (histórica) de grupos de interesses.

A partir deste elenco caracteriológico do palco em que decorreram as várias Cortes que tiveram lugar no Reino de Portugal somos confrontados com uma realidade bem diferente, pois não se identificaram muitos e, em alguns casos, nenhuns dos requisitos elencados, facto que leva o autor a que recorremos, Armindo de Sousa, a problematizar, inclusive, a definição corrente de *instituição*. Segundo ele, os historiadores aplicam o termo *instituição* no sentido durkheimiano, em que instituição é «uma ideia de empreendimento que se realiza e dura juridicamente num meio social»³⁵². Esta, para ele, é uma definição muito idealista, como se do corpo social emergisse a instituição, de forma espontânea, ditada por uma vontade coletiva – por determinação quase biológica – e não como algo que é criado por decisão legislativa. Devido ao confronto das várias teses, este autor, problematizando a questão, interroga: «Serão as Cortes uma instituição?»³⁵³ Curiosamente, não adianta uma resposta, ou melhor, através da sua intensa e vasta argumentação, esmiuçando a documentação encontrada nas fontes, convida-nos a encontrar, por nós próprios, uma resposta, que, no mínimo, se revela curiosa, pois somos levados a começar por questionar as próprias definições de *instituição*.

Retemos, pelo menos, que «toda a instituição é um lugar onde se produz um tipo de discurso político e é lugar de inculcações»³⁵⁴. Toda a instituição é lugar de discurso, mas só atinge os seus fins, se tiver um corpo estrutural organizado, isto é, de sentido.

³⁵² Citação de Armindo de SOUSA, in *o. c.*, p. 82.

³⁵³ *Ibidem*, p. 85 (subtítulo 1.2).

³⁵⁴ Pierre ANSART, *apud* A. SOUSA, *o. c.*, p. 86 (nt. 10).

No caso das Cortes, o recurso a um rol extenso de verbos possibilita uma abrangência de olhares sobre os seus fins, pois nelas: informa-se, aponta-se, cita-se, aconselha-se, preconiza-se, recomenda-se, encarece-se, doa-se, promove-se, comunica-se, mostra-se, indica-se, manifesta-se, revela-se, denota-se, anuncia-se, denuncia-se...

Os historiadores João Pedro Ribeiro, Caetano do Amaral, Abel Andrade, Sánchez-Albornoz e Jorge Faro procuraram uma definição de Cortes debruçando-se sobre a sua «natureza»; Gama Barros, Paulo Merêa e Fortunato d’Almeida, procuraram vislumbrar-lhes a «fisionomia» e «feição», ou a «índole», o «carácter»; Marcelo Caetano procura explicitar-lhes o «carácter», mas subentende-lhes a «essência»; outros ainda, nelas, procuram identificar-lhes as «atribuições» e/ou «competências».

Nas definições é forte a analogia com o registo biológico das coisas da Natureza, levando à adoção de um vocabulário desse universo para se referirem as instituições: organismo, fisionomia, feição, índole, carácter, vitalidade, apogeu, decadência, morte.

Uma definição clássica de Cortes, perfilhada por Marcelo Caetano, diz que «é uma assembleia de três estados (clero, nobreza e povo), convocada pelo rei ou, em seu nome, reunida e assistida por um seu representante»³⁵⁵. Ora Armindo de Sousa é avesso a definições com esta «pretensa» precisão e, por isso, tende sempre a problematizar, alegando que, por exemplo, quer as Cortes de 1383 quer as de 1439, não foram convocadas pela autoridade legítima e, ainda, que as de 1478/Lisboa não tiveram a presença do Clero. Outros autores trazidos à liça, como René Fédou, dizem que o «aspeto mais estudado é sem dúvida o das origens»³⁵⁶, mas também é verdade que não se conhece nenhuma *certidão de nascimento* desta instituição. Ainda que se entenda que o conhecimento das origens do que quer que seja constitui um núcleo de informação que dá razões legítimas/genuínas para se entender o que vem a seguir, neste caso, parece não ajudar nada. Antes parece poder concluir-se que as instituições ou os organismos assim denominados – caso das Cortes – «foram-se formando, constituindo, por transações insensíveis, convergências amplexas, por um jogo subtil entre estruturas preexistentes e conjunturas favoráveis a mutações»³⁵⁷. No caso português, talvez se possa encontrar a sua génese quando, em 1254 ou «um pouco antes», representantes dos *homens bons* do concelho se reuniram pela primeira vez³⁵⁸.

³⁵⁵ Marcelo CAETANO, *apud* A. SOUSA, *o. c.*, p. 87 (nt. 14).

³⁵⁶ René FÉDOU, *apud* A. SOUSA, *o. c.*, p. 93 (nt. 31).

³⁵⁷ IDEM, *apud* A. SOUSA, *ibidem*.

³⁵⁸ Portugal e as suas Cortes tem sido tema de alguma divergência entre historiadores. No presente trabalho deixamos registo das posições mais recentes, porém, julgamos oportuno dar conta de alguns ras-

Mas, para Armindo de Sousa, para lá das origens, parece de mais utilidade saber-se as várias denominações que esta *instituição* (subestrutura) teve, pois atrás das denominações subentende-se muito do que se pensava sobre a instituição. Conhecem-se, para o período em estudo, pelo menos, 13 designações: acordo, ajuntamentos, chamado, chamamento, conselho, conselhos, cortes, cortes e conselhos, cortes gerais, cortes gerais e solenes, juntamento, juntamentos, visitação, mas o nome Cortes é que foi mais vezes utilizado.

2.1.3.2 *Autos de Cortes – mecanismos, formalidades e ambiente*

Ainda que alguns historiadores (v.g., Alfredo Pimenta, segundo Armindo de Sousa) digam que hoje se sabe tudo sobre as Cortes, ele – sempre no seu tom contestatário – afirma que isso não é verdade, pois há muitos aspetos que não estão tratados e que vão para lá das simples definições – por vezes idealizadas – da instituição Cortes.

Assim, em pormenor, e exige-se esse conhecimento, nada ou pouco se sabe, acerca de: espécie de sessões; como era conduzidos os trabalhos; que meios eram usados na discussão dos assuntos; que formas e modos se usavam quer para propor quer para votar; como funcionavam as comissões técnicas; de que forma e sob que critérios eram redigidos os regimentos e como se lhes referiam as atas conciliares (se é que havia atas, pois o autor desconhece-as). As várias dúvidas mantêm-se ainda em relação às convocatórias, se bem que o regimento as mencione, mas não se conhecem.

Quanto aos lugares indicados para as reuniões das Cortes, esses sim conhecem-se e aceita-se que estariam indicados nas convocatórias, além de se saber que havia algum

gos históricos de contestação, quanto aos tempos dessa emergência, pois eles remetem a uma memória que substanciou uma certa mentalidade nacionalista. Em plena crise liberal, por meados do século XIX, um acirrado debate foi sustentado precisamente, à volta deste assunto, pois dele se fazia depender a compreensão, ou melhor, a argumentação dos liberais opositores do absolutismo. Pela voz de José Liberato Freire de CARVALHO (in *Ensaio historico-politico sobre a Constituição e Governo no Reino de Portugal*, Paris, Casa de Hector Bossange, 1830, pp. 1-4) é defendida a tese da existência de Cortes, no território e espaço político, anterior à nacionalidade portuguesa (ainda que, nesses tempos, possam ter tido outras denominações). Pretende esta argumentação legitimar um pensamento e um agir político próprio, de raiz intrinsecamente lusitana e de inscrição quase mítica: «*As formas constitucionaes, ou as Cortes em Portugal, tem sido em todos os tempos conhecidos a cousa mais sagrada e importante que politicamente temos possuido; e dellas sempre dependeram essencialmente, assim como ainda hoje dependem, as nossas liberdades. He uma instituição mui sagrada, porque sem haver sido sancionada na sua origem por lei alguma escripta, de que as historias fação manção, sempre gozou do caracter de uma certa lei natural, que sem necessitar escrever-se com caracteres humanos, passa de geração em geração gravada na memoria e no coraçãõ dos homens. Assim a instituição de nossas Cortes ou de uma representação nacional, se pode mui propriamente denominar uma lei da terra, fundada em immemorial e antiquissimo costume, mantido entre as ruinas do imperio Romano por todas as nações do Norte que vieraõ fundar novos reinos e imperios na Europa, e chegaram até a extremidade della, o nosso Portugal. [...] Logo deste uso e desta practica se vê, que uma das primeiras e essenciaes liberdades dos antigos Lusitanos era a discussãõ e approvaçãõ dos negocios publicos nas suas assembleias geraes, que depois denominamos Cortes.*»

cuidado em manter os lugares assim como as datas anunciados, como forma de transmitir uma imagem de respeitabilidade e de reforçar a imagem de seriedade institucional.

As questões relativas à logística, ainda que delicadas, elas decorriam no respeito pelas precedências estatutárias, quanto à escolha dos alojamentos e disponibilidade dos bens do lugar: comitivas reais, clero, fidalgos e, por último, delegações dos concelhos.

As sessões conciliares decorriam, por norma, respeitando o seguinte modelo:

1. Sessão solene de abertura, presidida pelo rei, com proclamação da arenga, por um próximo do monarca (clérigo ou homem de letras, por norma), enunciação dos objetivos da convocação e sentido de voto recomendado pelo poder.
2. Na falta do rei, eram os regentes que ocupavam o seu lugar. Na menoridade do rei, este presidia, apesar da idade.
3. Pré-aviso aos convocados sobre o teor propositório (pela menos a partir de certa altura), a fim de lhes proporcionar tempo de maturação para as respostas ou questões.
4. Os estados reuniam-se separadamente.

As reuniões de trabalho dos deputados do povo podiam ser: *Sessões plenárias*; *Sessões restritivas* (com representantes das regiões, ou só das cidades); *Sessões de comissão* (*inter* ou *intra*, com delegados escolhidos); *Sessões com o rei ou seus delegados*. A duração das Cortes, por norma, ia de 15 a 45 dias.

A documentação produzida pode ser descrita da seguinte forma: acordos, autos de eleição, autos de juramento, declarações de resoluções anteriores, leis e ordenamentos, regimento e regência do reino, tratados de paz.

A decoração dos espaços variou em conformidade com as épocas, mas sempre houve a preocupação do conforto, da abundância e variedade de tonalidades, assim como a delimitação dos espaços dos vários representantes, agrupados em conformidade com o seu estatuto e/ou corporação. Toda a ambiência patenteava sumptuosidade e cor. E a liturgia do poder transmitia a toda a localidade uma sensação de festa.

2.1.3.3 *Participantes e procuradores*

A participação dos intervenientes agrupava-se, na maioria dos casos, à volta dos três estados – Clero, Nobreza e Povo.

Ainda que seja esta a tese mais divulgada, sabe-se que o modelo mais difundido na Europa nem sempre teve este formato, tendo havido reunião de Cortes só com o Po-

vo, assim como, em Portugal, como referimos acima, houve Cortes sem a presença do Clero (1478/Lisboa), ainda que alguns autores afirmem que essa ausência derivava do desinteresse da hierarquia eclesiástica pelos assuntos em discussão.

Quanto à necessidade das Cortes, Armindo de Sousa parece inclinar-se para a tese de que teria sido o Povo a determinar essa necessidade. E o seu argumento não deixa de parecer ter algum sustento, pois, segundo diz, tanto o Clero como os Nobres eram gente próxima do rei, com quem estes mantinham alguma convivência e, então, dá-se por suposto que só a necessidade de fazer ouvir o Povo é que determinou algumas das Cortes Gerais («Cortes com os Povos»). Enquanto a voz do Clero e Nobreza, normalmente, era uma voz nominal (titular), a voz do Povo (dos representantes dos concelhos) era plural e muito diversificada. Ao povo faziam-se pedidos de várias ordens, frequentemente a aceitação de impostos. Por sua vez, o Povo, através dos seus representantes (corporativos, de lugares, vilas ou cidades), tentavam alguma reciprocidade de contrapartidas. Estes representantes eram escolhidos, segundo critérios de riqueza, de cultura, de experiência ou de empenhamento, por vezes eram próximos dos nobres, por via de fidalgos influentes, ou do Alto Clero, através de eclesiásticos dados a essa intermediação.

2.1.3.4 *Funções das Cortes medievais*

Explica-se aqui o género de poderes, competências e funções que se confrontavam ou estabeleciam nestas assembleias. Nesse nicho microsocial, patenteavam-se os papéis estatutários, tarefas, atividades, direitos, faculdades, prerrogativas e atribuições. E, quanto às funções das Cortes, uma vez que representavam o todo social e espelhavam as suas teias relacionais de alteridade e subalternidade, elas desempenhavam funções de ordem política, legislativa, executiva e técnica.

Perante a questão, se as Cortes estariam ou não em condições de se tornarem agregadoras dos grupos que nelas participavam, ou seja, se estariam «orientadas para criarem compatibilidades», a resposta é negativa. E porquê? 1. As sessões eram realizadas separadamente, sem contatos dos elementos dos vários sectores, entre si; 2. As críticas eram dirigidas, entre si, uns aos outros (povo contra abusos da nobreza e do clero, por exemplo); 3. Nobres contra certas prerrogativas ou reivindicações dos concelhos. Não há notícia de que, em uníssono, alguma vez, os participantes se tenham agregado à volta de uma qualquer questão e esta tenha sido esboçada através de um «nós». Os mecanismos funcionavam mais em manter as diferenças do que em esbatê-las.

Não se encontra entre os historiadores uma resposta unívoca à questão de se saber se as Cortes medievais eram uma instituição. Tal é devido às características peculiares dessas assembleias, se comparadas com a definição comum que se aplica a outros órgãos do Estado e que passa por uma certa perenidade do modelo inicial, ainda que com ajustes impostos pela natural evolução. Parece-nos, no entanto, que, no caso das Cortes, também se lhes aplica a caracterização de instituição – ainda que revestida de alguma singularidade –, pois apesar das suas variadíssimas configurações, reconfigurações, elas corresponderam a uma peculiar especificidade: a capacidade de ajuste às variadas geografias e períodos históricos em que ocorreram, condicionadas ou determinadas por circunstâncias sociais de diversa ordem e visando os mais diversificados fins.

Com o advento dos regimes absolutistas, a instituição das Cortes será simplesmente esquecida e remetida para a memória histórica ancestral, mas permanecerá como lastro de uma memória participativa das forças vivas da Nação, em que se fundarão vários dos órgãos administrativo-legislativos do Estado e dos futuros regimes políticos, normalmente a funcionarem em permanente e regular atividade e em sede própria, sob as denominações de: Câmaras Parlamentares, Assembleias da Nação ou Parlamentos.

3. Poder eclesiástico / Poder clerical

AS questões respeitantes ao poder eclesiástico na Europa dificilmente serão entendidas fora de um enquadramento ou cotejo com o poder político dos Estados europeus, com os quais tem convivido ora em sintonia ora em dissenção.

Essa relação foi de tal modo imbrincada que o seu estudo nos revela, por vezes, cambiantes relacionais históricas absolutamente originais, quer de cerzimento ou vínculo quer de sobreposição ou associação. Esses cambiantes revelam-se nada comuns se comparados com outros relacionamentos institucionais, que vulgarmente resultam em absorção ou anulação e, em alguns casos, em aniquilamento. Estamos perante um quadro de relacionamento – onde a bipolaridade atração-repulsão, amor-ódio, lhes dita o compasso e lhes determina uma convivência a dois, marcada (porque da sua própria natureza) de fatalidade –, cujas características e objetivos desse par institucional permitem que este seja explicado através da analogia do viver conjugal, de inscrição afetiva, visando uma vida a dois, e em que a pura concorrência de interesses ou objetivos mútuos de destruição não é a motivação que os move. A relação estabelece-se e perdura numa realidade em que cada polo, por vezes, parece comportar o outro: «Em todas as épocas aparecem tensões [criadoras] e afinidades entre o foro político e o foro religioso. Entre estes dois polos separados domina por vezes o polo da unidade, sendo que, noutras, é o polo oposto que sai vitorioso»³⁵⁹.

Impõe-se que nos demoremos mais um pouco sobre esses tempos europeus que antecederam a fundação do País dos Portugueses, pois sem esse entendimento e das intrincadas teias que, então, se formaram, tornar-se-ia difícil uma estruturação textual com nexo e claro sentido dessas origens, carregadas de memórias que ajudam a explicar as razões que subjazem e substanciaram essa emergência.

Recorremos, então, à memória histórica, a fim de retomarmos o fio cronológico sob o qual se desenvolveram estas relações institucionais.

Após a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C.³⁶⁰, quais foram as formas políticas que restaram? No terreno real: nenhuma! Mas, na consciência dos homens

³⁵⁹ Cf. Jean-Claude ESLIN, *o.c.*, p. 12.

³⁶⁰ A parte oriental do Império subsistirá, por mais quase mil anos, sob a denominação de Império Bizantino, sossobrando apenas com a queda de Constantinopla, perante o avanço muçulmano dos Otomanos, em 1453.

restaram alguns conceitos/ideias modelares, pelo menos três – *Império*, *Cidade*, *Igreja* – que lhe permitirão alicerçar uma reorganização social e política.

A ideia de *Império* parece ter resistido por séculos, no mais profundo dos anseios, pois todos os governantes europeus – desde a fundação do Sacro Império Romano-Germânico, passando pelos reis peninsulares, por Napoleão, Bismarck, Terceiro Reich – sustentaram o desejo da construção de um império³⁶¹. A ideia de *Império* contém essoutra ideia de «agrupamento de todo o mundo» (*orbis terrarum*) sob um único poder. Pierre Manent vai mais longe e vê nessa ideia um profundo arquétipo social, e, daí, adianta que talvez não seja legítimo atribuir a um suposto desejo desmedido de Alexandre, de César, de Carlos Magno ou de Napoleão, a da criação ou conquista de um império, mas tão-só que isso corresponda a um anseio puramente humano – a construção de um poder único sob um único poder³⁶². O que nos parece evidente é que esta ideia de *Império* surge sobremaneira ligada à de *Soberania*, que não deixa de corresponder, em síntese, à preocupação humana de organizar o mundo.

A *Cidade* é outro grande modelo. O espaço físico em que se concentra um grande número de pessoas será sempre um lugar de poder. Estando na Cidade refletido o Império, tende aquela beneficiar do prestígio deste. Roma e Constantinopla são fortes exemplos, assim como o tinham sido Atenas, Esparta, na Antiguidade. Após a queda do Império Romano, emergem Veneza, Florença, Génova e tantas outras. E, à medida que as monarquias se robustecem, o poder das cidades transforma-se e estas convertem-se em espaços de «liberdade». A cidade é o espaço comunal em que os cidadãos deliberam e decidem sobre tudo o que incumbe aos seus interesses comuns. A «associação» surge como uma ideia política que se converte em premissa natural para a mudança das condições existenciais. Mas parece que nem a ideia de império nem a ideia de cidade foram suficientes para que a Europa se reconstituísse politicamente e, por isso, surgiram as monarquias³⁶³.

O terceiro modelo é a *Igreja*, e é dele e do poder que o reveste que trataremos neste capítulo. Ainda que a *Igreja* não se situe no mesmo plano do *Império* e da *Cidade*, não deixou também de ter como seu objetivo a regulação da vida das comunidades, não só no plano religioso mas também no político e social, que, no tempo medievo e ainda na modernidade, eram considerados indissociáveis. E essa vocação eclesial colocará um sério

³⁶¹ E talvez nem seja demasiado forçado vermos aqui refletida a ideia ocidental, de raiz cristã, de «Estado mundial» ou a ideia da região do Crescente, de raiz muçulmana, de «Estado islâmico»!...

³⁶² Cf. Pierre MANENT, *Historia del Pensamiento Liberal*, Buenos Aires, Emecé Editores, 1990, p. 17.

³⁶³ Cf. IDEM., *ibidem*, p. 19.

problema político aos povos europeus. Daí, se poder legitimamente afirmar que o desenvolvimento político da Europa só pode ser compreendido como sendo a história das respostas dadas a problemas colocados pela Igreja – comunidade humana de um género completamente novo –, pois cada resposta institucional coloca, por seu turno, problemas inéditos e faz apelo a uma inventiva de novas respostas. E dos problemas colocados pela Igreja à Europa, há dois dos quais derivaram todos os outros: um emergiu da conjuntura político-social dos territórios de implantação da Igreja e o outro, estrutural, do âmbito da organização eclesiástica de que dependia o sucesso ou não de fazer coincidir, sem desgastes comprometedores, a doutrina e a ação interventiva nas coisas do século. Sendo qualquer deles bem conhecido, convém-nos, aqui, apenas recordá-los.

A questão da *conjuntura*, ou seja, a que se coloca em virtude do vazio de poder causado pelas invasões bárbaras, leva a que a Igreja assuma encargos de ordem social e política, e o resultado é o da forçada incumbência dos clérigos em funções de ordem secular, cumulativamente com as específicas de administração do sagrado.

O problema *estutural* reside na contradição em que se viu envolvida a Igreja: se, por um lado, se apresentava como meio institucional para a salvação eterna do homem – não devendo, portanto, imiscuir-se nos negócios do mundo (nas coisas «de César»); por outro lado, a premência da condução dos homens à salvação, levava-a a constituir-se como vigilante dos comportamentos, daqueles que levam ao desvio do mesmo homem dos caminhos da retidão. Ora, na constatação de que os atos mais lesivos do bem comum eram os gerados na área da governação, e, por via disso, mais abrangentes e que mais influíam nos desregramentos de vida dos governados, «porque se os “prelados” laicos são maus, o seu pecado recai sobre os seus súbditos»³⁶⁴, a Igreja pareceu ter sido levada a uma reivindicação do «poder supremo», assumindo atitudes de confronto institucional com o poder secular, cuja máxima expressão foi atingida no século XI, quando o Papado pretendeu introduzir uma reforma na Igreja³⁶⁵.

³⁶⁴ Georges DUBY, in *As Três Ordens*, Lisboa, Ed. Estampa, 1994, p. 283.

³⁶⁵ A reforma profunda e abrangente da instituição religiosa começada por Gregório VII (1073-1085) – que decorreu, numa primeira fase, ao longo de meio século (sob sete pontificados) e que teve como episódio marcante a denominada *Querela das Investiduras*, encerrada com a *Concordata de Worms* (1122) e confirmada pelo concílio I Latrão (1123) –, viria a comprometer o equilíbrio que então existia entre o poder laico e o poder religioso, criando fortes cisões na relação de subordinação que até então a Igreja aceitara, em que os bispos para além de chefes espirituais da comunidade cristã, eram também chefes políticos dos territórios e, nessa qualidade de vassalos, eram *investidos* pelo imperador, nos seus cargos e funções através da entrega de anel (símbolo da fidelidade) e báculo (símbolo do poder), e, frequentemente, sem qualquer interferência ou opinião da Sé romana. Colhida em E. L. GANSHOF, in *O que é o Feudalismo?* (Lisboa, Pub. Europa-América, 1976, p. 107), deixamos ilustração de um ato consagratório selado com o simbólico ósculo, registado no século X, em que Otão I investe o monge beneditino Notker,

O primeiro embate foi o do confronto com o poder político que, então, era partilhado, ou seja, muitos dos seus membros a reformar estavam adstritos, quase exclusivamente, aos assuntos seculares. Tal facto parecia inviabilizar quaisquer decisões nesse sentido, mesmo que se pretendesse apenas agir na área eclesiástica. E tornou-se evidente que qualquer que fosse a reestruturação, ela só seria factível e efetiva se se procedesse à separação das esferas de poder, e isso só se mostrava possível com o robustecimento e centralização do poder nominal do Papa.

Durante meio século esgrimiram-se argumentos e aprofundaram-se divergências que se saldaram na emergência de uma nova estrutura de domínio, sediada na Roma papal:

Os reis perderam o carácter semieclesiástico que tinham e parte da sua influência sobre a nomeação dos cargos eclesiásticos. A Igreja obteve a liderança, senão o domínio absoluto, da sociedade europeia. A Igreja tinha-se separado, nitidamente, das autoridades políticas seculares; totalmente independente ao mais alto nível, pôde assim garantir um considerável grau de autonomia nos níveis mais baixos³⁶⁶.

Resolvida esta contenda, de que sairá reforçada a posição da Sé Apostólica romana, a Igreja passou a ser considerada como repositório da autoridade suprema, acima de qualquer outro poder³⁶⁷, mas, para o Cristianismo, esta envolvimento nos assuntos seculares contradizia a letra do seu texto fundamental. Aqui as contradições avolumaram-se, ou melhor, foram, aparentemente, ultrapassadas de uma forma que se pode caracterizar de *artificial*: a doutrina deixava ao homem a liberdade de se organizar como entendesse, temporalmente, mas impunha-lhe, religiosamente, uma teocracia.

O resultado foi uma coerção religiosa sem precedentes e, simultaneamente, uma aparente libertação ou emancipação da vida secular. Na realidade e na prática, o que se percebe é que a Igreja da Idade Média impôs a teocracia e de maneira alguma a liberdade, pois o domínio da consciência religiosa das populações conduziu, tentacularmente, ao aprisionamento conformado dos comportamentos sociais, ainda que, aqui ou ali, pontualmente, haja notícia de algumas resistências. Esta objeção tem algum peso, e há que considerar não só o

abade de São Galo, como príncipe-bispo de Liège: «Finalmente, tu serás meu, disse o imperador, e, depois de o ter recebido pelas mãos, beijou-o; em seguida, tendo sido trazido um evangeliário, o abade jurou fidelidade.» O carácter religioso das investiduras só terminaria com Worms, mas ainda perdurou a intervenção secular na investidura dos cooptados. Em Portugal, essa prerrogativa, ainda que, noutros contextos e sob modelos diferentes será retomada em 1740, por concessão de Bento XIV e consagrada na Carta Constitucional de 1826, com efeitos até 1911 (início da República). E, nos territórios de missão, será perpetuada, por decisão de Nicolau V, que concedeu especial privilégio (*Padroado*) ao administrador real da Ordem de Cristo, desde o início da expansão das Descobertas, em 1455.

³⁶⁶ Joseph Reese STRAYER, *o. c.*, pp. 26-27.

³⁶⁷ Em 1075, Gregório VII (in *Dictatus Papae* [vv. 18-21]) estabelece: «que a sua decisão não deve ser revista por ninguém e que só ele pode rever as decisões de todos.» E, um século mais tarde, Inocêncio III [1198-1216] usa a fórmula «*qui de omnibus judicat et a nemine judicatur*» (a todos julga e por ninguém pode ser julgado), *apud* Joseph Reese STRAYER (1986, 14).

que a Igreja fez diretamente, mas também o que ela possibilitou, devido a essa genésica contradição. Tendeu a exercer a sua autoridade, indiscriminadamente, sobre todos os regimes políticos – monarquias, cidades, impérios –, indiciando uma aparente não intenção de impor um particular regime político. Porém, a realidade demonstrou que, à medida que o poder secular foi ganhando forças, este tendeu a encontrar modelos e instrumentos políticos que melhor resistissem às tradicionais e coercivas pretensões da Igreja, e, por fim, a luta contra esse aspeto teocrático será possível e de alguma forma legitimada – a partir da contradição eclesiástica – pelo argumento evangélico. Contudo, a Igreja (ou a sua hierarquia, segundo conceitos atualizados) jamais se libertará da «eterna» suspeita de, na prática, se reclamar também e ainda das «coisas de César»³⁶⁸.

Esta determinação eclesiástica reformista haveria de estar na origem de inúmeros constrangimentos, entre o poder secular e o religioso, mas curiosamente, aquilo que, de início, se pretendia, e que era a separação da Igreja do Estado, acabaria por se transformar numa relação de subalternidade, mas agora, do poder secular em relação ao poder eclesiástico. A evolução da relação entre estes poderes, ainda que num registo de subalternidade inversa – em Portugal, decorrerá desta forma modelar até finais do século XVIII –, será sempre marcada por alguma tensão, umas vezes concorrencial e animosa, outras vezes, movida por propósitos de entreaajuda e colaboração bem estreita. Um dos campos de atrito passou pelos registos escritos que permitiam um eficiente controlo tanto de populações, como de indivíduos, como de bens patrimoniais. Aqui, a Igreja, primeiramente por determinação conciliar, exigiu das suas paróquias o registo dos seus «freguezes», assim como dos atos sacramentais que administrava; e, em segundo lugar, detinha, no corpo clerical – único estrato social com formação intelectual e total disponibilidade –, uma reserva humana, que, desde sempre foi requestada por imperadores, reis e príncipes para ocuparem lugares de responsabilidade e conselho na governação, mas que, de forma simultanea e invasiva, foi assegurando domínio e influência em todas as esferas do Estado, por vezes até, substituindo-se a governantes mais pusilânimes ou acomodados, nos correntes atos administrativos. A pouco e pouco, os cargos foram-se estabelecendo e radicalizando, convertendo-se em instituições burocráticas de poder, ainda que de registo diferenciado³⁶⁹.

³⁶⁸ Pierre MANENT, *o. c.*, pp. 19-23.

³⁶⁹ O corpo clerical era constituído não só pelos bispos e presbíteros, ordenados, mas ainda por um inúmero conjunto de outros elementos em que se incluíam os membros das ordens militares e das ordens terceiras «dependentes de instituições religiosas e ainda todas as pessoas que tivessem recebido a tonsura, mesmo que depois vivessem como leigos» (José MATTOSO, in *Dicionário de História de Portugal*, dirigi-

Jack Goody, que tratou este tema, alcunha-as de «burocracias gémeas»:

O crescimento da Igreja como instituição burocrática, no sentido simplista de possuir uma repartição com registos escritos, abriu outra área de conflito de interesses entre Igreja e Estado. Estas evoluções não se confinam evidentemente às sociedades letradas; um certo dualismo do poder secular e religioso constitui um traço de muitos sistemas que possuem um estado simples. No entanto, o desenvolvimento da burocracia, o controlo de intelectos e técnicas, a acumulação de propriedade em terras, que a instauração permite ou encoraja, alargam o hiato entre os interesses da Igreja e do Estado.³⁷⁰

A lógica dos acontecimentos introduzirá, entretanto, uma corresponde lógica no pensamento dominante de todos. Tornara-se demasiado óbvio que, se todas as nações se que-riam cristãs, então, a autoridade suprema deveria estar nas mãos das autoridades eclesiásticas, e isto, paulatinamente, foi sendo assumido como próprio e da natureza das coisas, transformando-se numa questão pacífica, pelo menos até ao advento da grande crise do século XVI, suscitada pela Reforma protestante e suas consequências, que ditarão outras emergências e imporão, de novo, reconfigurações profundas quer no plano político quer no plano religioso e, consequentemente, no plano das relações do Estado-Igreja, ainda que com poucos reflexos imediatos em Portugal.

3.1 Poder eclesiástico, na Península Ibérica e seus ajustamentos em Portugal

As primeiras Crónicas dos monarcas portugueses dão conta da presença da Igreja Católica Romana em empenhada ação, primeiro, na autonomização do território Portu-calense do reino de Leão, de seguida, e de uma forma esforçada, através de alguns dos seus hierarcas mais representativos, no apoio ao «príncipe» Afonso, na causa e consunhação da independência e, simultaneamente, também em empenhos redobrados, no trabalho de alcançar o reconhecimento pontifício da independência e realeza de D. Afonso Henriques, junto da Sé Romana.

Ora qualquer ação empreendida pela Igreja, de forma tão proveitosa, só pode ser compreendida se tivermos em conta que era uma Igreja de estrutura institucional reconhecida e há muito implantada profundamente, no território peninsular. Aqui, à Península, te-

do por Joel SERRÃO, vol. I, pp. 590-591). As suas funções eram as mais diversificadas, como a de professores e funcionários das Universidades, e de oficiais de justiça e cobradores. A todos os letrados e àqueles que, pelos seus estudos, poderiam vir a sê-lo, se dava o nome de *clérigo*. Desde o sacristão que ajudava à missa e aprendia as primeiras letras em casa do pároco, até aos mais altos funcionários da Corte, passando pelos diversos graus do ministério da Igreja, e neles incluindo os monges, todos recebiam a designação de *clérigos* (cf. Rómulo de CARVALHO, *História do Ensino em Portugal, o.c.*, p. 39).

³⁷⁰ In *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, Lisboa, Ed. 70, 1987, pp. 35-36. Para nós, o conceito de «burocracias gémeas» aproxima-se bastante daqueloutro, referido à conjugalidade, o das «almas gémeas».

rá chegado o Cristianismo, ainda no período apostólico, trazido, talvez, por discípulos de Jesus (quicá integrantes das forças romanas) ou judeus da diáspora convertidos, ou o próprio apóstolo Paulo, como o defendem alguns autores³⁷¹, ou ainda, por São Tiago³⁷², como o pretende a tradição popular (cuja memorial presença está perenizada em Compostela com majestosa catedral). Independentemente do modo ou meio utilizado pelo Cristianismo para chegar a estas paragens, e apesar de não se poder certificar a sua presença antes do século III, como no-lo afirmam Fernando Cortázar e González Vesga:

Até às perseguições de Décio e Diocleciano, já em pleno século III, não se conseguem datar quaisquer testemunhos da presença cristã, apesar de estes surgirem em Astorga, León e Mérida. Todas as notícias confirmam as relações entre o Cristianismo peninsular e o do Norte de África; e, em ambos os casos, foram os comerciantes e os soldados quem mais contribuiu para espalhar a semente do Evangelho. Adiantando-se ao primeiro concílio de Niceia [325], a reunião dos primeiros bispos hispânicos em Elvira (Grabada) cerca de 306, demonstrava o vigor da comunidade cristã, que pouco depois oferecia à Igreja universal as personalidades de Ósio [c. 257-359], bispo de Córdoba, São Paciano [c. 310-c. 391, bispo de Barcelona] e o papa São Dâmaso [305-384, papa desde 366]³⁷³.

presume-se, por alguns relatos posteriores, que teria provavelmente havido pelo menos notícia ou alguma pequena comunidade a partir dos primeiros séculos da era cristã³⁷⁴.

A Igreja cristã chegou à Península (Hispania romana) num contexto político de domínio de Roma, mas com a derrocada do Império, foi-se moldando às exigências de ordem administrativa dos novos senhores (bárbaros) – Suevos, Vândalos, Alanos (chegados em 409) e Visigodos (no ano 414). A Igreja cristã, pelo empenhamento apostólico e pastoral de muitos dos seus bispos, acabaria por reverter muitas das situações desfavoráveis.

³⁷¹ A Carta aos Romanos (15,24.28) alude, efetivamente a essa intenção, embora não se tenha qualquer confirmação, pelo menos da parte do Apóstolo, de que a viagem se realizou, e também da segunda Carta a Timóteo (4,17) se pode inferir uma alusão indireta. Posteriormente, Clemente Romano (35-97, Papa desde 88) menciona o facto como real e também o *Cânone Muratori* (manuscrito do séc. II) alude a essa viagem de Paulo. Nos tempos modernos, o crítico Ernest Renan invoca «sérios motivos» que o levam também a acreditar nessa viagem! (cf. Pe. Miguel OLIVEIRA, *o. c.*, p. 14).

³⁷² Consta das lendas de grande divulgação junto das populações do Norte da Península, a partir do séc. VII, que, logo a seguir ao Pentecostes, pelo ano 34, o apóstolo Tiago (Maior) tenha vindo evangelizar as Hespanhas, porém, devido ao paganismo das suas gentes, não teve sucesso, pelo que terá regressado à Palestina, onde sofreu o martírio (entre 42 e 44). Após a morte, o seu corpo teria sido embarcado no porto de Jafa e trazido para a Galécia, aportando a Iria Flavia (Padrón), e, tendo sido, supostamente, encontrado o seu túmulo, em 814, por baixo do altar-mor da igreja que, no séc. XI, dará lugar à atual Catedral de Santiago (cf. IDEM, *ibidem*, pp. 13-14 e 84).

³⁷³ Fernando García de CORTÁZAR e José Manuel González VESGA, *História de Espanha – uma breve história*, Lisboa, Presença, 1997, p. 99.

³⁷⁴ Por lendária tradição, reclamam-se, em Espanha, da sua evangelização por São Tiago: **Toledo** (ainda que só haja registo de um bispo, Melancio, cerca do ano 300); **Tui** (cuja tradição atribui a cátedra episcopal a San Epitácio, em 57); e **Compostela** (dignidade episcopal recebida por transferência de Iria, em 1095). Em Portugal, surgem: **Braga** (com São Pedro de Rates, em 45-60, ainda que o seu primeiro bispo atestado seja D. Paterno [II] (Atas do Concílio de Toledo, em 400); **Guimarães**; **Ebora** (atual Évora), com São Manços, ainda que o seu primeiro bispo atestado seja D. Quinciano (303-314) (Atas do Concílio de Elvira, em 303); **Olisipo** (Lisboa), com São Manços (ano 36!...), mas com efetiva comprovação só surge São Potâmio (cerca de 356), que se sabe ter estado envolvido na polémica com os Arianos.

ráveis em espaços de alguma contemporização e mesmo de adesão religiosa por parte dos invasores³⁷⁵, e que levará a uma unidade da fé religiosa, no Ocidente onde havia sido quebrada a unidade do Império.

No século VIII, a chegada do Islão fará ruir parte da estrutura eclesiástica cristã cuja maioria dos clérigos e população cristã se refugiarão na região das Astúrias. Daqui emergirá a chamada Reconquista Cristã³⁷⁶, que se estenderá pelos quinhentos anos seguintes, até à rendição do reino de Granada, em 1492, aos Reis Católicos.

O tempo da Reconquista foi marcado de muita turbulência, ditada pela permanente instabilidade causada pelos múltiplos avanços e recuos das fronteiras, apenas abrandada, por curtos períodos de tempo impostos pela necessidade de recuperação dos contendores, para logo que possível retomarem a agressividade que os levaria, de seguida, a novas tréguas e pactos que, mais uma vez, seriam quebrados assim que se sentissem retemperadas as forças e os meios. A Península foi-se reconfigurando politicamente, ao sabor das predominâncias militares e das alianças que, a cada momento, os vários e distintos reinos estabeleciam entre si.

³⁷⁵ A Península, após a queda do Império Romano, ficou habitada pelos povos gentílicos, denominados **Hispano-Romanos** (católicos) (cf. Pe. Miguel de OLIVEIRA, *o. c.*, p. 36), a que se juntaram, os povos invasores. Das lutas de acomodação territorial que se seguiram, ficaram a dominar os **Suevos** e os **Visigodos**. Os Suevos, na Galécia, no *convento* jurídico de Braga, que será a sua capital. Inicialmente pagãos e numa primeira vez convertidos ao Catolicismo por ação do metropolitano Balcónio junto de Requiário (rei: 448-456), aderirão, depois, ao Arianismo, por ação de um bispo visigodo, Ajax Gálata, entre 460 e 468, com retorno definitivo ao Catolicismo, entre 550 e 561, por ação de S. Martinho de Dume, com os reis Cararico e Teodomiro. Os Visigodos – com capital fixa em Toledo, e convertidos ao Catolicismo, em 589 (através do rei Recaredo I, que confirmou a catolicidade do reino, neste mesmo ano, no III Concílio de Toledo) – depois de terem derrotado os Alanos da Lusitânia e Cartagena Ocidental, em 418; os Vândalos da Bética, em 429; os Suevos, em 585; e de afastarem os Bizantinos, chegados com Justiniano I, entre 552-624, ao Sul da Península [Málaga e Cartagena] (cf. ISIDORO DE SEVILHA, *Historia Gothorum* § 62 líneas 13-16, *apud* A. P. BRONISCH, «El concepto de España en la historiografía visigoda y asturiana» in *Norba. Revista de Historia*, v. 19, 2006, pp. 9-42) –, ficarão a dominar toda a Península até à chegada dos muçulmanos de Tariq, em 711, que os derrotarão.

³⁷⁶ Em 710, uma dissidência entre dois irmãos, pretendentes ao trono visigodo (Rodrigo e Áquila, filhos do falecido rei Vitiza [701-709]), será o pretexto de ajuda a um dos contendores, para o desembarque, na Península, em 711, de um exército de bárberes e mouros, comandados por Tariq que aniquila as forças de Rodrigo, na que ficou conhecida por Batalha de Guadalete. A facilidade encontrada pelos invasores, levou a que, em 712, um outro contingente de árabes chegasse, como reforço do plano de conquista da Península que, em 715, excetuando o norte das Astúrias, ficou totalmente subjugada. Em 722, porém, em ação reativa, as forças do então aclamado rei cristão Pelágio, na região de Cangas de Onís, enfrentaram os muçulmanos, derrotando-os no lugar de Covadonga, dando início à Reconquista Cristã. O genro de Pelágio, Afonso I (739-757), levará o esforço da reconquista para lá do Douro, mas na impossibilidade de manter a efetiva ocupação e defesa das terras reconquistadas, pôs em execução um plano de armamento de uma larga faixa territorial, entre as Astúrias e as terras de posse dos árabes, situação que, segundo alguns autores, terá durado cerca de um século até à decisão de repovoamento por parte de Ramiro I (rei: 842-850). O repovoamento da parte respeitante ao território portugalense só decorrerá, a partir de 850, com Ordonho I. Entre 866 e 910, com Afonso III, serão reconstruídas Braga, Portucale, Ourense, *Aemini-um* (Coimbra), Viseu e Lamego (cf. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *o. c.*, I, p. 58). A teoria do armamento, defendida, por exemplo, por Alexandre Herculano, e que foi posteriormente contestada, está aqui abordada, com mais pormenor e argumentos das partes, nas páginas seguintes.

Volvidos uns vinte e sete anos depois da queda do Império Visigótico, Afonso I [das Astúrias], continuando as tradições de Pelaio, principiou com o maior êxito as suas guerras de restauração cristã; mas ao mesmo tempo que expulsava os africanos de uma região e se apoderava da soberania política, com ela tomava também a coroa o direito de propriedade³⁷⁷.

Uma outra decisão que terá tomado Afonso I, foi o denominado *ermamento*, defendido por alguns historiadores e, particularmente, por Herculano, ou seja, que teria sido criada uma zona-tampão, entre as Astúrias cristãs e os territórios ocupados pelos árabes. Esta tese, no entanto, será, posteriormente, rebatida por outros autores, com destaque para Alberto Sampaio e Pierre David, que se justificam com base na resistência da hagiotoponímia e ainda de alguns substratos religioso-culturais associados a oragos cristãos antigos de localização atestada e continuada, que uma desertificação muito prolongada tornaria impensável que pudessem ressurgir nos mesmos locais e com a mesma força identitária.

[...] Com o rei vitorioso emigrariam muitos de boa ou má vontade, mas não o grande número, que ficava sempre, quaisquer que sejam as tormentas, retraído, escondido, na passagem dos exércitos amigos ou inimigos, dando ao país a aparência de um deserto. Isto originou, sem dúvida, a frase enigmática do cronista, e as expressões contemporâneas – *ermo, deserto, terra desabitada*. Mas que nunca houve ermamento conhece-se com toda a clareza dos documentos da época. [...] O que houve foi uma desordem profunda e prolongada, resultante da ausência de governo regular, das guerras incessantes, e da nova compreensão dos direitos da coroa sobre os prédios, de que se derivou a presúria e a substituição dos proprietários³⁷⁸.

A vida foi, com certeza, profundamente perturbada [...] Não obstante, permaneceu um elemento de continuidade, conservador das antigas tradições, como em todas as épocas de vida retardada. Esse elemento manteve-se à volta dos antigos centros paroquiais, igrejas e mosteiros, mesmo quando arruinados. Há exemplos que permitem determinar terem-se reconstruído igrejas sob a invocação de antigos titulares. [...] Tinham subsistido núcleos de cristandade que mantinham a tradição dos seus santuários e dos seus antigos padroeiros³⁷⁹.

Alberto Sampaio reforça a sua argumentação ao acrescentar que apesar da maioria do clero se ter refugiado nas Astúrias, como muitos defendem, outros continuaram a viver junto das populações em fuga e envolvidos ou reforçando as forças do exército cristão no combate aos sarracenos, como é o caso de Odoário, bispo de Lugo (c. 750-c. 780) e de Braga (em 786):

Consideremos em primeiro lugar os relativos a Lugo. Foragido, acompanhado de um séquito de parentes, servos e outras pessoas, o bispo Odoário recolheu-se a esta cidade, quando soube das vitórias de Afonso I, que o incumbiu de a restaurar, a ela e à província. Executada esta incumbência, passou a fazer o mesmo em Braga, falecendo então.

³⁷⁷ A. SAMPAIO, *Estudos Económicos, o. c.*, vol. I, pp. 45-46.

³⁷⁸ *Ibidem*, pp. 46-47.

³⁷⁹ Pierre DAVID, *apud* Turquato SOARES, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO, vol. II, p. 72.

[...] O séquito não podia ser muito numeroso. Na própria exposição por ele feita, sabe-se, eram pessoas da classe mais ou menos servil [...]. Treze desses, fundando uma igreja em Villamarci, dizem que saíram da sua terra com o bispo. [...] Com um punhado de seguidores, Odoário, encontrando a cidade *desertam et inhabitabilem* [deserta e inabitável], restaurou-a. Simultaneamente com a mesma facilidade, reorganizou a vida agrícola. Apoderando-se de uma grande quantidade de vilas, fez renascer em todas a cultura, e atribuiu o senhorio de algumas aos seus companheiros. [...] Já se vê que não estava num país deserto; aliás, com esses indivíduos, bem poucos em relação ao território, em tão curto prazo era-lhe impossível restaurar a cidade com a sua província; nem poderia obter os *boves & jumenta* que menciona³⁸⁰.

Há ainda a considerar uma outra circunstância, e esta atestada por documentação medievla, de que, durante a ocupação árabe, resistiu e foi tolerada uma certa estrutura eclesiástica cristã, a quem era permitida a prática da sua fé. No entanto, longe da vigilância doutrinária centralizadora, acabaram por reconfigurar muitas das suas práticas e ritos litúrgicos, a que acrescentaram elementos novos, tal como o uso do árabe. Eram os denominados moçárabes. Em carta de cruzado participante no cerco a Lisboa, dirigida a alguém de nome Osberto, encontra-se referência à presença de eclesiásticos (inclusive de um bispo) à frente da Sé da cidade, aquando da sua tomada por D. Afonso Henriques, e assim comentada por Stephen Lay:

Os termos da rendição [da cidade de Lisboa] foram ignorados no momento em que grupos de cruzados flamengos e germânicos se deleitaram com um violento saque da cidade, pilhando e assassinando os cidadãos sem qualquer constrangimento. Entre as vítimas encontrava-se o antigo bispo moçárabe da cidade, que foi chacinado pelos desordeiros flamengos. [...] Afonso foi rápido a agir e a reorganizar a cidade recém-conquistada. Um inglês de Hastings foi promovido para a subitamente disponível vaga da sé, assumindo-se como bispo Gilberto (1147-1166). Uma série de outros clérigos nórdicos foram igualmente escolhidos para ficarem em Lisboa com o propósito de supervisionarem a recuperação das igrejas da cidade e o estabelecimento de umas tantas novas instituições religiosas³⁸¹.

E o mesmo sucedia noutras cidades e vilas, como também o comenta Herculano, referindo-se a Toledo e ao ambiente vivido no seu interior, quando surgiram notícias de um iminente assédio por parte do rei de Leão:

A antiga capital da monarquia visigótica era em grande parte povoada de cristãos moçárabes e de judeus opulentos, os quais, posto que obedientes ao jugo muçulmano, o sofriam constrangidos e folgavam das sedições que eles próprios promoviam³⁸².

Uma curiosidade, no entanto, colhe-se destes relatos, e tem a ver com a presença do que aparenta serem duas tradições religiosas cristãs e de origem romana, em aparente concorrência apenas ditada pela circunstância política de integrarem e servirem popula-

³⁸⁰ In *o. c.*, pp. 47-48

³⁸¹ In *Assim nasceu Portugal. Os Reis da Reconquista Portuguesa – Reorientação política e cultural na fronteira medieval*, Lisboa, Texto Editores, 2011, p. 175.

³⁸² Alexandre HERCULANO, *História de Portugal – I*, Lisboa, Ulmeiro, 1980, p. 85.

ções de contendores antagónicos, e que, por virtude do seu posicionamento no terreno, a cada momento, os respetivos clérigos eram frequentemente identificados com os opositores, sofrendo os tratos de que eram alvo aqueles a que dedicavam o seu serviço religioso, ora de perseguição e martírio, como sucedeu no caso de Lisboa, ora de contemporização e tolerância, como se adivinha no relato de Toledo.

A partir de 1031, com a abolição do Califado de Córdoba, o território de ocupação árabe foi-se subdividindo em diversos pequenos reinos – as *Taifas* (chegaram a ser trinta e nove) – que, sob pretextos de diversa ordem, se antagonizavam, se combatiam, absorvendo-se ou sendo absorvidos entre si, não raro em aliança com reinos cristãos. O mesmo sucedia com estes que também se chegavam a confrontar, aliados com alguns reinos árabes³⁸³. Aliás, do mesmo Herculano, sobre este assunto, respigámos um pequeno excerto que alude a uma famosa e encarniçada batalha junto de Badajoz, em 1086:

Há uma circunstância narrada pelos árabes muito crível, a qual não devemos omitir; isto é, a existência de vários corpos de cavalaria cristã ao serviço de Yusuf e a de trinta mil muçulmanos ao de Afonso VI, o que prova serem, mais que o sentimento religioso, ódios ou ambições humanas quem não consentia um momento de paz e repouso na devastada Espanha³⁸⁴.

À medida que se foram consolidando os territórios reconquistados pelos cristãos eram reorganizadas as respetivas dioceses episcopais, e alargavam-se os espaços, dando origem a novas autonomias políticas. À data do aparecimento das *Taifas*, no sul da Península, a norte e a leste, já existiam os reinos cristãos de Leão, Castela, Navarra, Aragão e os Condados catalães.

Após a reconquista, as populações moçárabes, tal como já vinha acontecendo com inúmeras comunidades de regra monástica de raiz hispânica, espalhadas pela Península desde século VII, passaram a ser especialmente visadas por Roma através da ação centralizadora dos beneditinos de Cluny e de Cister – que aprofundaremos mais à frente –, a fim de serem cativadas para o rito e obediência católica romana.

3.2 Organização eclesiástica diocesana

A reorganização das dioceses começou por corresponder ao modelo pré-islâmico com a restauração das dignidades eclesiásticas do tempo visigótico. Assim, D. Sancho I

³⁸³ Em 1197, Afonso IX de Leão invadiu Castela com ajuda de tropas muçulmanas, facto que lhe mereceu a excomunhão de Celestino III que, por bula, «prometeu a indulgência de Jerusalém» (que era concedida aos cruzados) aos que se lhe opuseram no campo de batalha, em virtude dessa desvirtuada aliança com os inimigos da fé cristã (cf. OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, vol. I, p. 121).

³⁸⁴ A. HERCULANO, *o. c.*, p. 171.

de Leão deu posse a D. Pedro, em 1071³⁸⁵, como primeiro arcebispo da Sé Metropolitana de Braga, sendo-lhe dadas como sufragâneas as dioceses do Porto, de Coimbra, de Viseu, de Tui, de Astorga, de Lugo, de Mondonhede e de Orense, estas últimas cinco do condado da Galiza. E, em 1085, Afonso VI, ao reconquistar Toledo, outorgou-lhe também a sua dignidade de Metrópole eclesiástica da Espanha.

Será à volta destas duas Sés Metropolitanas – Braga e Toledo – e na disputa sustentada pela hegemonia ibérica dos seus respetivos arcebispos que se desenvolverá uma certa animosidade que congregará vontades antagónicas e se constituirá como elemento diferenciador, resultando em alinhamentos políticos distanciados. Toledo espelhará os pontos de vista centralizadores da corte de Leão e Castela, enquanto Braga reforçará o sentimento autonomista dos partidários, primeiro, de D. Henrique do Condado Portucale, e, posteriormente, do seu filho Afonso, que será o primeiro rei dos Portugueses.

As refundações diocesanas, para lá dos aspetos de ordem religiosa, eram absolutamente imprescindíveis para as comunidades cristãs de então. Elas constituíam-se também como pólos organizadores da vida social, portanto, garantiam, simultaneamente, valências de ordem religiosa, política e social. À volta das sés diocesanas concentravam-se igrejas, mosteiros e decorria a vida urbana com as suas atividades artesanais de fabrico dos artefactos necessários ao cultivo dos campos circundantes, guarda dos produtos da terra e sua comercialização, as pequenas indústrias de manufatura e a realização das feiras sazonais a que acorriam populações vizinhas. Ali também se regulavam os direitos e deveres, se ajustavam os contratos e se exercia a justiça real. E, para além disto, as sés e os mosteiros do seu domínio detinham uma função social da magna importância, pois era sob a sua orientação e dentro dos seus espaços que os seus clérigos – os únicos elementos da comunidade com alguma ilustração e disponibilidade – se dedicavam ao estudo e ao ensino, sendo-lhe reconhecido, por essa sua condição, supremacia social.

3.3 O clero secular, o regular e o de inscrição militar

A instituição religiosa foi adquirindo estatuto de classe privilegiada que lhe advinha da riqueza que acumulava, proveniente de mercês e testamentos doados, principalmente,

³⁸⁵ P. Avelino de Jesus da COSTA (in «A restauração da diocese de Braga em 1070», *Lusitania Sacra*, Centro de Estudos de História Religiosa, F.T. [UCP], 1956, p. 28), após fundada argumentação, contesta esta data, rematando: «Nada obsta, por conseguinte, a que se date a restauração de Braga e a nomeação do seu bispo D. Pedro do ano 1070, atribuindo-as, porém, à iniciativa de D. Garcia e não à de D. Sancho, como se tem dito.»

por monarcas, nobres e abastados³⁸⁶; e da cultura, adquirida nas escolas catedralícias e mosteiros que lhes permitia a ocupação de cargos na administração do reino e usufruto de rendas, que acresciam às do exercício dos cargos eclesiásticos donde auferiam sinecuras e prebendas³⁸⁷. O *corpus* institucional religioso apresentava-se assim segmentado:

3.3.1 *Clero secular*

Conjunto de clérigos, especialmente preparados, que compõem o corpo eclesiástico, que, à volta e sob a direção do seu bispo, garantem o apoio espiritual e administração sacramental junto de uma porção de crentes. A sua hierarquização tradicional simplificada pode dizer-se que correspondia a três níveis do ministério: a *diaconia* (diáconos: adstritos à execução de diversos serviços administrativos e de apoio humanitário, junto da comunidade; o *presbiterado*: administradores do sagrado e proclamação evan-

³⁸⁶ O património da instituição eclesiástica (denominado *bens de mão-morta*, pelo facto de não poderem ser alienados e se subtraírem à ação do fisco) tornou-se de tal forma vasto que mereceu, por parte de alguns monarcas, medidas consideradas de exceção para os conterem. Desde as Cortes de Coimbra de 1211, que decretou a primeira medida de desamortização, proibindo que qualquer corpo da instituição religiosa adquirisse propriedades fundiárias, passando por D. Sancho II que decretou a proibição de doações e legados aos clérigos, e com D. Dinis, cujas leis de desamortização atingiram maior significado, sendo interdito aos clérigos doações à instituição religiosa ou a receção de heranças ou compra de bens de raiz, assim como proibia aos tabeliães que lavrassem escrituras públicas com esse fim, passando pelas *Ordenações Afonsinas*, *Manuelinas* e *Filipinas*, nunca se conseguiu plenamente a aplicação rigorosa do que era determinado. Só com a legislação republicana de 1910, pôde ser definitivamente resolvido este assunto, com a integração dos bens eclesiásticos no Património Nacional. (Cf. A. H. de Oliveira MARQUES, «Desamortização», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO, p. 802.) Claro que as leis de desamortização eram vistas pelo clero como um exercício abusivo dos monarcas, pelo que, frequentemente e enquanto isso foi possível, em defesa do seu património, os bispos recorriam ao Papado. Os primeiros conflitos com a monarquia, acerca deste assunto, surgiram por ação dos bispos de Braga, de Lisboa, de Coimbra e do Porto (cf. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, v. I, p. 161s), a que nos referimos, em contexto, mais à frente.

³⁸⁷ Desde a Idade Média, a característica mais vincada, duradoura e resistente da envolvimento da instituição religiosa com o aparelho monárquico está patente no modelo de estratificação social reproduzido na hierarquização de funções e cargos desempenhados por eclesiásticos. O Alto Clero (bispos e priores de abadias e mosteiros) era, normalmente, constituído por oriundos das classes mais elevadas, com destaque para os secundogénitos da nobreza, votados à vida religiosa e ao celibato, como meio de defender da fragmentação o património familiar, mas que continuavam a gravitar as estruturas monárquicas donde advinham, colhendo protecção e benemerências de vária ordem. Por sua vez, estes disponibilizavam, em primeiro lugar, à estrutura monárquica, toda a sorte de bens espirituais, a tempo inteiro, desde a direcção espiritual e de confissão até à supervisão das inúmeras capelanias familiares, assim como a disponibilidade para a superintendência dos mais altos cargos da instituição monárquica. Sabe-se também de muitos conventos e abadias que têm abades e priores comendatários que usufruem das suas rendas. E aponta-se, como exemplo, o caso de Brás Pires do Canto que, em 1545, recebeu bula pontifícia de Paulo III, para fundar o Convento de Angra, e, em 1561, é padroeiro perpétuo de mosteiro do qual recebe as rendas, mantendo as suas filhas como abadessas e vigárias nomeadas por si (cf. J. Romero MAGALHÃES, in *História de Portugal* [dir. José MATTOSO], vol. III, p. 486). Esta realidade foi-se atenuando, ao longo do tempo. Assim, enquanto no século XVI a percentagem de bispos de origem nobre era de 55,5%, no século XIX, andava à volta dos 17% (vide Monteiro OLIVAL *apud* Luís Salgado de MATOS, *O Estado de Ordens, o.c.*, p. 229). Mas, mesmo assim, quer as arquidioceses quer “os bispados mais importantes, em todos os períodos considerados, registaram um predomínio de nobres” (cf. Luís Salgado de MATOS, *ibidem*. Para mais informação sobre este assunto, vide José Pedro PAIVA, *Os Bispos de Portugal e do Império – 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006).

gética; e *episcopado*: eclesiástico investido das funções de direção e orientação espiritual de uma Igreja. Destes três níveis básicos do ministério, ao longo dos séculos, derivaram outros subníveis, correspondentes a uma estratificação eclesiástica complexa, determinada por circunstâncias quer de ordem administrativa quer de ordem política, cujas denominações encontraremos, ao longo do presente trabalho, para identificação de funções de vária natureza desempenhadas por alguns membros do clero.

A sua hierarquização funcional estava diretamente relacionada e correspondia à importância dos lugares de culto, cuja administração lhes estava confiada. Desta forma, as capelas, igrejas ou santuários (urbanos ou rurais; junto da sé episcopal ou associados a lugares de peregrinação ou ainda os distantes povoados do interior) poderiam representar maior ou menor fluxo de bens e, por consequência, maiores ou menores rendimentos para os seus administradores. Em direta correspondência com essa importância, a governança desses lugares era alvo de empenho concorrente, mais ou menos interessado. Por norma e como já lembramos noutro lugar, na organização eclesiástica medieval as categorizações de ordem social projetavam-se nos domínios do religioso, e os lugares de culto e as funções mais importantes eram atribuídos, por favorecimento aos eclesiásticos oriundos das famílias de maior relevo social³⁸⁸. Obviamente, a um bispo ou membro curial estavam reservados maiores réditos do que a um simples cura – «espécie de proletariado eclesiástico»³⁸⁹ – remetido para uma qualquer paróquia do interior serrano e que teria de se haver com uma magra côngrua, que era o que lhe podiam facultar os pobres camponeses que pastoreava.

Esta hierarquização funcional – com alguns dos seus resquícios de nomenclatura ainda resistentes: curas, priores, reitores, abades, arceprestes, cônegos, arcediagos – apresentava no seu vértice o bispo e a sua cúria episcopal, em que pontuava a figura do arcediago, administrador e garante dos efeitos do magistério episcopal em todo o território diocesano. À margem da cúria diocesana, sob padroado real ou não³⁹⁰, e também de-

³⁸⁸ «No Sul da Gália, no ano Mil, todos os prelados eram irmãos, tios ou sobrinhos do conde ou do visconde que detinha a autoridade nessas cidades, e que por isso exploravam os bens do bispado como se fossem seus» (Georges DUBY, *São Bernardo e a Arte Cisterciense*, Porto, Asa, 1997, p. 32). E esta era, mais ou menos, a realidade em todo o Ocidente cristão.

³⁸⁹ Cf. José MATTOSO, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO, vol. I, p. 591.

³⁹⁰ A figura do padroado medieval, cuja instituição remonta aos tempos da Reconquista, reconhecia ao fundador ou benfeitor – rei, nobre, clérigo ou corporação popular – de igreja, capela, santuário ou mosteiro, o direito de nomeação dos respetivos clérigos e beneficiários, e, para além da incumbência de garante e protetor dos bens eclesiásticos, era-lhe ainda reconhecido o direito ao usufruto das rendas geradas localmente e ainda dos bens de ordem espiritual, para si próprio e seus dependentes. A sua importância foi decrescendo só voltando a ter algum significado após as Descobertas, mas reconfigurado. Será definitivamente erradicado a partir do Concílio Vaticano II.

pendentes ou não da autoridade do bispo, existiram também as chamadas *colegiadas*. Estas eram constituídas por um conjunto dos cônegos presidido por um prior, que viviam em comunidades de características regulares monásticas, e que se dedicavam à administração de bens (eclesiásticos e outros), por vezes em tensão concorrencial com o próprio bispo ou colégio canónico do lugar de implantação³⁹¹.

A partir das decisões emanadas do Concílio de Latrão (1215) passou a ser obrigatória a reunião anual de sínodos diocesanos. Pelas decisões sinodais estabeleciam-se normas de conduta e de vigilância comportamental visando tanto os clérigos como as comunidades de fiéis; regulavam-se as práticas religiosas cúlticas e litúrgicas, e prescreviam-se deveres e molduras penais para os transgressores³⁹². Revelaram-se também de particular importância as informações sobre a mobilidade dos fregueses (paroquianos), recolhidas pelo controlo das práticas sacramentais, especialmente do cumprimento da *desobriga* (preceito pascal) e dos casamentos³⁹³ (assunto este que desenvolveremos no próximo capítulo). O efeito das determinações geradas no âmbito particular de cada diocese, na regulação de muitos aspetos da vida social, fortemente impregnada de religiosidade, foram de tal monta que se lhes reconhece que «a permanência do sentimento religioso deve muito às decisões sinodais»³⁹⁴.

³⁹¹ As *Colegiadas* nasceram com a reforma gregoriana (séc. XI), originadas por dois movimentos: reorganização do clero secular à volta de colégios eclesiásticos paroquiais, como melhor meio de racionalização de recursos e sustento dos seus membros; ou redução de alguns mosteiros à condição secular, mas mantendo a sua estrutura de regra orgânica. Algumas *Colegiadas* foram criadas ou mantiveram-se pelo padroado régio ou outro, ou ainda, diretamente dependentes de Roma. Na sua área de influência, muitas vezes, concorriam em brilho cúltico e litúrgico com as catedrais vizinhas e parte dos seus rendimentos eram destinados aos seus padroados. Serão definitivamente erradicadas com a implantação da República e extinção das Ordens religiosas. (Cf. Ana Maria S. A. RODRIGUES, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Azevedo, vol. I, pp. 399-402.)

³⁹² Muito do positivo, na organização social e principalmente na vida eclesial, foi entenebrecido pelo empobrecimento da iniciativa criadora da gente comum, como no-lo lembra Teófilo Braga, na sua Introdução à *História da Literatura Portuguesa*: «Da criação popular, temos fracos vestígios, enquanto o teatro andava ligado à liturgia das festas do christianismo. Coincide com a maior depressão dos *mosarabes* no século XVI, a publicação das *Constituições* dos Bispados, proibindo ao pobre povo a representação dos autos e entremezes no adro das igrejas. [...] Estes autos e entremezes eram restos das festas religiosas e civis da idade média portuguesa. Podemos dizer, que a contar do século XVI, desde que se consolidou a monarquia, que vigorou a codificação romana, que começaram os exercitos permanentes e que se enthronisou a intolerancia religiosa, o povo portuguez ficou para sempre triste e mudo.» (*O.c.*, p. 309.) «Houve, desde o século XII, numerosas *Constituições* sinodais e extrassinodais, por ordem se governarem as dioceses portuguesas. Para a Idade Média, conservam-se duas importantes coleções ainda inéditas: uma de Lisboa, que recentemente encontramos na Biblioteca de Braga (*Gav. dos Concílios*, n. 45), com constituições de 1248, 1264, 1268, 1271, 1307 e 1310, e a outra de Braga (Torre do Tombo, Corp. Rel. cx. 16, n. 135), com constituições de 1281, de c. de 1292, de c. 1313, de 1326 e de 1333» (Pe. Avelino Jesus da COSTA, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO, v. I, p. 683).

³⁹³ Vide assunto aqui aflorado, mais desenvolvido no cap. II.1 Casamento, pp. 32-147.

³⁹⁴ Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, 6 vols. [19 vols.]: vol. I (1080-1415 – Estado, Pátria e Nação), 3.^a ed., 1979, p. 165.

3.3.2 *Clero regular*

O clero regular era/é composto pelos membros das ordens religiosas, masculinos ou femininos e militares, que vivem em comunidade sob uma *Regra*.

Foi notável a sua ação, a partir do século XII, na ocupação do território e como dinâmicos polos administrativos das terras conquistadas, e, no período das Descobertas, como braços disponíveis na função de acompanhamento das tripulações de mareantes e no trabalho de missão e de fixação nos novos territórios alcançados.

Nos primeiros séculos da implantação monástica na Península, merece especial destaque a figura de Martinho de Dume/ou de Braga. Tal como o seu homónimo bispo de Tours, era oriundo da Panónia, e aqui terá chegado em meados do século VI, no tempo dos Suevos, cuja conversão ao Cristianismo é a ele atribuída, assim como a fundação de inúmeras comunidades monásticas e igrejas, com destaque para o mosteiro-diocese de Dume, de que foi seu primeiro abade³⁹⁵. Sabe-se da sua presença no I Concílio de Braga (561), convocado pelo bispo da cidade, Lucrécio, e no concílio que se lhe seguiu (o II de Braga, em 572) por si convocado e dirigido. Do seu trabalho, neste II Concílio, de que resultaram importantes decisões para a implantação de igrejas e organização de novas dioceses, com a circunscrição de territórios numa lógica que contribuiu para construção de proximidades identitárias, terão emergido «os mais antigos e importantes germes da futura autonomia nacional» de Portugal³⁹⁶. À morte de Lucrécio (c. 569), Martinho foi nomeado seu substituto, em Braga, função que acumulou com a de titular de Dume.

Dos seus escritos, para além dos de cariz doutrinal e disciplinar, campo a que dedicou grande parte da sua vida episcopal, ressalta-se a importância das obras: *De correctione rusticorum* (carta-resposta dirigida ao bispo Polémio de Astorga, denunciando os erros dos pagãos e ainda hoje fonte primária obrigatória para trabalho de identificação das superstições, dos costumes e vida religiosa da época); e *Formula vitae honestae*, considerada «um

³⁹⁵ Oliveira MARQUES lembra a suspeição que correu de que a vinda de Martinho (de Dume e Braga) possa ter sido obra do imperador romano Justiniano de Constantinopla, como forma de facilitar a aproximação aos Suevos e meio facilitador da sua implantação na Península, como primeiro passo de um plano mais ambicioso que era o da sua conquista total (in *História de Portugal*, vol. I, p. 57). *Vide* mais informação sobre a presença dos Bizantinos, em nota 375, p. 169.

³⁹⁶ Cf. Avelino de Jesus da COSTA, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, pp. 957-959; e Pe. Miguel de OLIVEIRA, in *História Religiosa de Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, União Gráfica, 1948, p. 41. O facto de se poderem vislumbrar germes da futura autonomia nacional, na ação do bispo Martinho (séc. VI), supomos que em nada belisca, antes reforça, a opinião de José Mattoso de que a «ideia de Portugal» não poderia ter emergido antes de ter sido iniciada a escalada social da nobreza média minhota, com o fortalecimento da base económica em que se apoiará, e que só tem início no séc. X – in «A ascensão da nobreza minhota da origem do Estado Português», *História*, n. 6, abril 1979, Projornal, pp. 44-53 –, pois que esse distanciamento, segundo nos parece, corresponde ao indispensável período de gestação do qual emergirá, consolidada e robustecida a «ideia» substanciadora do Projeto nacional.

tratado de moral natural sobre as quatro virtudes cardeais»³⁹⁷ – dedicada, a pedido, ao rei suevo Teodomiro, facto revelador da estatura moral deste eclesiástico e da importância que lhe era reconhecida como guia espiritual e moralista.

Impõe-se ainda um outro destaque para o papel comunal dos modelos de raiz e espiritualidade hispânica, implantados, um século depois, pelo «patriarca dos monges visigóticos»³⁹⁸, São Frutuoso, também ele bispo de Dume (desde 653), e tal como São Martinho, cumulativamente, bispo de Braga (de 656 até 665). Através da diversidade e adaptação dos seus escritos à realidade daquele tempo e dos lugares de implantação conseguiu encontrar soluções de cariz social – assistência, abrigo, amparo, ocupação e alimento – para populações à beira da indigência e com privações de toda a natureza³⁹⁹.

Ultrapassada a fronteira simbólica do primeiro milénio, começaram a surgir outras formas de vida monástica, que haveriam de se resumir praticamente a uma única regra modelar, a dos Beneditinos, que, através das dinâmicas centralizadoras de Cluny, alastraram por toda a Europa e também aqui chegaram. Mas, ao fulgor das inovações e das adesões em massa, advieram os tempos corrosivos do laxismo e acomodamento que subverteram a práxis (*Ora et Labora*) do ensinamento beneditino das origens. O desgaste daí proveniente levou aos tempos de reforma que geraram corpos reconfigurados, por vezes, com outras denominações. Referiremos apenas as principais tradições ou ramificações monásticas com implantação significativa no território portugalense.

Com os Beneditinos, ainda antes da nacionalidade, houve os tempos de Bento de Núrsia (sécs. V-VI), os tempos de Cluny⁴⁰⁰ (às portas e nos primeiros tempos da nacio-

³⁹⁷ *Ibidem*.

³⁹⁸ *Ibidem*, pp. 307-308.

³⁹⁹ As duas Regras de São Frutuoso – *Regula Monachorum* e *Regula Monastica Communis* –, ainda que inspiradas no rigor da espiritualidade dos Padres do Deserto como S. Pacómio (292-348) e S. Jerónimo (347-420), apresenta desenvolvimentos a partir das sentenças do pai do monaquismo ocidental, João Cassiano (360-435) e alguns contributos de Santo Isidoro de Sevilha (560-636), e traduzem uma preocupação que poderemos denominar de «contingência social». Enquanto a *Regula Monachorum*, a que acresceu o *Pacto* de obediência ao abade comunitário, que também retinha alguma da sua inspiração a partir do direito germânico, permitindo aos monges protestar sempre que se sentissem alvo de injustiças, a *Regula Communis* oferecia um modelo dúplice que permitia às famílias, ainda que tivessem filhos menores, a convivência monástica e a partilha. A partir da reforma de inspiração beneditina de São Rosendo (907-977), bispo de Dume, e das posteriores determinações do Concílio de Coiança (1050/1055), acentuadas pela reforma gregoriana que se lhe seguiu, e instalação na Península dos Beneditinos de Cluny, estes modelos monásticos serão, gradual e veladamente, combatidos e, a pouco e pouco, abandonados.

⁴⁰⁰ Os Beneditinos de Cluny chegaram à Península por influência dos primeiros membros da Casa Ducal da Borgonha que aqui se estabeleceram, primeiramente, através de D. Constança, esposa de Afonso VI de Leão e Castela e sobrinha do 6.º Abade de Cluny, Hugo de Sémur (1049-1109) – que, a partir de então, passou a receber de Afonso VI uma renda anual para o seu mosteiro, a quem se ficou a dever a reforma conhecida por *Cluniaco III* (cf. Carol HEITZ, «Os construtores de Cluniaco», in AA., Vv., *Monges e Religiosos na Idade Média*, p. 133) –, e, posteriormente, pelos sobrinhos Raimundo, feito conde da Galiza, e Henrique, feito conde de Portugal.

nalidade: sécs X-XII, com duas profundas reformas – a de São João de Perez Lloma, no séc. X; e a de São Roberto de Molesmes, no séc. XI), a que se seguiu Cister⁴⁰¹ (com vários reajustes e ramificações). Posteriormente, chegaram as Ordens mendicantes – Franciscanos, Trinitários e Dominicanos – que, por sua vez, também deram origem as outras tradições, mais ou menos austeras, mais ou menos integrantes do século.

O abalo religioso dos séculos XI/XII levou a um alargado questionamento sobre a autenticidade dos modelos adotados, até então, na conformação com a figura de Jesus Cristo. Como interpretar, na vida corrente, os ensinamentos (*Regras*) de Santo Agostinho, de São Bento e de tantos outros Padres? A autoridade de Deus espelhar-se-ia melhor na figura sacralizada do monarca ou na função hierática do Papa? E, quanto aos bens do mundo (as riquezas), seria legítima a sua apropriação?

Estes serão os campos de intensa controvérsia. Os diversificados alinhamentos ideológico-religiosos procurarão projetar-se, de uma forma acomodada, adotando também variados modelos que representarão as inúmeras interpretações dos textos sagrados. No campo político, como já explanámos acima, contendem pelo domínio, Poder eclesiástico e Poder real, havendo quem se submeta e quem resista. No campo social, os povos procuram e apoiam, frequentemente, as vozes da denúncia das injustiças, ainda que, muitas vezes, esse descontentamento se fique pela sua conversão em méritos substanciadores de utopias (milenaristas), quando não em julgamentos sumários. No campo religioso, a disputa dará à luz movimentos reformistas de variada projeção e rigor na interpretação do mundo – como lugar de usufruto dos bens da criação ou como lugar de perdição e de pecado. Enquanto, por um lado, os mendicantes incorporam os que tendem a reproduzir o despojamento total, bebendo do Evangelho o lamento de Jesus de que nem tinha onde reclinar a cabeça (cf. Mt 8,20) e ainda a máxima de que só são valiosos os tesouros acumulados no Céu (cf. Mt 6,19-20). Por outro lado, levantam-se os legitimadores classicistas, brandindo a afirmação também evangélica, de tom determinístico, de que «pobres sempre

No território portugalense, está certificada a sua presença, na década de 1085/1096, em alguns mosteiros como o de S. João Batista de Pendorada (Alpendurada, Marco de Canaveses), que então adotaram o rito romano na liturgia, introdução que lhes é atribuída. Sabe-se apenas de três mosteiros que, em Portugal, estiveram diretamente dependentes de Cluny: o Mosteiro de Rates, doado por D. Afonso Henriques, em 1100 (encerrado em 1515, passando a paroquial da Comenda de Cristo); o Mosteiro de Santa Justa de Coimbra, doado a Cluny por D. Maurício *Burdino*, em 1102 (passou para a Colegiada, entre os séculos XIII/XIV); o Mosteiro do Vimieiro, doado por D. Teresa, em 1127 (em 1377, foi secularizado, por falta de membros). (Cf. José MATTOSO, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel SERRÃO.)

⁴⁰¹ Os Cistercienses chegaram a Portugal (Tarouca) em 1144, e por cá se estenderam e permaneceram, chegando a ter 27 mosteiros, com predomínio de Alcobaça (que foi, depois, cabeça da Ordem da congregação de Cister, em 1580, [cf. Joel SERRÃO, *Dicionário de História de Portugal*, p. 339]), até à sua extinção, em 1834.

os tereis no meio de vós» (Mt 26,11), que chegaram a ter apoio papal, em 1322, através da bula *Cum Inter Nonnullos* de João XXII, que declarava «heréticos os que proclamem que Cristo e os Apóstolos não possuíam nenhum bem»⁴⁰².

A generalidade das Ordens surgiu com os ramos masculino e feminino. E algumas delas distenderam a partilha da sua espiritualidade através do ramo dos Terceiros constituído por leigos que perfilham a sua espiritualidade, mas vivenciando-a no seio familiar, no mundo. Todas elas desempenharam papéis de alguma importância na formação e nos primórdios de afirmação independentista de Portugal e de uma forma determinante, ao lado dos seus primeiros monarcas e na epopeia começada em Quinhentos.

Muito da estruturação do pensamento cultural europeu e particularmente da peculiar mentalidade mediterrânica (a que pertencemos), estão radicados «no poderoso seio genético e existencial das Ordens Religiosas», como no-lo sintetiza Miguel Real:

Do povoamento beneditino em Portugal, proveio a dedicação isolada ao trabalho miúdo do quotidiano [...]: dos Beneditinos de Cister, instaurada em Portugal, após a fundação do Reino, emanou, por via da consolação do movimento monacal em Portugal, segundo o famoso lema beneditino *Ora et Labora*, o alto valor atribuído à transcendência (a oração) face às imanência (a matéria), aliada a uma vida austera, à capacidade de sacrifício, habitando lugares rústicos e isolados, em parcas comunidades solitárias, suportando o domínio permanente de elites exploradoras. [...] No *scriptorium* dos Cistercienses, a cultura portuguesa integrou-se pela primeira vez no movimento da cultura europeia. [...] Foi igualmente no *scriptorium* dos Cistercienses que saiu o primeiro grito de revolta contra o domínio castelhano com a presumível descoberta de Fr. Bernardo de Brito do manuscrito que revelava a aparição de Cristo a Afonso Henriques na véspera da batalha de Ourique. [...]

Dos *Crúzios de Coimbra* nasceu pela primeira vez na cultura portuguesa [...] a meditação orientada pelo entendimento analítico.

Dos *Franciscanos* nasceu em nós o sentimento dominante de generosidade, o motor ético que força o português a pensar no outro antes de em si, a elevação da pobreza a virtude, o pudor bem português, que releva estar o pecado mais na intenção do que no ato. Das Ordens Mendicantes nasceu igualmente o impulso místico de pregnância absoluta de Deus, exprimindo de um modo definitivo para a cultura portuguesa essa “fome de Deus” que ainda hoje se revela com o nome de «saudade». [...]

Dos *Dominicanos* recebeu a cultura portuguesa a evidente necessidade de se transformar em guardião da pureza ortodoxa dos princípios e dos valores cristãos. [...]

Dos *Jesuítas* recebeu a cultura portuguesa, para além do espírito de absoluta entrega ao Outro, o mais alto grau de sistematização filosófica alguma vez havido. [...]

Dos *Oratorianos* recebeu a cultura portuguesa o desejo do novo, do espírito da Inovação científica.⁴⁰³

⁴⁰² Não foi pacífico o acolhimento desta determinação papal, pois o próprio Papa – que, dizem, foi a isso pressionado pelos elementos da sua cúria, onde estavam representadas as mais influentes famílias romanas – foi, por sua vez, acusado de heresia pelo Geral dos Franciscanos Miguel de Cezena, que acabaria por ser excomungado e exilado por esse afrontamento. (Cf. António José SARAIVA, «Religião nos séculos XIV e XV», in revista *História*, n. 30 [abril 1981], Lisboa, Projornal, p. 35; e Giulio SODANO, «A Inquisição Episcopal e a Inquisição Pontifícia», in *Idade Média* [Umberto Eco, coord.], vol. III, Lisboa, Dom Quixote, 2014, p. 232.)

⁴⁰³ Miguel REAL, «A cultura portuguesa e as Ordens religiosas», *Para a História das Ordens e Congregações Religiosas...*, vol. I, pp. 116-118.

Depois surgirão os grandes ventos de mudança – dos séculos XVII e XVIII –, a Revolução Francesa e o alastramento da laicização, em que os rompimentos sociais deram origem a novas emergências, no âmbito da vida monástico-conventual, com aparecimento das Congregações e Institutos vários de vida missionária e apostólica.

O perfil da cada uma e o âmbito a que dedicam o seu labor apostólico não é propriamente o objeto do nosso trabalho, pelo que apenas as referiremos em função da sua presença e cruzamento com a investigação que fizemos e porque essa referência pode ajudar à explicação que tentamos. No entanto, impõe-se deixar apenas mais um sublinhado que se prende com o particular enfoque a que esteve sujeito o clero regular, sempre que houve turbulência social e em que as posturas anticlericais assumiram graus de inusitada violência.

É claro que situações aqui deixadas subentendidas, ocorrerão já em tempos de tensão ou rutura das relações institucionais, o que ocorrerá, de forma generalizada, a partir do século XVIII, pois até então, e especialmente, enquanto houve Ordens militares em esforço de Reconquista, em que o essencial da relação «matrimonial» se mantinha e resistia, gerava-se, nessa intimidade, basta e frutuosa geração.

As harmonias, que a espiritualidade comungada permitia e favorecia, deram à luz social uma plêiade, cujo berço de origem determinava a condição das suas funções⁴⁰⁴. Assim, os gerados em berço nobre davam importantes líderes com desempenhos no Alto Clero e nas alas da Cavalaria. Por vezes, ostentavam essa dupla condição, como sucedia, normalmente, com os Freires Mestres/Priores das Ordens, ou como alguns bispos que não renunciando à sua condição de berço, continuavam cavaleiros, como o atestam os feitos do bispo Odoário⁴⁰⁵ ou D. Soeiro Viegas, bispo de Lisboa, que, em 1217, conquistou Alcácer do Sal⁴⁰⁶. Os gerados em domínios da gleba davam servos para o seu amanhã, baixo clero (párocos e curas), por norma, e peões para as hostes guerreiras.

A promoção social era algo muito afastado ainda dos horizontes idealizados no Medievo, ainda que tardo, onde prevalecia a ideologia da conformidade com a condição de nascimento, potenciada e regulada, com a perspetiva doutrinária pulpitada e imposta ao século, pelo escrúpulo religioso: de que a grande privação ou sofrimento, neste mundo, corresponderia, maior benefício no Além, onde se usufruiria, finalmente, das equivalentes compensações geradas pela aplicação da Justiça divina. O mundo dos homens

⁴⁰⁴ *Vide* maior desenvolvimento deste assunto, acima, cap. II.3.3.1/2/3 (Clero secular/regular/ordens militares), pp. 173-196.

⁴⁰⁵ *Vide* acima, pp. 170-171.

⁴⁰⁶ Cf. Pe. Miguel de OLIVEIRA, *o.c.*, pp. 106-107.

era assim, criado segundo esse imprescritível propósito, e a maior virtude era a da conformação, nunca a da contestação, e nem mesmo a da dúvida suscitada pelo *Maligno* tentador. Passe, aqui, o sentido irónico das nossas palavras, esta é a substância que os textos consultados nos transmitem. No lugar próprio, em que são evocados esses factos, deixamos algumas das nossas reflexões sobre o assunto, de forma a darmos conta das razões que julgamos estarem subjacentes a esses afrontamentos.

No domínio da instituição religiosa dos Regulares, merece um importante destaque o papel das Ordens Militares, que abordaremos nas páginas seguintes, como coadjuvantes esforçados da construção pátria, primeiramente, no momento particular da Reconquista cristã, na Península, e, sequencialmente, na manutenção e organização do território. Infere-se das leituras que realizámos que, sem essa empenhada ação, permanência e distribuição territorial, a realidade política que conhecemos como País dos Portugueses pareceria impensável.

3.3.3 *As Ordens militares (de origem estrangeira, hispânicas e nacionais)*

As ordens militares eram instituições monásticas constituídas, normalmente, por dois corpos: o dos monges orantes (ordenados) e o dos monges guerreiros (cavaleiros e peões), ligados por votos religiosos, seguindo uma Regra, normalmente adaptada à sua condição de homens de armas, mas inspirada nas Regras por que se regiam todos os mosteiros do Ocidente (de inspiração beneditina ou agostinha) e dirigidos por um Prior (eclesiástico ou não, por último), e que, como missão, se propunham:

- combater os «infiéis» (muçulmanos), integrando os exércitos dos monarcas cristãos nas lutas da Reconquista cristã;
- garantir a ocupação das terras reconquistadas e a proteção dos povoadores;
- diligenciar o cultivo dos campos adjacentes às fortalezas que habitavam;
- defender os territórios das contraofensivas dos Muçulmanos (Sarracenos);
- apoiar, proteger e acolher os cristãos que, em peregrinação, se deslocavam aos santuários da Cristandade.

As primeiras Ordens Militares que se implantam na Península, durante o século XII, tiveram a sua origem na Palestina. Surgiram, de forma institucionalizada, na sequência da reforma gregoriana do século anterior, e robusteceram-se sob especial prote-

ção pontifícia⁴⁰⁷, constituindo-se como força militar para enfrentar os avanços do Islão, no seu assédio aos lugares de peregrinação cristã na Terra Santa, especialmente a cidade de Jerusalém. A sua ação foi particularmente importante como força integradora do corpo expedicionário dos Cruzados, que mantiveram uma demanda permanente daqueles lugares, entre os séculos XI e XIII. As condições de implantação e as circunstâncias da sua difusão no território hispânico, que lhes determinaram obediências e fidelidades por vezes antagónicas, consoante os diversos reinos em que as suas comunidades estavam implantadas, haveriam de dar origem à emergência, aqui, de algumas ramificações que se autonomizaram, respondendo a exigências de diversificado pendor regional. Coabitaram, a partir de então, na Península, múltiplas ordens militares de que destacamos: as de *origem estrangeira* das quais derivaram, ou em que se inspiraram, todas as outras (Templários e Hospitalários); as *de origem hispânica* (Calatrava e Santiago); e as *de génese portuguesa* (Avis, Cristo).

O apelo à organização de forças armadas para resgatar Jerusalém fora feito por Urbano II (1042-1099, papa desde 1088), no Concílio de Clermont, em 1095, como meio de defender e reconquistar os lugares santos de Jerusalém, que tinham sucumbido aos invasores muçulmanos no ano de 1078. O resultado do apelo papal foi o da organização do movimento das Cruzadas que, efetivamente, em 1099 tomaram Jerusalém e ali implantaram um reino cristão.

Anteriormente a estes eventos, e praticamente desde o reconhecimento do Cristianismo como religião do Império, o fluxo de peregrinos para a Palestina tornara-se contínuo, e quase todos os que ali chegavam apresentavam-se muito depauperados fisicamente, pelo esforço das esgotantes caminhadas. Este facto suscitou a necessidade de, no local, se construíssem albergues de acolhimento, onde os peregrinos pudessem recuperar, pelo que surgiram, ao longo dos tempos, alguns hospitais assistidos por religiosos. Assim nasceram os Cónegos do Santo Sepulcro, a Ordem Hospitalária de São João de Jerusalém e a Ordem do Templo, que, perante a insegurança provocada pelos assaltos sofridos pelos viandantes, tanto por parte de salteadores como por parte dos muçulmanos, levou a que, à vertente assistencial fosse acrescida a militar, particularmente a dos Hospitalários.

⁴⁰⁷ A proteção pontifícia direta (*nullius in orbe*) tinha, por princípio, dois objetivos: a atenuação das permanentes tensões, geradas entre as autoridades eclesásticas do lugar e as Ordens, em questões de administração de pessoas, de bens e de terras sob a respetiva autoridade, cujos interesses, frequentemente, colidiam; e, simultaneamente e não menos importante – como veremos, mais à frente, nos diferendos sobre as dioceses sufragâneas, em territórios de nacionalidade diferente – manter estas Ordens sob inscrição internacionalista, subtraindo-as à influência e serviço dos poderes e interesses regionais que, não raro, se antagonizavam e combatiam, apesar da mesma pertença religiosa.

A aparente contradição entre o serviço assistencial caritativo e o de combate pareceu ter encontrado um ponto conciliatório na definição teológica proposta por São Bernardo (1090-1153)⁴⁰⁸, na reformulação regular do pensamento beneditino, que passou a servir de guia para a Ordem dos Templários – *De Laude Novae Militiae* – e que, de forma esclarecedora, interpretava a vida do cavaleiro como um serviço da fé realizado na sua ação de combatente «por uma Jerusalém Celeste, representada terrenamente naquela que recebeu o Filho de Deus feito homem.»⁴⁰⁹ Também a hermenêutica de certas passagens do Antigo Testamento haveriam de ser forte esteio para justificar o uso da espada⁴¹⁰.

Foi no posterior alargamento do espaço de intervenção em que se digladiavam cristãos e muçulmanos – da Palestina até à Península Ibérica – que se justificou o apare-

⁴⁰⁸ A ação de Bernardo de Claraval foi sobremaneira determinante não só para a instituição religiosa de então, mas para toda a Cristandade europeia e suas estruturas sociais e políticas. A história apresenta Bernardo como homem de grandes contrastes: intolerante extremo no domínio religioso, em que a figura do *combatente* surge associada, tanto à luta pela virtude contra o vício, como à luta pelo ideal cristão contra os infieis; no domínio social, surge como pacificador, como o prova o seu papel durante o cisma papal de 1130, em que a sua ação diplomática de apaziguamento, entre os vários contendores eclesiásticos e políticos, haveria de dar frutuoso resultado, refletido também nos trabalhos do II Concílio de Latrão – em que, no papel do antipapa Gregório VIII, surge D. Maurício Burdino, antigo bispo de Coimbra (1099-1108) e arcebispo de Braga (1109-1117) (*vide* nota 481, com desenvolvimentos, p. 209).

Bernardo foi o grande combatente das heresias do Sul de França e foi o organizador da II Cruzada, entre 1147-1149 (que haveria de se revelar como um grande fracasso, quando ao seu objetivo último – reconquista de Edessa tomada pelos Seljúcidas – mas que muito contribuiu para a conquista de Lisboa).

Nas origens nobres de família de S. Bernardo, para além dos aspetos simbólicos associados a essa condição – a de cavaleiro e as paradigmáticas virtudes da honra, abnegação, fidelidade e missão – encontram-se muitas das suas motivações de ordem social e religiosa. Para ele o ideal monástico é um ideal de combate, em que a ordem estabelecida pela condição social, ali reproduzida, não pode ser perturbada, pois ela representa o Céu, enquanto a desordem representa o Inferno (cf. DUBY, *As Três Ordens*, p. 249), ainda que a ordem não inclua «a ideia de estabilidade. A ordem é um processo dinâmico de perpétuo renascimento» (DUBY, *São Bernardo...*, p. 124). Doze anos depois da fundação dos Cistercienses pelo beneditino Robert de Molesme, Bernardo, acompanhado de uma trintena de outros nobres, deu entrada na Ordem de Cister, e com eles o projeto de colocarem ao serviço da Igreja as suas competências, oportunidade esta potenciada, em 1115, com a sua fundação do mosteiro de Claraval (que lhe haveria de ficar definitivamente associado ao nome). O plano da virtude religiosa e a fidelidade à Igreja, em Bernardo de Claraval – para o qual «nenhum dos assuntos de Deus [lhe] é estranho» (*Carta 20* das 550 recolhidas, referida in BERLIOZ, *o. c.*, p. 48) –, encontram uma perfeita harmonia na condição do cavaleiro de Cristo, duplamente gratificado, pois se empenhava tanto no combate do «infel» muçulmano, ocupante de terras de cristãos, como ao serviço assistencial e de proteção dos inúmeros cristãos peregrinos. Será sob esta inspiração que, no Concílio de Troyes (1128-1129), ele proporá a *Regra* cisterciense, reformulada para os Templários, recém-criados. Foi extensa a implantação de mosteiros sob sua orientação, e, à sua morte, deixava 345 mosteiros (sendo 167 de obediência a Claraval).

Há que ter presente também a sua pertença borgonhesa, cujos Condado e Ducado haveriam de, indelevelmente, ficar ligados à história da Península Ibérica, e, no caso particular de Portugal, através de D. Henrique proveniente da sua casa ducal. Talvez, também por isto, se queira reconhecer em S. Bernardo uma especial afeição pelos Cistercienses alcobacenses, e se tenha chegado a afirmar que ele teria estado presente na fundação desse mosteiro, facto que parece não poder confirmar-se, uma vez que essa fundação se deu no ano da sua morte.

⁴⁰⁹ Cf. Paula CARREIRA, in *O Esplendor da Austeridade: Mil Anos de Empreendedorismo das Ordens e Congregações em Portugal: Arte, Cultura e Solidariedade*, dir. José Eduardo FRANCO, Lisboa, IN-CM, 2011, p. 130.

⁴¹⁰ «Maldito o que executa com negligência o mandato do Senhor! Maldito o que recusa o sangue à sua espada» (Jeremias 48,10 [trad. port., *Bíblia Sagrada*, Lisboa, Difusora Bíblica, 2001]).

cimento dos cavaleiros religiosos envolvidos no esforço da Reconquista ao lado dos reis cristãos. Para tanto, como motivação e legitimação, foram diversos os Papas que passaram a conceder indulgências a todos os que travavam a luta contra o «infiel», na reconquista e defesa dos territórios cristãos, mesmo fora da Palestina.

Para além do grande número de Ordens Religiosas Militares, que, recentemente, mereceram alargada referência na monumental obra, organizada e dirigida entre 2010-2011, por José Eduardo Franco⁴¹¹, aqui, limitar-nos-emos a referir apenas as Ordens religiosas militares que tiveram sede em território português e cuja ação foi determinante ou muito consequente no processo quer da independentização quer no de reconquista e povoamento do território nacional. O estabelecimento destas Ordens praticamente é coincidente com a autonomização e independência de Portugal.

A maioria das fortalezas à sua guarda e a que se acolhiam foram o embrião de muitos novos povoados que, após a pacificação, se transformaram em prósperas vilas e importantes cidades, podendo mesmo afirmar-se que «o Estado que emergiu da Reconquista se firmou em zonas sob domínio dos monges-cavaleiros»⁴¹². Com o fim da Reconquista, as Ordens Militares (como tal) extinguíram-se ou viram-se transformadas em Ordens honoríficas⁴¹³, e isto é confirmado pela impossibilidade de «execução das bulas de Calisto III (1456), Pio II (1462) e S. Pio V (1570) que lhes confiavam diversas missões na defesa das praças africanas»⁴¹⁴.

As Ordens religiosas militares constituíram o braço armado do abraço afetivo que envolveu o consórcio «matrimonial» da Igreja com os primeiros reis dos Portugueses e que lhes garantiram o arrimo anímico para o Projeto nacionalista comum: uma única Fé, um único Rei, um único Povo, num Território uno⁴¹⁵. Este será o embrião que, futura-

⁴¹¹ José Eduardo FRANCO, José Augusto MOURÃO, Ana Cristina da Costa GOMES (dirs.), *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010; José Eduardo FRANCO e Luís Machado de ABREU (coords.), *Para a História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo*, 2 vols., Prior Velho, Paulinas, 2014; e ainda, José Eduardo FRANCO (dir.), *O Esplendor da Austeridade: Mil Anos de Empreendedorismo das Ordens e Congregações em Portugal: Arte, Cultura e Solidariedade*, Lisboa, IN-CM, 2011.

⁴¹² Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, vol. I, pp. 166ss.

⁴¹³ A secularização das Ordens Militares, em 1789, e a sua conversão em Ordens honoríficas estabeleceu as seguintes distinções das suas Comendas: *Ordem de Avis* – Distingue oficiais das Forças Armadas por altos serviços prestados à Pátria; *Ordem de Cristo* – Reconhece os bons serviços prestados ao País, no exercício e desempenho de cargos políticos, militares e civis de cariz diplomático, de magistratura ou de administração pública; *Ordem de Santiago da Espada* – Distingue o mérito literário, o mérito científico e o mérito artístico (cf. «Ordens Honoríficas», in José Eduardo FRANCO, *Dicionário Histórico das Ordens*, o.c.).

⁴¹⁴ Oliveira MARQUES, o. c., vol. I, pp. 239-240.

⁴¹⁵ Os desempenhos das Ordens militares podem ser explicados, na sua evolução e integração peninsular e portuguesa, por três momentos: 1. *Espírito de Cruzada* – assumido, inicialmente, pelas Ordens de origem estrangeira (Hospitalários e Templários) e luta contra o inimigo religioso, o Islão; 2. *Consoli-*

mente, dará frutos de sentido simbólico transferidos para uma nova mentalidade que norteará, com a chegada da Modernidade, inovadores comportamentos de projeção epopeica. Estes, por sua vez, alimentarão reconstruções míticas de idealização universalista – perpetuadas literariamente, de forma exponencial por inúmeros mentores das artes portuguesas (v.g., na literatura: Camões, Vieira, Pessoa) – consubstanciadoras de ânios e empenhos enformadores de identidade «gémima».

3.3.3.1 *Ordem do Hospital* (estrangeira – futura *Ordem de Malta*⁴¹⁶)

A grande afluência de peregrinos a Jerusalém já desde 850 tinha feito sentir a necessidade de ali se criar um centro assistencial para os peregrinos latinos⁴¹⁷. Cerca de 1050 construiu-se a pequena capela de Santa Maria Latina, confiada ao cuidados dos Beneditinos. Nessa altura, alguns comerciantes italianos de Amalfi fundaram um hospital-albergaria, que ficou associado aos monges beneditinos daquela capela, mas gerido por laicos regulares sob a invocação do santo patriarca de Alexandria, São João Esmoler. A partir de 1100, a reconquista de Jerusalém pelos Cruzados terá levado muitos dos cavaleiros envolvidos na sangrenta luta a ingressarem na Ordem, como ato penitencial, e a mudarem-lhe o nome para Ordem Hospitalar (ou Freires) de São João Batista de Jerusalém, abandonando a Regra de São Bento e adotando a de Santo Agostinho. Recebeu reconhecimento canónico de autonomia por privilégio *Pie postulatio voluntatis* de Pascoal II, em 1113, e passou para a jurisdição da Santa Sé, a partir de 1154, por privilégio *Christianae fidei religio* do mesmo papa⁴¹⁸.

Em 1120, no priorado de Raimundo de Puy, juntaram às suas funções assistenciais de origem as de defesa militar devido ao ambiente de insegurança gerado pela ameaça islâmica permanente vivida em Jerusalém.

dação das conquistas e surgimento de vários reinos peninsulares – emergência de interesses regionais e necessidade de garantir fidelidades senhoriais em contraponto ao espírito internacionalista romano das Ordens originais (criação da Ordem de Calatrava e de Santiago, em Castela e Leão, com influência e ramificações em território português); e, finalmente, 3. *Afirmação identitária e nacionalista portuguesa* – autonomização, por reconfiguração, das Ordens de origem estrangeira e dos ramos hispânicos instalados em Portugal (com Mestrados e Priorados autónomos), e criação de novas Ordens (Freires de Évora/Ordem de Avis e Ordem de Cristo) dotadas de feição e administração de pendor nacionalista português inequívoco.

⁴¹⁶ Sobre a Ordem de Malta vide Eugénio Andrea da Cunha FREITAS, *Portugal e a Ordem de Malta: aspetos da Europa*, Lisboa, CTT, 1992.

⁴¹⁷ Mencionamos os latinos em contraponto com os germânicos cuja assistência lhes era garantida pelas Ordens Teutónicas da Palestina, e que, por razões objetivas do presente trabalho, aqui não tratamos.

⁴¹⁸ Cf. Umberto ECO (coord.), *o.c.*, vol. II, p. 53.

Nesta nova vertente, copiada da Ordem dos Templários, então criada, juntaram-se-lhes na ação, mas com organização e direção interna diferenciadas, pois os seus membros estavam divididos em funções de assistência ou de defesa militar⁴¹⁹.

Os posteriores avanços islâmicos – com perda da última fortaleza cruzada, de Acre, em 1291 –, levaram a que a Ordem, pouco a pouco, fosse abandonando a Palestina, acabando por se instalar, primeiramente em Chipre e, em 1307, na ilha de Rodes. Nesta ilha, sofreram inúmeras investidas dos muçulmanos, a que resistiram até 1522. Finalmente, em 1530, instalaram-se em Malta⁴²⁰, onde, sob beneplácito papal, assumem o domínio soberano da ilha que mantêm até à sua expulsão, em 1798, por parte de Napoleão. Com Pio VII (papa de 1800 a 1823), os Hospitalários passaram para o domínio do Vaticano, e, em Malta mantêm atualmente a sua sede de representação oficial, mas de carácter filantrópico e honorífico (de tom elitista e reservado a membros da alta aristocracia), donde dirigem os cerca de 12.000 membros empenhados em projetos humanitários em todo o mundo, que incluem também a direção de hospitais e de centros de reabilitação. A sua atual denominação oficial – *Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta* – atesta o percurso algo atribulado das suas várias sediações.

A ação dos Hospitalários é notada na Península Ibérica, decorria ainda o século XII (entre 1120 e 1130)⁴²¹. Terão chegado primeiramente a Aragão, a partir de onde estenderam a sua ação a Portugal, Leão, Navarra e Castela na luta da Reconquista⁴²².

Não se conhece a data exata da sua instalação em Portugal, sabendo-se apenas que, entre 1122 e 1128, beneficiaram de uma doação de D. Teresa, que lhes permitiu es-

⁴¹⁹ Cf. Barbara FRALE, «O aparecimento das Ordens de Cavalaria», in *Idade Média*, vol. II, coord. Umberto Eco, pp. 54-55.

⁴²⁰ Cf. Martim de ALBUQUERQUE, «A Ordem de Malta...», in *Para a História das Ordens...*, vol. I, pp. 55-58. Nesta data, beneficiaram da transferência de parte dos bens que lhes foram cometidos pela extinção da Ordem do Templo (cf. Umberto ECO, *Idade Média*, vol. III, p. 48).

⁴²¹ Cf. Oliveira MARQUES, *o. c.*, vol. I, p. 122. Porém, Carlos de Ayala Martínez, em conferência proferida na Univ. de Sevilha, em 1994, refere a doação que D. Urraca de Castela fez, em 1113, aos Irmãos do Santo Hospital de Jerusalém de uma aldeia próxima de Salamanca (cf. DialnetLaOrdenMilitarDeSanJuanEnCastillaYLeon-58367-2.pdf). E Luís Adão da FONSECA, (in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 3, p. 338), refere a investigação recente de Paula Pinto que antecipa essa presença, em território portugalense, para o «último quartel do séc. XI». Sabe-se, porém, que a sua presença em Leão foi aproveitada pelo Conde D. Henrique, na luta da Reconquista. A Ordem dos Hospitalários, na Europa, foi-se organizando, geográfica e administrativamente, através de uma estrutura escalonada, por vários espaços designados de *nações* ou *línguas*: Provença; Alvernia; França; Itália; Aragão, Catalunha, Navarra; Alemanha; Portugal (Baliagem de Leça, e, a partir de 1340, o Grão-Priorado do Crato), Castela, Leão (Grão-Priorado de Castela e Leão).

⁴²² O facto de as Ordens Militares mais antigas partilharem da obediência a um Priorado comum, inscritos em realidades políticas diferentes e tantas vezes antagónicas – no presente caso, a sede do Priorado em Aragão ou Castela e diversas comunidades em Portugal –, levará a alguns conflitos de interesses, de posicionamentos e de fidelidades que conduzirão à necessidade dos núcleos nacionais se autonomizarem, como veremos em passos, mais à frente.

tabelecerem-se em Leça do Bailio⁴²³. Em 1140, foi-lhes outorgada carta de couto e privilégios por D. Afonso Henriques que também investiu D. Fernando Afonso (?-1207), seu filho ilegítimo, como Grão-Mestre da Ordem. Em 1194, por doação de D. Sancho I, estabeleceram-se com castelo em Belver (localização a que teriam chegado em data anterior). Em 1232, D. Sancho II concedeu-lhes a povoação do Crato⁴²⁴, onde se fixaram a partir de 1340, e cujo priorado aparece mencionado em documentação, a partir do séc. XV, tendo passado para a Casa do Infantado, em 1789, onde permaneceu até 1834⁴²⁵. A fixação da Ordem do Hospital, no território nacional, derivada das várias doações territoriais que receberam (com destaque para o Priorado do Crato).

O trabalho de investigação sobre os primeiros tempos dos Hospitalários, sua organização, ação, ramificações, estrutura e ligações com os núcleos dispersos pelo Ocidente e Palestina, é normalmente apresentado com muitas lacunas e isso parece dever-se, segundo opinião consensual dos textos visitados por nós, ao incidente protagonizado por D. João da Áustria, em 1662 – ainda no rescaldo das lutas da Restauração – que, à frente do exército espanhol, destruiu a vila do Crato e os arquivos da Ordem ali guardados.

3.3.3.2 *Ordem do Templo* (estrangeira) / *Ordem de Cristo* (portuguesa)

A Ordem dos *Templários* foi fundada, entre 1114 e 1119⁴²⁶, por cavaleiros de origem franca, com destaque para Hugo de Payens (1070-1133), no rescaldo da 1.^a Cruzada depois da reconquista de Jerusalém, em 1099, tendo estabelecido a sua sede junto do Templo de Jerusalém (donde lhes adveio o nome). Em 1139, passaram para a jurisdição da Santa Sé por privilégio *Omne datum optimum*, de Inocêncio II⁴²⁷.

O seu primeiro objetivo era a defesa da cidade santa e a proteção dos peregrinos, função que alargaram, mais tarde, a outros grandes lugares de culto, como Santiago de

⁴²³ O nome *Bailio* corresponde ao título hierárquico de um comendador da Ordem que terá ficado estabelecido no lugar de Leça. O couto da Ordem do Hospital, neste lugar, vigorou entre 1123 e 1835.

⁴²⁴ As doações reais que, por norma, correspondiam a atos compensatórios e de reconhecimento pelo esforço das Ordens na luta da Reconquista, mas comportavam também a finalidade de conter da ganância dos grandes senhores pelo abuso da presúria e do consequente robustecimento do seu poderio, bastas vezes, concorrente com o do rei. Com D. Sancho II, ajudado pelas Ordens de Santiago, Calatrava e Hospital, os Portugueses conquistaram o Alentejo (1226-1238) e parte do Algarve (1234-1238). Com D. Afonso III, terminaria a conquista do Algarve (Silves e Faro), em 1249. Cf. Oliveira MARQUES, *o. c.*, vol. I, pp. 108-130.

⁴²⁵ Cf. Armando CASTRO, «Infantado, Casa do», in *Dicionário de História de Portugal*, Joel SERRÃO (dir.), vol. II, pp. 540-541.

⁴²⁶ Optámos por mencionar este intervalo temporal (1114-1119), pois os autores consultados não são unânimes na data da criação dos Templários (apontam 1114, 1118 e 1119 ou dizem desconhecer por falta de certificação), ainda que sejam concordes na data da aprovação papal (1128). Provavelmente, as diversas datas apontadas correspondem, para cada um dos autores, e por falta de registos, à data que lhes pareceu conter mais fortes indícios de uma decisão tomada.

⁴²⁷ Cf. Umberto ECO, *o. c.*, vol. II, p. 55.

Compostela, assim como, no campo de batalha, combatendo os Mouros, durante as lutas da Reconquista cristã, na Península Ibérica. Estavam organizados, estrutural e funcionalmente, em três níveis, que se podem assim definir: *cavaleiros e peões* (corpo de guerreiros; os primeiros, de origem nobre, e os segundos, provenientes das classes populares), *serviços de gestão financeira e construtores* (membros que se dedicavam à administração dos bens patrimoniais e financeiros e à construção de fortalezas e outras obras-de-arte arquitetónica). A única jurisdição a que se estavam submetidos era a papal.

Associado ao movimento de reforma da *Regra beneditina*, que impôs uma regeneração dos Cluniacenses, emerge o nome do monge cisterciense Bernardo de Claraval, filho da alta nobreza da Borgonha, que foi o autor da *Regra* monástica da Ordem dos Cavaleiros Templários (ou Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão), reconhecidos pela Igreja em 1128, e impulsor das fundações cistercienses na Península Ibérica, em cuja *Regra* se fundam, para além dos Templários, também a Ordem dos Hospitalários de São João de Jerusalém⁴²⁸ após a sua reestruturação.

Hugo de Payens, em 1127, ter-se-á deslocado ao Ocidente europeu, no intuito de angariar apoios para o seu projeto, em Jerusalém. Bernardo de Claraval mostrar-se-ia, então, de tal modo entusiasmado com os objetivos destes cavaleiros que se decidiu ajudá-los, não só na difusão dos seus propósitos, mas mais ainda na arregimentação de vontades, dispondo-se mesmo a redigir uma adaptação da Regra de São Bento para esta Ordem religiosa militar⁴²⁹ – apresentada e aprovada no concílio de Troyes (1128-29) –, em que conciliava os aspetos da espiritualidade monástica beneditina com as exigências do combate das armas. Nela procurou apresentar uma perspetiva de legitimação defensiva e meio purgativo e de expiação dos pecados através do combate da virtude, aqui transferido para o combate pela fé contra os «infiéis».

O rei cristão de Jerusalém concedeu-lhes instalações junto da sua residência, e o papa Inocêncio II concedeu-lhes autonomia, acolhendo-os na sua jurisdição. A sua difusão atingiu tal dimensão que, cinquenta anos depois, as instalações templárias eram na ordem das centenas, desde a Sicília à Escócia e de Portugal à Arménia. No começo do séc. XIV, a Ordem tinha cerca de 3000 membros, e a sua projeção social e organizativa, com destaque para o seu poderio na área financeira, através de cuja rede de implantação

⁴²⁸ Cf. Barbara FRALE, «O aparecimento das Ordens de Cavalaria», in *Idade Média*, vol. II, coord. Umberto Eco, pp. 54-55.

⁴²⁹ A Regra latina dos Cavaleiros da Ordem do Templo estabelecia que os cavaleiros teriam uma vida conventual semelhante à dos Cistercienses, sendo dirigidos por um Mestre-Geral ou Grão-Mestre (cf. Umberto ECO [dir.], *o.c.*, v. III, p. 44).

passava um avultado fluxo de capitais, ganhou-lhes um enorme peso social e a confiança de Papas, de reis, de grandes senhores e de peregrinos. A todos estes aspetos de ordem material era acrescida a importância religiosa e devocional, pois eles, juntamente com os Hospitalários, constituíam a principal força garante da proteção dos Lugares Santos e, simultaneamente, os integrantes processionais de escolta das Santas Relíquias.

Em toda a Europa eram eles os garantes da então ainda embionária estrutura financeira e, na França, eram a Tesouraria do rei. Por ironia, será o rei da França o seu principal coveiro. Por confirmadas razões de ordem política e de adversa e cobiçosa antipatia por parte de Filipe IV de França (1268-1314, rei desde 1285)⁴³⁰, viram-se envolvidos num processo de difamação e perseguição que culminou na sua extinção, com passagem dos seus bens para a Ordem dos Hospitalários por bula de Clemente V, em 1312⁴³¹.

O primeiro documento conhecido que atesta a presença dos Templários no Condado Portucalense é a carta de doação do Castelo de Soure e seu termo, feita à Ordem por D. Teresa, em 1128. Esta outorga foi depois confirmada por D. Afonso Henriques, em 1129/1130⁴³². Antes desta data, porém, sabe-se da sua presença em Braga entre 1125/1126 e 1128; depois, no Soure, de 1128 a 1147 e, em Santarém, entre 1147 e 1159; após a construção do castelo de Tomar (1160-1170), pelo seu 5.º Mestre (D. Gualdim Pais, fundador da cidade), e a ocupação do castelo de Almourol, em 1170, fixaram-se na cidade do Nabão, até 1214; e, nos últimos cem anos, antes da sua extinção (1314), tiveram sede em Castelo Branco, mantendo uma vigilância continuada ao longo da linha do Tejo até à

⁴³⁰ A suspeição de que as motivações do rei de França, na perseguição dos Templários, não eram ditadas «pelo reto zelo da justiça, mas antes pelo maligno espírito de cupidez e inveja» foi exposta, na época, por Eduardo II de Inglaterra, em carta dirigida aos reis de Portugal, de Castela, da Sicília e de Aragão. (Cf. José M. VALENTE, *Soldiers and settlers: the knights Templar in Portugal...*, apud Saul António GOMES, «A Extinção da Ordem do Templo em Portugal», in *Rev. Hist. Sociedade e Cultura*, 11 (2011), pp. 1645-2259.)

⁴³¹ Sendo algumas das principais figuras da Ordem, condenadas e supliciadas na fogueira, acusadas de heresia, descontrolo financeiro e imoralidades (cf. Pe. Miguel de OLIVEIRA, *o.c.*, p. 150). A confirmação da farsa persecutória e a acusação infundada, que corresponderam apenas a uma artimanha pretextual de Filipe, *o Belo*, para se assenhorear dos bens da Ordem, foi confirmada pelo resultado de uma investigação no Arquivo Secreto do Vaticano, em 2001, em que foi encontrado «um pergaminho original que contém o ato de um inquérito mandado realizar por Clemente V sobre os chefes templários prisioneiros, na sequência do qual lhes concede a absolvição da culpa de heresia, reintegrando-os na Igreja Católica» (IDEM, *ibidem*, p. 48). Em Portugal, os seus bens passaram para a, então criada, Ordem de Cristo.

⁴³² Nesta mesma data, D. Afonso Henriques teria-se tornado membro da Ordem do Templo, tendo sido recebido pelo Procurador (mais tarde o título passa a Mestre) D. Fr. Raimundo Bernardo, cavaleiro franco que exerceu o seu mestrado, em Portugal, entre 1128-1135, e restantes membros da Ordem, «como prova de agradecimento e como forma de honrar a Milícia templária, que sempre e nobremente o acompanhara na sua luta de independência e de reconquista. É o primeiro alto dignitário [*homnis emerint*] de qualquer dos reinos da Península que assim procede. (Cf. José Manuel CAPÊLO, «Portugal templário. Relação e sucessão dos seus Mestres [1124-1314]», in *A presença templária em Portugal*, p. 61, Sintra, Zéfiro, 2008, apud <http://maisencanto.blogspot.pt/2008/07/d-afonso-henriques-membro-da-ordem-do.html> [9-8-2015]).

Estremadura espanhola. A sua movimentação para sul acompanhava o esforço da Reconquista, estabelecendo diversas bases – mais de uma centena, especialmente localizadas na Beira Baixa e Ribatejo – que garantiam a ocupação pelas populações e a sua proteção das investidas mouras⁴³³. No território de origem portugalense, tiveram 28 Mestres, tendo sido o primeiro, o cavaleiro franco D. Guilherme Ricardo, entre 1124/25 e 1128; e o último, o cavaleiro português, D. Vasco Fernandes, entre 1293-1311 ou 1314.

Durante o processo da sua dissolução, entre 1309-1310, em Portugal, os seus bens transitaram para a intendência da Coroa, por decisão de D. Dinis, com o intuito de evitar que os bens dos Templários saíssem de Portugal, conforme o determinara Clemente V pela bula da extinção que os transferia para os Hospitalários. Em 1319, por concessão excepcional de João XXII, esses bens transitaram para a recém-criada Ordem de Cristo⁴³⁴ – Bula *Ad ea ex quibus* – para a qual se transferiram muitos templários sob a Regra de Calatrava de inspiração cisterciense. Em 1417, sob o governo do Infante D. Henrique (de 1420 a 1460)⁴³⁵, e, a partir do qual, a administração nunca mais deixou de ser exercida por um membro da Casa Real, os bens da Ordem de Cristo ficaram adstritos ao projeto marítimo das Descobertas, cujas naus passaram a ostentar a sua Cruz emblemática. Em 1454, D. Afonso V confirmou à Ordem o direito espiritual e temporal sobre as terras descobertas e a descobrir.

A Ordem sofreu várias reformas – 1443, 1551 e 1789 – e, nesta última, por Breve de Pio VI, foi confirmado o cargo do seu Grão-Mestre reservado à pessoa dos soberanos portugueses. Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, a Ordem de Cristo foi convertida em Ordem honorífica, sendo seu Mestre, desde então, por inerência de função, o Chefe do Estado⁴³⁶.

⁴³³ Em 1169, D. Afonso Henriques prometeu aos Templários, como incentivo na luta contra os mouros, a terça parte de todas as terras que conquistassem a sul do Tejo. Em 1144, o vizir de Santarém atacou o Soure, tendo infligido uma das maiores derrotas que os Templários sofreram na Península, mas, em 1147, houve ocasião para o desforço, com a conquista de Santarém, e, em 1190, o castelo de Tomar sofreu um assédio muçulmano de seis dias, mas, neste caso, foi rechaçado.

⁴³⁴ A Ordem de Cristo (*Ordo Militiae Jesu Christi*), após diligências feitas junto da Santa Sé, a partir de 1318, foi instituída, em cerimónia com presença régia, em Santarém, em 1319, ficando com sede em Castro Marim, sob a administração do Mestre de Avis, Gil Martins do Outeiro, que, então, foi dispensado dessas funções e votos, passando a Mestre da nova Ordem. Após a sua morte, essa administração passou para o Abade de Alcobaça. Em 1356, depois de muitas beneficiações no Convento de Tomar, fixaram-se nesta cidade.

⁴³⁵ Por súplica dirigida por D. João I ao papa Martinho V, foi dada a regência e governo da Ordem Militar de Cristo ao Infante D. Henrique, a quem não foi concedido o título de Mestre porque a sua condição real não lhe permitia fazer o voto de Pobreza, exigido aos freires das Ordens militares.

⁴³⁶ Com a implantação da República, a Ordem passou pela sua extinção, em 1911, e restabelecimento, em 1918.

3.3.3.3 *Ordem de Calatrava*⁴³⁷ (hispânica)

Esta Ordem – justificada a sua menção aqui pela importância que teve na sua ligação com a Ordem de Avis – foi fundada na Andaluzia, por volta de 1158, por D. Sancho III de Castela, sob inspiração dos Templários. Ficou, então, a cargo do cisterciense D. Raimundo Serrat. Era constituída por um corpo de monges-guerreiros empenhados na defesa do castelo de Calatrava (em território de Castela).

À morte do seu Mestre, D. Raimundo (1163), a Ordem foi convertida em Ordem militar, sob o mestre D. Garcia, passando a reger-se por Regra adaptada de inspiração beneditina. Diz-se que terão alargado a sua presença a Portugal, em 1166, onde eram conhecidos por Freires de Évora. Em 1211, receberam, de D. Afonso II, o lugar de Avis, onde se estabeleceram e de que tomaram o nome, segundo consta de registo de 1215⁴³⁸.

Em 1187, Gregório VIII confirmou a sua integração na Ordem de Cister. E foi sob influência desta Ordem que surgiu, em Portugal, a Ordem de Avis. Em 1391, Bonifácio IX extinguiu a relação existente entre Calatrava e Avis. No século XVI, foi convertida em Ordem honorífica.

3.3.3.4 *Ordem de Avis e Freires de Évora*⁴³⁹ (portuguesa)

Esta Ordem foi instituída em 1162, em Coimbra, por D. Afonso Henriques⁴⁴⁰, e era constituída por cavaleiros portugueses que se notabilizavam na luta da Reconquista cristã. Regia-se pela Regra de São Bento adaptada à Ordem de Calatrava e denominava-se, originalmente, *Ordem Nova* (que não chegou a receber confirmação papal). Foi seu primeiro Mestre, o alcaide de Lisboa, cavaleiro fidalgo nortenho, da maior confiança de D. Afonso, D. Gonçalo Viegas de Lanhoso, que tinha as funções de fronteiro do reino, bem às portas dos muçulmanos que ocupavam os territórios a sul do Tejo.

⁴³⁷ Cf. *Esplendor da Austeridade*, o.c., pp. 129-163.

⁴³⁸ O facto de terem ocupado os mesmos lugares, simultaneamente com os cavaleiros da futura Ordem de Avis a que estes estiveram associados, gerou algumas confusões de interpretação na tentativa de identificar o que dizia respeito a cada corpo de freires. E é a isso que nos leva a informação que aqui parafraseamos retirada da *História Eclesiástica...* (p. 149) do Pe. Miguel de Oliveira que fica nublada quando cotejada com a informação colhida noutras fontes. Supomos, no entanto, que para o efeito a que nos propomos, dados estes esclarecimentos, o essencial está subentendido, ainda que possa ficar diminuído o resultado do esforço de querermos ser genuínos.

⁴³⁹ Informação colhida no *Dicionário das Ordens*, o.c., pp. 907-908.

⁴⁴⁰ Segundo lenda antiga, teria sido o Fr. João Cirita, fundador do primeiro mosteiro cisterciense, em Portugal (S. João de Tarouca) que sob mandato do legado do papa Alexandre III, o bispo de Osma, terá confirmado a criação da Ordem de Avis, nesta data, e com estatutos da Ordem de Cister. (Cf. Manuel Gonçalves da COSTA, «Frei João Cirita, fundador cisterciense. Mito histórico?», in *Anais*, série II, vol. 24, tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa de História, MCMLXXVII, p. 106, nota 7.

Em 1166, passou a sua sede para Évora, e a proximidade com a sede de Calatrava levou a que tenha ficado sob a sua influência e Constituição, passando a chamar-se *Milícia de Évora da Ordem de Calatrava*.

Em 1211, passou para a povoação de Avis, por determinação de D. Afonso II, alterando, mais uma vez a denominação para *Milícia de Avis da Ordem de Calatrava* ou *Ordem de Avis e Calatrava*, por que também era mencionada.

Em 1385, com D. João I, a Ordem foi separada, definitivamente, de Calatrava, passando a denominar-se *Ordem de São Bento de Avis*, e autorizada essa separação, por Bonifácio IX, em 1391, e confirmada, em 1440, por Eugénio IV⁴⁴¹. Desde a sua fundação, mostrou ser uma Ordem absolutamente entregue à execução dos planos régios de conquista e de ocupação territorial, cuja fidelidade e empenho nunca se houve por dúbia ou fraco. Devido a estas razões, desde cedo, a Ordem foi beneficiada com doações régias, do norte a sul do território (v.g., Comenda de Oriz, a norte do Douro, e Comenda de Albufeira, a sul, provavelmente pela ajuda na conquista de Silves). Merece ainda especial referência a responsabilidade pela guarda de lugares vitais, bem próximos da capital, como por exemplo Santarém (1176), Coruche (1176), Alcanede (1187), Mafra (1193)⁴⁴².

Em 1551, juntamente com os Mestrados de Santiago e de Cristo, ficou a Ordem de Avis unida à Coroa, com confirmação por Breve de Júlio III.

Foi secularizada em 1789 e em 1894 alterou a denominação para *Real Ordem Militar de São Bento de Avis*, cuja administração passou a ficar adstrita à pessoa do rei (Grão-Mestre) e à pessoa do príncipe herdeiro (Comendador-Mor).

Com a implantação da República, foi extinta, e restaurada em 1917 com o título honorífico de *Ordem Militar de Avis* que distingue oficiais das Forças Armadas.

⁴⁴¹ Esta separação terá sido originada por razões de ordem política, devido ao apoio que os cavaleiros de Calatrava deram à causa de D. Juan I de Castela na luta pelo trono de Portugal, e que envolveu o Mestre de Avis (futuro D. João I de Portugal). Em Aljubarrota, enfrentaram-se as hostes portuguesas, comandadas por D. João I e D. Nuno Álvares Pereira, e as de Castela, em cujo corpo sob a bandeira de Calatrava, estava o seu Mestre, Frei D. Pedro Álvares Pereira, irmão de D. Nuno, que havia sido Prior do Crato e que era partidário do pretendente castelhano, tendo recebido por recompensa o Mestrado de Calatrava de Castela, no ano anterior. Morreu na peleja, mas acarretou para a sua bandeira a inimizade do novo rei de Portugal e o antagonismo dos partidários deste. Devido a estes factos era inevitável que a separação, entre Calatrava e Avis, se desse.

⁴⁴² Oferece-nos informação bastante desenvolvida sobre estes aspetos, o trabalho de Maria Cristina ALMEIDA E CUNHA, *Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

3.3.3.5 *Ordem de Santiago da Espada* ou *Espatários*⁴⁴³ (de origem hispânica)

A Ordem de Santiago consta que terá sido criada sob os auspícios de D. Fernando II de Leão, em 1170, após decisão tomada em reunião havida em Cáceres, onde se colocava a premência de uma força que assegurasse a defesa do território leonês. Dessa reunião teria resultado a criação da Ordem e a decisão de confiar a sua direção ao arcebispo de Compostela. Em 1175 ficou sob jurisdição da Santa Sé por decisão de Alexandre III que estabeleceu a sua sede em Uclés. Distingue-se das outras Ordens num primeiro aspeto, por não incluir o celibato nos votos dos seus membros, tendo, portanto, nas suas fileiras cavaleiros casados⁴⁴⁴.

Estabeleceu-se em Portugal, em 1172, por influência do conde Rodrigo Álvares, sobrinho de D. Afonso Henriques, e teve a sua primeira sede em Santos-o-Velho. Inicialmente, esta Ordem teve à sua guarda o castelo de Monsanto e a vila de Arruda (1172, perdida em 1175), e, mais tarde, Abrantes, Alcácer e Almada (1175).

A sua imagem, junto do rei de Portugal, ficou mais fragilizada, quando o seu Mestre, sob imposição de Leão, decidiu apoiar D. Fernando II no litígio que este teve com D. Afonso Henriques e seu filho (futuro D. Sancho I), em 1179. Porém, a ajuda que a Ordem prestou ao rei no cerco que os mouros impuseram a Santarém, em 1184, haveria de contribuir para melhorar essa relação. D. Sancho I, «que favoreceu, carinhosamente, as novas Ordens Militares de Santiago e Calatrava»⁴⁴⁵, doou-lhes, em 1186, os castelos de Arruda, Almada, Palmela e Alcácer, que haveriam de ser perdidos em 1191.

Com D. Afonso II, fixaram-se em Alcácer do Sal, após a tomada do seu castelo. Com D. Sancho II, a sede passou para Évora. Voltaram a Palmela, em 1217 e, no esforço da reconquista, ocuparam várias praças para sul, chegando a Tavira, em 1244, onde se notabilizou o Comendador da Ordem, Gonçalo Peres, no apoio ao regente e futuro Afonso III que já lhe tinha merecido acolhimento caloroso na sua chegada a Lisboa para substituir o irmão, D. Sancho II, destituído pelo Papa. Porém, em 1272, D. Afonso III mostrava alguma suspeição em relação à influência que o Grão-Mestrado hispânico tinha na Ordem, em Portugal, e que comprometia a sua esperada fidelidade. Em consequência, proibiu a entrada e permanência de muçulmanos nas cidades sob controlo da

⁴⁴³ A nossa reflexão é feita, fundamentalmente, a partir dos textos do Pe. Miguel de OLIVEIRA, *o. c.*; de Jean-François LABOURDETTE, *História de Portugal*; e das obras coletivas: *Dicionário das Ordens e Esplendor da Austeridade* (pp. 129-163).

⁴⁴⁴ Esta diferença, na profissão de votos religiosos, prende-se, provavelmente, com a origem laica dos Espatários. Em 1496, será estendida às Ordens de Cristo e de Avis, restando apenas os Hospitalários com a condição de celibatários.

⁴⁴⁵ Oliveira MARQUES, *o. c.*, vol. I, p. 85.

Ordem, a fim de acautelar quaisquer resistências à autoridade portuguesa, acobertadas pela Ordem, por parte dos mudéjares. Por fim, o conflito desencadeado entre D. Dinis e Castela, em 1295-1299, e a tomada de posição da Ordem de Santiago pelo seu Mestre castelhano, levou a que o rei português assumisse a direção da Ordem em Portugal, passando a ser ele a nomear os seus Mestres, sempre portugueses⁴⁴⁶. Em 1320, D. Dinis beneficiará, por Bula papal, da décima dos rendimentos eclesiásticos, durante três anos, para o seu esforço de luta contra os «infiéis», mas excetuava-se dessa obrigação a Ordem de Santiago⁴⁴⁷, provavelmente por esta estar empenhada, nessa mesma luta.

A sede da Ordem, em Portugal passou por alguma oscilação, entre Alcácer do Sal e Palmela, acabando por se fixar definitivamente em Palmela em 1482. A criação, no século XIV, de um Mestrado em território português, levou a que passasse para a jurisdição da Coroa portuguesa. Foi a primeira Ordem militar que estendeu a sua ação ao mar, à navegação. Na exploração marítima, haveria de assistir a uma certa rivalidade com a Ordem de Cristo a que pertencia o Infante D. Henrique, que deu início ao projeto dos Descobrimentos⁴⁴⁸.

Em 1789 foi remodelada e passou a *Ordem de São Tiago*. Com a posterior remodelação de 1862 assumiu a denominação de *Antiga, Nobilíssima e Esclarecida Ordem de São Tiago, do Mérito Científico, Literário e Artístico*.

Os seus dois cargos superiores da sua hierarquia são desempenhados pelas duas figuras cimeiras da Nação: o rei (Grão-Mestre); o príncipe herdeiro (Comendador).

A Ordem foi extinta, com a implantação da República, e restaurada em 1918 como Ordem honorífica.

* * *

O processo de «nacionalização» das Ordens Militares teve início com D. Pedro, ao investir o seu filho bastardo (futuro D. João I) como Mestre de Avis (1364). E o próprio D. João I estabeleceu três filhos na direção das principais Ordens militares: D. João, Ordem de Santiago (1418); D. Fernando, Ordem de Avis (1434) e D. Henrique, Ordem de Cristo (1420)⁴⁴⁹.

⁴⁴⁶ Cf. LABOURDETTE, *o.c.*, pp. 77 e 89-90. Segundo o *Dicionário das Ordens*, essa decisão de D. Dinis terá sido tomada em 1288 (!?...).

⁴⁴⁷ Cf. O. MARQUES, *apud* Teresa Ferreira RODRIGUES, in *História da População Portuguesa*, Porto, CEPESE/Ed. Afrontamento, 2009, p. 80.

⁴⁴⁸ Cf. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Verbo, pp. 166-173.

⁴⁴⁹ Cf. LABOURDETTE, *o.c.*, pp. 207 e 216. Porém, entre os séculos XII e XIV, em Portugal, são poucas as dezenas de nomes de condição nobre à frente das Ordens Militares. A explicação parece ter a ver

«Entre 1418 e 1434, os três principais Mestrados – Santiago, Avis e Cristo – passaram ao domínio permanente de príncipes seculares, todos eles da família real.» E, em 1551, D. João III decreta a agregação das três Ordens à Coroa portuguesa⁴⁵⁰.

Quanto à ocupação territorial ela foi extensa e intensiva, com a ocupação de muitas fortalezas que engrandeceram os lugares de implantação ou estiveram na origem da emergência de muitas povoações.

Isto significava que, coletivamente, as Ordens militares eram os maiores beneficiários territoriais da Reconquista portuguesa. Em 1169, os Templários, a quem tinham sido dadas extensas terras no vale do Zêzere, viram-lhes prometido um terço do território que conseguissem conquistar no Alentejo. Em meados do século XIII, os Templários e os Hospitalários controlavam, entre si, grandes partes da Beira Baixa, do Ribatejo e do norte do Alto Alentejo. A maior parte do sul do Alto Alentejo pertencia à Ordem de Avis. Mais para ocidente, em especial no Baixo Alentejo, existiam enormes latifúndios doados à Ordem de Santiago, enquanto no Sudeste havia territórios mais pequenos possuídos pelos Templários e pelos Hospitalários⁴⁵¹.

No entanto, logo que terminou a Reconquista e a consequente perda de influência das Ordens militares nos assuntos do Estado, a partir do reinado de D. Afonso III, os soberanos passaram a gerar legislação para conter o alargamento dessa presença e permitisse o retorno de algumas terras para a Coroa. Será também nestes domínios que se gerarão algumas tensões que abordaremos ao longo do presente trabalho.

Voltando às motivações que norteavam os intervenientes – eclesiásticos, nobres e povo – no esboçar do Projeto «Portugal», nos alvares da nacionalidade, temos como particularmente importantes os contributos prestados pelos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, sediados em Santa Cruz de Coimbra (desde 1130) e de São Vicente de Fora de Lisboa (desde a conquista da cidade em 1147), para além dos Cistercienses de Alcobaca (aqui instalados desde 1153). Foram importantes as instituições monásticas, mas o vínculo forte e determinado que sustentou o ânimo, os propósitos e as aspirações do jovem monarca fundador deveu-se àquelas figuras eclesiásticas que as encabeçavam (que mais à frente referiremos) e que souberam carregar de simbólico sentido legitimista, porque religioso, todos os passos e atos de bravura guerreira que, nesse elã, nunca se apoucavam, pouco temiam, e com audácia e temeridade afrontavam toda a resistência, como se de geminações de alma ou de comunhão de vida se tratasse: a Igreja do extremo ocidente peninsular em núpcias de uma aclamação régia recém-formalizada!

com o facto de, *em Portugal, não se ter verificado a exclusão de filhos segundos na herança paterna*, situação que se modificará com o aparecimento da figura do *morgadio*, a partir do século XIV. (Cf. José PIZARRO, citado por António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, em «Nobreza e Ordens Militares...», in *Militarium Ordinum Analecta*, n. 12 (2012), Porto, CEPSE.)

⁴⁵⁰ Oliveira MARQUES, *o. c.*, vol. I, p. 296.

⁴⁵¹ A. R. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português*, vol. I, p. 147.

III – OS DOMÍNIOS DA METÁFORA

Preâmbulo

Suposto andarem tão válidas no púlpito, e tão bem recebidas do auditório as metáforas, mais por satisfazer ao uso, e gosto alheio, que por seguir o gênio, e ditame próprio, determinei na parte que me toca desta solenidade servir [...] também com uma metáfora.

(Padre ANTÔNIO VIEIRA, *o.c.*, t. II, vol. XI, «Sermão de São Pedro», p. 248)

A prova não há de ser tirada de semelhanças, ou metáforas, que podem ter diferente interpretação, mas da experiência manifesta, pública, e vista com os olhos.

(IDEM, *o. c.*, tomo 2, volume 9, «Sermão XXIII com o Santíssimo Sacramento exposto», p. 250)

Das epígrafes vieirinas sobre o uso da metáfora, com que abrimos este capítulo, colhemos duas proficientes advertências: 1) a da função didática e de proveitosa assimilação dos contextos que a metáfora permite aos que a ela recorrem, como meio facilitador da comunicação, assim como o grande acolhimento que, correntemente, lhe é dispensado; e 2) a da indispensável exigência feita ao ouvinte/leitor para que não se fiquem pelas aparências metafóricas, mas que, a partir delas, se mova em direção à evidência – «experiência manifesta» – que as imagens sugerem.

Perpassada a objetividade dos aspetos normativos e institucionais que consideramos do domínio pragmático, focamo-nos, agora, na identificação daqueles outros que, nas vivências de relação, entre o Monarca/Estado e Igreja/Religião permitem uma interpretação à luz comparativa dos comportamentos conjugais, como bem se pode intuir da forte ligação institucional patenteada nas imagens da página seguinte. Temos presente a dificuldade de fazer coincidir, analogicamente, quadros comportamentais de sentido e natureza diversos, mas também não é nosso propósito forçar demonstrações *ab absurdo*. Move-nos apenas a intenção de identificar semelhanças significativas de contexto que nos permitem, por facilidade discursiva, o recurso metafórico. O presente capítulo não é mais que o resultado desse exercício que esperamos possa ter a virtude de nos ajudar a transmitir com alguma objetividade o que nos ocorreu na interpretação dos eventos e meandros históricos que se constituíram como fundamento de um projeto nacional a que foi sendo dado corpo e estrutura de Nação, ao longo de quase nove séculos, e que se denomina Portugal.

A seguir, na página imediatamente anterior ao início propriamente dito deste capítulo, inserimos um quadro com algumas «chaves auxiliares de leitura» que se propõem como instrumento de identificação, no *corpus* narrativo, dos momentos de referência analógica propícios à interpretação metafórica que perseguimos.



Do abundante repositório de inscrições lapidárias que podem ser encontradas no riquíssimo património monumental português, são frequentes as que tendem a perpetuar essa ancestral ligação identitária e de pertença – Religião-Estado-País-Nação-Povo – como pode ser observado nestas imagens colhidas, recentemente, em visita a espaço público da cidade de Moura (Alentejo), onde a explícita cronologia e a menção dos intervenientes atesta a legítima memória de momentos de significado fundante.



Chaves auxiliares de leitura para uma hermenêutica da condição e dos comportamentos institucionais

ASPETOS DE **PARIDADE** COMPLEMENTAR DE CONDIÇÃO

<i>Igreja / Religião</i>	<i>Monarquia / Estado</i>
<i>poderosa</i> culturalmente	<i>poderosa</i> institucionalmente
<i>linhagem</i> hierárquica (sagrada)	<i>linhagem</i> nobiliárquica (secular)
<i>repositório</i> simbólico	<i>repositório</i> mitológico
<i>bens</i> espirituais	<i>bens</i> materiais
<i>vontade</i> de Deus, <i>lei</i> divina	<i>vontade</i> do Rei, <i>lei</i> do reino

ASPETOS DE **DISPARIDADE** DE CONDIÇÃO

<i>Igreja / Religião</i>	<i>Monarquia / Estado</i>
<i>cultura</i> urbana	<i>cultura</i> rural
predominantemente <i>culta</i>	predominantemente <i>iletrada</i>
postura de atitudes <i>dissimuladas</i>	postura de atitudes <i>ostensivas</i>
<i>modelação</i> das consciências	<i>modelação</i> comportamental
<i>recetora</i> de bens e honras	<i>doadora</i> de bens de honras
pendor <i>internacionalista</i>	pendor <i>nacionalista</i>
decisores <i>cautelosos</i>	decisores <i>temerários</i>

Os aspetos em disparidade são marcantes e supomos que, em alguns momentos, foram determinantes, neles radizando muito do insucesso e/ou atritos da relação Igreja-Estado. Foram minimizados ou superados nos inícios e nos períodos áureos da relação, mas assumiram relevância nos momentos de crise, tornando-se, por vezes, tropeços inultrapassáveis, tal como sucede na vida atribulada dos casais saturados por uma vida a contragosto.

PRESENÇA DA METÁFORA NO AGASTAMENTO

<i>Sanções eclesiais</i>	<i>Atitudes conjugais</i>
Admoestações	Reparos
Censuras	Queixas
Interditos pessoais e territoriais	Recusa à intimidade dos corpos
Excomunhão	Expulsão do leito conjugal

RECONCILIAÇÃO INEVITÁVEL PARA A CONVIVÊNCIA

Tentativas ou convites ao apaziguamento *por parte da Igreja*

Pedido dos sacramentos, *in extremis*, *por parte do monarca*

Concórdias/Concordatas e Lei da Liberdade Religiosa, *com envolvimento mútuo*

1. Projeto convergente e comunhão de bens monogâmica

(de 1128/1179 a 1759)

Ainda que tomemos as datas 1128/1179 como marco do exercício de soberania real de D. Afonso Henriques⁴⁵² – a primeira data como início, *de facto*, e a segunda, relativa ao reconhecimento papal –, as condições que favoreceram as relações do Poder com a Igreja, e que tiveram um desenvolvimento e consolidação cúmplices em prol de um projeto nacionalista, começaram muitos anos antes, ainda em tempos que antecederam a chegada à Península de D. Henrique de Borgonha, futuro senhor do Condado Portucalense e pai de Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal.

Os sinais que indiciam a emergência de um sentimento nacionalista vislumbram-se já no século VI⁴⁵³, através de uma figura eclesiástica que marcará indelevelmente a proto-

⁴⁵² 1128: Batalha de São Mamede, com consequente autonomia de D. Afonso Henriques, em relação a sua mãe, a rainha D. Teresa, na gestão do poder do Condado Portucalense; 1179: reconhecimento da soberania do rei de Portugal pela bula pontifícia *Manifestis probatum*, de 23 de maio.

⁴⁵³ Sobre este assunto, *vide* também nota 396, p. 177. Colhemos este ponto de vista em Joaquim Veríssimo Serrão (in *História de Portugal, o. c.*, vol. I, pp. 56-57, nota 65), em que refere a autoridade de dois historiadores: «Gonzaga de Azevedo e Fernando Castelo-Branco têm posto em realce a supremacia política dos Suevos, vendo nesse domínio o embrião do futuro Estado português. A força autonomista que esse ramo germânico manifestou seria bastante para marcar o poder de um sentimento em muitos pontos idêntico ao dos barões portucalenses e dos nossos monarcas até D. Afonso III. Teria faltado aos Suevos o ambiente próprio da Reconquista Cristã para o seu ideal religioso se traduzir na plena expansão das fronteiras que lhes eram próprias»; e (*ibidem*, pp. 72-73) também, aludindo a Damião Peres, acrescenta outro contexto, provavelmente, no intuito de mostrar a dificuldade de indicar uma data, uma época ou um evento determinante do surgimento do sentimento de autonomia dos Portugueses: a «batalha travada em Pedroso, lugar situado entre o rio Cávado e a cidade de Braga, em data posterior a 17 de fevereiro de 1071 [...] foi definida por Damião Peres como o [acontecimento do] primeiro alvor da autonomia portuguesa, na medida em que traduziu uma oposição aberta entre a coroa galega e a nobreza portucalense».

Não queremos, no entanto, deixar de fazer menção a outras posições, representadas por Orlando RIBEIRO (in «Portugal», *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO, p. 433), que, a propósito dos indícios históricos de uma portugalidade em embrião, em épocas tão recuadas, as considera «fantasiosas e destituídas de base científica [mas...]», e por José Mattoso (agora, in *Naquele tempo – ensaios de História Medieval, o. c.*, p. 446), onde o conceituado investigador, a propósito da falta de cuidado de alguns estudiosos que, segundo a sua opinião, interpretam a história usando noções da atualidade e não da época a que se reportam os factos, se sente na necessidade de reafirmar um ponto de vista divergente: «Foi precisamente pelo facto de os autores dos anos 30 e 40, que se ocuparam muito deste assunto, terem partido de uma noção de Estado independente análogo ao que hoje existe, que eles postularam a existência de formas por assim dizer proféticas da nacionalidade, que se teriam ocultado antes, porventura desde a pré-história, sob aparências diversas, e que eles procuraram descobrir, como quem desenterra um tesouro. A ideia de Pátria como uma realidade sagrada, e por isso mesmo eterna, exigia que a fundação da nacionalidade não fosse mais do que a resposta a um apelo da natureza injustamente reprimido durante séculos.»

Compreendemos a preocupação quer de O. Ribeiro quer de J. Mattoso em quererem defender a «verdade» histórica, mas temos dificuldade em aceitar que tenha havido, por parte dos alvos da crítica – também eles investigadores muito conceituados –, propósitos tão obcecados a ponto de descurarem esse elementar cuidado da precisão e de evitar o anacronismo. Este é um campo de debate em que não nos cabe, por insuficiência, emitir opinião ou sustentar parecer. Não nos custa, porém, aceitar como natural que as marcas indi-

história de Portugal, o bispo Martinho de Dume/Braga. A figura deste bispo representa já o desvelo de uma Igreja empenhada em congregar, pela cristianização, distintos povos com variadas raízes e de diferentes proveniências⁴⁵⁴ e que, na Península, procuravam meios de subsistir e conviver num território que se tornava apertado e em disputa permanente, e em que as tensões acumuladas, apesar de muitos acordos tácitos e de aliança, frequentemente descambavam em atrito e guerras desgastantes. Sob a Cruz, a pouco e pouco, pareceram apaziguar-se contendias de origem étnica, mas sempre prevaleceram ou foram engendradas outras na luta pelo poder hegemónico. Paulatinamente, foram-se definindo dois bem identificados campos de ação dominial: o da massa humana e o da ideologia ou do *espírito*. A força das armas das linhagens nobiliárquicas garantirá o domínio (de registo *masculino*) dos espaços e dos indivíduos (comunidades e pessoas), enquanto o pendor uniformizador das mentalidades (conotado com a subtileza *feminina*) tenderá a ser reconhecido à Igreja e exercido através do seu corpo de servidores.

Tal como já assinalamos acima⁴⁵⁵, a evangelização da Península decorreu em várias fases, com pontos altos em finais do século VI, com a conversão dos seus últimos invasores – Suevos e Visigodos⁴⁵⁶ –, a evacuação dos últimos redutos bizantinos, nas campanhas visigóticas de 612 a 628, e sob uma Ação de profícua e intensa eficácia pastoral dos seus primeiros bispos⁴⁵⁷, até à chegada dos muçulmanos, em 711 (batalha de

ciais intuídas por alguns autores possam ser interpretadas como fazendo parte desse longo processo de gestação e amadurecimento das mentalidades, que por norma levam gerações de interiorização até completa assimilação e que apenas se manifestam quando um determinado conjunto de condições sociais e de contexto político se reúnem, como aliás parece também ser compreendido por Orlando Ribeiro, quando afirma: «*Parece tão errado desprezar sistematicamente algumas destas possíveis condições como atribuir apenas ou principalmente a qualquer delas papel decisivo na origem de Portugal*» (*ibidem*), e é isso que deixamos subentendido na aludida nota da página 177 deste trabalho e que aqui confirmamos.

⁴⁵⁴ Pe. Miguel de OLIVEIRA, *o. c.*, p. 41, sumariando a ação de Martinho de Dume e referindo os louvores que lhe dispensaram Gregório de Tours (c. 538-†594) e Isidoro de Sevilha (c. 560-†636), acrescenta: «*Fundou mosteiros, pregou, escreveu, dissipou os últimos vestígios de heresia, animou os dois primeiros concílios de Braga (em 561 e 572).*»

⁴⁵⁵ Vide subtítulo 3.1: «Poder eclesiástico na Península Ibérica e seus ajustamentos...» (p. 167).

⁴⁵⁶ A conversão dos Visigodos, oficialmente declarada pela proclamação do seu rei Recaredo I (568-601), no 3.º Concílio de Toledo, em 589, marca o fim da luta peninsular entre Arianos e Católicos, com a vitória destes, podendo afirmar-se que data desta época a Hespanha católica e, desta forma, a pacificação dos povos peninsulares. «*Tudo o mais se resolveria por colaboração entre a Igreja e o Estado*» (cf. Pe. Miguel de OLIVEIRA, *o. c.*, p. 46).

Durante o século VII, na monarquia visigótica, reuniram-se vários concílios nacionais e provinciais. «O rei consultava o concílio em alguns negócios e, por sua vez, o concílio submetia-lhe votos ou dava conselhos. Desta colaboração resultou que os concílios se tornaram, de facto, órgão legislativo da monarquia. [...] Embora tivessem aprovado certos princípios emanados dos concílios, esqueciam-nos no governo. Procediam, na realidade, segundo a sua conveniência e até, muitas vezes, contra as decisões conciliares» (R. ALTAMIRA, *Histoire d’Espagne*, Paris, 1931, p. 37, *apud* Pe. Miguel OLIVEIRA, *o. c.*, p. 47).

⁴⁵⁷ Destes, tem particular destaque o já referido São Martinho de Dume e São Frutuoso, e, da ação concertada com os monarcas então convertidos, «*houve um período de relativo esplendor nos campos religioso e cultural, com nova organização diocesana, atribuída ao chamado Concílio de Lugo do ano 569, e nova organização paroquial, testemunhada pelo “Paroquial suevo”*» (cf. Avelino de Jesus COSTA, in *Po-*

Guadalete)⁴⁵⁸. O período seguinte, o da Reconquista (que começa com a batalha de Covadonga, em 722, irá estender-se até 1492, com a queda de Granada)⁴⁵⁹, resultará numa «nova» Península, profundamente reconfigurada, tanto política como religiosamente. Serão sete séculos de um revigoramento em constante crescendo, que teve início em plena Idade Média e que desemboca na entrada da Modernidade. Quando as forças muçulmanas deixam a Península, perdendo o seu último bastião, Portugal já conta três séculos de existência, é seu rei D. João II (13.º monarca e já soberano de alguns territórios do Norte de África), ostenta fronteiras bem delimitadas, e está no início a epopeia das

voamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI, Guimarães, Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, 1981, p. 3).

⁴⁵⁸ Sobre os primeiros tempos da chegada do Cristianismo à Península, deparámo-nos com algumas posições que sugerem uma interpretação diferente da corrente maioritária que atribui o papel de predomínio à Igreja de Roma. Apesar desse assunto, para nós, ser pouco relevante para o presente trabalho, tendemos a aceitar que, inicialmente, tenha havido uma preponderância de iniciativa por parte dos patriarcados de Alexandria e de Jerusalém, e só posteriormente de Roma, a partir do período da Reconquista, por influência dos reinos de Leão e Castela, e do empenho dos Beneditinos de Cluny e de Cister (*vide* sobre o assunto também notas 395 e 399, pp. 177 e 178, respetivamente). No século V (ainda longe da cisão de 1054 que levou à separação de Roma e Constantinopla e que determinará o aparecimento desses dois antagónicos blocos da tradição cristã, que passaram, a partir de então, a ser denominados de Ortodoxos e Católicos), sabe-se da ação pastoral de Paulo Orósio (*vide* em 1.3.4, p. 89) junto dos Suevos, e que os levará à conversão ao Cristianismo. Dele sabe-se também que as suas referências patriarcais eram as do Norte de África (Alexandria) e da Palestina (Jerusalém), lugares por ele visitados, e onde permaneceu algum tempo, em relacionamento privilegiado com Santo Agostinho, em Hipona, e com São Jerónimo, em Belém, não se mencionando qualquer viagem sua a Roma. O Prof. Avelino da COSTA (1908-2000), na entrada «Avito de Braga», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO, diz também que este clérigo bracarense, Avito, que se fixou na Palestina, depois de ter estado em Constantinopla, «foi sempre caloroso defensor da ortodoxia e amigo de Orósio», palavras que podem ter contribuído para robustecer esta opinião, embora o uso do vocábulo *ortodoxia*, aqui, possa apenas querer referir a «doutrina correta», em oposição às várias heresias que então se combatiam, inclusive na Península. Em sintonia, surge São Martinho de Dume/Braga, que Oliveira Marques associa ao projeto bizantino para a Península (cf. 3.1, nota 375, p. 169 e 3.3.2, nota 395, p. 177). Mais recentemente (1998), in *Fundação Apostólica da Igreja Ortodoxa em Portugal* (pp. 30-31), o metropolita desta «restaurada» Igreja Ortodoxa em Portugal, D. GABRIEL de Lisboa (1938-1997) afirma: «Será de realçar que desde a Fundação Apostólica da Igreja Peninsular por São Paulo, no século I, até à invasão dos Mouros em 711, a Autocefalia das Espanhas é incontestável, não se vislumbrando em nenhum ato eclesial desta Igreja subordinação alguma face a Roma. Desde a nomeação dos seus Metropolitas, no princípio do século IV, e da divisão da Península em Províncias eclesiásticas, até à sagração dos seus Bispos, convocação e presidência dos Concílios nacionais ou provinciais e eleição dos seus Primazes, age sempre de acordo com os princípios subjacentes a uma Igreja Autocéfala. No decorrer de toda a fase de ocupação moura, as relações que a Igreja das Espanhas mantinha, não só com Roma, como com Constantinopla, são interrompidas. Quando, no início do século XII, estas são reatadas, as Espanhas descobrem uma Igreja de Roma separada das Igrejas Orientais, completamente diferente daquela que haviam conhecido até ao século VIII!...

Mas serão suficientes os argumentos da natureza dos acima expostos para que se sustente a tese de que as comunidades peninsulares foram inicialmente doutrinadas pelos Ortodoxos e não pelos Católicos romanos, quando só tardiamente (séc. XI) elas passaram assim a ser nomeadas? Supomos que, independentemente dos Patriarcados Apostólicos de origem dos primeiros missionários, a eles, como meio de identificação, no confronto com a diversidade, apenas se lhes impunha que referissem os princípios dogmáticos do Credo que professavam. E isso seria, provavelmente, o suficiente para a sua acreditação junto das comunidades distantes, e o mesmo terá sucedido na sua chegada à Hispânia. O esmiuçar desta questão em nada interfere naquilo que nos move, acerca das relações entre Estado e Religião, e dessa proximidade ajustada às conveniências de cada instituição, como se se tratasse de um convénio matrimonial, em vista de objetivos comuns, pois as formas de estabelecer esses ajustes acreditamos que pouco difeririam.

⁴⁵⁹ *Vide* subtítulo 3.1: «Poder eclesiástico na Península Ibérica e seus ajustamentos...» (p. 167), onde o assunto é tratado com alguma profundidade.

Descobertas marítimas. Religiosamente, a Península em geral, e Portugal em particular, têm as suas dioceses e respetivas freguesias definitivamente organizadas, e o seu território extensamente pontuado de inúmeros mosteiros e conventos.

1.1 O Condado Portucalense

O território do Ocidente Peninsular, acima do rio Douro, desde os tempos de Vímara Peres (conde desde 868), no reinado de Afonso III das Astúrias, passou por várias reconfigurações territoriais e ajustamentos dominiais, até se autonomizar sob duas denominações: Condado da Galiza e Condado Portucalense.

O Condado Portucalense, de que sairá o Portugal independente⁴⁶⁰, resultou de uma circunstância ditada por quatro quadros de conjugalidade: a metafórica, de Cluny com o reino de Leão e Castela; a de Afonso VI de Leão e Castela com D. Constança de Borgonha e a dos seus dois sobrinhos, **D. Raimundo** e **D. Henrique**⁴⁶¹, com as filhas de D. Afonso VI, **D. Urraca** e **D. Teresa**, respetivamente.

A falta de um herdeiro legítimo a D. Afonso VI de Leão e Castela, e o risco de ser sucedido pelo filho bastardo Sancho, filho de mãe moura – circunstância que para o rei não era relevante, pois dedicava a esse filho especial afeição, chegando a indigitá-lo para lhe suceder, mas que para a nobreza e para a Igreja representava uma séria transgressão à pureza da linhagem real, agravada pelo perigo de nela fazer entrar sangue de origem muçulmana, de *infieis* –, levou a que lhe fossem facultadas, por parte da Igreja, alternativas de sucessão através de netos de origem cristã, facto que veio a concretizar-se com o nascimento de Afonso Raimundes, filho da primogénita D. Urraca e do borge-nhês D. Raimundo, entretanto titulares do Condado da Galiza⁴⁶².

⁴⁶⁰ Devido à grande dificuldade em definir datas precisas e definitivas das fronteiras físicas e humanas dos condados da Galiza e de Portucale, Alexandre Herculano recorre a algumas circunstâncias provadas para apontar uma data: «*é certo que, no ano de 1097, Henrique dominava todo o território do Minho ao Tejo, e os estados de Raimundo tinham recuado por esta parte para as fronteiras meridionais da moderna Galiza*». A doação deste território por parte de Afonso VI foi feita – «*como bens próprios e hereditários*» – à sua filha bastarda Teresa e a D. Henrique do ducado da Borgonha, a quem esta era dada em casamento, passando o recém-casal a seus condes titulares e a residir ora em Coimbra ora na corte junto de D. Afonso (cf. A. HERCULANO, *o. c.*, vol. I, pp. 194-195).

⁴⁶¹ D. Constança era do ducado da Borgonha e sobrinha de D. Hugo, 6.º abade de Cluny. Os seus dois sobrinhos, D. Raimundo e D. Henrique, eram, respetivamente, do condado da Borgonha e do ducado da Borgonha. *Vide* também nota 39, p. 35, onde se pormenorizam estes contextos e as isenções/exceções canónicas permitidas pela Igreja para se atingirem certos objetivos políticos pretendidos.

⁴⁶² A sucessão ao trono de Leão e Castela, devido a desenvolvimentos que sobrevieram, e que trataremos mais à frente, acabará por realizar-se através da investidura da filha legítima de D. Afonso VI, D. Urraca, e, após a sua morte, pelo infante Raimundes sob a denominação de Afonso VII.

A influência recíproca das Casas da Borgonha (Condado e Ducado) e de Cluny⁴⁶³, na gestão política e romanização eclesiástica da Península, são indiscutíveis e nelas assenta a genealogia da Casa Real portuguesa e a tradição litúrgico-religiosa romana que acabou por prevalecer desde a fundação de Portugal. Para esta época dos inícios, há que ter presente também a ação interventiva do papa borgonhês Calisto II⁴⁶⁴.

A abadia de Cluny funcionava como guarda-avanzada da Igreja romana e, num consórcio quase perfeito com as casas reinantes, promovia os enlaces matrimoniais entre os seus membros, favorecia a titularidade das principais sés, acautelando e garantindo as suas sucessões linhageiras.

As sés mais influentes na vida do Condado Portucalense e durante o primeiro reinado do Portugal independente (com a fronteira meridional ainda na região de Coimbra) são as de Braga (e as questões da sua Primazia⁴⁶⁵), de Coimbra, do Porto e a de Toledo.

Para a Sé de Toledo, capital do reino de Afonso VI, desde 1085, Cluny enviou um dos seus mais ilustres monges, Bernardo Seditac (?-1128), acompanhado de uma série de clérigos cluniacenses, de que se serviu para prover diversas sés da Península, num continuado trabalho de imposição da liturgia romana e da Regra beneditina à muita diversificada vida monástica peninsular⁴⁶⁶.

Para a Sé de Compostela, em 1094, foi nomeado o monge francês cluniacense, D. Dalmácio. À frente da sé de Coimbra esteve, até 1087, D. Paterno, que havia assinado o privilégio de Sahagún, gerado no Concílio de Burgos (1080), e que levava todos os bispos da Península a comprometerem-se na adoção da liturgia romana⁴⁶⁷; depois de D. Paterno, esteve, entre 1092 e 1098, o beneditino D. Crescónio; e por morte deste, seguiu-se-lhe, entre 1099 e 1109, outro beneditino cluniacense, D. Maurício⁴⁶⁸.

⁴⁶³ Ver, sobre o assunto, também nota 400, pp. 178-179.

⁴⁶⁴ Calisto II (Guido de Guglielmo, arcebispo de Vienne [atualmente Lyon-Vienne, França], do condado da Borgonha) era irmão de D. Raimundo, primo de D. Henrique e parente das casas reinantes da França, Alemanha e Inglaterra. Foi eleito Papa em Cluny, em 1119, onde falecera o papa Gelásio II, ali exilado.

⁴⁶⁵ Após a reconquista do território sob domínio muçulmano e a restauração das principais sés peninsulares, o assunto da Primazia tornou-se numa das mais acesas disputas entre Braga e Toledo, e, em alguns períodos, incluiu também Compostela. Ainda que não deixe de ser um assunto iminentemente eclesiástico, foi de imperiosa e simultânea motivação política, no caso particular de Braga, pelo menos durante parte do século XI e século XII, como veremos pelas razões a que nos referiremos mais à frente.

⁴⁶⁶ A que já aludimos acima, nos pontos 3.1, 3.2 e 3.3, pp. 167, 172 e 173, respetivamente.

⁴⁶⁷ Apesar deste acordo em Burgos, ele impedia sobretudo no esforço que se pedia a fim de se alcançar essa implantação litúrgica, mas os resultados nem sempre correspondiam ao empenhamento. Por exemplo, em Coimbra, mesmo depois da morte, em 1092, do aguazil moçárabe Sisenando, que sempre se opusera à adoção da liturgia romana, a população continuava ainda a mostrar-se resistente a essa mudança, e, apesar dos esforços dos bispos beneditinos D. Crescónio e D. Maurício, essa resistência só abrandou em tempos de D. Gonçalo Pais de Paiva (1109-1127), em que se logrou alguma aceitação (cf. Maria Filomena L. BARROS, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, coord. Carlos AZEVEDO, vol. III, o. c., p. 249).

⁴⁶⁸ Sobre D. Maurício (*Burdino*) vide ainda notas 408 e 481, respetivamente, p. 184 e 209.

Na Sé do Porto, em 1025, estava o bispo de origem francesa D. Nónego, que, renunciando ao bispado de Vendôme, integrou uma armada de gascões contra os mouros na conquista da cidade, em 999⁴⁶⁹. Em 1112, o bispo titular da cidade é outro francês, D. Hugo, que, sabe-se, em 1120, esteve em Cluny, a fim de tratar de vários assuntos com o papa Calisto II, relativos à sua sé e também à sé de Compostela, a pedido de D. Diogo Gelmires⁴⁷⁰.

Na Sé de Braga, estava, desde a restauração episcopal em 1070/1071 até à sua destituição em 1091, o arcebispo D. Pedro. A D. Pedro seguiu-se, entre 1099 e 1108, depois de oito anos de sede vacante, o monge beneditino, que fora chantre de Toledo, D. Geraldo de Moissac, mas que já se encontrava em Braga desde 1096 em intenso trabalho pastoral. A D. Geraldo sucedeu-lhe, entre 1109 e 1117, o então bispo de Coimbra, D. Maurício (*Burdino*). Entre 1118 e 1137, a sé de Braga é dirigida por uma das gradas figuras portuguesas mais genuínas da sua Igreja, D. Paio Mendes, o grande obreiro da alcova nupcial que acolherá o primeiro rei dos Portugueses. Mas, logo de seguida, entre 1139 e 1175, surge à frente da Sé bracarense D. João Peculiar, sobre cuja nacionalidade – se de origem francesa, se de pais portugueses – parece restarem algumas dúvidas⁴⁷¹.

Por esta mostra de titulares episcopais intimamente ligados a Cluny e associados à Igreja romana, renovada pela reforma gregoriana do século XI, pode avaliar-se a profundidade do empenho do Papado em descaracterizar a estrutura eclesiológica autóctone peninsular⁴⁷². Ela assentava num legado de tradições híbridas cujas raízes mergulhavam nos

⁴⁶⁹ Cf. J. Júlio G. COELHO: «*Entouré vaillants chevaliers, s'avancait à la tête d'une nombreuse troupe de Gascons, l'évêque Dom Onego, qui, d'après la légende, avait déposé la mitre de Vendôme en France pour les accompagner. Tous ces chevaliers, aussitôt débarqués sur la rive septentrionale du fleuve Douro, s'emparèrent de la villa de Porto. [...] Puis ils firent élire Dom Onego, quatorzième évêque de Porto*», in «*Notre-Dame de Vendôme et les armoiries de la ville de Porto. Mémoire historique et archéologique*», *Bulletin de la Société Archéologique Scientifique et Littéraire du Vendomois*, tome XLV, 1906, pp. 104-105.

⁴⁷⁰ Cf. Pe. Miguel de OLIVEIRA, *o. c.*, p. 86.

⁴⁷¹ Na documentação consultada sobre D. João Peculiar – sua nacionalidade, naturalidade e data de nascimento – é abundante a informação que dá a região de Coimbra como berço de naturalidade, indicando o nome dos pais e até de irmãos, mas é absolutamente desconhecida a data de nascimento, indicando-se tendencialmente a proximidade de 1100, data esta que compromete seriamente a citação que fazemos mais à frente (Anexo VIII) que diz ter ele vivido até aos 100 anos. Ora são inconciliáveis estas informações, pois o seu falecimento, sabe-se, foi em 1175. Quanto à nacionalidade, a razão de algumas fontes aventarem a hipótese de ser francesa poderá estar relacionada, provavelmente, com o facto de se referir a sua chegada a Portugal, em 1126, vindo de Paris, onde teria concluído os seus estudos!...

⁴⁷² Rómulo de CARVALHO (in *História do Ensino em Portugal*, *o. c.*, p. 41) referindo Fortunato de ALMEIDA (e sua *História da Igreja em Portugal*), apesar de não contrariar o que aqui dizemos, justifica as nomeações de bispos estrangeiros pelo «*nosso baixo nível de cultura durante o primeiro século da história portuguesa*» e, considerada a nacionalidade francesa do conde D. Henrique e origem borgonhesa dos seus descendentes, considera natural que este se inclinasse a colocar eclesiásticos «*compatriotas seus nos cargos de maior distinção*» e ainda da nacionalidade dos Cruzados que, então, auxiliaram na Reconquista (caso do inglês Gilberto de Hastings, na Sé de Lisboa, ou do flamengo Nicolau, na Sé de Silves). E isto acontecia tanto nas sés de Portugal como nas de Castela.

tempos apostólicos dos Patriarcados de origem, mas também se mostravam permeadas de inúmeros resquícios sincréticos de paganismo, superstição, heresias por que tinham passado e de reconfigurações assumidas durante os vários domínios, e em especial durante o período muçulmano, as também chamadas tradições romano-visigóticas e moçárabes.

O metafórico noivado da Igreja com os poderes peninsulares engendrara-se em Cluny⁴⁷³, mas a autenticação do enlace dar-se-á por um processo continuado e alargado de reconversão, que também passará pela reforma de Cluny, e que terá a sua face mais visível nos Cistercienses que chegarão a Portugal em 1144⁴⁷⁴, e também na fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Cónegos Regrantes de Santo Agostinho), em 1131.

Entretanto, os novos condes de Portucale e os representantes eclesiásticos vão substanciando esse enamoramento com recíprocas atenções que passam por mutuação de bens, intercessões, por um lado, e de bênçãos e bens espirituais por outro.

Em 1105, realiza-se um pacto secreto entre os dois genros de Afonso VI, visando, à morte do sogro, aspetos sucessórios e autonómicos. Este «pacto» é redigido e assinado perante o legado do abade de Cluny, e, para o seu bom sucesso e cumprimento, os subscritores solicitam que «a Santa Igreja intervenha com as suas orações pias»⁴⁷⁵.

Por sua vez, D. Henrique, contrariamente à tradição que alude a uma sua peregrinação à Terra Santa, em 1103, ele terá ido, isso sim, a Roma, segundo Veríssimo Serão⁴⁷⁶, a fim de alcançar do Papa a restauração da honra metropolitana bracarense, em que

⁴⁷³ «Da solidão de um mosteiro situado na Borgonha, um velho monge influía então nos negócios mais graves da Europa. Cluny era esse mosteiro; Hugo esse monge. Durante sessenta anos, Hugo regera aquele cenóbio, cujos chefes chegaram na sua soberba a considerarem-se como papas do monaquismo, intitulando-se “abades dos abades”. Foi Hugo quem lançou os fundamentos deste poder e desta grandeza. Ele era o homem em cujo seio Gregório VII, pontífice a quem, fosse qual fosse a sua índole, se não pode negar o título de grande, ia depositar as próprias mágoas e esperanças. Urbano II foi seu monge e discípulo. Os reis e senhores solicitavam-lhe a amizade e buscavam-no para juiz das suas contendas. De todos os príncipes que mostravam maior veneração e afeto a Cluny e ao seu poderoso abade nenhum, talvez, igualou Afonso VI, e porventura, o acolhimento que Raimundo e Henrique encontraram no rei espanhol viria em parte de serem ambos parentes de Hugo, a quem Afonso dava o título de pai e a cujo mosteiro desde o tempo de Fernando Magno a monarquia leonesa pagava um tributo voluntário a título de censo» (in A. HERCULANO, *História de Portugal*, o. c., vol. I, pp. 199-200).

⁴⁷⁴ Vide desenvolvimento em 3.3.2 Clero regular (pp. 177-182), particularmente, notas 400 e 401 (pp. 178-179).

⁴⁷⁵ Cf. A. H. de Oliveira MARQUES, o. c., v. I., pp. 75-76. Vide também Anexo I.

⁴⁷⁶ In A. H. de Oliveira MARQUES, *ibidem*, p. 77. Acerca da pretensa peregrinação de D. Henrique à Terra Santa, iniciada em 1103, A. Herculano acrescenta que o conde se terá feito acompanhar do bispo de Coimbra, D. Maurício, e que terão seguido para a Síria, na «armada genovesa que em 1104 ajudou Balduino à conquista de Ptolemaida» (in *História de Portugal*, o. c., Livro I, p. 198). Não vemos qualquer dificuldade em conciliar as duas versões, uma vez que a viagem se fez entre 1103 e 1105, tempo suficiente, supomos, para ir e voltar, de Portugal à Terra Santa, com passagem por Roma. Ainda segundo Herculano, sabe-se que, em 1106, D. Henrique está na corte do seu sogro, Afonso VI de Leão, onde permanecia por tempo demorado, pois enquanto o sogro foi vivo, ora vivia em Leão ora em Coimbra. A sua principal ocupação, durante esses períodos, consistia na governação e restauração das terras ermas do Condado, devido aos recíprocos e repetidos assaltos de cristãos e de sarracenos (cf. *ibidem*).

andava tão empenhado o seu arcebispo D. Geraldo, também muito dado às causas do Condado. Em 1111, há notícia de uma grande penúria por que passaria a sé de Coimbra, e, para colmatar necessidades, D. Henrique e D. Teresa doaram o mosteiro de Lorvão e terras e castelos de Coja e Arganil⁴⁷⁷ a esta sé. Ainda em 1112, ano da morte de D. Henrique, e na sequência dos esforços de D. Geraldo, o Conde e sua esposa D. Teresa fizeram doação de Braga e do seu couto aos arcebispos da cidade.

Após a morte de D. Henrique, D. Teresa assume, só, a administração do Condado e são inúmeros os atos em que intervém sob a invocada condição ora de infanta ora de rainha, porque filha do Imperador e soberana dos Portugueses.

Além de diversas cartas de foral concedidas a várias povoações, há que destacar

a doação do burgo do Porto em favor do bispo D. Hugo e sucessores. Muitas igrejas e mosteiros receberam cartas da infanta para estimular o povoamento dos lugares e casais vizinhos, tal o caso de Pendorada, em Marco de Canaveses, de São Pedro de Cete, de Ázere, de Vimieiro, perto de Braga, etc.⁴⁷⁸

Era tão natural que, sempre que se mostrasse necessário alcançar um privilégio, uma atenção ou uma simples benevolência, os investidos de poder procedessem a uma doação, que qualquer ato dessa natureza era oficializado por escritura pública.

Uma simples consulta à documentação da época permite constatar abundantes doações a pessoas e a instituições, com particular destaque à Igreja. Assim, entre 1101 e 1183, os Condes Portucalenses e D. Afonso Henriques procederam a 45 doações a Sés (Braga, Coimbra, Porto, Viseu, Lamego, Lisboa); entre 1100 e 1146, fizeram 26 doações a Mosteiros Beneditinos; entre 1137 e 1180, fizeram 29 doações a Mosteiros Cistercienses; entre 1127 e 1181, fizeram 12 doações a Mosteiros Agostinhos; entre 1130 e 1169, D. Afonso Henriques fez 15 doações ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra; entre 1128 e 1181, D. Teresa e D. Afonso Henriques fizeram 15 doações a Ordens Religiosas e Militares. Foram também feitas outras doações a instituições fora do Reino e diversas outras a eclesiásticos, a título pessoal⁴⁷⁹.

Os investidos de poder não eram apenas os nobres, mas também neste registo se inscreviam os bispos, abades e priores de ordens monásticas, e estes, numa dupla condi-

⁴⁷⁷ Cf. <http://www.diocesedecoimbra.pt/diocese/historia/bispos/1109-1125-d-goncalo:1092> (visitado em novembro de 2016).

⁴⁷⁸ *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*, apud Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, o. c., v. I., p. 79. Também acerca deste assunto nos confrontámos com alguma polémica, como pode ser observado in Miguel de OLIVEIRA, «O senhorio da cidade do Porto e as primeiras questões com os Bispos», *Lusitania Sacra*, Lisboa, ISSN 0076-1508, 4 (1959), pp. 29-60.

⁴⁷⁹ Cf. José MARQUES, «As doações dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques à Igreja», in *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, II Congresso histórico de Guimarães, Atas do Congresso, vol. 5, 1996.

ção, tanto na de doadores, como na de recetores. Muitas destas doações eram ainda feitas a entidades bem afastadas do território administrado, como, por exemplo, três doações feitas, durante o Condado Portucalense: D. Henrique, em 1100, doa o mosteiro de S. Pedro de Rates a La-Charité-sur-Loire; D. Teresa, em 1127, doa Santa Maria do Vimieiro, a Cluny; e também a Cluny, o bispo de Coimbra, D. Maurício, em 1102, doa a Igreja de Santa Justa desta cidade⁴⁸⁰. Hoje poderíamos questionar as razões ou interesse da Abadia de Cluny ter uma igreja em Coimbra e um mosteiro nas serranias transmontanas, mas a resposta parece óbvia: particularmente no caso de D. Maurício, este garantia as boas graças e influência desse poderoso mosteiro francês em favor dos seus planos pessoais e episcopais⁴⁸¹, particularmente junto da Roma papal, e, em contrapartida, facultava ao seu Mosteiro de origem a administração de um espaço religioso com rendas próprias, a que poderia juntar o benefício de ser foco de difusão da liturgia ro-

⁴⁸⁰ Cf. José MATOSO, in Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, p. 595.

⁴⁸¹ D. Maurício, alcunhado de *Burdino*, foi monge influente de Cluny e, por isso, fazia parte do grupo dos escolhidos que acompanharam D. Bernardo, quando este foi empossado na sé de Toledo. Nesta sé, D. Maurício desempenhou as funções de arcebispo até ser empossado como bispo de Coimbra (1099-1109), onde alcançou a fama de «zeloso». A boa impressão causada, levou a que o arcebispo de Braga, D. Geraldo (oriundo de Moissac, e que também estivera em Toledo como chantre) o tenha indicado para o substituir naquela sé. À morte deste, foi D. Maurício designado para a Metrópole bracarense, em 1109, como já referido acima (p. 206 e Anexo V). E, à frente desta sé, mostrou elevada competência e desvelo na organização eclesiástica, quer no campo pastoral quer na regulação dos deveres das sés sufragâneas, e na defesa, em Roma, da Primazia de Braga contra as pretensões de Toledo e de Compostela, aliás, seguindo os empenhamentos do seu predecessor.

Porém, como diz A. HERCULANO (in *História de Portugal, o. c.*, vol. I, p. 222), «Maurício, cujos ativos espíritos os sucessos posteriores da sua vida bem mostraram», ou como também é referido (in *Série Chronologica dos Prelados Conhecidos da Igreja de Braga*, desde a fundação da mesma Igreja até ao presente, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1830, p. 20) «estas e outras acções, que constituirão a Maurício um Arcebispo benemérito, forão em extremo deslustradas pelo espirito de ambição e soberba, que a final o dominou», tendo sido tentado por outros voos, como, por exemplo, o de ocupar a cátedra de Toledo, para o que se serviu da denúncia, junto do papa Pascoal II, de algumas posições menos canónicas do arcebispo Bernardo seu titular, mas sem sucesso e, segundo parece, com agastamento papal; e, em segundo lugar, alguma insensatez tê-lo-á perdido quando, em visita a Roma, se deixou enredar nas malhas da intriga e nas lutas políticas de então, entre o Papado e o imperador germânico Henrique V, que o levaram, durante o forçado exílio do papa Gelásio II, ausente em Gaeta, a submeter-se à vontade do imperador cismático e excomungado, coroando-o e aceitando dele a investidura como Pontífice (situação em que se manteve por três anos – 1118-1121 –, sob o nome de Gregório VIII). Esta atitude fê-lo incorrer em excomunhão por parte do novo Papa eleito, o borgonhês Calisto II, acabando por ser preso, humilhado publicamente e encarcerado num mosteiro retirado, condição esta em que terá morrido. O contexto, as ligações e os interesses que moviam as personalidades envolvidas, permite-nos alguma liberdade de interpretação dos acontecimentos e seu desfecho, que, para além das razões associadas ao carácter e atitudes de D. Maurício, pode bem ter sido determinado por uma vontade de «acerto de contas» ou pretexto, por parte do papa Calisto, de origem clunicense, com laços familiares na realeza peninsular, e como forma de afastar da arena política alguém que já tinha dado bastas provas de tender para causas que contrariavam o poder de Leão e Castela e a hegemonia eclesiástica de Toledo, sempre solícita e obediente a Roma.

A postura de D. Maurício à frente da sé de Braga, durante nove anos, ainda que entrecortados com algumas ausências prolongadas, foi de consolidação de uma agregação conseguida ainda por D. Geraldo que, à volta e sob a hegemonia da sua Metropolia, conseguiu de Pascoal II a garantia da dependência sufragânea de todas as dioceses do Condado Portucalense, onde se incluíam Coimbra, Viseu e Lamego. Pode, por isso, dizer-se que estas, sob o arcebispo bracarense, constituirão o núcleo eclesiástico de apoio ao emergente Reino de Portugal, num enlace cúmplice com o jovem príncipe Afonso Henriques.

mana que tantas dificuldades encontrava em ser aceite, particularmente, por parte das sés recém-restauradas. No caso de D. Teresa, a benevolência garantir-lhe-ia um retorno de influência reforçada da Abadia junto do Papado para os seus planos em relação aos interesses que a moviam nos Condados da Galiza e de Portucale, durante o período turbulento que antecedeu o confronto de São Mamede (1128), em que haveria de perder o controlo do Condado Portucalense, a favor do infante seu filho. Estes eram outros aspetos da comunhão mútua de interesses.

Com o objetivo de afirmar e robustecer a sua antagónica posição junto da irmã D. Urraca, então rainha de Leão, que repetidas vezes tentou a sua pública sujeição, D. Teresa tratou também de favorecer algumas sufragâneas de Compostela – doando bens e direitos à sé de Orense – de forma a garantir fidelidades e aliança com o influente bispo titular, D. Diogo Gelmires, e fragilizar assim, na Galiza, a imagem da irmã.

Impõe-se aqui fazer uma pequena referência à turbulência por que passou o reino de Leão e Castela, após a morte de D. Afonso VI, e que haveria de ter sérios reflexos no Condado Portucalense. D. Afonso VI, à falta de um filho varão (o filho Sancho, da moura Zaida, havia sucumbido em combate com os Almorávidas, em Uclés, em 1108), designou como sucessora a filha D. Urraca, entretanto viúva de D. Raimundo († 1107), impondo-lhe, no entanto, que se consorciasse com D. Afonso I de Aragão⁴⁸², o que aconteceu em 1109. Embora se desconheçam as razões profundas desta determinação de D. Afonso VI – para além da mais evidente, a de querer evitar os já declarados pretendentes de Leão e Castela que podiam comprometer o equilíbrio na união destas Coroas – sabe-se que esse desejo foi muito bem aceite pelo rei de Aragão, que via nesta união o pretexto de, sob o seu domínio, ligar as três coroas.

No entanto, o impetuoso carácter pessoal dos consortes e os antagónicos interesses das casas nobres envolvidas, haveriam de criar uma tão má ambiência nessa relação que, desde início, se mostrou votada ao insucesso, com muitos rompimentos e reconciliações, permeados de separações e guerras, e acabando em flagrante fracasso e poste-

⁴⁸² Os contraentes eram consanguíneos em grau canonicamente interdito, facto que levantou vários reparos, inclusive junto do Papa. Um dos mais veementes foi o veiculado pelo arcebispo de Braga, D. Maurício, ainda que não tanto pelo atropelo às normas canónicas, mas mais para comprometer aos olhos de Pascoal II a imagem do arcebispo D. Bernardo de Toledo, para cuja sé pretendia ser nomeado, conforme já referimos em nota 481, atrás. Outras razões eram as invocadas pelos nobres de Castela e Leão que se viam, por via deste casamento de D. Urraca, ameaçados de absorção ou dominação por Aragão; e, com os mesmos temores, também os nobres da Galiza que, por influência do bispo de Santiago de Compostela e da influente família dos Trava, trataram de coroar o filho do primeiro casamento de D. Urraca, o infante D. Afonso Raimundes, como rei da Galiza, em 1111, como primeiro passo na ascensão ao trono de Leão.

rior assunção ao trono de Leão e Castela do neto de D. Afonso VI, em 1126, assim que sua mãe morreu.

D. Urraca, logo que assumiu o governo de Leão e Castela, tentou assegurar a vassalagem dos condados da Galiza e Portucale, então, regidos por uma certa autonomia. A Galiza era dominada por D. Diogo Gelmires (arcebispo de Santiago) e pela família Trava, tutora do infante Afonso Raimundes, e o Condado Portucale, empenhado nas tarefas da reconquista, sob D. Henrique e D. Teresa, parecia, cada vez mais, afastar-se da influência de Lião.

O pretexto da coroação, em 1111, do infante D. Afonso Raimundes, apesar de ainda criança, como rei da Galiza (que incluía, então, o Condado Portucale) pareceu servir a D. Urraca como meio para sustentar qualquer cessação e definir melhor os direitos de domínio, mas D. Teresa, acabada de enviudar por morte de D. Henrique († 1112) tentou confrontar a sua irmã com a necessidade de se cumprirem alguns dos acordos sobre a partição territorial, estabelecidos entre elas e seus maridos, ainda em vida do respetivo pai, D. Afonso VI.

A tensão criada entre os interesses representados pelas duas irmãs – Leão e Castela, Aragão e Condado Portucale, acrescida das pretensões da nobreza galega –, acabaria por deflagrar em vários confrontos, e, nos que envolveram os Trava, surgiu D. Teresa como aliada, assim como, no confronto com os Mouros – que aproveitando as dissensões dos cristãos atacaram Coimbra – também esta beneficiou da ajuda dos Trava na defesa da cidade. Desenvolvimentos posteriores, porém – ainda que permeados de várias recontos, cercos e prisões – trouxeram uma certa pacificação, pelo menos logo que os interesses da Galiza pareceram encontrar alguma satisfação. Mas as circunstâncias de aliança e de proximidade com os Trava haveriam de estar na origem de novos desenvolvimentos, neste caso de ordem afetiva, manifestados pelo envolvimento amoroso de D. Teresa com Fernão Peres de Trava (com quem terá contraído casamento e donde houve descendência⁴⁸³). Este facto, pelo menos aos olhos dos nobres portucale, passou a ser visto como um iminente e óbvio perigo – a ligação da Galiza ao Condado Portucale –, que se agravou assim que Fernão de Trava assumiu o governo do Porto e de Coimbra, sob o título de conde, e com o beneplácito de D. Teresa.

⁴⁸³ São também vários os autores que contestam esse consórcio, limitando-se a reconhecer que apenas houve concubinato. Do que não há dúvida é que, a partir da Batalha de São Mamede, D. Teresa passou a residir na Galiza, onde morreu dois anos depois. O seu corpo foi trasladado para a Sé de Braga, por ordem do filho D. Afonso Henriques, onde foi depositado ao lado do do seu marido, o Conde D. Henrique.

Alguns historiadores, em que se inclui A. Herculano, não veem que D. Teresa tenha ficado tão perigosamente dependente pelo arroubo sentimental, a ponto de ter perdido a noção das consequências e enfraquecido o seu empenho e responsabilidade em relação ao projeto «Portugal». Pelo menos é o que se depreende do seguinte elogio à infanta/rainha:

A infanta de Portugal debaixo do gesto angélico escondia o ânimo sagaz e vivo que lhe atribui um escritor, o qual devia conhecê-la e tratá-la de perto, ao menos durante a sua residência em Sahagún. Os factos de catorze anos em que regeu a província cujo governo lhe legara o marido provam que o monge cronista se não enganara em assim a qualificar. É durante esse período que a nacionalidade portuguesa começa a caracterizar-se bem, e à política de D. Teresa se deve, até certo ponto, o nascer e radicar-se em Portugal aquele sentimento de individualidade que constitui barreiras entre povo e povo mais sólidas e duradouras que os limites geográficos de duas nações vizinhas. Como a infanta evitou as consequências das dificuldades em que se lançara e como aproveitou as discórdias civis da Espanha cristã para ir fundando a independência dos seus estados, vê-lo-emos subseqüentemente.⁴⁸⁴

Perante o quadro que se configurava aos olhos da nobreza portugalense – o perigoso comprometimento da autonomia há muito sonhada e a sentida ameaça ao projeto de independentização – propiciou-se a repetição do ensaio de uma sagração de que já havia um precedente: a de D. Afonso Raimundes, em Santiago de Compostela, por D. Gelmires; e, agora, pela mão do arcebispo de Braga (1118-1137), D. Paio Mendes, procedeu-se, em Zamora⁴⁸⁵, em 1125, à cerimónia de reconhecimento dos direitos do infante D. Afonso Henriques, como sucessor de sua mãe no Condado Portucalense e, como neto de D. Afonso VI, ao título de príncipe.

A partir de 1126, com a morte de D. Urraca os acontecimentos já terão outros antagonistas, ou seja, a disputa entre os seus descendentes.

D. Afonso Henriques, rodeado de um corpo de nobres portugalenses, passou a contar, desde início, para além do Primaz de Braga de que já falámos, de outras figuras carismáticas e porventura determinantes para o processo independentista de Portugal, como o exemplar caso de D. João Peculiar (1139-1175).

⁴⁸⁴ Alexandre HERCULANO, *História de Portugal, o. c.*, vol. I, pp. 219-220. Não tendo deixado de ser uma regência o reinado de D. Teresa, vide sobre o assunto Martim de ALBUQUERQUE, *As regências na história do direito público e das ideias políticas em Portugal*, Lisboa, s/ed., 1973.

⁴⁸⁵ D. Paio acompanhará o infante D. Afonso Henriques, então com cerca de 16 anos e sob proteção da sua família, os Mendes da Maia (uma outra interpretação documental, mais divulgada, atribui essa proteção ou tutoria de infância do jovem príncipe à família Egas Moniz), para que ali se arme cavaleiro, em dia de Pentecostes, na Igreja de São Salvador (local da futura catedral que será erigida entre 1140 e 1170/74). «... ele próprio foi tirar as armas de cavaleiro de cima do altar de S. Salvador e junto dele vestiu a loriga e cingiu o cinto militar, segundo o costume dos reis.» Aliás, esta atitude vem na sequência de igual atitude tomada, antes e no mesmo dia, por seu primo Afonso VII, na catedral de Compostela. Os dois jovens primos ficaram irmanados por um ritual litúrgico de bênção de espadas que os «santificara para os combates contra os infiéis» (A. HERCULANO, in *História de Portugal, o. c.*, vol. I, pp. 246-248).

A restauração da diocese de Braga [1070/71] contribuiu, desde muito antes da criação do Condado Portucalense (1095), para a formação de um ambiente favorável à independência de Portugal, não só pela ação aglutinante das populações do seu vasto território em torno dos prelados e da catedral, iniciada pelo bispo D. Pedro e dedicada durante o seu governo pastoral, mas também porque os diferendos entre Braga, Santiago e Toledo, embora por motivos diferentes, contribuíram para reforçar o sentido de unidade à volta dos prelados bracarenses e, mais tarde, em torno do infante D. Afonso Henriques, que nos arcebispos D. Paio Mendes e D. João Peculiar encontrou decididos apoios.⁴⁸⁶

D. Paio Mendes, oriundo da nobreza portucalense, nomeado para Arcebispo de Braga por Gelásio II, em 1118, foi investido pelo delegado papal, D. Bernardo, arcebispo de Toledo. Ainda como arcediogo da Sé bracarense, havia garantido o governo desta diocese, após a ausência e deposição, em 1117, de **D. Maurício**. Em 1121, foi-lhe confirmado, pelo papa Calisto II (*Bula Bracarensem metropolim insignem*)⁴⁸⁷, o senhorio de Braga e seu couto com todos os privilégios, assim como outras doações recebidas e aquisições a que esta Sé procedeu⁴⁸⁸. Fiel às suas origens de família, e com tomadas de posição pouco alinhadas ou de enfrentamento com D. Teresa – «*declarado opositor da influência exercida pelos Travas no governo de D. Teresa*»⁴⁸⁹ – incorreu no desagrado da rainha que lhe ordenou a prisão e exílio em Zamora, em junho de 1122, apenas o libertando por intervenção papal, três meses depois, sob ameaça de excomunhão.

O seu comprometimento nos planos do infante D. Afonso Henriques, e a afeição que este lhe devotava, estão bem testemunhados pela carta que o infante lhe dirigiu em vésperas da Batalha de São Mamede (1128)⁴⁹⁰ a pedir apoio militar e também pela confiança demonstrada pelo jovem monarca ao indigitá-lo, de seguida, para seu chanceler⁴⁹¹.

⁴⁸⁶ José MARQUES, «Arquidiocese de Braga», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, coord. Carlos de AZEVEDO, o. c., vol. 1, pp. 224-225.

⁴⁸⁷ In Maria A. J. de VASCONCELOS-António S. ARAÚJO, *Bulário Bracarense*, Braga, Arq. Dist. Braga (Univ. do Minho), 1986, p. 35.

⁴⁸⁸ Na condição de auxiliar D. Afonso Henriques – «*ut tu sis adjutor meus*» – este «ampliou-lhe o couto de Braga e concedeu-lhe o couto de Lapela, o Castelo de Penafiel de Bastuço e outros bens, as mercês de capelão-mor e chanceler-mor da cúria régia e o direito de cunhar moeda.» E depois da vitória de São Mamede foram-lhe concedidas novas mercês «que se transmitiram a outros arcebispos», para além de uma presença e intervenção indispensáveis em todos os grandes momentos e negociações, como sucedeu aquando do Tratado de Tui, em 1137, em que o infante D. Afonso Henriques e o seu primo D. Afonso VII de Leão põem fim ao ambiente de hostilidade em que viviam (cf. Pe. Avelino de Jesus da COSTA, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO, o. c., vol. 3, p. 17).

⁴⁸⁹ José MARQUES, «Arquidiocese de Braga», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, coord. Carlos de AZEVEDO, o. c., vol. 1, pp. 224-225.

⁴⁹⁰ A Batalha de São Mamede – que opôs o príncipe D. Afonso Henriques a sua mãe D. Teresa, ele apoiado pelos partidários independentistas do Condado Portucalense, e ela, apoiada por nobres galaico-portucalenses, partidários da união com a Galiza dos Trava e da fidelidade a Leão e Castela – foi ganha pelo infante D. Afonso e foi determinante para arredar D. Teresa do governo do Condado, e acabar, definitivamente, com a influência dos Trava em território portucalense.

⁴⁹¹ José MARQUES, *ibidem*.

Confluíam os interesses, comungavam-se as preocupações e davam-se, então, os passos decisivos em vista do objetivo a alcançar: a total autonomia do Condado Portucale, convertida num projeto de independência.

1.2 O Reino de Portugal

D. João Peculiar, que se seguiu a D. Paio, em Braga, será a segunda figura eclesástica mais influente em todo o processo autonómico de Portugal. Este será o rosto de uma igreja-«noiva», empenhada em levar a bom termo um projeto gemelar, assumido como próprio e comungado com o novo rei, e definitivamente comprometida com o processo de independentização. Os olhos desta Igreja estavam cativos da ação determinada do jovem rei Afonso, e como afirma um biógrafo de D. João Peculiar, em síntese da descrição das permutadas atenções dispensadas, quer do rei à Igreja quer desta ao rei: «*Os esforços seriam e foram sempre recíprocos: Afonso fazia o que João Peculiar aconselhava, e este contribuía vivamente para a satisfação do orgulho e mando do seu “rei”*».⁴⁹²

Durante mais de quarenta anos acompanhou o jovem rei Afonso – talvez desde 1131, quando se terão encontrado, à volta da fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em cujo projeto se comprometeram, para além do monarca do Portugal nascente, três gradas figuras da Igreja local:

D. Telo, arcediago conimbricense que, depois de uma viagem à Terra Santa, e tocado pela sublimidade da vida monástica, se decidiu fundar um mosteiro na sua cidade⁴⁹³.

⁴⁹² In João Silva de SOUSA, «D. João Peculiar – 1100(?)–Braga, 3 de dezembro de 1175», in Portal da História (http://www.arqnet.pt/portal/artigos/jss_peculiar.html [visitado em dezembro 2016]).

⁴⁹³ Ainda que seja dado especial relevo a estas três distintas figuras da Igreja, na fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1131, na realidade o projeto desta fundação é de alguns anos antes, remontando pelo menos a 1104-1108, à viagem à Terra Santa, que D. Telo fez acompanhando D. Maurício, então bispo de Coimbra. O cronista da *Hagiografia de Santa Cruz* diz que D. Telo, na Terra Santa percorreu a pé todos os lugares, certificando-se da vida que levavam os inúmeros monges e eremitas que por ali viviam. Tentando saber a origem desse modo de vida, teria chegado à conclusão de que seria o próprio Senhor Jesus acompanhado dos seus doze discípulos. Por lá, e durante a permanência de alguns meses em Bizâncio, no regresso, tratou de se inteirar das várias regras de vida comunitária, tudo registando a fim de, a partir do observado, poder fundar algo de semelhante na sua terra. À chegada, depois de três anos em viagem, foram surpreendidos com a notícia da morte de D. Geraldo de Braga, tendo sido nomeado D. Maurício para esse lugar, e, para Bispo de Coimbra, D. Gonçalo, tornando-se D. Telo seu corepíscopo. Depois da expulsão de D. Maurício da Sé de Braga, em 1117, a cátedra foi ocupada por D. Paio Mendes, e, à morte de D. Gonçalo em Coimbra, em 1128, tudo se encaminhava para a elevação de D. Telo que já teria recebido explícito apoio de D. Teresa e do conde D. Fernando de Trava. Entretanto, porém, deu-se a Batalha de São Mamede, tendo D. Teresa e D. Fernando sido afastados do Condado Portucale, e, devido ao apoio público que haviam dispensado a D. Telo, comprometeram a sua nomeação para a cátedra conimbricense, aos olhos do príncipe vitorioso D. Afonso Henriques. Para essa vacância foi nomeado D. Bernardo, apesar do seu alinhamento com Toledo, mas, tendo em conta que D. Afonso Henriques passara a residir em Coimbra, a ação do bispo, de uma certa maneira, ficava condicionada, e mais ainda, pelo facto de na Metrópole bracarense estar D. João Peculiar de que aquela sé era sufragânea.

D. Teotónio (1080-1162), originário da Galiza, sobrinho do bispo D. Crescónio, de quem recebera educação e a quem acompanhara para Coimbra, onde foi colocado sob orientação do mestre D. Telo. Fazia parte dos conselheiros do príncipe Afonso. Depois da morte do tio, ingressou na vida eclesiástica, em Viseu, onde recebeu ordens. Voltando a Coimbra, a notoriedade da sua virtude, levou a que, por duas vezes, tivesse sido indigitado para a honra episcopal. A primeira vez, por indicação de D. Henrique e D. Teresa (c. 1109) e a segunda, para titular de Coimbra, por nomeação de Anastácio IV, em 1153, distinções que sempre recusou. Vai ser o escolhido para primeiro Prior de Santa Cruz⁴⁹⁴.

D. João Peculiar, convidado por D. Telo a integrar esse projeto, devido à sua experiência, pois havia fundado, em 1123, o convento de S. Cristóvão de Lafões e também pelos seus dotes e competência. Por volta de 1133, assumirá o cargo de mestre-escola na Catedral de Coimbra.

A DINASTIA BORGONHESA OU AFONSINA

Muito do que se registou, mesmo em crónica, dos feitos e vida dos primeiros monarcas e de prováveis eventos dos seus reinados, corresponde a uma necessidade psicológica profunda de perpetuar a memória desses tempos considerados ímpares e únicos, como se engendrados por razões de predestinação.

O Primaz de Braga, D. João Peculiar, foi de um inestimável apoio na estruturação e administração da nova monarquia e no papel de grande estratega e saber diplomático, particularmente nas relações com a coroa vizinha de Leão e Castela, mas, de uma forma especial, junto da Santa Sé⁴⁹⁵. Em contrapartida, o rei será pródigo em compensar a sua dedicação e fidelidade.

⁴⁹⁴ Cf. *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra, o. c.*, pp. 55-222.

⁴⁹⁵ Foi D. Peculiar que promoveu as pazes entre D. Afonso VII e D. Afonso Henriques, depois do reccontro de Valdevez de 1140, de que resultou a Conferência de Zamora, em 1143, em que foi reconhecido, pelo autointitulado imperador de Leão e Castela, o título de rei a D. Afonso Henriques, e consequente independência de Portugal e enfeudamento à Santa Sé (Carta *Claves Regni* [Anexo VI] dirigida ao papa Inocêncio II, de que foi obtida resposta pela *Bula Devotionem tuam* [Anexo VII], no ano seguinte). Foi bispo do Porto, entre 1136 e 1138 e, já como arcebispo de Braga, acompanhou D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa, em 1147, onde terá desempenhado o papel de intermediário do rei português junto dos Cruzados, aos quais dirigiu palavras de grande incentivo, em vésperas do assalto à cidade. Depois da conquista, terá sido ele que procedeu à sagração da Sé e do seu primeiro bispo, o inglês D. Gilberto Hastings. E terá ainda benzido os campos onde foram sepultados os cristãos mortos em combate, sobre os quais foram lançados os fundamentos das Igrejas de São Vicente de Fora e de Santa Maria dos Mártires (cf. Rodrigo da CUNHA, *o. c.*, pp. 56-68). Foi ele também que investiu os bispos das recém-restauradas dioceses de Viseu e Lamego que ficaram sufragâneas de Braga. Para além das inúmeras deslocações em território peninsular (em atividade negocial e conciliatória), identificámos nove viagens suas a Roma (desde 1135 a 1163, há autores que mencionam 14), com o objetivo ora de mover influências junto da Santa Sé, na companhia de D. Telo, para

D. João Peculiar faz parte do elenco de personagens dos inícios e por isso mesmo, o olhar dos cronistas distinguiram-no também pela sentida preocupação de quererem dar relevância à sua ação ao lado do primeiro rei dos Portugueses, **D. Afonso Henriques** (1109[1111?]-1185, rei desde 1143).

Para além dos aspetos míticos e, por vezes, de forçada referência à intervenção divina, com que foi registada a ação das personagens distinguidas, somos tentados a reconhecer e a sublinhar que algo de particularmente intenso marcou a relação real destas duas personagens – D. Afonso Henriques e D. João Peculiar.

Em pequena nota biográfica deste arcebispo bracarense (*vide* Anexo VIII) estão elencados ainda que de uma forma resumida, o empenho e a envolvimento do distinto prelado, em todos os campos em que a sua intervenção pareceu indispensável, nunca descurando qualquer deles, e especialmente os relativos à Primazia arquiépiscopal que, para ele, correspondia a um elemento estrutural da arquitetura no novo Estado⁴⁹⁶. Fez-se

colocar Santa Cruz de Coimbra sob «tutela e proteção» do Papado, ora a fim de alcançar o reconhecimento oficial do rei português, ou ainda para fazer valer os seus direitos metropolitas em diferendos quer com a Sé de Compostela quer com a de Toledo. D. Peculiar morreu em 1175, sem ver esse reconhecimento real, que só chegaria em 1179.

⁴⁹⁶ Em relação a este aspecto – a hegemonia da Sé de Braga como elemento estrutural da monarquia – a cuja primazia se pretendeu, a todo o custo, submeter todas as sés do Condado Portucalense, como forma de garantir, pela dependência sufragânea, uma fidelidade eclesiástica alinhada com os interesses do primeiro monarca, encontramos em Henrique da Gama BARROS (in *o. c.*, p. 285) o relato de um curioso incidente entre D. João Peculiar, arcebispo de Braga, e D. Bernardo, bispo de Coimbra, em que, segundo parece, os interesses de ordem jurídica se sobrepunham aos da própria ordem eclesiástica.

Na origem do incidente estava a regulação e administração dos bens de Santa Cruz de Coimbra, cuja subordinação à jurisdição diocesana era reclamada por D. Bernardo, mas não reconhecida pelo prior do mosteiro, dado que este mosteiro, após a sua fundação, pretendia ter alcançado isenção da jurisdição diocesana, uma vez que a sua união à Sé papal – por diligências do arcediogo de Coimbra D. Telo e de D. Peculiar que, para o efeito, se deslocaram a Pisa, onde se encontrava refugiado o Papa – teria sido aceite por Inocêncio II (terá posteriores confirmações por Lúcio II e Celestino III). O papel arbitral do Primaz D. João Peculiar parece ter-se inclinado a dar razão aos cónegos de Santa Cruz, mosteiro a que se sentia sobremaneira ligado por ter sido um dos seus fundadores, mas também pareceu ter surgido a necessidade de uma afirmação de poder suficientemente eficaz para regular quaisquer diferendos de natureza interna sem recurso a outras arbitragens – por exemplo, de Toledo, de Roma ou de Castela –, que, a acontecer, poderia passar uma imagem de insegurança e de incipiente capacidade, quer da Sé Primacial quer do poder régio que aquela se empenhava em ver cada vez mais reconhecido: *«Pelo meado do seculo XII o bispo de Coimbra e varios ecclesiasticos dirigiram ao papa Innocencio II uma queixa contra o arcebispo, em que o accusavam “das dilapidações commettidas no celleiro do bispo, e dos abusos, violencias e sacrilegios que tinha praticado na cidade de Coimbra, apezar da resistencia do bispo, admittindo ás ordens sacras e a outras funções que pertenciam de direito á jurisdição pontifical, invadindo a igreja, destruindo e lançando por terra os objectos sagrados e até o corpo de Deus. Queixavam-se igualmente de que apresentando uma bulla d’aquelle mesmo pontifice ao arcebispo, não só a despezára, como se vangloriára também de que o papa na terra era elle só»* (VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, tomo IX, p. 5) (*negrito nosso*).

Talvez os argumentos da carta dirigida ao Papa, aqui citada, possam estar propositadamente marcados pelo exagero de pormenores, de forma a sensibilizar a opinião papal, mas o que transpira, efetivamente, é o papel determinante do Arcebispo em fazer prevalecer a legitimidade e a autonomia da sua autoridade, no território da sua responsabilidade episcopal que sabemos estar, então, totalmente em consonância com a do jovem rei dos Portugueses. Nesta conformidade está também a queixa seguinte do bispo de Coimbra, D. João Anaia, sucessor de D. Bernardo, em que acusa D. Peculiar de *«praticar diversos actos contra a sua autoridade; finalmente, que o suspendêra do officio episcopal, e sem ser chamado, e sem necessidade, visi-*

presente em Cortes, tanto como interventor político como na qualidade de celebrante, carregando de sentido o momento particularmente significativo da coroação e do juramento real, assim como sobre o milagre da aparição de Jesus Cristo de que o rei teria beneficiado no campo de batalha de Ourique, em 1139, e cujo testemunho fora recebido por D. João Peculiar da própria boca do rei⁴⁹⁷.

Foi governante altamente responsável na administração dos bens da sua Igreja⁴⁹⁸, assim como no trato diplomático dado às coisas do Reino. E teve vida longa, bem à maneira dos «justos» veterotestamentários.

Poder legitimado por memória mitificada

O registo da memória histórica dos tempos da fundação da nacionalidade e dos eventos e contextos que os envolveram (em que se incluem fenómenos de origem ou registo sobrenatural como aparições e premonições), são, hoje, considerados constructos míticos de explicação, em que a «verdade» histórica surge muito mitigada, porém, apesar do trabalho de desconstrução da moderna investigação científica, prevalece um certo consenso no reconhecimento da funcionalidade dessas construções lógicas das origens, carregadas de significado e do seu papel como reserva anímica nacional, particularmente em momentos de dificuldade e incerteza generalizadas. Por reconhecermos o seu valimento, como incentivo à resistência e à imaginativa perseverança, e como arrimo da esperança nacional, em períodos de quase desânimo, quando, nos inícios, uma plêiade de bravos dava os primeiros passos na implantação e fortalecimento do projeto comunitário português, não podemos deixar de as ter em devida conta. Sempre a elas nos referiremos como elementos de conteúdo significativo, especialmente para um tempo e para

tava cinco e mais vezes por anno a séde conimbricense, demorando-se por oito, e quinze dias, acompanhando de grande numero de pessoas, causando assim grave prejuizo e avultadas despesas ao bispado» (in VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, tomo I, p. 6). E, quanto a nós, esta queixa não deixa de corresponder, por parte do Primaz de Braga, a um ato de exercício soberano.

O texto integral do «Privilégio do Papa Inocêncio ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra» pôde ser consultado em *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra, o. c.*, pp. 64-69. Efetivamente, a redação do mesmo não permite uma interpretação objetiva, revelando talvez um propósito de atender às solicitações dos Crúzios, sem querer ofender os direitos de jurisdição do bispo da cidade. E essa conciliação não só não foi conseguida, como acabou por polarizar os posicionamentos antagónicos.

⁴⁹⁷ *Vide* texto completo e público da aparição, no Juramento de D. Afonso Henriques (1152) (Anexo IX) e também a sua referência nas *invocadas* Atas das Cortes de Lamego de 1139 (Anexo II).

⁴⁹⁸ Convém, aqui, deixar uma pequena nota sobre as imunidades e privilégios de que beneficiavam grande parte de conventos, mosteiros e eremitérios, em relação à jurisdição dos bispados em cujos territórios estavam implantados, e também, de uma forma generalizada, em relação às outras instituições monárquicas. Resumidamente, toda a Igreja estava isenta de impostos, quer sobre os bens patrimoniais quer sobre os bens de exploração agrícola nos terrenos de sua propriedade. A maioria das contendas, tanto dos bispos com o poder dominial como com a fazenda real, assim como dos mosteiros com as suas sés e colegiadas, tinham origem na dificuldade de se assegurarem direitos que a tradição contemplava ou ainda a reivindicação de privilégios de condição.

uma cultura caldeados por esses universos de sentido, ainda que estranhos à abordagem histórico-científica⁴⁹⁹.

⁴⁹⁹ Alexandre Herculano, já sob influência renovadora do Romantismo, tenderá a mexer com uma certa tradição nacionalista que teimava escorar-se em acontecimentos de fundamento mítico, considerados por ele absurdos por falta de sustento documental. Na sua *História de Portugal*, completa a descrição da mítica Batalha de Ourique, nos seguintes termos: «*Entrado na época da batalha de Ourique e constrangido pelo, às vezes bem triste, dever de sinceridade e reduzir às suas dimensões verdadeiras um facto que à tradição dos séculos aprouve cercar de fábulas não menos absurdas que brilhantes. [...] As circunstâncias peculiares que neste concorreram, sendo o primeiro tentado pelos portugueses além do Tejo e conduzido pelo próprio infante no sertão do Gharb, aonde nunca ou raramente os cristãos haviam chegado, contribuíram, acaso, para que a tradição engrandecesse pouco a pouco o sucesso, a ponto de o tornar maravilhoso até o absurdo. A inclinação aos encarecimentos chegou a elevar o número dos vencidos a quatro centos mil sarracenos e a fazer intervir na tentativa o próprio Deus. Se acreditarmos os cronistas antigos e ainda os historiadores modernos a batalha de Ourique foi a pedra angular da monarquia portuguesa*» (o. c., vol. I, livro II [1128-1185], pp. 285 e 289).

Intui-se de Herculano que, provavelmente, eclesiásticos e cronistas se encarregaram de substanciar alguns episódios históricos de Portugal com referência a desígnios divinos, sendo o primeiro (à semelhança do que sucedera, no século IV, com o imperador romano Constantino, em vésperas da batalha da Ponte Milvia), o da invocada visão de Cristo, por D. Afonso Henriques, em 1139, na Batalha de Ourique, assegurando-lhe a vitória sobre os Mouros, e que deu origem à inscrição, no estandarte real, do símbolo das chagas de Cristo. Constata-se, porém, que – e aqui Herculano não deixa de o reconhecer, na última frase citada –, a partir de então, a história e o imaginário nacional foram-se enriquecendo de outros contributos da mesma natureza, e, para isso, muito contribuíram também as achegas de vários pensadores portugueses. Desses contributos deixamos aqui alguns dos nomes mais significativos, que muito nos apraz lembrar:

António **Bandarra** (1500-1566), conhecido por *Sapateiro de Trancoso* (devido à sua catividade profissional de recurso, por ser judeu perseguido), através das suas *Trovas*, publicadas entre 1520-1530, de carácter profético, inaugurou a emblemática e nebulosa questão do Quinto Império, desenvolvida mais tarde pelo Padre António Vieira. António Sérgio (1883-1969) reconhece nas *Trovas do Bandarra* a matriz modular do mito do «Encoberto», donde saiu o do «Sebastianismo» (expectativa de regresso de D. Sebastião, o *Desejado*); o «Joanismo» (expectativa de fundação do Império Universal, com D. João IV); o «Miguelismo» (esperanças de vitória dos velhos «nacionalistas», apoiantes de D. Miguel, contra o chamado «liberalismo maçónico», inspirador da Carta Constitucional de 1826).

Manoel **Bocarro** Francês (Jacob Rosales, 1593-1662), publicou o seu primeiro livro sobre o cometa que fora observado em Lisboa, em 1619, e os seus prenúncios. Em 1624, publicou o *Anacephaleoses da Monarchia Lusitana*, cujo texto e as suas práticas judaizantes o obrigaram a fugir de Portugal. Em 1626, publicou mais uma parte desse seu trabalho, em Roma, sob os auspícios de Galileu Galilei. Cerca de 1630, residia em Hamburgo, e, em 1654, no Livorno (Itália), onde viria a morrer.

Padre António **Vieira** (1608-1697). Retoma do Bandarra, o ideário do Quinto Império, a ser restaurado por D. João IV («Joanismo»), que seria o Reino Universal de Cristo, sucedâneo dos Impérios Assírio, Persa, Grego e Romano, fundamentado nas reflexões sobre os textos bíblicos e reunidas na obra *Clavis Prophetarum*. Em 1659, publica *Esperanças de Portugal – V Império do Mundo*, obra provavelmente também inspirada em textos de Bocarro, que passara pelo Brasil, e que, segundo Pedro CALAFATE (in *Obra completa*, o. c., de P. António Vieira, t. III, vol. I, p. 45), «Vieira conhecia bem, e várias vezes cita ao longo da sua vasta obra» (ver t. I, vol. IV, p. 113; t. II, vol. XI, p. 163; t. II, vol. XIII, pp. 287-288; t. III, vol. IV, p. 245; t. IV, vol. I, pp. 145, 183-184, 198-200, 208-209, 229-230, 246).

Teixeira de **Pascoaes** (1877-1952). No movimento da «Renascença Portuguesa» (1910-1919) evoca o «génio lusitano», cujo saudosismo considera de carácter messiânico e profético, aceitando e defendendo o advento de uma «era lusíada».

Fernando **Pessoa** (1888-1935). Aponta o Indivíduo, a Nação, a Humanidade, como as três realidades sociais nucleares. Vê no Homem português, na Nação portuguesa (através da Língua e do Sentimento portugueses) a base nuclear de construção da nova Humanidade. É nesta consonância que lança o *grito*: «Falta cumprir Portugal!»

Agostinho da **Silva** (1906-1996). Debruça-se sobre estes aspetos da cultura portuguesa, e, em alguns escritos, apresenta, de uma forma sobreabundante, variada hermenêutica dos autores acima referidos, além de deliciosas divagações literárias que nos dão conta dessas preocupações e questionamentos à volta da identidade portuguesa e sua inscrição de desígnio: «*Missão de Portugal: Sacralizar o Universo, tornando Divina a Vida e Deus real.*» (Ver <https://www.antonio-telmo-vida-e-obra.pt/news/universo-telmico-44/> [visitado em 31 de dezembro 2017].)

Paralelamente a essa figura estruturante que foi D. João Peculiar – personificação de uma Igreja em enlevo – ficou para a história pátria uma hipermemória do seu primeiro rei, D. Afonso Henriques – personificação do Poder político instituído. A sua ação guerreira haveria de ser sobrexaltada pelos cronistas, não só pela libertação da terra cristã do domínio dos Mouros, mas também pelo papel desempenhado por vocação e instrumento «abençoado» de causas sobrenaturais, para cujo meritório desfecho teria o benefício de uma fidelidade robustecida por mandato revelado e recebido de Deus. Aliás, em carta dirigida a Alexandre III (que lhe reconhecerá, finalmente em 1179, pela *Bula Manifestis Probatum*, o título de rei), o monarca lembra esse seu esforço de dedicação à Igreja, como um capital de afeto, que invoca e parece querer que lhe seja reconhecido:

Ao Santíssimo Padre e Senhor Alexandre, *por graça de Deus Pontífice* da Suprema e Apostólica Sede: Afonso, *pela mesma graça Rei* de Portugal (os votos) que o filho mais devotado (dirige) ao melhor dos pais. Muito bem conhece a celsitude de Vossa Paternidade que sou um filho tão especial de Vossa Santidade que não tereis nenhum outro, ou dificilmente o podereis encontrar em qualquer local, que seja semelhante a mim. Uns, com efeito, são imperadores, reis, duques, príncipes, e outros, poderosos por seus ascendentes, receberam terras por força do direito de S. Pedro, e com elas prestam homenagem a Vossa Celsitude e à Cúria Romana. Porém, ou nada trazem de acréscimo ou, se algo lucram a povos bárbaros, acrescentam-no ao que têm em seu poder como a coisa própria. Eu, no entanto, servindo fielmente a S. Pedro com aquilo que por minha indústria obtive das possessões de meus pais, muito mais do que tinha por seu intermédio eu o conquistei aos sarracenos e seguidamente, por livre vontade, o adicionei ao património apostólico, mantendo intenção de ser estrénuo cavaleiro de S. Pedro e obedecer sempre às ordens de Vossa Paternidade. Muito embora, pois, seja clara, relativamente a outros reis, a superioridade da minha afeição para com Vossa Celsitude, todavia, *com intenção de no meu reino, melhor direi, no que é particularmente vosso, vos oferecer a vós algo de muito especial*, fundei a Igreja de Santa Cruz em dependência vossa e ofereci-a, de forma particular, há já algum tempo, à vossa proteção. E, porque, por dom de Deus, vejo que aí já ganha vigor uma santa ordem religiosa, a esse lugar consagro particular estima e, quanto cabe a mim, quero e empenho-me em protegê-la e defendê-la. [...] ⁵⁰⁰.

Esta é uma declaração de amor exclusivo à Igreja – o que é meu é vosso: «*no meu reino, melhor dizendo, no que é particularmente vosso*» –, ainda que dirigida à pessoa do Papa, a quem, perante Deus e em dignidade, se equipara («... *por graça de Deus Pontífice...*, Afonso, *pela mesma graça Rei*»), mas que, pelos argumentos invocados, se mostra despojada da exigência da reciprocidade. É apenas doação gratificante, entrega e desejo de agradar!...

A lista poderia ser alongada e nela inscrever ainda António Nobre, Sampaio Bruno, Leonardo Coimbra, Oliveira Martins, Álvaro Ribeiro, Natália Correia, etc., além de figuras políticas da República como Sidónio Pais e Oliveira Salazar, que se prestaram ao jogo simbólico dos idealismos nacionalistas.

⁵⁰⁰ In *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, ed. crit. de Aires A. NASCIMENTO, *o. c.*, p. 113 (itálico nosso). Outras fundações monásticas de importância se seguiram: S. Vicente de Fora (1147), S. João de Tarouca (1152), Mosteiro de Alcobaça (1153), instalação dos Templários em Tomar (1155), acolhimento dos Freires de Évora, mais tarde de Calatrava (1166), Ordem de Santiago em Arruda (1172).

Durante o primeiro reinado, apesar de constarem alguns pequenos desaguizados entre o monarca e a Santa Sé, eles não foram de grande monta, como no-lo revela a correspondência trocada. São de alguma regularidade as cartas entre o jovem rei e a Cúria romana, particularmente, durante os pontificados de Inocêncio II, Lúcio II, Eugénio II e Adriano III, na sua maioria relacionadas com a solicitação e reconhecimento de privilégios e concessão de benemerências.

D. Afonso Henriques – «*pela Graça de Deus, rei dos Portugueses*», conforme a designação oficial – morreu em 1185 e foi sepultado onde era seu desejo, no mosteiro que nasceu com Portugal e de que também foi fundador: Santa Cruz de Coimbra.

Os constructos míticos que, durante o reinado de D. Afonso Henriques, se formaram e que a *vox populi* ajudou a impregnar, dando consistência à ideia de uma independência de Portugal predeterminada, a que aludimos acima, foram de tal forma substanciados de transcendência e de singular sentido que, à morte do monarca, o povo tendeu a reconhecer nele um predestinado a quem fora confiada não apenas a reconquista cristã do território, em vida, mas também a custódia e intercessão, depois da sua morte.

Em conformidade, e correspondendo a um resistente sentimento popular de devoção, a figura de D. Afonso Henriques e seus feitos, particularmente a invocada aparição de Cristo em Ourique, foram tomados, a partir do século XV e até bem dentro do século XVIII, como elementos de legitimação fundante de uma nacionalidade marcada por um vínculo entre o poder e o sagrado. Fizeram especialmente parte desse esforço de legitimação as diligências eclesiásticas e diplomáticas empreendidas junto de Roma, no tempo de D. João III, D. João IV, D. João V e D. José, no sentido de serem alcançadas as honras do altar para o *miraculado* monarca. A *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa* refere-se-lhe nos termos seguintes:

Praticou ações tão esclarecidas para o Céu, que por elas é ainda mais respeitado na terra, sendo comumente chamado o Santo Rei D. Afonso Henriques. Teve culto em tempo antigo, que mereceu, como se afirma, porque Deus o honrou com prodígios. Na Cúria Romana se trata da sua beatificação ao presente, e com a sagrada declaração da Santa Sé Apostólica, passará dos corações dos seus vassallos a culto público à sua virtude. O doutor Joseph Pinto Pereira, que muitos anos assistiu na Cúria por Expedicioneiro Régio, varão douto, imprimiu em Roma, no ano de 1728, um livro com o título *Apparatus Historiae de Argumentis Sanctitatis Regis Alphonsi Henriques*, dirigido ao Santo Padre Bento XIII, no qual em dez argumentos mostra as virtudes heróicas e santidade deste Príncipe⁵⁰¹.

⁵⁰¹ Referência bibliográfica e citação mais extensa no Anexo XI. Este assunto é aprofundado por I. F. da Costa BROCHADO, in «Tentativas de Canonização de El-Rei D. Afonso Henriques», *Anais da Academia Portuguesa da História*, e por Ana Isabel BUESCU, que o refere e cita in «Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique», *A Memória da Nação*, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1991, pp. 49-69.

A estranheza, porém, não está tanto nesse sentimento quase devocional de perda e orfandade que terá prevalecido entre os Portugueses, após a morte do seu primeiro rei, mas no facto de ele ter prevalecido até tão tarde, como no-lo demonstra o texto citado (ainda que para tanto não deva ser esquecido o intencionado contributo dos *scriptoria* de Alcobaça, especialmente a partir de finais do século XVI, com a *Monarchia Lusitana*, no diligente trabalho de *alimentarem* e sustentarem a memória dos antepassados pátrios e seus feitos maiores e daqueloutros a que aludimos acima, em nota 499, pp. 218-219)!

Quando, em 1185, **D. Sancho I** (1154-1211)⁵⁰² sucede a D. Afonso Henriques, já era cavaleiro de nomeada e experimentado. Ao lado do pai, distinguira-se no campo de batalha e superintendendo na administração, pelo menos desde o desastroso recontro de Badajoz, em 1169, onde D. Afonso se viu diminuído fisicamente por ter sofrido um acidente e chegando a ser aprisionado pelos homens do seu genro, D. Fernando de Leão.

Resgatado D. Afonso Henriques, D. Sancho foi, de imediato, armado cavaleiro, em 1170, em Santa Cruz de Coimbra, e associado à governação, desde 1172. Herdou o trono e um território bastante mais dilatado do que o que seu pai recebera. A fronteira sul baixara de Coimbra e encontrava-se agora para além do Tejo, mas foi por ele ainda mais alargada, até ao Algarve, com a tomada de Silves em 1189⁵⁰³, ajudado por Cruzados que se dirigiam para a Palestina. Associada à preocupação da conquista esteve também a do povoamento – que lhe merecerá o cognome de *Povoador* – garantido com o forte contributo das Ordens Militares que asseguravam a defesa das zonas urbanas com a sua permanente presença em praças fortificadas.

Nas relações com a Igreja, D. Sancho inaugurará um tempo novo, o da sedimentação da relação, do esfriar da paixão e em que a realidade, a pouco e pouco, começará por impor maior pragmatismo nas atitudes. Na Sé de Braga, imagem da consorte dedi-

⁵⁰² Príncipe de «irascível e indómito génio», cf. A. HERCULANO, in *História de Portugal, o.c.*, vol. I, p. 437. E o VISCONDE DE SANTARÉM, in *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal...*, o. c., tomo 9, p. XXVI, parece confirmar a opinião de A. Herculano: «N'aquelles dias de crenças rudes, mas sinceras, a linguagem da nossa chancellaria ainda não aprendera a hypocrisia das artificiosas adulações introduzidas depois. Os reis fallavam á curia de Roma com altivez e até com desabrimento por vezes, e um dos mais louvados, D. Sancho I, chegou a espantar o proprio Innocencio III, affeito a curvar as fronteiras mais soberbas aos pés da cadeira de S. Pedro. Podiamos, de certo, disfarçar na phrase o que houvesse de mais aspero e violento na correspondencia do soberano portuguez, porém ficaria satisfeita a verdade, ficariam retratados o monarcha e o seu tempo?» Luís Miguel DUARTE (in «D. Sancho I», *História dos Reis de Portugal, o. c.*, p. 104) sugere que o temperamento de D. Sancho, entre a euforia e a depressão, indicia a síndrome da bipolaridade, aquela «*merancoria*» que será identificada também em D. Duarte.

⁵⁰³ Depois da conquista, Silves apenas ficou cerca de dois anos em posse dos cristãos, tendo sido reconquistada pelos mouros em 1191. Só no reinado de D. Sancho II, em 1242, seria definitivamente assegurado o seu domínio.

cada, está, entre 1176 e 1188, um bispo santo, D. Godinho (homem virtuoso mais dado à sublimação do seu magistério – que o povo se encarregará de aureolar de Beato –, do que às questões de ordem política). Seguir-se-lhe-á D. Martinho Pires (1189-1209), cujo exercício episcopal será marcado por um período difícil de peste, fome e guerras. E já no final do reinado de D. Sancho, surgirá um apagado D. Pedro (1209-1212) que, sabe-se, morreu em viagem a Roma, mas desconhece-se o lugar e a data exata da sua morte.

No plano relacional, o temperamento de D. Sancho e o carácter daqueles prelados, para lá da ambiência – devido ao esforço a despender para sustento da conquista e manutenção das posições, perante a tensão permanente nas fronteiras – não eram os mais propícios a empenhamentos de forte envolvimento emotivo. O monarca irá representar o papel do marido demasiado conformado e seguro da dedicação da sua dama, preocupando-se apenas com os seus projetos pessoais de consolidação e de exercício do poder e vontade soberanos.

A Igreja, por sua vez, pelo menos ao longo desta primeira dinastia, mas particularmente até ao reinado de D. Dinis – e a arquidiocese de Braga e dioceses do Porto e de Coimbra, podem prestar-se ao exemplo – irá manifestar a sua indignação pela frieza ou ligeireza com que é tratada, e agirá em conformidade absoluta com a habitual atitude de cônjuge magoada, com amuos, recriminações e recusa à intimidade, usando para tanto das admoestações, censuras, interdições ou mesmo excomunhões⁵⁰⁴, de forma a trazer de volta, ao leito conjugal, o cônjuge compungido ou de temperamento irrefletido. E, por norma, consegue-o, através de concórdias, como no-lo atesta a Bula *Iustis petentium desideris* de Inocêncio III, de maio de 1210, que refere o perdão mútuo entre o rei e o bispo do Porto. Chegada, porém, a hora da morte, D. Sancho, como todo o homem do

⁵⁰⁴ No Anexo III, compilámos parte das Bulas pontificias, constantes dos tomos IX, X, XI, XII e XIII do *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da Monarquia Portuguesa até aos nossos dias*, do VISCONDE DE SANTARÉM (obra referida em Bibliografia e em nota do Anexo III), que referem parte desses vários momentos da relação dos monarcas com a Igreja, em que as posturas rígidas quer de uma parte quer de outra, levavam à adoção de medidas, por parte da Sé romana, ora de tentativa de apaziguamento e apelo à concórdia, ora de admoestação ou condenação. Normalmente, os bispos, sempre que se sentiam atingidos nos seus direitos e prerrogativas por parte da Coroa ou seus agentes, agiam através de queixas dirigidas diretamente ao rei, que por vezes as ouvia, mas mais bastas vezes as ignorava. Como represália, os prelados lançavam ou interdito ao rei e seus funcionários ou ao território, isto é, interditavam-lhes o benefício dos bens espirituais (o metafórico «débito conjugal»), recusando-lhes a admissão aos templos e a administração dos sacramentos (exceto o batismo e a extrema-unção, segundo parece, como algumas vezes é referido) e isto por tempos muito prolongados. Quando a transgressão real assumia especto mais gravoso, a queixa era endereçada a Roma, e, de lá, era emitida uma Bula que especificava as razões da sua origem e os propósitos da sua emissão. Em conformidade com a gravidade dos casos, podia assumir o especto de admoestação, censura, confirmação de interdito ou confirmação de excomunhão. Como referido pelo padre António Domingues de Sousa COSTA: «Nas lutas com o rei ou nobres da primeira dinastia, os prelados de Portugal recorriam a cada passo a esta arma defensiva.» (In «Interdito», *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, o. c., vol. II, p. 561.)

seu tempo, verga-se perante o risco da condenação eterna e faz o indispensável para garantir a sua salvação: dirige-se ao seu Primaz solicitando-lhe a absolvição, que lhe é concedida, com a condição da reparação compensatória dos males infligidos à Igreja e necessários ao bem da sua alma.⁵⁰⁵

Seguidamente, **D. Afonso II** (1186-1223, rei desde 1211), no plano de relação com a Igreja, vai deparar-se logo de início com a necessidade de satisfazer as condições do Ato de Concórdia do seu pai, ainda que tenha acautelado, com a 1.^a Lei de Desamortização, que as Ordens não pudessem adquirir mais bens fundiários (de raiz) do que os necessários para a sua regular atividade.

Além disso, D. Afonso dispôs-se definitivamente a regular as contas relativas à tença prometida pelos seus antecessores, e, para o efeito, liquidou os valores correspondentes a vinte e oito anos, ou seja, cinquenta e seis marcos de ouro, que somavam três mil trezentos e sessenta morabitinos.⁵⁰⁶

Os primeiros anos deste reinado de doze foram relativamente pacíficos nas relações com a Igreja, dando-se mesmo um episódio – o da tomada de Alcácer do Sal – que, de certa forma, ajudou a desvanecer o efeito de algumas das queixas do passado. O relato da tomada de Alcácer, que mereceu carta dirigida a Honório III por parte dos bispos de Lisboa e Évora, do mestre da Ordem do Templo, do prior da Ordem do Hospital e do comendador de Santiago, é um hino de louvor e agradecimento a Deus pela ação concertada dos Cruzados, em passagem para a Palestina, e das forças cristãs deste Reino peninsular, bem à semelhança do que constava sobre a Batalha de Ourique, no tempo do primeiro rei:

[...] tendo sido pregada a cruzada por todo o reino, marcharam os prelados e cavaleiros portugueses com os estrangeiros contra o lugar de Alcácer, o qual de todos os castelos de sarracenos era então o mais nocivo e pesado para os cristãos. Que cercados os infiéis, e havendo pedido logo auxílio a todos os seus irmãos de aquém-mar, quatro reis, a saber, o de Sevilha, de Jaen, de Badajoz e de Córdoba, caíram de repente sobre os cavaleiros e homens de armas cristãos com todo o seu poder, e quase todos os pagãos da Península, e lhes deram batalha, pretendendo não só libertar Alcácer, mas cativar os pugnadores que escapassem ao fio da espada. Que o Senhor lhes humilhara a soberba, e socorrera o seu fiel exército com três milagres, dos quais o primeiro fora a chegada súbita de um grande corpo de templários, hospitalários e cavaleiros dos reinos de Portugal e Leão, nos momentos de maior aperto, e durante a noite que precedeu o dia da batalha; o segundo consistia em se descobrir no céu o vexilo da cruz como sinal de vitória; e o terceiro tinha sido no meio da peleja aparecer, vista pelos cristãos e sarracenos (de que deram testemunho

⁵⁰⁵ Cf. Bulas *Ex tenore litterarum* e *Is qui tangit montes* de Inocêncio III para D. Sancho I, em 26 e 27 de maio de 1211, em que o Papa confirma a absolvição e penitência dadas pelo arcebispo de Braga.

⁵⁰⁶ V. Anexo III, cf. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da Monarquia Portuguesa até aos nossos dias*, do VISCONDE DE SANTARÉM, o.c., t. IX, p. 60.

muitos cativos), inumerável multidão de cavaleiros de branco, cujo resplendor deslumbrava os olhos dos infiéis com o seu brilho, ferindo-os com tiros de lança e obrigando-os a voltar costas repentinamente. Que a carnificina fora imensa, perecendo dois reis (*walis*), o de Jaen e o de Córdova.»⁵⁰⁷

Tal façanha estará na origem, obviamente, da Bula de confirmação da *Manifestis probatum est argumentis*, dirigida, no ano seguinte, por Honório III a D. Afonso II.

Mas, em 1220, a Bula *Cum enim scias* do mesmo Papa já dá conta das muitas queixas que lhe chegaram, inclusive do arcebispo de Braga (D. Esteves Soares da Silva) que acusa o rei de se rebelar contra a Igreja ofendendo-a, pois, entre outras coisas, atentou contra catedrais, igrejas, mosteiros, hospitais e propriedades dos Templários, revogando doações que ele próprio havia feito ao clero. Honório III lembra que já teria pedido ao rei D. Afonso que abandonasse essa forma de lidar com a Igreja, mas ele, como resposta, parece ter endurecido ainda mais o seu comportamento, levando o arcebispo a excomungá-lo, assim como aos seus ministros Padro Annes e Gonçalo Mendes e às terras da jurisdição eclesiástica. Como represália à atitude do arcebispo, o rei mandou arrasar muitas casas de sua propriedade e ocupar algumas igrejas, o que levou o arcebispo a renovar a excomunhão. O Papa lembra que este não é um procedimento próprio de um filho da Igreja, pelo que chama o rei à razão, de forma que ele reconheça o mal que fez e repare o mal causado, como forma de se harmonizar com a Santa Sé. Determina ainda o Papa que esta excomunhão deverá ser publicada em todas as igrejas, aos domingos e dias festivos, e profere a ameaça de desligar os súbditos da obediência a tal rei, e inclusive de o destituir e mandar substituir por rei ou príncipe estrangeiro, se dentro do termo que os bispos comissários nomeados determinarem, se ele não se reconciliar com a Igreja.⁵⁰⁸ É dura a ameaça, mas, à luz dos acontecimentos que terão lugar no reinado seguinte, aquilo que então talvez fosse apenas visto como uma simples ameaça de efeito disciplinador⁵⁰⁹, era uma probabilidade concretizável para o pensamento da Igreja romana.

De novo, vai-se repetir o que sucedeu com o monarca anterior, pois um ano antes da sua morte, D. Afonso II terá pedido a reconciliação ao arcebispo de Braga. E este terá remetido o pedido para Roma, originando a Bula *Ut rex Portugalensis* (16-6-1222), em que

⁵⁰⁷ *Apud* Anexo III, pp. IX-X.

⁵⁰⁸ Cf. *ibidem*, p. X.

⁵⁰⁹ Aos olhos dos eclesiásticos portugueses, provavelmente, esta ameaça papal dirigida ao rei não era entendida à letra, pelo menos de início, e isso prova-o a necessidade de o Papa emitir nova Bula – *Sperabamus hactenus* – em 23 de dezembro de 1220, advertindo o bispo do Porto por ter tomado a defesa do rei no diferendo entre este e o arcebispo de Braga. E, na Bula *Noveritis vos*, de 16 de junho de 1222, o Papa leva mais longe a advertência (com excomunhão) que estende ao deão da Sé de Lisboa, mestre Vicente, ao deão de Coimbra, mestre João, ao chantre do Porto, mestre Pedro, e a todos os eclesiásticos, cavaleiros e quaisquer outras pessoas que não se afastem do monarca! (Cf. *ibidem*.)

Honório III autoriza o arcebispo a absolver da excomunhão o rei, assim como aos seus cúmplices, e mais ainda o levantamento do interdito lançado contra o Reino.

Falecido D. Afonso II e subindo ao trono seu filho **D. Sancho II, o Capelo** (1203/1209/1210[?]⁵¹⁰-1248, rei desde 1223), o arcebispo de Braga, D. Estêvão Soares da Silva, desterrado por D. Afonso II, terá regressado ao reino e ter-se-ão reunido as condições para uma concórdia entre o monarca e o arcebispo, em 1223⁵¹¹. Ficaram esclarecidos diversos pontos das áreas de intervenção das partes e estabelecidos os critérios para a relação de convívio do clero com o trono e a sociedade. Na sua essência todos os aspetos se resumiam a questões de coleta, rendimentos e despesas dos espaços religiosos ou da administração da justiça quando estavam envolvidos clérigos. Depois de tudo perpassado e sanados os diferendos, a Concórdia foi assinada pelos membros da casa de D. Afonso e sua chancelaria⁵¹², e pelo Arcebispo que levantou todas as excomuniões e interditos, assim como os corpos dos excomungados já falecidos a fim de serem sepultados em chão sagrado.⁵¹³

D. Sancho II, porém, nas suas relações com a Igreja, vai deparar-se também com um espinho que já existia desde o início da independência e que tinha sempre constituído pretexto para desavenças: o senhorio da cidade do Porto. A cidade tinha sido doada ao seu bispo e sucessores ainda pela condessa D. Teresa, mas a sua importância tornava-a, desde sempre, pomo de discórdia. Mais uma vez, o novo monarca fez tenção de resolver de vez este assunto, mas o seu prelado sentindo-se ameaçado recorreu a Roma. Em resposta a esta diligência, serão emitidas duas Bulas, em 1227, com o mesmo título

⁵¹⁰ Deparamo-nos com grande dificuldade para referirmos algumas datas com exatidão, o que nos levou, frequentemente, ao exercício de relacionarmos acontecimentos para deles aferirmos a data aproximada, mas, por vezes, sem resultado! Neste caso está, por exemplo, o nascimento de D. Sancho. Enquanto, José VARANDAS (in *História dos Reis de Portugal*, vol. I, p. 170), diz: «D. Sancho II subiu ao trono [1223] com treze anos» (informação corroborada por Bernardo Vasconcelos e SOUSA, in *História de Portugal*, o. c. [coord. Rui RAMOS], p. 57; e Joaquim Veríssimo SERRÃO, o. c., vol I, p. 123), portanto, teria nascido em 1209/10; já na p. 194, afirma Varandas: «D. Sancho II morre em Toledo no dia 4 de Janeiro de 1248, com 45 anos», afirmação esta que leva a considerar a data do seu nascimento em 1203! Estamos, no entanto, conscientes da dificuldade de certas datações, relativas a tempos recuados, em que o rigor das descrições não passava tanto pelas exatas balizas temporais, mas mais pela sucessão dos eventos e pela nomeação dos seus protagonistas, e isso leva-nos, por vezes, a seguir ou a maioria das opiniões concertadas ou, no caso de falta de consenso, as mais lógicas ou aquelas a que nos leva a nossa intuição.

⁵¹¹ O arcebispo D. Estêvão Soares da Silva era irmão de Estevãinha Soares, ama de D. Sancho, pelo que se lhe atribui um certo ascendente sobre o jovem rei, e isso justificará o auxílio que se dispôs a prestar-lhe inclusive «nas conquistas, combates e batalhas que empreendeu contra os mouros, principalmente na tomada de Elvas» (cf. *Serie Chronologica dos prelados...*, o. c., p. 28 [Vide Anexo V, p. LXXIX]).

⁵¹² D. Sancho era ainda demasiado jovem e os seus tutores no governo do Reino, nestes primeiros tempos, por vontade expressa de D. Afonso em testamento, eram os mesmos da sua Casa.

⁵¹³ Cf. Anexo IV, p. LXXII.

– *Justis petentium desideriis* – uma de Honório III (em 5 de março) e a outra do seu sucessor Gregório IX (em 5 de abril), ambas dirigidas ao bispo e cabido do Porto. As duas correspondem ao mesmo assunto, e reiteram as confirmações anteriores de doação da cidade e seu termo e pertenças, por parte de D. Teresa ao bispo do Porto, tentando acautelar essa doação da tentativa de usurpação por parte de D. Sancho II.⁵¹⁴ E um mês depois, já Gregório IX emite nova Bula – *Scire debes* – dando conta de queixas dos eclesiásticos contra o rei por este tentar apoderar-se da jurisdição da cidade do Porto, e ainda a de obrigar os seus civis e clérigos a servirem no exército, para além de outras arbitriedades como a de tentar fazer eleger bispos da sua confiança e a de arrecadar as décimas a favor do reino.⁵¹⁵ Em 1233, e relativamente a atropelos de que se queixam os eclesiásticos do Porto, são emitidas por Gregório IX, mais três Bulas (*Si quam graviter Oza*, *Si quam horribile sit* e *Cum dudum bone memorie*) com vários destinatários. Surgem ainda outras razões, concretamente em Lisboa, que estão na origem das Bulas de Gregório IX, *Cum non nunquam* (31-7-1227)⁵¹⁶ e *Ex speciali quem erga* (20-10-1231)⁵¹⁷. Uma outra Bula – *Si illustris Rex Portugaliae* – selou o *Acto de Concórdia entre D. Sancho II e o Arcebispo de Braga* (D. Silvestre Godinho), em 15-4-1228.

O elenco prolonga-se numa continuada emissão de Bulas, referentes a queixas, pedindo contenção e emenda ao rei, mas também correspondendo a solicitações de perdão por parte deste, como é o caso da *Ex parte charissimi* (14-6-1233) dirigida ao padre ministro da Ordem dos Frades Menores, em que o Pontífice lhe pede que «*absolvesse do crime em que havia incorrido [o rei] por espancar alguns clérigos, o que só praticara obrigado pela necessidade*»! Ordena ainda que o absolva «*do excesso cometido e lhe imponha uma penitência salutar*», com a obrigação do seu comprometimento em que, daqui em diante, terá maior cuidado.⁵¹⁸ Tornam-se a repetir as mesmas queixas noutras Bulas de 1238⁵¹⁹, mas no mesmo ano, D. Sancho II, em carta a D. Silvestre Godinho, arcebispo de Braga, informa-o da intenção de cumprir e fazer cumprir com firmeza os pontos assinalados na carta recebida da Santa Sé.⁵²⁰ Em 10 de maio de 1238, o Pontífice parece desesperado com tantas queixas e tantas promessas de emenda, sem resolução, e na Bula *Si quam graviter*, recomenda que, caso o rei não retroceda nas atitudes de

⁵¹⁴ *Ibidem*, p. XI.

⁵¹⁵ *Ibidem*.

⁵¹⁶ *Ibidem*, pp. XII e XI.

⁵¹⁷ *Ibidem*, p. XI.

⁵¹⁸ *Ibidem*, p. XII.

⁵¹⁹ *Ibidem*, pp. XII, XII- XIII, XIII.

⁵²⁰ *Ibidem*, p. XIII.

agressão e roubo, seja interdito e excomungado.⁵²¹ Há também algumas Bulas que envolvem familiares do rei. A *Cum ex injuncte*, de 1231, pretende ajudar à resolução de um problema de herança mal resolvida, como é caso que envolve as tias, D. Teresa, D. Sancha e D. Branca, e o próprio monarca; e as *Specialem nobilitate tue* (25-11-1239), *Cum sicut tua* (20-12-1239) e *Constitutus in presentia nostra* (22-12-1239) sobre atropelos, pedido de perdão e absolvição e penitências que visam o irmão do rei, D. Fernando, infante de Serpa.⁵²²

Será no pontificado de Inocêncio IV, sucessor de Gregório IX, que as relações entre D. Sancho II e a Igreja se irão precipitar de forma irreversível, transformando este turbulento reinado no mais acidentado da primeira dinastia. O rei é afastado e substituído no trono por expressa ordenação conciliar, a mando do papa Inocêncio IV. E, para essa execução foram expedidas três Bulas – *Grandi non immerito* (24-7-1245); *Grandi non immerito gaudio* (1-8-1245); *Grandi non immerito* (17-8-1245) – dirigidas, a primeira, aos barões, comunidades e concelhos tanto das cidades, como das vilas e outros lugares, e todos os cavaleiros e pessoas do Reino de Portugal; a segunda, dirigida aos prelados do reino de Portugal; e a terceira, dirigida ao infante D. Pedro, filho de D. Sancho I. As duas Bulas iniciais, com redação igual, relativas à destituição de D. Sancho II como resultado de decisão tomada no Concílio de Lião que, entretanto, terminara. Na Bula é narrado todo o processo que determinou o presente documento. São enumeradas as diversas admoestações e censuras de vários Pontífices com o intuito de que fossem corrigidos comportamentos incorretos do rei e denunciados, de forma continuada, por «*cartas de muitos varões eclesiásticos, barões, e outros nobres e cavaleiros*», e que resultaram em avultados danos para a Igreja de Portugal, apesar dos diversos documentos emitidos pelo rei em que mostrava intenções de correção e cooperação, mas sem que nunca fosse cumprido o prometido. Os afrontamentos do rei eram não só à Igreja e seus responsáveis, invadindo os territórios de sua jurisdição (pressionando, cobrando e extorquindo) e também levando compulsivamente a juízo secular muitos dos clérigos que se lhe opunham, mais ainda demonstrando atitude de desleixo na governação do Reino, onde imperavam a indisciplina, a ladroagem, os sacrilégios e os homicídios. E no campo moral e religioso, a arbitrariedade campeava inclusive com matrimónios em grau proibido, assim como excomungados que participavam nos atos de culto, frequentavam os sacramentos e apoderavam-se de bens eclesiásticos, para além do consentimento de

⁵²¹ *Ibidem*.

⁵²² *Ibidem*, pp. XIII e XIII- XIV.

debates públicos sobre a doutrina católica por indivíduos não preparados e portadores de ideias heréticas. E isto tudo com conhecimento do rei que nem sequer o dissimulava. E muitas outras afrontas. Por tudo isto, e tendo em conta que Portugal é censual da Cúria romana por quem esta se sente responsável, foi decidido afastar D. Sancho II e entregar os negócios do Reino a seu irmão o Conde de Bolonha (Boulogne, condado de França), seu sucessor, no caso de não haver filhos legítimos. Solicita o Pontífice que assim que D. Afonso chegue a Portugal lhe sejam prestadas todas as honras e reservada a obediência que se deve aos soberanos, ficando desligados os súbditos dos juramentos e promessas feitas a D. Sancho II, e ficando o arcebispo de Braga e o bispo de Coimbra incumbidos de fazer as correções censórias necessárias para que se cumpra o decidido. D. Sancho ou seus legítimos herdeiros continuarão a ostentar o direito de uso do título real, mas por razões que se prendem com o evitar da ruína iminente do Reino e da pessoa do monarca, deve apenas prevalecer como autoridade administrativa a do Conde de Bolonha⁵²³. A terceira Bula «*recomenda a D. Pedro que ajude D. Afonso, incumbido do governo e reforma do Reino de Portugal.*»⁵²⁴

O processo de destituição de D. Sancho, porém, foi algo engendrado e amadurecido, na sua composição mais sintética, com a cúmplice participação dos prelados portugueses⁵²⁵, de D. Branca de Castela, esposa de Luís VIII de França, e tia afeta à causa de

⁵²³ «Não tiramos o reino ao dito rej, nem desherdamos d'elle seu filho legitimo, se o ouuer, mas antes lhe fazemos ajuda, em lhe dar o Conde seu irmão que o guouerne, e accorremos ao reino que se perde, e esta desposto pera se cada uez mais perder.» (In «Cap. / IV. / Da carta que o Papa espreueo aos senhores de Portugal que recebem o Conde de Bolonha por Regedor», *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal, o. c.*, vol. I, p. 224.) Perante este remate da Bula pontificia, onde as boas intenções parecem sobrepor-se à vulgar interpretação das lógicas humanas de luta pelo poder, apenas se pode concluir que ou a Cúria romana padecia de muita ingenuidade, faltando-lhe o conhecimento daquilo que é o senso comum, ou tentava mascarar, hipocritamente, o ardil, através de um discurso carregado de palavras de benevolência, para apaziguar as tensões. *Vide* opinião coincidente de A. Herculano sobre este assunto, na nota LV, in *História de Portugal, o. c.*, vol. I, p. 819.

⁵²⁴ Cf. Anexo III, pp. XIV-XV. Segundo o cronista anónimo de «Crónica do Rei D. Sancho II», in *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal, o. c.*, vol. I, p. 226, o Conde de Bolonha «*enviou dizere a elRey D. Sancho, seu jrmão, como vinha por mandado do Papa, e não porem pera ser Rey, majs pera lhe reger e gouernar o Regno / e terra, / e lhe fazer em ela direyto e yustiça, e lhe conheçeria senhorjo, como a seu Rey e senhor, tirando está a fora, que ele era mal aconselhado daqueles cuja mão o poder andaua da justiça.*»

⁵²⁵ Ainda que se encontre, recorrentemente, a menção de que todo o episcopado português se exprimia pelo mesmo diapasão, na realidade, isso não pode ser levado à letra, pois conhecem-se algumas posições de prelados que se opunham à deposição de D. Sancho, como no-lo lembra Joaquim Veríssimo SERRÃO (in *História de Portugal, o. c.*, vol. I, pp. 132-133), ao introduzir a carta que teria sido dirigida ao Papa e que cita, a partir das *Obras Completas* do Cardeal Saraiva (“Memoria sobre a deposição de ElRei D. Sancho II”): «*Será verdade que, no concílio de Lisboa, D. Aires Vasques fez ouvir a sua voz em defesa do pobre monarca? A autoridade da fonte permite crer na informação, utilíssima no ponto de vista histórico, dado que nela se distinguem o papel de D. Sancho e a crise de que sofria o Reino, para se concluir que era contrária ao Direito e à Igreja a deposição em vista. O prelado entendia denunciar a conjura de “vassalos rebeldes e descontentes” contra a autoridade real. Ora, D. Sancho combatiera os Mouros, visitara o Reino,*

D. Afonso, irmão de D. Sancho, e a «bênção» papal. Pela documentação consultada, não é difícil imaginar a estruturação de um quadro de estratégias e de cumplicidades que visavam um único objetivo: apelar do trono D. Sancho II e entronizar D. Afonso, seu irmão. E essa maquinação começou ainda com o papa Gregório IX e teve sequência imediata com Inocêncio IV (depois da efêmera eleição de Celestino IV, que não chegou a ser consagrado).

A trama seria completada com a necessidade de evitar que D. Sancho II tivesse herdeiros legítimos. Para tanto, houve que evitar a convivência demorada do monarca com sua esposa, D. Mécia Lopes, com quem casara entre 1241 e 1245, pelo que houve que raptá-la e levá-la, supostamente, para Castela. Para alguns autores nunca terá havido casamento, mas esta opinião parece não resistir diante da Bula *Sua nobis dilectus filius*, de Inocêncio IV, de 20 de março de 1245, em que o Papa autoriza o arcebispo de Compostela e o bispo de Astorga a que dissolvam o casamento de D. Sancho e de D. Mécia Lopes, por alegado parentesco (seriam consanguinários de 4.º grau), denunciado pelo conde de Bolonha (irmão do monarca). Esta atitude do Bolonhês é interpretada pelos historiadores, em que se incluem Alexandre Herculano e Joaquim Veríssimo Serrão⁵²⁶, como uma tentativa de D. Afonso evitar que D. Sancho pudesse gerar um herdeiro legítimo, evitando (ou contrariando, posteriormente) a sua entronização. A tese do rapto de D. Mécia, parece também, hoje, descartada, por unanimidade, pois há demasiados indícios de que ela, perante a dissolução do casamento provocada pela Bula pontifícia, teria acedido em afastar-se do marido, alinhando pela ala vencedora do seu cunhado.

Inocêncio IV, em 1245, emite as Bulas *Terra sancta Christi respersa* e *Cum zelo fidei*, dirigidas ao Conde de Bolonha [D. Afonso], em 30 de janeiro e 8 de abril de 1245, respetivamente, participando, na primeira, «a perda da Terra Santa e pedindo socorro, declarando que será concedida indulgência de todos os pecados aos que se empenharem na sagrada empresa de a conquistar»⁵²⁷; e, na segunda, concedendo a indulgência, no combate aos infiéis, na Hespanha, assim como a todos os que seguirem o conde de Bolonha⁵²⁸.

acorrera à carência dos povos, fora liberal para a Igreja, fundara casas religiosas. Os males que o País padecia não eram da sua culpa, mas apenas de maus conselheiros que se impunha afastar. A deposição constituía um ato indigno que era forçoso evitar para o bom nome da Igreja Romana: “... Nada disto, Beattíssimo Padre, poderão negar os que diante de vossa presença o descreditam...”»

⁵²⁶ In A. HERCULANO, o. c., vol. I, p. 672, e in J. Veríssimo SERRÃO, o. c., vol. I, p. 131.

⁵²⁷ *Ibidem*, p. 143.

⁵²⁸ *Ibidem*, p. 146.

Segundo A. Herculano⁵²⁹, o facto da primeira Bula *Terra sancta...* ter apenas como destinatário o Conde de Bolonha e não também os reis e príncipes da Europa, uma vez que o assunto respeitava a toda a Cristandade, justifica a suspeita de que a mesma tenha sido emitida a pedido do Conde e que faria parte do processo engendrado por D. Afonso, para justificar a sua entrada em Portugal, com o intuito de apalpar o pulso à situação interna, vindo e vendo com os seus próprios olhos e, num primeiro momento, até arregimentando vontades para a sua causa que era simplesmente a de aceder ao trono de Portugal. Na realidade, D. Afonso apenas entrará no Portugal, em 1246, depois da emissão da Bula *Grandi non immerito* (julho-agosto de 1245) e do Juramento (setembro de 1245)⁵³⁰, com os elevados custos de guerra civil, que se estenderá por um período relativamente longo, e que apenas cessará pelo abandono da luta por parte do rei *Capelo*⁵³¹ e o seu refúgio em Toledo onde faleceu, dois anos depois.

O efeito causado pela possibilidade da substituição de D. Sancho II por seu irmão D. Afonso, posta pelas hierarquias eclesiais e por alguns notáveis, desde cedo passou a ter reflexos na governação de Portugal. Ela teria começado a partir do chamado «*falhanço do rei [D. Sancho] frente às muralhas de Elvas*»⁵³², em 1226. Desde então, passou a haver movimentações e sublevações militares, algumas delas chegando a exigir a intervenção de ajuda exterior. A herança das intempéries não resolvidas por D. Afonso II, seu pai, haverá de se agravar, com desgaste permanente da imagem do rei, a ponto de este acabar por ser destituído, como acabámos de ver atrás.

Um dos eclesiásticos mais empenhados no processo de destituição de D. Sancho terá sido o arcebispo de Braga **D. Silvestre Godinho** (1229-1244). Este, juntamente com o bispo de Coimbra foram nomeados procuradores do clero, no processo. E, nessa qua-

⁵²⁹ Cf. *História de Portugal, o.c.*, vol. I, liv. V, pp. 671-672.

⁵³⁰ Vide Anexo III, pp. XV-XVII.

⁵³¹ O cognome de *Capelo* atribuído a D. Sancho II haverá de gerar ressonâncias no seio do povo que, na sua sensibilidade e apesar de estar cónscio do estado depauperado em estava o Reino, que exigia pulso forte na sua administração e exercício da justiça, contra os abusos e a corrupção, não deixava de sentir alguma injustiça no afastamento de D. Sancho, em especial pelo modo sibilino, sórdido e ardiloso com que fora engendrado. O *Capelo* era uma das suas indumentárias (que lhe ganhou o cognome), e que o identificava com as causas dos fracos, dos depauperados, dos frágeis. Inclusive a cidade que escolhera para se recolher – Toledo – era cidade de S. Lázaro dos leprosos. Nisto, o Sancho humano contrastava em absoluto com o Sancho guerreiro, combatente dos infiéis que os levou de vencida até à fronteira derradeira de Portugal, a do mar. O povo viu nele, piedosamente, «*o rei taumaturgo, monge humilde*», sob cujas vestes tencionara servir a Deus dentro «*das paredes de um frio cenóbio, em nome de uma ideia que serviu – a Christianitas*». A contradição dos homens haveria de, nele, se manifestar: «*D. Sancho II, o máximo e legítimo poder em Portugal, é fulminado pelos representantes da fé que servia, e deposto do seu trono, apodado de inutilis e de incapaz*»! (Cf. José VARANDAS, in *História dos Reis de Portugal*, vol. I, p. 195.)

⁵³² Cf. José VARANDAS, *ibidem*, p. 172.

lidade deslocaram-se a Roma, tendo sido remetidos pelo Papa para o Concílio de Lião (Lionense I: 1245), em cuja viagem faleceu D. Silvestre.

Aquela Igreja magoada com o seu rei de que fora imagem D. Silvestre deu lugar a uma Igreja sedenta de reconciliação e a esse papel se prestaram os arcebispos que se seguiram: D. João Egas (1245-1255), D. Martinho Geraldês (1256-1271) e aquele que viria a ser o primeiro e único Papa português [sob o nome de João XXI], D. Pedro Julião (ou Hispano) (1273-1274, que terá sido eleito, mas não confirmado).

D. João Egas, ao assumir o Arcebispado de Braga, assumiu também a função do seu antecessor, de procurador do clero no processo de destituição de D. Sancho II, pelo que, de imediato, seguiu para Lião, onde se reunia o Concílio. Dali, seguiu com os outros eclesiásticos portugueses para Paris a fim de se encontrarem com o infante Afonso, conde de Bolonha, para lhe ser feito o convite formal de substituição do irmão D. Sancho, no trono de Portugal. Feito o juramento de D. Afonso, logo regressaram ao Reino. A partir de então, D. João Egas acompanhou D. Afonso em todas as ações militares, inclusive contra os partidários de D. Sancho II, no período de guerra civil por que passou o Reino.

Falecido D. Sancho II e esperando-se que tempos de paz interna tivessem chegado, tal não sucedeu, pois **D. Afonso III** (1210-1279, rei desde 1248), ainda casado com D. Matilde, condessa de Bolonha, argumentando razões de ordem política, decidiu-se contrair segundas núpcias com D. Beatriz de Gusmão, princesa de Castela⁵³³. Para tanto, tentaram-se, junto da Santa Sé, que fosse anulado o primeiro matrimónio e legitimado o segundo, e nisso se empenhou também D. João Egas, que se deslocou a Roma para o efeito, no que não foi bem-sucedido. O Papa não só recusou o pedido como confrontou D. João com o carácter anticanónico de tal solicitação a que se tinha prestado, admoestando-o, expulsando-o de Roma e indigitando o arcebispo de Compostela para que se deslocasse a Portugal, excomungasse o rei adúltero e lançasse um interdito ao Reino.

Falecido Inocêncio IV, voltou o arcebispo a fazer diligências junto do novo Papa, Alexandre IV (1254-1261), mas também não obteve melhor resultado. No regresso a Portugal, morreu em Valladolid. Há que reconhecer em D. João Egas uma dedicação inconfessável e uma fidelidade ao seu rei que o levou a assumir o temerário e arriscado papel de intercessor junto da Cúria papal em favor de uma causa em contravenção com

⁵³³ Efetivamente será por via deste consórcio real que o rei de Castela e Leão, D. Afonso X, reconhecerá a total soberania de Portugal sobre o Algarve.

o próprio Direito Canónico de que, por inerência de cargo e funções, deveria ser especial defensor!

Um dos primeiros episódios de monta em que se viu envolvido o arcebispo seguinte – D. Martinho Geraldês –, eleito para uma Sé sob interdito papal, foi o de, juntamente com os bispos do Porto, de Coimbra, de Évora, da Guarda, de Viseu, de Lamego e de Tuy, endereçarem ao papa Urbano IV uma petição, em maio de 1260, para que fosse legalizado e reconhecido o segundo casamento de D. Afonso III uma vez que, por morte de D. Matilde de Bolonha, em 1255, este estava, agora, canonicamente viúvo. O pedido foi atendido e levantado o interdito ao Reino, pela Bula *Qui celestia simul*, de 18 de junho de 1263, dirigida a D. Afonso III; e pela Bula *In nostra proposuistis*, de 4 de julho de 1263, dirigida aos bispos de Coimbra e de Lisboa, recomendando que fossem também levantados os que impendiam sobre lugares de residência do rei e sua esposa, assim como autorização aos eclesiásticos para poderem celebrar os ofícios divinos.⁵³⁴

A partir de então, posto que resolvidas as questões relacionadas com a ascensão ao trono e também com a legitimação matrimonial e sucessória do monarca, a realidade interna e as medidas que D. Afonso III teve de tomar para sustentar alguma da anarquia governativa e na justiça (de que havia sido acusado o irmão deposto) começaram por causar algum mal-estar no seio das linhagens senhoriais que passaram a sentir-se, frequentemente, atingidas nas suas imunidades e privilégios. E, quanto a isto, a Igreja com seus mosteiros, abadias e colegiadas, devido à extensão do seu património, aparecia em primeiro lugar. Começam a avolumar-se as queixas do clero contra as políticas promovidas ou favorecidas por D. Afonso III e, em 1265, é dirigida ao papa Clemente IV, pelo arcebispo de Braga (D. Martinho Geraldês), pelos bispos do Porto (D. Vicente), Coimbra (D. Egas), Guarda (D. Rodrigo) e Viseu (D. Mateus), e pelos procuradores dos de Lamego (D. Pedro Mendes) e Évora (D. Martinho Peres), uma carta com um rol de 43 acusações contra o monarca. São 43 acusações que visam o rei sobre os mais diversos abusos por ele cometidos contra os eclesiásticos, bens dos eclesiásticos ou de contestação e anulação de decisões eclesiais! A avaliação dos conteúdos de cada acusação levam-nos a confirmar que se trata do tipo de queixas habituais, já presenciadas em reinados e pontificados anteriores, no entanto, pela primeira vez, verificamos uma acusação (a 43.^a, que se apresenta como conclusão) em que a interpretação episcopal das intenções que levavam aos recrimináveis atos de D. Afonso III – qual queixume de amada

⁵³⁴ Cf. Anexo III, p. XVIII.

ofendida – carrega uma lamúria eivada de subjectividade: «o grande ódio que de há muito [o monarca] tinha concebido contra o clero»!⁵³⁵

Em tom de resposta a estas acusações, D. Afonso III, em 1268, escreve uma carta (não tem mencionado destinatário) que contém um resumo das queixas do arcebispo de Braga, D. Martinho Geraldês, em que este confirmava as razões da saída de Portugal, pelos vexames sofridos, ele, a Igreja e as igrejas e clero da sua diocese, por parte do rei, seus vassallos e justiças. Tendo ido para Roma, e perante as queixas apresentadas ao Papa seria de deduzir que estava convencido de que o rei lhe reservava rancor, a ele e aos religiosos e clérigos seus sequazes assim como às suas famílias. O rei, no entanto, nesta carta e em tom apaziguador, assegura-lhes a vontade de que voltassem ao Reino, podendo sair se assim lhes aprouvesse para tratar dos seus assuntos, e sem receio ou perigo. Concede-lhes por isso uma trégua de quinze anos.⁵³⁶ D. Martinho, numa das deslocações a Roma para apresentar as suas queixas ao Papa, acabou por falecer em Viterbo.

Em 1275, o papa Gregório X emite uma Constituição em favor dos prelados do Reino de Portugal, e apelando à condição de Portugal ser um país censual que merecia à Cúria especial afeto, faz um elenco histórico das queixas recebidas desde o tempo do seu antecessor Honório III, portanto, do reinado de D. Afonso II. Lembra, agora, que D. Afonso, ainda Conde de Bolonha, prestou juramento em Paris, em que se obrigava a defender os religiosos, os mosteiros, as igrejas, os órfãos e as viúvas. Porém, depois de ter assumido a administração, pareceu esquecer tudo o que tinha prometido, passando também ele a exercer numerosas violências contra os prelados, igrejas e religiosos, pelo que vários bispos se dirigiram à Santa Sé para que esta interviesse e fizesse o rei respeitar os termos do seu juramento.

Gregório X, dirigindo-se ao rei Afonso, exige-lhe que repare os danos causados e se abstenha do exercício de violência contra os clérigos e a liberdade religiosa. Em cartas aos bispos e abades e priores das ordens pede-lhes que observem se o rei se mostra disposto a corrigir-se e, nesse caso, sejam suspensas, por sete meses, as medidas de excomunhão do Reino lançadas pelos bispos, caso contrário, deverão continuar os interditos. O Papa informa ainda que deu instruções para que a Bula fosse apresentada ao rei e dele fosse colhida a sua resposta, mas o rei recusou-se ao encontro, alegando razões, inclusive problemas de saúde. Constatando, o Pontífice que, não se obtendo qualquer compromisso por parte do rei, emitiu uma série ameaças aprazadas que teriam de ter al-

⁵³⁵ Cf. *ibidem*, p. XX.

⁵³⁶ Cf. *ibidem*, p. XXI.

guma resposta, caso contrário desencadear-se-iam penalizações ao rei e ao Reino, que começariam por interdito local, excomunhão, interdito geral a todo o Reino, com inibição do exercício de padroado. Era reservada à Santa Sé a absolvição de tudo.⁵³⁷

Em 1277, D. Afonso III recebe a Bula *Jucunditatis et exultationis* do papa João XXI. Nela, o novo Papa, diz esperar que o monarca se mostre regozijado pela sua eleição, pois é português e isso deverá ser considerado uma alta honra para o Reino. Mostra-se muito afável e conciliador e propõe que o rei aceite este cumprimento como uma oportunidade de se promover e incrementar a paz de Portugal, e que o país pudesse sempre ter na Igreja «*uma afetuosa e propícia mãe*».⁵³⁸ Sabe-se que este Papa português teve um curtíssimo pontificado de alguns meses apenas, com poucos ou nenhuns reflexos na vida política do Reino.

Em 17 de janeiro de 1279, D. Afonso III, às portas da morte e bem à semelhança dos seus antecessores, obriga-se «*a obedecer aos preceitos apostólicos e a restituir quanto houvesse tirado à Igreja*» e declara a sua intenção de se submeter às exigências da Igreja romana. Para tanto, jurou sobre os Santos Evangelhos e prometeu, sem condições, acatar e cumprir a vontade da Santa Sé, pelo que decidira restituir tudo o que mandara usurpar assim como indemnizar os prejuízos causados. A este juramento assistiu D. Dinis que assentiu, prometendo, a pedido do pai, restituir mesmo o que se viesse a provar, e a cumprir e fazer cumprir o testamento. Frei Estêvão, seu confessor e antigo abade de Alcobaça, assistiu-o nos últimos momentos, dando-lhe a graça da absolvição e garantindo-lhe a serenidade e a paz de espírito no desenlace final que ocorreu a 16 de fevereiro de 1279.⁵³⁹

À morte de D. Afonso III, o Ocidente cristão estava na antecâmara da Modernidade e apresentava-se em profunda transformação. Eram chegados novos tempos, em que a governação, a fiscalidade e a justiça, cada vez mais se apoiavam em métodos inovadores de uma administração assente no Direito que iria beneficiar de fortes incentivos e incremento com a criação dos Estudos universitários. Foi durante o período de vida e de reinado de D. Afonso que emergiram por toda a Europa as suas mais emblemáticas universidades que se perpetuaram até aos dias de hoje⁵⁴⁰.

⁵³⁷ Cf. *ibidem*, p. XXI.

⁵³⁸ Cf. *ibidem*.

⁵³⁹ Cf. *ibidem*, pp. XXI-XXII.

⁵⁴⁰ Em Itália: Pádua (1222), Nápoles (1224), Roma (1244), Siena (1246); em França: Angers (1229), Toulouse (1230), Orléans (1235); em Espanha: Palência (1212), Salamanca (c. 1230), Valladolid (1250), Sevilha (1254); em Inglaterra: Oxford e Cambridge (meados do século XIII). A intenção de criar a Universidade em Portugal (Estudo Geral de Ciências) é manifestada por D. Dinis (acompanhado de um vasto corpo

Naquele início de ano de 1279, o jovem **D. Dinis** (1261-1325), então com 18 anos, assumiu a pesada herança do trono de Portugal. Logo em janeiro fora testemunha do juramento do pai, D. Afonso III, assumindo a responsabilidade do seu cumprimento; e, no mês seguinte, por morte do progenitor, havia de ser chamado ao compromisso da governação. A sua pouca idade e a vontade de lhe facilitarem um início de reinado menos pesado terá levado os eclesiásticos a providenciarem uma estratégia de suavização de atitudes. Para tanto, o arcebispo de Braga⁵⁴¹ e os bispos do Porto, de Coimbra, da Guarda, de Évora e de Tuy, considerando «o bem-estar das almas» e o sofrimento por que passavam todos devido aos interditos, privando-os dos sacramentos, chegaram a um acordo com D. Dinis, condensado em dois pontos: 1. que o rei cumpriria o que era exigido pela Bula papal de Gregório X, dirigida a seu pai; 2. que este obrigaria os súbditos também a cumprir e guardar fielmente o determinado e para sempre. Em carta a Martinho IV, o jovem monarca, em 1282, solicita ao Pontífice que se digne confirmar este acordo. E, simultaneamente, corroborando o pedido do rei, os referidos bispos fazem também chegar às mãos do Papa uma carta, reforçando a solicitação do monarca.

Dois anos depois (1284), Martinho IV, pelas Bulas *Ex parte venerabilium* (25 de março) e *Haec est forma* (15 de maio), dirigidas a terceiros (bispo de Leão e deão e ar-

de eclesiásticos, empenhados nessa fundação e para a qual eram desviados fundos das suas igrejas e mosteiros, assim como um conjunto de clérigos habilitados para a sua docência) e está atestada por documento de 12-11-1288, em que se informa Nicolau IV dos esforços empreendidos nesse sentido e se solicita a sua confirmação para o desvio de meios para o empreendimento (Bula de confirmação, *De statu regni*, de 1290). Mas as razões então invocadas, segundo o documento, são de cariz essencialmente clerical – «*por vermos que à falta dele [Estudo], muitos desejosos de estudar e entrar no estado clerical, atalhados com a falta de despesas e descómodos dos caminhos largos e ainda dos perigos de vida, não ousam e temem ir estudar a outras partes remotas receando estas incomodidades, de que resulta apartar-se do seu bom propósito e ficar no estado secular contra vontade*». Pelo menos neste primeiro momento, como no-lo afirma Rómulo de Carvalho, fonte de que nos socorremos: «*Não sabemos nada a respeito da frequência estudantil da primitiva Universidade de Lisboa nem do conjunto das categorias sociais dos seus componentes. Pela leitura da documentação do Chartularium iríamos dizer que todo o corpo docente e discente pertencia à classe eclesiástica*». Inicialmente a Universidade foi criada em Lisboa, passando para Coimbra em 1308; regressará a Lisboa, em 1338, e voltará a Coimbra, em 1354; de novo se estabelecerá em Lisboa, em 1377, com posterior confirmação «para sempre», em 1384. Em 1443, Coimbra, a par de Lisboa, voltará a ter os seus Estudos Gerais, e, a partir de então, Portugal terá duas universidades. (Cf. Rómulo de CARVALHO, *História do Ensino em Portugal*, o. c., pp. 44, 47, 62, 93 e 110.)

⁵⁴¹ D. Telo, de origem franciscana era considerado eclesiástico de grande virtude e muito culto, assumiu a Sé de Braga no mesmo ano, em 1279. Depois de uma visita apostólica à sua diocese, inteirou-se dos muitos abusos, pelo que reuniu um concílio diocesano e, juntamente, com vários bispos tentou encontrar forma de enfrentar os muitos desmandos, em particular dos ministros do Reino e que remontavam já ao reinado anterior de D. Afonso III. Apresentados os reparos a D. Dinis, este não teria dado a sequência desejada às queixas, pelo foi decidido apresentar queixa formal ao papa Nicolau III. Numa atitude amistosa de colaboração, D. Dinis nomeou o seu capelão João Martins de Soalhães, então cônego em Coimbra, futuro bispo de Lisboa (1294-1312) e arcebispo de Braga (1313 a 1325, ano da sua morte e também de D. Dinis), e Martim Pedro, chantre de Évora, como seus representantes, para acompanharem os prelados portugueses a Roma a fim de «*pela maneira que julgarem mais útil ao seu reino e trono, havendo por firme e valioso, quanto eles fizerem e retificarem*» (cf. Anexo III, p. XXIII), estabelecerem uma Concordata para resolução dos diferendos.

cediogo de Ledesma Salamantinense) – provavelmente por serem estes os eclesiásticos indigitados como garantes da execução dos interditos e excomunhão da Bula de Gregório X – dá conta das cartas recebidas do rei e eclesiásticos portugueses, e comunica-lhes a decisão do levantamento das sentenças, tendo em conta os propósitos de retificação e compensação por parte de D. Dinis, assim como os termos de um acordo celebrado entre o monarca e os prelados.

Em 7 de março de 1288, pela Bula *Cum olim*, o papa Nicolau IV, reconhece a Concordata celebrada em Roma, entre os procuradores de D. Dinis e o arcebispo de Braga [D. Telo] e os bispos de Coimbra [Américo (Aymerico) Ebrard], de Silves [Frei Bartolomeu] e de Lamego [D. João], transcrevendo os seus *quarenta artigos*, a fim de serem encerradas as discórdias entre o poder real e a Igreja. Esta concordata resulta da necessidade de resolver questões deixadas em aberto por D. Afonso III, relacionadas com as 43 queixas de eclesiásticos [a Clemente IV, em 1265] pelo seu não cumprimento dos Acordos e ao comportamento abusivo, semelhante ao dos seus antecessores já condenados. Como referido acima, D. Afonso reconciliou-se, ainda em vida, com o clero português e exigiu a seu filho que prosseguisse os contactos a fim da questão ficar sanada. D. Dinis, juntamente com os bispos portugueses, elaborou este documento de compromisso – em que se repetia a acusação e se estabelecia uma resposta, mais ou menos, nestes termos: «*Responderam os procuradores, que el-rei não o tinha feito, nem faria de futuro...*» – que foi enviado ao Papa para ratificação. Devolvido por Nicolau IV com algumas emendas e acrescentos, ficaria com 40 artigos⁵⁴². Este documento a que se juntaram mais 11 artigos passou a constituir a lei do Reino, tendo sido incluído nas *Ordenações Afonsinas*.

Em 23 de março de 1288 e 1289, respetivamente, consideram-se sanados todos os agravos na relação do rei com a Igreja, através das Bulas *Incolis regni* e *Licet malorum* de Nicolau IV, dirigida aos habitantes de Portugal. Nelas, o Papa mostra-se compadecido pelo estado de privação em que se encontravam os habitantes do Reino, privados do consolo dos sacramentos, há muito tempo, pelo que, atendendo às súplicas dos prelados e seus procuradores, determinava levantar as sentenças de interdição que vigoravam desde Gregório X.⁵⁴³ Ainda em 1 de fevereiro de 1289, Nicolau IV, parecendo inclinado a circunscrever o mais possível a resolução de quaisquer diferendos ao arbítrio dos eclesiásticos locais, evitando por isso uma demasiada sobrecarga aos serviços da Cúria ro-

⁵⁴² Cf. Anexo III, p. XXIII.

⁵⁴³ Cf. *ibidem*.

mana⁵⁴⁴, pela Bula *Cupientes ut controversie*, dirigida ao arcebispo de Braga e aos bispos de Silves, de Coimbra e de Lamego, ordena-lhes que de acordo com os procuradores nomeados pelo monarca português, se ponham fim definitivo às dissidências antigas, deixando ao seu critério essa resolução.⁵⁴⁵

Em 1292[?]/1295, assumiu a Sé de Braga, Martinho Pires de Oliveira, secundogénito dos Morgados de Oliveira. D. Dinis tinha-o em grande estima e consideração pelo que fez parte da comitiva que acompanhou a família real a Alcaniças (Alcanizes), em 1297, quando ali se encontraram D. Dinis e D. Fernando IV de Castela e se ajustaram vários casamentos entre as duas Coroas, assim como se acertaram vários traçados de fronteira que ainda hoje prevalecem. De D. Martinho de Oliveira também é referida a doação que fez, em 1305, a título pessoal, da Vidigueira e do padroado da respetiva igreja, a D. Dinis.

No governo da sua arquidiocese, que se estendeu até 1313, emitiu novas Constituições e promoveu também uma nova Concordata a fim de resolver alguns aspetos ainda não sanados pela Concordata anterior.

Durante o reinado de D. Dinis houve algumas tensões com os eclesiásticos, mas sem a gravidade a que se assistiu nos reinados anteriores. Neste caso, foram desinteligências de registo patrimonial, mais provocadas por ação de «excesso de zelo» de oficiais régios («*de confissão muçulmana e judaica*»⁵⁴⁶) do que propriamente por determinações régias que visassem particularmente o clero ou os seus bens. Por vezes, refletiam situações anteriores, ainda do tempo de D. Afonso III, e que não haviam sido resolvidas.

A Bula *Haec est forma* de Martinho IV (dirigida ao bispo de Leão, ao deão e ao arcediogo de Ledesma Salamantinense, de 15 de maio de 1284) dá conta dos conteúdos da carta do rei D. Dinis aos prelados acerca da concórdia estabelecida entre eles, mas também do conteúdo de outras cartas sobre algumas dificuldades ocorridas entre o rei e os prelados. A Bula repete, esmiuçadamente, parte das queixas ocorridas em tempo de D. Afonso III e D. Dinis, seu filho, já referidas em Bulas anteriores, em que estes alegam a não submissão, «*alegando o rigor das prescrições de Roma, e que por esse moti-*

⁵⁴⁴ «Foi a partir do reinado de D. Dinis que começou a declinar consideravelmente a influência do Papa sobre o governo de Portugal. Foi também o rei *Lavrador* que começou a pôr em execução o princípio da desamortização dos bens da Igreja, providência já tentada por D. Afonso II [*vide* acima, p. 223], nas cortes de 1211. Com efeito, D. Dinis proibiu aos mosteiros, em 1286, comprar bens de raiz, e em 1291, proibiu-lhes que pudessem adquiri-los por herança, sendo obrigados a vender aqueles que tivessem comprado depois que subira ao trono» (*in* Francisco da Fonseca BENEVIDES, *Rainhas de Portugal, o.c.*, p. 170).

⁵⁴⁵ Cf. Anexo III, p. XXIII.

⁵⁴⁶ Cf. Bernardo de Sá NOGUEIRA, «Igreja e Estado», *in* *Dicionário de História Religiosa de Portugal, o. c.*, dir. Carlos de AZEVEDO, vol. II, p. 392.

vo fora o reino declarado em interdito dos prelados, e de novo o tornara a ser em virtude delas com grave prejuízo das almas, privadas da consolação dos sacramentos».⁵⁴⁷

Foi de especial relevo o desentendimento do monarca com frei D. Estêvão, bispo de Lisboa (1312-1322), provocado, provavelmente, por questões relacionadas com os bens da Ordem dos Templários, então extinta, e dos quais D. Estêvão fora nomeado administrador por Clemente V. Pela Bula *Callidis serpentis vigil*, este Papa solicitara a D. Dinis que prendesse e julgasse todos os templários residentes em Portugal. Por decisão régia, entretanto, os bens transitaram para a intendência da Coroa e, mais tarde, para a Ordem de Cristo, então criada, para evitar que esses bens saíssem de Portugal, como o previa a decisão papal.⁵⁴⁸ A Bula *Ad nostrum non sine* de João XXII, de 21 de março de 1317, dirigida ao bispo de Lisboa, faz supor que a interposição do rei no assunto dos bens dos Templários tenha criado em D. Estêvão uma atitude de discórdia de tal natureza que o levou a comportamentos menos éticos e inclusive afrontosos do bem-estar no seio da família real. Nesta Bula, o Pontífice exorta o prelado a que não semeie intrigas e discórdia nas relações de D. Dinis com sua esposa D. Isabel e o filho, infante D. Afonso. Que procure remediar o mal causado e que, se se provar serem verdadeiras as suspeitas sobre o seu comportamento, que a Santa Sé se dispõe a castigá-lo severamente!⁵⁴⁹

A preocupação do papa João XXII, pelos efeitos perniciosos que pudessem advir das atitudes do bispo de Lisboa, porém, não se ficou pela admoestação direta, mas foi mais além, a de alertar a família real para o perigo da teia de intrigas que aquele prelado teria engendrado ou alimentado. Assim, pelas Bulas *Displicenter audivimus* e *Per tuas fili carissime*, dirigidas, a primeira (em versões individualizadas) ao rei e à rainha, e a segunda, a D. Dinis, o Papa congratulava-se por ter sabido que as intrigas teriam sido ultrapassadas ou de fracas consequências, e, a propósito de desavenças no seio da família real, por questões relacionadas com a ameaça à legitimidade de D. Afonso no acesso ao trono, que, suspeitava-se, estaria a ser posta em causa por uma afeição privilegiada de D. Dinis pelo filho bastardo D. Afonso Sanches (nascido em 1289), o Pontífice aconselhava o rei ao cumprimento dos deveres de pai e de marido, assim como convidava o filho litigante, D. Afonso, à harmonização das relações com seu irmão natural e, sob pena de excomunhão, à submissão e obediência a seu pai, D. Dinis.⁵⁵⁰

⁵⁴⁷ Cf. Anexo III, p. XXII.

⁵⁴⁸ Vide subtítulo 3.3.3.2. Templários (p. 188).

⁵⁴⁹ Cf. Bula *Ad nostrum non sine* de João XXII, referida in Anexo III, p. XXIV.

⁵⁵⁰ Cf. Anexo III, p. XXIV.

D. Dinis, depois de um período algo agitado por questões de ordem interna, a que aludimos acima, faleceu em 7 de janeiro de 1325, em Santarém, cidade que, juntamente com Coimbra e Lisboa, fora local de residência habitual da Corte.

Da vida de D. Dinis que reinou por 45 anos, há que destacar sobremaneira a pacificação das tradicionais relações de litigância latente, entre o monarca e a Igreja, durante os anos que decorreram desde o reinado de D. Sancho I até então, ainda que atravessados por alguns episódios de amistosas cumplicidades. Parte das razões já foram mencionadas e que correspondem à chegada de tempos novos, sem esquecermos as concernentes ao carácter pessoal do monarca, homem dado às artes e à evasão lírica (a que nos referimos na primeira parte do nosso trabalho)⁵⁵¹ e à ciência (a ele se ficou a dever a criação dos Estudos Gerais e a institucionalização do uso da língua portuguesa), mas, indubitavelmente também, à rainha consorte, D. Isabel de Aragão.

A esposa de D. Dinis, que lhe sobreviveu ainda onze anos, foi a grande coluna moral e de firme moderação ao lado do monarca e após a sua morte, a que aliava uma dedicação estremada pelas causas sociais do reino, que lhe mereceram o título de «Rainha Santa», ainda antes da sua canonização, que teve lugar em 1625, no pontificado de Urbano VIII.

Naquele início de 1325, ascende ao trono de Portugal **D. Afonso IV** (1291-1357). Por coincidência, nesse mesmo ano, seria indigitado para a Sé de Braga um eclesiástico português de destaque, cuja descendência ficará para sempre ligada à casa reinante: D. Gonçalo Gonçalves Pereira (1326-1348)⁵⁵². A sua ténpera de ascendência guerreira haveria de se manifestar sempre ao longo da vida, pois apesar de já ser arcebispo de Braga acompanhou D. Afonso IV na batalha do Salado (1340), onde se bateu valorosa-

⁵⁵¹ Vide subtítulo 1.3.6. Os Trovadores e Amor Cortês, pp. 100-112.

⁵⁵² Avô de D. Nuno Álvares Pereira, conde de Barcelos e Condestável do Reino no tempo de D. João I. D. Gonçalo Pereira, ainda estudante, em Salamanca, teve um filho – D. Álvaro Gonçalves Pereira (que será Prior do Crato), dito «filho sacrílego» por alguns autores – de uma senhora, D. Teresa Peres Vilarinho. Terminados os estudos e regressado ao Reino, decidiu seguir a carreira eclesiástica. Foi cônego em Tuy e deão no Porto. Em 1320, representou Portugal na Santa Sé, e o papa João XXII, reconhecendo nele tão grandes virtudes e mérito, fê-lo eleger bispo de Lisboa, em 1322, lugar que ocupou até 1326. Por falecimento de D. João Martins, em Braga (1325), foi D. Gonçalo indigitado para aquela Sé. A sua entrega às causas da Coroa portuguesa está atestada pela estreita colaboração prestada a D. Dinis e, posteriormente, ao lado de D. Afonso IV. Mas, como eclesiástico, deixou uma marca simbólica dessa devoção patriótica na construção da Capela da Senhora da Glória, junto à Sé de Braga, com expressas ordens de que nela apenas seria sepultado Arcebispo de Braga e cuja administração da Capela deveria ser entregue ao deão da Sé, mas apenas se ele fosse português e filho de portugueses. Morreu em 1348, tendo ficado sepultado nessa Capela (vide Anexo V). Esta linhagem, desde os anos Duzentos, «quase de assenhoreou dos cargos eclesiásticos mais importantes da cidade do Porto (bispo, deão, chantre) e da Ordem de São João do Hospital, em Portugal» (cf. Bernardo de Sá NOGUEIRA, «Igreja e Estado», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, o. c., dir. Carlos de AZEVEDO, vol. II, p. 391).

mente contra os mouros. Reuniu dois sínodos diocesanos, em 1326 e 1333. As Constituições resultantes do último sínodo foram as primeiras a ser redigidas em português.⁵⁵³

Desde a morte de D. Gonçalo até 1374 – portanto, parte do reinado de D. Afonso IV, o reinado completo do seu sucessor **D. Pedro I** (1320-1367, rei desde 1357) e parte ainda do reinado de **D. Fernando** (1345-1383, rei desde 1367) –, há grande «híato» na governação da Sé bracarense, com a nomeação de dois eclesiásticos estrangeiros: o francês D. Guilherme de la Garde, que parece nunca ter chegado a entrar em Braga, e D. João de Cardaillac, de quem não se sabe a nacionalidade, mas que teve tantas dissensões com D. Pedro que acabou por ser preso em Coimbra e em Leiria, acabando por fugir para Castela, donde também saiu. E em 1371, a Sé foi ocupada, poucos meses, por D. Vasco que viera de Lisboa, mas que faleceu, entretanto.

O reinado de D. Pedro, quanto às relações com a Igreja, apresenta os mesmos problemas que já são enunciados no reinado anterior, ou seja, o comportamento considerado abusivo de alguns oficiais do Reino. Para tanto D. Pedro reuniu cortes em Elvas, em 1361, no intuito de colher, dos bispos e dos nobres, informações que pudessem ajudar a identificar as razões em que se baseavam as queixas. Foi, então, apresentado um extenso elenco de queixas a que o monarca tentou dar as respostas que entendia serem razoáveis. São queixas pormenorizadas, mas todas do mesmo teor, ou seja, reclamando o clero para que fossem respeitadas as imunidades eclesiásticas, conformes ao juramento do rei, quando ascendeu ao trono, ou invocando determinações de monarcas anteriores que mantinham e respeitavam esse tratamento de exceção; respondia o rei, normalmente, esclarecendo este ou aquele caso, à luz da sua interpretação, mas, na generalidade, ordenando que se cumprisse o que era costume.⁵⁵⁴

Em 1374, finalmente, a Sé bracarense terá à sua frente um arcebispo que se tornará figura notável: **D. Lourenço Vicente** (1374-1397).

A prolongada vacância da Sé, após a morte de D. Vasco, haveria de se mostrar perniciosa para a vida da diocese, de tal modo que, quando D. Lourenço Vicente tomou posse, encontrou muitas resistências que lhe custaram também grandes inimizades. As calúnias de que foi alvo levaram a que D. Fernando lhe tenha retirado o senhorio da cidade e por parte do Papa a instauração de um processo canónico, cuja consequência foi

⁵⁵³ Cf. *ibidem*, vol. II, p. 12 e vol. IV, p. 243.

⁵⁵⁴ Cf. Anexo III, pp. XXV-XXVI.

o seu afastamento do governo da arquidiocese, desterro e perda das rendas eclesiásticas. Homem temerário apresentou-se ao Papa com a intenção de esclarecer os mal-entendidos em que vira envolvida a sua reputação e procurando ver restabelecido o seu bom nome. Foi-lhe, então, concedido um segundo julgamento de que resultou a total absolvição das acusações e a restituição de todas as honras e bens, assim como o senhorio da cidade por parte do monarca D. Fernando.

Durante os anos de 1378 a 1417, a Igreja romana viveu o Grande Cisma, mas D. Lourenço, com grande esforço e muita clarividência conseguiu manter sempre Portugal sob obediência à linha que seria reconhecida legítima (contrariamente à Espanha e França e várias outras nações que dividiam os apoios por outros candidatos ao trono de São Pedro).

No plano político, também D. Lourenço sempre se revelou senhor de muito bom senso e esclarecido, pelo que, desde o início, se mostrou contra o casamento de D. Beatriz, filha de D. Fernando, com o rei de Castela, prevendo já os riscos que a independência de Portugal corria com esse consórcio e que se haveriam de confirmar no processo de sucessão que teve lugar após a morte do monarca português.

D. Lourenço fazia parte do corpo de apoiantes do Mestre de Avis, e, inclusive nas Cortes de Coimbra, empenhou-se diretamente na organização da defesa do Reino contra a investida de D. João de Castela. Foi elemento ativo na Batalha de Aljubarrota (agosto de 1385), como cavaleiro, chegando a ser ferido em combate, em que perdeu o olho esquerdo, e, após a vitória de Aljubarrota e a aclamação do Mestre de Avis como rei de Portugal, nas Cortes de Coimbra, empenhou-se em Braga e em Guimarães (originalmente inclinadas para a causa de D. Beatriz) para que fosse reconhecido o novo rei.

Foi um dos embaixadores portugueses enviados a Inglaterra para tratar do casamento do Mestre de Avis com D. Filipa de Lancastre, chegando a fazer parte da comitiva que acompanhou D. Filipa até ao Porto onde esta se encontrou com D. João e onde se concluíram os desposórios.

A DINASTIA DE AVIS OU JOANINA

D. Lourenço Vicente está para a Dinastia Joanina como D. João Peculiar está para a Afonsina. Por esta similitude, somos tentados a transcrever aqui (adaptando) o que afirmamos acima a respeito de D. João Peculiar: *«Este [D. Lourenço] será o rosto de uma [«igreja-esposa»], empenhada em [defender] um projeto gemelar, assumido como*

próprio e comungado com o novo rei, e definitivamente comprometida com o processo de [defesa da independência]»⁵⁵⁵.

Foi o eclesiástico que inaugurou de forma empenhada, tanto em Cortes como no campo de batalha, a nova Dinastia de Avis, mas, simultaneamente, encerrou com selo de ouro, eclesiasticamente, a Dinastia Borgonhesa através do cumprimento do seu último e simbólico desejo: o de ser sepultado onde jazem os primevos soberanos, fundadores da nacionalidade. O seu corpo mumificado ficou, então, depositado na Capela dos Reis, frequentemente também designada de Capela de D. Lourenço, num dos claustros da Sé de Braga onde estão D. Henrique e D. Teresa, pais do *Conquistador*.

Após o período de turbulência que se seguiu à morte de D. Fernando, entre outubro de 1383 e abril de 1385, e solucionadas as questões relativas à sua sucessão, que passou pela rejeição da proposta da rainha-viúva que pretendia renunciar à regência em favor da filha, a herdeira casada com o rei castelhano, acabou por vingar o partido que apoiava o filho bastardo de D. Pedro I, D. João, Mestre de Avis, defensor do Reino e meio-irmão do monarca falecido.

D. João I (1357-1433, rei desde 1385) foi aclamado rei, e para tanto valeram-lhe as fidelidades de muitos outros bastardos da nobreza que, como ele, dirigiam as Ordens Militares, bem como a devotada entrega do jurista formado pela escola de Bolonha, João das Regras, mas também foi determinante o posicionamento do episcopado nacional alinhado, por obediência, com o Papa romano Urbano VI ⁵⁵⁶. No campo da contenda militar foram ainda determinantes: o apoio militar alcançado fora de portas com o casamento do novo monarca que selou a aliança com a Inglaterra, e as batalhas travadas vitoriosamente, de que a célebre Batalha de Aljubarrota se tornou emblemática pela decisiva e simbólica importância que assumiu no desfecho da questão sucessória e no reconhecimento que daí derivou para a causa da independência nacional.

⁵⁵⁵ Ver, acima, p. 214, o que ali escrevemos sobre D. João Peculiar.

⁵⁵⁶ Este alinhamento com o Papa romano haveria de garantir também outras fidelidades por parte de alguns eclesiásticos espanhóis descontentes que se passariam para Portugal e que, pela confiança que mereceram da parte de D. João I, haveriam de ocupar a cátedra de Braga: D. João Garcia Manrique (1397-139...) e D. Martinho Afonso Pires da Charneca (também apelidado Miranda, que tomou parte nas alas de D. João, em Aljubarrota) (1398-1416). A D. Martinho sucederia, em Braga, D. Fernando da Guerra (1418-1468), outro garante, familiarmente próximo de D. João I, bisneto de D. Pedro (por parte de D. Inês de Castro), que sustentaria a Primazia bracarense já a muito custo frente à importância que assumia Lisboa, então elevada a Arcebispado. Revelar-se-ia também de grande eficácia na pacificação das relações entre o monarca e os eclesiásticos, e ainda na arbitragem das contendas cortesãs que opunham o regente D. Pedro, irmão de D. Duarte, a seu sobrinho, futuro D. Afonso V. (*Vide Anexo V*).

A escolha do Mestre de Avis, para além dos aspetos relativos à condição de bastardia, revestia-se ainda de alguma complexidade, pois o eleito era filho adúltero e homem de votos de celibato, como Mestre de Ordem militar. Para o bom sucesso de tal pretensão ultrapassando as naturais reservas e interditos de natureza religiosa, valeu a D. João e seus apoiantes, a sua fidelidade à linha papal oposta à que partilhavam os castelhanos e seu clero, facto que facilitou a absolvição papal de excomunhão em que incorriam tanto o eleito como os eleitores. Em 1391, Bonifácio IX, sucessor de Urbano VI, pela Bula *Divina disponente*, aceitou e reconheceu D. João I, como legítimo sucessor de D. Fernando, e a razão principal em que assentava esse reconhecimento era no facto de o outro concorrente ao trono de Portugal, D. João Henrique, rei de Castela e Leão, ser considerado perseguidor do «legítimo» Papa e da Igreja romana e por ter seguido um papa cismático, «obrigando os seus súbditos» a segui-lo. Ora, perante a contingência de, no caso de D. João de Castela vir a ocupar o trono de Portugal, essa fidelidade a um antipapa poder vir a afetar o clero, a nobreza e o povo portugueses, trataram, então, de eleger alguém que oferecesse garantias de bom governante e, simultaneamente, garantir a fidelidade ao Papa genuíno. Para tanto, escolheram o Mestre de Avis, que aceitou a eleição. Em conformidade, e atendendo às difíceis circunstâncias deste caso, «à piedade do monarca português e aos serviços por ele prestados ao Reino», o Pontífice resolvera absolvê-lo de quaisquer penas em curso, assim como desligá-lo dos votos monásticos, «declarando-o legítimo» assim como o seu matrimónio, pelo que o confirmou como rei.

Mas como as questões relativas ao cisma se prolongavam desde há muito e tendo em conta que o novo monarca, na situação anterior de Mestre de Ordem Militar havia participado em eventos que o levaram a mover-se no âmbito de influência dos apoiantes do antipapa, havia que não deixar de fora quaisquer aspectos que, futuramente, pudessem oferecer dúvidas ou levantassem alguma suspeita quanto à legítima conformidade de D. João I com a Igreja de Roma, pelo que se tornava imperioso que se procedesse de forma a aclarar todos os aspetos. Por isso, com data do dia imediato, o mesmo Papa emitiu nova Bula – *Quia rationi congruit* – elencando as várias transgressões que precisavam de ser absolvidas: a de haver aceitado o trono, sendo mestre da Ordem Militar de Avis; a de, ainda em tempos de D. Fernando, seu irmão, ter ido assistir ao casamento do rei de Castela e Leão, D. João Henrique com a filha de D. Fernando, estando este excomungado pela Santa Sé, por ser apoiante do antipapa Clemente VII; a de envergar vestes de seda ornadas de ouro, não conformes com o seu estado religioso; e a de se empe-

nhar em «*coisas cruéis e violentas*». O papa Urbano VI havia atendido os pedidos de absolvição, mas devido ao facto de, entretanto, ter falecido sem a emissão da documentação alusiva às concessões papais, e considerado o contexto, estas eram, agora, confirmadas pela Bula *Divina disponente* de Bonifácio IX ⁵⁵⁷.

Perante tamanhos cuidados eclesiais impunha-se que da parte do novo rei se gerassem contrapartidas! Assim, por Bula *Magne devotionis*, Bonifácio IX, em 6 de março de 1391, manda que o bispo de Évora [D. João Eanes] e o deão de Coimbra incorporem na Ordem de Avis tantas igrejas paroquiais do padroado real quantas as necessárias de forma a se alcançarem rendimentos eclesiásticos na ordem de 4000 dobras! Isto em consonância com a disponibilidade manifestada por D. João I, para premiar os serviços prestados pela Igreja à sua causa!⁵⁵⁸

Garantidas as observâncias, as ajudas, os reconhecimentos e criada a disponibilidade para as mútuas contrapartidas, assiste-se, então, a uma generosa permuta de atenções. Logo, em 10 de novembro de 1393, Bonifácio IX eleva o Bispado de Lisboa e Arquidiocese metropolitana, confirmada por Bula *In eminentissimae dignitatis*, com as sufragâneas Évora, Guarda, Lamego e Silves. E o Papa que se segue, Inocêncio VII, em 1405, numa atitude que parece distinguir já a arquidiocese de Lisboa em detrimento do Primaz de Braga, dirige-se ao arcebispo de Lisboa para pedir que avalie o conteúdo da Concórdia celebrada por D. João I e o bispo e cabido do Porto – que contempla compensações através de rendas por parte do rei e cedência na jurisdição da cidade por parte da Diocese –, e, no caso de considerar que ela é boa para a Igreja, ordena-lhe que levante a excomunhão que impende sobre a cidade há sessenta anos.

Num passo seguinte, Martinho V, pela Bula *Sane charissimus* de 4 de abril de 1418, dirigida aos patriarcas, arcebispos, bispos e mais clero, e correspondendo a um apelo do rei de Portugal, convida todos os governantes europeus a ajudarem D. João de Portugal que, em África, mantém a luta contra os infiéis, concedendo-lhes indulgências do mesmo teor das concedidas aos Cruzados. Recomenda ainda que todos os prelados, arcebispos, bispos e patriarcas, sempre que D. João I «*quiser acometer os infiéis*» eles preguem a cruzada, e coloquem a cruz no ombro de todos os que quiserem alistar-se para esse fim. Concede também o perdão de todos pecados aos que tomarem a iniciativa por conta própria, e que todas as terras, fortalezas e praças conquistadas passarão para o

⁵⁵⁷ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, tomo IX, pp. 393-396 (Anexo III, p. XXVII).

⁵⁵⁸ *Ibidem*, tomo IX, p. 396 (Anexo III, p. XXVIII).

domínio de D. João I, autorizando também os prelados a absolverem «os maiores pecados» de todos aqueles que acompanharem o rei contra os infiéis.⁵⁵⁹

Em 1427, porém, o papa Martinho parece dividido, quanto às dignidades de Braga e de Lisboa e dirige-se-lhes de forma equivalente, ainda que separadamente, através da Bula *Non sine magna* (duas cópias), uma dirigida ao arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra e, a outra, ao arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha. O Pontífice diz saber que são ou foram praticados vários atropelos à liberdade da Igreja – vexames a igrejas e eclesiásticos; lançamento de coletas e contribuições sobre bens eclesiásticos sem licença da Santa Sé; proibição de doações à Igreja; proibição de publicitação dos documentos da Igreja sem beneplácito régio, etc. – praticados por D. João I, e, embora não mencione a fonte da sua informação, mostra-se surpreendido pelo facto de não ter sido através dos prelados que recebeu esta queixa dirigida à Santa Sé. Admoesta-os, portanto, para o caso de se confirmar a informação destas transgressões, para que se oponham e não deixem «passar tais coisas em silêncio, movidos do medo, ou da amizade». São intimados a enviar a Roma pessoas idóneas a fim de se prestarem esclarecimentos. Também D. João I foi intimado a enviar a Roma procuradores a fim de serem confrontados com estas acusações. Ato imediato, o Primaz de Braga tomou a iniciativa de formalizar uma resposta a esta Bula pontifícia, e, juntamente com outros prelados de Portugal, afiançava ao Papa que as acusações elencadas não correspondiam a situações da atualidade, mas sim a monarcas anteriores e que um caso ou outro que tenha surgido por parte de oficiais ou ministros do Reino, D. João I havia-os corrigido logo que deles tivera conhecimento. Nesta sequência, pediam ao Papa a suspensão da citação da Bula tanto a eles como ao rei. Esta situação, pelo menos ao papa Martinho, poderá talvez parecido estranha, mas não o era para os nacionais que conheciam a ascendência destes dois consanguíneos titulares eclesiásticos da Igreja nacional (o Primaz de Braga era bisneto de D. Pedro I e o Metropolita de Lisboa era neto de D. Fernando I). Eles confrontavam-se na concorrência pela primazia dos seus títulos episcopais, mas representavam muito bem os interesses *conjugados* da Igreja em que eram *cúmplices*, acautelando a todo o custo a sua imagem no exterior e sobremaneira também a do seu consanguíneo soberano.⁵⁶⁰

Quando D. João I morre (1433), o Medievo dava os sinais fortes de um estertor que augurava a chegada dos tempos novos da Modernidade. O Visconde de Santarém,

⁵⁵⁹ Cf. *ibidem*, pp. 403-404 (Anexo III, pp. XXVIII-XXIX).

⁵⁶⁰ Cf. *ibidem*, pp. 407-409.

na sua obra que estamos a seguir de perto – *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal...* – ao tratar da documentação diplomática relativa ao reinado de **D. Duarte** (1391-1438, rei desde 1433)⁵⁶¹ sintetiza assim, de forma brilhante, a figura deste *inclito* príncipe de tão efêmero reinado e assim como o eco da sua importância:

A obscuridade relativa, que envolvera até então o pequeno reino do extremo ocidente, rasgou-se de repente, e o nome do príncipe, que primeiro ousara romper as barreiras do *mar tenebroso*, e lograra por fim transpô-las, começou a soar elogiado nas cortes mais opulentas. Menos feliz do que seu pai, mas representante ilustre da nova geração predestinada a exaltar o nome português pelo valor de seus capitães e de seus intrépidos descobridores, D. Duarte honrou o trono pela cultura do espírito, pela nobreza da alma, e pela elevação do carácter.⁵⁶²

Da sua ação diplomática há muito pouco que realçar, em termos de agastamentos ou contendas, entre o monarca e a Santa Sé, excetuando aqueles recorrentes casos da área do exercício da justiça, em que os eclesiásticos se queixam, permanentemente, dos excessos dos magistrados régios, e estes entendem que os clérigos se excedem na fuga ao controlo das suas atividades e rendas por parte das instituições régias. Porém, quando o eco destas questões chega à mesa do Rei ou do Papa, estes, por norma, atenuam o efeito de quaisquer consequências, sempre da mesma forma.

Primeiro chega queixa papal, como, por exemplo, a que se refere a Bula *Nonnullorum querelis* de julho de 1436, emitida por Eugénio IV e dirigida a D. Duarte, em que o Pontífice se mostra surpreendido pelas queixas que lhe chegaram dando conta dos atropelos cometidos por magistrados régios, por mandarem julgar no foro secular causas do foro eclesiástico, incluindo a citação de bispos e arcebispos o que era causa de grave atentado à dignidade religiosa. Solicita, então o Papa que no caso de surgirem razões para incriminar os eclesiásticos essa queixa deva ser dirigida à Santa Sé para evitar casos semelhantes.⁵⁶³ Logo em setembro seguinte, porém, por nova Bula, *Rex Regum*, o mesmo Papa, dirigindo-se aos patriarcas, arcebispos, bispos e outros prelados, dava conta dos empreendimentos feitos no Norte de África desde João I e, agora, com D. Duarte, de forma a tomar dos Sarracenos os territórios que ali ocupam e passarem para mãos de cristãos. Para isso, mostra-se agradado e querendo corresponder ao pedido de ajuda do monarca português, alerta a todos para que preguem e ajudem estes empreendimentos,

⁵⁶¹ D. Duarte, sua pessoa, seu reinado, sua influência e importância na sociedade da época já a tratamos com algum pormenor, na primeira parte do presente trabalho, no capítulo sobre «Literatura», pp. 112-131.

⁵⁶² Visconde de Santarém, *o. c.*, tomo x, p. vi.

⁵⁶³ Cf. *ibidem*, pp. 8-9.

pois para tanto concede indulgência plenária de perdão dos pecados a todos os que se dispuserem a prestar ajuda.⁵⁶⁴

D. Duarte, como referimos acima, teve um efêmero reinado, e à sua morte deixa como sucessor o futuro **D. Afonso V** (1432-1481, rei desde 1438), com seis anos, portanto em menoridade. Por testamento régio, o reino é confiado à regência da rainha-viúva D. Leonor, mas logo nas Cortes de Torres Novas, de 1438, foi-lhe retirada e entregue ao duque de Coimbra D. Pedro, irmão do falecido D. Duarte, que verá o seu papel robustecido depois das Cortes de Lisboa, de 1439. D. Leonor de Aragão, despojada da regência e da tutoria dos filhos, acabou por se refugiar em Castela, vindo a falecer em Toledo, em 1445, e, segundo se diz, envenenada à ordem de um nobre de Castela, D. Álvaro de Luna, que via nela uma ameaça na contenda que mantinha com Aragão a cuja nobreza ela estava ligada. Outros autores, devido à forte antipatia que sabiam existir entre D. Leonor e o seu cunhado D. Pedro, que a substituiu na regência do Reino, viram nesse envenenamento a mão do duque de Coimbra.⁵⁶⁵

Perante este quadro político, novo e triste, de uma rainha-viúva e inábil, um monarca de menoridade e uma regência que se adivinhava prolongada, o papa Eugénio IV decide-se por uma compassiva medida, provavelmente, então, entendida como de grande generosidade: através da Bula *Devotionis tuae* de 31 de setembro do ano seguinte (1439) concede ao jovem e indigitado monarca o privilégio de, nas suas deslocações a lugares interditos, poder mandar fazer celebrações litúrgicas, com a sua presença e acompanhantes, ainda que os templos devam manter as portas fechadas, os sinos não possam ser tangidos e as orações devam ser proferidas em voz baixa.⁵⁶⁶

Nos anos que se seguiram, à volta do jovem príncipe Afonso, e até à sua maioridade, formaram-se tais teias de interesses, de intrigas e de lutas pelo poder, envolvendo sobremaneira algumas das personagens de maior proximidade e responsabilidade governativa – a rainha-mãe, os tios e irmãos do rei –, que levaram ao dramático ápice que foi o confronto de Alfarrobeira, em que se defrontaram os arregimentados do duque de Coimbra D. Pedro (que ali perdeu a vida), tio do monarca, e o exército do sobrinho, jovem rei Afonso (que saiu vitorioso)⁵⁶⁷.

⁵⁶⁴ Cf. *ibidem*, pp. 10-12.

⁵⁶⁵ Cf. F. BENEVIDES, *Rainhas de Portugal, o.c.*, p. 255.

⁵⁶⁶ VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo X, pp. 20-21.

⁵⁶⁷ Assunto tratado de forma aprofundada por Baquero MORENO, in *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques, 1973, e também, sob uma perspetiva de reabilitação de

A abrangência de outras interpretações⁵⁶⁸ como a de Joaquim Veríssimo Serrão, levam a ver em Alfarrobeira mais do que a resolução de um simples problema ou quezília, entre os nobres e a Coroa. As consequências refletiram-se no ordenamento das forças, numa sujeição que denunciava a entrada de outros tempos:

A batalha corresponde ao triunfo da corrente senhorial sobre o princípio da centralização régia, à primazia do interesse privado sobre uma linha política que já anuncia a Idade Moderna. A Casa de Bragança abateu no duque de Coimbra o homem que de génio que encarnava uma política nova de reforço de autoridade da coroa. Vencendo o adversário poderoso e sabendo manobrar um rei fraco, essa nobreza conseguiu assim retardar de três décadas uma evolução política que lhe seria ruínoza.⁵⁶⁹

Voltando ainda à menoridade de D. Afonso e como ilustração do aproveitamento que determinadas forças políticas faziam desta condição, que, inclusive, já não passava despercebida no exterior, surge uma Bula de 1440 (não titulada) de Eugénio IV, dirigida ao jovem rei, em que o Pontífice se mostra surpreendido por o monarca (de menoridade) lhe solicitar a reabilitação na Sé de Viseu de D. Luís Gonçalves do Amaral (feito cardeal pelo antipapa Félix V), uma vez que o mesmo estava excomungado.

Supõe o Papa e declara-o, que esta petição não pode ter como origem a vontade do monarca, uma vez que ele ainda é criança, mas de alguém acobertado pelo nome de D. Afonso V, facto que ele considera grave e espera que não volte a repetir-se. Mas a sua maior indignação está no facto de que na carta de D. Afonso ser referido que o bispo que agora está em Viseu – D. Luís Coutinho – assumiu a posse da Sé sem autorização do rei, contrariando o que é costume. Neste caso, o Papa invoca o direito civil e eclesiástico «*em que o consentimento régio não se exige, e a disposição das igrejas compete à Santa Sé, e não aos reis*». Claro que o rei é censurado por ter obrigado o novo bispo a sair de Viseu e aconselha-o a que devolva a Sé ao bispo nomeado. Como remate das razões aduzidas para a exclusão do bispo de Viseu e surpresa perante o suposto pedido do jovem monarca Afonso V, é curiosa a irónica exclamação pontifícia: «*Que bons princípios de devoção em um rei adolescente!*»⁵⁷⁰, e de seguida, emite nova Bula, *Quanta mala*, dirigida à rainha regente D. Leonor, em 25 de janeiro de 1441, pedindo-lhe que se empenhe no apaziguamento de várias discórdias que surgiram no reino. Mas a rainha já nada poderia apaziguar, em primeiro lugar, porque já tinha saído do Reino,

Afonso V, e das razões que o levaram a confrontar seu tio D. Pedro (vide Lita SCARLATTI, in *Os homens de Alfarrobeira*, Lisboa, IN-CM, 1980 [Prémio Laranjo Coelho 1972, da Academia das Ciências de Lisboa]).

⁵⁶⁸ Vide também *História de Portugal*, Rui RAMOS (coord.), 4.^a ed., Lisboa, Esfera dos Livros, 2010, p. 156.

⁵⁶⁹ Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal (1415-1495)*, vol. II, 2.^a ed. revista, Lisboa, Ed. Verbo, pp. 74-75.

⁵⁷⁰ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo X, pp. 22-24.

em finais de 1440; e, em segundo lugar, porque ela própria era parte fulcral das discórdias, por incompatibilidades com os cunhados e por ser muito pouco querida do povo.

Chegada a maioridade de D. Afonso para governar, este fez saber ao tio que queria assumir a administração do Reino. D. Pedro, por seu turno, não se mostrava muito colaborante na passagem da governação para o jovem monarca, apesar deste lhe ter desposado a filha D. Isabel, em 1447. Em 1448, porém, foi assumida a governação e passaram a ficar mais definidos os contornos políticos das várias facções e seus apoios. Já vimos como tudo se precipitou e acabou no confronto de Alfarrobeira, em 1449, com o fim de D. Pedro.

De que forma este desenlace era visto por Roma? Podemos percebê-lo por algumas bulas então emitidas que faziam eco do que chegava aos ouvidos do Papa e os meios para lá chegar.

Em 1450, pela Bula *Querelam dilictae*, Nicolau V dirige-se aos bispos de Tournai, de Salamanca e de Leão e dá conta de queixas de D. Isabel, duquesa de Borgonha – irmã de D. Pedro, duque de Coimbra, regente na menoridade de D. Afonso V –, porque tendo sido assassinado o irmão, o seu corpo ficou exposto, insepulto, durante três dias, e posteriormente, foi levado para lugar desconhecido. Não se conhecendo quem eram os responsáveis por esse ocultamento e o lugar onde o corpo estaria, pelo que não se lhe podia dar sepultura digna nem celebrar exéquias como competia, o Pontífice ordenava aos prelados para que diligenciassem, proclamando e mandando afixar publicamente a bula, na busca do corpo do duque de Coimbra e fossem admoestados os que disso tivessem conhecimento, sob pena de excomunhão e de outras penas temporais, sendo denunciados os culpados.⁵⁷¹

Dois anos depois, parece que algo terá sido dito ao Papa que justificava a atitude de D. Afonso V, pois por Bula *Sedis apostolice*, o mesmo Papa, em 1452, declara que os ouvidores portugueses por si recebidos lhe comunicaram que o infante D. Pedro, duque de Coimbra, aspirava ao trono de Portugal, e por isso movera guerra ao rei, assim como muitas pessoas do clero, «*tramando contra a magestade do soberano*», e participando na batalha em que o duque foi morto. Tudo, então, terá sido sanado em relação à imagem do soberano de Portugal, pois em abril de 1454, foi atribuída a D. Afonso V a «Rosa de Ouro», e, em janeiro seguinte, a Bula *Romanus pontifex* atribui aos reis de Portugal as terras descobertas ou a descobrir pelos seus navegadores.

⁵⁷¹ Cf. *ibidem*, pp. 35-37.

O Papa seguinte, Calisto III, por Bula *Charissime in Christo* de 1456, vai mais longe e louva de forma pública a atitude de D. Afonso V, que se mostrou disposto a organizar uma armada e exército para se incorporar na recuperação de Constantinopla e dar luta aos infiéis.

Sabe-se que este voluntarismo de D. Afonso V não foi correspondido pelos outros soberanos da Europa, pelo que pareceu ficar no esquecimento. Mas o papa Calisto estava tão determinado em levar por diante tal empreendimento que não queria que se ficasse pelas promessas, e, em abril de 1457, dirige uma bula ao bispo de Silves – investido da condição de legado *a latere* da Santa Sé ao reino de Portugal – admoestando-o para que insistisse junto do monarca português para que, o mais breve possível, cumprisse o que assumira, ou seja, o combate contra os Turcos, por mar, uma vez que eles já haviam invadido a Hungria, e o Pontífice depositava no rei de Portugal uma grande esperança.⁵⁷² No entanto, morto Calisto III, tudo esmoreceu, ficando o empreendimento no mundo das intenções. Porém, o Papa seguinte, Pio II, em Bula *Regis eterni*, em 1460, lembrará a D. Afonso V o voto não cumprido na «guerra santa», mas aceita as explicações que este lhe dera, assentes no seu continuado empenho na luta contra os mouros, em África, onde tem gasto avultados recursos, para além de um esforço generoso em «obras pias». Comuta-lhe o Pontífice o voto na obrigação de D. Afonso acompanhar pessoalmente um corpo de 1000 combatentes, ou mandá-los servir durante um ano, assim que a guerra contra os Turcos tenha lugar. E, até que isso se efetive, ordena-lhe que,

juntamente com dez cavaleiros, devem jejuar, na quinta-feira santa, a pão e água, durante os cinco anos seguintes; ler de joelhos os salmos penitenciais; darem esmolas anuais de valor igual ou maior de cem florins de ouro, para remissão dos cativos, durante dez anos, e jejuar todas as sextas-feiras durante cinco anos; ficando ligado ao primitivo voto se não cumprir o agora estipulado⁵⁷³!...

Parecia nada ficar no esquecimento não só dos Papas, mas também dos outros homens, pelo menos quando as soluções encontradas pareciam ferir princípios considerados basilares da crença cristã e a consciência deles passava a atormentar as existências. E isso aconteceu com os efeitos que perduraram pela solução de Alfarrobeira. Em primeiro lugar, D. Afonso tentou a apaziguação por meios próprios, isto é, organizando o seu espaço espiritual privado, e para tanto, socorreu-se do velho confidente, D. Jorge da Costa, mestre-capelão de D. Catarina, sua irmã, e era tal o ascendente que este eclesiástico teve sobre o monarca que,

⁵⁷² Cf. *ibidem*, p. 67.

⁵⁷³ Cf. *ibidem*, pp. 75-76.

nas memórias eclesiásticas da Igreja do Algarve, lê-se: «subiu este célebre varão, por sua muita autoridade, e respeito, às mais altas dignidades da Igreja, de sorte que não há memória entre os homens de que algum outro gozasse ao mesmo tempo, ou sucessivamente, de tantas dignidades e empregos, nem de tamanha privança como ele teve com el-rei D. Afonso V»⁵⁷⁴.

Para tanto, o papa Calisto III, por Bula *Ferventissima iua*, de abril de 1455, concede ao monarca a faculdade de nomear como seu confessor ao capelão-mor [D. Jorge da Costa], com poderes para o absolver de todos os «*excessos, pecados, e culpas, até as reservadas à Santa Sé Apostólica, e de todas as excomunhões, suspensões, interditos, e outras censuras e penas eclesiásticas in genere, ou in specie, incluindo as que competem à Santa Sé. E são extensivas a todos os familiares do rei estas faculdades do confessor, exceto, nestes casos, as que competem à Santa Sé*»⁵⁷⁵.

Esta proximidade e a alta consideração em que era tido D. Jorge por D. Afonso V haveria de lhe causar graves incómodos, pela animosa concorrência, abertamente sentida e manifestada pelo príncipe herdeiro (futuro D. João II), facto que levou o monarca a desviá-lo da Corte, enviando-o como seu embaixador para a Santa Sé.⁵⁷⁶

Esta disposição pontifícia, porém, não o terá sossegado suficientemente, e, dez anos após a fatídico desfecho, D. Afonso V revela a necessidade de sossegar o seu espírito através de meios que entende serem mais capazes por advirem de uma autoridade maior e, por isso, dirige-se ao Papa e, não deixando de apresentar os seus argumentos, invoca o auxílio espiritual para si e para os que o acompanharam, onde se incluíam muitos eclesiásticos. Em resposta, Pio II, por Bula *Ad hoc Deus*, de 31 de agosto de 1459, dá conta de explicações dadas por D. Afonso V, acerca do diferendo que houve, entre ele e o seu tio D. Pedro, em que este morreu assim como outros cavaleiros. Dá conta ainda o monarca da ajuda que recebeu por parte de muitos eclesiásticos (prelados e varões) que tomaram armas em seu auxílio, e para os quais pede «providências especiais». O Pontífice responde que, movido pelas razões invocadas, *absolve de todas as excomunhões, suspensões e interditos, e mais censuras, e penas eclesiásticas os prelados, presbíteros, beneficiados e clérigos, seculares e religiosos*, que se dispuseram a esse auxílio servindo o rei, com a fidelidade e dedicação próprias de quem faz parte do mesmo projeto. E pela Bula *Intenta salutis*, de 13 de outubro de 1459, o Pontífice explana o mes-

⁵⁷⁴ In <http://ascendensblog.blogspot.pt/2015/08/o-cardeal-alpedrinha-d-jorge-da-costa.html> (visitado em 1 de agosto 2017).

⁵⁷⁵ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo X, pp. 57-58.

⁵⁷⁶ Para uma mais extensa informação biográfica de D. Jorge da Costa (*o Cardeal de Alpedrinha*, nome por que ficou mais conhecido internamente) e sua prolongada influência (morreu com 102 anos!) tanto na Corte, desde 1445 (mestre-capelão de D. Catarina), como na Cúria romana, desde 1483 (primeiro ao serviço de D. Afonso V, e, depois, como curial), vide Anexos III e V.

mo teor da Bula anterior, mas neste caso aplicando esses mesmos termos aos participantes da guerra de África, contra os sarracenos, absolvendo inclusive do crime de homicídio e outras irregularidades, e estendendo a sua ação à concessão das indulgências que já os seus antecessores – Martinho V, Eugénio IV, Nicolau V, Calisto III – haviam disposto para os guardas e defensores da cidade de Ceuta.⁵⁷⁷

No essencial do relacionamento com a Igreja, o reinado de D. Afonso V pouco divergiu dos reinados anteriores, e mantiveram-se, essencialmente, as antigas fricções entre os campos jurídicos seculares e canónicos, acusando-se mutuamente de interferência nos seus espaços, mas também se foram atenuando muitas dessas tensões, pois, a partir deste reinado, os bispos eram providos por Roma, mas sempre, praticamente, propostos pelo rei⁵⁷⁸. E esta concessão papal haverá de facilitar bastante o acesso aos altos cargos da hierarquia eclesiástica por parte de membros oriundos da nobreza e particularmente do âmbito de Coroa, como teremos ocasião de confirmar nos próximos reinados, pelo menos até que surjam as emanações mais restringentes de Trento.

Quando em 28 de agosto de 1481, D. Afonso V, *o Africano*, fechou os olhos, já seu filho **D. João II** (1455-1495, rei desde 1477) era rei de Portugal, aclamado em Cortes reunidas em Santarém, em 11 de novembro de 1477, durante a prolongada ausência de seu pai que, por terras de França e inebriado pela miragem de poder ocupar o trono de Castela e Leão a que se sentia com direito por casamento com a herdeira daquela Coroa, sua sobrinha Joana, por lá tentou alcançar apoios e firmar alianças, despendendo energias e avultadas somas, sem qualquer resultado.

Será durante o reinado de D. João II que Portugal, empreende a navegação para sul e oeste, e se entrega às descobertas marítimas, com o enfoque na Índia das especiarias, contornando a África. O combate do Turco que se tinha centrado no Mediterrâneo vai ser continuado, entretanto, no Oriente, depois de transformado o Cabo das Tormen-

⁵⁷⁷ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, tomo X, pp. 70-72.

⁵⁷⁸ Impõe-se acrescentar alguns pormenores da evolução do procedimento da nomeação episcopal, pois ele passou por algumas fases, mas de uma forma mais vincada pode-se tomar a nomeação por parte do rei D. Manuel I, de D. Jorge da Costa (*o Cardeal de Alpedrinha*) para a Arquidiocese de Braga, em 1501 (*vide* Anexo III), como o precedente permitido pela Santa Sé que se perpetuou e se reconfigurou devido à concessão da figura canónico-jurídica do «padroado» para os territórios das novas descobertas, ainda que à custa de uma especificidade vocabular. Assim: antes de 1740, o rei «suplicava» à Santa Sé o provimento das dioceses antigas e «apresentava» os nomes das novas dioceses abrangidas pelo padroado ultramarino; depois de 1740, o rei passou a «apresentar» todos os bispos, tanto para as dioceses antigas como para as novas. Consta-se por isto, que, independentemente da especificidade do termo usado na petição dirigida à Santa Sé, na realidade, desde 1501 até 1910 (excetuando a criação *in pectore* de D. Miguel da Silva pelo papa Paulo III, em 1539), as provisões episcopais foram sempre de iniciativa régia e não do Papado (cf. José Pedro PAIVA, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)* [neste período, 386 indivíduos foram designados pelos reis de Portugal para ocuparem dioceses e, posteriormente, confirmados pelo Papa], *o. c.*, p. 78).

tas em Cabo da Boa Esperança. Conheceram-se outras paragens, outros povos, mas essa Cruzada das origens continuava a alimentar e dar sentido superior a uma concretização civilizacional e cristã, entretecida de outros interesses materiais e mundanos, abrindo janelas de prosperidade comercial e expansão territorial de uma forma globalizada e de escala planetária.

O vaivém náutico permitirá, então, que o projeto nacional se alongue e se estenda, reconfigurado nuns casos, ajustado noutros, onde o cavalo e a espada foram dando lugar à nau e ao canhão, mas o altar simbólico da celebração continuou a ser o mesmo com os mesmos oficiantes – o poder real com os seus navegantes e a Igreja com os seus missionários e sacerdotes – reproduzindo noutras latitudes exatamente a mesma liturgia de encantamento, de apoio mútuo, de solidariedade, de cumplicidade, por vezes, de animosidades e mal-entendidos, numa palavra, de *conjugalidade*.

A ação governativa deste monarca, alavancada pelas descobertas levou a que se impusessem dispositivos de publicitação dos novos empreendimentos de forma a que se afirmasse internacionalmente a imagem deste soberano do extremo ocidental. Na realidade, para ele se voltaram os olhares a partir do momento em que se começou a investir na ribalta romana, através de faustosas embaixadas, sempre que a eleição de novo pontífice pretextava o espavantoso espetáculo⁵⁷⁹. Três grandes embaixadas – em 1481, a Sisto IV; 1485, a Inocêncio VIII; 1493, a Alexandre VI –, foram enviadas a Roma, durante as quais, na presença do novo Pontífice foram proferidas as chamadas *Orações de Obediência* (vide Anexo XVI)⁵⁸⁰, respetivamente, por Garcia de Mene-

⁵⁷⁹ Vide também, para este período: Martim de ALBUQUERQUE, *O poder político no renascimento português*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Verbo, 2012.

⁵⁸⁰ As *Orações de Obediência* formais, proferidas normalmente por personalidades de grande erudição, grandes latinistas, parece terem surgido na Europa, pelo menos, pelos inícios do século XIII, nos tempos de Frederico II do Sacro Império Romano-Germânico, do rei inglês João Sem-Terra e do papa Inocêncio III. Neste registo, por parte de Portugal, a primeira *Oração obedencial* foi proferida durante a «embaixada, revestida de grande solenidade», dirigida ao pontífice Eugénio IV por D. Duarte, em 1436. A última *Oração de Obediência* terá sido a proferida por António Velez Caldeira, em nome de D. Pedro II a Clemente X, em 22 de maio de 1670, precisamente com o reatamento das relações com a Santa Sé, depois da Restauração de 1640. Terá havido, posteriormente, outras situações em que foi declarada obediência ao Papa, mas sem ser proferida qualquer Oração.

Durante dois séculos, foi através das *Orações de Obediência* (muitas delas com vasta divulgação nos meios culturais e com várias edições), que Portugal alardeou o efeito das suas conquistas, o seu contributo na expansão do Cristianismo, os seus sucessos (e também alguns insucessos) no campo militar e viagens, e deu notícia a toda a Europa das suas capacidades e extensão planetária da sua influência, mas também do lugar que exigia lhe fosse reconhecido no seio dos reinos do seu tempo. Ficou memorável a embaixada – que incluía a oferta de um elefante e outros animais exóticos, assim como joias – enviada por D. Manuel I a Leão X, e dirigida por Tristão da Cunha, em 1514, assim como a Oração então proferida por Diogo Pacheco. De tal modo foram eficientes essas várias embaixadas à capital do Cristianismo e correspondentes *orações obedenciais* que, «ainda que de forma indireta, a elevação dos feitos portugueses à categoria de matéria épica», levavam a que a realidade planetária, sob do domínio dos Portugueses

ses⁵⁸¹, Vasco Fernandes de Lucena⁵⁸² e Fernando de Almeida⁵⁸³, qualquer deles escrutinados entre as personalidades do reino com maiores dotes de oratória e requintado domínio da língua latina.

Tal como temos assistido noutros reinados, voltam a ser alvo de censura e de admoestação os causídicos nacionais a quem o Papa se dirige, inclusive com graves ameaças. Assim, Sisto IV, pela Bula *Non possumus*, de 25 de maio de 1483, dirigida a

ses, fosse compreendida como fazendo parte da jurisdição espiritual universal do Papado, e tenha levado a que este correspondesse nessa sintonia, emitindo as bulas que delegavam «nos reis portugueses a jurisdição temporal e espiritual sobre as terras a descobrir. [...] Portugal é investido na missão de levar a luz de Cristo ao orbe das terras ainda sob as trevas do paganismo. A gesta nacional ganha uma nova dimensão. Passa a objetivo de primeiro plano o cumprimento do mandato apostólico. [...] O rei de Portugal é o ministro do Pontífice que traz à sua obediência o mundo inteiro. [...] pela ação dos lusitanos dentro em breve realizar-se-á a unidade do género humano, haverá verdadeiramente um só rebanho e um só pastor» (cf. Belmiro PEREIRA, o. c., pp. 48, 51, 61-62).

«A aura mítica que se criou em torno das façanhas dos Portugueses, nas mais remotas paragens do Globo, levou Egídio da Viterbo a afirmar, em 1507 – num sermão proferido em Roma nas festividades que Júlio II promovera para celebrar as nossas vitórias no Oriente –, que nada desejava mais no mundo do que ser Português» (In Nair SOARES, o. c., p. 534).

Com D. Fernando I, especialmente desde o Cisma do Ocidente (1378-1417), houve algumas declarações de fidelidade que oscilaram, entre Avinhão (antipapa Clemente VII) e Roma (papa Urbano VI), consoante os interesses políticos de momento: «na órbita franco-castelhana» o Papa era o de Avinhão; na aliança com a Inglaterra era forçado o reconhecimento do Papa romano!... Claro que, a partir da Dinastia de Avis, e considerando o particular alinhamento dos Castelhanos por Avinhão, os soberanos portugueses, definitivamente, submeteram o seu reconhecimento obediencial a Roma.

Sobre este assunto é de particular importância a consulta da obra *Orações de obediência dos Reis de Portugal aos Sumos Pontífices*, organizada e com Introdução e anotações bibliográficas de Martim de ALBUQUERQUE, Lisboa, Inapa, 1988.

⁵⁸¹ D. Garcia de Meneses era bispo de Évora, de origem nobiliárquica, mais dado à atividade guerreira do que à pastoral eclesiástica. Acompanhou D. Afonso V em diversas incursões a Castela; comandou, em 1481, uma frota que deu combate aos Turcos, no Mediterrâneo; e, em 1484, viu-se envolvido em conspiração contra D. João II, tendo sido encarcerado numa cisterna, em Palmela, onde morreu, provavelmente envenenado (ou «*empeçonhado*»). Como eclesiástico, acompanhou D. João II ao Mosteiro de Jesus de Aveiro, de obediência dominicana, a fim de ajudar o monarca a demover sua irmã D. Joana de professar votos religiosos. Papel que terá desempenhado com algum sucesso, no apoio ao seu soberano, mas que lhe mereceu forte reprimenda por parte de D. Joana, precisamente por ser bispo e se prestar ao propósito de desviar uma vocação religiosa. A sua intervenção na embaixada a Roma, e o apreço em que foi tida a sua *Oração de Obediência*, levou a que fosse perpetuada a sua figura na Capela Sistina, num pormenor do afresco *Sermão da Montanha* de Cosimo Rosselli (cf. João Gonçalves GASPAS, «Um bispo português retratado na Capela Sistina», in *Correio do Vouga*, 25 de julho de 2007, p. 8.).

⁵⁸² Vasco Fernandes de Lucena era um humanista de origem castelhana e judaica, de grandes dotes de oratória, que terá chegado a Portugal por volta de 1433-34. O seu domínio esmerado do latim, levou-o a ser escolhido por diversas vezes para fazer orações. Assim, esteve em Bolonha na obediência a Eugénio IV, em 1435; em Roma, na obediência a Nicolau V, em 1450; e, novamente em Roma, em 1485, para a obediência a Inocêncio VIII. O elogio desta sua última intervenção mereceu-lhe do Papa a distinção de «conde palatino» (cf. Humberto Baquero MORENO, *A batalha de Alfarrobeira*, vol. II, Univ. Coimbra, 1980, edição a partir da publicada em Lourenço Marques, em 1973).

⁵⁸³ D. Fernando de Almeida, bispo de Ceuta, irmão do 1.º vice-rei da Índia, fez da sua *Oração de Obediência*, uma montra histórica de Portugal, pelo que ainda hoje é considerada uma fonte importante de informação sobre o Tratado das Tordesilhas, para além dos informes míticos sobre o «Milagre de Ourique», assim como da origem e construção do escudo nacional. Quanto à escolha de D. Fernando de Almeida para proferir a Oração frente ao papa espanhol Alexandre VI, segundo Américo da Costa RAMALHO (in *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. V, Imprensa da Univ. de Coimbra, 1987), prendia-se com a sua habilidade oratória para fazer valer junto do Papa a pretensão de João II, a da legitimação de seu filho natural, D. Jorge, para lhe suceder no trono.

D. João II, declara-lhe a sua surpresa pelas notícias que recebeu, por parte de «*repetidas queixas dos eclesiásticos*», sobre algumas medidas tomadas pelo monarca, em dissonância com o que era o costume dos seus antecessores (!!!...), e que vão contra a autoridade apostólica da Santa Sé. Concretiza-se o reparo com a enunciação de alguns agravos, como por exemplo a disposição de levar aos tribunais do reino todos os casos, inclusive os de foro eclesiástico, assim como a prévia autorização régia para a divulgação dos documentos da Igreja [caso do famoso e malquerido «beneplácito régio» (vide pp. 26-27)], disposição considerada atentatória da liberdade eclesiástica. Lembra ainda o Pontífice a condição de Portugal ser censual da Igreja pelo que é ordenado ao Núncio Apostólico para que este faça saber ao monarca que não lhe é permitido imiscuir-se na jurisdição privativa da Santa Sé e que deve revogar todas as decisões que tomou, entretanto, contra ela. E conclui com uma ameaça velada, que «*no caso de desobediência providenciará com remédio por tal modo eficaz, que ninguém se atreva daquele dia em diante a seguir tão criminoso exemplo*»!... E, na sequência desta Bula, foram emitidas outras, na mesma data – *Assiduis clericorum, Mittimus nuncium, Quoniam inter, Cum ad nostrum, Accepimus plurimorum, Quanta benignitate* – dirigidas a diversas entidades, tanto da esfera episcopal como da casa real, como meio de pressão, nuns casos, e de persuasão, noutros, em que se dá conta da Bula dirigia ao monarca.⁵⁸⁴

Pela documentação bulária que referimos, pode-se aferir até que ponto se ia concretizando um certo distanciamento da centralidade romana por parte da Igreja nacional (das suas hierarquias). Sisto IV usa termos e denuncia estados de espírito que se mostram bem afastados do que por norma transparecia da habitual e segura autoridade romana.

Em 25 de maio de 1483, na Bula *Cum ad carissimum*, portanto com a mesma data das anteriores, dirigida ao Bispo de Évora (Garcia de Meneses), e acerca do mesmo assunto, lembra ao prelado a culpa em que incorrera, assim como o arcebispo de Braga, no apoio que, entretanto, têm manifestado às decisões régias, consideradas contrárias aos interesses da Igreja. É informado o mesmo bispo das diligências feitas junto do Núncio para que lhes corrija os procedimentos e lembra também os castigos em que incorrem ao sujeitarem-se à vontade do monarca, que não deve ser obedecida sempre que vá contra a liberdade eclesiástica e autoridade apostólica!⁵⁸⁵

⁵⁸⁴ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo X, pp. 95-96.

⁵⁸⁵ Cf. *ibidem*, pp. 98-99.

Mas a reprimenda que comporta a bula seguinte, dirigida ao Primaz de Braga, revela já sinais de uma angústia desesperante, não evitando tão-pouco o recurso à lembrança de atitudes do passado, como forma de reforçar a indignação do presente.

Este novo documento, titulado Bula *Maxima afficimur* com a mesma data das anteriores, é dirigido ao Arcebispo eleito de Braga, João [Galvão], que fora Bispo de Coimbra (1460-1481) e de Ceuta (1477-1479), mas considerado de pouco zelo pastoral, e que acompanhara D. Afonso V, nas campanhas do Norte de África (1471), trocando o báculo pela espada, e por essa ajuda, recebera para si e seus sucessores o título de Conde de Arganil.

Neste documento, o Pontífice lamenta a postura de «dissimulação e tolerância» do Arcebispo para com as atitudes de D. João II contra a Igreja, em vez de se opor e defendê-la. Em conclusão, adverte-o da mesma forma e com os mesmos termos da Bula dirigida ao Bispo de Évora.⁵⁸⁶

Ainda com a mesma data, outra Bula, *Pervenit ad notitiam*, dirigida «ao licenciado de Calzadiglia» (mencionado no Episcopologio português como Diego Ortis de Villegas [noutros lugares, Diego Ortis di Calzadiglia], bispo de Ceuta, de 1500 a 1504, confessor do rei), censurando-lhe

o seu procedimento não só por haver aconselhado a D. João II as violências praticadas contra a liberdade eclesiástica, como por haver divulgado tais coisas acerca da Santa Sé, que delas se gerara grave escândalo nas almas dos fiéis. Manda sob pena de excomunhão, que trinta dias depois de recebida esta bula dê razão do que fez contra a Santa Sé, declarando, que se não obedecer à determinação pontifícia, será punido com tal rigor, que sirva de exemplo para ninguém se atrever a resistir à vontade do Papa!...⁵⁸⁷

Nesta Bula posterior (6 de fevereiro de 1484), o «ex-bispo de Coimbra» é citado a juízo da Santa Sé, por ter tomado a iniciativa de assumir a Sé de Braga, sem a autorização necessária relativa à sua efetiva transferência que, entretanto, o Pontífice decidira anular por não lhe reconhecer dignidade para assumir esse cargo, situação agravada pelo facto de saber que em conluio com alguns ministros do rei ter atentado contra «*as imunidades eclesiásticas*».⁵⁸⁸

Perante a originalidade de tais acusações de Sisto IV, somos levados a interpretar tudo isto como algo inusitado e de consequências que não se adivinhavam promissoras para o desenrolar ou acautelar amistosas relações. E para selar as acusações dirigidas aos eclesiásticos, surge agora um documento que aumenta a tensão, pois, apesar de já

⁵⁸⁶ Cf. *ibidem*, p. 99.

⁵⁸⁷ *Ibidem*, pp. 99-100.

⁵⁸⁸ Cf. *ibidem*, p. 101.

ser emitido por novo Pontífice, Inocêncio VIII, o seu tom não parece ser de apaziguamento, mas, antes, de exaltado agastamento e acusação direta à pessoa do rei.

Dirigida a D. João II, a Bula *Charissime in Christo* de 3 de fevereiro de 1486 diz estar o Pontífice sabedor do diferendo existente entre o monarca e o Papa seu antecessor e, pelo que ouvira da boca dos emissários enviados por D. João II, estes «*haviam declarado que nada tinham a dizer a tal respeito da parte do rei de Portugal*», facto que estranhava pois levava-o a ele e ao Colégio Sagrado a ver em D. João II um príncipe católico que afrontava as censuras da Igreja e que não temia tão-pouco as penas a que a Bula referia. Determina, portanto, que, no prazo de seis meses, o monarca mande publicar os documentos da Igreja retidos e que anule a lei que impunha estas restrições e que a Cúria seja informada por escrito ou por mensageiro da revogação dessa lei «atentatória».⁵⁸⁹

Que se passou, entretanto? Passados 15 dias, parece já vogarmos em mansas águas da concórdia! Na Bula *Orthodoxae fidei* de 18 de fevereiro de 1486, Inocêncio VIII dá a entender que terá havido alguma explicação por parte de D. João II, pois nela diz que o monarca lhe terá feito saber que o seu grande empenhamento está em continuar as conquistas no Norte de África, mas que as dificuldades internas, «*as dissensões, que perturbaram o reino logo depois de subir ao trono*» têm retardado essa sua ação que quer continuar mas com a sua intervenção direta, pelo que terá pedido alguma compreensão em relação a queixas, e meios subsidiários para o empreendimento.

Muda, então, o tom das bulas anteriores do Pontífice, passando a apelar a todos os cristãos para que se entreguem – com as suas pessoas ou bens – para que o soberano possa levar a termo o que se propõe. E, em consonância com as disposições dos seus antecessores, concede a plena indulgência a todos os que ajudem ou favoreçam os propósitos de D. João II nas conquistas em África nos mesmos termos em que é concedida aos participantes no socorro da Terra Santa, tal como anteriormente.⁵⁹⁰

E, entretanto, sobe ao sólio pontifício Alexandre VI, espanhol de origem, que irá subscrever o ajuste da divisão do Mundo engendrado pelas Coroas ibéricas. Duas bulas de 1493 – *Inter caetera* de 4 de maio e *Dudum liquidum* de 26 de setembro – estabelecerão, com a força de lei universal, a forma de dividir o Planeta (em dois hemisférios físicos e de interesses) e as correspondentes pertenças, tanto do que se conhece como do que se há de vir a conhecer!

⁵⁸⁹ Cf. *ibidem*, pp. 102-103.

⁵⁹⁰ Cf. *ibidem*, pp. 103-105.

Apesar do esforço em evitarmos juízos anacrônicos, ditados por envolvências culturais bem distantes, sempre nos assistiu a tentação de compreender, ou pelo menos de nos interrogarmos sobre que tipo de estádio mental tão estranho terá levado instituições, governantes, homens de saber e religiosos a engendramos um tal Tratado, o das Tordesilhas. E o mais estranho ainda é o de percebermos a sua natureza e as implicações globais da sua abrangência, que, apesar de tudo, aos olhos dos intervenientes daquele tempo, pareceu relativamente lógico, pacífico e até compreensível tal convénio!...

D. João II governou dezoito anos e finou-se a cinco anos de finais do século XV. Na altura da sua subida ao trono o património real estava de tal forma disseminado e comprometido, na compra de fidelidades e na gratificação de solidariedades às grandes casas senhoriais e titulares de diversas ordens, durante os dois últimos reinados, que terá levado o monarca a afirmar que seu pai lhe deixara apenas as estradas para passar. E esta afirmação tinha muito pouco de metafórico, pois as dissensões internas que encontrou tinham a sua raiz precisamente na luta intestina da nobreza pela aquisição de títulos e posse de património. A Coroa, efetivamente, de seu, pouco mais possuía do que estradas e a dignidade que a condição lhe reservava. Foi árduo o trabalho para conseguir, em duas dezenas de anos, reabilitar a imagem soberana, interna e externamente, e deixar os estratos nobiliárquicos relativamente arrumados e empenhados em inovadores projetos de que se destacam: em 1484, a chegada ao rio Congo e costa da Namíbia; em 1488, dobra do Cabo da Boa Esperança; 1493, colonização das ilhas de São Tomé e Príncipe; expedições ao Cairo, Adem, Ormuz, Sofala e Abissínia; e, em 1495, preparação da viagem à Índia que se realizará no reinado de D. Manuel I. Todas estas realizações, e outras que terão ficado no olvido da conveniência política, valeram-lhe o cognome de *Príncipe Perfeito*.

Sem sucessores na linha hereditária direta (apesar do bastardo D. Jorge, cujo reconhecimento de legitimidade nunca foi alcançado de Roma), haveria o destino de reservar o trono de Portugal a um primo e cunhado do soberano falecido, contra toda a probabilidade de sucessão, devido ao grau consanguíneo transversal (sétimo na linha sucessória), que, no entanto, fez farta colheita de tamanho esforço e soube alimentar de motivação e vontade o ânimo coletivo e administrar os lucros trazidos pelos novos ventos e marés, e, por isso mesmo, mereceu muito justamente os cognomes de *O Venturoso*, *O Afortunado*, *O Bem-aventurado*.

D. Manuel I (1469-1521, rei desde 1495), neto de D. Duarte (por via secundogénita), reinará por vinte e seis anos. Será um reinado completamente voltado para o mar largo, ainda que não tenha sido totalmente descurado o interesse pelo que se passava no Mediterrâneo, no enfrentamento dos Otomanos, conforme se percebe na sua correspondência ao apelo de Alexandre VI, e no-lo dá a entender a Bula *Quanto studio* de 12 de novembro de 1499, em que o Pontífice lembra que o inimigo turco está presente e necessita de ser combatido, pelo que é solicitado a D. Manuel o envio de um emissário a Roma a fim de participar em reunião que tratará da organização de uma expedição contra os infiéis. Em Breves posteriores – *Accepimus nuper* e *Postquam ad litteras*, de 10 e 15 de fevereiro de 1500 –, o Pontífice congratula-se pela resposta de D. Manuel, que concorda com a iniciativa e se dispõe a colaborar.⁵⁹¹

Mas, em instruções ao embaixador na Santa Sé, Francisco Lopes, no início de 1501, o monarca ordena-lhe que lembre a Sua Santidade as diligências que o D. Manuel, há muito, tem desenvolvido junto da Santa Sé acerca da forma de congregar os vários reinos no combate aos Turcos, e sem obter qualquer resposta. Ficou, agora, informado pelo embaixador de Veneza de como os cristãos têm sofrido alguns revezes com avultados custos e a grave ameaça em que aquela cidade se encontra. Lamenta D. Manuel que a Santa Sé, afinal, pouco tenha feito para congregar os esforços de todos nesse combate, pelo que entende que o Papa deve disponibilizar recursos para esse esforço.

Enquanto neste canto ocidental da Europa o seu monarca se fincava cada vez mais no acompanhamento do que decorria no Grande Oceano, as tricas da diplomacia europeia continuavam a desenrolar-se no palco romano. Ali, o Papa e a sua Cúria pareciam permanecer completamente absortos e enleados, desdobrando-se em encontros autofágicos. Isto é o que se depreende da complexa teia e dos frívolos interesses de que se ocupavam, nesta época, os diplomatas e dignitários do Velho Continente, como no-lo demonstra a correspondência trocada entre si, pelo embaixador na Santa Sé, Francisco Lopes, D. Manuel e alguns eclesiásticos ali sediados, como a seguir veremos.

Em carta de 28 de agosto de 1501, o embaixador Francisco Lopes dá conta a D. Manuel do estado das suas diligências em Roma. Indica que chegou a 15 de agosto, e tomou conhecimento de que o cardeal de Capua, com quem haveria de tratar de parte dos assuntos de que fora encarregado, tinha falecido. Com o apoio do embaixador de Castela conseguiu chegar à fala com o Papa e soube que o arcebispo de Braga (Jorge da

⁵⁹¹ Cf. *ibidem*, p. 120.

Costa, irmão homónimo do *Cardeal de Alpedrinha*), tinha então falecido, em viagem a Roma, mas que, antes de morrer, solicitara ao Papa que não procedesse a qualquer nomeação para a sua Sé, sem que, antes, chegassem «*súplicas de sua alteza*» D. Manuel, ao que o Papa respondera que essa provisão já estava acautelada em favor do «*Cardeal de Portugal, seu irmão*», apesar de ter havido uma oferta concorrente de 15 000 ducados pelo arcebispado e benefícios da Mitra, por parte do cardeal de Monreale⁵⁹². Nesta carta, Francisco Lopes, informa ainda D. Manuel dos desenvolvimentos políticos ocorridos em território italiano, de tal forma complexos que «alguns lugares estavam incertos se pertenciam a França, se a Castela», para além de dar conta do ajuste de casamento entre o filho do duque de Ferrara e a filha do Papa, D. Lucrecia!!!...

Entretanto, a 2 de setembro de 1501, chegou também carta de D. Jorge da Costa (*Cardeal de Alpedrinha*, residente em Roma), dirigida a D. Manuel, informando-o de que, por morte do irmão, o lugar de Arcebispo de Braga já havia sido provido pelo Papa a seu favor, assim como os correspondentes benefícios, «sem o requerer», pedindo-lhe que lhe mandasse dar posse.

Em resposta, D. Manuel, logo em 28 de setembro, dá instruções a Francisco Lopes e informa-o de que já escrevera a D. Jorge da Costa comunicando-lhe que já o teria empossado na diocese de Lisboa, e que, apesar de ele não ter respondido, esperava que não tentasse contrariar a sua vontade, «*querendo assim escusar outros inconvenientes, que poderiam surgir*», pelo que o Arcebispado de Braga seria preenchido por quem «el-rei desejar». Manda também a Francisco Lopes que informe o cardeal, no seu próprio interesse, de que deve aceitar o que el-rei decidiu acerca destes assuntos, e que aguardava uma resposta rápida. Mas, se o cardeal se mostrar desfavorável a estas decisões do rei, o avise de que as rendas de Braga e também as de Lisboa e de todos os outros interesses e rendas de que colhe benefícios, podem ser embargadas, assim como poderão ser desterrados os seus parentes, ficando os mesmos como seus dependentes a quem terá de sustentar, para além de «*outros rigores e severidades que não declara*». No entanto, se concordar «há de ser premiado». Dá instruções ainda para que o embaixador providencie, junto do Papa, para que seja revogada a nomeação de D. Jorge da Costa para a Sé de Braga, conforme vontade da Corte portuguesa.⁵⁹³

⁵⁹² Este cardeal era D. Juan de Borja Llançol de Romani, primo do Papa, natural de Valência, que, segundo seus biógrafos nunca terá visitado a sua diocese. Chegou a ser bispo de Ferrara e de Melfi. No ano da sua morte, em 1503, chegou a ser agraciado com o título de Patriarca Latino de Constantinopla (*in* https://pt.wikipedia.org/wiki/Juan_de_Borja [visitada em 10 de junho 2017]).

⁵⁹³ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, tomo X, pp. 124-127.

Um ano depois, em 28 de fevereiro de 1502, D. Manuel I dirige uma carta ao cardeal D. Jorge da Costa (em Roma), dando-lhe conta do «escândalo» que o seu procedimento junto da Santa Sé lhe causa, no que respeita ao tratamento dispensado aos assuntos respeitantes ao Arcebispado de Lisboa e mais ainda do Arcebispado de Braga, que lhe deveriam merecer muito interesse no favorecimento da vontade real e, pelo contrário, têm-se mostrado causadores de mal-estar, pelas suas atitudes em impedir o efeito das nomeações feitas pela Coroa.⁵⁹⁴

Em 6 de março de 1502, o Cardeal de Santa Cruz⁵⁹⁵ tenta suavizar o mal-estar provocado quer pela teimosia e apego às nomeações (e respetivos rendimentos!) do *Cardeal de Alpedrinha* quer pela necessidade de D. Manuel se ver obedecido, dirige uma carta ao monarca, em que lhe agradece a carta que enviou através do novo embaixador Ruy de Sousa, louvado pelas suas qualidades, mas não deixando de acrescentar que, apesar de fiéis (leigos) doutos e competentes, os melhores são sempre os eclesiásticos, por custarem menos e serem mais sábios! Conclui, referindo-se ao assunto (*braço de ferro*) relativo à nomeação para o Arcebispado de Braga e tal como já o havia feito com o embaixador anterior, que D. Manuel tivesse em conta os serviços que (D. Jorge da Costa) havia prestado a Portugal e considerando que, provavelmente, não terá mais do que um ano de vida (viveria até 1505), o monarca aceitasse a sua anterior nomeação para aquela Sé, ainda que tivesse que lhe nomear um coadjutor que lhe sucedesse.⁵⁹⁶

De seguida, percebe-se que D. Manuel jogava, como se costuma dizer, em todos os tabuleiros, e, simultaneamente, terá enviado missivas a diversas personalidades influentes da Cúria a fim de alcançar a concretização das suas decisões. Isto está patente na carta de 7 de março de 1502 que o Deão do Porto (em funções de correio de el-rei), chegado a Roma a 11 de janeiro, envia a D. Manuel I. Nela, o Deão dá conta de que entregou a correspondência aos seus destinatários (dignitários romanos) e, ainda que agradados, percebeu neles muita dificuldade em acederem aos rogos do rei, a respeito de D. Jorge da Costa, pois este cardeal é muito considerado de todos e tem muita influência na pessoa do Papa, que o respeita muito, assim como todos os outros membros da Cúria, mostrando-se ele muito «*contrário a deixar o arcebispado*» de Braga.⁵⁹⁷

⁵⁹⁴ Cf. *ibidem*, pp. 129-130.

⁵⁹⁵ Um dos títulos do cardeal espanhol Bernardino López de Carvajal y Sande, de grande influência na Cúria, provavelmente, aqui, no papel de protetor dos interesses de Portugal, a pedido do monarca português.

⁵⁹⁶ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo X, pp. 130-131.

⁵⁹⁷ Cf. *ibidem*, pp. 132-133.

Pela sequência de datas, verifica-se a importância que este assunto tinha para D. Manuel. Provavelmente, mais do que a questão do preenchimento da titularidade da Sé de Braga, o que incomodava a el-rei era o facto de, publicamente, se ver contrariado e desobedecido, numa sociedade em que a adulação, a lisonja e a louvaminha dos poderosos fazia parte da moeda corrente das permutas de favores.

Nova carta para D. Manuel, em 2 de junho de 1502, agora do novo embaixador na Santa Sé, Diogo da Gama. Nela, o embaixador dá conta de que chegou a Roma em abril e tratou de imediato de entregar as cartas de que era portador, o que agradou muito ao Papa. Dava também conta de que o *Cardeal* (D. Jorge da Costa, acerca do *braço de ferro* sobre o arcebispado de Braga) «nem podia ouvir falar em nomear coadjutor [aliás, como havia sugerido o Cardeal de Santa Cruz], e dizia que tinha forças para doze arcebispos, quanto mais para um». Invocava ainda que «*cardeal nunca toma coadjutor*». E acrescentava que não cederia o direito que tinha ao arcebispado, nem que fosse para um filho «*que tivesse*» e não aceitava de modo nenhum um coadjutor. Sobre o arcebispado de Lisboa, condescendia em abdicar das rendas, reservando apenas para si dois mil ducados e não exigindo benefícios. Da vida em Roma, acrescenta que os embaixadores portugueses já desde Francisco Lopes ali deixaram «má fama» pela forma pouco decente com que se apresentam [por dificuldades financeiras...]. Do contacto com o *Cardeal* menciona ainda que o mesmo lhe confidenciou que Álvaro de Freitas⁵⁹⁸ lhe pedira Alcobaça, mas que ele nunca lha daria, pois se os Turcos chegassem a Roma, era para ali que pensava recolher-se.⁵⁹⁹

D. Manuel I haveria de ceder, conformando-se talvez pelo argumento da provetividade do *Cardeal*, e isso está patente nos agradecimentos que Alexandre VI lhe dirige, por Breve *Ex litteris serenitatis* de 8 de julho de 1502, rejubilando pelas cartas recebidas de el-rei em que lhe comunica a disposição de dar posse da Arquidiocese da Braga a D. Jorge da Costa. O Papa promete, então, recompensá-lo assim que se proporcionem circunstâncias para isso. E no Breve *Cum te in presentia* de 22 de maio do ano seguinte, Alexandre VI autoriza a que Fr. Francisco de Macerata, em nome de D. Jorge da Costa, tome posse da Arquidiocese de Braga, reiterando a promessa a D. Manuel de que a futura vacatura desta Sé será preenchida por quem o monarca «*apresentar*». É mais que evidente que o *braço de ferro* foi ganho pelo *Cardeal*, mas apenas pelo apoio sustenta-

⁵⁹⁸ D. Álvaro de Freitas foi abade de Tarouca e governador da cidade de Braga, provisor da sua Igreja e Arcebispado em nome de D. Jorge da Costa, administrador perpétuo da Arquidiocese de Braga.

⁵⁹⁹ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo X, pp. 133-134.

do que este sempre recebeu do Papado, ainda que, de certa maneira, se possa deduzir, com alguma segurança, que radica nesta promessa de Alexandre VI a disposição papal facilitadora da criação futura do padroado.⁶⁰⁰

Com estas cedências, criou-se algum espaço de tolerância ou talvez até vontade de se criarem pretextos, por parte do Papado, para agradar ao soberano português, e isto foi muito bem aproveitado por el-rei. A par dos negócios do mundo, tanto os soberanos da Cristandade como o comum dos fiéis mantinham aquela reserva sacra em relação às coisas do espírito e à salvação eterna. E, como deixamos atrás subentendido, a ocasião mostrou-se propícia para que el-rei levasse mais longe as suas preocupações, mostrando aqueloutro aspecto da sua condição, a de ser um homem votado às coisas da fé e preocupado também com a sua salvação e dos que lhe estavam diretamente ligados, e o Breve *Alias sicut* de Alexandre VI, de 3 de julho de 1502, atesta-o sobremaneira. Dirigindo-se ao Bispo do Porto, o Papa dá-lhe a saber que D. Manuel I preocupado com certas medidas tomadas pelos seus antecessores, D. Afonso V e D. João II, no que dizia respeito a património eclesiástico de que se terão apropriado indevidamente e não o restituindo, incorreram por isso em excomunhão, por tal, solicitava agora ao Sumo Pontífice que lhes fosse levantada qualquer excomunhão em que tivessem incorrido, prontificando-se a dar satisfação a qualquer assunto em pendência. O Papa, então, atendendo a estas súplicas, ordena que sejam absolvidos tanto D. Afonso V como D. João II, se efetivamente eles morreram com sinais de penitência. Da mesma forma seja perdoado pela negligência o atual monarca e que seja paga a dívida, em favor das igrejas e mosteiros que os haviam cedido.⁶⁰¹ E o selo protetor do Reino será apostado pela satisfação do pedido feito por D. Manuel a Júlio II, em 1504, para que fosse autorizado o culto do Anjo Custódio de Portugal, pedido este correspondido pelo papa Leão X, com a concessão de incluir essa festa no 3.º domingo de julho de cada ano. Esta celebração litúrgica (agora, em 10 de junho) ganhará novos foros, séculos mais tarde, com as invocadas aparições do Anjo Custódio, em Fátima, em 1916.

Logo que encerrado o assunto espinhoso do *Cardeal de Alpedrinha*, as coisas com a Santa Sé pareceram passar a decorrer de melhor feição. Em 21 de outubro de 1504, o capitão João de Saldanha, enviado a Roma para se encontrar com o Papa, dá conta do resultado da sua visita ao Sumo Pontífice, que se mostrou de muito boa disposição em relação às coisas com Portugal, e o embaixador viu nisso a mão de D. Jorge da Costa,

⁶⁰⁰ Cf. *ibidem*, pp. 136-138.

⁶⁰¹ Cf. *ibidem*, pp. 135-136.

cuja influência na Cúria o capitão testemunhara. Aconselhava então a que el-rei escrevesse diretamente ao *Cardeal*, e que se aprontasse rapidamente a embaixada de obediência a fim de se informar o novo Papa (Leão X) sobre as «*grandezas do Oriente*». De seguida, e correspondendo ao desejo manifestado pelo capitão João de Saldanha, D. Manuel I dirige carta ao cardeal D. Jorge da Costa (15 de maio de 1505), em que lhe dá conta da sua satisfação pelos serviços que o este tem prestado à Coroa portuguesa. Avisa-o ainda acerca de algumas medidas tomadas no provimento de várias das dioceses que se conservaram como suas beneficiárias.⁶⁰²

Em 23 de fevereiro de 1512 foi nomeado João de Faria, como 1.º embaixador residente junto da Santa Sé (no ano seguinte, será a vez da instalação da Nunciatura).

Em 1504, D. Manuel tinha enviado uma importante embaixada de obediência ao papa Júlio II, e, em 1514, voltou nova embaixada portuguesa a Roma, mas desta vez de obediência ao papa Leão X, mais demorada e «marcada pela sumptuosidade dos trajes e riqueza dos presentes, e pelo exotismo do séquito que passou pelas ruas de Roma a 12 de março»⁶⁰³. Comandada por Tristão da Cunha, para além do embaixador João de Faria, incorporavam-na o brilhante assessor real Diogo Pacheco encarregado de apresentar a *Oração de Obediência*, e uma comitiva de mais de cem pessoas, portadora de inúmeros presentes que incluíam: pedras preciosas, tecidos e jóias, um cavalo persa, uma onça de caça e um elefante adestrado com diversas habilidades. O entusiasmo que rodeou a embaixada, com a «imensa concorrência de povo, que a acompanhou desde que entrou na cidade até à casa onde ficou, e o grande espanto que movera em todos o elefante e a onça, que sua alteza mandara em brinde ao Papa»⁶⁰⁴, foi de tal ordem que se tornou corrente ouvir que a Roma nunca viera uma embaixada de obediência como esta. Como recompensa e prova de gratidão por tamanha prova de fidelidade à Igreja de Roma, tanto Júlio II, em 18 de junho de 1506, como Leão X, em 11 de maio de 1514, agraciaram D. Manuel, para além de outros inúmeros benefícios, com a «Rosa de Ouro», como recompensa pelas duas impressionantes embaixadas.

Em 29 de abril de 1514, talvez ainda sob o efeito do deslumbre da embaixada que dava a imagem do esforço e cabedais dispendidos pelo Reino de Portugal nas descobertas e ocupações territoriais no Oriente, Leão X emite a Bula *Providum universalis Ecclesiae*, dirigida a D. Manuel, em que lhe dá mostras da compreensão pelo esforço do

⁶⁰² Cf. *ibidem*, pp. 136-141.

⁶⁰³ Cf. <http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/embaixada-de-d-manuel-i-ao-papa-leao-x/> (visitada em 12 de agosto 2017).

⁶⁰⁴ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo X, p. 190.

monarca na conquista e navegação com as imensas despesas que tudo isso acarreta em meios de navegação e exércitos, no sentido de dilatar a fé, pelo que concede que Manuel e seus sucessores beneficiem das terças eclesiásticas do reino e suas conquistas.⁶⁰⁵

Criado o clima favorável nas relações com Roma, dotando-as de alguma normatização com a criação do lugar de embaixador permanente na Santa Sé, vão-se criar expectativas para o preenchimento das titularidades episcopais do Reino que, segundo nos parece, por vezes tocam o risível, pelo destempero e exagero das pretensões da Corte.

Ainda em 8 de março de 1512, em carta de João de Faria para D. Manuel, este faz menção do pedido do monarca para que fosse concedido o cardinalato ao príncipe seu filho, ao que o Papa retorquira com a impossibilidade de satisfazer esse pedido devido à idade de seis a sete anos do infante. O Papa, entretanto, terá lembrado os serviços de D. Jorge da Costa [que nomeou] a quem o Reino devia muito, mas o embaixador respondeu que quanto ao pagamento a esse cardeal, «essas obrigações estavam retribuídas no dobro, pois lhe deixaram fazer em sua vida quanto quis no reino, e lhe nomearam o irmão arcebispo de Lisboa, e deram a seus sobrinhos, e até aos criados, muitos lugares e rendas». O Papa, então, informou-o de que não tencionava, por ora, criar cardeais, mas que de futuro acederia ao desejo do monarca.⁶⁰⁶

Mas, em 8 de janeiro de 1515, D. Manuel, em carta ao Cardeal Santiquatro, patrono português junto da Cúria, insiste, em tom de desagrado, em várias solicitações que, pelo que parece, já não são novas e, de seguida, surgem algumas bulas para sossegarem o monarca. Nesta, mostra a sua surpresa e desagrado pela atitude do Pontífice que lhe havia concedido a cruzada como ele tinha pedido, e que tinha ficado com parte da mesma, aplicando-a nas obras de São Pedro.

O Papa parecendo desconhecer o esforço financeiro dispendido pela Coroa portuguesa na propagação da fé, e em nítido contraste com a disposição que mostrava na Bula *Providum universalis Ecclesiae* do ano anterior, apoderou-se, injustamente, de meios que eram destinados a outros fins. Pede, portanto, ao cardeal que suplique ao Papa que lhe seja concedida, à semelhança do que foi concedido ao rei de Castela, «a cruzada gratis por três anos.»⁶⁰⁷ Por Bula *Exigit tua erga nos*, de 27 de fevereiro, Leão X concede a D. Manuel o que lhe pedira. E por Bula *Veniens dilectus filius*, com a mesma data de fevereiro, promete a D. Manuel que concederá o título da primeira Sé que vagar a

⁶⁰⁵ Cf. *ibidem*, p. 191.

⁶⁰⁶ Cf. *ibidem*, pp. 170-172.

⁶⁰⁷ Cf. *ibidem*, pp. 202-203.

seu filho Afonso, de seis anos, com a condição de ser nomeada outra pessoa para a administrar até que D. Afonso atinja os vinte e sete anos, tal como determinou o Concílio de Latrão.⁶⁰⁸ E, num último esforço de satisfação a el-rei, pela Bula *Per alias nostras*, de 16 de junho, o Papa volta a realçar os serviços que o rei português tem prestado à Igreja, prometendo «*eleva o infante, seu filho, à dignidade eclesiástica, quando tiver mais idade*».⁶⁰⁹

O Papa sabe quanto vale um simples gesto de profundo significado para acalmar a sede de atenções que fustiga D. Manuel, por isso, envia-lhe, em 30 de janeiro de 1515, pelo embaixador cessante o chapéu e a espada consagrados na noite de Natal, «*atendendo aos seus merecimentos e aos dos seus antepassados para com a Santa Sé*».⁶¹⁰ E, a 28 do mês seguinte, por Bula *Insinuante dilecto*, promete-lhe a concessão de terças das décimas eclesiásticas para sustento da guerra contra os infiéis, mas se por qualquer circunstância for revogada esta decisão, isenta-o da promessa dos cinquenta mil ducados para a fábrica de São Pedro.⁶¹¹ E para remate e para que não se elevem quaisquer suspeitas acerca da coerência entre as intenções e as práticas pontificias, em 25 de julho, por Breve *Hodie per alias nostras*, Leão X dá instruções aos Nuncio Paulo de Citadinis para que este retire metade do dinheiro destinado à fábrica de São Pedro e o dê a D. Manuel para o aplicar na guerra de África.⁶¹²

Da vasta correspondência consultada, houve também oportunidade para se presenciar, por exemplo, uma iniciativa de adulação e de intenção de cobrança por invocada influência de um purpurado – Cardeal de Medicis – que, em carta de 1 de março de 1515, para D. Manuel, lhe realça os seus esforços pessoais junto do Papa para que este tivesse decidido como decidiu a respeito «*da cruzada e da mitra concedida ao infante D. Afonso*», facto que pretende seja considerado como seu serviço dedicado ao monarca!!!!...⁶¹³ Esta é uma informação que antecipa o efeito do Breve a emitir pelo Papa em 26 de julho próximo. Também aqui, se explora, imoderadamente, o efeito de facultar uma informação a que se teve acesso devido à condição de proximidade, para disso se colher pessoalmente a benevolência do ofertado!

O documento seguinte – Breve *Cum alias archiepiscopus*, de 8 de março de 1515 – permite deduzir um comportamento eclesiástico nacional em discordância ou pelo

⁶⁰⁸ Cf. *ibidem*, p. 204.

⁶⁰⁹ Cf. *ibidem*, p. 211.

⁶¹⁰ Cf. *ibidem*, p. 203.

⁶¹¹ Cf. *ibidem*, p. 205.

⁶¹² Cf. *ibidem*, p. 212.

⁶¹³ Cf. *ibidem*, p. 205.

menos não zelando pela aplicação das diretrizes romanas, facto que o Pontífice tenta corrigir. Dirigindo-se ao Nuncio Antonio Pucci, dá por findas quaisquer reclamações e apelos no sentido da revogação do direito concedido a D. Manuel sobre terças das décimas eclesiásticas para ajuda do combate dos infiéis em África, pelo que «concede ao Nuncio autoridade para proceder à execução final, e punir os desobedientes, ainda que sejam arcebispos e bispos, com as penas da igreja».⁶¹⁴

Por breves palavras dá para perceber que as exigências de Roma, ainda que de benefício para a Coroa, não correspondia a valores oriundos de Roma, mas sacados aos proventos das igrejas, mosteiros e santuários locais, e, por esse facto, levantava alguma celeuma e até indignação, talvez até porque os eclesiásticos teriam algum conhecimento de que muito desses valores era aplicado ou gasto fora do objeto da sua recolha. A oposição a tais cobranças deve ter tomado tais proporções que levou a que, organizadamente, se tenha tentado uma colecta para suportar uma deslocação a Roma de alguns eclesiásticos a fim de se pedir a revogação de tal decisão. Obviamente que o maior interessado nessa colecta seria D. Manuel, por isso e para não entrar em litígio com a sua Igreja terá feito chegar ao Papa a informação sobre esta resistência, o que levou este a emitir o novo Breve – *Cum anno superiori* de 26 de julho seguinte, dirigido ao Nuncio –, no qual o Pontífice, decididamente incomodado, exige inclusive que se proceda, mesmo sem o monarca se dar conta, se se confirma a informação sobre os bispos, considerada como declarada e obstinada desobediência do episcopado e, se se confirmar que existe a real intenção de desvio de verbas, que as mesmas sejam recolhidas, remetidas e aplicadas nas obras da Basílica de São Pedro, mesmo sem consentimento do rei.⁶¹⁵

O Breve seguinte – *Cum carissimus in Christo* de 26 de julho de 1515 – vem, definitiva e oficialmente, satisfazer de alguma maneira um anseio de D. Manuel há tanto alimentado e pelo qual tanto pugnara. Leão X, «atendendo aos serviços de el-rei, seu pai, em favor da Igreja», confere (de forma diferida) ao infante D. Afonso (com seis anos de idade) a administração de uma igreja catedral ou metropolitana (apesar dos vinte e sete anos estipulados pelo Concílio de Latrão), ainda que apenas a efetivar aos quinze anos. E, pelo Breve *Alias majestas tua*, de 19 de janeiro do ano seguinte, o Papa volta a reiterar a promessa de «criar cardeal ao infante D. Afonso, pelo modo e dentro das condições compatíveis com a honra da Santa Sé, na primeira promoção que hou-

⁶¹⁴ Cf. *ibidem*, pp. 206-207.

⁶¹⁵ Cf. *ibidem*, pp. 212-213.

ver». ⁶¹⁶ Mas, antes que essa ocasião surgisse, Leão X parecia demasiado inquieto e pressuroso por surpreender D. Manuel, informa-o por Bula *Gratie divine premium*, de 10 de setembro de 1516, que tinha nomeado D. Afonso (com sete anos) para Bispo da Guarda, cuja Sé vagara por morte do seu titular D. Pedro Vaz Gavião. Administrará a diocese, em nome de D. Afonso, D. Miguel da Silva⁶¹⁷. Este mesmo que informará D. Manuel, por carta de 1 de julho de 1517 dirigida ao Secretário de Estado, que, finalmente, entre os trinta e um cardeais criados por Leão X, um deles é o infante D. Afonso (com oito anos). ⁶¹⁸ E, em 10 de março de 1518, Leão X, por Breve *Cum nuper respicientes*, dirigido ao Arcebispo de Lisboa e aos Bispos de Lamego e Funchal, comunica-lhes a elevação ao cardinalato do infante D. Afonso (com o título de *Santa Lucia in Septem Soliis*) e, através de Manuel de Noronha, é enviado o barrete cardinalício que lhe deve ser imposto «com as cerimónias requeridas, depois de prestar o juramento de fidelidade à Santa Sé, cuja fórmula manda por extenso neste Breve». ⁶¹⁹

Esta foi uma das batalhas ganhas por D. Manuel na Cúria, a segunda não será tão fácil e ficará reservada para seu filho D. João III, ou seja, a instalação da «famígera» Inquisição em Portugal. Para tanto, logo em 26 de agosto de 1515, em carta para o novo embaixador na Santa Sé, D. Miguel da Silva, é-lhe ordenado que, assim que seja recebido pelo Papa, lhe faça saber do interesse de D. Manuel em que seja estabelecido o Tribunal inquisitorial em Portugal, à semelhança do que já acontecia em Castela. ⁶²⁰

O término do reinado de D. Manuel, que teve lugar com a sua morte em 1521, e sobremaneira ainda todo o reinado que se segue, de D. João III, ficaram ligados ao surgimento e consolidação da maior crise por que passou a Igreja romana com o aparecimento da Reforma. As razões dessa crise interna da Igreja podemos adivinhá-las através da leitura da correspondência trocada entre diplomatas, eclesiásticos e soberanos, onde emerge, a cada passo e de forma gritante, a obscenidade dos comportamentos, a promiscuidade entre o sagrado e o profano, para lá da simonia, do nepotismo e do favorecimento descarados.

⁶¹⁶ Cf. *ibidem*, pp. 213-214, 216.

⁶¹⁷ D. Miguel da Silva (c. 1480/1486-1556), bispo emérito de Viseu, bispo de Massa Marítima, foi embaixador em Roma até 1525. Entre 1526 e 1547, foi bispo nomeado de Viseu. Foi cardeal *in pectore*, em 1539, com confirmação em 1541. Em 1540, regressou a Roma, por desinteligências já antigas com D. João III que chegou a ordenar a sua prisão, sem saber da sua atempada fuga. Faleceu na Cidade Eterna, em 1556 (*vide* mais pormenorizadas informações sobre o *Cardeal de Viseu*, ao longo do Anexo III).

⁶¹⁸ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo X, p. 239.

⁶¹⁹ Cf. *ibidem*, p. 247.

⁶²⁰ Cf. *ibidem*, p. 215.

Um exemplo do que afirmamos podemos colhê-lo da leitura da carta que D. Miguel da Silva remete para D. Manuel I, em 15 de junho de 1518. Nela se dá conta das diligências feitas por D. Miguel junto do Papa para conseguir uma dispensa de parentesco para D. Manuel casar com D. Leonor⁶²¹ filha do rei Filipe I de Espanha, e que o Papa lhe pedira quinze mil ducados pela bula de dispensa, mas que depois de muitas negociações conseguira que baixasse para quatro mil [!!!], tendo, então, sido logo expedida a Bula para Espanha.⁶²²

A relação do papa Leão X com D. Manuel I foi marcada por grandes eventos de recíproca cumplicidade institucional que lhes marcou os reinados e os uniu até na morte, pois morreram no mesmo mês e ano (1 e 13 de dezembro de 1521, respectivamente)!

Vamos adentrar, agora, um reinado que consideramos dos mais maquiavélicos da História de Portugal, onde campeou a perfídia, a astúcia e a temeridade no deslante, «rei absoluto e fanático, de quem eram servos os bispos de Portugal»⁶²³ e as «disputas no seio do conselho mais restrito do monarca pautariam, aliás, o governo joanino»⁶²⁴. Pela contradição verificada entre atos e virtude, nunca conseguimos perceber donde adveio a **D. João III** (1502-1557, rei desde 1521) o cognome de *O Piedoso*! Claro que sabemos que esse epíteto terá mais a ver com uma certa imagem de fidelidade à Igreja que sempre pretendeu passar (com destaque para o esforço de evangelização no Oriente) e no ódio aos Judeus (acrescidos da introdução da Inquisição em Portugal) do que à conformação virtuosa de atitudes ou com vida interior votada às coisas do espírito.

D. João III assume o poder com 19 anos, em finais de 1521, e, logo que chegou ao trono, as suas preocupações imediatas, pelo que se depreende dos primeiros Breves e Bulas papais que lhe são dirigidos e da primeira correspondência oriunda de Roma, foram a de sondar o Papado sobre a possibilidade de se assenhorear de vastos bens nor-

⁶²¹ Leonor de Áustria, Leonor de Habsburgo ou Leonor de Espanha, que foi a terceira esposa de D. Manuel I, teria sido, anteriormente, prometida em casamento ao príncipe D. João (futuro D. João III), mas seu pai, tendo ficado viúvo, tratou de, secretamente, alterar esse trato matrimonial transferindo-o para si próprio, por razões de Estado. Uma das personalidades nacionais que mais se empenhou em alcançar do Papa a dispensa de parentesco que ligava o monarca português a D. Leonor foi D. Miguel da Silva. Segundo alguns autores, residia nesse papel desempenhado por D. Miguel o ressentimento de que era alvo por parte de D. João III que, já na segunda parte do seu reinado, parece ter-se convertido em ódio, perseguindo o bispo Miguel e levando-o inclusive a abandonar o País e a mudar-se para Roma.

⁶²² Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo X, p. 251.

⁶²³ A. HERCULANO, in *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXVII, p. 12.

⁶²⁴ Ana Paula AVELAR, in *História dos Reis de Portugal*, vol. I, *o. c.*, p. 701.

malmente adstritos à esfera eclesiástica, mas que se encontravam vagos ou em vias disso, e ainda o de garantir alguns títulos e dignidades para os seus familiares mais próximos. Praticamente começado o ano de 1522, em 13 de maio, por Breve *Exposuit nobis*, Adriano VI responde às suas solicitações, nomeadamente para que lhe fosse concedido o Mestrado da Ordem de Cristo, assim como de um certo número de igrejas vagas e de mosteiros que vagassem. O Papa dá-lhe conta que, como é costume nestes casos, não decide sozinho, mas sempre depois de consultar a Cúria, pelo que lhe concede, entretanto, que administre os bens da Ordem e proceda à provisão da administração das igrejas vagas, arrecadando os proventos que deverão ser entregues aos futuros titulares que devem ser pessoas idóneas e de idade adequada e não a irmãos seus como queria, por estes serem de tenra idade.⁶²⁵ Até aqui, a atitude papal corresponde inteiramente às características pessoais de honorabilidade que se colhem da biografia de Adriano VI, mas, estranhamente, a documentação que se segue diverge bastante, o que faz supor que a mão do Papa andasse bastante afastada da documentação curial produzida.

E a carta do dia imediato para o monarca, de Aires de Sousa, dá conta da forma amistosa como foi recebido pelo Papa e de como tinha alcançado tudo «*o que lhe pediria, incluindo o bispado de Évora para o Cardeal*» (que era o infante D. Afonso, seu irmão). E em relação aos casos em que não fora bem-sucedido, isso tinha sido resultado, de certo modo, da concorrência que havia, então, entre os cardeais da Cúria, mas que assim que houvesse condições el-rei deveria ficar certo de que seria logo atendido, pois ele mais que qualquer outro príncipe era altamente credor da Igreja.

O Santo Padre confirmara-lhe também todas as graças concedidas pelos seus antecessores, e chamando-o a ele, Aires de Sousa, propositadamente à sua presença «*lhe expusera ter muita necessidade de três ou quatro caravelas portuguesas armadas, e de um par de galeões, e também vasos de remos, às custas do Papado, com muita urgência, a fim de engrossar as forças da Santa Sé, pelo que também já fizera semelhante pedido aos reis da França e de Inglaterra*». O caloroso acolhimento que este pedido teve, terá levado a Cúria a considerar que o Papa poderia ter sido mais ambicioso, e, então, no Breve *Ex litteris*, de 3 de junho, roga ao rei que se apresse a enviar os navios pedidos e prometidos, mas que os envie *às suas custas* – «*no que mostrava[ria] grande amor à Santa Sé, imitando os exemplos de seus antepassados*»... –, e nisto revelava-se um grande sentido de oportunidade!⁶²⁶

⁶²⁵ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo X, pp. 269-270.

⁶²⁶ Cf. *ibidem*, pp. 270-271, 273.

Mas D. João III não perde tempo nem se alonga em rodeios (que, aliás, eram correntes e características da correspondência diplomática) e decide enviar a Roma, em 12 de julho de 1522, João de Faria, personalidade de alta confiança com mostras dadas durante o reinado de seu pai, enquanto embaixador (fora o primeiro embaixador português residente na Cidade eterna), com um conjunto de instruções. E, fazendo uso da própria expressão usada no documento papal, para se mostrar digno dos «exemplos de seus antepassados», invoca esses serviços prestados à Santa Sé, para solicitar do Papa o seguinte: 1. concessão do Mestrado da Ordem de Cristo, como o tinha tido D. Manuel; 2. que a seu irmão, D. Afonso, cardeal e arcebispo de Lisboa, lhe fosse concedido o arcebispado de Évora; 3. que, por renúncia do cardeal seu irmão D. Afonso ao bispado de Viseu, este, assim como o priorado de Santa Cruz de Coimbra, fossem concedidos ao outro seu irmão, o infante D. Henrique; 4. ao infante D. Duarte fosse concedida a Abadia de São João de Tarouca que, até então, também pertencia ao cardeal D. Afonso, assim como uma pensão de três mil cruzados sobre o bispado de Évora; 5. fosse concedido ao rei «a administração das prelazias no espiritual e temporal», enquanto os infantes não tivessem a idade exigível; 6. que o embaixador tente ainda alcançar para o infante, a indicar pelo rei, o priorado vago do Crato.

Mais direto e indecoroso não se poderia ser! Mas a curiosidade já não está nem na forma nem no que é pedido, mas na «pronta resposta» do Papa (ou da sua Cúria dominada por eclesiásticos completamente rendidos aos interesses «mundanos»?!), parecendo existir uma predisposição para anuir a tudo o que pretendesse o soberano de Portugal, com as correspondentes contrapartidas.⁶²⁷

Assim, em 1 de agosto de 1522, Adriano VI expede o Breve *Exposuit nobis*, de 1 agosto, dirigido ao Arcebispo de Braga, em que manda ao arcebispo que imponha o há-

⁶²⁷ Cumpre-nos aqui uma pequena e questionante reflexão, pois conhecidas as virtudes desse grande papa que foi Adriano VI – tão corajoso que não teve qualquer reboço em reconhecer que o Luteranismo só vingava à custa dos desvios, da devassidão e degradação moral que campeava na Igreja –, não nos parece razoável uma conclusão, que soe a ligeira, sobre algumas das suas atitudes (pessoais/curiais?!) em relação a D. João III, pelo menos nos aspetos que nos parecem corresponder a cedência em matéria grave para a vida da Igreja. Retemos algumas das palavras da sua introspeção sobre as motivações e causas da Reforma luterana: «A Sagrada Escritura proclama, alto e bom som, que os pecados do povo têm a sua fonte nos pecados do clero... Não ignoramos que também nesta Sé Apostólica, desde há muitos anos, já ocorreram muitas coisas abomináveis: abusos em coisas espirituais e transgressões dos Mandamentos; sim, que tudo se transtornou para pior. Que muito, pois, que a doença se transplantasse da cabeça aos membros, dos papas aos prelados? Todos nós, prelados e clérigos, nos arredamos do caminho da Justiça, e desde há muito não existe quem faça o bem, nem um sequer. Por esse motivo, todos devemos dar honra a Deus e humilhar-nos diante dele. Medite cada um de nós o motivo por que caímos, para antes nos julgarmos a nós mesmos, e não sermos julgados por Deus, no dia da Cólera. Por isso, prometerás, em Nosso nome, que aplicaremos todo o esforço a fim de que, em primeiro lugar, se faça a correção da Corte Romana, na qual todos os males tiveram a sua origem.» (In Aquiles PINTONELLO, *Os Papas – síntese histórica, curiosidades e pequenos factos* (título original: *I Papi – sintesi storica, curiosità, aneddotica*), 2.^a ed., São Paulo, Edições Paulinas, 1986, p. 101.)

bito de cavaleiro de São João de Jerusalém ao infante [D. Luís], irmão de D. João III, ou seja, o invista na Ordem dos Hospitalários de que passará a ser Prior, no Crato.

Em 18 de fevereiro, é emitida a Bula *Nobilitas generis*, dirigida ao infante D. Henrique (com oito anos!!!), em que lhe concede o Priorado de Santa Cruz de Coimbra que havia sido dado a seu irmão o cardeal D. Afonso, como comenda.

Em 20 de fevereiro, são emitidas duas bulas com o mesmo título – Bula *Gratiae divinae premium* – dirigidas a D. João III, em que lhe participa a concessão da administração do bispado de Évora ao cardeal infante D. Afonso (de 14 anos) e o nomeia administrador do arcebispado de Lisboa, vago por morte de D. Martinho, até chegar aos vinte anos. Para tal, recomenda-lhe que providencie um novo administrador e futuro bispo.

Em 2 de março, pela Bula *Romani pontificis providentia*, dirigida ao infante D. Henrique (com oito anos!!!), são-lhe atribuídos o Mosteiro de São Cristóvão de Lafões e o priorado do Mosteiro de S. Jorge, das Ordens Cisterciense e de Santo Agostinho, por ser, o infante, irmão de D. João III, e a fim de colher benefícios para continuar o estudo das letras, «pelos bons indícios do muito que há de valer com o correr do tempo, seguido da forma do juramento que o infante deve prestar à Santa Sé».

Por Breve *Cum charissimus*, de 10 de abril, dirigido ao infante D. Henrique (com dez anos), isenta-o até aos vinte anos da obrigação de rezar as horas canónicas desde que um outro clérigo o garanta em seu lugar, mas obriga-o a rezar as Horas de Nossa Senhora. Esta isenção é concedida por forma a que o infante se aplique aos estudos.⁶²⁸

Durante estes primeiros anos, e pela forma menos velada de se colocarem as questões que dependiam de uma ou outra parte, tanto a Santa Sé como o monarca acabaram por afinar as próprias estratégias por forma a alcançarem o que sempre pretendiam. A Santa Sé, prioritariamente, não aceitava ceder no campo do próprio património eclesiástico português a que correspondiam altas rendas, e o monarca sabia que o único caminho para aceder aos mesmos proventos era passar a fazer parte do corpo eclesial e, daí, propor nomes da sua área de influência ou consanguíneos para ocupar os lugares vagos ou a vagar, inclusive que algumas das personalidades propostas pudessem ser, simultaneamente, detentores de vários e variados títulos.

Em despachos régios para D. Miguel da Silva, em 21 de novembro de 1523, D. João III, para além de alguns aspetos de política internacional, mostra-se surpreendido porque o Papa manifestara «desprazer» por lhe ser pedido para que seja atribuída a

⁶²⁸ Cf. *ibidem*, pp. 273-276, 283-286, 294.

uma só pessoa duas catedrais, a de Lisboa e a de Évora, e a surpresa do monarca reside apenas no facto de não haver nenhuma originalidade no pedido, pois isso já havia sido pedido e concedido em tempos anteriores, e, ainda que o Papa argumente acerca da pouca idade do infante para quem eram pedidas as duas sés, emerge o argumento de que já havia antecedentes, quando o cardeal D. Afonso foi empossado do bispado da Guarda e de Viseu e da Abadia de Alcobaça, ainda com menos idade do que o infante. Além do mais, o próprio monarca prestava-se a cuidar da administração dessas Sés...⁶²⁹

Ao terminar o ano de 1523, em 18 de novembro, chega ao sólio pontifício um novo Papa, Clemente VII. Para o monarca português, cada novo Papa (e ele conhecerá cinco, durante os anos do seu reinado) é um recomeçar diplomático, por vezes trazendo algumas contrariedades a el-rei, em assuntos a que já havia dedicado alguns esforços e empenhado cabedais. Impunha-se que, quer o cardeal protetor quer o embaixador procedessem à atualização da agenda papal relativamente a Portugal.

A primeira contrariedade com Clemente VII surge logo com o Breve *Novit ille*, de 3 de março de 1524, dirigido a D. João III. Nele, o Papa refere-lhe a impossibilidade de concessão do Bispado de Viseu para o infante D. Henrique, pelo menos quanto à dignidade eclesiástica, podendo el-rei atribuir os frutos do Bispado ao infante, mas ressaltar os outros aspetos cuja dignidade deveria ser atribuída à pessoa idónea que nomeasse.⁶³⁰ Em Bula posterior será confirmado, como novo bispo de Viseu, Frei João de Chaves.

Também no Breve seguinte, *Nisi honoris*, de 9 de abril, ao Pontífice parece assis-tir-lhe o direito de moralizar inclusive a atividade económica, pelo que, querendo dar eco às inúmeras reclamações de outros países cristãos que se queixavam do exagerado preço praticado por Portugal na venda das especiarias, o Pontífice pede a D. João III que se contenha nos lucros para bem de todos os reinos cristãos.⁶³¹

E, por Breve *Accidit nobis*, de 1 de julho de 1524, Clemente VII, dirigindo-se a el-rei, volta a pedir desculpa por não poder aceder ao seu anterior pedido em que lhe solicitara dois bispados para a mesma pessoa, e lembra-lhe que o mau estado em que está a Igreja reside precisamente neste tipo de abusos que deseja destruir, como seja a atribuição de uma igreja a quem já possui outra. Acrescenta que o rei deve nomear «pessoa com os dotes necessários, porque está pronto a conferir aquela honra».⁶³²

⁶²⁹ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, tomo X, pp. 312-313.

⁶³⁰ Cf. *ibidem*, pp. 321-322.

⁶³¹ Cf. *ibidem*, p. 323.

⁶³² Cf. *ibidem*, p. 324.

A Igreja, porém, deve estar a passar por dificuldades quanto a questões de ordem financeira e isso, obviamente, devia-se ao grande esforço e dispêndios com os megalómanos empreendimentos arquitetónicos levados a cabo na cidade de Roma, sendo a Basílica de São Pedro o principal sugadouro. O Breve *Cum dilectus filius*, de 29 de janeiro de 1525 é disso prova. Nele, o Papa declara ter recebido seis mil ducados para conceder dispensa a D. João III para contrair matrimónio com D. Catarina. Reclama, no entanto, acerca do valor recebido que deveria ser muito mais avultado, como é costume nestes casos, acrescentando que só as circunstâncias de dificuldade financeira do momento explicam que tenha acedido...⁶³³

Apesar de tudo, no entanto, a política de esforço de harmonização é apanágio eclesiástico e aqui a Sede petrina é exemplo, tentando sempre amenizar as relações, vencendo as crispações e os amuos causados pelas advertências disciplinares, lembrando aos seus súbditos que se impõe alguma contenção nas atitudes abusivas. Então, por Breve *Cum elegerissemus*, de 18 de junho de 1525, o Papa dirige-se a D. João III, informando-o de que, em mão do seu próprio camareiro Mons. António Ribeiro que regressava a Portugal, faz seguir a «Rosa de Ouro», concedida ao monarca português, juntamente com as indulgências do Jubileu Santo.⁶³⁴

Impõe-se aqui, que demos algum espaço para falarmos um pouco de D. Miguel da Silva, figura eclesiástica de grande influência e prestígio, primeiramente na Corte, pelo menos desde o reinado de D. Manuel, e, posteriormente, em Roma, pois será à volta da sua figura que se esgrimirão fartos argumentos de salvaguarda, por parte do Papado e Cúria, e surdas e veladas invectivas, por parte de alguns «*malevolentos*» do círculo próximo de D. João III e, inclusive, por parte do próprio monarca.

D. João III há muito mostrara interesse que D. Miguel da Silva regressasse de Roma, e, para isso, usou de vários estratagemas, sendo o da sua falta no Reino o mais invocado. Depois de algum tempo conseguiu, por fim, demover D. Miguel da Silva do seu apego a Roma e trazê-lo para Portugal. Um declarado intuito para esse regresso, por parte de el-rei, não se conhece, mas pode adivinhar-se pelo que atrás dissemos acerca do relacionamento entre os dois. Segundo parece até o próprio Papa estava ao corrente da tensa fricção existente na relação do bispo com o monarca, e isso percebe-se pelo tom do Breve *Omnis qui tuas*, de 7 de julho de 1525, em que Clemente VII, dirigindo-se a D. João III, acusa a receção das cartas de el-rei apresentadas pelo novo embaixador

⁶³³ Cf. *ibidem*, p. 330.

⁶³⁴ Cf. *ibidem*, p. 332-333.

D. Martinho de Portugal, e dá mostras do desgosto que sente em ver partir D. Miguel da Silva, por quem nutre grande afeição dadas as qualidades de servidor da Igreja e de competência diplomática. Ainda que reconheça que poderá prestar grandes serviços junto a el-rei, assiste-o a desconfiança de que o chamamento pudesse ter sido causado por «malevolência». Pede, por isso, ao monarca que não dê ouvidos aos «*malevolentos*» e sente repugnância se, por esse motivo, veja «*apartar de si homem tão prestante*».

O cuidado do Papa vai até mais longe, preocupado pela salvaguarda do respeito que é devido a este dignitário eclesiástico, e, no Breve *Etsi monasteriorum*, de 27 de julho de 1525, manda reservar, em nome da Santa Sé, os dois primeiros mosteiros, «de qualquer ordem», que vagarem em Portugal para que, em nome da Santa Sé, D. Miguel da Silva possa assumir a sua administração e passar a auferir dos seus rendimentos.

Quatro dias depois, no novo Breve *His paucis diebus* (31 de julho), o Pontífice parece querer continuar a fazer sentir a D. João III que D. Miguel, apesar de sair de Roma, não será esquecido e, de novo, enaltece a sua figura, esperando que no reino se «lhe faça a honra que merece». O Papa, pelo seu próprio punho impõe ao monarca alguma responsabilidade pelo bispo e, nesse sentido, acrescenta:

Muito sentiria ficar privado da companhia de um homem querido e honrado, como era Miguel da Silva, senão fosse a promessa que sua alteza lhe fizera a ele (pontífice) não só por escrito, mas também pelo seu novo embaixador, de o elevar à mais alta dignidade junto de sua pessoa.

Mas o Breve *Cum nuper dilectum*, de 5 de setembro de 1525, mostra um Clemente VII deveras incomodado, pelo que ali afirma, lembrando que, em Breve anterior, já havia solicitado que os dois primeiros mosteiros que vagassem seriam concedidos a D. Miguel da Silva, ficando agora perplexo ao verificar que D. João III, parecendo desconhecer essa sua anterior determinação, pede que os dois mosteiros que vagaram no Funchal, por morte do respetivo bispo, sejam concedidos ao infante seu irmão. Perante essa delicada situação a correspondente provisão fica suspensa até resposta de el-rei, mas a Santa Sé está determinada em cumprir o que prometera a D. Miguel da Silva.⁶³⁵ Devido ou não a esta insistência e breves contínuos do Papa, a verdade é que D. João III acabou por prover a Sé de Viseu com a nomeação de D. Miguel da Silva, e este facto, mereceu, em 23 de março seguinte, o Breve *Intelleximus ex dilecti* de Clemente VII dirigido ao embaixador D. Martinho de Portugal onde se congratula por saber dessa nomeação. Salvaguardando o sentido cronológico do relato dos acontecimentos, retomaremos mais adiante o que se nos oferece

⁶³⁵ Cf. *ibidem*, pp. 334-338.

dizer ainda sobre D. Miguel da Silva, após se ter ausentado da sua diocese de Viseu sem permissão régia, em 1540, praticamente fugindo para Roma.

Em 12 de julho de 1527, por Bula *Cum nobis hodie*, D. Martinho de Portugal inaugurará os novos tempos da relação diplomática da Santa Sé com Portugal, com sede permanente, ao ser nomeado Núncio Apostólico em Lisboa, funções que desempenhará até 1529 e, posteriormente, entre 1532 e 1535.⁶³⁶

Entretanto, pela Bula *Cum ad nihil magis* de 17 de dezembro de 1531, Clemente VII nomeou Fr. Diogo da Silva como inquisidor-mor e instituiu o tão reclamado Tribunal da Santa Inquisição em Lisboa. Porém, em 17 de outubro do ano seguinte, por dificuldades na aceitação do cargo por parte de Fr. Diogo e por algumas outras pressões, o mesmo foi suspenso por Bula *Venerabilis frater*.⁶³⁷ Fala-se da influência do «cartel» judaico peninsular e infiltrado, através dos seus procuradores, na Cúria [é corrente a referência a Duarte da Paz, procurador dos cristãos-novos em Roma]; mas, fala-se também do escândalo de corrupção no corpo ministerial de D. João III, que apenas visava o apoderamento dos bens dos judeus. A surpresa, segundo A. Herculano, está no desgosto manifestado por essa suspensão, através de um *silêncio denunciador* da cumplicidade del-rei!⁶³⁸

Embora o monarca e seus ministros o negassem, o pensamento de se apossarem dos avultados cabedais dos cristãos-novos transluz em todos os atos, e denuncia-se em todas as fases desta dilatada questão. O príncipe ostenta por vezes desinteresse e aparenta abrir mão de toda a ideia de lucro, mas por trás das palavras vê-se claramente o artifício, e só uma credulidade infantil, que fora injúria supor na Cúria, teria a singeleza de querer iludir-se com as protestações de abnegação da nossa corte. Em Roma, aonde tudo constava, sabia-se qual era o verdadeiro fim da perseguição contra os hebreus, e especulou-se por isso com a desgraçada posição deles, arrancando-lhes grossos donativos e valiosos brindes a pretexto de os salvar das iras do tribunal da Fé em nome da liberdade de consciência limitada e da suavidade da lei cristã.⁶³⁹

A reposição do Tribunal da Inquisição, a partir da sua primeira experiência e posterior suspensão, passou a ser o tema predominante de toda a correspondência para e de Roma. Ora era o embaixador junto da pessoa do Papa e aproveitando todos os ensejos, ora era o cardeal protetor constrangido pelas mesadas que recebia e do esforço que se

⁶³⁶ Cf. *ibidem*, pp. 340, 349-350. Excetuando D. Martinho que era de nacionalidade portuguesa, o primeiro Núncio permanente foi D. Marco Tigerio della Rovere (bispo de Sinigaglia), nomeado em 1532.

⁶³⁷ Posteriormente, Fr. Diogo acabará por seu compelido a aceitar o cargo (inclusive com ameaça de excomunhão). Em 1539, a renúncia de Fr. Diogo e a atribuição dessas funções de inquisidor-mor ao irmão de el-rei, infante D. Henrique, trouxe alguma tranquilidade ao normal funcionamento do Tribunal.

⁶³⁸ A. HERCULANO, in *História da Origem da Inquisição...*, apud VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo X, p. 393. Para desenvolvimentos sobre este assunto, vide em Anexo III referência a documentação nestas datas.

⁶³⁹ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo XI, p. X.

impunha fizesse prova, ou ainda a pressão sentida por outros membros da Cúria, todos viviam empenhados em demonstrar a bondade do projeto e os benefícios da restauração do Tribunal inquisitorial em Portugal, sob pena de os judeus continuarem a espalhar «os seus erros» e a corromper as consciências dos que ainda viviam sob a suspeitada ignorância e falta de doutrinação.

O que se percebe, no entanto, do posicionamento oscilante dos membros da Cúria em relação a este assunto pode ser visto a partir da seguinte explicação: eles aceitavam a necessidade de vigiar e conter os judeus, mas não queriam perder essa copiosa fonte de proventos de que beneficiavam de cada vez que os cristãos-novos pretendiam da Cúria um qualquer favor de proteção, adiamento de prisão ou protelamento de julgamento, ou ainda documentação indispensável à sua mobilidade por territórios da Cristandade, e estes custavam-lhes muitas gramas de ouro. O monarca parece querer levar a julgamento e sentenciar todos os judeus, extorquindo-lhes os bens em favor dos juízes e da Coroa, e isto sabe-o a Cúria, principalmente através das constantes denúncias dos representantes dos judeus em Roma e dos próprios Núncios (pela permanente vigilância exercida sobre as coisas do Tribunal inquisitorial, interrogatórios, julgamentos e sentenças). Por sua vez, a Cúria não advoga medidas demasiado drásticas temendo perder a face da humana misericórdia que teima fazer passar⁶⁴⁰, pois não quer que se esgote esse fluxo de rendimentos que, por norma, permite elevadíssimas receitas. De certo modo, ainda que em registos diferentes, monarca e Cúria eram parceiros e concorrentes tenebrosos neste *negócio* que se perpetuava manchado de angústias, de dor e sangue dos milhares de espoliados que se moviam, no seu dia a dia, lutando em clima de suspeição, de duplicidade e de crispação, alimentadas pelo terror e pelo ódio, entre perdões e de revogações papais (segundo o perfil do pontífice de cada momento), e tamanha rapacidade que nada parecia poder conter ou atenuar. Ver a variada correspondência diplomática sobre o assunto no Anexo III, particularmente o que nos revela, desses «*negócios da Inquisição e do perdão*», a carta do Bispo de Sinigaglia, de 1 de março de 1534.⁶⁴¹

⁶⁴⁰ Não havia unanimidade, na Cúria, quanto à forma de tratar do assunto dos judeus. Inclusive, eles não podiam ser acusados de heresia, uma vez que a sua religião sempre fora a judaica e aqueles que agora eram cristãos, eram-no por batismo compulsivo, e, aqui, dividiam-se os teólogos e canonistas, sendo que a corrente que ia tomando algum corpo era a que defendia que o batismo não sendo voluntário não é válido, pois «*não era passível de nenhuma lei contra os hereges quem não adotara espontaneamente a fé cristã, a consequência seria ordenar ao Núncio que aceitasse aos membros das famílias hebraicas a livre declaração da sua verdadeira crença, e proibir severamente ao rei, cominando-lhe graves penas, que tomasse a religião por pretexto para perseguir os seus súbditos, advertindo-o de que, se lhe convinha legar à história mais um nome de tirano, o fizesse em nome das conveniências civis, e não caluniasse o cristianismo*» (A. Herculano, in *História e Origem da Inquisição...*, o.c., vol. II, p. 13).

⁶⁴¹ Cf. *ibidem*, pp. 128-133.

Em carta do embaixador D. Henrique de Meneses, de 17 de março de 1535, dirigida a D. João III, este ilustra bem o que pretendemos sublinhar nos parágrafos anteriores. É uma carta cheia de lamúrias, sobre os negócios não concretizados e, por vezes, pelo resultado final que, apesar de tudo, parecia favorecer os interesses da Coroa. Rebate o assunto da Inquisição e os esforços para reativá-la, ainda que a influência de Duarte Paz [representante dos judeus] seja muita e o retarde. Depois, pede a el-rei que o mande regressar e, numa demonstração de conhecedor profundo dos meandros curiais e da personalidade do Pontífice, aconselha-o a assumir determinadas atitudes para com o Papa a fim de alcançar o que pretende: 1. não se dar por satisfeito com o que se fez; 2. «*desobedecer declaradamente ao Papa*»; 3. mandar retirar de Roma o embaixador, como forma de pressão; 4. fazer com que a Inquisição seja desejada como uma coisa santa, porque, vendo Roma que em Portugal nem o Luteranismo conseguiu entrar, logo que lhe concederá o que deseja, tal como sucedeu em Castela, onde a Inquisição vai, cada vez mais, «*obtendo novas concessões*». Por último, aconselha a el-rei a que despeça o Núncio que é causa de muitos dos problemas e dificuldades.⁶⁴²

Recebido o conselho, D. João III, em carta para o embaixador D. Martinho de Portugal, informa-o da decisão de mandar regressar a Roma o Núncio, devido à perturbação e embaraço que ele tem criado, pelo que pede que Sua Santidade acione o seu regresso, e, para tanto, enumera os muitos motivos desta decisão.⁶⁴³

Em 23 de maio de 1536, finalmente, por Bula *Cum ad nil magis* de Paulo III, dirigida aos bispos de Coimbra, Lamego e Ceuta, sob cuja autoridade, «assim como outro bispo, frade, ou clérigo secular, constituído em autoridade eclesiástica, e professor de teologia e cânones, que el-rei D. João III nomear», é restabelecido o Tribunal da Inquisição.⁶⁴⁴ As coisas, porém, um ano decorrido, talvez já começassem a dar razões para preocupação, pois em Breve *Quoniam in negotio*, de 7 de fevereiro de 1537, Paulo III concede ao Núncio em Lisboa (Jeronymo Ricenati Capodiferro) a faculdade de poder suspender a atividade da Inquisição no caso de irregularidades de que ele tenha conhecimento. Seguindo-se um rol imenso de recomendações e de prevaricações identificadas da mais diversa natureza, em que o Núncio deverá intervir, mas com predominância de questões relacionadas com rendas e outros proventos de bens eclesiásticos.⁶⁴⁵

⁶⁴² Cf. *ibidem*, p. 94.

⁶⁴³ Cf. *ibidem*, pp. 109-110.

⁶⁴⁴ Cf. *ibidem*, pp. 140-141. Foi restabelecido o Tribunal inquisitorial com algumas restrições que foram retiradas em 1547, por Bula *Meditatio cordis* (que já denunciava uma forte influência de Trento).

⁶⁴⁵ Cf. *ibidem*, p. 162-169.

D. João III dispensava um especial cuidado a tudo o que se prendia com as relações com Roma, começando pelo perfil dos escolhidos para o representarem, normalmente selecionados do círculo próximo da Coroa, mesmo tratando-se de eclesiásticos, e sobremaneira os contactos que estes deveriam preservar, presentear e cultivar a par dos esforços diplomáticos junto do Papa⁶⁴⁶. Um exemplo típico disto encontramos-lo com o envio de D. Pedro Mascarenhas⁶⁴⁷, em 29 de dezembro de 1537. Na carta de el-rei, que o embaixador leva para apresentar a D. Pedro Luís⁶⁴⁸, comunicando-lhe que D. Pedro Mascarenhas passou a ser o seu embaixador em Roma, vão ainda instruções sobre a forma de colher apoios e ganhar confianças, obviamente a serem retribuídos pela Coroa portuguesa e um conjunto de outras cartas a distribuir por várias entidades com o mesmo intento: para o cardeal Santiquatro; para o vice-chanceler, neto do Papa; para o cardeal Santa Flor, legado de Bolonha e camarlengo da Santa Sé; para o cardeal Sena; para o cardeal Campelo; para o cardeal Salviati; para o cardeal de Santa Cruz; para o cardeal de Ginuchi; para o cardeal Cesarino.⁶⁴⁹

D. Pedro Mascarenhas revelar-se-á de uma eficiência pouco usual, pois é homem mais dado ao combate pelo enfrentamento das dificuldades para as resolver do que aos salamaleques rodopiantes da diplomacia cortesã que se perpetua e consome em rodeios. Em carta dirigida a D. João III, de 24 de dezembro de 1538, D. Pedro Mascarenhas dá conta a sua atividade junto da Cúria para fazer valer os interesses do seu soberano, enfrentando, inclusive o Pontífice, com argumentação pouco amistosa e até questionante.

⁶⁴⁶ Curiosamente, o cuidado das escolhas nem sempre era acompanhado do cuidado do seu sustento, pois são vários os embaixadores que se queixam das privações por que passam e inclusive as vergonhas e humilhações a que se sujeitam pela forma pobre e desprotegida que aparentam na sua vida corrente. O embaixador Braz Neto, em carta de 1 de agosto de 1531, dirigida a D. João III, dá conta das dificuldades em que vive e a dificuldade em arranjar meios de sustento, pois na cidade não há quem empreste dinheiro para receber em Portugal. E num apelo tocante pergunta ao monarca sobre o que ele pensa sobre a residência do embaixador em Roma, que vive sem rendas, nem bens para se sustentar, pelo que pede, inclusive, que autorize o seu regresso ao Reino, a fim de ser poupado a tanta vergonha (cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, tomo X, p. 363-364). Em maio de 1563 será a vez de D. Álvaro de Castro confidenciar a Lourenço de Távora a dificuldade em suportar os gastos da embaixada que são demasiados e não ressarcidos, mas sem coragem para falar deles a Sua Alteza (rainha regente D. Catarina de Áustria), porque vive na esperança de que ela «*lhe fará as mercês que puder*»! (IDEM, *ibidem*, tomo XIII, pp. 427-428.)

⁶⁴⁷ Figura quase mítica dos reinados de D. Manuel e de D. João III que lhe foram muito afeiçoados, foi capitão de ginetes, comendador da Ordem de Cristo, em Castelo Novo, alcaide-mor de Trancoso, general de galeras, pagem de D. Leonor viúva de D. João II, embaixador a Carlos V de quem ficou próximo, embaixador em Roma, onde contactou os primeiros jesuítas que trouxe para o Reino (Sebastião Rodrigues e Francisco Xavier), conselheiro privilegiado de D. João III com vasta experiência em combate e defesa das fortalezas do Norte de África e vice-rei da Índia para onde foi arrastado, apesar dos seus 70 anos, tendo falecido em Goa, em 1555. Tem biografia publicada por António LOPES, sj, *D. Pedro Mascarenhas – introdutor da Companhia de Jesus em Portugal*, Braga, A.O., 2003.

⁶⁴⁸ Pedro Luís era um dos filhos do papa Paulo III, feito duque de Parma e Piacenza por desmembramento de territórios destas das cidades pontifícias.

⁶⁴⁹ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo XI, pp. 201-202.

Nela, D. Pedro começa por justificar a demora deste correio em virtude da dificuldade em tratar com o Papa do assunto das décimas que este reclama, de forma muito pressionante. Aqui procura narrar de forma esmiuçada o que ocorreu no encontro com Sua Santidade, e adianta que ele «respondia sempre desfavoravelmente ao que sua alteza lhe mandara propor», a saber: [1.] que pedisse a sua alteza alguma ajuda de armada em favor da liga, e lhe desse as décimas para esse fim e para a guerra que tinha contra os infiéis; [2.] que el-rei, como soberano de Portugal, tinha obrigação de ajudar «*a empreza contra o turco*», e aqui aventava a incorporação do irmão do rei, D. Luís, facto que justificava ainda mais essa ajuda. Rebateu o embaixador, dizendo que nada sabia acerca da ida do infante D. Luís, mais a mais sabendo que o infante só fazia o que el-rei lhe ordenava e das suas muitas ocupações não constava essa de incorporar a armada veneziana contra o turco. Aqui o Papa mostrou-se pouco informado e remeteu para posteriores esclarecimentos junto do cardeal Santiquatro que acabou por informar

que Sua Santidade resolvera não querer de Portugal senão dinheiro; ao que o embaixador respondera que não tinha comissão para tratar de armada, nem de dinheiro, mas que suplicava ao Papa que não agravasse a sua alteza, sendo o primeiro Pontífice que impunha décimas a Portugal e as arrancava para Itália, estando o Reino no costume desde largos anos de nunca lhe serem impostas senão para sua defesa e para a guerra contra os infiéis. Que o embaixador oferecera dez mil cruzados com tanto que não se tratasse das décimas nem para Roma, nem para sua alteza, ao que o Papa respondera que queria as suas décimas, pois *de jure* eram suas, e que asseverasse o enviado a sua alteza que não lhas impedisse, pois as havia de procurar por todos os modos, ao que Santiquatro ajuntara, que, segundo seu parecer, concedendo-as sua alteza, lhe daria o Papa a terça parte. Que a isto redarguira o embaixador, que a vontade de sua alteza seria não as admitir, mas que se as aceitasse, era sua opinião, que Sua Santidade havia de tomar a parte que lhe dessem.⁶⁵⁰

D. Pedro, porém, falando depois ao Papa, ter-lhe-á lembrado a forma discriminatória como estava a tratar deste assunto com o rei de Portugal, diferentemente do que é sua costumada forma de tratar com os outros reis cristãos. E mais, adiantou-lhe que era estranho que fosse tão invocada a falta de verbas para o combate do turco, quando, ainda há pouco, Sua Santidade teria dado a seu neto, «incluindo o dote e as despesas do casamento, quinhentos mil cruzados, duzentos mil a uma neta», e só para fazer valer uma questão de obediência tinha-se envolvido numa guerra com o duque de Urbino, onde mensalmente está a gastar setenta mil cruzados, «pelo que não lhe parecia justo que, podendo sua Sua Santidade com tantas despesas extraordinárias, pedisse décimas a Portugal com o pretexto da guerra do turco, que também era voluntária, não as tendo pedido a nenhum outro rei». O Papa ter-lhe-á respondido que na realidade também fizeram a

⁶⁵⁰ Cf. *ibidem*, pp. 225-226. As citações feitas no parágrafo seguinte, assim como toda a redação envolvente apoia-se nas páginas de 226 a 229 desta mesma obra citada que estamos seguindo.

mesma exigência a Castela e à França, mas devido aos altos serviços sempre prestados por Portugal à Santa Sé, ele sempre ficou à espera de que Portugal fosse «o primeiro a dar o exemplo nesta empresa tanto de Deus como para a Igreja». E que, no que respeitava aos gastos com os netos, tinham sido investimentos em favor da paz, pois com os seus casamentos havia garantido compromissos políticos e boa disposição em favor dos empreendimentos da Igreja. Depois, havia ainda de se tomar em consideração que, enquanto os outros reis se empenhavam pessoalmente no empreendimento contra o turco, o rei de Portugal ficava no seu reino não tendo despesas de sustentação, pelo que, então, deveria pagar mais em dinheiro. D. Pedro, porém, sabendo que o que o Papa dizia e a realidade não coincidiam, pois o rei de França nunca chegou a pagar nada invocando a necessidade dele perante a ameaça da invasão por parte do Imperador, e isto também o poderá fazer D. João III, com mais que justificadas razões e pretextos com o seu envolvimento em Fez e em Marrocos e ainda outros gastos contra os infiéis.

Para reforçar os argumentos do embaixador nos encontros com o Papa e a Cúria, no que respeita aos proventos reclamados pelo Pontífice, D. João III, remete-lhe cartas em 19 de março de 1539, em que lhe comunica que deve junto de Sua Santidade informá-lo de que o rei de Portugal soube da organização de uma grande armada que está prestes a sair de Suez a fim de afrontar as praças portuguesas, e que, para o efeito, D. João III mandou organizar uma armada com reforços para os enfrentar, facto que lhe depauperou as finanças do reino. Pelo que, quando a ocasião se ofereça deve fazer-lhe sentir que as décimas que Sua Santidade requer há muito de Portugal foram desviadas para aquele empenho, em defesa das praças do Oriente, dos portugueses que lá estão e dos já muitos fiéis daquelas paragens que aderiram ao Cristianismo e à Fé católica!⁶⁵¹

Claro que D. Pedro de Mascarenhas acabou por se tornar uma personagem incómoda e, inclusive, criando algum embaraço ao cardeal protetor Santiquatro que, em 4 de outubro de 1538 e na mesma data, um ano depois, pede a D. João III que dê por finda a missão deste embaixador.⁶⁵² Entretanto, el-rei, em carta de 4 de agosto de 1539, dirigida ao embaixador informa-o do mau comportamento do Núncio Capodifierro, cuja retirada já devia, há muito, sido pedida ao Papa, não o tendo feito *para não o descontentar*, mas

⁶⁵¹ Cf. *ibidem*, pp. 234-236.

⁶⁵² Mas o mal-estar sentido também pelo embaixador levou-o, em carta de 22 de junho de 1539, a enviar a D. João III, uma medalha com a efígie de Paulo III «*para sua alteza ver a fisionomia do homem com quem trata*». E manifesta ao monarca tal desagrado pelas relações que ali tem de manter no trato corrente a que o submetem as suas funções que manifesta o desejo de que el-rei lhe arranje outro serviço «*por mais trabalhoso que seja, e o tire deste em que perde a alma e o corpo*» (cf. *ibidem*, pp. 260-262). Em 10 de dezembro de 1539, D. João III acaba por ceder à pressão, ordenando o regresso ao Reino de D. Pedro Mascarenhas.

que agora tinha ultrapassado os limites e, inclusive, com faltas de cortesia para com el-rei e os infantes, inclusive, relativamente à nomeação do infante D. Henrique para o cargo de Inquisidor, dizia que o mesmo não estava habilitado a exercer o cargo «*por defeito da idade*» [demasiado novo]. Os termos em que o Núncio se exprimiu não são toleráveis, pelo que ordena que D. Pedro exponha a situação a Sua Santidade e o mande retirar de Lisboa, caso contrário será el-rei que o expulsará dos seus Estados.⁶⁵³

O efeito da carta do monarca português causou algum alvoroço na Santa Sé e D. Pedro de Mascarenhas teve de se haver com um clima nada favorável como se depreende da sua carta para D. João III, de 10 de setembro de 1539. Nela dá informes de variadíssimas questões e da forma como foi recebido em audiência pelo Papa, que lhe pareceu, pelas pessoas que rodeavam Sua Santidade, que essas presenças eram resultado de interferência do Núncio em Lisboa, cuja retirada fora pedida por el-rei. Depois de lida a carta de el-rei dirigida a Sua Santidade, este adiantou que a mesma se reduzia apenas ao desejo de que o Núncio saísse de Portugal, acrescentado de acusações para justificar o pedido. Quanto ao primeiro ponto, o Papa decidira em conformidade com o pedido, uma vez que el-rei não suporta mais a presença dele nos seus estados; mas, quanto às acusações, essas teriam de ser provadas para que lhes correspondesse o castigo apropriado, e que, segundo os autos a que já tivera acesso, lhe parecia que não era o Núncio

o culpado, mas sim os infantes que tinham obrigação de obedecer ao representante da Santa Sé como príncipes eclesiásticos. E Paulo III concluía de tudo isto, que o Núncio não errara neste ponto, nem errara também deixando de reconhecer ao infante D. Henrique a qualidade de inquisidor-mor, porque o infante não podia exercer aquele cargo por defeito de idade, como na bula se continha, sem que Sua Santidade primeiro o dispensasse e confirmasse. Que lhe parecia de mais estranho, que, pedindo sua alteza a Inquisição para castigar os hebreus nas vidas e fazendas, nomeasse para reger o Tribunal a seu irmão, que pelo sangue era suspeito, e que Roma por este motivo não devia consentir na escolha, apesar de reconhecer as virtudes do nomeado.⁶⁵⁴

Quanto à substituição do Núncio, o Papa manifestou ao embaixador alguma dificuldade, e precisar de algum tempo para arranjar alguém, além de que precisava de

saber se a vontade de sua alteza era, como parecia depreender-se, não querer no seu reino os representantes da Santa Sé, o que demandava maduro e aturado exame, acrescentando, que ao subir ao sólio pontifício já achara Núncio em Portugal, que a sua presença era necessária para as relações das duas cortes, mas que a sua alteza não agradara a ida do atual, e que até procurara impedi-la. Que ele (D. Pedro) respondera a isto, que el-rei estimava o Núncio, como representante da Santa Sé, e se estava desgostoso era pelo seu modo de proceder.⁶⁵⁵

⁶⁵³ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, tomo XI, pp. 263-264.

⁶⁵⁴ *Ibidem*, p. 274.

⁶⁵⁵ *Ibidem*, p. 276.

Depois das questões relativas ao preenchimento das vacaturas diocesanas e respectivas titularidades solicitadas para membros da família real; à recolha das décimas em território português e seu envio para Roma; ao intrincado processo e demandas sobre a instalação do Tribunal da Inquisição em Portugal; ao mau relacionamento do monarca com o Núncio e às dificuldades encontradas por D. Pedro de Mascarenhas no desempenho das suas funções, com os seus respetivos regressos a Roma e a Portugal; retomamos, agora, aquela que foi uma autêntica saga episcopal, a de D. Miguel da Silva, cuja narrativa interrompemos algumas páginas atrás.

D. Miguel da Silva, que representara a Corte portuguesa em Roma, de 1515 a 1525, regressou a Portugal nesta data devido a insistências de D. João III, sendo empossado na Sé de Viseu, diocese de que foi titular desde 1526 a 1547. Entre 1536 e 1537, o Papa convocou o episcopado português para um concílio (realizar-se-á em Trento entre 1545-1563), mas el-rei foi demorando a resposta, e, vindo a saber que era intenção de Paulo III conceder o cardinalato a D. Miguel, em detrimento da mesma concessão para seu irmão o infante D. Henrique, há muito pedida e sempre protelada, e pretendendo evitar que esta elevação ofuscassem os dois eclesiásticos da Corte (D. Afonso e D. Henrique), não autorizou a saída de Portugal ao bispo de Viseu, sugerindo-lhe inclusive que se desculpasse ao Papa, invocando razões de saúde para não estar presente. D. Miguel não aceitou a sugestão régia, e el-rei chamou-o à Corte. Temendo ser preso por desobediência, ausentou-se da sua diocese e tomou o rumo da Itália, tendo-se recolhido à Santa Sé. Na realidade, a sua elevação ao cardinalato havia sido mantida em segredo (*in pectore*) por Pio III, desde 1539, tendo recebido o barrete cardinalício no consistório de 1541 (à revelia da vontade de el-rei e contrariando o que era costume, ou seja, ser nomeado pelo rei).

A concessão do cardinalato a D. Miguel «contra a vontade régia abriu um contencioso de grandes proporções. Terá valido a mediação de Santo Inácio de Loyola»⁶⁵⁶ para que fosse ultrapassada parte dessa crispação em Lisboa. D. Miguel, para além de bispo de Viseu era escrivão da puridade de el-rei e incorrera em desobediência dupla para com el-rei, pois tinha cargo régio e convocatória para se deslocar à Corte; e incorrera em desobediência para com o Papa, pelo abandono da sua diocese, sem dispensa.

⁶⁵⁶ David Sampaio Dias BARBOSA, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, coord. Carlos de AZEVEDO, o.c., vol. IV, pp. 158-159. Também o cardeal Lippomano, Núncio entre 1543 a 1545, terá tido a função de apaziguar o monarca e de tentar revogar o confisco dos rendimentos eclesiásticos de D. Miguel, cassados por ordem de el-rei. (Cf. J. Francisco MARQUES, *ibidem*, vol. I, p. 87.)

Paulo III apercebeu-se bem da gravidade de tal atitude pelas consequências que teriam nas relações da Santa Sé com a Monarquia portuguesa, e dirigiu o Breve *Cum antea ex litteras*, em 11 de outubro de 1540, a D. João III mostrando surpresa pela atitude do Bispo, tendo em conta o alto conceito em que o tinha pelo seu anterior papel de embaixador, e mostrava-se apaziguado por saber que el-rei se dispunha a esquecer o incidente e a recebê-lo sem consequências.⁶⁵⁷

Claro que D. Miguel, acabou por ficar em Roma e nunca mais voltou a Portugal. No entanto, tentou contribuir para amenizar a situação e, por isso, em 5 de dezembro de 1541 escreveu a el-rei, tentando explicar-se, mas, ao mesmo tempo, dando-lhe a entender que tencionava continuar em Roma e, ali, cumulativamente, com as suas novas funções eclesiais, continuar a representar os interesses de el-rei «que fora sempre e continua a ser o cuidado principal da sua vida»!⁶⁵⁸ Mas a «ofensa» feita à pessoa do monarca foi tomada, por simpatia, por aqueles que viviam sempre na expectativa de uma oportunidade para lisonjear a figura régia e daí poderem colher os benefícios tão disputados por quem vivia da e para a Corte. Foi o caso do cardeal Santiquatro – protetor de Portugal junto da Santa Sé – que logo em carta de 3 de dezembro de 1541, manifestava a D. João III o desgosto pela púrpura concedida a D. Miguel, mas, ao mesmo tempo, desculpando-se por nada lhe ter sido possível fazer para evitar isso, pelo facto de o assunto teria sido mantido secreto (*in pectore*) pelo Papa até ao momento da sua explicitação no consistório. Apesar de tudo, teria tentado saber junto do Papa as razões da atribuição cardinalícia a D. Miguel e não a D. Henrique, ficando a saber, da parte de Paulo III que, em primeiro lugar, D. Miguel era prelado da Santa Sé e, por essa qualidade e pelos serviços prestados à Igreja e a Portugal durante o tempo de embaixador, justificavam bem essa distinção. Em relação a D. Henrique, irmão de el-rei, a razão era outra, pois sendo pessoa influente na Corte nada teria feito ainda para que demovesse o monarca, seu irmão, na aceitação do Núncio Apostólico e dar satisfação dessa sua recusa, tendo em conta que a Santa Sé já não recebia correspondência de el-rei de Portugal há um ano!⁶⁵⁹

Uma segunda personagem assumiu também a «dores» de el-rei D. João III: o embaixador em Roma, Cristóvão de Sousa Falcão. Em carta dirigida a el-rei, em 6 de dezembro de 1541, o embaixador pede para ser retirado daquelas funções, pois não se conforma com a elevação ao cardinalato de D. Miguel e não querer privar com ele, como

⁶⁵⁷ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, tomo XI, pp. 378-379.

⁶⁵⁸ Cf. *ibidem*, p. 401.

⁶⁵⁹ Cf. *ibidem*, pp. 398-399.

«não pode deixar de acontecer», na sua nova condição de cardeal!⁶⁶⁰ No mês seguinte, D. João III dirige-se-lhe dizendo saber do acontecido e pede-lhe para entregar carta que junta ao Papa. Nesta carta, o monarca manifesta o seu agastamento ao Pontífice pela elevação ao cardinalato de D. Miguel, sem seu conhecimento, e informa-o da decisão de mandar regressar o seu embaixador por considerar «ser escusada a presença dele numa corte aonde por tal modo eram desatendidos os seus requerimentos»!!!⁶⁶¹

Em julho desse mesmo ano, será enviado à Santa Sé Francisco Botelho, com cartas comprometedoras, apreendidas a um judeu que se deslocava para a Itália, e que denunciam e desmascaram a atividade a que se entrega D. Miguel Silva, em Roma, na defesa dos cristãos-novos, comprometendo a imagem de D. João III e denegrindo a atividade do Tribunal da Inquisição.

D. Miguel e o monarca, depois de muitas deambulações, pressões e falsas promessas entre si – o rei afiançando que esqueceria, e não só perdoaria como honraria; e o bispo que dizia morrer de saudades da sua diocese, almejando apenas regressar, prometendo servir el-rei, a Coroa e a Igreja em Portugal – haveriam de se cansar de tanto aparentar e dissimular e acabaram por assumir a máguia e o ressentimento que os movia. D. Miguel instalou-se em Roma, com as mordomias que as dignidades de condição lhe facultavam e D. João III, invocando razões de Estado, acusa-o de traição, retira-lhe a naturalidade portuguesa e cassa-lhe todos os bens e rendimentos que detinha no Reino.

Esta excomunhão política estendia-se a todos os que seguissem o ausente prelado, com ele tivessem correspondência, ou que tratassem de negócios seus. A ninguém seria permitido celebrar com ele nenhuma espécie de contrato gratuito ou oneroso, nem legar-lhe em testamento coisa alguma, ou ser seu herdeiro. Deste modo o orgulho do rei devoto fulminava o réu de cardinalato ainda além da sepultura.⁶⁶²

Este assunto ainda será tentado abordar pelo Papa seguinte, Júlio III (Breve *Ea semper fuit*, agosto de 1553), apelando ao sentimento de compaixão de el-rei, para que restitua a D. Miguel «as honras e dignidades da sua condição [...] nos últimos anos de vida que lhe restam» para que possa recuperar «da tristeza e aflição em que vive e possa usufruir de alguma consolação». Mas em carta ao comendador-mor (29 de março de 1554), o monarca sugere-lhe que informe Sua Santidade, que ele, depois de muito ponderar sobre o que lhe pedia no Breve, decidiu não falar mais de D. Miguel, pretendendo

⁶⁶⁰ Cf. *ibidem*, p. 401.

⁶⁶¹ Cf. *ibidem*, p. 429.

⁶⁶² Cf. Carta régia de 23 de janeiro de 1542, *apud* Alexandre HERCULANO, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, tomo II, 2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXVII, p. 326 (ortografia atualizada).

esquecer-se dele e do que lhe fez, pelo que acha que é melhor não tocar em assunto que lho traga à memória!⁶⁶³ Duro, este *piedoso* pai da nação!...

Em maio de 1542, e apesar da insistência de D. João III, para que não fosse nomeado Núncio para Lisboa, é indigitado para essa função o bispo-coadjutor de Bérgamo, D. Luigi Lippomano.⁶⁶⁴ Chegará ao Reino, em janeiro de 1543! D. Luiz Lippomano é portador de um conjunto de Instruções recebidas na Cúria, onde se resume a história das relações diplomáticas dos reis de Portugal com o Papado, desde os alvores da monarquia, e o estado das coisas neste Reino, naquela data. Assim são enumeradas as várias graças concedidas pela Santa Sé e demais curiosidades, como a tipificação pessoal dos vários bispos portugueses, respetivas dioceses e forma de tratar com eles; as Ordens religiosas existentes no Reino e seus responsáveis; quais as personalidades com influência na Corte e forma de as abordar; algumas medidas a implementar que poderão beneficiar a Santa Sé; e uma conclusão exclusivamente dedicada à pessoa do rei.⁶⁶⁵

Logo que D. João III sabe do envio deste Núncio, expede correspondência vária (julho de 1542) a fim de atalhar caminho ao enviado e evitar que ele chegue à fronteira do Reino. Ordena que Francisco Pereira, disfarçadamente, tente saber qual o itinerário que o Núncio segue para Portugal, e que informe André Soares a fim de lhe travar a progressão, ainda antes de se aproximar do destino. Na carta para o mesmo André Soares ordena que ele se desloque para Castela, indague sobre o percurso que faz o bispo e, se for o caso de lhe vir à fala, faça-lhe saber que não deve entrar no Reino. Envia também carta ao próprio bispo Nippomano, advertindo-o de que, se ele vem na qualidade de Núncio não deve prosseguir sem receber novas ordens de Sua Santidade.

Mas o Bispo de Bérgamo (Nippomano), avisada e sensatamente, manteve-se afastado da fronteira e valeu-se dos eclesiásticos de Madrid, e estes, do imperador Carlos V, cunhado de D. João III, que se disponibilizou para mediar o diferendo. D. Lippomano invocará que vem, unicamente, para tratar de questões relacionadas com o Concílio (em preparação) e um ou outro assunto de jurisdição canónica que surgisse. Aceites estas explicações, por cá se movimentará cerca de dois anos (1543-1544), perscrutando, avaliando, intervindo e informando. E como resultado da sua observação sobre o que se

⁶⁶³ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo XII, p. 410.

⁶⁶⁴ Soberbamente retratado por A. Herculano no Livro VII da *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (vol. III).

⁶⁶⁵ Consultar Anexo III e respetivo destaque deste conjunto de instruções de inegável valor, para o estudo da metodologia adotada, na época, pela Cúria e facultada aos seus agentes.

passava no Tribunal da Inquisição, será determinada pelo Papa a suspensão do mesmo, por Breve de 22 de setembro de 1544.⁶⁶⁶

O sucesso da atividade diplomática dos enviados à Cúria romana absorve de tal modo o monarca português que ele reserva grande parte do seu esforço a gerir os efeitos desse empenhamento, nunca descurando nem mesmo aqueles aspetos que para um soberano com armadas e possessões espalhadas pelo mundo poderiam supor-se de somenos importância. Alguns casos chegam a assumir o grau de obstinação, como por exemplo, o de D. Miguel da Silva, como podemos constatar na carta de 20 de janeiro de 1543, em resposta a Baltasar de Faria – especialmente enviado para tratar do assunto da Inquisição e fazer sentir ao Papa a inutilidade da nomeação de um Núncio para Lisboa –, ao congratular-se com as diligências do seu enviado e pela forma como foi recebido pelos cardeais, assim como a recomendação para que aproveite bem essa onda de simpatia como forma de influenciar a favor do que se pretende. Mostra-se sobremaneira satisfeito pela forma como [denegriu] a imagem do bispo de Viseu, junto dos cardeais, assim como o que empreendeu para desvalorizar a influência dos cristãos-novos em Roma e os esforços no sentido da revogação dos Breves papais emitidos que não favoreciam os seus propósitos. Congratula-se pela prisão em Roma do procurador dos cristãos-novos e recomenda que insista junto da Cúria para que sejam anulados todos os Breves que tenham sido aprovados a instâncias do referido procurador condenado por heresia.⁶⁶⁷

Na luta de Paulo III com o soberano português, os arrebatamentos deste último acabam invariavelmente por esmorecer e ceder ante a profunda dissimulação do primeiro. A artificiosa serenidade dum contrasta a ira cega do outro, que não custa barata ao reino. A ameaça, ineficaz por impotente, não faz senão patentear mais ao vivo a debilidade com que são aceites soluções, das quais em realidade saem, não só avantajadas, mas como confirmadas, as subtis pretensões da Cúria, e principalmente medrados não poucos interesses dos seus membros. Com mão de mestre traçou já o sr. Alexandre Herculano – na sua *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* – o retrato do soberano supersticioso e imprevidente, e o triste quadro dessa época funestíssima.⁶⁶⁸

Finado Paulo III (novembro 1549), sucedeu-lhe Júlio III (eleito em fevereiro de 1550) e, tal como já referimos noutro passo acima, impunha-se novo trabalho de bastidores, com o embaixador na Santa Sé em primeiro plano para perscrutar as tendências, as fidelidades, as influências e os favoritismos da nova composição curial. Em carta de 2 de setembro de 1550, o embaixador Baltasar de Faria dá conta a D. João III da forma

⁶⁶⁶ Cf. A. HERCULANO, in *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (9.^a ed., dirigida por David Lopes), tomo III, Lisboa, Livraria Bertrand, s/d., pp. 214-215.

⁶⁶⁷ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo XII, pp. 1-3.

⁶⁶⁸ Cf. A. HERCULANO, in *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, apud VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo XII, p. VIII.

favorecida com que lhe foram concedidos os Mestrados das Ordens Militares, tendo em conta que havia muitas resistências na Cúria pela forma como foi feita a concessão, pois queriam que ela não tivesse sido concedida de forma tão direta, mas que foi sujeitada a alguma burocracia que teria rendido uns milhares de cruzados à Cúria. Destes factos, o embaixador acha que el-rei deverá escrever a agradecer não só a Sua Santidade, mas também a alguns cardeais que nisso se empenharam, incluindo o cardeal de Monte [«todos os negócios de Portugal correm pela sua mão»⁶⁶⁹, que deveria ser presenteado de forma valiosa, aliás, do mesmo modo como o fez, ainda há pouco, o imperador. Esse poderá ser um dos modos para que a concessão dos Mestrados acabe por ser extensível à Coroa e aí permanecendo perenemente.⁶⁷⁰

Por Breve *Cum nos super*, de 1 de abril de 1551, de Júlio III, é concedida a «Rosa de Ouro» a D. João III, como sinal de quanto é considerado pela Santa Sé.⁶⁷¹ Desde há muito que D. João III não era agraciado pela Santa Sé, e este sinal, qual esposo reconhecido, vai merecer da sua parte não só o esquecimento de todos os maus e atribulados momentos vividos nos últimos anos dessa relação que parecia condenada a degradar-se cada vez mais, mas será o pretexto para fazer ressaltar lá das profundezas da relação o que de melhor foi possível preservar. Em 13 de abril (ou 13 de agosto) ⁶⁷² de 1551, Júlio III, por Breve *Rarae magnitudinis*, dirigido ao monarca, agradece-lhe o diamante de «*rara beleza/rara grandeza*» que lhe enviara. Em carta do comendador-mor ao rei, de 18 de agosto do mesmo ano, dando conta da reação do Papa a esta oferenda, diz que

Sua santidade folgou muito com ele, e elogiou sua alteza pelos serviços que tem feito à cristandade, ao contrário dos outros príncipes, e pelo afeto que lhe consagra e à Santa Sé, afecto a que corresponde. O Papa quer que o anel ande em morgado na sua casa. O diamante que o adorna é avaliado em cem mil cruzados.⁶⁷³

Após este reencontro, apenas houve um *pequeno* ondular na acalmia que a nova situação sugeria: a iniciativa de Júlio III em favor de D. Miguel e do seu restabelecimento, perto que este estava do final da sua vida. No entanto, a resposta maturada que o monarca deu ao Papa não permitiu qualquer nova abordagem a esse antigo e desejavelmente enterrado assunto, por qualquer das partes.

⁶⁶⁹ VISCONDE DE SANTARÉM, *ibidem*, p. 328.

⁶⁷⁰ Cf. *ibidem*, pp. 310-311.

⁶⁷¹ Cf. *ibidem*, pp. 321-322.

⁶⁷² Cf. F. C. BRANDÃO, *o. c.* e cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, tomo XII, p. 327, respetivamente.

⁶⁷³ VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo XII, p. 326.

Em 1557, D. João III morre, deixando por sucessor, o seu neto D. Sebastião, com apenas três anos. Durante os 23 anos seguintes, os destinos de Portugal vão ficar entregues a dois regentes (rainha-viúva D. Catarina da Áustria e tio do príncipe, cardeal-infante D. Henrique) e, a partir de 1568 (maioridade para reinar), ao jovem soberano **D. Sebastião** (1554-1578; rei a partir de 1568), até ao desastre de Alcácer-Quibir, e, a partir de então, ao **Cardeal-rei D. Henrique** (1512-1580, rei desde 1578).

A rainha-viúva **D. Catarina de Áustria** é impossada da regência e auxiliada por seu cunhado, o cardeal-infante D. Henrique⁶⁷⁴. Tinha, então, 50 anos, mas, apesar da sua ligação a grandes nomes da cultura, e vastos conhecimentos adquiridos em vida de seu marido que sempre acompanhou de perto nos negócios públicos, não deixava de manifestar-se diminuída pela sua condição de género e de estrangeira. A sua regência foi marcada com períodos de peste, terramotos e pelo seu pessoal escrúpulo religioso, que via no rigor inquisitorial a única forma de combater o erro doutrinário e a defesa da pureza da fé. Foi pela sua mão que a Inquisição chegou a Goa, em 1560, e que levou à ávida «devassa de mulheres» acusadas de bruxaria, presas, açoitadas e degredadas, umas, e sentenciadas na fogueira, outras. Concomitantemente, a sua ação decorreu em meio político completamente decadente pela corrupção, cujos efeitos «em meio século, chega a tal estado de podridão que a perda de uma batalha e o desaparecimento de um rei custam a Portugal a perda da independência».⁶⁷⁵

Duas das suas primeiras cartas dirigidas ao comendador-mor, em Roma, são precisamente para denunciar duas situações de escândalo público, para as quais se reclamavam medidas de ordem disciplinar ao Papado. Num caso, denunciava-se a vida de devassidão escandalosa do titular da Sé de Coimbra, D. João Soares, que apesar de ter sido repreendido por D. João III, continuava sem emenda⁶⁷⁶; e a outra, em que a denúncia era de um abade que se tinha transformado em líder de criminosos e malfeitores, o

⁶⁷⁴ Cf. carta de D. Henrique ao Papa (tomo XIII, pp. 1-2) e resposta do Pontífice, por Breve *Avi tui*, de 18 de dezembro de 1557, dirigida a el-rei, em «*que lhe recomenda que se guie pelos conselhos de sua avó a rainha D. Catarina e de seu tio o cardeal-infante D. Henrique*». Por Breve *Maximo nos dolore*, dirigido à rainha-viúva, com a mesma data, o Pontífice apresenta os pêsames e louva-lhe a decisão de ter aceitado a ajuda do cunhado cardeal-infante. Particularmente, «*recomenda-lhe que governe de tal modo que não sinta neste particular a falta do defunto monarca; que proteja o estado eclesiástico, e que trate esmeradamente da educação do rei seu neto*»; e ainda na mesma data, por Breve *Dilectus filius*, Paulo IV dirige ao cardeal-infante, os pêsames por morte do irmão e aprova a decisão da rainha de partilhar com ele a regência do reino e a educação do jovem rei (cf. *ibidem*, pp. 4-6).

⁶⁷⁵ Cf. Francisco da Fonseca BENEVIDES, *Rainhas de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009², pp. 343, 351-352.

⁶⁷⁶ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, no tomo XIII, pp. 13-14.

abade do Mosteiro de Santa Maria do Pombeiro, António de Melo, «*poderoso, rico e bem aparentado*», acusado de assaltos, latrocínios, violências e mortes. Também, em tempos, já admoestado pelo Arcebispo de Braga e por D. João III, mas sem resultado. Neste caso, o abade foi chamado à Corte, e apresentou-se ali, afrontosamente acompanhado da sua própria concubina, recusando-se a falar com a regente, e tendo-se ausentado sem permissão. Sabe-se que, ordenada a sua prisão, fugiu para Madrid.⁶⁷⁷

Entretanto, o preenchimento desta vacatura abacial haveria de ser causa de alguns atropelos entre a Cúria e o Reino. Primeiramente, o Papa inclinou-se a entregar o Mosteiro a Santafigore, cardeal afecto às questões de Portugal.⁶⁷⁸ No entanto, posteriormente, à revelia do esperado e invocando as indecisões portuguesas para uma solução (pois ora falam em atribuí-lo a D. António Prior do Crato ora aos frades), terá decidido entregar as rendas do mosteiro em favor de uns «*cardeais pobres*» e o mosteiro a um seu sobrinho, futuro cardeal Carlos Borromeu (S.), prelado que fez parte das grandes amizades do grande eclesiástico português, Frei Bartolomeu dos Mártires (S.), que se distinguiu pela virtude, pelo esforçado empenho no seu magistério como Bispo de Braga e, particularmente, na participação ativa no Concílio de Trento. Esta atitude do Papa, porém, suscitou alguma indignação que levou o embaixador Lourenço de Távora, em carta ao cardeal-infante, a dizer que, pela forma como solucionado o assunto do Mosteiro de Pombeiro, «*verá sua alteza o que há de esperar das frágeis promessas da Santa Sé. Os cardeais começam a conhecer o que fizeram e a enfadar-se*». ⁶⁷⁹

Em 20 de maio de 1560, será proferida por Aquiles Estaço a *Oração de Obediência* de el-rei D. Sebastião a Pio IV (*vide* Anexo XVI).⁶⁸⁰ A satisfação do Papa por esta embaixada de obediência terá evocado na sua memória institucional aquela outra embaixada comandada por Tristão da Cunha, anos atrás, em que para além do efeito repercutido do espavento processional ficou a lembrança do famoso elefante.

Em carta de Lourenço Pires de Távora, de 28 de outubro de 1561, para el-rei, o embaixador informa-o de um desejo «secreto» deste Papa: que o rei de Portugal lhe envie também um elefante! E o embaixador adianta mais, se possível, que lhe enviem também outros animais exóticos para serem recebidos num espaço a que se chama Belvedere. Esta uma forma original de dar alegria e satisfazer os desejos de Sua Santidade,

⁶⁷⁷ Cf. *ibidem*, p. 15.

⁶⁷⁸ Cf. *ibidem*, pp. 92-94.

⁶⁷⁹ Cf. *ibidem*, pp. 104-105.

⁶⁸⁰ Cf. *ibidem*, p. 158.

mas também de dar visibilidade e apregoar, indiretamente, «as conquistas e navegações dos portugueses».⁶⁸¹

Poder-se-ia pensar que o assunto relacionado com o pedido do elefante seria a expressão de um desejo bizarro do Papa, expresso em acidental circunstância, mas de pouco significado. Porém não é isso que podemos deduzir de carta de D. Álvaro de Castro a Lourenço Pires de Távora, de 14 de maio de 1563, em que lhe confia que de cada vez que se encontra com o Papa, este lhe pergunta pelo elefante e pelos outros presentes que lhe prometeram em carta, e «pede-lhe que se empenhe para remediar esta demora!» Não será da natureza das coisas do coração que a amada provoque a imaginação do amado, suscitando-lhe a galanteria, o entusiasmo por lhe proporcionar agrado?!...

Sabe-se que esse desejo do Pontífice não foi satisfeito, porque as dinâmicas e empenhos governativos de quem estava à frente da Nação já não eram alimentados pelo fulgor e os entusiasmos das verdes idades, os níveis de generosidade oblativa estavam bastante depauperados, pelo menos os da imaginação, e o exemplo disso está na carta que D. Álvaro de Castro dirige a el-rei, em 11 de setembro de 1562, na qual alerta para o facto de que «os anéis que deu a Sua Santidade têm pouco valor» e «Vinha agora muito a propósito, por causa deste negócio da inquisição, mandar Sua Alteza a Sua Santidade outro presente, pois por muito que ele valha mais vale ter o Pontífice bem-disposto». Porém, no domínio dos afetos é necessário bem pouco para obliterar qualquer olhar racional de quem é presenteado, e, associando-se alguma boa vontade de Pio IV, este é levado a dirigir a el-rei o Breve *Dilectum filium*, de 10 de setembro de 1562, em que demonstra satisfação pelas notícias que teve de Sua Majestade, através do embaixador, «pelo amor que lhe tem», e agradece-lhe «o presente que lhe enviou, clara demonstração da sua piedade, a qual mais estima que todas as pedras preciosas da Índia».⁶⁸²

Entretanto, no âmbito das esperadas notícias de Trento e das inovações que se adivinhavam para a vida da Igreja, chegam novas de que a participação portuguesa tem sido alvo de muitos elogios. Em carta de 18 de junho de 1561 para el-rei, o embaixador Lourenço Pires de Távora dá conta de que no dia 17 do mês anterior (portanto, maio), teria chegado a Trento o Arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, para grande gáudio do Papa e dos cardeais ali reunidos. Foi de tal forma o júbilo que,

tanto em consistório, como na presença dele embaixador e do representante do imperador, Sua Santidade espraçou-se em louvores a sua alteza e aos seus antecessores pela sua obe-

⁶⁸¹ Cf. *ibidem*, pp. 340-341.

⁶⁸² Cf. *ibidem*, pp. 394-396.

diência à Santa Sé, o que agora novamente provara, e por serem os reis de Portugal os únicos, que, em lugar de perturbarem a Cristandade com guerras, dilatavam os domínios da religião combatendo os infieis, razões todas estas por que a Santa Sé lhes era reconhecida, e ele Pontífice em particular.⁶⁸³

Esperava-se ainda o Bispo de Coimbra, que estava a caminho, sabendo-se por carta posterior (19 de julho) que terá chegado a Milão e que, por intempéries da época para se dirigir a Trento, terá ficado dois meses em Veneza. Chegado a Trento, teve inovadora participação, com propostas originais para os trabalhos conciliares e, em carta de 30 de maio de 1563, dirigida a el-rei, dá conta de que na sua intervenção na aula conciliar fez menção de que eram poucas as coisas importantes, a ser tratadas, e que quanto a si se resumiam a três aspetos: 1. modo de eleição do Papa que deve ser pura e santa; 2. o número de cardeais deve ser o estipulado no Concílio de Constança [1414-1418, que acabou com o grande Cisma] e estabeleceu o Colégio Cardinalício com 24 membros; 3. que os bispos vivam todos em comunidade com os seus cónegos, e que as rendas de cada bispado devem ser divididas em três partes – uma para os pobres, outra para a fábrica e a outra para o bispo com o seu cabido. No entanto, a sua proposta não teve eco, ainda que apenas veja nela a «*confusão dos herejes e a edificação dos cristãos*». Adiantou ainda outros informes, inclusive relativamente à sua saúde que se tem ressentido bastante desde que saiu do Reino, pelo que pede a Sua Alteza, assim como já tem permissão de Sua Santidade, para se retirar e regressar. Termina dizendo que o ambiente do Concílio está muito confuso, dividido em três posições: a que pretende uma reforma sem Papa; a que pretende outro Papa sem reforma; e aquela a que pertencem os prelados representantes de Sua Alteza, que pretende outro Papa e outra reforma.⁶⁸⁴

Entretanto, D. Catarina mostrou desejos de abandonar a regência e recolher-se a um convento e, apesar de Breve papal *Certiores facti*, de 30 de março de 1561, de Pio IV, em que este a aconselhava a não renunciar à regência, tendo em conta o grande mal que daí poderia advir para o Reino, ela manteve a decisão e afastou-se em 1562, tendo sido sancionada, em Cortes, a transferência de regência para D. Henrique. Este Papa conceder-lhe-á, em 1563, a «Rosa de Ouro», como reconhecimento dos seus bons serviços à Igreja e ao Reino.

O cardeal-infante D. Henrique, cinco anos depois da morte do irmão D. João III, ainda na menoridade do sobrinho D. Sebastião e até aos seus 14 anos, é chamado a as-

⁶⁸³ *Ibidem*, pp. 282-283 e, informes seguintes, pp. 293-294.

⁶⁸⁴ Cf. *ibidem*, pp. 429-430.

sumir a regência por renúncia de D. Catarina. Roma terá passado a olhar para o Reino de Portugal, a partir das interinidades que se criavam, como um reino aprazado, principalmente a partir do desastre de Alcácer-Quibir (1578), em que D. Henrique assume o título de rei de Portugal, até à sua morte (1580). Por isso, a partir de então,

a todas as instâncias e importunidades, a chancelaria pontifícia ou não responde ou responde com evasivas e subterfúgios [... mas] relativamente às ideias, aos projetos e interesses da supremacia romana, muito mais temporal que espiritual, a Cúria não desistiu nem abrandou. Pelo contrário. As pretensões neste sentido chegam a tal extremo como ainda se não vira. [...] Em troca da concessão limitada e temporária de uma dedução nas rendas eclesiásticas portuguesas, se tratou sem mais cerimónia o reino como um simples apenso do território pontifício!⁶⁸⁵

Durante o reinado de D. Sebastião, em que se inclui, especialmente, o período da regência de D. Henrique, celebraram-se alguns tratados/concórdias, confirmados pelos Papas, com o fim de ajudar nas despesas de combate e ocupação de praças conquistadas aos muçulmanos, no Norte de África, e ainda no esforço de expansão para Oriente.

Em carta [del-rei] ao Papa, em 18 de setembro de 1562, fica expresso o sentimento contido de alguma indignação pelo esbulho que se sentia quanto aos valores arrecadados em Portugal pela Santa Sé, cujo fluxo se tencionava reverter ou pelo menos conter. É este o teor da carta:

Agradece a Sua Santidade o Breve que lhe escreveu por Lourenço Pires de Távora, e as expressões de amizade e benevolência que nele lhe dirige. Todos os reis de Portugal, porém mais do que todos Sua Alteza, muito ficam devendo a Sua Santidade, pela graça do padroado dos mosteiros do Reino, que Sua Alteza aceita do modo porque lhe é concedida, esperando que Sua Santidade e os seus sucessores, a seu exemplo, se haverão no que toca às pensões sobre os ditos mosteiros com equidade e moderação, de maneira que, pelo muito peso delas, a religião não padeça. As continuadas despesas nas guerras de África e do Oriente, e a recente empresa de Mazagão, assim como a defesa do Algarve contra as incursões marítimas dos mauritanos, fazem com que Sua Alteza precise aproveitar-se do subsídio eclesiástico dos cinquenta mil cruzados, por cinco anos, que Sua Santidade lhe concedera, e de que prescindira Sua Alteza com toda a eficácia, que só a força das circunstâncias obriga Sua Alteza a mudar de resolução. Espera que Sua Santidade, atendendo a tão fortes motivos, lhe conceda esta graça, que não só redunde em proveito de Portugal, mas também da fê.⁶⁸⁶

Pelo conteúdo da carta do enviado especial a Roma, D. Álvaro de Castro, em 12 de fevereiro de 1563, dirigida a el-rei, percebe-se que muitas das dificuldades com que as Cortes se debatiam nas relações com Roma passava pela burocracia que envolvia a Cúria, que impunha filtros de seleção dos assuntos, a fim de os purpurados pesarem os

⁶⁸⁵ VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, tomo XIII, pp. V-VI. Mas também o facto de o Reino ser regido por um alto eclesiástico permitia essa lógica interpretação, mais a mais, quando, no Reino, os decretos tridentinos eram integrados no *corpus* legislativo corrente, à medida que eram produzidos (cf. F. BRANDÃO, *o. c.*, ano de 1564).

⁶⁸⁶ Cf. *ibidem*, p. 398.

vários interesses, pelos retornos que implicavam em benesses e compensações, pelo que, quando um assunto conseguia ser presente ao Papa, diretamente, ele tinha, por norma, uma solução mais rápida e com menos gastos, ainda que se impusesse pensar numa gratificação para quem facilitava esse caminho. D. Álvaro faz, então, o historial

das diligências que fez com o Papa para a concessão do padroado perpétuo dos mosteiros, e como afinal a conseguiu, sem que Sua Santidade a propusesse em consistório (conforme determinava), com as condições que Sua Alteza estabelecera. [*segue-se discriminação*] Na audiência em que se decidiu o negócio do padroado dos mosteiros, queixou-se-lhe Sua Santidade de não irem a Roma os comendadores de Cristo tirar novas provisões e pagar as anatas, como são obrigados; e, como ele embaixador lhe dissesse que fora encarregado de procurar algum modo de composição neste negócio, de que já começara a tratar, resolveu Sua Santidade, ouvindo a ele e a Monte Policiano, que os comendadores satisfizessem com sua obrigação, pedindo as novas provisões ao cardeal-infante D. Henrique e pagando as anatas ao colector. [...] Alcançou muito Sua Alteza com esta graça, que os seus antecessores tanto desejaram e nunca puderam obter, e deve escrever logo a Sua Santidade agradecendo-a, e, além disto, fazer-lhe algum presente. Também deve Sua Alteza escrever aos cardeais Borromeu, Santafiore e Monte Policiano pelos muitos serviços que na dita graça prestaram, e a este último, que sempre está pronto a servir Sua Alteza, tanto que até lhe chamam *o Português*, deve Sua Alteza dar-lhe um alvará de promessa de alguma pensão no primeiro bispado que vague, a qual ele talvez nem chegue a gozar, por ser muito velho!...⁶⁸⁷

Noutra carta do dia seguinte, remetida por D. Álvaro ao embaixador permanente Lourenço Pires de Távora ele refere a mesma constatação, ao dar conta ao seu destinatário de que se alcançou de Sua Santidade

o padroado dos mosteiros, com bastante dificuldade. Este bom resultado foi ainda em parte consequência do modo por que ele Lourenço Pires de Távora tratou dos negócios de Sua Alteza em Roma. O maior trabalho foi conseguir do Papa que não pusesse o negócio no consistório. Por esta graça, maior do que qualquer outra concedida aos reis de Portugal, e pela boa vontade que o Sumo Pontífice tem mostrado às coisas do Reino, pede-lhe que lembre a conveniência de se lhe mandar um presente de valia, para se facilitar o melhoramento das condições impostas nos ditos mosteiros. Aconselha a Sua Alteza que também faça alguma honra e mercê ao cardeal Monte Policiano que ajudou muito neste negócio, e pelo amor que tem às coisas do Reino, o que Lourenço Pires deve saber por experiência. É o único cardeal que tem Portugal, e bem sabe quanto custa aos reis terem em Roma estas proteções. [...] Deseja-se muito em Roma o elefante!⁶⁸⁸

O tempo ia passando, e as questões relacionadas com a vida do jovem rei que crescia e se preparava para assumir a governação, logo que atingisse a idade mínima para esse efeito, iam integrando as preocupações não só dos círculos próximos da Coroa, mas também do Papado. No horizonte das conveniências régias, prefiguraram-se dois cenários matrimoniais: um, a filha do imperador Maximiliano, e o outro, a irmã do rei de França.

⁶⁸⁷ Cf. *ibidem*, pp. 415-416.

⁶⁸⁸ Cf. *ibidem*, pp. 419-420.

Pio V tomou a iniciativa de propor (Breve *Cum te ut eximium*, de 15 de setembro de 1566) ao jovem D. Sebastião o benefício do seu casamento com a filha mais nova do imperador, enlace que lhe traria um muito conveniente envolvimento com as famílias mais influentes da Europa. E, com a mesma data, fez seguir também o Breve *Non esse alienum*, dirigido a D. Catarina, com o mesmo propósito de influenciar o ânimo del-rei. A carta de 16 de setembro do embaixador D. Fernando de Meneses para el-rei, veiculava mais alguns dados de sugestão papal em favor deste casamento e os aspetos negativos da escolha da outra noiva, a irmã do rei de França, devido à simpatia da mãe dela pelas ideias da Reforma protestante e a influência que, subtilmente, poderia ser transmitida ao Reino de Portugal. Estes informes não foram incluídos na carta do Papa, pelo perigo que poderia advir para o relacionamento com o rei de França caso se viesse a saber esta sua opinião. Mas a curiosidade, de forte contraste, surgiu logo que o xadrez político sofreu alteração, e, então, três anos depois (Breve *Cum de tuo*, de 1 de setembro de 1569), Pio V manifesta contentamento pela notícia que lhe chegou de que D. Sebastião tenciona casar com a irmã do rei de França, e (valha-nos o Céu!) os argumentos usados para o seu contentamento diferem em absoluto dos do Breve de 1566: «pelo sangue e virtudes da esposa escolhida, e pelo bem que deste matrimónio pode vir à Cristandade, razões porque exorta a realizá-lo em breve.»!!! E, em Breve *Gratissimae nobis*, desta mesma data, dirigido ao cardeal-infante, o Papa reitera os mesmos argumentos, inclusive pedindo a D. Henrique que insista com o jovem rei para que apresse essa decisão de casar com a irmã do rei de França, «para evitar os muitos perigos que costumam ameaçar tão verdes anos, é conveniente que case e breve».⁶⁸⁹

D. Sebastião (1554-1578, rei desde 1568) acaba de fazer 14 anos. O jovem rei que nascera já órfão de pai, vê-se envolvido, desde o nascimento, por uma atmosfera de silêncios, de lutos, de ameaças.

Falece ao mancebo coroado a usual expansão da mocidade. No berço o embalara a preocupada viuvez de sua avó e a constrangida figura de seu tio – um luto que dá a ideia da noite eterna – uma púrpura que tem reflexos do fogo e do sangue. Ao nascer o acompanham e perenemente o rodeiam lúgubres presságios. Vem ao mundo já no seio da orfandade. Começa a reinar entre os horrores da peste. Naquela juventude enfim não raia a aurora. Tal o adormentaram na infância, tal se levanta na adolescência. O seu mesmo ardor é apenas o de um misticismo exaltado e rígido, que a miúdo parece exclusivamente transmitido e mecânico. Falta-lhe a individualidade, falta-lhe a iniciativa, falta-lhe a vontade. Atrofiaram-lhe o vigor nativo, apagaram-lhe expressamente na alma os instintos humanos, e fizeram dele um soldado asceta, uma espécie de monge armado, cego e dócil.

⁶⁸⁹ Cf. *ibidem*, pp. 474-475 e 511-512.

Em vez de o instruírem para governar, torceram-no e quebraram-no como a noviço unicamente fadado a obedecer.⁶⁹⁰

Dirige uma carta a Pio V, participando-lhe que tendo atingido a idade indicada, lhe foi entregue, em Cortes, o governo do Reino por seu tio-avô que até aqui desempenhara denodadamente essa governação. Diz ter aceitado este novo encargo, não pelas suas próprias forças, mas por saber que pode continuar a contar com o auxílio e a presença próxima de seu tio e da sua avó, a rainha D. Catarina.⁶⁹¹ O Papa responde por Breve *Quo in statu*, em 28 de dezembro de 1569, congratulando-se com o avanço da negociação do casamento do jovem rei com a irmã do rei de França, elogiando-o pela escolha feita «que não podia ser melhor. pelo sangue e pelas qualidades que adornam a sua futura esposa». Seguidamente, o Papa aborda uma questão fulcral dos intentos do jovem monarca e endereça-lhe palavras de grande incentivo, a fim de «ajudar a propagar a religião cristã, e de sujeitar a África, muito se alegrou com tais notícias, e aconselha-lhe que execute este seu último projeto».⁶⁹² Sabemos quão escusado teria sido este último conselho, pois muitos destes calores é que foram alimentando essa intemperança de predestinação sentida pelo jovem rei.

Aliás, alguns olhos mais atentos alertavam para o cuidado com que se deviam rodear todas as orientações vindas de Roma, pois o entusiasmo do jovem rei poderia levá-lo a cometimentos arriscados para o Reino e o Papa parece ter-se apercebido disso mesmo. Em instrução particular, em 12 de março de 1570, do Papa a Luís de Torres (clérigo da Câmara Apostólica) aquele adianta que

com o rei de Portugal proceder-se-á moderadamente, porque sendo ele tão obediente à Santa Sé, é de crer que faça sempre prontamente aquilo sobre que Sua Santidade lhe escrever, ainda que seja com descómodo seu, pelo que, para não o meter em despesas, não se lhe falará no negócio da liga.⁶⁹³

Em 23 de dezembro de 1571, D. Sebastião havia manifestado ao Papa o desejo de participar na liga que se formava visando enfrentar os Turcos.⁶⁹⁴ Vive obcecado pela glória que «sabe» lhe está reservada porque é príncipe cristão (protegido pela seta de S. Sebastião que Gregório XIII lhe ofereceu pelo seu zelo religioso), vive para os ideais da Cristandade e tem uma crença existencial instalada: está fadado para a liderança e para o sucesso. À sua volta aperta-se cada vez mais a carapaça do sonho onde vivem e

⁶⁹⁰ *Ibidem*, p. VII.

⁶⁹¹ Cf. *ibidem*, pp. 493-494.

⁶⁹² Cf. *ibidem*, p. 517.

⁶⁹³ VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, tomo XIII, p. 520.

⁶⁹⁴ Cf. F. BRANDÃO, *o. c.*

se alimentam as fantasias da sua própria idade, que partilha e comunga com os seus fiéis fanático cúmplices e partidários (onde há monges, cavaleiros e visionários) que o acompanharão para o precipício.

Para aquele punhado de mentecaptos não há racionalidade humana que valha ou se possa sugerir. Ele dá instruções ao embaixador da França, João Gomes da Silva, em 29 de novembro de 1572, para que felicite Carlos IX pelo massacre dos protestantes de 24 de agosto, que ficou conhecida por «matança de S. Bartolomeu»!⁶⁹⁵

Nesse mesmo ano de 1572, sobe ao sólio petrino Gregório XIII que «sucedia a dois papas de quem compartilhava as boas intenções, mas não a virtude e a firmeza de carácter, devido à sua fraqueza»⁶⁹⁶. Também foi exímio em encontrar as palavras certas de estímulo ao desequilíbrio do jovem monarca. Por Breve *Lectis litteris*, de 28 de setembro de 1574, dirigido a D. Sebastião, comunica-lhe que está ao corrente dos seus intentos para realizar uma expedição contra os infiéis da África, mas, ainda que, pelo amor que lhe tem, receie «sobre a sua saúde e vida, já pelos perigos do mar e da guerra, já pelo diferente clima, e sobre o futuro do Reino, por ver exposto a eles um rei sem esposa e filhos». No entanto, consola-o transmitindo-lhe a esperança de que terá êxito no empreendimento, «e acredita que foi chamado a ele pela vontade de Deus. Dá-lhe a bênção, assim como a todo o exército, e roga a Deus que lhe conceda a esperada felicidade».⁶⁹⁷ Uma bênção com sabor a extrema-unção!!!...

Em outubro de 1575, é a vez de dar instruções ao embaixador em Paris, D. Nuno Manoel, para oferecer ajuda portuguesa a Henrique III na luta contra os Calvinistas.⁶⁹⁸

A ânsia pelo combate religioso enevoa o raciocínio do jovem rei e leva-o a terçar armas por uma causa para que se julga nascido, e apesar da avaliação das circunstâncias e das realidades de momento, por parte de entidades experimentadas, que vêm nessa empresa o malogro e o desastre não são suficientes para o demoverem dos seus intentos. Inclusive, a pessoa que mais beneficiaria (e veio a beneficiar) com tudo isto – Filipe II de Espanha, seu tio – em dezembro de 1577, diligenciou no sentido de o dissuadir da campanha de África sem nada conseguir.⁶⁹⁹

⁶⁹⁵ *Ibidem*.

⁶⁹⁶ Aquiles PINTONELLO, *o.c.*, p. 111.

⁶⁹⁷ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, tomo XIII, p. 572.

⁶⁹⁸ Cf. F. BRANDÃO, *o.c.*

⁶⁹⁹ *Ibidem*.

Em agosto de 1578, nas praias de Alcácer-Quibir dá-se o tão temido desastre, e Portugal, pela juvenil irresponsabilidade do seu soberano, alimentada também pelo desavisado conselho curial romano fica à mercê do poder do momento.

Cardeal-rei **D. Henrique I** (1512-1580, rei desde 1578). Devido ao seu estatuto e condição de infante, teve uma vertiginosa ascensão na hierarquia eclesiástica. Foi Prior Comendatário de Santa Cruz, aos 11 anos; ordenado, aos 14; arcebispo de Braga, aos 21; arcebispo de Évora, aos 28 (1.^a vez), aos 62 (2.^a vez); cardeal aos 33, cardeal-arcebispo de Lisboa, aos 52 anos. É aclamado rei aos 66 anos, sendo, para a época, considerado um eclesiástico de proveta idade. D. Henrique foi, com certeza, confrontado com algo que jamais sonharia, ainda que os últimos anos pudessem fazer prever uma qualquer situação deste género. Ostenta a dignidade mais alta, inclusive a de ser eleitor do Papa, mas acrescenta a esta a de ser celibatário, não jovem. Põe-se-lhe o grande dilema de comprometer um voto religioso, provavelmente, ao longo da vida, muitas vezes posto à prova, mas é isso que lhe pedem para permitir abrir uma janela de esperança à sucessão ao trono por um soberano português. A pressão é muita e D. Henrique sente-se compelido a que lhe procurem noiva, enquanto ele tenta a dispensa do voto de celibato.

Em Carta de 28 de outubro de 1578, de el-rei D. Henrique ao embaixador João Gomes da Silva, invocando a vontade do povo português, ordena que sejam feitas diligências junto do Papa a fim de lhe serem concedidas licenças de voto de castidade e dispensa de ordens de forma a poder casar e dar um herdeiro ao trono de Portugal.

Está certo que Sua Santidade as aceitará pela necessidade reconhecida de se dar este passo, e pelos danos que com ele se podem evitar, danos que Sua Santidade temeu e previu com menos fundamento do que agora, quando aconselhou a D. Sebastião que contraísse matrimónio, pois este rei era moço e tinha ainda por sucessor a ele cardeal. Recomenda-lhe o maior segredo no negócio, e que peça a Sua Santidade que o faça guardar aos seus oficiais por quem ele correr.⁷⁰⁰

Em fevereiro de 1579, o cardeal D. Henrique insiste junto de Gregório XIII para que lhe seja concedida a dispensa de votos e celibato, a fim de poder casar. Em 18 de março do mesmo ano, há diligências por parte de Filipe II de Espanha para ser proclamado sucessor de D. Henrique. Em 25 de junho seguinte, o cardeal apresenta um projeto de sucessão que passa pela inauguração de uma nova dinastia, através da proclamação do secundogénito de Filipe II como seu sucessor.⁷⁰¹

⁷⁰⁰ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, tomo XIII, pp. 581-582.

⁷⁰¹ Cf. F. BRANDÃO, *o. c.*

Em 31 de janeiro de 1580, morre D. Henrique! E em abril, os ***Governadores do Reino*** enviam ao Papa uma embaixada encabeçada por Francisco Barreto, a fim de apresentar a situação difícil da sucessão em Portugal.⁷⁰²

Por Breve *Quantopere de rebus*, de 15 de abril de 1580, dirigido aos governadores do Reino, Gregório XIII

assegura o muito que estima o Reino, e como o encomenda assim como a eles governadores nas suas orações a Deus, em quem sobretudo cumpre fundar toda a esperança. Não deve, entretanto, Sua Santidade deixar de procurar remover, pela autoridade e poder que recebeu do Senhor, todos os escândalos e perturbações, e por isso manda a Portugal, como legado da Santa Sé em Aracoeli, ao qual acredita junto deles governadores.⁷⁰³

Em 17 de junho, os governadores do Reino declaram como sucessor natural Filipe II de Espanha. Por sua vez, em 19 de junho, em Santarém, D. António (Prior do Crato) é aclamado rei de Portugal, mas será derrotado no confronto com as tropas do pretendente espanhol, tendo-se refugiado em França, onde morreu.

Em outubro, o Núncio Alexandre Frumento, que regressa a Roma, morre em Toledo. Portugal só terá novo Núncio, depois de 1670.

Em 16 de abril de 1581, nas Cortes reunidas em Tomar, Filipe II de Espanha é aclamado rei de Portugal sob a denominação de «Filipe I de Portugal».

A DINASTIA FILIPINA

O início do período a que corresponde a Dinastia Filipina foi marcado por uma atmosfera de luto, derivada do desastre de Alcácer-Quibir, onde, além do rei, foi destróçada não só grande parte da nata política nacional, muitos titulares e filhos da nobreza, como também grande número de braços jovens do povo (força de trabalho que, a seguir, faltou ao amanho das terras e aos mesteres), com a agravante de que os que não foram mortos, terem sido resgatados à custa do total esgotamento do erário público e, os de impossível resgate, terem carregado um cativo degradante. A consequência desastrosa foi ainda mais agravada, porque, após o período de, praticamente, regência do cardeal D. Henrique, Portugal se ver convertido em território dependente do ancestral inimigo fronteiriço, ainda que o candidato real legitime o seu direito à coroa, por razões hereditárias de ordem sanguínea directa (era neto do rei D. Manuel I). Este facto, só por si, criou cisões nacionais profundas, pois tanto as elites da nobreza, como os eclesiásticos, dividiram-se em partidos con-

⁷⁰² Cf. *ibidem*.

⁷⁰³ Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *o. c.*, tomo XIII, pp. 591-592.

tendores, entre os adeptos da independência a todo o custo (partidários de António Prior do Crato, também neto de D. Manuel, mas considerado ilegítimo) e os afectos aos compromissos linhageiros de legitimidade (partidários de Filipe II de Espanha, que vingou), assim como muito do povo que seguia uns ou outros, conformes com as suas pertenças regionais ou de domínio.

Em sequência, Portugal, ainda que com a promessa de manutenção da sua independência, pois Filipe era rei de duas coroas (I de Portugal e II de Espanha)⁷⁰⁴, passou a ser visto, de facto, no estrangeiro, como parte da mesma coroa de Espanha e, por isso, acarreou com a inimizade dos seus inimigos que se encarregaram de lhe atacarem e se assenhorearem das suas desguarnecidas praças coloniais – porque quase abandonadas –, principalmente as mais longínquas.

Sucederam-se três soberanos espanhóis – os *Filipes (I, II e III de Portugal)* – e, com eles, se foi acentuando o depauperamento nacional, a todos os níveis, com uma também cada vez mais acentuada integração institucional dos órgãos de Estado, principalmente no aproveitamento das forças disponíveis, quer de Portugal quer da Espanha, para assegurar o controlo comercial dos mares, a luta contra o Islão e a disputa colonial com as emergentes potências marítimas de países protestantes, campos onde sempre convergiram os esforços das duas potências católicas, agora representadas por uma única Coroa.

A insatisfação pela dependência viu-se agravada com algumas decisões contrárias ao «Estatuto de Tomar» de 1581, como, por exemplo, a oneração tributária e o engajamento para reforço das tropas de Castela, envolvidas em disputas europeias e que, aos Portugueses, directamente, pouco diziam, acrescentando ainda o sentimento de «soberano ausente» e uma administração cada vez mais representativa dos interesses espanhóis e cada vez menos dos portugueses. E, para corolário da atmosfera de insatisfação geral, surgiu em 1632,

⁷⁰⁴ Nas Cortes de Tomar de 1581, convocadas para Lisboa, mas reunidas nesta cidade em virtude da peste que grassava na capital, o novo rei, Filipe I, ao declarar «*concedo o que me pedis*», dava satisfação ao pedido a ele dirigido pelos representantes de Portugal: «*Posto que Vossa Majestade herdou estes reinos e senhorios de Portugal, nem por isso se uniram aos de Castela, mas os herdou e principalmente e de per si, pelo que lembramos e pedimos a Vossa Majestade que estes reinos fiquem sempre inteiros e sejam de per si em tudo e por tudo se hajam de reger e governar por suas leis, ordenações, foros e costumes, como até agora se fez e usou.*» Como era da tradição, a convocatória das Cortes foi também dirigida aos eclesiásticos (bispos, vigários diocesanos e outros), tendo-lhes sido garantido que todos os cargos e benefícios eclesiásticos, em Portugal, seriam desempenhados e auferidos por portugueses. Em princípio, o estipulado pelo «Estatuto de Tomar», pelo menos durante os reinados de Filipe I e de Filipe II, parece que ia sendo cumprido, apesar da defesa das praças portuguesas ter sido entregue a guarnições espanholas, pagas pela Coroa de Espanha, o que denuncia uma atmosfera de desconfiança ou necessidade de uma vigilância próxima. No último reinado, as coisas já não correram da mesma maneira, agudizando-as as fricções sociais pela subalternização dos interesses portugueses e pelo saque patrimonial. (In Rui RAMOS [dir.], *o. c.*, pp. 275-277 e 291.)

uma obra – *Monarquia Lusitana* – da autoria de dois monges de Alcobaça, que determinaria animicamente a vontade popular de mudança e de restauração da independência, pois nela se revelava que, nas Cortes de Lamego de 1139⁷⁰⁵, teria sido determinado que o trono de Portugal nunca poderia ser ocupado por um rei não português, determinação esta que tornava ilegítima a ocupação do trono de Portugal de então. Reunidas as condições, efectivamente, o jugo estrangeiro foi, definitivamente, sacudido, em Dezembro de 1640.

A DINASTIA BRAGANTINA

Embora o golpe de 1640 tenha subvertido a ordem institucional, com a consequente expulsão dos representantes espanhóis e a aclamação do Duque de Bragança como rei **D. João IV** de Portugal (1604-1656, rei desde 1640), a paz com Espanha foi um processo desgastante de mais alguns anos, que só foi assinada em 1668, e apenas possível por circunstâncias de contexto político internacional muito favoráveis à causa de Portugal.

A poderosa Casa dos Habsburgos (ou Casa de Áustria), desde o séc. XIII e prolongando-se até ao séc. XX, exerceu uma forte influência na política europeia, com vários ramos da família titulares de ducados, arquiducados e imperadores da Áustria, do Sacro Império Romano-Germânico e reis da Hungria, de Espanha, de Portugal e da Boémia. O ramo que, então, reinava em Espanha afundava-se nas diversas contendidas europeias: na

⁷⁰⁵ Alexandre Herculano e outros historiadores – a que se juntaram Rui Ramos (coord.) e Bernardo Vasconcelos de Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (autores) com a recente *História de Portugal*, que, às Atas das Cortes de Lamego, chama documento «apócrifo» (p. 339) –, envolvidos em grande polémica, tentarão demonstrar o que há muito se suspeitava, que essas Cortes nunca existiram e que a sua invocação, por parte dos monges alcobacenses, autores da *Monarquia Lusitana*, mais não foi do que um trabalho «patriótico» de legitimar uma ação para sacudir o domínio espanhol. No entanto, D. António Caetano de Sousa (1674-1759), no seu *Agiolégio Lusitano* [ed. fac-similada, tomo IV, pp. 104-105, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, MMII], já vivendo alguma dificuldade, na prova da existência destas Cortes, argumentava do seguinte modo [ortografia actualizada]: «Nós por agora nos satisfazemos com o que temos dito, para mostrar, que não foram inventadas as Cortes de Lamego pelo Doutor Fr. António Brandão [monge alcobacense]; e concluímos dizendo: que não só é verdadeiro o traslado, que ele imprimiu; mas que o original deste acto, se conservava na Colegiada de Lamego, onde o viu o Padre António de Faria, da Congregação de S. Filipe Neri, natural da mesma cidade, que nos afirmou o teve nas suas mãos, e o lera, e examinara, e era tão verdadeiro como Douro este exemplar Padre, que com toda a certeza nos atrevemos a afirmar, que naquela Colegiada se guardaram em algum tempo.» E noutro passo, pergunta: «Se Brandão imprimiu a III Parte da Monarquia Lusitana no ano de 1632, como foi o inventor? Demais que no mesmo ano estampou o Ilustríssimo D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo então de Braga [1635-1643], o livro de Primatu Bracharense, e nele a fol. 192, faz menção destas Cortes; com que em dúvida podemos ficar, se as teve, ou não do Cronista-mór Brandão.» Embora não se trate, efectivamente, de uma influência institucional religiosa direta na ação governativa estatal, não se pode olvidar o peso institucional da Abadia e do Arcebispo como meio de credibilização de uma fonte e do seu feito, no posterior desenrolar dos acontecimentos, que passou, em 1641, a ser considerada «lei fundamental», integrada na ordenação jurídica da Monarquia, e que, inclusive, mereceu adendas derogativas, em 1679, a fim de que se legitimasse o casamento do regente D. Pedro, indigitado sucessor do destituído D. Afonso VI, com uma estrangeira, e, em 1697-1698, para legitimar a sucessão ao trono do filho de um irmão de rei (cf. Rui RAMOS (coord.), *o. c.*, pp. 339-340).

guerra religiosa que ficou conhecida por Guerra dos Trinta Anos (que opôs Estados seguidores da Reforma a Estados católicos, que os Habsburgos protegiam), em guerras para sustentar os Turcos muçulmanos que avançavam sobre a Europa Oriental e, em várias outras escaramuças internas a que acresceu a guerra com Portugal na tentativa de lhe recuperarem o trono. Perante o poderio dos Habsburgos, o sucesso das armas de Portugal deveu-se à circunstância de desgaste e de fragilidade que a Casa reinante de Espanha atravessava e ainda pelo apoio que, passados os primeiros tempos da Restauração, os seus inimigos deram a Portugal, especialmente a França e a Inglaterra, que se envolveram diretamente em ações de reforço, treino e liderança das tropas portuguesas, durante os anos em que durou a guerra da Restauração, e, obviamente, o heroico esforço dos defensores das praças retomadas, assim como o empenhamento de todos os nacionais em não deixar que a Coroa voltasse ao domínio de Espanha.

Este último campo de ação teve a adesão imediata e incondicional de numerosos eclesiásticos com o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha⁷⁰⁶, à cabeça, e, na sua retaguarda, o valoroso empenhamento diplomático, especialmente confiado também a eclesiásticos que, no estrangeiro, se moviam com maior facilidade pelos meandros da política europeia, com suposto destaque para a Santa Sé, ressaltando desses muitos nomes, o de D. Miguel de Portugal⁷⁰⁷ e do Padre António Vieira⁷⁰⁸, a quem foram confiadas árduas tarefas na cativação de simpatias para a causa nacional. Internamente, algumas fidelidades religiosas ao antigo monarca espanhol foram suprimidas, como sucedeu ao Arcebispo de

⁷⁰⁶ D. Rodrigo da Cunha (1577-1643) era um prelado muito conceituado tendo chegado a ser convidado, em 1638, para a Sé de Madrid, que recusou. Foi bispo de Portalegre (1615-1618), bispo do Porto (1618-1627), arcebispo de Braga (1627-1635) e arcebispo de Lisboa (1635-1643). A sua adesão à Restauração foi total, chegando a fazer parte da Junta Governativa até à aclamação de D. João IV.

⁷⁰⁷ D. Miguel de Portugal (1601-1644) foi proposto para o episcopado em 1636, ainda no tempo dos Filipes, mas era um eclesiástico completamente dado à causa da Restauração. Em 7 de abril de 1641 recebeu «*instruções para o bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal, passar à Cúria Romana*», a fim de prestar obediência ao papa Urbano VIII. Foi bispo titular de Lamego (1636-1643), residente, e esta era já uma designação que atestava o seu carácter de pastor dedicado e honesto, pois a maioria dos bispos titulares apenas tinham o título que lhes permitia beneficiar das rendas das suas dioceses, sem nelas residirem. D. Miguel a caminho da Itália passou por Paris, onde foi recebido pelo cardeal Richelieu que lhe disponibilizou todo o apoio. Mas, em Roma, a sua missão revelou-se demasiado espinhosa pois teve de enfrentar, na Cúria, a influência espanhola que tudo fazia para lhe barrar esse acesso, e, na rua, por vezes o confronto físico como sucedeu em 20 de agosto de 1642, quando ele e os que o acompanhavam sofreram uma emboscada de apunhados espanhóis, tendo sido forçados a defender-se à espada e a tiro. D. João IV já se contentaria que o Papa pelo menos os recebesse em particular, mas Urbano VIII, não querendo melindrar o monarca espanhol, recusou-se sempre a receber a embaixada portuguesa. D. Miguel permaneceu em Roma durante um ano, movendo influências, mas sem qualquer resultado. Em 18 de dezembro, D. João IV deu instruções para que regressasse ao Reino. Após o seu regresso, el-rei, num esforço para o recompensar pela sua dedicação quis nomeá-lo para a Sé de Braga, mas o pedido foi recusado pelo Papa.

⁷⁰⁸ Em missão secreta na França, Inglaterra, Holanda e Itália, em 1647. Em 12 de outubro, está em Paris, onde se encontra com o cardeal Manzarino (então primeiro-ministro da França [1642-1661]), sucessor do cardeal Richelieu.

Braga, Sebastião de Matos de Noronha, acusado de conluio contra D. João IV, e que, por tal, foi julgado e encarcerado na Torre de Belém, em 1641, onde veio a falecer.

O trabalho diplomático, no exterior, e os fortes contributos de motivação e voluntarismo patriótico de muitos (seculares e eclesiásticos), no plano interno – beneficiando também do conformismo de uns e da acomodação de outros – começaram por dar alguns frutos para a Causa, assim como o natural abrandamento da turbulência à volta do reconhecimento e da ação institucional dos órgãos do Estado, então restaurados. Apesar de tudo, a atividade da Inquisição pareceu intocada e manteve uma certa autonomia, ainda que pelo que se depreende, bastas vezes, fugindo à instrumentalização tentada pela autoridade régia:

Se a fundação do Santo Ofício em Portugal teve como objetivo inicial alargar a jurisdição real a uma área sensível e até então tutelada pelo Papado, os seus resultados a médio prazo, apesar da nomeação pelo rei do inquisidor-geral, não corresponderam, porventura de forma mais notória do que em outras instituições, aos propósitos originários. Durante mais de um século e, em particular, depois da Restauração (1640), o tribunal atuou em diversas conjunturas de forma bastante autónoma, contrariando em muitos momentos as pretensões régias. [...] Entre 1676 e 1681, com efeito, o Papa suspendeu a atuação da Inquisição portuguesa por causa da questão do testemunho singular (condenação na base de um único testemunho incriminatório e secreto), ao que parece, com forte apoio de grupos de pressão de cristãos-novos de Roma e até com alguma intervenção do Padre António Vieira. A interferência papal acabou por ter a oposição do então regente D. Pedro, que a reputou de uma violação da jurisdição real.⁷⁰⁹

Sob pressões políticas de várias origens, a atividade do Tribunal inquisitorial acabou por ser restaurada, em 1681 e, desta vez, muito menos autónomo porque mais próximo da autoridade real, que o soube justificar com o aumento dos autos-de-fé. O País perdeu no papel de intervenção autónoma de uma instituição não estatal, mas a Monarquia, na figura do rei, ganhou pela concentração na sua pessoa de aspetos de gestão social que, até então, não dominava totalmente. Ia-se firmando o *Regalismo*!

Esta intromissão secular em domínios, até aí, sob autoridade de eclesiásticos, haveria de ser robustecida pela Monarquia com reconhecimentos institucionais públicos de natureza religiosa, por exemplo, em 1646, na proclamação de Nossa Senhora da Conceição como padroeira de Portugal⁷¹⁰, com cunhagem de moeda (de ouro e prata)⁷¹¹, consagração de

⁷⁰⁹ Rui RAMOS (coord.), *o. c.*, p. 341.

⁷¹⁰ O dogma teológico só seria proclamado em 1854, por Pio IX.

⁷¹¹ Reunidos em Cortes os três Estados do Reino, D. João IV consagrou Portugal e coroou a Imaculada Conceição como Rainha de Portugal, fazendo o seguinte juramento: *Juramos com o Príncipe e Estados de confessar e defender sempre (até dar a vida sendo necessário) que a Virgem Maria Mãe de Deus foi concebida sem pecado original*. Este juramento institucional da Monarquia seria extensivo à própria Universidade de Coimbra, onde os estudantes juravam defender a doutrina da Conceição virginal de Maria, nos atos académicos de graduação. Foi suprimido após a dogmatização (1854) «*por já não se justificar*» (cf. Centro Académico de Democracia Cristã, in <http://www.cadc.pt/padroeira.html> [visitado em agosto de 2017]). Em 1819, D. João VI marcará a efeméride instaurada pelo seu antecessor com a criação da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição.

templos e calendarização de celebrações nacionais religiosas. Outros empreendimentos de inscrição religiosa se seguiriam, neste e nos reinados seguintes, ilustrados por vários empenhamentos régios em domínios até então considerados religiosos como a construção do Convento de Maфра, em tempos de D. João V, que lhe reforçou o cognome de *O Magnânimo*, mas que, também, por proximidades convivenciais controversas que alimentou, lhe carregou o epíteto de *O Freirático*, ou *Beato* ou *Lúbrico*⁷¹².

Mas a ação institucional religiosa, aparentemente subalternizada, não se circunscrevia ao papel funcional da Inquisição. Ela estava sobremaneira inscrita, ou melhor, era constituinte do *modus vivendi et operandi* dos eclesiásticos do Alto Clero⁷¹³, cujo estatuto religioso os mantinha a salvo das crises e depurações⁷¹⁴. A atestá-lo está o facto de os bispos titulares, indicados pelos reis e confirmados pela Santa Sé, até então não terem sido afastados ou não perderem o lugar, quando havia crises dinásticas, apesar de, maioritariamente serem de origem nobre. A confirmá-lo está a manutenção de D. Jorge de Almeida, bispo de Lisboa (1570-1585), com permanência no Conselho de Regência de Filipe I; de D. Rodrigo da Cunha, bispo de Lisboa (referido acima), ainda que opositor da integração, ocupasse o lugar durante o reinado de Filipe III, e que, depois da aclamação do novo rei, foi um dos subscritores do *Auto de Levantamento e Juramento d’El-Rei D. João IV*. Destacamos ainda, porque emblemático dessa proximidade institucional, envolvida por um halo de insuspeição, devido à sua conotação religiosa, o caso de D. Tomás de Almeida (1670-1754), primeiro patriarca de Lisboa, que ocupou as mais díspares funções na estrutura monárquica, antes e durante o desempenho das suas funções eclesiásticas⁷¹⁵.

⁷¹² Cf. Oliveira MARTINS *apud* Rui RAMOS (coord.), *o. c.*, p. 343.

⁷¹³ «[...] incontáveis bispos, dignitários e cônegos que exerciam ofícios civis, como embaixadores, físicos do rei, membros do seu desembargo – onde chegaram a constituir quase um terço dos efetivos –, a tal ponto que se considera hoje que a Igreja ajudou de forma voluntária e deliberada a construção do Estado moderno por considerar que o serviço da monarquia era parte integrante da função episcopal» (Ana Maria RODRIGUES, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, coord. Carlos de AZEVEDO, *o. c.*, vol. I, p. 360; *vide* também nota 387, p. 174 e nota 715, abaixo).

⁷¹⁴ Ressalvamos aqui dois casos conhecidos – em 1147, depois da tomada de Lisboa, e 1383, depois da aclamação do Mestre de Avis – mas que têm uma plausível explicação. No primeiro caso, o bispo cristão de Lisboa sob o domínio árabe era moçárabe, considerado, portanto, fora da comunhão romana, sofreu, por isso, igual perseguição e morte infligida aos árabes residentes. No segundo caso, o bispo que ocupava a cátedra de Lisboa, Martinho de Zamora, além de castelhano ocupava o lugar por nomeação de um antipapa, Clemente VII, residente em Avinhão, e, por isso, incorreu na designação de cismático. Esta imunidade, no entanto, será perdida, ao longo do século XIX, à medida que as novas ideias seculares e dessacralizadoras conquistam os espaços sociais e se infiltram nas estruturas de poder e mesmo no aparelho eclesiástico, como se verá, por exemplo, nos episódios de fuga, de nomeação, renomeação, destituição e de recusa em que se viram envolvidos muitos bispos, e inclusive o Nuncio da Sé romana, que tomaram partido, durante a guerra civil entre liberais e miguelistas.

⁷¹⁵ Em 1625, foi Desembargador da Relação do Porto; em 1698, desempenhou funções na Casa da Suplicação e Casa dos Agravos; em 1702, Procurador e deputado da Fazenda do Conselho da Rainha; em 1703, Deputado da Mesa da Consciência e Ordens; em 1704, Juiz do Fisco Real, chanceler-mor do Reino.

Mas a demora do reconhecimento de D. João IV por parte da Cúria (e o monarca haveria de morrer sem ter sido reconhecido por Roma), era causa de grande instabilidade sociorreligiosa, com reflexos sociopolíticos na imagem da Coroa que se exauria para ser reconhecida e aceite, tanto interna como externamente. No respeitante à administração das dioceses, a D. João IV colocou-se cedo um problema que se foi tornando cada vez mais grave, pois à medida que o episcopado envelhecia e morria, e, consequentemente, não se renovando o presbiterado com novas ordenações, vagavam as dioceses e as paróquias, não sendo repostas as titularidades episcopais, porque a Cúria, confrontada também com outras razões, no tabuleiro político peninsular, oscilava nas suas decisões, mas não aceitava as nomeações do não reconhecido rei de Portugal.

Neste equilíbrio de forças o Papado jogava diplomaticamente com os interesses espanhóis: na Catalunha, recusava as propostas de nomeação que o monarca espanhol lhe enviara para as sedes vacantes, pois pensava que o problema catalão ainda não estava resolvido; pelo contrário, em relação à monarquia portuguesa, parecia aceitar plenamente as reservas espanholas, uma vez que não dava provimento às nomeações eclesiásticas de D. João IV.⁷¹⁶

Durante 11 anos, o único bispo sagrado que existiu em Portugal e seus domínios foi D. Francisco de Soto-Maior, bispo titular de Targa. Falecido este (3 novembro de 1669), ficámos sem nenhum!⁷¹⁷

Desde 1641-1644, com D. Miguel de Portugal, nomeado por D. João IV para embaixador na Santa Sé e não reconhecido, até ao Tratado de Paz com a Espanha, em 1668, encetaram-se diversas diligências e arrastaram-se esforços de inúmeras outras personalidades⁷¹⁸ no sentido de alcançar do Papa o reconhecimento do monarca português, em primei-

Como Bispo de Lamego (1706-1709), foi Escrivão da Puridade. Como Bispo do Porto (1709-1716), foi Governador da Relação e Armas da Cidade. Como a elevação, em 1716, da Sé de Lisboa a Sé Patriarcal, foi empossado como Patriarca de Lisboa, em 1717, passando à dignidade de Cardeal-Patriarca em 1737, função em que se manteve até à morte, em 1754. A tomada de posse da nova Sé Patriarcal de Lisboa, em 13 de Fevereiro de 1717, foi considerada um acto de tal significado institucional, tanto político como religioso, e celebrado com tamanha solenidade, que mereceu a seguinte descrição, na obra *Ano Histórico* [3 vols., 1714-1744], da autoria do Padre Francisco de SANTA MARIA: «Entrada iniciada na Igreja de São Sebastião da Pedreira, esperava-o a cavalo a nobreza da corte. Tomou o coche e veio marchando com acompanhamento luzidio até a Igreja de Santa Marta; apeou, tomou a Capa Consistorial, continuou a cavalo a marcha até as portas de Santo Antão, onde se levantava altar. Deixou a Capa, revestiu-se pontificalmente com a capa e mitra branca, montou mula ruça coberta com gualdrapa de tela branca, rédea dada ao irmão Dom Luís, Conde de Avintes. Ao sair das portas, receberam-no sob um pálio de preciosa tela os vereadores dos senados de ambas as câmaras de Lisboa e entre duas alas que formavam as comunidades regulares, confrarias e irmandades da cidade, chegou à Santa Basílica Patriarcal, e se deu fim ao ato com o hino *Te Deum laudamus*, cantado com solenidade.»

⁷¹⁶ Porfírio PINTO, «Episcopado», in *Dicionário do Padre António Vieira*, dir. por José Eduardo Franco (em preparação).

⁷¹⁷ Pe. Miguel de OLIVEIRA, *História Eclesiástica de Portugal*, o.c., p. 292.

⁷¹⁸ Cónego Pantaleão Rodrigues; Rodrigo Rodrigues; Fernando Brandão; Pe. Manuel Valadares, Manuel Roiz de Matos, Mário António Nobili e António Lopes Arroio; Pe. João de Matos e Fr. Fernando de Meneses; D. Vicente Nogueira; Pe. Nicolau Monteiro; Pe. Nuno da Cunha; Fr. Manuel Pacheco; Agostinho Castelete (*ad casum*); Pe. António Vieira (*ad casum*); Dr. Manuel Alves Carrilho (*ad casum*);

ro lugar, e, seguidamente, que se aceitassem pelo menos as suas propostas de provimento episcopal das sés vagas em Portugal metropolitano e ultramarino. Nenhuma pressão, nenhum argumento, porém, permitiu uma qualquer abertura, desde que mantivesse a exigência, a partir da sustentação de alguma dignidade à figura do monarca português, que o mesmo fosse mencionado no documento a emitir pela Cúria.

Onde estava essa amada Igreja que, nos seus Breves aos monarcas portugueses, sempre tão elogiosamente se lhes dirigia, acalentando-os, mesmo nos tempos mais difíceis, com lembranças dos seus antepassados e das suas promessas e dos seus serviços? Essa cúmplice de outrora era, agora, uma miragem sustentada pelo vazio de promessas que nada valeram, de prendas trocadas que já nada valiam, de um projeto de centenas de anos abandonado, por uma leviandade, por um fogo fátuo, de uns poucos de anos, levada por outro monarca que a aliciara com a promessa de um grande império (o dos Habsburgos), onde o Sol nunca se punha! Por Roma se arrastou este Portugal, três dezenas de anos, de coração destroçado, batendo-lhe às portas dos seus novos e sumptuosos palácios renascentistas, pedindo apenas um pouco de atenção, uma palavra, uma entrevista, um encontro que permitisse um olhar nos olhos, que talvez originasse um compasso de reflexão de que brotasse alguma compaixão, comiseração, o avivar de uma recordação. Minha querida Igreja, *temos um clero depauperado, esvaído, desanimado, desesperançado e envelhecido; temos as sés sem báculo, sem mitra e sem pontifical, desertas e dessacralizadas; temos um povo à míngua, vivendo o abandono da palavra e do sacramento*. Estes e outros apelos foram tentados, veiculados e mediados, obtendo apenas silêncio e desprezo! Seria esta a noiva antiga, feita esposa, companheira de aventuras e desventuras, de fracassos e glórias, de verdade eterna, nesta hora da verdade humana? Tal atitude frustrou, desencantou, humilhou, esfriou e ensandeceu o coração amante, pisoteando a dedicação, a fidelidade, a entrega. Foi cavada uma ferida profunda na alma do governante com reverberações extensivas ao sentimento nacional que se foi transformando em lenitivo de um mal disfarçado anticlericalismo, que sobrevirá.

abade de Intin (*ad casum*); cardeal Caetano Orsini Cavalieri (*ad casum*); Francisco de Sousa Coutinho [falecido em 1660 e considerado o primeiro diplomata português de carreira], que conseguiu ser recebido pelo papa Alexandre VII, mas apenas em audiência particular, sem qualquer significativo resultado para o que pretendia; Pe. Francisco de Távora; D. Francisco Manuel de Melo (*ad casum*); Pe. Gaspar Fonseca; Pe. Francisco de Villes (*ad casum*). (Cf. Saul A. GOMES, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Carlos Azevedo (coord.), *o.c.*, vol. II, p. 109.) Para o aprofundamento do período que decorreu desde 1640 e 1668, vide Martim de ALBUQUERQUE, *A consciência nacional portuguesa: dos primórdios ao fim das guerras da restauração: ensaio de história das ideias políticas*, Lisboa, Ed. Verbo, 2016.

Será no reinado de **D. Pedro II** (1648-1706, rei desde 1668), depois do Tratado de Paz de 1668, que o papa Clemente IX, pelo Breve *Dilectum filium* de 1 de janeiro de 1669, mostrará abertura ao reconhecimento da Restauração de Portugal, aceitando, 3 meses depois, por Breve *Quicquid Incolumi*, que fosse nomeado um embaixador português. Em 1 de maio, é retomada a representação diplomática na Santa Sé, com a nomeação de D. Francisco de Sousa (futuro 1.º Marquês das Minas).

A partir de 1706, ano da morte de D. Pedro II (*O Pacífico*), excetuando o envolvimento (em aliança *forçada*) de Portugal na guerra de Sucessão de Espanha (1702-1713), de magro proveito, foi-se vincando «*um afastamento crescente face à cultura europeia [...] consolidando a opção atlântica e de aliança com a Inglaterra, a potência marítima dominante*»⁷¹⁹, Portugal voltar-se-á, definitivamente, para o Atlântico Sul e suas rotas comerciais, reforçando a prioridade do Brasil como o grande projeto nacional, e dando continuidade a uma assinalável recuperação económica, já começada em tempos de D. João IV, com o forte incentivo de novas culturas e de fluxos de bens através das navegações, entre a Metrópole europeia e as suas dependências atlânticas e ultramarinas.

Com **D. João V** (1689-1750, rei desde 1706) estreitaram-se as relações com Roma, a partir da concessão, por parte da Cúria romana, de diversos privilégios tanto à pessoa do rei como individualidades eclesiásticas que se moviam no âmbito da Coroa ou a ela estavam adstritos por inerência de funções, inclusive a prerrogativa concedida ao monarca de ser ele a impor o barrete cardinalício aos distinguidos.

Dos vários privilégios e distinções estão: a concessão do título de Patriarca ao Arcebispo de Lisboa, com a elevação da Capela Real a Basílica, que estará na origem da divisão da cidade em duas dioceses⁷²⁰; a concessão do cardinalato ao Patriarca de Lis-

⁷¹⁹ Rui RAMOS (coord.), *o.c.*, pp. 343, 345. Há que também realçar o forte impulso à indústria e comércio nacionais dado pelo Tratado de Methuen, celebrado em 1703, entre Portugal e Inglaterra.

⁷²⁰ A Real Capela foi elevada a Colegiada por Bula *Apostolatus ministerio*, de 1 de março de 1710, de Clemente XI, e elevada a Igreja metropolitana e Basílica patriarcal pela Bula *In Supremo apostolatus solio* de 7 de novembro de 1717, do mesmo Papa. Lisboa-cidade e Lisboa-diocese passam a constituir duas dioceses: 1) *Patriarcado de Lisboa Ocidental*, na capela régia, com sede, sob a denominação de *Santa Igreja Patriarcal* (com sufragâneas: Lamego, Leiria, Funchal e Angra); e 2) *Arcebispado de Lisboa Oriental*, com sede na antiga Sé (com sufragâneas: Guarda, Portalegre, Cabo Verde e São Tomé e Congo) e subordinada, hierarquicamente, à Oriental. Em 1717 (17 de dezembro), o titular do Patriarcado passou a ter a dignidade de Cardeal (*Inter praecipuas apostolici ministerii*, de Clemente XII). Em 1740 (13 de dezembro) a Bula *Salvatoris nostri Mater* delibera a união das duas dioceses, sob autoridade do Patriarca, com sede na nova Patriarcal, sob invocação de Santa Maria. D. João V, por decreto de 31 de agosto de 1741, subscreve a decisão papal. (cf. *Gabinete Histórico que a Sua Majestade Fidelíssima, o Senhor Rei D. João VI, em dia de seus felicíssimos anos, 13 de maio de 1818, oferece Fr. Claudio da Conceição*, tomo VII [desde 1717 a 1729], Lisboa, Impressão Régia, Anno 1820, pp. 1-11).

Esta singularidade administrativa da Igreja que manteve Lisboa dividida, desde 15-1-1717 até 13-12-1740, terá futuros desenvolvimentos, nos 24 anos da sua existência, tendo acabado por ser extinta, espe-

boa (que ainda hoje se mantém); a elevação ao cardinalato dos núncios nomeados para Lisboa (que ainda vigora e que será causa da próxima rutura); a concessão por Bento XIV do título de *Rei Fidelíssimo* a D. João V e a seus sucessores.

Em 1707 (6 de janeiro), pela primeira vez, o monarca impõe o barrete cardinalício ao Núncio cessante Mons. Miguel Angelo Conti, futuro papa Inocêncio XIII. Nesse mesmo ano é enviado à Santa Sé, como embaixador extraordinário, D. André de Melo e Castro, sendo portador de um conjunto de instruções sobre a orientação que o novo monarca queria dar à sua governação, e, no que respeitava à Santa Sé, D. João V pretendia ser tratado em pé de igualdade com os outros soberanos europeus. Em aspetos particulares o tema do Padroado para Portugal era essencial, mas juntavam-se-lhe mais prerrogativas, como a da escolha, entre os nomes propostos pelo Pontífice, o do Núncio a nomear para Lisboa, cuja aceitação ficaria sempre dependente da elevação ao cardinalato do Núncio anterior. Em 1712, foi a vez de D. Nuno da Cunha e Ataíde, inquisidor-mor, e capelão-mor de D. Pedro II e D. João V ser distinguido por Clemente XI com o cardinalato. Em 1715, ocorrerá um momento especial de distinção do monarca português por parte de Clemente X: o envio a D. João V de um luxuoso coche (construído em Roma e, hoje, no Museu dos Coches de Lisboa) que transportava as «faixas bentas» para o batizado do príncipe herdeiro (futuro D. José I). Em 20 de setembro de 1720, por Breve de Clemente XI é concedido ao Patriarca de Lisboa «*pro tempore*» (consoante as circunstâncias) a faculdade de sagrar e conceder insígnias aos reis de Portugal.

Estas eram atitudes eclesíásticas que pareciam querer atenuar a memória negativa e de profunda ofensa sentida pelo soberano e povo portugueses com o que acontecera ao longo de quase todo o século XVII e, particularmente, durante o processo de reconhecimento da Restauração de 1640. O soberano, como ato reconciliador, prontificou-se a apoiar a Santa Sé e a liga que a apoiava na luta contra os Otomanos, e integrou a expedição então organizada (1717), fornecendo uma armada de 11 embarcações (guarnecidas de muitos soldados, marinheiros e cavaleiros com mantimentos para cinco meses, muitos apetrechos e dinheiro e sobressalentes e créditos), que saiu de Lisboa a 18 de abril e chegou a Corfu (Grécia), a 10 de junho, onde se juntou às forças de Veneza, de Malta, da França e do Papado. Prontamente se dispuseram ao combate e, em 19 de julho de 1717, na famosa Batalha do Matapão, infligiram pesada derrota às forças otomanas.

cialmente pelos inúmeros problemas que originou a sua administração cívica, jurídica e eclesíástica. Em 1821 (25 de outubro) foi extinta a Patriarcal; em 1828 (28 de fevereiro) foi restaurada a antiga Sé Patriarcal; em 1834 (4 de fevereiro), D. Pedro V extinguiu a Sé Patriarcal e restituiu à Basílica de Santa Maria Maior a categoria de Sé Metropolitana.

O Papa celebrou muito esta vitória com grandes elogios da Nação Portuguesa, chamando ao Senhor Rei D. João V verdadeiro «Rei Católico», e verdadeiro «Filho da Igreja». Com estas fraternas e amorosas expressões escreveu a El-Rei agradecendo-lhe tão grande benefício. Ao General Conde do Rio [Grande] mandou um Breve, em que lhe agradecia o zelo, e valor, com que a sua Armada triunfara da inimiga. Confessou também esta obrigação a República de Veneza, mandando por seu Embaixador Extraordinário o Cavaleiro João Mocenigo agradecer a El-Rei de Portugal este benefício, expressando em nome da República o seu reconhecimento, confessando dever-se à nossa Esquadra a vitória, que se alcançara dos Turcos.⁷²¹

Prestigiada a Coroa e as suas armas, Lisboa passou a ser considerada como o grande entreposto portuário das ligações da Europa com a América, a África e todo o Oriente. Aqui chegavam as naus oriundas das terras dos confins oceânicos, ajoujadas de especiarias e novas, e daqui partiam carregando os bens de troca, as guarnições para as novas praças e os alimentadores de uma fome evangélica que, nos confins do mundo, se supunha ávida de revelação. Levados por um ideário prosélito, por lá se embrenhavam os da missão espiritual, os da Cruz, de mão-dada com os emissários da «civilização», da espada e do canhão, visando retornos e compensações que, a uns, elevavam às consolações celestiais, e a outros, cobriam de glória e benfeitorias terreneas.

Assumindo este espírito logístico, em 19 de janeiro de 1720, D. João V recebe o Patriarca de Alexandria, D. Carlos António Mezabarba, que é enviado como Visitador Apostólico ao longínquo Império da China, por mandato de Clemente XI e que fará esta viagem em nau portuguesa. Tanto esforço, sabe-se que poucos frutos deu, mas aqui retornará, e daqui regressará Roma, por terra, muitos meses depois! Em 1726 (19 de novembro) será a vez da chegada a Portugal do jesuíta António de Magalhães, enviado pelo imperador da China. No seu imediato regresso tentará preparar a receção da embaixada de Alexandre Metello de Sousa e Meneses (portadora de inúmeros presentes que muito beneficiavam a imagem de Portugal) e que, junto do Imperador, pretendia a sua proteção para os habitantes de Macau, assim como a sua tolerância para com a difusão do cristianismo. A embaixada chega à China em 18 de maio de 1727, mas os resultados são considerados nulos e a perseguição aos cristãos continuou.

O encontro com a China, em aspetos de natureza religiosa, sempre se mostrou muito problemático principalmente devido às diretrizes apostólicas que, temendo o perigo de sincretismo, no contacto com as religiões e filosofias orientais, assumiram atitudes de rígida defesa e de imposição doutrinária, não acautelando a convivência pelo

⁷²¹ *Ibidem*, o.c., pp. 27-28.

menos a partir de bases mínimas de respeito por valores comuns de ordem ética e de respeito pelas culturas ancestrais dos lugares.

Os progressos entre Roma e a Coroa portuguesa pareciam já longe das tensões de outrora, e a Igreja de Portugal orgulhava-se, em finais de 1727, dos seus três cardeais – D. Nuno da Cunha de Ataíde, D. José Pereira de Lacerda e D. João da Mota e Silva – que tinham assento no Sacro Colégio. Mas o que se julgava afastado, à mais pequena turbulência, manifestou-se em toda a sua crueza. Em 26 de janeiro de 1728, Mons. Firrão, Nuncio em Portugal desde 1715, acaba de ser elevado ao cardinalato. No entanto, fora omitida a ascensão do Nuncio anterior, Mons. Vicente Richi que estivera em Lisboa entre 1710 e 1715. São imediatas as reações. Bento XIII não se mostra agradado pelo reparo do monarca português e mantém a omissão. Em 20 de março, perante a atitude de desaprovação da atitude papal, o embaixador em Roma, André de Melo e Castro, retira-se e suspende as relações diplomáticas com a Santa Sé... e, quatro dias depois, o secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte-Real convida o Nuncio Firrão a abandonar Lisboa, no prazo de cinco dias. A 5 de julho, dois decretos ordenam a saída dos súbditos do Papa no Reino e a proibição de qualquer comunicação com a Cúria. Esta situação vai prolongar-se por três anos.

Longe vai o tempo dos compassos de espera e do vaivém da prolífica correspondência que alimentava o circuito das delongas conviviais. A relação Monarca-Igreja, agora gerida a partir de um ponto axial físico bastante mais afastado (no começo era interno, depois passou para Roma), está a passar por momentos de elevada delicadeza e a margem deixada à confiança, por tudo o que ainda há pouco se passou (entre 1580 e 1670), revela-se muito reduzida, quase resquicial.

Mas um novo Papa, Clemente XII, chegado ao trono de S. Pedro em meados de 1730, do alto da sabedoria dos seus quase oitenta anos, está decidido a repor alguma disciplina nos comportamentos e justiça nas atitudes. «Começou o seu pontificado punindo todos os eclesiásticos que durante o papado do seu antecessor tinham acumulado riquezas com especulações, entre eles, o cardeal Coscia, condenado a 10 anos de prisão e forçado a entregar aos pobres toda a sua fortuna»⁷²² e, em 24 de setembro de 1731, concede o barrete cardinalício a D. Vicente Richi, e, desta forma, é sanada a situação diplomática com Portugal. Em 9 de novembro, é nomeado o novo Nuncio, Caetano Orsini, e em 17 de dezembro de 1737, é concedido a Portugal a elevação ao cardinalato

⁷²² Aquiles PINTONELLO, *o.c.*, p. 134.

dos Patriarcas de Lisboa (no consistório que se seguir à sua eleição).⁷²³ Em 19 de dezembro, decide-se que as divergências, entre a Coroa e a Cúria, sobre a apresentação dos bispos, serão resolvidas por Concordata.

Em 20 de dezembro de 1737, Portugal tem quatro cardeais no Sacro Colégio. Em 3 de maio de 1738, chega a Lisboa o Núncio Caetano Orsini Cavalieri e traz o barrete cardinalício para o Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida. Em 2 de outubro de 1738, é nomeado para a representação diplomática de Portugal em Londres Sebastião José de Carvalho e Melo, cuja ação no governo de D. José será determinante para as relações de Roma-Monarca. Regressará a Portugal em 21 de dezembro de 1743, sendo enviado, no ano seguinte, para Viena de Áustria, onde casa e fica até 30 de agosto de 1749.

O fluxo transitário no porto de Lisboa é imenso, a ele convergindo embarcações de toda a Europa que percorriam o mundo, facto que revela uma atividade de grande efervescência comercial. As frotas marítimas de longo percurso, como medida de precaução contra um curso de dupla face (de nações inimigas e de salteadores apátridas), movimentavam-se encomboiadas, como no-lo sugere cronologia consultada⁷²⁴. Por exemplo, em 23 de julho de 1743, chega a Lisboa a frota de Pernambuco, composta de 30 navios; e, em 19 de janeiro de 1744, chegam a Lisboa 38 navios da frota da Baía. No dia 11 de dezembro de 1742, por exemplo, estão atracados aos vários cais de Lisboa 125 navios, provenientes do Brasil, Inglaterra, Holanda, França, Malta, Espanha, Dinamarca, Áustria, Suécia, Veneza; mas, em 8 de fevereiro de 1746, são mais de 150. E a *Gazeta de Lisboa* de 27 de janeiro de 1748 dá conta de 154. Toda esta efervescência será potenciada pelas remessas de ouro do Brasil, levando a uma disponibilidade de fundos e meios que Portugal nunca conhecera, com incremento das artes e do mecenato a diversos níveis e dos megalómanos empreendimentos que caracterizam o reinado de D. João V.⁷²⁵

Em 1742, haverá lugar para uma das últimas trocas de gentilezas antes duma ruptura que se avizinhava. O embaixador em Roma, Manuel Pereira Sampaio, entrega a Bento XIV um cálice de ouro enviado por D. João V. E, em 23 de dezembro de 1748, o

⁷²³ Esta condição só foi interrompida no pontificado do papa Francisco com a nomeação de D. Manuel Clemente.

⁷²⁴ In <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/barroco/bar1736.html> (visitado em 31 de julho de 2017).

⁷²⁵ O Convento de Mafra com os seus torreões sineiros pode ser considerado como o exemplo mais acabado do que se afirma. Lembramos também, a outro nível, o acontecimento que foi a aquisição, em Itália, da famosa Capela de S. João Batista (que pode ser admirada, em Lisboa, na Igreja de S. Roque). Foi visitada pelo papa Bento XIV, em 23 de abril de 1747, armada, antes de seguir para Lisboa, aonde chegou em navio veneziano, em 1 de setembro, e sendo inaugurada em 13 de janeiro de 1751.

mesmo Papa retribui, concedendo a D. João V e a seus sucessores o título de «Fidelíssimo»⁷²⁶.

Na concessão do título de «Fidelíssimo», com inclusão extensiva – os «seus sucessores» – de entidades de quem nada se sabe, pois ainda não existem nem se adivinha se o merecerão, carrega um sentido de desejo, soa a derradeira vontade... a vaticínio... um olhar vago premonitório de um futuro nebuloso, de augúrio difícil!...⁷²⁷

D. João V morre em 31 de julho de 1750.

⁷²⁶ Cf. Eduardo BRASÃO *apud* Pe. Miguel de OLIVEIRA, *o.c.*, p. 295.

⁷²⁷ *Vide* também o sentido que pode ser colhido a partir do conceito «dois corpos do rei» (pessoal e institucional) e a relação que pode ser estabelecida neste caso (cf. nota 344, p. 153).

2. Conflitos, rutura, separação, divórcio

(de 1759/1834 a 1910/1918)

O período compreendido entre finais do século XVIII e inícios do século XIX caracteriza-se pela aceleração de um processo evolutivo sob efeito de movimentos sociais e políticos de determinante incidência em novas mentalidades e de leitura específica do mundo, engendrando extensas interações que reconfiguraram o mapa das relações dos povos e das nações e, inclusive, redesenhando a geografia política europeia.

Portugal, país limítrofe, parecia manter-se a coberto desta turbulência, mas não deixou de sentir os seus efeitos, e, seguindo modelos inspirados no «despotismo iluminado», os seus órgãos de governação régia não só concentraram os instrumentos de poder como restringiram a ação institucional religiosa, com ponto alto na expulsão dos jesuítas em 1759⁷²⁸. Com D. Maria I (1777-1816) acentuou-se a denúncia da forte influência clerical nos órgãos de poder, e os seus agentes, acusados de constituírem uma camada social improdutiva e de relaxados costumes, foram responsabilizados pelo estado de ignorância do povo. Fazer o diagnóstico da situação foi tarefa da Junta⁷²⁹ então criada, que durou

⁷²⁸ A Companhia de Jesus foi extinta por Breve *Dominus ac Redemptor Noster* de 21 de julho de 1773, de Clemente XIV: «Por atitudes de rebeldia da Ordem contra os soberanos que a haviam acolhido, por levarem a discórdia a outras Ordens religiosas e, de algum modo, terem atentado contra a ordem estabelecida nos Estados em que havia atuado», mas foi restaurada em 7 de agosto de 1814, pela Bula *Sollicitudo omnium ecclesiarum*, de Pio VII. Expulsa de Portugal em 1759, regressará em 1829, mas será de novo expulsa em 1834 (por decreto de Joaquim António de Aguiar, a que se seguiu o corte de relações com Roma). Com o reatamento destas relações, em 1841, regressará de novo em 1848 (a que se seguiram os Franciscanos, em 1860, e os Beneditinos, em 1888). Posteriormente, em 1911, com a extinção das Ordens por Afonso Costa, será de novo expulsa, voltando pelos anos 20. Esta temática está sobremaneira refletida por diversos autores, com especial destaque para inúmeros trabalhos (artigos e obras) de José Eduardo Franco. Em relação a este ponto, o do confronto da Companhia de Jesus com o Poder absoluto, Eduardo Franco esclarece: «No plano ideológico-político, os teólogos da Companhia eram críticos em relação à nova concepção reforçadora do poder absoluto do Estado encarnado na pessoa do rei, que concentrava todos os poderes. Os mentores e protagonistas do despotismo como era o caso do Marquês de Pombal na sua forma mais acabada, entendiam que o poder era dado diretamente por Deus ao rei, o qual tornava o príncipe como supremo senhor, onnipotente, absoluto e despótico, sendo tudo feito ad arbitrium Principis. Os Jesuítas introduziram um elemento mediador (e moderador) deste poder, pois defendiam que o poder vinha de Deus, mas era dado aos reis per populum (isto é, através do povo). Logo, o rei estaria ao serviço do povo e governava para promover a sua felicidade e merecer a sua confiança e outorgação. Quando tal exercício se tornasse despótico e derivasse para a tirania, o soberano devia ser substituído. Ora, isto era inadmissível para um defensor do absolutismo real, lançando a suspeita sobre a Companhia na sua relação com o poder absoluto, tanto mais que alguns dos seus teólogos tinham defendido, na linha da teologia política de filiação tomista, que em casos extremos o rei tirano poderia ser licitamente deposto pelo processo do regicídio.» (In «Antijesuitismo em Portugal: História e Mito», http://www.triplov.com/letras/eduardo_franco/jesuítas_02.html [visitado em junho 2017].)

⁷²⁹ Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento das Ordens Religiosas (cf. Isabel Nobre VARGUES-Maria Manuela T. RIBEIRO, in *História de Portugal* [dir. José MATTOSO], vol. V, p. 224.

até 1834, e que justificou a sua criação ao confirmar o estado geral de degradação das Ordens.

Entrados no reinado de **D. José I** (1714-1777, rei desde 1750) vamos verificar, entretanto, a que ponto de desgaste foi levada a relação do Estado com a Igreja. Já se percebeu que essa oscilante relação se mantinha à custa de muito pouco, apoiando-se apenas em tradições de fidelidade religiosa e em costumeiras formas de fazer. A qualquer mínimo contratempo ameaçava romper-se devido à adversa atmosfera anticlerical gerada pelos novos ventos de profundas mudanças por que passava toda a Europa. D. José I e o seu Secretário plenipotenciário em que se convertera Sebastião José de Carvalho e Melo – Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, desde 1750; e Secretário de Estado do Reino, em 1756 – confrontavam-se com a grande dificuldade de manter um qualquer clima amistoso nas relações com a Cúria romana⁷³⁰ devido a objetivos de governação muito centrados na figura régia e pouco consentâneos com modelos de partilha de poder.

De início, especialmente a partir da ascensão de Sebastião José ao ministério, surgiram algumas medidas de D. José I que permitiam perceber os restritos limites por que se teriam de reger o convívio social e institucional. 1. Foi restabelecido o «beneplácito régio»; 2. Foi proposta a reforma do ensino universitário; 3. O Tribunal inquisitorial passou para a alçada estatal; 4. Foi estabelecido o controlo régio da atividade comercial, em todo o espaço português; 5. Foram emanadas diretrizes de controlo populacional, em áreas de grande sensibilidade como os aldeamentos índios no Brasil, até aí sob administração dos Jesuítas; 6. Foram criadas novas dioceses no Ultramar, por iniciativa régia; 7. Foi incrementado um esforço missionário mais diversificado, especialmente em áreas até então dominadas pelos Jesuítas; 8. Foram incrementadas campanhas de sensibilização para acatamento e execução das novas medidas, com penas gravosas para os resistentes ou prevaricadores.

Esta era uma profunda reestruturação institucional cujo fomento e aplicação colidia com muitos dos interesses instalados e de vária natureza, com destaque para a influência e ação da Companhia de Jesus, particularmente no Brasil. A criação da Compa-

⁷³⁰ Como parte dos esforços da Cúria em não deixar resvalar a relação para âmbitos de agastamento e confronto, em 19 de fevereiro de 1754, chegara a Lisboa o novo Núncio, D. Filipe Accioaiuoli, realizando-se, a 9 de março seguinte, a esperada imposição régia do barrete cardinalício do Núncio cessante, D. Lucas Melchior Tempì, que estivera em Portugal de 1744 a 1754.

nhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão⁷³¹, promovida pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), irmão de Sebastião José, veio suscitar acirradas resistências. Em primeiro lugar, pelo impacto das restrições ao livre comércio; depois, pelas políticas implementadas na administração dos aldeamentos índios, cuja prerrogativa, até então, era função dos missionários jesuítas; e, finalmente, pelo incentivo à produção e ao comércio nas capitanias, com importantes reflexos nos equilíbrios sociais, devidos à necessidade de cativação de abundante mão-de-obra, só possível pela subjugação dos autóctones ou pela importação de escravos.

Ora, nos movimentos de contestação que emergiram, a oposição dos Jesuítas sobressaía pelas óbvias razões do seu direto envolvimento nas estruturas institucionais e no exercício da sua atividade missionária junto das populações, a qual se encontrava agora comprometida. Noutro registo, na reforma dos programas pedagógicos, por exemplo, ganhou corpo a contestação devido às novas orientações marcadamente jansenistas e galicanas⁷³², bem contrastantes com o ensino jesuíta, cujos métodos pedagógicos, reunidos no plano educacional globalizado (para docentes e discentes), conhecido por *Ratio Studiorum*⁷³³, se mostravam mais normativos, mas menos doutrinadores.

⁷³¹ «Para a formação desta Companhia contribuiu em muito o capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que tinha o desejo de abater o poderio dos padres jesuítas naquelas paragens. Assim se compreende que, na mesma data da fundação da Companhia, um diploma régio mandasse “restituir” aos índios daquela zona a liberdade das suas pessoas e bens.» [...] «A queda de Pombal levou à rutura do sistema mercantilista por ele criado e de que participava o comércio monopolista de Pernambuco e da Paraíba. Deu-se de imediato a liquidação da Companhia, havendo ainda accionistas em 1800 a receber os seus dividendos.» (In J. V. SERRÃO, *História de Portugal*, vol. VI, o.c., pp. 177 e 180).

⁷³² Os princípios do galicanismo, que tem a sua origem nos movimentos medievais de contestação do poder papal, assim explicitados: *submissão da Igreja ao Estado monárquico cujo soberano assegura o bem-estar dos seus súbditos*. O resumo destas ideias, expandidas em França, estão contidas no documento criado por Bossuet, conhecido por *Declaração do Clero Galicano sobre a jurisdição eclesiástica*. As «liberdades da Igreja galicana – sujeição do Papa aos cânones da Igreja, superioridade do concílio ecuménico – são adoptados pelo partido jansenista. E, deste modo, o jansenismo histórico se alarga à esfera político-eclesiástica, se torna galicano e antipontifício. [...] Segundo [estes princípios] a plenitude dos poderes da Sé apostólica é limitada pelos decretos de Constança acerca da autoridade dos concílios ecuménicos, decretos que têm valor permanente, não limitado ao tempo do cisma. O exercício do poder papal, diz o art. 3.º, é regulado pelos cânones eclesiásticos; com esses permanecem em vigor também os princípios e os costumes da Igreja galicana há muito vigentes; no juízo sobre questões de fé o Papa tem certamente uma parte preponderante, mas a sua decisão não é irreformável, se não é confirmada pelo consenso da Igreja universal.» Estas doutrinas muito em voga no século XVIII prevaleceram para além da Revolução Francesa, até ao século XIX. «O jansenismo nasce numa sociedade em evolução, onde o ideal cristão corre o risco de se dissolver na vaga dos costumes fáceis. Compreende-se deste modo que tenha sentido e aceitação o apelo ao regresso à pureza da doutrina e da disciplina da Igreja primitiva.» (In <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4177.pdf>, visitada em 30 de agosto de 2017.)

⁷³³ «A pedagogia da *Ratio* pretende que o educando, a partir da sua liberdade, desenvolva ao máximo, de modo harmónico e segundo uma hierarquia de valores, as suas disposições espirituais e as suas faculdades mentais, volitivas e afectivas, de acordo com a sua verdadeira natureza e destino.» (Margarida MIRANDA, *Código pedagógico dos jesuítas: Ratio Studiorum da Companhia de Jesus*, Campo Grande, Esfera do Caos, 2009, p. 41.) «A *Ratio Studiorum* preceitua a formação intelectual clássica estreitamente vinculada à formação moral embasada nas virtudes evangélicas, nos bons costumes e hábitos saudáveis,

Essa liderança jesuítica contestatária, considerada obstáculo à boa execução das determinações governativas, foi vista como ato de oposição e de desobediência política, tendo originado, por parte do governo da Colónia, o elenco dos «abusos, violências e desrespeitos, sedições e outros atos reprováveis que os Jesuítas teriam praticado»⁷³⁴. Em 1756, chegou a el-rei D. José a documentação reunida – *Terribilidades* –, logo seguida do relatório, em 1757 – *Relação abreviada* – das inúmeras arbitrariedades cometidas, sustentadas ou incentivadas pelos Jesuítas.

Na justa medida que crescia a contestação da Companhia de Jesus às medidas de Pombal, avolumavam-se, consequentemente, as acusações contra ela, advindas ou propiciadas por muitos dos colaboradores de Pombal. Tal era o caso do bispo D. Miguel Bulhões e Sousa⁷³⁵ e do governador Mendonça Furtado, na Colónia, mas também na Metrópole, pois logo em 1758, os Jesuítas são apontados como instigadores dos motins no Porto e do atentado a el-rei D. José, na noite de 3 de setembro desse mesmo ano.⁷³⁶

Baseando-se mais em presunções do que em provas, envolve a Companhia na tentativa de regicídio, articulando criminalmente este ato com o conteúdo dos requisitos antijesuíticos já elaborados anteriormente por Pombal referentes nomeadamente o caso do Brasil. Este seria o culminar de toda uma história que fazia dos Jesuítas sublevadores, instigadores de guerras contra o Estado e atentadores contra a autoridade real. O atentado seria a vingança para abrir caminho à sua ambição de poder que estava a ser sustida pelas medidas antijesuíticas da Coroa.

Neste crime qualificado como sendo de «lesa-majestade de primeira cabeça, de alta traição, rebelião e parricídio», não só é envolvido o grupo referido de jesuítas como mentores do crime em associação com os nobres condenados, mas toda a Companhia de Jesus em Portugal. E ela como um todo sofrerá as consequências do crime alegadamente cometido por uma parte. Contra a Companhia foi determinado pela Junta da Inconfidência que se procedesse ao sequestro dos seus bens, que se intimassem os bispos das diversas dioceses a publicarem pastorais que publicitassem a responsabilidade dos Jesuítas no atentado, que se dissolvessem as suas comunidades religiosas e se encarcerassem os jesuítas que tivessem praticado comércio, assim como se proibisse a sua actividade de ensino e a

explicitando detalhadamente as modalidades curriculares; o processo de admissão, acompanhamento do progresso e a promoção dos alunos.» (In http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200010 [visitado em 30 de agosto 2017].)

⁷³⁴ Cf. José Eduardo FRANCO, «O “terramoto” pombalino e a campanha de “desjesuitização” de Portugal», in *Lusitania Sacra*, 2.^a Série, 18 (2006), p. 160. Muita da documentação de apoio de que nos socorremos, para esta época, pode também ser acedida no portal: https://books.google.pt/books?id=02dO AQAAMAAJ&pg=PA146&dq=1767,+dezembro,+resposta+ao+Breve&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwinsKy_3YnWAhUGaxQKHRbDBz8Q6AEIKzAB#v=onepage&q=1767%2C%20Dezembro%2C%20reposta%20ao%20Breve&f=false (visitado em agosto de 2017).

⁷³⁵ Frei Miguel foi Bispo de Belém do Pará, de 1748-1759, e chegou a ser incumbido do governo-geral do Brasil, numa ausência da capital do governador Mendonça Furtado. Esteve diretamente implicado na expulsão dos jesuítas, dos quais chegou a ser nomeado Visitador e Reformador, durante o processo que antecedeu a sua saída do Brasil.

⁷³⁶ Cf. José Eduardo FRANCO, *o.c.*, p. 168. Os Jesuítas – considerados autores morais do atentado – são presos, as suas residências devassadas e o Pe. Malagrida será preso, julgado e justificado, juntamente com os autores materiais, os Távoras, em 21 de setembro de 1761.

sua substituição enquanto educadores fosse financiada com o produto do confisco dos seus bens.⁷³⁷

Em maio de 1758 faleceu Bento XIV, e sucedeu-lhe, logo em julho, Clemente XIII, a quem faltava muita da argúcia absolutista do seu octogenário antecessor. Confrontado com fartos problemas de ordem jurisdicional, especialmente os conflitos herdados com diversas cortes europeias, onde a *questão dos Jesuítas* sobressaía, o papa Clemente viu-se forçado, em 14 de setembro desse primeiro ano de pontificado, a dirigir um apelo apaziguador – Breve *A quo die* – aos Bispos no sentido de lhes suscitar a urgente necessidade de não só manterem uma profunda união com o Papado, mas também de se empenharem na manutenção das boas relações com os poderes seculares. Estes instrumentos de persuasão que tão bons resultados davam no passado, agora, nos novos tempos que se viviam, revelavam-se de pouco ou nenhum efeito.

Em Portugal, aquilo que, inicialmente, poderia ser entendido como uma pontual onda de resistência eclesiástica conservadora – com jesuítas à sua testa –, em breve, se compreendeu ser uma concertada e generalizada oposição da Companhia de Jesus às determinações régias, facto suficiente para que a Companhia se constituísse como alvo de uma campanha governamental antijesuítica que, começando com a interdição dos seus membros ensinarem ou atenderem de confissão, culminará na sua expulsão de Portugal e seus domínios, em 3 de setembro de 1759⁷³⁸. As consequências, talvez na altura, não suficientemente avaliadas ou previsíveis, foram muito nefastas quer para a administração pública quer para o ensino, especialmente no Ultramar (missionação, em geral, e junto dos agrupamentos nativos dos índios do Brasil, em particular), e também pela extinção da Universidade de Évora, que ficou sem administração e corpo docente.

A seguir ao decreto de expulsão da Companhia de Jesus, no dia 11 imediato, el-rei concedeu audiência ao Núncio sobre esta questão e, no dia 15, foram dadas instruções ao embaixador na Cúria sobre o modo de tratar do assunto dos Jesuítas. O Núncio Acciaiuoli mostrou-se muito crítico em relação às determinações régias e também a grande parte das medidas preconizadas pela nova governação, pelo que não evitou a manifestação do seu desagrado, denunciando a Roma atos que considerava de perseguição anticlerical e de censura antirreligiosa. Como reação, o Secretário de Estado de D. José solicitou a Roma que o Núncio fosse destituído, mas não obteve de Clemente XIII uma

⁷³⁷ Cf. José Eduardo FRANCO, «O “terramoto” pombalino e a campanha de “desjesuitização” de Portugal», in *Lusitania Sacra*, o.c., pp. 178-179.

⁷³⁸ In *História de Portugal em datas*, o.c., p. 168.

aceitação explícita, correspondente à vontade régia. Perante isto, engendrou, então, um ardiloso pretexto para levar a efeito essa destituição e quer o Núncio quer a Cúria não se mostraram à altura do ardil diplomático, tendo reagido de forma primária e acabando por favorecer os desígnios de Pombal.

Aproximava-se a data do enlace matrimonial da princesa D. Maria, com seu tio infante D. Pedro. Feitos os convites ao corpo diplomático acreditado em Lisboa para o casamento a celebrar em 6 de junho de 1760, foi propositadamente ignorado o Núncio Apostólico. Durante as três noites seguintes, em conformidade com as praxis, todas as embaixadas mantiveram os seus edifícios iluminados, associando-se ao regozijo da cidade, mas D. Acciaiuoli, uma vez que não havia sido convidado, manteve a Nunciatura às escuras, manifestando deste modo o seu desagrado pela discriminação de que fora alvo. Esta atitude do representante papal foi considerada desrespeitosa, levando a Secretaria de Estado, logo em 14 de junho, a dar ordem ao Núncio para, no prazo de quatro dias, abandonar o Reino. Em consequente consonância, o Papa suspendeu a audiência agendada com o embaixador Francisco de Almada e Mendonça (primo e apoiante de Sebastião José), e este, como represália, decidiu abandonar Roma, tendo afixado edital na Embaixada, em 4 de julho, em que convidava todos os portugueses residentes em Roma a abandonarem a cidade, atitude que ele próprio concretizou em 7 de julho. E, a 15 de julho de 1760 é decretado o corte de relações diplomáticas com a Santa Sé e a expulsão de todo o pessoal diplomático da Nunciatura.

Este expectável corte de relações acabou por contribuir para a clarificação do estado das relações Estado-Igreja⁷³⁹ que, há muito, se ia mostrando de difícil sustentação pelo despropositado esforço das partes para encobrir o que era patente quanto ao seu cada vez maior distanciamento. O projeto nacional, sentia-se, já não era comungado de

⁷³⁹ A separação da Igreja do Estado era uma atitude que começava a ser partilhada por muitos, inclusive por eclesiásticos como no-lo testemunha uma das figuras mais marcantes do pensamento iluminista do Portugal daquela época, o padre oratoriano António Pereira de Figueiredo (filósofo, teólogo, latinista, gramático), que, no Proêmio da *Tentativa Theologica* (1766), assim considerava o corte de relações: «modo ordinário com que a Majestade e a Soberania dos Principes Catholicos (sem ofensa da Religião ou do primado de S. Pedro) costuma despicar-se das injúrias e desatenções da Cúria Romana» (*in* <http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ilu11.html> [visitado em 20 de agosto 2017]). Em 1769, o padre Figueiredo deixará a Congregação do Oratório, passando ao clero secular e a desempenhar funções de Deputado da Real Mesa Censória e de membro da Academia Real das Ciências de Lisboa. É considerado defensor da instauração de uma Igreja nacional à semelhança da Igreja Anglicana. Encontra-se eco desta suposta intenção, ou pelo menos do desejo de uma ampla autonomia eclesial, conforme o explicita o subtítulo da obra *Tentativa Theologia*, «em que se pretende mostrar, que impedido o recurso á Sé Apostólica se devolve aos Senhores Bispos a faculdade de dispensar nos Impedimentos Publicos do Matrimonio e de prover espiritualmente em todos os mais Cazos Reservados ao Papa, todas as vezes que assim o pedir a publica e urgente necessidade dos subditos».

cumplicidades alimentadas por interesses nacionais comuns. Havia apenas algumas perspectivas de leitura histórica que pareciam convergir, por exemplo, no plano do Padroado, que a Coroa evitava que fosse perdido, pois ele garantia ainda uma ideia de perenidade à soberania portuguesa em terras distantes do Império, apesar de cada vez mais corroída e ameaçada pela intriga concorrencial de outras nações acabadas de chegar àqueles mesmos espaços (casos da França, da Inglaterra, da Espanha e da Holanda [estes, agentes da Reforma]) e pelos Vicariatos então criados. No entanto, na vida nacional interna (metropolitana) avivavam-se as fricções com sinais muito evidentes de que a ruptura não derivava de situações circunstanciais, mas ela radicava fundo em opções de evidente divergência ideológica e concepções concorrentes de expressão do poder, com fortes indícios de ser algo apenas aprazado e, a partir do qual, se esperava algo novo.

No plano da metáfora, muito pouco nos parece que haveria ainda naquela relação que pudesse permitir uma reformulação, uma reaproximação, um restabelecimento. Por mais que procuremos sinais que pudessem alimentar a esperança de qualquer recomposição, de concórdia para salvar quadros convivenciais como os de outrora, nada nos permite sequer o sustento de uma ilusão, bastando apenas uma superficial análise das circunstâncias e dos episódios que rodearam ou antecederam este desenlace para termos de concluir que esta era uma configuração relacional que se diluía, esgotara.

Recordamos aquele arrastar de iniciativas e diligências, visando o reconhecimento do rei «Restaurador», que tão meritoriamente havia sacudido o jugo opressor da sujeição política da nação, e que se prolongaram por dezenas de anos, com gastos abundantes de fundos públicos e de energias de quantos neles se empenharam, para mover influências e sem resultado; o depauperamento anímico provocado pelos continuados esforços não reconhecidos e não correspondidos, sentidos como injusta penalização e degradante humilhação; e os agravos de ordem espiritual infligidos a todo um povo que, a par da glória, a ferros conquistada nos campos da contenda militar para repelir o usurpador e se manter livre, se via incompreendido, inexplicavelmente abandonado e privado do conforto sacramental por parte dos liturgos romanos enfeudados a causas vexatórias da sua condição, pela promíscua materialidade de ganhos e desordenados interesses mundanos. Ficou na profundidade do sentimento nacional essa mágoa com o sabor amargo de um amor, de uma vetusta afeição, envilecida por matizações de tom adúltero.

Passados decénios, e apenas quando o vizinho opressor se dispôs a reconhecer o direito à liberdade política reconquistada, apenas então, foi possível acender os candela-

bro e as tochas nas catedrais, ouvir o rebate vocativo para a solenidade litúrgica, dar alguma airoso visibilidade à paramentaria e à cruz episcopal e dar início a um restabelecimento, paulatino, das conezias diocesanas e suas curadorias, priorados e paróquias. Parecia terminado o exílio, mas a alma social fora indelevelmente atingida pela indignidade, deixando-lhe implantada uma altiva suspeição, que não mais pactuará, na relação possível, com situações que aconselhassem tolerância, compreensão, complacência, condescendência, transigência e outras atitudes de consonante sentido. Ao mais pequeno contratempo a resposta desferida era a de corte relacional. E, de corte em corte, de agravo em agravo, a rutura pareceu transformar-se numa obsessão para o Estado português, nem que para isso ela houvesse de ser provocada, à custa de pretextos engendrados e até pouco lisongeiros, como sucedeu com as razões invocadas para expulsar o Núncio Filipe Acciaiuoli (ver atrás). Quando uma relação sobrevive apenas movida por disposições pautadas por tão malévola natureza, em que já não há lugar para o coração, mas apenas o raciocínio frio dos interesses imediatos das partes, onde nada se conjuga na primeira pessoa do plural, o que se adivinha é apenas o seu fim, a rutura, a separação, o absoluto divórcio. Foi o que aconteceu à relação do Portugal monárquico com a monárquica Roma eclesiástica, no começo da segunda metade do século XVIII.

A partir de então, assiste-se ao decorrer de decisões que já não tentam sequer encobrir intenções ou velar propósitos. Em 25 de dezembro de 1761, determina-se que os bens seculares dos Jesuítas sejam incorporados na Coroa⁷⁴⁰; em 5 de maio de 1765, ao abrigo do beneplácito régio são mandados recolher todos os exemplares do Breve *Apostolicum pascendi* de Clemente XIII, de 6 de abril, que defendia a imagem e a restauração da Companhia de Jesus. E, nesta sequência, o Secretário de Estado Carvalho e Melo, eficaz e extensamente, faz publicar, sob o nome de José Seabra da Silva, a *Dedução chronologica e analitica*⁷⁴¹, obra traduzida em toda a Europa e, inclusive, com edição

⁷⁴⁰ Feito o levantamento dos bens dos Jesuítas, em dezembro de 1763, foram identificadas 538 casas (407 masculinas e 131 femininas) (cf. A. S. RODRIGUES, *História de Portugal em Datas*, o.c., p. 172).

⁷⁴¹ O seu frontispício ostenta a seguinte descritiva inscrição: *Dedução Chronologica, e Analytica: Parte Primeira, na qual se manifestam pela successiva serie de cada hum dos Reynados da Monarchia Portuguesa, que decorreram desde o Governo do Senhor Rey Dom João III. Athe o presente, os horrorosos estragos, que a Companhia denominada de Jesus fez em Portugal, e todos os seus dominios, por hum plano, e systema por ella inalteravelmente seguido desde que entrou neste Reyno athe que foy delle scripta, e expulsa pela justa, sabia, e providente Ley de 3 de setembro de 1759. Dada a luz pelo Doutor Joseph de Seabra da Sylva dezembargador da Caza da Supplicação, e Procurador da Coroa de Sua Magestade; para servir de instrução, e fazer parte, do recurso, que o mesmo Ministro intrepoz, e se acha pendente na Real Prezença do dito Senhor, sobre a indispensavel necessidade, que insta pela urgente reparação de algumas das mais attendiveis entre as ruínas, cuja existencia se acha deturpando a authorida-*

reduzida na China. José Eduardo Franco, que ao tema tem dedicado muita da sua investigação, relativamente a esta importante obra refere-se-lhe assim:

Volumosa obra que podemos considerar a *bíblia* do antijesuitismo pombalino e português. [...] Estes grossos volumes apresentam como autor José de Seabra da Silva (1732-1813), mas na realidade a sua idealização e direção foi feita pelo ministro Carvalho e Melo, provavelmente com a colaboração, além de Seabra da Silva, também de frei Manuel do Cenáculo e de António Pereira de Figueiredo.

[...] A mesma autoria pombalina é reiterada numa carta do padre António Pereira de Figueiredo, outro colaborador íntimo e sempre fiel de Pombal, dirigida ao seu confrade oratoriano em Goa, o padre Nicolau Francisco, no ano de 1771: «(...) V. Rma. procure em Goa quem lhe empreste a *Dedução Chronológica e Analytica* (da qual eu sei que o Sr. Marquês, seu autor, mandou para lá muitos exemplares) e por esse saberá o que fizeram em duzentos anos os Jesuítas em Portugal. Esta é a obra-prima do Sr. Marquês, a qual eu com tanto gosto como trabalho traduzi de Português para Latim, para que dela se pudessem aproveitar as nações.»

[...] a *Dedução Chronologica* é aquela [obra, entre outras] que de forma mais densa, extensiva e elaborada (e, apesar de ser a maior foi a mais divulgada e conhecida a nível internacional e nacional até) funda um estilo e sistematiza os vectores ideológicos estruturantes do mito da Companhia de Jesus em Portugal. Escreve Borges de Macedo que «com a *Dedução Chronologia inaugurou-se uma historiografia oficial* [...]»⁷⁴²

Passados dois anos, em 31 de agosto de 1767, Clemente XIII, «*promovido por hum divino impulso, tomou o expediente*»⁷⁴³ de endereçar a D. José I – *Carissimo in Christo Filio Nostro Josepho Portugalliae et Algarbiorum Regi Fidelissimo* – o *Breve A quo die illa inciderunt*. Nele, o Pontífice dirige um apelo sensibilizador ao monarca para que este aceite as suas propostas de reatamento das relações entre as duas Cortes.

«*Caríssimo Filho... Fidelíssimo*» é tratamento de apaziguamento, é apelo a sentimentos profundos de dedicação e de cordial, afetuosa e mútua pertença. O documento lembra a D. José os tempos passados, dos seus antecessores, os de uma ligação que nunca devia ter sido rompida e que se impõe agora restabelecer, pois os motivos que os movem são os dos valores cristãos comuns a todos, tendo já passado demasiado tempo para que persistam essas reservas – «*costumando o tempo curar todas as enfermidades*»!⁷⁴⁴ O Papa vai para além do apelo de *paridade matrimonial*, ele evoca sentimentos de relação mais próxima, *consanguínea*, como de Pai na fé, por parte do Pontífice, e de

de regia, e opprimindo o publico socego. Em Lisboa, anno de MDCCLXVII [1767]. Na *Officina de Miguel Manescal da Costa*. Por ordem de Sua Magestade.

⁷⁴² José Eduardo FRANCO, «Os Catecismos antijesuíticos do Marquês de Pombal», in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, nn. 7/8 (Ano IV, 2005), Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, pp. 247-268 (aqui, pp. 255, 257-258).

⁷⁴³ Conforme abertura do *Breve*, in *Coollecção dos Negocios de Roma no Reinado de el-rey D. José I. Ministerio do Marquez de Pombal e Pontificados de Benedicto XIV e Clemente XIII – 1755-1760*, Parte I, Lisboa-1874, p. 148. (Ortografia atualizada.)

⁷⁴⁴ *Ibidem*.

amor filial, por parte do monarca. E leva longe o esforço para reconquistar esse amor afastado e ressentido, dizendo que, desde a interrupção da sua comunicação,

não teve mais um instante de quietação; que lhe punziu muito acremente o ânimo ver que um filho caríssimo e tão amado no seu paternal coração se alienasse de Sua Santidade. [...] Que não considera viver, quando vê que, havendo tido todos os seus predecessores tão justas razões de se comprazerem de Sua Magestade [...] ele Santo Padre chora não terem com ele nem o menor comércio.⁷⁴⁵

Porém, a resposta de D. José I, ainda que denote alguma reverência pessoal e valorize os esforços do Pontífice, dá conta de que as razões para o rompimento são não apenas de ordem pessoal, mas também se mostraram gravosas na esfera institucional. E, enquanto persistirem as razões que deram origem ao rompimento, não haverá possibilidade de as mesmas serem reatadas, devido à gravidade dos factos imputados e à impunidade dos responsáveis, acobertados, agora, na Cúria romana.

Não estive, porém, certamente por mim impedir que uma Ordem de Regulares [*Jesuítas*], que se propôs *por objeto* a conquista do mundo, e, *por sistema*, os assassinatos dos Soberanos e as sedições dos povos, e que na Corte de Vossa Santidade tem o centro do seu governo, maquinasse dentro nela o malvado plano, com que me mandou assassinar às portas do meu mesmo palácio. [...]

Estes são em suma, Beatíssimo Padre, os escabrosos termos em que recebi o Breve de Vossa Santidade. Eu os *recordo* com a *grande mágoa* e igual *violência*, que deixo à consideração da justiça que Vossa Santidade deve fazer à minha filial veneração. Sou, porém, forçado pela indispensável urgência de suplicar a Vossa Santidade, que sobre a notória e pública existência dos referidos termos escabrosos me permita Vossa Santidade, que eu desafoque com a sua paternal e apostólica prudência a justa desconfiança, em que fico, de que este Breve tão cheio de palavras de unção apostólica, haja saído (contra todas as piias intenções de Vossa Santidade) daquela mesma oficina de obrepções e subrepções, donde nestes calamitosos tempos têm emanado outros Breves tão pios no modo exterior das suas expressões, como visivelmente dirigidos na substância do conteúdo neles a fazerem verter sangue as mesmas feridas, que na aparência se mostrava quererem-se curar. [...] ou que façam cessar com os escabrosos termos que deixo indicados, as causas que necessariamente produziram, e não poderão nunca deixar de produzir aquele sensibilíssimo efeito, enquanto existirem.⁷⁴⁶

Entretanto, a mentalidade regalista e secularista – partilhada e até defendida por muitos clérigos⁷⁴⁷ – continua a alastrar explorando aspetos de ordem teológica que pretendem remeter o Papado para a esfera da espiritualidade e afastando-o da gestão das coisas do mundo. Clemente XIII, porém, reage inconformado aos ataques ao domínio

⁷⁴⁵ *Ibidem*, pp. 148-149.

⁷⁴⁶ *Ibidem*, pp. 150-151 (*itálicos nossos*).

⁷⁴⁷ Este aspeto já está por nós referido, passos acima (*vide* nota 739), no entanto, a leitura do padre Miguel de OLIVEIRA ajuda a sublinhar a importância que o clero nacional teve em todo este processo: «A ausência de relações entre Portugal e a Cúria romana depois da Restauração, o prestígio da França de Luís XIV, o absolutismo de D. João V e as tendências antirromanas de alguns membros do clero favoreceram depois a aclimação das teorias político-religiosas dos jansenistas e galicanos, tão queridas do absolutismo» (in *História Eclesiástica de Portugal, o.c.*, p. 297).

temporal da Igreja, e, em 31 de março de 1768, emite a Bula *In Coena Domini*, em que afirma a universal soberania do Papa sobre o poder civil das nações cristãs. A Coroa portuguesa, porém, não aceita as pontifícias afirmações e, em 2 de abril, proíbe a divulgação da Bula, decretando a proibição da sua impressão e considerando crime de traição qualquer tentativa que contrarie a determinação régia. Em 18 de agosto de 1769, é promulgada a *Lei da Boa Razão* que reduz o peso do direito canônico nos tribunais civis. O enfrentamento aberto parece já não surpreender ninguém e a atmosfera política, no que respeita às relações com a Sé romana, transforma-se em contenda permanente, passando os Jesuítas e a sua Ordem a corporizar os antagonismos e a ser, na Europa, o alvo privilegiado dos ataques anticlericais (exceptuando-se alguns refúgios na Alemanha, Polónia, Suíça, Roma e a Leste, na Prússia e Rússia), tendo-se gerado muitas pressões junto do Papado para que a Ordem fosse extinta.

Portugal expulsou-a em 1759, por decisão de Pombal e sob pretextos acima referidos, e seguiram-se-lhe a França (1762), as Duas Sicílias, a Áustria, o Ducado de Parma e a Espanha (1767). Em 2 de fevereiro de 1769, Clemente XIII morre, deixando um quadro político nada amistoso e a espinhosa «questão jesuíta» para ser resolvida.

Neste mesmo ano e após 179 votações do Conclave⁷⁴⁸, foi eleito Clemente XIV. A sua eleição foi decidida no meio de intensa disputa, tendo como centro os Jesuítas, e o recém-eleito terá recebido dos seus apoiantes a incumbência da supressão da Companhia de Jesus, decisão, aliás, que ele apoiava e que, conformado, consumou em 21 de julho de 1773.⁷⁴⁹ Entretanto, logo após a eleição, em 25 de agosto, o Papa dispôs-se a receber em audiência o embaixador plenipotenciário Francisco de Almada Mendonça, e, três dias depois, em carta ao Conde de Oeiras (Sebastião José), dá conta das diligências por si encetadas no sentido do restabelecimento das relações com a Coroa portuguesa.

Paralelamente, o Secretário de D. José não desistia da intenção de ver os Jesuítas definitivamente erradicados da estrutura eclesial, pelo que em 5 de outubro desse mesmo ano de 1769, deu instruções *secretíssimas* para que as representações diplomáticas junto da Santa Sé fossem contactadas no sentido de as pressionar para que se apressasse a extinção da Companhia de Jesus. Em 16 de outubro, e após o sucesso das diligências

⁷⁴⁸ Cf. A. PINTONELLO, *o.c.*, pp. 138-139.

⁷⁴⁹ «O próprio cardeal Ganganelli [depois, Clemente XIV] disse aos seus companheiros antes daquela que seria a última eleição [votação] daquele conclave: “...corresponde ao sumo pontífice o direito de aniquilar, em boa consciência, a Companhia de Jesus, com base nas leis canónicas, e é desejável que o Papa faça uso do seu poder para satisfazer os desejos das coroas”.» (In Luis Tomar MELGAR, *História dos Papas*, Lisboa, Ed. Estampa, 2004, p. 380.)

de Sebastião José no reatamento das relações com a Sé romana, D. José I recompensa-o com o título de Marquês de Pombal, pelo qual, definitivamente, passou a ser tratado na história de Portugal. Em 26 de novembro, também o Papa entendeu agraciar o Marquês e, através do embaixador português, fez-lhe chegar o seu retrato pessoal.

1770 (25 de fevereiro), o Marquês agradeceu ao Papa a elevação ao cardinalato do seu irmão D. Paulo de Carvalho. Em 28 de maio, chegou o novo Núncio, D. Inocêncio Conti, que foi recebido por D. José em 4 de julho. Em 10 de junho, foram criadas as dioceses de Beja e de Castelo Branco, e, em 10 de julho, foi a vez de três novos bispados: Penafiel, Miranda do Douro e Pinhel. Em 23 de agosto, por Carta régia, foram reatadas oficialmente as relações com a Santa Sé. E o selo festivo que a Nunciatura quis apor no ato de restabelecimento das relações diplomáticas não poderia ser mais significativo: promoveu uma grande celebração festiva, em 17 de dezembro – aniversário da Princesa da Beira, futura D. Maria I, cuja festa de casamento fora a causa do rompimento, em 1760 –, em que a Família Real foi agraciada com vários presentes enviados pelo Pontífice. Tudo parecia caminhar para uma total harmonização, apesar de nem todas as exigências estarem ainda satisfeitas. No entanto, em 21 de julho 1773, Clemente XIV acabaria por dar completa satisfação aos seus próprios compromissos assumidos na eleição, como referimos acima, através do Breve *Dominus ac Redemptor Noster*.

Os Jesuítas deixaram, então, de ser a pedra de toque das inconciliações, tendo-se estabelecido um período de certa acalmia e de recíprocas atenções, como o testemunha a oferta de uma cruz de diamantes feita pelo monarca português na despedida do Núncio da reconciliação, D. Inocêncio Conti, em abril de 1774.

Em 1777, dia 14 de fevereiro, morreu D. José I.

À morte de D. José, sucedeu-lhe sua filha **D. Maria I** (1734-1816, rainha desde 1777), e o, até então, todo-poderoso Secretário de Estado, Sebastião José, 1.º Conde de Oeiras e 1.º Marquês de Pombal, teve por contados os seus dias na governação do País. Foi afastado, mas poupado a qualquer ação persecutória ou mesmo atitude de animosidade por parte da rainha.

D. Maria modificou a constituição do Senado, que vinha desde 1765 a ser dirigido por um ministro de nomeação régia e exercendo aos triénios o cargo de presidente. Já se viu como Pombal escolhera seu irmão Francisco Xavier de Mendonça e, desde 1769, o filho primogénito, Henrique de Carvalho e Melo, para tão alta função. A queda do mi-

nistro, com os efeitos imediatos da Viradeira, obrigou a coroa a encontrar uma solução adequada e sem com isso ferir o novo marquês que a rainha não deixara cair em desgraça.⁷⁵⁰

Devido às políticas restritivas e de forte vigilância política vividas no período de Pombal, o clima social, com o seu afastamento, sofreu o efeito de uma descompressão. Muitos dos encarcerados por razões políticas viram as suas penas resolvidas através de perdão régio e foram libertados⁷⁵¹, muitos dos compulsivamente exilados regressaram, assim como também muitos dos que, até então, apoiavam Pombal, e desse apoio, haviam colhido benefícios e honrarias, mostravam-se, agora, demasiado colaboradores com aqueles que haviam ostracizado e críticos dos que os favoreceram, querendo ostentar atitudes de inocência e desresponsabilização temendo perder muito do que havia sido mal-ganho. Foi tal a movimentação de sentido contrário, gerada nas instituições e nos vários patamares da estrutura estatal que assumiu na história deste reinado a denominação de «Viradeira».

Um dos primeiros cuidados de D. Maria I foi o de tentar compensar a sangria missionária que tão nefastas consequências tinha tido na administração ultramarina. Em 20 de julho de 1778, foi então celebrada uma Concordata com a Santa Sé (ratificada por D. Maria, em 11 de agosto e, por Pio VI, em 10 de setembro), que visava especialmente aspetos relacionados com o Padroado e, à sua luz, a concessão de alguns benefícios.⁷⁵² Para além destes aspetos e da movimentação dos vários representantes diplomáticos que se sucederam quer em Roma quer em Lisboa, muito pouco mais há para acrescentar sobre o reinado de D. Maria I.

Marc-Marie de Bombelles que foi embaixador de França em Lisboa, entre 1786 e 1788, nas suas memórias, deixou um lisonjeiro retrato da Soberana portuguesa,

por quem tinha um grande respeito e apreço [...] D. Maria I transmite a imagem duma rainha doce, meiga e atenciosa; que conversa com espontaneidade e é inteligente, que se interessa pelo seu reino e se empenha no seu governo, mas deixa adiar eternamente as decisões⁷⁵³ [...]

⁷⁵⁰ In V. SERRÃO, *História de Portugal*, vol. VI, o.c., p. 349.

⁷⁵¹ «[...] findas as exéquias [de D. José] em S. Vicente de Fora, D. Maria I mandou abrir as prisões da Junqueira, de São Julião, de Pedrouços e de Setúbal, de onde saíram umas 800 pessoas; e que o mesmo se fez quanto aos familiares dos presos que, havia longos anos, tinham residência forçada em conventos de Lisboa» (*ibidem*, p. 296).

⁷⁵² Um dos benefícios, ou prerrogativas, concedidos ao Reino de Portugal era o da imposição do barrete cardinalício aos Núncios cessantes. Neste reinado de D. Maria há assinalar a anómala situação, marcada de misogenia eclesiástica para atos associados aos domínios do sagrado, que impediu que a soberana de Portugal, em 1794, pelo facto de ser mulher, pudesse impor o barrete cardinalício ao Núncio que se retirava, tendo-se recorrido, para o efeito, ao príncipe D. João!...

⁷⁵³ Isabel Ferreira da MOTA, «D. Maria I», in *História dos Reis de Portugal*, o.c., pp. 435-436.

«Se esta princesa tivesse vivido num outro círculo e tivesse tido um outro marido, certamente o seu reinado demasiado doce e sob o qual nada se faz nem para o bem nem para o mal ter-se-ia distinguido pelo emprego que ela teria podido fazer da justeza das suas ideias e dos seus princípios.»⁷⁵⁴

Em 1799, a declarada demência de D. Maria I⁷⁵⁵, que se estenderá até à sua morte (20 de março de 1816), levou a que tivesse de ser substituída na governação, pelo príncipe herdeiro D. João (futuro **D. João VI**, [1767-1826, rei desde 1816]), sob cujo reinado Portugal sofrerá o efeito de uma grande viragem que o levará da Modernidade à Contemporaneidade. Será uma difícil e dolorosa passagem que, mais uma vez, quase lhe custará a soberania e independência.

Tudo começou ainda no período da regência, marcado de intensa angústia e insegurança nacionais, provocadas por invectivas políticas e pressões diplomáticas, particularmente as da aliança franco-espanhola para que Portugal fechasse os seus portos ao comércio inglês, rompesse com a velha aliança luso-britânica e, desta forma, se robustecesse o pretendido bloqueio de Napoleão à Inglaterra⁷⁵⁶. O regente português, porém, mostrou pouco à-vontade na gestão de tal pressão – titubeava e tentava manter-se neutro –, evitando o confronto com a França e Espanha e, simultaneamente, tendia a salvarguardar o comércio com a Inglaterra. Esta indefinição, mal-vista por Napoleão, levou este a estabelecer com a Espanha, em 29 de janeiro de 1801, um tratado com vista à invasão de Portugal, concretizada em 5 de fevereiro, com a ocupação de Juromenha e Olivença.

Prevendo-se este desfecho, Portugal já havia, entretanto, pedido ajuda aos Ingleses, mas estes, perante a falta de firmeza, garantias e a indefinição do monarca português, não lha proporcionaram atempadamente. Nesta contingência, Portugal teve de se haver, na sua própria defesa, com um exército mal preparado e desorganizado, comandado por homens que deviam muito ao génio militar de outros tempos. Após alguns recontros com vários desaires para os portugueses, apesar de alguma resistência das melhores praças da fronteira, Portugal acabou por ser confrontado com a imposição da assinatura de paz em Badajoz, em 6 de junho, submetendo-se ao bloqueio com a contra-

⁷⁵⁴ Mar-Marie de BOMBELLES *apud* Isabel Ferreira da MOTA, *o.c.*, p. 436.

⁷⁵⁵ Para além dos episódios dramáticos por que passou D. Maria I – a sua impreparação para a governação; a morte prematura do amado marido e de um filho; a morte dos seus secretários em tempo curto; a morte do seu confessor de quem era totalmente dependente; a turbulência por que passaram as casas reinantes da Europa sob os efeitos da Revolução Francesa – os seus biógrafos falam também de aspetos de origem hereditária, pois conhecem-se alguns casos de loucura na história de família, em Espanha.

⁷⁵⁶ Para um estudo mais aprofundado do assunto *vide* José Miguel Sardica, *A Europa napoleónica e Portugal: messianismo revolucionário, política, guerra e opinião pública*, Parede, Tribuna da História, 2011.

partida de lhe serem devolvidas as praças ocupadas (Oliveira acabaria por ficar de fora). Mas a intempérie política no centro da Europa prevalecia e os ancestrais inimigos – França e Inglaterra – continuavam empenhados na hegemonia política e económica, arrastando os países limítrofes, que se viam na contingência de alinhar os seus interesses pelas trincheiras das conveniências possíveis.

Entretanto, o desastre de Trafalgar, em 21 de outubro de 1805, fez soçobrar a aliança franco-espanhola e levou Bonaparte a tomar consciência da sua fragilidade no confronto marítimo. Este facto, determinou que a política napoleónica tentasse alcançar, através do bloqueio dos portos europeus aos Ingleses, aquilo que não conseguira no mar, pela vigilância e intersecção do tráfego comercial marítimo.

Nesta sequência, em 12 de agosto de 1807, o embaixador de negócios franceses entregou a Portugal um ultimato para que fossem fechados os seus portos à Inglaterra, mas nove dias depois, Portugal respondeu com a recusa dos termos do mesmo. Em 25 de setembro, a França envia um segundo ultimato para que Portugal adira ao Bloqueio Continental e, logo em 14 de outubro, adverte o embaixador português em França, declarando não aceitar a neutralidade que Portugal pretendia. Por isso, ou a paz pela adesão ou a guerra, era a imposição.

Perante a passividade portuguesa, em 23 de outubro, a França declarou guerra a Portugal, e, em 27 de novembro, numa inesperada manobra política, preparada em conluio com a Inglaterra, que para o efeito disponibilizou uns quantos vasos de guerra, a família real portuguesa e a sua Corte deixou Lisboa e rumou ao Brasil, onde se estabeleceu e para onde deslocou a capital do Reino.

Ao partir D. João faz uma declaração em que, além de exprimir a dor que sente por deixar os seus súbditos, lhes roga que recebam bem o general Junot e o seu exército e que evitem a todo o custo o derramamento de sangue. Nomeia um conselho de regência, dando-lhe instruções para que as tropas do imperador sejam bem aquarteladas e assistidas em tudo. Além disso, a Igreja, na pessoa dos seus mais altos dignitários, participa igualmente deste estado de espírito de acolhimento às tropas francesas e incita o povo a manter a paz no reino, recebendo os franceses como amigos.⁷⁵⁷

Três dias depois, um depauperado corpo de tropas francês entrou em Lisboa, e a capital, assentindo nos conselhos do seu monarca à despedida, não ofereceu qualquer resistência. O comandante francês Junot, ainda que defraudado nos seus intentos de aprisionar a família reinante, na ausência destes, assumiu postura de novo soberano, instalando-se e fazendo circular vasta propaganda sobre os ideais da Revolução Francesa.

⁷⁵⁷ Cf. Rui NATÁRIO, *As Grandes Batalhas da História de Portugal*, o. c., p. 207.

De início, parece ter conseguido algum acolhimento pelo menos da parte das classes mais elevadas, que lhe proporcionaram fartas honrarias, através de faustosos banquetes cuja memória a cidade perpetuou na expressão «à grande e à francesa», e também por parte de algum do alto clero.

Em 19 de dezembro, ao abrigo da convenção secreta luso-inglesa sobre a transferência da Corte para o Brasil, a Madeira foi ocupada por forças militares inglesas. E, em 1 de maio de 1808, a partir do Rio de Janeiro, o Príncipe regente decretou a nulidade de todas as convenções e tratados anteriormente estabelecidos com a França.

Com a novel nobilitação do Rio de Janeiro, o Núncio apostólico – Mons. Lourenço Calepi –, em 18 de abril de 1809, refugiou-se no Brasil (para onde tinha recebido ordens para se fixar) abandonando Lisboa⁷⁵⁸. Este aspeto, no plano internacional, revestiu-se da máxima importância, pois esta deslocação da Nunciatura que acompanhou a Casa Real (ainda que para outro espaço geográfico), era uma prova do reconhecimento da prevalência da soberania, facto que contrariava as disposições napoleónicas que extinguíam, em 1 de fevereiro de 1808, a Casa de Bragança, alegando que a fuga do rei correspondia a uma abdicação.⁷⁵⁹

Entretanto Junot, acautelando a possibilidade de qualquer insurreição, deu início ao desmantelamento das tropas portuguesas, cujos comandantes foram enviados para outras frentes de guerra francesas, ao mesmo tempo que as principais praças passaram a ser guarnecidas ou por tropas francesas ou espanholas suas aliadas. E, garantida a impossibilidade de qualquer resistência, a administração francesa passou, impunemente, a dar sequência e cobertura a uma série de arbitrariedades, em todo o território nacional, com assaltos e saques, violações de espaços, pessoas e igrejas e julgamentos sumários. O acumular de tais excessos e prepotências acabou por cavar e alimentar indignações de vária ordem, por todo o território nacional, levando a diversos levantamentos populares.

A população vê-se agora debaixo de uma tríplice pressão, devido à fome, aos pesados impostos cobrados e ao jugo dos opressores. Embora os primeiros cinco meses de governação tenham sido de relativa tranquilidade, o país está pronto para uma insurreição geral. Surgem neste período fenómenos de propaganda verdadeiramente interessantes, como é o caso dos ovos milagrosos [...] com a seguinte inscrição: «V.D.S.R.P.». Este fabuloso objeto é exposto publicamente numa igreja em Lisboa e atrai multidões a quem é dito que as letras significam «Viva D. Sebastião Rei de Portugal». É o ressurgimento, mais de 230 anos depois do desaparecimento do incauto rei, da mitologia sebastianista como suporte messiânico do movimento popular de revolta. Alimentada pelo clero, esta

⁷⁵⁸ No Brasil, receberá das mãos de D. João VI, em 23 de junho de 1816, o barrete cardinalício, tendo sido substituído por D. João Campagnoni Marefochi, que desembarcou no Rio em 28 de outubro de 1817.

⁷⁵⁹ Cf. *ibidem*, p. 211.

propaganda assume contornos de loucura coletiva quando pequenos grupos de lisboetas se colocam no topo das colinas a olhar para o horizonte, na esperança de vislumbrar, ao longe, o regresso d’o *Desejado*. [...] A meio do ano de 1808, assiste-se a uma completa reviravolta no comportamento do povo português. [...] A luta popular assume assim um carácter de verdadeira reconquista.⁷⁶⁰

O próprio clero, de novo, à imagem dessa Igreja dos inícios, começa a tomar as dores do seu «amado» Povo (de monarca ausente). E do episcopado, à minguagem de nomes nacionais congregadores da esfera política e militar (destacados no estrangeiro ou deslocados para o Brasil), irão sobressair algumas figuras de eclesiásticos que desempenharão papel relevante, ao lado do pequeno exército luso-britânico, organizado à pressa, que sustentará a guerrilha de resistência e de desgaste, até à expulsão dos invasores, que alcinhavam de jacobinos e ateus.⁷⁶¹

Duas dessas gradas figuras do episcopado foram: o Bispo de Castelo Branco (1782-1814), D. Frei Vicente Ferrer [Ferreira] da Rocha que dirigiu esta diocese por 32 anos, e que, no avanço de Junot, chegou a hospedá-lo (novembro de 1807), ao mesmo tempo que participava de forma velada dos movimentos de resistência, tendo também, posteriormente, participado ativamente, na Junta contra o poder francês:

«Na manhã do dia 26 [novembro de 1807] tornaram a voltar [populares da resistência em organização] para se darem providências necessárias, pondo gente pelos desfiladeiros e lugares mais capazes para atacar o inimigo, continuando a pôr guardar por todos os caminhos e atalhos sendo tal o fervor para defesa da Pátria, que até o clero mete guarda duas vezes por semana. No mesmo dia 26 pelas 8 horas da manhã se tocou a rebate por ordem do capitão comandante Bernardo António Marques para se averiguar se as ordenanças estavam de ânimo e peito vencido a atacar o inimigo» (relatório não assinado por motivos que nos parecem óbvios e se pensa ser do bispo de Castelo Branco)⁷⁶²;

e também o Bispo do Porto (1799-1814), D. Frei António de São José de Castro:

E assim, a 16 de junho [1808], esta liderança surge de onde menos se espera. É o bispo do Porto, D. António de Castro⁷⁶³, quem, em conjunto com outras personalidades, assume a responsabilidade de conduzir o movimento popular e estabelece, a 19 de junho, a Junta Provisional para governar o reino em nome de D. João VI. Uma turba de 10 000 indivíduos concentra-se junto ao episcopado da cidade, onde é instigada a tomar ações violentas contra os invasores. [...] D. António tem o apoio generalizado do povo e é, sem dúvida, um grande patriota. Mas não é nem estadista nem militar e, portanto, limita-se a fornecer informações atualizadas sobre a situação no terreno e a prometer toda a ajuda aos aliados britânicos.⁷⁶⁴

⁷⁶⁰ *Ibidem*, p. 215.

⁷⁶¹ Cf. Bruno Cardoso REIS, in *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, o.c., vol. IV, pp. 398-399.

⁷⁶² António Pires NUNES, «Quadros da vida militar – das Ordenações Sebásticas às Invasões Francesas», in BARATA e TEIXEIRA, *Nova História Militar de Portugal*, o.c., vol. 5, p. 94.

⁷⁶³ Era frade cartuxo e bispo do Porto, tendo ainda sido Patriarca(-indigitado) de Lisboa e governador do Reino (por designação oficial de D. João, em 2 de janeiro de 1809, cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/António_de_São_José_de_Castro [visitado em 28 agosto 2017]).

⁷⁶⁴ Cf. Rui NATÁRIO, *As Grandes Batalhas da História de Portugal*, o.c., pp. 217 e 220.

Foram três as invasões – 1807, 1809 e 1810 – mas apenas a primeira, a de Junot, chegou a Lisboa, onde se demorou quase um ano. A segunda, a de Soult, apenas chegou ao Porto, por onde andou cerca de três meses. A terceira, a de Messena, apesar de ter estado em território nacional durante nove meses, não conseguiu ultrapassar as Linhas de Torres. Os estragos, porém, entre malefícios e roubos patrimoniais e de meios de subsistência até a assaltos e mortes violentas, foram demasiado profundos e levou anos a restabelecer os níveis do equilíbrio social anteriores. A análise de tudo o que aconteceu e seus efeitos e reflexos na normal vida das populações ainda hoje é fruto de variados estudos com contrastantes conclusões, mas de uma forma generalizada e consensual pode dizer-se que houve sempre avultados prejuízos causados pelos corpos das tropas invasoras, tanto dos inimigos franceses como dos aliados ingleses que por cá se demoraram.

Resumidamente, as Invasões Francesas (e suas inevitáveis influências liberais), a deslocação da Corte e dos órgãos de poder para o Brasil e sua demora nessa colónia (transformada não só em sede do Reino, mas, ela própria, por Carta-Lei, de 16 de dezembro de 1815, elevada a Reino), implantaram um sentimento de abandono à Nação. A indignação nacional atingiu a rutura, por o País se ver sujeito a uma superintendência tutelar estrangeira (a inglesa), praticamente residente desde 1808, ainda que sob pretexto de ajuda contra os Franceses, mas que agia soberanamente, inclusive na aplicação da justiça, como sucedeu com a condenação ao cadafalso de doze nacionais, em 1817, entre eles o general Gomes Freire, acusados de conspiração.

Tomados estes factos, como sintomas graves de uma degradação nacional, social e económica, a acentuarem-se perigosamente, acrescia o sentimento de incapacidade para se assumir uma qualquer atitude política de contenção, pela distância a que se encontravam os órgãos nacionais de poder. Porém, em 1817, no Porto e numa atitude patriótica de recurso, encabeçada por algumas personalidades influentes, foi criada uma estrutura secreta, o *Sinédrio*⁷⁶⁵, para vigiar a regência e intervir politicamente assim que se proporcionasse a ocasião, circunstância que veio ocorrer com sucesso em 24 de agosto de 1820 com a chamada Revolução Liberal, e que marcou o início do Liberalismo em Portugal.

O Sinédrio dissolveu-se, logo que atingido o objectivo, e deu lugar à Junta Provisional do Governo Superior do Reino. Após a assunção de poderes pela Junta Provisional, foi expulsa a força inglesa e foi exigido ao Rei que regressasse do Brasil e assumisse a gover-

⁷⁶⁵ Formado por burgueses, militares e eclesiásticos, com destaque para o papel moralizador de D. Frei Francisco de São Luís (Francisco Manuel Justiniano Saraiva, 1766-1845), cardeal de Lisboa, conhecido na Igreja, por Cardeal Saraiva, e, na Loja, por *Condorcet*.

nação em Lisboa. Ato imediato, a Junta decidiu subdividir-se em dois órgãos – uma Junta para o exercício do Governo Interino e outra Junta com as funções de preparar as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa⁷⁶⁶, donde sairia o Conselho de Regência para o exercício do poder executivo em nome de D. João VI e a futura Constituição Política da Monarquia Portuguesa⁷⁶⁷.

De 1820 a 1910 – *Constitucionalismo, Liberalismo e fim da Monarquia* – vai decorrer o período de viragem na solidificação da imagem de um Portugal moderno (aqui, no sentido da evolução histórica, permeado de novas formas de entender não só a relação do Estado com os cidadãos, mas também, deste com as instituições cívicas e religiosas, e as próprias formas de organização e exercício do Poder).

A complexidade de que se revestiu a reformulação das instituições a que o Liberalismo conduziu só pode ser entendida se se avaliar a que profundidade as reformas tiveram de chegar, no tecido social e de pensamento. A explicação fornecida por Matos Ferreira constitui uma boa ilustração do que pretendemos dizer e uma indiciação das dificuldades que se oferecem a quem se adentra no estudo de tão densa problemática. Remeter-nos-emos à enunciação das várias etapas e documentos produzidos para a gestão de tão intrincados enquadramentos da relação institucional e social deste período:

O Liberalismo nunca foi uma realidade homogênea do ponto de vista do seu universo cultural e ideológico, e transportou sempre um leque variável de concretizações políticas e económicas. Por isto mesmo, a sua relação com os universos religiosos apresentou constantemente elementos de convergência e de confronto.

Também em Portugal, a afirmação de Liberalismo envolveu, desde o início, a problemática religiosa. Em primeiro lugar, porque o ideal de regeneração a ele associado, nas suas variadas conotações e implicações, afrontava directamente essa dimensão religiosa, através da qual o Antigo Regime legitimara a sua própria realidade de sacralidade. Uma ordem sacral que se expressava a vários níveis: Religião e Estado; função social do clero; re-

⁷⁶⁶ Também, historicamente, designadas «Soberano Congresso» ou «Cortes Constituintes de 1820» ou «Cortes Constituintes Vintistas». Ainda que no seu espírito prevalecessem ecos de uma continuada e antiga prática governativa, a sua orgânica divergia, pois nela já não vigorava mais a tradicional representação das ordens (clero, nobreza, povo). Este era o primeiro esboço parlamentarista dos novos tempos e do trabalho do seu corpo de deputados, reunidos no Palácio das Necessidades em Lisboa, que decorreu de 24 de janeiro de 1821 até 4 de novembro de 1822, nasceu a Constituição Portuguesa de 1822. (Cf. informação colhida na vária bibliografia referida, sobre a história de Portugal, e também *in* https://pt.wikipedia.org/wiki/Cortes_Gerais_e_Extraordinárias_da_Nação_Portuguesa [visitado em agosto de 2017].)

⁷⁶⁷ A Junta para preparação de Cortes tomou como presidente um eclesiástico de grande nomeada, o decano da Igreja de Lisboa, e com essa atitude garantiu muito do apoio necessário da franja clerical. Em consonância, a proclamação de «uma liberdade regrada pelas leis» e os panfletos distribuídos pelos responsáveis do pronunciamento que faziam apelo público ao sentimento patriótico pela «salvação da pátria», lembrando que muitos dos males eram fruto da falta de uma Constituição que os guiasse «pela razão e pela justiça», justificando a criação de um governo provisório para garantia da ordem, não esquecia, como razão da máxima importância, a guarda da «nossa santa religião», em nome de D. João VI, único soberano reconhecido. (Cf. Luís DORIA, *o.c.*, p. 19.)

ligião e moral social; representações mentais e legitimidades sociopolíticas. Se as Invasões Francesas aceleraram o processo de transferência da sociedade do Antigo Regime para uma sociedade liberal, o processo da instauração do Liberalismo foi lento e muito complexo.⁷⁶⁸

As razões óbvias que precipitaram os acontecimentos que marcaram 1820 estão acima enunciados, mas por detrás, enformando-os, está o denominado «espírito do tempo»⁷⁶⁹, melhor dizendo, a «idade da crítica», a que aludia o coevo Immanuel Kant (1724-1804)⁷⁷⁰, e que impregnava o pensamento, pelo menos de muitos daqueles que tinham em mãos responsabilidades institucionais. Também, neste caso, surgiram as clivagens, pois, como adianta Arnaldo de Pinho:

A estrutura do processo tem o núcleo entre o velho regime católico-monárquico e novo monárquico-liberal e é atravessada pela ideia de autonomia dos dois espaços que se vai acentuando. As saídas desta confrontação são diversas no campo filosófico e teológico e mesmo no campo político.⁷⁷¹

acrescentando que, a seu ver e apesar das clivagens, não pode identificar-se nos espíritos da época um direcionamento acintoso do pensamento contra a Igreja. O confronto restringe-se aos espaços sociais da ação, aos modelos estatutários de vida religiosa que se pretende reformar⁷⁷² e às configurações de subalternidade que os intervenientes, a todo o custo,

⁷⁶⁸ António Matos FERREIRA, «Liberalismo», in *Dicionário História Religiosa de Portugal*, 3.º vol., o. c., p. 428. Vide também: AA.VV., *Catolicismo e Liberalismo em Portugal (1820-1850)*, Lisboa, Centro de Estudos do Pensamento Português da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009; A. do Carmo REIS, *Liberalismo em Portugal e a Igreja Católica: a época de Sua Majestade Imperial e Real D. Pedro*, Lisboa, Ed. Notícias, 1988; e Victor de Sá, *Instauração do Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

⁷⁶⁹ Cf. Manuel ANTUNES, «ares do tempo», in *Obra Completa*, t. IV, p. 99.

⁷⁷⁰ «A nossa época é a época da crítica, à qual tudo tem que submeter-se. A religião, pela sua santidade, e a legislação, pela sua majestade, querem igualmente subtrair-se a ela. Mas então suscitam contra elas justificadas suspeitas e não podem aspirar ao sincero respeito, que a razão só concede a quem pode sustentar o seu livre e público exame.» (In *Crítica da Razão Pura*, Prefácio à 1.ª ed., Lisboa, F. C. Gulbenkian, 5.ª ed., 2001, nt. p. 5.)

⁷⁷¹ AA.VV., in *Prólogo, Catolicismo e Liberalismo em Portugal (1820-1850)*, o. c., p. 8.

⁷⁷² Em que se incluem as censuras dirigidas à organização conventual e monástica, entendida como um contrassenso social, num momento em que tão necessários eram os braços para o campo, para o mar e para as armas, além do celibato dos consagrados, considerado um atentado à instituição familiar e sua proliferação (o n. 4 do art. 65.º da Carta Constitucional de 1826 irá vedar, inclusive, o direito de voto aos «religiosos, e quaisquer que vivam em comunidade claustral»). Doze anos depois, porém, em 1838, o texto constitucional, mostrar-se-á confuso, pois enquanto os nn. IV-V do art. 75.º parecem denotar uma tendência para afastar os eclesiásticos dos órgãos de poder, dizendo que «São inelegíveis, para Deputados, os arcebispos, vigários capitulares, governadores temporais, nas suas dioceses; os párocos, nas suas paróquias», no n. III, do art. 77.º, estabelece que «podem ser eleitos senadores: arcebispos e bispos com dioceses, no Reino e Províncias Ultramarinas». Tudo isto dá mostras do jogo de flexibilização a que a Monarquia e seus órgãos se prestavam sob a pressão dos interesses instalados e a necessidade de criar espaços de consenso e de harmonização.

Perante o fervilhar dos debates públicos, por vezes, os próprios eclesiásticos também tomavam partido e, não raras vezes, faziam-no publicamente, de uma forma que contrastava profundamente com a sua condição clerical, como podemos verificar no texto que aqui inserimos, de um frade da época, em que diz que os religiosos são «entes infelizes, presos sem culpa, exilados na própria pátria, que os seus próprios pais sacrificam e condenam por uma fatal ilusão, por uma cegueira deplorável, e muitas vezes por

tendem a não encarar. É um posicionamento crítico não dirigido aos conteúdos doutrinários da fé religiosa, mas sim às suas configurações institucionais, e o confronto suscitado pelos religiosos, no esforço de defenderem as suas posições tradicionais, fará emergir antagonismos anticlericais. Mas o clareamento das posições e a extensão das reformas estará sempre dependente das opções políticas e respetivos instrumentos legislativos que os regularão. E estes revelarão um campo fértil das contradições em que se vivia, pois enquanto a Monarquia declarava, constitucionalmente, o reconhecimento dos direitos dos cidadãos e que a sua religião era o Catolicismo, na prática, agia contra a liberdade de consciência e expressão (com órgãos de censura em funcionamento) e condicionava a liberdade religiosa mesmo a da religião hegemónica.

A notícia dos acontecimentos do Porto e de Lisboa, logo que chegou ao Brasil, causou grande apreensão, pelo receio das consequências políticas possíveis, e alvoroço social, pelo ressurgimento de sentimentos contraditórios, entre os que temiam uma separação dos reinos e os que recusavam voltar à submissão a que conduzia o retorno à condição de colónia, caso o rei regressasse a Portugal. E, como desenlace lógico, logo que foi decidido o envio do príncipe herdeiro para Lisboa, desencadeou-se tal movimento de contestação, encabeçado pelo próprio infante D. Pedro de Bragança, que acabou por se inverter a decisão relativa ao retorno, e regressou o rei D. João VI, ficando no Brasil o príncipe real⁷⁷³.

D. João VI desembarcou a 4 de julho de 1821 no Terreiro do Paço. Foi recebido e loucamente aclamado por uma multidão de lisboetas entusiasmados e muito emocionados por encontrar o seu rei ao fim de uma longa ausência de catorze anos. Após o *Te Deum* na Sé, o rei dirigiu-se para o palácio das Necessidades onde, em presença dos deputados e veadores de Lisboa, jurou solenemente a Constituição.⁷⁷⁴

O autor acima citado acrescenta que as espontâneas manifestações populares dispensadas ao rei que regressava mais correspondiam a aclamações a rei absoluto do que a constitucionalista⁷⁷⁵, atitudes que denunciavam o enraizamento profundo desse sentimento tradicional, que justifica, ou melhor, explica muito dos comportamentos titubeantes dos po-

capricho, e interesse de família, a um jugo cruel, e bárbaro, estranho à natureza, diametralmente oposto, e incompatível com as ideias e educação do presente século, que degrada e avilta a dignidade do homem livre» (in *Impostura fradesca desmascarada por um Religioso Constitucional e Amante da Verdade*, apud Manuel CLEMENTE, *Portugal e os Portugueses*, o. c., p. 27).

⁷⁷³ O príncipe herdeiro, unilateralmente, irá romper a ligação a Portugal, em 7 de setembro de 1822, com a proclamação da independência do Brasil, de que foi investido como Imperador D. Pedro I, em 13 de outubro. Em maio de 1825 foi publicada a Carta de legitimação da independência, com a ressalva da sucessão de D. Pedro à Coroa de Portugal. Em novembro seguinte, foi reconhecida a independência do Brasil com soberania outorgada por D. João VI. O reconhecimento da Santa Sé deu-se em 25 de janeiro de 1826.

⁷⁷⁴ J.-F. LABOURDETTE, o.c., p. 649.

⁷⁷⁵ Cf. *ibidem*.

pulares que, pelo interior do País, ao sabor das elites que os encabeçavam ora pendiam para os liberais ora para os absolutistas, numa voragem de mal-entendidos que iam alimentando a luta fratricida.

Em 13 de setembro de 1822, foi promulgada a Constituição Política da Monarquia Portuguesa que pôs fim ao Absolutismo. O Prólogo da nova Constituição ainda definia a Nação Portuguesa como a «União de todos os Portugueses de ambos os hemisférios» e o território nacional, disperso pela Europa, América, África e Ásia, estava compreendido na denominação de «Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves». O restante clausulado reservava dezasseis artigos a aspetos relativos quer à caracterização religiosa do Estado quer às várias funções reservadas à instituição religiosa. O Artigo 25.º, de uma forma epigráfica, determinava: «A Religião da Nação Portuguesa é a Católica Apostólica Romana. Permite-se o culto diferente a estrangeiros.»⁷⁷⁶

Por morte de D. João VI, em 1826, seu filho, o imperador do Brasil D. Pedro I, foi aclamado rei de Portugal (**D. Pedro IV** [1798-1834, rei em 1826]), mas abdicou em favor de sua filha de menoridade, D. Maria da Glória (futura D. Maria II)⁷⁷⁷, emitindo para a governação, uma Carta Constitucional⁷⁷⁸, que irá substituir a Constituição de 1822.

⁷⁷⁶ A Constituição de 1822, composta de 6 títulos e 240 artigos, é a segunda mais extensa das Constituições que Portugal já teve (1822, 1826, 1838, 1911, 1933 e 1976). Ver especialmente os artigos relativos aos aspetos que implicam assuntos religiosos ou de relação e função clerical. Os quinze artigos – 8.º, 43.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 53.º, 70.º, 78.º, 100.º, 123.º, 126.º, 135.º, 166.º e 237.º – de uma forma pormenorizada e extensiva, definem as funções dos eclesiásticos, os locais, os símbolos, as cerimónias rituais, os tempos celebrativos, as obrigações estatais e os juramentos de âmbito e registo religioso a que ficam subordinados todos os Portugueses, no exercício dos seus direitos e deveres, não só religiosos como de cidadania.

⁷⁷⁷ Fazia parte das disposições de abdicação o casamento da princesa real com seu tio D. Miguel, assim que atingisse a maioridade, ficando ele, entretanto, com a regência do Reino. D. Miguel, que residia na Áustria, aceitou as condições e, ali, fez o juramento da Constituição. O casamento realizou-se com *palavras de futuro*, em 29 de outubro de 1826, mas não chegou a realizar-se *com palavras de presente*, pelo que foi anulado, em 1 de dezembro de 1834, devido ao rumo político que as coisas tomaram, depois da chegada a Portugal de D. Miguel que recusou o compromisso assumido e tentou assenhorear-se do trono. D. Maria viria a casar, em primeiras núpcias, em 1 de dezembro de 1834, com o príncipe Augusto de Bauharnais que morreu em março do ano seguinte; e, em segundas núpcias, em 1 de janeiro de 1836, com o príncipe belga Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha (futuro D. Fernando II), de quem gerou onze filhos.

⁷⁷⁸ A Carta Constitucional de 1826, que vigorará até à Implantação da República, em 1910 (com três vigências: 1826-1828, 1834-1836 e 1842-1910; e 4 Actos Adicionais: 1852, 1885, 1895-96 e 1907) continha um clausulado distribuído por 8 títulos com 145 artigos. Dos artigos, oito – 6.º, 65.º, 72.º, 75.º, 76.º, 79.º, 109.º e 145 – referiam os aspetos de implicação religiosa, com destaque para a caracterização religiosa o Estado, contemplada no Art. 6.º: «A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Reino. Todas as outras Religiões serão permitidas aos Estrangeiros com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo.» O 2.º Acto Adicional, de 24 de julho de 1885, acrescentará, no § 2: «Fazem parte da Câmara dos Pares, como pares vitalícios, o patriarca de Lisboa e os arcebispos e bispos do Continente do Reino.» São assim reconhecidos e salvaguardados os aspetos basilares da convergência institucional, entre o Estado e a Igreja, quer os fundados na tradição da confessionalidade do Estado, quer do reconhecimento da posição hegemónica da re-

Em Portugal, a Revolução Liberal vencera em agosto de 1820, mas as profundas reformas e consequentes saneamentos do aparelho estatal e institucional que impôs⁷⁷⁹, associados ao surgimento de uma inovadora Constituição, cuja exequibilidade se mostrou difícil no confronto com uma mentalidade tradicional e bem arraigada, marcada de sacralidade⁷⁸⁰ e de respeito pelos poderes régios instituídos, teve o seu epílogo em 1823.

Nenhum dos motivos de queixa que tinham justificado a Revolução fora resolvido: o Brasil separou-se, o comércio externo continuou a declinar, e o Estado dispunha de cada vez menos recursos. Todos os que tinham sido marginalizados pelo regime [liberal] – os titulares e fidalgos sem representação política, o clero ameaçado pelo fisco e pela heterodoxia do poder, e a «plebe» mantida à distância do espaço público – festejaram naturalmente o seu fim.⁷⁸¹

Concomitantemente, os desgastes sociais, patrimoniais e emocionais que, desde o princípio do século toda a nação sofria – com destaque: invasões francesas (1807-1810); gradual perda do Brasil (1808-1822) –, revelaram-se suficientemente ruinosos e incapazes de uma motivação robusta para discernir opções e congregar vontades que se impusessem como solução de uma qualquer ordem.

ligião do Estado, quer ainda na preservação de espaços, nos órgãos de governação, de forma a poderem manter-se tanto a dignidade de funções eclesíásticas, em paridade com outras entidades, como a possibilidade de intervenção directa na governação, em actos legislativos, em posicionamentos de vigilância e de conselho. Mas essa influência estendia-se ao uso dos locais de culto para fins políticos, à colaboração da hierarquia eclesíástica (especialmente do Baixo Clero – arcebispos, monges, padres e curas) em ações de grande proximidade com a população (como os escrutínios eleitorais), à administração e usufruto de bens patrimoniais legados à instituição religiosa, assim como a recompensas, através de prebendas e doações vitalícias, e, principalmente, o acesso a cargos elevados da governação da monarquia, normalmente, reservados às dignidades hierárquicas que constituíam o Alto Clero.

⁷⁷⁹ São por demais esclarecedoras as palavras de Joel Serrão, in «Liberalismo», *Dicionário da História de Portugal*, o.c., pp. 732-741: «... se a agonia do absolutismo entre nós, se apresentou extremamente longa – pelas mesmas razões é possível remontar muito na busca das raízes nacionais da ideologia liberal. O seu alento inicial reside em certa aspetos do pensamento iluminista, essas “luzes” que se foram acendendo por cá no último quartel do século XVIII e estão patentes especialmente nos estudos económicos e outros dos académicos reunidos em torno do duque de Lafões e do abade Correia da Serra. À maçonaria, que promana de certas correntes iluministas e entre nós se arraiga, a partir de fins do século XVIII, em cidades abertas ao tráfego internacional (Funchal, Lisboa, Porto), se deve outro impulso tendente à irradiação revolucionária dos sonhos burgueses de felicidade e concórdia entre os homens» (aquí, p. 732).

Das medidas saneadoras, em 21 de abril de 1821, foi dada ordem de expulsão ao Núncio Apostólico; em 14 de junho, foram removidos todos os diplomatas portugueses que se haviam manifestado contra a Revolução; em 8 de julho, o embaixador Pedro de Melo Breyner saiu de Roma; e, por solidariedade para com a Nunciatura, alvo de desacatos populares, em Lisboa, os representantes da Áustria e da Rússia abandonaram Portugal, em 22 de agosto. No dia imediato, e como forte sinal de menorização dos assuntos de ordem clerical, remetidos para o plano de ordem interna, foi remodelada a Secretaria Régia, passando a figurar separadas as Secretarias dos Negócios Estrangeiros e a dos Negócios Eclesíásticos.

⁷⁸⁰ Nesta conformidade está a evocação que abre a Constituição de 1822: «*Em Nome da Santíssima e Indivisível Trindade...*» (cf. Joel SERRÃO, *Dicionário da História de Portugal*, vol. II, o.c., p. 737).

⁷⁸¹ In *História de Portugal*, Rui RAMOS (coord.), o.c., p. 475.

Seguir-se-á um período muito conturbado em Portugal, até 1834 – incluído o período de quase dois anos da regência de **D. Isabel Maria** [1801-1876])⁷⁸² –, com a eclosão de uma guerra civil, que opôs as forças leais a D. Pedro (os liberais) aos partidários da contestação (os absolutistas, que congregavam as simpatias do Alto Clero e da Santa Sé), liderados por **D. Miguel** ([1802-1866], tio da herdeira D. Maria da Glória e irmão de D. Pedro IV). D. Miguel chegou a ser aclamado rei de Portugal, pelas Cortes por si convocadas e reunidas ao «modo antigo» (Clero, Nobreza, Povo), em 7 de julho de 1828⁷⁸³.

Não se fizeram esperar as reações dos Liberais, confrontados com a dissolução do Parlamento e a recusa da Constituição por parte de D. Miguel que, antes, a jurara. A partir de 18 de julho, alguns diplomatas portugueses renunciaram aos seus postos por não aceitarem servir um rei absoluto, e, em 1 de agosto, o embaixador (liberal) na Cúria emitiu um protesto pelo facto de o Núncio em Lisboa – D. Alexandre Giustiniani – não ter sido retirado, após a aclamação «ilegítima» de D. Miguel⁷⁸⁴. Em 3 de setembro de 1829, o representante nomeado por D. Miguel para a Cúria – D. António Almeida Portugal – não chegou a ser recebido por Pio VIII, nessa qualidade, só o vindo a ser em 21 de setembro de 1831, já com Gregório XVI, «amigo e protetor»⁷⁸⁵ de D. Miguel.

D. Pedro, ainda em julho de 1831, a partir de Londres onde organizava a sua iminente entrada em Portugal, havia solicitado a ajuda do Papa «para fazer triunfar a legitimidade contra a usurpação», no entanto, este, por Carta *Sollicitudo Ecclesiarum*, de 5 de agosto, ainda que não se referisse expressamente a Portugal, declarava que a Igreja não se sentia obrigada por compromissos políticos sempre que se sobrepusessem assun-

⁷⁸² 4.^a filha de D. João VI, foi regente oficial, entre 1826 e 1828, à cabeça do Conselho de Regência que incluía: o cardeal-patriarca D. Patrício da Silva, o 6.º Duque do Cadaval, o 1.º Marquês de Valada, o Conde de Arcos e mais seis ministros de Estado. Seguiu-se-lhe na linha dinástica, a herdeira, sua sobrinha e filha de D. Pedro IV, D. Maria da Glória (futura D. Maria II). Mas, antes, houve ainda o período da regência e governação do seu irmão D. Miguel (regente em 22 de fevereiro, com juramento da Constituição de 1820; rei, em julho de 1828, por aclamação em Cortes, convocadas em 3 de maio).

⁷⁸³ Cf. *História de Portugal*, Rui RAMOS (coord.), o.c., p. 483.

⁷⁸⁴ Efetivamente D. Giustiniani manteve-se até 1833, no entanto, ele teria decidido «suspender as suas funções diplomáticas», após a eleição de D. Miguel, à revelia dos poderes constituídos em Portugal, assim como o próprio embaixador em Roma (conde do Funchal), que foi substituído por D. António Almeida Portugal (cf. Luís DORIA, o.c., p. 27).

⁷⁸⁵ Cf. Armando Malheiro da SILVA, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, o.c., vol. IV, p. 301. Já depois de D. Miguel ter saído de Portugal (junho de 1834), de ter sido banido e retirada a pensão estabelecida pelos acordos de Évora-Monte, devido à sua continuada atividade, no estrangeiro, para reaver o trono, Gregório XVI ainda se mostrava *amigo e protetor*, subsidiando-o e garantindo-lhe a «subsistência “primeiro com mais folga, depois com menos, porque as esperanças do trono foram-se perdendo, e porque as condições do erário pontifício se tornaram precárias; em todo o caso, pouco ou muito, de boa ou má vontade, o Santo Padre foi, de todos os amigos de D. Miguel, o único que manteve a sua dedicação generosa até ao fim”» (padre José de CASTRO, *apud* Luís DÓRIA, o.c., p. 34).

tos espirituais, e ato imediato, contrastantemente, procedia ao implícito reconhecimento de D. Miguel, aceitando as credenciais do seu embaixador⁷⁸⁶.

Este facto, levou a que, em novembro, agora a partir de Paris, D. Pedro desse instruções ao seu representante em Roma para entregar um protesto na Santa Sé e, juntamente, apresentasse a declaração de *invalidade* das nomeações episcopais feitas por D. Miguel e aceites pela Cúria romana, relativas à vacância forçada de algumas sés, pela fuga dos seus titulares afetos à causa liberal. As novas nomeações de partidários do absolutismo, foram, então, consideradas ilegítimas e de abusiva ingerência da Sé romana.

Em 3 de março de 1832, D. Pedro já está em Portugal e, com Mouzinho da Silveira⁷⁸⁷, procede a uma das mais profundas reformas da fiscalidade (reestrutura o Ministério Público) e da justiça do Reino (cria o Supremo Tribunal de Justiça), ações que tiveram início ainda nos Açores, continuaram no Porto, inclusive durante o cerco miguelista, entre 1832 e 1833, e prolongaram-se depois, já em Lisboa.

A tensão com Roma, no entanto, agravou-se, e, a pretexto daquele abuso, em 29 de julho de 1833, D. Pedro expulsou o Núncio Apostólico de Lisboa, que saiu em 5 de agosto, deixando a Nunciatura ao cuidado do legado Mons. Curoli. Em 23 de agosto, por decreto, foi extinto o Tribunal da Legacia da Nunciatura⁷⁸⁸. Em 1833, foi vedado aos conventos femininos receberem noviças, e as religiosas, independentemente da sua congregação, começaram a ser agrupadas, tendo, em 1834, sido decretada a extinção de todos os conventos masculinos, com consequente expulsão do Núncio, por parte da Coroa, e, como represália, por parte da Sé romana, foi extinto o Padroado Português da Índia e recusadas as credenciais diplomáticas ao embaixador português. Em março de 1834, será a vez da expulsão do Legado Apostólico (sob forte protesto deste), por se considerar que teria excedido as suas competências ao despachar em nome de um Núncio já exonerado.⁷⁸⁹

Deu-se, então, o *corte* de relações⁷⁹⁰, que só seriam retomadas em 1841, com a assinatura de um novo Acordo e algumas cedências, de parte a parte. Internamente, quan-

⁷⁸⁶ Cf. Luís DORIA, *o.c.*, p. 27.

⁷⁸⁷ O estadista, jurisconsulto e político José Xavier Mouzinho da Silveira (1780-1849), acérrimo defensor da Carta Constitucional, facto que o levou à prisão e ao exílio algumas vezes, residia em Paris quando por ali passou D. Pedro, e acompanhou-o depois, deslocando-se para a Ilha Terceira (Açores), onde estava sediado o Conselho da Regência Liberal, desde 1830.

⁷⁸⁸ Este Tribunal havia sido criado por Breve de Júlio III, em 21 de julho de 1554, para obviar o recurso à instância superior de Roma. Era um privilégio concedido ao Reino de Portugal, para que os recursos não precisassem de sair de Portugal, sendo resolvidos pelo Tribunal de Nunciatura, com a possibilidade de recurso para a Coroa.

⁷⁸⁹ Cf. Luís DORIA, *o.c.*, p. 29.

⁷⁹⁰ Este *corte*, na realidade, nunca foi reconhecido oficialmente, talvez devido à continuada boa relação do Papado com D. Miguel. Era como se houvesse *dois* Portugal (um, o de D. Pedro/D. Maria II,

to às provisões eclesiásticas e, pelo menos, até ao restabelecimento das relações com a Santa Sé e também à pacificação política interna, passou por um período de características cismáticas, ainda que «nunca formalmente declarado por qualquer das partes»⁷⁹¹, pois parte da hierarquia eclesiástica apresentava-se dividida pela duplicidade de algumas titularidades episcopais.

D. Miguel e seus partidários no exílio⁷⁹² – representantes da tradicional e conservadora ala católica –, durante bastante tempo, puderam contar com a poderosa proteção da Cúria de Gregório XVI, movendo-se com alguma facilidade no arregimentar de vontades e auxílios para a sua causa – retomar o trono perdido; «usurpado», segundo os seus opositores – e, no exterior, no trabalho de desfeiteamento dos propósitos da regulação dos órgãos constitucionais que, por sua vez, internamente, os perseguia, os desapossava e os conduzia à dureza da «justiça» especialmente criada para aqueles que denominava de «traidores» e «oportunistas». Durante mais de meia dúzia de anos, muitos eclesiásticos (conforme os momentos, tanto de um lado como do outro) viram-se privados tanto das suas regulares atividades diocesanas de magistério como dos meios de subsistência para manterem a sua condição, num continuado calvário de provisórias e clandestinas interinidades.

Na leitura metafórica que se nos impõe, o destemperado esposo parecia apostado em acoimar, de qualquer modo e a todo o tempo, a repudiada esposa. E esta valia-se dos meios que se lhe propunham ou ofereciam para que *o tempo* lhe fizesse ainda alguma justiça ou lhe reservasse algum espaço à dignidade ameaçada. Por vezes, esboçavam-se ainda ténues hipóteses de um projeto a refazer (aquele bosquejado casamento de uma sobrinha com o tio e o alcance de uma harmonia *ainda possível!*...) mas sempre se so-

com efectivo *corte* de relações; e o outro, o de D. Miguel, lutando na esperança da reocupação do trono, na continuidade do reconhecimento). (Cf. Luís DORIA, *o.c.*, p. 20.)

⁷⁹¹ Cf. Luís DORIA, *o.c.*, p. 20.

⁷⁹² D. Miguel partiu para o exílio em 1 de junho de 1834, após a derrota de Asseiceira em 16 de maio, e da assinatura da sua capitulação, na Convenção de Évora-Monte, em 26 de maio. D. Miguel, na realidade e contrariando o ponto de vista de muitos historiadores e partidários monárquicos, representava a autêntica linha dinástica, interpretação esta que advinha do clausulado das «famosas» Atas de Lamego (sabe-se hoje, obviamente, e A. Herculano parece tê-lo provado, que essas Cortes de Lamego nunca existiram, como o referimos com detalhe na primeira parte deste trabalho) que estabeleciam que o trono não podia ser ocupado por nascido estrangeiro ou desnaturalizado, e D. Pedro carregava essa condição, ainda reforçada «porque nunca fora aclamado rei nem prestara juramento como era exigido a todos os monarcas portugueses» (cf. Luís LOIA, in *o.c.*, p. 323). Primeiro, porque declarara a independência do Brasil, colocando-se na situação de proscrito por essa afronta à unidade nacional; e, em segundo lugar, tornara-se imperador dessa nova nação e, consequentemente, assumiu uma nova nacionalidade: era *estrangeiro*. Nestes aspetos residia a *legítima* argumentação dos seus partidários numa querela, entre monárquicos, que persistiu até bem dentro dos tempos da República.

brepunham ou interpunham interesses outros, obstaculizando e ridicularizando a retoma de vias há tanto e tão inexplicavelmente interrompidas, cuja bondade e virtude incompreensivelmente já não eram comungadas! Esta esposa parecia arredada de uma realidade que, impiedosamente, teimava em se impor. Eram aqueles «ares do tempo» tão bem definidos por Manuel Antunes⁷⁹³, que ditam novos pensares, novas leituras e provocam novos olhares, criando paradigmas novos. Poderia acrescentar-se que, para tão teimosa persistência levada a cabo por esta Igreja-esposa, os novos tempos mostravam-se já exauridos de paciência, como se pode perceber pelo que o *Condorcet* português – o *enigmático* cardeal Saraiva – pretende mostrar, apesar de eclesiástico e com as altas responsabilidades de Patriarca, na Igreja de Lisboa, ao citar o embaixador de D. Pedro IV na Santa Sé⁷⁹⁴:

Era na verdade levar as coisas a um tal excesso de arrogância [*aceitar as exigências da Santa Sé*], que parece querer regressar-se aos séculos mais escuros da História, e renovar os tempos da Soberania absoluta Pontificia sobre todos os Príncipes e Nações, e o soberbo título de *dominus dominantium* [...] É pretender que o Governo Português se esqueça totalmente do seu decoro, da sua dignidade, e da sua independência, para ir prostar-se por terra diante de outro Governo, que nem o quer reconhecer sem esta prévia humilhação, nem ainda quer dar-lhe a honra de o admitir à sua comunicação, e de ouvir o seu Representante [...] é finalmente pretender que o Governo Português dê aos seus súbditos a livre faculdade de comunicarem francamente com os seus inimigos, e até de conspirarem com eles (se assim lhes aprouver), para a ruína de sua pátria.⁷⁹⁵

Decidida e definitivamente, Gregório XVI mostrava uma imagem de Igreja-esposa agastada e ofendida, encistada e introvertida, que se autossatisfazia e revia na imagem que o seu próprio espelho lhe devolvia, nos tempos e nos modos que o seu próprio pedestal e o particular e próximo mundo dos seus interesseiros afetos lhe oferecia. Mas a realidade irá forçá-lo/a a outras posturas e condescendências como meio de sobreviver a tanta «incompreensão»!...

Em setembro de 1834, declarada a maioria de **D. Maria II** (1819-1853, rainha 1826-1828 e 1834-1853), esta foi empossada como rainha de Portugal por renúncia à regência de seu pai que morreu passado pouco tempo. O seu reinado, com o pequeno interregno de 1826-1834, foi exercido à luz da Carta Constitucional de 1826.

⁷⁹³ Cf. Manuel ANTUNES, já citado acima, nota 769, p. 332.

⁷⁹⁴ Durante o período que decorreu de 1822 a 1841, o Encarregado de Negócios junto da Santa Sé, e Ministro Plenipotenciário até 1853, data da sua morte, foi João Pedro Miguéis Carvalho e Brito (cf. <https://idi.mne.pt/pt/titulares/643-representacao-junto-da-santa-se-titulares.html> [visitado em setembro de 2017]).

⁷⁹⁵ *Apud* Luís DORIA, *o.c.*, nt. 132, p. 57.

Das tarefas mais espinhosas que D. Maria teve em mãos foram, obviamente, as relações com a Santa Sé, devido à questão das nomeações dúplices de vários episcopados, de que nenhuma parte pretendia abdicar. O Papado, por achar que questões de ordem espiritual apenas a si diziam respeito (e aqui estavam as nomeações propostas por D. Miguel e aceites por Roma), não mostrava disponibilidade para as anular e validar as outras, facto que por si só, já seria também um reconhecimento implícito do governo liberal de D. Maria II (não se podendo esquecer que D. Miguel continuava sob a proteção de Gregório XVI, na qualidade de legítimo rei «usurpado»). Concomitantemente, a Rainha, por entender que essas nomeações apenas tinham existido por se tratar de personalidades contrárias ao espírito constitucional, portanto, fiéis correligionários de D. Miguel (sob banimento e expatriação), para além de terem sido validadas por Roma à revelia da convenção do patronato e beneplácito régio, via, consequentemente, as suas próprias nomeações não reconhecidas canonicamente (com os problemas que daí advinham, tanto para os eclesiásticos como a vida corrente das comunidades). Via-se impedida, porém, de negociar qualquer destes assuntos, sem prévio reconhecimento do seu governo constitucional, sob pena de se «atentar contra a dignidade da Nação».⁷⁹⁶

Em 1835, de Paris foi enviado a Roma o visconde Carreira, como ministro plenipotenciário, no intuito de se desbloquear a situação que permitisse a retoma das conversações com a Cúria; a 9 de abril, a Santa Sé, verbalmente, apresentou ao encarregado de negócios Miguéis os pré-requisitos para uma reconciliação com Portugal, que ficou sem resposta. A 27 de fevereiro de 1837, Miguéis dá conta da sua primeira audiência com o Papa.

Em 24 de abril de 1838, a divulgação do Breve *Multe Praeclare* de Gregório XVI, em que se estabeleciam diretivas para a extinção do Padroado do Oriente nos territórios fora da administração portuguesa (Cochim, Cranganor, Meliapor, Malaca, Pequim e Nanquim) e a regulação dos Vicariatos Apostólicos nas Índias Orientais, diretamente dependentes de Roma, levará à decisão de se agilizarem os esforços no sentido da regularização das relações com o Papado.⁷⁹⁷ E, em 7 de agosto de 1838, D. Maria II solicita ao Papa a reconciliação. Porém, em resposta de 16 de setembro, a Santa Sé lembra que não recebeu anuência às suas exigências de 9 de abril de 1835 (mais de 3 anos antes!). Em 9 de junho

⁷⁹⁶ *Ibidem*, pp. 53-54.

⁷⁹⁷ «Os fundamentos alegados consistiam no seguinte: o Governo Português tinha desamparado as dioceses, incumbindo, portanto, à Corte de Roma a necessidade de provê-las; Portugal não concorria para a sustentação do clero no Oriente; havia falta de pessoas habilitadas para o sacerdócio no Ultramar; por fim, a declaração de que Portugal não podia exercer o padroado em território estrangeiro.» (Cf. *ibidem*, nt. 20, p. 70.)

de 1839, foi então criada uma comissão para estudar o restabelecimento das relações, mas os resultados não se mostravam muito promissores.

Convém ter presente que no interior provinciano persistia uma latente resistência às ideias liberais e esta era reforçada pela extensiva propaganda difundida a partir dos púlpitos, no Portugal profundo. Ali, o quotidiano das populações decorria em ambiência de estreita observância dos tempos regulados pelas tradicionais pautas religiosas e seculares, impostas pelos ancestrais agentes do sagrado que garantiam a pacífica subserviência e o seguidismo preceitual, através de uma apertada vigilância das consciências, e essa realidade constituía um caldo cultural ideal para a resistência à novidade e a salvaguarda do tradicionalismo, aproveitados e defendidos pelos absolutistas miguelistas e, sabedor disso, pelo ultramontanismo romano. Porém, o então Ministro dos Negócios Eclesiásticos, Costa Cabral, mostrou, no campo da diplomacia e da política, assumidas artes de bem governar, e com uma visão pragmática dos problemas encontrou soluções originais e pouco esperadas:

compreendendo a necessidade de proceder à regularização da base material da vida dos eclesiásticos, uma preocupação que estes agradavelmente registaram [...], em vez de negociar com o Papa e de ceder ao Papa – de quem pouco obteria em troca –, Cabral negociou no terreno, caso a caso, com cada um dos prelados. Destes foi obtendo, em troca de os reintegrar nos seus cargos e de lhes garantir meios de subsistência, que renegassem o miguelismo⁷⁹⁸,

e, desta forma eficaz, ultrapassou aquilo que parecia um «diálogo de surdos», entre Roma e Lisboa.

Costa Cabral veio efetivamente dar um novo impulso à resolução das desinteligências com o Papado. Um dos atos indicativos do facto de que o regime estava agora disposto a enfrentar o problema de uma forma diferente foi a publicação da portaria-carta de 14 de dezembro de 1839 [dirigida ao Cardeal Saraiva]. [...] Não se limitou a tolerar as autoridades eclesiásticas investidas em funções. Pelo contrário, procurou desde cedo obter a colaboração política ativa de todos os prelados que se mostrassem disponíveis para isso, independentemente do seu passado político. Exemplos dos frutos dessa estratégia são os casos dos futuros bispos *eleitos* de Beja [D. Manuel Pires de Azevedo Loureiro (1844-1848)] e do Porto [D. Jerónimo José da Costa Rebelo (1843-1854)], que, em março de 1840, através de cartas confidenciais, colocavam o ministro a par da constituição de listas para a eleição de deputados favoráveis ao governo e o felicitavam pela sua conduta. [...] Cabral não se limitava a obter a sua anuência ou obediência passiva: queria captar a sua colaboração e trazê-los *para dentro* do regime, comprometê-los com este, dando-lhes influência palpável dentro dele.

[...] oferecia-se aos requerentes a possibilidade de reaverem os seus lugares desde que solicitassem «nova mercê», um requisito que implicava, por parte do requerente, o reconhecimento da legitimidade do trono de D. Maria II e do regime. [...] Outro exemplo: ao ser comunicado a um abade do arcebispado de Braga, *colado* desde 1808, o fim da suspensão, exigia-se-lhe que prestasse por escrito o «juramento de obediência e fidelidade ao Legítimo Governo de Sua Majestade, e à Constituição Política vigente da Monarquia Portuguesa».⁷⁹⁹

⁷⁹⁸ Luís DORIA, *o.c.*, p. 92-93.

⁷⁹⁹ Cf. *ibidem*, pp. 86-95.

Em 16 de março do ano seguinte, o visconde Carreira recebe instruções para diligenciar o agendamento de uma audiência com o Pontífice, que lhe é concedida em 6 de julho. Como resultado destas diligências, o visconde Carreira, em 10 de maio de 1841, apresentou as suas credenciais como representante de Portugal na Santa Sé.

Ficaram então restabelecidas as normais relações, comprometidas em 1834. E o Breve *Nullis Explicari Verbis*, de 17 de maio, dá conta da congratulação pontifícia por este reatamento, consumado com a chegada a Lisboa do Nuncio, D. Francisco Cappaccini, em 17 de janeiro de 1842. O que se seguiu, e pelo que até aqui já presenciámos no campo da manifestação dos *afetos* diplomáticos e suas hipocrisias, apesar de tudo merece-nos um pequeno e exclamativo reparo de surpresa. Concluído o restabelecimento das relações, logo em 14 de março seguinte, Gregório XVI, de forma algo (in)esperada, envia a D. Maria II a «Rosa de Ouro» (recebida a 24 de abril) como sinal de júbilo pela reconciliação⁸⁰⁰. E este foi o ato preliminar para a Concordata, celebrada já com o novo Papa (Pio IX), em 1848, mas também para a atitude solidária de D. Maria II que, quando o soube ameaçado pelos motins à volta da unificação da Itália e a consequente queda do poder temporal da Igreja, se dispôs acolher o Pontífice em Portugal⁸⁰¹.

Adveio, a partir de então, um período propício para o trabalho de reorganização interna, a vários níveis, com o contributo de alguns eclesiásticos. No campo do ensino, um plano de regulação dos estudos e método de ensino, que dava satisfação a uma proposta já feita em 1805, por D. João, criaram-se seminários em todas as dioceses do Reino e Ilhas, em 1845, e foi celebrado acordo com a Santa Sé para a reintrodução das ordens religiosas em Portugal, em 1848.

Tentaram-se colmatar não só lacunas didáticas, mas, supomos, mais no sentido de facultar instrumentos pedagógicos que contrariassem, a partir dos níveis elementares, as vagas do cientismo emergente. Lembrem-se aqui: o padre José de Sousa Amado (1812-1878) e a sua antologia, *Selecta Portugueza. Para uso dos alumnos de Instrucção Primaria e Secundaria*, além da sua extensa colaboração nos jornais católicos da época – *Do-*

⁸⁰⁰ A questão da *forma algo (in)esperada* prende-se com os factos ocorridos oito anos antes e das posições contrastantes, quando, em 1 de agosto de 1834, em Consistório, Gregório XVI «insurgia-se contra os “males” infligidos “à aflita Igreja de Portugal, ofendendo a Sé Apostólica e visando o aniquilamento dos direitos que exclusivamente pertencem ao Poder Eclesiástico”» e contra o Decreto de 30 de maio de 1834, declarava que «tem coisas tão falsas e criminosamente ditas, que não parece poder o homem animado dos piores sentimentos contra a Religião e os sagrados Institutos proferi-las mais injuriosas, mais erróneas e mais contrárias a indubitáveis monumentos da História [...] desaprovamos, condenamos e declaramos nulos (e como se não existissem) todos os decretos do Governo em prejuízo dos direitos e da autoridade da Religião, da Igreja e da Sé Apostólica» (in Luís DORIA, *o.c.*, p. 37) Mudam-se os tempos!...

⁸⁰¹ Cf. Miguel OLIVEIRA, *o.c.*, p. 344.

mingo e Bem Publico, referidos mais à frente –, e que foram tribunas vigorosas na defesa da Instituição religiosa perante aquilo que considerava ataques e afrontas das novas ideias infiltradas nos órgãos estatais; João António de Sousa Dória e o seu *Compendio de História. Para uso das escholas*⁸⁰²; e também Joaquim Lopes Carreira de Melo, com o inovador (quicá conciliador) *Resumo de História Universal Profana*. Com a dessacralização da História, foi-se sacralizando a atitude perante o cientificismo da História, facto que tendia a passar de uma «teleologia teológica para uma teleologia cívica»⁸⁰³.

Mas a relação haveria de manter-se sempre com alguns picos de conflito, assim que qualquer das instituições arriscava invadir os territórios considerados próprios da outra parte. Foi o que sucedeu em 1852, quando um decreto regulador do ato eleitoral impunha que nos locais de voto (que eram as igrejas paroquiais), os nomes dos eleitores e dos elegíveis devessem ser lidos durante a celebração da Missa. A hierarquia reclamou, invocando uma intromissão inadmissível do poder civil, tendo-se decidido, então, que não se fizesse a leitura, mas que os nomes deveriam ser afixados nas portas das igrejas, assim como o resultado do escrutínio.

As atitudes contrastantes manifestavam-se nos domínios da vivência rotineira. Em campo digladiar-se-iam, durante bastante tempo ainda, várias tendências mascaradas, ora de absolutistas (a facção dos miguelistas, que defendiam a concentração de poder na figura régia) ora de liberais (que se subdividiam em moderados, adeptos da Carta Constitucional, ou *Cartistas*; e os liberais avançados, chamados *Vintistas* que pretendiam a restauração da Constituição de 1820)⁸⁰⁴.

Qualquer das tendências beneficiava ainda de lideranças intelectuais que esgrimiam argumentos, por vezes de forma muito violenta, através dos vários órgãos de comunicação ou por intervenção directa na vida pública, em acesas polémicas. Neste período, encontram-se eclesiásticos em todos os campos do confronto, mas, a influência das ideias provenientes da França revolucionária e de uma certa infiltração maçónica, vão contribuindo, sobremaneira, para o alastramento transversal do anticlericalismo, a que, paradoxalmente,

⁸⁰² Paulo Mendes PINTO (in *Para Uma Ciência das Religiões em Portugal*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2005, pp. 69-72): «mostra as duas vertentes do conservadorismo português face às novas visões da criação do mundo e do homem. [...] Em primeiro lugar divide a História em história sagrada e história profana, como vários outros autores, em segundo lugar, ainda estabelece a primeira como matriz cronológica da segunda. [...] Mais, esta visão é sancionada pelo Estado, integrada no *corpus* do “saber oficial” e transmitido no sistema de ensino, ao mesmo tempo que outras obras, também elas com pendor educativo, já veiculavam o contrário.»

⁸⁰³ Cf. *ibidem*, p. 76.

⁸⁰⁴ Sobre este período turbulento vide ainda José Miguel SARDICA, *A regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da U. L., 2001.

muitos clérigos aderiram, impulsionados pelo desejo de contribuírem para a purificação do Cristianismo⁸⁰⁵, assumindo aspetos, aos olhos de hoje, de algum surrealismo, quando observadas nos comportamentos e no pensamento de figuras laicas de referência intelectual, como nos mostra a seguinte análise:

Herculano assume uma posição anticlerical e fundamenta-a com os próprios princípios do Cristianismo. O laicismo herculaniano, politicamente anticlerical, é intimamente cristão. O Cristianismo é uma ética, não um dogma. A religião, como a língua, é, para Herculano, uma condição de sociabilidade. Contra o ultramontanismo, contra o clero ultramontano sustenta um militantismo laico, protagoniza a separação da Igreja e do Estado e a reconversão do clero em agente “civilizador” na sua esfera própria: o culto e a formação moral das consciências.⁸⁰⁶

Em 15 de novembro de 1853 (em trabalho de parto do nado-morto, infante D. Eugénio) morreu D. Maria II (aos 34 anos de idade). Seguiram-se os dois anos de regência do rei-consorte **D. Fernando II** (1816-1885), até à maioridade do príncipe D. Pedro.

Já no reinado de **D. Pedro V** (1837-1861, rei desde 1855) é assinada, em 1857, a Concordata com a Santa Sé sobre aspetos da revisão do Padroado Português do Oriente⁸⁰⁷.

⁸⁰⁵ Esse anseio de purificação – que tomaria o nome de «Progressismo Cristão» – não deixava de consubstanciar a vontade de um regresso da Igreja às suas origens, afastando-a dos órgãos de poder e aproximando-a do povo. Desta data conhece-se também a fraturante atitude de muitos clérigos franceses, de que se destaca a figura do Pe. Lamennais (1782-1854) – provavelmente de inspiração a muitos clérigos portugueses, nessa época –, que em resposta a Gregório XVI, que mandara suspender o jornal *L'Avenir* que ele dirigia, fez publicar *Palavras de Um Crente*, onde dizia: «a Igreja atravessa uma grande crise e o Papa está cego. Apenas o povo e a revolução poderão salvar o Cristianismo.» Estas palavras, duras e diretas, dirigidas, em primeiro lugar, à Igreja, e, por arrasto, à Monarquia, acarretar-lhe-iam a excomunhão emitida pela encíclica *Singulari nos*. O eco desta turbulência que arrastou tudo e todos, repercutia-se ainda, em 1907, na Introdução da Encíclica de Pio X, *Pascendi Dominici Gregis* (sobre as doutrinas modernistas e sua influência desviante no Clero): «Aludimos, Veneráveis Irmãos, a muitos membros do laicato católico e também, coisa ainda mais para lastimar, a não poucos do clero que, fingindo amor à Igreja e sem nenhum sólido conhecimento de filosofia e teologia, mas, embebedos antes das teorias envenenadas dos inimigos da Igreja, blasonam, postergando todo o comedimento, de reformadores da mesma Igreja; e cerrando ousadamente fileiras se atiram sobre tudo o que há de mais santo na obra de Cristo, sem pouparem sequer a mesma pessoa do divino Redentor que, com audácia sacrílega, rebaixam à craveira de um puro e simples homem. Pasmem, embora homens de tal casta, que Nós os ponhamos no número dos inimigos da Igreja; não poderá, porém, pasmar com razão quem quer que, postas de lado as intenções de que só Deus é juiz, se aplique a examinar as doutrinas e o modo de falar e de agir de que lançam eles mão. Não se afastará, portanto, da verdade quem os tiver como os mais perigosos inimigos da Igreja. Estes, em verdade, como dissemos, não já fora, mas dentro da Igreja, tramam seus perniciosos conselhos; e por isto, é por assim dizer nas próprias veias e entranhas dela que se acha o perigo, tanto mais ruinoso quanto mais intimamente eles a conhecem. Além de que, não sobre as ramagens e os brotos, mas sobre as mesmas raízes que são a Fé e suas fibras mais vitais, é que meneiam eles o machado.»

⁸⁰⁶ Isabel Nobre VARGUES-Maria Manuela T. RIBEIRO, in *História de Portugal* [dir. José MATTOSSO], vol. V, p. 226.

⁸⁰⁷ O Padroado do Oriente foi uma criação original da Igreja em que era concedido aos reis de Portugal a prerrogativa da administração apostólica dos territórios da Ásia (nomeação de bispos e padres, formação de missionários, criação de escolas de formação católica e seminários, fundação de igrejas e paróquias, e outras do mesmo âmbito). Eram funções estritamente religiosas a serem desempenhadas pela estrutura estatal. Esta concessão foi dada a Portugal, pelo papa Calisto III, em 1456, através da Bula *Inter*

Mas vão-se acentuando os posicionamentos anticlericais daqueles que, movidos por uma certa coerência política radical, não vêem qualquer possibilidade de compaginar instituição religiosa com liberalismo constitucional, entendidos como instituições antitéticas e inconciliáveis, pelo que se seguirão diversas tomadas de posição pública. Em dezembro de 1858, Alexandre Herculano preside a comício anticlerical, e, em março de 1859, dois deputados dirigem uma moção anticlerical ao governo. Pelo meio vai-se arrastando um espinho clerical que parece difícil de arrancar – o «Caso das Irmãs da Caridade» –, pela contradição sustentada pelo governo que vê como proveitosa, no terreno, a ação assistencial dessa Congregação religiosa, de origem francesa, aqui chegada em 1819 e reforçada em 1857, em períodos demasiados penosos de epidemias de cólera e febre amarela, que grassaram nesse período, e o confronto com a incomodidade das censuras públicas dos liberais, por lhe dar ilegal cobertura. A Congregação foi visada em Portaria de março e sujeita a dissolução pelo Decreto do Presidente do Ministério, Joaquim António de Aguiar, de junho de 1861, que mandara extinguir os morgados e capelas que ainda existiam e, ato imediato, impunha a desamortização dos bens das religiosas e igrejas que seriam incorporados na Fazenda Nacional⁸⁰⁸. Em 2 de setembro é publicado *Aviso* de reforço ao conhecimento público em que não se reconhece qualquer excomunhão, breve pontifício ou qualquer determinação da Cúria, no Reino, sem beneplácito régio.

Em 11 de novembro de 1861, com 24 anos, morre D. Pedro V, assumindo a regência D. Fernando II. Sucede a D. Pedro o seu irmão **D. Luís I** (1838-1889, rei desde 1861).

Em 1862, a representação diplomática em Roma é elevada à categoria de Embaixada. Em 20 de julho de 1863, em esforço de atualização pública da memória, o Governo publica uma Portaria em que assume a responsabilidade de coligir e imprimir todas as Bulas, Breves e Diplomas pontifícios sobre o Padroado de Portugal e Ultramar.

cetera; e durou até ao Concílio Vaticano II, em 1965. A Concordata a que aqui se alude (celebrada por Pio IX) pretendeu apaziguar de alguma forma a indignação portuguesa pela decisão do Papa anterior (Gregório XVI), que havia retirado da alçada do Padroado do Oriente muitas regiões, com o argumento de que Portugal não cumpria como estipulado no preenchimento dos quadros missionários. O retorno à jurisdição anterior do Padroado, no entanto, não veio, na prática, solucionar o problema de fundo – a falta de missionários – pois Portugal, em 1834, havia extinguido ou expulsado as ordens religiosas e, embora em 1848, elas tenham sido autorizadas a estabelecer-se, a situação continuava deficitária nesse campo.

⁸⁰⁸ As Irmãs da Caridade acabariam por sair para França, num barco francês mandado a Lisboa para o efeito, em junho de 1862, mas voltariam em 1874. É curioso assinalar, no entanto, o episódio singular, ocorrido após esta expulsão: a aristocracia, em sinal de solidariedade para com as Religiosas, deixou de prestar qualquer auxílio às associações filantrópicas no terreno, mas a Maçonaria, instituição com grande influência no Poder e instigadora anticlerical, passaria a assumir a organização de várias obras de assistência, a fim de colmatar a lacuna deixada.

Internamente, por volta de 1865, vive-se um empolgamento ideológico advindo do centro da Europa – o *Socialismo* de Proudhon, as directivas da Associação Internacional dos Trabalhadores, o *Positivismo* de Auguste Comte, as novas científicas alemãs e o *Naturalismo* francês – e que chegado a Portugal, invade os principais centros urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra, mas sobremaneira o mundo universitário, com a cidade dos estudantes tomada por polo de referência e agitada pela polémica (conhecida por «Questão Coimbrã»), centrada em figuras das Letras nacionais – o pedagogo e poeta, de linhagem fidalga, Feliciano de Castilho, representante da Velha Ordem do Ultra-Romantismo e seus seguidores, em confronto com os escritores da nova geração, a «Geração 70»⁸⁰⁹ como ficaram conhecidos, encabeçados por Antero de Quental e Teófilo Braga, representantes do Realismo e do Naturalismo.

Os recém-formados de Coimbra, logo que instalados em Lisboa, criaram o *Cenáculo* (de antigos estudantes coimbrãos, a *Geração Nova*, aquela a que, além de Antero, pertenciam Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Oliveira Martins e outros intelectuais) e que se reunia, regularmente, no Casino de Lisboa, à volta de um tema da atualidade. A organização de um ciclo de dez conferências, em 1871 (22 de maio a 19 de junho) das quais se realizaram apenas cinco (com interdição policial, no início da sexta, sobre a *História Crítica de Jesus*, por Salomão Sáragga), determinaria uma grande efervescência intelectual e social que marcou aquele tempo, o das Conferências Democráticas do Casino, das quais tiveram maior impacto, na opinião pública, a segunda – *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, proferida por Antero – e a quinta – *A Questão do Ensino*, por Adolfo Coelho⁸¹⁰.

⁸⁰⁹ Sobre este movimento intelectual *vide* também: de João MEDINA, *Eça de Queirós e a geração de setenta*, Lisboa, Moraes Ed., 1980; *Herculano e a geração de 70*, Lisboa, Terra Livre, 1977; e *A geração de 70: uma geração revolucionária e europeísta*, Cascais, Câmara Municipal, 1999.

⁸¹⁰ Antero começou a sua comunicação com a constatação da situação de ruína em que se encontravam os povos da Península Ibérica, cujas razões apontadas, igualmente partilhadas quer por Espanha quer por Portugal, eram três: 1) *A Contra-Reforma de Trento dirigida pelos Jesuítas*; 2) *A centralização política na Realza (absolutismo) e a redução ou perda dos direitos individuais dos tempos medievais*; 3) *O desenvolvimento económico produzido pelos Descobrimentos que gerou uma burguesia acomodada, pouco imaginativa, porque movida pela rapina e pelo lucro fácil, e um povo inerte*. A degradação denunciada era de tal ordem que lhe mereceram, em diversos momentos da comunicação, palavras muito duras, como as seguintes: «Deste mundo brilhante, criado pelo génio peninsular na sua livre expansão, passamos quase sem transição para um mundo escuro, inerte, pobre, ininteligente e meio desconhecido. Dir-se-á que entre um e outro se meteram dez séculos de decadência: pois bastaram para essa total transformação 50 ou 60 anos! Em tão curto período era impossível caminhar mais rapidamente no caminho da perdição.» Ou ainda, mas neste caso como proposta de ultrapassagem da crise, uma vigorosa resposta a esses três fatores da razão da decadência: «Que é, pois, necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização? Para entrarmos outra vez na comunhão da Europa culta? É necessário um esforço viril, um esforço supremo: quebrar resolutamente com o passado. Respeitemos a memória dos nossos avós: memoremos piedosamente os actos deles: mas não os imitemos. Não sejamos, à luz do século XIX, espectros a que dá

A proibição das restantes conferências suscitou uma clamorosa reação, com comunicados na imprensa, panfletos na rua e troca de impressões acesas, na comunidade lisboeta da época. Antero redigiu uma vigorosa carta de protesto, dirigida ao responsável do governo que emitiu a ordem, onde alertava para as consequências de um ato impensado que, proibindo uma sessão intelectual pacífica, a havia convertido, precisamente naquilo que se invocava querer evitar, num tumulto político⁸¹¹.

uma vida emprestada o espírito do século XVI. A esse espírito moral oponhamos francamente o espírito moderno. Oponhamos ao *catolicismo*, não a indiferença ou uma fria negação, mas a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, a contemplação directa do divino pelo humano (isto é, a fusão do divino e do humano), a filosofia, a ciência, e a crença no progresso, na renovação incessante da Humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento, sempre inspirado. Oponhamos à *monarquia centralizada*, uniforme e impotente, a federação republicana de todos os grupos autonómicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal, dando-lhe um carácter radicalmente democrático, porque só ela é a base e o instrumento natural de todas as reformas práticas, populares, niveladoras. Finalmente, à *inércia industrial* oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, e para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea, não entregue à anarquia cega da concorrência, mas organizada duma maneira solidária e equitativa, operando assim gradualmente a transição para o novo mundo industrial do socialismo, a quem pertence o futuro. Esta é a tendência do século: esta deve também ser a nossa. Somos uma raça decaída por ter rejeitado o espírito moderno: regenerar-nos-emos abraçando francamente esse espírito. O seu nome é Revolução: revolução não quer dizer guerra, mas sim paz: não quer dizer licença, mas sim ordem, ordem verdadeira pela verdadeira liberdade. Longe de apelar para a insurreição, pretende preveni-la, torná-la impossível: só os seus inimigos, desesperando-a, a podem obrigar a lançar mãos das armas. Em si, é um verbo de paz, porque é o verbo humano por excelência.»

A comunicação de Adolfo Coelho, sobre o Ensino, constituía um forte ataque ao estado do ensino em Portugal, de que traçava um quadro desolador. A proposta avançada era da inevitável e completa separação da Igreja e do Estado e pela instauração da plena liberdade de consciência. As Conferências haveriam de ser proibidas por decisão do Governo e com o seguinte argumento: «as preleções expõem e procuram sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições do Estado» (*In* http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%A2ncias_do_Casino [visitado em agosto 2010]), o que não deixava de ser verdade, e de veicularem empolamentos sobre as virtudes da República, do Socialismo e da separação da Igreja e do Estado. Mas a actividade de polémica problematizadora do *status* institucional não abrandará pois «estes intelectuais vão introduzir progressivamente, na Maçonaria e noutros espaços, o combate pelo laicismo como processo de modificação integral da sociedade; às crenças do positivismo e do hegelianismo era dada por estes indivíduos uma orientação propriamente religiosa, capaz de transformar a consciência e a ação do homem, regenerando-as e aperfeiçoando-as, o que lograria a emergência de uma sociedade também regenerada e mais perfeita. [...] Ora, a campanha laicista que se iniciou com a nova geração de intelectuais, marcada pelo positivismo e pelo hegelianismo, pretendia já erradicar as funções desempenhadas pelo clero secular e delas desligar o Estado e a educação dos cidadãos.» (Luís Aguiar SANTOS, in *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, o. c., pp. 429-430.) Sobre este mesmo assunto vide também: João MEDINA, *As conferências do casino e o socialismo em Portugal*, Lisboa, D. Quixote, 1984.

⁸¹¹ Algumas notas sumárias da carta aberta de protesto de Antero: «O sr. ministro do Reino fez entregar por um empregado de polícia ao Sr. Zagalo, director do Casino, um papel – reaccionário pela intenção, mas demagógico pela gramática – em que se notificava que, por ordem superior, estavam fechadas as *conferências democráticas*. Conheces já decerto, leitor sensato e honrado, o protesto dos conferentes, a adesão de outros cidadãos, a opinião da imprensa... E achas certamente na tua consciência que este acto do sr. marquês de Ávila, não tendo de certo modo equidade, não tem, de modo algum, legalidade; que é sobretudo profundamente inábil; e que o sr. marquês, dando um *golpe de Estado* contra alguns escritores que no Casino faziam crítica de história e de literatura, foi criar uma atitude política onde só havia um intuito científico. Homens que numa sala, com senhoras na galeria, movem questões científicas e literárias, numa alta generalização de ideias, são tão inofensivos na política do seu país como um livro de *matemática*. São motores de pensamento e de estudo, que vão tocar a rebate no sino das Mercês. – Mas homens que o Governo obriga a fazer um protesto num café, na agitação de trezentas pessoas; a percorrerem as redações dos jornais, seguidos de uma multidão indignada; a colocarem-se como defensores da consciência ofendida – esses parecem-se terrivelmente com homens de uma ação política! As conferên-

Apesar de todos os protestos a proibição não foi retirada e as restantes conferências não se realizaram, com custos elevados para a imagem da Religião do Estado. Os embates eram aproveitados pelos liberais mais radicais para a animosidade anticlerical, manifestada em inúmeras conferências, palestras e manifestações de rua (caso do pretexto da celebração do Centenário de Pombal, em 1882). Os católicos, por sua vez, cerravam barreiras, e respondiam com a organização de Congressos Católicos⁸¹².

Em 1867, a administração pública seria dotada de um dos instrumentos mais eficazes e afrontadores do poder eclesiástico, quanto ao seu significado, em primeiro lugar, e quanto à efectiva separação dos domínios da esfera civil e da esfera religiosa, que foi a instituição do Código Civil. O poder judicial passou a ser exercido fora de influências do poder eclesiástico. Nele, ficou previsto «o casamento não-religioso»⁸¹³. Nesta sequência, em 1878, o regenerador Fontes Pereira de Melo, primeiro-ministro que mais tempo esteve à frente de um governo da Monarquia (12 anos, por três vezes), introduziu o Novo Código Administrativo e procedeu à regulamentação do Registo Civil para não-católicos⁸¹⁴.

cias desceram assim da sua serenidade filosófica; estão na luta, estão na discussão da Carta, estão na prosa da *gazeta do Povo!*» (In http://farol.dasletras.no.sapo.pt/conferencias_do_casi_no.htm [agosto 2010].)

⁸¹² Na Monarquia (de 1871 a 1910) realizaram-se 14 Congressos Católicos; na República (de 1913 a 1923), 21 Congressos e 1 Reunião do C.C.P. de Lisboa. (Cf. Manuel Braga da CRUZ, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1980, pp. 432-433.)

A contenda entre os seguidores das ideias liberais, com discurso anticlerical – onde se integravam socialistas, anarquistas e republicanos – e os seus opositores, defensores de uma reforma mais do que de uma verdadeira renovação, com discurso voltado para os consensos – em que enfileiravam clérigos, religiosos e leigos, ligados à estrutura eclesiástica – apesar de alguns episódios pontuais de confronto físico, ela desenvolvia-se, essencialmente, nos meios de comunicação social e em manifestações públicas de propaganda e antipropaganda. Porém, devido à característica agressividade dos adeptos da mudança radical, o prato da balança pendia, normalmente, para o seu lado, fazendo parecer que os antagonistas pouco significavam e pouco podiam (*Vide* Marie-Christine VOLOVITCH, «As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-1912)», in *Análise Social*, vol. XVIII, pp. 1197-1210): «A ação social dos católicos portugueses antes da I República foi, pois, bastante limitada. Os mais ativos democratas cristãos lamentam-no desde muito cedo. Assim, o célebre jornalista Júlio Monzó fez uma conferência, em 11 de dezembro de 1905, na Associação de Socorros Mútuos «A Democracia Christã», subordinada ao tema «Os círculos católicos em Portugal». Lamentou, nessa conferência, que a vontade de combater a revolução e o receio das ações operárias tenham reduzido o movimento católico português a uma passividade próxima da inação. [...] Em 1908, o bispo da Guarda, aquando da preparação do 3.º Congresso das Associações Populares Católicas, estava bastante consciente desta incapacidade de os católicos portugueses se tornarem dignos de crédito em matéria de reformas sociais. E, em 1909, no 4.º Congresso das APC, o franciscano Frutuoso da Fonseca Preto Pacheco, do Convento de Montariol, retoma esta verificação pessimista sobre o balanço de ação social católica em Portugal: [...] o movimento social cristão de 1898 até hoje [...] nada se tem feito de prático. Havendo 10 000 operários católicos no País [...]»

⁸¹³ Cf. Rui RAMOS, *o.c.*, p. 536. Apesar disto, aos olhos do clero e até bem dentro do século XX, as uniões não canónicas continuaram a não ser aceites e a ser designadas, pejorativamente, por «mancebia», e, consequentemente, aos olhos da maioria do povo, condição de pecado público.

⁸¹⁴ Os restantes cidadãos, por falta de uma explícita declaração de pertença religiosa, eram considerados católicos, e, neste caso, a obrigatoriedade dos registos (nascimento-batismo, casamento e morte) fazia-se na respectiva paróquia, como uma formalidade, cuja tradição remontava ao Concílio de Trento (1563). O registo civil de todos os cidadãos – inspirado no Código Napoleónico de 1804 – só se tornar obrigatório a partir de 11 de fevereiro de 1911, por decreto do Governo Provisório da República.

Em 1886, é celebrada a Concordata com Santa Sé, definindo a circunscrição das dioceses e o exercício do Padroado do Oriente, cujo âmbito é muito reduzido em virtude da impossibilidade de Portugal garantir o preenchimento dos seus quadros missionários.

Em 19 de outubro de 1889 morre D. Luís I, sucedendo-lhe seu filho **D. Carlos I** (1863-1908, rei desde 1889)⁸¹⁵.

No domínio das relações com o Papado e a Igreja portuguesa pode dizer-se que o clima ia para além da normalidade diplomática, roçando mesmo o estatuto de afetuosa relação, como no-lo revela a concessão da «Rosa de Ouro» à rainha D. Amélia, em 4 de julho de 1892, e também o adiamento que o monarca fez de uma visita programada ao rei Humberto de Itália, para não ferir a suscetibilidade pontifícia, devido ao diferendo que havia, na altura, entre o Reino de Itália e o Vaticano. O Quirinal, agastado, chegou mesmo a cortar relações, aceitando, posteriormente, as explicações da Casa Real portuguesa. E, no aparelho de Estado, havia eclesiásticos que mantinham alguma predominância inclusive no desempenho de funções estranhas ao seu múnus clerical. Este o caso de D. António Aires de Gouveia, bispo de Betsaida, que, em 23 de janeiro de 1892, foi empossado da responsabilidade interina da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e que, em 27 de maio, passou a seu titular definitivo.

Quanto à permeabilidade social às novas correntes de influência, esta era cada vez mais uma realidade imposta pelos novos ventos de mudança, e Portugal e a sua Igreja também não fugiam à regra, inclusive com reflexos na movimentação política que, nestes tempos ainda de integração, tendia a corporativizar a religiosidade dos fiéis, dotando-os também dos palanques e palanquins adequados às arengas políticas.

A publicação, em 1891, da encíclica *Rerum novarum*, de Leão XIII, que alentava e legitimava a participação ativa dos católicos na política⁸¹⁶ – na Itália, já no início do sé-

⁸¹⁵ Sobre a figura deste monarca *vide*, de Rui RAMOS, *D. Carlos: 1863-1908*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011.

⁸¹⁶ No pensamento europeu, com reflexos sintomáticos nas instituições, proliferavam as mais variadas teorias sociais, com preponderante incidência antropocêntrica que provocava desvios paradigmáticos, reconfiguradores de novas cosmovisões. Deus deixara de ser o eixo em que se fundavam as doutrinas orientadoras dos comportamentos, e as novas ideologias iam estendendo a sua teia ao pensamento e à emergência de inovadoras formas de organização laboral e estatal, concretizando as tendências secularizantes das sociedades. A crise alastrava e de uma forma assustadora atingia a própria instituição eclesial, ameaçando não só subvertê-la nos fundamentos, mas pior, extingui-la. Os católicos agruparam-se e em ação determinante da União de Friburgo – Centro internacional católico para o estudo das questões sociais, fundado em 1884, por René Charles H. de la Tour du Pin e pelo bispo de Genebra, Mermillod (cf. <http://www.iscsp.utl.pt/>) –, em 1885, pediram à Igreja que «recordasse as regras demasiado esquecidas da sua doutrina acerca da natureza da propriedade e da vida humana na pessoa dos pobres», a que esta, pela mão de Leão XIII, respondeu, em 1891, com a publicação da Encíclica *Rerum novarum*. A partir desta

culo XX, inspirará o aparecimento do Partido da Democracia Cristã⁸¹⁷ – em Portugal foi-se esboçando a proposta de criação de um Partido Católico⁸¹⁸, assim como vários jornais que, como *O Domingo* (1855), *O Bem Público* (1857), *A Palavra* (1872), *A Nação* (1847), constituíam as tribunas que davam voz pública aos intervenientes mais ativos das diversas correntes católicas, por vezes em contendas vigorosas (isto porque, perante a realidade de cada momento, frequentemente, não havia univocidade de posições, pelo que surgiam desalinhamentos bem vincados que manifestavam a complexidade das subtis teias de relação e de interesses, que coexistiam no seio da própria Igreja)⁸¹⁹.

Sobre o pluralismo, D. António de Almeida (cardeal bispo do Porto), um dos promotores do 1.º Congresso dos Oradores e Escritores Católicos, em Lisboa, em 1871, em mensagem difundida na imprensa, com o propósito de congregar vontades e contribuindo para o clima de harmonia que se entendia necessário para o combate político-ideológico, alertava: «o escopo d’esta reunião catholica é alheio a toda a lucta de partidos, e tem por exclusivo fim o accôrdo d’estes soldados da Fé a respeito do modo como melhor se possam unir esforços dos que trabalham na defesa da Religião.»⁸²⁰

Encíclica, esboçaram-se os primeiros passos na organização de movimentos de ação católica, transformados em estruturas corporativas e sindicais que visavam a luta contra o pauperismo e pela proteção dos operários, mulheres e crianças; e abria caminho para a implantação das bases da «Democracia Cristã», bem conhecida pela sua intervenção social e política. A ação religiosa na sociedade havia sido determinante, mas de uma forma quase invisível, no exercício da caridade aos pobres e na assistência médico-social, mas, a partir daqui, a estrutura eclesiástica passou a constituir uma voz de intervenção política e social. Leão XIII recorre à evocação do direito natural para fundamentar a justeza dos seus apelos contra a injustiça social e denunciar o enviesamento dos socialistas que, aproveitando-se do justo descontentamento popular, levam o povo para compromissos desvirtuados e de consequências mais trágicas do que as que pretendem remediar. E lembra que ao Estado compete impedir, atempadamente, que se criem as condições de injustiça social que conduzem, na maior parte das vezes, às greves, pois elas revelam-se prejudiciais para todos: patrões, empregados e sociedade em geral. Da mesma forma, deve reprimir as ideologias que, a pretexto da «Igualdade», pretendem extorquir os bens particulares, atentando contra o direito natural. É obrigação do Estado proteger esses bens dos seus legítimos possuidores, mas igualmente essa obrigação se estende à proteção dos bens da alma, dos operários em primeiro lugar, e de todos os outros homens, porque o Senhor é-o de ricos, pobres, patrões, criados, monarcas e súbditos, de forma igual.

⁸¹⁷ «A Democracia Cristã tem aspetos comuns ao Liberalismo porque ela defende os direitos humanos, a liberdade e a iniciativa privada e individual, mas diverge na tolerância dos liberais em assuntos ético-morais, como a liberalização e facilitação do aborto e da eutanásia, a laicização e a preservação do capitalismo.» (Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia_crist%C3%A3 [visitado em agosto 2017].)

⁸¹⁸ A união dos católicos à volta de um partido político (uma união política) suscita inúmeras críticas, mesmo entre católicos, pela incongruência da denominação, num país que tem como religião oficial o Catolicismo, onde, implicitamente, todos os outros partidos são, na prática, oficialmente católicos. Levando essa intenção às últimas consequências, teria de se aceitar que surgissem partidos de outras denominações religiosas, como por exemplo, o Partido Protestante ou o Partido Judeu, e, nestes casos, sujeitando-se ao rótulo de antinacionais, por estarem em contravenção com a Religião nacional, o Catolicismo.

⁸¹⁹ As divergências intereclesiais eram de tal monta que, em 1886, o próprio Leão XIII dirigiu aos bispos portugueses a carta *Pergrato nobis* com apelo «à união dos católicos e à necessidade de superarem as divisões políticas existentes no seu seio» (cf. António MATOS FERREIRA, «A constitucionalização da Religião», in *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, o. c., p. 47).

⁸²⁰ Eduardo Cordeiro GONÇALVES, in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2856.pdf> (visitado em agosto de 2010). Para uma completa informação sobre os congressos católicos ver Pinharanda GOMES, *Os*

D. António, conservador e tradicionalista convicto, tanto nas suas intervenções públicas como nas suas tiradas jornalísticas de opinião, nas colunas de *A Palavra*, mostrava-se contundente e de reação muito primária (raizando quase uma pueril ignorância/*inocência* na compreensão das dinâmicas de ordem social). O seu discurso, por exemplo, sobre a igualdade de meios e seu usufruto (tão apregoada por esses tempos e seguida por alguns clérigos mais sensíveis às questões sociais), assim como as opções políticas e os papéis que, segundo ele, estão reservados às classes sociais, permitem observar os contrastes que substanciavam o pensamento das elites, mesmo no seio da Igreja:

Desigualdade de meios e de situações é inevitável no Mundo, e a tal desigualdade, a Divina Economia uniu ainda compensações recíprocas, e taes que o homem moralizado e meditador as não trocaria por a posição opposta, embora as vistas humanas o afaguem para desejar o troco. (p. 122)

Que o capital seja caritativo e o operário sóbrio e paciente, e a questão (a questão social, entenda-se) está resolvida a contento do primeiro e do segundo. (p. 133)

Duas vozes há a seguir – a vóz do Vaticano, ou a vóz do socialismo, isto é, seguir a vóz de Deus, ou a vóz do Diabo! fóra de aqui póde haver enredos, mas não há realidade. Quer-se o bem? é seguir a vóz de Deus. Quer-se o mal, mesmo dizendo, que se quer o bem, é seguir a vóz do socialismo no qual está Satanaz, e segue-se este mesmo com protestos contra elle, mas com obras que o servem. (p. 157)⁸²¹

No espaço institucional, o Papado tentava compensar muito do desgaste sentido nas fidelidades e desse esforço fez parte o envio de um Núncio experiente para Portugal: D. Luís Oreglia. O trabalho de consciencialização do episcopado acabaria por começar a ver os seus frutos, também com o contributo de muitos leigos católicos empenhados, como o caso do conde de Samodães (foi ministro do Reino e presidente da Câmara do Porto) e que assumiu essa ingrata tarefa de harmonizar fileiras. São dele palavras, veiculadas pelo jornal *A Palavra* (nn. 26, 27 e 33, de 1872), sob o título «Catholicismo e Liberalismo»:

Pode-se ser liberal e catholico sem contradição nem confusão de idéas: deve ser liberal o que for sinceramente catholico, porque os princípios da liberdade, da egualdade e da fraternidade não foi a escola revolucionaria que os creou, mas o christianismo. É essencial ao catholico que seja liberal, que reconheça o principio da egualdade, e que pela fraternidade se colloque ao serviço da grande causa da humanidade. Mas não pode o catholico seguir a theoria do liberalismo na extensão que lhe querem dar os seus actuaes defensores, porque ha ahi princípios que vão d’encontro aos seus, e que, quando o não fossem, cahiriam por si por serem absurdos e contraditórios.⁸²²

Congressos católicos em Portugal (subsídios para a história da cultura católica portuguesa contemporânea 1870-1980, Lisboa, Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos, 1984.

⁸²¹ Apud João F. A. POLICARPO, *O Pensamento Social do Grupo Católico de «A Palavra» (1872-1913)*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1977.

⁸²² O conde de Samodães, defensor do constitucionalismo liberal, haveria de se ver confrontado com alguns eclesiásticos da corrente legitimista, em acesa disputa, nas colunas do jornal *A Palavra* (vide Eduardo Cordeiro GONÇALVES, «Projecto de programa para a organização do Partido Católico: Um debate no último quartel de Oitocentos» in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2856.pdf> (visitado em agosto de 2010). A dedicação do conde de Samodães ao lado da Igreja e, por vezes, substituindo-se-lhe no pro-

Em 31 de janeiro de 1891, houve o primeiro sinal do desenlace que viria a suceder mais tarde com a queda Monarquia e a implantação da República. A pretexto do mal-estar geral provocado pelo *Ultimatum* inglês⁸²³ e mais ainda pela inépcia da monarquia para tratar de tão delicado assunto que foi sentido como uma afronta e uma humilhação nacional, rebentou uma revolta no Porto, considerada como primeiro ensaio para a implantação da República. Efectivamente, a «Revolta do Porto» foi sufocada e os seus mentores, presos ou foragidos, mas constituiu um barómetro de aferição social e institucional. Foi manifesto o envolvimento dos ativistas populares, militares de baixa patente e baixo clero, confrontados com a inércia dos acomodados aristocratas, militares de alta patente e alto clero. Mais uma vez, no terreno, as hierarquias eclesiais não agiam em uníssono e manifestavam, no seu seio, as contradições da sociedade civil⁸²⁴.

Em julho de 1900, organizado pelos Círios Sociais⁸²⁵, teve lugar outro grande evento – o Congresso Anticlerical –, que visava, como o próprio nome indicava, a discussão pública sobre as formas de ação a empreender contra a Igreja católica, promovido pelos socialistas. E, logo em setembro seguinte, realizou-se um comício republicano contra as congregações religiosas. O embate ideológico de rua, transferido para as colunas da imprensa,

testo, ainda que, circunstancialmente, em oposição à corrente mais tradicionalista, pode bem ser entendida a partir das palavras de um seu biógrafo: «Poderá causar admiração que um secular [= leigo] se arrogue o direito de tratar questões que, até aos nossos dias, pareceram devolvidas ao zelo e à ciência da ordem sacerdotal [...]. Imensas causas têm enfraquecido a ordem sacerdotal. A revolução a espoliou, destruiu, trucidou; tornando-se por todos os modos cruel contra os defensores natos das máximas que aborrecia. [...] Outra consideração ainda não teve pouca força para me animar. O clérigo que defende a religião faz sem dúvida o seu dever [...]; mas [...] todo o observador terá podido perceber mil vezes que os incrédulos desconfiam menos de um homem do mundo, e com bastante frequência o deixam aproximar sem a menor repugnância» (Joseph de MAISTRE, *Do Papa*, 1819; trad. port., Lisboa 1845, *apud* <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=78452> [visitado em agosto 2010]).

⁸²³ O *Ultimatum* teve como objectivo impor, pela ameaça bélica, uma contenção das pretensões portuguesas aos territórios entre Angola e Moçambique, que já faziam parte da ambição colonial inglesa de ligar o Cairo ao Cabo por via férrea, sempre em domínios da Inglaterra.

⁸²⁴ Dentre diversos padres republicanos, um dos participantes da Revolta do Porto, foi o abade João Pais Pinto (licenciado em Direito), recordado na toponímia de Beijós e que, como prisioneiro, também foi embarcado no vapor *Moçambique*, mas, em julgamento de Conselho de Guerra, acabaria por ser absolvido (talvez por razões resquiciais de pendor espiritual dos juizes). Foi abade de S. Nicolau, no Porto, fez parte da Liga do Clero Paroquial Português (Irmandade dos Clérigos Pobres, antagonizados pelos Jesuítas e Alto Clero). (Vide *Almanaque Republicano*, in http://arepublicano.blogspot.com/2009/04/joao-pais-pinto-conhecido-abade-de-s_08.html, visitado em agosto 2010.) Para uma melhor compreensão deste período convém também conhecer a vida e obra de algumas das personalidades intervenientes. Como exemplo, para uma melhor aproximação, vide João Miguel Furtado Ferreira d'ALMEIDA, *Católicos e política na crise do Liberalismo: o percurso de António Lino Neto (1873-1934)*, Lisboa, s/ed., 2013.

⁸²⁵ Os *Círios Sociais*, cujo 1.º Círio foi realizado em 1894, eram congregações entusiastas de carácter civil que integravam socialistas, anarquistas e republicanos e visavam, usando o vocabulário e os métodos católicos (o vocábulo *círio* remete para o sentido semântico de *romaria*), fazer *missioneação* e *fraternização* (actividades de sensibilização social, promovidas por elites urbanas e dirigidas às populações do interior das províncias, visando atrair vontades para as causas e ideais socialistas e republicanos). Considerando que muita desta actividade era direccionada para os órgãos de poder instalados, inevitavelmente ela assumiria posturas antimonárquicas e anticlericais.

por vezes, com a publicação de discursos incendiários, ditara a apreensão da edição do jornal católico *A Palavra*, em 28 de março de 1901⁸²⁶.

Ainda em 1901 (em 11 de abril), como corolário dos vários Congressos católicos realizados e a tomada de consciência de que os antagonismos se perpetuariam, exigindo um atenta vigilância, não só para sustentar os confrontos, mas mais ainda evitar que se agravassem os ultrajes e o desfeiteamento da imagem da Igreja junto do povo, e de forma a fazer parar e inverter a situação, decidiu-se criar uma estrutura que arregimentasse muitos dos intelectuais mais comprometidos com a defesa da Igreja, surgindo, então, o Centro Nacional Académico que depois se converteu em CADC (Centro Académico de Democracia Cristã)⁸²⁷, bem na linha orientadora da *Rerum novarum*.

Perante este enquadramento social, de ebulição endémica, cabe-nos perguntar qual era a atitude do rei. Não erraremos se adiantarmos que era a de um cativo das forças políticas antagónicas que o envolviam e, sem voz própria, transmitia uma imagem marionética, manobrada pelos cordéis dos políticos, numa alternância que, de 1900 a 1910, teve onze primeiros-ministros (ora um progressista ora um regenerador)⁸²⁸.

Parecia que as Instituições iam resistindo, pelos ajustes que, pontualmente e, por vezes, com medidas contraditórias, se esforçavam por produzir e implementar. Em 1901, continuavam as incontroláveis manifestações anticlericais (a pretexto do caso Calmon⁸²⁹,

⁸²⁶ *A Palavra* – apadrinhado pelo «presidente de honra do movimento católico português» da época [o Conde de Samodães] (cf. referência elogiosa de Abúndio da Silva, in *A Palavra*, 16 julho 1908, p. 1, *apud* <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=78452> [visitado em agosto 2010]) foi dos órgãos de informação mais aguerridos, em defesa da Igreja, recorrendo, frequentemente, a um vocabulário que hoje seria considerado muito raso, pelo que não nos surpreende os dissabores por que tenha passado. Em 26 de maio de 1882, ele referia-se à manifestação anticlerical, organizada a pretexto do Centenário de Pombal, nos seguintes termos: «pandorga da rapaziada republicana.» E, no dia seguinte, levou mais longe o enxovalho: «corja de faias e das vadias republicanas [...] não se unira um verdadeiro homem de bem (...), eram tudo anónimos sem honra, dignidade, ilustração, nem decoro.» (In <http://teoriadojornalismo.ufp.pt/livros/basto1940>, visitado em agosto 2010). Havia bastantes rastilhos para atear!

⁸²⁷ Por esta associação passariam pelo menos dois nomes a reter: Manuel Gonçalves Cerejeira (a partir de 1929, cardeal-patriarca de Lisboa) e António de Oliveira Salazar (de 1928 a 1968, no governo de Portugal). O CADC surgiria na sequência de um esforço de convergência que já, anteriormente, tinha dado alguns sinais com a criação da União Católica Portuguesa (1882), Círculos Católicos de Operários (1897), e que se prolongaria, com o aparecimento, em 1903, do Partido Nacionalista; em 1906, os Congressos das Agremiações Católicas Populares de Portugal; em 1913, a Federação das Juventudes Católicas Portuguesas e a União Popular Católica; em 1915, o Centro Católico Português; e, em 1922, a Juventude Universitária Feminina. Como contributo para os aspetos ligados à sensibilidade social da Igreja, vide Martim de ALBUQUERQUE, *A doutrina social da Igreja*, Lisboa, s/ed., 1965.

⁸²⁸ A prova dessa apatia real pode bem ser aferida pelo que se passou, em 14 de abril de 1901, durante uma corrida de touros, no Campo Pequeno, onde D. Carlos foi aplaudido como paladino do Liberalismo, precisamente por aqueles que, na rua e nos comícios anticlericais, também incluíam a Monarquia no rol do que era necessário reformar e abater (no sentido directo do termo, como sucedeu com o seu assassinio e consequente implantação da República, nove anos depois).

⁸²⁹ Este caso apaixonou a opinião pública do Norte e desencadeou uma onda anticlerical, naquela época, pois uma filha desta aristocrática família do Porto, à revelia da autorização paterna, pretendia in-

em 18 de abril, o governo de Hintze Ribeiro, decreta a obrigatoriedade da autorização governativa para a actividade das casas religiosas; em 25 de abril, é criada a Comissão Liberal anticlerical; e, em 5 de dezembro, o deputado maçónico e anticlerical Dias Ferreira realiza uma conferência. Por outro lado, autorizavam-se as casas religiosas cujos fins fossem exclusivamente de formação e ensino ou serviço missionário, e, em dezembro, desse ano, a chamada *Lei de Hintze Ribeiro* pretendeu minimizar os efeitos das medidas de Pombal e de Joaquim António de Aguiar, legalizando o regresso de frades e freiras).

O efetivo desgaste institucional que este *faz-desfaz* contínuo provocava, mostrava-se irreversível, e conduzia a um término crítico que se revelaria catastrófico, com o regicídio do monarca D. Carlos I e do príncipe herdeiro, D. Luís Filipe, em 1 de fevereiro de 1908, no Terreiro do Paço, no regresso de uma viagem a Vila Viçosa.

Sucedeu a D. Carlos, no trono de Portugal, o seu segundo filho, de curto reinado de dois anos, que tomou o título de **D. Manuel II** (1889-1932, rei de 1908 a 1910). A luta política era intensa e minava a sociedade em todos os seus escalões, numa envolverência que deixava poucos de fora.

Em 24-25 de abril de 1909, em Setúbal, realizava-se o Congresso do Partido Republicano Português (em 1 de janeiro de 1910 já tinha 167 agremiações filiadas), donde saiu um Directório, mandatado para criar as condições de implantação da República. Dele e dos seus órgãos faziam parte os nomes que surgirão à cabeça dos revolucionários de 5 de outubro do ano seguinte: Teófilo Braga, Basílio Teles, José Relvas, Eusébio Leão, Cupertino Ribeiro, João Chagas, Afonso Costa, António José de Almeida e Cândido dos Reis⁸³⁰.

gressar num convento, pelo que pediu a colaboração de alguns clérigos para simular um rapto, à saída de uma igreja da cidade.

⁸³⁰ Conhecem-se, hoje, tanto as filiações como as afinidades com a Maçonaria portuguesa de quase todos os nomes da Revolução. Poder-se-á por isso afirmar que o Partido Republicano Português era a «manifestação politicamente organizada» da Maçonaria. «Com a proclamação da República, a Maçonaria passou a ser olhada como qualquer coisa de útil, de pragmaticamente necessário no currículo do candidato a ministro, a deputado ou a simples funcionário público. Os seus efetivos duplicaram em poucos anos, de 2000 para 4000 associados, com um correspondente aumento no número de lojas e de triângulos. No Parlamento mais de metade dos representantes do povo pertencia à Ordem. No Governo Provisório (1910-1911), cinquenta por cento dos ministros eram maçons, percentagem que, *grosso modo*, continuou a existir nos muitos governos republicanos, até 1926. Quanto às presidências, mais de metade dos ministérios foram presididos por maçons. [...] Três presidentes da República – Bernardino Machado, Sidónio Pais e António José de Almeida – pertenciam à Ordem Maçónica» (cf. Carlos JACA, «O que é a Maçonaria – Princípios e valores fundamentais» in <http://docplayer.com.br/14951247-O-que-e-a-maconaria-principios-e-valores-fundamentais.html>, visitado em agosto 2017). Sabe-se também que o Liberalismo chega a Portugal eivado dos ideais maçónicos e, em todos os momentos de ebulição político-social, os mais atentos detetam-lhe a presença, sendo uma das suas marcas a atitude anticlerical (não antirreligiosa), associada às grandes bandeiras laicas de afirmação cívica (amor pátrio, amor à família, amor ao trabalho, amor à justiça e amor à paz), assim como o seu inimigo figadal e tradicional é a Igreja romana, por razões, ainda hoje não muito consensuais.

3. União de facto e projetos autónomos

(de 1910 a 1940)

Este novo período tem três distintas etapas: a da *Implantação da República*⁸³¹, até 1926; a da ditadura de António de Oliveira Salazar e consulado de Marcelo Caetano, até 1974; e a do pós-25 de abril de 1974. O presente trabalho, porém, termina no consulado de Salazar, mais propriamente com a assinatura da Concordata de 1940⁸³², momento especialmente significativo que marca o mútuo reconhecimento institucional da Separação e do estabelecimento dos novos moldes para uma convivência que, no plano metafórico, pode ser entendido como uma *união de facto* com projetos autónomos.

Nestas etapas haverá também momentos de alguma tensão entre as duas instituições, Estado e Religião⁸³³, embora a etapa mais longa, a da ditadura de Salazar, tenha sido a mais calma, pelo menos em termos de confronto aberto.

⁸³¹ Sobre o tema vide de João MEDINA: «Oh! a República...»: estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, e A imagem da República: ensaio de iconologia histórica, sobre a origem e metamorfose da imagem feminina republicana, Lisboa, s/ed., 1993.

⁸³² Sobre o tema, vide Bruno Cardoso REIS, *Salazar e o Vaticano*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, e Rita Almeida de CARVALHO, *A Concordata de Salazar*, Lisboa, Temas e Debates(Círculo de Leitores, 2012.

⁸³³ O facto de mencionarmos sempre, até aqui, a Igreja Católica romana, como única entidade religiosa, isso significa que a menção de qualquer outra confissão religiosa – pela diminuta representatividade nacional – não faria qualquer sentido, por nem sequer ser mencionada outra qualquer igreja ou religião nos documentos oficiais que regulavam a actividade religiosa no País, pelo menos como instituição regulamentada ou de paridade com a igreja hegemónica, a Católica. Ressalvam-se os casos em que o Judaísmo é mencionado, mas exclusivamente como denominação identitária étnica (e quase sempre no sentido de proscritos), assim como os Protestantes (Luteranos, Calvinistas, Reformados) que só tardiamente, praticamente a partir do século XX, passaram a figurar no panorama religioso nacional, pelo menos de uma forma visível e institucionalizada. Faz, portanto, todo o sentido o que diz Seabra, referindo-se ao articulado da *Lei da Separação de 1911*: «O art. 2.º dá a razão de ser do nome da Lei: a religião católica apostólica romana deixa de ser a religião do Estado: a separação do Estado «das igrejas» é a separação da Igreja Católica, até então, e desde a fundação da nacionalidade, religião do povo português e religião oficial do Reino; das outras estava o Estado separado desde sempre.» (*O. c.*, pp. 84-85.)

Os poucos judeus manifestos, a partir de 1834, deixaram de sofrer as adversidades do passado, mas na memória religiosa colectiva continuavam a ser os responsáveis pela morte de Jesus e, por isso, a discriminação continuava. O outro grupo com algumas características religiosas era a Maçonaria. Ela havia chegado a Portugal, em 1727, mas a sua verdadeira fundação é considerada a partir da fundação do Grande Oriente Lusitano, em 1804. Em 1869, já há duas tradições (uma de origem francesa e outra de origem britânica) que se fundem dando origem ao Grande Oriente Lusitano Unido. Ainda que apresente aspectos ritualísticos próximos do registo religioso, não a consideramos uma religião, pois os seus estatutos admitem membros das mais variadas fidelidades religiosas, e os seus fins visam mais aspectos do campo da ética, com relevo para as actividades filantrópicas e as de aperfeiçoamento das virtudes cívicas, com uma forte vertente vocacionada para o exercício do poder político, que ainda hoje prevalece. As outras religiões (grupos religiosos organizados) só puderam aceder à condição de pessoa jurídica, a partir de

A turbulência social e anticlerical que antecedeu a proclamação da República, frequentemente, era atribuída a cinco situações: 1. subjugação de Portugal aos interesses coloniais britânicos (consequência da mal resolvida questão do «Mapa Cor-de-Rosa», humilhante para o País); 2. gastos exorbitantes da família real (com adiantamentos frequentes, a serem solicitados e discutidos na Assembleia, em contraste com a penúria social); 3. poder da Igreja na sociedade (resistente às mudanças e à renovação); 4. instabilidade político-governativa (consecutivos governos e sem soluções); 5. ditadura de João Franco (que terminou no regicídio, de que era responsabilizado, pelas medidas impopulares que terá tomado)⁸³⁴.

Alterado o quadro de regime, prevalecerão exactamente os mesmos sintomas, e nenhum dos governos seguintes se mostrará suficientemente esclarecido e forte para fazer inverter esse estado de coisas. Pelo contrário, os tempos que se seguem à implantação da República revelar-se-ão muito mais duros e difíceis, socialmente. É claro que, num primeiro momento, se pensou que, colmatadas todas as falhas (fragilidades de regime) anteriormente identificadas, tudo seria mais fácil, e, removidas as consideradas pedras de tropeço, o caminho se tornaria mais facilitado para as grandes reformas. Verificar-se-á que nada disso irá acontecer, e, à distância, de um século já é possível construir um quadro da realidade portuguesa da época, demonstrativo das razões profundas que enviesavam os melhores propósitos e obstaculizavam as mais lúidas e bem-intencionadas medidas legislativas, pois a luta pelo poder e as divisões que as forças empenhadas nessa luta sustentavam no seu seio prevaleciam.

Havia «uma *direita* e uma *esquerda* republicanas, republicanos *radicais* e republicanos *conservadores*, como já acontecera com os liberais»⁸³⁵ monárquicos, além dos que, no campo republicano, apenas agiam por acomodação, dissimulando a sua fidelidade monárquica, e, a acrescer às animosidades congénitas, o envolvimento maçónico.

1911, embora se constate a existência de várias comunidades protestantes (com sedes em representações diplomáticas e de cultos reservados para os seus nacionais), nomeadamente, na Madeira, entre 1838 e 1843, com Robert Reid Kalley, mas com encerramento, depois de algumas peripécias de perseguição e difamação. (Vide Rui OLIVEIRA, in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, nn. 9/10, 2006, pp. 75-123.)

A partir daqui, o termo Religião tem de ser entendido como englobante de outras confissões para além da Igreja Católica, embora o peso de enraizamento histórico e tradicional desta Igreja, prevaleça sempre com um destaque nunca igualado por outra qualquer confissão religiosa.

⁸³⁴ Acerca de muitas das razões profundas que estão na origem do movimento republicano, sua implantação e sociedade do tempo vide, de José Miguel SARDICA: *Da Monarquia à República: pequena história política, social e militar*, Lisboa, Alêtheia, 2011; *Portugal contemporâneo: estudos e história*, Lisboa, Universidade Católica, 2013.

⁸³⁵ Cf. RAMOS, o. c., p. 578.

3.1 Regime republicano⁸³⁶

I REPÚBLICA (1910-1926)

Em 5 de outubro de 1910, proclamada a **República**⁸³⁷, assume a presidência do Governo Provisório o intelectual (político, escritor, ensaísta) **Teófilo Braga** (1843-1924) que, nestas funções desempenhará as novas e efetivas funções de Presidente da República.

Derrubada a Monarquia, do seu poder e dos seus órgãos pouco restou. A Igreja fundada em raízes nacionais centenárias e cuja implantação se convertera em elemento social identitário resistia. O seu poder estendia-se por uma teia que abarcava todos os domínios e sobremaneira os da consciência e da mentalidade dos seus fiéis, particularmente daqueles que viviam mais afastados dos grandes centros urbanos. Sabedores do potencial de resistência às mudanças que a Igreja possuía e o efetivo domínio que exercia no seio das comunidades, será sobre a sua ação que incidirão as preocupações do Governo Provisório da República, através dos primeiros documentos legislativos, especialmente produzidos pelo gabinete da Justiça e Cultos, dirigido por uma figura ilustre da academia coimbrã, membro do Partido Republicano Português (1897-1911) e afecto ao Grande Oriente Lusitano, Afonso Costa⁸³⁸.

⁸³⁶ O regime republicano viverá os seus primeiros tempos de afirmação sob o efeito de conturbados ajustes sociais e de tensões nem sempre com o melhor desfecho. A contenda política assumiu, por vezes, o aspecto de autêntica guerra civil. E, por isso, foi grande a sucessão de governos e de intervenientes, alguns de muito efêmera existência. Desde a implantação da República podem identificar-se três distintos períodos aos quais se convencionou chamar: I, II e III República. A **I República** (1910-1926) teve 8 Presidentes (Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Bernardino Machado, Sidónio Pais, Canto e Castro, António José de Almeida, Teixeira Gomes e Mendes Cabeçadas) e 45 governos; a **II República** (1926-1974) teve 4 Presidentes (Gomes da Costa, Óscar Carmona, Craveiro Lopes e Américo Tomás). António de Oliveira Salazar pontuou como Presidente do Conselho de Ministros, desde a década de 20 até à década de 60; a **III República** (de 1974 à atualidade) teve 7 Presidentes (António de Spínola, Costa Gomes, Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio, Cavaco Silva e Marcelo de Sousa) e 6 governos provisórios (de 1974 a 1976) e 21 governos constitucionais (de 1976 ao presente).

⁸³⁷ Sobre este o evento político *vide* também Maria Fernanda ROLLO, *História da Primeira República Portuguesa* (coordenação de Fernando ROSAS), Lisboa, Tinta-da-China, 2010; e Fernando ROSAS, *1910 a duas vozes*, Lisboa, Bertrand, 2010.

⁸³⁸ As decisões legislativas de Afonso Costa revelam a sua posição ideológica republicana mais moderada, que entendia que a *questão religiosa* era inseparável da *questão do regime*, e que solucionando esta ficaria resolvida aquela. Em sentido mais direcionado para as verdadeiras razões, estavam os socialistas, os anarquistas e os republicanos radicais que viam o maior pendore na *questão social*, sem cuja resolução nada ficaria solucionado. Para o Movimento Socialista, o inimigo não é o clericalismo, mas o capitalismo; o clericalismo é tão-só um aliado pontual dos exploradores. (Cf. CATROGA, *in* «O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)», *o.c.*) A tese seguinte – de Álvaro RIBEIRO, um dos mentores do movimento «Renovação Democrática» (1932-1945), que incluía nomes como Delfim Santos –, de

Perante a conturbação social gerada com o advento revolucionário da República, que provocara ondas de entusiasmo em diversos sectores intelectuais e populares, assim como reações veladas por parte dos partidários monárquicos em que se incluía a maioria dos clérigos, foi-se firmando a ideia de que a Igreja e seus membros constituíam uma força de oposição renitente e de forte influência junto das populações do profundo Portugal rural que era necessário neutralizar. O extremar de posições levou a que se gerassem alguns mal-entendidos que ajudaram a robustecer tanto o espírito de vitimização como o de perseguição. Assim, logo em 18 de outubro de 1910, o Núncio – Mons. Tonti – em visita a Sintra, viu-se de tal forma envolvido por contestatários que apenas pôde regressar a Lisboa sob a proteção de um administrador, facto que o atemorizou de tal modo que, dois dias depois, abandonou Lisboa incógnito. E, dia 23, o Governo rebaixou a categoria da Embaixada da Santa Sé à simples condição de Legação.

Das primeiras medidas do ministro Afonso Costa constou: 1. dissolução dos partidos monárquicos, tal como as suas associações e órgãos; substituição dos símbolos nacionais (bandeira e hino e moeda); 2. encerramento do processo relativo ao regicídio, cujos documentos desapareceram para sempre; 3. promoção de uma Assembleia Constituinte; 4. *Lei do Divórcio* (3 de novembro de 1910); 5. Extinção do juramento dos lentes e estudantes, assim como da Faculdade de Teologia (decretos de 23 de outubro de 1910), com consequente cessação do culto religioso na Capela da Universidade⁸³⁹; 6. amnistia geral de crimes contra a Monarquia e Religião (revogados os artigos do Código Penal de 1886, relativos a esta matéria, em 15 de fevereiro de 1911); 7. Registo Civil obrigatório, com encerramento dos livros paroquiais; 8. *Lei da Separação do Estado e da Igreja*⁸⁴⁰, em 20

uma certa forma, parece completar Catroga: «A instauração da República Portuguesa, em 5 de outubro de 1910, representou a vitória de correntes de pensamento político cuja inspiração fundamental era de cariz racionalista, positivista e laico. A luta contra a ordem monárquica, de fundamento católico e aristocrático, visara acabar com a desigualdade, a opressão e a injustiça, o obscurantismo e a superstição, numa perspectiva fortemente anticlerical. Como compreender, então, que um movimento tão vincadamente contrário aos valores até então dominantes na sociedade portuguesa, tivesse alcançado um sucesso relativamente fácil, sem ter de enfrentar reações particularmente fortes? A tese é a de que esse êxito se deveu em boa parte ao facto de ter, de algum modo, dado acolhimento a valores que contrariavam as suas orientações fundamentais. O movimento republicano surgiu contaminado de elementos de tipo messiânico, e “o messianismo, para além das várias contingências históricas, é a esperança na intervenção divina que porá termo ao mal da humanidade”.» (Cf. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 46 [1990], pp. 479-512.)

⁸³⁹ Cf. Joaquim Ferreira GOMES, in *Dicionário da História Religiosa de Portugal, o.c.*, dir. Carlos AZEVEDO, vol. IV, p. 319.

⁸⁴⁰ Sobre este tema é abundante a bibliografia disponível, mas apraz-nos distinguir os seguintes autores e seus trabalhos: Luís Salgado de MATOS, *A separação do Estado e da Igreja: concórdia e conflito entre a Primeira República e Catolicismo: 5 de outubro de 1910-28 de maio de 1926*, Alfragide, D. Quixote, 2010; João SEABRA, *O Estado e a Igreja em Portugal no início do século XX: a Lei da Separação de 1911*, Cascais, Principia, 2010; Manuel CLEMENTE, *Diálogos em tempos de escombros: uma conversa sobre Portugal, o mundo e a Igreja Católica*, Colares, Pedra da Lua, Artes, Letras e Ofícios, 2010; Lucia-

de abril de 1911, que fundamentou o corte com o Vaticano e que deu origem a encíclica de reação de Pio X.

Em resumo, Afonso Costa repõe as leis de Pombal e de Joaquim de Aguiar, sobre os Jesuítas e a extinção das ordens e congregações religiosas com arrolamento dos seus bens; proíbe as procissões públicas e o ensino da religião; extingue a Faculdade de Teologia e o estudo de Direito Canónico; abole os dias santificados; determina a celebração civil do casamento; proíbe o juramento religioso, o uso das vestes talares em público e a recolha de meios para sustento do clero; convida o clero secular a integrar o funcionalismo público, situação que a grande maioria dos eclesiásticos recusou.

Em 23 de fevereiro, os bispos portugueses tomam posição contra todas estas medidas e emitem uma Nota Pastoral⁸⁴¹, que Afonso Costa proíbe que seja lida nas igrejas, sob pena de afastamento e prisão dos clérigos (em 8 de março, o bispo do Porto é destituído, por desobediência, e, em 14 de janeiro de 1912, o bispo de Viseu e o governador canónico de Coimbra serão proibidos de residir nos distritos respectivos, por 2 anos).

Em 20 de agosto de 1912, o Papa, apercebendo-se da irreversibilidade da situação política em Portugal e querendo demonstrar uma posição de distanciamento em relação à política anticlerical seguida pelos republicanos (apesar da Concordata), confiou os negócios com Portugal ao Patriarca de Lisboa, designado «*Inspector*», e, respeitando-se o consignado pela tradição, este foi eleito Cardeal, no Consistório de 2 de dezembro desse mesmo ano.

Depois de o Episcopado ter cortado relações com os governantes, a Santa Sé procedeu ao corte oficial e à extinção da embaixada de Portugal no Vaticano, em 10 de julho de 1913. Os contactos diplomáticos serão restabelecidos, no ano seguinte, já com Bernardino Machado, depois deste, num esforço de reconciliação, ter prometido rever a *Lei da Separação*.

Voltando ainda à contestada *Lei*, podemos identificar uma linha de pensamento marcada por um propósito anticlerical e, simultaneamente, quase que arriscaríamos dizer, um «remorso» apriorístico. O propósito está bem patente na reposição de leis de Pombal e do regenerador liberal Joaquim Aguiar, com o corolário de *arbitrariedades* a que essas aplicações deram lugar (fala-se de perseguições, ameaças, prisões, espancamentos e mor-

no Augusto dos Santos MOREIRA, *Bispado de Lamego na I República: os efeitos da Lei da Separação do Estado das Igrejas*, s/l., ed. autor, 2010.

⁸⁴¹ Ver nota abaixo onde se desenvolve este assunto. Em 24 de maio, Pio X promulga a Encíclica *Lamudum* (de 11 parágrafos), cujo parágrafo 9 diz: «Declaramos como nulo e de nenhum valor tudo quanto esta lei ordena contra os direitos intangíveis da Igreja.»

tes); o aparente «remorso» está no convite dirigido aos clérigos para ingressarem no funcionalismo público, como forma de garantirem o sustento que se lhes retirava. É esta posição aparentemente dúbia (talvez o não seja, se considerarmos o princípio da *fraternidade* e *altruísmo* a que todos os maçons estão obrigados por compromisso!...) que leva muitos historiadores a posicionarem-se, ou melhor, a interpretar Afonso Costa ora como um radical anticlerical ora como um governante moderno – alinhado com os que veem o secularismo como único caminho que garante a liberdade das Instituições, pela vincada demarcação dos seus campos de actuação – com preocupações humanas e éticas, em conformidade com os pontos de vista de fidelidade ideológica com que se identificam⁸⁴².

Em 25 de agosto de 1911, entrou em vigor a Constituição (a de Anselmo Braamcamp, como era conhecida, unicamente de 87 artigos organizados em 7 títulos).

No Título II (*Direitos e Garantias*), o art. 3.º garante a inviolabilidade dos direitos concernentes à *liberdade*, à *segurança* e à *propriedade*. O § 4 confirma que a liberdade de crença e de consciência é inviolável. O § 5 reconhece a igualdade política e civil de todos os cultos e garante o seu exercício. Os §§ 6 e 7 determinam que ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, nem perguntado pela autoridade acerca do que professa, e ninguém pode, por motivo religioso, ser privado de direitos ou isentar-se de um dever cívico. Por fim, isto em matéria religiosa, o § 12 determina que é mantida a legislação em vigor que extinguiu e dissolveu, em Portugal, a Companhia de Jesus, as sociedades nela filiadas, qualquer que seja a sua denominação, e todas as congregações religiosas e ordens monásticas, que jamais serão admitidas em Portugal.

⁸⁴² Deixamos aqui, as duas posições que, no terreno, sempre tentaram demonstrar a justeza dos seus argumentos. No protesto colectivo do Episcopado à *Lei da Separação*, ainda que em causa própria, dá-se conta de alguma predisposição para aceitar que as coisas possam não continuar como eram até aí, mas: «Embora a Igreja não aprove nem possa aprovar, em tese ou em linha de princípio, a doutrina que considera a separação como o regime melhor e mais consentâneo ao progresso, pode, todavia, em hipótese, atentas peculiares circunstâncias, aceitar como tolerável, como mal menor, essa separação. O essencial é que ela deixe salva à Igreja a liberdade de exercer a sua missão sagrada e a posse e o domínio dos seus bens. Se a fórmula “Igreja livre no Estado livre” não representa o ideal, pode ser aceitável, e é sempre preferível a esta outra “Igreja escrava no Estado Senhor”. Mas é exactamente esta última a que se traduz no recente diploma, cuja sumária apreciação fizemos.» (In João SEABRA, *o. c.*, p. 15.) Um outro olhar, este atual, que marca um segundo posicionamento: «Análisei as leis da República que realizaram as ambições dos livres-pensadores. A Lei de 20 de abril de 1911, afigura-se-me, garantiu não só essa liberdade como assegurou ao clero a sua subsistência pelo regime de pensões que estipulou. Concedeu-lhe ainda, gratuitamente, habitação para residência e práticas de foro teológico. Por outro lado, a Lei conferiu a liberdade individual daqueles que não professam nenhuma religião, guardando, todavia, o respeito devido aos crentes. O crente continuou a praticar a sua crença. O não-crente teve o direito e igual razão para existir. [...] Não vislumbramos excessos que justifiquem a radical reação de membros da Igreja, alguns dos quais atingiram foros de insurreição. É entendível assim, e face à lei em vigor, que o Governo tivesse tomado providências decretando sanções para os membros do clero insubordinados.» (Luís VAZ, *Clérigos e Livres Pensadores. O Grande Confronto (1895-1937)*, apud João SEABRA, *o. c.*, p. 17.)

Esta é a articulação essencial que, a partir de 1911, regulamenta a actividade religiosa, com o seu § 12 a confirmar a legislação anterior (de 20 de abril) relativa à *Lei da Separação*. Se o texto constitucional prima por ser escasso (87 artigos), esta *Lei* nada tem de frugal, pois apresenta um clausulado extensíssimo de 196 artigos, que pormenoriza, exaustivamente, as medidas a serem executadas pelos órgãos do Estado, as específicas áreas do religioso em que essa acção deve incidir, as formas de comportamento a assumir perante as individualidades clericais alvos da acção, o acautelamento de muitos dos aspectos dignitários a preservar ou a restringir, particularizando os graus hierárquicos e respectivas competências a considerar, para cada medida concreta, e as funções que lhes deveriam ser propostas no aparelho do Estado, tal como o rendimento a auferir, assim como a indicação dos locais em que deveriam ser acolhidos e quais os bens que os poderiam acompanhar. O texto prima por uma preocupação de, em relação à *questão religiosa*, não deixar nada como dantes, mas nele não se percebe a radicalidade violenta característica de muitos dos textos anticlericais da época. Só uma atitude assume esse tom: a que visa os clérigos estrangeiros, para os quais a irredutibilidade e a não contemporização são absolutas, um de dois destinos: a expulsão ou a prisão.

Um primeiro olhar poderia levar-nos a identificar algumas contradições (incompatibilidades) entre o parágrafo preambular em que se garante a «inviolabilidade dos direitos concernentes à *liberdade e propriedade*», assim como o conteúdo dos §§ 6 e 7, sobre ninguém poder ser perseguido por motivos religiosos nem molestado por razões de opinião religiosa, e a *Lei da Separação* recuperada pelo § 12. No entanto, uma observação mais atenta, permite-nos perceber que o legislador estabelece uma diferenciação implícita entre o que entende por *religião* (em sentido amplo) e o que é a *instituição religiosa* e os seus vários modos de manifestação física. Para ele, a religião é um *sentimento* que cada um é livre de ter, sem que por isso possa ser molestado, indagado ou perseguido e que pode expressar, em locais próprios, reservados para o efeito (definido no § 8 [«nas casas para isso escolhidas ou destinadas, pelos crentes»]), porém, já põe limites aos aspectos de organização da instituição religiosa, não permitindo ordens nem congregações.

Em resumo, permite o clero secular (paroquial); não permite o clero regular (conventual, monástico). Poderíamos, então, com mais propriedade designar a Lei como «*Lei antimonástica*». E até adiantarmos que, no enquadramento histórico dos factos, a Lei, ideologicamente, parece marcada de alguma coerência laica. Conforme Fernando

Catroga, para o Laicismo⁸⁴³, o jesuíta, o frade, o padre, têm uma «visão do mundo e moral anacrónica», sendo instrumentos dóceis da reação política e do ultramontanismo romano; e, por esse facto, são portadores de malefícios para a educação, para a assistência social e para a própria religião, pois, o clero regular especialmente, devido aos votos religiosos, são destituídos de *amor* à pátria (não servem a defesa da nação), de *amor* à família (pelo celibato que agride as leis da natureza⁸⁴⁴), de *amor* ao trabalho (pela reclusão conventual, contrária à integração social), de *amor* à justiça (não contribuem para as despesas comunitárias), de *amor* à paz (pelo domínio das consciências, através da confissão, direcionam os comportamentos familiares e sociais, contribuindo para os atritos internos e externos à família, condição esta de exercício espiritual especialmente aberrante⁸⁴⁵, por *tanta falta de amor*, acrescentaríamos nós).

O processo de recomposição religiosa que se seguiu, determinou a adopção de medidas vigorosas e bem pragmáticas, inspiradas muitas delas em realidades semelhantes de outros contextos europeus, especialmente dirigidas às massas populares do interior provinciano, e de forma pontual ao mundo universitário, através dos vários organismos associativos que, a partir dos anos 30, estarão na génese da Ação Católica.

Um primeiro período é marcado pela reacção à política laicizadora da I República e pelo esforço de reorganização do movimento católico, no marco da separação do Estado das Igrejas, em ordem à “reconquista cristã da sociedade” e de que a realização do Concílio Plenário Português, em 1926, foi a expressão mais autorizada.⁸⁴⁶

Direcionado ao mundo universitário, às elites intelectuais e comprometidas com a recuperação católica e o reajuste de posições com a realidade republicana, teve lugar em maio de 1912, em Coimbra, a reativação do CADC (Centro Académico da Democracia Cristã)⁸⁴⁷, cujas instalações tinham sido atacadas no ano anterior. Da sua renovada dire-

⁸⁴³ In «O Laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)», *passim* o. c.

⁸⁴⁴ «Enquanto não houve lei do celibato, os costumes dos eclesiásticos eram puros e irrepreensíveis; desde a primeira época da sua instituição [só tem gerado] clérigos concubinários, adúlteros e devassos» (José Manuel da Veiga *apud* CATROGA, «Ibidem», p. 221).

⁸⁴⁵ Sampaio BRUNO: «O poder da Igreja está no confessional»; Magalhães LIMA preconizava: «O nosso fim é formar a consciência portuguesa, arrancando o cérebro da criança e o coração da mulher às garras dos malfeitores que procuram amoldá-las às suas veleidades e aos seus caprichos» (*apud* CATROGA, «Ibidem», pp. 218-219).

⁸⁴⁶ Paulo F. de Oliveira FONTES, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», in *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, o. c., p. 129.

⁸⁴⁷ O CADC foi das estruturas académicas aquela por onde passaram muitas das figuras de maior peso político da área católica. A sua fundação inicialmente sob a designação de Centro Nacional Académico remonta a 1901 (tendo mais tarde assumido a atual designação de Centro Académico da Democracia Cristã, mais sintónica com o novo vocabulário político-eclesial, inspirado em Leão XIII. Com a implantação da República foi desmantelado. Em maio de 1912 ressurgiu, para ser logo encerrado, em outubro, por críticas fortes às políticas governativas. Mas foi reaberto solenemente, em dezembro, deste mes-

ção faziam parte Manuel Gonçalves Cerejeira e António Oliveira Salazar, as duas personalidades que, durante os meados do século XX, serão o rosto das duas Instituições de que aqui tratamos – a Igreja e o Estado. Ainda animando a reorganização católica estão os Congressos (já aludidos atrás), que se realizarão quase todos os anos, a partir de então, assim como a dinamização de muitas práticas devocionais populares, que congregarão, à volta dos grandes centros de peregrinação, gente de todos os estratos sociais⁸⁴⁸.

No plano político, em 1914, vai dar-se um *volte-face* em relação aos apoios que até aí o Partido Republicano colhia na opinião pública e na Câmara dos Deputados, e a figura do governante Afonso Costa, desgastada pelas duras medidas que tinha tomado, a que não era alheia a própria *Lei da Separação* e os ódios que terá suscitado (com fraturas no próprio seio da Maçonaria)⁸⁴⁹, sofre forte contestação, primeiro, com pateada na Câmara e, depois, na rua com manifestações, que o forçaram à demissão.

Com o novo chefe do Governo, Bernardino Machado, e a promessa da revisão da *Lei da Separação* abriu-se um novo período nas relações⁸⁵⁰ quer com Sé Romana quer com a Igreja portuguesa. Surgirão então alguns desenvolvimentos políticos, em especial, a I Guerra Mundial, em 1916, que obrigarão a um mais profundo esclarecimento das políticas de relação, pois impunha-se o acompanhamento religioso do Contingente Expedicionário Português que seguia para a frente de batalha. Houve discussões e debates à volta do assunto, envolvendo os legalistas, que defendiam o respeito pela *Lei da Separação*, considerando desnecessário o acompanhamento das tropas por capelães, e a Igreja, apoiada pelo sentimento religioso nacional (e algumas pressões dos Aliados) que não aceitavam que os militares se deslocassem para o teatro de guerra sem assistência religiosa. Neste caso, pendeu para o lado da Igreja o resultado da decisão final e, foram

mo ano, onde a figura de orador de António Salazar emergiu com algum ruído, ficando célebre a sua definição de ideário nacional: «Deus, Pátria, Liberdade, Família», convertido, nos anos 30, na trilogia da Educação Nacional, «Deus, Pátria, Família», a que fora retirada a palavra *Liberdade*. Em junho de 1914, sofreu novo encerramento, tendo reaberto em agosto. A partir de então, e com a chegada ao poder de Salazar, em 1926, a sua vida prolongou-se até 1969, quando foi encerrado pelas autoridades eclesiásticas, pelo seu envolvimento nas lutas académicas. Em 1970, foi substituído pelo Instituto Universitário Justiça e Paz. Ao longo da sua existência, publicou várias revistas – *Estudos Sociais* (1905-1910), *Imparcial* (1912-1919; director: Gonçalves Cerejeira), *Estudos do CADC* (1922-1970) – que constituíram o canal difusor das ideias e reflexões dos seus membros e colaboradores.

⁸⁴⁸ O Santuário do Sameiro de Braga (fundado em 1863), o Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (com tradição, desde o século XIV), o Santuário de Nossa Senhora de Fátima (cujas invocadas aparições tiveram lugar em 1917), e inúmeros outros, por todo o País, com festividades e romarias muito participadas, ao longo do ano, são os locais de culto emblemáticos da Igreja Católica, à volta dos quais se colheu muita da motivação no processo de reorganização eclesial.

⁸⁴⁹ Cf. RAMOS, *o. c.*, pp. 593-594.

⁸⁵⁰ Esta acalmia, no entanto, voltará a ser perturbada, assim que Afonso Costa regressar ao Poder, em 1917, mas os desenvolvimentos político-religiosos seguintes estabelecerão, definitivamente, novos tempos de tréguas.

criadas condições de exceção para que pudessem ser incluídos nas fileiras os ministros eclesiásticos, nuns casos, custeados pela Fazenda Nacional e, noutros, suportados por coletas do Episcopado⁸⁵¹.

Em 5 de dezembro de 1917, a reviravolta política será completa com o golpe militar desferido por Sidónio Pais (1872-1918), professor de Coimbra, diplomata e militar, e que derrubou o Governo, instaurando, em Portugal, uma ditadura. Embora não abolindo a Constituição, passou a governar por decreto, sempre que o texto constitucional não facultava apoio legislativo para as reformas a que queria proceder.

Logo em 23 de fevereiro de 1918, alterou a *Lei da Separação*, anulou o exílio dos bispos assim como as punições aplicadas aos padres «desobedientes» e restituiu ao clero a liberdade dos cultos, ainda que não alargasse a alteração aos aspectos mais delicados relativos ao património e à participação na vida nacional. Nas deslocações que empreende pelo País ganha as simpatias do Povo, que o aclamam (e com os padres à frente!). Em 2 de março, assiste a uma missa na Sé de Lisboa, como acto público de reconciliação com a Igreja. Em 27 de junho, recebe o enviado do Papa, Mons. Ragonesi e, em 10 de julho, foram reatadas as relações diplomáticas com a Santa Sé, cujo encarregado de negócios, Mons. Aloísio Mazella, assume funções em 25 do mesmo mês.

Em julho, à volta do culto do Santo Condestável, tentam organizar-se as franjas direitistas do novo regime, que agregavam as tendências monárquicas e sidonistas católicos. O sentimento nacionalista havia recebido, em 23 de janeiro desse ano, um forte impulso com a beatificação de Nuno Álvares Pereira. São desta época os fortes incrementos e manifestações de revigoração religioso com as devoções ao Santíssimo Sacramento e ao Sagrado Coração de Jesus, difundidas particularmente pela cadeia religiosa do Apostolado da Oração de iniciativa jesuíta e que se disseminou por todo o País. O peso que estas práticas religiosas tiveram no evoluir político-religioso nacional está patente na mensagem de Pio XII, dirigida ao 3.º Congresso Nacional do A.O., em 1957:

Os Anais do Apostolado da Oração são uma das mais belas páginas da história da Igreja em Portugal. E nós sabemos como, em tempos relativamente recentes, quando a propaganda autorizada do mal se propunha eliminar em *duas gerações* os últimos vestígios do Catolicismo, em terras lusitanas, foi o Apostolado da Oração, por testemunho dos sagrados pastores, uma das principais forças da resistência, para manter vivo o espírito cristão e o fazer vigoroso, mal a tempestade acenou a abrandar.⁸⁵²

⁸⁵¹ Vide João SEABRA, *o. c.*, pp. 242-244.

⁸⁵² Vide <http://www.apostoladodaoracao.pt/>, visitado em agosto 2010. Ainda associado a um momento decisivo da vida nacional – não participação na II Guerra Mundial –, o fervor devocional fará erigir, em 17 de maio de 1957, o Santuário de Cristo Rei, em Almada. Ver também sobre o projeto e ereção do monumento: <http://www.cristorei.pt/aboutus.aspx> (visitado em 30 de dezembro 2017).

Sidónio Pais será vitimizado num atentado, em 14 de dezembro de 1918, mas a sua efêmera passagem pela vida nacional, ainda que iniciada por caminhos de uma certa ilegitimidade constitucional, acabaria por ser associado ao imaginário de fundo nacionalista que, permanentemente, tem resistido ao desbaste histórico e mesmo ao da ideologia racionalista em que se funda o laicismo e o secularismo. Lamentavelmente, há figuras que caem na penumbra histórica, ainda que todos concordem que foram figuras charneira no teatro político, como assinala Seabra, a propósito do ditador assassinado:

Em Portugal, hoje, ninguém se lembra de Sidónio. A história da I República é totalmente ocupada pela figura de Afonso Costa, a história da derrota e superação da I República pela figura de Salazar. Para o amor idolátrico e para o ódio de estimação, as duas figuras opostas monopolizam os sentimentos fortes e a memória política que os portugueses fazem do século XX. Para Sidónio pouco mais sobra que a curiosidade erudita de poucos. Não é fácil imaginar o entusiasmo e a devoção que a sua figura provocou no País durante o ano de 1918: desde D. Miguel que nenhum governante fora tão amado pelo povo.⁸⁵³

O fim do consulado de Sidónio Pais marca o término de um período e o começo de um outro, dentro da I República: termina a «Velha República» e começa a «Nova República». Na sua pegada política emergirá, em finais da década de 20 outra figura de carisma inegável – António Oliveira Salazar – que, refazendo e sobrepondo-se a todo o labor constitucional anterior, prolongará a sua vigência governativa até ao último quartel do século XX.

A partir de então, o quadro da relação institucional vai, a pouco e pouco, redefinindo-se e reajustando-se, mental e organicamente, ao mesmo tempo que a separação do Estado da Igreja se vai sedimentando e procurando espaços próprios de afirmação identitária e de mútua in(ter)dependência. Num caso ou noutro, por vezes, ainda se vislumbram algumas resistências, incompreensões e dificuldades, mas vai-se firmando a generalizada convicção de que os pactos de comunhão do passado não são mais possíveis ainda que se possam congregar sinergias de cooperação e entendimento.

O enlace *conjugal* de outros tempos, depois da turbulência desgastante dos variáveis períodos de contenda, rutura e separação, mostra-se agora algo amadurecido e votado a encontrar modos novos de convivência. Parece prevalecer a compreensão da inutilidade do confronto e a vantagem da relação pacífica ainda que não totalmente ajustada. No espaço da política a dirimição é outra e aqui haverá ainda muito caminho a per-

⁸⁵³ In João SEABRA, *o. c.*, p. 263.

correr até se alcançarem os patamares da serenidade social, ainda que se saiba, atualmente, de quantos amargos e extensos empedrados de silêncio foram revestidos.

Depois do assassinio de Sidónio, pode dizer-se que Portugal parece ter ficado politicamente ingovernável, pois até julho de 1932 (em 168 meses), formaram-se e caíram 33 governos, e ainda houve tempo para uma *Monarquia do Norte* (com Paiva Couceiro, entre 19 de janeiro e 13 de fevereiro de 1919) e um governo no Porto (com Jaime Cortesão, que só durou quatro dias: 3 a 7 de fevereiro de 1927).

A crise⁸⁵⁴ política era reflexo de uma outra mais profunda e mais extensa, a crise das ideias, com muitos nomes do pensamento nacional – v.g.: Teófilo Braga, Júlio de Matos, António Sérgio, Raul Proença, Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, e todos os colaboradores da Renascença Portuguesa e dos seus órgãos *A Vida Portuguesa* e *Águia* (1910-1932); da *Seara Nova* e também o longo rol de colaboradores que incluía Jaime Cortesão, Raul Proença, Câmara Reis, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo, Ezequiel de Campos, Raul Brandão, Rodrigues Miguéis, António Sérgio, Mário de Castro; o grupo da *Presença*, iniciado em 1927, em Coimbra, e a que também ficaram ligados outros tantos nomes que marcaram a vida cultural e de efeitos colaterais na efervescência política, como Mário Sá-Carneiro, José Régio, Fernando Pessoa, Almada Negreiros; sendo que muitos destes núcleos se subdividiam, misturavam e agregavam, criando outros, que se projetavam numa proliferação inusitada de publicações, como *Orpheu* (1915), *Exílio* (1916), *Centauro* (1916), *Portugal Futurista* (1917), *Contemporânea* (1915, 1922-1926), *Revista Portuguesa* (1923), *Athena* (1924-1925), etc.

Todos os que não se reviam nos ideários progressistas defendidos nos movimentos referidos ou que pretendiam combatê-los organizavam-se em associações novas, normalmente ostentando denominações recuperadas da ideologia «patriótica» ou «religiosa» – *Acção Nacionalista*, Centro do Nacionalismo Lusitano (fundado em 1923 por

⁸⁵⁴ Em sintonia com o pensamento de Delfim Santos, acode-nos o sentimento de desastre social, quando os sistemas políticos deixam de estar crise: «Não há Democracia, sistema rígido e estático de governo. Há democratização, atividade dinâmica e criadora de certos valores absolutos da personalidade humana. [...] Agora, compreende-se porque para eles, os regimes de autoridade não estão em crise. Não são regimes de vida, e os homens são, pois, eles, entidades abstratas e numéricas. Para o democrata, a afirmação da crise da Democracia não é novidade nenhuma. É porque, sendo um regime de Liberdade, procura constantemente renovar-se e pôr-se de acordo com todos os interesses fundamentais da vida.» (In *Obras Completas*, o. c., pp. 43-44.) Sobre a noção de crise, para a época, ver Sérgio Campos MATOS (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX* (Atas do Seminário organizadas pelo Centro de História da Universidade de Lisboa), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002²; e Joaquim António da Silva CORDEIRO, *A Crise em seus aspetos morais* (1.^a ed., Lisboa, 1896), Lisboa, Edições Cosmos/Centro de História da Universidade de Lisboa, 1999².

membros do *Integralismo Lusitano* e inspirado do fascismo italiano⁸⁵⁵, com o órgão *A Ditadura*, fruto da fusão da *Ideia Nacional e Portugal*, empenhados no combate aos sindicalistas e comunistas)⁸⁵⁶. Aí se congregavam os saudosistas monárquicos, os messiânicos sidonistas, os nacionalistas de várias tendências, os reaccionários (perseguidos e espoliados da República) e muito do clero ultramontanista ou de fraca cultura política.

Foi uma plêiade inumerável de vozes interventoras do Portugal recém-chegado à República, sedento de debate público e incontido na afirmação, e que constituíram uma das épocas mais profícuas na história do pensamento português, e que ainda hoje merecem reparo e reflexão, tentando identificar-se-lhe razões de toda a ordem, históricas, sociológicas ou políticas, como este comentário de Rogério Fernandes:

A crise do pensamento republicano desenha-se, num primeiro tempo, como reacção ao positivismo sob as formas, entre si antagónicas, do idealismo crítico e do espiritualismo metafísico. O movimento da Renascença Portuguesa e da revista *Águia* traduzem a recusa ideológica do positivismo e do republicanismo pequeno-burguês de que ele era, de certo modo, a filosofia oficial.⁸⁵⁷

II REPÚBLICA (1926-1974)

Nesta atmosfera decorrerá a vida nacional, até que, em 28 de maio de 1926, um golpe «de teatro» militar (sem uma gota de sangue), dirigido pelo general Gomes da Costa, irá inaugurar uma nova época da República, o fim do Liberalismo em Portugal, a implantação de uma ditadura militar e o advento do Estado Novo⁸⁵⁸, que se efectivará com a promulgação da nova Constituição de 1933 promovida por Oliveira Salazar logo que tomou posse como presidente do Conselho de Ministros e depois das experiências governativas, de 1926 a meados de 1932, à frente da pasta das Finanças e na Comissão para Reorganização das Contribuições e Impostos.

⁸⁵⁵ Para um olhar sobre o chamado «fascismo português», vide António Costa PINTO (org.) *et al.*, *O Fascismo em Portugal* (Atas do Colóquio realizado na FLUL), Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.

⁸⁵⁶ *A Ditadura*, por sua vez, era combatida pela *Força*, órgão da imprensa operária, e *A Batalha* (1919-1927), diário da Confederação Geral do Trabalho. Em 1924, o Centro do Nacionalismo Lusitano começou a ser marginalizado e deu lugar à *Revolução Nacionalista*, com manifesto publicado na *Ditadura* e no sidonista *Imparcial*, em 1922, em que se preconizava o retorno aos ideais pátrios (determinação, coragem e espírito empreendedor), e a recusa das ideias socialistas e comunistas, porque contrárias à natureza dos portugueses cuja «ação fez-se amparada pela fé católica, por isso o nacionalismo português tem de ser católico – católico por necessidade social» (In António Costa PINTO, *o. c.*, p. 56 [14]).

⁸⁵⁷ *Apud* Vieira de ALMEIDA, *Obra Filosófica*, *o. c.*, p. LXI.

⁸⁵⁸ Vide também, de João MEDINA: Salazar e os fascistas: salazarismo e nacional-sindicalismo: a história dum conflito 1932-1935, Amadora, Bertrand, 1979; e Salazar e Franco: dois ditadores, duas ditaduras, Cascais, Câmara Municipal, 1996. Sobre o Estado Novo é de ter em conta a vasta bibliografia de Fernando ROSAS, de que destacamos: O Estado Novo nos anos trinta: elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938), Lisboa, Ed. Estampa, 1986; Dicionário de história do Estado Novo, Venda Nova, Bertrand, 1996; A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974), Lisboa, Nelson de Matos, 2008; e Salazar e o poder: a arte de saber durar, Lisboa, Tinta-da-China, 2013.

Em sequência, todos os detentores de cargos públicos ou políticos, afetos à antiga ordem ou simpatizantes de um retorno ao parlamentarismo constitucional, inclusive os políticos moderados (sempre dispostos aos consensos) são afastados e substituídos pelos fiéis ao ideário da «Ordem contra a Anarquia». Da ala militar menos radical emerge a figura do general Óscar Carmona, que não poupará, no entanto, o próprio Gomes da Costa que se viu engolido pelos acontecimentos e remetido para os Açores.⁸⁵⁹

Das primeiras medidas faz parte a suspensão da Constituição; a criação do serviço de censura (que persistirá até 1974); criação de uma Polícia especial⁸⁶⁰; aprovação do Estatuto Orgânico das Missões Católicas de África e Timor, restabelecendo a superintendência e hegemonia católica nas missões em terras sob domínio português; prisão de todos os contestatários que assumam posições públicas contra o Governo.

Em dezembro desse ano, é fundada a revista *Ordem Nova* (dirigida por Marcelo Caetano, substituto de Salazar, no fim do Estado Novo) que se propõe, tal como o seu título indica, ser a voz *nova* contra todo o passado recente republicano e liberal.⁸⁶¹

⁸⁵⁹ O afastamento de Gomes da Costa é fruto da luta interna no seio dos conservadores, pelo domínio do aparelho do Estado. A ala de Gomes da Costa, os afetos ao Integralismo Lusitano e os militares sidonistas pretendiam vedar o acesso ao poder dos elementos da «ala central», tendo sido derrotados pela ala dos militares menos radicais, da própria Igreja católica e representantes do poder económico, ligados a interesses e influência da Grã-Bretanha. No decurso de 1926, porém, e acautelando alguma atitude mais intempestiva por parte do general desterrado, este será distinguido com a sua promoção a marechal.

⁸⁶⁰ A necessidade que o Estado sentia de criar um corpo de Polícia especial, cuja ação incidisse não só na repressão da marginalidade social corrente, mas que fosse alargada a âmbitos de relação mais complexos e subtis, como o das opiniões e o da crítica – onde, normalmente, se estruturam os grupos de ameaça – levou a que promovesse corpos policiais de vigilância. Neste caso, a Polícia especial não era mais do que a reforma e reativação do corpo policial que já existia desde o início da República (e, mais remotamente, a Polícia Civil-Polícia Cívica [1867/1918]). Em 1918, foi criada a Polícia Preventiva, transformada, em 1919, em Polícia de Segurança do Estado, que, por sua vez, em fevereiro de 1922, passou a Polícia de Defesa Social e, em outubro, a Polícia Preventiva e de Segurança do Estado. Em 1926, esta polícia política secreta, criada, primeiramente, para atuar em Lisboa e no Porto (1926 e 1927, respetivamente), sob a denominação de Polícia de Informação, viu alargada a sua ação a todo o País, com a fusão dos dois pólos em Polícia Internacional Portuguesa, em 1928. Em 1932, é-lhe destacada a Secção de Vigilância Política e Social, que, em 1933 (jan.), é autonomizada com o nome de Polícia de Defesa Política e Social. Mas em agosto, por uma reestruturação mais profunda, fundem-se a Polícia Internacional Portuguesa e a de Defesa Política e Social, convertendo-se na PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado). Sob inspiração de organismos policiais estrangeiros do pós-Guerra, a PVDE, em 1945, é reestruturada e assume a denominação de PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). Em 1969, já no estertor do Estado Novo, o efeito da sua prolongada acção repressiva, em Portugal e em todos os territórios ultramarinos, transformou-a no ícone da desumanidade e do terror, carregado de memórias muito negativas, pelo que o novo primeiro-ministro, numa atitude de renovação de imagem decretou a sua mudança de nome, passando, então, a DGS (Direcção-Geral de Segurança), ainda que os seus métodos de investigação pouco diferissem dos tradicionais, caracterizados pela brutalidade e desrespeito dos direitos mais elementares dos cidadãos. (Cf. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Civil_\(Portugal\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Civil_(Portugal)), [visitado em agosto 2010]).

⁸⁶¹ A *Nova Ordem*, no seu ideário, descreve-se como: «antimoderna, antiliberal, antidemocrática, antiburguesa e antibolchevista; contra-revolucionária, reacçãoária, católica, apostólica romana, monárquica, intolerante e intransigente, insolidária com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras, das artes e da imprensa.»

Entre 3 e 10 de fevereiro de 1927, rebenta uma revolta no Porto contra a Ditadura militar, cuja repressão se saldou por milhares de feridos, centenas de mortos e mais seis centenas de prisões seguidas de deportação. Curiosamente, o esmagamento desta revolta mereceu do corpo diplomático creditado em Lisboa, com o Núncio Apostólico à cabeça, um ato de felicitações ao Governo pela vitória alcançada e o regresso à «normalidade». Mas as represálias não ficaram pelo esmagamento da revolta, pois nos dias que se seguiram, e com cobertura oficial, deu-se uma autêntica «caça às bruxas», com a perseguição de intelectuais simpatizantes da revolta ou críticos da Ditadura, o encerramento da Confederação Geral dos Trabalhadores, afecta aos anarco-sindicalistas, e também de órgãos de informação, conotados com a crítica à Ditadura.

Salazar, depois de apresentar o seu diagnóstico das Contas Públicas, passou a dirigir, nas colunas do católico *Novidades*, fortes críticas à acção governativa no campo das Finanças Públicas, críticas que, segundo parece, não agradavam ao ministro das Finanças, mas robusteciam a sua imagem junto dos mais altos responsáveis da Ditadura.

Em 25 de março de 1928, Óscar Carmona é plebiscitado para Presidente da República e o seu novo Governo confia a pasta das Finanças a Salazar que, por sua vez, apoiado pelos vários ministérios, inicia uma série de reformas na indústria, no comércio e nas relações laborais, cujos efeitos, trazem para as ruas manifestações de protesto, normalmente, reprimidas, policialmente.

Em 29 de junho de 1929, o Ministério da Justiça decreta a revogação de parte das leis anticlericais de Afonso Costa, facto que traz ao interior do Governo um grande mal-estar, levando à revogação da lei por parte do Conselho. Salazar solidarizando-se com o ministro da Justiça, protesta e apresenta a demissão. De imediato, as coisas precipitam-se e o Presidente, depois de consultadas as partes do diferendo, decidiu-se pela dissolução do Governo e nomeação de outro, do qual Salazar foi o único ministro integrado.

Em agosto, ascende ao Patriarcado de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, amigo de Salazar desde os tempos de estudantes em Coimbra⁸⁶². Passará a ser a figura máxima da Igreja portuguesa e, com esta nomeação o *puzzle* parece cada vez mais preenchido, só faltando Oliveira Salazar no lugar cimeiro da governação, o que ocorrerá em 1932, depois de ter sido distinguido pelo Presidente da República com a Grã-Cruz

⁸⁶² Sobre as relações do cardeal Cerejeira e Salazar, *vide* especialmente, Irene Flunser PIMENTEL, *Cardeal Cerejeira – o Príncipe da Igreja*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010, e Rita Almeida CARVALHO, *António Oliveira Salazar, Manuel Gonçalves Cerejeira: correspondência 1928-1968*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2010.

da Ordem do Império Colonial, em 27 de abril. Prestigiado por quatro anos no Ministério das Finanças, assume, a 5 de julho, a presidência do 8.º Governo da Ditadura.

Entretanto, envolvendo as maiores figuras do Estado, um ato de grande relevância política e social irá contribuir, sobremaneira, para amolecer algum do rancor que os monárquicos ainda sustentavam contra a República: a chegada dos restos mortais do último monarca português, D. Manuel II, falecido na Grã-Bretanha um mês antes, é recebido com as mais altas honras de Estado, com a presença do Presidente da República e do presidente do Ministério, Salazar, nas cerimónias fúnebres e na Missa de *Requiem*, celebrado pelo patriarca Gonçalves Cerejeira.

A arrumação do aparelho estatal e a sua cada vez maior conformação com o ideário de Salazar recebe mais um contributo, em 20 de agosto de 1932, com a aprovação dos estatutos da União Nacional, assumindo o próprio Salazar a sua presidência (de que, só a total incapacidade física, em 1968, o afastará). A partir de então, a União Nacional⁸⁶³ passou a ser a única estrutura política representativa (com exclusão de qualquer outra) autorizada a apresentar-se a sufrágio. Em sequência, é extinto o próprio Centro Católico Português de que Salazar fora dirigente (fundado em 1917, e em cujas listas chegou a ser eleito deputado por Guimarães).

Em 1933, com a promulgação da nova Constituição termina o período de transição denominado Ditadura Militar e tem início o Estado Novo⁸⁶⁴.

⁸⁶³ Em 1969, já em tempos de governação de Marcelo Caetano, este «partido único» passará a designar-se ANP (Acção Nacional Popular).

⁸⁶⁴ Em 1934, fazendo parte do plano de promoção da imagem do Estado Novo e de Salazar (trabalho perseverante que se prolongaria ao longo de todos os anos em que esteve no Governo) foram publicados inúmeros trabalhos sobre a figura de Salazar e a sua obra. Entre 1930 e 1960, foram publicados, com este fim, 91 livros (40 dos quais, em seis anos – de 1934 a 1940 – período considerado de solidificação), e os encómios surgiam dos mais vastos quadrantes. Assim, Leopoldo Nunes: «*É a sua obra que o define. As características especiais de inteligência, de cultura, de previsão, de intransigência, de bom senso e de honestidade revelam-se a cada passo, nos documentos de urgência e nos diplomas definitivos, numa progressão que a todos assombra*»; ou este, vindo do Brasil, de Armando d’Aguiar: «*Ditador único e exclusivamente ditador. Mas um ditador sem tiranias nem violências escusadas, ditador sem atentados, um ditador dos nossos dias, da nossa época, humano, afinal, risonho, quase tímido*» (apud Heloisa de Jesus PAULO, «Salazar: a elaboração de uma imagem» [pp. 245-275], in *Revista de História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, Fac. Letras da Universidade Coimbra, 1996). E, ainda, o *Decálogo do Estado Novo*, da autoria de João Ameal, um monárquico rendido ao regime: «*1. O ESTADO NOVO representa o acordo e a síntese de tudo o que é permanente e de tudo o que é novo, das tradições vivas da Pátria e dos seus impulsos mais avançados. Representa, numa palavra, a vanguarda social, moral e política. 2. O ESTADO NOVO é a garantia da independência e unidade da Nação, do equilíbrio de todos os seus valores orgânicos, da fecunda aliança de todas as suas energias criadoras. 3. O ESTADO NOVO não se subordina a nenhuma classe. Subordina, porém, todas as classes à suprema harmonia do interesse nacional. 4. O ESTADO NOVO repudia as velhas fórmulas: Autoridade sem Liberdade. Liberdade sem Autoridade – e substitui-as por esta: Autoridade e Liberdades. 5. No ESTADO NOVO o indivíduo existe, socialmente, como fazendo parte dos grupos naturais (famílias), profissionais (corporações), territoriais (municípios) – e é nessa qualidade que lhe são reconhecidos todos os necessários direitos. Para o ESTADO NOVO não há direitos abstractos*

Com o cardeal Cerejeira na Sé de Lisboa⁸⁶⁵ e Salazar na Governação alcançara-se, finalmente, o ideal de harmonização institucional profunda das ancestrais relações, interrompidas um século antes, em 1834. Decididamente, a República, de uma forma paradoxal, aparecia coroada da simbólica religiosa monárquica do Trono e do Altar.⁸⁶⁶

Dos primeiros atos públicos fará parte a manifesta encenação dessa harmoniosa convivência⁸⁶⁷, pelo menos enquanto durarem os dourados tempos do amainar das águas,

do Homem, há direitos concretos dos homens. 6. “Não há Estado Forte onde o Poder Executivo o não é.” O Parlamentarismo subordinava o Governo à tirania da assembleia política, através da ditadura irresponsável e tumultuária dos partidos. O ESTADO NOVO garante a existência do Estado Forte, pela segurança, independência e continuidade da chefia do Estado e do Governo. 7. Dentro do ESTADO NOVO, a representação nacional não é de ficções ou de grupos efêmeros. É dos elementos reais e permanentes da vida nacional: famílias, municípios, associações, corporações, etc. 8. Todos os portugueses têm direitos a uma vida livre e digna – mas deve ser atendido, antes de mais nada, em conjunto, o direito de Portugal à mesma vida livre e digna. O bem geral suplanta – e contém – o bem individual. Salazar disse: Temos obrigação de sacrificar tudo por todos; não devemos sacrificar-nos todos por alguns. 9. O ESTADO NOVO quer reintegrar Portugal na sua grandeza histórica, na plenitude da sua civilização universalista e de vasto Império. Quer voltar a fazer de Portugal uma das maiores potências espirituais do mundo. 10. Os inimigos do ESTADO NOVO são inimigos da Nação – isto é: da ordem, do interesse comum e da justiça para todos – pode e deve ser usada a força, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria.» (Apud Luís Reis TORGAL, «Cinema e Propaganda no Estado Novo – A “conversão dos descrentes”» [pp. 277-237], in *Revista de História das Ideias*, o. c., p. 286.) Para o estudo das questões de ordem religiosa no novo enquadramento político, vide também Paula Alexandra Fernandes Borges dos SANTOS, *A política religiosa do Estado Novo (1933-1974)*, Lisboa, s/ed., 2012. E, para o âmbito da educação, vide António Costa PINTO e Nuno Afonso RIBEIRO, *A ação escolar vanguarda (1933-1936): A juventude nacionalista nos primórdios do Estado Novo*, Lisboa, História Crítica, 1980.

⁸⁶⁵ Ainda que a sua caracterização carregue alguma mácula, como reconhece João Francisco MARQUES: «De raros dotes de comunicação e elegância patentes à saciedade na palavra escrita e falada, deixou em seus seis volumes das *Obras Pastorais* o testemunho de um superior espírito, apesar das conivências e ambiguidades que lhe apontam nas relações políticas com o Governo de Salazar, seu colega e companheiro das lutas e atividades católicas coimbrãs» (In «Oratória sacra ou parenética», *História Religiosa de Portugal*, vol. IV, o. c., p. 504, 2.^a col.)

⁸⁶⁶ No plano social, porém, isso fazia só parte de um imaginário, tacitamente aceite por todos, mas associado, caricaturalmente, segundo parece, ao que poderíamos chamar «folclore nacional». Pois, no fundo, os campos continuavam separados: «todos os que eram católicos, salazaristas eram também; e que todos os que eram da oposição não andavam em missas» (João BÉNARD DA COSTA, *Nós, os Vencidos do Catolicismo*, Coimbra, Tenacitas, 2003, p. 15). Mas será mesmo assim, só folclore institucional? Ora, recuemos na história (só um século) e façamos um pequeno exercício especulativo, a partir da caracterização feita por Manuel Abúndio da Silva ao período miguelista: «Os partidários do sr. D. Miguel opunham... a Igreja! Um católico não podia ser constitucional, pedir o parlamento, a Carta, a fiscalização da nação no seu governo. O rei aclamado pelos Três Estados foi divinizado: era o próprio arcanjo S. Miguel mandado por Deus para extermínio dos cartistas como o fora para o terrível castigo dos egípcios; de *Arcanjo* promoveram-no a *Messias*, chegaram a ver nele o próprio Jesus. O clero regular e secular, em vez de desfazer esta confusão do miguelismo com o catolicismo, explorava-a; foi ele que mais ajudou a alimentar essa demagogia infame do cacete; ele que calou a sua voz não erguendo um protesto contra as forças, ele que transformou o púlpito em tribuna de comício donde desferiu anátemas contra o sr. D. Pedro e os seus sequazes» (Luís Machado de ABREU, «O Trono e o Altar no discurso anticlerical português», in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol. I [pp. 33-46], Porto, Fac. Letras da Univ. Porto, p. 45). Bastaria substituímos os nomes dos intervenientes e a caracterização assentaria como uma luva a Salazar e ao genérico comportamento da Instituição clerical, durante o período do Estado Novo. Soa a Fatalidade (no sentido determinativo da «natureza das coisas»!)[?].)

⁸⁶⁷ No 7.º Aniversário da «Revolução Nacional» do Estado Novo (28 de maio) – que passará a ser celebrado com a solenidade das grandes datas de memória fundante – realizaram-se, em Lisboa, festividades

da solidificação dos lugares e competências, da tática definição dos campos de atuação, quer do Estado quer da Igreja/Religião⁸⁶⁸, assim como da redefinição simbólica da República, da qual se tentou desvanecer o seu significado primeiro, assim como a conformação do seu vocabulário com a nova ideologia. Deixou de se falar de *República* passando a dizer-se *Estado Novo* (em consonância não se dizia *primeiro-ministro*, mas *Presidente do Conselho*), erradicando do vocabulário comum, pelo menos do oficial e dos órgãos de comunicação social (escrutinado pelo corpo de censores⁸⁶⁹), o uso de termos como «Estado», «política/o», «democracia», «liberdades», «direitos», «greve», «eleições», «ditadura», «repressão», passando a incentivar-se o uso mais frequente de «Nação», «Pátria», «dever», «tradição», «bons costumes», «ordem», «disciplina», «serenidade», «trabalho», «civilização», «família», e assim por diante, num desaforado apropriação vocabular, cujo uso e adjectivação conduzia, psicologicamente, à substanciação conceitual negativa ou positiva, em conformidade com a pretensão de a fazer entranhar até às profundezas ar-

com récita em S. Carlos, desfiles militares e sessão política da União Nacional, coroadas com celebração religiosa comemorativa, presidida pelo Cardeal-Patriarca e assistida pelas altas figuras do Estado. Acto contínuo, e porque as forças da oposição entenderam que não havia tantas razões para celebrar, envolveram-se, em antagonismo com os situacionistas, em desacatos, atitudes insurreccionais e manifestações, com distribuição de panfletos. As medidas governamentais que se seguiram foram caracterizadas por forte repressão e produção legislativa cada vez mais condicionadora deste tipo de atitudes político-sociais, inclusive com a erradicação das organizações de extrema-direita em que se incluíam os seguidores do *Integralismo Lusitano* que tanto haviam apoiado Salazar, no início. São de Rolão Preto, dirigente máximo dos *Camisas Azuis*, como também eram designados os integralistas, as palavras de caracterização da personalidade do Ditador: «Salazar é um pragmático», «largamente eclético», «um homem sem ilusões», «frio», «extremamente realista», «faz tudo em função dele próprio e não quer saber de sistemas, nem de regimes, nem de ideias, a não ser o que lhe serve de pedestal», «onde houver uma ideia que lhe permita aumentar a influência, num determinado momento, usa-a não por ser integralista ou o contrário, monárquico ou não, católico ou não, mas porque lhe é útil» (cf. João MEDINA, *Salazar e os Fascistas*, apud RAMOS, o. c., p. 638).

⁸⁶⁸ Em 23 de novembro de 1932, Salazar foi esclarecedor, pelo menos aparentemente, considerando que era «inconveniente a intromissão da política na religião e sublinhando que se impunha a continuação de um regime de *separação*». Pelos desenvolvimentos da ação política, viremos a perceber que estas palavras não significavam o que pareciam dizer. Logo que plebiscitada a Constituição, Salazar, referindo-se ao clausulado relativa a essa relação do Estado com a Religião, realça que a Constituição «reconhece a Igreja com as suas organizações próprias», deixando-lhe «livre a ação espiritual». E, em 1935, ao abrir a Câmara Corporativa, via-se a seguinte disposição dos lugares: «nas cadeiras voltadas para a tribuna, os membros do Governo e, em lugar à parte, num trono, o Cardeal-Patriarca.» (Cf. Irene Flunser PIMENTEL, «Cerejeira e Salazar: O Trono e o Altar» [pp. 82-96], in *1926-1932 – A Ascensão de Salazar* [1.º vol., pp. 90-92], de *Os Anos de Salazar – o que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, coord. de António Simões do PAÇO, 30 vols., Lisboa, Planeta DeAgostini, 2008.)

⁸⁶⁹ Desde 1927, o serviço de censura (ou exame prévio) era da responsabilidade do Ministério do Interior, mas em 1940, passou para o SPN – Secretariado da Propaganda Nacional, criado em 1933 (em 1944, transformado em SNI – Secretariado Nacional da Informação, e, em 1968, em SEIT – Secretaria de Estado de Informação e Turismo), cujo lema era o de «re-educar, motivar e mobilizar o Povo Português de acordo com os princípios da “Revolução Nacional”». «Princípios» estes, tacitamente abençoados por Pio XI, em 10 de novembro, quando institucionalizou a Ação Católica Portuguesa, como prova de garantia e reconhecimento que o Governo de Portugal se inscrevia na linha que o Vaticano considerava conforme com a doutrina católica e, por isso, considerada positiva a subordinação da Igreja e da Ação Católica ao Estado Português. *Vide* também, sobre o assunto, Bruno Cardoso REIS, «Portugal e a Santa Sé no sistema internacional (1910-1970)», in *Análise Social*, vol. XXXVI (161) [pp. 1019-1059], 2001.

quetípicas do subconsciente nacional, e a que nenhum âmbito da vida social se poderia furtar, mesmo o religioso. Assim, dizer-se *católico* poderia significar «nacional», «verdadeiro», «fiel», «cumpridor», «exemplar»; pelo contrário, *protestante* (que englobava todos os não-católicos, pois ainda não havia notícia institucional de outras religiões, entre nós) poderia significar «estranho», «do contra», «suspeito», «a vigiar», por vezes mesmo, o sentido pejorativo de «judeu». A conotação identitária da religião com a nacionalidade, parece-nos, que há muito não atingia níveis de tanta nitidez. Os efeitos adversos de uma tão abusiva e generalizada identificação e o consequente mal-estar social dos muitos que nela não se reviam, começarão a sentir-se e a manifestar-se, assim que o véu da intolerância começar a ceder por efeito de outras transformações a acontecer fora de fronteiras (emigração e o seu vaivém, veiculando outros olhares), com a acentuada secularização do pós-Guerra, a emergência da afirmação nacionalista anticolonial (antagonismos internacionais na ONU e guerra do Ultramar) e a realização do Concílio Vaticano II.

A nova Constituição (1933) redefiniu de forma inequívoca a institucionalização das relações entre o Estado e a Igreja/Religião:

TÍTULO X DAS RELAÇÕES DO ESTADO COM A IGREJA CATÓLICA E DEMAIS CULTOS

ARTIGO 45.º

É livre o culto público ou particular de todas as religiões, podendo as mesmas organizar-se livremente, de harmonia com as normas da sua hierarquia e disciplina, constituindo por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece existência civil e personificação jurídica.

§ *único* – Exceptuam-se os actos de culto incompatíveis com a vida e integridade física da pessoa humana e com os bons costumes.

ARTIGO 46.º

Sem prejuízo do preceituado pelas concordatas na esfera do Padroado, o Estado mantém o regime de separação em relação à Igreja Católica e a qualquer outra religião ou culto praticado dentro do território português, e as relações diplomáticas entre a Santa Sé e Portugal com recíproca representação.

ARTIGO 47.º

Nenhum templo, edifício, dependência ou objecto do culto afecto a uma religião poderá ser destinado pelo Estado a outro fim.

ARTIGO 48.º

Os cemitérios públicos têm carácter secular, podendo os ministros de qualquer religião praticar neles livremente os respectivos ritos.⁸⁷⁰

⁸⁷⁰ *Constituição de 1933*, texto retirado de <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf> (visitado em 23 de dezembro 2017).

O Título X e suas posteriores atualizações é considerado o texto legislativo que estabelece o Catolicismo constitucional, justificado pela condição de «religião tradicional» e, por isso, natural privilégio na atribuição de excepcionais prerrogativas à Igreja. O mesmo sucedendo no reconhecimento oficial reservado aos dignitários hierárquicos que passaram a ocupar cadeira na Câmara Corporativa, estabelecendo-se que, além dos procuradores das corporações, das autarquias locais e das universidades, institutos de assistência e administração pública, também nela tenha assento a Igreja Católica. A partir de então, as autoridades eclesiásticas católicas passam a figurar no elenco de personalidades de presença obrigatória em qualquer acto oficial⁸⁷¹.

Outro argumento promocional da imagem do Estado Novo foi a I Exposição Colonial, inaugurada, no Porto, em junho de 1934, com o enfoque na missão civilizadora de Portugal, sob o lema «Deus, a História e a Humanidade». Em continuidade, em 1940, será a vez da Exposição do Mundo Português, em Lisboa, com o fim de enaltecer o patriotismo à volta da ideia do Império colonial que, por sua vez, se ia tornando um considerável suporte económico, assim como um espaço de afirmação político-religiosa.

Em 21 de maio de 1935, perante alguns ecos chegados ao Governo de que muitos dos que revelavam alguma animosidade para com Estado Novo se agremiavam sob a capa religiosa em instituições pouco conhecidas ou de admissão muito reservada, decretou a extinção de todas as sociedades secretas, assim como a Maçonaria.

A oportunidade para selar os esforços de regularização das relações de Portugal com a Santa Sé surge, ainda em 1940, depois de três anos de negociações, com a assinatura da Concordata e Acordo Missionário⁸⁷². A sintonia era total, entre os dois Estados (na política interna e colonial e, também, na política mundial, em que Portugal, no respeitante à guerra que grassava, mantinha o papel de neutralidade).

⁸⁷¹ Esta singularidade será ratificada, em 1940, na Concordata, cujo conceito era «*substancialmente construído e preenchido com uma conceção específica, de matriz a um tempo teológica e corporativa, nos termos da qual à Igreja Católica, como Igreja verdadeira, porque herdeira legítima – por via da sucessão ininterrupta de Papas – da cátedra de Pedro, assistiam prerrogativas em face do poder político de modo algum extensivas às demais religiões ou grupos religiosos. [...] Nela e a partir dela, a Igreja Católica fundamenta, em última análise, a sua pretensão de não ser reconduzida a um conceito genérico mais amplo, como seja o de confissão religiosa, que tenha de partilhar com confissões que reputa de erradas e indignas da mesma consideração. Do ponto de vista dogmático nega-se ao erro qualquer possibilidade de subsistência*» (in Jónatas MACHADO, *O Regime Concordatário entre Libertas Ecclesiae e a Liberdade Religiosa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1993, pp. 10-12). Nas celebrações do 28 de maio de 1938, em que ocorreram homenagens a Salazar (que, em 27 de abril, havia sido distinguido pela Assembleia Nacional, com o título de *Benemérito da Pátria*), com a concentração de mais de 20 000 filiados da Mocidade Portuguesa (M/F), lá estavam os principais dignitários da Igreja de Portugal.

⁸⁷² Vide também sobre o assunto: Bruno Cardoso REIS, *Salazare o Vaticano*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

Salazar, por ocasião da assinatura da Concordata, faz um discurso sobre os «Problemas político-religiosos da Nação Portuguesa e do seu Império», justificando, historicamente, o documento, e quase ressaltando a necessidade de que o mesmo tivesse alguma vez sido necessário se a relação institucional pudesse supor-se apenas no plano pessoal. E acrescenta os aspetos de ordem religiosa como elementos identitários com a mesma força que as fronteiras físicas da Nação:

Nascemos já como nação independente no seio do Catolicismo; acolher-se à proteção da Igreja foi sem dúvida ato de alcance político, mas alicerçado no sentimento popular. Tem havido através da história acidentes e lutas entre os reis e os bispos, os governos e o clero, o Estado e a Cúria, nunca entre a Nação e a Igreja; quer dizer: lutas de interesses temporais ou de influências e paixões políticas, nunca rebelião da consciência contra a fé.

Não há, em toda a história, apostasia coletiva da Nação, nem conflitos religiosos que dividissem, espiritualmente, os Portugueses. Com mais ou menor fervor, cultura mais ou menos vasta e profunda, maior ou menor esplendor do culto, podemos apresentar, perante o Mundo, ao lado da identidade de fronteiras históricas, o exemplo raro da identidade de consciência religiosa.⁸⁷³

Os argumentos reflectem uma realidade, mas, propositadamente, aludem ao de leve aos maus momentos, como fatalidades de percurso apenas produto de mal-formação humana dos intervenientes. O período de Pombal, os tempos de Joaquim de Aguiar e as turbulentas controvérsias liberais, assim como a recente *Lei da Separação* de Afonso Costa, mas também, mais atrás, as quezílias entre bispos, reis e Cúria romana, desde D. Afonso Henriques, implicitamente, inscrevem-se no rol das inevitáveis fatalidades!

Definitivamente, o processo considerado de «modernização» de Portugal, iniciado em meados do século XIX e continuado em 5 de outubro de 1910, marcado de anticongregacionismo, anticlericalismo e laicismo, fora recusado pelo Estado Novo. Foram recusados os «anti's» mas selou-se concordatariamente a separação, aliás atitude já bem sublinhada por Salazar, nas palavras de despedida dirigidas ao cardeal Cerejeira, quando este lhe fez a visita de cortesia, em 1932, pela assunção à Presidência do Conselho:

Manuel, a partir deste momento os nossos destinos separam-se completamente. Eu defendo os interesses de Portugal e do Estado, e os interesses da Igreja só contam para mim enquanto se conjungarem com aqueles, e apenas nesta medida. E o Estado é independente e soberano.⁸⁷⁴

⁸⁷³ In *Portugal e Santa Sé – Concordata e Acôrdo Missionário de 7 de maio de 1940*, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, MCMXVIII, pp. 89-90.

⁸⁷⁴ Cit. em Franco NOGUEIRA, *Salazar*, vol. 2, apud Rita Almeida de CARVALHO, *António Oliveira Salazar / Manuel Gonçalves Cerejeira – Correspondência (1928-1968)*, o.c., p. 12. Assinalamos a **negrito**, propositadamente, como forma de assinalar a formalização da *União de Facto*.

Em 2 de dezembro, o pretexto festivo será o das comemorações nacionais – Fundação de Portugal (1140), Restauração de Portugal (1640), a que se juntava a fundação do Estado Novo (1940)⁸⁷⁵ – que foram encerradas, com um solene *Te Deum*⁸⁷⁶, na Sé de Lisboa, oficiado pelo Cardeal-Patriarca na presença das altas figuras do Estado. E o apoio implícito da Santa Sé à Nação Portuguesa terá um momento alto, em 1946, em Fátima, com a coroação da imagem da Virgem, pelo legado pontifício.

Mas, assim como a religião se mostrava disponível para fornecer bens espirituais que contribuíssem para a harmonização político-social, da mesma forma era retribuída com outro género de atenções, para além das que estavam contempladas na Constituição e de que falamos acima. O Governo ao determinar que competiria à Mocidade Portuguesa o controlo e fiscalização de todas as organizações não-oficiais de jovens, deixava ao cuidado da Igreja essa função para as organizações integrantes da Ação Católica. E, podemos mesmo acrescentar que as provas de confiança estatal se estendiam para lá da explicitação legislativa, pois o comportamento posterior da hierarquia religiosa (com destaque para a figura cimeira do Cardeal-Patriarca de Lisboa), em relação aos atritos que, inevitavelmente iriam surgir, entre membros do clero e os órgãos do Estado, provavam também que este contava com a sua vigilância ou contemporização da Igreja para com as respostas persecutórias e repressivas policiais para com esses membros⁸⁷⁷.

⁸⁷⁵ Ver coincidente iconografia (fotos de cruzeiro) que inserimos na p. 199.

⁸⁷⁶ A partir de então, houve *Te Deum* sempre que se proporcionou a ocasião para celebrar um acontecimento político ou que envolvesse as personalidades de topo das duas Instituições. Assim, em 1953 (27 abril), a celebração dos 25 anos da chegada de Salazar ao Poder, além das cerimónias na Assembleia Nacional, houve também *Te Deum*, na Igreja de S. Domingos, com o cardeal Cerejeira. E, em 1955 (11 fevereiro), será a vez de D. Manuel Cerejeira ser celebrado, pelos seus 25 anos na Sé lisboeta, com um *Te Deum*, na presença de todo o Governo com o Salazar à frente e o Presidente da República. São exemplos, bem visíveis, do papel fundamental que a religião teve, na época, na tarefa de harmonização e coesão político-social.

⁸⁷⁷ Deixamos aqui notícias de alguns dos casos mais propalados na sociedade de então. Em 10 de julho de 1948, o jornal católico *O Trabalhador*, órgão da LOC (Liga Operária Católica) foi mandado encerrar pelo Governo, sob o pretexto de usar um «estilo marxista». O seu director, o Pe. Abel Varzim, foi demitido pelo Patriarca de todos os cargos e funções e remetido para uma paróquia do Minho. Em 1957, D. Sebastião de Resende, bispo da Beira (1943-1967), é acusado de comunista e perseguido, pelas críticas dirigidas ao Governo da Nação, em virtude do abandono educacional em que se encontravam as populações de Moçambique. Em 28 de abril de 1959 (ainda no rescaldo das eleições do ano anterior, que opuseram Humberto Delgado e Américo Tomás), a anuência do cardeal Cerejeira perante a decisão do Governo expulsar de Portugal para o exílio em Roma – de que só regressaria em 1970, depois da morte de Salazar – de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, acusado de ter excedido as suas competências ao dirigir uma «carta aberta» a Salazar, criticando a sua política em aspectos sociais, políticos e religiosos, foi muito sentida pela generalidade dos católicos. Assim como o silêncio do Cardeal, quando, ainda em 1959, personalidades católicas se viram processadas por «difamação da prestigiada corporação da PIDE», ao escreverem uma outra carta a Salazar indignando-se pelos processos arbitrários e repressivos dessa polícia política e exigindo um inquérito à sua actividade. Ou ainda, quando, em 15 de janeiro de 1961, a Igreja portuguesa emite uma Nota solidarizando-se com o Governo e a sua política colonial, considerada «missão evangelizadora e civilizadora». Em 4 de outubro de 1965, será a vez de um grupo católico tomar

Os reparos não se fariam esperar pois a conformação de atitudes e comportamentos dos responsáveis das duas instituições eram de tal modo cúmplices e comprometedoras que o próprio Estado começou a distanciar-se de forma a não parecer demasiado condicionado ou protector. Uma das suas primeiras atitudes neste sentido, muito comentada na altura, foi a ausência quer de Salazar quer do Presidente da República na inauguração do Monumento a Cristo-Rei, em 17 de maio de 1959. No entanto, tornava-se imprescindível que o Cardeal-Patriarca abençoasse a nova ponte sobre o Tejo, em 6 de agosto de 1966.

Em 1968, o desgaste do Estado Novo já era notório, apesar do apoio tácito da Igreja, e não ficou imune a milhares de manifestações de protesto, lutas académicas e greves (ainda que sempre reprimidas), às fortes pressões estrangeiras, especialmente em sede da ONU, à anexação da Índia (primeiro, de Dadrá e Nagar-Aveli [1954], e depois, Goa, Damão e Diu [1961]), às guerras do Ultramar (Angola [1961], Guiné [1963], Moçambique [1964]) e, finalmente, ao afastamento de Salazar da governação, depois de ser vitimado por um acidente, em setembro, de cujas consequências veio a morrer, em 1970. Seguir-se-á o governo de Marcelo Caetano e, com o seu derrube e a Revolução de Abril, terá início o terceiro período: a III República⁸⁷⁸, que deu início a uma nova fase, de *coabitação poligâmica*.

posição contra a guerra colonial e hierarquia eclesiástica pela sua cobertura ao Governo – «Manifesto dos 101 Católicos». Em novembro de 1968, o pároco de Santa Maria de Belém, Pe. Felicidade Alves, é preso pela PIDE, acusado de envolvimento na contestação à «política ultramarina» do Governo. Segue-se uma manifestação de protesto de três centenas de pessoas, em frente ao Patriarcado, exigindo uma tomada de posição do seu responsável, e a resposta foi a expulsão do pároco! (*Vide* José da Felicidade ALVES, *Católicos e Política – de Humberto Delgado a Marcelo Caetano*, s/l., ed. autor, s/d.). No mês seguinte, um grupo de católicos reúne-se em S. Domingos para condenar a guerra colonial e pedir negociações com os movimentos de libertação africanos. (Cf. *passim* João Bénard da COSTA, *o. c.*, e outros bibliografados.)

⁸⁷⁸ Para mais alguns contributos sobre este novo período, *vide* John ANDRADE, *Dicionário do 25 de Abril – Verde fauna, Rubra flora*, Lisboa, Nova Arrancada, 2002; e Filomena MÓNICA e António BARRETO, *O Retrato de Lisboa Popular*, Lisboa, Ed. Presença, 1982.

IV – CONCLUSÃO

Percorremos o Portugal de quase novecentos anos; perpassámos as figuras soberanas que lhe pontuam o tecido histórico; sublinhámos alguns nós axiais; demorámo-nos em profundidades de intensa densidade humana; auscultámos-lhe o ruído das várias turbulências por que foi atravessado e o clamor dos injustiçados, dos inquietos, dos agitados e dos naufragos do seu destino; intuímos-lhe as dores da injúria, do desrespeito, do achincalho e da irrisão. Mas o flagelo da indignação, amiúde, surgiu-lhe do íntimo com respaldos e consequências, por vezes nem sonhados. Arregimentaram-se-lhe as gentes, outras tantas vezes, para combates e empreendimentos não preparados, mas, inesperadamente, com desfechos venturosos marcados de predestinação.

Para se falar do Homem em relação e das relações humanas sempre serão escassas as palavras, e avolumam-se as dificuldades quando essa pretensão visa adentrar os domínios do pensamento e do espírito. No entanto, foi essa a ousadia tentada, ainda que nem sempre satisfatoriamente recompensada, pois a esforçada tendência para simplificar as explicações não se mostrou caminho fácil e útil perante a complexidade de muitas das situações com que nos deparámos.

A interpretação de muitos dos factos estudados surgiu-nos, frequentemente, como proposta de análise diversificada ou mesmo contrastante, em consonância com as diversas fontes consultadas. Este facto causava-nos algum embaraço, quer pela necessidade que sentíamos, muitas vezes, de moderarmos entusiasmos extemporâneos quer pela exigência que se nos impunha de recorrer a outras fontes, para confronto e aclaramento, que nos pareciam tropeços no avanço rápido que desejávamos. Noutras situações, porém, foi-nos dado observar que a crueza substancial dos factos históricos – ainda que *vistos* e apresentados pelos seus narradores sob o efeito de subjectivos filtros e lentes de inúmeras posições políticas, ideológicas, religiosas – se mostravam constituídos de uma intrínseca e densa massa de sentido que, por si só, revelavam a circunstância e quase dispensavam a explicação.

Impõe-se-nos agora não tanto fazermos uma exegese histórica (ou seja, dizermos o que está escrito e como foi dito), mas darmos conta do resultado hermenêutico do que

nos foi dado observar, intuir, do que lemos (ou seja, explicar o que é que isso nos disse, e quais as impressões que colhemos). E é disso que aqui tentamos fazer espólio.

Impunha-se que encontrássemos as respostas para duas questões que propúnhamos, no Projeto, como objetivo:

1. *Que razões de ordem interna/externa se podem encontrar no processo de estruturação identitária do Portugueses que expliquem a ruptura drástica que ocorreu, entre meados do séc. XVIII e início do séc. XX, na relação geminal e de feição esponsal do Estado com a Igreja?*
2. *De que forma o Estado e a Igreja/Religião gerem a sua coabitação institucional e de que mecanismos se socorrem para regularem as vivências comunitárias e dos cidadãos no respeito das equipolências reconhecidas pela tradição e contempladas pelos respetivos textos legislativos (Constituição, Código Direito Canónico, Concordata)?*

A resposta à primeira questão pode ser encontrada no que poderíamos denominar de *desígnio histórico*. A mudança de mentalidades na geografia humana em que se inscreve Portugal foi profunda, sendo ele próprio parte determinante dos agentes da mudança, através do esforço pioneiro da globalização. O paradigma inscrito pelos ventos da Modernidade (sécs. XV a XVIII) no espírito do homem europeu, ou como diz Manuel Antunes, em que «os chamados “tempos modernos” foram centúrias do domínio mundial do Velho Continente»⁸⁷⁹, impôs uma nova ordem ao mundo de então, e que os Portugueses se encarregaram de levar por esse Mundo Novo das Descobertas. Durante essas centúrias, decorreram abalos e ruíram muitas das «verdades» em que assentava o conhecimento e se firmava o olhar e o sentir das realidades do mundo. Outros valores se foram impondo e outras «verdades» se sedimentaram, desvanecendo-se um, até então, mundo de certezas. Esse outro «novo» mundo que emergiu rompeu com as restritivas amarras castradoras do velho determinismo doutrinário, apoucador da pessoa e das suas capacidades individuais, oferecendo um mais alargado espaço à recriação, à fantasia, à inovação e à revalorização da iniciativa e da imprevisibilidade. As consequências deste novo quadro mental, que evoluiu internamente até atingir o seu ápice com a implanta-

⁸⁷⁹ In *A anatomia do presente e a política do futuro – Portugal, a Europa e a Globalização*, com organização e Introdução de José Eduardo FRANCO, Lisboa, Bertrand Editora, 2017, p. 129. Para um maior aprofundamento impõe-se ainda visitar: José Eduardo FRANCO e Pedro CALAFATE (coords.), *A Europa segundo Portugal – Ideias da Europa na Cultura Portuguesa, Século a Século*, Lisboa, Gradiva, 2012, e Martim de ALBUQUERQUE, in *Primeiro ensaio sobre a história da «ideia de Europa» no pensamento português*, Lisboa, IN-CM, 1980.

ção da República, atingiu tudo e a todos afetou, e inevitavelmente o mundo das relações em que se inscreviam as instituições quer do Estado quer da Igreja.

Quanto à segunda questão, o enquadramento é o da constatação do estado das coisas e o esforço de se encontrarem meios eficazes de se recriarem instrumentos de salvaguarda, de forma a garantirem-se os indispensáveis espaços de convivência que se quer harmoniosa. Tanto o Estado como a Igreja/Religião são constituintes de uma realidade unívoca da vida dos Portugueses, facto que por si só é bastante para se engendrarem vias e instrumentos de governabilidade que são manifestos na variada legislação que foi produzida, desde então, e que são garantes da convivialidade nacional.

De tudo o que nos foi dado consultar e refletir, esta é para nós a premissa: a de que não é possível falar do Estado sem ter presente que é de uma superestrutura governativa de (e para) humanos; da mesma forma, ao refletirmos sobre o fenómeno religioso (e sua instituição) somos levados à constatação de que é impossível qualquer discurso sobre o tema, se não tivermos presente que estamos a falar de uma estrutura que congrega pessoas. Não me parece, portanto, possível, ou pelo menos legítimo, falar-se de Estado ou de Religião, esvaziados da sua componente consubstancial e consubstanciadora que é a comunidade humana.

Agora, a partir desta premissa: se, quer o Estado quer a Religião, só existem porque são expressão político-social e religiosa do Homem, não é viável a idealização de um cenário em que o Homem seja tomado parcelarmente (a parte cívica separada da parte religiosa), pois ele só é o *Homem*, entendido holisticamente. Está claro que sempre restará o espaço límbico, advindo do ateísmo. Mas, neste caso, estaremos certamente fora do registo da *Religião* (instituição), mas não fora do *Religioso* (no sentido que remete para a dimensão espiritual do homem, das superiores esferas da sua imensurável sensibilidade, onde moram a ética, a moral e também a dimensão da estética).

No decurso histórico, a constatação é a de que, efetivamente, os embates deram-se com os contendores compreendidos em trincheiras separadas. Mas um olhar mais atento permite-nos identificar as máscaras que sugerem essas aparentes trincheiras. Elas não passam, na realidade, de ser tão-só as fronteiras dos interesses, das posições sociais, das mordomias (reflectidas, de forma bem visível na Instituição) convertidas em embustes denegadores do sentido religioso original, de fundamento (aliás, posturas sempre muito denunciadas pelas franjas que se atêm ao cumprimento religioso mais rigoroso e de conformidade com o ensinamento fundante).

É de tal forma claro o diagnóstico, que sempre que surge a crise da Instituição (a purificar), nunca esta se revela como crise do ensinamento (a preservar). Estremece a Instituição pelo sopro forte da contenda histórica que exige reajuste e correção, mas prevalece o ensinamento fundamental. Amiudadas vezes, por razões várias (sempre associadas a estados de degeneração e relaxe), viu-se ameaçada de ruína a Instituição religiosa, mas dos seus escombros sempre tem renascido, ainda que de forma reconfigurada, a mesma ou outras realidades de congregação institucional.

Parece-nos impossível imaginar que o ser humano (na sua inteireza, simultaneamente, cidadão e religioso) possa apresentar-se dividido, consoante o interesse do momento seja ele tipicamente cívico ou somente religioso. O homem *religioso* (ou o homem *virtuoso*, para o ateu) tenderá sempre a agir, socialmente, sob o impulso forte da religiosidade ou da virtude que o enforma, independentemente de a circunstância ser marcada por uma ou outra área da vida.

Tendo em consideração estes pressupostos, a conclusão a que chegámos é a de que, *fatalmente*, o diálogo entre essas duas realidades instituídas impõe-se como determinado pela exigência da sua harmoniosa regulação. É da sua mútua natureza a vigilância incessante e ininterrupta, num diálogo de sustentabilidade permanente que induza a harmonia entre essas duas dimensões caracterizadoras e enformadoras do Homem, provendo-lhe de sentido o seu agir e existência.

Das múltiplas formas possíveis para a construção de um discurso sobre o mundo das relações institucionais Estado-Igreja – porque, na sua base se encontram os comportamentos engendrados e decorrentes de relações humanas – pareceu-nos que o uso da metáfora da conjugalidade se prestava mais favoravelmente para reproduzir textualmente este universo relacional de convivência tão próxima.

Fizemo-lo, num primeiro passo (de forma crua), gizando um esquema que permitisse apresentar, por módulos, os diversos elementos estruturais das duas instituições, identificando-os e caracterizando-os quanto às suas origens, dependências, organização e usos instrumentais. Num segundo passo, o olhar foca-se nos corpos institucionais e suas estruturas e compostos, tanto os de ordem conceptual e veicular (v.g.: o casamento, o amor, os valores, literatura) como os de ordem física (v.g.: os órgãos de poder e suas estruturas, ramos e vertentes). Num terceiro passo, a preocupação foi a de identificar, através do mapa histórico escolhido – o da cronologia política – os momentos *falantes* da relação que se proporcionam a uma interpretação analógica dos comportamentos institucionais com os que, por norma, ocorrem nas relações conjugais.

O quadro que incluímos na abertura do capítulo que se debruça especialmente sobre os domínios da metáfora (p. 200) tem por objetivo o de ajudar a identificar esses *tais* momentos, ou pelo menos a propor que se tenham presentes os elementos de referência analógica facultados, e, assim, a cada passo se possam constituir como meios instrumentais do desbravamento e ajudem a trazer à superfície, à imediata interpretação, esses quase palimpsestos discursivos.

Juntámos alguns elementos iconográficos: a primeira representação gráfica do nome de Portugal (p. 9) e um conjunto de imagens colhidas de um monumento do jardim público da cidade de Moura (p. 199). São ilustrações, ainda que diminutas, mas bem significativas. No primeiro elemento, colhido de documento dos inícios da nacionalidade realça-se a natureza da convivialidade institucional e o seu registo de intimidade e partilha. Era uma envolvência que se revestia de aspetos de tal modo identitários que deles só se encontra paralelo, nas relações humanas, em contexto de conjugalidade e comunhão de projetos de vida.

No conjunto dos elementos seguintes, encontramos uma manifestação, gerada e mantida, por segmentos básicos da sociedade rural, representados nos órgãos autárquicos que os mandaram gravar na pedra e os pretendem perpetuar como tesouro das suas memórias e tradições. Eles constituem o testamento cívico dos seus ancestrais e das suas virtudes, que se querem preservados na memória coletiva e não apenas do lugar, mas possam também, na praça pública, *falar* do que foi vivido, sofrido e registado pela história, e ser apontado aos passantes como modelo da heroicidade, do amor pátrio e da religiosidade daquelas comunidades.

Apesar de, nestes tempos novos (em conformidade com a metáfora), se viver, institucionalmente – quer no campo cívico quer no campo religioso – em situação de *união de facto*, na realidade, isso não significa *de costas voltadas*, pois os valores a transmitir e que se deseja duradouros parece serem exatamente os mesmos que nortearam os relacionamentos dos inícios, apenas tendo mudado a forma de os objetivar e de os congraçar. Lá no subsolo da alma social, ou seja, nesse repositório arquetípico ainda liberto (não cativo) do seu revestimento político, lá por essas profundezas, adivinham-se lastros contínuos e basilares de perenes pulsares que, por vezes, emergem e se projetam pelo tecido social e suas atividades, derramando impressivos laivos desses tempos de bem arraigada conjugalidade em que os conceitos e a mentalidade usavam um vocabulário comum e único para dizer a vida, o ludo, a saúde, a morte, o além.

Para além da metáfora

Vivemos tempos em que ainda estão presentes os resquícios de antanho que resistem à erosão, ao mesmo tempo que abunda a polissemia e a diversidade concetual, que exigem um domínio bem exercitado de inúmeros vocabulários tanto para comunicarmos como para sermos entendidos.

Esta complexa rede de comunicação afeta também a linguagem dos afetos que, como se sabe, inclui a expressão oral (com os seus silêncios, meias-palavras e múltiplos sentidos), a expressão escrita (gráfica e audiovisual), a expressão gestual (com a sua panóplia de trejeitos e posturas), e impõe uma permanente atualização tanto quanto aos modos como quanto à forma de construir e veicular as informações.

Estamos confrontados com desafios tremendos cujos resultados, por vezes, nem se adivinham, e os planos institucionais (com suas estratégias) confundem-se recorrentemente com os planos pessoais ou de grupo (e seus interesses). Da mesma forma, todas as fronteiras se abateram e todos os contrastes parecem esbater-se, debatendo-nos, permanentemente, com uma falta de clareza e definição tremendas que nos sugerem horizontes de apocalipse e de caos. Num esforço derradeiro e por razões de saúde mental, esforçamo-nos por converter esta análise numa perspetiva de mudança que se vai desenhando com adivinhados desenlaces de crise. Talvez não seja descabido, aqui, também acompanharmos a evolução concetual de alguns termos do nosso vocabulário usual, em que se inscreve, por exemplo, a definição de *crise*, de modo particular quando esta tende a ser percebida como ameaçadora *instabilidade*. E a fim de ajudarmos a desvelar a aparente sinonímia e lhe revelarmos o paradoxal sentido, trazemos aqui as anamnésicas palavras de Delfim Santos, que, a propósito da crise da democracia, dizia, no jornal *Liberdade*, em 1933:

Que significa «estar em crise?» [...] Todo o organismo vivo, enquanto vivo, está em crise. Não se diz dum cadáver, nem duma cadeira, nem duma mesa que está em crise. Diz-se, sim, dum organismo, duma instituição ou duma época histórica pelas suas relações íntimas com a vida. [...] Fixismo, estaticismo, são sinónimos de morte. Instabilidade, dinamismo, antónimos de morte. *Crise* vem a ser o processo pelo qual essa instabilidade dinâmica se afirma. E, portanto, tudo o que é vivo, voltamos a concluir, está em crise. [...] E este evoluir dinâmico e renovador é a crise, processo e característica essencial dessa mesma vida.⁸⁸⁰

⁸⁸⁰ Delfim SANTOS, *Obras Completas* (vol. I: Da Filosofia), 2.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp. 43-44. Sobre o presente tema da *crise*, vide ainda o clarividente e contextualizado contributo de Mark LILLA, in *A Grande Separação – Religião, Política e o Ocidente Moderno* (1. A crise), Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 23-58.

Talvez por isto, a crise deva ser entendida como da natureza das coisas esperançosas, como a grande e emergente oportunidade de algo totalmente novo a provir, de que forçosamente nos temos de alimentar, em aturado cultivo.

O convívio, também das instituições, decorre em permanente tensão decorrente das dinâmicas naturais das coisas vivas, e, também da sua natureza é, nos ajustes, ocorrerem fricções, cujos efeitos de desgaste podem conduzir a picos de crise que, por sua vez, ditarão reajustes, transformações ou rejeições, num *continuum* que apenas visa a consecução dos projetos, dos anseios, dos propósitos, dos desígnios, dos intentos, em suma, da perpetuação da vida.

Não é possível fazer um balanço de ganhos e perdas, entre as posições e cedências quer do Estado quer da Igreja/Religião, mas se tal fosse absolutamente necessário poderia talvez afirmar-se que, em Portugal, houve perdas e ganhos mútuos, ou melhor, o que não se ganhou em quantidade, em domínio, ganhou-se em qualidade, em respeito:

A **Igreja/Religião** aprendeu a conviver em democracia, assumindo um rosto progressista.

O **Estado** aprendeu a tolerar, a integrar e a olhar a Igreja/Religião como uma força social de humanização, e reconhecendo-lhe o papel inegável de «consciência crítica importante».

Ainda que separados e em esferas próprias de atuação souberam criar condições de convivialidade, transformando a coabitação numa autêntica **União de Facto**.

BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia primária

a) *Fontes*

- ALBUQUERQUE, Martim de, (org., introd. e notas bibliográficas), *Orações de Obediência dos Reis de Portugal aos Sumos Pontífices*, 10 vols., Lisboa, Inapa, 1988.
- AMBRÓSIO (Santo), *Escritos sobre a Virgindade* (2 vols.), Lisboa, Edições Paulistas, s/d.
- ANDRADA, Diogo de Paiva de, *Casamento Perfeito*, Prefácio e Notas de Fidelino de Figueiredo, 2.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1982.
- ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*. Do texto grego estabelecido por I. Bywater a traduziu e anotou Dimas de Almeida (ed. bilingue), Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2012.
- BARROS, João de, *Espelho de Casados*, publicado por Tito de Noronha e António Cabral, Porto, Imprensa Portuguesa, 1874 (MDCCCLXXIV).
- BOTTMANN, Denise, *Dáfnis e Cloé*, Campinas (SP), Pontes Editores, 1990.
- CAMÕES, Luís Vaz de, *Sonetos*, coordenados e acompanhados com um esboço biográfico, por Teófilo Braga, II Parte, Lisboa, A Educadora – Empresa Editora, 1913.
- Consciência e Liberdade* (órgão oficial da Associação Internacional para a Defesa da Liberdade Religiosa). Tema: «A difamação das religiões e a liberdade religiosa». Lisboa, n. 23, 2011. Contém colaboração diversa e vários documentos de instâncias internacionais.
- Constituições Portuguesas – 1822-1826-1838-1911-1933*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, 2004.
- Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra*. Feytas & ordenadas em Synodo pelo Illustrissimo Sõr Dom Affonso de Castel Brãco Bispo de Coimbra, Cõde de Arganil, & do Cõselho delRey N. S.&c. E por seu mando Impressas em Coimbra por Antonio de Mariz Impressor da Vniversidade. Anno. 1591.
- Constituiçoens Synodaes do Bispado do Algarve* novamente feytas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Frãcisco Barreto segundo deste nome, Bispo do Reyno do Algarve, e do Conselho de Sua Alteza, publicadas em a Synodo Diocesana, que celebrou em a See da Cidade de Faro em vinte e dovs de Janeiro de Mil Seiscentos, e Setenta e Tres. Evora. Com todas as licenças necessarias, na Impressão da Universidade. Anno de M.DC.LXXIV.
- Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, 3 vols. (vol. I: D. Afonso Henriques a D. Afonso III; vol. II: D. Dinis a D. Afonso IV; vol. III: Indicador do Glossário, Glossário e Índice Onomástico), 2.^a ed., edição fac-similada da edição original de 1952-1953, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2009.
- ESTEFÂNIO, Abel, «O “pacto sucessório” revisitado: o texto e o contexto», *Medievalista* [em linha], n.º 10 (julho de 2011). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA10/estefanio1002.html> ISSN 1646-740X (visitado em 7-1-2017.)
- FÉLIX, Minúcio, *Octávio*, Lisboa, Edições Paulistas, 1961.
- GONÇALVES, Ruy, *Dos priuilegios & praerogatiuas q[ue] ho genero feminino te[m] por direito com[um] & ordenações do Reyno mais que ho genero masculino* [Lis-

- boa?]: *apud* Iohanne[m] Barrriu[m], 1557. Edição fac-similada, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1992.
- Historia Calamitatum* (Cartas) de Abelardo e Heloísa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- Leal Conselheiro*, o qual fez Dom Duarte, pela graça de Deos Rei de Portugal e do Algarve, e Senhor de Ceuta, a requerimento da muito excellente Rainha Dona Leonor sua mulher; seguido do Livro de Ensinança de Bem Cavalgar toda Sella, que fez o mesmo Rei, o qual começou em sendo Infante, precedido d’uma introdução com varias notas, e publicado debaixo dos auspícios do Excellentissimo Senhor Visconde de Santarem, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto de França, etc., etc. fielmente trasladado do manuscrito contemporaneo, que se conserva na Bibliotheca Real de Pariz, revisto, addicionado com notas philologicas e um glossario das palavras e phrases antiquadas e obsoletas que nelle se encontram, e impresso a custa de J. I. Roquete, presbytero. Pariz, em Casa de J. P. Aillaud, 11, Quai Voltaire, em Portugal, em Casa de Todos os Mercadores de Livros de Lisboa, Porto e Coimbra. MDCCCXLII.
- Leal Conselheiro* de DOM DUARTE, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- LUCRÉCIO (Tito ... Caro), *De la naturaleza de las cosas*, (trad. castelhano: José Marchena; prefácio e notas: Aldo Mieli), Madrid, Espasa-Calpe SA, 1969.
- MARTINHO DE BRAGA, *Instrução Pastoral sobre Superstições Populares* De Correctione Rusticorum. Edição, tradução introdução e comentários de Aires do Nascimento, com colaboração de Maria João V. Branco, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.
- MELO, D. Francisco Manuel de, *Carta de Guia de Casados*, Quadros cronológicos, Introdução, Bibliografia selectiva, Fixação do texto e Notas de Pedro Serra, Braga-Coimbra, Angelus Novus, 1996.
- _____, *Carta de Guia de Casados*, Lisboa, Verbo, s/d.
- Monarchia Lusitana*, tomo III, p. 127, reprodução a partir de *D. Miguel I*. Obra a mais completa e concludente..., Lisboa, Imprensa Regia, 1828, pp. 116-119. A edição-príncipe do Juramento do rei Dom Afonso Henriques, realizada na 2.^a impressão de Diálogos de *Varia Historia* de Pedro de Mariz, em 1597, tendo por base uma cópia do cartório do Mosteiro de Alcobaça. De acordo com reprodução em: http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1152_juramento.htm (visitado em 2012).
- MOURÃO-FERREIRA, David, *Imagens da Poesia Europeia*, Lisboa, Artis, 1970. Ver também artigos vários do autor, in *Revistas Colóquio e Letras*.
- OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA, «Concordata», txt. Avulso, s/a., s/l., s/d.
- OVÍDIO, *A Arte de Amar*, Livros de Bolso (n. 84), s/l., Pub. Europa-América, 1974.
- PEREIRA, Belmiro Fernandes, *As Orações de Obediência de Aquiles Estação*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1991.
- PLATÃO, *O Banquete – Fedro – Apologia de Sócrates – Critón*, tradução do francês por Maria Teresa Schiappa de Azevedo, Lisboa, Ed. 70, 2008.
- Poesia e Prosa Medievais*, Selecção, introdução e notas por Maria Ema Tarracha Ferreira, 3.^a ed., Lisboa, Editora Ulisseia, 1998.
- PORETE, Marguerite, *O espelho das almas simples e aniquiladas e que permanecem na vontade e no desejo do amor*, Petrópolis, Vozes, 2008.
- Portugal e Santa Sé – Concordata e Acôrdo Missionário de 7 de Maio de 1940*, Portugal e a Santa Sé, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, MCMXLIII.
- Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o principio da monarchia portuguesa até aos nossos dias*, ordenado e composto pelo [2.º] VISCONDE DE SANTARÉM [Manuel Francisco

- de Barros de Sousa de Mesquita de Macedo e Carvalhosa], tomos I a XV [exceto os tomos IX a XIII], continuado por Luiz Augusto Rebello da SILVA e José da Silva Mendes LEAL, tomos XVI a XVIII [1858-1860] e tomos IX a XIII [1864-1876], [Paris, 1842 e] Lisboa [1876], Typ. da Academia Real das Sciencias.
- Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal*, Cardeal da Cunha (Inquisidor Geral), MDCCLXXIV (*O Último Regimento da Inquisição Portuguesa*, Introdução e actualização de Raul Rêgo, Lisboa, Edições Excelsior, 1971.
- RÖMER, Thomas (org.), *Introduction à l'Ancient Testament*, Genebra, Editions Labor et Fides, 2004.
- Serie Chronologica dos Prelados Conhecidos da Igreja de Braga, desde a fundação da mesma Igreja até o presente tempo*, Coimbra na Real Imprensa da Universidade, 1830.
- SOUSA, António Caetano de, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, tomo I, Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, MDCCXXXV.
- TERÊNCIO, *Comédias* - I, Lisboa, I.N.-Casa da Moeda, 2008.
- TOMÁS DE AQUINO, *Suma Teológica*, 9 vols., São Paulo, Edições Loyola, 2002.
- VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de / ARAÚJO, António de Sousa, *Bulário Bracarense – Sumários de Diplomas Pontifícios dos Séculos XI a XIX*, Braga, Arquivo Distrital de Braga – Universidade do Minho, 1986.
- VIRGÍLIO (Obras de), *Bucólicas, Geórgicas, Eneida*, trad. do latim do Prof. Agostinho da Silva, 2.^a ed., Lisboa, Temas e Debates, 1999.
- VISCONDE DE SANTARÉM (ver *Quadro Elementar das Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal...*)

b) Iconografia inserida

- Página 9: *Carta de doação pelo infante D. Afonso Henriques a Egas Ramires da igreja de São Bartolomeu de Campelo. 1129-07-28. Portugal, Torre do Tombo, Ordem dos Pregadores, Mosteiro de Santo André de Ancede, mç. 1, doc. 2.*
- Página 199: *Assinalando três momentos fundantes (1140-1640-1940). Imagens fotográficas de monumento citadino (cruzeiro), colhidas no jardim público, no Largo de S. Francisco, em Moura (Alentejo), em 2017.*

2. Bibliografia auxiliar

a) Obras de referência

- AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), vv. coords., *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000.
- Dicionário Biográfico Universal de Autores*, 5 vols., Lisboa, Realizações Artis-Bompiani, 1976.
- Dicionário de História de Portugal*, 4 vols., dirigido por Joel SERRÃO, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.
- Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*, FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto; GOMES, Ana Cristina da Costa (diretores), Lisboa, Gradiva, 2010.

- Dicionário Temático da Lusofonia*, CRISTÓVÃO, Fernando (dir. e coord.); AMORIM, Maria Adelina; MARQUES, Maria Lúcia Garcia; MOITA, Susana Brites, 2.^a ed., Lisboa, Texto Editora, 2007.
- Enciclopédia Einaudi*. 12. Mythos/Logos. Sagrado/Profano, GIL, Fernando (coord.), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- GARCIA, José Manuel, *Dicionário Essencial de História de Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 2010.
- MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5 vols., Lisboa, Livros Horizonte, 2003.
- _____, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 12 vols., Lisboa, Sociedade da Língua Portuguesa/Amigos do Livro, 1981.
- SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, 4 vols., Lisboa - Iniciativas Editoriais / Porto - Livraria Figueirinhas, 1971.

b) *Enquadramento teórico*

- AA.VV., *Direitos Humanos e Destituição*, Atas do Seminário (23 julho 2009), Lisboa, Serviço Jesuíta aos Refugiados / Prior Velho, Inst. Miss. Filhas de São Paulo, 2009.
- AA.VV., *Literatura de Roma Antiga* (Mario Citroni, dir.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- ALBUQUERQUE, Martim de, *A consciência nacional portuguesa: dos primórdios ao fim das guerras da restauração: ensaio de história das ideias políticas*, Lisboa, Verbo, 2016.
- _____, *A consciência nacional portuguesa: ensaio da história das ideias políticas*, Lisboa, s/ed., 1974.
- _____, *A doutrina social da Igreja*, Lisboa, s/ed., 1965.
- _____, *As regências na história do Direito Público e das ideias políticas em Portugal*, Lisboa, s/ed., 1973.
- _____, *Bártolo e bartolismo na história do Direito Português*, s/l., s/ed., 1981.
- _____, *O Poder político no renascimento português*, 2.^a ed., Lisboa, Ed. Verbo, 2012.
- _____, *Para a história da legislação e jurisprudência em Portugal*, Coimbra, s/ed., 1983.
- _____, *Primeiro ensaio sobre a história da «ideia de Europa» no pensamento português*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.
- _____, *Regimento Quatrocentista da Casa da Suplicação*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- ANSELMO, António Joaquim, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.
- ARENDT, Hannah, *O conceito de amor em Santo Agostinho*, Lisboa, Instituto Piaget, 1997.
- BARROS, Henrique da Gama, *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*, tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885 (historiadaadmini01gama.pdf).
- BENEVOLO, Leonardo, *A Cidade na História da Europa*, col. dirigida por Jacques Le Goff, Lisboa, Ed. Presença, 1994.
- BLOCH, Marc, *Os Reis Taumaturgos – o carácter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra*, 2.^a reimp., São Paulo, Campo das Letras, 1999.

- BUCHHOLD, Jacques, *Christianisme et Politique: Quelle place pour l'Eglise dans le débat politique?*, org. Frédéric Baudin & Nicolas Farelly, Paris/Aix-en-Provence, Empreinte Temps Présent/CEM, 2007.
- BRANDÃO, Fernando de Castro, *História Diplomática de Portugal – uma cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.
- CARDOSO, Zélia de Almeida, «Tratamento das Paixões nas Tragédias de Séneca», in *Letras Clássicas*, n. 3 (F.F.L.C.H/USP), 1999, pp. 129-145
- CARVALHO, J., *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal – desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, 5.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- CAVALCANTI, Geraldo Holanda, *Cântico dos Cânticos*, São Paulo, EdUSP, 2005.
- CHICOTE, Gloria, «El amor cortés: otro acercamiento posible a la cultura medieval» (Centro de Estudios de Teoría y Crítica Literaria – Universidad Nacional de la Plata – CONICET) (<https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=wm#inbox/15495eecb0bf8508?projector=1>, (visitado em 9-5-2016).
- CITRONI, M., *et alii*, *Literatura de Roma Antiga*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- COELHO, Eduardo, *O amor em Catulo*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1993.
- COMBY, Jean e LÉMONON, Jean-Pierre, *Vida e Religiões no Império Romano*, São Paulo, Paulinas, 1988.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida, *Ordenações Filipinas* (Nota de Apresentação), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- CRUZ, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1980.
- _____, *Instituições políticas e processos sociais*, Venda Nova, Bertrand, 1995.
- CUNHA, Luís, «Frontera», «Frontera geográfica y administrativa», «Fronteras económicas», «Fronteras políticas y religiosas», «Fronteras simbólicas», in BARAÑANO, A.; GARCÍA, J. L.; CÁTEDRA, M. & DEVILLARD, M. J. (org.), *Diccionario de Relaciones Interculturales. Diversidad y Globalización*, Madrid, Editorial Complutense, 2007. <http://hdl.handle.net/1822/18093>.
- DIAS, João José Alves, *A primeira impressão das Ordenações Manuelinas*, por Valentim Fernandes, Lisboa, Colibri, 1995.
- _____, *Ordenações Manuelinas, 500 anos depois: os dois primeiros sistemas (1512-1519)*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal e Universidade Nova de Lisboa, 2012.
- DIAS, Paula Barata, «A Regvla como género literário específico da literatura monástica» (pp. 311-335), in Separata de *Hvmanitas*, vol I, Coimbra, 1998.
- _____, «O lugar da Regvla Monastica Communis no monaquismo hispânico» (pp. 213-239), in Separata de *Hvmanitas*, vol LII, Coimbra, 2000.
- DOMINGOS, José, *As Ordenações Afonsinas: três séculos de Direito mediévico (1211-1512)*, Lisboa, Direcção Geral do Ensino Superior, 2007.
- FARAGO, France, *As Grandes Correntes do Pensamento Político*, Porto, Porto Editora, 2007.
- FERNANDES, Ana Maria Rodrigues de Almeida, *Proposta de edição crítica das Ordenações Afonsinas* (dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa), Lisboa, 1995.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, «Cartas de sátira e aviso: em torno dos folhetos *Malícia das mulheres* e *Conselho para bem casar* de Baltasar Dias» (pp. 161-

- 181), in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, número 1, 2004, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- _____, *Espelhos, Cartas e Guias – Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica 1450-1700*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.
- FERRY, Luc, *Revolução do Amor – para uma espiritualidade laica*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011.
- FRAGA, Maria Tereza de, *Humanismo e Experimentalismo na cultura do século XVI*, Coimbra, Livraria Almedina, 1976.
- FRANCO, José Eduardo, PINHEIRO, Teresa e CIESZYNSKA, Beata (coords.), *Europa de Leste e Portugal – Realidades, relações e representações*, Lisboa, Esfera do Caos, 2010.
- FRANCO, José Eduardo e CALAFATE, Pedro (coords.), *A Europa segundo Portugal – Ideias de Europa na cultura portuguesa, século a século*, Lisboa, Gradiva, 2012.
- FUKUYAMA, Francis, *As origens da ordem política – Dos tempos pré-humanos até à Revolução Francesa*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 2012.
- GAILLARD, Jacques, *Introdução à Literatura Latina – Das origens a Apuleio*, Mira-Sintra – Mem Martins, Editorial Inquérito, 1994.
- GILISSEN, John, *Introdução Histórica ao Direito*, 7.^a ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4.^a ed., Lisboa, Ed. Arcádia, 1980.
- GOODY, Jack, *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, Lisboa, Ed. 70, 1987.
- GOFF, Jacques Le, *A civilização do Ocidente medieval*, 2 vols., Lisboa, Ed. Estampa, 1983.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar, GOMES, M. Saturnino da Costa, LOJA, Fernando Soares, *Direito da Religião – Textos fundamentais*, Lisboa, IN-CM, 2015.
- GUYNON, Jean et alii, *O fruto proibido*, Lisboa, Ed. 70, 1991.
- HALÍK, Tomáš, *Quero que sejas: Amor de onde, para onde?*, Prior Velho, Paulinas Editora, 2016.
- HESPANHA, António Manuel (org.), *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime* (coletânea de textos), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- _____, *Imbecillitas – As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime*, s.l., UFMG/FAFICH, 2008.
- IÁÑEZ, Eduardo, *As Literaturas Antigas e Clássicas*, vol. 1, col. História da Literatura Universal (9 vols.), Lisboa, Planeta Editora, 1992.
- KANTOROWICZ, Ernst H., *Os Dois Corpos do Rei – Um estudo sobre teologia política medieval*, São Paulo, Campo das Letras, Editora Schwarcz, Ltda., 1998.
- KASER, Max, *Direito Privado Romano*, 2.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- KEEL, Othmar, *Le Cantique des Cantiques*, Fribourg (Suíça), Editions Universitaires Fribourg, 1997.
- LAURENTINI, Giuliano, «Cântico dos Cânticos», cap. XII, *Os Livros Proféticos*, Petrópolis, Vozes, 1985.
- LEITE, António, *Competência da Igreja e do Estado sobre o Matrimónio*, Porto, Liv. Apostolado da Imprensa, 1946.
- _____, *O Direito matrimonial no projecto do novo Código do Direito Canónico: comparação entre o Direito actual e o novo* (separata da Didaskalia 10), Coimbra, Tip. Gráfica de Coimbra.

- LIPOVETSKY, Gilles, *A Cultura-Mundo*, Lisboa, Edições 70, 2010.
- LIPOVETSKY, Gilles - CHARLES, Sébastien, *Os tempos hipermodernos*, Lisboa, Edições 70, 2011.
- MAGALHÃES, Isabel Allegro de, *História e Antologia da Literatura Portuguesa (séculos XIII-XVIII)* – 4 vols (5 tomos), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- MANENT, Pierre, *A Razão das Nações – Reflexões sobre a democracia na Europa*, Lisboa, Edições 70, 2008.
- _____, *Historia del Pensamiento Liberal*, Buenos Aires, Emecé Editores, 1990.
- MARMORALE, Enzo V., *História da Literatura Latina* – vols. I-II, Lisboa, Estúdios Cor, 1974.
- MARTINS, Manuel Frias, *Em Teoria (A Literatura)*, Porto, Ambar, 2003.
- MAY, Simon, *O Amor – das escrituras aos nossos dias*, Lisboa, Bizâncio, 2013.
- MEDINA, João, *A Geração de 70: uma geração revolucionária e europeísta*, Cascais, Câmara Municipal, 1999.
- _____, *As Conferências do Casino e o socialismo em Portugal*, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1984.
- _____, *Eça de Queirós e a geração de setenta*, Lisboa, Moraes Ed., 1980.
- _____, *Herculano e a geração de 70*, Lisboa, Terra Livre, 1977.
- _____, *Não há utopias portuguesas*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade, 1980.
- MOREIRA, Maria Micaela Ramon, *Os sonetos amorosos de Camões – estudo tipológico*, Braga, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 1998.
- NOGUEIRA, de José Artur A. Duarte, *Algumas reflexões sobre o Direito Susidiário nas Ordenações Afonsinas*, Coimbra, Tipografia Atlântida, 1980.
- PARALIEU, Roger, *Guia Prático do Novo Código de Direito Canónico*, Gráfica de Coimbra, 1984.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Estudos de História da Cultura Clássica*, vol. 1: Cultura Grega, 8.^a ed., Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1998.
- _____, *Estudos de História da Cultura Clássica*, vol. 2: Cultura Romana, 3.^a ed., Lisboa, F. C. Gulbenkian, 2002.
- PRÉLOT, Marcel e LESCUYER, Georges, *História das Ideias Políticas* (2 vols. – Vol. I: Da cidade antiga ao absolutismo do Estado [1.^a ed., 2000]; Vol. II: Do Liberalismo à atualidade [1.^a ed., 2001]), Lisboa, Editorial Presença.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. - FORDE, Daryll, *Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento*, 2.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura, *A evolução do Direito da nacionalidade em Portugal: das Ordenações Filipinas à Lei n. 2098*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1983.
- RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu estudo*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 1983.
- RAWLS, John, *Uma Teoria da Justiça*, Lisboa, Ed. Presença, 2001.
- Reflexões ao livro «A Reforma da Carta e o Beneplácito Régio» do Snr. Conde de Samodães*, Coimbra, A. A. dos Reis Leitão, 1885.
- REIS, António Matos, *Origens dos Municípios Portugueses*, 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2002 (1.^a ed., 1991).
- RENAN, Ernest, *Marco Aurélio e o fim do mundo antigo*, História do Cristianismo - vol. VII, Porto, Lello & Irmão Editores, s/d.
- RIBEIRO, Álvaro, *Elogio da Loucura*, Oeiras, Ad Astra et Ultra, 2010.
- RICOEUR, Paul, *O Justo ou a essência da Justiça*, Lisboa, Instituto Piaget, 1997.
- ROBIN, León, *A Moral Antiga*, Porto, Ed. Despertar, 1970.

- ROUGEMONT, Denis de, *O Amor e o Ocidente*, Lisboa, Vega, 1989.
- SAMPAIO, Alberto, *Estudos Económicos*, vol. II – *As Póvoas Marítimas*, Lisboa, Editorial Vega, 1979.
- _____, *Estudos Económicos*, vol. I – *As Vilas do Norte de Portugal*, Lisboa, Editorial Vega, 1979.
- SARAIVA, António José, *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, 2 vols. [v. 1: Partes I e II; v. 2: Parte III], Lisboa, Gradiva, 1996.
- SARDICA, José Miguel, *Família, essência e multidisciplinaridade*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2016.
- SCHONFIELD, Hugh J., *The Song of Songs*, Nova Iorque, Mentor Books, 1959.
- SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da, *Algumas notas sobre a edição das Ordenações Manuelinas de 1512-1513*, Braga, Livraria Cruz, 1977.
- _____, *Algumas notas sobre a edição das Ordenações Manuelinas de 1521*, Braga, Livraria Cruz, 1981.
- _____, *História do Direito Português* (Fontes de Direito), 5.^a ed. (revista e atualizada), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- _____, *O sistema das fontes nas Ordenações Afonsinas*, Braga, Livraria Cruz, 1980.
- SKINNER, Quentin, *As fundações do pensamento político moderno*, São Paulo, Editora Schwarcz Lda. (Companhia das Letras), 1999.
- SOUSA, Armindo de, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, vol. I, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Universidade do Porto, 1990.
- _____, «O Parlamento Medieval português – perspectivas novas» (pp. 47-58), in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, FLUP, 1990.
- SPINA, Segismundo, *A lírica trovadoresca*, 4.^a ed., São Paulo, EDUSP, 1996.
- STRAYER, Joseph Reese, *As Origens Medievais do Estado Moderno*, Lisboa, Gradiva, 1986.
- TAVANI, Giuseppe, *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, Colibri, 1999, 2.^a tiragem 2002.
- TEYSSIER, Paul, *Gil Vicente – o autor e a obra*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação e das Universidades, 1982.
- THOORENS, Léon, *Panorama das Literaturas – Alexandria, Roma, Idade Média europeia*, vol. 2, Amadora, Liv. Bertrand, s/d.
- TOCQUEVILLE, Alexis de, *Da Democracia na América*, Lisboa, Principia, 2002.
- VERDON, Jean, *O prazer na Idade Média*, Lisboa, Difusão Cultural, 1998.
- VICENTE, João Dias, *D. João IV e o Beneplácito Régio em Portugal*, Braga, separata de *Itinerarium* 85, 1974.
- ZIZEK, Slavoj, *Elogio da Intolerância*, Lisboa, Relógio d’Água, 2006.

c) *História de Portugal*

- AA.VV., *Do Ultimato à(s) República(s) – Variações literárias e culturais*, Annabela RITA e Dionísio VILA MAIOR (coords.), Lisboa, Esfera do Caos, 2011.
- AA.VV., *História dos Reis de Portugal*, 2 vols. (vol. 1 – Da fundação à perda da independência; vol. 2 – Da Monarquia dual à implantação da República), Manuela MENDONÇA (coord.), Matosinhos, Quidnovi, 2010-2011.
- AA.VV., *1926-1932 – A ascensão de Salazar*, António Simões do PAÇO (edit. e coord.) para Grupo Cofina, s/l., Planeta DeAgostini, 2008.
- AA.VV., *Nova História Militar de Portugal*, 5 vols., coordenação: Manuel Themudo BARATA e Nuno Severiano TEIXEIRA, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

- AMARAL, Diogo Freitas do, *Em que momento se tornou Portugal um País Independente*, in II Congresso Histórico de Guimarães: «A política portuguesa e as suas relações com o exterior», Guimarães, Município de Guimarães, vol. 2, 1996.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Rainhas de Portugal – Estudo Histórico* (reedição com ortografia atualizada da edição de 1878, Lisboa, Typographia Castro Irmão), 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2009 (1.^a (re)ed., 2007).
- BETHENCOURT, Francisco e RAMADA CURTO, Diogo (orgs.), *A Memória da Nação* (Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 outubro de 1987), Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991.
- BUESCU, Ana Isabel, *Na Corte dos Reis de Portugal – Saberes, ritos e memórias*, 2.^a ed., Lisboa, Edições Colibri, 2011 (1.^a, 2010).
- CABRAL, F. A. da Costa, *Liberais e Absolutistas*, Lisboa, Livraria J. Rodrigues & Ca., 1932.
- CARVALHO, José Liberato Freire de, *Ensaio histórico-político sobre a Constituição e Governo no Reino de Portugal*, Paris, Casa de Hector Bossange, 1830.
- CHAVES E CASTRO, Manuel de Oliveira, *O Beneplácito Régio em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885.
- COELHO, António Borges, *Raízes da Expansão Portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, Prelo, 1976.
- CORTESÃO, Jaime, *Os Descobrimentos Portugueses*, 6 vols., Lisboa, Livros Horizonte, 1975.
- CORTÁZAR, Fernando García de, e VESGA, José Manuel González, *História de Espanha – uma breve história*, Lisboa, Presença, 1997.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, *Episódios da Monarquia Portuguesa – Desde os tempos que antecederam a fundação da monarquia até ao dia da sua extinção*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2013.
- CRUZ, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1988.
- DISNEY, A. R., *História de Portugal e do Império Português*, 2 vols., Lisboa, Guerra e Paz, 2010-2011.
- ECO, Umberto (org.), *Idade Média* (4 vols.), Alfragide, Pub. D. Quixote (I vol. – Catedrais, Cavaleiros e Cidades, 2011; II vol. – Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos, 2013; III vol. – Castelos, Mercadores e Poetas, 2014; IV vol. – Explorações, Comércio e Utopias, 2015).
- ELIADE, Mircea, *Salazar e a revolução em Portugal*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011.
- FRANÇA, José-Augusto, *O Ano X – Lisboa 1936*. Estudo de factos socioculturais. Lisboa, Ed. Presença, 2010.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos, *Os Reinos dos cronistas medievais (Século XV)*, São Paulo, Annablume Editora - Comunicação, 2006.
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha, *Portugal e a Ordem de Malta: aspectos da Europa*, Lisboa, CTT, 1992.
- GASPAR, José Martinho, *Os discursos e o discurso de Salazar*, Lisboa, Prefácio – Edições de Livros e Revistas, Lda., 2001.
- GONÇALVES, F. Rebelo, *Portugal – Um Estado de Direito com oitocentos anos*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1981.
- HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal – Desde o começo da Monarquia até ao fim do Reinado de Afonso III*, 2. vols. (*Volume I* — Introdução: I-II-III; Livro I: 1097-1128; Livro II: 1128-1185; Livro III: 1185-1211; Livro IV: 1211-1223. *Volume II* — Livro VI: 1248-1279; Livro VII: 3 partes; Livro VIII: 3 partes), Lisboa, Livraria Bertrand (vol. I: 2007; vol. II: 2008).

- IÁÑEZ, Eduardo, *A Idade Média*, vol. 2, col. História da Literatura Universal (9 vols.), Lisboa, Planeta Editora, 1992.
- Imigração em Portugal*. Informação útil (2009), Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros / ACIDI, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, I.P.
- LABOURDETTE, Jean-François, *História de Portugal*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 2008.
- LAY, Stephen, *Assim nasceu Portugal. Os Reis da Reconquista Portuguesa – Reorientação política e cultural na fronteira medieval*, Lisboa, Texto Editores, 2011.
- LOIA, Luís, *Liberalismo Constitucional, 1826-1926 – O pensamento político de Luís de Magalhães*, Lisboa, Luís Loia e Tribunal da História – Edições de Livros e Revistas, Lda., 2008.
- MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução – Uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI*, vol. II – 1910-2005, Lisboa, José Adelino Maltez e Tribunal da História – Edições de Livros e Revistas, Lda., 2005.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*. vol. I: «Das Origens ao Renascimento», Lisboa, Ed. Presença, 2010.
- _____, *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1988.
- MATTOSO, José, «A Realeza de Afonso Henriques», *História Crítica*, n. 13, 1986, pp. 5-14; reed. in *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987.
- _____, *Identificação de um país – ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. I (oposição), 2.^a ed., 1985; vol. II (composição), 2.^a ed., 1986, Lisboa, Editorial Estampa.
- _____, *Naquele tempo – Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, reimpressão 2014 (1.^a ed., 2009).
- _____, (dir.), *História de Portugal*, 8 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1993-1994.
- _____, «Notas sobre a estrutura da família medieval portuguesa», in *Anais* (II Série, vol. 24, tomo I), Lisboa, Academia Portuguesa da História, MCMLXXVII.
- MEDINA, João, *A imagem da República: ensaio de iconologia histórica sobre a origem e metamorfose da imagem feminina republicana*, Lisboa, s/ed., 1993.
- _____, *História de Portugal*, 15 vols., Alfragide, Ediclube, 2001.
- _____, «Oh! a República...»: estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- _____, *Portuguesismo(s): acerca da identidade nacional: ensaio sobre as imagens de marca identitárias, os emblemas, os mitos e outros símbolos nacionais; seguido de o Zé Povinho, estereótipo nacional; autocaricatura do português desde 1875 e de outros estudos bem como de uma adenda: panorama documental e gráfico comentado*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006.
- _____, *Salazar e Franco: dois ditadores, duas ditaduras*, Cascais, Câmara Municipal, 1996.
- _____, *Salazar e os fascistas: salazarismo e nacional-sindicalismo: a história dum conflito 1932-1935*, Amadora, Bertrand, 1979.
- MENDONÇA, Manuela, *D. João II: Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, Lisboa, Estampa, 1991.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar – Uma Biografia Política*, 4.^a ed., Alfragide, D. Quixote, out. 2010 (1.^a ed., set. 2010).
- MESQUITA, António Pedro, *Salazar na história política do seu tempo*, Lisboa, Ed. Caminho, 2007.
- MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques, s/ed., 1973.

- Mundo do Infante D. Henrique (O)*, Actas do Congresso realizado em Angra do Heroísmo de 5 a 9 de Junho de 1995, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1998.
- NATÁRIO, Rui, *As Grandes Batalhas da História de Portugal*, Queluz de Baixo, Markador Editora, 2013.
- O Sebastianismo – Política, Doutrina e Mito (sécs. XVI-XIX)*, Atas de Colóquio (25-26-27 outubro de 2004), Lisboa, Academia Portuguesa da História / Edições Colibri, 2004.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Das revoluções liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Ed. Presença, 1994.
- PERES, Damião, *Como nasceu Portugal*, 4.^a ed., Porto, Portucalense, 1955.
- _____, *História de Portugal*, 10 vols., Barcelos, Portucalense, 1928-1981.
- _____, *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral: antecedentes e intencionalidades*, Porto, Portucalense, 1949.
- PINTO, António Costa e RIBEIRO, Nuno Afonso, *A acção escolar vanguarda (1933-1936): a juventude nacionalista nos primórdios do Estado Novo*, Lisboa, História Crítica, 1980.
- PIRES, António Machado, *Cronologia e Quadro de Gerações*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1975.
- Princípios Fundamentais de Organização Política e Administração Ultramarina*, compêndio para o 3.^o ciclo liceal (6.^o e 7.^o anos), organizado por A. Martins AFONSO, 2.^a ed. atualizada, Lisboa, Gomes & Rodrigues, Lda. (depositário), 1951.
- RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, 4.^a ed., Lisboa, Esfera dos Livros, 2010 (1.^a, 2009).
- _____, *D. Carlos: 1863-1908*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011.
- RÉMOND, René, *L'Anticlericalisme en France – De 1815 à nos jours*, Bruxelas, Éd. Complexes, 1985.
- RIBEIRO, Margarida Calafate, *Uma História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2004.
- RODRIGUES, António Simões, *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- _____, *História Comparada – Portugal, Europa e o Mundo*, vol. 2, Lisboa, Temas e Debates e Autores, 1997.
- ROLLO, Maria Fernanda, *História da Primeira República Portuguesa*, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Tinta-da-China, 2010.
- ROSAS, Fernando, *Dicionário de história do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand, 1996.
- _____, *Elementos para o estudo da natureza económico-social do Estado Novo nos anos trinta*, Lisboa, s/ed., 1986.
- _____, *1910 a duas vozes*, Lisboa, Bertrand, 2010.
- _____, *O Estado Novo nos anos trinta: elementos para o estado da natureza económica e social do Salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1986.
- _____, *Salazar e o poder: a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013.
- SARDICA, José Miguel, *A Europa Napoleónica e Portugal: messianismo revolucionário, política, guerra e opinião pública*, Lisboa, Parede, José Miguel Sardica/Tribuna da História, 2011.
- _____, *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- _____, *Da Monarquia à República: pequena história política, social e militar*, Lisboa, Alêtheia, 2011.

- _____, *Portugal contemporâneo: estudos e história*, Lisboa, Universidade Católica, 2013.
- SCARLATTI, Lita, *Os homens de Alfarrobeira*, Lisboa, IN-CM, 1980 (Prémio Laranjo Coelho 1972, da Academia das Ciências de Lisboa).
- SCHULZE, Hagen, *Estado e Nação na História da Europa*, col. dirigida por Jacques Le Goff, Lisboa, Presença, 1997.
- SÉRGIO, António, *Breve Interpretação da História de Portugal*, 14.^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1998.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 6 vols. [19 vols.]: vol. I (1080-1415 – Estado, Pátria e Nação), 3.^a ed., 1979; vol. II (1415-1495 – Formação do Estado Moderno), 2.^a ed. rev., 1978; vol. III (1495-1580 – O Século de Ouro), 2.^a ed. rev., 1980; vol. IV (1580-1640 – Governo dos Reis Espanhóis), 1978; vol. V (1640-1750 – A Restauração e a Monarquia Absoluta), 1980; vol. VI (1750-1807 – O Despotismo Iluminado), 1982; Lisboa, Editorial Verbo.
- _____, *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Colibri, 2004.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), coord. de Jorge de Alarcão, *Portugal – Das Origens à Romanização*, vol. I, 2.^a ed., Lisboa, Ed. Presença, 2011.
- _____, *Salazar e os fascistas: salazarismo e nacional-sindicalismo: a história dum conflito 1932-1935*, Amadora, Bertrand, 1979.
- _____, coord. de João José Alves Dias, *Portugal – Do Renascimento à Crise Dinástica*, vol. V, Lisboa, Ed. Presença, 1998.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato (coord.), *Cidadania e Construção Europeia* (contém texto da Constituição Europeia), Lisboa, Ideias & Rumos Edições, Lda., 2005.
- SOUSA, António Caetano de, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, tomo I, Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, MDCCXXXV.
- TELO, António José, *Primeira República I – Do sonho à realidade*, Lisboa, Ed. Presença, 2010.
- _____, *Primeira República II – Como cai um regime*, Lisboa, Ed. Presença, 2011.
- VALÉRIO, Nuno, *História da União Europeia*, Lisboa, Editorial Presença, 2010.
- VELHO, Martim, *Estudos críticos sobre a Batalha de Ourique*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1989.
- VENTURA, António, *Anarquistas Republicanos e Socialistas em Portugal – As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

d) Estado e Igreja/Religião

- AA.VV., *A religião no estado democrático*, organização: Esther MUCZNIK, Fernando Soares LOJA, Manuel Saturino COSTA GOMES, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2007.
- AA.VV., *Monges e Religiosos na Idade Média* (Apresentação de Jacques BERLIOZ), Lisboa, Terramar, 1996.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), vv. coords., *História Religiosa de Portugal*, 3 vols. [Vol. I: VV.AA., Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues (coords.), «Formação e Limites da Cristandade»; Vol. 2: VV. AA., João Francisco Marques e António Camões Gouveia (coords.), «Humanismos e Reformas»; Vol. 3: VV.AA., Manuel Clemente e António Matos Ferreira (coords.), «Religião e Secularização»], Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, 2000.

- ABREU, Luís Machado de, «O anticlericalismo de relance» (pp. 293-302), in RITA, Anabela e VILA MAIOR, Dionísio (coords.), *Do ultimato à(s) República(s) – Variações Literárias e Culturais*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011.
- _____, «O Trono e o Altar no discurso anticlerical português», in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, vol. I [pp. 33-46], Porto, Fac. Letras da Univ. Porto, 2001.
- Agência Ecclesia – *Semanário de actualidade religiosa*, Edição especial – Centenário da República, n. 1258, Lisboa, 5 Outubro 2010.
- ALMEIDA, João Miguel Furtado Ferreira d’, *Católicos e política na crise do Liberalismo: o percurso de António Lino Neto (1873-1934)*, Lisboa, s/ed., 2013.
- ALMEIDA E CUNHA, Maria Cristina, *Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.
- ALVES, Pe. José da Felicidade (ed. e apres.), *Católicos e Política – De Humberto Delgado a Marcelo Caetano*, s/l., ed. autor, s/d.
- ANDRÉ, Isabel Margarida - PATRÍCIO, Carlos, «O Catolicismo em Portugal: organização eclesiástica e práticas religiosas» (pp. 225-249), in *Finisterra*, XXIII, 46, Lisboa, 1988.
- ANSELMO, Artur, «A palavra recôndita na Cultura Portuguesa da Época Barroca», in *Revista Portuguesa de História do Livro*, n. 1, Ano I (1997), Centro de Estudos da História do Livro e da Edição, Lisboa, 1998, Edições Távola Redonda.
- ANTUNES, Manuel (1918-1985), FRANCO, José Eduardo (Intr.), *Repensar a Europa e a Globalização*, Lisboa, Multinova, 2006.
- ANTUNES, Padre Manuel, *Obra Completa*, FRANCO, José Eduardo (coord.-geral); ESPÍRITO SANTO, Arnaldo; RICO, Hermínio; FRANCO, José Eduardo; ABREU, Luís Machado de (Comissão coordenadora da edição), 7 tomos, 13 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007-2011.
- ANTUNES, Manuel Luís Marinho, «Notas sobre a organização e os meios de intervenção da Igreja Católica em Portugal: 1950-1980», in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), GIS/ICSUL, Lisboa, 1982, pp. 1141-1154).
- ARAÚJO, António de, *Sons de Sinos – Estado e Igreja no advento do Salazarismo*, Coimbra, Tenacitas, 2010.
- BAYÓN, Balbino Velasco, *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Lisboa-Sameiro, Paulinas Editora – Ordem do Carmo em Portugal, 2001.
- BERLIOZ, Jacques (coord. e Apresentação), *Monges e Religiosos na Idade Média*, Lisboa, Terramar, 1996.
- BLOCH, Marc, *Os Reis Taumaturgos – o carácter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra*, 2.^a reimp., São Paulo, Campo das Letras, 1999.
- BORGES, Libânio, *Concordatas entre a Santa Sé e Portugal e Concórdias entre os Prelados e os Reis de Portugal*, Vila Real, s/d., 232 pp.
- BOXER, C. R., *A Igreja e a Expansão Ibérica*, Lisboa, Edições 70, 1990.
- BRANCO, N., *Os Segredos dos Jesuítas de Portugal*, Coimbra, Imprensa Academica, 1888.
- BRAZÃO, Eduardo, *Colecção de Concordatas estabelecidas entre Portugal e as Santa Sé de 1238 a 1940*, Lisboa, Bertrand, s/d.
- _____, *História das Relações Diplomáticas de Portugal com a Santa Sé – A morte de Pio IX e a preparação dum novo pontificado (1878)*, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1971.
- BROWN, Peter, *A Ascensão do Cristianismo no Ocidente*, col. dirigida por Jacques Le Goff, Lisboa, Ed. Presença, 1999.

- Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão* (sécs. XII-XIV), Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP), 2007.
- CARVALHO, Rita Almeida de, *A Concordata de Salazar*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2009.
- _____, *António Oliveira Salazar / Manuel Gonçalves Cerejeira – Correspondência (1928-1968)*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2010.
- CASTRO, Pe. José de, *Portugal no Concílio de Trento*, 2 vols., Lisboa, União Gráfica, 1944.
- CATROGA, Fernando, *Ensaio Respublicano*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.
- _____, *Entre Deuses e Césares – Secularização, Laicidade e Religião Civil* (Uma perspectiva histórica), Coimbra, Almedina, 2006.
- _____, «O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)» (pp. 211-273), in *Análise Social*, vol. XXIV (100) 1988 (1.º), pp. 211-273.
- CLEMENTE, Manuel, *Igreja e sociedade portuguesa – Do Liberalismo à República*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2012.
- _____, *1810 - 1910 – 2010 – Datas e desafios*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2010.
- _____, *Porquê e para quê? – Pensar com esperança o Portugal de hoje*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2010.
- _____, *Portugal e os Portugueses*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2008.
- COELHO, J. Júlio G., «*Entouré vaillants chevaliers, s'avancait à la tête d'une nombreuse troupe de Gascons, l'évêque Dom Onego, qui, d'après la légende, avait déposé la mitre de Vendôme en France pour les accompagner. Tous ces chevaliers, aussitôt débarqués sur la rive septentrionale du fleuve Douro, s'emparèrent de la villa de Porto. [...] Puis ils firent élire Dom Onego, quatorzième évêque de Porto*», in «*Notre-Dame de Vendôme et les armoiries de la ville de Porto. Mémoire historique et archéologique*», *Bulletin de la Société Archéologique Scientifique et Littéraire du Vendomois*, tome XLV, 1906.
- COSTA, Pe. Avelino de Jesus da, «A restauração da Diocese de Braga em 1070» (pp. 17-28), in *Lysitania Sacra*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP), 1.ª série (1956-1978), 1956.
- _____, «Povoamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI», Guimarães, Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, 1981.
- COSTA, João Bénard da, *Nós, os Vencidos do Catolicismo*, Coimbra, Tenacitas, 2003.
- COSTA, Ricardo da, «Cluny, Jerusalém celeste encarnada (séculos X-XII)» (pp. 115-137), in *Revista Mediaevalia. Textos e Estudos 21*, Porto, Gabinete de Filosofia Medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2002.
- CRUZ, Manuel Braga da, «A Igreja e o Estado Democrático» (pp. 147-156), in ESPADA, João Carlos (coord.), *Democracia Liberal e Religião*, Lisboa, Univ. Católica Portuguesa, 2007.
- CUNHA, D. Rodrigo da (Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas [1627-1635]), *Primeira Parte, da Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos, e Varoes illustres, que florecerão neste Arcebispado*, Braga, 1634.
- _____, (Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas, nomeado Arcebispo de Lisboa [1627-1635], *Segunda Parte, da Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos, e Varoens illustres, que florecerão neste Arcebispado*, Braga, 1635.

- CURLEY, Edwin, «O Legado Misto do Cristianismo» (pp. 93-121), in ESPADA, João Carlos (coord.), *Democracia Liberal e Religião*, Lisboa, Univ. Católica Portuguesa, 2007.
- DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho, *Quando os monges eram uma civilização... – Benedictinos: espírito, alma e corpo*, coeditores CITCEM – Centro de Invesstigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (Porto) / Edições Afrontamento (Lisboa), 2011.
- DÓRIA, Luís, *Do Cisma ao Convénio: Estado e Igreja de 1831 a 1848*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.
- DUBY, Georges, *As Três Ordens*, Lisboa, Ed. Estampa, 1994.
- _____, *São Bernardo e a Arte Cisterciense*, Porto, Asa, 1997.
- «Em torno da herança de Cluny na Diocese do Porto», Viagens com Alma, in www.site.sclunisiens.org (visitado em março 2015).
- ESLIN, Jean-Claude, *Deus e o Poder – O Estado e a Religião na História do Ocidente*, Lisboa, Âncora Editora, 2000.
- ESPADA, João Carlos (coord.), *Democracia Liberal e Religião*, Lisboa, Univ. Católica Portuguesa, 2007.
- ESPÍRITO SANTO, Moisés, *A Religião Popular Portuguesa*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1990.
- _____, *Fontes Remotas da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1989.
- FERNANDES, Aires Gomes, «A Ressuscitação dos Cônegos Regrantes: dos contributos de Mattoso ao panorama atual» (pp. 1-13), in *Medievalista* on-line, ano 2, número 2 2006, Instituto de Estudos Medievais (www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista, visitado em março 2015).
- FERREIRA, António Matos, «Problemas Filosóficos e Teológicos» (pp. 85-91), in ESPADA, João Carlos (coord.), *Democracia Liberal e Religião*, Lisboa, Univ. Católica Portuguesa, 2007.
- FERREIRA, António Matos e MATOS, Luís Salgado de (orgs.), *Interações do Estado e das Igrejas*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2013.
- FRADKIN, Hillel, «Duas Nações estavam no Seu Seio: Democracia Liberal Contemporânea e o Ensino da Bíblia» (pp. 15-36), in ESPADA, João Carlos (coord.), *Democracia Liberal e Religião*, Lisboa, Univ. Católica Portuguesa, 2007.
- FRANCO, José Eduardo (dir.), *O Esplendor da Austeridade*, Lisboa, IN-CM, 2011.
- _____, «O “terramoto” pombalino e a campanha de “desjesuitização” de Portugal», in *Lusitania Sacra*, 2.^a Série, 18 (2006), pp. 147-218.
- FRANCO, José Eduardo (coord.), *Um Pedagogo da Democracia – retrato e memórias sobre o Padre Manuel Antunes, s.j.*, Lisboa, Gradiva, 2011.
- FRANCO, José Eduardo e ABREU, Luís Machado de (coords.), *Para a História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo*, 2 vols., Prior Velho, Paulinas, 2014.
- FRANCO, José Eduardo e VOGEL, Christine, *Monita Secreta – Instruções Secretas dos Jesuítas* (História de uma Manual Conspiracionista), edição bilingue (fac-simile), Lisboa, Roma Editora e Autores, 2002.
- GOMES, Pinharanda, «D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda (1903-1914)», in *Theologica*, 2.^a Série, 43, 2 (2008), pp. 451-468.
- _____, *Os Congressos católicos em Portugal (subsídios para a história da cultura católica portuguesa contemporânea 1870-1980)*, Lisboa, Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos, 1984.

- GOUVEIA, Jorge Bacelar, «Religião e Estado de Direito – uma visão panorâmica». Comunicação no I Colóquio Internacional sobre a Religião no Estado Democrático, realizado no Centro Ismaíli, em Lisboa, promovido da Comissão da Liberdade Religiosa, dias 25-26 de Novembro de 2005.
- GRAINHA, M. Borges, *História da Franco-Maçonaria em Portugal (1733-1912)*, 4.^a ed., Lisboa, Vega, s/d.
- JEDÍN, Hubert (coord.), *Manual de Historia de la Iglesia*, 10 tomos / 20 vols., Barcelona, Ed. Herder, 1966-1987.
- KANTOROWICZ, Ernst H., *Os Dois Corpos do Rei – Um estudo sobre teologia política medieval*, São Paulo, Campo das Letras, Editora Schwarcz, Ltda., 1998.
- LEITÃO, Henrique e FRANCO, José Eduardo (orgs.), *Jesuitas, Ciência & Cultura no Portugal Moderno* (obra selecta de Pe. João Pereira Gomes, sj), Lisboa, Esfera do Caos, 2012.
- LILLA, Mark, *A Grande Separação – Religião, Política e o Ocidente Moderno*, Lisboa, Gradiva, 2010.
- LUCAS, Maria Clara de Almeida, *Hagiografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, Ministério da Educação, 1984.
- MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes, *O regime concordatário entre a Libertas Ecclesiae e a liberdade religiosa. Liberdade de Religião ou Liberdade da Igreja?*, Coimbra, Coimbra Editora, 1993.
- MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na Origem do Estado Novo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- _____, *Salazar e a Igreja (1928-1932)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
- MARQUES, João Francisco, «A pregação medieval portuguesa», in *Livro de homenagem – Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Porto.
- _____, «Oratória sacra ou parenética», in *História Religiosa de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, 2000.
- MARQUES, José, «As doações dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques à Igreja», in *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, II Congresso histórico de Guimarães, Atas do Congresso, vol. 5, 1996.
- MARTINS, António Manuel, «Recepção em Portugal das Encíclicas sobre o Liberalismo: *Mirari vos, Quanta cura e Immortale Dei*», Separata de *Lusitania Sacra*, 2.^a série, 1, 1989.
- MATOS, Luís Salgado de, *O Estado de Ordens*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- _____, «Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril – alguns aspetos», in *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), 1994 (1.^o-2.^o), pp. 319-383.
- MATTOSO, José, *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, IN-CM, 1997.
- MCCONNEL, Michael, «Laïcité e Neutralidade Benevolente: Reflexões sobre a Desinstitucionalização da Religião» (pp. 125-146), in ESPADA, João Carlos (coord.), *Democracia Liberal e Religião*, Lisboa, Univ. Católica Portuguesa, 2007.
- MITCHELL, Joshua, «Religião e Democracia» (pp. 73-83), in ESPADA, João Carlos (coord.), *Democracia Liberal e Religião*, Lisboa, Univ. Católica Portuguesa, 2007.
- MOURÃO, Paulo Reis, *A Liberdade Religiosa como Estímulo à Migração*, Caderno OI, Nov. 2008, n. 2, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros / ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- NASCIMENTO, Aires A. (ed. crítica), *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure* (Obras clássicas da literatura portuguesa, 8), Lisboa, Colibri, 1998.

- NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- O'DONOVAN, Olivier, «Democracia e Representação: Uma Perspectiva Teológica» (pp. 49-71), in ESPADA, João Carlos (coord.), *Democracia Liberal e Religião*, Lisboa, Univ. Católica Portuguesa, 2007.
- OLIVEIRA, Pe. Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, União Gráfica, 1948.
- OLIVEIRA, Rui A. Costa, «Dr. Robert Reid Kalley e o Estabelecimento do Presbiterianismo em Portugal e no Brasil» [103-129], in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, n. 9/10, Lisboa, Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2006.
- _____, «Resquícios Históricos da Presença da Reforma no Espaço Lusófono, no Século XVI» [75-102], in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, n. 9/10, Lisboa, Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2006.
- PAIVA, José Pedro, *Bruxaria e superstição. Num país – 1600-1774 – sem “caça às bruxas”*, 2.^a ed., Lisboa, Ed. Notícias, 2002.
- _____, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- PIMENTEL, Irene Flunser, «Cerejeira e Salazar: O Trono e o Altar» [82-96], in *1926-1932 – A Ascensão de Salazar*, s/l, Planeta DeAgostini, 2008.
- PINTO, Paulo Mendes, «José de Sousa Amado e as lutas contra a heterodoxia social e religiosa: um percurso bibliográfico», Separata de *Lusitania Sacra*, 2.^a série, 16, 2004.
- _____, «“Estudos Teológicos” contornos de uma nova edição», in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, n. 9/10 [pp. 273-284], Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2006 (com CD, relativo aos anos 1962-1965 e 1967).
- PINTONELLO, Aquiles, *Os Papas – síntese histórica, curiosidades e pequenos fatos*, São Paulo, Edições Paulinas, 1986.
- Poder Espiritual / Poder Temporal – As relações Igreja-Estado no tempo da monarquia (1179-1909)*, Actas do Colóquio: 26 a 28 de maio 2009, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2009.
- POLICARPO, João Francisco de Almeida, *O Pensamento Social do Grupo Católico de «A Palavra» (1872-1913)*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1977.
- POLICARPO, † José (Cardeal-Patriarca de Lisboa), Carta Pastoral do Cardeal-Patriarca à Igreja de Lisboa, 18 Maio 2008.
- RAMOS, A. Jesus, «A Igreja e I República – A reacção católica em Portugal às leis persecutórias de 1910-1911», in *Didaskalia*, XIII [pp. 251-302], 1983.
- REIS, Bruno Cardoso, «Portugal e a Santa Sé no sistema internacional (1910-1970)», in *Análise Social*, vol. XXXVI (161) [pp. 1019-1059], 2001.
- _____, *Salazar e o Vaticano*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2006.
- ROSAS, Fernando, *A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Lisboa, Nelson de Matos, 2008.
- ROSAS, João, «A Separação entre o Estado e as Igrejas» (pp. 157-161), in ESPADA, João Carlos (coord.), *Democracia Liberal e Religião*, Lisboa, Univ. Católica Portuguesa, 2007.
- SANTOS, Cândido dos, *Jansenismo e Antijansenismo nos Finais do Antigo Regime*, Lisboa, Ad. Afrontamento e CITCEM, 2011.
- SANTOS, Paula Alexandra Fernandes Borges dos, *A política religiosa do Estado Novo (1933-1974)*, Lisboa, s/ed., 2012.

- SANTOS, Paula Borges, *Igreja Católica, Estado e Sociedade 1968-1975*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- SEABRA, João, *O Estado e a Igreja em Portugal no início do Século XX – A Lei da Separação de 1911*, Cascais, Principia, 2009.
- SILVA, Saulo Henrique Souza, «Religião e Estado em Locke e Rousseau: aproximações e divergências», correspondente a uma comunicação apresentada no III Colóquio Nacional Jean-Jacques Rousseau, em agosto de 2007, em S. Salvador da Baía (Brasil), pp. 85-93.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro, «O Arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa “Príncipe Umanizzato” do Renascimento e o seu Projecto Educativo Moderno» (pp. 527-561), in *Humanitas*, 63, Faculdade de Letras da Univ. Coimbra (Instituto de Estudos Clássicos), Coimbra, 2011.
- SOUSA E BRITO, José Inácio Clímaco de, «A Lei da Liberdade Religiosa: necessidade, características e consequências». Comunicação no I Colóquio Internacional sobre a Religião no Estado Democrático, realizado no Centro Ismaili, em Lisboa, promovido da Comissão da Liberdade Religiosa, dias 25-26 de Novembro de 2005.
- VANEIGEN, Raoul, *As heresias*, Lisboa, Antígona, 1995.
- VIEIRA, Padre António, *Obra Completa*, FRANCO, José Eduardo e CALAFATE, Pedro (direção), vários tomos em 30 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2013-2014.
- VOEGELIN, Eric, *As religiões políticas*, Lisboa, Vega, 2002.

3. Outra

- AA.VV., *Percursos de Interculturalidade*, 4 vols. (I vol. – Raízes e Estruturas; II vol. – Contextos e Dinâmicas; III vol. – Matrizes e Configurações; IV vol. – Desafios à Interculturalidade), Lisboa, ACIDI, 2009.
- AMARANTE, Eduardo & DAEHNHARDT, Rainer, *Portugal – a missão que falta cumprir*, Sintra, Zéfiro, 2009.
- ANES, José Manuel, *Um outro olhar – A face esotérica da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Ésquilo, 2008.
- CARNEIRO, Roberto, «A educação intercultural» (pp. 49-120), in *Percursos de Interculturalidade*, Vol. IV – Desafios à Identidade, Lisboa, ACIDI, 2008.
- CASTRO, Armando, *A estrutura dominial portuguesa dos séculos XVI a XIX (1834)*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992.
- _____, *Portugal na Europa do seu tempo – História sócio-económica medieval comparada*, Lisboa, Seara Nova, 1977.
- ELIAS, Norbert, *Processo civilizacional*, 2.^a ed., Lisboa, Pub. Dom Quixote, 2006.
- ESTEFÂNIO, Abel, «O “pacto sucessório” revisitado: o texto e o contexto», *Medievalista* [em linha], n.º 10, (julho de 2011) [visitado em janeiro 2017]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA10\estefanio1002.html>. (ISSN 1646-740X.)
- FERNANDES, Joaquim, *História prodigiosa de Portugal – Mitos e maravilhas, onde se relatam feitos excepcionais da lusitana gesta*, Vila do Conde, QuidNovi, 2012.
- FURTADO, Rodrigo, «Existiram Suevos entre os reis Remismundo e Teodomiro?» (pp. 491-506), in AA.VV., *Vir bonus peritissimus aequae*, Lisboa, Centro Estudos Clássicos (FLUL), 2013.
- HALÍK, Tomáš, *Quero que sejas: Amor de onde, para onde?*, Prior Velho, Paulinas Editora, 2016.

- HATTON, Barry, *Os Portugueses – história moderna de Portugal. O verdadeiro retrato de um povo único, fascinante e contraditório*, 2.^a ed., Lisboa, Clube do Autor, 2011.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, «Linhas de Clivagem do Ultimato Inglês» (pp. 11-18), in RITA, Annabela e VILA MAIOR, Dionísio (coords.), *Do ultimato à(s) República(s) – Variações Literárias e Culturais*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011.
- LEONE, Carlos, «A República: deslocação criativa em curso» (pp. 103-111), in RITA, Annabela e VILA MAIOR, Dionísio (coords.), *Do ultimato à(s) República(s) – Variações Literárias e Culturais*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011.
- MARQUES, José, «Dois humanistas italianos no Alto Minho, no século XV», in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, vol. I, 2005, pp. 419-438 (http://aleph.letras.up.pt/F?func=find-b&find_code=SYS&request=000188735).
- MARTINS, Mário (s.j.), *Estudos de Cultura Medieval*, vol. III, Lisboa, Ed. Brotéria, 1983.
- MONIZ, António, «A República Portuguesa: os sonhos e as lutas, as propostas e as desilusões» (pp. 79-89), in RITA, Annabela e VILA MAIOR, Dionísio (coords.), *Do ultimato à(s) República(s) – Variações Literárias e Culturais*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011.
- NUNES, Teresa, «Do *Ultimatum* à República: Tendências políticas e económicas dominantes entre 1890 a 1910» (pp. 415-430), in RITA, Annabela e VILA MAIOR, Dionísio (coords.), *Do ultimato à(s) República(s) – Variações Literárias e Culturais*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011.
- PATRÍCIO, Joaquim Miguel, «Portugal: entre a Europa e o Atlântico e num mundo global» (pp. 241-255), in RITA, Annabela e VILA MAIOR, Dionísio (coords.), *Do ultimato à(s) República(s) – Variações Literárias e Culturais*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011.
- PAULO, Heloísa de Jesus, «Salazar: a elaboração de uma imagem» [245-275], in *Revista de História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.
- PIMENTEL, Manuel Cândido, «O Mito de Portugal nas suas raízes culturais» (pp. 7-52), in *Percursos de Interculturalidade*, Vol. IV – Desafios à Identidade, Lisboa, ACIDI, 2008.
- PINTO, António Costa, «O Fascismo e a Crise da Primeira República: Os Nacionalistas Lusitanos (1923-33)», (Estudos), in *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n. 3, Jun. 1989.
- _____, *O Fascismo em Portugal* (Atas do Colóquio realizado na FLUL, org. pelo autor et al.), Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.
- PULQUÉRIO, Manuel de Oliveira, in «A Expressão do Amor nas *Bucólicas* de Virgílio» (comunicação na Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, em 27-1-1958).
- REAL, Miguel, *A Vocação Histórica de Portugal*, Lisboa, Esfera do Caos, 2012.
- RITA, Annabela, «Retrato nacional da Monarquia à República» (pp. 57-68), in RITA, Annabela e VILA MAIOR, Dionísio (coords.), *Do ultimato à(s) República(s) – Variações Literárias e Culturais*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.), *História da População Portuguesa*, Porto, Afrontamento, 2009.
- TELMO, António, *História Secreta de Portugal*, Lisboa, Vega Limitada, s/d.
- TENGARRINHA, José, «Política popular e notáveis locais em Portugal (fim do Antigo Regime e meados do século XIX» [pp. 75-98], in *Análise Social*, vol. XLI, Lisboa, U.L., 2006.

- TORGAL, Luís Reis, «Cinema e Propaganda no Estado Novo – A “conversão dos descrentes”» [277-237], in *Revista de História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.
- VENTURA, António, *Estudos sobre história e cultura contemporâneas de Portugal*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2004.
- VILA MAIOR, Alexina, «História e o seu ensino nos liceus, desde 1868 aos primeiros anos da República» (pp. 19-45), in RITA, Annabela e VILA MAIOR, Dionísio (coords.), *Do ultimato à(s) República(s) – Variações Literárias e Culturais*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011.
- VILA MAIOR, Dionísio, «Do Ultimato ao *Ultimatum*: a vitalidade nacional» (pp. 113-135), in RITA, Annabela e VILA MAIOR, Dionísio (coords.), *Do ultimato à(s) República(s) – Variações Literárias e Culturais*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011.

a) *Revistas*

- Alma Nacional* – Revista Republicana publicada entre 10 de Fevereiro e 29 de Setembro de 1910 (Director: António José d’Almeida), I Série, nn. 1-34. Edição fac-similada. Lisboa, Paradela de Abreu Editores, Setembro 2010.
- Análise Social* – Revista do Instituto de Ciências Sociais – A formação de Portugal contemporâneo – 1900-1980 (Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais, em Dezembro de 1981 – vol. I: n. 72-73-74; vol. II: n. 77-78-79), terceira série, vol. XVIII (1982) e vol. XIX (1983), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Colóquio* – Letras, Imagens da Poesia Europeia – I, nn. 166/167 (Janeiro-Junho 2004), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Colóquio* – Letras, Imagens da Poesia Europeia – II, nn. 168/169 (Julho-Dezembro 2004), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Consciência e Liberdade*, A difamação das religiões e a liberdade religiosa, n. 23, 2011, Lisboa, Associação Internacional para a Defesa da Liberdade Religiosa.
- Communio* – Revista Internacional Católica, Ano XVII (2003), Set-Out, Universidade Católica Portuguesa, n. 5.
- Communio* – Revista Internacional Católica, Ano XVII (2000), Nov-Dez, Universidade Católica Portuguesa, n. 6.
- Gepolis* – Revista do Gabinete de Estudos em Filosofia Ética, Política e Religiosa, Semestre de Verão 1997, Universidade Católica Portuguesa, n. 4.
- Imigração em Portugal* – Informação Útil 2009 – Lisboa, ACIDI – Presidência da Conselho de Ministros.
- Revista de História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.
- ROMERO, Carlos Giménez, *Interculturalidade e Mediação*, Cadernos de Apoio à Formação, Maio 2010, n. 4, Lisboa, ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Seara Nova*, Edições 1014-1067.

b) Digital

http://aleph.letras.up.pt/F?func=find-b&find_code=SYS&request=000188735
<http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/embaixada-de-d-manuel-i-ao-papa-leao-x/>
http://arepublicano.blogspot.com/2009/04/joao-pais-pinto-conhecido-abade-de-s_08.html
<http://ascendensblog.blogspot.pt/2015/08/o-cardeal-alpedrinha-d-jorge-da-costa.html>
<http://cantigas.fcsh.unl.pt/listaautores.asp>
<http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ilu11.html>
<http://docplayer.com.br/14951247-O-que-e-a-maconaria-principios-e-valores-fundamentais.html>
http://farol.dasletras.no.sapo.pt/conferencias_do_casinno.htm
<http://hdl.handle.net/1822/18093>
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4177.pdf>
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2856.pdf>
<http://maisencanto.blogspot.pt/2008/07/d-afonso-henriques-membro-da-ordem-do.html>
http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_da_Suplicação
http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%A2ncias_do_Casino
http://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia_crist%C3%A3
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Civil_\(Portugal\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Civil_(Portugal))
<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/41439>
<http://teoriadojornalismo.ufp.pt/livros/basto1940>
<http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=78452>
http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1152_juramento.html
<http://www.apostoladodaoracao.pt/>
http://www.arqnet.pt/portal/artigos/jss_peculiar.html
<http://www.arqnet.pt/portal/portugal/barroco/bar1736.html>
http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/manifestis_probatum.html
<http://www.cadc.pt/padroeira.html>
<http://www.cristorei.pt/aboutus.aspx>
<http://www.diocesedecoimbra.pt/diocese/historia/bispos/1109-1125-d-goncalo:1092>
<http://www.iscsp.utl.pt/>
<http://www.letras.com.br/#!/carmina-burana/in-taberna-quando-sumus/traducao-portugues>
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200010
http://www.triplov.com/letras/eduardo_franco/jesuitas_02.html
http://www.ucm.es/info/especulo/numero17/r_llul.html
<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA10/estefanio1002.html>
http://books.google.pt/books?id=02dO_AQAAMAAJ&pg=PA146&dq=1767,+dezembro,+resposta+ao+Breve&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwinsKy_3YnWAhUGaxQKHRbDBz8Q6AEIKzAB#v=onepage&q=1767%2C%20Dezembro%2C%20resposta%20ao%20Breve&f=false
[https://es.wikipedia.org/wiki/Maximiano_\(poeta\)](https://es.wikipedia.org/wiki/Maximiano_(poeta))
<https://idi.mne.pt/pt/titulares/643-representacao-junto-da-santa-se-titulares.html>
<https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=wm#inbox/15495eeeb0bf8508?projector=1>
<https://padrepauloricardo.org/blog/sao-jeronimo-e-a-coroa-triunfal-da-castidade>
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate>. *Remate de Males* é uma publicação semestral do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

https://play.google.com/store/books/details/Lucas_Beckmann...
https://pt.wikipedia.org/wiki/Cortes_Gerais_e_Extraordinárias_da_Nação_Portuguesa
https://pt.wikipedia.org/wiki/António_de_São_José_de_Castro
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Agatão>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Juan_de_Borja
https://pt.wikipedia.org/wiki/Renascimento_em_Portugal
<https://www.antonio-telmo-vida-e-obra.pt/news/universo-telmico-44/>
<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>
www.deficienciavisual.pt/r-Baltasar_Dias_poeta_cego.htm#1
www.eBooksBrasil.org
www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista
www.sitesclunisiens.org

ÍNDICE

Resumo / <i>Abstract</i> / <i>Résumé</i> / <i>Resumen</i>	3/6
Agradecimentos	7
I – INTRODUÇÃO	9
1. OBJETO E ABRANGÊNCIA	10
1.1 <i>TÍTULO</i>	12
2. METODOLOGIA	14
2.1 <i>FASES DO CICLO DE INVESTIGAÇÃO</i>	15
3. DEFINIÇÕES, TEXTOS NORMATIVOS E ORDENAMENTO JURÍDICO.....	18
3.1 <i>DEFINIÇÕES</i>	18
3.2 <i>TEXTOS NORMATIVOS</i>	20
3.2.1 <i>Direito Romano</i>	22
3.2.2 <i>Direito Canónico</i>	22
3.2.3 <i>Direito Visigótico</i>	24
3.2.4 <i>Direito subsidiário</i>	24
3.3 <i>ORDENAMENTO JURÍDICO DO REINO DE PORTUGAL</i>	25
II – ESPAÇO INSTITUCIONAL	28
1. CASAMENTO / CONTRATO NUPCIAL vs AMOR	32
1.1 <i>CASAMENTO CIVIL vs MATRIMÓNIO RELIGIOSO</i>	33
1.1.1 <i>A compaginação do Contrato e do Amor</i>	39
1.1.2 <i>Instituição, definição e fins do Matrimónio</i>	40
1.1.3 <i>Impedimentos, dirimições e motivos de nulidade</i>	42
1.1.4 <i>Síntese reflexiva das amostras estudadas</i>	44
1.2 <i>QUANDO A LUTA PELA LIBERDADE E PELA IGUALDADE LEVA AO AMOR</i>	47
1.2.1 <i>Liberdade</i>	48
1.2.2 <i>Igualdade</i>	51
1.2.3 <i>Amor</i>	52
1.3 <i>LITERATURA</i>	59
1.3.1 <i>Cântico dos Cânticos</i>	61
1.3.2 <i>Os Carmina (da Antiguidade a finais da Idade Média)</i>	64
1.3.3 <i>Os ecos da Grécia e de Roma</i>	67
(Empédocles de Agrigento, Platão, Aristóteles, Teócrito, Terêncio, Cícero, Lucrécio, Catulo, Virgílio, Horácio, Ovídio, Séneca, Marco Aurélio)	
1.3.4 <i>Os primeiros escritores cristãos</i>	86
(Paulo de Tarso, Dâmaso, Ambrósio de Milão, Marco Minúcio Félix, Paciano, Jerónimo, João Cassiano, Paulo Orósio, Agostinho de Hipona)	
1.3.5 <i>Do colapso do Império Romano à Modernidade</i>	91
(Maximiano, Bento de Núrsia, Venâncio Fortunato, Gregório Magno, Sedúlio Escoto, Abelardo e Heloísa, Marguerite Porete, Dante Alighieri, Francesco Petrarca)	

1.3.6 <i>Os Trovadores e o Amor Cortês</i>	100
(Guilherme IX da Aquitânia, Leonor da Aquitânia, Maria Capeto de Champagne, Maria de França, Chrétien de Troyes, André Capelão, Almutâmide, Gil Sanches, D. Dinis, Gil Vicente)	
1.3.7 <i>Dom Duarte, o impacte do Leal Conselheiro e a influência dos humanistas na sociedade portuguesa até à contemporaneidade</i> .	112
(Leão Hebreu, Erasmo de Roterdão, Juan Luis Vives, João de Barros, Frei Luis de León, Frei Hilarão Brandão, Ignacio de Andueza, Martim Afonso de Miranda, Baltasar Dias, Ruy Gonçalves, Diogo Paiva de Andrada, D. Francisco Manuel de Melo)	
2. PODER RÉGIO / PODER ESTATAL.....	148
2.1 <i>PODER RÉGIO EM PORTUGAL</i>	153
2.1.1 <i>Chancelaria</i>	154
2.1.2 <i>Justiça</i>	154
2.1.3 <i>Cortes</i>	155
2.1.3.1 Natureza e designações	155
2.1.3.2 Autos de Cortes – mecanismos, formalidades, ambientes	158
2.1.3.3 Participantes e procuradores.....	159
2.1.3.4 Funções das Cortes medievais.....	160
3. PODER ECLESIAÍSTICO / PODER CLERICAL	162
3.1 <i>PODER ECLESIAÍSTICO NA PENÍNSULA IBÉRICA E SEUS AJUSTAMENTOS EM PORTUGAL</i>	167
3.2 <i>ORGANIZAÇÃO ECLESIAÍSTICA DIOCESANA</i>	172
3.3 <i>O CLERO SECULAR, O REGULAR E O DE INSCRIÇÃO MILITAR</i>	173
3.3.1 <i>Clero secular</i>	174
3.3.2 <i>Clero regular</i>	177
3.3.3 <i>Ordens militares (de origem estrangeira, hispânicas e nacionais)</i>	182
3.3.3.1 Ordem do Hospital / Ordem de Malta	186
3.3.3.2 Ordem do Templo / Ordem de Cristo	188
3.3.3.3 Ordem de Calatrava	192
3.3.3.4 Ordem de Avis e Freires de Évora	192
3.3.3.5 Ordem de Santiago da Espada ou Espatários	194
III – OS DOMÍNIOS DA METÁFORA	197
<i>PREÂMBULO</i>	198
<i>CHAVES AUXILIARES DE LEITURA PARA UMA HERMENÊUTICA DA CONDIÇÃO E DOS COMPORTAMENTOS INSTITUCIONAIS</i>	200
1. PROJETO CONVERGENTE E COMUNHÃO DE BENS MONOGÂMICA (1128-1759) ..	201
1.1 <i>O CONDADO PORTUGALENSE</i>	204
(D. Henrique e D. Teresa)	
1.2 <i>O REINO DE PORTUGAL</i>	214
<i>Dinastia Borgonhesa ou Afonsina</i>	215
(D. Afonso Henriques, D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I, D. Fernando I)	

<i>Dinastia de Avis ou Joanina</i>	241
(D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I, D. João III, D. Catarina de Áustria, Cardeal-infante D. Henrique, D. Sebastião, Cardeal-rei D. Henrique I)	
<i>Dinastia Filipina</i>	299
(D. Filipe I [II de Espanha], D. Filipe II [III de Espanha], D. Filipe III [IV de Espanha])	
<i>Dinastia Bragantina</i>	301
(D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II, D. João V)	
2. CONFLITOS, RUTURA, SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO (1759/1834 a 1910/1918)	313
<i>Dinastia Bragantina</i> (continuação)	
(D. José I, D. Maria I, D. João VI, D. Pedro IV [I do Brasil], D. Miguel, D. Maria II, D. Fernando II, D. Pedro V, D. Luís I, D. Carlos I, D. Manuel II)	
3. UNIÃO DE FACTO E PROJETOS AUTÓNOMOS (1910-1940)	355
3.1 REGIME REPUBLICANO	357
<i>I República (1910-1926)</i>	357
(Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Bernardino Machado, Sidónio Pais, Canto e Castro, António José de Almeida, Teixeira Gomes, Mendes Cabeçadas)	
<i>II República (1926-1974)</i>	367
(Gomes da Costa, Óscar Carmona, Craveiro Lopes, Américo Tomás)	
<i>[III República (1974 à atualidade)]</i>	
(António de Spínola, Costa Gomes, Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio, Cavaco Silva, Marcelo de Sousa)]	
IV – CONCLUSÃO	378
BIBLIOGRAFIA	386
ANEXOS	[415]
<i>Anexo I</i> – Pacto sucessório entre D. Raimundo da Galiza e D. Henrique de Portucale	II
<i>Anexo II</i> – Ata das Cortes de Lamego de 1139	III
<i>Anexo III</i> – Breves e Bulário papal, e correspondência diplomática vária entre a Santa Sé, Cúria, Episcopado, Diplomatas, Monarcas e República, recolhidos das seguintes fontes: <i>Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo...</i> , do Visconde de Santarém; <i>Dicionário de História de Por- tugal</i> , dir. por Joel Serrão; <i>Dicionário de História Reli- giosa de Portugal</i> , coord. por Carlos Azevedo; <i>História Diplomática de Portugal – uma cronologia</i> , de Fernando de Castro Brandão	VI
<i>Anexo IV</i> – Sumário das Concórdias, Concordatas, Acordos e Trata- dos celebrados entre Portugal (Monarquia/República) e Santa Sé/Episcopado Português	LXXI
<i>Anexo V</i> – Nótulas biográficas dos Arcebispos de Braga, desde o iní- cio da Monarquia Portuguesa, colhidas da <i>Serie Chrono- logica dos Prelados conhecidos da Igreja de Braga, des- de a fundação da mesma Igreja até o presente tempo</i> , acrescentada das correspondentes atualizações	LXXVI
<i>Anexo VI</i> – Carta <i>Claves Regni</i> de D. Afonso Henriques dirigida ao papa Inocêncio II (1143) (Ato de vassalagem)	CII
<i>Anexo VII</i> – Bula <i>Devotionem tuam</i> do papa Lúcio II (1144)	CIII

<i>Anexo VIII</i>	– D. João Peculiar (nótula biográfica sobre seus feitos).....	CIV
<i>Anexo IX</i>	– Milagre de Ourique e Texto do Juramento de D. Afonso Henriques (1152).....	CV
<i>Anexo X</i>	– Bula <i>Manifestis Probatum</i> do papa Alexandre III (1179)...	CVIII
<i>Anexo XI</i>	– D. Afonso Henriques e suas virtudes heroicas e santidade.	CX
<i>Anexo XII</i>	– Reflexão sobre o regimento quatrocentista da Casa da Suplicação	CXI
<i>Anexo XIII</i>	– Cronologia das Constituições (Sinodais) Diocesanas Portuguesas (por séculos e dioceses).....	CXXII
<i>Anexo XIV</i>	– Extrato das <i>Constituições Synodales do Bispado de Coimbra</i> de 1591	CXXVI
<i>Anexo XV</i>	– Extrato das <i>Constituições Synodales do Bispado do Algarve</i> de 1674.....	CXXVIII
<i>Anexo XVI</i>	– Oração de Obediência proferida por Aquiles Estaço em nome de el-rei D. Sebastião a Pio IV (1560). Resposta do Pontífice em Consistório Público de 1560. Oração Obediencial proferida por Aquiles Estaço em nome de el-rei D. Sebastião a Gregório XIII. Oração proferida por Aquiles Estaço no Consistório Público de 1581	CXXXI
<i>Anexo XVII</i>	– Juramento de D. João IV (1646).....	CXLIII

ANEXOS

ANEXO I

Pacto sucessório entre D. Raimundo da Galiza e D. Henrique de Portucale

celebrado perante o representante de D. Hugo, Abade de Cluny

Os investigadores divergem quanto à data desta celebração.

As várias datas indicadas vão desde 1085 (Georgius Fejér) até 1107 (Pierre David e Rui Azevedo)

CARTA DOS CONDES RAIMUNDO DA GALIZA E HENRIQUE DE PORTUGAL, A HUGO ABADE DE CLUNY

«Ao senhor e reverendíssimo abade de Cluny, Hugo, e a toda a congregação de S. Pedro, o conde Raimundo, o seu filho e o conde Henrique, seu vassalo, desejam saúde e amor em Cristo. Ficaí a saber, caríssimo Padre, que, depois de vermos o vosso legado, pelo temor de Deus omnipotente e do bem-aventurado apóstolo Pedro e pela reverência da vossa dignidade, o que nos mandastes fazer nós o fizemos na mão do senhor Dalmácio Geret.

Em Nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. É este o juramento de amizade, garantia de inteira confiança, que foi celebrado entre o conde Raimundo e o conde Henrique.

Eu, Henrique, longe de qualquer falsa pretensão de ruptura, a ti, conde Raimundo, juro pela saúde dos membros do teu corpo, pela elevada estima da tua vida e juro que a ocorrência da tua prisão será contra a minha vontade. Juro também que, após o falecimento do rei Afonso, estarei preparado para, de todo o modo e com fidelidade, como único senhor, a ti defender toda esta terra do rei Afonso contra qualquer homem e mulher e a aumentá-la. Juro também que, se vier a possuir o tesouro de Toledo antes de ti, dar-te-ei duas partes e conservarei para mim a terceira. Amen.

E eu, conde Raimundo, a ti, conde Henrique, juro pela saúde dos membros do teu corpo, pela elevada estima da tua vida e juro que a ocorrência da tua prisão será contra a minha vontade. Juro também que, após a morte do rei Afonso, te hei-de dar Toledo e toda a terra que lhe subjaz; e toda a terra que agora possuis, por mim concedida, tê-la-ás com a condição de seres a partir de agora meu homem e tê-la-ás de mim, o teu senhor; e depois de a ti as ter dado, tu deixar-me-ás todas as terras de Leão e de Castela. E se alguém a mim ou a ti quiser resistir e nos provocar injúria, nós empreenderemos guerra contra ele em conjunto ou individualmente, até que ele pacificamente devolva aquela terra a mim ou a ti e depois eu oferecer-ta-ei. Juro também que, se eu tiver o tesouro de Toledo antes de ti, dar-te-ei a terça parte e guardarei para mim as duas partes remanescentes.

Garantia que o conde Raimundo fez na mão do senhor Dalmácio Geret.

Se eu, conde Raimundo, não puder dar Toledo a ti, conde Henrique, tal como prometi, dar-te-ei a Galiza com a condição de que tu me ajudes a conquistar toda a terra de Leão e de Castela; e só depois de eu aí governar em paz, te darei a Galiza, com a condição de que, depois de ta ter dado, tu me deixares as terras de Leão e de Castela. Com a ordem de Deus e também com a intercessão das pias orações da Santa Igreja de Deus. Amen.»

Fonte: Abel ESTEFÂNIO, «O “pacto sucessório” revisitado: o texto e o contexto», *Medievalista* [em linha], n.º 10 (julho de 2011). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA10/estefanio1002.html>. ISSN 1646-740X (visitado em 7 de janeiro 2017).

ANEXO II

Acta das Cortes de Lamego

**supostamente reunidas na Igreja de Santa Maria de Almacave,
em 1139, onde D. Afonso Henriques foi aclamado Rei dos Portugueses**

«Em nome da sancta, e individua Trindade Padre, Filho, e Spirito santo, que hé indivisa, e inseparavel. Eu Dom Afonso filho do Conde D. Henrique, e da Rainha Dona Tareja neto do grande D. Afonso Emperador das Espanhas, que pouco há que pella divina piedade fui sublimado à di-nidade Rey.

Ia q Deos nos concedeo algũa quietação, e com seu favor alcançamos vitoria dos Mouros nossos inimigos, e por esta causa estamos mais desalivados, porque não soceda despois faltarnos o tempo còvocamos a cortes todos os que se seguem.

O Arcebispo de Braga, o Bispo de Viseu, o Bispo do Porto, o Bispo de Coimbra, o Bispo de Lamego, e as pessoas de nossa Corte que se nomearaô abaxo, e os procuradores de boa gente cada hum por suas Cidades, convem a saber por Coimbra, Guimarães, Lamego, Viseu, Barcellos, Porto, Trancoso, Chaves, Castello Real, Bouzalla, Paredes velhas, Cea, Covilham, Monte maior, Esgueira, Villa de Rey, e por parte do Senhor Rey Lourenço Viegas avendo tambem grande multidão de Môges, e de clerigos.

Ajûtamonos em Lamego na Igreja de Santa Maria de Almacave.

E assentouse el Rey no trono Real sem as insignias Reaes, e levantandose Lourenço Viegas pro-curador del Rey disse.

Fez vos ajuntar aqui el Rey D. Afonso, o qual levantastes no Câpo de Ourique, para que vejais as letras do santo Padre, e digais se quereis que seja elle Rey.
disserão todos.

Nos queremos que seja elle Rey.

E disse o procurador:

Se assi hé vossa vontade, dailhe a insignia Real.

E disserão todos:

Demos em nome de Deos.

E levantou se o Arcebispo de Braga, e tomou das mãos do Abbade de Lorvão hũa grande coroa de ouro chea de pedras preciosas que fora dos Reys Godos, e a tinhão dada ao Mosteiro, e esta puserão na cabeça del Rey, e o senhor Rey com a espada nua em sua mão, com a qual entrou na batalha disse.

Bendito seja Deos que me ajudou, com esta espada vos livre, e venci nossos inimigos, e vos me fizestes Rey, e companheiro vosso,

E pois me fizestes, façamos leys pellas quais se governe em paz nossa terra. Disserão todos: queremos senhor Rey, e somos contentes de fazer leis, quais vos mais quiserdes, porque nos todos com nossos filhos e filhas, netos e netas estamos a vosso mandado.

Chamou logo o senhor Rey os Bispos, os nobres, e os procuradores, e disserão entre si,

Façamos primeiramente LEIS DA HERANÇA E SUCCESSÃO DO REYNO, e fizerão estas que se seguem. Viva o senhor Rey Dô Afonso, e possua o Reyno

Se tiver filhos varões vivão e tenham o Reino, de modo que não seja necessario torna los a fazer Reys de novo.

Deste modo socederão. Por morte do pay herdarâ o filho, despois o neto, então o filho do neto, e finalmente os filhos dos filhos, em todos os seculos para sempre. Se o primeiro filho del Rey morrer em vida de seu pay, o segundo será Rey, e este se falecer o terceiro, e se o terceiro o quarto, e os mais que se seguirem por este modo.

Se el Rey falecer sem filhos, em caso que tenha irmão, possuirá o Reyno em sua vida, mas quando morrer não será Rey seu filho, sê primeiro o fazerem os Bispos, os procuradores, e os nobres da Corte del Rey,

Se o fizerem Rey sera Rey, e se o não elegerem não reinará.

Disse depois Lourenço Viegas Procurador del rey aos outros procuradores.

Diz el rey, se quereis que entrem as filhas na herança do reyno, e se quereis fazer leis no que lhes tocar.

E depois que altercarão por muitas horas, vierão a concluir, e disserão.

Tambem as filhas do senhor Rey são de sua descendência, e assi queremos que sucedão no reyno, e que sobre isto se fação leis, e os Bispos e nobres fizerão as leis nesta forma.

Se el Rey de Portugal não tiver filho varão, e tiver filha, ella sera a rainha tanto que el Rey morrer; porem será deste modo, não casará senão com Portugues nobre, e este tal se não chamará Rey, senão depois que tiver da rainha filho varão.

E quando for nas Cortes, ou autos publicos, o marido da Rainha irã da parte esquerda, e não porã em sua cabeça a Coroa do Reyno.

Dure esta ley para sempre, que a primeira filha del Rey nunca case senão com portugues, para que o Reyno não venha a estranhos, e se casar com Principe estrangeiro, não herde pello mesmo caso;

PORQUE NUNCA QUEREMOS QUE NOSSO REYNO SAYA FORA DAS MÃOS DOS PORTUGUESES, que com seu valor nos fizerão Rey sem ajuda alhea, mostrando nisso sua fortaleza, e derramando seu sangue.

Estas são as leis da herança de nosso Reyno, e leo as Alberto Cancellario do senhor Rey a todos, e disserão, boas são, justas são, queremos q valhão por nos, e por nossos decendentes, que depois vierem.

E disse o procurador do senhor Rey.

Diz o senhor Rey,

Quereis fazer LEIS DA NOBREZA, E DA JUSTIÇA?

E responderão todos,

Assi o queremos, fação se em nome de Deos, e fizerão estas.

Todos os decendentes de sangue Real, e de seus filhos e netos sejam nobilissimos.

Os que não são descendentes de Mouros, ou dos infieis Iudeus, sendo Portugueses que livrarem a pessoa del rey, ou seu pendão, ou algũ filho, ou genro na guerra, sejam nobres.

Se acontecer que algum cativo dos que tomarmos dos infieis, morrer por não querer tornar a sua infidelidade, e perseverar na lei de Christo, seus filhos sejam nobres.

O que na guerra matar o Rey contrario, ou seu filho, e ganhar o seu pendão, seja nobre.

Todos aquelles que são de nossa Corte, e tem nobreza antiga, permaneçam sempre nella.

Todos aquelles que se achrão na grande batalha do Campo de Ourique, sejam como nobres, e chamê se meus vassalos assi elles como seus decendemtes.

Os nobres se fugirem da batalha, se ferirem algũa mulher com espada, ou lança, se não libertarê a el Rey. Ou a seu filho, ou a seu pendão com todas suas forças na batalha, se derem testemunho falso, se não falarê verdade aos Rey, se falarem mal da Rainha, ou de suas filhas, se se forê para os Mouros, se furtarem as cousas alheas, se blasfemarem de nosso Senhor Iesu Christo, se quiserem matar el rey,

não sejam nobres, nem elles, nem seus filhos para sempre.

Estas são as leis da nobreza, e leo as o Cancellario del Rey, Alberto a todos.

E respôderão,

Boas são, justas são, queremos que valhão por nos, e por nossos decêdentes que vierem depois de nos.

Todos os do reyno de Portugal obedeçam a el rey, e aos Alcaides dos lugares que ahi estiverem em nome del rey, e estes se regerão por estas **LEIS DE JUSTIÇA**.

O homem se for comprehendido em furto, pella primeira, e segunda vez o porão meio despido em lugar publico, aonde seja visto de todos, se tornar a furtar, ponhão na testa do tal ladrão hum sinal com ferro quente, se nem assi se emendar, e tornar a ser cõprehendido em furto, morra pelo caso, porem não o matarão sem mandado del Rey.

A molher se cometer adulterio a seu marido com outro homem, e seu proprio marido denunciar della à justiça, sendo as testemunhas de credito, seja queimada despois de o fazerê saber a el Rey, e queime se juntamente o varão adultero com ella.

Porem se o marido não quiser que a queimem, não se queime o côplice, mas fique livre; porque não hé justiça que ella viva, e que o matem a elle.

Se alguem matar homem seja quem quer que for, morra pelo caso.

Se alguem forçar virgem nobre, morra, e toda sua fazenda fique à donzela injuriada.

Se ella não for nobre, casem ambos, quer o homem seja nobre, quer não.

Quando alguem por força tomar a fazenda alhea, va dar o dono querella selle à justiça, que fará com que lhe seja restituída sua fazenda.

O homem que tirar sangue a outrem com ferro amolado, ou sem elle, que der com pedra, ou algum pao, o Alcaide lhe fará restituir o dano, e o fará pagar dez maravedis.

O que fizer injuria ao Agoazil, Alcaide, Portador del Rey, ou a Porteiro, se o ferir, ou lhe façã o sinal com ferro quente, quando não pague 50 maravediz, e restitua o damno. Estas são as leis de justiça, e nobreza, e leos o Cancellario del rey, Alberto a todos, e disserão, boas são, justas são, queremos que valhão por nos, e por todos nossos decendentes q despois vierem. E disse o procurador del Rey Lourenço Viegas,

Quereis que el rey nosso senhor va às Cortes del rey de Leão, ou lhe dê tributo, ou a algũa outra pessoa tirando ao senhor Papa que o côfirmou no Reyno?

E todos se levantarão,

E tendo as espadas nuas postas em pé disserão:

Nos somos livres, nosso Rey he livre, nossas mãos nos libertarão, e o senhor que tal consentir, morra, e se for Rey, não reine, mas perca o senhorio

E o senhor Rey se levantou outra vez com a Coroa na cabeça e espada nua na mão falou a todos.

Vos sabeis muito bem quantas batalhas tenho feitas por vossa liberdade, sois disto boas testemunhas, e o hé també meu braço, e espada; se alguem tal cousa consentir, morra pello mesmo caso, e se for filho meu, ou neto, não reine; e disserão todos: boa palavra, morra.

El Rey se for tal que consinta em dominio alheo, não reine; e el rey outra vez: assi se faça.»

(In José MATTOSO, «A Realeza de Afonso Henriques», *História Crítica*, n. 13, 1986, pp. 5-14; reed. in *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, pp. 213-232.)

ANEXO III

**Breves e Bulário papal, e correspondência diplomática vária¹
entre a Santa Sé, Cúria, Episcopado e Diplomatas, Monarcas e República**

NOTA DE ABERTURA

Tomamos para esta Abertura o «extensivo elogio dos investigadores da Academia Real das Ciências de Lisboa ao historiador Alexandre Herculano», como pretexto para incluir neste elogio todos aqueles que, teimando no propósito, marcaram o tempo, com o único objetivo de enaltecer dos feitos dos nossos antepassados, perpetuando-lhes a memória, e de cujo proveito me socorro eu, hoje, como de fonte inesgotável e de cujo caudal volumoso tão oportunamente me foi dado beber e saciar. Apenas me resta o consolo deste reconhecimento que, abusiva e in-

¹ A redação do presente anexo funda-se no *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da Monarquia Portuguesa até aos nossos dias* (cujos tomos e páginas consultadas referimos) e resume quase toda a documentação diplomática disponível em variadíssimos arquivos nacionais e estrangeiros, organizada no decurso do século XIX (com começo de publicação, em Paris, em 1842, e fim, em Lisboa, em 1876). Teve como seu principal obreiro o 2.º Visconde de Santarém (Manuel Francisco de Barros de Sousa de Mesquita e Carvalhosa), e foi continuado pelos sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa, Luiz Augusto Rebello da Silva e José da Silva Mendes Leal. Foram ainda consultadas outras fontes, v.g., *Dicionário da História de Portugal* (dir. Joel SERRÃO), *História do Direito Português* (de Nuno Espinosa Gomes da SILVA), p. 179; e *História Diplomática de Portugal – uma cronologia* (de Fernando de Castro BRANDÃO).

Inserimos também, neste anexo, alguns poucos informes pontuais, colhidos de outras leituras de inúmeras fontes consultadas. Deixamos ainda referência à vária atividade diplomática desenvolvida pelas embaixadas especiais e embaixadores. Desde o início que foram frequentes as embaixadas à Santa Sé, sempre muito meticulosamente preparadas e criteriosamente dirigidas. Delas se esperavam sempre bons resultados e vantagens para o Reino, bastas vezes em concorrência internacional de favores em que se empenhavam bens e recursos patrimoniais para se alcançarem benemerências, concessões, isenções ou apoios. Dentre as embaixadas enviadas a Roma eram consideradas especialmente as «embaixadas de obediência», que pretendiam reiterar junto dos Papas o preito de homenagem e de júbilo pela sua eleição, e de conformidade doutrinal do Reino. Eram embaixadas integradas por um grande número de cortesãos e eclesiásticos, e encabeçadas por figuras de grande prestígio nacional. Chegados a Roma, por onde se demoravam em passeios de ostentação e atividade diplomática junto das personalidades de maior influência na Cúria, a quem cumulavam de obsequiosas atenções, prendas e dinheiro, eram por fim recebidas em audiência papal, cuja solenidade impunha que se proferisse um laudatório discurso de apresentação – «oração de obediência». Ficaram célebres algumas das «orações de obediência», particularmente a de D. Garcia de Meneses, em 1481; a de Vasco Fernandes, em 1485; a de D. Fernando de Almeida, em 1493; as de Diogo Pacheco, em 1505 e 1514 (na embaixada dirigida por Tristão da Cunha, em que foi oferecido ao papa Leão X um elefante e outros animais exóticos, para além de jóias e tecidos. Por seu turno, o Papa fez diversas concessões a Portugal e atribuiu a «Rosa de Ouro» a D. Manuel I, que também já tinha sido distinguido com uma pelo seu antecessor Júlio II, em 1505); as de Aquiles Estaço, em 1560 e 1574; a de António Pinto, em 1566; e a de Velez Caldeira, em 1670 (no reatamento das relações diplomáticas com a Santa Sé, após a Restauração). (Cf. Martim de ALBUQUERQUE [ed.], *Orações de obediência dos reis de Portugal aos Sumos Pontífices*, 10 vols., Lisboa, Inapa, 1988.) Quanto aos embaixadores junto da Santa Sé, eles passaram a ser residentes a partir de 1512, tendo sido João de Faria o seu primeiro titular e que haveria de ser um dos integrantes da grande embaixada de 1514, da qual, aliás, fez um extenso e pormenorizado relato para D. Manuel I, assim como do realce do seu impacto na Cúria e na sociedade romana de então. O primeiro Núncio Apostólico acreditado em Portugal foi D. Antonio Pucci (1513-1515) (cf. Joel SERRÃO [org.], *Dicionário de História de Portugal, o.c.*, p. 762), que, entre 1531 e 1541, é referido na correspondência, com o título de cardeal Santiquatro e desempenhará na Santa Sé o papel de protetor de Portugal, e por cujo serviço receberá uma pensão (cf. carta de el-rei D. João III ao embaixador em Roma, Cristóvão de Sousa, de 3 de dezembro de 1541 [v. tomo IX, pp. 399-400]).

dignamente, junto ao que foi dirigido, na fonte consultada, ao excelente epónimo cultor da História pátria:

«Finalmente para também citarmos exemplos domésticos, que ombreiam com os mais elogiados entre estranhos, lendo as páginas esmeradas da *Tentativa sobre a Origem e Estabelecimento da Inquisição* pelo sr. Alexandre Herculano, qual de nós deixou de notar a perfeição dos traços e o acerto do colorido, que enriquecem aquele desenho, tão firme e ousado em todos os lineamentos, de uma época tão pouco estudada e conhecida ainda? Qual de nós deixou de aplaudir a par da ciência o tato e a lúcida intuição do escritor na crítica e apropriação dos elementos, de que se serviu para nos restituir, naquele episódio importante da vida social e política do século XVI, a verdadeira imagem da corte de Roma e da corte de D. João III, a luta do fanatismo e da venalidade, a hipocrisia dos pretextos, a infâmia das perseguições, e as torpezas da proteção mercadejada por artificiosos curiais? Seria possível penetrar tão intimamente no âmago dos sentimentos e no seio das más paixões sem as cartas e instruções dos nossos reis, sem as confidências e revelações dos agentes portugueses em Roma?» (Cf. tomo IX, p. XIX.)

D. AFONSO HENRIQUES (1109 [rei: 1128]-1185)

A Bula *Manifestis probatum est argumentis*, dirigida por **Alexandre III**, em 10 das calendas de junho de 1179 a el-rei D. Afonso Henriques, onde o Pontífice expõe as razões da Bula pelo reconhecimento dos bons ofícios do rei português no combate aos sarracenos pelo zelo de religião que tem demonstrado como filho fiel da Igreja Católica. Lembra os dois marcos de ouro prometidos e que devem ser entregues ao Arcebispo de Braga que os fará chegar a Roma. (Cf. tomo IX, p. 17.)

D. SANCHO I (1154 [rei: 1185]-1211)

Confirmação da Bula anterior, dirigida por **Clemente III** a D. Sancho I (7 maio 1190):

«Considerando depois a prudência e justiça, que ornaram o ânimo do príncipe, e querendo satisfazer ao que ele lhe pediu, confirma-lhe quanto possuía, e toma-o debaixo da sua proteção, assim como ao Reino de Portugal, com todos os lugares que ajudado pelo auxílio celeste, for libertando das mãos dos sarracenos. Sobre todos estes domínios acrescenta o Papa que não terão direito algum os príncipes vizinhos, declarando ao mesmo tempo, que esta graça é concedida pela Santa Sé a exemplo do papa Alexandre III, e seu antecessor, a fim de que o Reino de Portugal se inflame em zelo a favor da cadeira de S. Pedro e da Igreja romana, e que atende com ela, não só ao rei atual, mas aos seus sucessores no trono português. Encomenda-lhe por último, que continue a dilatar os limites da fé cristã para que a Santa Sé sempre se confesse agradecida a tão devoto e glorioso filho, e ele fique gosando do seu afeto» (Cf. tomo IX, p. 26).

Bula *Cum auctores et factores* de **Celestino III**, dirigida a D. Sancho I, em 10 de abril de 1197, concedendo-lhe as mesmas indulgências que se costumam conceder a quantos combatem os sarracenos quer nas Hespanhas quer na Terra Santa de Jerusalém e que, agora, fizerem guerra ao rei de Leão, devido à aliança que ele fez com os sarracenos contra outro rei cristão. Para além dos benefícios espirituais, ordena que todas as possessões que lhe forem conquistadas as perca e passem por direito para os que o vencerem. (Cf. tomo IX, p. 28.)

Bula *Serenitatem regiam*, dirigida por **Inocência III** a D. Sancho I, em 24 abril 1198, em que refere o documento que terá sido concedido a D. Afonso Henriques, seu pai, outorgando-lhe o título de rei, e a que ele se comprometeu corresponder com um censo anual de cem bizantinos, mas que, depois de receber o título, nunca cumprira, assim como está a acontecer com o filho D. Sancho. Também que o mesmo D. Sancho terá respondido que esse censo já teria sido pago de uma vez e correspondente a dez anos, em tempos de Alexandre III. Inocência III, no entanto, contrapõe que essa verba a que se refere, dada ao seu antecessor, não correspondia ao censo prometido, mas apenas a uma doação voluntária como testemunho de afeto, pelo que reitera a obrigação de que seja cumprido pagamento em falta, sob pena de o compelir caso seja necessário. (Cf. tomo IX, p. 29).

Bula *Graves oppressiones*, dirigida por **Inocêncio III** ao bispo de Samora, em 13 de maio de 1210, em que lhe dá conta do mau relacionamento que se instalou entre D. Sancho I e o bispo do Porto, apesar de um acordo entre ambos, mas que o rei não respeitou, aprisionando, inclusive, o bispo e parte da sua cúria, durante cinco meses, na casa episcopal, não os deixando sair nem receber os sacramentos. Perante esta afronta, o bispo terá demonstrado alguma submissão, mas apenas como meio de encetar uma fuga para Roma, na companhia do deão e outros indivíduos. O monarca ao saber disto mandou confiscar todos os bens patrimoniais não só pessoais do bispo, mas também da mitra. O Pontífice adverte para que se tente a conciliação e a reposição dos bens confiscados sob pena de declarar um interdito à pessoa do rei e aos lugares por ele frequentados, assim como aos seus oficiais. Uma outra Bula, *Grave gerimus*, na mesma data, e endereçada ao mesmo bispo, são descritas as violências exercidas pelo rei ao bispo do Porto, a sua fuga, mas também o comportamento dos cónegos que parecem ser contrários ao bispo, pelo que, apesar do interdito lançado pelo bispo contra, eles, os mesmos continuam a celebrar os ofícios divinos. O Papa manda averiguar a verdade sobre esses procedimentos e, a confirmarem-se, todos os cónegos serem privados dos benefícios e ofícios eclesiásticos. (Cf. tomo IX, pp. 36 e 38-39.)

Bula *Si diligenter attenderes* de **Inocêncio III** a D. Sancho I, de 23 de fevereiro de 1211. Dá conta das queixas do bispo de Coimbra pelo facto do rei se imiscuir frequentemente nos assuntos do clero, inclusive com a doação de igrejas e benefícios eclesiásticos e desrespeitando os beneficiados legitimamente pelo bispo; levando a juízo secular alguns clérigos; obrigando clérigos ao servir no exército; para além de os injuriar e os acusar de serem portadores de mau agouro, quando se cruzava com eles. O rei é acusado também de ter no paço uma feiticeira ou mulher de virtude [D. Maria Pais Ribeira ou a *Ribeirinha*] a que recorria em conselho, para além de defender excomungados, usurários e inimigos da Igreja; que promovia também o casamento entre os seus homens e viúvas continentais; e proibia os eclesiásticos de se ausentarem do país e, se lhes concedia licença, os obrigava a juramento de que não iriam a Roma. Nos casos em que sabia que o juramento tinha sido quebrado, mandava-os prender e espoliava-os. Perante a denúncia do bispo de Coimbra sobre a convivência no paço de uma feiticeira (razão pela qual deixara de ir ao paço), D. Sancho passou a procurar razões para comprometer o bispo, chegando a apoderar de algumas das suas casas, assim como dos bens que nelas estavam. O bispo lançou um interdito a toda a diocese, mas temendo que o Primaz de Braga o levantasse, apelou a Roma. Logo que D. Sancho disto soube mandou que fossem retirados todos os bens a todos os clérigos que respeitassem o interdito episcopal, assim como a todos os que o apoiassem que passaram a ser considerados inimigos e traidores. Mas a atitude de represália por parte do rei chegou ao ponto de, segundo constava, de mandar arrancar os olhos aos sacerdotes que se recusavam a obedecer-lhe em virtude do interdito. Então, o bispo, perante tamanha crueldade, levantou o interdito e tentou sair do reino para se refugiar em Roma, mas logo que disto se apercebeu D. Sancho mandou-o prender. As razões que levavam o Papa a acreditar em tudo o que lhe diziam assentavam no tom acusatório que D. Sancho I usara ao dirigir-se-lhe acusando o Papa de se mostrar sempre pronto a acreditar no que lhe diziam caluniosamente e admoestando-o injusta e publicamente, mostrando com isso que teria esquecido o exemplo dos seus predecessores, os Apóstolos, que «não costumavam dizer injúrias, mas sofriram-nas com paciência, a exemplo de Jesus Cristo». E lembrava ao Pontífice que as amarguras reflectidas nas queixas que recebia correspondiam às medidas que ele se vira forçado a tomar contra «o luxo, ostentação e soberba dos hipócritas, e principalmente dos prelados do clero, pela superabundância de bens temporais, que haviam recebido dele e do seu pai, em prejuízo do reino e dos seus defensores que padeciam necessidades». Este tom ousado do rei de Portugal, levou Inocêncio III a afirmar que nunca «nenhum príncipe por mais poderoso, a não ser herege ou tirano, jamais se atrevera a escrever em termos tão desabridos, tanto a ele como aos seus predecessores, nem a falar-lhes com tanta irreverência e arrogância». (Cf. tomo IX, pp. 39-42).

Em 23 de fevereiro de 1211, a Bula *Vehementer nos comedit* de **Inocêncio III** ao arcebispo de Compostela, reporta os acontecimentos referidos na Bula anterior, pedindo a este eclesiástico a sua intercessão junto de D. Sancho, a fim deste proceder ao desagravo das ofensas e à reposição dos bens espoliados ao bispo de Coimbra. (Cf. tomo IX, p. 43).

Em Bula *Licet venerabilis*, de 23 de fevereiro de 1211, pede ainda **Inocêncio III** ao arcebispo de Compostela que faça chegar à presença de D. Sancho as cartas que enviava, com a preocupação de que as mesmas sejam lidas na sua presença de forma a obviar que só lhe fosse lido o que não o incomodava, pois, segundo se dizia, «o chanceler da corte portuguesa, modificava ou omitia por hábito e má-fé quanto desagradava aos ouvidos do monarca», e que o mesmo chanceler seja admoestado para a pena em que incorre «de indignação da Santa Sé», procedendo dessa maneira. (Cf. tomo IX, pp. 43-44).

Bulas *Ex tenore litterarum* e *Is qui tangit montes*, de **Inocêncio III** a D. Sancho I, em 26 e 27 de maio de 1211. Nela o Papa confirma a absolvição e penitência dada pelo arcebispo de Braga, a pedido de D. Sancho que, sentindo-se à beira da morte, a pediu a este eclesiástico que lhe concedeu. Aconselha o Papa que todas as medidas e propósitos de compensação dos males infligidos à Igreja e necessários ao bem da sua alma, a eles proceda o rei ainda em vida de forma a acautelar por si próprio aquilo que não deve ser confiado aos outros. Do mesmo modo se congratula com as mostras de arrependimento que o rei mostrara assim como confirma os termos do seu testamento, em que faz grandes doações ao clero, mosteiros e lugares de culto, mas «também a enfermos e indigentes». (Cf. tomo IX, pp. 45-47.)

D. AFONSO II (1185 [rei: 1211]-1223)

Confirmação da Bula *Manifestis probatum est argumentis*, dirigida por **Inocêncio III** a D. Afonso II, em 16 de abril de 1212. (Cf. tomo IX, p. 54.)

Em 12 de dezembro de 1213, «Recibo passado por frei Gonçalo Hispano, familiar e núncio da Santa Sé. Declara que tendo sido escolhido pelo pontífice **Inocêncio III** para coligir em Hespanha os censos devidos à Igreja, e tratar de outros negócios, recebera de D. Afonso II, rei de Portugal, por vinte e oito anos que se deviam, cinquenta e seis marcos de ouro, que somavam três mil trezentos e sessenta morabitórios.» (Cf. tomo IX, p. 60).

«Carta dos **bispos de Lisboa e de Évora, do mestre da Ordem do Templo** em Hespanha, do **prior do Hospital** em Portugal e do **comendador de Santiago** de Palmela, escrita, em 1217, ao papa **Honório III**. Participam-lhe a tomada de Alcácer e narram em resumo este feito do seguinte modo: Que tendo partido de Alemanha, de Holanda, e de outras partes grande número de navios de cruzados, depois de grandes perigos e trabalhos no mar chegaram inesperadamente ao porto de Lisboa, com quatro meses de trabalhosa viagem, quando para o geral dos navegantes a demora costumava ser de quinze dias. Que os bispos de Lisboa e Évora, considerando que Deus por sua alta providência detivera por tanto tempo sobre as águas do mar os peregrinos, e os trouxera a Portugal em ocasião, na qual não podiam passar à Palestina, certamente para que ajudassem a libertar a Península, se reuniram com o abade de Alcobaça, e outros varões religiosos dos templários e hospitalários, com o comendador da ordem de Santiago, e com diversos ricos homens, e propuseram aos Cruzados, que, não sendo praticável já para eles o prosseguirem na sua navegação, invernassem em Portugal, e os coadjuvassem na empresa de libertar a Hespanha, e de vencer os inimigos da fé cristã, e que deste modo, não poderiam obter vitualhas, como resgatar as despesas da expedição. Que estas propostas foram atendidas, e tendo sido pregada a cruzada por todo o reino, marcharam os prelados e cavaleiros portugueses com os estrangeiros contra o lugar de Alcácer, o qual de todos os castelos de sarracenos era então o mais nocivo e pesado para os cristãos. Que cercados os infiéis, e havendo pedido logo auxílio a todos os seus irmãos de aquém-mar, quatro reis, a saber, o de Sevilha, de Jaen, de Badajoz e de Córdoba, caíram de repente sobre os cavaleiros e homens de armas cristãos com todo o seu poder, e quase todos os pagãos da Península, e lhes deram batalha, pretendendo não só libertar Alcácer, mas cativar os pugnadores que escapassem ao fio da espada. Que o Senhor lhes humilhara a soberba, e socorrera o seu fiel exército com três milagres, dos quais o primeiro fora a chegada súbita de um grande corpo de templários, hospitalários e cavaleiros dos reinos de Portugal e Leão, nos momentos de maior aperto, e durante a noite que precedeu o dia da batalha; o segundo consistia em se descobrir no céu o vexilo da cruz como sinal de vitória; e o terceiro tinha

sido no meio da peleja aparecer, vista pelos cristãos e sarracenos (de que deram testemunho muitos cativos), inumerável multidão de cavaleiros de branco, cujo resplendor deslumbrava os olhos dos infiéis com o seu brilho, ferindo-os com tiros de lança e obrigando-os a voltar costas repentinamente. Que a carnificina fora imensa, perecendo dois reis (*walis*), o de Jaen e o de Córdoba.» (Cf. tomo IX, p. 65-67.)

Confirmação da Bula *Manifestis probatum est argumentis*, dirigida por **Honório III** a D. Afonso II, em 11 de janeiro de 1218. (Cf. tomo IX, p. 72.)

Bula *Cum enim scias* do papa **Honório III** dirigida a D. Afonso II, em 22 de dezembro de 1220. Nela o Pontífice dá conta das muitas queixas que lhe chegaram, inclusive do arcebispo de Braga [D. Esteves Soares da Silva] denunciando o rei que se rebelara contra a Igreja ofendendo-a, pois, entre outras coisas, atentou contra catedrais, igrejas, mosteiros, hospitais e propriedades dos Templários, revogando doações que ele próprio havia feito ao clero. Honório III lembra que já teria pedido ao rei D. Afonso que abandonasse essa forma de lidar com a Igreja, mas ele, como resposta, parece ter endurecido ainda mais o seu comportamento, levando o arcebispo a excomungá-lo, assim como aos seus ministros Padro Annes e Gonçalo Mendes e às terras da jurisdição eclesiástica. Como represália à atitude do arcebispo, o rei mandou arrasar muitas casas de sua propriedade e ocupar algumas igrejas, o que levou o arcebispo a renovar a excomunhão. O Papa lembra que este não é um procedimento próprio de um filho da Igreja, pelo que chama o rei à razão, de forma que ele reconheça o mal que fez, o repare o mal causado, como forma de se harmonizar com a Santa Sé. Determina ainda o Papa que esta excomunhão deverá ser publicada em todas as igrejas, aos domingos e dias festivos, e profere a ameaça de desligar os súbditos da obediência a tal rei, e inclusive de o destituir e mandar substituir por rei ou príncipe estrangeiro, se dentro do termo que os bispos comissários nomeados determinarem, se ele não se reconciliar com a Igreja. (Cf. tomo IX, pp. 75-77.)

A Bula *Sperabamus hactenus* de **Honório III** dirigida ao bispo de Coimbra [D. Pedro Soares], em 23 de dezembro de 1220, indignado pela posição que o bispo do Porto e ele próprio tomaram, no diferendo do arcebispo de Braga com D. Afonso II, ao colocarem-se ao lado do rei. Pede o Papa que os bispos se unam de forma a poderem melhor enfrentar o rei, de forma a evitar a confirmação da excomunhão já lançada pelo arcebispo de Braga. (Cf. tomo IX, pp. 78-79.)

Bula *Et si venerabili fratri* de **Honório III** a D. Afonso II, de 16 de junho de 1222. Nela o Papa reitera todas as razões das Bulas anteriores sobre as queixas e o desterro do arcebispo de Braga e lembra que apesar de todas as admoestações D. Afonso II mostra-se irredutível no reconhecimento dos seus erros e na compensação de todos os prejuízos causados à Igreja, assim como a sua relutância em prescindir da companhia de dois maus conselheiros. O Papa lembra os perigos da alma em que incorre D. Afonso ao não se harmonizar com a Igreja e em não aceitar o regresso do arcebispo exilado. Reafirma ainda a ameaça em Bula anterior de que poderá desligar os súbditos da obediência, assim como dar o trono por vago, mandando-o ocupar por governantes estrangeiros. (Cf. tomo IX, pp. 82-84.)

Bula *Ut rex Portugalensis* de **Honório III** dirigida ao arcebispo de Braga, em 16 de junho de 1222. Nela, autoriza o arcebispo a absolver D. Afonso II da excomunhão assim como aos seus cúmplices, assim como o levantamento do interdito lançado contra o reino, se o rei proceder à satisfação devida. (Cf. tomo IX, p. 84.)

Bula *Noveritis vos*, de **Honório III** dirigida aos Abades de Osseira, de Cister, de Cellanova e prior de Cellanova, em 16 de junho de 1222, no intuito de que estes façam pressão junto de D. Afonso II para que se submeta e aceite o perdão do Papa, sob as condições que já lhe foram estabelecidas em Bulas anteriores. Perante a recusa, ordena que estes eclesiásticos excomunguem os eclesiásticos, cavaleiros e quaisquer outras pessoas que não se afastem do monarca, e que procedam à suspensão do deão da Sé de Lisboa, mestre Vicente, o deão de Coimbra mestre João, e o chantre do Porto mestre Pedro, se estes também não aceitarem estas intimações. (Cf. tomo IX, pp. 84-85.)

D. SANCHO II (1209 [rei: 1223]-1248)

Bulas *Justis petentium desideriis* de **Honório III**, de 5 de março de 1227, e Bula *Justis petentium desideriis* de Gregório IX, de 5 de abril de 1227, dirigidas ambas ao bispo e cabido do Porto. As duas correspondem ao mesmo assunto, e reiteram as confirmações anteriores de doação da cidade e seu termo e pertenças, por parte de D. Teresa, ao bispo do Porto, tentando acautelar da tentativa de usurpação por parte D. Sancho II. (Cf. tomo IX, p. 98.)

Bula *Scire debes* de **Gregório IX**, dirigida a D. Sancho II, em 5 de maio de 1227. O Pontífice dá conta de queixas por parte dos eclesiásticos contra o rei por este tentar apoderar-se da jurisdição da cidade do Porto que pertence ao seu bispo. Das queixas fazem parte a perda de liberdade dos cidadãos, obrigados a servir no exército, assim como membros do clero; a sujeição de eclesiásticos a tribunais seculares; assim como a apresentação para bispos pessoas não idóneas e o sequestro de décimas a favor do reino. (Cf. tomo IX, p. 98-99.)

Bula *Cum non nunquam* de **Gregório IX**, dirigida ao rei de Portugal [D. Sancho II], em 31 de julho de 1227, pedindo-lhe que intervenha na questão que opõe o alcaide de Lisboa e outros oficiais que tentam violar as imunidades do mosteiro de S. Vicente. (Cf. tomo IX, p. 102.)

Bula *Ex speciali quem erga* de **Gregório IX**, dirigida aos bispos de Astorga e de Lugo, e ao deão de Lugo, de 20 de outubro de 1231. Nela o Papa dá conta de uma queixa do bispo de Lisboa sobre vexames sofridos pela Igreja por parte do rei de Portugal. Assim enumeradas: 1. Que o rei baseando-se numa constituição do tempo de D. Afonso Henriques, em que este determinara que fossem presas todas as mulheres que vivessem ilicitamente com sacerdotes, agora, os oficiais do reino entravam pelas casas dos clérigos e quer encontrassem mulheres quer não, infamavam-nos e roubavam-nos, coagindo alguns deles, a fim de não tornarem públicas as acusações e desse modo comprometessem a sua reputação, a que lhes entregassem um tributo; 2. Que, no caso do bispo ou arcebispo procederem contra algum clérigo, punindo-o, o rei, perante recurso do criminoso, junto do tribunal, obrigava o bispo e o arcebispo a restituírem ao culpado o seu antigo estado; 3. Que o monarca procurava pretextos, por qualquer motivo, de se apoderar dos bens de eclesiásticos e sempre que alguém pretendia invocar justiça em pleito com eclesiástico e este invocava incompetência do tribunal para o julgar, logo o eclesiástico era constrangido a responder perante o juízo secular e punido, favorecendo-se o queixoso; 4. Que o rei não evitava a convivência e relações com excomungados, levando a que estes resissem a uma reconciliação com a Igreja, e para além disto, o bispado de Lisboa nomeava para cargos públicos, preferencialmente, judeus, em contravenção com o estipulado pelo concílio geral; 5. Que, com grande escândalo, o rei sujeitava os clérigos ao pagamento de tributo e obrigando-os a servir no exército e noutras atividades de baixo estatuto como guardas falcoeiros e de cães de caça, em suas casas e à sua custa; 6. Os clérigos e o bispo viviam violentados a uma obediência sem condições às posturas do príncipe e dos conselhos. Recomenda, portanto, aos destinatários da Bula para que intercedam junto do rei de forma a que parem estas atitudes, e deseja ainda que o monarca nomeie cristãos insuspeitos não só para seus correligionários, mas também para certas incumbências agora confiadas a judeus e sarracenos, como seja a percepção de impostos. (Cf. tomo IX, pp. 105-108.)

Bula *Cum ex injuncte* de **Gregório IX**, dirigida à infanta D. Teresa, filha de D. Sancho I, em 15 de dezembro de 1231. Nela, o Papa confirma o acordo definitivamente estabelecido entre as irmãs D. Teresa, D. Sancha e D. Branca, e seu sobrinho D. Sancho II, sobre as terras de Montemor, Alenquer e Esgueira, questão que já se arrastava desde a morte de D. Sancho I e dera origem a inúmeras Bulas pontifícias reclamando dos reis D. Afonso II e, agora, de D. Sancho II, para que se respeitasse a vontade de D. Sancho I, relativamente às doações de que foram alvo essas localidades em favor das Infantas. A Bula refere os vários juramentos dos intervenientes – tanto de Portugal como de Leão – e as condições exigidas, para além das punições em que estes incorriam pelo seu não cumprimento. (Cf. tomo IX, pp. 105-114.)

Bula *Cum sicut intelleximus* de **Gregório IX**, dirigida a frei Desidério da Ordem dos Menores, penitenciário da Santa Sé, em 25 de janeiro de 1232. O Papa refere-se a umas censuras do arcebispo de Braga, feitas a D. Afonso, primogénito de Castela, e a todos os que acompanhavam e entraram em Portugal, e que, por isso alguns dentre eles ficaram privados de sepultura cristã por causa da excomunhão. Pede Gregório IX que se averigue as razões das suas mortes e se, *in extremis*, tenha havido sinais de arrependimento, a fim de que possam beneficiar de absolvição e sepultura cristã. (Cf. tomo IX, p. 115.)

Bula *Si quam graviter Oza* e Bula *Si quam horribile sit* de **Gregório IX**, dirigida ao bispo, deão e chantre de Samora, em 25 de maio de 1233 (com conhecimento a todos os prelados das igrejas de Portugal, Bula *Cum dudum bone memorie*, de 10 de junho de 1233), e ao bispo de Cerriano e ao arcebispo de Palência, em 26 de maio de 1233, respetivamente. Nelas se dá conta de que o rei de Portugal terá, mais uma vez, desrespeitado a jurisdição canónica da cidade do Porto. Pede, então, que os destinatários da Bula exerçam satisfatória influência junto do rei para o demover de importunar a Sé do Porto e os seus eclesiásticos, de forma a que possam viver pacificamente. O não acatamento por parte de D. Sancho II, obrigará a que seja admoestado e se submeta às ordens da Santa Sé, caso contrário, deverão coagi-lo através da interdição dos lugares, em que residir, de modo que, enquanto não se reconciliar, neles seja suspensa a celebração dos ofícios divinos, excetuando-se o batismo de inocentes e a extrema-unção dos enfermos. (Cf. tomo IX, p. 105-116-118.)

Bula *Ex parte charissimi* de **Gregório IX**, dirigida ao padre ministro da Ordem dos Frares Menores, em 14 de junho de 1233. Nela, o Papa refere que D. Sancho II lhe terá suplicado «que o absolvesse do crime em que havia incorrido por espancar alguns clérigos, o que só praticara obrigado pela necessidade». Ordena o Pontífice que o ministro da Ordem o absolva «do excesso cometido e lhe imponha uma penitência salutar», com a obrigação do seu comprometimento em que, daqui em diante, terá maior cuidado em relação a estes procedimentos. (Cf. tomo IX, p. 120.)

Bula *Cum sancta ecclesia* de **Gregório IX**, dirigida ao arcebispo de Braga e suas sufragâneas, e aos outros bispos de Portugal, em 31 de agosto de 1234. Por esta Bula, o Papa pretende corresponder à solicitação de D. Sancho II para que nenhum cortesão seja admitido a ordens sacras sem o seu consentimento. (Cf. tomo IX, p. 121.)

Bula *Consueverunt et debent* de **Gregório IX**, dirigida ao rei de Portugal [D. Sancho II], em 28 de novembro de 1234, onde é pedido ao monarca que auxilie o arcebispo de Braga [D. Silvestre Godinho] na prestação de contas por parte do celeireiro [L.] do arcebispo seu antecessor, do que se depreende que haverá uma situação de litígio em que o celeireiro incumpridor beneficia da proteção de alguns nobres. (Cf. tomo IX, p. 122.)

Bula *Si quam horribile* de **Gregório IX**, dirigida ao rei de Portugal [D. Sancho II], em 14 de abril de 1238, em que o adverte acerca de queixas que continuam a chegar contra ele. Neste caso, há queixas do arcebispo de Braga [D. Silvestre Godinho] sobre perseguições à Igreja por parte de ministros do reino, com difamação e roubo, e constrangimento de clérigos a que prestem serviço no exército e se apresentem em tribunais seculares, resultando na existência de igrejas sem pároco. O rei é advertido de que, nesta data, o Pontífice deu instruções ao arcebispo de Braga para que seja inflexível contra o rei e seus oficiais, se passados três meses estas situações não forem remediadas. (Cf. tomo IX, pp. 124-125.)

Bula *Tirannidem quam* de **Gregório IX**, dirigida ao arcebispo de Toledo, em 6 de maio de 1238. Nesta Bula, o Papa pede que o arcebispo de Toledo dê guarida ao deão de Lisboa, mestre João, que tem sofrido inúmeras afrontas por parte do rei, inclusive tendo-se refugiado o deão e mais alguns seus próximos no interior de uma igreja, o rei ordenara que o prendessem, mas tendo encontrado as portas fechadas, ordenou que entrasse na igreja pelo teto. No entanto, perante o escrúpulo dos homens em violarem o templo, chamou alguns sarracenos que, de imedia-

to, entraram na igreja, pisoteando os altares e apoderando-se dos bens do prelado. (Cf. tomo IX, pp. 128-130.)

Bula *Si quam graviter* de **Gregório IX**, dirigida ao rei de Portugal [D. Sancho II], em 10 de maio de 1238. Neste caso, agora, as queixas são do arcebispo de Braga e prendem-se por razões semelhantes às anteriores queixas. Desta vez, o Papa recomenda que, caso o rei, não retroceda nas atitudes de agressão e roubo, seja interdito e excomungado. (Cf. tomo IX, pp. 130-131.)

Carta escrita por **D. Sancho II** a D. Silvestre Godinho, arcebispo de Braga, em 25 de novembro de 1238, em que o monarca informa o arcebispo da **sua intenção em cumprir e fazer cumprir** com firmeza os pontos assinalados na carta recebida da Santa Sé. (Cf. tomo IX, p. 133.)

Bula *Specialem nobilitate tue* de **Gregório IX**, dirigida ao irmão do rei, D. Fernando, infante de Serpa, em 25 de novembro de 1239, em que lhe é concedida a graça de não poder ser excomungado, nem a sua pessoa, nem as suas terras. [Faz supor que tenha havido uma petição neste sentido por parte de D. Fernando.] (Cf. tomo IX, p. 133.)

Bula *Cum sicut tua* de **Gregório IX**, dirigida ao irmão do rei, D. Fernando, infante de Serpa, em 25 de novembro de 1239. Parece ser uma continuação da anterior, pois versa o mesmo assunto, agora, com esclarecimento de que a petição de D. Fernando terá sido feita conjuntamente com D. Afonso, filho do rei de Leão. Intentavam eles, então, submeterem-se inteiramente à Santa Sé e colocarem-se à disposição para o combate contra os sarracenos. (Cf. tomo IX, pp. 133-134.) Seguem-se mais umas quantas Bulas no mesmo sentido.

Bula *Ad instantiam* de **Gregório IX**, dirigida ao bispo de Osma, em 20 de dezembro de 1239. Nesta Bula, o Papa pede aos bispos de Frascati e Óstia para que absolvam da excomunhão a D. Fernando, infante de Serpa, e irmão do rei, em que este incorrera nos episódios de perseguição ao bispo de Lisboa, e exigindo que ele repare e reponha todo o roubado e compense todos os prejuízos. Para além disto, prescreveu o Pontífice que o Infante durante a primeira Quaresma, depois do seu regresso a Portugal: não fizesse a barba; não lavasse a cabeça; não vestisse de escarlate ou usasse bordaduras de ouro; não entrasse numa igreja, mas «ouvisse somente da porta dos templos os ofícios divinos até sexta-feira santa, dia em que seria com as formalidades do rito admitido ao interior deles pelo bispo ou pelos sacerdotes. Que nesse dia lavasse os pés a dez pobres e os vestisse irmãmente; que durante a Quaresma sustentasse à sua mesa cinco mendigos; que às sextas-feiras comesse no chão, de uma só iguaria, servido por um único criado; que, se comesse de muitas iguarias, por cada uma seria obrigado a pôr à mesa um mendigo mais. Que na sexta-feira corresse descalço todas as igrejas da cidade, ou do lugar em que estivesse, sendo-lhe permitido no dia seguinte lavar-se e barbear-se; devendo, porém, por sete anos, jejuar todas as sextas-feiras, nas quatro têmporas, em todas as ladainhas de Nossa Senhora, e nas vésperas de todos os Apóstolos e Santos, que manda a Igreja. Que em quanto vivesse não comesse carne aos sábados, salvo se o Natal caísse nesse dia, ou grave necessidade o obrigasse. Que oito dias depois de chegar a Santarém, aonde tinham sido mortos os clérigos, fosse vestido de túnica e manto, com correias ao pescoço, e descalço desde o mosteiro da Ordem dos Pregadores, e passando pelo Hospital de São João se encaminhasse à igreja de Santa Maria da Alcáçova, em cujo átrio se mandaria açoitá-lo por um sacerdote, cantando-se ao mesmo tempo o *Miserere mei, Deus*; e, finalmente, que remisse vinte cristãos das mãos dos sarracenos no espaço de três anos, e nunca para estes se passasse, ou lhes desse conselho, nem auxílio, devendo pelo contrário mover-lhes guerra durante esses três anos, principalmente nas fronteiras de Portugal.» (Cf. tomo IX, pp. 136-138.)

Bula *Constitutus in presentia nostra* de **Gregório IX**, dirigida ao arcebispo de Osma e ao abade de Valladolid, em 22 de dezembro de 1239. Nela, o Pontífice faz uma exposição sobre uma pretensão de D. Fernando, infante de Serpa e irmão do rei de Portugal, D. Sancho II, sobre parte dos bens que estão em poder de D. Sancho e cuja herança tinha ficado testamentada por seu pai, D. Afonso II, da seguinte forma: D. Sancho deveria suceder-lhe no trono e «todos os

seus bens móveis deveriam ser possuídos em comum por ele D. Fernando, por D. Afonso, conde de Bolonha, e por D. Leonor, rainha da Dinamarca, todos irmãos». Mas, depois do irmão subir ao trono, fizera com ele um acordo de cedência de certos bens por troca com outros e por certa quantia em dinheiro, no entanto, esse acordo resultou em grande prejuízo para ele. O infante, então, solicita, agora, ao Papa que a Santa Sé, tendo em conta o dano que lhe causou esse acordo feito em tempos da sua menoridade, ajude a restabelecer a justiça da divisão, obrigando «D. Sancho II a restituir ao infante D. Fernando todos os bens que lhe pertenceriam por morte de seu pai, e de sua irmã, e o compelissem a aceder usando das censuras eclesiásticas. (Cf. tomo IX, pp. 139-140.)

Bula *Cum carissimus in Christo* de **Gregório IX**, dirigida a todos cristãos do reino de Portugal, em 18 de fevereiro de 1241, em que o Pontífice concede as indulgências dispensadas aos que combatem na Terra Santa a todos os que ajudarem ou participarem pelo menos durante um ano, com a sua pessoa ou bens, a D. Sancho II contra os sarracenos. (Cf. tomo IX, p. 141.)

Bulas *Terra sancta Christi respersa* e *Cum zelo fidei* de **Inocêncio IV**, dirigida ao Conde de Bolonha [D. Afonso], em 30 de janeiro de 1245 e 8 de abril de 1245, respetivamente, participando, na primeira, «a perda da Terra Santa e pedindo socorro, declarando que será concedida indulgência de todos os pecados aos que se empenharem na sagrada empresa de a conquistar» (cf. tomo IX, p. 143); e, na segunda, concessão de indulgência, no combate aos infieis, na Hespânia, assim como a todos os que seguirem o conde de Bolonha (cf. tomo IX, p. 146).

O facto da primeira Bula (*Terra sancta*) ser dirigida unicamente ao Conde de Bolonha e não a um conjunto de reis e príncipes da Europa, uma vez que se tratava de assunto respeitante a toda a Cristandade, segundo A. Herculano (cf. *Hist. Port., o.c.*, vol. I, liv. V, pp. 671-672), teria sido um documento emitido a pedido do Conde e que faria parte do processo engendrado por D. Afonso, para justificar a sua entrada em Portugal com corpo de tropas que, supostamente, se dirigiriam à Palestina, mas que na realidade pretendia apenas apalpar o pulso à situação interna de Portugal, vindo e vendo com os seus próprios olhos e, num primeiro momento, arregimentar vontades para a sua causa que era simplesmente a de querer aceder ao trono de Portugal.

Bula *Cum a nobis petitur* de **Inocêncio IV**, dirigida ao bispo e ao cabido do Porto, em 2 de fevereiro de 1245, em que confirma o **acordo feito entre o bispo e o rei de Portugal** [D. Sancho II] contemplando aspetos relacionados com imunidades eclesiásticas, décimas e diversas outras coisas. (Cf. tomo IX, p. 143.)

Bula *Sua nobis dilectus filius* de **Inocêncio IV**, dirigida ao arcebispo de Compostela e ao bispo de Astorga, em 20 de março de 1245, autorizando-os a dissolverem o casamento de D. Sancho II e D. Mécia Lopes, por alegado parentesco (eram consanguinários de 4.º grau), denunciado pelo conde de Bolonha (futuro Afonso III de Portugal e irmão de D. Sancho II). Esta atitude do conde de Bolonha é interpretada pelos historiadores, em que se inclui A. Herculano (cf. *Hist. Port., o.c.*, vol. I, liv. V, pp. 672), como uma tentativa de D. Afonso evitar que D. Sancho pudesse gerar legítimo herdeiro ao trono de Portugal, evitando (ou contrariando, posteriormente) o seu acesso. (Cf. tomo IX, p. 144.)

Bula *Inter alia desiderabilia* de **Inocêncio IV**, dirigida a D. Sancho II, em 20 de março de 1245. Nela, mais uma vez são enumeradas variadíssimas razões sobre queixas recebidas em Roma, relativas a desleixo na administração e governo do Reino por parte do monarca, pelo que, de novo, o Pontífice recomenda emenda e arrependimento a D. Sancho por forma a evitar a sua destituição. Para o efeito dá conta de que escrevera também aos bispos do Porto e de Coimbra, assim como ao prior da Ordem dos Pregadores, «encarregando-os de lhe comunicarem» o encaminhamento das correções exigidas e que deveriam expor no Concílio, então convocado para Lião, para o qual estavam convocados. (Cf. tomo IX, pp. 144-146.)

Bulas *Grandi non immerito* (24 de julho de 1245), *Grandi non immerito gaudio* (1 de agosto do mesmo ano) e *Grandi non immerito* (17 de agosto do mesmo ano) de **Inocêncio IV**,

dirigidas, a primeira, aos barões, comunidades e concelhos tanto das cidades, como das vilas e outros lugares, e todos os cavaleiros e pessoas do Reino de Portugal; a segunda, dirigida aos prelados do reino de Portugal; e a terceira, dirigida ao infante D. Pedro, filho de D. Sancho I. As duas Bulas iniciais, com redação igual, relativas à destituição de D. Sancho II como resultado de decisão tomada no Concílio de Lião que, entretanto, terminara. Na Bula é narrado todo o processo que determinou o presente documento. São enumeradas as diversas admoestações e censuras de vários Pontífices com o intuito de que fossem corrigidos vários comportamentos incorretos do rei e denunciados, de forma continuada, por «cartas de muitos varões eclesiásticos, barões, e outros nobres e cavaleiros», e que resultaram em avultados danos para a Igreja de Portugal, apesar dos vários documentos emitidos pelo rei em que mostrava intenções de correção e cooperação, mas sem nunca cumprir o que prometia. Os afrontamentos do rei eram não só à Igreja e seus responsáveis, invadindo os territórios de sua jurisdição (pressionando, cobrando e extorquindo) e também levando compulsivamente a juízo secular muitos dos clérigos que se lhe opunham, mas ainda demonstrando atitude de desleixo na governação do Reino, onde imperavam a indisciplina, a ladroagem, os sacrilégios e os homicídios. E no campo moral e religioso, a arbitrariedade campeava inclusive com matrimónios em grau proibido, assim como excomungados que participavam nos atos de culto, frequentavam os sacramentos e apoderavam-se de bens eclesiásticos, para além do consentimento de debates públicos sobre a doutrina católica por indivíduos não preparados e portadores de ideias heréticas. E isto tudo com conhecimento do rei que nem sequer o dissimulava. E muitas outras afrontas. Por tudo isto, e tendo em conta que Portugal é censual da Cúria romana por quem esta se sente responsável, foi decidido afastar D. Sancho II e entregar os negócios do Reino a seu irmão o Conde de Bolonha, seu sucessor, no caso de não haver filhos legítimos. Solicita o Pontífice que assim que D. Afonso chegue a Portugal lhe sejam prestadas todas as honras e reservada a obediência que se deve aos soberanos, ficando desligados os súbditos dos juramentos e promessas feitas a D. Sancho II, ficando o arcebispo de Braga e o bispo de Coimbra incumbidos de fazer as correções censórias necessárias para que se cumpra o decidido. D. Sancho ou seus legítimos herdeiros continuarão a ostentar o direito de uso da coroa real, mas por razões que se prendem com o evitar da ruína iminente do Reino e da pessoa do monarca, deve apenas prevalecer como autoridade administrativa a do Conde de Bolonha. A terceira Bula «recomenda a D. Pedro que ajude D. Afonso, incumbido do governo e reforma do Reino de Portugal.» (Cf. tomo IX, p. 153.)

CONDE DE BOLONHA D. AFONSO (Administrador do Reino: 1246-1248)

Juramento do Conde de Bolonha [D. Afonso], feito em Paris, em 6/[8] de setembro de 1245, prometendo administrar o Reino de Portugal.

«**Afirma e jura** aos Santos Evangelhos, que, qualquer que seja o título, por que alcançar o Reino de Portugal, guardará, e fará guardar a todos os municípios, concelhos, cavaleiros, e peões, aos religiosos, e ao clero do Reino todos os seus costumes e foros, escritos e não escritos, de que estivessem de posse desde o tempo de seu avô, e de seu bisavô. Que se esforçará por abolir todos os maus costumes e abusos introduzidos em qualquer ocasião, ou por qualquer pessoa, no tempo de seu pai e de seu irmão, especialmente o excesso de extorquir multas em dinheiro dos vizinhos de qualquer lugar em consequência de homicídios perpetrados nele, sobretudo sendo conhecido o autor do assassinio.

Que se **empenharia com o maior zelo** para que fossem nomeados juizes retos e tementes a Deus, em todas as terras da Coroa, precedendo a eleição dos povos, que por eles hajam de ser julgados, ou adotando-se outro qualquer modo, sem admitir na escolha suborno, opressão, ou rogativas daqueles que tivessem as terras em tenência, ou em préstamo, e mandando tirar devassas anuais a fim de punir os magistrados, que faltassem ao seu dever.

Que **aplicaria** aos homicidas **tudo o rigor das leis**, e particularmente aos que por si, ou por outrem prendessem, roubassem, ferissem ou matassem clérigos, ou monges, de maneira que servisse a severidade do castigo de exemplo para atalhar a renovação de semelhantes atentados.

Prometeu amparar e manter com especial cuidado, e conservar ilesos os mosteiros, e lugares pios, os clérigos e pessoas religiosas, e seus bens e direitos, restituindo-lhes do modo possível o que até então lhes houvessem tirado, e fazendo-lhes restituir tudo pelos injustos detentores, fossem eles quais fossem, sem exceção dos exatores da fazenda pública, mandando, além disso, pagar indenizações pelos danos e injúrias recebidas de padroeiros, de herdeiros, ou de outros indivíduos, pela avaliação do arcebispo de Braga, do bispo de Coimbra e de outros prelados, religiosos, e homens probos e sem mácula, que apurassem a verdade com atenção ao estado do reino e à necessidade de paz.

Jurou que mandaria arrasar as quintas, ou casas edificadas de novo por quaisquer pessoas em tempo de seu irmão D. Sancho II, com prejuízo alheio, sobretudo, sendo em desvantagem das igrejas e mosteiros ou das pessoas religiosas, sem embargo da prescrição e sem diferença de sujeitos.

Que **defenderia as igreja e mosteiros**, especialmente daqueles que, por seus delidos, ou os de seus pais tivessem perdido nelas juridicamente o direito do padroado, apenas fosse informado do facto pela participação dos bispos de cada diocese.

Que **evitaria os excomungados**, sabendo que o eram, e aos que mostrassem contumácia e permanecessem no endurecimento, privaria dos préstamos da Coroa, aplicando-lhes maior castigo, conforme o arbítrio dos prelados, segundo devia praticar todo o príncipe cristão.

Que de acordo com os prelados **estatuiria** também pena aplicável aos que espoliassem, ou de algum modo injuriassem aqueles, que houvessem fulminado censuras contra eles, e que esta pena seria aplicada sem distinção de pessoas.

Que **não receberia** colheitas em dinheiro de contado, nem mais avultadas do que o seu avô as exigira, nem finalmente mais de uma vez por ano, e só quando passasse pelos lugares, onde era de obrigação pagá-las, não se demorando neles; e que observaria, e faria observar nesta parte os artigos de liberdade eclesiástica, contidos na Bula de Gregório IX a favor do arcebispo de Braga e seus colegas; remediando além disso quanto ao passado, e impedindo de futuro os males enumerados na Bula de Inocêncio IV dirigida a ele, aos prelados e aos concelhos de Portugal.

Que **emendaria e procuraria corrigir** os erros deplorados pelos prelados, atendendo ao estado do Reino e à sua quietação, e atalhando, e remediando os abusos até agora praticados em Portugal, e não permitindo que para o diante se cometessem outros sem castigo.

Prometeu que havia cumprir e executar com fidelidade as leis do Reino, e ocupar-se com diligência do governo e administração para que era eleito, fazendo distribuir a justiça com toda a verdade, e trabalhando para que não prevalecesse a ousadia dos perversos, de modo que se desse a cada um o que fosse seu, sem nisto se guardar respeito a grandes, nem a pequenos, a pobres ou a ricos.

Que sempre **seria obediente e devoto** da Igreja Romana, sua mãe, como convinha a um príncipe católico, e empregaria todo o seu poder em a honrar e exaltar não consentindo dúvida ou engano nesta promessa.

Que em todos os negócios de interesse público **consultaria lealmente o conselho dos prelados**, ou o das pessoas, que sem dificuldade pudessem ser chamadas.

O arcebispo de Braga e os bispos declaram que por esta promessa não entendem ser o conde obrigado, quando houver de fazer, aos seus, mercês de terras ou de dinheiro, a consultar o parecer dos prelados, pois neste ponto deverá seguir o que reputar mais acertado, e assim lho concedem e confirmam.

D. Afonso **protesta cumprir** todos estes artigos, ressaltando o seu direito, e o do Reino de Portugal por modo tal, que tudo o que fica referido permaneça com firmeza e estabilidade, e se guarde e observe pontualmente.

Este juramento foi prestado na presença de mestre João, capelão do Papa e deão da Igreja de Chartres, mestre Lucas, deão, e mestre Pedro cancelário de Paris ; Pero Garcia, tesoureiro de Braga, Soeiro Soares, chantre civitatisense, frei Pedro de Poitiers, custódio da Casa dos Frades Menores de Paris; frei Henrique Teutónico, frei Martinho de Valença; frei Pedro Afonso, espanhol da Ordem dos Pregadores; frei Domingos, bracarense da Ordem dos Menores; Ruy Gomes de Briteiros e Gomes Viegas, cavaleiros; Pedro Honório e Estêvão Anes, varões nobres, camareiros do conde de Bolonha.

O Conde prestou o juramento nas mãos de frei João [Egas], arcebispo de Braga, em seu nome, e nas de João Martins, capelão de D. Tibúrcio, bispo de Coimbra, como procurador dele, não comparecendo o prelado conimbricense impedido de sua enfermidade.

Paris em casa do cancelário da cidade em 8 dos idos de setembro de 1245.» (Cf. tomo IX, pp. 153-157.)

Bula *Sincere devotionis* de **Inocêncio IV**, dirigida ao conde de Bolonha, em 25 de maio de 1246. D. Afonso ainda não havia tomado bem conta do Reino e já era alvo de queixas junto da Cúria romana sobre o seu comportamento, após a entrada em Portugal. Esta Bula dá conta dos motivos invocados pela queixa que referiam muita desumanidade por parte de D. Afonso para com o rei D. Sancho II, desrespeitando inclusive doações que este teria feito. O Pontífice pede ao governante que se abstenha de atitudes desta natureza e se emende de qualquer erro. (Cf. tomo IX, pp. 160-161.)

D. AFONSO III (1210 [rei: 1248]-1279)

Bula *Intelleximus nuper* de **Inocêncio IV**, dirigida a frei Desidério, da Ordem dos Menores, penitenciário da Santa Sé, em 30 de janeiro de 1248. Esta Bula tenta restabelecer a paz entre nobres partidários do infante Afonso de Castela e a nobreza e eclesiásticos de Braga e Coimbra. Esta situação procede do comportamento do Infante de Castela que, na companhia de alguns homens invadiu território português como desagravo pela atitude de D. Afonso III que lhe terá retirado direitos sobre algumas localidades. Como represália, o arcebispo de Braga e o bispo de Coimbra excomungaram os invasores. Agora, o Papa levanta a excomunhão a D. Afonso de Castela e seus acompanhantes, e pede que os eclesiásticos portugueses procedam à sepultura dos mortos em terrenos cristãos. (Cf. tomo IX, p. 168.)

Bula *Inspeximus litteras* de **Inocêncio IV**, dirigida a todos os cristãos, em 4 de janeiro de 1253. Confirmação da Bula *Devotionem tuam* de Lúcio II, em que o Papado tomou o reino de Portugal sob proteção, com o tributo anual de quatro onças de ouro. (Cf. tomo IX, p. 170.)

Bula *Manifestis probatum est argumentis* de **Alexandre IV**, dirigida a D. Afonso de Portugal. Bula de confirmação do documento papal de 1179, em que se lembra o censo anual de dois marcos de ouro. (Cf. tomo IX, pp. 175-176.)

Bulas *Exposuit nobis e Sicut de virtutum* (duas) de **Alexandre IV**, dirigida ao arcebispo de Compostela, em 13 de maio de 1255, e a D. Afonso III e a D. Beatriz (uma a cada um), em 2 de abril de 1258, respetivamente. Estas Bulas são uma convocatória feita ao rei D. Afonso III, através do arcebispo de Compostela e do bispo de Mondonhede, para o ouvir sobre os motivos da queixa apresentada pela condessa Matilde de Bolonha, esposa legítima de D. Afonso, em que é acusado de adultério por ter tomado por esposa D. Beatriz, filha do rei de Castela e Leão, estando D. Matilde ainda viva. Na segunda Bula, manda o Pontífice que se proceda contra o casal adúltero. (Cf. tomo IX, pp. 176 e 178-179.)

Carta de maio de 1260, **dirigida ao papa Urbano IV**, subscrita pelo arcebispo de Braga, D. Martinho Geraldês; pelo bispo de Tuy, D. Egas; pelo bispo do Porto, D. Vicente Mendes [1261?-1296]; pelo bispo de Coimbra, D. Egas Fafes de Lanhoso; pelo bispo de Évora, D. Martinho Pires; pelo bispo da Guarda, D. Rodrigo Fernandes; pelo bispo de Viseu, D. Mateus; pelo bispo de Lamego, D. Pedro Anes; e pelos cabidos destas mesmas igrejas e da de Lisboa. Nela, os subscritores tentam justificar por razões de Estado o casamento «criminoso» do rei Afonso com D. Beatriz de Castela, mas também o incômodo que essa situação causara ao monarca que, «a instâncias de D. Matilde de Bolona», tinha suportado interdito pessoal lançado pelo papa Alexandre IV que não só afetava a vida de D. Afonso, mas também dos lugares por ele visitados e onde estava presente. Tendo em consideração esse grande mal pelos danos próprios, «perigo do reino e destruição de muitos», vinham solicitar ao Sumo Pontífice o fim desses males, através do reconhecimento e a bênção, por parte da Cúria, do casamento com D. Beatriz assim co-

mo a legitimidade dos filhos comuns, uma vez que a esposa legítima, D. Matilde, havia falecido. (Cf. tomo IX, pp. 180-181.)

Bula *Qui celestia simul* de **Urbano IV**, dirigida a D. Afonso III, em 18 de junho de 1263. O Papa lembra que em 1258 ao tomar conhecimento de que D. Afonso havia contraído matrimônio com D. Beatriz e sendo ainda viva a sua legítima esposa, D. Matilde de Bolonha, lhe havia ordenado que se separasse da Infanta de Castela. Mas, agora, depois já do falecimento de D. Matilde, recebeu «cartas especiais» do arcebispo de Braga e de todos os bispos e habitantes de Portugal, e pessoalmente dos bispos de Coimbra e de Lisboa que, para este efeito, se deslocaram a Roma, solicitando à Santa Sé que fosse reconhecido o matrimônio com D. Beatriz de quem o monarca já tem três filhos. O Pontífice, então, tendo em consideração que o reino de Portugal era censual de Roma e também que esta decisão poderá contribuir para a tranquilidade no Reino e ainda a intercessão de Luiz, rei de França, de Tibaut, rei de Navarra, e Carlos, conde de Angers, concede a D. Afonso que possa continuar a viver com D. Beatriz, como sua mulher, e que todos os seus filhos sejam considerados legítimos. (Cf. tomo IX, pp. 182-184.)

Bula *In nostra proposuistis* de **Urbano IV**, dirigida aos bispos de Coimbra e Lisboa, em 4 de julho de 1263. Na continuidade da Bula anterior, recomenda-se a estes eclesiásticos que levanten os interditos que impendem sobre lugares de residência do rei e sua esposa, assim como a autorização aos eclesiásticos para poderem celebrar os ofícios divinos. (Cf. tomo IX, pp. 184-185.)

Artigos de acusação feita, em (?) depois de 1265, pelo **arcebispo de Braga** [D. Martinho Galdes], **pelos bispos do Porto** [D. Vicente], **Coimbra** [D. Egas], **Guarda** [D. Rodrigo] e **Viseu** [D. Mateus], e pelos **procuradores dos de Lamego** [D. Pedro Mendes] e **Évora** [D. Martinho Peres] ao papa **Clemente IV** contra Afonso III. São 43 acusações que visam o monarca sobre os mais diversos abusos por ele cometidos contra os eclesiásticos, bens dos eclesiásticos ou de contestação e anulação de decisões eclesiais! Somos tentados a avaliar os conteúdos de cada acusação para melhor nos inteirarmos ou perscrutarmos as justificações que levavam D. Afonso III a agir daquela maneira, ainda que na 43.^a acusação, os autores episcopais resumam tudo a um «grande ódio que de há muito [o monarca] tinha concebido contra o clero»!

1.^a *acusação*: O rei, a seu bel-prazer obrigava os priores, abadesses e reitores das paróquias a renunciarem aos cargos e benefícios, especialmente, os das igrejas e mosteiros, em que ele pretendia exercer os direitos de padroado;

2.^a *acusação*: O rei mandava banir, confiscando-lhes os bens, os clérigos que exigiam, sob excomunhão ou lançamento de interdito do lugar, o pagamento dos dízimos e os direitos da Igreja, aos retardatários;

3.^a *acusação*: O rei proibia que os bispos organizassem conferências, congregando os prelados e os párocos;

4.^a *acusação*: O rei não reconhecia aos tribunais eclesiásticos o poder de pronunciamento de sentença de excomunhão, não a permitindo e reservando para si próprio o juízo sobre essa decisão;

5.^a *acusação*: Sempre que um eclesiástico emitia um interdito contra um lugar ou igreja, ou o alvo de excomunhão era um oficial público, o rei e seus agentes, através de ameaças e sequestros compeliavam os executores a abrandar as censuras, instaurando-lhes um processo em tribunal secular, suspendendo-os das funções, prendendo-os e encarcerando-os, além de fazer entender a mão da justiça àqueles que os acolhiam;

6.^a *acusação*: Quando alguns juizes eclesiásticos lançavam interdito ou excomunhão favorecendo um qualquer clérigo, contra um concelho ou seu morador, o rei ou os seus magistrados proibiam o trato com esse clérigo, de tal forma que lhe interditavam a água ou o fogo, além de espalharem por lugares públicos o descrédito do mesmo e declarando de traidores os eclesiásticos, espoliando-os até de bens herdados;

7.^a *acusação*: Qualquer lugar, paróquia ou morador, juiz ou ministro da Coroa, sob o efeito de censuras canônicas, sente-se acobertado para tramar conspirações contra o pagamento do dízimo, ou para impedir o benefício da igreja ou doações;

8.^a *acusação*: O rei proibia a demarcação das paróquias dentro das dioceses;

9.^a *acusação*: Tanto o rei como os concelhos apoderavam-se indevidamente das terças destinadas à fábrica dos templos, gastando-as em obras concelhias ou para pagar soldadas;

10.^a *acusação*: O rei negava-se a pagar a dízima das suas rendas, levando a que os concelhos lhe seguissem o exemplo de incumprimento;

11.^a *acusação*: Sendo da competência dos bispos a administração dos hospitais e albergarias, o rei usurpava-lhes esse direito e monopolizava os bens dessas instituições;

12.^a *acusação*: O rei obrigava o clero a contribuir para as obras públicas de restauro, por exemplo, os muros das cidades e vilas;

13.^a *acusação*: O mesmo acontecia aos colonos das igrejas, o que levava a que estes abandonassem os lugares;

14.^a *acusação*: O rei não respeitava o asilo dos templos, mandando ali prender os criminosos, ou então, montando-lhes guarda à porta até que se entregassem, pela fome;

15.^a *acusação*: O rei e os seus meirinhos prendiam clérigos, sem licença dos bispos, e recusavam-se a entregar-lhos;

16.^a *acusação*: Que muitos os clérigos presos eram deixados morrer à fome, eram enforcados ou mortos de outros modos; e, se algum deles, era pároco e o povo os solicitava, eram deixados livres para suprirem os atos de culto, mas logo eram reconduzidos novamente para as masmorras;

17.^a *acusação*: Eram frequentes as ameaças de morte dirigidas tanto ao arcebispo como aos bispos, e, por vezes, eram-lhes feitas ciladas, sendo depois encerrados nas igrejas, mosteiros e outros lugares, onde eram cercados por mouros, judeus e outros, chegando a mandar cortar as orelhas, a castrar ou a assassinar serviçais destes eclesiásticos;

18.^a *acusação*: É visado o rei, seus cavaleiros e vassalos, pelos assédios e palavras afrontosas e de insolência proferidas;

19.^a *acusação*: Por vezes, a insolência ia para além das palavras, chegando o rei a consentir a humilhação de clérigos que eram despojados das suas vestes e expostos nus ao ridículo;

20.^a *acusação*: Que foi ordenado que por todo o Reino se fizessem inquirições acerca de bens e padroados das igrejas, com prejuízo do clero, e, de forma arbitrária, tomava posse desses bens, à custa, por vezes, da expulsão dos párocos;

21.^a *acusação*: Que, muitas vezes, tomava a liberdade de nomear párocos para os lugares e igrejas, obrigando os bispos a admiti-los canonicamente;

22.^a *acusação*: Que, muitas vezes, em casos de padroado partilhado por intrusão, o prelado pedia a ajuda do braço secular, mas o rei negava-lho, protegendo o intruso;

23.^a *acusação*: Proibia aos eclesiásticos a compra de propriedades, confiscando as que possuíam ainda que fossem ou não adquiridas noutros tempos;

24.^a *acusação*: Mandando o rei, à custa dos prelados, fazer uma inquirição sobre as razões invocadas pela Igreja, e concluída a mesma e julgada a matéria com expedição de ordens para a sua reparação, o rei mandou suspendê-las, deixando que tudo ficasse na mesma como estava antes;

25.^a *acusação*: Sob o pretexto de administração da justiça, o rei nomeou meirinhos e outros oficiais da justiça, que se mostraram insolentes, praticando exações nas igrejas e mosteiros e inclusive nas ordens militares, sendo na violência dessas práticas imitados pelos ricos homens, juizes e oficiais públicos;

26.^a *acusação*: Abusivamente, tanto o rei como barões, alcaides e conselheiros da Coroa, tomavam aos clérigos provisões que pagavam ao preço que entendiam, servindo-se inclusive dos servos e escravos mouros, das cavalgaduras e de quanto pertencia aos clérigos;

27.^a *acusação*: Acusava os clérigos, por vezes, de terem descoberto tesouros, e arrastados de prisão em prisão, obrigava-os a entregar-lhos sem estarem preocupados pela origem de tais bens;

28.^a *acusação*: Exigia procurações ou colheitas demasiadas das igrejas de que possuía padroado, obrigando os párocos até a dar-lhe cavalos, ainda que não os tivessem;

29.^a *acusação*: Fundava povoações nas imediações de vilas ou cidades pertencentes à Igreja, e procedia de forma a que as populações destas passassem para as novas, a pretexto de razões que ele impunha ou forçando-as a tanto, por vezes, reduzindo à servidão os recalcitrantes

ou os seus dependentes. Para tanto, mudava os ancoradouros ou o traçado dos caminhos, forçando os transportadores de mercadorias a desembarcá-las onde lhe aprouvesse a fim de colher o valor de novas portagens;

30.^a *acusação*: Sem permissão dos bispos nomeava oficiais e súbditos da Igreja, recebendo-os como vassalos e forçando-os a renunciarem à vassalagem eclesiástica, isto, por vezes, através da violência, confisco de bens ou mesmo execução.

31.^a *acusação*: Aos pescadores, súbditos da Igreja, eram impostos serviços, e os bispos eram constrangidos, através de ameaças e terrores, a fazerem declarações falsas em que afirmavam concordar com esses abusos;

32.^a *acusação*: Sempre que algum clérigo, residente no estrangeiro, mandava seguir de Lisboa mercadoria ou somas necessárias para seu sustento no destino, passava a ser obrigado a pagar portagem e impunha uma fiança que garantisse o retorno ao mesmo porto de valores equivalentes aos exportados;

33.^a *acusação*: Se os prelados, amigos, parentes ou vassalos se defendiam de quem os injuriava castigando-os, o rei obrigava-os a pagar pesadas multas, invocando que as leis civis não estavam a ser respeitadas, fora dos tribunais;

34.^a *acusação*: Mandando derribar casas e torres do clero, mas que estiveram longos anos ao serviço do rei, concedia depois, como ato de benevolência, que o bispo a reerguesse, mas não o indemnizava dos prejuízos;

35.^a *acusação*: Quando um ministro de justiça, da fazenda do rei, ou de rico homem, queria assacar dinheiro de alguém, súbdito da Igreja, este era chamado a juízo a pretexto de qualquer coisa, mas não se lhe permitia advogado, ainda que nomeado por juiz, e nem era possível arranjar um advogado de fora, pois nenhum se atrevia a enfrentar os oficiais públicos;

36.^a *acusação*: Muitas vezes, os barões ou cavaleiros que têm a tenência dos castelos recorriam aos bens eclesiásticos para satisfação das suas necessidades, quer em tempo de guerra quer em tempo de paz, para além dos serviços de sacerdotes e seus homens, nunca repondo os bens recolhidos e, da mesma forma, o rei se mostrava negligente em lhes exigir;

37.^a *acusação*: Se alguém pretendia fazer doações ou testamento, «por bem das suas almas», a igreja ou mosteiro, o rei e os seus ministros reduzia-os à condição de rústicos, e equiparava a igreja a ignóbil servo;

38.^a *acusação*: O rei constrangia os bispos, abades e priores a terem os seus próprios oficiais de justiça ou porteiros como também se lhes chama, mas, por essa exigência, eram obrigados a pagarem uma certa importância ao porteiro-mor, para além de terem de lhes garantir estípcio próprio e tudo do necessário para o desempenho;

39.^a *acusação*: O rei é acusado de investir judeus em cargos de autoridade sobre os cristãos e não os obrigando a ostentar sinais de identificação, nem a pagar dízimo à Igreja, como mandava o direito;

40.^a *acusação*: É frequente a sua má vontade em permitir permutas de bens entre dioceses e entre bispos;

41.^a *acusação*: O rei é acusado de se imiscuir na reposição de eclesiásticos sempre que vaga uma sé. Para tanto, envia cartas rogatórias ou de tom ameaçador aos membros dos cabidos, de forma a que estes favoreçam um nome por ele indicado para o lugar vago, frequentemente clérigos do paço, ainda que de perfil menos indicado, criando grandes constrangimentos aos responsáveis eclesiásticos;

42.^a *acusação*: Frequentemente esforça-se por avocar aos tribunais civis causas dos tribunais eclesiásticos, apoderando-se de legados de párocos falecidos, ainda que fossem para beneficiar as suas igrejas;

43.^a *acusação*: Nas deslocações, frequentemente, apresenta-se juntamente com os oficiais que o acompanham e seu séquito, de forma violenta, nas residências dos bispos, cónegos e outros pertencentes à Igreja, sem respeitar as imunidades eclesiásticas, de forma bem contrastante com o que fazia o seu pai Afonso II, e isto «pelo grande ódio que de há muito tinha concebido contra o clero». (Cf. tomo IX, pp. 187-197.)

Carta do rei **D. Afonso III**, de (?) 1268, que contém um resumo das queixas do arcebispo de Braga, D. Martinho Geraldês, em que este afirmava que saíra de Portugal, por causa dos ve-

xames sofridos, ele, a Igreja e as igrejas e clero da sua diocese, por parte do rei, seus vassalos e justiças. Tendo ido para Roma, e perante as queixas apresentadas ao Papa seria de deduzir que estava convencido de que o rei lhe reservava rancor, a ele e aos religiosos e clérigos seus sequeazes assim como às suas famílias. O rei, no entanto, assegura-lhe a vontade de que voltem ao Reino, podendo sair se assim lhes aprouver para tratar dos seus assuntos, e sem receio ou perigo. Concede-lhes por isso uma trégua de quinze anos. (Cf. tomo IX, pp. 197-198.)

Bula *Justis potentium desideriiis* de **Clemente IV**, dirigida ao bispo do Porto [Vicente Mendes], em 1 de junho de 1268. Nela é confirmada a doação da cidade do Porto, feita por D. Teresa e já confirmada por outros papas anteriores. (Cf. tomo IX, p. 198.)

Constituição de **Gregório X** em favor dos prelados do reino de Portugal, de 4 de setembro de 1275. O Papa lembra que pelo facto de Portugal ser um país seu censual merecia à Cúria especial afeto, e por isso se dispunha a uma especial vigilância. Lembra que já desde os tempos do seu antecessor Honório III chegavam a Roma queixas sobre o comportamento do então rei D. Afonso II, particularmente no que respeitava aos atropelos à liberdade eclesiástica e à opressão exercida de diversos modos, através de coletas sobre as igrejas, mosteiros, hospitais, casas e outros lugares religiosos e clero em geral. Desde então, o rei tinha sido admoestado para que estes comportamentos fossem corrigidos, inclusive através do arcebispo de Braga que se viu obrigado a executar sentenças eclesiásticas. Seguidamente, ocupou o trono D. Sancho II, mas este parecendo querer imitar o seu pai, procedeu de igual modo. O papa Gregório IX e depois dele Inocêncio IV fizeram tudo para que o monarca se corrigisse, mas sem resultado, pelo que o papa Inocêncio em carta para o próprio D. Sancho II e para os barões, concelhos e povo em geral, determinou que o rei fosse substituído por seu irmão D. Afonso, conde de Bolonha, a fim de se pôr termo a uma degradação grande em que se encontrava o Reino. D. Afonso prestou juramento em Paris, em que se obrigava a defender os religiosos, os mosteiros, as igrejas, os órfãos e as viúvas. Porém, depois de ter assumido a administração, D. Afonso pareceu esquecer tudo o que tinha prometido, passando também ele a exercer numerosas violências contra os prelados, igrejas e religiosos, pelo que vários bispos se dirigiram à Santa Sé para que esta interviesse e fizesse o rei respeitar os termos do seu juramento. Gregório X, então, dirigindo-se ao rei Afonso exigiu-lhe que ele reparasse os danos causados e se abstivesse do exercício de violência contra os clérigos e a liberdade religiosa. Em cartas aos bispos e abades e priores das ordens pediu-lhes que observassem se o rei se mostrava disposto a corrigir-se e, nesse caso, fossem suspensas, por sete meses, as medidas de excomunhão do reino lançadas pelos bispos, caso contrário deveriam continuar os interditos. O Papa informa ainda que deu instruções para que a Bula fosse apresentada ao rei e dele fosse colhida a sua resposta, mas o rei recusou-se ao encontro, alegando diversas razões, inclusive problemas de saúde. Constatando, o Pontífice que não se obtinha qualquer compromisso por parte do rei, emitiu uma série de ameaças aprazadas que teriam de ter alguma resposta, caso contrário desencadear-se-ia uma série de penalizações ao rei e ao Reino, que começariam por interdito local, excomunhão, interdito geral a todo o Reino, com inibição do exercício de padroado em qualquer igreja. Era reservada à Santa Sé a absolvição de tudo. (Cf. tomo IX, pp. 214-219.)

Bula *Jucunditatis et exultationis* de **João XXI**, dirigida a D. Afonso III, em (?) de 1277. Nesta Bula, o Papa espera que D. Afonso III se mostre regozijante pela sua eleição, pois é português e isso deverá ser considerado uma alta honra para o Reino. Mostra-se muito afável e conciliador e propõe que o rei aceite este cumprimento como uma oportunidade de se promover e incrementar a paz de Portugal, e que o país pudesse sempre ter na Igreja «uma afetuosa e propícia mãe». (Cf. tomo IX, pp. 220-221.)

«Promessa feita por el-rei **D. Afonso III** pouco antes de falecer, pela qual se obriga a obedecer aos preceitos apostólicos e a restituir quanto houvesse tirado à Igreja», em 17 de janeiro de 1279. D. Afonso declara a sua intenção de se submeter às prescrições da Igreja romana. Para tanto, jurou sobre os Santos Evangelhos e prometeu, sem condições, acatar e cumprir a vontade da Santa Sé, pelo que decidira restituir tudo o que mandara usurpar assim como indem-

nizar os prejuízos causados. A este juramento assistiu D. Dinis que assentiu, prometendo, a pedido do pai, restituir mesmo o que se viesse a provar, e a cumprir e fazer cumprir o testamento. (Cf. tomo IX, pp. 222-223.)

D. DINIS (1261 [rei: 1279]-1325)

Carta de **D. Dinis** ao papa Martinho IV, em 23 de abril de 1282. Nesta carta, o monarca recorda uma ordenação do papa Gregório X contra o seu pai e que o envolvia também a si, mas depois do falecimento de D. Afonso III, o arcebispo de Braga e os bispos do Porto, de Coimbra, da Guarda, de Évora e de Tuy, considerando o bem-estar das almas e o sofrimento por que passavam todos devido aos interditos, privando-os dos sacramentos, chegaram a um acordo, condensado em dois pontos: 1. que o rei cumpriria o que era exigido pela Bula papal; 2. que obrigaria os súbditos também a cumprir e guardar fielmente o determinado e para sempre. Pede-se ao Pontífice que se digne confirmar este acordo. (Cf. tomo IX, p. 227.)

Carta escrita pelo **arcebispo de Braga e pelos bispos de Coimbra, Guarda, Évora, Tuy e Porto**, dirigida a Martinho IV, em que lhe expõem as resoluções de um encontro que tiveram na cidade da Guarda e pedem ao Pontífice que as confirme para bem o Reino. (Cf. tomo IX, pp. 228-229.)

Bula *Ex parte venerabilium* de **Martinho IV**, dirigida ao bispo de Leão e ao deão e arce-diago de Ledesma Salamantinense, em 25 de março de 1284. O Pontífice dá conta das cartas recebidas do rei de Portugal e do episcopado português, acerca da forma como está a ser regulada a relação entre os eclesiásticos e o rei de Portugal, e explicita os critérios para que seja dada a confirmação pontifícia às suas solicitações. (Cf. tomo IX, p. 230.)

Bula *Haec est forma* de **Martinho IV**, dirigida ao bispo de Leão, ao deão e ao arce-diago de Ledesma Salamantinense, em 15 de maio de 1284, dando conta dos conteúdos da carta do rei D. Dinis aos prelados acerca da concórdia estabelecida entre eles, mas também do conteúdo de outras cartas sobre algumas dificuldades ocorridas entre o rei e os prelados. A Bula repete, esmiuçadamente, a maior parte das queixas ocorridas em tempo de D. Afonso III e D. Dinis, seu filho, já referidas em Bulas anteriores, em que estes alegam a não submissão, «alegando o rigor das prescrições de Roma, e que por esse motivo fora o reino declarado em interdito dos prelados, e de novo o tornara a ser em virtude delas com grave prejuízo das almas, privadas da consolação dos sacramentos». Agora, o Pontífice dá conta de que os prelados e o rei terão chegado a um acordo, em que as partes se comprometeram a responder sobre os pontos acordados, de forma a submetê-los à guarda do notário público. Perante o compromisso de D. Dinis de respeitar todo o acordado, este pediu ao Pontífice que confirme o acordo, obrigando-se a respeitá-lo e ordenar que seja respeitado não só pelos súbditos, mas ainda pelos seus sucessores, pelo que lhe foram levantadas as sentenças de interdito e de excomunhão emanadas pelos prelados e pela Santa Sé. (Cf. tomo IX, pp. 237-239.)

Carta dirigida a **Honório IV**, pelo **arcebispo de Braga**, D. Telo e pelos **bispos de Coimbra, da Guarda e do Porto**, em 9 de junho de 1285. A Carta é sobre um diferendo surgido na Cúria reunida em Lisboa, com a presença dos bispos e dos nuncios, em que em primeiro lugar foi dado conhecimento da morte de Martinho IV, e de seguida, se discutia sobre a obrigatoriedade de cumprir determinações do Papa falecido, pela voz dos nuncios. O rei pretendia o conselho das cortes sobre como proceder, mas esperava que tudo «se resolvesse em boa paz». A Cúria dividiu-se, pois, enquanto uma parte aceitava a legitimidade dos nuncios, a outra parte não reconhecia essa legitimidade pois o Papa, mandatário dos nuncios, já tinha morrido, e aconselhavam que o rei não devia aprovar nem aceitar os artigos, e lembravam que os outros reis e príncipes cristãos mostravam-se livres, enquanto a Coroa de Portugal parecia paralisada pelos escrúpulos. Perante este quadro, então os prelados decidiram pedir conselho sobre a forma de proceder ao novo papa, Honório IV. (Cf. tomo IX, pp. 239-241.)

Bula de *Cum olim* de **Nicolau IV**, de 7 de março de 1288, que transcreve *os quarenta artigos da Concordata celebrada em Roma*, entre os procuradores de D. Dinis e o arcebispo de Braga [D. Telo] e os bispos de Coimbra [Américo (Aymerico) Ebrard], de Silves [Frei Bartolomeu] e de Lamego [D. João], a fim de serem encerradas as discórdias entre o poder real e a Igreja. Esta concordata resulta da necessidade de resolver questões deixadas em aberto por D. Afonso III, relacionadas com as 43 queixas de eclesiásticos [a Clemente IV, em 1265] pelo seu não cumprimento dos Acordos e ao comportamento abusivo, semelhante ao dos seus antecessores já condenados. D. Afonso reconciliou-se, ainda em vida, com o clero português e exigiu a seu filho que prosseguisse os contactos a fim da questão ficar sanada. D. Dinis, juntamente com os bispos portugueses, elaborou este documento de compromisso – em que se repetia a acusação e se estabelecia uma resposta, mais ou menos, nestes termos: «*Responderam os procuradores, que el-rei não o tinha feito, nem faria de futuro...*» – que foi enviado ao Papa para ratificação. Devolvido por Nicolau IV com algumas emendas e acrescentos, ficaria com 40 artigos. (Cf. tomo IX, pp. 241-255.)

Bulas *Incolis regni* e *Licet malorum* de **Nicolau IV**, dirigida aos habitantes de Portugal, em 23 de março de 1288 e 23 de março de 1289, respetivamente. Nelas, o Papa mostra-se compadecido pelo estado de privação em que se encontravam os habitantes do Reino, privados do consolo dos sacramentos, há muito tempo, pelo que, atendendo às súplicas dos prelados e seus procuradores, determinava levantar as sentenças de interdição que vigoravam desde Gregório X. Dá por terminadas as discórdias, após a assinatura da Concórdia pelos procuradores do rei e prelados. (Cf. tomo IX, p. 256.)

Carta de procuração do rei **D. Dinis**, de 5 de junho de 1288, em que constitui seus procuradores a Martim Pedro, chantre de Évora, e a João Martins, cônego de Coimbra, para ajustarem os termos da Concórdia celebrada entre o rei os prelados do reino, «pela maneira que julgarem mais útil ao seu reino e trono, havendo por firme e valioso, quanto eles fizerem e retificarem». (Cf. tomo IX, p. 256.)

Carta dirigida a **Nicolau IV**, pelo abade de Alcobaça, pelos priores de Santa Cruz de Coimbra e de São Vicente de Lisboa, e por outros prelados, em 12 de novembro de 1288, em que se solicita ao Pontífice que confirme e que possam ser adstritas verbas das igrejas e mosteiros para sustento dos docentes de um Estudo Geral de Ciências a criar em Lisboa, e destinado à formação dos que se dedicassem ao estado clerical, cuja autorização já havia sido dada por D. Dinis. (Cf. tomo IX, pp. 258-259.)

Bula *Cupientes ut controversie* de **Nicolau IV**, dirigida ao arcebispo de Braga e aos bispos de Silves, de Coimbra e de Lamego, em 1 de fevereiro de 1289, em que lhes ordena que de acordo com os procuradores nomeados por D. Dinis, se ponham fim definitivo às dissidências antigas, deixando ao seu critério a resolução de algum arbítrio. (Cf. tomo IX, p. 259.)

Bula *De statu regni* de **Nicolau IV**, dirigida aos mestres e estudantes de Lisboa, em 9 de agosto de 1290. O Pontífice dá conta de ter tomado conhecimento de que D. Dinis estabeleceu em Lisboa estudos de faculdade e que aos mestres escolhidos para regência das cadeiras de estudo foi prometido determinado salário, por alguns prelados, pelos abades de Cister, pelos priores de Santo Agostinho e de São Bento, e por parte de reitores de diversas igrejas do Reino. Regozijado por tudo o que foi determinado e pela utilidade desta decisão, pede a D. Dinis que obrigue aos habitantes da cidade de Lisboa a que aluguem aos estudantes as casas que possuírem, por «preço taxado por dois clérigos e dois seculares prudentes, católicos e ajuramentados, nomeados pelos estudantes e pelos cidadãos». Pede ainda a D. Dinis que assegure com juramento as imunidades dos vários funcionários cuidadores dos bens e procuradores dos estudantes; que os mestres recebam rendimentos com a sua condição, mas que as *distribuições quotidianas* sejam «somente consignadas para os que assistem aos ofícios divinos»; e que quer mestres quer estudantes enviados a tribunal sejam apenas julgados em tribunais eclesiásticos. Que os estudantes, nas suas diversas especialidades – humanistas, canonistas, médicos e legistas – reputa-

dos de idóneos recebam a graduação de *licenciados*, conferida pelo bispo da diocese ou pelo vigário, podendo a partir daí darem aulas em qualquer parte, exceto de Teologia. (Cf. tomo IX, pp. 286-288.)

Bula *Porrecta nuper nobis* de **Clemente V**, dirigida a D. Dinis, em 26 de fevereiro de 1308, em que lhe concede o rendimento de seis igrejas do real padroado para pagamento dos mestres de estudos que o rei mandara de Lisboa para Coimbra. (Cf. tomo IX, p. 294.)

Bula *Regnans in caelis* de **Clemente V**, dirigida a D. Dinis, em 12 de agosto de 1308, em que o Pontífice convoca o rei para estar presente no Concílio de Vienne (França), onde estarão também arcebispos, bispos e prelados a fim de se decidir sobre a extinção da Ordem do Templo, por denúncia de Filipe IV de França. (Cf. tomo IX, pp. 295-298.)

Bula *Callidis serpentis vigil* de **Clemente V**, dirigida a D. Dinis, em 30 de dezembro de 1308, na sequência da Bula *Regnans in caelis*, o Papa solicita que o rei mande prender e julgar todos os Templários residentes em Portugal. (Cf. tomo IX, p. 298.)

Bula *Ad nostrum non sine* de **João XXII**, dirigida ao bispo de Lisboa Frei D. Estêvão, em 21 de março de 1317, em que o Pontífice o exorta a que não semeie intrigas e discórdia nas relações de D. Dinis com sua esposa D. Isabel e o filho, infante D. Afonso. Que procure remediar o mal causado e que, se se provar serem verdadeiras as suspeitas sobre o seu comportamento, que a Santa Sé se dispõe a castigá-lo severamente. (Cf. tomo IX, p. 307.)

Bula *Displicenter audivimus* (dois textos personalizados) de **João XXII**, dirigida ao infante D. Afonso e à rainha de Portugal, em 21 de março de 1317, em que o Pontífice se congratula por não terem surtido qualquer efeito as intrigas e enredos que foram suscitados entre o infante e sua mãe e o pai, o rei D. Dinis. Aconselha ainda o príncipe a tenha em consideração os seus deveres filiais e à rainha «que atenda aos seus deveres de esposa e extremosa mãe». (Cf. tomo IX, pp. 307-308.)

Bula *Per tuas fili carissime* de **João XXII**, dirigida a D. Dinis, em 21 de março de 1317, em que o Pontífice se congratula por não terem surtido qualquer efeito as intrigas e enredos que foram suscitados pelo bispo de Lisboa D. Estêvão, entre o monarca, a rainha e o seu filho D. Afonso, e lembra que o rei não se esqueça dos seus deveres de pai e marido. (Cf. tomo IX, pp. 308-309.)

Bula *Munus quatuor* de **João XXII**, dirigida a D. Dinis, de 21 de março de 1317, em que o Papa agradece a dádiva de quatro mil florins que aquele lhe enviou. (Cf. tomo IX, p. 308.)

Bula *Non sine multa* (três versões) de **João XXII**, em 10 de junho de 1317, dirigida ao rei D. Dinis, ao bispo de Évora [D. Geraldês Domingues], e a todos em geral. Admoestando, sob pena de excomunhão, aos que entregarem a gerar perturbação nas relações do casal real e seu filho, e a todos os que os ajudarem e derem conselho aos agitadores. (Cf. tomo IX, pp. 309-310.)

Bula *Et si inter illos* de **João XXII**, de 6 de junho de 1318, dirigida a D. João [em nota, o autor diz desconhecer de quem se trata!], filho de D. Afonso, secundogénito de D. Dinis, e a D. Isabel, filha de D. Afonso, irmão do rei, concedendo dispensa de casamento por serem parentes em terceiro e quarto grau. (Cf. tomo IX, p. 311.)

Bula *Scriptis tibi* de **João XXII**, dirigida a D. Dinis, em 12 de fevereiro de 1322. Nela, o Pontífice aconselha o monarca a que faça as pazes com o infante D. Afonso, seu primogénito, e amenize a indisposição que existe entre o Infante e D. Afonso Sanches, irmãos naturais. (Cf. tomo IX, p. 328.)

Bula de **João XXII**, dirigida ao bispo de Lisboa [D. Gonçalo Pereira], em 30 de maio de 1323, em que lhe solicita que absolva o rei D. Dinis da pena de excomunhão em que incorrera

por haver mandado encarcerar alguns eclesiásticos. Isto depois do monarca reparar a injúria e o prejuízo aos ofendidos e jurar não cometer outros abusos, futuramente. (Cf. tomo IX, p. 330.)

Bula de **João XXII**, dirigida ao infante D. Afonso, em (?) de 1324, em que lhe censura as discórdias que o separam do pai, D. Dinis, e aconselha-o a que se harmonize com ele e lhe obedeça, caso contrário incorre em pena de excomunhão, assim como os que o acompanharem na sublevação contra a legitimidade de D. Dinis. (Cf. tomo IX, p. 331.)

D. AFONSO IV (1291 [rei: 1325]-1357)

Bulas *Et si inter illos* de **João XXII**, dirigidas a D. Pedro (primogénito) e D. Maria, filhos de D. Afonso IV, em 18 de fevereiro de 1325, em que lhes é concedida dispensa para os seus casamentos com qualquer parente até ao quarto grau. (Cf. tomo IX, pp. 335-336.)

Bula de **Bento XII**, dirigida ao rei de Portugal, em 30 de novembro de 1338, em que o Papa manda que o monarca satisfaça o tributo anual de dois marcos de ouro, a que se tinham elevado as quatro onças prometidas por D. Afonso Henriques a Alexandre III. (Cf. tomo IX, p. 345.)

Bula *Et si inter illos* de **Clemente VI**, dirigida a D. Leonor, filha de D. Afonso IV, em 10 de janeiro de 1345, em que lhe é concedida dispensa para o seu casamento com qualquer parente como lhe fora pedido por ela. (Cf. tomo IX, p. 354.)

Bula *Et si inter illos* de **Clemente VI**, dirigida a D. Maria, filha do infante D. Pedro, primogénito de D. Afonso IV, em 10 de janeiro de 1345, em que lhe é concedida dispensa para o seu casamento com qualquer príncipe ou parente. (Cf. tomo IX, p. 354.)

Bula *Quanto devotius* de **Clemente VI**, dirigida a D. Afonso IV, em 17 de agosto de 1350, em que lhe solicita que «não consinta que por qualquer modo se ofenda a Igreja devendo el-rei castigar todos os que tiverem essa ousadia». (Cf. tomo IX, p. 355.)

Bula *Romana mater ecclesia* de **Inocêncio IV**, dirigida ao arcebispo de Braga [D. Guilherme de la Garde] e aos bispos de Évora [D. João] e de Viseu [D. João], em 27 de fevereiro de 1355. Nela se determina que, durante 4 anos, seja entregue a D. Afonso IV, metade de todas as rendas eclesiásticas, a fim de ajudar o monarca nas despesas da guerra contra os mouros como represália de uma incursão moura que teve lugar no Algarve com graves perdas de bens e vidas. Ficam isentos deste contributo os cardeais da Cúria, rendatários de bens em Portugal, assim como a Ordem dos Hospitalários e os freires das Ordens de Cristo, de Santiago e de Avis. (Cf. tomo IX, pp. 355-356.)

D. PEDRO I (1320 [rei: 1357]-1367)

D. Pedro reuniu cortes em Elvas, no ano de 1361, com o intuito de colher dos bispos e nobreza informação sobre as suas queixas acerca dos comportamentos dos oficiais do Reino. ***Os preladados apresentaram as seguintes questões a que o monarca deu as correspondentes respostas:***

1. São acusados os corregedores, juizes e oficiais de exigirem aos eclesiásticos que estes colaborem com pagamento na reedificação de muros dos castelos, contrariando as disposições de D. Afonso III assim como o que foi jurado por D. Pedro perante o clero. *O monarca decide que se mantenham as disposições que já vigoravam no tempo de seu pai.*

2. Queixam-se também de que o clero de ordens menores está a ser obrigado a guardar os portos e as vilas, assim como a incorporar o exército e embarcar nas galés, contra o que era determinado por D. Afonso IV. *Determina o rei que os clérigos de ordens menores casados devem ser sujeitos às mesmas leis dos seculares; no caso de serem celibatários então devem respeitar-se as disposições anteriores da lei.*

3. Os eclesiásticos sentem-se constrangidos a pagar, tal como os seculares, impostos sobre os seus bens patrimoniais, contra o que regulava o direito sobre a liberdade da Igreja. *O rei determina que é justo que os eclesiásticos também contribuam, tal como os seculares, para o proveito das comunidades onde estão inseridos, particularmente nos casos de necessidade.*

4. É acusada a justiça real de, através de cristãos, mouros e judeus, mandar prender muitos que recorrem à proteção da Igreja, acolhendo-se nos templos, ou cortando-lhes o acesso a mantimentos até que voluntariamente se entreguem, contrariando o que foi jurado pelo rei perante a Igreja. *O rei responde que se tal está a acontecer não é do seu conhecimento, pelo que determina que não se pratique isso.*

5. Outra acusação refere a prisão de clérigos pelo poder secular, por vezes sujeitando-os a tormentos, sem conhecimento dos bispos e seus representantes, mesmo não se conhecendo os crimes por que são acusados, contrariando o jurado pelo monarca. *Responde o rei que se houver crimes, os clérigos devem ser presos, mas em nenhum caso atormentados, e que devem ser entregues ao bispo se os crimes forem da sua jurisdição.*

6. Acusa-se a justiça real que, por vezes, prende eclesiásticos, e quando o bispo pede que lhos devolva, os juízes apelam à cúria do rei, prolongando por muito tempo a sua devolução. Sucede que, então, quando chega a ordem real para que sejam entregues, é exigido ao bispo que pague o encarceramento. *Determina então o rei que se passe a devolver os encarcerados reclamados sem que se proceda a apelo ao rei, e quanto às despesas de encarceramento deve-se proceder como é costume.*

Seguem-se mais 27 queixas, mas todos do mesmo teor, ou seja, reclamando o clero para serem respeitadas as imunidades eclesiásticas, conformes ao juramento do rei, quando ascendeu ao trono, ou invocando determinações de monarcas anteriores que mantinham e respeitavam esse tratamento de exceção; respondia o rei, normalmente, esclarecendo este ou aquele caso, à luz da sua interpretação, mas, na generalidade, ordenando que se cumprisse o que era costume. (Cf. tomo IX, pp. 359-370.)

D. FERNANDO (1345 [rei: 1367]-1383)

Bula *Fide digna* de Urbano V, dirigida a Bertrando, bispo de Cominges, e a Agapito, bispo de Bréscia, em 26 de fevereiro de 1370, solicitando-lhes que passem em Portugal e Espanha a fim de tentarem harmonizar as relações entre D. Fernando de Portugal e D. Henrique de Castela, e entre este e D. Pedro de Aragão. (Cf. tomo IX, pp. 375-376.)

Bula *Dudum felicis* Carlos de Navarra. Recomenda a todos que abandonem a guerra entre si e, tomando a cruz, combatam os sarracenos, pois estes estavam a aproveitar-se das dissensões entre os reis cristãos a fim de assegurarem posições em Castela, invadindo para isso várias povoações e espalhando o terror com mortes e roubos *recordationis* de Gregório XI, de 6 de fevereiro de 1371, em que manda que os núncios da Santa Sé, em conformidade com o que determinara Urbano V, se encarreguem de levar a efeito o apaziguamento das contendas entre os reis peninsulares, pelos que lhes concede «plenas faculdades». (Cf. tomo IX, pp. 376-377.)

Bula *Accedit nobis* de Gregório XI, dirigida a D. Fernando, em 2 de abril de 1376, em que lhe concede metade da décima de todas as rendas eclesiásticas, por dois anos, a fim ajudar ao esforço de guerra contra os mouros. Excetuam-se as rendas dos cardeais da Cúria romana com bens em Portugal e as Ordens Militares. (Cf. tomo IX, pp. 377-380.)

Final da Dinastia Borgonhesa / Início da Dinastia Joanina ou de Avis

D. JOÃO I (1357 [rei: 1385]-1433)

À morte de D. Fernando, em outubro de 1383, a viúva D. Leonor ascendeu à regência do Reino. Por determinação consertada em Salvaterra de Magos e consagrada em Tratado, esta regência prolongar-se-ia até aos 14 anos de um próximo filho da herdeira D. Beatriz casada com

D. João de Castela. Ora, parecendo garantida esta solução, D. Leonor, logo em janeiro de 1384, fez saber a sua intenção de renunciar à regência em favor da sua filha Beatriz, facto que determinaria a passagem da soberania de Portugal para D. João de Castela. Esta nova situação provocou um levantamento de oposição por parte de muita da nobreza portuguesa, assim como da burguesia e povo, particularmente, na cidade de Lisboa, que aclamaram defensor e regedor do Reino a D. João, Mestre de Avis, e irmão bastardo de D. Fernando. D. João de Castela, respondendo ao apelo da sua sogra D. Leonor, invadiu Portugal e pôs cerco a Lisboa, que lhe resistiu e o levou a retirar-se, algum tempo depois. Os corpos eclesiais das duas coroas, entretanto, também se mostravam algo divididos, quer no tocante à sucessão de D. Fernando, quer nas fidelidades aos Papados, pois, desde 1378 (e até 1417), havia dois papas (Roma e Avinhão). A Coroa de Castela apoiava o papa de Avinhão (nesta época, **Clemente VIII**), e os partidários do Mestre de Avis, o de Roma (então, **Urbano VI**). Esta situação haveria de favorecer a causa do recém-aclamado rei de Portugal, junto do Papado que prevaleceu, o romano, por isso, as Bulas emitidas em fevereiro de 1384, pelo papa de Avinhão, mencionavam D. João de Castela como rei de Portugal, e, em finais de 1387 (18 dezembro), ainda era enviado o cardeal Pedro de Luna (futuro antipapa Bento XIII) como Legado Pontifício para os quatro reinos da Península.

Súplica dos prelados, barões, cavaleiros e povo do Reino de Portugal, dirigida a **Urbano VI**, de 1385 a 1389, em que se lhe solicita a absolvição de excomunhão, «se nela incorreram», ao elegerem D. João I, apesar de ser filho adulterino e professo da Ordem de Avis. (Cf. tomo IX, p. 386.)

Conjunto de artigos do acordo entre D. João I e a clerezia, feito em Évora (há uma variante, segundo o autor, que refere Elvas) [*de 1391*], em que, à semelhança do que sucedeu no início de reinados anteriores, o novo rei é confrontado com um conjunto de 12 queixas do clero, por incumprimento ou por reivindicação, a que o monarca responde nos mesmos moldes do seu antecessor, remetendo muitas das respostas para a Concórdia anterior. (Cf. tomo IX, pp. 383-386.)

Bula *Divina disponente* de **Bonifácio IX**, dirigida a D. João I, em 27 de janeiro de 1391. Nesta Bula, o Papa expõe as razões que o levaram a aceitar o reconhecimento de D. João I, Mestre de Avis, como legítimo sucessor de D. Fernando no trono de Portugal. Uma das razões residia no facto de o outro concorrente, D. João Henrique, rei de Castela e Leão, ser considerado perseguidor do papa Urbano VI e da Igreja romana e por ter seguido o papa cismático Clemente VII, «obrigando os seus súbditos» a segui-lo. Na contingência dessa fidelidade a um antipapa poder afetar o povo português, no caso de D. João de Castela vir a ocupar o trono de Portugal, o clero, a nobreza e o povo de Portugal trataram de eleger alguém que oferecesse garantias de bom governante e, simultaneamente, fidelidade ao legítimo Papa. Para tanto, escolheram o Mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro, que aceitou a eleição e que, de seguida, casou com D. Filipa de Lencastre. Então, o clero, a nobreza e o povo, perante o perigo do seu eleito não ser reconhecido em Roma, assim como o seu casamento poder ser dissolvido, por via dos votos de celibato como membro da Ordem de Avis, solicitaram à Santa Sé que aceitasse este reconhecimento. Em conformidade, e atendendo às difíceis circunstâncias deste caso, «à piedade do monarca português e aos serviços por ele prestados ao Reino», o Pontífice resolvera absolvê-lo de quaisquer penas em curso assim como desligá-lo dos votos monásticos, «declarando-o legítimo» assim como o seu matrimónio, pelo que o confirma como rei. (Cf. tomo IX, pp. 393-394.)

Bula *Quia rationi congruit* de **Bonifácio IX**, de 28 de janeiro de 1391. O Papa enumera as várias transgressões do Mestre de Avis, D. João I, que estão na origem da petição que foi dirigida ao seu antecessor Urbano VI, pelos prelados, nobres e povo de Portugal, de forma a que o rei não fosse excomungado: primeiro, por haver aceitado o trono, sendo mestre da Ordem militar de Avis; por, ainda em tempos de D. Fernando, seu irmão, ter ido assistir ao casamento do rei de Castela e Leão, D. João Henrique com a filha de D. Fernando, estando este excomungado pela Santa Sé, por apoiar o antipapa Clemente VII; por envergar vestes de seda ornadas de ouro, não conformes com o seu estado religioso; e por se empenhar em «coisas cruéis e violentas». O papa Urbano VI, tendo em consideração o contexto, já referido na sua Bula *Divina dispen-*

te, havia atendido os pedidos, mas devido ao facto de, entretanto, o Papa ter falecido sem a emissão da documentação alusiva às concessões papais, confirmavam-se, agora, essas decisões. (Cf. tomo IX, pp. 395-396.)

Bula *Magne devotionis* de **Bonifácio IX**, dirigida ao bispo de Évora [D. João Eanes] e ao deão de Coimbra, em 6 de março de 1391. O Papa manda que os dois prelados incorporem na Ordem de Avis tantas igrejas paroquiais do padroado real quantas as necessárias de forma a se alcançarem rendimentos eclesiásticos na ordem de 4000 dobras! Isto em consonância com a disponibilidade manifestada por D. João I, premiando os serviços prestados pela Igreja à sua causa! (Cf. tomo IX, p. 396.)

Em 10 de novembro de 1393, a **Catedral de Lisboa é elevada a Metrópole**, com confirmação pela Bula *In eminentissimae dignitatis*, de **Bonifácio IX**, ficando como suas sufragâneas as sés de Évora, Guarda, Lamego e Silves.

Bula *Sincere devotionis* de **Bonifácio IX**, dirigida a Mem Rodrigues, mestre da Ordem de Santiago em Portugal, de 27 de maio de 1401. Concede-se absolvição de excomunhão do destinatário e também a liberdade de escolher confessor «que o absolva todas as vezes que o precisar»! (Cf. tomo IX, p. 396.)

Bula *Solet pia mater* de **Inocêncio VII**, dirigida ao arcebispo de Lisboa, em 1 de outubro de 1405. A Bula refere-se à Concordata entre D. João I e o bispo e cabido do Porto. Na raiz do problema está uma disputa antiga, pois a cidade foi doada ao Bispo por D. Teresa, mas sempre os soberanos futuros disputaram a cidade ao bispo, apoderando-se dela como, aliás, estava a acontecer ainda agora por parte de D. João I. Em vias dessa usurpação, já o seu bispo D. Pedro lançara um interdito sobre a cidade e diocese, pelo que Bonifácio IX, o suspendera, esperando dessa forma que as partes chegassem a um acordo amigável, com a ajuda do arcebispo de Lisboa. No entanto, esse acordo nunca chegou a realizar-se por várias razões, e, por morte do papa Bonifácio o interdito passou novamente a vigorar. Então o bispo do Porto, D. Gil [Egydio] Alma em consonância com o cabido, tendo em conta o longo tempo de interdição, decidiram submeter a D. João I uma Concórdia, em que se sugeriam compensações através de rendas por parte do rei e cedências na jurisdição da cidade por parte da Diocese. (Cf. tomo IX, pp. 400-401.)

Em 1409, Portugal envia ao Concílio de Pisa – que pretende extinguir o Grande Cisma do Ocidente – o arcebispo de Lisboa, D. João; o bispo de Lamego e mais dois teólogos.

Em 21 de março de 1411, por Bula, o [antipapa] **João XXIII** concede licença aos eclesiásticos para defenderem o Reino.

Em 5 de junho de 1416, são recebidos no Concílio de Constância (Alemanha), sob **Martinho V**, os enviados portugueses: D. Fernando de Castro e D. Álvaro Gonçalves de Ataíde e mais dois doutores em Leis.

Bula *Sane charissimus* de **Martinho V**, dirigida aos patriarcas, arcebispos, bispos e mais clero, em 4 de abril de 1418. Correspondendo a um apelo do rei de Portugal, o Papa convida todos os governantes europeus a ajudarem D. João de Portugal que, em África, mantém a luta contra os infiéis, concedendo-lhes indulgências do mesmo teor das concedidas aos Cruzados. Recomenda ainda que todos os prelados, arcebispos, bispos e patriarcas, sempre que D. João I «quiser acometer os infiéis» eles puguem a cruzada, e coloquem a cruz no ombro de todos os que quiserem alistar-se para esse fim. Concede também o perdão de todos pecados aos que tomarem a iniciativa por conta própria, e que todas as terras, fortalezas e praças conquistadas passarão para o domínio de D. João I, autorizando também os prelados a absolverem «os maiores pecados» de todos aqueles que acompanharem o rei contra os infiéis. (Cf. tomo IX, pp. 403-404.)

Bula *Romanus pontifex* de **Martinho V**, dirigida ao arcebispo de Braga e ao bispo de Lisboa, em 4 de abril de 1418. Responde o Pontífice ao desejo de D. João I que quer saber se a mesquita de Ceuta tem condições de ser convertida em catedral. Solicita então aos prelados para verificarem, e se for plausível que procedam à sua sagração, passando a gozar «de todas as graças e preeminências, liberdades e privilégios, concedidas às outras catedrais do Reino». (Cf. tomo IX, p. 404.)

Bula *Non sine magna* de **Martinho V** (duas cópias), em 1427, uma dirigida ao arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra e, a outra, ao arcebispo de Lisboa. O Pontífice faz alusão a vários atropelos à liberdade da Igreja – vexames a igrejas e eclesiásticos; lançamento de coletas e contribuições sobre bens eclesiásticos sem licença da Santa Sé; proibição de doações à Igreja; proibição de publicitação dos documentos da Igreja sem autorização do monarca, etc. – praticados por D. João I, embora não mencione a forma como tomou conhecimento deles, mas mostrando-se surpreendido pelo facto de os prelados não se queixarem à Santa Sé. Admoesta-os, portanto, para o caso serem verdadeiras estas transgressões, para que se oponham e não deixem «passar tais coisas em silêncio, movidos do medo, ou da amizade». São intimados a enviar a Roma pessoas idóneas a fim de se prestarem esclarecimentos. Também D. João I foi intimado a enviar a Roma procuradores a fim de serem confrontados com estas acusações (Cf. tomo IX, pp. 407-409.)

Carta do arcebispo de Braga [D. Fernando da Guerra], bispos e mais prelados de Portugal e Algarves, dirigida a **Martinho V**, em 27 de agosto de 1427. Nesta carta os prelados afiançam que todas as acusações que o Papa elenca não correspondem a situações da atualidade, mas sim de monarcas anteriores, e que um caso ou outro que tenha surgido por parte de oficiais ou ministros do Reino, D. João I corrigiu-os assim que deles teve conhecimento. Solicitam, portanto, ao Papa que suspenda a citação da Bula tanto a eles como ao rei. (Cf. tomo IX, pp. 409-410.)

Artigos da Concórdia de 94 artigos, entre D. João I e o clero, feita em Santarém em 30 de agosto de 1427. No articulado são perpassados todos os casos de transgressão, incumprimento e de atentados à liberdade da Igreja, assim como as respostas do rei de confirmação dos bons propósitos nas relações com a Santa Sé. (Cf. tomo IX, pp. 410-437.) Para a contagem dos anos é adotada a era de Nosso Senhor Jesus Cristo, em substituição da era de César, suprimindo-se 38 anos.

Bula *Venit ad presentiam* de **Martinho V**, dirigida a D. João I, em 16 de maio de 1428. O Pontífice, respondendo à solicitação de D. João I, apresentada em Roma pelo filho D. Pedro, duque de Coimbra, concede ao rei de Portugal e seus sucessores a faculdade de receberem a coroa real, com as solenidades litúrgicas apropriadas para poderem ser ungidos. (Cf. tomo IX, p. 437.)

Em 25 de julho de 1431, ao **Concílio de Basileia**, apresentaram-se oito representantes portugueses – bispos de Viseu e Porto, deão de Braga e conde de Ourém, Vasco Fernandes de Lucena, Diogo Infante Margaride, juristas e religiosos. Este concílio prolongou-se no tempo (1435, 1436 e 1437) e também se reuniu noutras cidades – Ferrara, Florença e Roma. Em todas estas cidades teve a presença de representantes portugueses.

D. DUARTE (1391 [rei: 1433]-1438)

Elogio deixado pelo autor da obra bibliografada: «A obscuridade relativa, que envolvera até então o pequeno reino do extremo ocidente, rasgou-se de repente, e o nome do príncipe, que primeiro ousara romper as barreiras do *mar tenebroso*, e lograra por fim transpo-las, começou a soar elogiado nas cortes mais opulentas. Menos feliz do que seu pai, mas representante ilustre da nova geração predestinada a exaltar o nome português pelo valor de seus capitães e de seus intrépidos descobridores, D. Duarte honrou o trono pela cultura do espírito, pela nobreza da alma, e pela elevação do carácter.» (Cf. tomo X, p. VI.)

Bula *Sincere devotionis* de **Eugénio IV**, dirigida a D. Fernando, filho de D. João I, de 9 de setembro de 1434, concedendo o mestrado da Ordem de Avis. (Cf. tomo x, pp. 4-5.)

Bula *Nonnullorum querelis* de **Eugénio IV**, dirigida a D. Duarte, em 11[19] de julho de 1436, em que o Pontífice se mostra surpreendido pelas queixas que lhe chegaram dando conta dos atropelos cometidos por juizes, por mandarem julgar no foro secular causas do foro eclesiástico, incluindo a citação de bispos e arcebispos o que era causa de grave atentado à dignidade religiosa. Solicita, então o Papa que no caso de surgirem razões para incriminar os eclesiásticos essa queixa deva ser dirigida à Santa Sé para evitar casos semelhantes. (Cf. tomo x, pp. 8-9.)

Bula *Dudum cum* de **Eugénio IV**, dirigida a D. Duarte, em 31 de julho de 1436, em que o Pontífice, perante queixas apresentadas por D. João, rei de Castela e Leão, acerca de bula concedida ao rei de Portugal para intervir nas Canárias, reclamadas por aquele, pede a D. Duarte que se evitem, de futuro, conflitos e questões entre os reis peninsulares de forma a que a paz não seja quebrada. (Cf. tomo x, pp. 9-10.)

Bula *Rex Regum* de **Eugénio IV**, dirigida aos patriarcas, arcebispos, bispos e outros prelados, em 8 de setembro de 1436, dando conta os empreendimentos feitos no Norte de África desde João I e, agora, com D. Duarte, de forma a tomar dos Sarracenos os territórios que ali ocupam e passarem para mãos de cristãos. Para isso mostra-se agrado e querendo corresponder ao pedido de ajuda do monarca português, alerta a todos para que puguem e ajudem estes empreendimentos, pois para tanto concede indulgência plenária de perdão dos pecados a todos os que se dispuserem a prestar ajuda. (Cf. tomo x, pp. 10-12.)

Bula *Ad sacram Petri* de **Eugénio IV**, de 10 de janeiro de 1437, sem destinatário explícito, em que o Pontífice se mostra indignado por que lhe chegou ao conhecimento que no Reino de Portugal se promulgaram algumas leis atentatórias da liberdade eclesiástica. Pede, agora, que as mesmas não sejam executadas e, se o forem, fiquem sob alçada da lei todos os infratores, incorrendo em diversas penalizações que poderão chegar a perderem o usufruto das suas rendas. (Cf. tomo x, pp. 12-13.)

Bula *Preclaris tue* de **Eugénio IV**, dirigida a D. Duarte, em 25 de maio de 1437, em que o Pontífice concede autorização para que se comercie com os mouros do Norte de África todos os géneros, exceto artigos de armamento (ferro, madeira, cordas, navios). (Cf. tomo x, p. 14.)

D. AFONSO V (1432 [rei: 1438]-1481)

Regência de D. Pedro, Duque de Coimbra, irmão de D. Duarte (desde 9 de setembro de 1438 até 1446)

Bula *Devotionis tuae* de **Eugénio IV**, dirigida a D. Afonso V, em 31 de setembro de 1439, concedendo-lhe que, nas deslocações a lugares interditos, lhe concede o privilégio de poder mandar fazer celebrações litúrgicas, com a sua presença e acompanhantes, mas os templos devem manter as portas fechadas, os sinos não devem ser tocados e as orações devem ser em voz baixa. (Cf. tomo x, pp. 20-21.)

Bula [*sem título*] de **Eugénio IV**, dirigida a D. Afonso V, em 16 junho de 1440, em que o Papa denuncia os comportamentos de D. Luís do Amaral, bispo de Viseu, enviado ao Concílio de Basileia por D. Duarte e que, ali chegado, terá mudado o alinhamento da sua fidelidade e optado pelo apoio ao antipapa Félix V, que o fez cardeal e seu delegado a Constantinopla. Em consequência desta mudança de posição, foi excomungado e destituído da Sé de Viseu. Eugénio IV solicita ao rei que, assim que D. Luís regresse ao reino seja preso e punido por desobediência, e para o seu lugar seja nomeado D. Luís Coutinho. (Cf. tomo x, pp. 22-22.)

Bula [*sem título*] de **Eugénio IV**, dirigida a D. Afonso V, ano de 1440 (sem dia/mês explícitos), em que o Papa se mostra surpreendido por o monarca (de menoridade) lhe solicitar a reabilitação na Sé de Viseu de D. Luís Gonçalves do Amaral, uma vez que o mesmo estava excomungado (feito cardeal pelo antipapa Félix V). Supõe o Papa e declara-o, que esta petição não pode ter como origem a vontade o monarca, uma vez que ele ainda é criança, mas de alguém acobertado pelo nome de D. Afonso V, facto que ele considera grave e que espera não volte a repetir-se. Mas a sua maior indignação está no facto de que na carta de D. Afonso ser referido que o bispo que agora está em Viseu – D. Luís Coutinho – assumiu a posse da Sé sem autorização do rei, contrariando o que é costume. Neste caso o Papa invoca o direito civil e eclesiástico «em que o consentimento régio não se exige, e a disposição das igrejas compete à Santa Sé, e não aos reis». Claro que o rei é censurado por ter obrigado o novo bispo a sair de Viseu e aconselha-o a que devolva a Sé ao bispo nomeado. Como remate das razões aduzidas para a exclusão do bispo de Viseu e surpresa perante o suposto pedido do jovem monarca Afonso V, é curiosa a exclamação pontifícia: «Que bons princípios de devoção em um rei adolescente!» (Cf. tomo x, pp. 22-24.)

O Concílio de Basileia teve o seu início em 1431, pelo que deve haver engano no nome do monarca mencionado, pois deve ter sido D. João I e não o seu filho D. Duarte. No entanto, este Concílio que começou em Basileia, foi transferido para Ferrara, em 1438, e, uma segunda vez, para Florença, em 1439, podendo residir aqui a dificuldade da menção correta. Consta que, em final, de vida, a D. Luís do Amaral terá sido levantada a excomunhão como consequência dos acordos estabelecidos no final do Concílio, como ato conciliatório, as nomeações do Antipapa foram reconhecidas pelo Papa legítimo.

Bula *Quanta mala*, de **Eugénio IV**, dirigida à rainha regente D. Leonor, em 25 de janeiro de 1441, pedindo-lhe que se empenhe no apaziguamento de várias discórdias que surgiram no reino.

Bula *Exigunt nobilitatis* de **Eugénio IV**, dirigida a D. Afonso, em 5 de janeiro de 1443, em que o Pontífice concede autorização, tal como já havia concedido a seus antecessores, para que se comercie com os mouros do Norte de África todos os géneros, exceto artigos de armamento (ferro, madeira, cordas, navios). (Cf. tomo x, p. 31.)

Em 4 de janeiro de 1443, pela Bula *Cum dadum*, **Eugénio IV** promete indulgências «aos Grandes da Cristandade» que ajudem o monarca português nas guerras do Norte de África.

Maioridade de D. Afonso V

Bula *Querelam dilictae*, de **Nicolau V**, de 21 maio de 1450, dirigida aos bispos de Tournai, de Salamanca e de Leão. Nela o Papa dá conta de queixas de D. Isabel, duquesa de Borgonha – irmã de D. Pedro, duque de Coimbra, regente na menoridade de D. Afonso V –, porque tendo sido assassinado o irmão, o seu corpo ficou exposto, insepulto, durante três dias, e posteriormente, foi levado para lugar desconhecido. Não se conhecendo quem são os responsáveis por esse ocultamento e o lugar onde o corpo está, pelo que não se lhe pode dar sepultura digna nem celebrar exéquias como compete, o Pontífice emite a Bula, ordenando aos prelados para que diligenciem, proclamando e mandando afixar publicamente a bula, na busca do corpo do duque de Coimbra e sejam admoestados quem disso tenha conhecimento, sob pena de excomunhão e de outras penas temporais, sendo denunciados os culpados. (Cf. tomo x, pp. 35-37.)

Bula *Sedis apostolice*, de **Nicolau V**, de 1 janeiro de 1452, em que declara que os ouvidores portugueses por si recebidos lhe comunicaram que o infante D. Pedro, duque de Coimbra, aspirava ao trono de Portugal, e por isso movera guerra ao rei, assim como muitas pessoas do clero, «tramando contra a magestade do soberano», e participando na batalha em que o duque foi morto.

Bulas *Dum diversus* e *Divino Amore*, de 18 de junho de 1452, **Nicolau V** concede a D. Afonso V a faculdade de conquistar e subjugar terras e infieis.

Entre 10 e 13 de abril de 1454, foi atribuída a «**Rosa de Ouro**» a D. Afonso V.

Bula *Romanus pontifex* de 8 de janeiro de 1455, de **Nicolau V**, atribui aos reis de Portugal as terras descobertas ou a descobrir pelos seus navegadores.

Bula *Ferventissima tua*, de 14 de abril de 1455, de **Calisto III**, dirigida a D. Afonso V. Nela, concede-lhe a faculdade de nomear como seu confessor ao capelão-mor [D. Jorge da Costa], com poderes para o absolver de todos os «excessos, pecados, e culpas, até as reservadas à Santa Sé Apostólica, e de todas as excomunhões, suspensões, interditos, e outras censuras e penas eclesiásticas *in genere*, ou *in specie*, incluindo as que competem à Santa Sé. E são extensivas a todos os familiares do rei estas faculdades do confessor, exceto, nestes casos, as que competem à Santa Sé». (Cf. tomo x, pp. 57-58.)

Bula *Charissime in Christo*, de 1456, de **Calisto III**, em que louva a atitude de D. Afonso V, que se mostrou disposto a organizar uma armada e exército para se incorporar na recuperação de Constantinopla e dar luta aos infieis. (Cf. tomo x, pp. 65-66.)

Em 10 de abril de 1457, **Calisto III**, em Bula dirigida ao bispo de Silves – investido pela Bula *Cum te ad*, de 23 de março de 1456, na condição de enviado da Santa Sé ao reino de Portugal, como legado *a latere* –, admoestando-o para que ele insista junto de D. Afonso V para que este, o mais breve possível, cumpra o compromisso que tomou de acometer contra os turcos, por mar, uma vez que já invadiram a Hungria, e o Pontífice deposita no rei de Portugal uma grande esperança. (Cf. tomo x, pp. 67.)

Bula *Ad hoc Deus*, de 31 de agosto de 1459, de **Pio II**, sem destinatário explícito, em que o Pontífice dá conta de explicações dadas por D. Afonso V, acerca do diferendo que houve, entre ele e o seu tio D. Pedro, em que este morreu assim como outros cavaleiros. Dá conta ainda o monarca da ajuda que recebeu por parte de muitos eclesiásticos (prelados e varões) que tomaram armas em seu auxílio, e para os quais pede «providências especiais». O Pontífice responde que, movido pelas razões invocadas, «absolve de todas as excomunhões, suspensões e interditos, e mais censuras, e penas eclesiásticas os prelados, presbíteros, beneficiados e clérigos, seculares e religiosos», que se dispuseram a esse auxílio servindo o rei. (Cf. tomo x, pp. 70-71.)

Bula *Intenta salutis*, de 13 de outubro de 1459, de **Pio II**, sem destinatário explícito, em que o Pontífice explana o mesmo teor que a Bula anterior, mas neste caso aplicando esses mesmos termos aos participantes da guerra de África, contra os sarracenos, absolvendo inclusive do crime de homicídio e outras irregularidades, e estendendo a sua ação à concessão das indulgências que já os seus antecessores – Martinho V, Eugénio IV, Nicolau V, Calisto III – haviam disposto para os guardas e defensores da cidade de Ceuta. (Cf. tomo x, pp. 71-72.)

Bula *Regis eterni*, de 1 de setembro de 1460, de **Pio II**, dirigida a D. Afonso V. Nela, o Pontífice lembra o voto, não cumprido, do monarca na «guerra santa» (contra os Turcos), e aceita as justificações do rei, assentes no seu continuado empenho na luta contra os mouros, em África, onde tem gasto avultados recursos, para além de um esforço generoso em «obras pias». Comuta-lhe o Pontífice o voto na obrigação de D. Afonso acompanhar pessoalmente um corpo de 1000 combatentes, ou mandá-los servir durante um ano, assim que a guerra contra os Turcos tenha lugar. E, até que isso se efetive, ordena-lhe que, «juntamente com dez cavaleiros, devem jejuar, na quinta-feira santa, a pão e água, durante os cinco anos seguintes; ler de joelhos os salmos penitenciais; darem esmolas anuais de valor igual ou maior de cem florins de ouro, para remissão dos cativos, durante dez anos, e jejuar todas as sextas-feiras durante cinco anos; ficando ligado ao primitivo voto se não cumprir o agora estipulado». (Cf. tomo x, pp. 75-76.)

D. JOÃO II (1455 [rei: 1477]-1495)

A cada nova eleição papal – **Sisto IV** (1481), **Inocêncio VIII** (1485), **Alexandre VI** (1493) –, foi enviada uma embaixada do monarca a Roma, durante a qual, na presença do novo Pontífice foi proferida a chamada *Oração de Obediência*, respetivamente, por Garcia de Meneses, Vasco Fernandes de Lucena e Fernando de Almeida.

Em 12 de fevereiro de 1481, assume o cargo de **1.º Núncio Apostólico em Lisboa, o bispo D. Justo Baldini** que falecerá em 1483 como bispo de Ceuta. A Nunciatura Apostólica Permanente será inaugurada pelo bispo português **D. Martinho de Portugal**, em 1527.

Bula *Non possumus*, de **Sisto IV**, em 25 de maio de 1483, dirigida a D. João II, em que o Pontífice declara a sua surpresa pelas notícias que lhe chegaram, por parte de «repetidas queixas dos eclesiásticos», sobre algumas medidas tomadas pelo monarca, em dissonância com o que era o costume dos seus antecessores, e que vão contra a autoridade apostólica da Santa Sé. Concretiza-se o reparo com a enunciação de alguns agravos, como por exemplo, a disposição de levar aos tribunais do reino todos os casos, inclusive os de foro eclesiástico, assim como a prévia autorização régia para a divulgação dos documentos da Igreja, disposição considerada atentatória da liberdade eclesiástica. Lembra ainda o Pontífice a condição de Portugal ser censual da Igreja pelo que é ordenado ao Núncio Apostólico para que este faça saber ao monarca que não lhe é permitido introduzir-se na jurisdição privativa da Santa Sé e que deve revogar todas as decisões que tomou, entretanto, contra ela. E conclui com uma ameaça velada, que «no caso de desobediência providenciará com remédio por tal modo eficaz, que ninguém se atreva daquele dia em diante a seguir tão criminoso exemplo»!... E, na sequência desta Bula, foram emitidas outras, na mesma data – *Assiduis clericorum*, *Mittimus nuncium*, *Quoniam inter*, *Cum ad nostrum*, *Accepimus plurimorum*, *Quanta benignitate* – a diversas entidades, tanto da área episcopal como da casa real, como meio de pressão, nuns casos, e de persuasão, noutros, em que se dá conta da Bula dirigida a D. João II. (Cf. tomo x, pp. 95-96.)

Bula *Cum ad carissimum*, de **Sisto IV**, de 25 de maio de 1483, portanto da mesma data das anteriores, dirigida ao Bispo de Évora [Garcia de Meneses], acerca do mesmo assunto, e lembrando ao prelado a culpa em que incorrera, assim como arcebispo de Braga, no apoio que, entretanto, têm manifestado às decisões reais, consideradas contrárias aos interesses da Igreja. É informado das diligências feitas junto do Núncio para que lhes corrija os procedimentos e lembra também os castigos em que incorrem ao sujeitarem-se à vontade real, que não deve ser obedecida sempre que vá contra a liberdade eclesiástica e autoridade apostólica. (Cf. tomo x, pp. 98-99.)

Bula *Maxima afficimur*, de **Sisto IV**, de 25 de maio de 1483, portanto da mesma data das anteriores, dirigida ao Arcebispo eleito de Braga, João – [Galvão, que fora Bispo de Coimbra (1460-1481) e de Ceuta (1477-1479), mas considerado de pouco zelo pastoral, e que acompanhara D. Afonso V, nas campanhas do Norte de África (1471), trocando o báculo pela espada, e por essa ajuda, recebera para si e seus sucessores o título de Conde de Arganil]. Lamenta também o Pontífice a sua postura de «dissimulação e tolerância» para com as atitudes de D. João II contra a Igreja em vez de se opor e defendê-la. Em conclusão, adverte-o da mesma forma e com os mesmos termos da Bula dirigida ao Bispo de Évora. (Cf. tomo x, p. 99.)

Ainda com a mesma data, Bula *Pervenit ad notitiam*, de **Sisto IV**, dirigida «ao licenciado de Calzadiglia» (mencionado no Episcopologio português como Diego Ortis de Vilhegas [noutros lugares, Diego Ortis di Calzadiglia], bispo de Ceuta, de 1500 a 1504, confessor do rei), censurando-lhe «o seu procedimento não só por haver aconselhado a D. João II as violências praticadas contra a liberdade eclesiástica, como por haver divulgado tais coisas acerca da Santa Sé, que delas se gerara grave escândalo nas almas dos fiéis. Manda sob pena de excomunhão, que trinta dias depois de recebida esta

bula dê razão do que fez contra a Santa Sé, declarando, que se não obedecer à determinação pontificia, será punido com tal rigor, que sirva de exemplo para ninguém se atrever a resistir à vontade do papa»!... (Cf. tomo x, p. 99-100.)

Em Bula posterior, de **Sisto IV**, de 6 de fevereiro de 1484, o «ex-bispo de Coimbra» é citado a juízo da Santa Sé, por ter tomado a iniciativa de assumir a Sé de Braga, sem a autorização necessária relativa à sua efetiva transferência que, entretanto, o Pontífice decidira anular por não lhe reconhecer dignidade para assumir esse cargo, situação agravada pelo facto de saber que em conluio com alguns ministros do rei ter atentado contra «as imunidades eclesiásticas». (Cf. tomo x, p. 101.)

Bula *Charissime in Christo*, de **Inocêncio VIII**, de 3 de fevereiro de 1486, dirigida a D. João II, em que o novo Pontífice diz estar ao corrente do diferendo existente entre o monarca e o seu antecessor e, pelo que ouvira da boca dos emissários enviados por D. João II, estes «haviam declarado que nada tinham a dizer a tal respeito da parte do rei de Portugal», facto que estranhava pois levava-o a ele e Colégio Sagrado a ver em D. João II um príncipe católico que afrontava as censuras da Igreja e que não temia tão-pouco as penas a que a Bula referia. Determina, portanto, que, no prazo de seis meses, o monarca mande publicar os documentos da Igreja retidos e que anule a lei que impunha estas restrições e que a Cúria seja informada por escrito ou por mensageiro da revogação dessa lei «atentatória». (Cf. tomo x, pp. 102-103.)

Bula *Orthodoxae fidei*, de **Inocêncio VIII**, de 18 de fevereiro de 1486, em que o Pontífice, em consonância com as disposições dos seus antecessores, concede a plena indulgência a todos os que se empenharem na ajuda ou favorecimento dos propósitos de D. João II nas conquistas em África nos mesmos termos em que é concedida aos participantes no socorro da Terra Santa. (Cf. tomo x, pp. 103-105.)

Em 4 de maio de 1493, a Bula *Inter coetera* de **Alexandre VI** estabelece a divisão do mundo em dois hemisférios.

Em 26 de setembro de 1493, a Bula *Dudum liquidum* de **Alexandre VI** versa sobre as descobertas e as terras a descobrir.

Em 7 de junho de 1494, é assinado o Tratado das Tordesilhas, segundo a linha divisória estabelecida por **Alexandre VI**, pela Bula *Inter coetera* (4/5/93). Este Tratado foi ratificado pelos Reis Católicos, em 2 de julho, e por D. João II, em 5 de setembro.

D. MANUEL I (1469 [rei: 1495]-1521)

Bula *Romani pontificis*, de **Alexandre VI**, de 20 de junho de 1496, dirigida a D. Manuel I, em que lhe concede o que, nos pontificados de Sisto IV e Inocêncio VIII, já havia sido solicitado, ou seja, que os cavaleiros das Ordens de Cristo e Aviz, à semelhança do que já sucede com os de Santiago, sejam dispensados do voto de celibato e possam, por isso, contrair matrimónio. (Cf. tomo x, p. 115-116.)

Bula *Ineffabilis et summi*, de **Alexandre VI**, de 1 de junho de 1497, dirigida a D. Manuel I, concedendo a posse das terras conquistadas aos infiéis. (Cf. tomo x, p. 118.)

Bula *Cum sicut nobis*, de **Alexandre VI**, de 23 de agosto de 1499, dirigida a D. Manuel I, em que o Pontífice concede o direito de Padroado em todas as igrejas fundadas nas terras conquistadas aos mouros, em África. (Cf. tomo x, p. 119.)

Por Bula *Quanto studio*, de **Alexandre VI**, de 12 de novembro de 1499, dirigida a D. Manuel I, aquele lembra que o inimigo turco está presente e necessita de ser combatido, pelo que é solicitado a D. Manuel o envio de um emissário a Roma a fim de participar em reunião

que tratará da organização de uma expedição contra os infiéis. Em Breves posteriores – *Accepimus nuper* e *Postquam ad litteras*, de 10 e 15 de fevereiro de 1500 –, o Pontífice congratula-se pela resposta de D. Manuel, que concorda com a iniciativa e se dispõe a colaborar. (Cf. tomo x, p. 120.)

Instruções de **D. Manuel I** ao embaixador na Santa Sé, Francisco Lopes, nos primeiros meses de 1501, mandando-lhe que lembre a Sua Santidade as diligências que o monarca português, há muito, tem desenvolvido junto da Santa Sé acerca da forma de congregar os vários reinos no combate aos Turcos, e sem obter qualquer resposta. Ficou, agora, informado pelo embaixador de Veneza de como os cristãos têm sofrido alguns revezes com avultados custos e a grave ameaça em que aquela cidade se encontra. Lamenta D. Manuel que o Santa Sé, afinal, pouco tenha feito para congregar os esforços de todos nesse combate, pelo que entende que o Papa deve disponibilizar recursos para esse esforço. (Cf. tomo x, pp. 122-123.)

Alexandre VI, por Bula *Catholice fidei*, de 23 de outubro de 1501, concede a indulgência plenária aos participantes portugueses da armada de D. Manuel que combatem no Norte de África, com algumas exceções para todos os que afrontaram a liberdade da Santa Sé e os participantes de outras nacionalidades. (Cf. tomo x, pp. 128ss.)

Em resposta a esta carta de D. Manuel, responde **Francisco Lopes**, em 28 de agosto de 1501, dando conta do estado das suas diligências em Roma. Indica que chegou a 15 de agosto, e tomou conhecimento de que o cardeal de Capua, com quem haveria de tratar de parte dos assuntos de que fora encarregado, tinha falecido. Com o apoio do embaixador de Castela conseguiu chegar à fala com o Papa e soube que o arcebispo de Braga [Jorge da Costa, irmão homónimo do *Cardeal de Alpedrinha*], tinha então falecido, em viagem a Roma, mas que, antes de morrer, solicitara ao Papa que não procedesse a qualquer nomeação para a sua Sé, sem que, antes, chegassem «súplicas de sua alteza» D. Manuel, ao que o Papa respondera que essa provisão já estava acautelada em favor do «cardeal de Portugal» [*Cardeal de Alpedrinha*], apesar de ter havido uma oferta concorrente de 15.000 ducados pelo arcebispado e benefícios da Mitra, por parte do cardeal de Monreale. [Este cardeal era D. Juan de Borja Llançol de Romani, primo do Papa, natural de Valência, que, segundo seus biógrafos nunca terá visitado a sua diocese. Chegou a ser bispo de Ferrara e de Melfi. No ano da sua morte, em 1503, chegou a ser agraciado com o título de Patriarca Latino de Constantinopla. (*In* https://pt.wikipedia.org/wiki/Juan_de_Borja, visitado em 10 de junho 2017).] Nesta carta, Francisco Lopes, informa ainda D. Manuel dos desenvolvimentos políticos ocorridos em território italiano, de tal forma complexos que «alguns lugares estavam incertos se pertenciam a França, se a Castela», para além de dar conta do ajuste de casamento entre o filho do duque de Ferrara e a filha do Papa, D. Lucrécia!!!...

Entretanto, chegou também carta de 2 de setembro de 1501, de **D. Jorge da Costa** [*Cardeal de Alpedrinha*, em Roma], dirigida a D. Manuel, informando-o de que, por morte do irmão, o lugar de Arcebispo de Braga já havia sido provido pelo Papa a seu favor, assim como os correspondentes benefícios, «sem o requerer», pedindo-lhe que lhe mande dar posse.

Responde **D. Manuel** dando instruções a Francisco Lopes, por carta de 28 de setembro de 1501, e informa-o de que já escrevera a D. Jorge da Costa comunicando-lhe que, apesar de ele não ter respondido, já o teria empossado na diocese de Lisboa, pelo que espera que não tente contrariar a sua vontade, «querendo assim escusar outros inconvenientes, que poderiam surgir», pelo que o Arcebispado de Braga será preenchido por quem «el-rei desejar». Manda também a Francisco Lopes que informe o cardeal, no seu próprio interesse, em aceitar o que el-rei decidiu acerca destes assuntos, e lhe envie resposta rápida. Mas, se o cardeal se mostrar desfavorável a estas decisões do rei, o avise de que as rendas de Braga e também de Lisboa e de todos os outros interesses e rendas de que colhe benefícios, podem ser embargadas, assim como poderão ser desterrados os seus parentes, ficando os mesmos como seus dependentes a quem terá de sustentar, para além de «outros rigores e severidades que não declara». No entanto, se concordar «há de ser premiado». Dá instruções ainda para que o embaixador, junto do Papa, providencie para que seja revogada a nomeação de D. Jorge da Costa para a Sé de Braga, conforme vontade da Corte portuguesa. (Cf. tomo x, pp. 124-127.)

Carta de 28 de fevereiro de 1502, de **D. Manuel I** ao cardeal D. Jorge da Costa [em Roma], em que lhe dá conta do «escândalo» que o seu procedimento junto da Santa Sé lhe causa, no que respeita ao tratamento dispensado aos assuntos respeitantes ao Arcebispado de Lisboa e mais ainda do Arcebispado de Braga, que lhe deveriam merecer muito interesse no favorecimento da vontade real e, pelo contrário, têm-se mostrado causadores de mal-estar, pelas suas atitudes em impedir o efeito das nomeações feitas pela Coroa. (Cf. tomo x, pp. 129-130.)

Carta de 6 de março de 1502, do **Cardeal de Santa Cruz** a D. Manuel I, em que lhe agradece a carta que enviou através do novo embaixador Ruy de Sousa, louvado pelas suas qualidades, mas não deixando de acrescentar que, apesar de fiéis [leigos] doutos e competentes, os melhores são sempre os eclesiásticos, por custarem menos e serem mais sábios! Conclui, referindo-se ao assunto [*braço de ferro*] relativo à nomeação para o Arcebispado de Braga e tal como já o havia feito com o embaixador anterior, que D. Manuel tivesse em conta os serviços que [D. Jorge da Costa] havia prestado a Portugal e considerando que não terá mais do que um ano de vida, o monarca aceitasse a sua anterior nomeação para aquela Sé, ainda que tivesse que lhe nomear um coadjutor que lhe sucedesse. (Cf. tomo x, pp. 130-131.)

Carta de 7 de março de 1502 do **Deão do Porto**, chegado a Roma a 11 de janeiro, para D. Manuel I. Nesta carta o referido Deão dá conta de que entregou a correspondência de que era portador aos seus destinatários e, ainda que agradados, percebeu neles muita dificuldade em acederem aos rogos do rei, a respeito de D. Jorge da Costa, pois este cardeal é muito considerado de todos e tem muita influência na pessoa do Papa, que o respeita muito, assim como todos os outros membros da Cúria, mostrando-se ele muito «contrário a deixar o arcebispado» de Braga. (Cf. tomo x, pp. 132-133.)

Carta de 2 de junho de 1502 do embaixador na Santa Sé, **Diogo da Gama**, para D. Manuel I. Nela, o embaixador dá conta de que chegou a Roma em abril e tratou de imediato de entregar as cartas de que era portador, o que agradou muito ao Papa. Dava também conta de que o cardeal [D. Jorge da Costa, acerca do *braço de ferro* sobre o arcebispado de Braga] «nem podia ouvir falar em nomear coadjutor, e dizia que tinha forças para doze arcebispados, quanto mais para um». Invocava ainda que cardeal nunca toma coadjutor. E acrescentava que não cederia o direito que tinha ao arcebispado, nem que fosse para um filho «que tivesse» e não aceitava de modo nenhum um coadjutor. Sobre o arcebispado de Lisboa, condescendia em abdicar das rendas, reservando apenas para si dois mil ducados e não exigindo benefícios. Da vida em Roma, acrescenta que os embaixadores portugueses já desde Francisco Lopes ali deixaram «má fama» pela forma pouco decente com que se apresentam [por dificuldades financeiras...]. Do contacto com o Cardeal menciona ainda que o mesmo lhe confidenciou que Álvaro de Freitas lhe pedira Alcobaça, mas que ele nunca lhe daria, pois se os Turcos chegassem a Roma, era para ali que o Cardeal pensava recolher-se. (Cf. tomo x, pp. 133-134.)

Breve *Alias sicut* de **Alexandre VI**, de 3 de julho de 1502, dirigido ao Bispo do Porto. Nele o Papa dá conta de que D. Manuel lhe apresentara que D. Afonso V, em momento de grande necessidade se teria apropriado de bens da Igreja, com o propósito de mais tarde os restituir, mas constatando D. Manuel que nem D. Afonso V, nem D. João II, alguma vez fizeram essa restituição, incorrendo por isso em excomunhão, pede agora o monarca português que o Papa levante qualquer excomunhão em que os seus antecessores tenham incorrido, prontificando-se a dar satisfação dos assuntos em dívida. O Papa, então, atendendo a estas súplicas, ordena que sejam absolvidos tanto D. Afonso V como D. João II, se efetivamente eles tenham morrido com sinais de penitência. Da mesma forma seja perdoado pela negligência o atual monarca e que seja paga a dívida, em favor das igrejas e mosteiros que os haviam cedido. (Cf. tomo x, pp. 135-136.)

Breve *Ex litteris serenitatis* de 8 de julho de 1502, de **Alexandre VI**, dirigido a D. Manuel I, em que ele rejubila pelas cartas recebidas do monarca em que ele dá conta da disposição de confirmar a posse da Diocese de Braga a D. Jorge da Costa, prometendo-lhe recompensá-lo futuramente assim que se propiciem circunstâncias.

Breve *Cum te in presentia* de 22 de maio de 1503, de **Alexandre VI**, dirigido a Fr. Francisco de Macerata, em que este é autorizado a tomar posse da Arquidiocese de Braga em nome de D. Jorge da Costa, prometendo a D. Manuel que a futura vacatura desta Sé será preenchida por quem o monarca apresentar. Este documento encerra o *braço de ferro* entre o *Cardeal de Alpedrinha* e D. Manuel I, com favorecimento daquele, dado o apoio sustentado pelo Papado. (Cf. tomo x, pp. 136-138.)

Em 1504 (no terceiro domingo julho) é instituída a **feira do Anjo Custódio do Reino de Portugal**, por concessão de Leão X a pedido de D. Manuel I feito a Júlio II.

Carta para D. Manuel, de 21 de outubro de 1504, do capitão **João de Saldanha** enviado a Roma para se encontrar com o Papa. Nela o embaixador dá conta da boa disposição do Papa para com as coisas de Portugal e vê nisso a mão de D. Jorge da Costa, cuja influência na Cúria o capitão testemunha, **aconselhando inclusive o monarca a que escreva diretamente ao Cardeal**. Aconselha também a que seja aprestada a embaixada de obediência a fim de informar o novo Papa sobre as «grandezas do Oriente». (Cf. tomo x, p. 139.)

Correspondendo ao desejo manifestado pelo capitão João de Saldanha, **D. Manuel I** dirige carta ao cardeal D. Jorge da Costa (15 de maio de 1505), em que lhe dá conta da sua satisfação pelos serviços que o cardeal tem prestado à Coroa portuguesa. Avisa-o ainda acerca de algumas medidas tomadas no provimento de várias das dioceses que se conservaram como suas beneficiárias. (Cf. tomo x, pp. 140-141.)

A cada nova eleição papal – **Júlio II** (1505), **Leão X** (1514) –, foi enviada uma embaixada do monarca a Roma (de particular importância a segunda, comandada por Tristão da Cunha, com oferta de um elefante) durante a qual, na presença do novo Pontífice foi proferida a chamada *Oração de Obediência*, por Diogo Pacheco. Em 18 de junho de 1506, por Júlio II, e em 11 de maio de 1514, por Leão X, D. Manuel, para além de outros inúmeros benefícios, foi agraciado com a «Rosa de Ouro», como recompensa pelas duas impressionantes embaixadas.

Em 12 de junho de 1505, carta de **D. Manuel** para o papa Júlio II em que lhe dá conta de conhecer a carta de Fr. Mauro Hispano que alude a queixas e ameaças do Sultão devido à ação de alguns reis cristãos e em particular dos portugueses que, no Oriente, têm criado perturbação nas paragens que eram de sua influência. Ameaça, então, o Sultão, destruir Jerusalém e arrasas o Santo Sepulcro se essas atitudes cristãs não terminarem. Retruque D. Manuel que não acredita nas ameaças pois, se isso acontecesse, provavelmente, os portugueses destruiriam também a cidade de Meca e arrasariam o sepulcro do profeta Maomé, facto que o Sultão sabe ser possível e que talvez seja em breve, da mesma forma que sente a ameaça e o efeito das investidas dos portugueses com prejuízo do seu comércio de especiarias na Índia. Quanto à resposta ao Sultão, que o Papa lhe pedia, D. Manuel acha que a sabedoria do Papa e do seu conselho e cardeais há de ser suficiente para a inspirar. (Cf. tomo x, pp. 141-143.)

Bula *Quoniam per litterarum studia* de 4 de julho de 1505, de **Júlio II**, que em resposta a solicitação de D. Manuel concede a reforma e ampliação dos estatutos da Universidade de Lisboa, «ordenando nela mestres e doutores, que lessem teologia e direito canónico», assim a construção de novos edifícios pelo que é concedido que sejam adstritas a esse efeito certas verbas eclesiásticas. (Cf. tomo x, pp. 144-145.)

Bula *Ea que pro bona* de 24 de janeiro de 1506, de **Júlio II**, que ratifica o Tratado das Tordesilhas celebrado entre D. João II e D. Fernando de Castela e Leão, em 1494.

Em 1512 (23 de fevereiro) foi nomeado **João de Faria**, como **1.º embaixador** com carácter permanente **na Santa Sé**.

Em 1512 (8 de março) carta de **João de Faria** para D. Manuel. Nela, para além de outras coisas, faz menção do pedido do monarca para fosse concedido o cardinalato ao príncipe seu filho, ao que o Papa retorquira com a impossibilidade de satisfazer esse pedido devido à idade de seis a sete anos do infante. O Papa, entretanto, terá lembrado os serviços de D. Jorge da Costa [que nomeou] a quem o Reino devia muito, mas o embaixador respondeu que quanto ao pagamento de obrigações a esse cardeal, «essas obrigações estavam retribuídas no dobro, pois lhe deixaram fazer em sua vida quanto quis no reino, e lhe nomearam o irmão arcebispo de Lisboa, e deram a seus sobrinhos, e até aos criados, muitos lugares e rendas». O Papa, então, informou-o de que não tencionava, por ora, criar cardeais, mas que de futuro acederia ao desejo do monarca. (Cf. tomo x, pp. 170-172.)

Em 21 de outubro de 1513, **D. Manuel I** passa procuração a Tristão da Cunha, Diogo Pacheco e João de Faria, constituindo-os seus embaixadores junto de Leão X e representantes do Reino ao Concílio de Latrão. (Cf. tomo x, p. 188.)

Em 21 de dezembro de 1513, Bula de **Leão X**, *Dum fidei constantiam*, dirigida a D. Manuel e rainha sua esposa. Concede-lhes a suspensão de interdito nos lugares em que permanecem, com permissão de ali se poderem celebrar missas e outros ofícios religiosos, com cânticos e toque de sinos, e que esses lugares interditos, depois da saída do casal real, voltem à situação anterior. (Cf. tomo x, pp. 188-189.)

Carta de 18 de março de 1514, do embaixador **João de Faria** para D. Manuel, em que lhe descreve a forma e o entusiasmo que rodeou a **embaixada portuguesa comandada por Tristão da Cunha em Roma**, com «imensa concorrência de povo, que a acompanhou desde que entrou na cidade até à casa onde ficou, e o grande espanto que movera em todos o elefante e a onça, que sua alteza mandara em brinde ao Papa». Confessava-se publicamente que não viera a Roma nunca uma embaixada de obediência como esta. (Cf. tomo x, p. 190.)

Bula *Providum universalis Ecclesiae* de 29 de abril de 1514, de **Leão X**, a D. Manuel, em que lhe dá conta da sua compreensão pelo esforço do monarca na conquista e navegação com as imensas despesas que tudo isso acarreta em meios de navegação e exércitos, no sentido de dilatar a fé, pelo que concede que Manuel e seus sucessores beneficiem das terras eclesiásticas do reino e suas conquistas. (Cf. tomo x, p. 191.)

Bula de **Leão X**, *Pro excellenti preeminentia*, de 12 de junho de 1514, para D. Manuel, em que, correspondendo às suas súplicas, manda extinguir a Vigararia da Ordem de Cristo, no Funchal, e eleva a Igreja de Santa Maria a catedral da cidade, instaurando ali a sede episcopal e mandando transferir para esta sede todos os rendimentos que ali auferia a dita Vigararia da Ordem de Cristo, com sede em Tomar. E nomeia como primeiro bispo da nova sede do Funchal a D. Diogo, pela Bula *Gratie divine*, com a mesma data. (Cf. tomo x, pp. 194-195.)

Bula de **Leão X**, *In sacra Petri sede*, de 14 de setembro de 1514, em que concede a pedido de D. Manuel indulgência plenária a todos os que servirem nas conquistas de África, Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. (Cf. tomo x, p. 198.)

Carta de **D. Manuel** para o cardeal Santiquatro, de 8 de janeiro de 1515, em que mostra a sua surpresa e desagrado pela atitude do Pontífice que lhe havia concedido a cruzada como ele tinha pedido, e que tinha ficado com parte da mesma, aplicando-a nas obras de São Pedro. O Papa parecendo desconhecer o esforço financeiro dispendido pela Coroa portuguesa na propagação da fé, apoderou-se, injustamente, de meios que eram destinados a outros fins. Pede, portanto, ao cardeal que suplique ao Papa que lhe seja concedida, à semelhança do que foi concedido ao rei de Castela, «a cruzada *gratis* por três anos.» (Cf. tomo x, pp. 202-203.) Por Bula *Exigit tua erga nos*, de 27 de fevereiro, **Leão X** concede a D. Manuel o que lhe pedira. E por Bula *Veniens dilectus filius*, com a mesma data de fevereiro, promete a D. Manuel que concederá o título da primeira Sé que vagar a seu filho Afonso, de seis anos, com a condição de ser nomeada

outra pessoa para a administrar até que D. Afonso atinja os vinte e sete anos, tal como determinou o Concílio de Latrão (Cf. tomo x, p. 204.) Por Bula *Per alias nostras*, de 16 de junho, o Papa volta a realçar os serviços que o rei português tem prestado à Igreja, prometendo «elevar o infante, seu filho, à dignidade eclesiástica, quando tiver mais idade». (Cf. tomo x, p. 211.)

Em 30 de janeiro de 1515, João Faria abandona as funções de embaixador em Roma, e pela Bula de Leão X, *Imitati vetus institutum*, o **Papa** fá-lo portador para D. Manuel do chapéu e espada consagrados na noite de Natal, «atendendo aos seus merecimentos e aos dos seus antecessores para com a Santa Sé». (Cf. tomo x, p. 203.)

Por Bula *Vidimus animo leto*, de 27 de fevereiro de 1515, **Leão X** congratula-se com a nomeação de D. Miguel da Silva como novo embaixador em Roma. (Cf. tomo x, p. 205.)

Por Bula *Insinuante dilecto*, de 28 de fevereiro de 1515, dirigida a D. Manuel, **Leão X** promete-lhe a concessão de terças das décimas eclesiásticas para sustento da guerra contra os infiéis, mas se por qualquer circunstância for revogada esta decisão, isenta-o da promessa dos cinquenta mil ducados para a fábrica de São Pedro. (Cf. tomo x, p. 205.) Em 25 de julho, por Breve *Hodie per alias nostras*, **Leão X** dá instruções aos Núncio Paulo de Citadinis para que este retire metade do dinheiro destinado à fábrica de São Pedro e o dê a D. Manuel para o aplicar na guerra de África. (Cf. tomo x, p. 212.)

Carta do **cardeal de Medicis** a D. Manuel, em 1 de março de 1515, em que realça os seus esforços pessoais junto do Papa para que este tivesse decidido como decidiu a respeito «da cruzada e da mitra concedida ao infante D. Afonso», facto que pretende seja considerado como seu serviço dedicado ao monarca!!!!.... (Cf. tomo x, p. 205.)

Breve de **Leão X**, *Cum alias archiepiscopus*, de 8 de março de 1515, dirigido ao Núncio Antonio Pucci. O Pontífice dá por findas quaisquer reclamações e apelos no sentido da revogação do direito concedido a D. Manuel sobre terças das décimas eclesiásticas para ajuda do combate dos infiéis em África, pelo que «concede ao Núncio autoridade para proceder à execução final, e punir os desobedientes, ainda que sejam arcebispos e bispos, com as penas da igreja». (Cf. tomo x, pp. 206-207.)

Breve *Ex nonnullorum relatione*, de 26 de julho de 1515, de **Leão X**, destinado a D. Manuel, em que lhe concede o dinheiro e bens, que ficaram por morte de D. Jorge da Costa, bispo de Tusculo, «para ajuda da guerra em África», na condição de que a quinta parte desse dinheiro ser transferido para a fábrica de São Pedro. (Cf. tomo x, p. 212.)

Breve *Cum anno superiori*, de 26 de julho de 1515, de **Leão X**, destinado ao Núncio Paulo de Citadinis, onde lhe dá conta de que veio a saber que os prelados portugueses, à revelia do conhecimento de D. Manuel, recolheram uma grossa soma de dinheiro a fim de enviarem emissários a Roma com o fito de obterem a anulação do que foi determinado sobre as terças eclesiásticas a serem cedidas ao monarca para sustento da guerra contra os infiéis no Norte de África. O Pontífice entende esta atitude do episcopado como uma declarada e obstinada desobediência, pelo que pede que o Núncio averigue da veracidade desta informação e, se ela se confirmar, que essa verba, mesmo sem consentimento do rei, seja remetida e aplicada nas obras da Basílica de São Pedro. (Cf. tomo x, pp. 212-213.)

Breve *Cum carissimus in Christo*, de 26 de julho de 1515, de **Leão X**, em que confere ao infante D. Afonso (com seis anos de idade), apenas a efetivar aos quinze anos, a administração de uma igreja catedral ou metropolitana (apesar dos vinte e sete anos estipulados pelo Concílio de Latrão), «atendendo aos serviços de el-rei, seu pai, em favor da Igreja». (Cf. tomo x, pp. 213-214.) Em Breve de 19 de janeiro de 1516, *Alias majestas tua*, **Leão X**, volta a reiterar a promessa de «criar cardeal ao infante D. Afonso, pelo modo e dentro das condições compatíveis com a honra da Santa Sé, na primeira promoção que houver». (Cf. tomo x, p. 216.)

Carta de 26 de agosto de 1515, de **D. Manuel I**, acreditando D. Miguel da Silva junto da Santa Sé. Noutra, ordena ao novo embaixador para que, assim que seja recebido pelo Papa, lhe faça saber do interesse de D. Manuel em que seja estabelecido o Tribunal da Inquisição em Portugal, à semelhança do que foi concedido a Castela. (Cf. tomo x, p. 215.)

Bula de **Leão X**, de 30 de junho de 1516, *Constanti fide*, pela qual é concedido a D. Manuel o padroado dos Mestrados das Ordens de Cristo, Avis e Santiago, em troca do envio para a Santa Sé de trezentos ducados de ouro pela Ordem de Cristo, e cem por cada uma das outras. (Cf. tomo x, p. 219.)

Bula de **Leão X**, *Gratie divine premium*, de 10 de setembro de 1516, dirigida a D. Manuel I em que o informa da nomeação do infante D. Afonso (com sete anos) para Bispo da Guarda, cuja Sé vagou por morte do seu titular D. Pedro Vaz Gavião. (Cf. tomo x, p. 221.)

Carta de 1 de julho de 1517, de **D. Miguel da Silva** para o Secretário de Estado, em que lhe participa que, entre os trinta e um cardeais criados por Leão X, um deles é o infante D. Afonso (com oito anos). (Cf. tomo x, p. 239.)

Breve de **Leão X**, *Cum nuper respicientes*, de 10 de março de 1518, dirigido ao Arcebispo de Lisboa e aos Bispos de Lamego e Funchal, em que lhes comunica a elevação ao cardinalato do infante D. Afonso (com o título de *Santa Lucia in Septem Soliis*) e, através de Manuel de Noronha, o envio do barrete cardinalício que lhe deve ser imposto «com as cerimónias requeridas, depois de prestar o juramento de fidelidade à Santa Sé, cuja fórmula manda por extenso neste Breve». (Cf. tomo x, p. 247.)

Bula de **Leão X**, *Vidimus que super*, de 3 de maio de 1518, dirigida a D. Manuel, em que lhe comunica que, apesar das muitas dificuldades, tal como pedira, elevara à dignidade de Bispo a D. Henrique, filho do rei João de Manicongo, na Etiópia. Propõe a D. Manuel que este procure nomear alguns companheiros que ajudem o novo bispo na difusão da fé cristã. (Cf. tomo x, p. 248.) Por Bula *Exponi nobis nuper*, de 12 de junho do mesmo ano, o Papa, concede ao Bispo de Lamego permissão para conceder ordens sacras a naturais de África que se mostrem bem instruídos na fé católica e possam promover a difusão nas suas terras de origem, com uma única exceção: não lhes é lícito auferir de «nenhum benefício eclesiástico nem património algum». (Cf. tomo x, p. 250.)

Carta de **D. Miguel da Silva** para D. Manuel, em 15 de junho de 1518. Nela se dá conta das diligências feitas junto do Papa para conseguir uma dispensa de parentesco para D. Manuel casar com D. Leonor filha do rei Filipe de Espanha, e que o Papa lhe pedira quinze mil ducados pela bula de dispensa, mas que depois de muitas negociações conseguira que baixasse para quatro mil [!!!], tendo, então, sido logo expedida a Bula para Espanha. (Cf. tomo x, p. 251.)

D. JOÃO III (1502 [rei: 1521]-1557)

Breve *Exposuit nobis*, de **Alexandre VI**, de 13 de maio de 1522, dirigida a D. João III, em que responde a uma sua solicitação para que lhe fosse concedido o Mestrado da Ordem de Cristo, assim como de um certo número de igrejas vagas e de mosteiros que vagassem. O Papa dá-lhe conta que, como é costume nestes casos, não decide sozinho, mas sempre depois de consultar a Cúria. Porém e devido ao facto de estar ausente de Roma, pelo que não pode expedir as bulas correspondentes, concede-lhe que, entretanto, administre os bens da Ordem e proceda à provisão da administração das igrejas vagas, arrecadando os proventos que deverão ser entregues aos futuros titulares que devem ser pessoas idóneas e de idade adequada e não a irmãos seus como queria, por estes serem de tenra idade. (Cf. tomo x, pp. 269-270.)

Carta de 14 de maio de 1522, de **Aires de Sousa** para D. João III. Nela dá-lhe conta da forma amistosa como foi recebido pelo Papa e de como tinha alcançado tudo «o que lhe pedira, incluindo o bispado de Évora para o Cardeal» [que era o infante D. Afonso, seu irmão]. Nos casos em que não fora bem-sucedido, isso dependia, de certo modo, da concorrência que havia, então, entre os cardeais da Cúria, mas que assim que houvesse condições el-rei deveria ficar certo de que seria logo atendido, pois ele mais que qualquer outro príncipe era altamente credor da Igreja. O Santo Padre confirmara-lhe também todas as graças concedidas pelos seus antecessores no passado, e chamando-o a ele, Aires de Sousa, propositadamente à sua presença «lhe expusera ter muita necessidade de três ou quatro caravelas portuguesas armadas, e de um par de galeões, e também vasos de remos, às custas do Papado, com muita urgência, a fim de engrossar as forças da Santa Sé, pelo que também já fizera semelhante pedido aos reis da França e de Inglaterra. (Cf. tomo x, pp. 270-271.) Porém, em Breve *Ex litteris*, de 3 de junho, **Adriano VI** roga que o rei se apresse a enviar os navios pedidos e prometidos, mas que os envie às suas custas – «no que mostrava grande amor à Santa Sé, imitando os exemplos de seus antepassados»!!!!... (Cf. tomo x, p. 273.)

Breve *Exponi nobis nuper* de 26 de maio de 1522, de **Adriano VI**, para D. João III, em que o absolve, assim como a seu pai D. Manuel, das excomunhões em que incorreram por terem mandado armas, de presente, a vários capitães mouros, seus aliados, autorizando-os ainda a poderem-no fazer de futuro. (Cf. tomo x, pp. 272-273.)

Em 12 de julho de 1522, **D. João III** confia um conjunto de instruções a João de Faria [que fora o 1.º embaixador na Santa Sé, no tempo de D. Manuel I], e envia-o a Roma, a fim de solicitar ao Papa o seguinte: 1. concessão do Mestrado da Ordem de Cristo, como o tinha tido D. Manuel; 2. que a seu irmão, D. Afonso, cardeal e arcebispo de Lisboa, lhe fosse concedido o arcebispado de Évora; 3. que, por renúncia do cardeal seu irmão D. Afonso ao bispado de Viseu, este, assim como o priorado de Santa Cruz de Coimbra, fossem concedidos ao outro seu irmão, o infante D. Henrique; 4. ao infante D. Duarte fosse concedida a Abadia de São João de Tarouca que, até então, também pertencia ao cardeal D. Afonso, assim como uma pensão de três mil cruzados sobre o bispado de Évora; 5. fosse concedido ao rei «a administração das prelazias no espiritual e temporal», enquanto os infantes não tivesse a idade exigível; 6. que o embaixador tente ainda alcançar para o infante, a indicar pelo rei, o priorado vago do Crato. Para tanto, o monarca alerta o embaixador para a necessidade de, junto do Papa, fazer notar e encarecer o papel e os serviços que os reis seus antecessores, tal como D. Manuel, prestaram à Santa Sé. (Cf. tomo x, pp. 273-274.)

Breve *Exposuit nobis*, de 1 agosto de 1522, de **Adriano VI**, dirigido ao Arcebispo de Braga. Nele, o Papa manda que o arcebispo imponha o hábito de cavaleiro de São João de Jerusalém ao infante [D. Luís], irmão de D. João III, ou seja, o invista na Ordem dos Hospitalários de que passará a ser Prior, no Crato. (Cf. tomo x, pp. 275-276.)

Bula *Nobilitas generis*, de 18 de fevereiro de 1523, de **Adriano VI**, dirigida ao infante D. Henrique (com oito anos!!!), em que lhe concede o Priorado de Santa Cruz de Coimbra que havia sido dado a seu irmão o cardeal D. Afonso, como comenda. (Cf. tomo x, pp. 283-284.)

Duas Bulas com o título *Gratiae divinae premium*, de 20 de fevereiro de 1523, de **Adriano VI**, dirigidas a D. João III, em que lhe participa a concessão da administração do bispado de Évora ao cardeal infante D. Afonso (de 14 anos). E em que participa também a sua nomeação para administrador do arcebispado de Lisboa, vago por morte de D. Martinho, até chegar aos vinte anos. Para tal, recomenda-lhe que providencie um novo administrador e futuro bispo. (Cf. tomo x, pp. 284-285.)

Bula *Romani pontificis providentia*, de 2 de março de 1523, de **Adriano VI**, dirigida ao infante D. Henrique (com oito anos!!!), em que lhe atribui o Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, o priorado do Mosteiro de S. Jorge, das Ordens Cisterciense e de Santo Agostinho, por ser,

o infante, irmão de D. João III, e a fim de colher benefícios para continuar o estudo das letras, «pelos bons indícios do muito que há de valer com o correr do tempo. Segue-se a forma do juramento de obediência que o infante deve prestar à Santa Sé». (Cf. tomo x, pp. 285-286.)

Breve *Cum charissimus*, de 10 de abril de 1523, de **Adriano VI**, dirigida ao infante D. Henrique (com dez anos!!!), isentando-o até aos vinte anos da obrigação de rezar as horas canónicas desde que um outro clérigo o garanta em seu lugar, mas obrigando-o a rezar as horas de Nossa Senhora. Esta isenção é concedida por forma a que o infante se aplique aos estudos. (Cf. tomo x, p. 294.)

Despachos de **D. João III** para D. Miguel da Silva, em 21 de novembro de 1523 [**embai-xador até 1525; bispo nomeado de Viseu, entre 1526 até 1547; cardeal in pectore, em 1539, confirmado em 1541, depois do seu regresso a Roma, em 1540, por desinteligências com D. João III que chegou a ordenar a sua prisão, sem saber da sua atempada fuga; faleceu em Roma, em 1556**]. Para lá de alguns aspetos de política internacional, ressaltamos pelo menos aquele em que o monarca se mostra surpreendido porque o Papa mostrara «desprazer» por lhe ser pedido para que seja atribuída a uma só pessoa duas catedrais, a de Lisboa e a de Évora, e a surpresa do monarca reside apenas no facto de não haver nenhuma originalidade no pedido, pois isso já havia sido pedido e concedido em tempos anteriores, e ainda que o Papa argumente acerca da pouca idade do infante para quem eram pedidas as duas catedrais, pois já tinha havido antecedentes, quando o cardeal D. Afonso foi empossado do bispado da Guarda e de Viseu e da Abadia de Alcobaça, com menos idade do que o infante de agora. Para além do mais, o próprio monarca se presta à responsabilidade de cuidar da administração dessas Sés!!!!.... (Cf. tomo x, pp. 312-313.)

Breve *Novit ille*, de 3 de março de 1524, de **Clemente VII**, dirigido a el-rei, em que, para além de outros negócios, lhe refere a impossibilidade de concessão do Bispado de Viseu para o infante D. Henrique, pelo menos quanto à dignidade eclesiástica, podendo D. João III, atribuir os frutos do Bispado ao infante, ressaltando os outros aspetos cuja dignidade deveria ser atribuída à pessoa idónea que o rei nomeasse. (Cf. tomo x, pp. 321-322.) Em Bula posterior confirmará como novo bispo de Viseu a Frei João de Chaves.

Breve *Nisi honoris*, de 9 de abril de 1524, de **Clemente VII**, dirigido a el-rei, em que, pretende fazer eco das inúmeras reclamações de outros países cristãos que se queixam do exagerado preço praticado por Portugal na venda das especiarias, pelo que pede que D. João III se contenha nos lucros para bem de todos os reinos cristãos. (Cf. tomo x, p. 323.)

Breve *Accidit nobis*, de 1 de julho de 1524, de **Clemente VII**, dirigido a el-rei, em que, volta a pedir desculpa por não poder aceder ao anterior pedido de D. João III que lhe solicitara dois bispados para a mesma pessoa, e lembra-lhe que o mau estado em que está a Igreja reside precisamente neste tipo de abusos que ele deseja destruir, como seja a atribuição de uma igreja a quem já possui outra. Acrescenta que o rei deve nomear «pessoa com os dotes necessários, porque está pronto a conferir aquela honra». (Cf. tomo x, p. 324.)

Bula de novembro de 1524, de **Clemente VII**, sem destinatário, em que dá conta da alteração introduzida no título de Cardeal de Santa Luzia, D. Afonso, pelo papa Leão X, passando este a denominar-se Cardeal de São Braz, «para que à sua própria custa, segundo espera, o infante acabe de edificar a igreja deste nome, em Roma, no bairro da Ponte, e o magnífico paço, que Júlio II começou junto da igreja com o dinheiro da câmara apostólica, e que ela não tinha meios de concluir». (Cf. tomo x, p. 329.) [*O Papa a arrumar a casa!!!!...*]

Breve de **Clemente VII**, *Cum dilectus filius*, de 29 de janeiro de 1525. O Papa declara ter recebido seis mil ducados para conceder dispensa a D. João III para contrair matrimónio com D. Catarina. Reclama, no entanto, acerca do valor recebido que deveria ser muito mais avultado, como é costume nestes casos, acrescentando que só as circunstâncias de dificuldade financeira do momento explicam que tenha acedido!!!!... (Cf. tomo x, p. 330.)

Breve *Cum elegissemus*, de 18 junho de 1525, de **Clemente VII**, dirigido a D. João III, em que informa ter enviado a el-rei, por António Ribeiro, a “Rosa de Ouro”, juntamente com as indulgências do Jubileu Santo. (Cf. tomo x, pp. 332-333.)

Breve *Omnis qui tuas*, de 7 de julho de 1525, de **Clemente VII**, dirigido a D. João III. O Papa acusa a receção das cartas de el-rei apresentadas pelo novo embaixador D. Martinho de Portugal, e dá mostras do desgosto que sente em ver partir D. Miguel da Silva, por quem nutre grande afeição dadas as qualidades de servidor da Igreja e de competência diplomática. Ainda que reconheça que poderá prestar grandes serviços junto a el-rei, assiste-o a desconfiança de que, provavelmente, tenha sido chamado por razões de «malevolência». Pede, por isso, ao monarca que não dê ouvidos aos «malevolentos» e sente repugnância se, por esse motivo, veja «apartar de si homem tão prestante». (Cf. tomo x, pp. 334-335.)

Breve *Etsi monasteriorum*, de 27 de julho de 1525, de **Clemente VII**. Por este Breve, o Papa manda reservar, em nome da Santa Sé, os dois primeiros mosteiros, «de qualquer ordem», que vagarem, em Portugal, para que, em nome da Santa Sé, D. Miguel da Silva possa assumir a sua administração e passar a auferir dos seus rendimentos. (Cf. tomo x, p. 336.)

Breve *His paucis diebus*, de 31 de julho de 1525, de **Clemente VII**, dirigido a D. João III. Nele se elogia, de novo, a figura de D. Miguel da Silva, esperando que no reino se «lhe faça a honra que merece». O Papa, pelo seu próprio punho acrescenta: «Muito sentiria ficar privado da companhia de um homem querido e honrado, como era Miguel da Silva, senão fosse a promessa que sua alteza lhe fizera a ele (pontífice) não só por escrito, mas também pelo seu novo embaixador, de o elevar à mais alta dignidade junto de sua pessoa.» (Cf. tomo x, p. 337.)

Breve *Cum nuper dilectum*, de 5 de setembro de 1525, de **Clemente VII**, dirigido a el-rei. O Papa lembra que em Breve anterior já havia solicitado que os dois primeiros mosteiros que vagassem seriam concedidos a D. Miguel da Silva, pelo que ficou, agora, perplexo ao verificar que D. João III, parecendo desconhecer essa anterior determinação, pede que os dois mosteiros que vagaram no Funchal, por morte do respetivo bispo, sejam concedidos ao infante seu irmão. Perante essa delicada situação a correspondente provisão fica suspensa até resposta de el-rei, mas a Santa Sé está determinada em cumprir o que prometera a D. Miguel da Silva. (Cf. tomo x, p. 338.)

Em 18 de março de 1526, o rei Afonso do Congo solicita a D. João III uma «ativa ação religiosa» para o Congo.

Breve *Intelleximus ex dilecti*, de 23 de março de 1526, de **Clemente VII**, dirigido a el-rei. Nele, o Papa congratula-se ao saber que D. Miguel da Silva fora eleito bispo de Viseu, por morte do titular Frei João de Chaves. (Cf. tomo x, p. 340.)

Bula *Cum nobis hodie*, de 12 de julho de 1527, de **Clemente VII**, dirigida a D. Martinho de Portugal, em que o nomeia Nuncio Apostólico em Lisboa, lugar que ocupou até 1529. (Cf. tomo x, pp. 349-350.)

Carta do embaixador **Braz Neto**, de 1 de agosto de 1531, dirigida a D. João III, em que dá conta da dificuldade em arranjar meios de sustento, pois na cidade não há quem empreste dinheiro para o receber em Portugal. Solicita a el-rei que indique o que pensa sobre a residência do embaixador em Roma, que vive sem rendas, nem bens para se sustentar, pelo que pede que autorize o seu regresso ao Reino, a fim de ser poupado a tanta vergonha. (Cf. tomo x, pp. 363-364.)

Bula *Cum ad nihil magis*, de 17 de dezembro de 1531, de **Clemente VII**, dirigida a Frei Diogo da Silva, nomeado inquisidor-mor (que em 1534 foi nomeado bispo de Ceuta). Por esta Bula foi instituído o Tribunal da Santa Inquisição [*de má memória*] em Lisboa. (Cf. tomo x, pp. 367-368.) Curiosidade, na Bula *Cum nuper*, de 13 de janeiro de 1532, de **Clemente VII**, diri-

gida ao mesmo Frei Diogo, em que o Papa manda «sob preceito de obediência, e debaixo de pena de excomunhão, que ele aceite o cargo de comissário da Santa Sé, e de inquisidor no Reino de Portugal e seus domínios, para que foi nomeado pela Bula antecedente, não obstante quaisquer privilégios, indultos, e letras apostólicas dos frades menores de São Francisco de Paula, de que é professor». (Cf. tomo x, p. 368.) A seguir ao período de suspensão da Inquisição, entre 1532 e 1536, e já falecido Clemente VII, D. Diogo escusou-se a assumir de novo o mesmo encargo. (Cf. tomo xi, p. 17.)

Em 20 de maio de 1532, **D. Martinho de Portugal** volta às funções de embaixador na Santa Sé, que ocupará até 1535.

Breve *Venerabilis frater*, de 17 de outubro de 1532, de **Clemente VII**, dirigido ao Bispo de Sinigaglia, em que suspende o Tribunal da Inquisição em Portugal. Fala-se da influência do «cartel» judaico peninsular e infiltrado, através dos seus procuradores na Cúria; mas, fala-se também do escândalo de corrupção no corpo ministerial de D. João III, que apenas visava o apoderamento dos bens dos judeus. A surpresa, segundo A. Herculano (in *Origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*), está no desgosto manifestado por essa suspensão, através de um *silêncio denunciador* da cumplicidade del-rei! (Cf. tomo x, p. 393.) «Embora o monarca e seus ministros o negassem, o pensamento de se apossarem dos avultados cabedais dos cristãos-novos transluz em todos os atos, e denuncia-se em todas as fases desta dilatada questão. O príncipe ostenta por vezes desinteresse e aparenta abrir mão de toda a ideia de lucro, mas por trás das palavras vê-se claramente o artifício, e só uma credulidade infantil, que fora injúria supor na Cúria, teria a singeleza de querer iludir-se com as protestações de abnegação da nossa corte. Em Roma, aonde tudo constava, sabia-se qual era o verdadeiro fim da perseguição contra os hebreus, e especulou-se por isso com a desgraçada posição deles, arrandando-lhes grossos donativos e valiosos brindes a pretexto de os salvar das iras do tribunal da Fé em nome da liberdade de consciência limitada e da suavidade da lei cristã.» (Cf. tomo xi, p. x.)

Cédula consistorial de 31 de janeiro de 1533, em que **Clemente VII** eleva o Bispado do Funchal a Arcebispado Metropolitano dos Bispados de São Miguel, Santiago e Goa. (Cf. tomo x, p. 396.) D. Martinho de Portugal é o primeiro arcebispo do Funchal, nomeado em 10 de fevereiro de 1533.

Carta de 5 de novembro de 1534, do embaixador em Roma, **D. Henrique de Meneses** para D. João III, em que lhe dá conta da necessidade de el-rei pensar em compensar o cardeal Santiquatro pelos serviços de influência em favor da Coroa portuguesa. Faz menção também dos esforços em favor da reposição da Inquisição, mas que, segundo lhe parece, não irá ser da forma que D. João III queria, pelo menos em relação a alguns pormenores. Alude também à coroação do novo Papa, Paulo III, em São Pedro. (Cf. tomo xi, p. 66.)

Carta de 15 de novembro de 1534, do embaixador em Roma, **D. Henrique de Meneses** para D. João III, dando conta da audiência que lhe fora concedida por Paulo III, em que lhe fala da questão da Inquisição, mas que o Papa remetera essa resolução para o exame de tudo que está a ser feito por pessoal da Cúria. Calcula que a decisão demore e volta a referir que lhe parece que não será «de todo favorável» aos desejos do monarca. Em final da carta alude ainda às más relações que terá com personalidades portuguesas em Roma – nomeadamente, Duarte da Paz [procurador dos cristãos-novos, em Roma] – e lamenta «a pouca honra e favor» que, tanto a ele como a D. Martinho, lhes dispensa o Papa, de certeza nada equivalente à que el-rei dispensa ao Núncio em Lisboa!!! (Cf. tomo xi, pp. 67-68.)

Breve *Romanus pontifex*, de 26 de novembro de 1534, de **Paulo III**, dirigido a el-rei. Nele, o Papa invocando as novas razões apresentadas pelos embaixadores portugueses contra o perdão papal aos cristãos-novos, concedido pelo antecessor Clemente VII, decidiu revogar esta resolução papal. (Cf. tomo xi, p. 71.)

Em 17 de março de 1535, carta de **D. Henrique de Meneses**, dirigida a D. João III. É uma carta cheia de lamúrias, sobre os negócios não concretizados e, por vezes, pelo resultado final que, apesar de tudo, parecia favorecer os interesses da Coroa. Rebate o assunto da Inquisição e os esforços para reativá-la, ainda que a influência de Duarte Paz seja muita e o retarde. Depois, pede a el-rei que o mande regressar e aconselha o monarca a determinadas atitudes para com o Papa: 1. não se dar por satisfeito com o que se fez; 2. «desobedecer declaradamente ao Papa»; 3. mandar retirar de Roma o embaixador, como forma de pressão; 4. fazer com que a Inquisição seja desejada como uma coisa santa. E, vendo Roma que em Portugal nem o Lutero-nismo conseguiu entrar, logo que lhe concederá o que deseja, tal como sucedeu em Castela, onde a Inquisição vai, cada vez mais, «obtendo novas concessões». Por último, aconselha a el-rei a que despeça o Núncio a quem se deve muito dos problemas e dificuldades [pela sua permanente vigilância]. Assim como o embaixador de Prestes João que ainda aguarda o auxílio religioso pedido há muito tempo e que, inclusive, já chegara ao ponto de querer regressar ao seu país, sem mesmo se despedir. (Cf. tomo XI, p. 94.)

Carta de **D. João III** de 1535 ao embaixador D. Martinho de Portugal, em que o informa da decisão de mandar regressar a Roma o Núncio Apostólico, devido à perturbação e embaraço que ele tem criado, pelo que pede que Sua Santidade acione o seu regresso. Enumera os motivos que são muitos. (Cf. tomo XI, pp. 109-110.)

Em 1 de março de 1534, carta do **Bispo de Sinigaglia** (1.º Núncio Apostólico da Santa Sé em Lisboa, desde 1532), não sendo mencionado o destinatário.

Expõe ter encontrado grande **difficuldade nos cristãos-novos em satisfazerem as promessas do seu procurador Duarte da Paz, quanto à soma que haviam ajustado dar à Cúria para os favorecer nos negócios da Inquisição e do perdão.**

Que baldara com eles persuasões e ameaças, guardado e devido decoro, como lhe mandou a pessoa a quem escreve esta carta, e só obtivera em resposta: que haviam de cumprir tudo a que por escrito se tinha obrigado para com ele Núncio, e nada mais, porque ao seu procurador não conferiram poderes para prometer o que era inteiramente impossível pagarem, e que ele, fazendo-o, só se propusera indispor-los por este modo com sua santidade.

Que acusavam aquele procurador de os ter roubado, pois segundo sabiam tinha em Roma no banco quatro mil ducados, que eram deles, e que ofereciam a sua santidade.

Que ele (o bispo) tinha procurado defender o acusado, e persuadir-lhes que, para **não lhe fazerem a vontade se queria indispor-los com o pontífice, deviam cumprir suas promessas, pois no caso contrário o pontífice, vendo que aceitavam a graça e faltavam ao compromisso, julgar-se-ia enganado**, o que faria com que achassem de futuro alguma frieza em sua santidade, e que **por estas e outras razões lhes aconselhava**, que não se negassem à satisfação da dívida e que no caso de não terem já meios convinha **representaram a falta**, escusa que o Papa acolheria de boamente, pois **como sabiam não era movido por interesse.**

Que nem isso mesmo lograra, porém, conseguir, pois a tudo responderam sempre que não estavam obrigados à palavra de outrem.

Que visto serem inúteis todas as persuasões lhes pedira o pagamento dos cinco mil escudos, e que eles disseram, que os dariam somente depois de soltos os presos.

Que além destas instâncias feitas em Lisboa também empregara outras com os cristãos-novos de Évora, as quais saíram igualmente baldadas, pelo que chamara três dos doutores, com quem eles se costumavam aconselhar nos negócios da Inquisição, e que, depois de lhes referir o acontecido, lhes patenteara a opinião de deverem ser mais resolutos, principalmente receando, conforme asseguravam, as próximas conferências do imperador com o Papa, e o muito que lhes cumpria despacharem logo a toda a pressa um correio para Roma levando uma resolução satisfatória.

Que a consequência disto fora determinarem reunir-se em Santarém para decidir definitivamente a questão, e que ele (núncio) fora àquela vila depois de ter mandado a Lisboa um agente para obter letras de câmbio dos cinco mil escudos, visto acharem-se os presos já soltos.

Mas que, esperando no local aprasado que os cristãos-novos se juntassem, recebera um escrito, em que lhe comunicavam que mestre Jorge de Évora, um dos seus cabeças principais,

lhes dissera, que não celebrassem a reunião, porque seria a sua total ruína, pois soubera de sua magestade que muito se escandalizava por conferenciarem com o nuncio.

Que o único resultado, portanto, que obtivera, e ainda assim com grande trabalho, fora a letra dos cinco mil escudos.

Que sua alteza, não só manifestara sua desaprovação em referência às conferências, mas que ordenara até aos doutores, conselheiros dos cristãos-novos, que desfizessem o que tinham preparado, e que o *Cardeal de Portugal* chegara a ameaçá-los com outra perseguição popular, dizendo por escárnio, que se ela aparecesse recorressem ao Papa para os salvar.

Que faz tenção de esperar em Flandres, para onde brevemente vai partir, a resolução do que querem no futuro, assim como a satisfação no todo, ou em parte do que prometera Duarte da Paz, devendo ser reputados todos se o não fizerem, a não ser que se achem seguros por outro lado.

Que, se forem todos, facilmente se conhecerá, e **se por dinheiro se procuravam assegurar de quem os não pôde servir, que o dêem a quem pôde fazer**, e então se levantará santa e justamente a máscara.

Que talvez proceda também a sua irresolução de esperarem ver se sua santidade a pedido de Carlos V muda alguma coisa no perdão e concede a Inquisição como a de Castela; **e que não havendo mudança** acredita que hão de cumprir o que devem, e julga que o melhor meio de fazerem, não só isto, mas quanto sua santidade quiser, **é Roma inculcar que projeta outorgar a Inquisição com o rigor, com que el-rei de Portugal lha pede**.

Que chegando a Flandres falará aos hebreus Diogo Mendes e à viúva de seu irmão Francisco Mendes, a qual havia concorrido com grande quinhão para prefazer a soma dos cinco mil escudos, e verá se alcança algum resultado favorável.

Quanto a Duarte da Paz, que o mais que os cristãos-novos farão será assinar-lhe uma pensão certa, e que isto mesmo, e não o despedirem do seu serviço devera ele a suas instâncias, porque se queixam muito do que escrevera a Sua Santidade e de já lhes haver gasto dez mil ducados. Que a ele, Nuncio, lhe parece indispensável mais que tudo para o futuro, que as promessas não sejam vocais, mas por escrito.

Que, depois do que acabara de narrar, tinha recebido cartas de cristãos-novos, participando-lhe que o cardeal infante D. Afonso por influência de el-rei se recusara à notificação da Bula de 12 de outubro, pelo que recorreram a ele para que a fizesse, e que lhes respondera que o não reputava conveniente pois se irritaria mais el-rei; mas que a sua opinião era que, satisfazendo as promessas de Duarte da Paz, mandassem um correio a Roma pedindo que o mais depressa possível se ordenasse a notificação, ou que se enviasse a cada ordinário um transunto dela.

Que para el-rei não desconfiar deles escreveria a sua alteza, dizendo que, vista a proibição de ser notificada a bula, não podia deixar de pedir prontamente providências a Sua Santidade. Acrescenta que muito agradara este conselho, o que lhe pediram espera até fevereiro, a qual ele concedera, mas sem resultado.

Pede que a título de recompensa de seus serviços lhe obtenha a reserva *in pectore* do Mosteiro de São Salvador de Grijó, que valerá dois mil ducados, e que el-rei quer unir a Santa Cruz de Coimbra, cuja renda é de perto de vinte mil ducados com o pretexto de subsidiar a Universidade, que instituiu na cidade de Coimbra, mas que Santa Cruz pode ocorrer de per si a todas as despesas dela, ou o dinheiro de sua alteza.

Diz mais, que aproveita a ocasião para lembrar a conveniência de Sua Santidade pôr termo a semelhantes uniões, que, a par de outras feitas de capelas administradas e usufruídas por seculares, e a grande quantidade de comendas não deixarão ao clero de Portugal dentro de dez anos mais do que canonicatos e vigararias de pouca importância.

Anuncia também, que el-rei procura obter, que se converta em comenda o Priorado de Santa Cruz para um seu irmão, que vai casar com a irmã do duque de Bragança, o que oferece o inconveniente de nunca mais o priorado sair de mãos seculares, e do poder de irmãos, ou de filhos de reis.» (Cf. tomo XI, pp. 128-133.)

Bula *Cum ad nil magis*, de 23 de maio de 1536, de **Paulo III**, dirigida aos bispos de Coimbra, Lamego e Ceuta. Por ela é restabelecido o Tribunal da Inquisição, sob a autoridade dos bispos a quem é dirigida a Bula, «assim como outro bispo, frade, ou clérigo secular, consti-

tuído em autoridade eclesiástica, e professor de teologia e cânones, que el-rei D. João III nomear». (Cf. tomo XI, pp. 140-141.)

Breve *Quoniam in negotio*, de 7 de fevereiro de 1537, de **Paulo III**, em que concede ao Núncio em Lisboa a faculdade de poder suspender a atividade da Inquisição no caso de irregularidades de que ele tenha conhecimento. (Cf. tomo XI, p. 162.)

Breve *Recepimus litteras*, de 30 de agosto de 1537, de **Paulo III**, dirigido a el-rei de Portugal, em que apela à participação do episcopado português ao Concílio convocado para Mântua (2.^a tentativa gorada). (Cf. tomo XI, pp. 187-188.)

Breve *Prorogationem universalis*, de 18 de outubro de 1537, de **Paulo III**, dirigido a el-rei de Portugal, em que lhe participa que o concílio convocado para Mântua foi mudado para Vicenza (Veneza), para 1 de maio de 1538 (3.^a tentativa, também gorada). Por fim, pede que os prelados do Reino estejam presentes. (Cf. tomo XI, p. 190.)

Despachos de 29 de dezembro de 1537, que o novo embaixador em Roma, **D. Pedro Mascarenhas** é portador de D. João III para o papa Paulo III. Em primeiro lugar, a participação de ter sido escolhido este para embaixador e pedindo que seja acolhido nessa condição.

Do conjunto de instruções, D. Pedro Mascarenhas é aconselhado, no primeiro encontro que tiver com Sua Santidade, a entregar a carta referente aos assuntos do concílio convocado. De seguida, dar notícia dos avanços do inimigo português do Oriente, o rei de Cambaya, que se sabe terá reunido somas avultadas, gente e «grossa armada» de auxílio ao turco com quem os cristãos se confrontam na Europa. Mas, para os enfraquecer no Oriente, tem o monarca português dispendido valiosas verbas, chegando ao ponto de ter pensado em solicitar auxílio ao Santo Padre, principalmente para o esforço de guerra aqui no Norte de África, em Fez e Marrocos, mas sabendo dos empenhos da Santa Sé para defender a costa de Itália, terá desistido dessa intenção.

El-rei suplica a Sua Santidade que tenha em atenção todo esse esforço que a Coroa portuguesa tem dispendido e «não queira fazer o agravo de impor no clero do seu reino duas décimas conforme lhe comunicara por via do Núncio, alegando necessidades da Santa Sé, porque as de sua alteza com a guerra continuada contra os infiéis são tantas, como todo o mundo sabe, e porque os pontífices, seus antecessores, atendendo a esta razão e a outras de grande valor em tempos menos críticos, em vez de fazerem o que Sua Santidade pretende, concederam em muitas ocasiões aos reis portugueses largas e generosas graças, como, por exemplo, as terças, a cruzada, e outros favores considerando os serviços que a Santa Sé recebia dos seus esforços à custa de excessivos sacrifícios de fazenda e de vidas, ganhando muitas almas para a fê de Cristo, e edificando mais templos, e adquirindo mais rendas para a Igreja do que em outra qualquer parte haviam alcançado os reis. Que lhe cumpria acrescentar, que o clero português sempre ajudara os parentes, que serviam com as armas, e os soberanos em suas necessidades, acudindo à defesa das suas igrejas, pelo que tinham sido privilegiados como se pelejassem pessoalmente.

Que, se caso Sua Santidade, apesar da evidência, insistisse em impor as décimas, devia o embaixador avisar a nossa Corte mais depressa possível.

Que determinando el-rei, que vão ao concílio todos os prelados, salvo os que por direito estão escusos, pedia a Sua Santidade, que os benefícios dos que morressem durante a reunião da assembleia, ou no caminho, só fossem providos nas pessoas que sua alteza apresentasse» (Cf. tomo XI, pp. 196-200).

Carta de el-rei **D. João III** para Pedro Luiz, filho do Papa [feito duque de Parma e Piacenza por desmembramento de territórios destas das cidades pontifícias], comunicando-lhe que D. Pedro Mascarenhas passou a ser o seu embaixador em Roma, levando instruções para o visitar e de si colher apoio e confiança que também lhe serão retribuídos pela Coroa portuguesa.

Carta del-rei **D. João III** para o cardeal Santiquatro, como mesmo intento.

Carta del-rei **D. João III** para o vice-chanceler, neto do Papa, como mesmo intento.

Carta del-rei **D. João III** para o cardeal Santa Flor, legado de Bolonha e camarlengo da Santa Sé, como mesmo intento.

Carta del-rei **D. João III** para o cardeal Sena, como mesmo intento.

Carta del-rei **D. João III** para o cardeal Campelo, como mesmo intento.

Carta del-rei **D. João III** para o cardeal Salviata, como mesmo intento.

Carta del-rei **D. João III** para o cardeal de Santa Cruz, como mesmo intento.

Carta del-rei **D. João III** para o cardeal de Ginuchi, como mesmo intento.

Carta del-rei **D. João III** para o cardeal Cesarino, como mesmo intento. (Cf. tomo XI, pp. 201-202).

Breve *Quarto jam scribimus*, de 26 de abril de 1538, de **Paulo III**, dirigido a D. João III, em que lhe participa que escreveu ao cardeal-infante [D. Afonso] para este apressar a sua ida ao concílio, sossegando-o acerca dos incómodos, pois tudo lhe está preparado a evitá-los e poder a Santa Sé contar com a sua presença para tão importantes sessões de trabalho, pelo que não está disposto a aceitar quaisquer desculpas. (Cf. tomo XI, p. 207). No Breve seguinte, *Dicet Majestati tuae*, de 22 de maio desse mesmo ano, pede a D. João III que providencie em enviar de imediato os prelados portugueses. (Cf. tomo XI, pp. 207-208).

Breve *Exponi nobis*, de 28 de setembro de 1538, de **Paulo III**, dirigido a D. João III, em que lhe dá conta de corresponder às suas súplicas pelo que lhe concede que os eclesiásticos, mesmo que sejam presbíteros, possam fazer do seu conselho pessoal, e julgar as causas cíveis, abstendo-se, neste caso, de se envolverem nas causas de foro eclesiástico. (Cf. tomo XI, p. 216.)

Cardeal **Santiquattro**, em 4 de outubro de 1538, dirige carta a D. João III, pedindo para que este desse por finda a missão de embaixador em Roma, a D. Pedro de Mascarenhas!!!...

Breve *Omnino, fili noster*, de 21 de dezembro de 1538, de **Paulo III**, dirigido ao cardeal infante D. Afonso (Arcebispo de Lisboa), em que lamenta que esteja ausente de Roma, quando a sua presença era requerida para os negócios da Igreja e da Cristandade, e lamenta mais ainda porque tantas vezes chamado não tenha obedecido. (Cf. tomo XI, p. 221.)

Carta de 24 de dezembro de 1538, de **D. Pedro Mascarenhas**, embaixador em Roma, para D. João III. Tenta D. Pedro justificar a demora deste correio em virtude da dificuldade em tratar com o Papa do assunto das décimas que este reclama, de forma muito pressionante. Aqui procura narrar de forma esmiuçada o que ocorreu no encontro com Sua Santidade, e adianta que ele «respondia sempre desfavoravelmente ao que sua alteza lhe mandara propor, a saber: [1.] que pedisse a sua alteza alguma ajuda de armada em favor da liga, e lhe desse as décimas para esse fim e para a guerra que tinha contra os infiéis; [2.] que el-rei, como soberano de Portugal, tinha obrigação de ajudar a empreza contra o turco», e aqui aventava a incorporação do irmão do rei, D. Luiz, facto que justificava ainda mais essa ajuda. Rebateu o embaixador, dizendo que nada sabia acerca da ida do infante D. Luiz, mais a mais sabendo que o infante só fazia o que el-rei lhe ordenava e das suas muitas ocupações não constava essa de incorporar a armada veneziana contra o turco. Aqui o Papa mostrou-se pouco informado e remeteu para posteriores esclarecimentos junto do cardeal Santiquattro que, mais tarde, acabou por informar «que Sua Santidade resolvera não querer de Portugal senão dinheiro; ao que o embaixador respondera que não tinha comissão para tratar de armada, nem de dinheiro, mas que suplicava ao Papa, que não agravasse a sua alteza, sendo o primeiro Pontífice que impunha décimas a Portugal e as arrancava para Itália, estando o Reino no costume desde largos anos de nunca lhe serem impostas senão para sua defesa e para a guerra contra os infiéis. Que o embaixador oferecera dez mil cruzados com tanto que não se tratasse das décimas nem para Roma, nem para sua alteza, ao que o Papa respondera que queria as suas décimas, pois *de jure* eram suas, e que asseverasse o enviado a sua alteza que não lhas impedisse, pois as havia de procurar por todos os modos, ao que Santiquattro ajuntara, que, segundo seu parecer, concedendo-as sua alteza, lhe daria o Papa a terça parte. Que a isto redarguira o embaixador, que a vontade de sua alteza seria não as admitir, mas que se as aceitasse, era sua opinião, que Sua Santidade havia de tomar a parte que lhe dessem.»

D. Pedro, porém, falando depois ao Papa, ter-lhe-á lembrado a forma discriminatória como estava a tratar deste assunto com o rei de Portugal, diferentemente do que é sua costumada forma de tratar com os outros reis cristãos. **E mais, adiantou-lhe que era estranho que fosse tão invocada a falta de verbas para o combate do turco, quando, ainda há pouco, Sua Santidade teria dado a seu neto, «incluindo o dote e as despesas do casamento, quinhentos mil cruzados, duzentos mil a uma neta», e só para fazer valer uma questão de obediência tinha-se envolvido numa guerra com o duque de Urbino, onde mensalmente está a gastar setenta mil cruzados, «pelo que não lhe parecia justo que, podendo sua Sua Santidade com tantas despesas extraordinárias, pedisse décimas a Portugal com o pretexto da guerra do turco, que também era voluntária, não as tendo pedido a nenhum outro rei».** O Papa ter-lhe-á respondido que na realidade também fizeram a mesma exigência a Castela e à França, mas devido aos altos serviços sempre prestados por Portugal à Santa Sé, ele sempre ficou à espera de que Portugal fosse «o primeiro a dar o exemplo nesta empresa tanto de Deus como para a Igreja». E que, **no que respeitava aos gastos com os netos, tinham sido investimentos em favor da paz, pois com os seus casamentos havia garantido compromissos políticos e boa disposição em favor dos empreendimentos da Igreja.** Depois, havia ainda de se tomar em consideração que, enquanto os outros reis se empenhavam pessoalmente no empreendimento contra o turco, o rei de Portugal ficava no seu reino não tendo despesas de sustentação, pelo que, então, deveria pagar mais em dinheiro. D. Pedro, porém, sabendo que o que o Papa dizia e a realidade não coincidiam, pois o rei de França nunca chegou a pagar nada invocando a necessidade dele perante a ameaça da invasão por parte do Imperador, e isto também o poderá fazer D. João III, com mais que justificadas razões e pretextos com o seu envolvimento em Fez e em Marrocos e ainda outros gastos contra os infiéis. (Cf. tomo XI, pp. 224-229.)

Breve *Fidem catholicam*, de 24 de fevereiro de 1539, de **Paulo III**, dirigido aos inquisidores do Reino. Nele se estabelece que tanto os ministros e oficiais da Inquisição, e durante cinco anos, podem receber os frutos dos benefícios da sua condição, mesmo estando ausentes, desde que mantenham as respetivas nomeações. (Cf. tomo XI, p. 231.)

Carta de 19 de março de 1539, de el-rei **D. João III** à princesa Margarida em que lhe protesta grande amor, «não só por ser filha do Imperador, mas por estar casada com um neto de Sua Santidade. (Cf. tomo XI, p. 237.)

Carta de 19 de março de 1539, de el-rei **D. João III** ao príncipe Octávio, em que «declara que o amor que lhe consagra, e a sua consideração e estima pelo avô, o pontífice Paulo III, e pelo pai, o duque de Castro, se aumentara com o parentesco, que o ligava agora a Sua Santidade depois de casar com sua sobrinha, filha do Imperador. (Cf. tomo XI, p. 237.)

Carta de 19 de março de 1539, de el-rei **D. João III** a D. Pedro Mascarenhas, em que lhe comunica que deve junto de Sua Santidade informá-lo de que o rei de Portugal soube da organização de uma grande armada que está prestes a sair de Suez com destino à Índia afim de afrontar as praças portuguesas, prevendo-se a sua chegada ao destino em setembro e que, para o efeito, D. João III mandou organizar uma armada com reforços para os enfrentar, facto que lhe depauperou as finanças do reino. Perante a reação do Papa, o embaixador deve aceitar dele todo o auxílio que este lhe ofereça e, mais tarde, quando a ocasião se ofereça deve fazer-lhe sentir que as décimas que Sua Santidade requer há muito de Portugal foram desviadas para aquele empenho, em defesa das praças do Oriente, dos portugueses que lá estão e dos já muitos fiéis daquelas paragens que aderiram ao Cristianismo e à fé Católica. (Cf. tomo XI, pp. 234-236.)

Carta de 19 de março de 1539, de el-rei **D. João III** a D. Pedro Mascarenhas, em que lhe ordena que faça saber ao Papa que, em Lisboa, afixados na porta da Sé, foram encontrados alguns escritos blasfemos de origem judaica, facto que levou a uma busca aturada para encontrar o culpado. Encontrado este foi preso e torturado, acabando por se mostrar arrependido e morrendo cristão. Este episódio deve servir de pretexto para que o Papa avalie a grande necessidade de ser autorizada a Inquisição em Portugal. (Cf. tomo XI, pp. 236-237.)

Carta de abril de 1539, de el-rei **D. João III**, a D. Pedro de Mascarenhas em que, entre outras coisas, lhe ordena que comunique a Sua Santidade que devido à grande necessidade de uma pessoa de autoridade e consciência para o cargo de inquisidor-mor, el-rei tinha decidido nomear o infante D. Henrique, seu irmão, cuja escolha não foi motivada por razões de ordem familiar mas unicamente a capacidade e virtude pessoais, já demonstradas no arcebispado de Braga, «pois todas as contemplações a seus olhos valiam pouco, quando se tratava do serviço de Deus»!!!... (Cf. tomo XI, pp. 238-239.)

Carta de 22 de junho de 1539, de **D. Pedro Mascarenhas** a D. João III. Nesta carta dá conta de algumas decisões contraditórias do Papa, pelas quais revoga decisões anteriores, mas perante os reparos de um procurador, Sua Santidade mostra-se disposto a não revogar nada desde que se lhe expliquem as razões.

D. Pedro envia uma medalha com a efígie de Paulo III «para sua alteza ver a fisionomia do homem com quem trata». E manifesta, novamente, os desejos de que D. João III lhe arranje outro serviço «*por mais trabalhoso que seja, e o tire deste em que perde a alma e o corpo*». (Cf. tomo XI, pp. 260-262.)

Carta de 4 de agosto de 1539, de el-rei **D. João III** a D. Pedro Mascarenhas em que lhe dá conta do mau comportamento do Núncio em Portugal (Jeronimo Capodifierro) cuja retirada já devia, há muito, sido pedida ao Papa, não o tendo feito «para não o descontentar», mas que agora tinha ultrapassado os limites e, inclusive, com faltas de cortesia para com el-rei e os infantes, inclusive tendo produzido documentação em que, em relação à nomeação do infante D. Henrique para o cargo de Inquisidor, dizia que o infante não estava habilitado a exercer o cargo «por defeito da idade» [ser demasiado novo]. Mesmo que fosse verdade, os termos em que se exprimiu o Núncio não são toleráveis pelo que ordena que D. Pedro exponha a situação a Sua Santidade e o mande retirar de Lisboa, caso contrário será el-rei que o expulsará dos seus Estados. (Cf. tomo XI, pp. 263-264.)

Carta de 10 de setembro de 1539, de **D. Pedro de Mascarenhas** para D. João III. Nela dá informes de variadíssimas questões e da forma como foi recebido em audiência pelo Papa, que lhe pareceu pelas pessoas que rodeavam Sua Santidade que essas presenças eram resultado de interferência do Núncio em Lisboa, cuja retirada fora pedida por el-rei. Depois de lida a carta de el-rei dirigida a Sua Santidade, este adiantou que a mesma se reduzia a dois pontos: 1) querer el-rei que o Núncio saia de Portugal; 2) as acusações feitas por el-rei que justificavam o pedido.

Que, quanto ao primeiro ponto, o Papa decidira em conformidade com o pedido, uma vez que el-rei não suporta mais a presença dele nos seus estados; mas, quanto ao segundo ponto, o das acusações, esses erros alegados teriam de ser provados para que lhes correspondesse o castigo apropriado, e que, segundo os autos a que já tivera acesso, lhe parecia que não era o Núncio «o culpado, mas sim os infantes que tinham obrigação de obedecer ao representante da Santa Sé como príncipes eclesiásticos. E Paulo III concluía de tudo isto, que o Núncio não errara neste ponto, nem errara também deixando de reconhecer ao infante D. Henrique a qualidade de inquisidor-mor, porque o infante não podia exercer aquele cargo por defeito de idade, como na bula se continha, sem que Sua Santidade primeiro o dispensasse e confirmasse. Que lhe parecia de mais estranho, que, pedindo sua alteza a Inquisição para castigar os hebreus nas vidas e fazendas, nomeasse para reger o Tribunal a seu irmão, que pelo sangue era suspeito, e que Roma por este motivo não devia consentir na escolha, apesar de reconhecer as virtudes do nomeado».

Quanto à substituição do Núncio, o Papa manifestou ao embaixador alguma dificuldade e precisar de algum tempo para arranjar alguém, além de que precisava de «saber se a vontade de sua alteza era, como parecia depreender-se, não querer no seu reino os representantes da Santa Sé, o que demandava maduro e aturado exame, acrescentando, que ao subir ao sólio pontifício já achara Núncio em Portugal, que a sua presença era necessária para as relações das duas cortes, mas que a sua alteza não agradara a ida do atual, e que até procurara impedi-la. Que ele respondera a isto, que el-rei estimava o Núncio, como representante da Santa Sé, e se estava desgostoso era pelo seu modo de proceder». (Cf. tomo XI, pp. 272-278.)

Carta de 4 de outubro de 1538, do cardeal **Santiquatro** a D. João III, em que lhe solicita que, após a resolução de alguns assuntos em mãos do embaixador D. Pedro de Mascarenhas, este seja mandado regressar a Portugal, ainda que encarecia «a grande estima, que ele merecia à corte pontifícia e a ele (cardeal) pessoalmente, assim como o muito interesse que sempre mostrara pelo serviço de sua alteza. (Cf. tomo XI, pp. 308-309.)

Carta de 10 de dezembro de 1539, de el-rei **D. João III** a D. Pedro Mascarenhas, em que o monarca, acerca da Inquisição, estranha que Sua Santidade dê mais crédito às cartas dos cristãos-novos do que às suas, e que estes sentindo-se mais apoiados por parte de estranhos, simplesmente se esquivam à justiça, muitos abandonando o território e vendendo todos os seus bens, sob os olhos de quem apenas queria o seu bem, que se tornassem cristãos!!!...

Adianta ainda que se sente sobremaneira ofendido pelo facto de Sua Santidade teimar em não aceitar o infante D. Henrique ou outro qualquer príncipe de sangue real para ocupar o lugar de inquisidor-mor, em que alega tornarem-se suspeitos, quando el-rei apenas queria oferecer os seus serviços pessoais à Igreja. Suplicando por isso que o Papa «se arrependa, e lhe peça perdão, dando crédito às suas palavras, e procurando proceder em tudo conforme com o serviço de Deus, da Santa Sé, e seu». (Cf. tomo XI, pp. 324-325.)

Carta de 10 de dezembro de 1539, de **D. João III** para o cardeal Santiquatro em que lhe agradece os seus serviços em favor da Coroa portuguesa «e que, atendendo ao seu pedido e aos justos motivos que teve presentes, manda recolher a Portugal D. Mascarenhas». (Cf. tomo XI, p. 325.)

Em 7 de fevereiro de 1540, o Núncio em Lisboa, **Jerónimo Capodifierro** regressa a Roma, por ter caído em desgraça junto de D. João III!!!... Já em 13 de junho de 1539, **D. João III** havia enviado carta a D. Pedro Mascarenhas, em que lhe declarava sobre o «que padecia o reino por estar nele há tanto tempo um núncio de sua santidade, e afirma que muito agradec[ia] o serviço do Papa o mandar recolher. Acrescenta que D. Cristóvão de Castro, fidalgo e seu capelão, [era portador de um memorial, que lhe mostrará, de algumas coisas, que o Núncio praticara em Portugal muito contra o serviço de Estado e da Igreja, e que o cardeal [D. Afonso] e o infante D. Henrique, seus irmãos, escreveram também a Sua Santidade, pedindo-lhe que se digne retirá-lo do reino». (Cf. tomo XI, p. 244.)

Em carta de 9 de março de 1540, de **D. Pedro Mascarenhas** para el-rei, o embaixador dá conta das diligências que fez em relação às últimas recomendações del-rei, inclusive, na audiência que Sua Santidade lhe concedeu, na presença do cardeal Santiquatro, que fez a leitura da carta del-rei, em alta voz, mas traduzida para italiano, onde era referido o assunto da Inquisição e do infante D. Henrique. O Papa «respondera, que folgava da liberdade com que sua alteza lhe falava, e quanto às queixas de dar mais crédito aos cristãos-novos do que às suas palavras, notara que era juiz, e como tal devia atender as partes interessadas, quando acusavam os inquisidores de suspeitos, e se tratava de coisas tão importantes como eram as vidas e fazendas deles. [...] Quanto à oferta, que fazia de acabar com o confisco para cessarem os estorvos, e sua alteza mostrar, que era só movido pelo zelo da fé, concedendo-lhe sua santidade em compensação a Inquisição, como desejava, dissera o Pontífice, que lhe parecia muito louvável e ajustado o desejo de sua alteza, porque tendo os cristãos-novos a segurança de não perderem a fazenda, não podiam alegar suspeições, que devessem ser admitidas. [...] Que esperava fazer esquecer com obras o passado, de que el-rei lhe dizia que deveria pedir perdão. Quanto às queixas de sua alteza por lhe mandar pedir, que o infante D. Henrique não continuasse no cargo de inquisidor-mor, posto que fizesse o melhor conceito de suas qualidades, não lhe era lícito deixar de ouvir as acusações de suspeição contra ele apresentadas. [...] Que para mostrar quanto os cristãos-novos se interessavam, em que o infante não fosse inquisidor-mor, lhe contara, que só para esse fim chegara a Roma um procurador deles, que entre outras queixas alegara, que, vindo já em caminho para Roma, fora preso pelo Infante na estrada, tirando-lhe a mala com a correspondência que trazia, e mandando-o em seguida para Lisboa debaixo de prisão, donde conseguira fugir. Que,

sendo isto verdade era culpa grave, porque o Infante na qualidade de prelado devia respeitar e favorecer os correios e despachos que vinham para a Santa Sé.»

Na continuação da mesma carta, D. Pedro diz ter alegado junto do Sumo Pontífice que esta história sobre o infante de Portugal teria sido forjada pelo procurador dos hebreus, esse mesmo procurador que se deslocava a Roma, a fim de pagar uma determinada verba exigida pelo Núncio para retardar os assuntos da Inquisição, pelo que mencionava os seus nomes – Heitor António e Diogo António – a fim de Sua Santidade os mandar interrogar a fim de apurar a verdade, e castigá-los. Mas, por fim, informa el-rei de que, «depois do Papa lhe prometer a prisão dele, soubera a maneira por que narrava o que lhe acontecera com o infante, e, como em suas palavras parece haver alguma verdade, está resolvido a não exigir, como até ali fizera, aí sua captura para ver se o caso esquece»!!!... (Cf. tomo XI, pp. 336-341.)

Carta de 10 de dezembro de 1539, de **D. João III** para o cardeal Santiquatro em que lhe agradece os seus serviços em favor da Coroa portuguesa «e que, atendendo ao seu pedido e aos justos motivos que teve presentes, manda recolher a Portugal D. Mascarenhas». (Cf. tomo XI, p. 325.)

Carta de 27 de abril de 1540, de **D. João III**, para o Papa, em que lhe recomenda a aceitação do seu novo embaixador junto da Santa Sé, Cristóvão de Sousa [será mandado regressar em janeiro de 1542!!!]. (Cf. tomo XI, p. 352.)

Carta de 3 de agosto de 1540, de **D. João III**, para o embaixador Cristóvão de Sousa, começando por lhe determinar que mal receba a carta a entregue ao Papa, a fim de pedir o bispado de Évora, vago por morte do cardeal D. Afonso, seu irmão, para o seu outro irmão, o infante D. Henrique, atualmente na Arquidiocese de Braga, mas da qual envia a resignação. Pede mais ainda que Sua Santidade eleve a Diocese de Évora a Arquidiocese. No entanto, e prevendo alguma resistência por parte da Arquidiocese de Lisboa e seu cabido, a que pertence Évora, pede a Sua Santidade que aceite a nomeação do atual bispo de Lamego e seu capelão-mor e primo, D. Fernando de Vasconcelos, para Lisboa. Da mesma forma pede que Sua Santidade imponha uma pensão anual para o infante D. Henrique, a retirar de Braga e de Lisboa, tendo em conta que atualmente, Évora e o Mosteiro de Alcobaça de que o Infante é Prior, não terem rendas suficientes para sustento de D. Henrique. E também que do Bispado de Lamego, para o qual indica o bispo de Angra, D. Agostinho, seja retida uma certa verba que el-rei atribuirá e a outra pessoa ou pessoas, pelo que envia a respetiva autorização do atual bispo D. Fernando.

Que para o Arcebispado de Braga seja nomeado o atual bispo de Ceuta, D. Diogo de Sousa, seu confessor; e, para o de Ceuta, D. Diogo Ortiz, bispo de S. Tomé, deão da Capela Real e mestre em teologia. Mas que todas estas nomeações só deverão ser apresentadas a Sua Santidade, a partir do momento que seja aceite a nomeação do infante D. Henrique para Évora. (Cf. tomo XI, pp. 352-358.)

Carta de 3 de agosto de 1540, de el-rei **D. João III** para o papa Paulo III, em que lhe solicita a Bispado de Évora, «vago por morte do cardeal infante D. Afonso, em favor do infante D. Henrique, arcebispo de Braga, diocese que renunciará por ser a cidade de Évora maior e mais nobre, do que a de Braga». (Cf. tomo XI, p. 358.)

Em 24 de setembro de 1540, pelas Bulas – *Apostolicae sedis, Gratiae divinae, Hodie monasterium, Gratiae divinae praemium* (cinco) –, de **Paulo III**, dirigidas a D. João III, o Papa cede-lhe tudo o está mencionado na carta do embaixador Cristóvão de Sousa, ou seja, as várias nomeações e provisões episcopais. (Cf. tomo XI, pp. 373-376.)

Breve *Cum antea ex litteras* de **Paulo III**, de 11 de outubro de 1540, para D. João III, em que lhe dá conta do que soube sobre o facto de D. Miguel da Silva, escrivão da puridade del-rei, ter saído do reino sem sua licença. Mostra-se surpreendido não só pela atitude que este tomou para com el-rei, mas também pela boa opinião que tinha dele, desde o tempo em que servira D. Manuel I junto da Cúria, como embaixador. Mostra-se, no entanto, de certa forma apazigua-

do pelo facto que saber que D. João III manifestou vontade de o receber, esquecendo esta sua atitude, pelo que promete empreender esforços no sentido dele satisfazer a vontade del-rei, conforme lhe pedira. (Cf. tomo XI, pp. 378-379.)

Carta de 3 de dezembro de 1541, do **cardeal Santiquatro** a D. João III, em que lhe mostra algum desgosto pela elevação ao cardinalato do bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, mas que não pôde evitar, pois Sua Santidade, segundo parecia, já o teria eleito *in pectore*, pelo que apenas foi publicitada essa nomeação. Adianta ainda que Sua Santidade mostra-se ofendida com el-rei, por este ter manifestado intenção de desistir da elevação do infante D. Henrique a cardeal, nomeação a que o Papa, há muito, tinha intenção de conceder, apenas retardada pela atitude de D. João III que demonstrava resistência em receber um Núncio para Portugal e também por já não receber correspondência do rei de Portugal, há um ano! Quanto ao provável desgosto de el-rei e dos seus irmãos, pela elevação de D. Miguel, lembra-lhe que ele é um bispo da Igreja romana e, por isso, deve ser poupado a alguma atitude menos respeitosa e ser tomado em consideração o tempo de relevantes serviços que ele prestou tanto à Igreja como a Portugal, enquanto esteve em Roma. (Cf. tomo XI, pp. 398-399.)

Carta do **cardeal de Viseu (D. Miguel da Silva)**, de 5 de dezembro de 1541, para el-rei D. João III. Nela o recém-nomeado cardeal participa ao rei que recebera de Sua Santidade a informação sobre a sua nomeação cardinalícia, pelo que se decidira partir para Roma e, ali, tencionava, simultaneamente, representar os interesses de el-rei «que fora sempre e continuava a ser o cuidado principal da sua vida»! (Cf. tomo XI, p. 401.)

Carta de 6 de dezembro de 1541, do **embaixador em Roma, Cristóvão de Sousa**, para el-rei D. João III. O embaixador pede ao rei para ser retirado da função de embaixador em Roma, pois não se conforma com a elevação ao cardinalato de D. Miguel da Silva e não quer privar com ele, como «não pode deixar de acontecer», na sua nova condição em Roma! (Cf. tomo XI, p. 401.)

Carta de 26 de dezembro de 1541, de **D. João III** para o embaixador em Roma, Cristóvão de Sousa, em que ordena que, logo que a receba, entregue a Sua Santidade a carta a ele endereçada. Nela, el-rei pede ao Papa que, devido à vacatura da Sé de Braga, por morte do seu titular, D. Diogo da Silva, seja a mesma vacatura preenchida por seu filho D. Duarte (quase dezanove anos), já «clérigo de ordens de epístola» (subdiácono), cujos encargos de nomeação estão garantidos por proventos que o infante já tem como administrador de várias instituições eclesiásticas.

Junta uma cópia da mesma carta para ser entregue ao cardeal Santiquatro, recomendando que a mesma seja entregue ao cardeal antes da audiência papal, que deve ser inteirado de todos os aspetos relativos a esta provisão. (Cf. tomo XI, pp. 419-420.)

É mencionada ainda outra carta com a mesma data, em que el-rei explica a Cristóvão de Sousa que este deve explicar a Sua Santidade os motivos de um outro pedido: que a arquidiocese de Braga seja dividida, transformando-se numa arquidiocese e dois bispados (com sedes em vilas a indicar), continuando a titularidade na cidade de Braga, para a qual el-rei pede que seja concedida a seu filho, D. Duarte. Esta divisão impõe-se pela necessidade de satisfazer exigências de ministério episcopal pois a arquidiocese sendo muito extensa tornou-se difícil de visitar por um único bispo, devido à muita população que habita o seu território. Apresenta-se na mesma carta um conjunto de soluções para a gestão das rendas e sua divisão, para o que el-rei sugere que sejam nomeados alguns peritos-juizes e apresenta inclusive os nomes do Arcebispo de Lisboa (D. Fernando Mendes Coutinho, trazido de Lamego), o Bispo do Algarve (D. Manuel de Sousa, humanista e reformista que, em 1538, pediu a transferência da Sé de Silves para Faro) e o Bispo de Ceuta (D. Diogo Ortiz de Vilhegas, castelhano mas conselheiro del-rei)! (Cf. tomo XI, pp. 421-423.)

Cartas de el-rei **D. João III** a Christóvão de Sousa, de 24 de janeiro de 1542, em que lhe declara que sabe que o bispo de Viseu fora feito cardeal por Sua Santidade, queixando-se do facto, e descontente por não ter sido informado anteriormente dessa intenção pontifícia que vai

contra a sua vontade, pelo que ordena que entregue a carta que lhe envia ao Papa e depois se retire de Roma. (Cf. tomo XI, pp. 427-428.)

Carta de el-rei **D. João III** ao papa Paulo III, de 24 de janeiro de 1542, em que lhe declara o seu agastamento por o bispo de Viseu ter sido nomeado cardeal, sem seu conhecimento, pelo que manda recolher ao Reino o seu embaixador na Santa Sé, «por ser escusada a presença dele numa corte aonde por tal modo eram desatendidos seus requerimentos»!!!... (Cf. tomo XI, p. 429.) Curiosamente não surge nenhum esclarecimento justificativo, do Papa para o monarca português... Surge apenas, em 6 de fevereiro seguinte, a Bula que segue:

Bula *Gratia divinae praemium* de **Paulo III**, dirigida a D. João III, em 6 de fevereiro de 1542, em que lhe participa a eleição de D. Duarte para arcebispo de Braga, recomendando «que lhe conserve e amplie os direitos». (Cf. tomo XI, p. 431.)

Seguida de diversas bulas às várias entidades implicadas na obediência devida ao novo arcebispo nomeado de Braga – D. Duarte (então, com 21 anos), filho natural de D. João III –, é emitida a Bula *Cum nos pridem*, de 8 de fevereiro de 1542, de **Paulo III**, dirigida a D. Duarte, em que lhe é concedida «a administração do Arcebispado de Braga, vago por morte do arcebispo D. Diogo da Silva, e manda que se sagre arcebispo logo que chegar aos vinte e sete anos». Deu entrada na Sé de Braga em 1543 e faleceu nesse mesmo ano. (Cf. tomo XI, p. 435.)

Em Roma, as coisas não ficam sossegadas, pois o embaixador português Christóvão de Sousa recusa-se a conviver na cidade com a figura do Bispo de Viseu (agora cardeal da Cúria), e regressa em janeiro de 1542, sendo, então, nomeado, em agosto, outro embaixador, Francisco Botelho. Em carta de 13 de julho deste mesmo ano, dirigida a D. João III, **Fernão Coutinho** dá-lhe conta de que seguindo as instruções recebidas tem sempre estado junto do cardeal D. Miguel da Silva, em Veneza (onde estaciona a Cúria), tentando que este na sua influência junto do Papa sempre atue no interesse de el-rei. Tem-no aconselhado inclusive a que não fizesse pressão para que fosse enviado o núncio para Lisboa, e que este pudesse intervir no exercício da justiça que a inquisição estava a praticar. No entanto, tem verificado que o procedimento do cardeal Miguel tem sido de censura às atitudes de el-rei e inclusive na proteção e ajuda dos cristãos-novos contrários a D. João III, pelo que o mesmo Fernão Coutinho se tem encarregado de desfeitear a imagem do cardeal junto dos seus pares, de forma que hoje a opinião geral dos mesmos já não é a mesma, chegando mesmo a reconhecer que el-rei tem tratado bem demais a quem não o merece. (Cf. tomo XI, pp. 453-454.) Em sequência, **D. João III** envia carta ao papa Paulo III (mesmo ano 1542, mas com mês omitido), demonstrando grande indignação por o Papa parecer dar mais crédito ao que os cristãos-novos lhe vão dizer do que ao esforço apenas ditado por razões de religião, que a Inquisição se tem empenhado (inclusive com prejuízo para as coisas do Estado), na salvação das almas. Continua ainda a fazer ver ao Pontífice o pouco interesse que terá a permanência de um Núncio em Lisboa, uma vez que o infante seu irmão satisfaz plenamente na gestão dos interesses da Igreja nessas matérias. (Cf. tomo XI, pp. 456-458.)

Em maio de 1542, e apesar da insistência de D. João III, para que não seja nomeado qualquer Núncio para Lisboa, é indigitado para essa função o bispo-coadjutor de Bérghamo, D. Luigi Lippomano [soberbamente retratado por A. Herculano no Livro VII da *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (vol. III)] que chega em janeiro de 1543. **D. Luiz Lippomano é portador de um CONJUNTO DE INSTRUÇÕES** que na Cúria lhe foram entregues, onde se resume a história das relações diplomáticas dos reis de Portugal com o Papado, desde os

alvores da monarquia, e o estado das coisas neste Reino, naquela data. Assim são enumeradas as várias graças concedidas pela Santa Sé e demais curiosidades:

História das relações

1. Confirmação do título de rei a D. Afonso Henriques, tornando-o *tributário* da Santa Sé;
2. A pedido do Povo, foi destituído D. Sancho II e foi entronizado seu irmão D. Afonso de Bolonha.
3. Concessão de dispensa matrimonial ao Mestre de Avis, uma vez que era «freire professor», permitindo a Santa Sé com esse ato dar continuidade à dinastia real, que teria sido interrompida, o que é «equivalente a dar-lhe o reino de novo».
4. Ter permitido que a Ordem dos Templários e seus bens fossem transferidas para a nova Ordem de Cristo, que passou também a beneficiar dos rendimentos advindos das descobertas da navegação, em que se menciona a ilha da Madeira, e também, no tempo de Leão X, terem-lhe sido concedidos vinte mil ducados oriundos de várias paróquias, assim como a concessão aos reis de Portugal dos Mestrados da mesma Ordem e de Santiago e Avis, com rendimentos mensais avultados e ainda a navegação da Índia e da Etiópia, para além de todas as descobertas, conforme o tratado entre Portugal e Castela.
5. Concessão, ainda no tempo de Leão X e de D. Manuel, da terça parte das rendas eclesiásticas *ad instar bonorum Castellae et Legionis non perpetuo*, e no tempo de Paulo III, de duas décimas.
6. Foi concedida também a D. Manuel dispensa para três casamentos – primogénita do rei Católico, e, por morte desta, de outra filha do mesmo rei, e ainda, por morte da segunda, com uma sobrinha delas.
7. Absolveu D. Manuel da obrigação de combater os infiéis do Norte de África, em troca de contributo para a luta contra os Turcos.
8. Que a Santa Sé dispõe, em Portugal – entre mestrados, bispados, mosteiros e outros benefícios e lugares religiosos – de cerca de um milhão de ouro de rendas.
9. Que «os bispados antigos e grandes de Portugal, todos os mosteiros e a maior parte dos benefícios não são de padroado real», e se a Santa Sé concede aos reis a possibilidade da nomeação para a sua governação «é porque assim o quer», pois apenas são padroados dos reis «alguns bispados pequenos criados novamente na Índia e em algumas ilhas, como: Funchal, Goa, São Tomé, Santiago e outros», assim como alguns outros padroados e benefícios recentes são-no devido «à liberalidade pontificia».
10. São de nomear como diretamente dependentes da Santa Sé, desde sempre, os mosteiros de São Bento, São Bernardo, Santo Agostinho e dos Cônegos Regulares, todos «de grande importância e valor».
11. O Priorado de São João de Jerusalém pertence ao infante D. Luís.
12. O Arcebispo de Braga, tanto no temporal como no espiritual, é senhor de Braga, e, nas contendas entre o arcebispo e o rei, o árbitro é unicamente o arcebispo de Compostela, com apelo à Santa Sé.

Episcopado

13. «O infante D. Henrique é arcebispo de Évora [1540-1564] e inquisidor-mor», por nomeação, ainda que o seu nome não conste de Bula, provavelmente por não possuir idade canónica. Este infante faz tanto alarde de ser dedicado à Santa Sé que «para não se desmentir será obrigado a obedecer». Convém não lhe fazer notar que se percebe nele uma má vontade contra a Santa Sé, pelo deve ser tratado com uma mistura «de as-

- pereza e brandura». Convém que não lhe seja retirada a função de inquisidor-mor assim como deve exigir-se-lhe o pedido de dispensa de idade para lhe conceder a «absolvição do passado, e a ratificação ou anulação inteiramente dos processos que tem havido no seu governo».
14. «D. Duarte, filho natural do rei, é arcebispo de Braga [1542-1543] e tem Santa Cruz e muitos outros mosteiros grandes».
 15. No arcebispado de Lisboa está um parente [primo] chegado do rei [D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (1540-1564)] e que é seu capelão-mor, porém, já velho. Consta ser bom eclesiástico e pessoa a que se podem confiar assuntos de natureza restrita, secreta. Pela sua condição deve ser tratado com brandura mas com autoridade.
 16. O bispo de Coimbra [D. Jorge de Almeida (1481-1543)] que será talvez o mais antigo da Cristandade [bispo durante 62 anos], é homem bom e afastado da corte, mas dado a tratar das coisas do Papa com muita dedicação e boa consciência, pelo que deve tratado de modo a causar-lhe temor.
 17. O bispo de Guarda [D. Jorge de Melo (1519-1548)] é de má reputação e mostra-se muito desobediente a Roma, mas vive afastado da corte. Apenas deve ser abordado se se impuser admoestá-lo [ver Anselmo BRAANCAMP, *Brasões da Sala de Sintra*, vol.I., pp. 463-465].
 18. «O bispo do Porto – [D. Baltasar Limpo (1536-1550)] – é pregador e confessor da rainha». [A respeito de D. Baltasar Limpo, ver carta de Frei Jerónimo de Azambuja a el-rei, em 12 de janeiro de 1548.] É dado como avesso a Roma, pelo que diz e prega com frequência, mas é tímido e leviano, ainda que seja muito próximo do rei. O Núncio, por algum desmando, deve falar-lhe abertamente, pois ele logo se submete.
 19. No bispado de Lamego está um bispo muito simples e «de poucas letras» (isto é contrariado pelo facto de ter sido o segundo reitor da Universidade de Coimbra e pregador de D. João III, foi também o primeiro titular da Diocese de Angra) [D. Agostinho Ribeiro (1540-1549)], pelo que fará tudo o que lhe for mandado.

Ordens religiosas e seus membros

20. «Na Ordem de Santo Agostinho há três frades principais de influência com o rei e os grandes»:

Freis Villa Franca e Montoya: são comissários do Geral da Ordem e grandes pregadores, ainda que o Montoya seja menos esforçado; e *Frei João Soares*: confessor do rei, mas «de poucas letras, muito audaz e ambicioso, de péssimas opiniões e inimigo declarado da Santa Sé». O rei ouve-o muito e depreende-se que por meio da confissão, ele influencia a opinião real para o que lhe convém. Considera-se ser de péssima vida e perigoso, pelo que se devia arranjar um meio de afastá-lo da pessoa do rei, talvez através de uma nova ocupação que pudesse ser considerada por ele como uma promoção.

Na Ordem de São Domingos, há o *frei Padilha*, «pregador e letrado, mas amigo de novidades e audaz». Pelo seu atrevimento na reforma do convento de Lisboa, incorreu em excomunhão – Bula *Coena Domini* – mas continuou a pregar. Parece que terá sido chamado a capítulo, em Roma.

Na Ordem de São Jerónimo, há o frei Miguel, de conduta louvável que, certa vez, negou a absolvição ao rei, pelo que deixou de ser seu confessor.

Influências na corte

21. O infante D. Luís, que terá usado de alguma violência para ser ouvido na corte.

O conde de Castanheira, que goza da amizade del-rei, mas que demonstra ser «homem péssimo», também pelos modos que demonstra de ser piedoso a fim de entrar na inti-

midade dos frades que falam, frequentemente, com el-rei. Na sua família, há vários casos de traição: o pai foi expulso e um irmão foi sentenciado (esquartejado).

O conde de Vimioso tem também grande influência. Tanto este como o anterior, devido aos bens eclesiásticos de que beneficiam, poderão ser prestáveis para atenderem a vontade do Pontífice.

Os desembargadores são por norma muito influentes mas muito inamistosos em relação às coisas eclesiásticas. Devem ser tratados com autoridade, pois tendem a prejudicar as relações o mais possível.

O rei e restante família real (particularmente os seus irmãos), devido à influência nefasta de muitos que os rodeiam, mostram, por vezes, má vontade a Roma, ainda que não o transmitam por palavras. A razão porque não querem Núncio em Lisboa prende-se precisamente pelo desejo que têm de invadir espaços de jurisdição canónica, conforme as suas conveniências. Têm sido contidos mais pelo espírito religioso dos governados do que propriamente pelo seu instinto abusador.

22. A nobreza e o povo de certo modo consideram-se ligados à Santa Sé, devido à sua dependência por comendas, hábito ou enfiteuse ou por dependência de parentes clérigos que vivem da igreja.
23. A principal mercadoria que os reis de Portugal usam para comerciar as especiarias na Índia é o bronze, matéria-prima esta que os infiéis usam para fabricar armas com que combatem os cristãos.
24. Uma das razões porque não querem um núncio em Lisboa tem a ver com a possibilidade que assim têm de julgar nos tribunais do reino os casos de comendadores e cavaleiros das ordens militares. Em certos casos, os acusados são chamados à corte e por lá se demoram até que sejam atendidos, mas a maioria das vezes, a demora é tanta que leva ao desespero e àqueles que, por desespero na espera, abandonam o local sem serem ouvidos, são-lhes sequestradas as rendas. Mais, «o rei criou um tribunal chamado Mesa da Consciência para saber quais as graças que aos seus súbditos devia em consciência. Este tribunal, que é governado por padres e leigos, frades e prelados, não serve senão para obsolver o rei de tudo e invadir a autoridade da Igreja».

Algumas medidas que poderão beneficiar a Santa Sé

25. Concessão de inquisição ordinária (diferente da extraordinária), pela qual os cristãos-novos pagam «avultado subsídio», sem necessidade de serem expatriados; ou, então, exigir que cada um pagasse uma certa quantia, e, pelo facto de eles serem muitos, isso converter-se-ia numa avultada importância.
26. Cobrar os rendimentos de todas as comendas das ordens militares que não possam ser provados por breve papal. Em sequência revogar a decisão de Leão X de concentrar várias rendas de igrejas dispersas, cujo efeito foi o de reduzir a quantia apurada.
27. Concentração na pessoa do Núncio, das várias dispensas e concessões que habitualmente são conferidas a Roma, abreviando, deste modo, a resolução de muitas contendas.
28. O Núncio deve dar mostras, nas suas deslocações, de que apenas se move por interesses de ordem pública, como seja assuntos de ordem conciliar ou de combate aos Turcos.
29. Nas suas deslocações e por aproximação a lugar onde esteja a corte, deve dar a entender a sua presença ao chegar e não com muita antecipação, facto que poderia dar a ideia de que se carecia de autorização para aí chegar, ou se duvida de poder ser recebido.

30. O Nuncio deve fazer reparo da paz feita com o Turco assim como da cessação do combate no Norte de África, para além do comércio feito com bronze.
31. Quanto à Bula sobre a Inquisição e seus termos a apresentar ao rei, o Nuncio não deve responder a qualquer questionamento ou discordância real, limitando-se a dizer que é mandatado apenas para a apresentar, mandá-la executar ou suspendê-la. Dela devem ser facultadas cópias aos cristãos-novos se estes as requerem. Não deve ser dada publicitação da mesma à porta das igrejas, pois isso poderia ofender o rei e seus familiares, escusadamente. Nas coisas da Inquisição deve sempre tratar com o Infante D. Henrique, «com firmeza, mas com respeito, pois os irmãos do rei querem as mesmas atenções que este».
32. Deve visitar com frequência o infante e acompanhar o rei nas deslocações fora da corte e nas festas, mas não se deve fazer acompanhar de portugueses, «porque pelo amor da pátria e relações podem referir alguma coisa que prejudique».
33. Deve fazer-se amigo de algum prelado, de forma a confidenciar-lhe sempre algo que quer que se saiba, e neste caso, o arcebispo de Lisboa é pessoa indicada, assim como alguns superiores de conventos.
34. Na medida do possível devem sempre agir sem pedir licença, e desta forma será mais respeitado. Em coisas muito importantes deve fazer chegar notícia ao Pontífice, mesmo que aguarde resposta de el-rei, pois este se for assunto que não lhe interesse fará provável demora. Aliás, por norma, o rei demora sempre o dobro do tempo do acordado, mas isso não deve inibir o Nuncio de lho fazer notar.
35. Louvar em público a pessoa e as decisões do rei é uma muito boa política. Quanto à rainha ela deve ser alvo de especial atenção a sentido, por parte do Nuncio, de serviço, que lhe deve recomendar as coisas da Igreja, «e movê-la falando-lhe sempre na consciência, no outro mundo, nos perigos da heresia, e em tudo o que costuma intimidar as mulheres religiosas».

Conclusão

36. Por último, o Nuncio deve saber que o rei de Portugal, ainda que o não aparente, é um rei pobre e endividado, «dentro e fora do reino, muito mal visto pelo povo e mais ainda pela nobreza». E, para agravar essa situação, as suas relações com a França, por causa das navegações, e com o imperador, têm-no levado a uma «total ruína», que todos «os homens de inteligência conhecem, menos el-rei». (Cf. tomo XII, Suplemento, pp. 9-22.)

Em julho de 1542, **D. João III** dirige uma carta a Francisco Pereira em que lhe pede para, disfarçadamente, tentar saber qual o itinerário que segue para Portugal o Nuncio nomeado pelo Papa (bispo-coadjutor de Bérghamo) e que, posteriormente informe André Soares para este o tratar em Valladolid e evite que ele entre em Portugal (cf. tomo XII, Suplemento, p. 3).

Nesta mesma data **el-rei** envia uma outra carta ao próprio bispo-coadjutor de Bérghamo, em que o adverte para que não entre no Reino, se for o caso de vir na condição de Nuncio, até que chegue resposta de Sua Santidade a sua própria carta em que tratava deste assunto (cf. tomo XII, Suplemento, p. 4).

Ainda nesta mesma data, **el-rei** envia outra carta a André Soares, em que lhe ordena que se desloque a Castela a fim de indagar os caminhos por onde venha o dito bispo-coadjutor de Bérghamo e, encontrando-o, lhe faça saber que não deve entrar no Reino, sem antes chegar resposta de Sua Santidade a carta de el-rei, sobre o assunto (cf. tomo XII, Suplemento, p. 4.).

«Na luta de Paulo III com o soberano português, os arrebatamentos deste último acabam invariavelmente por esmorecer e ceder ante a profunda dissimulação do primeiro. A artificiosa serenidade dum contrasta a ira cega do outro, que não custa barata ao reino. A ameaça, ineficaz por impotente, não faz senão patentear mais ao vivo a debilidade com que são aceites soluções, das quais em realidade saem, não só avantajadas, mas como confirmadas, as subteis pretensões da Cúria, e principalmente medrados não poucos interesses dos seus membros. Com mão de mestre traçou já o sr. Alexandre Herculano – na sua *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* – o retrato do soberano supersticioso e imprevidente, e o triste quadro dessa época funestíssima.» (*In* tomo XII, o. c., p. VIII.)

Em resposta ao seu enviado especial a Roma, **Balthazar Faria**, a fim de tratar do assunto da Inquisição e fazer sentir ao Papa a inutilidade da nomeação de um Núncio para Lisboa, el-rei **D. João III**, por carta de 20 de janeiro de 1543, congratula-se com as diligências do seu enviado e pela forma como foi recebido pelos cardeais e sua sobrinha Margarida, assim como lhe recomenda que aproveite bem essa onda de simpatia à sua volta como forma de influenciar em favor do que se pretende. Mostra-se também satisfeito pela forma como [denegriu] a imagem do bispo de Viseu, junto dos cardeais, assim como o que empreendeu para desvalorizar a influência dos cristãos-novos em Roma e esforços no sentido da revogação dos Breves papais emitidos que não favoreciam ou se opunham aos seus propósitos. Congratula-se pela prisão em Roma do procurador dos cristãos-novos e recomenda que ele insista junto da Cúria para que sejam anulados todos os Breves que tenham sido aprovados a instâncias do referido procurador que foi condenado por heresia. (Cf. tomo XII, pp. 1-3.)

Carta de **Frei Jerónimo de Azambuja** (primeiro representante em Trento, desde 5 de dezembro de 1545) a el-rei, em 12 de janeiro de 1548, em que este lhe dá conta do andamento dos trabalhos à volta da reunião do Concílio que o Papa queria que prosseguisse em Bolonha e o imperador quer Trento. À volta da decisão sobre esses locais se empenharam muitos dos eclesiásticos, sem se entenderem. Por fim, foi decidido que os bispos reunidos em Bolonha se pronunciassem, tendo a maioria aprovado a mudança, exceto dois que se opunham às condições da mudança e o bispo do Porto – D. Baltasar Limpo [chegado a Trento em 16-11-1546 e regressado em 17-7-1549; em 23 de maio de 1550, por Breve *Gratiae divinae*, de Júlio III é transferido do Porto para o arcebispado de Braga] – que, ao dirigir-se à congregação, «disse, entre outras coisas muito bem ditas: que o Papa procurava estorvar o concílio, cujo prosseguimento não lhe convinha, mas que era necessário acabar as questões a tal respeito com o imperador». Foram palavras de censura muito fortes, facto que levou um dos cardeais a tomar a defesa do Papa, e que levou, agora, a este aviso a el-rei, pois foi uma atitude que pode mostrar-se prejudicial ao serviço de D. João III, mas que parece terem correspondido ao que se passava na consciência do prelado, e que frei Jerónimo subscreve, pois faria o mesmo se estivesse no lugar do bispo. (Cf. tomo XII, p. 239.) No entanto, segundo parece, esta posição do bispo do Porto ter-lhe-á custado a elevação ao cardinalato que lhe estaria reservada. Porém, em 1548, em **carta del-rei ao bispo do Porto**, aquele regozija-se pelo facto de o Papa ter chamado o bispo para que este ajudasse na reforma da Igreja, devido «à sua experiência, letras e virtudes». (Cf. tomo XII, pp. 270-271.)

Carta de **D. João III**, de 11 de fevereiro de 1550, para o embaixador na Cúria, Baltasar de Faria, em que demonstra satisfação por saber que o rei de França e o Imperador se mostram favoráveis à causa do cardeal-infante D. Henrique na sucessão de Paulo III. Curiosamente, na data desta carta já tinha sido eleito Júlio III, no dia 8. (Cf. tomo XII, pp. 287-288.)

Logo em 13 de fevereiro foram emitidos Breves de **Júlio III** (*Non dubitamus*, para el-rei; *Licet tuo*, para a rainha D. Catarina; *Cum assumptionem*, ao cardeal-infante D. Henrique, dando-

-lhes conhecimento da sua elevação ao sólio pontifício, e manifestando a expectativa de poder contar com a fidelidade do reino de Portugal à Santa Sé. (Cf. tomo XII, pp. 288-289.)

Bula *Regimini universalis*, de **Júlio III**, 25 de agosto de 1550, para el-rei D. João III, em que lhe concede, «durante a sua vida, a administração dos Mestrados das Ordens de Santiago, de Avis e de Cristo». (Cf. tomo XII, p. 309.)

Carta do embaixador **Baltasar de Faria**, de 2 de setembro de 1550, para D. João III, em que lhe dá conta da forma favorecida com que lhe foram concedidos os Mestrados das Ordens Militares, tendo em conta que havia muitas resistências na Cúria pela forma como foi feita a concessão, pois queriam que ela não tivesse sido concedida de forma tão direta, mas que fosse sujeitada a alguma burocracia que teria rendido uns milhares de cruzados à Cúria. Destes factos, o embaixador acha que el-rei deverá escrever a agradecer não só a Sua Santidade, mas também a alguns cardeais que nisso se empenharam, incluindo o cardeal de Monte [«todos os negócios de Portugal correm pela sua mão» (v. *o.c.*, p. 328)], que deveria ser presenteado de forma valiosa, aliás, do mesmo modo como o fez, ainda há pouco, o imperador. Esse poderá ser um dos modos para que a concessão dos Mestrados acabe por ser extensível à Coroa e aí permanecendo perenemente. (Cf. tomo XII, pp. 310-311.)

Procuração de el-rei **D. João III**, de 19 de janeiro de 1551, passada a favor de D. Afonso de Lencastre, nomeado novo embaixador na Cúria, e ao embaixador cessante, D. Baltasar de Faria, para estes prestarem obediência a Júlio III. (Cf. tomo XII, p. 316.)

Breve *Cum nos super*, de 1 de abril de 1551, de **Júlio III**, em que é concedida a «**Rosa de Ouro**» a D. João III, como sinal de quanto é considerado pela Santa Sé. (Cf. tomo XII, pp. 321-322.)

De **13 de abril** (cf. F. BRANDÃO, *o.c.*); de **13 de agosto** (cf. VISCONDE DE SANTARÉM, tomo XII, p. 327) de 1551, consta o Breve *Rarae magnitudinis*, de **Júlio III**, dirigido a D. João III, agradecendo-lhe o diamante de «rara beleza/rara grandeza» que lhe enviara.

Em carta do **comendador-mor** ao rei, de 18 de agosto do mesmo ano, dando conta da reação do Papa a esta oferenda, diz que Sua santidade folgou muito com ele, e elogiou sua alteza pelos serviços que tem feito à cristandade, ao contrário dos outros príncipes, e pelo afeto que lhe consagra e à Santa Sé, afecto a que corresponde. O Papa quer que o anel ande em morgado na sua casa. O diamante que o adorna é avaliado em cem mil cruzados. (Cf. tomo XII, p. 326.)

Carta de **D. João III** ao Papa, de março de 1553, em que, sob alegação de «grandes extorsões» que os Núncios provocam à sociedade, pede que estes se retirem e as suas competências sejam entregues ao cardeal-infante D. Henrique que se satisfaz apenas com o desempenho do cargo, revertendo os proventos do mesmo para a Santa Sé. Lembra que este pedido já foi feito reiteradamente no passado e sem resposta do Pontífice. (Cf. tomo XII, p. 371.) Este assunto parece cabalmente respondido, por Breve de 18 de agosto, em que o Papa participa ter criado legado apostólico em Portugal ao cardeal-infante D. Henrique, «como sua alteza lhe pedira», manda como coletor para o ajudar a João Francisco Canobio, acompanhado de Breve *Cum istuc* para a rainha e para o príncipe João, para que estes o protejam. (Cf. tomo XII, pp. 377-378.) Agradecimento do rei, por carta de 29 de março de 1554 (v. *o.c.*, p. 410).

Breve *Ea semper fuit*, de **Júlio III**, de 22 de agosto de 1553, para el-rei, solicitando-lhe que sejam restituídas ao cardeal D. Miguel da Silva, as honras e dignidades da sua condição, de

que está privado há muitos anos, a fim de, nos últimos anos de vida que lhe restam, ele recupere da tristeza e aflição em que vive e possa usufruir de alguma consolação. (Cf. tomo XII, p. 379.) Em carta de **el-rei** ao comendador-mor, de 29 de março de 1554, sugere-lhe que informe Sua Santidade, que ele, depois de muito ponderar sobre o que lhe pedia no Breve, decidiu não falar mais D. Miguel, pretendendo esquecer-se dele e do que lhe fez, pelo que acha que é melhor não tocar em assunto que lho traga à memória. (Cf. tomo XII, p. 410.)

Por **morte do papa Júlio III** (23 de março de 1555, às 2 horas da manhã), mais uma vez se coloca o propósito de favorecer a posição do cardeal-infante D. Henrique, pelo que o comendador-mor del-rei, nisso se empenhou junto dos cardeais, que lhe pareceram favoráveis, e levando-o inclusive a considerar que se o cardeal-infante estivesse presente, seria eleito de certeza. Há, porém, muitas influências, entre franceses, imperiais e farnesianos, que disputam entre si o sólio pontifício, pelo que o conclave de 9 de abril elegeu o cardeal Santa Cruz que tomou o nome de **Marcelo II**, mas que faleceu em 1 de maio. Sucedeu-lhe o cardeal João Pedro Carafa com o nome de **Paulo IV**. (Cf. tomo XII, pp. 425-426.)

Em 11 de junho de 1557, **morre D. João III. Aclamado D. Sebastião** de menoridade!...

D. SEBASTIÃO (1554 [rei tutelado: 1557 / reinante: 1568] - 1578)

À frente dos destinos de Portugal vão ficar, durante 23 anos:

A **rainha-viúva** – D. Catarina da Áustria (1507-1578), auxiliada por seu cunhado cardeal-infante D. Henrique². Então, com 50 anos, mas, apesar da sua ligação a grandes nomes da cultura, e vastos conhecimentos adquiridos em vida de seu marido que sempre acompanhou de perto nos negócios públicos, não deixava de manifestar-se diminuída pela sua condição de gênero e de estrangeira. A sua regência foi marcada com períodos de peste, terramotos e pelo seu pessoal escrúpulo religioso, apoiado no rigor inquisitorial (foi pela sua mão que a Inquisição chegou a Goa, em 1560) e que levou à ávida «devassa de mulheres» acusadas de bruxaria, pressas, açoitadas e degredadas umas, e sentenciadas na fogueira, outras. Concomitantemente a sua ação decorreu em meio político completamente decadente pela corrupção, cujos efeitos «em meio século, chega a tal estado de podridão que a perda de uma batalha e o desaparecimento de um rei custam a Portugal a perda da independência» (cf. Francisco da Fonseca BENEVIDES, *Rainhas de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009², pp. 343, 351-352).

O **cardeal-infante D. Henrique** (1512-1580), irmão de D. João III. Cinco anos depois da morte do irmão (1562), na menoridade do sobrinho D. Sebastião, até aos seus 14 anos, é chamado a assumir a regência que já partilhava com D. Catarina, desde 1557. Roma terá passado a olhar para o Reino de Portugal, a partir das interinidades que se apresentavam, como um reino aprazado, principalmente a partir do desastre de Alcácer-Quibir (1578), em que D. Henrique assume o título de rei de Portugal, até à sua morte (1580). Por isso, a partir de então, «a todas as instâncias e importunidades, a chancelaria pontifícia ou não responde ou responde com evasivas

² Cf. carta de D. Henrique ao Papa (tomo XIII, pp. 1-2) e resposta do Pontífice, por Breve *Avi tui*, de 18 de dezembro de 1557, dirigida a el-rei, em «que lhe recomenda que se guie pelos conselhos de sua avó a rainha D. Catarina e de seu tio o cardeal-infante D. Henrique». Por Breve *Maximo nos dolore*, dirigido à rainha-viúva, com a mesma data, o Pontífice apresenta os pêsames e louva-lhe a decisão de ter aceitado a ajuda do cunhado cardeal-infante. Particularmente, «recomenda-lhe que governe de tal modo que não sinta neste particular a falta do defunto monarca; que proteja o estado eclesiástico, e que trate esmeradamente da educação do rei seu neto.» E, ainda na mesma data, por Breve *Dilectus filius*, Paulo IV dirige ao cardeal-infante os pêsames por morte do irmão e aprova a decisão da rainha de partilhar com ele a regência do reino e a educação do jovem rei (cf. *ibid.*, pp. 4-6).

e subterfúgios [... mas] relativamente às ideias, aos projetos e interesses da supremacia romana, muito mais temporal que espiritual, a Cúria não desistiu nem abrandou. Pelo contrário. As pretensões neste sentido chegam a tal extremo como ainda se não vira. [...] Em troca da concessão limitada e temporária de uma dedução nas rendas eclesiásticas portuguesas, se tratou sem mais cerimónia o reino como um simples apenso do território pontifício!» (cf. tomo XIII, pp. V-VI).

O **príncipe sucessor D. Sebastião** (1554-1578) que nascera já órfão de pai, vê-se envolvido, desde o nascimento, por uma atmosfera de silêncios, de lutos, de ameaças. «Falece ao mancebo coroadado a usual expansão da mocidade. No berço o embalara a preocupada viuvez de sua avó e a constrangida figura de seu tio – um luto que dá a ideia da noite eterna – uma púrpura que tem reflexos do fogo e do sangue. Ao nascer o acompanham e perenemente o rodeiam lúgubres presságios. Vem ao mundo já no seio da orfandade. Começa a reinar entre os horrores da peste. Naquela juventude enfim não raia a aurora. Tal o adormentaram na infância, tal se levanta na adolescência. O seu mesmo ardor é apenas o de um misticismo exaltado e rígido, que a miúdo parece exclusivamente transmitido e mecânico. Falta-lhe a individualidade, falta-lhe a iniciativa, falta-lhe a vontade. Atrofiaram-lhe o vigor nativo, apagaram-lhe expressamente na alma os instintos humanos, e fizeram dele um soldado asceta, uma espécie de monge armado, cego e dócil. Em vez de o instruírem para governar, torceram-no e quebraram-no como a noviço unicamente fadado a obedecer.» (*In* tomo XIII, *o.c.*, p. VII).

Regência de D. Catarina, a rainha-viúva D. João III, avó de D. Sebastião (desde 11 de junho de 1557 até 1562)

Em carta **de el-rei [em regência]**, de 8 de novembro de 1558, ao comendador-mor, em Roma, em que se lembra que D. João Soares atual bispo de Coimbra, que foi elevado, por D. João III, «pelas suas letras e virtudes, de simples frade de Santo Agostinho a ser pregador e confessor, a mestre do príncipe, e finalmente a bispo de Coimbra», depois de ser elevado ao episcopado tornou-se alvo de censuras pela sua devassidão escandalosa, tendo já sido admoestado pelas suas atitudes, sem resultado. Pede-se, portanto, que seja Sua Santidade a repreendê-lo. (Cf. tomo XIII, pp. 13-14.)

Com a mesma data, nova carta **de el-rei [em tutela]**, ao comendador-mor, em Roma, em que se dá conta do mau comportamento de António de Melo, abade do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, «poderoso, rico e bem aparentado», acusado de acoitar criminosos e malfeitores, tornando-se, inclusive ele próprio seu líder, praticando assaltos, latrocínios, violências e mortes. Terá já sido admoestado pelo arcebispo de Braga, D. Baltasar Limpo, que, por seu turno, pediu por duas vezes a D. João III que o censurasse, sem resultado algum. Depois da morte de el-rei, foi chamado à corte e ali apresentou-se acompanhado da mulher com quem vive amancebado, não chegando a falar a sua alteza e retirando-se sem pedir licença. Com esta sua atitude levou a que lhe fossem retirados todos os proventos e rendas, e pede-se a Sua Santidade que ordene ao cardeal-infante que proceda de forma a acabar com este escândalo. (Cf. tomo XIII, p. 15.)

Em carta de 30 de janeiro de 1559, do **comendador-mor** para el-rei, aquele dá conta de diversos assuntos e adianta que tendo finalmente conseguido audiência com Sua Santidade, lhe exporá o assunto do abade de Pombeiro. (Cf. tomo XIII, pp. 22-24.)

Das instruções que acompanham o novo embaixador em Roma, **Lourenço Pires de Tá-vora**, com data de 17 de abril de 1559, consta o assunto do abade de Pombeiro que, segundo se sabe esquivou-se à prisão fugindo para Madrid, mas que, agora, pretende voltar ao reino e submeter-se à justiça. (Cf. tomo XIII, pp. 30-31.)

Carta de **Lourenço Pires de Távora**, embaixador em Roma, de 23 de junho de 1559, para el-rei. Nela dá conta do débil estado de saúde do Papa. Informa ainda da escolha de Aquiles Estaço para fazer a recitação da Oração de Obediência. Dá também alguma notícia do assunto do abade de Pombeiro, que parece estar a ser aproveitado pelo comendador-mor, que, retendo alguns papeis com confissão e pedido de resignação do abade, tentará interferir na transferência do mosteiro de Pombeiro, logo que retirado ao referido abade. Em 12 de setembro, em carta a Lourenço de Távora, **el-rei** dá conta de ter perdoado ao abade de Pombeiro a sua ausência do reino sem autorização. E, em carta de 25 de outubro do mesmo ano, el-rei informa que, por morte do abade de Pombeiro, António de Melo, o mosteiro de Santa Maria de Pombeiro está vago, pelo que é pedido ao novo Papa, que se espera em Conclave, que seja atribuído a el-rei a fim de mandar proceder à sua reforma. (Cf. tomo XIII, pp. 46-48, 74 e 79-80.)

Breve *Missuri ad Serenitatem*, do recém-eleito Papa, **Pio IV**, a el-rei de Portugal, com data de 28 de dezembro de 1559 (a eleição foi a 25). Nele revela a expectativa do bom ânimo que terá o rei de Portugal em servir a Santa Sé, não só pela sua natural índole, mas também pelos exemplos dos seus antecessores, de D. Catarina, sua avó, e de seu tio cardeal-infante D. Henrique, que o acompanha. (Cf. tomo XIII, p. 91.)

Na carta de 29 de dezembro de 1559, do embaixador **Lourenço Pires de Távora** a el-rei, são dadas diversas informações sobre o resultado do primeiro encontro com o novo Papa. Dentre elas, há que realçar a da nomeação de um Núncio para Portugal, que o embaixador fez questão de fazer saber ao Papa que essa não é a vontade de el-rei, mais a mais porque isso seria uma grave ofensa ao cardeal-infante que teve essa legacia perpétua, por concessão de Júlio III. O Papa terá então respondido que nada adiantaria, pois remetia a decisão sobre esse assunto para mais tarde, prometendo apenas que seria informado quando isso acontecesse, ainda que parecesse favorável a esse envio. Acerca do mosteiro de Pombeiro, o cardeal Santafiore informou que o Papa entendia que fosse ele, Santafiore, a assumir esse mosteiro assim como também o mosteiro de Refoyos de Lima. Segundo o embaixador, el-rei não deve opor-se a esses desejos, «atendendo ao estado das coisas». (Cf. tomo XIII, pp. 92-94.)

Em carta do **embaixador** para o cardeal-infante, de 29 de dezembro de 1559, é curioso sublinhar a afirmação de que «julga-se que haverá neste pontificado muito melhores despachos do que nos anteriores, e mais largueza nas expedições, com o que a maior parte da gente folga, pois **há mais quem deseje isto do que a reforma da Igreja**»! (Cf. tomo XIII, pp. 95-96.)

Em carta de **Lourenço Pires de Távora** para el-rei, de 18 de janeiro de 1560, sua alteza é informada de que o Papa à revelia do esperado, atribuiu o mosteiro de Pombeiro a um seu sobrinho, Borromeu, e as rendas respetivas em favor de uns «cardeais pobres». Perante a estranheza do embaixador, o Papa esclareceu que fez essa atribuição devido à indecisão do rei de Portugal, que ora pedia para ser atribuído a D. António, ora aos frades. Foi atribuído ao sobrinho, abade Borromeu, sem pensão, pelo que, dentro de algum tempo, ele ficará novamente disponível, e talvez se propiciem as circunstâncias da sua entrega a D. António. Assim que se proceda à distinção cardinalícia de D. Borromeu, e se o Papa mantiver o seu propósito que contraria a vontade de el-rei, então este deve tomar uma atitude resoluta de oposição, assim como o próprio embaixador deve ser intimado a regressar a Lisboa, dado que, neste caso, a situação se manifestaria afrontosa, grave e causa de escândalo. Sabe-se também que há diversos portugueses em Roma, e de cada vez, que, frequentemente, emitem opiniões elas não se mostram muito agradáveis para a imagem do rei de Portugal. «Não se sabe com certeza quem é, mas tratará de sabê-lo!» (Cf. tomo XIII, pp. 102-103.)

Carta de **Lourenço de Távora** para o cardeal-infante, de 18 de janeiro de 1560, que, entre muitas coisas, envia o Breve papal sobre a Inquisição. Há que destacar parte do clausulado que faz menção à qualidade dos acusados e à forma diferenciada com que se devem ser julgados: «que se proceda com justiça e misericórdia contra os cristãos-novos e com todo o rigor contra os luteranos, para que Portugal continue a ser apontado, como até agora, pela sua pureza na fê». Refere-se ainda à forma como foi solucionado o assunto do mosteiro de Pombeiro, dizendo: «Pelo que aconteceu no negócio de Pombeiro, verá sua alteza o que há de esperar das frágeis promessas da Santa Sé. Os cardeais começam a conhecer o que fizeram e a enfadar-se.» (Cf. tomo XIII, pp. 104-105.)

Em 20 de maio de 1560, **Oração de Obediência** del-rei D. Sebastião ao Pontífice Pio IV, escrita por **Aquiles Estaço**. (Cf. tomo XIII, p. 158.)

Em carta de janeiro ou fevereiro de 1561, dirigida por **el-rei** a Aquiles Estaço em que o adverte da chegada a Trento de D. Fernão Martins Mascarenhas, como seu embaixador ao concílio, e portador do texto da Oração que deve ser proferida. Poderá servir como escrivão da embaixada, se for necessário, e, caso contrário, deve regressar ao reino. Segue-se Carta de Aquiles Estaço de 12 de abril de 1561, de resposta a el-rei prontificando-se para executar o que el-rei lhe manda. (Cf. tomo XIII, pp. 245-246 e p. 263.)

Breve *Certiores facti*, de 30 de março de 1561, de **Pio IV**, dirigido à rainha D. Catarina, em que a aconselha a que não renuncie à regência, para se recolher a um convento, como consta, pois dessa sua atitude pode vir grande mal ao reino. Nessa mesma sequência emitiu o Breve *Binas abs te litteras*, com data de dia 31 deste mesmo mês, dirigido ao cardeal-infante, dando-lhe conta do Breve dirigido à rainha. (Cf. tomo XIII, p. 259.)

Em carta de 18 de junho de 1561 para el-rei, o embaixador **Lourenço Pires de Távora** dá conta de que no dia 17 do mês anterior (portanto, maio), teria chegado a Trento o Arcebispo de Braga D. Frei Bartolomeu dos Mártires, para grande gáudio do Papa e dos cardeais ali reunidos. Foi de tal forma o júbilo que, «tanto no consistório, como na presença dele e do representante do imperador, Sua Santidade espraçou-se em louvores a sua alteza e aos seus antecessores pela sua obediência à Santa Sé, o que agora novamente provara, e por serem os reis de Portugal os únicos, que, em lugar de perturbarem a Cristandade com guerras, dilatavam os domínios da religião combatendo os infieis, razões todas estas por que a Santa Sé lhes era reconhecida, e ele Pontífice em particular». Esperava-se ainda o Bispo de Coimbra, que estava a caminho, sabendo-se por carta posterior (19 de julho) que terá chegado a Milão e que, por intempéries da época para se dirigir a Trento, terá ficado dois meses em Veneza. Chega desolado pela perdição religiosa a que assistiu na travessia da França. (Cf. tomo XIII, pp. 282-283 e 293-294.)

Em carta para el-rei, de 19 de julho de 1561, **Lourenço Pires de Távora** pede a Sua Alteza para se retirar de Roma apenas em setembro, depois de resolver o negócio de cinquenta mil cruzados [segundo parece abonados pelo Pontífice, com a finalidade da organização de uma armada mista – Portugal/Santa Sé – para combater o Turco no Mediterrâneo (ver carta de 19 de setembro de 1561, pp. 311-312)]. «*A maior dificuldade que achará para a partida, será satisfazer as suas dívidas e obrigações, e salvar do destroço da sua casa, os meios para fazer a viagem*». (Cf. tomo XIII, p. 297.)

Em carta de **Lourenço Pires de Távora**, de 23 de setembro de 1561, dirigida a el-rei, o embaixador expõe os seus últimos esforços junto do Papa para que fosse resolvida a legacia do cardeal-infante que lhe havia sido retirada por Paulo IV, assim como a alteração da denomina-

ção dos futuros representantes da Santa Sé que, em vez de «Núncios» passam a chamar-se «Coletores», sendo o próximo D. Flamínio d’Aspra. Esta nova designação vigorará por vinte anos. (Cf. tomo XIII, pp. 312-313.)

Em 28 de setembro de 1561, **D. Sebastião** nomeou seu procurador ao Concílio de Trento D. Fernão Martins Mascarenhas. (Cf. tomo XIII, p. 316.)

Breve *Ex litteris* de **Pio IV**, de 26 de outubro de 1561, para el-rei. Nele o Papa congratula-se pelo facto do embaixador Lourenço Pires de Távora permanecer em Roma por mais um ano. E mais agradado ficou ainda o Papa por saber que Sua Majestade o fez por ser esse o desejo do Pontífice. Promete, então, proceder com brevidade acerca dos negócios de Portugal, de forma a permitir que o embaixador possa regressar a Portugal, pela época da Ressurreição do próximo ano. Quanto ao transtorno sofrido pelo embaixador, pois já tinha desocupado as instalações em que vivia, o Santo Padre disponibilizou-lhe aposentos condignos nos domínios da Santa Sé. (Cf. tomo XIII, p. 329.)

Carta de **Lourenço Pires de Távora**, de 28 de outubro de 1561, para el-rei, em que lhe dá conta do desejo do Papa que o rei de Portugal lhe envie um elefante. O embaixador adianta ainda mais que, se for possível, lhe enviem também outros animais exóticos para serem recebidos num espaço a que se chama Belvedere. Esta seria uma forma original de dar alegria e satisfazer os desejos de Sua Santidade, mas também de dar visibilidade e apregoar, de uma forma indireta, «*as conquistas e navegações dos portugueses*». (Cf. tomo XIII, pp. 340-341.)

Regência do cardeal-infante D. Henrique, irmão de D. João III, tio de D. Sebastião (desde 1562 até 1568)

Durante o reinado de D. Sebastião, em que se inclui, especialmente, o período da regência de D. Henrique, celebraram-se alguns tratados/concórdias, confirmados pelos Papas, com o fim de ajudar nas despesas de combate e ocupação de praças conquistadas aos muçulmanos, no Norte de África, e ainda no esforço de expansão para Oriente.

Carta de **Lourenço Pires de Távora**, de 3 de junho de 1562, para el-rei. De regresso ao Reino, Lourenço de Távora demora-se algum tempo em Madrid a fim de tratar de assunto que o Papa lhe terá encomendado [por cartas posteriores do embaixador que o substituiu em Roma, sabe-se que terá adoecido em Espanha]. Dá conta do que presenciou em França, quanto às fidelidades luteranas naquele país, pois passando pela Provença, o Languedoc, o Delfinado e o Lyonez, verificou que são regiões onde impera o Luteranismo. Por lá verificou o resultado da muita violência que terá havido, com saques e igrejas incendiadas, para além de morte de funcionários do rei de França. Só a partir de Toulouse (Tolosa) se nota o ascendente católico. (Cf. tomo XIII, pp. 381-382.)

Breve *Dilectum filium* de **Pio IV**, de 10 de setembro de 1562, dirigido a el-rei, em que demonstra satisfação pelas notícias que teve de Sua Majestade, através do embaixador D. Álvaro de Castro, «pelo amor que lhe tem», e agradece-lhe «o presente que lhe enviou, clara demonstração da sua piedade, a qual mais estima que todas as pedras preciosas da Índia». (Cf. tomo XIII, pp. 394-395.)

Em carta de 11 de setembro de 1562, **D. Álvaro de Castro**, dirigida a el-rei, aquele trata de diversos assuntos, mas alerta o monarca para o facto de que «os anéis que deu a Sua Santidade têm pouco valor» e «Vinha agora muito a propósito, por causa deste negócio da Inquisição,

mandar Sua Alteza a Sua Santidade outro presente, pois por muito que ele valha mais vale ter o Pontífice bem disposto». (Cf. tomo XIII, pp. 395-396.)

Em carta **del-rei** ao Papa, em 18 de setembro de 1562, fica expresso o sentimento contido de alguma indignação pelo esbulho que o monarca sentia dos valores arrecadados em Portugal pela Santa Sé, cujo fluxo tenciona reverter ou pelo menos conter. Ora é este o teor da carta: «Agradece a Sua Santidade o Breve que lhe escreveu por Lourenço Pires de Távora, e as expressões de amizade e benevolência que nele lhe dirige. Todos os reis de Portugal, porém mais do que todos Sua Alteza, muito ficam devendo a Sua Santidade, pela graça do padroado dos mosteiros do Reino, que Sua Alteza aceita do modo porque lhe é concedida, esperando que Sua Santidade e os seus sucessores, a seu exemplo, se haverão no que toca às pensões sobre os ditos mosteiros com equidade e moderação, de maneira que, pelo muito peso delas, a religião não padeça. As continuadas despesas nas guerras de África e do Oriente, e a recente empresa de Mazagão, assim como a defesa do Algarve contra as incursões marítimas dos mauritanos, fazem com que Sua Alteza precise aproveitar-se do subsídio eclesiástico dos cinquenta mil cruzados, por cinco anos, que Sua Santidade lhe concedera, e de que prescindira Sua Alteza com toda a eficácia, que só a força das circunstâncias obriga Sua Alteza a mudar de resolução. Espera que Sua Santidade, atendendo a tão fortes motivos, lhe conceda esta graça, que não só redunde em proveito de Portugal, mas também da fé.» (Cf. tomo XIII, p. 398.)

Carta de 12 de fevereiro de 1563, de **D. Álvaro de Castro**, dirigida a el-rei. Nela faz o historial «das diligências que fez com o Papa para a concessão do padroado perpétuo dos mosteiros, e como afinal a conseguiu, sem que Sua Santidade a propusesse em consistório (conforme determinava), com as condições que Sua Alteza estabelecera». [*segue-se discriminação*] «Na audiência em que se decidiu o negócio do padroado dos mosteiros, queixou-se-lhe Sua Santidade de não irem a Roma os comendadores de Cristo tirar novas provisões e pagar as anatas, como são obrigados; e, como ele embaixador lhe dissesse que fora encarregado de procurar algum modo de composição neste negócio, de que já começara a tratar, resolveu Sua Santidade, ouvindo a ele e a Monte Policiano, que os comendadores satisfizessem com sua obrigação, pedindo as novas provisões ao cardeal-infante D. Henrique e pagando as anatas ao colector.» [...] «Alcançou muito Sua Alteza com esta graça, que os seus antecessores tanto desejaram e nunca puderam obter, e deve escrever logo a Sua Santidade agradecendo-a, e, além disto, fazer-lhe algum presente. Também deve Sua Alteza escrever aos cardeais Borromeu, Santafigore e Monte Policiano pelos muitos serviços que na dita graça prestaram, e a este último, que sempre está pronto a servir Sua Alteza, tanto que até lhe chamam *o português*, deve Sua Alteza dar-lhe um alvará de promessa de alguma pensão no primeiro bispado que vague, a qual ele talvez nem chegue a gozar, por ser muito velho»!... (Cf. tomo XIII, pp. 415-416.)

Em carta de 13 de fevereiro de 1563, de **D. Álvaro de Castro** a Lourenço Pires de Távora, aquele dá-lhe conta de que se alcançou de Sua Santidade «o padroado dos mosteiros, com bastante dificuldade. Este bom resultado foi ainda em parte consequência do modo por que ele Lourenço Pires de Távora tratou dos negócios de Sua Alteza em Roma. O maior trabalho foi conseguir do Papa que não pusesse o negócio no consistório. Por esta graça, maior do que qualquer outra concedida aos reis de Portugal, e pela boa vontade que o Sumo Pontífice tem mostrado às coisas do Reino, pede-lhe que lembre a conveniência de se lhe mandar um presente de valia, para se facilitar o melhoramento das condições impostas nos ditos mosteiros. Aconselha a Sua Alteza que também faça alguma honra e mercê ao cardeal Monte Policiano que ajudou muito neste negócio, e pelo amor que tem às coisas do Reino, o que Lourenço Pires deve saber por experiência. É o único cardeal que tem Portugal, e bem sabe quanto custa aos reis terem em Roma estas proteções. [...] Deseja-se muito em Roma o elefante.» (Cf. tomo XIII, pp. 419-420.)

Carta de 14 de maio de 1563, de **D. Álvaro de Castro** a Lourenço Pires de Távora, em que lhe confia a tarefa de cada vez que se encontra com o Papa, este lhe pergunta pelo elefante e pelos outros presentes que lhe prometeram em carta, e «pede-lhe que se empenhe para remediar esta demora». Faz ainda alusão a gastos demasiado pesados e não ressarcidos, acrescentando que deles não tem falado a Sua Alteza, porque tem a certeza que ela «lhe fará as mercês que puder»! (Cf. tomo XIII, pp. 427-428.)

Carta de 30 de maio de 1563, do **bispo-conde [Bispo de Coimbra]**, dirigida a el-rei. Nela faz menção de ter recebido uma carta de Sua Alteza, através do embaixador D. Fernão Martins Mascarenhas. Dá conta de que na sua intervenção na aula conciliar fez menção de que eram poucas as coisas importantes, a ser tratadas, e que quanto a si se resumiam a três aspetos: 1. modo de eleição do Papa que deve ser pura e santa; 2. o número de cardeais deve ser o estipulado no Concílio de Constança [1414-1418, que acabou com o grande Cisma] e estabeleceu o Colégio Cardinalício com 24 membros; 3. que os bispos vivam todos em comunidade com os seus cônegos, e que as rendas de cada bispado devem ser divididas em três partes – uma para os pobres, outra para a fábrica e a outra para o bispo com o seu cabido. No entanto, a sua proposta não teve eco, ainda que apenas veja nela a «confusão dos herejes e a edificação dos cristãos». Adiantou ainda outros informes, inclusive relativamente à sua saúde que se tem ressentido bastante desde que saiu do Reino, pelo que pede a Sua Alteza, assim como já tem permissão de Sua Santidade, para se retirar e regressar. Termina dizendo que o ambiente do Concílio está muito confuso, dividido em três posições: a que pretende uma reforma sem Papa; a que pretende outro Papa sem reforma; e aquela a que pertencem os prelados representantes de Sua Alteza, que pretende outro Papa e outra reforma. (Cf. tomo XIII, pp. 429-430.)

Em 1 de setembro de 1563, **Pio IV** concedeu a «Rosa de Ouro» à viúva de D. João III e regente, D. Catarina de Áustria. (Cf. F. BRANDÃO, *o.c.*)

Em 1564, os **Decretos do Concílio de Trento são promulgados** como Leis do Reino. (Cf. F. BRANDÃO, *o.c.*)

Breve *Non sine magna*, de 21 de junho de 1565, dirigido ao cardeal-infante D. Henrique, a propósito do seu sobrinho D. António, Prior do Crato, que, apesar dos votos religiosos pela sua condição de Prior, vivia em situação escandalosa. Sabe-se que ele era filho natural de D. Luís, filho de D. Manuel I, e de mulher de ascendência nobre (algumas fontes dizem que era judia), D. Violante Gomes, e essa ascendência paterna dotava-o da legitimidade que o levou a concorrer ao trono de Portugal, mas sem resultado, após a morte de D. Sebastião, em Alcácer-Quibir, em cuja batalha também participou, mas de que conseguiu evadir-se. Derrotado pelas tropas de Filipe II de Espanha, acabou por refugiar-se em França onde faleceu. Acabou por lhe ser retirado o governo do Priorado, por não ter aceitado as admoestações que lhe dirigiu especialmente D. Henrique, para que se emendasse da vida que levava. Conheceram-se-lhe onze filhos naturais. (Cf. tomo XIII, pp. 462-463.)

Breve *Cum te ut eximium*, de 15 de setembro de 1566, de **Pio V**, dirigido a el-rei, em que lhe sugere o benefício do seu casamento com a filha mais nova do imperador Maximiliano, que lhe traria um muito conveniente envolvimento com as famílias mais influentes da Europa. Com a mesma data segue-se o Breve *Non esse alienum*, dirigido a D. Catarina, com o mesmo propósito de influenciar o ânimo del-rei. A carta de 16 de setembro do embaixador, D. Fernando de Meneses, para el-rei já acrescenta mais alguns dados, em favor da sugestão deste casamento e os aspetos negativos da escolha de outra noiva, a irmã do rei de França, devido à simpatia da mãe dela pelas ideias da Reforma protestante e a influência que, subtilmente, poderia ser transmitida

ao Reino de Portugal. Deste segundo aspecto o Santo Padre não tratou por escrito pelo perigo que poderia advir para o relacionamento com o rei de França caso se viesse a saber a opinião do Papa acerca deste assunto.

Mas, em Breve *Cum de tuo*, de 1 de setembro de 1569 (portanto, 3 anos depois), **Pio V** manifesta contentamento pela notícia que lhe chegou de que D. Sebastião tenciona casar com a irmã do rei de França, e, curiosamente, os argumentos usados para o seu contentamento diferem em absoluto dos do Breve de 1566: «pelo sangue e virtudes da esposa escolhida, e pelo bem que deste matrimónio pode vir à Cristandade, razões porque exorta a realizá-lo em breve.»!!!

E, em Breve *Gratissimae nobis*, desta mesma data, dirigido ao cardeal-infante, **Pio V** reitera os mesmos argumentos, inclusive pedindo a D. Henrique que insista com o jovem rei para que apresse essa decisão de casar com a irmã do rei de França, «para evitar os muitos perigos que costumam ameaçar tão verdes anos, é conveniente que case e breve». (Cf. tomo XIII, pp. 474-475 e 511-512.)

Carta de 1567, del-rei **D. Sebastião** ao Papa, em que lhe participa que tendo atingido a idade de 14 anos, lhe foi entregue, em Cortes, o governo do Reino por seu tio-avô que até aqui desempenhara denodadamente essa governação. Diz ter aceitado este novo encargo, não pelas suas próprias forças, mas por saber que pode continuar a contar com o auxílio e a presença próxima de seu tio e da sua avó, a rainha D. Catarina. (Cf. tomo XIII, pp. 493-494.)

Maioridade de D. Sebastião

Breve *Quo in statu*, de 28 de dezembro de 1569, de **Pio V**, dirigido a el-rei. Nele o Papa congratula-se com o avanço do negócio do casamento do jovem rei com a irmã do rei de França, elogiando-o pela escolha feita «que não podia ser melhor. pelo sangue e pelas qualidades que adornam a sua futura esposa». Seguidamente, o Papa aborda uma questão fulcral dos intentos do jovem monarca e endereça-lhe palavras de grande incentivo, a fim de «ajudar a propagar a religião cristã, e de sujeitar a África, muito se alegrou com tais notícias, **e aconselha-lhe que execute este seu último projeto**». (Cf. tomo XIII, p. 517.)

Alguns olhos mais atentos alertam para o cuidado com que se devem rodear todas as orientações vindas de Roma, pois o entusiasmo do jovem rei pode levá-lo a cometimentos arriscados para o Reino. Em instrução particular **do Papa a Luís de Torres** (clérigo da Câmara Apostólica), de 12 de março de 1570, aquele adianta que «com o rei de Portugal proceder-se-á moderadamente, porque sendo ele tão obediente à Santa Sé, é de crer que faça sempre prontamente aquilo sobre que Sua Santidade lhe escrever, ainda que seja com descómodo seu, pelo que, para não o meter em despesas, não se lhe falará no negócio da liga». Em 23 de dezembro de 1571, D. Sebastião havia manifestado ao Papa o desejo de participar na liga que se formava visando enfrentar os Turcos. (Cf. F. BRANDÃO, *o.c.*)

Em 6 de setembro de 1572, em carta, o **embaixador em Paris** dá conta do massacre de protestantes que ficou conhecido por «matança de S. Bartolomeu».

Em 29 de novembro de 1572, **D. Sebastião** dá instruções ao embaixador a França, João Gomes da Silva, para felicitar Carlos IX pela matança dos Protestantes. (Cf. F. BRANDÃO, *o.c.*)

Por Breve *Permagnum est*, de 8 de novembro de 1573, o papa **Gregório XIII**, envia a el-rei D. Sebastião, como prova de distinção do zelo religioso em que tem Sua Majestade, uma das

setas por que S. Sebastião, seu homónimo, foi trespassado, «das quais se guardam duas com grande veneração do povo na igreja do dito santo». (Cf. tomo XIII, p. 569.)

Por Breve *Lectis litteris*, de 28 de setembro de 1574, de **Gregório XIII** para el-rei, o Papa faz-lhe saber do seu conhecimento sobre os intentos do rei numa expedição contra os infiéis da África, mas, ainda que, pelo amor que lhe tem, receie «sobre a sua saúde e vida, já pelos pertigos do mar e da guerra, já pelo diferente clima, e sobre o futuro do Reino, por ver exposto a eles um rei sem esposa e filhos». No entanto, consola-o transmitindo-lhe a esperança de que terá êxito no empreendimento, «e acredita que foi chamado a ele pela vontade de Deus. Dá-lhe a bênção, assim como a todo o exército, e roga a Deus que lhe conceda a esperada felicidade». (Cf. tomo XIII, p. 572.)

Por Breve *Super specula*, de 23 de janeiro de 1575, **Gregório XIII**, concede a el-rei de Portugal a instauração do bispado de Macau que ficará sob a jurisdição da Arquidiocese de Goa, mas que abrangerá o território da China e do Japão com suas ilhas e adjacentes. (Cf. tomo XIII, p. 573.)

Em outubro de 1575, **D. Sebastião** dá instruções ao embaixador em Paris, D. Nuno Manoel, para oferecer ajuda portuguesa a Henrique III na luta contra os Calvinistas. (Cf. F. BRANDÃO, *o.c.*)

Por Breve de 20 de dezembro de 1575, **Gregório XIII** concede «aos bispos e mais preladados da Índia, que possam conferir ordens fora do tempo determinado, e dispensar nos votos simples de religião e castidade comutando-os em outras obras de piedade». (Cf. tomo XIII, p. 575.)

Breve *Gratum profecto*, de 12 de fevereiro de 1578, de **Gregório XIII**, a el-rei D. Sebastião, mostrando-se o Papa muito agradado pela concórdia alcançada entre o rei e o clero, «sobre a contribuição da terça parte dos frutos eclesiásticos para as despesas da guerra de África, que lhe foi concedida pela Santa Sé, no que bem mostra o seu amor a esta e aos seus súbditos, motivos que o tornam digno do maior louvor.» (Cf. tomo XIII, p. 580.)

Em dezembro de 1577 e abril de 1588, **Filipe II de Espanha**, tio de D. Sebastião, diligencia no sentido de dissuadir o sobrinho da Campanha de África. (Cf. F. BRANDÃO, *o.c.*)

Em agosto de 1578, dá-se o **desastre de Alcácer-Quibir**, onde o jovem rei perde a vida e o Reino fica à mercê do pretendente Filipe II de Espanha.

D. HENRIQUE (1512-1580; rei desde 1578)

Em Carta de 28 de outubro de 1578, de **el-rei D. Henrique** ao embaixador João Gomes da Silva, invocando a vontade do povo português, ordena que sejam feitas diligências junto de Gregório XIII a fim de lhe serem concedidas licença de voto de castidade e dispensa de ordens de forma a poder casar e dar um herdeiro ao trono de Portugal. «Está certo que Sua Santidade as aceitará pela necessidade reconhecida de se dar este passo, e pelos danos que com ele se podem evitar, danos que Sua Santidade temeu e previu com menos fundamento do que agora, quando aconselhou a D. Sebastião que contraísse matrimónio, pois este rei era moço e tinha ainda por

sucessor a ele cardeal. Recomenda-lhe o maior segredo no negócio, e que peça a Sua Santidade que o faça guardar aos seus oficiais por quem ele correr». (Cf. tomo XIII, pp. 581-582.)

Em fevereiro de 1579, o cardeal D. Henrique insiste junto do Papa para que lhe seja concedida a dispensa de votos e celibato, a fim de poder casar.

Em 18 de março do mesmo ano, há diligências por parte de Filipe II de Espanha para que seja proclamado sucessor de D. Henrique.

Em 25 de junho seguinte, o cardeal apresenta um projeto de sucessão que passa pela inauguração de uma nova dinastia, através da proclamação do secundogénito de Filipe II como seu sucessor. (Cf. F. BRANDÃO, *o.c.*)

Em 31 de janeiro de 1580, morre D. Henrique!

JUNTA GOVERNATIVA (1580-1581)

Em abril deste mesmo ano de 1580, os **governadores do Reino** enviam ao Papa uma embaixada encabeçada por Francisco Barreto, a fim de apresentar a situação difícil da sucessão em Portugal. (Cf. F. BRANDÃO, *o.c.*)

Por Breve *Quantopere de rebus*, de 15 de abril de 1580, dirigido aos governadores do Reino, **Gregório XIII** «assegura o muito que estima o Reino, e como o encomenda assim como a eles governadores nas suas orações a Deus, em quem sobretudo cumpre fundar toda a esperança. Não deve, entretanto, Sua Santidade deixar de procurar remover, pela autoridade e poder que recebeu do Senhor, todos os escândalos e perturbações, e por isso manda a Portugal, como legado da Santa Sé em Aracoeli, ao qual acredita junto deles governadores». (Cf. tomo XIII, pp. 591-592.)

Em 17 de junho, os **governadores do Reino** declaram como sucessor natural, a Filipe II de Espanha.

Em 19 de junho, em Santarém, **D. António** (Prior do Crato) é aclamado rei de Portugal, mas será derrotado no confronto com as tropas do pretendente espanhol, tendo-se refugiado em França, onde morreu.

Em outubro, o **Núncio Alexandre Frumento**, que regressa a Roma, morre em Toledo.

Em 16 de abril de 1581, nas Cortes reunidas em Tomar, **Filipe II de Espanha** é aclamado rei de Portugal sob a denominação de «**Filipe I de Portugal**».

ANEXO IV

**Sumário das Concórdias, Concordatas, Acordos e Tratados³
entre Portugal (Monarquia e República) e Santa Sé/Episcopado Português****MONARQUIA**

- D. Afonso Henriques** – Em 1143: Ato de vassalagem do rei de Portugal ao Papa (Inocêncio II), em que ficam estabelecidas as seguintes contrapartidas: D. Afonso Henriques paga 4 onças de ouro, anualmente, ao Papa, e este garante-lhe protecção e defesa, especialmente, em relação às pretensões do vizinho rei de Leão.
- D. Sancho I** – Em 1210: *Ato de Concórdia entre D. Sancho I e os Prelados*, confirmado por Inocêncio III (Bula *Iustis petentium desideris*, 13 de maio). Perdão mútuo entre o rei e o bispo do Porto. Promessa real de não se imiscuir em assuntos eclesiásticos, sem ser solicitado. Para futuros desentendimentos acorda-se o recurso ao Arcebispo de Braga. Tornou-se extensivo a todas as dioceses de Portugal.
- D. Afonso II** (1211-1223): *Ato de Concórdia entre D. Afonso II e os Prelados*. A agudização da situação que dera origem ao Ato de D. Sancho, levou a que D. Afonso II tivesse de dar satisfação às reclamações dos prelados. O rei prometeu não reincidir e reparar os danos causados. Os reparos tinham a ver com questões do foro eclesiástico e de competência

³ Cf. informação disponível no *Dicionário de História de Portugal*, na entrada «Concordata», pp. 657-659 e ainda in Hermínia Vasconcelos VILAR, «O Episcopado do tempo de D. Dinis», *Arquipélago*, 2.^a série, V (2001), pp. 581-604. Também nas mesmas fontes e na *História do Direito Português* (p. 179) se facultam alguns elementos que levam a um esclarecimento dos conceitos subjacentes aos dois termos – *Concórdia* e *Concordata* – em que primeiro corresponderia a um acordo de carácter pontual e circunscrito a um território ou personalidade jurídica do País (*por ex.*: rei/governante *vs* bispo(os), e o segundo, a acordo/tratado entre a Santa Sé e o Estado Português, pelo que, segundo verificamos em Libânio BORGES (*Concordatas entre a Santa Sé e Portugal e Concórdias entre os Prelados e os Reis de Portugal*, Vila Real, s/d, 232 pp.), entre D. Sancho I e D. João IV, há *Concórdias*, e fala-se de *Concordatas* só a partir de 1778 com D. Maria I.

O objeto, tanto da Concórdia como da Concordata que, ao longo dos séculos, foram também designados pelos termos: *acordo*, *pazes*, *convenção*, *protocolo*, *composição*, etc., visa: 1. a aceitação e o reconhecimento, entre as partes, de certos direitos e deveres; 2. resolver contendas, diferendos e controvérsias; 3. obter prerrogativas, privilégios, isenções, favorecimentos, pagas, compensações de diversa natureza (material e/ou espiritual); 4. a recusa do princípio de imposição por uma das partes em relação à outra; 5. o princípio idêntico ao que assiste a qualquer convenção ou tratado internacional.

O *Ato de Vassalagem* submetido por D. Afonso Henriques ao Papa é considerado como o *Ato Concordatário Fundante*, ou seja, a primeira Concordata. Ele fundou uma relação que, ao longo da história de Portugal, decorreu em dois períodos/momentos de características determinantes da vida do País. *Primeiro momento*: 1. o rei faz oferenda do Reino ao Papa (Igreja romana) e obriga-se ao pagamento anual de quatro onças de ouro à Santa Sé; 2. o Papa compromete-se a exercer protecção, quanto à autonomia e posses alcançadas, especialmente contra as pretensões do reino de Leão. *Segundo momento*: 1. os reis comprometem-se, na sua atividade de guerra aos mouros e conquista de terras, e, através das descobertas, a divulgar a fê cristã, incluindo nas suas forças e naus, missionários sustentados por si; 2. a Santa Sé concede grandes prerrogativas e privilégios espirituais aos promotores e envolvidos nessa ação e, no âmbito administrativo, concede isenções, apoios e incentivos que deram origem à figura do Padroado, ou seja, a prerrogativa de serem os reis de Portugal e proporem/nomearem os responsáveis eclesiásticos para a titularidade das dioceses, abadias e mosteiros, assim como outros espaços de culto e devoção religiosos.

das respectivas jurisdições, relativos também a bens da Igreja. 1.^a Lei de Desamortização proibindo as Ordens de adquirirem bens fundiários para além dos necessários para a sua actividade.

D. Sancho II – Em **1223**: *Ato de Concórdia entre D. Sancho II e o Arcebispo de Braga* (D. Estêvão Soares), à volta de questões da mesma natureza da anterior, do tempo de D. Afonso II. D. Estêvão tinha tido uma relação muito agitada com D. Afonso II, a quem excomungara e lançara vários interditos, levando-o ao exílio. Após a morte de D. Afonso II, regressou ao reino e ter-se-ão reunido as condições para uma concórdia com o seu sucessor, provavelmente facilitada pelo facto de a irmã do Arcebispo (Estevaínha Soares) ter sido ama de D. Sancho. Esclareceram-se diversos pontos das áreas de intervenção das partes e estabeleceram-se os critérios para a relação de convívio do clero com o trono e a sociedade. Na sua essência todos os aspetos se resumiam a questões de coleta, rendimentos e despesas dos espaços religiosos ou da administração da justiça quando estavam envolvidos clérigos. Depois de tudo perpassado e sanados os diferendos a **Concórdia foi assinada** pelos membros da casa de D. Afonso e sua chancelaria, e pelo Arcebispo que levantou todas as excomunhões e interditos, assim como os corpos dos excomungados já falecidos a fim de serem sepultados em chão sagrado.

Em **1228**: *Ato de Concórdia entre D. Sancho II e o Arcebispo de Braga* (D. Silvestre Godinho), à volta de questões da mesma natureza da anterior, que incluía Atos de prepotência e abuso em relação à Igreja (perseguições, difamação, roubo e obrigação de servir as armas), e de excomunhão e interditos a agentes do rei, por parte dela. O Ato concordatário foi selado pela bula pontifícia *Si illustris Rex Portugalie*, de Gregório IX, de 15 de abril, de 1238.

D. Afonso III – Em **1243**: *Ato de Concórdia entre D. Afonso III* (então, regente) *e o Papa*, em que este se compromete a cumprir todas as decisões pontifícias cuja desobediência levou à destituição de D. Sancho II.

Foi ainda celebrado um segundo *Ato Concordatário*, desconhecendo-se a data e o lugar da sua assinatura, que estabelece os critérios e as causas para a presença de clérigos em tribunal.

D. Dinis – Em **1282** (considerada a primeira concordata de D. Dinis) foi uma tentativa de concórdia entre D. Dinis com os prelados portugueses, reunidos na Guarda. Concluído o acordo foi pedida a confirmação do mesmo ao papa Martinho IV, mas este não o aprovou na sua totalidade, devolvendo-o com artigos suprimidos e outros acrescentados.

Em **1289**: *Concórdia de D. Dinis*. Esta concórdia resulta da necessidade de resolver questões deixadas em aberto por D. Afonso III, relacionadas com queixas de eclesiásticos ao seu não cumprimento dos Acordos e ao comportamento abusivo, semelhante ao dos seus antecessores já condenados. D. Afonso reconciliou-se, ainda em vida, com o clero português e exigiu a seu filho que prosseguisse os contactos a fim da questão ficar sanada. D. Dinis, juntamente com os bispos portugueses, elaborou um documento de compromisso que enviou ao Papa para ratificação. Devolvido o documento por Nicolau IV com algumas emendas e acrescentos, ficaria com 40 artigos e foi assinado pelos procuradores dos bispos e do rei, em Roma, e confirmado pela Bula *Cum olim*, de 7 de março. Este documento a que se juntaram mais 11 artigos passou a constituir a lei do Reino, tendo sido incluído, a partir de 1449, nas *Ordenações Afonsinas*. Nesta sequência foram feitas duas concórdias – em **1292** e em **1309** –, através das quais D. Dinis respondeu aos bispos do Porto, da Guarda, de Lamego e de Viseu sobre as suas queixas sobre agravos de que se sentiam vítimas no Reino.

- D. Afonso IV** – Em **1330**, *Concórdia* assinada pelo rei e os bispos do Porto, Guarda, Lamego e Viseu, para sanar as suas queixas. *Acordo* também com o bispo de Lisboa e cabido, delimitando os campos de jurisdição do rei e da Igreja, em relação à corte. Passou a integrar a Lei do Reino, como complemento do articulado anteriormente acordado.
- D. Pedro I** – Em **1361**: *Concórdia de D. Pedro*, durante as Cortes de Elvas, para dar resposta a queixas do arcebispo de Braga, bispos e outros dignitários (ver elenco das respostas, no Anexo III, pp. XXV-XXVI). Os conteúdos desta concórdia foram também acrescentados à Lei do Reino.
- D. João I** – Em **1391**: *Concórdia de D. João I*, assinada em Évora, sobre questões similares às das anteriores (ver pormenores no Anexo III, pp. XXVII). Passou também a integrar a Lei do Reino.
- Em **1402**, houve um acordo entre o monarca e o arcebispo de Braga, D. Martinho, sobre o senhorio da cidade, com confirmação papal (Inocência VII), por meio do arcebispo João de Lisboa, em 1406.
- Em **1427**: *Concórdia de D. João I*, assinada em Santarém, em que se tentam sanar diferendos que existem sobre queixas do clero em 1419 e sua rejeição em 1423. Nesta data, finalmente, terá havido um princípio de acordo em relação a essas questões, e determinou-se também aceitar a substituição da era de César pela de Nosso Senhor Jesus Cristo, com a supressão de 38 anos (ver também Anexo III, pp. XXIX).
- D. Afonso V**: Em **1455**: *Concórdia de D. Afonso V*, assinada em Santarém, em 14 de outubro, respondendo às queixas dos eclesiásticos do ano anterior, nas Cortes de Lisboa.
- Em **1458**: *Concórdia de D. Afonso V*, assinada em Almeirim, em 9 de janeiro, também de resposta a queixas e a pedidos de medidas de correção de ordem jurídica na relação dos prelados e com a justiça régia.
- Em **1472**, D. Afonso V e o arcebispo de Braga, D. Luís Pires, reverteram a decisão anterior (de 1402), passando novamente o senhorio de Braga para o seu Arcebispo.
- D. João II**: Em **1487** concede a suspensão do «beneplácito régio». Alguns autores veem nesta concessão um pretexto para o monarca alcançar alguns benefícios e reconhecimentos.
- D. Manuel I**: Em **1516**: *Concórdias de D. Manuel I*. Por bula de Leão X, *Providum Universalis Ecclesiae*, de 29 de abril de 1514, é concedido ao rei de Portugal o direito a terças de certos dízimos eclesiásticos, para fazer face ao esforço financeiro da guerra no Norte de África e das Descobertas. Os bispos portugueses perante a extorquição de verbas tão elevadas para os seus réditos, estabeleceram acordo com o rei a fim dele prescindir desse direito em troca da aceitação de cento e cinquenta e três mil ducados. Este acordo foi aceite e confirmado pelo Papa pela bula *Hiis quae pro personarum*, de 25 de julho de 1516.
- D. Sebastião** (1554-1578). Durante o tempo de D. Sebastião em que se inclui o da regência de D. Henrique celebraram-se alguns tratados, confirmados pelos Papas, para ajudar a colmatar as despesas das lutas e ocupação das praças conquistadas aos muçulmanos, no Norte de África, e ainda ao esforço da expansão.
- D. João IV**: Em **1642**: *Concórdia de D. João IV*. Nas Cortes de Lisboa, que ratificaram a aclamação do rei Restaurador, os eclesiásticos comprometeram-se a continuar a contribuir para as despesas de África e da expansão, tal como no tempo de D. Sebastião, acrescida do contributo que a guerra com Espanha exigia, a fim de acautelar a independência reconquistada, com a contrapartida da participação na gestão dos benefícios e da atribuição das comendas das ordens militares. Esta *Concórdia* nunca foi confirmada pelo Papa em virtude da sua falta de reconhecimento do novo rei de Portugal.

D. João V: Em 1736, celebra-se um acordo que permite a nomeação, por parte de el-rei, do titular para a patriarcal de Lisboa Oriental.

Em 1737: *Contrato de D. João V*. Por este contrato é criada a condição de acesso dos patriarcas de Lisboa à dignidade de cardeal (no primeiro Consistório que se realize após a sua ascensão à Sé de Lisboa, condição que, desde então, apenas não foi registada com D. Manuel Clemente, atual patriarca); é atribuída ao Patriarcado a competência de Tribunal da Nunciatura; competindo ao rei o provimento de alguns benefícios e o contributo para o sustento da grandiosidade dos cultos na Sé.

Em 1745: *Concordata* de 30 de agosto, sobre a afectação de alguns rendimentos eclesiásticos para as despesas da Igreja patriarcal, então criada, e respectivo cabido.

D. José I: Neste reinado houve um período de suspensão das relações com a Santa Sé, entre 1760 e 1770.

D. Maria I: Em 1778: *Concordata*, celebrada em 20 de julho (confirmada pela rainha, em 11 de agosto e pelo Papa, em 10 de setembro), pretende esclarecer alguns aspectos nublados relacionados com os benefícios dos clérigos, assim como a questão dos acessos a certos lugares que implicam rendas e proveitos, por parte dos eclesiásticos, e ainda questões sobre o Padroado.

Em 1780: *Concordata*, aprovada em Roma, em 29 de novembro, com o Breve pontifício *Romanorum pontificum*, versando aspectos da actuação de uma Junta censória de livros publicados.

D. Maria II: Em 1838: Gregório XVI publicou o Breve *Multa praeclara*, de 24 de abril, que extingue a figura do Padroado fora das possessões portuguesas, sendo os lugares ocupados por missionários da Propaganda Fidei, directamente dependentes de Roma.

Em 1848: *Concordata de D. Maria II*, assinada em 21 de outubro, para solucionar aspectos relacionados com o chamado «cisma de 1832-1842», em que, durante as guerras civis, entre liberais e absolutistas, os bispos nomeados por D. Miguel foram todos destituídos das suas funções e substituídos por outros, nomeados de forma irregular pelos cabidos. O mesmo documento visava os aspectos mais melindrosos que haviam surgido com a chegada do Liberalismo, como o encerramento das casas religiosas, a proibição de admissão de noviças, a expropriação dos bens da Igreja, as novas circunscrições do Ultramar, impossíveis de suprir de eclesiásticos, devido às medidas de exclausuração e de restrição das admissões.

D. Pedro V: Em 1857: *Concordata de D. Pedro V e Pio IX*, assinada em 21 de fevereiro, sendo resolvidas várias questões relacionadas com o Padroado do Oriente que passou a abranger muitas das regiões retiradas pelo Breve de Gregório XVI. Os compromissos inerentes a esta Concordata não puderam ser cumpridos, pois Portugal não tinha missionários suficientes para restabelecer as equipas que trabalhavam no Oriente.

D. Luís: Em 1886: *Concordata de D. Luís e Leão XIII*, assinada em 23 de junho, em que o Padroado do Oriente era substancialmente reduzido devido às razões de insuficiência já constatadas no reinado anterior. Foi redefinida a circunscrição das dioceses, assim como o exercício do Padroado.

REPÚBLICA

1928 (13 de abril) e **1929** (11 de abril): Devido à nova situação política do País (Estado não-confessional e Lei de separação) não foi possível dar continuidade à aplicação da letra da Concordata de 1886. Foi, então, celebrada uma nova Concordata (Acordo ou Proto-

colo como também é referido), em que eram estabelecidos os territórios de influência do pleno Padroado (Goa, Cochim, Meliapor e Macau); e semi-Padroado (Bombaim, Mangalor, Quílon e Trichinópolis), extinguindo-se a diocese de Damão, integrada em Goa. Em 1929, foram ratificadas as decisões anteriores e confirmados alguns ajustes.

1940 (7 de maio): *Concordata de âmbito geral entre a Santa Sé e Portugal*, onde se declara que é seu propósito: «regular por mútuo acordo e de um modo estável, a situação jurídica da Igreja em Portugal, para a paz e o bem da Igreja e do Estado», a fim de dar cumprimento aos princípios violados pela Lei da Separação de 1911. Sidónio Pais, em 1919, restabeleceu as relações interrompidas em 1911, limitando-se a reajustar o texto, de forma a retirar-lhe alguma carga de cariz mais drástico e controverso, ainda que a Constituição de 1913 (arts. 45.º-46.º) já lhe tivesse introduzido algumas rectificações. O texto concordatário foi enriquecido por um Acordo Missionário que esclarecia e desenvolvia muito do clausulado (arts. 26.º e 28.º) da Concordata e, com o reconhecimento de personalidade jurídica à Igreja Católica, o Governo português garante a total liberdade aos católicos e à Igreja, através de:

- garantia de liberdade de organização própria e actuação;
- garantia de liberdade de organização de associações afins;
- a posse de bens e sua administração;
- isenção de algumas taxas fiscais;
- autoridade para a nomeação dos seus bispos, párocos e outros eclesiásticos, assim como a definição dos seus campos de actuação;
- autorização para assistência religiosa em hospitais, refúgios, asilos, prisões e às Forças Armadas;
- liberdade de ensinar e de fundação de escolas públicas de todos os níveis;
- reconhecimento civil de casamentos canónicos (com um senão que mereceu muita contestação pública: a proibição de divórcio aos casados na Igreja).

Esta Concordata teve ainda alguns ajustes pontuais, como por exemplo:

Em **1950** (18 de julho), Portugal renuncia aos seus direitos de padroado relativo às dioceses em território da União Indiana, ficando só a ele adstritas as dioceses de Goa e de Macau.

Em **1952**, em que foram reduzidos os dias feriados religiosos e estabelecidos os que ficaram equiparados a feriados nacionais.

Em **1974**, em que Portugal reconheceu a soberania da União Indiana sobre os territórios de Goa, Damão e Diu, renunciando ao direito de padroado sobre aqueles territórios (atitude semelhante, em **1999**, em relação a Macau, integrado na China).

Em conformidade com as datas de independência de cada uma das antigas colónias africanas, também aí deixou de vigorar o Acordo Missionário inscrito nesta Concordata de 1940.

1975 (15 de fevereiro): *Protocolo de alteração do artigo 24.º da Concordata de 1940*, permitindo o divórcio a casados catolicamente.

2004 (18 de maio): Substitui integralmente a Concordata de 1940, com harmonização do seu clausulado com a Lei da Liberdade Religiosa e correcção de muitos aspectos de inconstitucionalidade, relacionados com a desigualdade de tratamento com as outras religiões, particularmente quanto ao reconhecimento civil dos casamentos canónicos e aos benefícios no campo fiscal.

ANEXO V

Nótulas biográficas dos Arcebispos de Braga⁴**Desde o início da Monarquia Portuguesa**

Após os sucessos da Reconquista e chegados a meados do século XI, reata-se a cronologia dos Bispos de Braga com a eleição para esta Sé de D. PEDRO II, por volta de 1067(-1072?). Os Papas e os soberanos do Condado Portucalense, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Alexandre II (1061-1073)
– S. Gregório VII (1073-1085)
– Vítor III (1086-1087)
– Urbano II (1088-1099)

REIS – D. Sancho II de Castela (1065-1072)
– D. Afonso VI de Leão (1065-1109)

D. Pedro foi empossado por D. Sancho de Castela e seu irmão D. Garcia da Galiza. Este juntamente com D. Pedro empenhou-se em restituir à Sé de Braga o brilho de outros tempos. Para tanto, mandou que se restaurasse a cidade e muitos lugares de culto e que os eclesiásticos passassem a perceber as rendas desses lugares, que, até então, estavam a ser arrecadados pelos fidalgos em proveito próprio. Porém, à morte de D. Sancho II (1072), e tendo o seu filho D. Afonso VI de Leão passado também a soberano de Castela, o trabalho de restauração da Braga foi interrompido, por incompatibilidades do monarca com D. Pedro que viu ser-lhe retirado o governo da diocese e o seu afastamento para um mosteiro, onde morreu.

* * *

Em 1096 [1099?], assume a Sé de Braga o seu 1.º Arcebispo, SÃO GERALDO (1099-† 1109 [1108?]). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Urbano II (1088-1099)
– Pascoal II (1099-1118)

REIS – D. Afonso VI de Castela e Leão (1065-1109)
– Condes D. Henrique e D. Teresa, Condado Portucalense (1096-1112)

São Geraldo era francês de origem e monge beneditino. Tinha sido chantre de Toledo. Foi eleito Arcebispo por aclamação popular e aprovação de D. Afonso VI de Castela e Leão e do Conde D. Henrique e sua mulher D. Teresa, que lhe fizeram muitas doações de terras e senhoresios, inclusive de Braga e seu termo. Em fins de 1099 (ou inícios de 1100), São Geraldo dirigiu-se a Roma, a fim de receber o pálio, mas também tentar restaurar a Primazia da Sé Braga que já tivera no passado. Do Papa alcançou tudo o que pretendia e, no regresso, passou pelo Concílio Provincial de Palência, onde viu confirmada a sua Metrópolia junto dos bispos ali reunidos. Foi durante o seu pontificado e aproveitando uma sua ausência, que o arcebispo de Compostela, Diego Gelmírez, de forma ardilosa, em 1102, levou de Braga uma parte substancial do tesouro-relicário daquela Arquidiocese, em que se incluíam os corpos de São Frutuoso e de outros mártires, e que ficou conhecido por «Pio latrocínio».

⁴ O presente anexo está redigido com base na *Serie Chronologica dos Prelados Conhecidos da Igreja de Braga, desde a fundação da mesma Igreja até o presente tempo* (acrescentada das correspondentes atualizações), Coimbra na Real Imprensa da Universidade, 1830.

* * *

A seguir a São Geraldo, sucedeu-lhe na Sé de Braga, D. MAURÍCIO [*Burdino*] (1109-1118). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Pascoal II (1099-1118)
– Gelásio II (1118-1119)

SOBERANOS – Condes D. Henrique e D. Teresa (1096-1112)
– Condessa [Rainha] D. Teresa (1112-1128)

D. Maurício era de nacionalidade francesa e monge beneditino de Cluny. Chegado à Península acompanhando D. Bernardo de Toledo, ficou nesta cidade como arcediogo até ser designado para a Sé de Coimbra, onde esteve de 1099 a 1108. De Coimbra foi eleito para Primaz de Braga, por morte de São Geraldo que, segundo consta, o terá indicado para lhe suceder. Em deslocação a Roma, viu-se envolvido na trama política e de conflito aberto entre Roma e o imperador Henrique V do Sacro Império Romano-Germânico, dispondo-se a assumir o favorecimento da causa do imperador em detrimento do papa Gelásio II, chegando a ser investido como Pontífice (sob o nome de [antipapa] Gregório VIII). Foi depois excomungado e destituído do Arcebispado de Braga e mandado prender por Calisto II, tendo morrido desterrado num mosteiro.

* * *

Pelo ano 1118, foi eleito para a Sé de Braga, o deão **D. PAIO MENDES**, que tinha garantido o governo da Diocese desde a saída de D. Maurício, lugar que ocupará até à morte, em 1137. Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Gelásio II (1118-1119)
– Calisto II (1119-1124)
– Honório II (1124-1130)
– Inocêncio II (1130-1143)

REIS – Condessa [Rainha] D. Teresa (1112-1128)
– D. Afonso Henriques (1128-1185)

Era de família notável, mas a sua condição de fidalgo, mais dado à lide das armas do que ao estudo das letras, dão-no como pouco instruído, mas de carácter muito forte e decidido. Por Breve de Calisto II foi-lhe confirmado o senhorio de Braga e seu termo. Dado o seu temperamento e determinação na defesa dos seus direitos entrou em confronto com D. Teresa que chegou a mandá-lo prender, tendo sido libertado por interposição de Calisto II. À sua intervenção se atribui a investidura como cavaleiro do infante D. Afonso Henriques, em Zamora, em 1126.

* * *

A D. Paio Mendes sucedeu-lhe, na Sé de Braga, **D. JOÃO PECULIAR** (1139-1175). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Inocêncio II (1130-1143)
– Celestino II (1143-1144)
– Lúcio II (1144-1145)
– Eugénio III (1145-1153)
– Anastácio IV (1153-1154)
– Adriano IV (1154-1159)
– Alexandre III (1159-1181)

REIS – D. Afonso Henriques (1128-1185)

Não há absoluta certeza de que a naturalidade seja portuguesa, talvez devido ao facto dos primeiros documentos que se lhe referem indicarem a sua proveniência de França onde teria sido criado e educado. Foi Mestre-escola da Sé de Coimbra e, com São Teotónio e outros eclesiásticos, foi cofundador do Mosteiro de Santa Cruz desta cidade. De 1136 a 1138 foi bispo de Porto e daqui passou a arcebispo de Braga, em cuja sé se manteve até à morte em 1175. Como Arcebispo Primaz a sua ação foi muito influente nos primeiros tempos da Nacionalidade, ao lado de D. Afonso Henriques que sempre apoiou incondicionalmente e acompanhou nos momentos de maior importância, quer como eclesiástico quer como diplomata, junto dos poderes da época, em particular o Papado, mas também no campo de batalha, com especial relevância na conquista de Lisboa. (*Vide* Anexo VIII, p. CIV, com nótula biográfica de suas atividades.)

* * *

À morte de D. João Peculiar sucedeu-lhe na Sé de Braga, o [Beato] D. GODINHO (1176-1188). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Alexandre III (1159-1181)
– Lúcio III (1181-1185)
– Urbano III (1185-1187)
– Gregório VIII (1187)
– Clemente III (1187-1191)

REIS – D. Afonso Henriques (1128-1185)
– D. Sancho I (1185-1211)

Teve fama de muito virtuoso, a quem se atribuem muitos milagres em vida e depois da morte, sendo por isso referido, por alguns autores, como Beato.

* * *

À morte de D. Godinho sucedeu-lhe na Sé de Braga, D. MARTINHO PIRES (1189-1209). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Clemente III (1187-1191)
– Celestino III (1191-1198)
– Inocêncio III (1198-1216)

REIS – D. Sancho I (1185-1211)

Pontificou em período difícil com peste, fome, guerras. As dificuldades eram entendidas como castigo de Deus devido ao casamento “incestuoso” de D. Afonso IX de Castela com a infanta portuguesa [Beata] D. Teresa (desfeito no Concílio de Salamanca).

* * *

À morte de D. Martinho Pires sucedeu-lhe na Sé de Braga, D. PEDRO [III] (Pedro Mendes: 1209-1212). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Inocêncio III (1198-1216)

REIS – D. Sancho I (1185-1211)
– D. Afonso II (1211-1223)

Morreu em deslocação a Roma para receber o pálio, não se sabendo o lugar nem a data exata.

* * *

Ao desaparecimento de D. Pedro foi elevado à Sé de Braga, D. ESTÊVÃO SOARES DA SILVA (1213-1228). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Inocêncio III (1198-1216)
– Honório III (1216-1227)
– Gregório IX (1227-1241)

REIS – D. Afonso II (1211-1223)
– D. Sancho II (1223-1248)

De origem nobre e muito conceituado em Roma, dele dizia o papa Honório III: «*Varão eminente em letras e virtude.*» Participou no Concílio de Latrão IV. Perante Inocêncio III defendeu o Primado de Braga contra Compostela, Tarragona e Toledo. Diversos Papas, porém, pretendendo proteger a unidade eclesiástica da Península não emitiram parecer sobre esse diferendo e impuseram silêncio aos litigantes, permitindo que ostentassem o título (cf. *Breve* dirigido aos respetivos arcebispos, em 1218). As relações com o rei D. Afonso II não foram fáceis, devido à usurpação de bens e jurisdição de Braga levada a cabo pela Coroa, facto que levou o arcebispo ao desterro. A queixa apresentada ao Papa, levou a que Honório III lançasse excomunhão ao rei e a seu conselho, e imposição de interdito a todo o Reino, efetivado pelo primaz bracarense.

No reinado seguinte, de D. Sancho II, foi grande o auxílio prestado por D. Estêvão ao monarca, «nas conquistas, combates e batalhas que empreendeu contra os mouros, principalmente na tomada de Elvas» (cf. *Serie Chronologica dos prelados... o. c.*, p. 28).

* * *

A D. Estêvão Soares da Silva, sucedeu-lhe, na Sé de Braga, D. SILVESTRE GODINHO (1229-1244). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Gregório IX (1227-1241)
– Celestino IV (1241, morreu antes da consagração)
– Inocêncio IV (1243-1254)

REIS – D. Sancho II (1223-1248)

Uma das primeiras medidas que D. Silvestre tomou foi a de confrontar o rei sobre prejuízos sofridos pela Sé de Braga no tempo de D. Afonso II, seu pai. Deste confronto nasceu a **Concórdia de 1228**. No processo que visou a destituição de D. Sancho II, D. Silvestre e o bispo de Coimbra foram nomeados procuradores do clero. Dirigindo-se a Roma, o Papa remeteu-os para o Concílio de Lião (reunido em França), mas no trajeto D. Silvestre faleceu.

* * *

Falecido D. Silvestre Godinho, foi eleito para a Sé de Braga, D. JOÃO EGAS (1245-1255). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Inocêncio IV (1243-1254)
– Alexandre IV (1254-1261)

REIS – D. Afonso III (regência: 1245-1248; reinado: 1248-1279)

D. João Egas, ao assumir o Arcebispado de Braga, assumiu também a função do seu antecessor, de procurador do clero, no processo de destituição de D. Sancho II, pelo que, de imediato, seguiu para Lião. Dali, seguiu com os outros eclesiásticos portugueses para Paris a fim de se encontrarem com o infante Afonso, conde de Bolonha, a fim de lhe ser feito o convite formal de substituição do irmão, no trono de Portugal. Feito o juramento de D. Afonso (1245), logo regressaram ao Reino. A partir de então, D. João Egas acompanhou D. Afonso em todas as ações militares, inclusive contra os partidários de D. Sancho II. Falecido D. Sancho II, no exílio, e supondo-se que teriam chegado tempos de grande paz interna, tal não sucedeu, pois D. Afonso III, casado com D. Matilde, condessa de Bolonha, argumentando razões de ordem política, decidiu-se contrair segundas núpcias com D. Brites, princesa de Castela. Para tanto, tentaram-se, junto da Santa Sé, que fosse anulado o primeiro matrimónio e legitimado o segundo, e nisso se empenhou também D. João Egas, que se deslocou a Roma para o efeito, no que não foi bem sucedido. O Papa não só recusou o pedido como confrontou D. João com o carácter anticanónico de tal solicitação, admoestando-o, expulsando-o de Roma e indigitando o arcebispo de Compostela para que se deslocasse a Portugal, excomungasse o rei adúltero e lançasse um interdito ao Reino. Falecido Inocêncio IV, voltou o arcebispo a fazer diligências junto de Alexandre IV, mas também não obteve melhor resultado. No regresso a Portugal, morreu em Valladolid.

* * *

A seguir a D. João Egas, foi eleito para a Sé de Braga D. MARTINHO GERALDES (1256-1271). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Alexandre IV (1254-1261)
– Urbano IV (1261-1264)
– Clemente IV (1265-1268)

REIS – D. Afonso III (1248-1279)

Um dos primeiros episódios de monta em que se viu envolvido D. Martinho, eleito para uma Sé sob interdito papal, foi o de, juntamente com os bispos do Porto, de Coimbra, de Évora, da Guarda, de Viseu, de Lamego e de Tuy, endereçarem ao papa Urbano IV uma petição para

que fosse legalizado e reconhecido o segundo casamento de D. Afonso III uma vez que, por morte de D. Matilde de Bolonha, estava canonicamente viúvo. O pedido foi atendido e levantado o interdito ao Reino. Passado pouco tempo, porém, os Bispos portugueses deslocaram-se a Roma a fim de apresentarem queixa contra D. Afonso III, pois este atingia a Igreja e ao seu clero com perseguições. Durante essa deslocação, D. Martinho faleceu, em Viterbo.

* * *

A D. Martinho Geraldês, seguiu-se, na Sé de Braga, D. PEDRO JULIANO (1273-1274). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Gregório X (1271-1276)

REIS – D. Afonso III (1248-1279)

De erudição e sabedoria pouco comum, foi eleito Primaz, pelo cabido («com muito pesar seu»). Em 1274, estava no Concílio de Lião, onde foi distinguido por Gregório X com o barrete cardinalício e, segundo se pensa, terá, então, renunciado ao Arcebispado de Braga. Foi eleito Papa em 1276, com o nome de João XXI. Faleceu no ano seguinte.

* * *

A D. Pedro Juliano, seguiu-se, na Sé de Braga, D. SANCHO (1275). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Gregório X (1271-1276)

REIS – D. Afonso III (1248-1279)

Nada se sabe deste arcebispo, apenas constando que foi eleito para suceder a D. Pedro Juliano.

* * *

A D. Sancho, sucedeu-lhe, na Sé de Braga, D. ORDONHO ÁLVARES (1275[?]-1278). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – João XXI (1276-1277)
– Nicolau III (1277-1280)

REIS – D. Afonso III (1248-1279)

Consta que o papa Nicolau III lhe terá concedido a distinção cardinalícia. Nada mais se constando desta figura episcopal.

* * *

A D. Ordonho Álvares, seguiu-se, na Sé de Braga, D. TELO (1279-1292). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Nicolau III (1277-1280)
– Martinho IV (1281-1285)
– Honório IV (1285-1287)
– Nicolau IV (1288-1292)

REIS – D. Dinis (1279-1325)

Franciscano de origem é indicado como religioso de letras e virtude. Reuniu um Concílio diocesano no intuito de combater os abusos, e nessa sequência publicou algumas Constituições.

Encabeçou os incómodos e queixas dos vários bispados contra os ministros do Rei, na sequência das queixas anteriores e, agora, levadas a D. Dinis (sem resultados). Das diligências feitas junto de Roma (Nicolau III) resultou uma Concordata.

* * *

A D. Telo, seguiu-se, na Sé de Braga, D. MARTINHO PIRES DE OLIVEIRA (1295[92?]-1313). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Bonifácio VIII (1294-1303)
– Bento XI (1303-1304)
– Clemente V (1305-1314)

REIS – D. Dinis (1279-1325)

Filho de Pedro de Oliveira (o primeiro a usar o apelido Oliveira, em Portugal). Com os muitos bens que possuía instituiu o grande Morgado de Oliveira (D. Rodrigo de Oliveira, bispo de Lamego), e instituiu outro: o de Sobrado. O de Sobrado e o de Oliveira uniram-se sob um mesmo administrador.

Os membros da família Oliveira e seus sucessores já de tempos recuados, mantêm apertados laços de proximidade com a nobreza do Norte. Dedicado ao seu ministério foi escrupuloso em acompanhar a vida diocesana pelo que procedeu a visitas pastorais ao seu território.

D. Dinis tinha-o em grande estima e consideração pelo que fazia parte da comitiva que acompanhou a família real a Alcaniças (Alcanizes) quando ali se encontraram D. Dinis e D. Fernando IV de Castela e se ajustaram vários casamentos entre as duas Coroas. Por sínodo diocesano emitiu novas Constituições para governo da sua diocese. Promoveu também uma nova Concordata a fim de resolver alguns aspetos ainda não sanados pela Concordata anterior.

* * *

A D. Martinho Pires de Oliveira, seguiu-se, na Sé de Braga, D. JOÃO MARTINS DE SOALHÃES (1313-1325). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Clemente V (1305-1314)
– João XXII (1316-1334)

REIS – D. Dinis (1279-1325)

D. João de Soalhães e o chantre de Évora foram nomeados procuradores de el-rei D. Dinis, na regulação da **Concordata** com os prelados portugueses, que se haviam queixado a Nicolau III. O sucesso desta tarefa haveria de ser completado com o levantamento do interdito ao Reino que, então, vigorava.

* * *

A D. João Martins de Soalhães, seguiu-se, na Sé de Braga, **D. GONÇALO PEREIRA** (1326-1348). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – João XXII (1316-1334)
– Bento XII (1334-1342)
– Clemente VI (1343-1352)

REIS – D. Afonso IV (1325-1357)

Ainda estudante, em Salamanca, de uma ligação com uma senhora desta cidade, D. Teresa Peres Vilarinho, **teve um filho** (em algumas biografias é indicado que teve «um filho sacrílego»!), **Álvaro Gonçalves Pereira, que foi o pai de D. Nuno Álvares Pereira, conde de Barcelos e Condestável do Reino no tempo de D. João I.** Terminados os estudos e regressado ao Reino, decidiu seguir a carreira eclesiástica, pelo que abandonou a de cavaleiro.

Foi cónego em Tuy e deão no Porto. Em visita a Avinhão, o papa João XXII reconheceu nele grandes virtudes e mérito, pelo que, de regresso, foi eleito bispo de Lisboa e, por falecimento de D. João Martins, em Braga, logo foi indigitado para aquela Sé (1325).

Já como primaz de Braga soube que um corregedor teria intervindo em território da sua jurisdição pelo que o perseguiu até Coimbra onde o mandou excomungar. D. Afonso IV interveio e ordenou ao corregedor que desistisse do seu ato e concedesse à Sé bracarense esse benefício.

Em 1336, organizou, juntamente com o bispo do Porto e o mestre dos Templários, uma perseguição a um corpo de tropas castelhano que havia invadido o Norte e chegara ao Porto, expulsando-os e desbaratando-os com grandes perdas por parte dos invasores. Em 1337, foi nomeado para, juntamente com o conde de Barcelos D. Pedro, irmão do rei, prepararem e procederem às pazes com Castela, que foram ultimadas em 1340.

D. Gonçalo acompanhou D. Afonso IV na batalha do Salado (outubro 1340), na qual os cristãos (portugueses e castelhanos) alcançaram uma memorável vitória.

Foi defensor da cidade do Porto da fúria do príncipe D. Pedro, após a morte de D. Inês, por ordem de D. Afonso IV, seu pai. Foi sob a sua sábia intervenção que se conseguiu e ajustou as pazes entre o príncipe e o pai.

Um último testemunho simbólico do seu patriotismo deixou-o na construção da Capela da Senhora da Glória, junto à Sé de Braga, com expressas ordens de que nela apenas seria sepultado Arcebispo de Braga e que a administração da Capela deveria ser entregue ao deão da Sé, mas apenas se ele fosse português e filho de portugueses. Morreu em 1348 e foi sepultado nessa Capela.

* * *

Entre 1349 e 1374 há um «hiato» na governação da Sé bracarense, com a nomeação de dois eclesiásticos estrangeiros: o francês D. GUILHERME DE LA GARDE (1349-1361) que parece nunca ter chegado a entrar em Braga; e D. JOÃO DE CARDAILLAC (1361-1371), de quem não se sabe a nacionalidade, mas que teve tantas dissensões com D. Pedro que acabou por ser preso em Coimbra e em Leiria, acabando por fugir para Castela, donde também saiu. Os Papas e os reis de Portugal, durante estes pontificados, foram os seguintes:

PAPAS	– Clemente VI	(1343-1352)
	– Inocêncio V	(1352-1362)
	– Urbano V	(1362-1370)
	– Gregório XI	(1370-1378)
REIS	– D. Pedro I	(1357-1367)
	– D. Fernando	(n. 1345 – m. 1383)

* * *

Seguiu-se, na Sé de Braga, D. VASCO (1371). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Gregório XI (1370-1378)

REIS – D. Fernando (1367-1383)

D. Vasco que viera de Lisboa, esteve poucos meses à frente da Sé, tendo morrido nesse mesmo ano de 1371.

* * *

A seguir a D. Vasco, na Sé de Braga, sucedeu-lhe **D. LOURENÇO VICENTE** (1374-1397). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Gregório XI (1370-1378)

– Urbano VI (1378-1389)

– Bonifácio IX (1389-1404)

REIS – D. Fernando (1367-1383)

– D. João I (defensor do reino: 1383-1385; rei: 1385-1433)

Tendo estudado em França, encontrava-se em Roma, quando Gregório XI se transferiu de Avinhão para esta cidade, em 1377. D. Lourenço foi, então, indigitado para Arcebispo de Braga, e foi sagrado pelo próprio Papa que também lhe atribuiu o pálio.

A prolongada vacância da Sé, após a morte de D. Vasco, haveria de se mostrar perniciosa para a vida da diocese, de tal modo que, quando D. Lourenço tomou posse, encontrou muitas resistências que lhe custaram também grandes inimizades. As calúnias de que foi alvo levaram a que D. Fernando lhe tenha retirado o senhorio da cidade e por parte do Papa a instauração de um processo canónico, cuja consequência foi a retirada do governo da arquidiocese, desterro e perda das rendas eclesiásticas. Tendo-se apresentado ao Papa, foi-lhe concedido um segundo julgamento de que resultou a total absolvição das acusações e a restituição de todas as honras e bens, assim como o senhorio da cidade por parte de D. Fernando.

Durante os anos de 1378 a 1415, a Igreja viveu o Grande Cisma, mas D. Lourenço conseguiu a clarividência para, com grande esforço, manter sempre Portugal sob obediência à linha que seria reconhecida legítima (contrariamente à Espanha e França e várias outras nações que dividiam os apoios por outros candidatos ao trono de São Pedro).

D. Lourenço sempre se manifestara também contra o casamento de D. Beatriz, filha de D. Fernando, com o rei de Castela, prevendo já os riscos que a independência de Portugal corria com esse consórcio e que se confirmaram pelo processo litigioso de sucessão que se seguiu. D. Lourenço fazia parte do corpo de apoiantes do Mestre de Avis, inclusive nas Cortes de Coimbra, e empenhou-se diretamente na organização da defesa do Reino contra a investida de D. João de

Castela. Foi elemento ativo na Batalha de Aljubarrota, como cavaleiro, chegando a ser ferido em combate, em que perdeu o olho esquerdo. Após a vitória de Aljubarrota e aclamação do Mestre de Avis como rei de Portugal, empenhou-se em Braga e em Guimarães para que reconhecessem a legitimidade do novo rei.

Foi um dos embaixadores portugueses enviados a Inglaterra para tratar do casamento de D. João com D. Filipa de Lancastre, chegando a fazer parte da comitiva que acompanhou D. Filipa até ao Porto onde se encontrou com D. João e onde concluiu os desposórios.

D. Lourenço Vicente foi o eclesiástico que inaugurou de forma empenhada, tanto em Cortes como no campo de batalha, a nova Dinastia de Avis, mas, simultaneamente selou a ouro a Dinastia Borgonhesa com o seu último desejo: o de ser sepultado no espaço onde jazem os primevos soberanos, fundadores da nacionalidade, D. Henrique e D. Teresa, pais do primeiro rei, D. Afonso Henriques. O seu corpo mumificado ficou depositado na Capela dos Reis num dos claustros da Sé de Braga, frequentemente designada de Capela de D. Lourenço.

* * *

A D. Lourenço Vicente, na Sé de Braga, sucedeu-lhe D. JOÃO GARCIA MANRIQUE (1397-139...). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Bonifácio IX (1389-1404)

REIS – D. João I (1385-1433)

De nacionalidade espanhola, teria passado da Sé de Compostela (onde se encontrava desde 1374) para Braga, por se manter fiel ao Papa «legítimo», afastando-se das derivas cismáticas seguidas por Castela. Teria sido eleito para Braga a instâncias de D. João I, que o tinha em muita consideração, mas a sua permanência nesta Sé foi de pouca duração... O Episcopologio da *História Eclesiástica de Portugal* (org. Carlos Azevedo, vol. II, p. 136) menciona-o apenas como bispo de Coimbra, entre 1403 a 1407.

* * *

Em 1398, surge como arcebispo de Braga D. MARTINHO AFONSO PIRES DA CHARNECA [também apelidado MIRANDA] (1398-1416). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Bonifácio IX (1389-1404)

– Inocêncio VII (1404-1406)

– Gregório XII (1406-1417)

REIS – D. João I (1385-1433)

De origem castelhana, ainda de condição secular, vivia em Portugal, chegando a ser embaixador em França. Por lá, relacionou-se com uma ilustre de senhora de apelido Miranda de quem teve vários filhos que foram fundadores de nobres famílias portuguesas. Era muito próximo de D. João I que acompanhou inclusive na Batalha de Aljubarrota. A sua dedicação ao monarca acarretou-lhe a alcunha de *sombra d'El-Rei*. Como Arcebispo cedeu à Coroa o senhorio de Braga em troca de outras beneficências.

* * *

A D. Martinho da Charneca, na Sé de Braga, sucedeu-lhe D. FERNANDO DA GUERRA (1418-1468). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS	– Martinho V	(1417-1431)
	– Eugénio IV	(1431-1447)
	– Nicolau V	(1447-1455)
	– Calisto III	(1455-1458)
	– Pio II	(1458-1464)
	– Paulo II	(1464-1471)
REIS	– D. João I	(1385-1433)
	– D. Duarte	(1433-1438)
	– D. Afonso V	(1438-1481)

D. Fernando era neto do rei D. Pedro (por parte de D. Inês de Castro). Foi o primeiro Chanceler-Mor e Regedor da Justiça do Reino. Foi bispo do Porto de 1416 a 1418. Assumiu a Sé de Braga em 1418, apesar de, ainda como bispo de Porto, já ser administrador do Arcebispado, desde a morte de D. Martinho Charneca. Em 1425 fez doação a Mestre João, médico de D. João I, do Mosteiro de Vilar dos Frades, para ali se acolherem os novos membros da Congregação do Evangelista (originários dos Loios) e mais 12 Igrejas. Foi no seu pontificado que entrou em execução a lei – *Concórdia de 1427* – **pela qual a contagem dos anos se passou a fazer pelo calendário gregoriano**, substituindo a Era de César (sendo subtraídos 38 anos à contagem). Foi também sob sua ação que muitos mosteiros quase abandonados foram transformados em paróquias. Pressionado pelo papa Martinho V, foi intermediário junto de D. João I na resolução da contenda que opunha alguns ministros, monarca e eclesiásticos. Também, depois da morte de D. Duarte na menoridade do herdeiro D. Afonso, soube intervir na vida política nacional de forma a evitar uma guerra civil, na contenda que opunha o infante regente D. Pedro e os partidários do Conde de Barcelos D. Afonso. De todas as vezes que se deslocou a Lisboa – segundo o autor da *Série Cronológica* – D. Fernando fez questão de se apresentar de posse «de cruz levantada», atitude simbólica correspondente a autoridade sob o território visitado, apesar da oposição de alguns prelados. Também neste campo se percebe uma tensão entre os eclesiásticos que disputavam entre si a jurisdição dos lugares e, simultaneamente, que a Primazia de Braga sobre Lisboa, no caso, já não era matéria totalmente pacífica.

* * *

A D. Fernando Guerra, na Sé de Braga, sucedeu-lhe D. LUÍS PIRES (1468-1480). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS	– Paulo II	(1464-1471)
	– Sisto IV	(1471-1484)
REIS	– D. Afonso V	(1438-1481)

D. Luís Pires foi bispo do Porto (1453-1464) e bispo de Évora (1464-1468). Por morte de D. Fernando Guerra, foi eleito para a Sé de Braga.

* * *

A D. Luís Pires, na Sé de Braga, sucedeu-lhe D. JOÃO DE MELLO (1481). O Pontífice e rei de Portugal, no período desta nomeação, eram:

PAPAS	– Sisto IV	(1471-1484)
REIS	– D. Afonso V	(1438-1481)

D. João de Mello é nomeado para Braga proveniente da Sé de Silves, mas segundo parece não terá chegado a tomar posse, por falecimento.

* * *

A D. João de Mello, nomeado para a Sé de Braga, lugar que não chegou a ocupar por, entretanto, ter falecido, sucedeu D. JOÃO GALVÃO (1482-1485). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Sisto IV (1471-1484)
– Inocêncio VIII (1484-1492)

REIS – D. Afonso V (1438-1481)
– D. João II (1481-1495)

Antes desta nomeação, foi secretário, escrivão da corte e vedor-mor das Obras do Reino de D. Afonso V, Prior-Mor de Santa Cruz e bispo de Coimbra. Acompanhou D. Afonso V na tomada de Arzila e Tânger, e pelos seus serviços, o rei, em 1472 (25 de setembro), elevou-o a ele e aos seus sucessores no Bispado, à condição de nobres, através da concessão do título de 1.º **Conde de Arganil**. Com D. João II e ainda durante o pontificado de Sisto IV, perdeu as boas graças destes soberanos tendo sido destituído de todos os cargos na Corte, e renunciado, em 1485, ao Arcebispado de Braga, pois o Papa, informado de que se teria excedido na execução de atos de jurisdição eclesiástica antes da confirmação, se recusou a conceder-lhe a Bula pontifícia de nomeação.

* * *

Após a morte de D. João Galvão, foi nomeado para esta Sé, D. JORGE DA COSTA [I] (*Cardeal de Alpedrinha*) que vivia em Roma desde 1483. O seu desejo de permanecer na Cúria romana levou-o a delegar esta nomeação em seu irmão homónimo D. JORGE DA COSTA [II], transferido, pela Bula *Romani Pontificis* de Inocêncio VIII, de 1 de fevereiro de 1486, da Sé do Algarve (Silves), onde estivera desde 1481. Será o titular do Arcebispado de Braga até à morte, em 1501.

Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Inocêncio VIII (1484-1492)
– Alexandre VI (1492-1503)

REIS – D. João II (1481-1495)
– D. Manuel I (1495-1521)

No seu primeiro ano de Arcebispado convocou um Concílio diocesano. A relação com a monarquia foi bastante próxima, tendo estado em Évora, em 1490, a fim de participar na cerimónia de acolhimento da princesa espanhola dada por esposa ao príncipe herdeiro de D. João II, e ali, como Primaz de Braga foi-lhe solicitada a bênção dos jovens nubentes. Faleceu em 1501 durante deslocação a Roma por solicitação do irmão – o *Cardeal de Alpedrinha* – a fim de lhe ser concedido o barrete cardinalício.

* * *

À morte de D. Jorge da Costa [II], o seu irmão, **D. JORGE DA COSTA [I]**, solicitou a Alexandre VI a sua segunda nomeação para Braga, que foi-lhe concedida, e que originou um forte protesto por parte de D. Manuel I. A impossibilidade de uma efetiva assunção do cargo, devido à oposição real, levou a que a administração desta Sé tivesse sido confiada ao *Cardeal de Alpedrinha* a partir de Roma, desde 1501 a 1505. Nesta data, e devido à avançada idade do Cardeal,

foi então nomeado um seu sobrinho para o Arcebispado. Os Papas e os reis de Portugal, durante este período administrativo, foram os seguintes:

PAPAS – Alexandre VI(1492-1503)
 – Pio III (1503)
 – Júlio II (1503-1513)

REIS – D. Manuel I (1495-1521)

A perspicácia, o sentido de oportunidade e a eloquência do *Cardeal de Alpedrinha* – nome por que ficou conhecido, foram proverbiais, e mereceram-lhe as boas graças da Corte, ao serviço da qual se manteve, chegando a confessor e conselheiro do rei D. Afonso V, que lhe alcançou junto de Sisto IV o barrete cardinalício, em 1476. Foi Arcebispo eleito de Lisboa, entre 1464 e 1500, mas a demasiada proximidade e influência junto do rei, que o tinha em grande consideração e amizade, acabaria por suscitar no príncipe herdeiro (futuro D. João II) uma forte animosidade, pelo que o monarca, temendo alguma atitude precipitada do príncipe, afastou-o de Portugal, nomeando-o embaixador na Santa Sé, em 1483. Ficou em Itália até à morte. As características pessoais do *Cardeal de Alpedrinha*, que tanto o distinguiram em Portugal, fizeram-no brilhar em Itália e na sociedade romana, em cuja Cúria alcançou grande proeminência e onde colheu muitas distinções e fartos benefícios de ordem material. No entanto, nas tarefas que desempenhou junto da Cúria romana, foi muito prolixo, sempre se empenhando em favorecer ou mover influências de forma a beneficiar as causas do Reino e da Igreja de Portugal. A ele se ficou a dever, por exemplo, a permissão dos cavaleiros das ordens militares – de Cristo, de Santiago e de Avis – poderem contrair matrimónio. Faleceu em 1508, com quase 103 anos.

* * *

Após o período de administração de D. Jorge da Costa [I] (1501-1505), foi nomeado para a Sé de Braga o seu sobrinho D. DIOGO DE SOUSA (1505-1532). Os Papas e reis de Portugal durante o seu pontificado foram os seguintes:

PAPAS – Júlio II (1503-1513)
 – Leão X (1513-1521)
 – Adriano VI (1522-1523)
 – Clemente VII (1523-1534)

REIS – D. Manuel I (1495-1521)
 – D. João III (1521-1557)

Este novo Arcebispo de Braga era de ascendência nobre. Estudou em Salamanca e Paris e, em passagem por Roma, ganhou ali fama de grande letrado. Regressado ao Reino, logo D. João II o nomeou Bispo do Porto. Por D. Manuel I foi enviado em embaixada a Roma, para, junto de Júlio II, alcançar as suas boas graças e o regresso do *Cardeal de Alpedrinha*, que por lá ficara. Este intento não conseguiu, mas recebeu o pálio das mãos do Papa para assumir o Arcebispado de Braga. Como Arcebispo convocou um Concílio diocesano e procedeu a muitas obras na cidade de Braga, construindo edifícios, restaurando outros, abrindo melhores ruas e praças que muito melhoraram a vida cidadina. Fez avultadas obras na Sé e edifícios anexos. Construiu as igrejas da Senhora Branca, de S. Vítor e do Santuário do Senhor do Monte. Reconstruiu mos-

teiros e trouxe algumas comunidades religiosas para os habitarem. Reuniu numa só unidade hospitalar – Hospital de São Marcos – as várias unidades espalhadas pela cidade, com grande proveito de recursos e centralidade de serviços. Mandou abrir várias fontes e estabeleceu estudos públicos e, segundo o cronista, poderia ser considerado o novo fundador da cidade. Faleceu em 1532.

* * *

A D. Diogo de Sousa, na Sé de Braga, sucedeu-lhe D. HENRIQUE (1533-1540), Infante e futuro Rei de Portugal. Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Clemente VII(1523-1534)

– Paulo III (1534-1549)

REIS – D. João III (1521-1557)

Filho legítimo de D. Manuel I e irmão do monarca reinante, este infante foi dado ao estudo das Letras, tendo recebido instrução de línguas clássicas, de Latim, Grego e Hebraico, e de Matemáticas e Filosofia. A sua inclinação para a vida eclesiástica levou-o também a estudar Teologia e Patrística. Aos 14 anos recebeu as primeiras Ordens. Foi comendatário e administrador de Santa Cruz de Coimbra. E, aos 20 anos, foi nomeado Arcebispo de Braga, confirmado por Clemente VII. Em 1537, tomou posse do Arcebispado e, nesse mesmo ano, convocou um Sínodo diocesano, em que fez aprovar novas Constituições para o governo de Braga (impressas em 1539). Foi diligente no exercício das suas funções tendo visitado a Diocese em exercício de vigilância e administração da justiça eclesiástica. Regressado a Lisboa, em 1540 passou a Inquisidor Geral, tendo renunciado ao Arcebispado de Braga. Posteriormente, foi o primeiro Arcebispo de Évora (1540), Cardeal (1545) e Legado Apostólico (1552) de Júlio III. Na menoridade de D. Sebastião, foi regente do Reino (1562-1568) e Arcebispo de Lisboa (1564), e, após o desastre de Alcácer-Quibir, foi rei de Portugal (1578-1580). Após a sua morte, o Reino entraria numa crise de sucessão dinástica, que deu origem à ocupação do trono de Portugal pelo pretendente Filipe II, rei de Espanha (Filipe I de Portugal).

* * *

Ao infante D. HENRIQUE, na Sé de Braga, sucedeu-lhe D. DIOGO DA SILVA (1540-1541). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Paulo III (1534-1549)

REIS – D. João III (1521-1557)

D. Diogo era funcionário da Corte, onde desempenhara as funções de Desembargador dos Agravos e conselheiro de D. João III, mas acabou por abraçar o estado religioso nos Religiosos Menores da Província da Piedade. Nesta nova condição, o monarca nomeou-o seu confessor, bispo de Ceuta, Primaz da África, 1.º Inquisidor Geral (função que passou, depois, ao infante D. Henrique), e, finalmente, em 1540, Arcebispo de Braga, funções que desempenhou apenas durante um ano, pois faleceu em 1541.

* * *

A D. Diogo da Silva, na Sé de Braga, sucedeu-lhe D. DUARTE (1543). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Paulo III (1534-1549)

REIS – D. João III (1521-1557)

D. Duarte era filho natural de D. João III, quando ainda príncipe. Seguiu a vida eclesiástica no Convento da Costa (Guimarães), onde recebeu instrução religiosa e literária, em que se notabilizou, mas também como instrumentista musical e cavaleiro. D. João III doou-lhe o Priorado de Santa Cruz de Coimbra e fê-lo Comendador de Refoios de Basto, de Carámos e de São João de Longovares. Em 1541, quando vagou a Sé de Braga, por morte do seu titular, D. Duarte ainda não tinha 21 anos, pelo que D. João III manteve a Sé vaga, até que ele atingisse a idade de receber ordens e poder ser nomeado para seu titular, o que veio a acontecer em 1543, tendo sido então confirmado pelo papa Paulo III. Porém, nesse mesmo ano, na deslocação a Lisboa para visitar o rei, seu pai, foi acometido de grave enfermidade a que não resistiu, tendo falecido.

* * *

A D. Duarte, que quase não chegou a tomar posse do Arcebispado de Braga, sucedeu-lhe D. MANOEL DE SOUSA (1544-1549). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Paulo III (1534-1549)

REIS – D. João III (1521-1557)

D. Manoel foi Abade de Taboado (Bispado do Porto) e Bispo de Silves, tendo sido nomeado em 1544, para Arcebispo de Braga. No seu pontificado, foi criado o novo Bispado de Miranda, território amputado ao Arcebispado de Braga. Durante a sua administração, intensificou-se a oposição por parte de alguns bispos, por o Arcebispo teimar em ostentar a Cruz Primacial nas suas deslocações. Faleceu durante uma deslocação ao Porto, em 1549.

* * *

A D. Manoel de Sousa, na Sé de Braga, sucedeu-lhe D. BALTAZAR LIMPO (1550-1558). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Júlio III (1550-1555)

– Marcelo II (1555)

– Paulo IV (1555-1559)

REIS – D. João III (1521-1557)

– D. Sebastião (1557-1578)

Religioso da Ordem do Carmo, foi Provincial da sua Ordem e Lente de Teologia na Universidade de Lisboa. Foi confessor da rainha D. Catarina e foi nomeado para Bispo do Porto. D. João III enviou-o ao Concílio de Trento, onde se terá feito notar pela sua sabedoria. Junto do papa Paulo III terá tentado influenciá-lo sobre a forma frouxa com as questões da Reforma eram tratadas pelos conciliares. Da mesma forma tentou demover o Papa da decisão de não enviar para Portugal o Tribunal da Inquisição como lhe era solicitado pelo monarca português. Regressado de Roma foi nomeado Arcebispo de Braga, e confirmado com o pálio por Júlio III. Procedeu a algumas reformas na sua diocese e faleceu em 1558.

* * *

A D. Baltazar Limpo, na Sé de Braga, sucedeu-lhe o frei BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES (1559-1582). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS	– Paulo IV	(1555-1559)
	– Pio IV	(1559-1565)
	– S. Pio V	(1566-1572)
	– Gregório XIII	(1572-1585)
REIS	– D. Sebastião	(1557-1578)
	– D. Henrique	(1578-1580)
	– D. Filipe I	(1581-1598)

O dominicano Frei Bartolomeu dos Mártires é dos nomes mais marcantes do episcopado português e particularmente de Braga. A sua ação magisterial foi sobremaneira enaltecida pela sua vida de homem de virtude e rigor. Como Arcebispo visitou todos os lugares habitados da sua diocese, logo no seu primeiro ano de pontificado. Fundou em Braga o Colégio de São Paulo dos Jesuítas e, em Viana do Castelo, o Convento de Santa Cruz para a sua Ordem. Participou ativamente no Concílio de Trento, pelo que esteve ausente de Portugal desde 1561 a 1564. Apenas regressado, em 1566, à luz dos ensinamentos de Trento, convocou um Sínodo Provincial, com a participação dos bispos sufragâneos, durante sete meses. Durante o seu tempo de pontificado, enfrentou um grave período de peste e de fome, tendo-se desdobrado em atividades diversas para suprir as mais variadas carências da população diocesana. Durante a luta dinástica, após o desastre de Alcácer-Quibir, retirou-se para Tui, mas foi convocado pelo novo rei D. Filipe I para assistir às Cortes de Tomar, onde compareceu ostentando a Cruz Primacial arvorada e confrontando o novo rei com as suas obrigações para com Portugal. Após este episódio pediu renúncia do cargo e, em 1582, retirou-se para o convento que fundara em Viana, onde viveu até à morte que ocorreu em 1590.

* * *

A frei Bartolomeu dos Mártires, na Sé de Braga, sucedeu-lhe D. JOÃO AFONSO DE MENESES (1582-1587). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS	– Gregório XIII	(1572-1585)
	– Sisto V	(1585-1590)
REIS	– D. Filipe I	(1581-1598)

D. João, segundo consta, era filho ilegítimo de D. Fernando de Meneses, que fora arcebispo de Lisboa e bispo do Porto.

* * *

A D. João Afonso de Meneses, na Sé de Braga, sucedeu-lhe o D. AGOSTINHO [DE JESUS] DE CASTRO (1587-1609). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS	– Sisto V	(1585-1590)
	– Urbano VII	(1590)
	– Gregório XIV	(1590-1591)
	– Inocêncio IX	(1591)
	– Clemente VIII	(1592-1605)
	– Leão XI	(1605)
	– Paulo V	(1605-1621)

REIS – D. Filipe I (1581-1598)
– D. Filipe II (1598-1621)

Pedro de Castro entrou na vida eclesiástica aos 17 anos na Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, tendo mudado o nome para Agostinho de Jesus. Estudou Ciências e Letras na Universidade de Coimbra. Aos 27 anos aceitou a responsabilidade na sua Ordem, tendo sido Provincial e Definidor do Capítulo Geral que se realizou em Roma, onde lhe foi cometida a função de ordenar as novas Constituições da Ordem. Durante o período de turbulência provocada pela Reforma protestante, chegou a ser enviado pelo Papa à Alemanha, a fim de tentar remediar alguns dos estragos espirituais e temporais provocados nos conventos da Ordem. Voltou a Portugal apenas seis anos depois, tendo sido eleito Provincial. Foi também enviado por D. Filipe I a Espanha, a fim de sanar várias desordens no seio da Ordem. A sua nomeação para a Sé de Braga, em 1587, ocorreu de uma forma considerada natural. Em 1589 assumiu o Arcebispado. Nas novas funções procedeu a visitas, convocou sínodos diocesanos, organizou estudos eclesiásticos e procedeu a ordenações, sempre sob uma grande exigência e rigor. Procedeu também a reformas litúrgicas e conventuais, mesmo à custa, às vezes, do uso da força quando a persuasão não chegava. Faleceu em 1609.

* * *

A D. Agostinho [de Jesus] de Castro, na Sé de Braga, sucedeu-lhe o D. ALEIXO DE MENESES (1611-1617). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Paulo V (1605-1621)
REIS – D. Filipe II (1598-1621)

Era membro da Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, tal como o seu antecessor. Fez estudos na Universidade de Coimbra e chegou a ser convidado por D. Filipe I para seu Reitor, cargo que escusou por amor ao seu retiro monástico. Foi, depois, nomeado para Arcebispo de Goa, cargo que não conseguiu recusar e embarcou para a Índia em 1595, por onde ficou durante 15 anos. Em 1611, regressou a Portugal por ordem de D. Filipe II para ocupar a Sé de Braga, funções de que não pôde, agora, escusar-se, «por motivos de honra e de consciência», segundo afirmou. Fez a sua entrada em Braga em 1612. Ficou célebre a sua generosidade e atenção dispensada aos mais desfavorecidos e pobres da cidade, chegando a privar-se do anel episcopal que convertia em dinheiro para socorrer os necessitados, assim como bens do seu uso pessoal e do paço episcopal. Chegou a deslocar-se a Madrid para solicitar ajuda para as obras em que estava empenhado, pelo que lhe foram doadas diversas rendas de bens patrimoniais por ordem de D. Filipe II que o tinha em grande consideração. Faleceu durante uma deslocação a Madrid, em 1617, mas o seu corpo incorrupto foi trasladado para Braga em 1628.

* * *

A D. Aleixo de Meneses, na Sé de Braga, sucedeu-lhe o D. AFONSO FURTADO DE MENDONÇA (1618-1626). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Paulo V (1605-1621)
– Gregório XV (1621-1623)
– Urbano VIII (1623-1644)
REIS – D. Filipe II (1598-1621)
– D. Filipe III (1621-1640)

Filho da nobreza portuguesa, era natural de Montemor-o-Novo. Era graduado em Cânones pela Universidade de Coimbra, sendo afamado pela sua extraordinária memória. Entre 1597 e 1605 foi Reitor da Universidade e, neste ano, foi nomeado para o Conselho de Estado no Conselho de Portugal, em Madrid. As incompatibilidades que grangeou na capital espanhola, acabaram por forçá-lo a ser colocado em Lisboa, em 1608, como Presidente da Mesa da Consciência e Ordens, funções que desempenhou durante um ano. Em 1616, foi transferido para o Bispado de Coimbra, por nomeação real, e, em 1618, foi nomeado para Arcebispo Primaz de Braga, tendo começado a sua governação em 1619, mas, ainda durante esse mesmo ano, foi convocado para estar presente nas Cortes do Reino, reunidas em Lisboa. A sua estada em Lisboa foi algo atribulada, pois ele não se eximia a deslocar-se na cidade paramentado e de forma processional, com ostentação da Cruz Primacial arvorada, pelo que era muito censurado pela clerezia espanhola e portuguesa. D. Afonso Furtado, porém, sentindo as fortes censuras e oposição, acabou por declarar ao rei que se recusava a entrar em Cortes se não lhe fossem reservadas as honras e lugar a que se sentia com direito pela sua condição de Primaz de Braga, ameaçando declarar a nulidade das mesmas. Em 1626, Filipe III nomeou-o Arcebispo de Lisboa com a Patente de Governador do Reino. Acabou por falecer em 1630.

* * *

A D. Afonso Furtado de Mendonça, na Sé de Braga, sucedeu-lhe o **D. RODRIGO DA CUNHA** (1627-1635). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Urbano VIII (1623-1644)

REIS – D. Filipe III (1621-1640)

Natural de Lisboa e filho de distinta família, era graduado em Cânones pela Universidade de Coimbra. Foi bispo de Portalegre (1615-1618) e do Porto (1618-1627). Nas Cortes reunidas em Lisboa, em 1619, desempenhou as funções de Secretário de Estado Eclesiástico. D. Filipe III nomeou-o Arcebispo de Braga, e confirmado por Bulas de Urbano VIII, de 1627. Entrou de posse do Arcebispado nesse mesmo ano, tendo-se mostrado zeloso defensor da Primazia bracarense, tendo redigido um *Tratado* e a *História Eclesiástica de Braga*, assim como o *Catálogo e História dos Bispos do Porto*, e muitas outras obras referidas na monumental obra biobibliográfica *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado (publicada entre 1741 e 1758). Em 1635, foi nomeado para Arcebispo de Lisboa, cuja Sé administrou até à morte em 1643. «Arcebispo patriota, que tivera uma intervenção decisiva na restauração da Independência, não se esqueceu de incluir, no elenco das principais procissões da capital, a de 14 de agosto, em memória da Batalha de Aljubarrota, e a de 1 de dezembro, “em memória da feliz aclamação de el-rei D. João IV”» (In Manuel Clemente, *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, vol. 3, p. 100). Após D. Rodrigo da Cunha seguir-se-á um prolongado período sem titular episcopal em Lisboa, que só terminará em 1670, devido à oposição de Espanha junto de Roma para que se procedesse a qualquer nomeação.

* * *

A D. Rodrigo da Cunha, na Sé de Braga, sucedeu-lhe o D. SEBASTIÃO DE MATOS DE NORONHA (1636-1641). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Urbano VIII (1623-1644)

REIS – D. Filipe III (1621-1640)
– D. João IV (1640-1656)

D. Sebastião era espanhol, natural de Madrid, ainda que graduado em Cânones pela Universidade de Coimbra. Foi Bispo de Elvas, donde foi transferido para Braga, por nomeação de D. Filipe III, em 1635. Assumiu o Arcebispado em 1636, e foi defensor empenhado da Primazia bracarense sobre todas as Igrejas da Península. Estando ausente de Braga, durante algum tempo, voltaria de Madrid, colocado em Lisboa como Presidente do Paço. Durante a sublevação restauracionista de 1640, apesar de ter sido nomeado Governador do Reino, pelos revoltosos, enquanto não chegava o recém-aclamado D. João IV, descobriu-se que ele aproveitara as novas funções para, em conluio com partidários castelhanos, atentar contra a vida do novo rei. Foi preso, tendo confessado o crime, e encarcerado no Forte do Paço, passando depois para a Torre de Belém e, por fim, para o Forte de S. Gião, onde faleceu em 1641.

* * *

A D. Sebastião de Matos de Noronha, na Sé de Braga, sucedeu-se um longo período de trinta anos de vacatura. A Sé bracarense só terá novo prelado em 1671, com a nomeação de D. VERÍSSIMO DE LENCASTRE (1671-1677). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Clemente X (1670-1676)
– Inocêncio XI (1676-1689)

REIS – D. Afonso VI (1656-[1667] 1683)
– Príncipe regente [futuro D. Pedro II] (1667-1683)

D. Veríssimo foi nomeado para o Arcebispado de Braga pelo príncipe regente (futuro rei D. Pedro II), em 1671. Era graduado em Cânones pela Universidade de Coimbra e foi cônego e tesoureiro-mor da Catedral de Évora; deputado e inquisidor do Santo Ofício na mesma cidade e em Lisboa; fora do Conselho do rei; reposteiro da Casa Real; bispo nomeado de Lamego, não assumido. Ainda que zeloso das coisas do seu cargo, acabaria por renunciar em 1677, para passar a Inquisidor Geral do Reino. Foi criado cardeal por Inocêncio IX, em 1686, tendo falecido em Lisboa em 1692.

* * *

A D. Veríssimo de Lencastre, na Sé de Braga, sucedeu-lhe D. LUÍS DE SOUSA (1677-1690). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Inocêncio XI (1676-1689)
– Alexandre VIII (1689-1691)

REIS – D. Pedro II (1683-1706)

Foi chantre da Sé de Coimbra e Lente de Teologia da Universidade coimbrã. Durante a regência de D. Pedro foi nomeado Bispo de Lamego e confirmado por Inocêncio XI em 1671. Nomeado embaixador de D. Pedro a Roma, para tratar de questões relacionadas com os cris-

tãos-novos, chegou a esta cidade em 1676. Simultaneamente, fora nomeado para o Arcebispado de Braga por renúncia secreta do seu arcebispo, confirmado pelo papa Inocêncio XI, em 1677, mas só assumiu o novo cargo, depois do regresso em 1683. Foi um bom administrador do Arcebispado e procedeu a muitos reparos e restaurações dos bens patrimoniais da sua Igreja. Faleceu em 1690, debilitado por várias enfermidades.

* * *

A D. Luís de Sousa, na Sé de Braga, sucedeu-lhe D. JOSÉ DE MENESES (1692-1696). Os Papas e os reis de Portugal, durante o período que decorreu entre a sua nomeação e a sua morte, pois não chegou a exercer a administração, devido a doença, foram os seguintes:

PAPAS – Inocêncio XII (1691-1700)

REIS – D. Pedro II (1683-1706)

Era oriundo de família nobre. Grande letrado, foi desembargador da Relação do Porto e da Suplicação, e escrupuloso na administração da Justiça. Foi ainda Prior de Guimarães, Reitor e Reformador da Universidade, Bispo do Algarve e de Lamego, donde foi transferido para a Sé bracarense, nomeado por D. Pedro e confirmado por Bula papal em 1692. Devido a um estado de grande debilitação física, não pôde dar entrada em Braga da forma habitual, tendo chegado à cidade quase secretamente, em 1694, e dirigindo-se de imediato ao Paço episcopal, ali ficou acamado até à morte, em 1696.

* * *

A D. José de Meneses, nomeado na Sé de Braga, sucedeu D. JOÃO DE SOUSA (1696-1703). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Inocêncio XII (1691-1700)

– Clemente XI (1700-1721)

REIS – D. Pedro II (1683-1706)

Tendo-lhe sido oferecido o Bispado de Miranda não aceitou, mas por obediência ao seu diretor, fundador da Congregação do Oratório, acabou por aceitar o Bispado do Porto. Foi nomeado para o Arcebispado de Braga em 1696, tendo entrado na cidade no ano seguinte. Revelou-se muito pródigo nas esmolas e parcimonioso nos gastos, durante o período em que administrou a Sé bracarense, ou seja, até 1703. Nesta data foi nomeado para Arcebispo de Lisboa, e, entretanto, foi elevado à dignidade cardinalícia. Veio a falecer em 1710.

* * *

A D. João de Sousa, na Sé de Braga, sucedeu D. RODRIGO DE MOURA TELLES (1704-1728). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Clemente XI (1700-1721)

– Inocêncio XIII (1721-1724)

– Bento XIII (1724-1730)

REIS – D. Pedro II (1683-1706)

– D. João V (1706-1750)

Filho de família nobre portuguesa, era graduado em Cânones, tendo frequentado o Colégio de São Paulo em Coimbra. Foi Reitor da Universidade, Bispo da Guarda, donde passou a Arcebispo de Braga, onde entrou em 1704. Em 1705, deu início a uma visita pastoral à diocese, em que se ocupou durante dois anos. Procedeu à reforma do clero e à administração da Justiça. Fez a reforma do Breviário Bracarense, que mereceu alguns reparos negativos pela inclusão ne-

le de lendas de origem criticável. Porém, foi notável o seu esforço na restauração do património eclesiástico diocesano, assim como benfeitorias de âmbito assistencial. Morreu em 1728, depois de um pontificado de 24 anos.

* * *

A D. Rodrigo de Moura Telles, na Sé de Braga, sucedeu D. JOSÉ (1741-1756). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Bento XIV (1740-1758)

REIS – D. João V (1706-1750)

– D. José I (1750-1777)

D. José era filho natural de D. Pedro II, e, juntamente com seu outro irmão D. Miguel (tronco da Casa de Lafões) foi reconhecido antes do monarca ter falecido, assim como foi muito agraciado por seu meio irmão, D. João V. D. José seguiu a carreira eclesiástica, aplicando-se muito aos estudos, tendo frequentado a Universidade de Évora, onde se graduou em Teologia, aos trinta anos, em 1733. Foi nomeado Arcebispo e Senhor de Braga por D. João V, em 1739. Esta Sé estava sem titular desde a morte de D. Rodrigo, ou seja, desde 1728. A posse do Arcebispado foi assumida pelo Bispo coadjutor eleito, D. Eugénio Boto da Silva, em março de 1741. D. José chegaria em julho do mesmo ano, tendo sido recebido com grande festejos e mostras de grande regozijo. A longa ausência de prelado em Braga e a liberdade na governação levada a efeito pelo Cabido levaram a que a chegada do novo Arcebispo tivesse encontrado inúmeras resistências e causado mal-estar em certos sectores que se consideravam atingidos pelas novas medidas corretivas de governo. Muito desse mal-estar era, frequentemente, levado à pessoa do rei que acabou por aconselhar o irmão a ausentar-se por algum tempo para o interior da sua diocese. D. José empreendeu, então, uma demorada visita pastoral e foi durante a mesma que ocorreu a morte de D. João V. Regressado à cidade para proceder às exéquias reais na Sé, permaneceu na cidade até 1755. Nesta data, decidiu dar continuação à visita pastoral interrompida, mas, em Ponte de Lima, foi acometido de grave enfermidade vindo ali a falecer em junho de 1756.

* * *

A D. José, na Sé de Braga, sucedeu D. GASPARE (1758-1789). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Clemente XIII (1758-1769)

– Clemente XIV (1769-1774)

– Pio VI (1775-1799)

REIS – D. José I (1750-1777)

– D. Maria I (1777-1816)

D. Gaspar era filho natural de D. João V, e, juntamente com seus irmãos naturais – D. António e D. José –, foi educado em Santa Cruz de Coimbra, sob a direção de frei Gaspar Moscoso, missionário de Varatojo. Os três irmãos foram reconhecidos e apresentados na Corte, e, em 1755, o seu meio irmão, D. José I, deu-lhes Casa. No ano seguinte, o rei nomeou D. Gaspar para o Arcebispado de Braga. Recebidas Ordens, em 25 de julho de 1758, o nomeado seria sagrado bispo, secretamente, e nesse mesmo dia, o Bispo eleito de Miranda (depois, Bispo do Porto), por procuração de D. Gaspar, tomou posse da Sé. No ano seguinte, por entre grandes manifestações de júbilo e regozijo, D. Gaspar deu entrada em Braga. O período que se seguiu, com o corte de relações entre a Santa Sé e o Reino de Portugal – após o atentado à pessoa do rei e a expulsão dos Jesuítas –, foi passado por D. Gaspar, usando de muita discrição e de suma prudência, mas sem descuidar o governo e administração da sua Diocese. Continuou com as visitas pastorais e acolheu na cidade muitos dos melhores missionários do Reino. Reformou algumas comunidades religiosas dispersas, concentrando-as nas instalações que tinham sido dos Je-

suítas. Mais tarde, aproveitou essas instalações para nelas fundar as Ursulinas que tinham feito parte de um projeto eclesial iniciado pelo seu antecessor e tio, D. José. Restabeleceu também, na cidade, a segurança dos bens da Igreja, através de uma vigilância apertada e detenção dos prevaricadores, sujeitando-os à justiça régia. No campo assistencial e de benemerência deixou também uma memória muito grata, por parte dos mais necessitados. Faleceu em 1789.

* * *

A D. Gaspar, na Sé de Braga, sucedeu D. CAETANO BRANDÃO (1790-1805). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Pio VI (1775-1799)
– Pio VII (1800-1823)

REIS – D. Maria I (1777-1816)
– Príncipe regente [futuro D. João VI] (1792-1816)

D. Caetano abraçou a vida religiosa aos 18 anos, na Ordem Terceira da Penitência, onde professou em 1759. Para além de fama de grande orador e diretor espiritual, juntou também as qualidades de estudioso das Ciências da Filosofia e da Teologia. Em 1782, foi nomeado por D. Maria I para Bispo do Grã-Pará, tendo embarcado para o Brasil (Belém), no ano seguinte. Sete anos depois, porém, D. Maria nomeou-o para a Sé de Braga, onde entrou em 1790. Com a sua nomeação deu-se por finda uma das prerrogativas que o Senhorio temporal de Braga implicava, desde antes da fundação de Portugal, que era a instância da Relação bracarense, através da qual os Arcebispos exerciam a Justiça e decidiam as Causas não só de âmbito eclesial, mas também causas cíveis e crimes. Ainda em Lisboa e dentro do território do Patriarcado, o nável Arcebispo fez arvorar a Cruz Primacial, facto que lhe acarretou um Aviso por parte da Secretaria de Estado, movido por queixa do Patriarca da cidade. O incidente ainda que tenha servido para justificar o direito a que se arrogava o Primaz de Braga sobre todo o território nacional, mas já não reconhecido pela totalidade do episcopado, acabou por gerar algum mal-estar, incómodo mas que o bom senso acabou por remeter para o silêncio das causas irresolúveis. O seu pontificado decorreu de forma empenhada e muito motivada que lhe grangeou a simpatia e admiração dos diocesanos a quem serviu durante quinze anos. Faleceu em 1805.

* * *

A D. Caetano Brandão, na Sé de Braga, sucedeu D. JOSÉ DA COSTA TORRES (1806-1813). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS – Pio VII (1800-1823)

REIS – Príncipe regente e futuro D. João VI (1792-1816)

Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, tendo sido Lente na mesma Universidade. Foi nomeado, em 1784, Bispo do Funchal, onde se manteve por nove anos. Dali foi transferido para a Sé de Elvas, onde permaneceu entre 1796 e 1806. Por morte de D. Caetano, arcebispo de Braga, foi nomeado por D. João VI, para aquela Sé, onde chegou em 1807. Devido à sua avançada idade foi-lhe concedido um coadjutor, D. Francisco José de Sousa. O período do seu pontificado, na vida nacional ficou marcado pelas Invasões Francesas, tendo uma divisão do exército invasor, em março de 1809, entrado em Braga que encontrou quase desabitada, pois a maioria dos habitantes assim como o seu arcebispo e restantes clérigos e conventuais tinham-se refugiado noutros lugares, perante a ameaça invasora. Durante alguns dias, porém, a cidade esteve à mercê do saque e da destruição por parte das tropas do general Soult. Em agosto de 1813, faleceu.

* * *

A D. José da Costa Torres, na Sé de Braga, sucedeu D. MIGUEL DA MADRE DE DEUS (1815-1827). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

- PAPAS – Pio VII (1800-1823)
– Leão XII (1823-1829)
- REIS – Príncipe regente e futuro D. João VI (1792-1816; rei: 1816-1826)
– D. Pedro IV (1826, abdicou)
– D. Maria II (1826-1828)

Era membro religioso da Província (Reformada) da Conceição de Portugal. Foi nomeado Bispo de São Paulo (Brasil) por D. Maria I, mas, por motivos de saúde, nunca chegou a embarcar. Renunciou a essa nomeação assim que se apercebeu da impossibilidade de assumir a sua administração, mantendo-se por muito tempo na Corte. Mais tarde, retirou-se para Moncorvo, sua terra natal, onde viveu no seio da sua família. Em 1811, ofereceu-se ao titular da Sé de Braga, D. José Torres, para o ajudar na Diocese. Por morte do Primaz de Braga, D. Miguel, apesar dos seus 74 anos, foi convidado para assumir a administração pastoral de Braga, funções que aceitou em 1814. Aos 76 anos, foi-lhe concedido um bispo coadjutor, D. João José Vaz, que já era Chantre da Sé. Na sequência da sublevação de 1820, no Porto, D. Miguel ainda foi preso e enviado para o Buçaco em 1823, mas solto dois meses e meio depois. Regressou à cidade onde foi acolhido com muito entusiasmo e aclamações. Veio a morrer com 88 anos, em 1827.

* * *

A D. Miguel da Madre de Deus, na Sé de Braga, sucedeu D. PEDRO PAULO DE FIGUEIREDO DA CUNHA E MELO (1843-1855). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

- PAPAS – Gregório XVI (1831-1846)
– Pio IX (1846-1878)
- REIS – D. Maria II (1826-1828; 1834-1853)
– D. Pedro V (1853-1861)

Nomeado pelo Governo português para Arcebispo de Braga, em 1840, e designado cardeal-presbítero pelo papa Pio IX, em 1850. D. Pedro estudou na Universidade de Coimbra, tendo sido graduado em Direito Civil e Direito Canónico, e exerceu docência na Faculdade de Direito. Foi deputado em 1826. Deu entrada na Sé de Braga em 1843 e nela prevaleceu até à morte em 1855.

* * *

A D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Melo, na Sé de Braga, sucedeu D. JOSÉ JOAQUIM DE AZEVEDO E MOURA (1856-1876). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

- PAPAS – Pio IX (1846-1878)
- REIS – D. Pedro V (1853-1861)
– D. Luís (1861-1889)

Antes da sua nomeação para Braga, foi Bispo de Viseu, de 1846 a 1856.

* * *

A D. José Joaquim de Azevedo e Moura, na Sé de Braga, sucedeu D. JOÃO CRISÓSTOMO DE AMORIM PESSOA (1876-1883). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS	– Pio IX	(1846-1878)
	– Leão XIII	(1878-1903)
REIS	– D. Luís	(1861-1889)

Doutorado em Teologia pela Universidade de Coimbra, em 1850, foi professor de Ciências Eclesiásticas no Seminário de Coimbra e professor na Faculdade de Teologia (1855). Foi bispo de Cabo Verde, entre 1859 e 1860, e arcebispo de Goa, entre 1862 e 1874. Nomeado para a Diocese de Braga, deu ali entrada em 1877, mas, em 1882, desgostoso pela redução do seu território em favor da Diocese do Porto, resignou, retirando-se para Dume, onde veio a falecer em 1888.

* * *

A D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, na Sé de Braga, sucedeu D. ANTÓNIO JOSÉ DE FREITAS HONORATO (1883-1898). Os Papas e os reis de Portugal, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS	– Leão XIII	(1878-1903)
REIS	– D. Luís	(1861-1889)
	– D. Carlos	(1889-1908)

Antes da sua nomeação para Braga, foi bispo auxiliar de Lisboa, com o título de *Arcebispo de Mitilene*. Faleceu em 1898.

* * *

A D. António José de Freitas Honorato, na Sé de Braga, sucedeu D. MANUEL BAPTISTA DA CUNHA (1899-1913). Os Papas, reis de Portugal e Presidentes da República, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS	– Leão XIII	(1878-1903)
	– Pio X	(1903-1914)
REIS	– D. Carlos	(1889-1908)
	– D. Manuel II	(1908-1910)

REPÚBLICA – Manuel de Arriaga (1911-1915)

Antes da sua nomeação para Braga, foi bispo auxiliar de Lisboa, com o título de *Arcebispo de Mitilene*. Como Primaz de Braga entrou em litígio com a República, logo após a sua proclamação em 1910 e as atitudes de confronto contra as políticas de separação do Estado da Igreja decretadas, em 1911, pelo Governo Provisório republicano, para além das decisões decretadas sobre o usufruto de bens patrimoniais da Igreja para fins culturais. A sua atitude de enfrentamento do poder republicano acarretou-lhe a condenação ao exílio, por dois anos, para fora dos limites territoriais da sua Diocese. Retirou-se, então, para uma propriedade sua em Vila do Conde, onde veio a falecer, em 1913.

* * *

A D. Manuel Baptista da Cunha, na Sé de Braga, sucedeu D. MANUEL VIEIRA DE MATOS (1915-1932). Os Papas e Presidentes da República, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS	– Bento XV	(1914-1922)
	– Pio XI	(1922-1939)
REPÚBLICA	– Teófilo Braga	(1915)
	– Bernardino Machado	(1915-1917)
	– Sidónio Pais	(1918)
	– João Canto e Castro	(1918-1919)
	– António José de Almeida	(1919-1923)
	– Teixeira Gomes	(1923-1925)
	– Bernardino Machado	(1925-1926)
	– Óscar Carmona	(1928-1951)

Antes da sua nomeação para Braga, em 1914, fora bispo auxiliar de Lisboa, com o título de *Arcebispo de Mitilene*, e foi Bispo da Guarda e fundador do Corpo Nacional de Escutas – o Escutismo Católico Português. Foi como Bispo da Guarda, grande apoiante do Partido Nacionalista, surgido na época, depois da implantação da República e da definição do quadro partidário nacional. A sua ação política bem interventiva mereceu-lhe a atribuição do grau de Grande-Oficial da Ordem Militar de Cristo. (*Vide*, de J. Pinharanda GOMES: «D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda (1903-1914)», in *Theologica*, 2.^a Série, 43, 2 [2008], pp. 451-468.)

* * *

A D. Manuel Vieira de Matos, na Sé de Braga, sucedeu D. ANTÓNIO BENTO MARTINS JÚNIOR (1933-1963). Os Papas e Presidentes da República, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS	– Pio XI	(1922-1939)
	– Pio XII	(1939-1958)
	– João XXIII	(1958-1963)
REPÚBLICA	– Óscar Carmona	(1928-1951)
	– Craveiro Lopes	(1951-1958)
	– Américo Tomás	(1958-1974)

Antes da sua nomeação para Braga, foi Bispo de Bragança-Miranda. Foi nomeado bispo auxiliar de Braga, em 1932, com direito a sucessão, com o título de *Arcebispo de Ossirinco*. Por falecimento de D. Vieira de Matos, ascendeu a Primaz. Em 1947, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo e, em 1959, com a Grã-Cruz da Ordem de Benemerência.

* * *

A D. António Bento Martins Júnior, na Sé de Braga, sucedeu D. FRANCISCO MARIA DA SILVA (1963-1977). Os Papas e Presidentes da República, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS	– Paulo VI	(1963-1978)
REPÚBLICA	– Américo Tomás	(1958-1974)
	– António de Spínola	(1974)
	– Costa Gomes	(1974-1976)
	– Ramalho Eanes	(1976-1986)

Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma, tinha também o bacharelato em Direito Canónico, pela mesma Universidade. Foi nomeado para bispo auxiliar de Braga, em 1956, com o título de *Arcebispo de Telmisso*.

* * *

A D. Francisco Maria da Silva, na Sé de Braga, sucedeu D. EURICO DIAS NOGUEIRA (1977-1999). Os Papas e Presidentes da República, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS	– Paulo VI	(1963-1978)
	– João Paulo I	(1978)
	– João Paulo II	(1978-2005)
REPÚBLICA	– Ramalho Eanes	(1976-1986)
	– Mário Soares	(1986-1996)
	– Jorge Sampaio	(1996-2006)

Licenciou-se em Direito Canónico na Universidade Gregoriana e, em Direito, na Universidade de Coimbra, onde também fez o Curso de Ciências Político-Económicas. Participou na 3.^a sessão do Concílio Vaticano II, enquanto bispo da diocese moçambicana de Vila Cabral, de que foi o seu 1.º Bispo. Posteriormente, em Angola, foi Bispo de Sá da Bandeira (atual Lubango) e foi administrador apostólico da recém-criada diocese de Pereira d’Eça (atual Ondjiva). Regressado a Portugal em 1977, assumiu a Arquidiocese de Braga, tendo passado a Arcebispo Emérito quando atingiu o limite de idade, em 1998. Faleceu em 2014.

* * *

A D. Eurico Dias Nogueira, na Sé de Braga, sucedeu D. JORGE FERREIRA DA COSTA ORTIGA (1999-). Os Papas e Presidentes da República, durante o seu pontificado, foram os seguintes:

PAPAS	– João Paulo II	(1978-2005)
	– Bento XVI	(2005-2013)
	– Francisco	(2013-)
REPÚBLICA	– Jorge Sampaio	(1996-2006)
	– Cavaco Silva	(2006-2016)
	– Marcelo Rebelo de Sousa	(2016-)

O atual Arcebispo Primaz de Braga, que tomou posse em 1999, é licenciado pela Faculdade de História Eclesiástica da Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma. Posteriormente, frequentou o currículo para Doutoramento. Em 1987, foi nomeado Bispo titular de Nova Bárbara e Auxiliar de Braga. Em 2001, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Civil de Espanha. No Instituto Superior de Teologia de Braga lecionou Introdução aos Estudos Históricos, História das Religiões e História da Igreja. De 2005 a 2011 desempenhou as funções de Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa. Em 2010, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo. Em 2016, foi-lhe atribuída a Medalha de Honra do Município de Braga, passando a Cidadão Honorário do Município de Braga.

ANEXO VI

Carta *Claves Regni* de D. Afonso Henriques dirigida ao papa Inocêncio II

1143, dezembro, 13

«Sabendo que a S. Pedro foram concedidas por Nosso Senhor Jesus Cristo as chaves do reino do Céu, decidi tomar o mesmo apóstolo como Padroeiro e advogado, para que nas dificuldades da vida presente possa experimentar o seu auxílio e conselho, e por seus méritos venha a alcançar os prémios da eterna bem-aventurança. Por isso, Afonso, por graça de Deus Rei de Portugal, prestei homenagem ao Papa, meu Senhor e Pai, nas mãos do Cardeal diácono D. Guido, Legado da Sé Apostólica. Constituo, pois, a minha terra como censual de S. Pedro e da Santa Igreja de Roma, com o tributo anual de quatro onças de ouro, e disponho que todos quantos, depois da minha morte, obtiverem esta terra, paguem anualmente o mesmo censo a S. Pedro. Como verdadeiro soldado de S. Pedro e do Pontífice Romano, deverei eu ter para mim e para a minha terra, e para o que respeita à sua dignidade e honra, a defesa e auxílio da Sé Apostólica, e nunca serei obrigado a admitir nela o poder e qualquer senhorio eclesiástico ou secular, senão a Santa Sé e dos seus legados. Lavrou-se esta carta de oblação e firmeza, nos idos de dezembro da era de 1181 [13 dezembro de 1143]. Eu, Afonso, Rei dos Portugueses, que da melhor vontade mandei fazer esta carta, confirmo-a com a minha própria mão. Eu João, arcebispo de Braga. Confirmo. Eu, Bernardo, bispo de Coimbra, confirmo. Eu, Pedro, bispo do Porto confirmo.»

Fonte: Diogo Freitas AMARAL – *Em que momento se tornou Portugal um País Independente. In II Congresso Histórico de Guimarães: «A política portuguesa e as suas relações com o exterior»*, Guimarães, Município de Guimarães, 1996, vol. 2, pp. 139-181.

ANEXO VII

Bula *Devotionen Tuam* do papa Lúcio II

1144, maio, 1

«Lúcio, Bispo, servo dos servos de Deus. Ao dilecto filho em Cristo, Afonso, ilustre duque, deseja saúde, etc. Alegramo-nos muitíssimo com a tua devoção, dilecto filho no Senhor, porque nosso Senhor Jesus Cristo, reconhecendo a ti mesmo de entre aquelas ovelhas, recomendou-te à guarda do bem-aventurado Pedro, pois dedicado à expugnação dos pagãos e ocupado com os muitos negócios seculares não podias visitar os limiares dos Apóstolos, por mão do nosso dilecto filho Guido, Cardeal diácono, então legado da Sede Apostólica nessas partes, fizestes homenagem com louvável devoção ao nosso predecessor de feliz memória, o Papa Inocêncio, ofereceste a terra que Deus te confiou ao bem-aventurado Pedro e humildemente entregaste a tua pessoa e a tua própria terra ao patrocínio de Pedro, príncipe dos Apóstolos. Em seguida, na verdade, tanto por cartas tuas como por intermédio do nosso venerável irmão João, arcebispo de Braga, prometes-te também que, tanto tu como os teus herdeiros haveis de pagar anualmente da mesma terra quatro onças de ouro ao Pontífice Romano. Portanto, nós que, embora indigno, vimos sentar-nos no lugar do bem-aventurado Pedro, recebemos-te tanto a ti como os teus filhos e aos vossos sucessores entre os herdeiros do próprio príncipe dos Apóstolos, com a sua ajuda, para que permaneçais sempre na sua bênção e protecção, tanto das almas como dos corpos, pela qual bênção, defendidos dos assaltos dos inimigos visíveis e invisíveis, consigais chegar aos reinos celestes, com a permissão do Senhor. Dada em Latrão, calendas de maio.»

Fonte: Diogo Freitas do AMARAL, *Em que momento se tornou Portugal um País Independente*, in II Congresso Histórico de Guimarães: «A política portuguesa e as suas relações com o exterior», Guimarães, Município de Guimarães, 1996, vol. 2, pp. 139-181.

ANEXO VIII

D. João Peculiar

Bispo do Porto (1136-1138) – Arcebispo de Braga (1138-1175)

BRAÇO ECLESIAÍSTICO DE APOIO AO RECONHECIMENTO E AÇÃO GOVERNATIVA DE D. AFONSO HENRIQUES, 1.º REI DOS PORTUGUESES

«Teve principio em seu tempo a Monarchia Portugueza, depois da celebre victoria do Campo de Ourique, acontecida a 25 de julho de 1139.

– Elle foi o que nas Cortes de Lamego coroou a D. Affonso Henriques, 1.º Rei de Portugal, pondo-lhe na cabeça uma grande coroa d’oiro, cuberta de pedraria, que os Reis Godos tinham dado ao Mosteiro de Lorvão.

– Firmou a Escriptura, pela qual o mesmo D. Affonso fez o Reino feudatario da Sé Apostolica, obrigando-se a pagar-lhe annualmente 4 onças d’oiro, que muitissimos annos se pagarão.

– Tambem firmou a Carta do mesmo Rei, em que este declara com juramento a apparição de J. Christo no Campo de Ourique, antes de dar batalha aos 5 Reis Mouros.

– Foi acerrimo defensor da Primazia da sua Igreja contra as injustas pretenções do Arcebispo de Toledo.

– Dividio as rendas do Arcebispado entre a Mitra e o Cabido, deixando a este a 3.ª parte dellas.

– Convocou Concilio Provincial, que parece não teve effeito; concorrêrão sómente os de Viseu e Lamego; sendo que os Suffraganeos naquelle tempo erão os de Tuy, Orense, Lugo, Astorga, Mondonhede, Bretonha, Vallabria, Çamora, Viseu, Idanha, Lamego, Coimbra, Porto.

– Já tinha 100 anos de idade a 3 de dezembro de 1175, dia, em que falleceo, tendo governado felizmente a Igreja de Braga pelo dilatado tempo de 36 annos.»

(In *Serie Chronologica dos Prelados conhecidos da Igreja de Braga, desde a Fundação da mesma Igreja até o presente tempo*, Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1830, pp. 22-23.)

ANEXO IX

MILAGRE DE OURIQUE

1416 é a data mais remota que se conhece e em que se faz referência ao «milagre de Ourique». Aires Augusto Nascimento, em tese de doutoramento (*Livro dos Arautos*, 1977, p. 258), faz referência a esse documento – *De ministerio armorum*, script. anno MCCCCXVI, ms. lat. 28, John Rylands Library de Manchester:

No dia imediato, travado o combate entre sarracenos e cristãos, caíram mortos os cinco reis, juntamente com o seu exército, e pelo rei cristão recém-aclamado foram quebrados cinco escudos com a força do seu vigoroso braço. E, porque antes de se ter travado este combate, tal rei cristão tinha tido uma visão em que se lhe mostrara Nosso Senhor Jesus Cristo com as cinco chagas e, pelo auxílio da graça do mesmo Cristo, vencera os cinco reis infieis, e nesse combate havia despedaçado cinco escudos com a força do seu braço, escolheu-os como insígnias ou armas para si e para os seus sucessores. Mandou pintá-los deste modo: para honrar as cinco chagas de J. Cristo, cinco escudos em forma de cruz, da cor do céu em campo branco, e, nesses escudos, trinta moedas de prata para memória da venda de Jesus Cristo Senhor Nosso.

Anos mais tarde, em 1485, será a vez do embaixador à Santa Sé, Vasco Lucena, se lhes referir também, na «Oração de Obediência» proferida perante o recém-eleito papa Inocêncio VIII. A narrativa, porém, mais completa que se conhece é a feita por Frei Brandão, em 1632, in *Monarchia Lusitana* que abaixo se reproduz:

Juramento de D. Afonso Henriques

29 de outubro de 1152

EU Affonso Rei de de Portugal, filho do Conde Henrique, e neto do grande Rei D. Affonso, diante de vós Bispo de Braga, Bispo de Coimbra, e Theotonio, e de todos os mais Vassallos de meu Reino, juro em esta Cruz de metal, e neste livro dos Santos Euangelhos em que ponho minhas mãos, que eu miserável peccador vi com estes olhos indignos a nosso Senhor Jeus Christo estendido na Cruz, no modo seguinte: Eu estava com meu exercito nas terras de Alentejo, no Campo de Ourique, para dar batalha a Ismael, e outros quatro Rcis Mouros, que tinham consigo infinitos milhares de homem; e minha gente temerosa de sua multidão, estava atribulada, e triste sobremaneira, em tanto que publicamente dizião alguns ser temeridade acommetter tal jornada. E eu enfadado do que ouvia, comecei a cuidar comigo, que faria; e como tivesse na minha tenda hum livro em que estava escrito o Testamento Velho, e o de Jcsu Christo; abri-o, e li nelle a victoria de Gedeão, e disse centre mim mesmo; Mui bem sabcis vós, Senhor Jesu Christo, que por amor vosso tomei sobre mim esta guerra contra vossos adversários; em vossa Mão está dar a mim, e aos meus fortaleza para vencer estes blasfemadores de vosso nome. Ditas estas palavras adormeci sobre o livro, e comecei a sonhar que via hum homem velho vir para onde eu estava, e que me dizia: Affonso, tem confiança, porque vencerás, e destruirás estes Reis infieis, e desfarás a sua potencia; e o Senhor se te mostrará. Estando nesta visão, chegou João

Fernandes de Sousa, meu Camareiro, dizendo-me: Acordai, senhor meu, porque está aqui hum homem velho, que vos quer fallar. Entre (lhe respondi) se he Catholico: e tanto que entrou, conheci ser aquelle, que no sonho vira; o quai me disse: Senhor tende bom coração, vencereis, e não sereis vencido; sois amado do Senhor, porque sem duvida pôz (obre vós, e sobre vossa geração, depois de vossos dias, os olhos de sua misericordia, até a decima sexta decendencia, na qual se diminuiria a secessão, mas nella assim diminuida elle tornará a pôr os olhos, e verá. Elle me manda dizer-vos, que quando na seguinte noite ouvirdes a campainha de minha Hermida, na qual vivo ha sessenta e seis annos, guardado no meio dos Infieis, com o favor do muy Alto, saiais fóra do Real sem nenhuns criados, porque vos quer mostrar sua grande piedade. Obedeci, e postrado em terra com muita reverencia, venerei o Embaixador, e quem o mandava; e como posto em oração aguardasse o som, na segunda véla da noite ouvi a campainha, e armado com espada, e rodela sahi fóra dos Reaes, e subitamente vi á parte direita contra o nascente, hum raio resplandecente; e indo-se pouco, e pouco clarificando, cada hora se fazia maior; e pondo de proposito os olhos para aquella parte, vi de repente no proprio raio o sinal da Cruz, mais resplandecente que o Sol, e Jesu Christo Crucificado nella, e de huma, e de outra parte, huma copia grande de Mancebos resplandecentes, os quaes creio, que serão os Santos Anjos. Vendo pois esta visão, pondo á parte o Escudo, e espada, e lançando cm terra as roupas, e calçado me lancei de bruços; e desfeito em lagrimas comecei a rogar pela consolação de meus Vassallos; e disse sem nenhum temor: A que fim me appareis Senhor? Quereis porventura accreseentar fé a quem tem tanta? Melhor he por certo que vos vejão os inimigos, e creião em vós, que eu, que desde a fonte do Baptismo vos conheci por Deos verdadeiro, Filho da Virgem, e do Padre Eterno, e assim vos conheço agora. A Cruz era de maravilhosa grandeza, levantada da terra quasi dez covados. O Senhor com hum tom de voz suave, que minhas orelhas indignas ouvirão, me disse: Não te apareci deste modo para accreentar tua fé, mas para fortalecer teu cotação neste comflito, e fundar os principios de teu Reino sobre pedra firme. Confia Affonlo, porque não só vencerás esta batalha, mas todas as outras em que pelejares contra os inimigos de minha Cruz. Acharás tua gente alegre, e esforçada para a peleja, e te pedirá que entres na batalha com titulo de Rei. Não ponhas dúvida; mas tudo quanto te pedirem lhe concede facilmente. Eu sou o fundador, e destruidor dos Reinos, e Imperios; e quero em ti, e teus decendentes fundar para mim hum Imperio, por cujo meio seja meu nome publicado entre as Nações mais estranhas. E para que teus descendentes conheção quem lhe dá o Reino, comporás o Escudo de tuas Armas do preço, com que eu remi o genero humano, e daquele, porque fui comprado aos Judeos, e ser-me-ha Reino santificado, puro na fé, e amado por minha piedade. Eu tanto que ouvi estas cousas, postrado em terra o adorei dizendo: Porque meritos, Senhor, me mostrais tão grande misericordia? Ponde pois vossos benignos olhos nos Successores que me prometeis, e guardai salva a gente Portugueza. E se acontecer que tenhais contra ella algum castigo aparelhado, executai-o antes em mim, e em meus decendentes, e livrai este povo, que amo como a único filho. Consentindo nisto o Senhor, disse: Não se apartará delles, nem de ti nunca minha misericordia, porque por sua via tenho aparelhadas grandes searas, e a elles escolhidos por meus segadores em terras mui remotas. Ditas estas palavras desapareceu, e eu cheyo de confiança, e suavidade me tornei para o Real. E que isto passasse na verdade, juro eu Dom Affonso pelos Santos Evangelhos de Jesu Christo tocados com estas mãos. E por tanto mando a meus decendentes, que para sempre succederem, que em honra da Cruz, e cinco Chagas de Jesu Christo tragão em seu Escudo cinco Escudos partidos cm Cruz, e em cada hum delles os trinta dinheiros, e por timbre a Serpente de Moysés, por ser figura de Christo, e este seja o troféo de nossa geração. E se alguem intentar o contrario, seja maldito do Senhor, e atormentado no Inferno com Judas o tredor. Foi feita a presente carta em Coimbra aos vinte e nove de outubro, Era de mil e cento e cincoenta e dous.

Eu *EIRej Dom Affonso*. – *Joao* Metropolitano Bracharense. – *João* Bispo de Coimbra. – *Theotonio* Prior. – *Fernao* Peres, Copeiro Mor. – *Vasco* Sanches – *Affonso* Mendes, Governador.

dor de Lisboa. – *Gonçalo de Sousa*, Governador de entre Douro e Minho. – *Paio Mendes*, Procurador de Viseu. – *Sueiro Martinz*, Procurador de Coimbra. – *Mem Peres* o escreveo por *Mestre Alberto*, Chancellario d’ElRei”

[*Monarchia Lusitana*, tomo III, p. 127; aqui reproduzido a partir de *D. Miguel I*. Obra a mais completa e concludente..., Lisboa, Impressão Regia, 1828, pp. 116-119. A edição-príncipe deste Juramento do rei Dom Afonso Henriques foi realizada na 2.^a impressão de *Diálogos de Vária História* de Pedro de Mariz, em 1597, tendo por base uma cópia do cartório do Mosteiro de Alcobaça. De acordo com reprodução em: http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1152_juramento.htm]. Apud *Celebração do Tempo 2012*, Rui A. Costa OLIVEIRA (coord. e org.), Prior Velho, Paulinas Editora.

ANEXO X

Bula Manifestis Probatum

**Reconhecimento do título de “Rei dos Portugueses” a D. Afonso Henriques
pelo Papa Alexandre III (23 de maio de 1179)**

ALEXANDRE, BISPO, SERVO DOS SERVOS DE DEUS, AO CARÍSSIMO FILHO EM CRISTO, AFONSO, ILUSTRE REI DOS PORTUGUESES, E A SEUS HERDEIROS, *IN PERPETUUM*.

Está claramente demonstrado que, como bom filho e príncipe católico, prestaste inúmeras vezes serviços a tua mãe, a Santa Igreja, exterminando intrepidamente em porfiados trabalhos e proezas militares os inimigos do nome cristão e propagando diligentemente a fé cristã, assim deixaste aos vindouros nome digno de memória e exemplo merecedor de imitação. Deve a Sé Apostólica amar com sincero afecto e procurar atender eficazmente, em suas justas súplicas, os que a Providência divina escolheu para governo e salvação do povo. Por isso, Nós, atendendo às qualidades de prudência, justiça e idoneidade de governo que ilustram a tua pessoa, tomamo-la sob a protecção de São Pedro e nossa, e concedemos e confirmamos por autoridade apostólica ao teu excelso domínio o reino de Portugal com inteiras honras de reino e a dignidade que aos reis pertence, bem como todos os lugares que com o auxílio da graça celeste conquistaste das mãos dos sarracenos e nos quais não podem reivindicar direitos os vizinhos príncipes cristãos. E para que mais te afervores em devoção e serviço ao príncipe dos apóstolos S. Pedro e à Santa Igreja de Roma, decidimos fazer a mesma concessão a teus herdeiros e, com a ajuda de Deus, prometemos defender-lha, quanto caiba em nosso apostólico ministério. Continua, pois, a mostrar-te filho caríssimo, tão humilde e devotado à honra e serviço da tua mãe, a Santa Igreja Romana, e a ocupar-te em defender os seus interesses a dilatar a fé cristã de tal modo que esta Sé Apostólica possa alegrar-se de tão devoto e glorioso filho e não duvide da sua afeição. Para significar que o referido reino pertence a São Pedro, determinaste como testemunho de maior reverência pagar anualmente dois marcos de ouro a Nós e aos nossos sucessores. Cuidarás, por isso, de entregar tu e os teus sucessores, ao Arcebispo de Braga *pro tempore*, o censo que a Nós e a nossos sucessores pertence. Determinamos, portanto, que a nenhum homem seja lícito perturbar temerariamente a tua pessoa ou as dos teus herdeiros e bem assim o referido reino, nem tirar o que a este pertence ou, tirado, retê-lo, diminuí-lo ou fazer-lhe quaisquer imposições. Se de futuro qualquer pessoa eclesiástica ou secular intentar ciente contra o que dispomos nesta nossa Constituição, e não apresentar satisfação condigna depois de segunda ou terceira advertência, seja privada da dignidade da sua honra e poder, saiba que tem de prestar contas a Deus por ter cometido uma iniquidade, não comungue do sacratíssimo Corpo e Sangue de Jesus Cristo nosso divino Senhor e Redentor, e nem na hora da morte se lhe levante a pena. Com todos, porém, que respeitarem os direitos do mesmo reino e do seu rei, seja a paz de Nosso Senhor Jesus Cristo, para que neste mundo recolham o fruto das boas obras e junto do soberano juiz encontrem o prémio da eterna paz. Amen. Amen. Pedro. Paulo. Alexandre Papa III.

BENE VALETE

Senhor, ensina-me os teus caminhos.

Eu Alexandre, Bispo da Igreja Católica, subscrevi

Eu Ubaldo Bispo de Óstia SS

Eu Teodino Bispo do Porto e de Santa Rufina SS

Eu Pedro Bispo de Frascati SS

Eu Henrique Bispo de Albano SS

Eu Bernardo Bispo de Palestrina SS

Eu João Cardeal presbítero do título dos Santos João e Paulo e de Pamáquio SS

Eu João Cardeal presbítero do título de Santa Anastásia SS

Eu João Cardeal presbítero do título de S. Marcos SS

Eu Pedro Cardeal presbítero do título de Santa Susana SS>

Eu Viviano Cardeal presbítero do título de Santo Estêvão no Monte Celio SS

Eu Cíntio Cardeal presbítero do título de Santa Cecília SS

Eu Hugo Cardeal presbítero do título de S. Clemente SS

Eu Arduino Cardeal presbítero do título de Santa Cruz em Jerusalém SS

Eu Mateus Cardeal presbítero do título de S. Marcelo SS

Eu Jacinto Cardeal diácono do título de Santa Maria em Cosmedína SS

Eu Ardício Cardeal diácono do título de S. Teodoro SS

Eu Laborana Cardeal diácono do título de Santa Maria in Porticu SS

Eu Rainério Cardeal diácono do título de S. Jorge em Velabro SS

Eu Graciano Cardeal diácono do título dos Santos Cosme e Damião SS

Eu João Cardeal diácono do título de Santo Angelo SS

Eu Rainério Cardeal diácono do título de Santo Adriano SS

Eu Mateus Cardeal diácono do título de Santa Maria-a-Nova SS

Eu Bernardo Cardeal diácono do título de S. Nicolau in Carcere Tulliano SS

Dada em Latrão, por mão de Alberto, Cardeal presbítero e Chanceler da Santa Igreja Romana, a 10 das kalendas de junho [23 de maio], indicção XI, ano M.C.LXX.VIII da Encarnação do Senhor e XX do Pontificado do Papa Alexandre III.

Fonte: Bula «Manifestis Probatum» de 23 de maio de 1179, in F. Rebelo Gonçalves, *Portugal – Um Estado de Direito com oitocentos anos*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1981. Colhida no sítio: http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/manifestis_probatum.html, em 19 de janeiro de 2017.

ANEXO XI

D. Afonso Henriques

Suas virtudes heroicas e santidade

«Depois de 1143 celebrou Cortes na cidade de Lamego, em que estabeleceu o novo governo, e sucessão do Reino; e ainda que por muito tempo ignorado e encobertas, estão hoje por outras Cortes confirmadas para a sua observância.

Instituiu as Ordens Militares de S. Bento de Aviz, assim chamada pelo Convento que tem na dita vila, que os cavaleiros fundaram em 1214, tempo em que reinava el-rei D. Afonso seu neto que fez dela mercê à Ordem. Foram os primeiros estatutos dados pelo Abade de Tarouca, João Cerita, varão célebre em santidade. Outra chamada da Ala, pela aparição milagrosa do Arcanjo São Miguel na batalha, que venceu a Albaraque, rei de Sevilha em Santarém; e como foi instituída sem rendas, acabou na vida do seu instituidor.

Aos Cavaleiros Templários, e do Hospital de Jerusalém deu largas rendas. Às dioceses de Lisboa, Évora, Viseu e Lamego restaurou, e restituiu as suas antigas catedrais, e lhes nomeou bispos: a Lisboa, D. Gilberto, inglês; a Évora, D. Soeiro; a Viseu, D. Hodorio; a Lamego, D. Mendo. Foram tantos os mosteiros que edificou que não falta quem afirme passarão de cento e cinquenta, e a muitos dotou grossas rendas, como são os de Santa Maria de Alcobaça, da Ordem de Cister; Santa Cruz de Coimbra e S. Vicente (então, fora dos muros de Lisboa), dos Cônegos Regrantes; ilustrou a insigne Colegiada de Guimarães, que foi sua real capela, com grandes isenções e privilégios, e a dotou com grandeza, como também a de Alcáçova de Santarém; e a outras muitas Casas e Hospitais, em que deixou a sua fama, não menos gloriosa, pela piedade, que pelo valor, e pelas virtudes com que sabia render graças ao Senhor dos Exércitos, pois em exercício santo vacava a Deus em oração no Mosteiro de Santa Cruz, e em ócio religioso respirava dos trabalhos de tão prolixa guerra. Acompanhava os Religiosos nos Atos de Comunidade, no Coro tomava a sobrepeliz para orar, o mesmo a que na Campanha não se faziam pesadas as armas. Praticou ações tão esclarecidas para o Céu, que por elas é ainda mais respeitado na terra, sendo comumente chamado o Santo Rei D. Afonso Henriques. Teve culto em tempo antigo, que mereceu, como se afirma, porque Deus o honrou com prodígios. Na Cúria Romana se trata da sua beatificação ao presente, e com a sagrada declaração da Santa Sé Apostólica, passará dos corações dos seus vassalos a culto público à sua virtude. O doutor Joseph Pinto Pereira, que muitos anos assistiu na Cúria por Expedicionário Régio, varão douto, imprimiu em Roma, no ano de 1728, um livro com o título *Apparatus Historiae de Argumentis Sanctitatis Regis Alphonsi Henriques*, dirigido ao Santo Padre Bento XIII, no qual em dez argumentos mostra as virtudes heróicas e santidade deste Príncipe.»

(In António Caetano de SOUSA, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, tomo I, officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, MDCCXXXV, pp. 53-57.)

ANEXO XII

Reflexão sobre o regimento quatrocentista da CASA DA SUPLICAÇÃO

A CASA DA SUPLICAÇÃO é uma instituição da organização monárquica correspondente ao mais alto tribunal de Justiça do Reino, e que se ocupa tanto de matérias de carácter criminal como cível.

Esta instituição funcionava em «casas próprias», contrariamente aos Conselhos de Tribunais superiores especializados que, por regra, funcionavam em salas do Paço real. D. Afonso V, nas Cortes de Coimbra de 1473, em resposta a um capítulo do Povo que solicitava a instalação de um tribunal superior no Norte do País, respondia:

«nestes reinos não houve mais que duas casas, uma que continuadamente estava em Lisboa e a da Suplicação que andava com ele e que estas bastavam quanto mais que ela espera de pôr tais corregedores nas comarcas que darão tais ordens ao despacho das coisas da justiça.»⁵

Esta citação deixa a impressão que a instância de administração da Justiça denominada Casa da Suplicação terá também passado pelo natural processo evolutivo e de ajuste das restantes instituições. Terá havido um tempo em que acompanhava o «estado»⁶ do Rei, na sua itinerância territorial e que, posteriormente, ter-se-á estabelecido em espaços próprios, de forma permanente, tal como sucedeu com a Coroa. O seu Regimento apresenta-nos um enquadramento que se define a partir das seguintes inscrições: Jurisdição, Competência e Organização.

Jurisdição é a que corresponde ao espaço territorial e à comunidade humana sobre que se exerce legitimamente o poder do «estado» do Rei;

Competência é a do exercício da Justiça no espaço jurisdicional, em matéria criminal e cível, assim como a capacidade de julgar, sentenciar e fazer cumprir as sentenças;

Organização é correspondente aos níveis das competências de cada interveniente, ao seu número e à relação hierarquizada dos seus constituintes, entre si e em referência à pessoa do Rei.

A forma como está organizado o Regimento revela, em primeiro lugar, uma preocupação de substanciação conceitual do que se entende, então, por Justiça e por Poder, tomando como fonte de referência e legitimação a Justiça Divina e o Poder Divino e, para isso, recorre aos textos da Escritura Sagrada e de alguns passos dos Padres da Igreja, e a uma hermenêutica facilitadora das analogias entre a organização do mundo eclesial e a vontade de Deus e a organização do mundo terreal e a vontade do Rei, Seu «vigário».

⁵ Cf. António Pedro Barbas HOMEM, *O espírito das instituições – um estudo de história do Estado*, Coimbra, Almedina, 2006, pp. 162-164.

⁶ Ao longo do texto refletido, grafamos com aspas o termo «estado», devido ao seu significado aqui – «ato de se portar, postura, atitude» – ser bastante afastado da sua aceção comum (sinonímia encontrada em José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 8.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2003).

DO COLÉGIO DA JUSTIÇA

“Só no Senhor residem a *Justiça* e a *Força*”
(Antigo Testamento – Isaías 45,24)

“Não terias nenhum *Poder* sobre mim, se não te fosse *dado do Alto*”
(Novo Testamento – João 19,11)

As duas perícopes epigrafadas, ainda que não estejam aqui reproduzidas, textualmente, como surgem no texto do Regimento (cuja versão bíblica usada desconhecemos, embora nos pareça terem sido retiradas da versão latina da *Vulgata*), elas correspondem ao mesmo ensinamento, em que se pretende fundar razões de legitimação conceitual, quer da significação do Poder e da Justiça quer da fonte donde derivam: o Poder é de Deus e detido pelo seu «vigário», o Rei; e a Justiça só pode ser exercida por quem é detentor do legítimo Poder – o Rei. Quanto à Justiça, uma interpretação algo forçada da Escritura – «*Por mim reinam os reis, e os poderosos exercem a justiça*» – talvez permita estabelecer alguma distinção entre quem Reina e quem exerce a Justiça, ainda que, na prática, não se conceba o exercício desta sem o poder daquele, pelo menos de uma forma investida de autoridade outorgada ou comitente.

DO «ESTADO» DO REI

São três os atributos que competem ao «estado» do Rei cultor da Justiça:

—*Temente a Deus*

Para a mentalidade da época, só o *temente a Deus*, aquele que tem Deus como última referência, garante ser cumpridor da Sua lei e de ser respeitador do direito; ora o Rei, como modelo social, deverá ter e manifestar, como seu primeiro qualificativo, essa condição.

—*Ama-O para ser amado*

Procurando ser útil e não prejudicial, sendo espelho divino – «*imita-O em querer ser útil a todos e a ninguém prejudicar*», recebe dos seus súbditos o amor e a sujeição que revela em relação a Deus. Aqui o ensinamento é retirado de São Cipriano de Cartago (séc. III) e sintetizado: «o Rei justo e que deseja a justiça, primeiro teme a Deus, e ama-O para d’Ele ser amado.»

—*Deve fazer-se acompanhar de «homens justos, jurisperitos e tementes a Deus»*

Mais uma vez, o texto associa o conceito de Justiça a competência e a temeridade. Não é possível não se fazer esta associação, pois toda a vida social e de relação está impregnada de forte religiosidade que lhe dá sentido e moraliza. Os campos do Bem e do Mal, sob a grelha interpretativa escriturística da época, marcada de uma forte dicotomia, surge aos olhares comuns com uma evidência tão clara que toca a o registo do óbvio.

Em seguida, «para a justiça surtir o seu devido efeito», impõe-se que se caracterizem os intervenientes, os «diversos géneros de ofícios»:

Julgadores – os que detêm o direito de julgar, juízes, magistrados;

Alegantes – os que fazem *alegações*, citações, exposições, produzem razões para provar factos;

Escrivães – os que registam todos os atos produzidos em sessão de julgamento (*alegações*, declarações, inquirições, testemunhos e sentenças); os *Executores* – aqueles que executam as sentenças e mandatos.

DOS JULGADORES

Sobranceiro a estes ofícios está a figura do Príncipe (o Rei) cuja capacidade de julgar e de se fazer rodear de competentes administradores da Justiça não deve estar sujeita a pressões de qualquer natureza, afetivas ou de favorecimento – «não por afeição ou pedidos» – mas, antes pelo escrupuloso dever de averiguar a verdade – «inquirição cautelosa e secreta» – valendo-se do cuidado de «homens provados», ou seja, de magistrados competentes, que sempre os haverá, «porque a natureza sempre necessariamente produz alguns tais para esse efeito», suposição atestada com recurso à autoridade do filósofo árabe Avicena (980-1037)⁷.

Quanto às intrínsecas qualidades dos Julgadores, a referência aponta para o livro do Êxodo, cujo capítulo 18 (vv. 13-27) fala do exemplar papel assumido por Moisés e da forma como ele deu início à administração da Justiça, no seio do seu povo, com a «instituição dos Juízes», assim como a remissão ao capítulo 4 do livro do Eclesiástico, que adverte para a necessidade do uso de *misericórdia* (vv. 1-10), das vantagens da *sabedoria* (vv. 11-19) e da utilidade da *franqueza do falar* (vv. 20-31). Acrescentando ainda o ensinamento a colher das lendárias, lúcidas e vigorosas sentenças do arcebispo de Milão, Ambrósio (séc. IV), e do historiador latino Cocceiano Dião Cássio (c. 155-230 d.C.) e que assim se sintetiza:

- capacidade de instituir e executar leis;
- perseguir as justas razões até à custa do escândalo ou risco de morte;
- que procure mais a justiça do que a recompensa;
- que não valorize os bens próprios, mas que vele pelos dos outros;
- que seja pessoa pouco dada a criar e alimentar afeições, mas preocupada pelo culto da virtude (v.g., «como se não conhecesse pai e mãe»);
- pessoa amante da verdade;
- pessoa sóbria no comer e no beber.

O QUE DEVE O SENHOR REI DISPENSAR AOS OFICIAIS

O arrazoado deste item é dos mais curiosos do Regimento, pois assenta na compreensão profunda da condição humana e das suas fragilidades, e, perante essa realidade a não desprezar, os oficiais da Justiça não devem estar sujeitos ao risco da tentação do seu bem-estar. Nada melhor do que serem pessoas detentoras de riquezas e honras e, ao agir assim, o Rei conforma a realidade das coisas do mundo com o que o Evangelho estipula – «deles [dos amantes da *justiça*] é o Reino dos Céus»; e os honrados «resplandecerão como o Sol». Em consequência e por inerência de funções, aos promotores da Justiça compete impor reverência e incutir temor.

Devem agir como sacerdotes do culto do Direito – a arte do Bom e do Justo –, no altar da Justiça.

A exigência das funções impõe que SEJAM:

- varões;
- puros;
- satisfeitos com a sua remuneração;
- implacáveis para os delinquentes;
- brandos e paternais para os seus devotos;
- terem as mãos limpas: perante Deus; perante o Rei; perante a Lei.

⁷ Embora possa parecer estranha a referência a Avicena, ela é explicada pelo facto deste filósofo ser, na sua época, a maior autoridade sobre Aristóteles, de quem conhecia de cor extensos textos, e ser um dos esteios intelectuais de São Tomás de Aquino para a compreensão do filósofo grego. O facto de o próprio Tomás de Aquino se socorrer de Avicena transformou este em recurso autorizado, mesmo para os intelectuais cristãos mais ortodoxos.

A exigência das funções impõe que, por serem atos abomináveis a Deus e ao Príncipe, NÃO DEVEM:

- justificar o ímpio;
- condenar o justo.

Sobre os maus administradores da Justiça, e porque Deus tudo observa, recaem a censura e a justiça divinas (cf. Isaías e Sabedoria).

ESPECIFICAÇÕES DOS OFICIAIS

A constituição do *corpus* jurisdicional é assim explicado, quanto aos elementos que o compõem e quanto às suas funções e exigência da sua ação:

– **Varões palatinos** (3, pertencentes ao Palácio, à Corte); **eminentes** (figuras proeminentes da Corte); **sabedores** (instruídos nas coisas da Justiça); **tementes a Deus** (condição básica que atestava o seguimento rigoroso dos preceitos cristãos e da obediência à doutrina da Igreja). Deles se espera que *desembarguem com rapidez*, ou seja, que agilizem os procedimentos relativos à resolução das causas processuais. A sua atuação será colegial e terá o seguinte desfecho: se dois concordarem no mesmo sentido da análise processual, essa concórdia deve converter-se em *confirmação*; se a concórdia for dos três, implica a *revogação*. Levam ao Príncipe/Rei as questões árduas e dúbias. Tomam assento no Consistório e com os Ouvidores tomam conhecimento das relações das causas-crimes.

– **Jurisperitos ouvidores** (2+1 da Rainha). Juizes especializados que sentenciavam juntamente com outros. Ouvem as apelações criminais e, depois de concluídas, levam-nas ao Consistório⁸, para as julgarem com os outros oficiais, podendo ainda proceder a atos interlocutórios, ou seja, prescrição de instruções que conduzem a julgamento, em certos casos, assim como outros atos judiciais inscritos em determinados limites pecuniários.

– **Procurador régio** (juiz entre o Príncipe e o Povo). É assessorado por 2 **desembargadores palatinos**.

– **Advogado do fisco** (é promotor da Justiça). Tem as mesmas honras que os ouvidores. A sua principal tarefa é a de ouvir apelações de ordem fiscal.

– **Corregedor da Corte** (oficial superior que fiscaliza os atos de administração da Justiça). As suas atribuições mais específicas são as de ouvir *sozinho* e determinar *sozinho* causas cíveis, e acompanhar, no Consistório, as audições de foro criminal.

– **Chanceler**. Examina todas as sentenças e «cartas» (atos/diplomas). Deve ser jurisconsulto, amante da justiça e da equidade, *mais honrado*¹⁰ do que os outros. Era juiz de todas as *publicações*¹¹ e *letras*¹² exteriores e dos escritórios, dos selos e *recusações*¹³ e da Chancelaria.

– **Presidente**. Do documentos nada se infere acerca da nomeação do Presidente, mas dele se diz que é o responsável por toda a organização da atividade judicial; que é único e está sobre

⁸ O Consistório era a assembleia em que se reuniam todos os intervenientes nos atos da administração da Justiça. A atividade do Consistório era estabelecida respeitando uma hierarquização da gravidade dos casos em demanda. Essas reuniões podiam ser: *Sessão completa* (sempre que necessário para os casos considerados correntes, normalmente de natureza cível. Mais tarde, a Casa da Suplicação funcionará como um tribunal de recurso de 3.ª instância); *Sessão geral* (para tratar de negócios árduos e dúbios. Exige que esteja presente o Presidente); e *Sessão particular*.

⁹ O termo *advogado*, neste registo, é um juiz medianeiro da área fiscal.

¹⁰ *Honrado*, aqui, não corresponde à aceção atual de «virtude», mas tão-só de estatuto social. Era pessoa a quem se devia reverência e respeito estatutário fora do comum.

¹¹ *Publicações* eram documentos, cuja natureza era de divulgação pública.

¹² *Letras* eram despachos.

¹³ *Recusações* equivalentes a indeferimentos.

todos os oficiais. É ele que ordena sobre o que há a despachar, designando «os tempos e os lugares». Atende também as queixas contra os oficiais e decide sobre as correções necessárias. Trata de tudo com o Príncipe (os vários assuntos e necessidades). Em suma, faz as vezes do Príncipe. Dele se espera que seja *prudente*, *velho*¹⁴ ou quase, *intrépido*¹⁵, *circunspecto*¹⁶ e de *grande condição*¹⁷ e linhagem.

DOS ESCRIVÃES

Os escrivães são justificados, no texto, pela dificuldade de reter de memória todos os assuntos que decorrem nos atos de julgamento.

Eles funcionam junto dos vários oficiais e são assim distribuídos:

- 3, junto dos palatinos;
- 3, junto dos ouvidores (2, junto do ouvidor da Rainha, por ela nomeados);
- 3, junto do corregedor;
- 1 contador (trata dos salários e custas processuais);
- 1 distribuidor (distribui pelos juízes a documentação para processar ou examinar);
- 1, junto do Chanceler (*mais honrado* que os outros, podendo delegar noutro);
- 1, junto do Juiz Fiscal (recebe salário do Rei, porque emite escrituras fiscais e coadjuva o *Advogado* fiscal, podendo ainda receber por outras escrituras);

A posse dos escrivães é feita sob juramento:

- a) jura escrever fielmente;
- b) jura manter segredo sobre as inquirições e intenções manifestadas pelos julgadores e que não constam dos processos;
- c) cobra pequenas quantias¹⁸;
- d) devem obediência aos desembargadores em geral, mas, principalmente, ao seu juiz;
- e) ser fiéis;
- f) conservar em seu poder todas as escrituras até serem entregues à partes;
- g) guardar sigilo, perante as partes e advogados, sobre as intenções e inquirições não tornadas públicas.

A presença dos escrivães é obrigatória em todas as publicações e audiências, sendo eles que levam os processos a casa dos julgadores.

Todos os intervenientes nos atos de julgamento devem fazer juramento sobre os Santos Evangelhos, em caso contrário ou de suspeição, exige-se que se afastem das causas, quer presencialmente quer de opinião: «de presença e de palavras».

DOS ADVOGADOS

A atividade dos advogados justifica-se pela necessidade de fazer presente, em julgamento, o direito das partes. São assim distribuídos:

- 3, junto dos palatinos;
- 3, junto do corregedor;

¹⁴ *Velho*, aqui, além de poder significar idoso, o termo parece mais associado à ideia de alguém com muita maturidade (pessoa de muito siso ou sensatez), qualidade que se revela, comumente, nas pessoas com mais idade.

¹⁵ Equivalente a audaz.

¹⁶ D. Duarte utilizava o termo *circunspecto* no sentido de *avisado* (que nos parece o indicado aqui), um pouco diferente da aceção atual de *sisudo* (cf. JPM, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, o.c.).

¹⁷ *Condição* refere-se à sua origem de sangue, à sua ascendência, de origem nobre.

¹⁸ Não está explícito se as *pequenas quantias* correspondem a um propósito de não onerarem abusivamente os processos, ou se *só estão autorizados a receber* o que for de pouca monta.

- 3, junto dos ouvidores;
- 3, junto do juiz fiscal;

Exige-se deles que sejam:

- a) «homens de ciência e de boa mente» (ou seja, conhecedores das leis e de reta intenção);
- b) «jurados a patrocinar com justiça» (decididos a promover a justiça);
- c) «não aconselhar contra a consciência» (evitar a mentira e favorecer a verdade).

O juramento dos advogados é perante os julgadores, a quem se lhes dirigem, respeitosa-mente e obedientes.

DOS MINISTROS

Toda a atividade dos julgadores, escrivães e advogados determina uma execução que é feita pelos diversos *ministros*¹⁹ (meirinho, porteiro, pregoeiro).

A primeira figura de ministro é o *meirinho*²⁰ (*da Corte*) que se faz acompanhar de 12 homens e executa as sentenças, prende e conduz os delinquentes à cadeia.

Deve obediência a todos os julgadores e tem competência para prender e levar para a cadeia todos os prevaricadores apanhados em flagrante. No entanto, não tem autoridade para dar soltura a qualquer preso.

Há um outro *meirinho menor* (*da Cadeia*), que se faz acompanhar de 4 homens (2 para as execuções penais e 2 para condução dos presos).

Uma outra categoria de ministros é a dos *porteiros* que se encontram junto (ao serviço) dos diversos magistrado:

- 1, junto do corregedor;
- 1, junto dos ouvidores da Rainha;
- 1, junto do Chanceler;
- 1, junto do Juiz Fiscal.

Devem obediência aos julgadores a que estão adstritos.

Há também um único *pregoeiro*, que assiste às arrematações e penhoras e compete-lhe fazer a entrega dos bens arrematados e penhorados aos vencedores dos leilões.

Finalmente, há a figura singular do *porteiro da Chancelaria* (*mais honrado* do que os outros), que sela os documentos na casa do Chanceler, guarda-os e transporta-os para os lugares indicados, onde os entrega, na presença do escrivão e do tesoureiro.

O *porteiro da Chancelaria* costuma ter em seu poder cera, tinta, papel e pergaminho, em que se regista toda a atividade da Chancelaria assim como é ele que fornece estes materiais aos oficiais da Justiça. É ele também que providencia o transporte de tudo o necessário à Chancelaria nas suas deslocações, exceto o transporte do Selo que está à guarda do próprio Chanceler e cuja chave deve sempre acautelar e trazer consigo.

¹⁹ A aceção de *ministro* é bem afastada do sentido atual, significando aqui o executor.

²⁰ O *meirinho* tinha, então, as mesmas funções que hoje tem o *oficial de diligências*, a quem compete executar os mandatos judiciais (prender, citar, penhorar).

Na Corte há também 4 **arcas** para guardar a documentação:

– 1 **arca** está na Chancelaria (com cartas seladas e sentenças, juntamente com o livro d'el Rei que tem a inscrição dos documentos selados de que se paga chancelaria [...]). Tem 2 chaves: uma com o tesoureiro, outra com o escrivão;

– 1 **arca** que se chama *arca das penas*, onde se guarda o dinheiro dos condenados. Tem 1 chave: em posse do tesoureiro e do escrivão, que escreve todos os valores que são recebidos;

– 1 **arca** onde se guardam certos dinheiros d'el Rei para satisfação de lesados pelos que fazem parte da Corte que, depois de julgados e condenados, têm restituir o dobro ou triplo;

– 1 **arca** onde se guardam as «inquirições devassas de malefícios graves» (v.g., crimes de lesa-majestade, contrafação monetária, homicídios). A chave está à guarda dos escrivães do corredor (só um tem a chave).

Na Corte, há ainda 2 **cárceres**:

Num, com carcereiro e dois acompanhantes, estão os presos sentenciados, cuja forma de aprisionamento é do critério do carcereiro (com ferros ou não); no outro cárcere, com carcereiro e um acompanhante, estão os presos em «artigo de apelação».

As chaves dos cárceres e de instrumentos de prisão, durante a noite, estão guardadas nou- tro lugar, fora dos cárceres, por forma a evitar tentativas de evasão, planeadas a contar com a vulnerabilidade da noite.

ALEGAÇÕES GERAIS PARA JULGAR

Sob este título apresentam-se umas quantas formas de alegação e os correspondentes procedimentos por parte dos julgadores, e que são vulgarmente presentes a juízo. Como todas as sentenças ou decisões do tribunal são exaradas a partir da prevaricação de leis, determinações reais ou queixas e atropelo a direitos individuais, manda El-Rei que no registo de cada sentença deve constar a lei que foi transgredida ou «glosa de Bártolo»²¹, em que assentou a decisão judicial, por forma a ser visível a autoridade do julgador.

Alegações do Possessório²²

Resumidamente se afirma que a posse de bens ilegitimamente adquiridos e ou recebidos (ainda que por herança) estão sujeitos a cassação.

Alegações no Petitário²³

Se aquilo de que se tem posse pode ser provado que se adquiriu (se possui) [sem violência, sem subterfúgio e não é de título precário], a lei reconhece a legitimidade da titularidade da posse ou da «proteção» pedida, tanto em relação a imóveis como móveis. No caso dos imóveis é invocado, do Código *Digesto*²⁴, a lei [*Uti possidetis* (lit., «tem que usar»)] que trata das questões do uso dos bens que se possuem; no caso dos bens móveis, a lei é [*Utrubi* (lit., «num de dois lugares»)] que trata do lugar dos bens.

O direito ao domínio (posse) é reconhecido ao peticionário reclamante, se se prova que o possuidor agiu, quanto a essa posse, de má fé, recebendo, nesse caso, os bens *percebidos* e a

²¹ Ver nota 16, p. 21 (Textos normativos), com referência biográfica e sua importância e autoridade, na época.

²² *Possessório*: «Juízo onde se movem as ações de posse» (JPM).

²³ *Petitório*: «Juízo em que correm ações ordinárias» (JPM). Neste juízo apresentam-se ações de petição no sentido de ser reconhecido um direito de posse de imóvel ou móvel, ou qualquer outro direito, como usufruto ou *servidão* (de prédio).

²⁴ *Digesto* – Compilação de leis e suas decisões do Direito Romano, organizada no ano 534 (vide p. 22).

perceber; no entanto, se não se provar a má fé, este só é responsabilizado pelo que não consumiu (*frutos estantes*). Decidida que fique a lide, a favor do reclamante, o possuidor pagará todos os frutos, em conformidade com a lei *Certum* (*lit.*, que determina, estabelece e fixa a decisão). No caso do possuidor de boa fé, este tem direito às *despesas necessárias e úteis* (supõe-se que sejam as indispensáveis para a boa gestão do/s bem/ns e as mais-valias); no caso da má fé, este só tem direito às *despesas necessárias (e úteis, se...)* (ou seja, às indispensáveis à boa gestão do/s bem/ns e também as outras (*úteis*) se isso não prejudicar o/s bem/ns). A lei é a *Domum* (*lit.*, casa). Se a questão se prender com o direito sobre escravo/escrava, à luz da mesma lei (da Casa) ele/a passará à posse legítima do reclamante com os seus pertences e prole (*partos*).

Alegações na Herança

1. O direito a herança é reconhecido com a percepção de todos os frutos que esse direito implica, tanto as que constam dos títulos de posse como as que foram confiadas, salvo qualquer reclamação fundamental na lei (*Et non tantum; lit.*, restrições) contra esse direito. Se, porém, alguém ocultou um bem, na organização de um inventário, pagará o dobro, mesmo que seja a própria esposa que o tenha ocultado após a morte do marido (assunto tratado como furto, cf. título legislativo *De furtis* e sua interpretação).

2. Se alguém invoca *locato* ou *precario* (préstamo), acerca de um bem de herança, e o ocupante (*réu*) defende a sua condição de proprietário e isto até final da disputa, vindo a verificar-se (*é convencido*) que não tem razão, é condenado a restituir *no dobro (o interesse)*, se a prova é de que *não é proprietário do bem*, mas restituirá *simples*, se se verificar ser locatário. Porém, o novo comprador não é obrigado a ficar com o colono do senhorio anterior (lei *Emptorem, lit.*, comprador), no entanto, tem obrigações para com ele (cf. lei *Si fundus, lit.*, fundamento/base para decisão), pagando-lhe tudo o prometido (cf. lei *Pactum, lit.*, Do convencionado).

Tanto o senhor (proprietário) como o locatário (*enfiteuta*) são obrigados pela letra do contrato a respeitar os compromissos (cf. *De iure emphyteutico, lit.*, Lei da Contratação). O não cumprimento, que pode originar expulsão (pelo senhor, sem violência; **supõe-se que seja por outra entidade, no caso de oposição com violência** [Bártolo?]), é aplicada de forma diversa, consoante se trate de enfiteuse de coisas privadas (incumprimento durante três anos) ou de coisas sagradas (incumprimento durante dois anos).

3. Se alguém invocar uma dívida, atestada por escritura, e o *réu* alegar pagamento já efetuado, e se se vier a provar (*for convencido*) que não está paga, este restituirá ou pagará o dobro. Mas se, negando, e através de imposição de juramento, acabar por confessar a dívida, não pagará o dobro, mas pagará as custas de todo o processo, desde o início.

Se alguém, ainda que tenha negado o débito, acabe por ir pagando as prestações, terá de pagar a totalidade. E se essa decisão for tomada por procuradores, curadores ou administradores, sem ordem do seu cliente, ficam eles com o ónus do cumprimento integral do pagamento.

Se alguém for citado para se pronunciar sobre um bem de outrem e negar que esse bem é deste, e se o citado beneficiar de algum direito daquele cuja propriedade do bem nega, caso o réu vença, esse direito reverterá para o autor (*da citação?...*) assim como outros direitos que o citado tenha da pessoa alvo da negação.

Posta ao tribunal uma questão pelo comprador acerca de um bem, este chama o autor ou o seu herdeiro e, dando-se-lhe razão, ser-lhe-á concedido o que deseja, ou seja, a compensação pelo *interesse e melhorias* do bem. E será obrigado ao pagamento do preço estipulado se forem acautelados os direitos de comprador. Não cabe nenhuma outra compensação (p.e., *o dobro*), salvo se isso for decidido por lei.

4. Matar ou ter a intenção de matar implica condenação à morte do autor. No entanto, se mostrar falta de coragem para esse ato, ainda que o intente, a punição será a de ser ferido. Quem mata ou fere agressor para se defender *não é obrigado* (comprometido, responsabilizado).

Da mesma forma *não é obrigado* aquele que fere ou mata, em caso imprevisto, sem intenção. E ainda que mate ou fira aquele que é apanhado em ato de adultério com a sua mulher também *não é obrigado*. O adúltero/adúltera são punidos com pena de morte, mas o **adúltero (e ela?!...)**, se tiverem passado cinco anos (*quinquénio*) sobre o adultério não é punido. E isto aplica-se ao raptor de virgem (exceto o *quinquénio*) ou de mulher pela força.

Não se considera adultério a relação com *mulher vil que vive à maneira de meretriz*.

De forma similar *não obrigado* aquele que fere ou mata quem resiste pela força *à autoridade da família*, ou ladrão noturno ou diurno se for detentor de arma.

Aquele que comete aborto com feto vivo *é obrigado por homicídio*.

Também é punido com a morte o incestuoso, o sodomita e aquele que proceder a rapto de encarcerado, se já julgado ou a caminho do patíbulo, mesmo que seja o guarda da prisão.

5. O **falsário de moeda** e o **incendiário** cidadão são queimados vivos e são-lhes confiscados todos os bens. Quanto ao **incendiário**, há ainda outras penas previstas (provavelmente) relacionadas com o grau de responsabilidade). Aos **falsários de pesos e medidas** são-lhes aplicadas outras penas (provavelmente, em conformidade com a gravidade da transgressão). Aos **feiticeiros e astrólogos** também lhes é aplicada a pena de morte. O **parricida** é lançado ao mar ou ao rio, dentro de um saco de couro, juntamente com um cão, um galo, uma víbora e um macaco.

Porquê um **cão**, um **galo**, uma **víbora** e um **macaco**?

Em primeiro lugar há que referir a associação simbólica dos animais ao submundo, ao mundo da obscuridade, à natureza primitiva (quer a natureza física quer a natureza dos instintos, não dominados), ao mundo do Mal ou ao mundo não acessível dos deuses, de que é exemplo o mapa zodiacal. Essa figuração pretende demonstrar a ligação dos elementos da ordem inferior/material aos elementos de ordem superior/moral. Na própria cultura judaico-cristã encontra-se essa forte associação, começando pelos símbolos da *serpente* genésica ou a de bronze que Moisés impunha como sinal de proteção do seu povo, na travessia do deserto, defendendo-o da mordedura dos ofídios; do *bezerro de ouro*, que simbolizava a idolatria do povo infiel; os símbolos adotados para os quatro evangelistas (Mateus, *anjo alado*; Marcos, *leão*; Lucas, *ouro*; João, *águia*), as imagens do rebanho e do Bom Pastor, do Cordeiro.

Na cultura ocidental, o **galo** é associado à vigilância, ao alerta (talvez ao *remorso eterno*, numa forte ligação ao canto do galo que o apóstolo Pedro ouviu, lembrando-lhe as suas negações de Jesus; também Sócrates, nos últimos momentos, lembra-se de uma dívida, um galo!...). Na mitologia, o galo acorda o mortal para a eternidade que chega. Em Roma, sacrificava-se um galo a Apolo, e Mercúrio assumia a figura de galo, como guia do submundo.

O **cão** está simbolicamente associado à fidelidade, no caso, lembra talvez a fidelidade renegada pelo ato do parricida. Mas, na mitologia, o cão acompanha o morto na sua «viagem noturna pelo mar». É o guia entre os dois mundos, o da vida (da mente consciente) e o da morte (a selva da psique inconsciente da alma). Um poema de Ramon Medina Silva diz:

*Há água nesse lugar, por onde tem de passar
a alma daquele que morreu. E há lá um cão,
um pequeno cão preto com uma mancha branca na garganta.
É preciso pedir autorização a esse cão para passar;
de modo a poder continuar viagem
e alcançar assim o outro nível, onde esperam
aqueles que morreram, onde esses antigos familiares
vivem no seu rancho.*

e de um antigo texto alquímico:

*Como o nascer da estrela-cão,
os vivos são distinguidos dos mortos pelo Cão,
pois na verdade tudo o que não cria raízes
acaba por murchar.*²⁵

A *víbora/serpente* está intimamente associada à traição e ao maldizer insidioso (*a sua língua é venenosa*). O seu sentido fálico remete para a penetração no mundo desconhecido. A *serpente*, para Blavatsky, «é a manifestação concreta do resultado de uma involução, com a presença do inferior no superior». É símbolo do princípio do Mal inerente à condição humana.

O *macaco* é a dupla face (humano-animalesca). É símbolo da força inferior, da atividade inconsciente. Na Idade Média (no bestário do séc. XII), o macaco surge associado a Satanás que é descrito como o «*simia dei*» – macaco de Deus, cujo rabo é vergonhoso.

6. O *estelionato* (venda de bens que já foram vendidos ou indisponíveis para venda) é considerada uma burla a julgamento arbitrário (segundo critério do juiz) sem ser vinculada a uma lei precisa.

7. O *furto* flagrante é pago com a retribuição quádrupla; o não flagrante, de forma a dobrar. A *injúria* tem uma penalização dependente do estatuto das pessoas injuriadas e do seu número (quantidade). O julgamento é de forma arbitrária, podendo ser perdoado o injuriante se o pedir. Por exemplo, os pais injuriados pelos filhos podem perdoar. Mas uma injúria dirigida à pessoa de um oficial pode ser punida com a morte.

8. Todas as penas devem ser aplicadas de forma mais ou menos severa, em conformidade com os seus fins. É mais severa a aplicação de uma pena se esta visar servir de exemplo. Mas também aqui a punição distingue as classes sociais, pois aplicam-se penas mais severas aos servos/escravos do que aos senhores/livres, assim como também estes são considerados os modelos de ordem social. Pune-se mais severamente alguém cuja fama seja de índole baixa do que alguém com fama de integridade. O tempo também influi, sendo de punir mais severamente os crimes recentes do que os antigos (após vinte anos, a pena por qualquer crime extingue-se).

9. Quando os crimes não se provam, mas apenas os indícios, a condenação pode passar por pagamento em dinheiro. Em qualquer dos casos, impõe-se interrogatório do acusado e de testemunhas. Estes julgamentos são feitos de forma arbitrária.

10. Perante indícios de óbvia evidência ou de contradição, ou de negação posterior à confissão, o acusado deve ser sujeito a interrogatório e a suplício (*enquanto o corpo e alma aguentarem*) até confessar. Se porém, mesmo assim, este continuar a negar, o réu é absolvido como inocente; ou, confessando, condenado. Os interrogatórios devem ser reservados apenas aos crimes graves, e não a todos. O *torturante* deve interrogar de uma forma genérica e não sugerindo a culpa ao interrogado (ex.: *Quem fez?*).

11. Também são julgados crimes cometidos contra animais. Quem matar animais alheios como forma de injúria deve ser punido com o pagamento do dobro. O mesmo se aplica aos escravos. O valor a atribuir corresponde ao valor que o bem tinha nos últimos 30 dias.

²⁵ In Kathleen MARTIN (edit.), *Livro dos símbolos*, Colónia (Alemanha), Taschen, 2012, p. 296.

12. Qualquer agressão provocada por animal sem culpa do seu dono, é compensada por pagamento de animal equivalente ou pagamento do prejuízo depois de avaliado. O mesmo em relação a escravo. Já o mesmo não é assim tratado se a agressão animal se deveu a incitamento por parte do seu dono.

Glossário

<i>Citar</i>	Chamar.
<i>Convencer</i>	Provar culpabilidade; demonstrar um erro, uma falta.
<i>Enfiteuta</i>	Detentor do arrendamento, por contrato hereditário.
<i>Lide</i>	Querela, disputa judiciária.
<i>Locato</i>	Cedido para uso por aluguer (por contrato: <i>aluguer</i> ou <i>empréstimo</i>).
<i>Obrigado</i>	Comprometido, responsabilizado.
<i>Precário</i>	Obtido por prece; dado por complacência.
<i>Prestação</i>	Ato de pagar.

ANEXO XIII

Cronologia das Constituições Diocesanas Portuguesas por séculos e dioceses

SÉCULO XIII

BRAGA	1281	D. Frei Telo
	1285	D. Frei Telo
	1286	D. Frei Telo
	1296	D. Martinho (III) Pires de Oliveira
COIMBRA	1234-1248(?)	D. Tibúrcio (1234-1246)
	1247-1267	D. Egas Fafes
	1285	D. Aimerico d’Ébrard
ÉVORA	1267-1283	D. Durando Pais
LAMEGO	1252	D. Egas Pais
LISBOA	1210-1232	D. Soeiro (II) Viegas
	1240	D. João II ou D. Aires Vaz
	1248	D. Aires Vaz
	1264	D. Mateus
	1268	D. Mateus
	1271	D. Mateus
PORTO	1247-1260	D. Julião Fernandes
	1261-1265	D. Vicente Mendes
VISEU	1251	D. Pedro Gonçalves

SÉCULO XIV

BRAGA	1301	D. Martinho (III) Pires de Oliveira
	1326	D. Gonçalo Pereira
	1333	D. Gonçalo Pereira
	1374	D. Lourenço Vicente
	1383	D. Lourenço Vicente
	1387	D. Lourenço Vicente
	1391	D. Lourenço Vicente
	1394	D. Lourenço Vicente
COIMBRA	?????	
ÉVORA	1344	D. Martinho (II) Afonso
	1352-1355	D. João (I) Afonso
	1372	D. Martinho (III) Gil de Basto
LAMEGO	1368	D. Lourenço
LISBOA	1307	D. João (III) Martins de Soalhães
	1315	D. Frei Estevão (III)
	1324	D. Gonçalo Pereira
	1393-1402	D. João (VII) Anes

PORTO	1326	D. João (II) Gomes
	1344	D. Pedro (V) Afonso
	1360	D. Afonso Pires
	1371	D. Afonso Pires
	1391-1399	D. João (IV) Esteves de Azambuja

SÉCULO XV

BRAGA	1402	D. Martinho (V) Afonso Pires da Charneca
	1430	D. Fernando Guerra
	1435	D. Fernando Guerra
	1439	D. Fernando Guerra
	1477	D. Luís (I) Pires
COIMBRA	1462-1481	D. João Galvão
ÉVORA	1420-1423	D. Pedro (III) de Noronha
	1466	D. Luís Pires
	1467	D. Luís Pires
LISBOA	1403	D. João (II) Afonso Esteves de Azambuja
	1462	D. Afonso (I) Nogueira
	1464-1500	D. Jorge da Costa (Cardeal de Alpedrinha)
PORTO	1430	D. Antão Martins de Chaves
	1465-1495	D. João (VI) de Azevedo
	1497	D. Diogo (I) de Sousa
VALENÇA	1444	D. João Afonso Ferraz (adm. apostólico)
	1472	D. João (II) Afonso Ferraz
	1483	D. Frei Justo Baldino (adm. apost., desde 1478)
	1486	D. Frei Justo Baldino

SÉCULO XVI

ALGARVE	1554	D. João (VIII) de Melo e Castro
ANGRA	1560	D. Frei Jorge de Santiago
BRAGA	1512	D. Diogo (I) de Sousa
	1538	Cardeal Infante D. Henrique de Portugal
	1599	D. Frei Agostinho de Jesus
COIMBRA	1521	D. Jorge de Almeida
	1548	D. Frei João Soares
	1566	D. Frei João Soares
	1591	D. Afonso Castelo-Branco
ÉVORA	1534	Cardeal Infante D. Afonso
	1558	Cardeal Infante D. Henrique (<i>cardeal-rei</i>)
	1565	D. João (I) de Melo e Castro
	1569	Cardeal Infante D. Henrique (<i>cardeal-rei</i>)
FUNCHAL	1585	D. Jerónimo Barreto
GOA	1567	D. Gaspar de Leão
GUARDA	1500	D. Pedro (I) Vaz Gavião
LAMEGO	1563	D. Manuel (I) de Noronha
LEIRIA	1545-1550	D. Frei Brás de Barros

LISBOA	1537	Cardeal Infante D. Afonso (II) de Portugal
	1565	Cardeal Infante D. Henrique de Portugal
	1569	Cardeal Infante D. Henrique de Portugal
	1591	D. Miguel de Castro
MIRANDA	1565	D. Julião de Alva
PORTALEGRE	1589	D. Frei Amador Arrais
PORTO	1541	D. Frei Baltasar Limpo
	1585	D. Frei Marcos de Lisboa
TOMAR	1554	Padre Cristóvão Teixeira
UISEU	1505-1519	D. Diogo Ortiz de Vilhegas
	1528(?)	Cardeal D. Miguel (II) da Silva
	1556	D. Gonçalo Pinheiro

SÉCULO XVII

ALGARVE	1674	D. Francisco (IV) Barreto (II)
ANGAMALE (Índia)	1606	D. Frei Aleixo de Meneses (1595-1612)
BRAGA	1630	D. Rodrigo (I) da Cunha
	1697	D. Sebastião de Matos Noronha
ELVAS	1635	D. Sebastião Matos de Noronha
FUNCHAL	1601	D. Luís de Figueiredo de Lemos
	1615	D. Frei Lourenço de Távola
GUARDA	1621	D. Afonso Furtado de Mendonça (Sínodo: 1614)
LAMEGO	1683	D. Miguel de Portugal (Sínodo: 1639)
LEIRIA	1601	D. Pedro (I) de Castilho (vice-rei de Portugal)
LISBOA	1646	D. Rodrigo da Cunha (Sínodo: 1640)
PORTALEGRE	1632	D. Frei Lopo de Sequeira Pereira
PORTO	1690	D. João (VIII) de Sousa
UISEU	1617	D. João Manuel
	1684	D. João de Mello

SÉCULO XVIII

BAÍA	1719	D. Sebastião Monteiro de Vide
BRAGA	1713	D. Rodrigo (II) de Moura Teles
ELVAS	1722	D. João (II) de Sousa de Castelo-Branco
PORTALEGRE	1719	D. Álvaro Pires Castro e Noronha
UISEU	1700	D. Jerónimo Soares
	1749	D. Júlio Francisco de Oliveira

SÉCULO XIX

GOA	1810	D. António Taveira Neiva Brum da Silveira (Sínodo realizado entre 1750-1774)
-----	------	---

SÉCULO XX

AVEIRO	1944	D. João Evangelista de Lima Vidal
BRAGA	1919	D. Manuel (III) Vieira de Matos
BRAGANÇA	1946	D. Abílio Augusto Vaz das Neves
COIMBRA	1923	D. Manuel Luís Coelho da Silva
	1929	D. Manuel Luís Coelho da Silva
GOA	1953	D. José da Costa Nunes
GUARDA	1949	D. José (III) Alves Mattoso
LAMEGO	1954	D. João (IX) da Silva Campos Neves
LEIRIA	1943	D. José Alves Correia da Silva
LUANDA	1950	D. Moisés Alves de Pinho

ANEXO XIV

Extrato

Constituições Synodales do Bispado de Coimbra

ANNO. 1591.

Titulo. IX. DO SACRAMENTO DO MATRIMONIO.

Constituição Primeyra.

¶ O Matrimonio foy instituído por Deos, para multiplicação & conservação da geração humana, & para euitar pecados: & depois instituído per Xpo em Sacramêto: pelo qual se alcança graça, & tem outros excelentes effeytos, E per ser de tanta vtilidade, conuem celebrarse cõ toda a solenidade & ordem que os sanctos Padres por direyto dispõem, & não escondidamente, por se disso seguir tanto escandalo, & perigo das almas.

Constituição. III.

*Que nas denunciações se declarem ao pouo os impedimentos,
que **impedem** & **dirimem** o matrimonio: ou que somente o impedem.*

¶ E porque algũas pessoas, especialmente leygos, não sabẽ quaes são **os impedimentos, que desfazem**, ou **impedem o Matrimonio**, & por essa razão, os não dizem quando as denunciações se fazem: Mandamos a todos os Priores, Reytores, & Curas, ou aos que de nossa, ou sua licença fazerẽ as ditas denunciações, q̃ a primeyra vez que denunciarem dalgũs, lhes refirão, & declarem q̃ os impedimentos de que deuem denunciar são os seguintes.

[1.] ¶ Se elle he casado com outra molher, ou ella com outro.

[2.] ¶ Se algũ delles he impotente, ou ligado de impotencia perpetua.

[3.] ¶ Se he da idade que os Canones mandão: conuem a saber, elle de quatorze annos, & ella de doze cūpridos, ou de tal diferiçãõ, & saber, & disposiçãõ, q̃ supra o defeyto da idade: & sendo, se justificará.

[4.] ¶ E se algũ delles tem feyto voto solenne em algũa religião aprouada. Se tem ordens sacras.

[5.] ¶ Se casarão por sua vontade, ou algum delles he nisso constrãgido por medo grave, & tal que possa cair em varão constante.

[6.] ¶ Se são parentes dentro de quarto grão de consanguinidade.

[7.] ¶ Se ella foy casada outra vez com algum parente delle, ou elle cõ paranta della dentro do quarto grão.

[8.] ¶ Se elle ou ella teue copula fornicaria com parente dalgum delles dentro do segundo grão.

[9.] ¶ Se jurou, ou prometeo casar elle com algũa parenta della no primeyro grão, como he mãy, filha, irmaã daquella com que quer casar, ou ella prometeo casar com parenta delle no mesmo grão, que em direyto se chama impedimento de publica honestidade; porque este impedimento dirime o Matrimonio, ainda que o parente, ou parêta a quem prometerão, sejam falecidos, ou lhe remitissem a obrigação não sendo os taes esposouros per algũa razão nullos.

[10.] ¶ Se algum delles em face da Igreja, ou em outra parte, sendo presête o Parrocho, & duas ou tres testemunhas, se casou com palauras de presente, com algum parente, ou parenta do outro, dentro do quarto grão, que já seja falecido; ainda que o Matrimonio não sosse consumado per copula: porque ainda que por tal Matrimonio não se contrahe impedimento de afinidade, nasce delle outro impedimento semelhante, basstante para impedir & desfazer o Matrimonio até o quarto grão, como per hum Motuproprio de Pio Quinto he declarado.

[11.] ¶ Se algum delles he mouro, ou gentio, & ainda não he bautizado, & outro Christão bautizado; por que estes não podem, nem deuem casar, & casando não val o Matrimonio.

[12.] ¶ Se al;gum delles he catiuo hauido por liure, & o outro não sabe q̃ he catiuo, mas tendo para si que he liure casa: & tambem isto se deue de descobrir; porque a ignorancia do catiueyro anulla o Matrimonio, & conuem saber se a condição da pessoa, para ter consentimento legitimo.

[13.] ¶ Se por erro, ou engano elle recebeo hũa, tendo intenção de receber outra, ou ella outro.

[14.] ¶ Se sendo algum casado outra vez, deu causa, ou cometeo adulterio com outra, prometendo casar com ella, & para este se feyto ordenarão a morte à primeyra molher, ou marido.

[15.] ¶ Se algum delles tem perfilhado, ou outro que em direyto se chama parentensco legar, porque durando elle não podem casar, & casando, o Matrimonio he nullo.

[16.] ¶ Se he doudo, ou desacizado de maneyra, que não entenda o que faz, nem pode ter legitimo cõsentimêto, tẽdo dilucidos interuallos, no tempo delles podera casar.

[17.] ¶ Se elle tem roubada per força, não pode casar té ella ser posta em lugar seguro, & possa consentir liurementemente.

¶ Os **impedimentos que não dirimem** são os seguintes, dos quaes tambem são obrigados a denunciar os que delles souberem: porque ainda, que o Matrimonio nestes casos valha, com tudo não se deue fazer, & a Igreja manda que se não fação.

[1.] ¶ Se algum delles fez algum voto simplez de castidade, ou religião.

[2.] ¶ Se prometeo, ou jurou casar com outra ou ella com outro.

[3.] ¶ Se per algum juiz cõ justa causa lhe està interdicto o Matrimonio, & mandado que não case.

[4.] ¶ Se algũa outra pessoa o pede por marido, ou ella por molher, & péde sobre isso demanda, por que té a demanda se acabar, & ser absoluto não pode casar.

[5.] ¶ São tambem prohibidos por direyto casar os que matão suas molheres, ou as que matão seus maridos: os que cometem peccado de incesto, ou adulterio: os que matão clerigos: os que roubão esposa alhea: os que sendo outra vez casados, quiserão *ser padrinhos de seus filhos, para prejudicarem ao debito conjugal*: & qualquer peccado pelo qual lhe seja posta penitencia publica. E mandamos a todos os sobre ditos que leão esta Constituição ao pouo, declarandolhe que estes são os impedimentos de que deuem denunciar, encomendando lhes q̃ os saybão, & tenham na memoria, para que quando se correrẽ os banhos a algũs possão dizer o quie conuem, & são obrigados.

¶ E posto que de cada hum dos impedimentos sobre ditos, que **impedem**, & **dirimem** o Matrimonio, não haja mais que hũa testemunha de certeza, ainda que seja Pay, ou mãy, ou parente; ou muytos que testifiquem de fama publica, & constante, o Prior, ou Cura, não celebrará o Matrimonio, & os remeterá ao nosso Prouisor, ou Vigayro, como dito he.

Fonte: Constituições Synodales do Bispado de Coimbra. Feytas & ordenadas em Synodo pelo Illustrissimo Sôr Dom Affonso de Castel Brãco Bispo de Coimbra, Cõde de Arganil, & do Cõselho delRey N. S.&c. E por seu mando Impressas em Coimbra por Antonio de Mariz Impressor da Vniversidade. Anno. 1591.

ANEXO XV

Extrato

Constituições Synodaes do Bispado do Argarve

ANNO DE M.DC.LXXIV [1674].

CAPÍTULO XCVI.

*Do Sacramento do Matrimonio, sua instituição, effeytos,
Materia, Forma, & Ministro delle.*

[¶] O Matrimonio, em quanto contracto, **foy instituido na ley da natureza** immediatamente por Deos nosso Senhor para **propagação, & multiplicação** da geração humana, com **vinculo perpetuo, & indissoluel**, pelo qual o **homem, & a molher se entregão hum ao outro**, como declarou o nosso primeyro Pay Adam ensinado pelo Espirito Sancto: na ley da graça foy levantado por Christo Senhor nosso á excellencia do Sacramento, significando a **união**, que há **entre o mesmo Senhor, & sua Igreja**, com o que ficou o vinculo mais indissoluel, & depois de consũmado, inseparavel por toda a vida;; & ordenou juntamente que a razão do contracto fosse tão inseparavel da do Sacramento, q̃ **se não pudesse celebrar** entre os baptizados **em quanto contracto, sem se celebrar** juntamente **em quanto Sacramento: dá graça** aos que dignamente o recebem, a qual **aperfeyçoa o amor natural**, & confirma a união, & vinculo indissoluel entre os cazados, dando-lhes particular ajuda **para viverem sanctamente** em seu estado, a geração, & creação dos filhos em virtude, & doutrina Christãa, o amor, & lealdade, entre os cazados há de haver.

[¶] **Os fins** principaes do matrimonio **são tres**; o **primeyro a companhia** dos cazados para **ajuda de hum, & outro**, & poderem levar melhor os trabalhos, & miserias da vida: **o segundo a propagação, & conservação** do genero humano, a qual se ha de pertender **paraque Deos** nosso Senhor **seja mais venerado, & honrado**, & a Fé, & **Religiaõ Catholica mais estendida na multiplicação dos filhos**, & não para elles herdarem as fazendas, & cazas dos Pays: **o terceyro o remedio contra a concupiscencia**, paraque quem com sua fraqueza não puder vencer a rebelião dos appetites desobedientes pelo peccado á razaõ, evite por meyo do Matrimonio os pec[a]dos, em que caira, se cazado não fora.

[¶] Peloque mandamos a todos os Parochos de nosso Bispado lembrem a seus freguezes, que quando houverem de cazar, tenhaõ intenção dos ditos bens, & fins, & não tomem por principaes neste Sacramento, os que o não são, & que procurem com muyto cuydado fugir de todo o fim vaõ, peccaminoso, & contrario aos bens do Matrimonio.

[¶] **A materia remota** do Sacramento do Matrimonio he o dominio dos corpos dos cazados; **a proxima** são os consentimentos dos contrahentes, em quanto significaõ a entrega, que elles fazem de si, dados de huma & outra parte, declarados por palavras de presente, ou por quaesquer sinaes exteriores.

[¶] **A forma** são as palavras, ou sinaes dos consentimentos, em quanto significaõ a mutua aceytação: **os Ministros** são os messmos contrahentes.

CAPÍTULO CIX.

*Dos impedimentos, que dirimem o Matrimonio depois de contrahido:
dos que impedem contrahirse: da prova, que basta para o Parocho sobrestar no Matrimonio:
& dos que são obrigados a descobrir os impedimentos.*

[¶] O Sagrado Concilio Tridentino tem determinado que a Igreja pode constituir impedimẽtos, q̃ impedião contrahirse o Matrimonio entre algumas pessoas, & depois de cõtrahido o dirimão; & ou-

tros, q̃ so impidão contrahirse: porq̃ conforme a doutrina do mesmo Cõcilio ensinou a experiencia, q̃ da multidão dos impedimentos succedia contrahirse o Matrimonio ignorantemente em casos prohibidos, & entre pessoas, que o não podião contrahir, nos quaes senão podia perseverar sem grande peccado, ou se não podia fazer sem grave escandalo. Pelo que **querendo occorrer a este mal restringio os impedimentos a menor numero:** & por quanto convem, que os subditos deste nosso Bispado tenhaõ inteyra noticia dos q̃ estão em seu vigor, paraq̃ não aconteça, q̃ por falta de noticia delles se não descubraõ antes de se celebrar o Matrimonio, os declaramos nestas Constituições, & ordenamos, & mandamos a cada hũ dos Parochos sobpena de mil reis applicados para a fabrica da Igreja os lea ao povo á estação das Missas do dia duas vezes no anno, a saber huma no primeyro Domingo depois da Epiphania, & outra no primeyro depois de Paschoa da Resurreyção; & os exhortamos que os leão outras vezes, especialmente nos tempos, em q̃ concorrem muytas denunciações, paraq̃ todos os saybão: & advertimos, que cõmettem grave peccado os q̃ encobrem os impedimentos, sabendoos, ou denunciandoos maliciosamente, não os havendo: & lhe declarem, como todos são obrigados a denunciillos, aindaq̃ sejaõ Pay, Mãy, ou parente dos contrahentes, sabendoos por qualquer via, aindaq̃ seja de segredo, como não seja o da Confissão sacramental, postoque não haja mais prova, que fama publica de que os saybão muytas pessoas, ou huma testemunha de certeza.

Impedimentos dirimentes.

[¶] Os impedimentos, que impedem contrahir o Matrimonio, & o dirimem depois de feyto, são os seguintes.

- 1 Se algum dos contrahentes he cazado por palavras de presente com outra molher, ou com outro marido.
- 2 Se algum delles he infiel não baptizado.
- 3 Se algum delles he cativo, sem o outro saber, que o he, & caza com elle, cuydando que he livre.
- 4 Erro da pessoa, convem a saber, se algum dos contrahentes, que receber a outro, cuydando ser tal pessoa certa, & foy outra differente.
- 5 Medo grave, & tal, que possa cair em varão constante, pelo qual algum dos contrahentes seja constrangido a cazar.
- 6 Rapto, convem a saber, se o homem por força roubar a molher, com quem quer cazar, porque o não pode fazer sem ella ser posta em lugar seguro fora de seu poder, onde livremente consinta.
- 7 Voto solenne, & profissão feyta em Religião approvada.
- 8 Voto de castidade na suscepção das tres Ordens Sacras.
- 9 Se algũ dos contrahentes he impotente, ou ligado de impotencia perpetua.
- 10 Adulterio com promessa de casamento, a saber se algum delles sendo cazado cõmetteo adulterio com outro, com quẽ agora quer cazar, tendolhe promettido de o fazer depois de morrer o marido, ou molher, com quem estava cazado.
- 11 Machinação com effeyto de ambos os cazados pela qual machinarão a morte do marido, ou molher afim de se cazarẽ depois de suas mortes.
- 12 Machinação com effeyto da morte por hũ só dos contrahentes, tendo dado palavra de cazar com o outro, ou cazando e de facto com elle por palavras de presente, ou tendo cõmettido adulterio com elle, tudo vivendo o primeyro marido, ou molher.
- 13 Impedimento chamado de publica honestidade, que se contrahe pelos espozorios de futuro valiosos, & não passa hoje depois do Concilio do primeyro grao: convem a saber, se algum dos contrahentes tinha celebrado espozorios de futuro com o irmão, ou irmãa, filho, ou filha da pessoa, com quem quer cazar: porque aindaque sejam fallecidos, ou lhes remittissem a obrigação, não podem cazar com seu Pay, ou Mãy, Irmão, ou Irmãa.

- 14 Parentesco dentro do quarto grao, que haja entre os contrahentes, ou por via de sanguinidade, ou afinidade, que se chama vulgarmente cunhado.
- 15 Parentesco de afinidade nascido de Matrimonio de presente sem ser consummado, convem a saber, se algum dos contrahentes foy cazado por palavras de presente com parente do outro dentro do quarto grao, postoque entre si não consummassem o Matrimonio.
- 16 Parentesco de afinidade nascido de copula illicita fornicaria, a saber, se algum dos contrahentes havia tido copula illicita com parente, ou parenta do outro dentro do segundo grao.
- 17 Parentesco espiritual, que se contrahe no Sacramento do Baptismo entre o que baptiza, & o baptizado, seu Pay, & Mãy: & o mesmo no Sacramento da Confirmação, que se chama vulgarmente Chrisma.
- 18 Parentesco legal, que procede quando algum dos contrahentes tem perfilhado a outro por qualquer especie de perfilhação conforme a Direyto.
- 19 Se algum dos Contrahentes não tem a idade legitima, que por Direyto se requiere, a saber a molher doze annos cumpridos, & o homem quatorze: nem descrição, & disposição, que suppra a idade: ou não tendo juizo, sendo mentecaptos, & desasizados.
- 20 Não serem presentes o Parocho, & duas, ou tres testemunhas, quando o Matrimonio se celebra, dos quaes impedimentos já fica dito.

[¶] **Os impedimentos, que só impedem contrahirse o Matrimonio, mas não o dirimem** depois de contrahido, **erão muytos** conforme o Direyto; **estão hoje delles tirados per costume**, & os que estão em seu vigor são os seguintes.

- 1 Se algum dos contrahentes tem feyto voto simplez de Religião, castidade, ou de não cazar.
- 2 Se tem celebrado espozorios de futuro, promettendo simplesmente, ou jurando de cazar com outra pessoa, & sobre isso pende demanda.
- 3 Se a algum delles está feyta prohição por seu Prelado, que não caze, ou por Juiz Ecclesiastico competente, ou ainda pelo proprio Parocho.

[¶] Fora estes impedimentos, que hoje sómente estão em uso, se pode cazar licitamente, & sem dispensação, aindaque haja algum dos outros, que estavam postos por Direyto, & hoje estão já tirados per costume, & são os seguintes.

- 1 Peccado de incesto, ou de adulterio, que qualquer dos contrahentes tivesse commettido.
- 2 Homicidio de Clerigo.
- 3 Matar a propria molher.
- 4 Roubar a espoza, ou molher alhea.
- 5 Intêtar *ser Padrinho de seus proprios filhos por prejudicar ao debito conjugal*.
- 6 Qualquer peccado, por que fosse posta penitencia publica, & solemne.
- 7 Cazar scientemente de facto com Religiosa professa.

Fonte: Constituiçoens Synodales do Bispado do Algarve novamente feytas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Frâncisco Barreto segundo deste nome, Bispo do Reyno do Algarve, e do Conselho de Sua Alteza, publicadas em a Synodo Diocesana, que celebrou em a See da Cidade de Faro em vinte e dovs de Janeiro de Mil Seiscentos, e Setenta e Tres. Evora. Com todas as licenças necessarias, na Impressão da Universidade. Anno de M.DC.LXXIV.

ANEXO XVI

Oração [*] pronunciada por Aquiles Estaço Lusitano, quando Lourenço Pires de Távora^{26[1]}, em nome de Sebastião I, Rei de Portugal, dos Algarves, etc.^{27[2]}, prestou obediência ao Pontífice Máximo Pio IV^{28[3]}, no dia 20 de maio do ano da salvação de 1560.

Se quanto mais cada um é abrasado no ardor da piedade, mais respeitador das religiões^{29[4]}, mais desejoso de propagar ao longe e ao largo a majestade do culto divino, e também tanto mais

[*] *Oração de Obediência* e correspondente *Resposta*, reproduzidas a partir da obra consultada de Belmiro Fernandes PEREIRA, *As Orações de Obediência de Aquiles Estaço*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1991. Renumerámos as notas do autor, mantendo a numeração original [entre parêntesis retos] (cf. pp. 81, 83, 85, 109-112 do original).

^{26[1]} Lourenço Pires de Távora (1510-1573), quarto senhor da Casa da Caparica, combateu em Arzila em 1526, acompanhou o infante D. Luís na expedição de Tunes em 1535. Seguiu para a Índia em 1546 como capitão de uma frota e, mal aí chegou, tomou parte no segundo cerco de Diu. Em 1551 está como embaixador em Espanha e D. João III encarrega-o de tratar do casamento do príncipe D. João com a infanta D. Joana. Segundo *A Cronica delirei D. Sebastião* de D. Manuel de Meneses, p. 75, a L. P. de Távora foi ainda cometida a missão de tentar o casamento do infante D. Luís com Maria de Inglaterra. Acompanhou a princesa até à sua entrada em Portugal. «*Espírito ambicioso e intriguista (...) nos enredos da corte portuguesa, L. Pires de Távora desempenhava o principal papel*» (vd. Queiroz Velloso, *D. Sebastião*, p. 13). No início de 1559 foi nomeado embaixador em Roma, aonde chegou a 8 de Junho segundo carta do próprio (vd. *Corpo Dipl. Port.*, vol. VIII, p. 148). «*Ordenou-lhe D. Catarina que procurasse a revogação do breve de Paulo III que determinava que aos cristãos-novos processados pelo St.º Ofício se desse conhecimento do nome das testemunhas; e a restituição da dignidade de legado a latere em Portugal que Júlio III dera a D. Henrique e Paulo IV suspendera*» (Queiroz Velloso, *o.c.*, p. 40). Ambos os pedidos foram satisfeitos por Pio IV. L. P. de Távora obteve ainda do Papa a concessão de subsídio ao rei de Portugal para a guerra contra os infiéis, todavia as cláusulas da bula eram tão ofensivas da soberania da coroa que, afirma Queiroz Velloso, «*L. P. de Távora mais parecia um servidor do pontífice, do que o embaixador de Portugal*» (*o.c.*, p. 50). Regressou ao reino em 1562 a tempo de, nas cortes então reunidas, intervir a favor do partido do cardeal-infante. D. Henrique nomeia-o para o Conselho de Estado, mas pouco depois, em 1564, despaça-o como capitão-mor para Tânger, onde mais uma vez mostra o seu valor contra os mouros de Arzila. Em 1572, D. Sebastião escolhe-o para adjunto do infante D. Duarte, general da malograda frota que o rei aprestara para a guerra aos infiéis. Informa o Pe. J. Pereira de Baião, *Portugal cuidadoso e lastimado*, p. 257: «(...) Lourenço Pires era já muito velho, e, se pudera escusar desta empresa, o não quis fazer, por servir a Deos, e a El-Rey, nos mayores negocios desta coroa, até o fim da vida, que teve no ano seguinte (...)».

^{27[2]} Forma abreviada do título dos Reis frequente nas páginas de rosto (cf. *Epístola do muito poderoso e invencível Manuel rei de Portugal e dos Algarves etc. das vitórias que obteve na Índia e em Malaca. Ao Santo Padre, em Cristo, e Senhor nosso, Senhor Leão X, Pontífice Máximo*, Reprodução facsimilada, leitura moderna, tradução e notas de Nair de Nazaré Castro Soares, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1979). O título completo pode ver-se numa carta a Pio V de 5 de Fevereiro de 1566, *Corp. Dipl. Port.*, vol. X, p. 200, «*Sebastianus Dei gratia Portugalliae et Algarbiorum citra et ultra mare in Africa Rex: Dominus Guineae, ac conquestae nauigationis comertii Aethiopiae, Arabiae, Persidis ac Indiae etc.*» Este etc. não é despreciando, subentende-se por exemplo o Brasil, coisa que aliás era costume. Veja-se a este propósito o epigrama de George Buchanan, *In polyonymum* (A. Costa Ramalho, *Latim Renascentista em Portugal*, pp. 180-1).

^{28[3]} Pio IV (Milão 31.3.1499 - Roma 9.12.1565) chamava-se Giovanni Angelo de Medicis, mas não pertencia à família dos famosos Medicis de Florença. Estudou Filosofia e Medicina em Pavia; e em 1525 obteve, em Bolonha, o grau de doutor *in utroque jure*. Em 1542 foi enviado por Paulo III à Hungria junto do Imperador Fernando I que lutava então contra os Turcos. Tomou ordens maiores só em 1545, mas nesse mesmo ano foi nomeado arcebispo de Ragusa. Recebeu o chapéu cardinalício em 1549. Depois de quatro meses de conclave foi eleito Papa a 26 de Dezembro de 1559, e coroado a 6 de Janeiro de 1560. No seu pontificado conclui-se o Concílio de Trento e inicia-se verdadeiramente a reforma católica, em que desempenha papel de relevo o seu sobrinho, S. Carlos Borromeu. Lourenço Pires de Távora em carta a el-Rei, ou melhor, à regente D. Catarina, e datada de Roma de 30 de Dezembro de 1559, apresenta o novo Papa deste modo: «(...) Sua Santidade he de sesenta e quatro annos [o embaixador português erra na idade] tentado de gotta e não se pode gabar de muita saude passou ja por muitos cargos crescendo em cada hum he creatura de Papa Paulo 3.º Dizem que se põem em colera muitas vezes, crem todos a corte será mais larga em spedições e graças do que sohia. A mayor parte da gente esta contente para seus respeitos (...)» (*Corp. Dipl. Port.*, vol. VIII, p. 280).

^{29[4]} *religionum obseruantior*. Significa respeitador dos direitos e privilégios das Ordens Religiosas. Religião quer dizer ordem religiosa, vd. Frei Heitor Pinto, *Diálogo da Religião (Imagem da Vida Cristã)*, vol. I, Lisboa, Sá da Costa, 1952², pp. 96-7): «Somente falamos da religião assim como se comumente toma, quando por um homem que deixou o mundo, e se meteu na ordem de S. Jerónimo ou de S. Domingos ou de S. Francisco ou em qualquer ou-

se alegra com a eleição de um Pontífice Máximo, santíssimo em vida e costumes, imaginais então, Beatíssimo Padre, com que alegria exultou o Rei da Lusitânia, quando pela primeira vez lhe foi trazida a notícia de que havíeis subido, com os sufrágios de todos os Padres, a este excelsíssimo sólio de honra e dignidade?

Quantas graças ele deu antes de mais ao próprio Deus, e depois a vós, Padres, por o Espírito Santo vos ter impelido num só e mesmo espírito, e como que inspirado, para que, em assunto agitado durante tanto tempo por tantas disputas e pelas opiniões de todos vós³⁰[⁵], elegésseis Pontífice Máximo, por decisão unânime, varão tão eminente e de tanta virtude.

Na verdade, para estes tão desastrosos tempos³¹[⁶], impossível seria encontrar alguém mais útil e apropriado do que este varão. Com efeito, seguindo a vontade divina, ao orbe das terras, exausto e abatido por todas as calamidades, vós destes o pai da paz, o dispensador de toda a sorte de bens, a salvaguarda da justiça, e, o que é mais, o restaurador e defensor da velha e illustre religião cristã³²[⁷].

A vós, pois, Pio, Pontífice Máximo, e a esta Santa Sé Apostólica, Sebastião primeiro, Rei de Portugal e dos Algarves, ou por ele Lourenço Pires de Távora³³[⁸], varão muito ilustre, dotado de grande experiência dos negócios que em toda a parte tratou com a mais elevada lealdade, prudência e felicidade, versadíssimo nas artes da guerra e da paz, com tanta alegria e dedicação quanto se possa imaginar, não só vos felicita agora, como também vos traz e submete, com o maior agrado, todos os seus reinos, riquezas, domínios, povos tão vários a si sujeitos, e as vontades de todos eles, ao prestar-vos a devida obediência e reverência. E não apenas os povos e nações que em tantas ilhas tem submetidos, que os seus antepassados, em quase toda a Ásia e nas terras mais longínquas, subjugaram pelas armas, e que pela pregação do Evangelho conduziram para o culto e conhecimento de Jesus Cristo, mas ainda todos aqueles que ele, encorajado pelos exemplos dos seus maiores, em breve há de reduzir ao seu domínio.

A que tal espereis e não tenhais dúvida sobre o que, por certo, sucederá, facilmente vos pode levar a memória dos tempos passados, pois, por mais longe que se recue no tempo, nunca a gente Lusitana se apartou da fé e da autoridade desta Santa Igreja de Roma ou se afastou de algum Pontífice Máximo³⁴[⁹].

tra aprovada, dizemos que se meteu em religião.» Vd. também Diogo do Couto, *O Soldado prático*, p. 180: «... ora pesa-me de não ter já idade para me meter numa religião»; p. 134: «... e sobretudo na piedade, zelo e cristandade dos nossos reis, que em todas as religiões mandam encomendar seus Estados a Deus Nosso Senhor» e *Década 8^a da Ásia*, Livro V, cap. v, p. 429: «...desembarcá-los em terra, onde o capitão, cidade, cabido e padres das religiões os esperavam e os receberão com triunfo.»

³⁰[⁵] O Papa anterior, Paulo IV, faleceu a 18 de Agosto. Passaram quatro meses, e só depois de muito «trabalho e novas invenções (...) chegou o tempo no qual (...) elegerão em papa (a primeira octava de Natal lhe amanheceu) o cardeal de Medicis (antes) e aguora Pio quarto» (*Corp. Dipl. Port.*, vol. VIII, p. 280). As reuniões do conclave foram muito agitadas e a eleição demorada porque os reis de Espanha e de França, e o duque de Florença tentaram determinar a escolha. Lourenço Pires de Távora na carta citada diz «Sua Santidade fica obrigado por este benefício principalmente ao duque de Florença e por seu meio aos franceses». Entre os cardeais mais votados (Carpi, Gonzaga, Este, Pacheco) esteve o cardeal infante D. Henrique.

³¹[⁶] Em 1560, embora as guerras entre a Espanha e a França tivessem terminado em Abril do ano anterior pela paz de Cateau-Cambrésis, as perspectivas eram sombrias. No Império, a paz de Augsburg dera a vitória aos luteranos. Em França, o reino estava totalmente minado pelo protestantismo e ferviam as paixões que haviam de gerar as intermináveis guerras de religião. Em Inglaterra, Isabel, não obstante a atitude ambígua adotada nos primeiros anos do seu reinado, separava-se definitivamente de Roma. Mas mais ameaçadores ainda eram os ventos que sopravam do Levante, a expedição de 1559 contra Trípoli fracassara (vd. carta de 20 de Maio de L. P. de Távora a D. Sebastião, *Corp. Dipl. Port.*, vol. VIII, pp. 459 sqq.), a armada turca detinha a superioridade no Mediterrâneo e as razias levadas a cabo pelos corsários de Trípoli e Argel traziam em constante alvoroço a Sicília, Malta, o sul de Itália, as praças cristãs do norte de África, a própria Espanha.

³²[⁷] Assume especial importância, dentre as atribuições do Papa, a defesa da ortodoxia e a reforma da Igreja. Com efeito, Pio IV concentrou-se sobretudo nessas tarefas: levou a bom termo os trabalhos do Concílio, publicou em 1564 a profissão de fé tridentina e o Índice dos livros proibidos, reformou o conclave e o colégio dos cardeais, insistiu na obrigação de os bispos residirem nas suas dioceses, fundou uma tipografia pontifícia chamando para o efeito Paolo Manuzio; em suma, lançou as bases dos sucessos dos pontificados seguintes.

³³[⁸] Cf. supra n. (1).

³⁴[⁹] Desde a fundação da nacionalidade esteve Portugal ligado à obediência à Santa Sé. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, p. 85, escreve: «não era novo que senhores e príncipes mais fracos procurassem o apoio e proteção da Santa Sé contra a espoliação dos mais poderosos (...) ofereceu D. Afonso Henriques o seu reino à Igreja romana, declarou-se vassalo de S. Pedro e do Pontífice; comprometeu-se por si e pelos seus sucessores a pagar o censo anual de quatro onças de ouro e a não reconhecer outro domínio, eclesiástico ou secular, que

Esta dedicação dos nossos reis, este antigo e perpétuo costume, desde os tempos mais remotos sempre tão zelosamente conservado e respeitado, é dia após dia cultivado e aumentado com os maiores esforços e bons serviços.

Inacreditável é, na verdade, o número quase infundo de gentios que, por obra daqueles reis, todos os dias se vem acrescentar ao nome cristão. Com efeito, depois de terem como que posto o freio à própria África³⁵[¹⁰], sempre ávida das riquezas da Europa, e de terem sustido com fortalezas e cidadelas bem armadas, e terem esmagado muitas vezes, em combates bem sucedidos, a sua força e ímpeto, chegados às últimas plagas do longínquo Oriente, quantos reis – bom Jesus! – quantos domínios, ou completamente vencidos pela força das armas, ou de si quietos e pacíficos, mas desconhecedores do nome de Jesus Cristo, eles instruíram em toda a nossa religião e no culto sagrado! E, criando escolas públicas de belas letras, quantas multidões eles ensinaram com a ciência e os preceitos de homens pios e doutos!

Inveja-nos Solimão e, não podendo suportar a fortuna dos nossos, numerosíssimas e encarniçadíssimas hordas de bárbaros por terra e por mar lança contra nós; mas vencido, desbaratado, posto em fuga, não só se retirou perante o nosso valor e as nossas armas, como já ousa menos aventurar-se tão longe e descuidadamente, e inquieta-se com as fronteiras do seu próprio império, que vê tornarem-se pelas nossas vitórias cada dia mais apertadas³⁶[¹¹].

Por isso, el-Rei Sebastião não há de dar-se por vencido, nem perante a glória dos seus antepassados, nem perante o singular respeito de todos eles para convosco e para com este santíssimo colégio de Cardeais. A vós, pois, Beatíssimo Padre, com tanto mais piedade e dedicação ele há de honrar, quanto, ao ouvir chamar pios aos seus antepassados, vivamente deseja ser considerado e confirmado como um deles por vós, Pio Pontífice Máximo.

Crescerá, sem dúvida, e então com a vossa piedade também a sua há de brilhar. É que, com o vosso paternal amor e indulgência, acender-lhe-eis as egrégias disposições para toda a excelência da glória do melhor Rei.

não fosse o da Santa Sé». Com o Cisma do Ocidente (1378-1417) «os soberanos passaram a escolher o pontífice ao qual deviam prestar obediência», Alberto Navarro, *Ensaio bio-bibliográfico*, p. 54 (vd. também *Quadro elementar*, t. IX, p. 402).

³⁵[¹⁰] Refere-se, certamente, ao Norte de África, etapa primeira da expansão. Caem sob domínio da coroa portuguesa, primeiro, Ceuta (1415), depois, Alcácer Ceguer (1458), Arzila e Tânger (1471), Santa Cruz do Cabo de Gué (1505), Safim (1508), Azamor (1513), Mazagão (1514). A. Estação parece querer dizer com esta metáfora que por um lado os Portugueses vingaram a História e que por outro impediram a expansão turca para Ocidente.

³⁶[¹¹] Solimão, o *Magnífico*, foi o sultão dos Turcos (1520-1566) que elevou o Império Otomano ao seu máximo esplendor. Morreu na Hungria a 5 de Setembro de 1566, a três dias da conquista de Szigeth. Aquiles Estação dirigiu-lhe um epigrama, em dísticos elegíacos, publicado por Marina La Tella Bartoli, «A proposito di Aquiles Estação e dei Carmina dei codice vallicelliano B 106», p. 340:

*Istic sis, ubi nulla dies ubi et horror et ignis
Sulfureus meritas, sic male habent animas.
Istic nunc, quoque sera senex uera omnia discis,
Seraque dediscis omnia falsa senex.
Infelix Solimane, breue est quod uincis, et olim
Quod potes, aeterno uictus ab igne miser.*

Em versão portuguesa:

«Aí estejas, onde nunca há luz do dia, onde horrores e sulfúreo fogo
são suplício das almas que o mereceram.
Aí agora, embora tarde, aprendes na velhice todas as verdades,
e tarde esqueces na velhice todas as falsidades.
Infeliz Solimão, breves são tuas vitórias e o teu poder de outrora,
pelo fogo eterno foste vencido, ó desventurado.»

O conflito entre Turcos e Portugueses no Índico foi contínuo desde que aqueles substituíram os Mamelucos no Egito (1517). Tomaram parte nos cercos de Diu (1538 e 1546), instigaram repetidas vezes os potentados da Índia à revolta, mas «nunca puderam conseguir superioridade naval que lhes permitisse derrotar os Portugueses» (vd. *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, s.u. *Egito e Diu*). A sua simples presença era proibida através da política dos «cartazes», no entanto, muitos mercadores turcos, fazendo-se passar por persas, frequentavam os portos indianos, disfarce que era do conhecimento geral (vd. V. Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, III, cap. 6, subcap. 3, pp. 111-121).

A vós, pois, suplica agora o príncipe excelente, que o ameis em extremo como se fora vosso filhinho querido; promete que tanto ele como a gente lusitana para sempre hão de permanecer na vossa fé e fé desta Sede Apostólica, e deseja ainda o mesmo Rei, Beatíssimo Padre, que tenhais vida e saúde o mais longamente possível.

RESPOSTA DADA AO EMBAIXADOR DO REI DE PORTUGAL
EM CONSISTÓRIO PÚBLICO NO DIA 20 DE MAIO DE 1560,
PRIMEIRO ANO [DESTE PONTIFICADO]³⁷[¹²].

Ilustre senhor embaixador³⁸[¹³]

Com todo o gosto e prazer, o nosso Santíssimo Senhor, juntamente com os seus Veneráveis Irmãos Cardeais da Santa Igreja Romana, aceita a obediência que prestastes à sua pessoa e à Sé Apostólica por ordem e em nome de Sebastião, ilustríssimo Rei de Portugal e dos Algarves.

Quanto, acerca da perpétua obediência dos Reis de Portugal para com esta Santa Sé e acerca das suas glórias, por vós foi recordado, tudo com o maior agrado ouviu e aprova. Não crê, porém, que possam ser, suficiente, dignamente, louvados por alguém os feitos praticados por aqueles Reis, com não menos piedade que bravura. Pelo seu valor, percorrido, e com grandiosas vitórias, o vastíssimo Oceano em admirável e por todos os séculos inaudita navegação, quase dos extremos limites do Ocidente até aos últimos confins da Índia, se alcançou que muitas e grandes nações da África e da Índia, e um número quase incontável de ilhas, depois de abandonarem o culto dos ídolos, receberam, por chamamento de Deus, a verdadeira piedade e a verdadeira religião.

Espera e augura o nosso Senhor que o Rei Sebastião, nascido de tais antepassados, assim como lhes sucedeu no trono, assim, quando tiver crescido, lhes há de suceder no zelo de propagar a nossa religião, tornar-se-á então muito semelhante a eles tanto na dedicação a esta Santa Sé como em todas as outras virtudes. Por isso, não só o abraça com paternal amor, como ainda, em todos os seus serviços, a ele, ao seu reino e a todo o povo lusitano, que à Sé Apostólica sempre tão exemplarmente obedeceu e honrou, há de o nosso Senhor proteger, ornar e acrescentar.

António Lavelino³⁹ [¹⁴]

³⁷[¹²] *Die 20 Maii 1560*. Repare-se como esta forma de datar contrasta com a utilizada por Aquiles Estaço no frontispício da oração.

³⁸[¹³] Esta resposta dirigia-se também a Lourenço Pires de Távora. *Orator* significa «orador» e «embaixador» (vd. Bento Pereira, *Prosodia*, s.u.). Aliás, na época, era comum designarem-se os embaixadores por *oratores*, o Pe. A. Pereira de Figueiredo (*Portugueses nos Concílios Gerais*, p. 62), ao referir-se aos representantes de Portugal no Concílio de Latrão, traz o seguinte: «*magnificus Dominus Tristanus de Acugna, et magnificus Dominus Didacus Pacheco, et magnificus Dominus Joannes de Faria, Illustrissimi Domini Regis Portugalliae oratores*».

³⁹[¹⁴] António Lavellino é o humanista Antonius Florebellus (latinização de Fiordibello), a que se refere A. Estaço no poema que começa *Laurenti, nouas mutatas in corpore formas* (M. T. Bartoli, *o.c.*, pp. 345-7). Orador e teólogo, Fiordibello (Módona 1510-Módona 25.4.1574) estudou Direito e Filosofia. Publicou uma vida do cardeal Sadoletto, a quem esteve muito ligado. Acompanhou o cardeal Crescenzi ao Concílio de Trento e depois passou a Inglaterra como secretário do cardeal Reginald Pole, função que desempenhou até à morte deste. Regressado a Itália, foi nomeado bispo de Lavello, no reino de Nápoles. Secretário das cartas latinas de Paulo IV e de Pio V, foi encarregado de responder à oração de António Pinto a Pio V, em nome de D. Sebastião, proferida em Abril de 1566 e, quase de certeza, também à que foi pronunciada na mesma altura por Aquiles Estaço em nome da Ordem de Malta. Em 1567 renunciou a todos os cargos e dignidades para se retirar para a sua terra natal. Além da biografia de Sadoletto publicou: *Ad Carolum V, Romanorum imperatorem, panegyricus*, Roma, 1535; *Oratio de concordia ad Germanos*, Lião, 1541; *De auctoritate summi pontificis, Ecclesiae capitis*, Lião, 1546; *Oratio ad Philippum et Mariam reges de restituta in Anglia religione*, Lovaina, 1545; *Oratio in funere Iacobi Sadoleti commentarius*, que vem na edição que o mesmo Fiordibello fez das cartas de Sadoletto. Foi ainda autor de abundante epistolografia, mais tarde coligida por Costanzi. (vd. *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastique*, t. XVII, s.u. e *Dictionnaire de Théologie Catholique*, t. V, s.u.).

Oração Obediencial [*] de Aquiles Estaço Lusitano, pronunciada diante do Pontífice Máximo Gregório XIII, em nome de Sebastião I, Rei da Lusitânia⁴⁰ [41]

*A seu Rei, pio e poderoso,
oferece o próprio Estaço um pequeno presente do seu talento.*

Se, na verdade, o Rei da Lusitânia faz agora mais tardiamente aquilo que segundo o seu costume e o dos seus antepassados sempre fez – ser o primeiro ou dos primeiros a enviar, das mais longínquas terras, a cada novo Pontífice Máximo a obediência e o parabém – vós próprios, Beatíssimo Padre, mesmo que nós o calemos, seguramente compreendereis que esta falta não foi cometida nem por livre vontade nem por negligência, mas que resultou antes da força das circunstâncias⁴¹[42].

Esta é, porém, a humana condição, que quando desejamos mais ardentemente uma coisa e, para que mais depressa ela se possa realizar, prevemos tudo com o devido cuidado, todavia algum acaso se intromete, donde sucede naturalmente o que menos se espera, e então a própria esperança não raro nos engana, e finalmente todo o esforço se toma vão.

Com efeito, quando foi anunciado ao rei, que sem dificuldade, e aliás de acordo com o seu querer, havíeis sido eleito Pontífice Máximo com tanta unanimidade dos Padres, com tanto entusiasmo, e mesmo com tanta celeridade quanta não nos lembramos de ver, ouvir ou ler⁴²[43], logo ele se acendeu num inacreditável desejo de imediatamente vos felicitar. E pensava que uma maravilhosa oportunidade de satisfazer este desejo lhe era oferecida pela Providência, enviando imediatamente para Roma, por estar mais próximo, por assim dizer a meio caminho, João Gomes da Sil-

[*] *Oração de Obediência* reproduzida a partir da obra consultada de Belmiro Fernandes PEREIRA, *As Orações de Obediência de Aquiles Estaço*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1991. Renumerámos as notas do autor, mantendo a numeração original [entre parêntesis retos] (pp. 95, 97, 99, 101 e 117-123).

⁴⁰[41] Logo na página de rosto Estaço manifesta o esmero que colocou na composição desta *oratio*. Prefere aos títulos habituais dos reis de Portugal, embora grandiloquentes, o modo humanista de nomear o rei de Portugal, *rex Lusitaniae*.

⁴¹[42] Gregório XIII foi eleito Papa a 14 de Maio de 1572. Esta cerimónia de obediência realizou-se só a 28 de Setembro de 1574. No entanto, já na carta de parabém datada de 30 de Junho de 1572, manifestara D. Sebastião a intenção de enviar ao novo pontífice um embaixador extraordinário para lhe prestar obediência (vd. Visc. de Santarém, *Quadro das rel. pol.*, vol. XIII, p. 561). A. Estaço invoca como causa desta demora a força das circunstâncias. De facto, há muito tempo que o rei confiara a João Gomes da Silva essa missão. Com a morte de Pio V e o matrimónio de Margarida de Valois com Henrique de Navarra, celebrado a 18 de Agosto de 1572, parecia que tinham terminado as razões da estadia de J. Gomes da Silva na corte francesa, já que «o objetivo do embaixador seria fingir perante o rei cristianíssimo e a rainha mãe um interesse que, na realidade, D. Sebastião não sentia», i.e., casar com a princesa Margarida (vd. Queiroz Velloso, *D. Sebastião*, pp. 173-5). Mas, primeiro a alegada ameaça de uma esquadra francesa que então se aprestava, e depois os tristes acontecimentos do massacre da noite de S. Bartolomeu retardaram o diplomata e só a 22 de Julho de 1573 D. Sebastião mandou para Roma a sua credencial de embaixador e a procuração para J. Gomes da Silva prestar em nome do rei a obediência. Todavia, a 11 de Abril de 1574, o embaixador ainda não tinha chegado a Roma, pois tem essa data uma carta do cardeal D. Henrique a Gregório XIII (Arquivo Secreto do Vaticano, *Nunz. di Port.*, vol. 4, fol. 34, publicada pelo Pe. José de Castro, *D. Sebastião e D. Henrique*, pp. 71 e sqq.), que diz: «vai João Gomes da Silva, embaixador de El-Rei meu Senhor que manda a Vossa Santidade tão desconsolado por tardar tanto a sua ida, que ainda que muita parte disso foi por sua indisposição me pareceu devia pedir a Vossa Santidade que o console, e esforce para o melhor poder servir. E porque êle é dos honrados desta terra, assim pelo sangue, como pelos bons costumes. E é neto de Rui Teles que foi mordomo-mor da Rainha minha Senhora, e mie e da imperatriz minha irmã (...) E seu pai foi camareiro-mor do Infante Dom Luiz meu irmão que Deus haja, e êle o criou de muito moço (...)».

⁴²[43] Pio V faleceu a 1 de Maio de 1572. Reunido o conclave a 11, ao fim de três dias foi escolhido por unanimidade o cardeal Ugo Boncompagni. Que a eleição correu ao gosto de D. Sebastião mostra-o a carta que o rei dirigiu aos cardeais, em que os exorta «a pospordes nella [na escolha] todo o humano respeito, e attenderdes sómente ao seu serviço, e bem da Universal Igreja», e declara ter mandado rezar em todas as igrejas do reino «para esta eleição ser breve, e santa» (vd. *Corp. Dipl. Port.*, vol. x, pp. 444-5). De acordo com o Pe. J. Pereira de Baião (*Portugal cuidado e lastimado*, p. 284), logo a 30 de Junho D. Sebastião escreveu ao novo pontífice uma carta de parabém pela sua exaltação, e a 15 de Julho uma outra de obediência, e em ambas o incitava a prosseguir a guerra contra o turco. Conselho sobejo, pois Gregório XIII, no consistório de 30 de Maio, ao anunciar o seu programa, «*menzionò, in primo luogo, il mantenimento e consolidamento della lega contro il nemico della cristianità*» (vd. L. von Pastor, *o.c.*, vol. ix, p. 232).

va⁴³[⁴⁴], varão idóneo e ilustríssimo, dotado de muita experiência e brilhante no estudo das nossas letras, que com agrado vemos aqui presente diante de todos, ao tempo seu embaixador junto do Cristianíssimo Rei da Gália.

Ele, porém, como tinha assumido aí compromissos régios, por forma que não podia resolvê-los de repente e pôr-se a caminho, e como, no entanto, esperava de um dia para o outro cumprir as ordens que recebera, procedeu sem dúvida com mais demora do que se pensava⁴⁴[⁴⁵].

Com efeito, que tempestade então se gerou! Que turbilhão de guerras civis então assolou a Gália! Que ondas de calamidades por fim se ergueram⁴⁵[⁴⁶! Não só são do conhecimento de todos nós, como não podem ser recordadas sem lágrimas e pranto. Era de todo impossível que nesta tormenta não fossem também envoltos aqueles que seguiam o rei⁴⁶[⁴⁷. Que esta falta foi, afinal, própria dos tempos, nem vós Beatíssimo Padre, o ignorais, nem nenhum dos mortais o deixará de acreditar, se lembrado das provas, quer passadas, quer recentes, daquela excelente e admirada piedade para com a Sé Apostólica. Dessas provas são, na verdade, excelentes testemunhas e apologistas tanto este ilustríssimo colégio, como sobretudo a Vossa pessoa⁴⁷[⁴⁸].

Com efeito, deixando de lado outros exemplos passados, perpetuados pelos monumentos literários e de que muitas vezes se ouviu falar, ficou bem claro, pelo menos na última legação enviada ao rei por Pio V, Pontífice Máximo nunca assaz louvado, que jamais se pôde encontrar, ou pensar que houvesse, alguém mais dedicado, mais obediente à Sé Apostólica do que aquele

⁴³[⁴⁴] João Gomes da Silva, filho de Braz Teles de Meneses, cresceu no círculo ilustrado do infante D. Luís (cf. n. 42). Fidalgo da casa de D. Sebastião, alcaide de Seia, foi em Janeiro de 1567 designado capitão-mor da frota que devia a 18 de Março fazer-se de vela para a Índia. «Sendo 8 ou dez de Setembro surgirão na barra de Goa quatro naos do Reyno de que veo por capitão mor João Gomez da Silva, que foe vedor da Fazenda do Reyno e embaixador em Roma; o qual veo embarcado na nao Reys Magos» (Diogo do Couto, *Década* 8^a, III, 3, p. 218). Voltou a Lisboa nos mesmos navios em Agosto de 1568. A 2 de Fevereiro de 1571, «despues que elRey aqui vino [a Xabregas] se a tratado de embiar a visiiar y a dar el parabien de su casamiento al Rey de francia a lo qual embia Joam Gomez da Silva primo de Ruy Gomes [Rui Gomes da Silva, o famoso príncipe de Eboli]. Es hombre cuerdo y bien entendido y de quien el Rey se fiará que le hade dezir verdad en la relacion que de alla trouxer de la Reyna y de madama Margarita», carta do embaixador espanhol D. Juan de Borja a Filipe II editada por J. Veríssimo Serrão (*Itinerários de D. Sebastião*, p. 185). Na verdade, D. Sebastião tinha muita confiança no seu embaixador. Cometeu-lhe missões bem delicadas. Não só a tarefa árdua de tentar iludir a corte gaulesa, os agentes de Filipe II, os legados e nuncios da Santa Sé, mas também protestar junto de Carlos IX contra os assassinios e roubos com que os corsários franceses, continuamente, nos injuriavam (vd. L. Bourdon, «L’Ambassade de João Gomes da Silva en France», *Bulletin des Etudes Portugaises* 20 (1957), pp. 5-86; E. Prestage, «Novas informações sobre a embaixada de João Gomes da Silva a França», *Rev. Port. de História*, Lisboa, 6 (1917), pp. 352-3 e Queiroz Velloso, *o.c.*, *passim*).

⁴⁴[⁴⁵] A 7 de Julho de 1571 D. Sebastião ordenara ao seu embaixador que entretivesse na corte francesa a questão do seu casamento «até que outra cousa lhe mandasse» (vd. J. Veríssimo Serrão, *Itinerários de D. Sebastião*, p. 204).

⁴⁵[⁴⁶] De 1562 até 1598 a França viveu numa quase contínua guerra civil. Os historiadores enumeram oito guerras de religião (1562-1563, 1567-1568, 1569-1570, 1572-1573, 1574-1576, 1576-1577, 1579-1580, 1585-1598). Na noite de 23 para 24 de Agosto de 1572, dia de S. Bartolomeu, foram massacrados em todo o reino cerca de trinta mil huguenotes. Foi publicado então um édito real a interditar o culto reformado. Iniciava-se assim a quarta guerra de religião, que veio a ter como principal cenário o porto de La Rochelle, tradicional bastião das forças protestantes. Perdida a confiança no rei o partido huguenote organizou-se como nunca o tinha feito, passou a dispor de um exército permanente e como que erigiu uma república protestante no interior do reino, com a capital em Nîmes e em Montauban. Esta guerra veio a terminar pela paz de La Rochelle, após um duro cerco a esta praça.

⁴⁶[⁴⁷] *qui regem sequebant ipsum*. Refere-se ao corpo diplomático, obrigado a seguir a corte nas suas deambulações pelo reino. O nuncio apostólico dizia que a divisa da corte francesa era semelhante à da morte, isto é, sabe-se que há de chegar, mas nunca onde, quando e como. Em carta de 5-12-1571 ao cardeal Alexandrino afirma: «*chi non conosce per prova la Corte di Francia non puo intenderla per assomiglianza cha se na faccia con tutte le altre dei mondo, perche tutte per ordinario stan ferme et insieme, et questa sola sempre è in viaggio et per il piu divisa in tanti luoghi che difficilmente si sa ritrovar l’un l’altro, il che apporta incomodo et diffilcuta grandemente i negotii*» (vd. L. Bourdon, *o.c.*, p. 31). Do mesmo se queixavam frequentemente os embaixadores espanhóis na corte portuguesa (vd. Queiroz Velloso, *o.c.*, *passim*).

⁴⁷[⁴⁸] Gregório XIII, por um breve de 17 de Setembro de 1572, agradece a D. Sebastião as cartas de felicitações e de obediência que este lhe enviara ao saber da eleição do novo Papa e agradece-lhe, precipuamente, as promessas feitas ao anterior pontífice, Pio V (vd. Visconde Santarém, *Quadro elementar*, t. XIII, p. 564 e Pe. J. Pereira de Baião, *Portugal cuidadoso e lastimado*, pp. 284-7, que apresenta uma tradução desse breve de que citamos a seguinte passo: «E quanto às outras cartas, que pelo Cardeal Alexandrino escreveo V. Magestade ao Santíssimo Pontífice Pio V, e elle não pode ver, lendo-as nós, tanto nos alegramos em o Senhor, que nem de as ler, nem de louvar a vossa insigne piedade, nem de dar a Deos as dividas graças podíamos saciamos»).

rei^{48[49]}. Na verdade, que sinal não deu ele de pública alegria, de benignidade, de benevolência? Que género de serviços ao legado da Sé Apostólica não ofereceu o rei? Que é que, de bom grado, não deu ele ao Pontífice Máximo, mesmo sem ele lho pedir? Mas também quando este o quis, não lho ofereceu liberalmente e de sua própria vontade? Isto para que ficasse bem claro que o rei da Lusitânia, à imagem daquele filho mais velho da Escritura, sempre permaneceu na fé e no perpétuo amor da Sede Apostólica^{49[50]}.

Donde resultou que todos os anteriores Pontífices Máximos sempre o distinguiram com muito amor, como a velho discípulo da Igreja Romana e seu filho muito querido; e, de facto, com tanta afeição quanta se pôde perceber da sua dor, todas as vezes que, órfão, ele chorava os que terminavam os seus dias, como a pais dulcíssimos.

E, privado da piedade e da benevolência do Pontífice Máximo Pio V^{50[51]}, ainda agora estaria prostrado pelo desgosto e pelas lágrimas, se a esperança da vossa virtude, Beatíssimo Padre, e do vosso paternal amor, não o alevantasse e não tivesse dissipado completamente toda a dor e luto da sua alma. Impressionado pela fama da vossa singular ciência e piedade, já quando éreis Cardeal tinha o rei por vós profunda estima; não podia, pois, deixar de vivamente se alegrar quando fostes eleito Pontífice Máximo. Entretanto, era aumentada esta sua alegria pela grande afeição que lhe dedicais, a ele e ao seu povo. Com efeito, por escrito ou de viva voz, muitos lhe afirmavam que, por leituras, ou por diligentemente o perguntardes, conhecíeis melhor do que ninguém os feitos dos Lusitanos, e que era vosso costume congratular-se com a Igreja de Deus por eles trabalharem antes de tudo pela sua propagação e aumento. Por isso, com a vossa elevação a Pontífice Máximo da divina Igreja Católica, tinha o rei motivo não só para em público felicitar a mesma Igreja, como também para particularmente se alegrar no seu coração.

Assim sendo, há razão para ele dar, como doutras vezes, as maiores graças ao Deus imortal; mas sobretudo agora, quando, cumprindo o dever de vos felicitar e prestar obediência, para vós, que tanto estimais a sua gente, tem o rei presentes raros que aumentarão a vossa alegria.

Na verdade, Deus presenteou o rei com vitórias mais admiráveis do que se pode dizer, de tal modo que ele explica naturalmente aqueles dons como significando que a sua glória está unida por vontade divina à vossa alegria. E que pode haver de mais estreito que esta união,

^{48[49]} Na carta referida na nota anterior Gregório XIII afirma: «Porventura poderia alguém dezejar outros mayores soccorros, que estes que V^a. Magestade nos promete?» Com efeito, «a resposta do rei foi, pelo menos na aparência, inteiramente favorável às propostas do Papa [feitas em Lisboa, em Dezembro de 1571, pelo sobrinho de Pio V, Miguel Bonelli, o cardeal Alexandrino]: não só concorreria com uma grande armada – a vitória de Lepanto, dois meses antes, devia estimulá-lo, por lá não se encontrar nenhum navio português – como estava disposto a casar, até sem dote, se Carlos IX também entrasse na Liga. Esta condição não era facilmente exequível pelas questões religiosas que então dividiam a França. Além disso, desde Francisco I que os monarcas cristianíssimos tinham entendimentos com os sultões da Turquia. D. Sebastião ainda exigia que o negócio do casamento corresse por mãos do pontífice e não de Filipe II» (vd. Queiroz Velloso, *o.c.*, p. 142). Quanto à participação do rei na liga contra o turco, de acordo com Barbosa Machado (*Memórias del Rey D. Sebastião*, t. III, p. 352), «concorreria com seis galeões, doze galelles, e quatro galeças guamecidas de cinco mil combatentes, desejando que fosse mayor este aparato naval, de que era impedimento o grande numero de gente extincta pelo flagello da peste, como a expedição de tantas náos para o Oriente, para resistir à violação da mayor invasão, que testemunhara toda a Ásia, cercando ao mesmo tempo Goa, e Chaul, o Hidalção, e Nizamaluco».

^{49[50]} *Luc* 15,11-32. Na parábola do filho pródigo o filho mais velho é aquele que sempre permaneceu fiel: «*At ipse dixit illi: Fili, tu semper mecum es, et omnia mea tua sunt (...)*» (v. 31).

^{50[51]} Que Pio V dedicava particular afeto a D. Sebastião expressa-o claramente um breve de 27 de Junho de 1569: «a nenhum de todos os Principes Catholicos amamos tanto de coração, como a V. Magestade» (vd. P.^e J. Pereira de Baião, *o.c.*, p. 129). E repetidas vezes este Papa deu provas da sua solicitude: quando levantou as proibições consignadas na bula da ceia (que impediam o comércio da sua solicitude: quando levantou as proibições consignadas na bula da ceia (que impediam o comércio dos portugueses com os infiéis), quando tentou conciliar o rei com a avó e depois com o tio, quando procurou que fossem por diante as negociações para o casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois. Em troca, o rei de Portugal revelou-se o mais católico de todos na execução dos decretos de Trento, todavia, desiludiu o Papa pela falta de empenho em participar na cruzada contra o turco e pelo desinteresse mostrado em relação aos vários projetos de casamento (vd. Marcello Caetano, «Recepção e execução dos decretos do Concílio de Trento em Portugal», *Revista da Faculdade de Direito*, Lisboa, 19 (1965), pp. 7-87 e Queiroz Velloso, *o.c.*, *passim*). Quanto D. Sebastião sentiu a morte de Pio V, pode-se ver na carta de 29 de Maio de 1572 dirigida ao cardeal Alexandrino e que está publicada no *Corp. Dipl. Porto* (vol. X, pp. 447-8), «foi tamanha a perda que toda a Christandade recebeu em nosso Senhor chamar pera si nestes tão calamitosos tempos o Sancto Padre Pio V de louvada memoria, e he ella tão particularmente minha (...)».

quando na alegria de um estiver contida também a mais alta glória do outro? Que há de mais nobre ou de mais santo quando, necessariamente, ambos têm por fim a glória do nome divino? Ora, ele, ao propagar ao longe e ao largo o nome cristão, logo, por assim dizer, no limiar, na entrada da sua juventude, já igualou ou mesmo venceu, pelo número e grandeza dos seus feitos, a perpétua glória dos seus antepassados⁵¹[⁵²].

Seja-me permitido, vo-lo peço, Beatíssimo Padre, que recorde breve e resumidamente, como exemplo, uma ou duas das muitas e recentes vitórias dos nossos, não para ostentação e vanglória do meu povo, mas antes para me aplicar nos louvores de Deus, já que tudo foi benefício seu, e para confessar a nossa eterna piedade e gratidão.

Ao Solimão e ao Xá⁵²[⁵³], par de feras sempre tão encarniçado contra o nome Cristão, aborrecem, é claro, a dilatação da fé e da nossa religião através do Oriente, e o multiplicado triunfo da cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo. Logo, com exortações, com pedidos, com promessas, com favores, conseguiram que os mais poderosos reis de toda a Ásia se conjurassem contra o nome Lusitano, isto é, contra o nome Cristão, para completamente o arrasarem⁵³[⁵⁴]. E, de facto, a guerra não tardou. A Goa, nossa capital na Índia, surpreendida quase sem guarnição, pois tinha enviado para diversos lugares a sua armada e o seu exército⁵⁴[⁵⁵], o rei Hidalcão, sem ter declarado guerra, mais ainda, sem dela haver então qualquer suspeita, inesperadamente, do modo mais infame, lhe pôs cerco⁵⁵[⁵⁶]. Com quantas tropas, perguntar-se-á; com trinta e cinco mil homens a cavalo e sessenta mil a pé, todos estes a vencer soldo, para além dum enorme número de voluntários e de uma multidão infinita de gastadores⁵⁶[⁵⁷]. Peças de artilharia, das mai-

⁵¹[⁵²] Os grandes feitos praticados por D. Sebastião, *in ipso statim adulescentiae suae quasi aditu atque ingressu*, são as vitórias obtidas pelos Portugueses em 1562 no cerco de Mazagão (referido largamente por António Pinto na oração de obediência de 1566 a Pio V), e em 1570-71 nos cercos de Goa e Chaúl, que Estaço vai agora, como ele próprio diz, resumir.

⁵²[⁵³] *Solimanum* é Solimão, o Magnífico, o sultão otomano (1520-1566), que nas nossas crónicas aparece muitas vezes designado por Grão-Turco ou simplesmente por Turco. *Xatanan* é o Xá da Pérsia O Pe. José Pereira de Baião (*o.c.*, p. 258) afirma que a liga contra os Portugueses fez-se «com conselho, e induzimento do Grão Turco, e do Xatamax da Persia». O mesmo se dizia no sumário dos cercos de Goa e Chaúl editado por Fr. Manuel dos Santos (*História Sebastica*, pp. 247-249), «Conjuraraõ-se, & fizeraõ liga entre si os môres, & mais poderosos Reys de todo o Oriente contra os Portugueses, com conselho, & induzimento do Turco, & de Xatamas, vendo o crescimento, em que hia a conversão daquellas partes, & os feitos dos Portugueses nellas; & juntamente em hum mesmo tempo fizeraõ guerra ao Estado da India».

⁵³[⁵⁴] Para além das causas de ordem religiosa apontadas na oração e sublinhadas também por vários cronistas, outros fatores concorreram para a formação da liga muçulmana: os excessos praticados pelos Portugueses nos últimos anos, a falta de energia e talento de que deu provas o anterior vice-rei (vd. M. Ribeiro Arthur, «D. Luiz de Athaide», *Occidente*, vol. XXI) e, sobretudo, o desaparecimento do mais poderoso dos nossos aliados indianos, o império de Vijayanágar, o reino de Bisnaga dos autores quinhentistas, cujo imenso exército foi totalmente aniquilado pelos muçulmanos da Índia central na decisiva batalha de Talikota, em 1565 (vd. M. A. A. Lima Cruz, *o.c.*, p. 986 e M. Marques Duarte, «Introdução», *Ant. Pinto Pereira, Hist. da Índia*).

⁵⁴[⁵⁵] O vice-rei D. Luís de Ataíde tinha enviado D. Diogo de Meneses para a costa do Malabar e Luís de Melo da Silva com uma outra armada para Malaca.

⁵⁵[⁵⁶] *Hidalcanus* é o Hidalcão, versão portuguesa de Adil Shah, ou Adil Khan, nome usado pelos reis de Bijapur, reino que «he muito nosso vezinho (...) delle vem os mantimentos (...) de que se sustenta esta ilha e cidade de Goa», dele vem ainda a madeira e os marinheiros para as armadas portuguesas, donde o provérbio «guerra com todo o mundo; paz com o Idalcão» (vd. D. do Couto, *o.c.*, V, pp. 402 e sqq.) Estavam associados na conjura contra os Portugueses «o Izamaluco, & o Idalcão, & Cota Maluco, Reis Mouros da prouincia de Decão, na India Oriental» que «assentarão parcialidarse tãbem cõ o Samorim de Calecut, & cõ o tyrão da Ilha de Samatra, chamado Achem, pera por mar com suas armadas fornecidas, & por terra com seus exercitos formados, fazer cada qual num mesmo tempo a guerra que pudessem aas fortalezas finitimas, & chegadas a seus Reinos, que os Portugueses senhoreauão» (Jorge de Lemos, *História dos cercos de Malaca*, fols. 1-3). Ao contrário de Estaço e de Diogo do Couto, António Pinto Pereira assegura que o assalto a Goa não teve nada de inesperado. Numa primeira fase o Hidalcão deu a entender ao vice-rei que se preparava unicamente para castigar um capitão que contra ele se tinha rebelado (*o.c.*, II, 2, fl. 6v.), mas, depois, em cartas a D. Luís de Ataíde ameaçou mesmo fazer guerra aos Portugueses (*o.c.*, II, 4, fl. 12 e sqq.).

⁵⁶[⁵⁷] *atque infinitam stratorum multitudinem*. Os gastadores são os que, num exército, trabalham com enxada, aplanam os caminhos, abrem trincheiras e fazem outras obras nùlitaes. António de Castilho, no seu *Comentário do cerco de Goa e Chaúl* (p. 4), conta que o vice-rei se convenceu da veracidade da ameaça inimiga por «haver nova certa, que nos caminhos da serra ferveião *gastadores* de dia, e de noute». Também no exército que D. Sebastião levou a Alcácer Quibir havia número considerável de gastadores, «cêrca de três mil (...) exagero, que só se explica pelo primeiro objectivo da expedição, o cerco e conquista de Larache» (vd. J. M. Queiroz Velloso, *o.c.*, pp. 343-4). Onde se pode concluir que os gastadores eram parte imprescindível de um exército, mormente quando se destinava a expugnar uma cidade fortificada.

ores, prepararam quarenta para o ataque. Além disso, de elefantes, cuja utilidade em combate é enorme, reuniram no mesmo lugar mais de dois mil^{57[58]}.

Suportavam os Goeses este cerco há quase um ano^{58[59]}, quando, com o regresso da armada e do exército vencedor, que com apenas sete navios tinha vencido uma poderosíssima frota de setenta navios do rei de Achém^{59[60]}, repeliram o Hidalcão, tendo-lhe morto doze mil homens, trespassado, aniquilado muitíssimos elefantes e cavalos e tomado muitas máquinas de guerra e bagagens que na precipitação da fuga ficaram abandonadas por toda a parte^{60[61]}.

Ao mesmo tempo o Nizamaluco^{61[62]}, com um aparato e um exército ainda maiores, conduziu as suas tropas contra Chaúl, cidade muito mal defendida tanto pela natureza como pelas fortificações^{62[63]}. E enquanto a oprimiu com longo e infundável cerco^{63[64]}, feitos ilustres foram praticados pelos nossos soldados, pois não se contentavam em sustentar os postos de defesa, mas ou-savam avançar mesmo até junto do inimigo e dar-lhe combate^{64[65]}. E assim, enfraquecido por muitos e grandes danos; o inimigo, forçado pelo revés, procurou obter da nossa parte a paz.

Mas foi sobretudo a grandeza dos milagres que aterrorizou o inimigo, pois viu a imagem da Virgem Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo a assistir aos nossos combatentes. Além disso, no único ponto onde era possível penetrar até junto dos nossos e atacá-los, o mar, que na maré cheia tinha subido, estacou, e nem depois do tempo determinado pela lei da natureza voltou atrás, fechou o acesso, manteve afastado o inimigo, salvou os nossos^{65[66]}. Deste modo, cheios

^{57[58]} *tormenta* («as peças de artilharia»). Diogo do Couto diz que os Portugueses fizeram também bom uso das suas peças, com as quais «os atormentavão muito» (8.^a *Década*, VII, 4, p. 640).

Dos animais estranhos ao mundo europeu, o que despertou mais curiosidade foi, sem dúvida, o elefante indiano. Nas obras de divulgação dos usos e costumes das novas terras do Oriente há sempre lugar para a descrição da «sua geração e utilidade na guerra», por exemplo, na *Conquista de las Indias, de Persia y Arabia, que fizo la armada del rey don Manuel e delas muchas tierras: diversas gentes: extrañas riquezas e grandes batallas que alla ovo*, de Juan Augur-Martín Fernández de Figueroa (Salamanca, 1512) e no *Itinerário* de Ludovico Varthema, publicado em 1510 e depois traduzido em diversas línguas e impresso muitas vezes ao longo do século (vd. A. A. Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*, vol. I, pp. 675-693).

^{58[59]} Em rigor, cerca de oito meses. No fim de Dezembro de 1570 chegou a vanguarda do exército do Hidalcão, que levantou o cerco em 23 de Agosto do ano seguinte.

^{59[60]} «Chegou Luis de Mello (...) a Goa huma quarta feira a seis de Março» (D. do Couto, *o.c.*, VII, 3, p. 638). O número setenta vezes sete é demasiado... bíblico. Segundo Jorge de Lemos (*o.c.*, fl. 3v-4r.), foi «Luis de Mello da Sylua, por Capitam mór de cinco galeões bem artilhados, hum gale & sete fustas, com mil soldados armados.» E António de Castilho (*o.c.*, pp. 11-12) diz que Luís de Melo «commetteo sessenta vellas de guerra». Não deixa, claro está, de ser uma notável vitória.

^{60[61]} D. B. Machado, *Memórias para a História de Portugal* (t. III, p. 375): «forão cortados a ferro, consumidos em fogo, e sepultados em água doze mil homens, trezentos elefantes, quatro mil cavallos, e seis mil boys». O Hidalcão viu-se obrigado a retirar, dado o impasse a que tinha chegado o cerco, e a proximidade do Verão que tiraria Goa do seu isolamento e permitiria a organização de expedições punitivas aos seus territórios.

^{61[62]} Zalamuco, ou Nizamaluco, Nizamoxa, ou Inizamoxa são os vários nomes que os Portugueses davam ao sultão de Ahmadnagar. O Nizam-ul-Mulk era o «administrador do reino», nos reinos muçulmanos da Índia. Todos os soberanos tinham o seu nizamaluco, que por vezes lhes disputava o poder. O rei de Ahmadnagar conservava ainda esse título. Este Nizamaluco é Murtaza Nizam Shah, que reinou de 1565 a 1588 (vd. M. A. A. Lima Cruz, *o.c.*, e M. Marques Duarte, *o.c.*).

^{62[63]} «The Portuguese town of Chaul lay 357 Km N. of Goa and 56 Km S. of Bombay at the Kundalika river. (...) For protection against naval attacks, a tiny citadel and a small bastion called S. Francisco had stealthily been built S.E. and N.W. respectively, with an inconspicuous connecting wall along the W. and S. shores which continued along the S.E. bank as far as the ferry crossing. These were the only fortifications in existence at the beginning of the 1570 siege. There were no defenses of any sort along the N. side of the town», R. O. W. Goertz, *Attack and defense techniques in the siege of Chaul 1570/71*, Lisboa, Inst. Invest. Cient. Tropical, 1985. «Contra esta potencia estava a nossa cidade sem muros, sem cavas, sem fortificação alguma mais que huns entulhos como ja disse com paos de teca, traves, portas de janelas das casas, palmeiras, balas d'algodão e outras cousas tão fracas como estas», D. do Couto, *o.c.*, VI, 4, p. 525.

^{63[64]} Chaúl esteve sitiada desde o início de Novembro, segundo Castilho (*o.c.*, p. 21), ou desde 15 de Dezembro, de acordo com Couto (*o.c.*, VI, 4, p. 516), até fins de Junho, inícios de Julho. As condições de paz foram acordadas no dia de S. Tiago, a 25 de Julho (vd. R. Goertz, *o.c.*, p. 280).

^{64[65]} «(...) a guerra que elles [os mouros] mais sentirão que todas (...) foi que os nossos soldados (...) sairão pellas tranqueiras fora, e hão cada dia duas e tres vezes cometer os mouros e algumas vezes atee suas estancias», D. do Couto, *o.c.*, VI, 9, p. 570.

^{65[66]} Não encontramos nos cronistas destes cercos qualquer referência ao «milagre» da maré-cheia. Quanto à aparição tutelar da Virgem, pode-se ler em D. do Couto, *o.c.*, VII, 8, p. 695: «(...) e entre algumas praticas que tiveram com os nossos lhe perguntarão os mouros, que molher era huma muito fermosa vestida de branco que em todas as batallas andou pellejando da parte dos nossos, e que desviava os pelouros e settas com a borda do manto pera que não

de terror, os inimigos reconheceram que faziam guerra não com mortais, mas com o próprio Deus. Isto mesmo eles publicamente o confessavam depois, e, convencidos pelos milagres, não poucos, voluntariamente, se tomaram cristãos.

Mas, agora mesmo, levando o rei ao máximo o seu extremo ardor, para que nada faltasse à egrégia índole de um príncipe divino, para que ninguém pudesse suspirar: ó piedade, ó fé de outrora! Ó Dextra na guerra sempre invicta!⁶⁶[⁶⁷] o próprio rei, digo, o rei em pessoa, esquecendo tudo o mais, não olhando a despesas, não se poupando a qualquer trabalho, partindo para tão longe quanto lho permitem as saudades e as lágrimas dos seus, faz passar o seu exército a África, não só para comandar as operações, mas também para nelas intervir⁶⁷[⁶⁸]. Esta empresa, sem dúvida de raro e antigo exemplo, com as vossas orações, Santíssimo Padre, e com as de todos os homens pios, com os vossos votos, estamos certos que lhe há de trazer um bom e feliz resultado⁶⁸[⁶⁹].

Não me chegaria o dia, Beatíssimo Padre, se eu quisesse percorrer cada uma das virtudes e vitórias deste rei pio, venturoso, triunfador, propagador da fé cristã. Todas essas vitórias ele agora vos entrega, a vós, Vigário de Cristo e Sumo Pontífice, e das suas mãos as passa para essas vossas mãos, ilustres pela fé e autoridade. Benignamente vos promete e oferece a sua pessoa e tudo o que é seu, povos, reinos, províncias, em suma todo o seu poder e, seguindo o solene costume dos reis católicos, com a maior devoção que se possa imaginar, isto é, com a devoção habitual, com prazer e alegria vos presta obediência.

ofendessem aos nossos; e depois das pazes feitas que hião comunicar à nossa fortaleza levou o padre vigairo alguns que virão aquella senhora à see, e lhes mostrou huma imagem sua que aly estava e preguntando-lhes se era aquella, respond~rão que não que a outra era mais fermosa e com tudo se prostárão diante de aquella senhora que lhe mostrãrão e lhe fizerão grande veneração.»

⁶⁶[⁶⁷] *o pietas, o prisca fides, inuictaque bello Dextera*, Virgílio, *Eneida*, 6. 878-9: «*Heu pietas, heu prisca fides inuictaque bello dextera!*». Apesar da lamentação de Anquises ser substituída por uma simples exclamação – em vez de *heu, o* – como que se insinua sub-repticiamente um mau presságio nesta alusão ao epicédio de Marcelo (vd. J. Perret, *Virgile, Enéide, livres V-VIII*, Paris, Les Belles Lettres, 1978 e M. H. Rocha Pereira, *Romana*, Coimbra, 1986², pp. 164-5).

⁶⁷[⁶⁸] A 17 de Agosto, D. Sebastião, ocultando ainda as suas intenções, embarcou em Cascais rumo a Marrocos, depois de ter escrito ao seu embaixador em Roma e ao Papa solicitando-lhe autorização para transformar os «prazos do reino em fateusins (...) para suprimimento da guerra de Africa» (vd. Queiroz Velloso, *o.c.*, pp. 193 e sqq.). Talvez haja uma relação entre a atitude do rei e a demora de J. Gomes da Silva em prestar a obediência. Ao anunciar nesta solene cerimónia a expedição africana, colhia de surpresa a Cúria e obtinha assim um extraordinário efeito, que poderia ser vantajoso quanto à concessão do subsídio.

non modo ut praesit, sed etiam intersit. O que provocou a expedição foi sobretudo o desejo régio de combater pessoalmente com os mouros. Daí a quatro anos, em Alcácer, D. Sebastião vai mostrar-se de novo, como escreveram vários cronistas, mais cavaleiro do que capitão, fazendo sempre ofício de sargento-mor. Atitude que significativamente está em flagrante contraste com a de D. João II na tomada de Arzila (vd. oração de obediência pronunciada por Vasco Fernandes de Lucena: *qui* (D. João II) *uix pubere aetate in Aphricam cum Alfonso patre traiciens in Arzille magni el egregii oppidi obsidione non militaribus tantum sed imperatoriis etiam muneribus functus*).

⁶⁸[⁶⁹] A resposta de Gregório XIII foi uma justa reprimenda: «*Lectis literis Maiestatis tuae de suscepta in barbaros Christi hostes expeditione, et projectione, non leuiter a principio commoti sumus. Commotionis causa erat nostra erga te, atque erga istud regnum charitas paterna: sic enim cogitabamus te adhuc sine uxore, ac sine liberis esse proficisci ad ea loca quae sunt longe alia natura, et coeli temperatione, quam ea in quibus natus, atque alitus es, talem autem mutationem saepe homines experiri non sine maximo ualeitudinis, ac uitae etiam discrimine, adire etiam Maiestatem tuam grauissima pericula terra, marique, quibus periculis istius modis nauigationes atque incapta referta sunt.*») Breve de 28 de Setembro publicado no *Corp. Dipl. Port.*, vol. x, pp. 495-6.

Oração proferida por Aquiles Estaço [*] no Consistório Público, a 18 de março de 1581⁶⁹[⁷⁰]

Um novo reino⁷⁰[⁷¹] de um novo rei refloresce, mas não uma nova piedade do rei e do reino.

Lembraís-vos, Santíssimo Padre, e vós, eminentíssimos Cardeais, conservais viva a memória do respeito, da fidelidade, da dedicação de todos os anteriores reis de Portugal para com a Sé Apostólica, primeiras e eternas e, por assim dizer, particulares insígnias daquele ilustre reino⁷¹[⁷²]. São estas, na verdade, as que a Sé Apostólica costuma evocar, estimar e acarinhar. Ora, o Rei da Lusitânia, o invictíssimo Filipe, não só quer que a Sé Apostólica espere da parte dele todas as mesmas demonstrações, como também lhas apresenta agora da melhor vontade. Se, anteriormente, ele fosse pouco conhecido, se não fosse conhecido em toda a terra pela fama da sua dedicação à Igreja de Deus, os exemplos da casa lusitana, os exemplos dos reis de Portugal⁷²[⁷³], antes de mais incitá-lo-iam e com veemência o inflamariam para a excelência do seu louvor.

O pai deixou ao filho por herança um campo fértil, bem cuidado, plantado de boas e fecundas árvores para as primícias dos seus frutos todos os anos ele oferecer a Deus⁷³[⁷⁴]. Assim como não pode o filho alterar a natureza e a fecundidade do solo, também de boas árvores não pode deixar de recolher bons frutos. Se quiser ser ou parecer igual a seu pai, nunca o cultivo do campo há de desprezar, ou deixá-lo em pousio.

Na verdade, o Rei Filipe recebeu o reino de Portugal cheio das maiores riquezas, mas recebeu também de longe o mais florescente em títulos de piedade. Que oferecerá, pois, a esta augustíssima Sé senão os mais abundantes e agradáveis frutos de piedade? Do seu zelo sincero e da sua preocupação em cultivá-lo ninguém duvidará. De facto, o rei imbuído, educado, direi mesmo nado e criado no afã da piedade, sem dúvida que, por isso mesmo, há de estimar e distinguir com singular amor o seu Portugal.

«Pergunta, diz a Escritura, ao teu pai e ele te contará, interroga os teus antepassados e eles te dirão»⁷⁴[⁷⁵]. Na verdade, ele teve em casa, na maior abundância de exemplos, de quem

[*] *Oração de Obediência* reproduzida a partir da obra consultada de Belmiro Fernandes PEREIRA, *As Orações de Obediência de Aquiles Estaço*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1991. Renumerámos as notas do autor, mantendo a numeração original [entre parêntesis retos] (pp. 103, 105 e 123-124).

⁶⁹[⁷⁰] A data é confirmada por Montaigne no seu *Journal de voyage en Italie*: «Le 18 [de Março], l’ambassadeur de Portugal fit l’obédience au pape du royaume de Portugal pour le roi Philippe. ce même ambassadeur qui était ici pour le roi trépassé et pour les Etats contrariants au roi Philippe. (...) Je vis la pompe espagnole. On fit une salve de canons au château Saint-Ange et l’ambassadeur fut conduit au palais par les trompettes et tambours et archers du pape. Je n’entrai pas au dedans voir la harangue et la cérémonie.» (*Oeuvres complètes*, pp. 497-498). É curioso notar que foi prestada obediência em nome de Filipe, rei de Portugal, quando legalmente ainda não o era. pois só viria a ser jurado a 16 de Abril.

⁷⁰[⁷¹] *nouum regnum*. Aqui significa simplesmente «novo reinado» (para as várias aceções da palavra vd. Francisco de Oliveira, *Ideias morais e políticas em Plínio-o-Antigo*, Coimbra. 1986. pp. 6 e 360).

⁷¹[⁷²] Cf. *supra* n. (9). Estas *insignia* remetem para as *Lusitanorum Regum Insignia*, cujos motivos e significados Estaço explicara aos romanos no poema em hexâmetros dactílicos publicado juntamente com a *oratio* de 1574.

⁷²[⁷³] Cf. Frei Amador Arrais, «Da glória e triunfo dos Lusitanos». cap. XXVII. *Diálogos*, Lisboa, Sá da Costa, 1981², p. 98: «(...) estamos os Portugueses tão ricos de exemplos próprios, que bem podemos escusar os alheios.»

⁷³[⁷⁴] Embora com menor fortuna do que a alegoria da nau do Estado, esta, em que se compara o rei a um lavrador e o reino a um campo. alegoria de matriz bíblica, pode-se ver também na oração panegírica em louvor de D. João III, proferida por André de Resende em 1551 no Colégio das Artes (vd. G. de Paiva Domingues, *Oração de A. de Resende pronunciada no Colégio das Artes em 1551*, p. 53).

⁷⁴[⁷⁵] *interroga, inquit, patrem tuum ...* Esta citação é tirada de um cântico de Moisés (*Deuteronomio*, 32,7) que seria bem conhecido dos ouvintes, pois vem na liturgia das horas do Tempo da Quaresma e do Tempo Pascal. A resposta dada pelos antepassados vem no versículo seguinte: *Quando diuidebat Altissimus gentes, quando separabat filios Adam, constituit terminus populorum iuxta numerum filiorum Israel*. Segundo a lição dos Setenta, anjos da guarda protegiam as fronteiras de cada povo. As fronteiras do novo Israel, Portugal, são sagradas, como que de instituição divina. Assim, além de comprometer o novo rei com as tradições de Portugal, esta citação é uma exortação ao respeito pela independência nacional contra qualquer veleidade de diluição do reino na Espanha (vd. *Breviarium Romanum*, Pars Verna e L. Pirot-A. Clamer, *La Sainte Bible*, texte latin et traduction française..., t. II, pp. 716-7).

aprender. Os seus antepassados, isto é, os anteriores reis da Lusitânia⁷⁵[⁷⁶], zelosamente interroga, e o que dizem e anunciam amplamente cumpre.

«Meu filho, diz a Escritura, guarda os preceitos de teu pai e não te afastes da lei de tua mãe»⁷⁶[⁷⁷]. Estão acima, não digo das minhas capacidades, mas das dos homens mais eloquentes de todos os tempos, os louvores dos pais do Rei Filipe. E, para não falar de seu pai, Imperador sem igual, quão santamente ele venera a memória de sua mãe, a mais piedosa princesa da Lusitânia e de longe a primeira em todas as demais virtudes! A lei de sua mãe, como a traz sempre atada ao coração e amarrada ao seu pescoço!⁷⁷[⁷⁸] Lembrado, pois, da pátria de sua mãe, o Rei pio, venturoso, em nome da piedade e da religião, não poderá deixar de amar Portugal como a filho muito querido e com toda a liberalidade e benevolência o há de favorecer. Coube-lhe em sorte uma belíssima Esparta, mais e mais todos os dias a honrará⁷⁸[⁷⁹]. Disto mesmo ele nos mostrou e deu certa e segura esperança, logo, por assim dizer, na entrada do reino, pela concessão de tantos benefícios e sobretudo pela grandeza das suas promessas⁷⁹[⁸⁰].

Oxalá viva, viva por muitos e muitos anos o Rei Filipe e goze dos bens da mais próspera fama e do amor e aplauso da sua Lusitânia e da Sé Apostólica. Depois, quando tiver trocado a terra pelo céu, como disse o famosíssimo Poeta⁸⁰[⁸¹], imortal, sem cessar há-se crescer renovado no louvor dos vindouros. Toda a posteridade lhe ficará obrigada e para sempre o aclamará.

Por isso a suprema dedicação de Filipe, rei de Portugal, para com a Sé Apostólica e para com os seus, a vós, Gregório Pontífice Máximo, o seu embaixador João Gomes da Silva, Conselheiro Régio, credenciado procurador do seu rei, hoje traz e no vosso santíssimo coração depõe⁸¹[⁸²]. E, através do mesmo embaixador, presta-vos o rei obediência, em seu nome, em nome do seu Portugal, em nome de todos os povos que lhe estão submetidos, com a mesma vontade, amor, alegria, devoção dos anteriores reis de Portugal. Além disso, seguindo o costume dos seus antepassados, porá sempre ao vosso dispor, em qualquer tempo e lugar, todos os seus recursos, esforços e desígnios para aumento da dignidade da Sé Apostólica: defender-lhe-á a autoridade, respeitar-lhe-á a santidade. Por isso, para os seus gloriosos planos e ações, confia sobretudo nas vossas preces, Santíssimo Padre, e nos votos comuns de todos vós, Cardeais eminentíssimos, e tem esperança de que Deus sempre o há de acompanhar.

⁷⁵[⁷⁶] Filipe II de Espanha, I de Portugal, era filho da imperatriz D. Isabel de Portugal e neto do nosso rei D. Manuel. Durante o reinado de D. Sebastião, Filipe II gostava de assumir o papel de chefe de família da Casa Real Portuguesa e bastas vezes interveio para resolver as desavenças entre D. Catarina, D. Sebastião, D. Henrique e D. António. Na carta de 24-3-1579 em que anuncia à Câmara de Lisboa os seus direitos ao trono português, Filipe II recorda: «não é Rei estrangeiro o que vos ha de herdar senão tão natural como vos disse, pois foi neto e filho de vossos príncipes naturais e de seu mesmo sangue, e serei tam pai de cada um como todos vereis quando Deus fôr servido» (vd. *Cartas dos grandes do mundo*, ed. por Ricardo Jorge, p. 95).

⁷⁶[⁷⁷] *Provérbios*, 6,20, versículo que abre uma fiada de conselhos sobre a atitude face à mulher dissoluta; este texto é um aviso sobre os perigos de cobiçar a mulher do próximo.

⁷⁷[⁷⁸] Paráfrase de *Provérbios*, 6,21: *Liga ea in corde tuo iugiter, / Et circumda gutturi tuo.*

⁷⁸[⁷⁹] *Spartam nactus es, hanc orna* Sentença corrente no séc. XVI e que remonta a um fragmento do *Télefo* de Eurípides. Erasmo no seu *Adagiorum opus* interpreta-a com exemplos tirados da história sua contemporânea para concluir «*prouerbiū igitur ad uarios usus licebit accomodare: uel cum admonebimus, ut suam quisquam personam, quam suscepit, cum decoro tueatur*». Para a origem, evolução e uso desta máxima, desde a Antiguidade até aos humanistas de Quinhentos, vd. A. Costa Ramalho, «Duas nótulas de Português literário do séc. XVI», *Atas do V Colóquio Int. de Est. Luso-Brasileiros*, Coimbra, 3 (1966), pp. 381-387.

⁷⁹[⁸⁰] Vd. *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, Barcelos, 1933, vol. V, p. 207.

⁸⁰[⁸¹] Horácio, *Carm.* 3. 30, vv. 7-8: *usque ego postera / crescam laude recens.*

⁸¹[⁸²] *orator*. Significa «embaixador» (vd. n. 13). Era delicada a posição de João Gomes da Silva, embaixador dos anteriores reis D. Sebastião e D. Henrique. Daí que seja creditado de *pro rege suo sponsor idoneus* [o seu patrocinador é alguém com dignidade de rei]. Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana*, t. II, p. 671) diz que Filipe II e Filipe III o conservaram como vedor da Fazenda e conselheiro de Estado, cargos para que tinha sido nomeado por D. Henrique. Incorre em erro o abade de Sever, uma vez que J. Gomes da Silva morreu antes de 18 de outubro de 1593, como se pode ver em Anselmo Braancamp Freire (*Brasões da Sala de Sintra*, vol. II, p. 105), e Filipe III, II de Portugal, só subiu ao trono em 1598.

ANEXO XVII

Juramento de D. João IV

25 de março de 1646

JURAMENTO DA IMACULADA

Dom João, por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves de Aquém e de Além-mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc. Faço saber aos que esta minha provisão virem que sendo eu ora ora [sic] restituído por mercê muito particular de Deus Nosso Senhor a coroa destes meus reinos e senhorios de Portugal, considerando que o Senhor Rey Dom Afonso Henriques meu, progenitor e primeiro Rey deste reino, sendo aclamado e levantado por Rey, em reconhecimento desta grande mercê, de consentimento de seus vassallos, tomou por especial aduogada sua a Virgem Mãe de Deus e Senhora nossa, e debaixo de sua sagrada protecção e amparo lhe ofereceu a todos seus successores, reino e uassallos com particular tributo, em sinal de feudo e uassallagem, dezejando eu ymitar seu santo zello e a singular piedade dos senhores reys meus predecessores, reconhecendo ainda em mim auantajadas e continuas merces e benefícios da liberal e poderosa mão de Deus nosso senhor por intresessão da Uirgem nossa Senhora da Conceição, estando ora junto em cortes com os tres estados do reino lhes fis propor a obrigação que tinhamos de renovar e continuar esta promessa e venerar com muito particular affecto e solenidade a festa de sua Imaculada Conceição e nelas com parecer de todos asentamos de tomar por padroeira de nossos reinos e senhorios a santíssima Uirgem nossa senhora da Comseição, na forma dos breues do Santo Padre Urbano oitavo, obrigandome auer confirmação da Santa See apostolica, e lhe affèreso de nouo em meu nome e do príncipe dom Theodósio, meu sobre todos muito amado e prezado filho, e de todos meus decendentes, successores, Reinos, senhorios e uaçallos, a sua santa caza da Conseipção, cita em Vila Viçosa, por ser a primeira que ouue em Espanha desta inuocação, sincoenta cruzados de ouro em cada hum ano em sinal de tributo e uasalagem, e da mesma maneira prometemos e juramos com o princippe e estados de confesar e deffender sempre, te dar a uida, sendo necessario, que a Uirgem Senhora May de Deus foi comsebida sem pecado orginal [sic], tendo respeito a que a santa madre Igreja de Roma, a quem somos obrigados seguir e obedecer, selebrar com particular officio e festa sua santíssima e Imaculada Comseipção, saluando porem este juramento, no caso em que a mesma santa Igreja rezolua o contrario, esperando com grande confiança na infinita mizericordia de Deus nosso Senhor que por meo desta Senhora, padroeira e protectora de nossos reinos e senhorios, de quem por onrra nosa nos confessamos e reconhesemos vassallos e tributários, nos Ampare e deffenda de nossos jnimigos com grandes acrescentamentos destes reinos para glória de Christo nosso Deos, exaltação de nossa santa fee Catholica Romana, comverção das gentes e reducção dos ereges. E, se alguma pessoa jntentar causa alguma contra esta nossa promessa, juramento e uasalagem, por este mesmo effeito, sendo uasallo, o auemos por não natural e queremos que seja logo lançado fora do Reino, e se for Rey, o que Deus não permita, aia a sua e nossa maldição e não se conte entre nossos desendentes, esperando que pello mesmo Deos, que nos deu o reino e subia a dignidade real, seja della

abatido e despoiado, e para que em todo o tempo aia certesa desta nossa eleição, promessa e juramento, firmada, esteballesida em cortes, mandamos fazer della tres autos publicos, hum que sera logo levado à corte de Roma para se expidir a confirmação da Santa See apostolica e outros dous que iuntos a dita confirmação e esta minha prouissão se guardem no Cartório da casa de nossa Senhora da Conseipção de Villa Viçosa e na nossa Torre do Tombo. Dada, nesta nossa cidade de Lisboa, aos 25 dias do mes de março. Luis Teixeira de Carvalho a fez, ano do nasimento de nosso senhor Jesus Christo de 1646. Pero Vieira da Silva a fez escreuer. El Rey.

[ANTT: Livro IV de Leis, fl. 181v-182v] Transcrição de Manuel J. Gandra. Apud *Celebração do Tempo 2012*, por Rui António Costa OLIVEIRA (coord. e org.), Prior Velho, Paulinas Editora.